



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX SUP. "B" AO Nº 042 QUINTA-FEIRA, 2 DE ABRIL DE 2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA
ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Vicentinho Alves - (PR-TO)
2º SECRETÁRIO
Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO
Gladson Cameli - (PP-AC)
4º SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)
2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)
3º Elmano Férrer (PTB-PI)
4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 22 Líder do PMDB - 18 Líder do PSD - 4 Omar Aziz (13) Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (12)	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 25 Líder Humberto Costa - PT (22,25) Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,34) Benedito de Lira (11,18,45) Walter Pinheiro (31,37,44) Telmário Mota (4,36,43) Regina Sousa (42) Líder do PT - 14 Humberto Costa (22,25) Vice-Líderes do PT Paulo Rocha (30) Walter Pinheiro (31,37,44) Lindbergh Farias (32) Fátima Bezerra (35) Líder do PDT - 6 Acir Gurgacz (3,34) Vice-Líder do PDT Telmário Mota (4,36,43) Líder do PP - 5 Benedito de Lira (11,18,45)	Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 16 Líder Alvaro Dias - PSDB (21) Vice-Líder Ataídes Oliveira (38) Líder do PSDB - 11 Cássio Cunha Lima (17) Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer (23,40) Aloysio Nunes Ferreira (41) Líder do DEM - 5 Ronaldo Caiado (6) Vice-Líder do DEM José Agripino (39)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9 Líder Lídice da Mata - PSB (16,29) Vice-Líderes José Medeiros (15,19,28) Vanessa Grazziotin (20,27) Randolfe Rodrigues (24,26) Líder do PSB - 6 João Capiberibe (1,14) Vice-Líder do PSB Roberto Rocha (46) Líder do PPS - 1 José Medeiros (15,19,28) Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (24,26) Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (20,27)	Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9 Líder Fernando Collor - PTB (5,10) Vice-Líderes Blairo Maggi (9) Eduardo Amorim (8) Marcelo Crivella (2,7) Líder do PTB - 3 Fernando Collor (5,10) Líder do PR - 4 Blairo Maggi (9) Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (8) Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (2,7)	

EXPEDIENTE

Ilana Trombka Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial	Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Atas e Diários Quésia de Farias Cunha Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

1.1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

1.1.1 – Comissão de Assuntos Econômicos - CAE

Ata da 1ª Reunião, Ordinária, realizada em 10 de março de 2015 004

1.1.2 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de março de 2015 015

1.1.3 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte - CE

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de março de 2015 025

Ata da 2ª Reunião, Ordinária, realizada em 10 de março de 2015 038

Ata da 3ª Reunião, Ordinária, realizada em 17 de março de 2015 047

1.1.4 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de março de 2015 063

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de março de 2015 078

1.1.5 – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de março de 2015 089

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de março de 2015 112

Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de março de 2015 184

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de março de 2015 224

1.1.6 – Comissão de Serviços de Infraestrutura - CI

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de março de 2015 273

1.1.7 – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de março de 2015 284

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de março de 2015 297

Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de março de 2015 308

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de março de 2015 327

1.1.8 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de março de 2015 328

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de março de 2015 340

Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de março de 2015 346

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de março de 2015 381

1.1.9 – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de março de 2015 386

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de março de 2015 388

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS**ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE MARÇO DE 2015, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.**

Às dez horas e vinte e sete minutos do dia dez de março do ano de dois mil e quinze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Roberto Requião, Presidente Eventual, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe, Telmário Mota, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Ivo Cassol, Romero Jucá, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Hélio José, José Agripino, Wilder Moraes, Flexa Ribeiro, Alvaro Dias, Tasso Jereissati, Antonio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Roberto Rocha, José Medeiros, Douglas Cintra, Marcelo Crivella, Wellington Fagundes e Eduardo Amorim. Deixam de comparecer a Senadora Gleisi Hoffmann e o Senador Waldemir Moka. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião destinada à eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, para o biênio 2015/2016. A Presidência comunica que os Senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira foram indicados pelas Lideranças Partidárias para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Submetidas as indicações a apreciação, são eleitos o Senador Delcídio do Amaral, Presidente, e o Senador Raimundo Lira, Vice-Presidente, por aclamação. Usam da palavra os Senadores Walter Pinheiro, José Agripino, Ricardo Ferraço, Luiz Henrique, Hélio José, Telmário Mota, Reguffe, Omar Aziz e José Medeiros. Assumindo a Presidência e a Vice-Presidência, respectivamente, usam da palavra os Senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião às onze horas e trinta e sete minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Roberto Requião**, Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB - PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Esta Reunião, que eu presido no momento, se destina a eleger a direção permanente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal. Na forma do art. 88 do Regimento Interno, todos os Srs. Senadores estão habilitados a concorrer à Presidência e à Vice-Presidência da Comissão. No momento, nós temos na mesa duas candidaturas: a candidatura do Senador Delcídio do Amaral para a Presidência e a candidatura do Senador Raimundo Lira para a Vice-Presidência. A Mesa está aberta para a possibilidade de haver outras inscrições. Na eleição das Comissões, não se exercita, embora seja desejável, a proporcionalidade partidária recomendada pelo Regimento Interno. Os Líderes indicam os membros da Comissão e os membros da Comissão decidem a direção da Comissão.

Eu indago ao Plenário se a candidatura do Senador Delcídio do Amaral terá algum outro pretendente, que se oponha a ela. (*Pausa.*)

Delcídio, você virou unanimidade aqui na Comissão.

Cumprindo uma formalidade da Comissão, eu quero oferecer a palavra ao Senador Delcídio do Amaral, para que se dirija aos Srs. Senadores dizendo o que pretende e nos expondo um pouco da sua plataforma de desempenho na Comissão de Assuntos Econômicos.

Com a palavra o Senador Delcídio do Amaral, por 40 minutos.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Sr. Presidente, Senador Requião, primeiro eu quero pedir votos aqui para os meus companheiros e companheiras, Senadores e Senadoras, em meu nome e em nome também do Senador Raimundo Lira, que vai nos acompanhar – espero –, se os nossos colegas assim entenderem, assim compreenderem, nesse desafio importante que é presidir a Comissão de Assuntos Econômicos.

Eu fico muito feliz. Primeiro, quero agradecer ao meu Partido pela minha indicação. Quero registrar aqui também o próprio posicionamento da Senadora Gleisi, que vai ocupar espaços importantes com novos desafios aqui no Senado Federal e que compreendeu que o PT deveria encaminhar o meu nome para a Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos. Quero agradecer ao Partido, ao Líder Humberto, a todos os Senadores e Senadoras do PT e aos Senadores e Senadoras presentes aqui, de todos os partidos, partidos de oposição e partidos da base.

Quero dizer, Sr. Presidente, que eu, sendo eleito mais uma vez para comandar a Comissão de Assuntos Econômicos, sei dos desafios que nós temos pela frente, que sei do momento que a economia brasileira en-

frenta e que também entendo que nós daremos sequência a um trabalho que foi desenvolvido quando eu fui, Senador Benedito de Lira, Presidenta da CAE, de 2011 a 2012. O Senador Ferraço, muito atuante, acompanhou muito de perto todas aquelas sessões da Comissão de Assuntos Econômicos. E nós começamos a tratar de temas muito difíceis aqui: da questão da guerra dos portos, que V. Exª lembra bem, Senador Ferraço, do comércio eletrônico, que, finalmente, agora, a Câmara aprovou, e ainda ficou... Nós, ao longo dos últimos dois anos, não conseguimos concluir esse elenco de medidas que passam pela convalidação dos incentivos nos Estados, que passam também pela reforma do ICMS, fundamental para acabar com a guerra fiscal, mas, evidentemente, com regras de transição e construindo uma solução democraticamente, ouvindo todos os Estados que são muito bem representados pelos Secretários de Fazenda no Confaz.

Queria aqui registrar também, Sr. Presidente; Srs. Senadores e Sras Senadoras, o desafio que nós temos, principalmente na discussão desse grande pacto federativo, que não passa apenas pelo ICMS, pois passa também pela discussão do serviço da dívida dos Estados, um tema que o Senador Luiz Henrique, no ano passado, trabalhou intensamente, mas que nós não conseguimos fechar, um assunto fundamental pelo menos para boa parte dos Estados brasileiros. Nós mudamos, no máximo, o indexador, uma ação ainda menor, até porque não impacta sensivelmente o dia a dia de alguns Estados brasileiros.

Não tenho dúvida nenhuma de que, evidentemente, de comum acordo com os Senadores e Senadoras que compõe a Comissão de Assuntos Econômicos, esses são alguns dos temas que nós iremos discutir. Mas também temos novos desafios, meu caro Presidente Requião. Muitos desafios. Aqui vão ser sabatinados dois diretores do Banco Central, dois próximos diretores do Banco Central, a Autoridade Olímpica... Todos os Srs. e Sras Senadores sabem que aqui também são sabatinados os dirigentes do Cade. E, sem dúvida nenhuma, este é o foro adequado para fazer a discussão e o debate, principalmente das reformas, especialmente da reforma fiscal, dos desequilíbrios econômicos e financeiros em setores absolutamente fundamentais da infraestrutura brasileira.

Já existem requerimentos que, evidentemente, em função dos atos aqui aprovados pelos Presidentes das Comissões anteriores, não vão ser analisados hoje, mas o serão já na próxima semana, que incluem as oitivas ou convites ao Ministro da Fazenda, ao Ministro do Planejamento, ao Presidente do Banco Central para que, efetivamente, a Comissão de Assuntos Econômicos venha a protagonizar, comandar a discussão desses temas tão importantes.

Eu também não poderia deixar de destacar, Sr. Presidente, os vários projetos que os Senadores e as Senadoras vão aqui apresentar. São projetos de extrema relevância, de extrema importância, que, sem dúvida nenhuma, vão ajudar o Brasil neste momento difícil que nosso País enfrenta.

Quero dizer, Sr. Presidente, que, se for eleito Presidente, junto com o Vice-Presidente, Senador Raimundo Lira, vou continuar fazendo o que sempre fiz nesta Casa: dialogando, conversando com equilíbrio, com ponderação e, acima de tudo, tendo muita cautela e muita prudência para bem encaminhar todos os processos que aqui serão discutidos.

Outra coisa, Sr. Presidente. Eu sei que este tema é um tema de que V. Exª cuida com muito rigor. Nós vamos continuar aqui, nós vamos seguir, nas relatorias, com a proporcionalidade. Portanto, vamos distribuir as relatorias de uma maneira justa, considerando a composição e o número de Senadores e Senadoras de cada partido, como assim fizemos. Portanto, todos terão oportunidade de apresentar as suas relatorias e de ter uma participação efetiva na Comissão de Assuntos Econômicos.

Assim, Sr. Presidente, para não estender muito a minha fala, porque eu aguardava que V. Exª fizesse uma avaliação da economia, já antecipando um pouco a palestra que V. Exª dará aos militares no dia 23 de março, eu prefiro encurtar aqui a minha fala, mas, mais uma vez, pedindo votos aos Senadores e às Senadoras, ao meu caro Tasso e a outros Senadores e Senadoras aqui presentes. Para tanto, uma parte da letra de uma música da Rita Lee: "Por favor, eleitor, vote em mim!"

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB - PR) – Eu vou, em seguida, passar a palavra ao Senador Raimundo Lira, não sem antes fazer algumas considerações, por solicitação do Senador Delcídio.

Esta Comissão tem uma importância enorme no atual momento da vida política brasileira. Não há a menor dúvida de que o Brasil precisa de um ajuste fiscal, mas não um ajuste fiscal feito à moda da Escola de Chicago, com as iniciativas que tem sido tomadas até agora.

De uma forma breve, eu gostaria de fazer uma comparação com o que nós estamos vivendo e as propostas de ajuste aos ajustes que têm sido feitos pelo neoliberalismo na Europa, que levaram à situação que hoje vivem Itália, Portugal, Espanha e Grécia. Esta, por exemplo, em 2010, quando fez o primeiro ajuste, à moda do Joaquim Levy, tinha um déficit de 104% do valor do produto interno bruto. Hoje, a Grécia tem um déficit de 180% sobre o valor do produto interno bruto e um desemprego da ordem de 25%. Nós estamos vendo isso

se repetir com a política de ajuste do Brasil. Daí a importância enorme da Comissão de Assuntos Econômicos para a contenção desse vezo neoliberal, dessas medidas à moda do Milton Friedman e da famosa Escola de Chicago, tão conhecida no mundo hoje.

O Senador Raimundo Lira já foi Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos em épocas pretéritas e hoje se candidata à Vice-Presidência. É a única indicação que nós temos na Mesa para a Vice-Presidência.

Eu passo, portanto, a palavra ao Senador Raimundo Lira.

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB - PB) – Meu amigo, Senador Requião, Presidente da Mesa, meu Presidente Delcídio do Amaral, Srs. Senadoras, Srs. Senadores, inicialmente, eu gostaria de dizer a todos os companheiros da Comissão que a minha função, como Vice-Presidente, será auxiliar, colaborar no trabalho e no planejamento do Presidente Delcídio do Amaral.

Eu fui o primeiro Presidente desta Comissão. Fui eu que implantei esta Comissão. Eu fui aos Estados Unidos, onde passei 15 dias, para identificar um modelo de comissão que, efetivamente, tivesse um poder real aqui dentro do Congresso Nacional. E aí fizemos um modelo com uma certa semelhança com a Comissão de Economia do Senado americano. Fundimos a Comissão de Economia do Senado, a de Finanças e a de Agricultura em uma só, dando a esta nova Comissão uma boa parcela de poder e de decisão.

Fui Presidente desta Comissão por duas vezes, mas sou uma pessoa profundamente disciplinada, desde a infância, e a minha disciplina será no sentido de seguir rigorosamente o que determinar o Presidente companheiro Delcídio do Amaral.

Muito obrigado.

Peço o voto a vocês porque o voto é uma coisa sagrada, uma relação de confiança, e farei o possível para atender às expectativas dos nossos companheiros.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB - PR) – Antes de passar a palavra ao Senador Ferraço, quero fazer uma consideração só sobre a proposta de gestão do Senador Delcídio.

Senador Delcídio, faça algum reparo à sua proposta de distribuir as relatorias conforme a proporcionalidade dos partidos. Aqui, cada Senador é um Senador representando seu Estado. E o correto é o que não se faz no Senado da República: todos os Senadores deveriam ter o mesmo direito no exercício das relatorias.

Quando fui Presidente da Comissão de Educação, eu fiz pela ordem alfabética, inclusive impedindo que o Relator indicasse outro para a relatoria que lhe houvesse sido atribuída no caso de sua renúncia. Isso estabelece uma isonomia entre todos e não prejudica os interesses do Governo ou das bancadas majoritárias, porque sempre se pode apresentar um relatório paralelo para ser votado em contraposição ao relatório do Senador indicado por ordem alfabética.

Há, na Mesa, uma proposta, de minha autoria, assinada por 60 ou 70 Srs. Senadores, que propõe que as relatorias do Congresso Nacional, basicamente as relatorias do Senado, sejam feitas da mesma forma como se distribuem as relatorias em juízo. Ou seja, elas seriam sorteadas por um algoritmo, o que faz com que não se repita a relatoria do mesmo Senador, com que se evite a sobrecarga de várias relatorias para um mesmo Senador, democratizando, definitivamente, o sistema. E, por uma dessas mágicas do Congresso Nacional, isso dorme na Mesa do Senado já há quase dois anos. E eu estou pedindo ao Presidente da Casa que coloque a proposta em votação, para que cada um dê a sua opinião e que essa opinião seja traduzida num voto e que não se sonegue ao exame do Plenário a resolução proposta por 67 ou 70 Senadores.

O Senador Ferraço pede a palavra como candidato, Senador?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Ainda não.

Presidente em exercício, Roberto Requião, apenas para propor a V. Ex^a, considerando que os candidatos são os candidatos Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, que nós possamos, por economia processual, fazer a eleição dos nossos colegas por aclamação, para que, ato contínuo, nós possamos já começar a discutir com o Senador Delcídio algumas questões que nos parecem absolutamente relevantes e inadiáveis, como a presença do Presidente do Banco Central nesta Comissão, pois, de acordo com o Regimento Interno da Casa, em fevereiro nós já deveríamos ter tido uma primeira audiência com ele para discutir os rumos e as diretrizes da política monetária no ano de 2015.

De igual forma, parece-me extremamente inadiável que nós possamos convidar para estar conosco na Comissão de Assuntos Econômicos o Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, para que nós possamos discutir com a Comissão de Assuntos Econômicos, que deve exercer essa prerrogativa, os rumos da política econômica, e não apenas os ajustes fiscais que nós estamos enfrentando em nosso País.

Portanto, é a sugestão que faço a V. Ex^a no momento em que V. Ex^a, na condição de nosso Presidente em exercício, nos conduz e nos preside muito bem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB - PR) – Nós ainda temos uma oradora inscrita, a Senadora Vanessa Grazziotin.

Mas, antes disto, coloco em discussão a proposta do Senador Ferraço.

Nós temos duas maneiras de conduzir a eleição: a maneira regimental, através da cédula e do voto secreto, ou por aclamação. A aclamação só é possível se for do agrado e da aceitação da unanimidade dos Senadores presentes.

Em discussão a proposta do Senador Ferraço.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Vamos encaminhar. Acho que todos concordam.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB - PR) – Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores que concordam com a aclamação permaneçam como estão; os contrários se manifestem. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em seguida, conforme a ordem de inscrição, passo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin, pelos mesmos 40 minutos oferecidos ao Delcídio do Amaral.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Já estão eleitos o Senador Delcídio e o Senador Raimundo?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB - PR) – Não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Ainda não?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB - PR) – Aprovamos o processo de votação. Depois da intervenção de V. Exª nós colocaremos em votação.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Ah, não! Então, veja bem: acho que o mais importante aqui é nós providenciarmos a eleição dos nossos dois companheiros, Senador Delcídio e Senador Raimundo, ambos com muita experiência. Eu não sabia que foi o senhor, Senador Raimundo Lira, que havia instalado esta que é uma das principais, das mais importantes Comissões do Senado Federal. E, como disse o Senador Requião e todos que me antecederam, neste cenário de crise econômica por que passa o País, ela terá um papel fundamental.

Acho que o que marca os dois Senadores, além da capacidade e competência, é a capacidade de diálogo, a capacidade de buscar convergências e, mais do que nunca, creio que o Brasil precisa disto: de muito diálogo e muita convergência.

Então, Sr. Presidente, fique à vontade para fazer a aclamação.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB - PR) – Coloco em discussão a chapa colocada à mesa, dos Senadores Delcídio e Raimundo Lira. *(Pausa.)*

Como ninguém se apresenta para discutir, encerro a discussão e coloco em votação, por aclamação.

Os Senadores que concordam com a eleição da chapa permaneçam como estão; os contrários se manifestem. *(Pausa.)*

Aprovado, por unanimidade. *(Palmas.)*

Essa eleição é como um casamento: quem não falou agora que se cale para sempre. *(Risos.)*

Senador Delcídio, eu o convido para assumir a Presidência na companhia do Senador Raimundo Lira.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – A minha preocupação era que o Requião se sentasse aqui e se lançasse candidato.

Primeiramente, eu queria agradecer...

Raimundo, você quer dar uma palavrinha?

Acho que é importante, né?

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB - PB) – Não precisa, não. Depois eu posso dar uma palavrinha.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Primeiro, eu queria agradecer a confiança de todos os Senadores e Senadoras, para que a gente cumpra essa missão de presidir a Comissão de Assuntos Econômicos, uma comissão muito importante no Senado Federal e no Congresso, especialmente neste momento que o Brasil vive. Sem dúvida nenhuma, este vai ser, como eu disse inicialmente, o grande foro de debates da política econômica e daqueles temas que toda a Nação brasileira acompanha muito de perto.

Eu já tive oportunidade, junto com o Senador Raimundo Lira, de comandar a Comissão de Assuntos Econômicos. O Senador Raimundo Lira foi o primeiro Presidente da CAE no Senado, já comandou a CAE duas vezes também.

Quero dizer a você, meu caro Senador Raimundo Lira, que nós vamos trabalhar a quatro mãos, muito juntos.

Fazendo um breve registro sobre o que o Senador Requião aqui disse, quando eu fui Presidente da CAE pela primeira vez, em 2011 e 2012, nós sempre procurávamos distribuir as relatorias pela proporcionalidade e dando oportunidade a todos os Senadores e Senadoras. Se a gente resgatar, recuperar os números de 2011 e 2012, nós sempre tivemos muito cuidado de valorizar todos os Senadores e Senadoras. E assim nós vamos continuar fazendo esse trabalho.

E queria também registrar aqui – eu estava conversando com o Senador Ferraço – que alguns Senadores e Senadoras já estão encaminhando requerimentos, requerimentos muito importantes. E esta Comissão votou um ato que, de certa maneira, disciplina todos os encaminhamentos, não só de requerimentos, projetos... É o Ato nº 1, de 2011, da CAE. Portanto, esses requerimentos que as Sras e os Srs. Senadores já estão fazendo nós votaremos já na terça-feira.

Quero registrar também – o Senador Ferraço vai falar do assunto com mais acuidade – que os primeiros requerimentos convidam o Ministro da Fazenda, o Ministro do Planejamento e o Presidente do Banco Central.

Como foi muito bem dito aqui pelo Senador Ricardo Ferraço, naquela rotina de, a cada três meses, o Presidente do Banco Central vir à Comissão de Assuntos Econômicos, nós já estamos no momento adequado para que ele venha novamente falar sobre os pontos de vista do Presidente do Banco Central sobre a economia brasileira.

Portanto, vamos dar celeridade à aprovação desses requerimentos, porque acho esses temas são muito relevantes e de extrema importância para nós, o Senador Raimundo Lira e eu, começarmos um trabalho forte ao longo destes próximos dois anos no sentido de fazer com que esta Comissão protagonize o debate econômico no Senado Federal e no Congresso Nacional.

Com a palavra o Senador Walter Pinheiro e, depois, o Senador Agripino Maia.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente, não pude participar do início dos trabalhos, até por conta da nossa Comissão de Ciência e Tecnologia, cuja reunião se prolongou um pouco, mas quero registrar a minha tristeza por não estar aqui desde o início, porque fico muito contente com o fato, relatado pelo Senador Raupp, de que eu reclamava, Senador Delcídio, por V. Exª não ter me chamado para votar em V. Exª. Mas aqui foi uma votação por aclamação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – V. Exª tem voto em mim até no meu telefone celular.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Quero, primeiro, dizer da importância deste momento assumido por esta Comissão. V. Exª sabe, inclusive, que travamos isso na Bancada do Partido dos Trabalhadores. Até por uma questão de obrigação com a minha base social, declarei publicamente por que declinei do convite da Bancada para presidir esta Comissão e por que hipotecava total apoio ao nome de V. Exª, até para voltar a presidir este colegiado, entendendo dois aspectos: primeiro, por uma questão, inclusive, de indisponibilidade, de minha parte, de tempo integral para a CAE, até porque continuo muito ligado ao setor de infraestrutura, ciência e tecnologia. Portanto, eu teria de me dividir entre essas duas questões. Acho que a questão econômica é uma das questões mais importantes deste momento. Então, conversei com V. Exª, que assumiu o compromisso de tocar isso aqui com a inteireza de suas ações, como uma prioridade.

Este é um dos piores momentos da nossa economia. Esta Comissão tem o dever e a obrigação de chegar junto com as contribuições e de cobrarmos do Governo um dos pilares importantes que começamos a discutir aqui em 2011, que é a questão do Pacto Federativo e da consequente reforma tributária.

Portanto, não é um desafio pequeno, mas próprio de quem dirige esta Comissão. Tanto V. Exª quanto o Senador Raimundo Lira vão pilotar esta Comissão, recheada de membros com experiência, de ex-Governadores, de Senadores que têm se dedicado ao tema, e cabe a todos nós dar a nossa contribuição e cobrar, efetivamente, a aplicação de propostas e projetos que possam ir ao encontro de uma solução que paute a economia deste País e o coloque na rota do crescimento.

Assim, quero parabenizar V. Exª e dizer que vou estar aqui, agora não na mesa, mas na bancada, firme e forte, tentando retomar um dos temas que abraçamos em 2011, mas que, lamentavelmente, não conseguimos chegar, ao final de 2014, às realizações por conta de diversos fatores, sendo o maior deles, na minha opinião, a incompreensão de Governo ao tratar de um tema tão importante, que é o Pacto Federativo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Obrigado, Senador Walter.

Quero registrar também que V. Exª, que era o candidato, Senador Lindbergh, à Presidência do Senado pela Bancada do PT...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) –

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Ou melhor, à Presidência da CAE.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Está revelando aí.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Estou começando a revelar alguns segredos aqui.

O Senador Walter Pinheiro seria indicado como Presidente da CAE, mas abriu mão em função de uma série de atividades que desenvolve não somente aqui, em Brasília, no Senado, mas também no seu Estado, a nossa querida Bahia. Eu não poderia deixar de registrar isto, assim como o fato de que a Senadora Gleisi Hoffmann vai também ocupar espaços importantes no Senado, ajudando os Senadores e as Senadoras nesse grande debate nacional.

Agradeço as palavras, Senador Walter Pinheiro.

Passo a palavra para o Senador Agripino Maia. Depois, Senador Ferraço e, depois, Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Senador Delcídio, inicialmente, quero cumprimentar V. Exª e lamentar apenas o fato de que a votação de V. Exª e do Senador Raimundo Lira tenha ocorrido por aclamação, porque isso me privou do prazer que, tenho certeza, teria de ter a unanimidade contada dos votos. Teria, teria, com certeza, a unanimidade declarada dos votos, por uma razão muito simples: pelo republicanismo com que V. Exª exerce as funções que lhe são atribuídas. Assim foi presidindo uma Comissão importantíssima, presidindo esta Comissão de Assuntos Econômicos, de onde saiu, inclusive, consagrado pela manifestação dos seus pares. V. Exª é um Senador de qualidade, apreciado e justo.

É em nome disso que faço dois pedidos a V. Exª. Esta Comissão trata de assuntos extremamente abrangentes, e nem sempre o que é abrangente tem foco definido. Eu quero lembrar a V. Exª duas coisas: como comandante da Comissão de Assuntos Econômicos, peço a V. Exª que foque em cima da questão, que está perto de ser resolvida, dos incentivos fiscais e da criação do fundo de compensação.

Estamos em um processo de discussão avançado. A ebulição dos fatos políticos interrompeu a conclusão. Tivemos reunião inclusive com o novo Ministro da Fazenda, reunião de Líderes, na Presidência da Casa, estivemos perto de chegar ao entendimento, mas tudo foi interrompido. Essa missão pode ser levada à frente, conduzida pelo Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, onde o tema está sendo tratado. Eu pediria a V. Exª que focasse nesse primeiro assunto, que é fundamental para a economia da minha região e das regiões Centro-Oeste e Norte. igualmente muito importantes. Estamos próximos de uma solução. Então, peço que V. Exª foque, com a determinação e com o pragmatismo que lhe são peculiares, na obtenção desse gol, ou seja, na chegada, ao final, de um entendimento sobre a administração dos incentivos fiscais, sua manutenção e em que termos.

O segundo assunto que eu queria lembrar V. Exª. V. Exª falou sobre a vinda de autoridades de três em três meses à Comissão de Assuntos Econômicos. Eu tenho um projeto tramitando desde 2013, o PRS nº 11, de 2013, cujo Relator é o Senador Romero Jucá, que determina da vinda do Presidente do BNDES. O Brasil todo sabe que o BNDES hoje é parte importantíssima do Orçamento da União. Parte importantíssima dos investimentos que são feitos no Brasil, que têm que ser observados, fiscalizados, discutidos, são feitos a partir de recursos do BNDES, que são recursos, em grande medida, obtidos do Tesouro Nacional, que toma esse dinheiro emprestado a uma taxa de juros alta e o repassa ao BNDES, que o empresta, privilegiadamente, a alguns grupos a juros mais baixos. Há, portanto, uma discussão envolvida, e a minha pretensão é de que o Presidente do BNDES, seja quem for, venha a esta Casa pelo menos de três em três meses para, a exemplo do que faz o Presidente do Banco Central, fazer uma discussão com os membros da Comissão sobre como anda o processo de investimentos com recursos do BNDES à economia brasileira, à indústria, aos serviços, à agricultura, enfim, tudo. Que se dê prioridade, que volte à pauta esse projeto e que se dê prioridade à sua apreciação e à sua possível aprovação.

É o apelo que faço a V. Exª, e não é um apelo, mas um apelo duplo, confiando no pragmatismo e no republicanismo permanente das ações de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Agripino.

Nós estamos aqui, inclusive, com o Projeto nº 11, de autoria de V. Exª, que, com certeza, iremos pautar, porque acho que o tema BNDES é de extrema relevância, importante até pelo papel que o BNDES cumpre na economia brasileira. Portanto, assumo aqui o compromisso de pautarmos esse projeto de V. Exª, que tem como Relator o Senador Romero Jucá.

Passo a palavra agora para o Senador Ricardo Ferraço, do Espírito Santo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente, primeiro, quero cumprimentar V. Exª e estender esse cumprimento ao Senador Raimundo Lira, com quem V. Exª vai compartilhar a coordenação dos trabalhos na Comissão de Assuntos Econômicos.

V. Exª já nos presidiu aqui durante o ano de 2011 e 2012. De igual forma, num outro período, o Senador Raimundo Lira também já exerceu a Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos.

No período em que V. Exª aqui nos dirigiu, V. Exª o fez com equilíbrio, dirigindo os trabalhos colocando o interesse nacional acima de qualquer outro interesse.

Nem sempre convergimos. Divergimos, em profundidade, na guerra ou no debate travado em relação à chamada “guerra dos portos”, que, à época, foi trazida a esta Comissão, por meio da Resolução nº 13, de autoria do Senador Romero Jucá, como a grande solução para a equação ou o equilíbrio da balança comercial brasileira. A “guerra dos portos” foi classificada como o bode expiatório, como a responsável pela grande movimentação de importação. O tempo revelou que isso era uma grande bobagem, como nós, à época, discutimos aqui nessa reunião.

Mas V. Exª, mesmo que divergíssemos aqui e acolá, em momento algum deixou de ser republicano, deixou de ser democrático. Então, quero revelar a minha satisfação de voltar a militar nesta Comissão, tendo V. Exª agora ao lado do Senador Raimundo Lira, Senadores de dois Estados emergentes, o Estado de Mato Grosso do Sul e o Estado da Paraíba, assim como o meu Estado, o Espírito Santo, que também é um Estado emergente, que luta, que briga para que nós possamos ter condição de competir em pé de igualdade com os maiores Estados federados, que concentram em torno de si a economia brasileira.

Digo isto na esteira do que disse aqui o Senador José Agripino. Nós continuamos submetidos à ameaça da Súmula Vinculante nº 69, proposta por S. Exª o Sr. Ministro Gilmar Mendes, o bom Ministro Gilmar Mendes. Essa súmula vinculante, Sr. Presidente, que conhece o tema, é de consequências desastrosas para a economia brasileira e para o conjunto dos nossos Estados.

O Supremo Tribunal Federal tem dado ao Senador da República, a Casa da Federação brasileira, o tempo e o espaço para que nós possamos nos movimentar. E isso nós fizemos, inclusive, no ano anterior, com a liderança do Senador Lindbergh, que foi o nosso Presidente, e do nosso Senador Luiz Henrique, que foi o Relator e o grande maestro de uma grande concertação em torno desse tema. Chegamos a fazer uma reunião com vários Senadores e o Ministro Joaquim Levy, que afirmou, naquela ocasião, que nós retomariamos, ainda no mês de março, esse debate em relação à Súmula Vinculante nº 69, que tem um impacto muito forte em nossos Estados.

Então, eu quero corroborar aqui o que afirmou o Senador José Agripino na direção que V. Exª possa priorizar esse tema pelo impacto que ele tem nas economias do nosso Estado e sugerir a V. Exª que já possamos, acelerando nossa pauta, porque já estamos no mês de março, fazendo a invocação do art. 99 do Regimento Interno do Senado, que consagra no seu item VII, §1º:

§ 1º A Comissão promoverá audiências públicas regulares com o Presidente do Banco Central do Brasil para discutir as diretrizes, implementação e perspectivas futuras da política monetária.

§ 2º As audiências de que trata o § 1º deste artigo ocorrerão na primeira quinzena de fevereiro, abril, julho e outubro(...)

Ou seja, torna-se desnecessário requerimento ou deliberação de qualquer dos Srs. Senadores para que V. Exª possa ultimar os detalhes para que, quem sabe, na próxima terça-feira possamos ter aqui a presença do Presidente do Banco Central para discutir a política monetária do Brasil, os seus desafios para 2015 e o impacto que isso tem na política econômica, na política cambial no momento em que estamos vendo o dólar ultrapassar a barreira dos R\$3,00, com consequências para a economia brasileira e para o conjunto dos empreendedores nacionais.

Então, a sugestão que faço é que, considerando que não há necessidade de requerermos a presença aqui, já que é um imperativo regimental, V. Exª, com a habilidade que tem, com a capacidade de agregação, possa já convidar o Presidente do Banco Central para que façamos, já na próxima terça-feira, debate relacionado à política monetária do Governo brasileiro, do Banco Central, aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos.

Fariamos também uma reunião deliberativa, aprovando os requerimentos. Aí, sim, não pode ser nessa reunião, mas na seguinte... Inclusive, sou autor de requerimento convidando o Ministro da Fazenda para apresentar a estrutura do ajuste fiscal para que possamos debater política econômica ainda no mês de março. É a sugestão que faço a V. Exª, se for esse o seu entendimento e o de nossos colegas com quem compartilhamos o dever de dar a esta Comissão o protagonismo necessário nesta quadra extremamente desafiadora da economia do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente, renovando meus cumprimentos a V. Exª e ao Senador Raimundo Lira.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Ferraço.

Sabendo do interesse de V. Exª e dos demais Senadores e Senadoras, eu, já na semana passada, conversei com alguns diretores do Banco Central. Sei da importância desses temas que V. Exª aqui relatou. O §2º do art. 99, que V. Exª acabou de citar, nos dá flexibilidade para, dentro de um entendimento entre a Comissão de Assuntos Econômicos e o Banco Central, ajustar as datas, uma vez que esse §2º determina claramente, como V. Exª citou, que o Presidente do Banco Central viria em fevereiro, abril, julho e outubro.

Já tive uma conversa prévia com eles na semana passada e a assessoria do Banco Central acabou de comunicar que já está em contato com o Presidente do Banco Central para começarmos a acelerar essas audiências, porque elas são fundamentais para iniciarmos o debate.

Não posso deixar de destacar a questão da “guerra dos portos”, que V. Exª citou muito bem, um tema amplamente debatido aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos. Foi um momento difícil, mas discutimos democraticamente esse assunto, abertamente, francamente, com os reflexos que V. Exª acabou de relatar também, depois de todo aquele debate e de tudo a que assistimos.

É importante ressaltar que o Senador Luiz Henrique e o Senador Lindbergh, que comandou a Comissão de Assuntos Econômicos, fizeram um trabalho extraordinário de articulação, de coordenação para debater os temas do Pacto Federativo, da convalidação dos incentivos, a questão do ICMS, a questão do Confaz, e nós precisamos retomar isso urgentemente. V. Exª falou muito bem, assim como o Senador Agripino, quando fez a sua fala, que há urgência em se buscar uma definição para essa convalidação dos incentivos...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB - SC) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – ... porque é uma espada de Dâmoques sobre todos os Estados brasileiros a não convalidação dos incentivos, até porque já existe uma decisão do STF considerando inconstitucionais os incentivos. Só falta, como disseram o Senador Ferraço e o Senador Agripino, a súmula vinculante. Portanto, nós estamos em um momento delicado e isto tem que ser uma prioridade da Comissão de Assuntos Econômicos. Não tenho dúvida de que os Estados de todos os Senadores e Senadoras que estão aqui estão enfrentando essas dificuldades, porque tiveram seus incentivos aprovados nas assembleias legislativas, pelas dificuldades do Confaz, da unanimidade do Confaz. E agora muita gente parou de investir porque espera uma definição sobre esses incentivos.

O Senador Luiz Henrique pediu um aparte e ainda temos inscritos os Senadores Hélio José, Telmário e Reguffe.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB - SC) – É só para fazer uma comunicação, Sr. Presidente, a respeito disso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – E o Senador Tasso Jereissati.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Sr. Presidente, hoje o Confaz está reunido em Goiânia. Nós vínhamos realizando, na condição de Relator da matéria, reuniões do Confaz no nosso gabinete. E temos o compromisso do Presidente do Confaz de voltarmos a nos reunir logo após essa reunião do Confaz. Eu pediria a V. Exª, gostaria de sugerir que, ao invés de fazer no meu gabinete essas reuniões para tratar desses assuntos, da convalidação, do novo indicador do ICMS, dos fundos de compensação e de desenvolvimento regional, que elas sejam feitas aqui, nesta Comissão, sob a sua competente presidência.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique.

Mais uma vez, registro aqui o trabalho do Senador Lindbergh à frente da Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos, republicano, competente, defendendo o nosso País e o seu Rio de Janeiro, e também, Senador Luiz Henrique, o desempenho de V. Exª aqui, na CAE, sempre absolutamente irretocável, impecável.

Passo a palavra agora ao Senador engenheiro Hélio José.

Ainda temos inscritos os Senadores Telmário, Reguffe, Tasso Jereissati, Omar Aziz e Fernando Bezerra.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Senador Delcídio do Amaral, Senador Raimundo Lira, é com muito prazer que faço parte desta Comissão e também é com muita alegria que participamos aqui da eleição, por unanimidade, de V. Exªs, pessoas preparadas, homens públicos de altíssima qualidade, para estar à frente desta Comissão neste momento tão importante para o nosso País.

Como o Senador Delcídio do Amaral ressaltou aqui, sou engenheiro eletricista, como ele. Nós somos os dois engenheiros eletricistas desta Casa, porque nosso outro companheiro, o Senador Eduardo Braga, está no Ministério de Minas e Energia. E nós, como engenheiros, sabemos da importância de o Brasil caminhar, como se diz de uma forma até meio chula, para frente – a gente caminha para frente –, mas, para caminhar para frente, a gente precisa estar discutindo esses assuntos tão importantes para o setor produtivo nacional. O Brasil não pode continuar estancado em obras importantes da infraestrutura nacional. Baseado nisso, Senador Delcídio do Amaral, faço minhas as palavras do Senador Agripino Maia. Há necessidade de a gente realmente estar conversando com o Presidente do BNDES de quando em quando para poder discutir melhor a questão das grandes obras de infraestrutura nacional e vermos como se superam alguns gargalos.

Para nós, é importante a questão do setor produtivo. O Brasil não pode continuar nessa dificuldade que está hoje. Cada vez mais, “tem um aperto ali, vamos aumentar imposto”. Nós precisamos aqui estar discutindo uma forma de incentivar o setor produtivo a investir mais, a colaborar para que nós possamos caminhar para o desenvolvimento social de forma adequada.

Eu quero concluir simplesmente cumprimentando V. Ex^a e deixando claro que, para mim, é prazeroso estar aqui, contribuindo neste plenário. Eu gostaria de sugerir, se fosse possível, porque eu também faço parte da Comissão de Relações Exteriores, que estará se reunindo agora, a partir das 11 horas, que nossos trabalhos começassem às 9 horas, a partir das próximas agendas. A previsão é que comecemos aqui às 10 horas. Dessa forma poderíamos nos dividir melhor para poder participar tanto da Comissão de Assuntos Econômicos, que é de grande relevância para nosso País, como da Comissão de Relações Exteriores, também de grande relevância.

Muito obrigado, Senador Delcídio. Conte com a minha solidariedade e meu companheirismo. Estarei aqui sempre como parceiro nessa batalha em prol de um Brasil melhor, um Brasil desenvolvido.

Muito obrigado, Senador.

Senador Raimundo Lira, também é um prazer estar com V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, meu caro companheiro, engenheiro, Hélio José.

Passo a palavra ao Senador Telmário Mota, de Roraima, nossa querida Roraima.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Pois é, precisando mais do que ninguém desta Comissão.

Senador Delcídio, Senador Raimundo Lira, fiquei feliz em ver V. Ex^a, Senador Delcídio, bem consciente da importância da Comissão e, mais do que da importância da Comissão, dos temas que pedem celeridade aqui dentro.

Eu queria parabenizar o Senador Ricardo Ferraço pela colocação que fez da necessidade de a gente começar os trabalhos ouvindo, naturalmente, o Presidente do Banco Central para conhecermos as diretrizes hoje balizadas para o nosso País.

Ouvi também a colocação do Senador Agripino, sua proposição, e vejo que esta Comissão tem uma composição de muitos Senadores do Norte. Só do Amazonas eram três agorinha: a Sandra, a Vanessa e o Omar. Vou fazer uma emenda à proposição do Senador Agripino para que o Basa, que é a instituição fomentadora da economia do Norte, principalmente, da Amazônia Legal, possa também estar sendo ouvido.

Você se pauta para ouvir, Senador Delcídio, o Presidente do Banco Central, o Planejamento, mas as economias regionais, que são desmembradas, como a Suframa, o Basa e outros órgãos institucionais, instituições financeiras que estão ali prontas para alavancar a economia, ninguém está vendo essa política de fato acontecer. O meu Estado tem sido muito vítima disso. No meu Estado de Roraima, hoje, com poucos recursos, temos condições de ter uma estrada para a Guiana Inglesa, em uma parceria, e tem um poço profundo bem ali, a três dias do Pacífico e a um dia da América Central. Então, é um ponto importante para a exportação brasileira, principalmente para o Amazonas, que hoje já produz, já tem competitividade em nível internacional e que pode ser um grande parceiro naquela utilização de energia. A Guiana Inglesa tem, hoje, facilidade de fornecer energia, porque lá eles não têm tantas dificuldades ambientais como o Brasil tem e podem oferecer uma energia fantástica, que hoje o Brasil já tem com outras parcerias.

Então, é importante ouvirmos essas instituições que cuidam das economias regionais para que possamos dimensionar uma economia sólida para todo o País.

Fico satisfeito em ver que V. Ex^a está empenhado nessas proposições. Sem dúvida, acredito muito no comando de V. Ex^a e do Senador Raimundo Lira e que não seja só nas quatro mãos, mas que seja nas mãos de todos que estão aqui dentro para a gente dar uma resposta rápida para o Brasil e, principalmente, para a nossa Região Norte e para o meu Estado, Roraima, que tanto clama por isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Telmário Mota.

É importante registrar isto, Senador, porque, às vezes, ficamos aqui discutindo a macroeconomia, mas muitas vezes falta um pouco uma discussão mais regionalizada, que é o que V. Ex^a falou com muita competência. E, sem dúvida alguma, nós vamos estar muito preocupados com isso, até porque a Amazônia está excelentemente representada aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Telmário Mota.

Concedo a palavra ao Senador Reguffe e, depois, ao Senador Omar Aziz.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador Delcídio, primeiro, quero parabenizar V. Ex^a, pela eleição para Presidente desta Comissão, e o Senador Raimundo Lira, pela eleição para Vice-Presidente desta Comissão.

Depois, quero me somar aqui ao Senador Ricardo Ferraço na colocação que ele fez. Considero que é importante que nós não deixemos passar uma semana, para discutir apenas na próxima terça, para chamar o Presidente do Banco Central para a outra semana. Se nós pudéssemos abreviar uma semana e já ter aqui, no Pleno desta Comissão, na semana que vem, o Presidente do Banco Central, considero que isso seria de grande valia para esta Comissão, para os trabalhos desta Comissão.

O Brasil vive um momento muito grave. A grande função de um Banco Central de um país é ser guardião da moeda desse país, e a única coisa que o Banco Central não tem feito é ser guardião da moeda deste País. Antes, o objetivo do Banco Central era o centro da meta, 4,5%, depois passou a ser o teto da meta, 6,5%, e hoje não há mais objetivo algum. Qualquer pessoa que entenda o básico de economia sabe que a inflação é exponencial, que a inflação já explodiu o teto da meta. O Banco Central tem de dar uma resposta à população deste País, ao cidadão deste País, porque o cidadão deste País está completamente perdido e a sensação que se tem é que temos um Banco Central que está acéfalo, porque não controla absolutamente nada da economia deste País.

Então, é muito importante que tenhamos nesta Comissão o Presidente do Banco Central e que ele dê uma resposta não só ao Pleno desta Comissão como também à população brasileira. O dólar já ultrapassou o valor de R\$3,00, e isso tem um impacto na inflação num ponto futuro, e cabe ao Presidente do Banco Central explicar à população brasileira o que ele está fazendo e vai fazer de prático, de concreto, para cumprir a função do Banco Central, que é a de ser o guardião da moeda do País.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Reguffe.

Pelas observações, também vamos priorizar, como V. Ex^a disse, a vinda do Presidente do Banco Central. Acho que isso é extremamente importante, até pelo momento que nós vivemos.

Com a palavra o Senador Omar Aziz, Governador do Amazonas e agora Senador da República por aquele querido Estado.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) – Primeiro, quero parabenizar o Senador Dalcídio e o Senador Raimundo Lira. A experiência dos dois conduzindo comissões ninguém questiona. E sei do equilíbrio que os dois terão de ter nesta Comissão. Esta é a Comissão mais difícil do Senado Federal, é a Comissão em que um Estado disputa com outro, é a Comissão em que há 27 Senadores e em que nunca haverá uma votação em que todos sairão satisfeitos. Então, vejo que a habilidade e a experiência em conduzir esse processo, neste momento que o País vive, são importantes demais.

Confio muito no trabalho dos senhores e sei das dificuldades que terão. O que é bom para o Amazonas às vezes não é bom para o Pará ou, às vezes, não é bom para São Paulo. O que é bom para a Paraíba não é bom para Alagoas. É esse o conflito que vamos viver aqui no dia a dia.

É importante ressaltarmos duas questões. Uma delas é a questão dos investimentos feitos pelo BNDES. Se queremos passar o País a limpo, temos de começar pelos investimentos feitos pelo BNDES. É um absurdo que as regiões mais pobres deste País, com dinheiro subsidiado, tenham menos acesso a esses recursos. E vemos a facilidade com que regiões mais desenvolvidas do País ou outros países têm acesso a recursos do BNDES. Nesta Comissão, não podemos fazer de conta que está tudo bem. Não está tudo bem dentro do BNDES. Não está tudo bem. Há, sim, benefícios dados pelo BNDES a empresários para algumas coisas que não são de interesse nem geram empregos necessários para o País.

A questão da “guerra fiscal” é outra questão que teremos que debater. A “guerra fiscal” quebrou os Municípios, está quebrando os Estados. Se não está pior, é porque há uma súmula vinculante, o que deu uma melhoria. Imaginem se não estivesse vigorando essa súmula vinculante agora, neste momento do País, em que estamos em crise, querendo investimentos. Os Estados e os Municípios estariam abrindo mão de qualquer coisa para ter a geração de um ou dois empregos.

Então, essa é uma questão muito séria para o tamanho do nosso País. E mais: muitos desacreditam a indústria nacional. A nossa indústria nacional não perde para indústria nenhuma do mundo. Nós temos tecnologia de ponta em eletroeletrônicos, temos tecnologia de ponta em muitos bens finais que são produzidos neste País e que poderiam estar sendo exportados se o Ministério das Relações Exteriores, se o Governo Federal se empenhasse para que a gente pudesse fazer isso. Cabe a nós, aqui, nesta Comissão, Senador Dalcídio e Senador Raimundo Lira, discutir isso profundamente.

Neste momento, não quero, aqui, entrar em detalhes sobre questões políticas, mas, sim, falar sobre o Brasil. Se este é o momento em que a Presidenta Dilma pode dar uma resposta à Nação, ela poderia dizer: “Eu topo passar o Brasil a limpo. Eu topo fazer as mudanças que o povo brasileiro está esperando. Eu quero fazer isso, independentemente de partido político, independentemente de gostarem ou não.”

O Brasil é um país rico. Tiram do Brasil desde 1500, mas ele nem acaba, nem fica pouco, e não é agora que vão acabar com o Brasil, mas o povo brasileiro espera uma resposta nossa.

Esta Comissão, como eu disse no início, é a mais difícil de presidir. Nunca haverá convergência, nunca haverá unanimidade. A única unanimidade que houve nesta Comissão foi para a sua eleição e a do Senador Raimundo Lira. Não haverá unanimidade para as outras questões que iremos discutir aqui, mas eu estarei aqui para ajudar e discutir temas importantes para o nosso País e para o Estado que represento, que é o meu querido Amazonas, que represento com muito orgulho, com muita satisfação. Adoro aquela população.

Um abraço e boa sorte nos seus trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Omar Aziz.

Sem dúvida nenhuma, esses temas todos, esta Comissão, mais do que nunca, precisa comandar, especialmente neste momento.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Passo a palavra ao Senador José Medeiros, último Senador inscrito.

Quero só registrar que o Senador Fernando Bezerra e o Senador Tasso tiveram que se retirar porque há uma votação agora para Presidente e Vice da Comissão de Relações Exteriores. Como eles são titulares daquela Comissão, eles tiveram que se deslocar para a Comissão de Relações Exteriores, mas já fizeram o registro aqui.

Passo a palavra agora para o Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Presidente Delcídio, parabenizo-o pela eleição, assim como o Senador Raimundo Lira.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Obrigado.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Como os outros Senadores já disseram, a Comissão não poderia estar mais bem representada. A gente olha para o Senador Delcídio e já vê a Comissão de Assuntos Econômicos, por ele tão bem a presidir.

Senador, o Senador Omar Aziz até colocou a questão da unanimidade, que, na maioria das vezes, não vai ocorrer aqui. Mas creio que há um assunto que é unanimidade, que se refere aos fundos de compensação, Senador Delcídio. Nenhuma Unidade da Federação brasileira o recebeu. Trata-se de um fundo muito importante, e vou falar especificamente em relação ao meu Estado, Mato Grosso.

Nós vivemos da exportação de *commodities*. O Estado não arrecada um centavo sobre isso em termos de ICMS, porque está contribuindo muito para o País. Ao mesmo tempo em que Mato Grosso produz e contribui para o País, na mesma proporção ele está sendo penalizado ao não receber essa compensação. Com a Lei Kandir, como V. Ex^a sabe, ao incentivar a exportação, os Estados produtores não arrecadam ICMS sobre isso. Criou-se, então, o fundo para compensar isso. Mas os Estados não receberam em 2014, e a preocupação é imensa, notadamente em um Estado como o nosso, que carece de tudo.

Mato Grosso está sendo cantado em verso e prosa como um Estado rico, com Municípios com alto IDH. Nós temos, é verdade, ilhas de excelência, mas nós temos bolsões de miséria que extrapolam muito a quantidade de ilhas de excelência. Nós somos um Estado carente, carente de tudo. Nós temos um região de fronteira seca, Senador Delcídio, de 900 quilômetros, que não é muito diferente do seu Estado, o nosso Estado vizinho de Mato Grosso do Sul, e precisamos fomentar a economia nessas regiões para que as populações dali não continuem sendo vítimas do crime organizado e de tudo o que permeia a região.

Nossa infraestrutura está extremamente carente. Nós temos lá a 163 para escoar praticamente toda a nossa produção e fazer todo o nosso tráfego. A região de Rondonópolis a Cuiabá já ficou esgarçada, porque temos 200 quilômetros que às vezes tomam seis horas de quem por ali passa. Isto é inimaginável. Leva-se 6 horas para rodar 200 quilômetros, de tanta carreta e porque nesse corredor as duas principais rodovias do Estado, a BR-364 e a BR-163, se sobrepõem.

O Estado, em contrapartida, tenta encontrar caminhos, mas obviamente falta dinheiro para fazer toda essa infraestrutura. Nós estamos produzindo além da capacidade de escoamento, mas, ao mesmo tempo, temos essas carências todas. Por isso é que há quase que um grito de desespero do Estado para que possamos discutir o repasse desses recursos do FEX para o Governo. Como é uma pauta abrangente – vamos dizer assim, o calo aperta em todos os Estados brasileiros –, eu faço um apelo aqui aos Senadores desta Comissão para que possamos também, no momento apropriado, nos debruçar sobre o assunto e sensibilizar o Governo para a necessidade de repassar esses recursos ou de criar pelo menos uma regularidade de repasses para os próximos anos. Hoje, fica-se à espera de que esses recursos venham, meio que na discricionariedade do Poder Executivo. Precisamos mudar e avançar nesse tema.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, meu caro Senador José Medeiros, do nosso Estado irmão, Mato Grosso. Faço minhas as palavras de V. Ex^a, porque nós so-

mos apontados como Estados extraordinários, emergentes, mas nós temos muitos problemas, especialmente nas regiões de fronteira. Nós fazemos fronteira com o Paraguai e fazemos fronteira com a Bolívia. Eu nasci na fronteira com a Bolívia. Essa questão dos Municípios de fronteira é uma questão absolutamente fundamental.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Na querida Corumbá.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Na querida Corumbá, que V. Exª conhece bem.

E eu também entendo que o Brasil não avançará se não tiver olhos para o Brasil profundo, que é o Brasil das fronteiras. As grandes distorções que a nossa sociedade tem vivido estão nascendo nas fronteiras. Então, não adianta o Governo montar um programa forte de monitoramento de fronteira – eu sou um defensor do Sisfron –, se nós não dermos uma atenção especial para os Municípios de fronteira e para um projeto de desenvolvimento econômico e social nessas fronteiras com o Paraguai e com a Bolívia. Nós só vamos melhorar a situação nas fronteiras se as pessoas tiverem perspectivas. Não adianta só atuar na consequência; nós temos que atuar na origem, que torna as populações que vivem nas regiões de fronteira muito vulneráveis em função das próprias especificidades que principalmente o Paraguai e a Bolívia dividem com o Brasil.

Portanto, faço coro com as palavras de V. Exª e aproveito para desejar-lhe muito sucesso, porque sei que V. Exª substituiu uma pessoa muito querida aqui, uma pessoa que agora tem uma nova missão, que é governar o Estado do Mato Grosso.

Cumprimento os demais Senadores e Senadoras.

Eu queria pedir para o Senador Raimundo Lira fechar esta nossa reunião, até porque ele é o nosso decano na CAE. Sem dúvida nenhuma, nós vamos fazer um trabalho muito juntos, pela experiência que tem, pelo espírito público que tem. Nós vamos fazer uma dobrada muito boa, e a CAE, não desmerecendo nenhuma outra comissão permanente do Senado, do meu ponto de vista, vai ser a estrela dos próximos dois anos, até pelo momento que vivemos.

Com a palavra o Senador Raimundo Lira.

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB - PB) – Inicialmente, eu gostaria de reafirmar a minha satisfação, a minha alegria e a minha honra de estar junto aqui com o Senador Delcídio do Amaral, um Senador que tem muito prestígio na Casa, um Senador que tem muito prestígio em seu Estado e no Brasil. Portanto, Delcídio, estarei aqui sempre à sua disposição para colaborar e ajudar na administração exitosa que V. Exª fará à frente da Comissão de Assuntos Econômicos.

Agradeço aos Senadores que nos elegeram por unanimidade e repito: a minha função de Vice-Presidente será a de colaborar com a administração do Senador Delcídio do Amaral e apoiá-la.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Raimundo Lira. Que Deus nos abençoe e nos ilumine nesta caminhada que, eu sei, não será fácil!

Agradeço mais uma vez, aos Senadores e às Senadoras, aos representantes do Banco Central, do Ministério da Fazenda, do Ministério do Planejamento, da Casa Civil, aos representantes de instituições financeiras aqui presentes e às várias lideranças que vieram acompanhar esta reunião inaugural da nova legislatura da Comissão de Assuntos Econômicos.

A vocês o meu muito obrigado e até a próxima semana, terça-feira, às 10 horas, que é o horário, já institucionalizado, de funcionamento da Comissão de Assuntos Econômicos.

Agradeço também a toda a equipe da Comissão de Assuntos Econômicos, um time de gente competente, de craques, que, sem dúvida alguma, vai nos ajudar muito nesta grande caminhada.

Muito obrigado a vocês e até a próxima terça-feira.

(Iniciada às 10 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 37 minutos.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 2015, QUARTA-FEIRA, ÀS 15 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às quinze horas e dezoito minutos, do dia dezoito de março de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência em exercício do Senhor Senador Edison Lobão, com a presença dos Senadores José Pimentel, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Romero Jucá, Garibaldi Alves Filho, José Maranhão, José Agripino, Ronaldo Caiado, Aécio Neves, José Serra, Antonio Anastasia, Antonio Carlos Valadares, Eduardo Amorim, Magno Malta, Paulo Paim,

Ivo Cassol, Omar Aziz, Waldemir Moka, Wilder Moraes, Ataídes Oliveira e das Senadoras Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Simone Tebet, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Acir Gurgacz, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Luiz Henrique, Roberto Rocha, Randolfe Rodrigues, Marcelo Crivella e a Senadora Gleisi Hoffmann. Registra a presença o Senador Paulo Rocha. Havendo número regimental, o Senhor Presidente em exercício (Senador Edison Lobão) declara aberta a Reunião. A Presidência registra a presença de Sua Excelência a Desembargadora do Tribunal de Justiça da Paraíba e esposa do Senador José Maranhão, Maria de Fátima Moraes Bezerra Cavalcanti. Passa-se à apreciação da pauta: Instalação e Eleição. Assunto/Finalidade: Instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e Vice-presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para o biênio 2015/2016. Por entendimento da Mesa e aprovação dos membros da Comissão é dispensada a eleição por votação nominal para que seja feita por aclamação. Resultado: Instalada a Comissão, foi eleito, por aclamação, como Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para o biênio 2015/2016, o Senador José Maranhão (PMDB/PB), apresentado em candidatura única. O Senhor Senador Edison Lobão passa a Presidência para o Senador José Maranhão. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às dezesseis horas e dezesseis minutos; e para constar, eu, Luiz Pedro De Rossi Júnior, Secretário Adjunto da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador José Maranhão) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador José Maranhão, **Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Sr^{as} e Srs. Senadores, havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade a instalação dos trabalhos e eleição do Presidente da Comissão para o biênio 2015/2016.

Tendo em vista a apresentação da indicação, pela Liderança do PMDB, do Ex^{mo} Sr. Senador José Maranhão para a Presidência e não havendo outra chapa registrada, consulto o Plenário sobre a possibilidade de realização da eleição por aclamação.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Pela ordem, Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Presidente, aqui representando a Liderança do PT – eu sou Vice-Líder, nosso Líder é o Senador Humberto Costa –, quero dizer que cabe ao PT a indicação da 1ª Vice-Presidência. Nós nos comprometemos a indicar, na próxima semana, o nosso candidato a Vice-Presidência. Sem nenhum desprestígio ao Presidente indicado, o Senador José Maranhão, nós nos comprometemos a indicar o candidato à 1ª Vice-Presidência na próxima semana. E adiantamos que a Bancada do PT concorda com a Presidência do eminente Senador José Maranhão.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Pela ordem, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Sr. Presidente, dentro da orientação de V. Ex^a e corroborando a posição pela Liderança do PMDB, eu gostaria de concordar com V. Ex^a e propor à Comissão que fizéssemos a eleição por aclamação, tendo em vista que existe apenas um indicado, e com a bagagem, a experiência e a competência do Senador José Maranhão. Tem sido praxe, em outras comissões, quando há apenas um indicado e esse indicado preenche todos os requisitos importantes para a comissão, que haja o processo de aclamação, até como justa homenagem ao currículo e à história de quem está sendo indicado. Portanto, o PMDB propõe que façamos a eleição por aclamação, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Pela ordem, Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – O PSB vai acompanhar, sem dúvida alguma, a proporcionalidade, votando nos candidatos apontados pelo PMDB e pelo PT, mas se alguém quiser desistir, não há problema, o PSB se habilita.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP - AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Pela ordem, Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP - AL) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o nome do Senador José Maranhão dispensa qualquer tipo de comentário. É um homem de larga experiência, tem

uma história política da melhor qualidade, paraibano de escol. Eu queria cumprimentar o Líder Eunício pela indicação do Senador José Maranhão para presidir a Comissão de Constituição e Justiça. O Partido Progressista não só apoia a decisão e o apelo de V. Ex^a para que façamos isso por aclamação, mas também hipoteca total solidariedade e apoio ao eminente Senador José Maranhão para a Presidência da Comissão de Constituição e Justiça. É uma honra muito grande para nós estarmos aqui e aplaudirmos a sua indicação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Muito obrigado, Senador Benedito de Lira.

Acolho a comunicação do Senador Paulo Rocha, em nome do PT, ficando, portanto, esta Comissão para examinar o nome que o Partido oferecerá na próxima semana para compor posteriormente a chapa que hoje é encabeçada pelo Senador José Maranhão.

Acolho também a proposta do Senador Romero Jucá no sentido de proceder, desde logo, à escolha do candidato por aclamação.

O nome, portanto, é do Senador José Maranhão.

Os Srs. Senadores que aprovam o nome de S. Ex^a por proclamação permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR. *Fora do microfone.*) – Por unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Por unanimidade. (Palmas.)

Declaro eleito, portanto, por aclamação, o Sr. Senador José Maranhão, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Comunico que a Comissão realizará oportunamente a reunião para as providências seguintes.

Convido o Senador José Maranhão para ocupar seu lugar à Mesa e, em seguida, usar da palavra.

Comunico ainda a presença, que muito nos alegra, da Sr^a Maria de Fátima Soares Bezerra Cavalcanti, Desembargadora do Tribunal de Justiça da Paraíba e esposa do Senador José Maranhão. Seja bem-vinda!

Senador José Maranhão. (Pausa.)

Srs. Senadores, nós todos sabemos que esta Comissão é de transcendental importância na estrutura legislativa do Senado da República. Por ela passam todas as decisões mais importantes do Senado da República. Eu já fui Presidente desta Comissão, para minha honra pessoal, e, coincidentemente, era o Senador José Maranhão Vice-Presidente dela. Juntos realizamos um trabalho que me parece fundamental, sobretudo para aquele período em que atuamos como Presidente e como Vice. Realizamos aqui e foi a partir daqui – àquela época, com a presença do Senador Antonio Carlos Valadares, do Senador José Agripino e de tantos outros – a reforma do Poder Judiciário. Foi um trabalho exaustivo na Comissão. Muitas vezes nós – eu e ele – presidíamos reuniões que duraram 8, 10, 15 horas, até que chegássemos às conclusões a que chegamos.

Aqui votamos também a reforma da Previdência, que, ao sair desta Comissão e atravessar distâncias dos corredores do Senado, acabaram com alguns embaraços nesse percurso. Mas a reforma do Judiciário foi muito bem-sucedida. Eu não tenho dúvidas de que com a experiência política que tem, entre o exercício de mandato do Senador, o Senador José Maranhão, ainda acolitado pela inteligência e pelo talento próprios dele, haverá de ter o exercício fecundo em benefício da Comissão, em benefício do Senado e em benefício, sobretudo, da Nação brasileira.

Seja feliz, Senador José Maranhão, e assumo o comando da Comissão!

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Obrigado.

No momento grave da vida nacional preciso dizer que farei um esforço muito grande, além dos meus atributos ou da minha experiência, que aqui foi tão generosamente decantada pelo Senador Lobão, para corresponder à expectativa dos meus pares nesta Comissão e à expectativa de todo o Senado da República e o Congresso Nacional.

Sei que a missão representa, talvez, o maior desafio da minha vida pública, pelo momento delicado que a Nação brasileira está atravessando. Espero em Deus poder corresponder à responsabilidade desse cargo, especialmente pelo momento em que estamos vivendo.

Quero agradecer ao Senador Lobão, que presidiu esta reunião, e aos meus pares, pela confiança depositada, reiterando o compromisso de me empenhar no sentido de corresponder à expectativa de todos nesse momento.

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Permita-me, em meu nome pessoal, eminente Senador José Maranhão, Presidente desta Comissão e do meu Partido, o PSDB, cumprimentá-lo por essa eleição, na medida em que nós endossamos plenamente aquilo que foi dito pelos pares que nos antecederam.

V. Exª reúne o preparo e a experiência adequados para conduzir esta Comissão, pela sua relevância e importância num momento tão tormentoso quanto hoje, em que atravessa a Nação brasileira.

V. Exª terá de nossa parte todo o apoio, dedicação, trabalho, empenho e denodo, para colaborar com V. Exª aqui, no âmbito da CCJ.

Parabéns e boa sorte!

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Obrigado, Senador Anastasia, que em nome de sua Bancada, o PSDB desta Casa, que tem, em muitos momentos, honrado esse compromisso que todos os partidos e todos os homens públicos têm com as suas responsabilidades perante a Nação.

Continua facultada a palavra aos presentes.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr. Presidente José Maranhão, como sua colega, não apenas como Senadora, mas tendo o orgulho de tê-lo também nas fileiras do PMDB, quero, nas minhas singelas palavras, também parabenizá-lo e dizer que quem ganha é a Comissão de Constituição e Justiça e o Senado.

Tenho a certeza de que, pela sua biografia de homem público sério, competente e experiente, V. Exª vai engrandecer os trabalhos da Comissão de Constituição e Justiça e do Senado realmente em um dos momentos mais conflituosos e complexos da história recente da política brasileira. Talvez uma das maiores missões, não só de V. Exª, como Presidente, mas desta, que é, a meu ver, a Comissão mais importante do Senado, seja ajudar, através das relatorias dos projetos, a resgatar a credibilidade das instituições e da instituição Senado. Mais do que a falta de credibilidade nos homens públicos, que vejo neste País – e isso é muito perigoso –, o que nos preocupa mais é a falta de credibilidade nas instituições. Nós temos condições de mostrar para a população brasileira a grande Casa que o Senado Federal é. De todos os Parlamentos, é o Parlamento mais democrático, com Senadores e Senadoras competentes, experientes e capazes de dar a resposta que a população brasileira tanto quer e almeja.

Sucesso, porque o seu sucesso será o nosso sucesso nos trabalhos desta Casa.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Muito obrigado, Senadora Simone Tebet.

O brilhantismo de V. Exª não me surpreende. Eu tive a honra e a satisfação de conviver aqui, na Legislatura anterior que exerci, com seu saudoso pai, o Senador Tebet, que muito contribuiu para esta Comissão e para o Senado da República. Foi seu Presidente aqui, foi Presidente do Senado da República e ofereceu o contributo de sua inteligência e do seu saber jurídico.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Presidente, desde 1995 que me encontro aqui, neste Senado. Vários Presidentes já assumiram este lugar e exercitaram essa função, como Edison Lobão, que passou, há poucos instantes, a Presidência para V. Exª, com muita competência, com muito brilho, a exemplo de Vital do Rêgo exemplo de Vital do Rêgo, que hoje está no Tribunal de Contas da União e é do seu Estado, a Paraíba, que é, sem dúvida alguma, um Estado que não apenas constrói bons políticos, mas grandes talentos para a política do nosso País. E V. Exª é um deles.

V. Exª foi Governador do seu Estado, já foi Senador, está aqui pela segunda vez. Acompanhei o seu trabalho, seja como Governador, seja como Parlamentar, e o considero um Parlamentar inteligente, moderno e, acima de tudo, antenado com a realidade do nosso País. V. Exª, com a sua experiência, haverá de conduzir os trabalhos desta Comissão com o equilíbrio que caracteriza a sua atuação política, que sempre teve como objetivo o melhor para o nosso País. A sua moderação é importante. Esta é a característica de sua vida política: moderação, equilíbrio, simplicidade e humildade, qualidades, virtudes que certamente servirão de base, de fundamentação para a condução equidosa que exercerá durante este período na Presidência da Comissão de Constituição e Justiça, a Comissão mais importante, porque é a mais demandada, notadamente nos momentos de crise, como este que estamos vivendo, quando vários projetos virão a esta Comissão, em busca do equilíbrio e, acima de tudo, da melhoria do sistema político do nosso País. Acho que do jeito que está não dá para ficar. Se continuarmos do jeito que está, vamos para o abismo. E não é isso que queremos para o Brasil. Precisamos encontrar a melhor solução, principalmente para o financiamento de campanha, abandonado o velho e superado sistema do financiamento empresarial, que redundou no maior fracasso partidário e político do nosso País, haja vista o que está acontecendo recentemente com as denúncias havidas pelo Ministério Público contra políticos, contra empresários, contra funcionários da Petrobras. Acho que nós temos um compromisso inadiável com a Nação, e este é o momento. E V. Exª terá a grande missão de conduzir, colaborando com o nosso País, os trabalhos desta Casa para encontrarmos o aperfeiçoamento que buscamos.

Sucesso e felicidade na sua missão!

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Peço a palavra, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Antes de conceder a palavra à Senadora Marta Suplicy, eu quero agradecer a generosidade de suas palavras, Senador Antonio Carlos Valadares, e dizer que alguns atributos que V. Exª me dá, generosamente, talvez sejam os nossos pontos de encontro: a humildade, a perseverança e a tolerância. Num momento como este, eu espero que essas qualidades, mais do que a experiência, a inteligência e a perspicácia possam contribuir para sairmos da situação delicadíssima, gravíssima em que o País inteiro se encontra. Não preciso falar muito a respeito das razões das minhas preocupações que são, pelo que eu acabei de ouvir, as preocupações de V. Exª também, como de qualquer pessoa que ama realmente este País e que quer vê-lo crescer, quer vê-lo prosperar, quer vê-lo no caminho do desenvolvimento e do progresso, que é a inspiração de todo brasileiro realmente.

De maneira que eu, ao agradecer V. Exª, quero dizer que um pouco da experiência que eu obtive na vida pública resultou também da convivência de homens inteligentes como V. Exª, habilidosos como V. Exª, em várias missões que nós tivemos que cumprir aqui no Congresso Nacional quando estive aqui de outra vez como Senador da República, depois de ter governado o Estado da Paraíba por três vezes.

Concedo a palavra à Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Obrigada, Senador José Maranhão, agora Presidente da Comissão de Justiça.

V. Exª colocou, com muita propriedade, duas coisas: a primeira, a sua responsabilidade ao assumir a Presidência desta Comissão, que é a mais importante do Senado Federal; e a segunda, o momento delicado e a dificuldade que hoje nós atravessamos. Acredito que V. Exª terá, por tudo que já ouvimos aqui e pela sua biografia, todas as condições de levar com muita propriedade e bom senso e, como V. Exª, com tolerância e também, em alguns momentos, ousadia e muita coragem tendo em vista tudo que vamos ter que decidir aqui nesta Comissão.

Quero desejar-lhe sucesso!

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu quero fazer uma comunicação que foge um pouco à nossa pauta, mas que eu acredito que está aqui nos sentimentos de todos nós.

É que hoje está fazendo mais uma primavera a Senadora Marta Suplicy. E eu queria ter a honra, o prazer de, em nome de todos, levar os parabéns dos companheiros desta Comissão. E dizer a ela que a sua vida realmente é muito útil a esta Comissão e a este País.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Obrigada, Senador, Presidente da nossa Comissão. E obrigada a todos os colegas que têm sido tão gentis e amigos nesta Casa todo esse tempo.

O SR. JOSÉ AGRIPIÑO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador José Agripino com a palavra.

O SR. JOSÉ AGRIPIÑO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Sr. Presidente, eu já fui Presidente desta Comissão e experimentei o exercício da função da Comissão por onde tudo começa neste Senado. Todos os projetos comecem por aqui. Se se quiser entupir a pauta do Senado, pare a CCJ.

O que se exige de um Presidente? E acho que V. Exª tem esses predicados. Experiência e equilíbrio. A quantidade de projetos importantes que chegam a esta Comissão é enorme. E é importante que haja uma distribuição racional, por relatores eficientes, e haja agilidade por parte da Presidência. O Presidente tem que estar ligado na Comissão o tempo todo. Esta é uma Comissão que exige muito do Presidente e exige experiência, e é onde entra a experiência de V. Exª, que foi Deputado Federal, Senador, Governador, foi muita coisa. Já teve a oportunidade de lidar com muitos conflitos e sempre se houve bem. Até porque V. Exª é um *winner*, é um vencedor.

Então, se eu puder lhe dar um conselho, eu diria a V. Exª que use os talentos desta Comissão. Distribua as relatorias das matérias importantes com as pessoas que tenham habilidade ou afinidade com os temas para que a missão de V. Exª, que tem que ser distribuída com os membros da Comissão, seja exitosa.

Eu sou engenheiro e fui Presidente desta Comissão e esta Comissão, comigo Presidente, produziu a reforma do Judiciário, com o José Jorge, Relator, outro engenheiro. É preciso apenas que você saiba se assessorar, saiba conduzir, saiba cobrar e saiba pautar as reuniões, para que os fatos amadureçam e as votações possam acontecer com consciência.

De modo que eu não ousaria, longe de mim, aconselhar V. Exª. O que eu estou dizendo é que eu confio na experiência de V. Exª, no descortino, na capacidade de distribuir oportunidades e de conduzir bem esta Comissão de Constituição e Justiça, no momento em que o Brasil atravessa dificuldades políticas monumentais e onde uma enxurrada de projetos vai chegar ao Senado e vai recomeçar a tramitar no Senado pela Comissão que V. Exª preside.

De modo que, com os meus cumprimentos, a minha profissão de fé no êxito desta Comissão, tendo o Senador José Maranhão como Presidente, a quem eu desejo todo o êxito.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu agradeço a generosidade das palavras aqui proferidas pelo Senador José Agripino.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Aécio Neves, queria só agradecer ao Senador José Agripino e, em seguida concederei a palavra a V. Ex^a.

Senador José Agripino, eu fui seu contemporâneo aqui na Comissão e não somente reconheço a experiência em que terei de me inspirar, como a dos demais pares, mas aceito como uma grande oportunidade de, em conjunto, acertarmos. Ninguém é dono da verdade. Por mais suficiente ou autossuficiente que alguém queira ser será capaz de dizer que dispensa o contributo de um homem do seu tirocínio, da sua experiência que aqui, na vida Parlamentar, sobretudo, tem sido uma das estrelas deste Parlamento. Acostumei-me a ouvir os pronunciamentos de V. Ex^a nos momentos graves por que passamos e encontrei sempre essa linha de equilíbrio, de inteligência e de bom senso, de maneira que eu não somente aceito o oferecimento generoso que V. Ex^a me faz neste momento para as ocasiões em que ele se tornar necessário, mas agradeço a V. Ex^a. Pode ter a certeza de que eu estarei sempre aberto a esse contributo.

Com a palavra, o Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Uma palavra bastante breve, Senador José Maranhão, e faço, neste instante, em nome do PSDB, o Partido que tenho a honra de presidir hoje nacionalmente.

Sempre, no Parlamento, bateu-se pelo respeito à proporcionalidade. Eu a considero um instrumento absolutamente vital para o bom funcionamento do Parlamento em todos os seus níveis decisórios, desde as Comissões, passando pelo Plenário, pela Mesa Diretora, seja desta Casa ou da Câmara dos Deputados. Digo isso para afirmar que V. Ex^a assume a Presidência da Comissão de Constituição e Justiça com absoluta legitimidade.

Se o Senado Federal pudesse ser confundido, em determinado momento, com o corpo humano, aqui seria o coração desse corpo humano. É aqui na Comissão de Justiça que se dá ritmo ao funcionamento do Congresso, aqui que, a partir da sensibilidade dos seus membros e, obviamente, do seu Presidente, em especial, há a possibilidade de definir quais são as reais prioridades do País.

Nós vivemos uma quadra, Sr. Presidente, em que há um divórcio agudo entre a sociedade e os seus representantes, e temos que reconhecer isso. Hoje mesmo, os jornais estampam uma pesquisa que mostra como são poucos os brasileiros que se sentem de fato identificados e representados pelo Congresso Nacional. E depende apenas de nós reencontrarmos o caminho de diálogo com a sociedade brasileira. E esse diálogo não se dá apenas das tribunas; dá-se no estabelecimento da pauta, ou seja, quais são as questões que essencialmente interessam ao Brasil, como disse o Senador Agripino, num momento de extrema dificuldade e de grandes incertezas por que passamos.

E V. Ex^a é conhecido e reconhecido como homem do diálogo. Eu me lembro aqui – V. Ex^a provavelmente também se lembrará – de que, há longínquos 15 anos, fui recebido por V. Ex^a em sua residência, quando fazia uma caminhada que buscava permitir que nós chegássemos à Presidência da Câmara dos Deputados, felizmente exitosa aquela caminhada, e ali introduzimos uma série de medidas que buscavam exatamente aquilo que nós temos que buscar hoje: a conexão, a aproximação, a sintonia do Parlamento com a sociedade brasileira.

Tenho, portanto, confiança de que V. Ex^a, com a experiência que tem, poderá contribuir imensamente para isso. E fica aqui uma questão que também abordada por outros Senadores, em especial pelo Senador Agripino, me parece essencial: a democratização dos trabalhos nesta Comissão.

A distribuição das relatorias quanto mais democrática for, quanto maior for a gama de partidos políticos ou de segmentos de pensamentos que estiverem representados melhor e mais efetivo será o trabalho desta Comissão.

Fica aqui, portanto, a V. Ex^a votos de que tenha um extraordinário desempenho no momento – repito – grave por que passa o País. Os olhos do País estarão voltados permanentemente para as ações desta Casa e, de forma muito especial, para as desta Comissão.

Aqui estão Parlamentares experientes, inúmeros ex-Governadores de Estado, Senadores por vários mandatos, ex-Parlamentares e que, neste momento, serão parceiros de V. Ex^a para que saibamos ouvir esse grito retumbante das ruas e da sociedade brasileira. Quanto mais Parlamento formos e menos apêndice do Poder Executivo, mais efetivo será o nosso trabalho.

Desejo, portanto, a V. Ex^a sucesso! Conte com a nossa colaboração e apenas peço: esteja atento à democratização dos espaços de atuação dos diversos Partidos nesta Casa.

É a saudação que faço – repito – em nome do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Agradeço ao Senador Aécio Neves pelas suas palavras, sem dúvida alguma generosas, mas procurando sugerir que esta Comissão pudesse, sob a nossa Presidência e aqui as decisões são coletivas, evidentemente que nós não podemos ter a pretensão de impor um estilo pessoal. Temos que nos reger pelo Regimento da Casa, pelo bom senso e pelo voto da maioria da Comissão. No que depender de mim, essas decisões serão sempre tomadas da forma mais democrática e mais transparente possível.

Eu acredito que o Brasil não precisa de uma chamada de atenção a todos os políticos mais importante do que essa que nós estamos vivendo aí pela própria natureza da crise, pela própria complexidade da crise que está aí.

E se nós encontrarmos um caminho seguro, será o caminho do entendimento, da transparência, da democratização de todos os nossos atos. E esta Casa e esta Comissão são, na realidade, expressões maiores da democracia participativa. Aqui que estão os representantes do povo de várias tendências da sociedade brasileira e, certamente, tenho a certeza de que aqui não há alguém que não seja dotado da sensibilidade necessária para perceber o momento difícil que o Brasil está atravessando.

De maneira que V. Ex^a, Senador Aécio Neves, pode ter a certeza de que nós vamos dar a nossa contribuição institucional, pessoal até, para colaborar com um comportamento que possa realmente conduzir a uma convergência que o País precisa ter nessa hora. O dissenso não vai resolver coisa nenhuma. Chega! Já é muito grande, já está muito acima até das nossas possibilidades a crise que o Brasil está vivendo aí.

Portanto, V. Ex^a pode ter a certeza de que eu estou assumindo a Presidência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania imbuído desse espírito: o espírito da brasilidade, do amor ao Brasil, para, oferecendo um contributo do meu esforço pessoal, da minha própria história, que sempre foi marcada pela coerência, contribuir, embora que modestamente, para esse clima, que é preciso se instalar no Congresso Nacional, para propor as soluções, as equações que sejam capazes de tirar o Brasil das dificuldades que estamos vivendo.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Ataídes Oliveira, com a palavra.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador José Maranhão, agora Presidente. A sua biografia, Presidente, lhe credencia, sem sombra de dúvida, para ficar à frente deste colegiado. Não tenho dúvidas.

O art. 101 do nosso Regimento Interno, que menciona todas as atribuições desta douta Comissão, faz dela, sem dúvida alguma, a mais importante deste Congresso Nacional. Eu gostaria só de fazer um complemento à fala do Senador Agripino com relação aos itens colocados em pauta.

Lembro-me que na gestão do Presidente Eunício, S. Ex^a geralmente colocava algo em torno de seis a dez itens por reunião. Logo depois, veio o nosso querido amigo, Presidente e Senador, Vital do Rêgo, que, com seu dinamismo, chegava a colocar em pauta 40 itens – aí era uma confusão total.

Sr. Presidente, então eu também sugiro que esse número de itens, inclusive para que os Senadores e Senadoras possam ter conhecimento, principalmente por tratar-se de Comissão de tamanha importância – aqui fabricamos as leis –, seja algo em torno de dez itens por reunião seria de bom alvitre.

Finalmente, quero desejar a V. Ex^a muito sucesso. Que Deus continue lhe dando sabedoria, Presidente José Maranhão!

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Ataídes Oliveira, que traz uma sugestão bem objetiva. É evidente que eu gostaria de partilhar essa sugestão com os demais companheiros. Na primeira reunião deliberativa comprometo-me a fazê-lo de maneira a atender à expectativa de V. Ex^a.

Quero, em seguida, conceder a palavra ao Deputado José Pimentel. Desculpe-me, a convivência na Comissão do Orçamento, mas isso não diminui V. Ex^a. Pelo contrário.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, antes de tudo, nós somos amigos de caminhada. Eu quero parabenizá-lo pela eleição e registrar que a nossa Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal tem a tradição de ter excelentes pessoas conduzindo os nossos trabalhos, organizando a nossa agenda, e V. Ex^a, nosso Senador José Maranhão, faz parte desse time, se assim podemos dizer.

Conheço V. Ex^a há bastante tempo, seja como Governador da Paraíba ou ocupando outros cargos, seja como Senador da República, na condução da Comissão Mista do Orçamento, que dá muito trabalho – um pouco menos do que esta aqui –, mas V. Ex^a sempre desempenha com a maior tranquilidade, respeitando a todos e tratando todos igualmente. E é isso que todos nós desejamos: que V. Ex^a continue conduzindo a nossa agenda política, porque esta Casa é, antes de tudo, política e a nossa CCJ é o berço deste debate.

Nós teremos, em 2015, principalmente, uma série de temas muito importantes para o Estado nacional, para os três Poderes da República, como o que os cidadãos e as cidadãs estão apresentando nas suas várias manifestações, nas suas várias instâncias, nos seus movimentos sociais.

Em qualquer espaço a que você comparece, dois temas estão sempre presentes: a reforma política e o combate à corrupção. O Brasil, como todos sabemos, é um País, ao longo período da sua cultura, patrimonialista. E essa forma de Estado patrimonialista, em que boa parte daqueles que dirigiram o Brasil assim fazia política, a sociedade tem dito que não aceita mais. Já vínhamos discutindo isso desde a Constituinte de 1988. E, de lá para cá, um conjunto de ações, na proporção em que o Estado democrático de direito foi se estruturando, elas vieram mais à tona, e a sociedade quer o tratamento desses dois temas, particularmente nas ações de combate à corrupção, que sejam feita à luz do dia, como sempre V. Ex^a nos orientou nos vários momentos, nos vários debates que V. Ex^a tem feito.

Aqui, na Legislatura passada, Senador José Maranhão, nós aprovamos a Lei dos Corruptores, que é a Lei nº 12.846. Ela veio para o Congresso Nacional em 2009, por iniciativa do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. Tivemos as manifestações de 2013, e, após aquelas manifestações, em agosto de 2013, o Congresso Nacional – a Câmara e o Senado – votaram essa matéria, responsabilizando o corruptor pelos seus atos.

Como todos nós sabemos, até ali nós só tínhamos a lei do corrupto, o corruptor era conhecido como planejador tributário. Aliás, está faz algum tempo que essa expressão “planejador tributário” não tem mais aparecido nos artigos, nos jornais, pelo menos neste ano, 2015, e também no ano de 2014, pois fugiu do vocabulário brasileiro o termo “planejador tributário”. Esta lei é que está permitindo essas operações com a intensidade que estão na Lava Jato.

A nossa Presidenta da República fez hoje um ato, assinando um decreto para regulamentar a questão da leniência, em que as empresas terão que, ali, praticar, que é exatamente devolver o montante dos recursos em que ela corrompeu em dobro. Tem uma multa que vai até R\$300 milhões, e algumas empresas não têm esse faturamento, e, então, há toda uma regra para que se faça o contrato de leniência.

Mas ao mesmo tempo, Sr. Presidente, esta Comissão de Constituição e Justiça do Senado e o Plenário do Senado têm adiantado uma série de matérias, uma delas tornando crime hediondo o crime do caixa dois. Nós aprovamos essa legislação aqui na CCJ, por unanimidade. Ela foi para a Câmara e lá nós precisamos acelerar essa tramitação.

Aqui no Senado, nós temos uma Proposta de Emenda à Constituição, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que ficou conhecida como a PEC dos Recursos, para que o processo não fique 10, 15, 20 anos tramitando nas Cortes Superiores da Justiça brasileira, e, ao mesmo tempo, permita àquele que é inocente ter o seu direito reconhecido e aquele que tiver culpa seja penalizado. Fizemos algumas audiências públicas aqui na CCJ, e, na reunião seguinte, nós queríamos dialogar com nossos pares e com V. Ex^a para que nós pudéssemos retomar a PEC dos Recursos, a fim de discutir, debater, pois há posições favoráveis e há posições contra. E como V. Ex^a sempre fez a mediação, a gente possa avançar.

Temos uma outra, a chamada PEC da Ficha Limpa, para que os critérios da ficha limpa alcance todos os servidores públicos, sejam eles dos Municípios, dos Estados, do Distrito Federal e da União, envolvendo os três Poderes: o Poder Executivo, o Poder Legislativo, o Poder Judiciário, o Ministério Público não é um Poder, mas tem regras próprias, assim como os Tribunais de Conta. Essa PEC, que também tem uma unidade muito forte em torno dela, é de autoria do ex-Senador Pedro Taques. Acho que nós deveríamos também dialogar sobre esse item, além de uma série de outras matérias que estão tramitando na Casa, sem prejuízo de outras matérias, para que nós possamos ter uma posição muito firme, muito clara da forma que V. Ex^a sempre conduziu no mundo da política e ao mesmo tempo a nossa CCJ, que tem uma identidade mais forte com as ruas.

No que diz respeito a Reforma Política, na Legislatura passada nós adiantamos muito. Estão quase todas elas no plenário do Senado Federal, uma parte já na Câmara Federal, mas que algumas delas voltarão para a CCJ por conta das emendas, da questão regimental.

Por isso, nosso Presidente, além das questões regulares da nossa Comissão, nós queríamos, depois, ter um diálogo com nossos pares sobre essa agenda no sentido de dialogar com as ruas, em que o momento exige de todos nós.

Por isso, fico muito feliz com a sua eleição e sei da sua competência na condução desta Comissão. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Agradeço as palavras do Senador José Pimentel,...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – ...cujo tirocínio, cuja experiência e competência eu já conheço em trabalhos técnicos como esse que vamos desenvolver na Comissão de Constituição e Justiça.

Estivemos, ambos, trabalhando juntos, eu, como Presidente da Comissão de Orçamento, e ele, como Relator Geral da Comissão de Orçamento, e sou testemunha da forma meticulosa, cuidadosa com que ele tratava das questões que chegavam ali. E, graças a ele, e a outros companheiros, pela sua experiência, pela primeira vez, em 10 anos, a Comissão de Orçamento conseguiu dar conta do Orçamento dentro dos prazos regimentais, dentro dos prazos legais. E tivemos um grande desafio. Depois de concluído o Orçamento normal, caiu a CPMF, a receita do Orçamento ficou, naquela época, desfalcada em R\$40 bilhões, e tivemos um tempo recorde de apenas 30 dias para remontar o Orçamento com as restrições decorrentes da revogação da Lei da CPMF. E, ali, eu pude aquilatar a perseverança, a dedicação e a pertinácia do Deputado, à época, José Pimentel, títulos que, naturalmente, lhe valeram a eleição para Senador da República, que se deu no ano seguinte.

Agradeço a V. Exª pelas referências que me faz, e pode ter a certeza de que o velho Senador José Maranhão não perdeu, ainda, a fé no trabalho, na dedicação e na perseverança.

Com a palavra o Senador, previamente inscrito, Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Senador Maranhão, é um prazer vê-lo de volta à Casa, depois de ter, por chamamento do povo da Paraíba, cumprido um papel dos mais importantes, governando seu Estado, que não é uma coisa nova, nem novidade para ninguém.

V. Exª foi Governador quantos anos? Trinta? Hein? Mas a história do Maranhão se confunde com a história da Paraíba. É a história da Paraíba com a história do Maranhão. É uma fusão de Estados que deu certo.

Fico muito feliz. Eu convivi com V. Exª antes de V. Exª deixar a Casa. Conheço V. Exª, não diria tão profundamente como outros, mas convivemos quatro anos, e eu posso assinar embaixo de tudo que já foi dito sobre V. Exª, não quero chover no molhado, mas, ter V. Exª de volta e presidindo uma Comissão importante como essa, em que a sociedade brasileira demanda às duas Casas e demanda ao Poder Executivo, que, por sua vez, não pode nada fazer, atropelando estas duas Casas. Dizia o Senador Pimentel que um dos vícios da rua é a corrupção.

Está todo mundo correndo, falando nisso, aqui, nas duas Casas, o Executivo falando nisso, o PMDB com a sua proposta, mas corrupto é igual a rato, você fecha um buraco, ele abre outro. Nós precisamos fazer a nossa parte e fazer muito bem, porque existe uma contrapartida do povo, e esta Casa precisa trabalhar de maneira a chamar a atenção do povo. O povo não pode mandar é corrupto para cá, porque você pode fazer a melhor lei do mundo, mas corrupção tem a ver com caráter, com vergonha na cara, com dignidade. Se o povo elege um pilantra, ele vem para cá, e a lei pode ser a melhor do mundo, mas esse rato vai abrir buraco em outro lugar.

Não tenho dúvida de que V. Exª vai conduzir essa Comissão, que é a que dá a assinatura final para ir ao Plenário e dizer “arquiva-se ou não”, “continua”, porque é constitucional, além do mérito, é constitucional, porque temos demandas tremendas que trata da questão da segurança pública neste País. É preciso ouvir as ruas. As pessoas que foram às ruas, Senador Maranhão, e que se movimentaram, tanto os que foram no dia 13 e os que foram no dia 15. Não é só os que foram no dia 13 que são brasileiros, que são patriotas, que amam o Brasil, e os do dia 15 são oportunistas, são pessoas que foram para as ruas para dar o golpe, que fizeram o absurdo de levar uma faixa “Fora Dilma”. Mas os do dia 13 levavam “Fora Fernando Henrique”, porque pão comido é pão esquecido. As pessoas esquecem das coisas e tal, mas todos somos brasileiros e todos amamos o Brasil.

Esses, que foram às ruas, tinham um viés além da corrupção: eles falavam na violência. São pessoas que estão ávidas pela redução da maioridade penal. E sabe que no bolo da violência neste País, uma das fatias mais importantes é a redução da maioridade penal, porque este é o único País do mundo em que homens travestidos de criança estupra, mata sequestra, depois a polícia põe a mão e eles dizem: “Tira a mão de mim, eu sou menor e conheço os meus direitos”. E conhece mesmo, porque só têm direitos. E nós precisamos responder. Por isso esta Comissão se reveste de uma grande importância, com outro viés das ruas. O povo não quer conviver com pedófilo. O povo não quer conviver com abuso de criança, com violência de criança. O nosso País não é abortista. Os não abortistas, os defensores da vida estavam naquela passeata. Vejam só que não eram pessoas pagas pelo PSDB. Vejam só que não eram pessoas pagas por Fernando Henrique Cardoso que estavam lá. Mas são pessoas que amam a vida, que respeitam a natureza de Deus e que sabem que aborto é contra a natureza de Deus. Não tem filiação partidária, mas essas pessoas estavam na rua. São pessoas que não querem a legalização das drogas. Veja só que contradição: gente que não quer legalização de maconha no Brasil, que estava nas ruas, como eu, somos contrários ao discurso de Fernando Henrique, que quer legalizar a maconha no Brasil.

Então, o discurso que estamos ouvindo de ontem para cá é uma brincadeira de que quem foi dia 13 são os patriotas; quem foi dia 15 são os oportunistas. Eu sou nordestino, eu não gosto de brincadeira

fácil. Entendeu? Eu não gosto de brincadeira fácil. V. Exª é nordestino também e não gosta de brincadeira fácil, porque ninguém governa a Paraíba se está rindo à toa. O cara para governar a Paraíba não pode estar rindo à toa toda hora. Então, essa gente foi para a rua, não foi só falar em corrupção não. Foi falar nessas coisas também, como o respeito à família, fundamentos de família. Mas é uma gente que é tratada como fundamentalista, retrógrados. Os retrógrados estavam nas ruas, os fundamentalistas também estavam, os atrasados estavam na rua, como os mente avançada deviam estar no dia 13 nas ruas, porque tudo que afronta a família é um avanço, porque a internet mudou o mundo. O Supremo tem outra concepção. O Supremo mudou, mas Deus não mudou. A internet mudou o mundo, mas Deus está no mesmo lugar.

Alegro-me muito estar nesta Comissão com V. Exª, porque eu sei que essas questões que envolvem a segurança da família, V. Exª, que é um homem católico, e eu sei, conheço, V. Exª que é um homem cristão, certamente, para nós, é uma garantia V. Exª na Presidência.

Meus parabéns!

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, Deputado José Serra, para uma questão de ordem.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Apenas para me congratular com V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Desculpe-me. Estou repetindo as palavras de V. Exª, se bem que eu saiba que essa reunião, evidentemente, não traria questão de ordem. V. Exª está inscrito pela ordem. Isso é fato.

Tem a palavra o Senador José Serra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Apenas para me congratular com V. Exª pela eleição à Presidência desta Comissão, que é, sem dúvida, a Comissão mais crítica entre todas as outras. Aliás, contra as expectativas, preferi integrar esta Comissão como titular, em vez da Comissão de Assuntos Econômicos, que também é muito importante. Mas preferi vir para cá como titular, até porque tenho grande interesse em alguns temas que serão tratados aqui, especialmente aqueles referentes, chamemos assim, à ordem eleitoral.

Temos projetos muito importantes que praticamente ficarão restritos a esta Comissão. Tenho confiança no desempenho que V. Exª terá. Tivemos uma convivência muito proveitosa quando V. Exª era governador da Paraíba, e eu Ministro da Saúde. Fizemos muita coisa em benefício do Estado, muito mesmo, num clima de cooperação, que visava o interesse público. Esse é o meu norte de atuação na vida pública. Tenho certeza de que poderemos reproduzir aqui o melhor daquela nossa parceria.

Muito obrigado.

Boa sorte a V. Exª e a todos nós nesse trabalho.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Agradeço ao Senador José Serra. Aqui não posso deixar de registrar os meus eternos agradecimentos, porque foram benefícios que a Paraíba jamais haverá de esquecer, no campo da saúde, que resultaram de uma parceria entre o Governador de Estado, exercido por nós, e o Ministro da Saúde, então José Serra.

Um aspecto interessante: estávamos inaugurando o hospital de trauma e urgência da Paraíba, o único àquela época – depois veio o segundo que fiz em Campina Grande –, e tínhamos um *slogan* naquela época: austeridade e desenvolvimento. Então, o José Serra, Ministro, que não deixava de ser um marqueteiro amador, olhou para mim e disse: “Maranhão, por que não acentua o “e” para ficar mais forte?” Ao invés de ser “austeridade e desenvolvimento”, dir-se-á “austeridade é desenvolvimento”. Realmente é. Quando se faz as coisas com seriedade, com zelo, pelo dinheiro público, os recursos se multiplicam. Então, pode-se dizer que austeridade é desenvolvimento.

De maneira que registro esse fato aqui, sem querer fazer nenhum proselitismo, José Serra não é mais candidato, pelo menos no momento, a Presidente da República. Então, não estou fazendo aqui missa de corpo presente. Estou registrando um fato, porque é verdadeiro.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Não havendo mais oradores inscritos, encerramos a presente reunião, inclusive por falta de uma pauta específica.

A próxima reunião ocorrerá na quarta-feira, para procedermos à eleição do Vice-Presidente desta Comissão que, de acordo com os entendimentos partidários, será de indicação do PT, Partido dos Trabalhadores.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 15 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 16 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE**ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 4 DE MARÇO DE 2015.****INSTALAÇÃO**

Às quatorze horas e vinte e dois minutos do dia quatro de março de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a **Presidência Eventual do Senhor Senador João Alberto Souza** e com a presença dos Senhores Senadores Simone Tebet, Otto Alencar, Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizete Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins, Paulo Paim, Maria do Carmo Alves, Alvaro Dias, Antonio Anastasia, Lídice da Mata, Romário, Roberto Rocha, Blairo Maggi, Douglas Cintra, Ivo Cassol, Hélio José, Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Lindbergh Farias, Randolfe Rodrigues e Ana Amélia, reúne-se a Comissão de Educação, de Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Sandra Braga, Rose de Freitas, Wilder Moraes, Lúcia Vânia, Eduardo Amorim, Benedito de Lira e Walter Pinheiro, que justifica a ausência. A presente reunião destina-se à eleição do Presidente e Vice-Presidente para o biênio 2015/2016. Prosseguindo, o Senhor Presidente Eventual, Senador João Alberto Souza, propõe ao Plenário que a eleição da chapa única seja realizada por aclamação. A proposta é aprovada por unanimidade. Após a aclamação, o Senhor Presidente Eventual, Senador João Alberto Souza, proclama eleitos e empossados os Senhores Senadores **Romário e Fátima Bezerra** como Presidente e Vice-Presidente da Comissão, respectivamente. Usam da palavra os Senhores Senadores Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Fátima Bezerra, José Pimentel, Lídice da Mata, Lasier Martins, Lindbergh Farias, Hélio José, Roberto Rocha, João Capiberibe (não membro), Simone Tebet, Paulo Paim, Marta Suplicy, Antonio Anastasia, Randolfe Rodrigues e Ana Amélia. A seguir, o Senhor Presidente Eventual, Senador João Alberto Souza, passa a palavra ao Senhor Presidente eleito, Senador Romário. Após o discurso, o Senhor Presidente, Senador Romário, passa a palavra para a Senhora Vice-Presidente eleita, Senadora Fátima Bezerra. Prosseguindo, a Presidência encerra a reunião às quinze horas e quarenta minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Romário**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade a eleição do Presidente da Comissão.

Foi registrada até o presente momento apenas uma chapa, que traz para Presidente o Senador Romário.

Nós temos apenas um candidato.

Ontem eu presidi a reunião que elegeu o Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, o meu amigo Senador Cristovam Buarque. E nós o fizemos por aclamação.

Eu gostaria de consultar o Plenário se nesta reunião também esta eleição nós poderíamos fazer por aclamação.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Pela ordem, o Senador...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Lindbergh.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Ah! Senador Lindbergh. Pois não.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Nós, do PT - tem um acordo entre partidos –, indicamos como Vice a Senadora Fátima Bezerra. Um acordo entre todos os partidos. Já está aqui também. Então nós temos que votar no Senador Romário e na Vice, Senadora Fátima Bezerra.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador Lindbergh, V. Exª sabe que nós fazemos as eleições aqui no Senado sempre de comum acordo com as Lideranças partidárias.

A indicação que chega para nós aqui é apenas para fazer a eleição do Presidente.

Eu telefonei ao Líder perguntando sobre o problema da Vice-Presidência. Eu não fiz ontem a eleição do Vice-Presidente na Comissão presidida pelo Senador Cristovam Buarque.

Eu não tenho orientação para fazer eleição do Vice.

Eu não sei... O acordo de Liderança... Já tem o acordo?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Já tem o acordo.

Está aqui o Senador Pimentel, que poderia nos informar.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Se já tem o acordo...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Assim nos informou o nosso Líder, Humberto Costa. Tinha conversado com o Senador Eunício, com o...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – O Senador Humberto Costa está presente? Não?

Se já houve acerto com o Senador Eunício...

O Senador Romário tem alguma notícia a esse respeito? Também não tem.

Senador, não seria de bom alvitre se nós fizéssemos uma eleição por aclamação do Senador Romário e depois, em seguida, esperamos...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Tudo bem.

É o tempo de haver a comunicação, de falarmos com o Líder Humberto. A gente faz primeiro a do Senador Romário e, logo em seguida, a da...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Eu acho que seria...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Está bom?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Então vamos fazer a eleição por aclamação.

Todos estão de acordo?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Totalmente de acordo, Senador.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Então, eleito por aclamação o Senador Romário para Presidente da Comissão de Educação. (*Palmas.*)

Eu convido o Senador Romário para tomar posse.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Boa tarde a todos.

Agradecer a possibilidade de poder presidir, ser eleito Presidente por aclamação de uma Comissão dessa importância aqui, nesta Casa.

Eu, como novato ainda no mandato aqui no Senado, preparei uma fala que acredito que seja de grande importância para o começo dos trabalhos.

Eu acredito que depois de ter tido uma experiência na Câmara, como Presidente da Comissão de Desporto e Turismo, eu terei capacidade para presidir – principalmente com a ajuda dos colegas – e para fazer aqui, com certeza, um grande trabalho, principalmente um trabalho em prol da população do nosso País.

Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, demais convidados, é com grande orgulho e muita consciência da responsabilidade que assumo a Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte. São três temas que apresentam enormes desafios e possibilidades. Ninguém duvida que investir em educação é o caminho para transformar o nosso País, trazendo mais desenvolvimento, justiça social e cidadania.

A Presidente Dilma lançou recentemente o lema “Brasil, Pátria Educadora”. Nosso dever é trabalhar firmemente para que isso não fique no discurso e passe, sim, para ações positivas para o nosso País.

Depois do intenso debate nessa Comissão, tivemos, no ano passado, a aprovação do Plano Nacional de Educação. O PNE possui metas ambiciosas, como investimentos de 10% do PIB em educação. A aprovação da lei foi apenas o primeiro passo.

Existe uma enorme lacuna a ser preenchida para que ao longo da próxima década possamos atingir as 20 metas de investimento, universalização do nosso acesso e qualidade de ensino.

Um dos temas que me preocupam – pelo meu vínculo à causa – é a universalização do acesso à educação básica e ao atendimento especializado para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtorno de desenvolvimento, altas habilidades ou superdotada.

Essa é a chamada Meta 4 do PNE, isso requer uma transformação em nosso sistema de ensino que precisa se tornar mais inclusivo; requer também melhorias na infraestrutura e no estabelecimento de novas parcerias.

Em relação à qualidade de ensino, precisamos continuar o importante debate iniciado nesta Comissão sobre a base curricular nacional comum que vai possibilitar a modernização dos currículos do ensino médio. Só assim poderemos dar um salto de qualidade e mudar o cenário mostrado no último exame Pisa, no qual a melhor colocação do Brasil foi 55º lugar em leitura, entre 65 países.

Apenas uma educação de qualidade vai nos garantir condição de competir num mundo globalizado, passando de um cenário de País exportador de bens primários para exportador de tecnologia. E, para isso, precisamos também olhar com atenção para o ensino superior.

Nesta Comissão, discutiremos as mudanças efetuadas pelo Governo no Fundo de Financiamento Estudantil, buscando aperfeiçoar o Fies e o ProUni. Analisaremos também o projeto de lei que cria o Instituto Nacional de Supervisão e Avaliação da Educação Superior.

Muito se fala sobre a riqueza cultural do Brasil, que é enorme e que foi construída com parte da nossa formação pela diversidade do nosso território e pela mistura do nosso povo. Mas esse entusiasmo não se reflete nos investimentos nem nas políticas públicas. Precisamos ampliar a nossa visão sobre o papel da cultura, reconhecendo nosso potencial na promoção do desenvolvimento e as novas tendências com uma economia criativa.

Esta Comissão terá o papel de avaliar o Procultura (Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura), o novo marco regulatório que substituirá a Lei Rouanet.

Passará por aqui também a nova legislação de direitos autorais, que ainda está sendo elaborada. Através de debates e audiências públicas desta Comissão, poderemos contribuir para a criação de uma legislação moderna que promova o desenvolvimento da cultura em nosso País.

Eu tenho a felicidade de poder usar a minha própria história como exemplo do papel transformador do esporte. Da comunidade do Jacarezinho à Presidência desta Comissão, foi o esporte que me deu todas as oportunidades. Existem muitos exemplos como o meu, mas existem outros milhares de talentos desperdiçados e vidas perdidas para a violência e as drogas, porque faltou acesso ao esporte.

A minha trajetória me traz um compromisso de vida com esta causa. Ao mesmo tempo, vivemos no Brasil um momento em que o esporte ocupa um espaço inédito. Tivemos a Copa do Mundo no ano passado e teremos as Olimpíadas e as Paralimpíadas do Rio de Janeiro, no ano que vem.

Esta Comissão terá um importante papel de acompanhar todos os preparativos, para garantir o sucesso dos eventos, e, ao mesmo tempo, fiscalizar os gastos públicos, evitando que se repitam alguns fatos que aconteceram na preparação da Copa do Mundo de 2014. Temos o compromisso de garantir que as Olimpíadas e as Paralimpíadas deixem um legado que beneficie toda a cidade do Rio de Janeiro e que as instalações construídas ajudem a desenvolver uma nova geração de atletas que vão fazer bonito nas competições futuras mundo afora.

Outro tema que certamente vai trazer debates importantes a esta Comissão é a lei que trata do financiamento das dívidas dos clubes de futebol. Tive a oportunidade de conduzir muitas discussões sobre esse assunto, quando presidi a Comissão de Turismo e Desporto na Câmara dos Deputados. É um tema que requer muito equilíbrio e diálogo, para chegar a uma solução que preserve os interesses públicos e, ao mesmo tempo, traga medidas moralizadoras, para que a situação não se repita.

Nesta rápida passagem por alguns dos assuntos que já estão entrando em pauta, dá para ter uma ideia de quanto trabalho nos espera. Nosso compromisso é fazer desta Comissão um espaço democrático em que a sociedade se sinta representada, em que haja respeito a todas as opiniões, em que os debates e as trocas de ideias nos permitam estabelecer o consenso e consolidar as melhores leis para o nosso País. E também exercitaremos aqui o importante papel de fiscalizar a aplicação das leis já existentes, que é frequentemente o que falta.

A composição desta Comissão, com tantas Senadoras e Senadores experientes e conhecedores do assunto, dá-me a certeza de que teremos um ambiente produtivo e de que poderemos avançar bastante nesses temas.

Desde já agradeço a todas as Sras e aos Srs. Senadores que se prontificaram para este trabalho e agradeço a confiança por me elegerem Presidente desta Comissão.

Muito obrigado e um ótimo trabalho para todos nós! (*Palmas.*)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Blairo Maggi com a palavra, por favor.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Presidente, por gentileza..

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente Romário, gostaria de cumprimentar V. Exª pela assunção ao cargo de Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e dizer que, como membro titular desta Comissão, V. Exª e os demais colegas poderão contar com a minha presença e com a minha determinação de trabalhar nesta Comissão e ajudar o Presidente e todos os demais, para fazermos com que a pauta que passa por aqui seja uma pauta profícua, que ajude a mudar as condições da educação brasileira ou dos termos que aqui passam.

Acho que no seu discurso V. Exª foi muito feliz quando disse que tudo que conquistou ou as oportunidades que foram criadas para que V. Exª conquistasse os postos por onde já passou foram abertas pelo caminho do esporte. E é isso que muitos brasileiros têm hoje: a esperança de também conseguir sair das situações em que se encontram, ou pelo esporte ou propriamente pela educação.

Sempre afirmei, na minha vida pública, que só há um caminho para termos igualdade: é a igualdade na educação, a igualdade na oportunidade. É claro que nem todas as pessoas percebem, às vezes, as oportuni-

des. Há um ditado, lá no Rio Grande do Sul – quem é gaúcho ou paranaense sabe –, que diz que o cavalo passa encilhado na frente da gente e a decisão de subir nesse cavalo é nossa.

Muitas vezes, as pessoas têm o conhecimento, têm o discernimento, mas não aproveitam as oportunidades, as quais não voltam, não passam novamente. Mas o papel do Governo, o nosso papel como Parlamentar é criar essas oportunidades. Se as pessoas vão alçar o voo, se vão pular, se vão montar nesse cavalo já é outro departamento.

Só há um caminho para fazer com que o filho do mais rico e o filho do mais pobre tenham o ponto de partida igual: as oportunidades devem ser iguais para todos. A vida ou a forma que a pessoa escolhe para levar a sua vida é outro departamento. Mas nós como políticos, nós como Estado temos que gerar as mesmas condições de partida para cada um. E, assim, coloco-me à disposição de V. Exª nesta Comissão, para ajudar a trabalhar.

Parabéns, sucesso e vamos em frente!

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Senador.

O Senador Cristovam Buarque, agora, tem a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador Romário, é com muita satisfação que estou aqui e que pude aplaudir sua eleição por aclamação. Vou dizer o porquê: o senhor, com seu prestígio sobretudo entre os jovens, pode trazer para esta Casa, para esta Comissão, um prestígio – não vou dizer importância, porque importância ela teve – que ela não teve até hoje. Acho que nós temos de aproveitar a sua cara como Presidente desta Comissão para chamar a atenção de todos para coisas como, por exemplo, a que falou o Senador Blairo, a de que o filho do trabalhador tem de ter a mesma chance de estudar na escola do filho do patrão. Isso passa por aqui. Mas é difícil a gente convencer que isso é preciso e que isso é possível. Talvez, com seu prestígio, chamemos a atenção da sociedade em geral para a importância da educação. Se o senhor fizer isso, além de tudo mais que vai fazer, já terá dado uma grande contribuição. Fico feliz de estar aqui, podendo ser um soldado a seu serviço.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado pelas palavras, Senador Cristovam Buarque. Quero dizer para o senhor que, com certeza, o senhor será de grande importância nesta Comissão, assim como o Senador Blairo Maggi. Muito obrigado.

A Senadora Fátima Bezerra está com a palavra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Quero também, Senador Romário, associar-me às palavras do Senador Blairo e do Senador Cristovam no sentido exato de parabenizar V. Exª pelo novo desafio que assume.

Quero dizer a V. Exª que, ao lado dos demais colegas Senadores e Senadoras, também nos colocamos à disposição para contribuir com o debate e para, Senador Romário, fazer com que, durante este biênio, esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, no campo da educação, possa dar uma importante contribuição àquilo que nós constatamos como o mais importante desafio para o País, que é exatamente, Senador Cristovam, a realização das metas do novo Plano Nacional de Educação. Tanto a Comissão de Educação do Senado como a da Câmara, Senador Romário, têm de liderar este debate, assim como lideramos o debate quando exatamente da sua aprovação. Nós não estamos falando de uma legislação qualquer, de maneira nenhuma. É uma legislação estratégica e essencial para uma Nação que se pretende generosa, solidária, para uma Nação com emprego, com distribuição de renda e com inclusão social.

Quero ainda dizer a V. Exª também da minha emoção, porque, como professora, como dirigente sindical, que fui, como Deputada Estadual, como Deputada Federal, tenho feito da minha trajetória um instrumento de luta em defesa da educação. Essa tem sido exatamente a minha principal ação seja no campo parlamentar, seja no campo profissional, seja no campo da atividade sindical, quando a exerci.

Falo da emoção, Senador Romário, porque, assim como V. Exª, acabamos de sair das eleições. Nas eleições, Senador Cristovam, eu dizia muito que, uma vez eleita Senadora, eu iria querer estar aqui, no Senado da República, para, com os demais colegas, dar continuidade à luta em defesa da educação. Assim também digo quanto à luta pelo esporte, aqui tão bem simbolizada por V. Exª pela sua própria história, por sua própria trajetória. Também no campo da cultura, V. Exª mencionou desafios importantes. Nós contamos com a ex-Ministra Marta Suplicy. Há também a questão do marco regulatório, a questão do Procultura e outras.

Eu também adiantaria, Senador Romário, outro tema importante no campo da cultura que dialoga muito com a questão da educação, que é o livro e a leitura. Nós estamos, inclusive, reativando a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Livro e da Leitura, que coordenei no âmbito da Câmara dos Deputados. Nós a estamos reativando para que possamos também avançar nesse tema, inclusive com o desafio de termos uma nova lei no que diz respeito ao Plano Nacional do Livro e Leitura.

Isso é fundamental, porque ela dialoga com a educação. Não é à toa que a literatura tem mostrado que é exatamente nas escolas que ela tem avançado. Em relação aos programas de incentivo ao livro e à leitura, são as escolas que estão apresentando também os melhores indicadores do Ideb.

Então, com essas palavras, quero saudar V. Ex^a, nesse momento também muito importante na sua vida.

Tive a oportunidade de ser colega de V. Ex^a na Câmara dos Deputados. Lá, travamos muitas lutas importantes no campo da educação, da cultura e do esporte, em defesa da juventude, em defesa do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado pelas palavras, Senadora Fátima Bezerra.

Quero dizer que, aqui, a nossa luta vai continuar, e conto muito com V. Ex^a nesta Comissão. Em princípio, V. Ex^a será minha Vice-Presidente, e tenho certeza de que a gente fará um grande trabalho juntos.

Muito obrigado.

Passo a palavra agora ao Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Senador Romário, quero, primeiro, abraçá-lo e parabenizá-lo pela eleição, por unanimidade, para presidir esta importante Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Obrigado.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – A nossa representante do Partido dos Trabalhadores será a nossa Senadora Fátima Bezerra. Estamos aqui ultimando as tratativas para elegê-la, também por aclamação, nossa Vice-Presidente.

Eu queria registrar que, com a aprovação do PNE e a sua sanção sem nenhum veto, nós temos ali um conjunto de metas e de diretrizes que precisamos tornar realidade, seja nos 5.564 Municípios como nos 26 Estados, no Distrito Federal e também na União.

Portanto, V. Ex^a terá uma agenda muito cheia nessa condução. Como participou ativamente da sua construção na Câmara e, agora, no Senado, da sua implantação, não tenho dúvida de que está em excelentes mãos essa condução.

V. Ex^a chama a atenção para a Meta 4, e eu diria que uma das maiores preocupações das nossas famílias, da sociedade brasileira é exatamente com a escola inclusiva.

Nós tínhamos uma tradição, ali nos anos 30, 40, 50, até os 70 – de 80 para cá, começa a mudar –, no sentido de que a criança que tinha algum tipo de limitação deveria ser escondida da sociedade e da família, tanto é que, se observarmos as construções antigas, no fim do quintal de cada casa havia um cômodo reservado. E, normalmente, seja no nosso Ceará ou em qualquer outra cidade ou Estado do Brasil, era esse o procedimento.

Houve luta do Constituinte de 88 e a participação ativa de muitas pessoas, e V. Ex^a faz parte desse grupo. O nosso Senador Lindbergh também tem uma atuação muito forte nessa área, sem prejuízo dos demais Senadores.

Hoje, isso está na agenda do dia. Nós precisamos criar as condições para que toda escola do Brasil, seja ela pública ou da livre iniciativa, seja adaptada, seja habilitada para receber a criança que tem algum tipo de limitação, com a clareza de que, hoje, o pai dessa criança a protege. Mas faz parte do ciclo da vida o fato de que, amanhã, Deus vai nos levar, e nós precisamos criar o ambiente para que nossos outros filhos que são considerados “normais”, entre aspas, e o nosso filho que tem algum tipo de limitação possam ter um convívio saudável, de maneira que nós outros possamos compreender essa criança, porque ela tem um coração mais aberto e a mente mais voltada para nos compreender; e, no dia de amanhã, ser uma pessoa integrada totalmente à nossa sociedade. Sei do seu trabalho nessa área, mas ainda há muito por fazer, para que possamos universalizar.

Temos clareza também de que precisamos alterar a grade curricular, particularmente no ensino médio, com o olhar não apenas para um ciclo, mas para a educação básica, desde a creche até o ensino médio, preparando essa criança para, se quiser, ir para a universidade, seja através do ProUni, do Crédito Fies, do Ciência sem Fronteiras, da porta larga do Enem, de acesso às universidades públicas, e também um processo de habilitação para as particulares.

Portanto, V. Ex^a vai ter uma agenda muito cheia, mas poderá contar com a nossa Bancada, a Bancada do Partido dos Trabalhadores, e dos oitenta Senadores, já que eles terminam participando sempre desta Comissão.

Boa sorte e parabéns por sua eleição.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Senador José Pimentel. Posso afirmar a V. Ex^a que tudo o que foi dito aqui a partir do papel se transformará em prática no dia a dia desta Comissão. Esta Comissão, definitivamente, tem um papel importante em nosso País no que se refere à educação, à cultura e ao esporte, principalmente no que diz respeito a mudar a mentalidade, possibilitar uma melhor aceitação, ou melhor, a ajudar a afastar o preconceito em relação a essas pessoas que têm algum tipo de deficiência, doenças raras ou graves. Na minha opinião, elas têm por obrigação que fazer

parte do nosso dia a dia e tenho certeza de que eu, como Presidente, V. Ex^a, como membro desta Comissão, e outros Senadores aqui presentes estaremos juntos para que alcancemos essa conquista. Muito obrigado.

Passo a palavra agora à Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sr. Presidente, eu gostaria de saudar V. Ex^a e dizer da nossa satisfação, para mim inclusive, que, além de ser do seu Partido, estou no mesmo bloco neste trabalho.

Também sou uma militante da educação e estive quatro anos aqui na Comissão de Educação do Senado. Esta Comissão de Educação do Senado, Senador Romário, é diferente de sua similar na Câmara dos Deputados, onde temos a Comissão de Educação – havia a de Educação e Cultura, depois a separaram e criaram a da Cultura, e lá o esporte fica com o turismo. Aqui o conceito de educação é mais profundo, porque ele já incorpora o esporte na fase do esporte educacional, do esporte amador, do esporte de rendimento dentro de um conceito educacional. O conceito de educação, como os velhos gregos diziam, é educação do corpo e da mente. E é esta síntese que acho que V. Ex^a tem capacidade de fazer na coordenação desta atividade: pensar a educação a serviço de um projeto de educação que possa abrir as portas de oportunidades iguais para todos.

Infelizmente, a escola do rico no Brasil é diferente da escola do pobre, e esse desafio tem que começar a ser enfrentado pela educação básica. Nós não conseguimos enfrentar o desafio de alfabetizar na idade certa, portanto entre seis e oito anos de idade, e não conseguimos que as nossas escolas, a dos ricos, tenham pessoas pobres e negras, em nenhum canto deste País. E é por isso que este se torna um grande desafio: abrir as comportas da oportunidade para todos, o que significa começar na escola, começar na escola básica, começar com a possibilidade de todos se alfabetizarem na mesma idade com as mesmas oportunidades. Ao fazer isso é preciso pensar também um novo ensino médio, um ensino de tempo integral. Este é o desafio: transformar a escola de ensino médio no Brasil numa escola de tempo integral, desafio que há muitas e muitas décadas o Brasil não consegue viabilizar.

Tenho certeza de que V. Ex^a, à frente desta Comissão, vai ser capaz de dar conta da pauta da cultura, da pauta da educação, da pauta do esporte e da pauta que todos nós desejamos: da inclusão, da igualdade daqueles que, por uma circunstância qualquer da vida, ficaram com uma situação diferenciada em relação às suas possibilidades, as pessoas com deficiências, as pessoas com doenças raras. Todas devem ser acolhidas.

Então, saúdo a presidência de V. Ex^a e estou aqui, como diria Cristovam, como soldada neste local de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Senadora Lídice. Esses desafios fazem parte do nosso País, e tudo aquilo que estiver relacionado diretamente com esta Comissão, eu, como Presidente, colocarei sempre em pauta como assuntos importantes.

Sempre fui uma pessoa de desafios. Este é mais um desafio em minha vida: ser Presidente desta importante Comissão do nosso Senado. E pode ter certeza de que tudo que está sendo dito aqui hoje vamos colocar em prática. Tenho certeza de que muitas coisas positivas acontecerão para a nossa juventude, principalmente para aqueles que mais precisam, que são as pessoas de baixa renda.

Muito obrigado.

Agora passo a palavra ao Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Romário, também quero cumprimentá-lo e dizer da satisfação de trabalhar ao seu lado.

V. Ex^a é novato nesta Casa, embora venha da Câmara, e eu sou mais novato ainda, venho direto do jornalismo para o Senado Federal, mas tenho certeza de que realizaremos um trabalho conjunto muito próspero aqui, Senador. Sua história de vida é uma história muito bonita. Os brasileiros a conhecem. V. Ex^a é uma pessoa vitoriosa. Nós cansamos de aplaudir suas vitórias no futebol. E seu espírito humanitário, também muito conhecido, o torna uma pessoa honrada, de muita credibilidade e que, certamente, vai trabalhar por esta que é uma das Comissões mais importantes do Senado. Ninguém ignora que a educação é uma das maiores carências do Brasil. Nada transforma mais uma pessoa do que a educação. E tanto transforma uma pessoa como deve transformar um país, e é algo de que nós precisamos. É a educação que nos dá espírito crítico, que nos emancipa. E é disso que nós precisamos. As notas que temos visto nas avaliações do Ideb e do Enem são sofríveis. Precisamos transformar isso.

Usando uma linguagem que lhe é bem conhecida, Senador Romário, percebo que aqui vamos formar uma equipe muito harmoniosa, pois temos pessoas muito preparadas para esse trabalho. A par de todos os demais, quero lembrar que temos aqui um craque em educação, que é o Senador Cristovam – e não lhe faço nenhum favor, porque é verdade –, e haveremos de formar uma verdadeira equipe, em que V. Ex^a será o nosso centroavante.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Procuraremos fazer tabelinhas, fazer lançamentos, a fim de que V. Ex^a chegue na frente nas grandes conclusões na educação, na cultura e no esporte, como lhe é próprio.

Estarei aqui ao seu lado, pronto para trabalhar muito, na certeza de que a Comissão de Educação será das mais profícuas deste Senado.

Cumprimentos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado pelas palavras, Senador Lasier. Com certeza, conto muito com a ajuda de V. Ex^a no que diz respeito à educação, cultura e principalmente ao esporte. Tenho certeza de que a ajuda de V. Ex^a, como grande radialista que sempre foi, será de grande importância para o Presidente desta Comissão.

Muito obrigado.

Passo a palavra, agora, ao Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Senador Romário, em primeiro lugar, quero parabenizá-lo. Acompanhei muito seu mandato como Deputado, porque temos causas em comum, em especial a luta pelas pessoas com deficiência. V. Ex^a fez um grande mandato como Deputado e tenho certeza de que será um grande Senador do Rio de Janeiro.

Eu acho que o Senador Cristovam acerta quando diz que V. Ex^a traz peso para esta Comissão no momento em que o Governo Federal lança o *slogan* “Brasil, Pátria Educadora”. Em cima disso, eu queria fazer duas sugestões, já de cara, Presidente.

Primeiro, que se antecipasse e convidasse o Ministro da Educação, Cid Gomes, para vir a esta Comissão e falar dos seus planos, dos seus projetos. Segundo, quanto ao funcionamento desta Comissão.

A Comissão de Educação sofre muito com a concorrência, já que no mesmo horário acontecem as reuniões da Comissão de Assuntos Econômicos, e os Senadores ficam completamente divididos. São duas comissões muito importantes. Eu não fazia parte da Comissão de Educação no passado, estou entrando agora. Queria conciliar as duas.

Dessa forma, Senador Cristovam – e o Senador Cristovam é um dos que mais sofrem com isso, porque ele participa das duas Comissões –, eu acho que poderíamos tentar fazer um acordo com a Comissão de Assuntos Econômicos; talvez estas reuniões nossas da Comissão de Educação começassem antes, às 9 horas, porque também, quando começa a CAE, a TV Senado acompanha a CAE. Se as reuniões da Comissão de Educação começarem às 9 horas, e depois a Comissão de Assuntos Econômicos começar às 10h30...

Ou seja, estou dando aqui uma sugestão para que esta Comissão funcione. Na verdade, o nosso Senador Cyro Miranda, ex-Presidente desta Comissão de Educação, sofreu muito. Ele vivia pelos corredores atrás de Senadores para que houvesse quórum.

Esse é um problema concreto, e acho que V. Ex^a deveria conversar com o futuro Presidente ou Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos para tentar organizar os trabalhos aqui, na terça-feira pela manhã.

Muito obrigado e parabéns, Senador Romário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado pelas palavras, Senador Lindbergh. Gostaria de dizer que através de requerimento meu, na próxima semana colocaremos em pauta aqui o convite não só ao Ministro da Educação, como também ao da Cultura e ao do Esporte.

E é minha também essa preocupação em relação ao horário. Muito obrigado pela lembrança. Eu acredito que, pela importância que tem esta Comissão, nós precisamos encontrar uma melhor maneira para que o máximo de Senadores possam participar, para que haja sempre um quórum positivo e façamos aqui um trabalho exatamente como a gente espera. Pode ter certeza de que é uma preocupação da minha parte, e muito obrigado pela lembrança.

Passo agora a palavra ao Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Senador Romário, é com muita honra que participo desta Comissão presidida por V. Ex^a e, provavelmente, com a Vice-Presidência da minha querida amiga Fátima Bezerra. Com certeza, vários assuntos importantes estaremos tratando aqui, em tese, o que é importante para mim, que tenho no meu mandato a preocupação de defender os menos favorecidos da sociedade. Se nós chegamos aqui à Casa das Leis, ao Senado Federal, é para não nos esquecermos daqueles excluídos que, muitas vezes, não sabem nem onde fica o Senado.

Eu divido o meu mandato em quatro quadrantes: o quadrante principal de atuação é exatamente em defesa do menos favorecido nas políticas públicas de saúde, de educação, de segurança, de transporte. Então, esse item relativo à educação, à cultura e ao esporte é de fundamental importância.

O meu partido, o PSD, tem aqui a minha pessoa, Hélio José, e o Senador Otto Alencar, e estaremos solidários, estaremos juntos, debatendo, garantindo o quórum e garantindo o debate profícuo destas teses tão

importantes para o Brasil e para a nossa cidade – no meu caso, é Brasília. Então, com relação a essa questão, é de fundamental importância.

Também é de fundamental importância que a gente acompanhe a seriedade com que V. Ex^a encampou seu mandato de Deputado Federal, quando, de forma incessante, sempre defendeu as pessoas com deficiência, que estão bem colocadas nas pessoas menos favorecidas da sociedade. E é com muito carinho que quero me dedicar aqui a esta Comissão, para que, juntos, possamos debater assuntos de tamanha relevância.

Além disso, vou até para uma reunião com o nosso Ministro da Educação, e quero discutir com ele a nova matriz energética, começando pelas escolas, onde queremos apresentar um tema educativo de utilização da energia solar neste País. Precisamos fazer uma parceria no sentido de tornar autossuficientes em energia elétrica as várias escolas espalhadas por este País afora, através de projetos de parceria perante o Ministério de Educação, perante o Ministério de Minas e Energia, e que possamos aqui fazer projetos de lei que permitam isso. Então, estou com a audiência marcada, e talvez seja muito oportuna essa vinda do nosso Ministro da Educação aqui, na próxima semana provavelmente, como V. Ex^a colocou.

Nós que estamos às vésperas da realização de uma Olimpíada no Rio de Janeiro, no Brasil, sabemos o quanto é importante a questão do esporte e do desporto em nosso País. Então, com certeza, vamos nos debruçar aqui e gerar oportunidades para que possamos dar melhores condições de políticas públicas nessa área, para tirar da rua os jovens menos favorecidos, os jovens que estão envolvidos com o *crack*, e para dar a eles uma oportunidade de se integrarem às áreas esportivas.

Com relação à cultura, nós sabemos a riqueza e a diversidade cultural do nosso País, da nossa Brasília, do nosso Rio de Janeiro. Sem dúvida, aqui, poderemos discutir também oportunidades para que os nossos jovens artistas amadores também possam mostrar seus talentos.

Concluindo, Romário, eu acho que V. Ex^a poderia contar conosco no sentido de também propiciarmos uma lei que dificulte a ida dos nossos atletas, das nossas jovens promessas do Brasil com 12, 13, 14, 15 anos, para países da Europa ou para outros países. E o Brasil fica capenga, com os seus futuros romários sem poderem estar nos nossos campos de futebol, porque, na maioria das vezes, eles chegam tão novos à Europa ou a outras ligas que têm mais recursos. Nós brasileiros, quando algum desses é convocado para a Seleção, somos surpreendidos por nomes de que nunca ouvimos falar.

Quero dizer que V. Ex^a conta com o apoio do nosso Partido, o PSD, para poder fazer o gol de placa que sempre fez, ajudando nosso Brasil nessa área tão importante da Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Conte conosco, estamos juntos nessa batalha. Estou com você, estou com a Fátima, estou com todos os Senadores que aqui compõem este Colegiado.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Eu agradeço ao Senador Hélio José pelas palavras. Pode ter certeza de que essas pautas são importantes neste meu mandato como Presidente desta Comissão. E, com certeza, vou contar muito com a sua ajuda e com a sua presença. Muito obrigado.

Passo a palavra agora ao Senador Roberto Rocha, meu companheiro de Partido.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Meu querido Senador Romário, serei breve.

Eu não poderia perder a oportunidade de saudar este momento, um momento importante em que V. Ex^a, companheiro do nosso Partido, é aqui acolhido pela unanimidade dos membros da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado para ser o Presidente desta importante Comissão.

Fico muito feliz e orgulhoso de poder também, como membro desta Comissão, estar aqui ao seu lado e de tantos outros companheiros e companheiras.

Eu desejo a V. Ex^a apenas sorte, porque, com o talento que V. Ex^a vem revelando no exercício da vida pública, é óbvio que o sucesso está garantido.

Conte conosco, conte comigo, conte com o nosso Partido, conte com os seus companheiros de Comissão, para que possamos produzir um excelente resultado que é aquilo que o povo brasileiro espera de todos nós aqui, nesta importante Comissão.

Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Senador e companheiro de Partido Roberto Rocha. Sorte para todos nós. Tenho certeza de que todos nós vamos precisar.

Passo agora a palavra para o Senador João Capiberibe, Líder do meu Partido, o PSB.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Sr. Presidente, Senador Romário, Srs. Senadores, Sras Senadoras, é realmente uma alegria, uma satisfação muito grande ter um companheiro de Partido, do Partido Socialista Brasileiro, na Presidência da Comissão de Educação.

Eu diria que V. Exª tem nos surpreendido positivamente desde que V. Exª colocou o pé na política lá como Deputado Federal, num mandato muito positivo para o povo carioca e para o povo brasileiro, e agora no Senado.

Quero que saiba que a nossa Bancada, unida, vai trabalhar e apoiar o desempenho da sua Presidência, estando presente.

Eu tenho enorme compromisso com a educação, sobretudo com a construção do conhecimento ligada às nossas raízes históricas e culturais. Eu fui aluno de escola pública e, na minha escola, havia algo que me deixava confuso.

Sou de uma região em que não se produz uva, frutas de clima temperado. Sou de uma região em que nós temos o cupuaçu e o açaí, que hoje são conhecidos no Brasil todo. Há 60 anos, ninguém sabia o que era isso. E, na escola, aprendi as primeiras letras com uma frase que eu entendia pela metade. A frase dizia: “O Ivo viu a uva.” Eu não tinha problema de identificar o nome “Ivo” porque, na minha sala, havia um colega que se chamava Ivo. Agora, uva eu não tinha noção do que era.

Então, meu sonho, na verdade, é transformar os currículos escolares em algo que tenha enorme identidade cultural com o conhecimento, com a vivência e com a experiência das crianças e tornar esses currículos e esses conteúdos simpáticos e agradáveis, para que a criança não queira mais voltar para casa, para que ela queira ficar na sala de aula.

Por último, quero dizer que V. Exª representa um Estado pelo qual tenho um carinho especial. Tenho uma admiração muito grande pelo povo carioca, pela leveza do povo carioca. Fico imaginando que alguns países inventam símbolos para fazer invasões culturais, eu diria. Por exemplo, nos Estados Unidos da América, há dois bonequinhos, o Bob e a Barbie, e as nossas crianças brasileiras brincam com eles. O Bob e a Barbie, na verdade, representam uma grande invasão cultural, mas isso é muito bem feito, muito bem planejado. Vou sugerir a V. Exª, como Senador do Rio, que transforme o mestre-sala e a porta-bandeira no nosso Bob e na nossa Barbie, para que os introduza como símbolos do Rio de Janeiro e do Brasil. O Carnaval é uma grande manifestação da cultura popular, e nós merecemos alguns símbolos. Acho que, pela leveza, essas duas figuras poderiam se transformar num belo símbolo da nossa cultura, dessa leveza do povo brasileiro, que, infelizmente, tem alguns desvios de comportamento na hora da relação pessoal.

Portanto, Presidente Romário, eu lhe desejo pleno sucesso. Conte com nosso integral apoio na sua missão. V. Exª gosta de desafios. Até agora, todos os desafios que V. Exª encarou têm sido superados com grande sucesso, e tenho a certeza de que, na Comissão, não vai ser diferente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Senador, meu Líder Capi, como é mais conhecido. Posso afirmar que as suas lutas são as minhas lutas. Tenho a certeza de que, nesse desafio que terei pela frente, V. Exª terá grande importância, para que seja um desafio positivo e para que eu possa obter também êxito aqui. Muito obrigado.

Passo a palavra agora à Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senador Romário, permita-me somar minha voz à voz dos colegas Senadores que aqui já se pronunciaram, parabenizando V. Exª pela indicação. Quero dizer que, a partir de agora, V. Exª não é só o Presidente indicado pelo seu Partido, mas é o Presidente de todos nós.

Quero lhe desejar sucesso, porque o seu êxito vai ser o êxito da educação neste País. Desejo que seja como Presidente desta Casa melhor do que foi como craque no futebol. Esse é um grande elogio, uma vez que é voz corrente na população brasileira que V. Exª é um dos maiores craques do futebol que este País já teve.

Em campanha, eu sempre disse para a população e para os nossos eleitores em Mato Grosso do Sul que o primeiro pedido que eu faria ao assumir a cadeira de Senadora da República Federativa do Brasil seria o de poder fazer parte da Comissão de Educação e Cultura. Fui professora por 12 anos nas universidades públicas e privadas do meu Estado, como professora de Direito Público, e entendo a importância da educação, da cultura e do esporte neste País.

Na área do esporte, confesso que não tenho a experiência dos senhores e das senhoras e que me vou valer da experiência especialmente do Presidente. Mas, na área da educação, quero dar minha parcela de contribuição, principalmente para que possamos transformar o Brasil ideal, que é o dos nossos sonhos, num Brasil real especialmente na educação. Deixando a saúde de lado nesse aspecto, talvez a educação seja aquela diante da qual existe o maior abismo entre o Brasil dos nossos sonhos e o Brasil real.

O Plano Nacional de Educação está aí. Há um prazo até 2023. Há números desafiadores em todos os setores. Eu citaria pelo menos um aqui, porque não quero me delongar. Apenas quero explicar a importância que esta Comissão realmente tem para esta Casa e para o Brasil, a importância deste evento.

Na área de ensino superior, nós temos uma meta, que eu diria, corajosa, mas que precisa ser enfrentada, já que alguns falaram aqui de ensino profissionalizante, de ensino profissional, de ensino especial. Eu me refiro ao ensino superior.

Nós temos neste País, hoje, uma média de 15% apenas dos jovens de 18 a 24 anos nos bancos de uma universidade. Temos uma meta corajosa, desafiadora, mas tenho certeza de que, com trabalho, eficiência e competência, conseguiremos atingi-la, que é chegar a 50%, a 40%. Possivelmente a 50%.

Por isso tudo, e aqui apenas me somando às vozes do Senador Cristovam – acho que a Senadora Fátima e a Senadora Lídice também comentaram a respeito –, devemos aproximar cada vez mais a educação pública da educação privada no ensino fundamental, mesmo no ensino infantil, mas, especialmente, no ensino fundamental e no ensino médio. Nós não nos podemos esquecer de que não fazemos nada sem dinheiro. E, talvez, o maior de todos os desafios que teremos que enfrentar seja poder transformar esses 5% do PIB brasileiro, investidos em educação, nos próximos anos, em 7%, para que tenhamos a universalização da educação; a educação chegando a todos, indistintamente.

No futuro, talvez, utopicamente falando hoje aqui, mas, quem sabe, numa realidade muito próxima, chegarmos aos 10% do PIB deste País investidos na educação. Aí, sim, conseguiremos alcançar esse objetivo, que é uma grande luta dos Senadores que aqui estão e, em especial, do Senador Cristovam, que é transformar a qualidade do ensino público na mesma qualidade do ensino privado.

Parabéns! Êxito!

Quero deixar aqui a minha parcela de contribuição, humilde e pequena, mas, com toda a certeza, vai ser muito combativa em prol da educação deste País.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Senadora Simone.

Quero dizer a V. Exª que, com certeza, a sua experiência na área de educação será muito bem-vinda a esta Comissão.

Boa sorte para a gente!

Passo a palavra agora ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Romário, eu estava no plenário, estava participando da abertura dos trabalhos, mas não poderia deixar de vir aqui participar desta reunião tão importante, que elege V. Exª Presidente. Para aqueles que acreditam em transformação no País, oxalá a Comissão mais importante da nossa querida Pátria, porque aqui se trata de educação; aqui se vai falar de formação; aqui se vai falar de esporte; aqui se vai falar do combate às diferenças.

V. Exª fez um trabalho excelente na Câmara, inclusive participou muito da discussão da elaboração do Estatuto da Pessoa com Deficiência, quando lá chegou, que está pronto para ser votado em plenário e virá para esta Casa.

Só quero dizer – permita-me dizer isto, Senador Romário, meu amigo – que V. Exª é um rebelde, e eu me identifico com os rebeldes. Os rebeldes são aqueles que não acreditam nas causas prontas e lutam para as grandes transformações. Alguém já disse que quem acredita na educação acredita na revolução da paz, da sabedoria, da igualdade, do crescimento, da distribuição de renda. Por isso, fiz questão de estar titular nesta Comissão.

Tenho certeza que sob a orientação de V. Exª faremos aqui um grande trabalho. E quem vai ganhar com isso são as crianças, são os jovens, são os trabalhadores, independentemente de idade, de sexo, de orientação sexual ou religião, com deficiência ou sem deficiência.

Parabéns a V. Exª!

Estarei aqui. Sou pontual. Marque o dia e a hora, e estarei aqui para votar e discutir cada projeto sob a orientação de V. Exª.

Permita-me ainda que eu me dirija à nossa querida Fátima Bezerra, que, tenho certeza, será a sua Vice. Ela, de quem eu me lembrava hoje ainda, no plenário, foi Relatora do meu projeto que regulamentou a profissão de historiador.

Duas grandes figuras! Um homem e uma mulher – permita-me que eu diga isto, porque aqui, nesta Casa, quase todo mundo ou a maioria tem olhos azuis e a pele bem clara – de pele quase próxima à minha. E isso é bom. Nós acreditamos em brancos, em negros, em índios. Enfim, não é a cor, não é a idade que representa a capacidade.

Palmas a V. Exª!

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado.

Acreditamos mesmo, Senador. Eu poderia aqui ficar alguns minutos, talvez até horas, falando sobre a situação de V. Exª, mas vou resumir com uma palavra: genial.

Tenho em V. Exª um Parlamentar de alta competência, alta qualidade e seriedade e tenho certeza absoluta de que, a partir da escolha de V. Exª para participar desta Comissão de Educação, esta Comissão se torna grande, torna-se mais importante, e como V. Exª mesmo colocou, tem aqui um amigo, uma pessoa que precisa de V. Exª nesta Comissão para receber sua experiência, sua vontade de fazer o bem ao País. É uma satisfação presidir uma Comissão da qual V. Exª participa. Muito obrigado.

Passo agora a palavra à Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Prezado Senador Romário, é com enorme satisfação que o parabenizo por esta Presidência. Talvez seja um desafio – não sei – tão grande quanto ser campeão, como V. Exª é. De certa forma, num momento da vida, é, é um enorme desafio, e um enorme desafio que, acredito, esses anos no Parlamento já o credenciam para enfrentar, para exercer sua liderança com enorme capacidade e enfrentar essa incumbência que hoje nós todos lhe damos.

Uma Comissão tratar da educação, da cultura e do esporte é algo muito forte, e eu diria que deveria tudo ser assim, no sentido de que a educação caminha junto com a cultura e caminha junto com o esporte. Isso nós pudemos ver em São Paulo com a criação dos CEUs – Brizola já tinha feito no Rio de Janeiro com os CIEPs. Como Ministra da Cultura, nós fizemos os CEUs das artes, onde havia também o esporte – não havia educação propriamente dita, mas era uma tentativa de juntar tudo isso. São os desafios de um País onde ainda faltam creches, onde o ensino médio está estrangulado, e o superior, como disse a Senadora Simone, aqui ao meu lado, ainda tem uma parcela muito pequena da população – acho que chega a 15% da população.

Então, o desafio de V. Exª, e de nós todos que estamos aqui para ajudar, para cooperar, para juntos fazermos passar as leis mais importantes, é enorme. Nós sempre pensamos que as Comissões de Finanças, de Constituição e Justiça e de Economia são importantes, porque um país não caminha sem leis, sem a parte econômica. Mas sem a educação nós não vamos chegar onde queremos chegar. Então, resalto a importância de hoje ter V. Exª aqui, dessa responsabilidade que hoje lhe cai nos ombros.

Quero lhe desejar muita sorte, muito trabalho, muita dedicação, determinação – sei que V. Exª a tem, assim como garra, que é preciso ter também. Tenha certeza de que nós todos aqui vamos colaborar com tudo o que pudermos.

Fiquei muito feliz ao ver a Senadora Fátima ser eleita Vice desta Comissão, porque acho que é um casamento bom, um casamento que se beneficia da experiência que Fátima traz de tantos anos de militância nessa área, o que vai ser um acréscimo às suas qualidades. Então, nós temos o Presidente e a Vice muito fortes nessa comunhão. Isso, creio, credencia nossa Comissão a dar passos muito importantes.

Parabéns e muitos gols!

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado pelas palavras, Senadora e eterna Ministra da Cultura. É uma grande satisfação, uma grande honra, poder presidir uma Comissão dessa importância com a presença de V. Exª. Acompanho a sua vida parlamentar e posso dizer aqui publicamente que tenho V. Exª como uma das grandes Parlamentares do País. Muito obrigado. Tenho certeza de que a sua presença vai encher de orgulho esta Comissão e de que contaremos com a presença de V. Exª nas pautas mais importantes que tivermos aqui.

Passo agora a palavra para o Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito obrigado.

Eminente Senador Romário, minha primeira palavra, naturalmente, será de congratulação por sua eleição para a Presidência desta Comissão. Ao mesmo tempo, registro a minha alegria de estar aqui presente, como titular, trabalhando em três políticas públicas que são tão relevantes para o desenvolvimento do nosso Brasil.

Eu gostaria de fazer coro ao que foi dito pelas Senadoras e pelos Senadores que me antecederam, da relevância fundamental do tema educação. Basta observarmos rapidamente o desenvolvimento de outros países para percebermos de modo inequívoco que foi tão somente quando a educação tornou-se uma prioridade verdadeira que nações mais desenvolvidas que o Brasil se consolidaram no Conselho das Nações com a melhoria da qualidade de vida para sua gente. Da mesma forma, temos, nesta Comissão, sob o *albergo* de sua competência, os temas também da cultura e do esporte, igualmente importantes.

Para o esporte eu não preciso fazer aqui nenhuma consideração porque o nosso Presidente é um grande *expert*, mas é evidente que a realização próxima das Olimpíadas dará uma oportunidade singular para que o Brasil possa, igualmente, apresentar-se ao mundo também como potência esportiva.

Gostaria de acrescentar, ao final, nestes meus cumprimentos, uma palavra sobre a cultura, que considero um segmento de política pública fundamental e tão importante para o processo civilizatório que precisamos cada vez mais em nosso País. Com cultura, com esporte, com educação, nós evitamos drogas, melhoramos a segurança, melhoramos o nível de emprego, a qualidade de vida e, mais do que tudo, o convívio familiar.

Portanto, esta Comissão tem um papel importantíssimo e imprescindível entre todas as políticas públicas de responsabilidade da esfera federal.

Com muita satisfação eu me integro, portanto, sob o seu comando, a esta Comissão. Juntamente com os nossos pares, eu aqui estou para contribuir com as propostas, com os debates e, fundamentalmente, para apresentar soluções que façam o Brasil avançar em termos de educação, cultura e esporte.

Meus parabéns. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Senador Anastasia. Pode ter certeza de que conto com a experiência de V. Ex^a nesta Comissão, como Governador de Minas Gerais pela revolução que fez, principalmente na educação, em seu Estado. Muito obrigado.

Passo a palavra, agora, à Senadora Angela Portela.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Sr. Presidente, Senador Romário, assim como todos os membros da Comissão de Educação, Senadores e Senadoras, também quero me somar a V. Ex^a, ao seu esforço, à sua coragem, à sua determinação, à forma como conduziu seu mandato de Deputado Federal na Câmara dos Deputados, dedicado a uma causa nobre. Eu queria aqui me colocar à disposição para, junto com V. Ex^a, sob a sua liderança, avançar nas questões relacionadas a educação, esporte e cultura.

Nesta Comissão nós discutimos amplamente o Plano Nacional de Educação e temos metas claras que precisamos acompanhar e fazer avançar, como a universalização do ensino fundamental com qualidade; enfrentar os desafios da melhoria do ensino médio em nosso País; dar continuidade ao plano de expansão do ensino médio, técnico, profissionalizante e do ensino superior; e, acima de tudo, acompanhar com muita responsabilidade a gradatividade dos investimentos em educação. Nós aprovamos aqui, na última meta do Plano Nacional de Educação, a destinação de 10% do PIB para educação, até o final da vigência do Plano Nacional de Educação. Isso representa mais recursos para serem investidos no ensino fundamental, no ensino médio, no ensino superior, na inclusão de jovens dependentes e de jovens que têm deficiência física.

Sr. Presidente, este é um momento de extrema relevância. E nós sabemos que V. Ex^a tem todas as condições de conduzir este processo com muita sabedoria e com muita liderança. Num momento importante também, em que se estudam mudanças nas regras do financiamento do Fies e do ProUni, que são programas de extrema importância para a inclusão do jovem no ensino superior, há de se ter a preocupação, a responsabilidade de analisar com muito cuidado as mudanças que deverão vir e que devem certamente continuar ampliando a participação do jovem brasileiro no ensino superior, que não chega, como disse a ex-Ministra Marta Suplicy, a 15%. Temos que trabalhar efetivamente para aumentar a inclusão e a participação da juventude brasileira no ensino médio e profissionalizante, assim como no ensino superior.

Eu queria aqui destacar nosso total apoio, sob a sua liderança, e dizer que é uma satisfação muito grande ter a companheira Fátima Bezerra na Vice-Presidência da Comissão de Educação.

Ela tem um histórico de vida muito dedicada à educação, à luta dos professores, à luta sindical, à luta para uma situação de investimento maior do Governo. No ensino superior principalmente, ela tem acompanhado com muito cuidado, com muita responsabilidade. Ela tem dedicado sua vida parlamentar inteira à educação.

Então, ela também merece ser Vice-Presidente da Comissão de Educação, e ela sabe que pode contar com o apoio dos Senadores e Senadoras – e, em especial, quero aqui deixar o meu apoio carinhoso a V. Ex^a como Vice-Presidente da Comissão de Educação.

Parabéns, Senador Romário, e vamos juntos trabalhar pela educação do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Senadora Angela Portela. Com certeza, a Senadora Fátima Bezerra será de grande importância na Vice-Presidência desta Comissão, como a participação de V. Ex^a também nos ajudará.

Muito obrigado.

Passo a palavra agora ao Senador Randolfe Rodrigues, meu amigo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Meu querido companheiro Senador Romário, a sua presença na Presidência desta Comissão é uma conquista da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da qual tenho sido membro desde o início do meu mandato aqui no Senado.

Estarei aqui na Comissão, e será uma honra, na condição de suplente indicado pelo meu Bloco, ser presidido por V. Ex^a. Primeiro porque V. Ex^a é sinônimo, a sua biografia é sinônimo de vitória e superação. Toda a sua biografia é sinônimo disso, desde o seu nascimento até a sua trajetória no futebol, até a consagração nos anos 90, quando declarações como, por exemplo, de Jonhan Cruyff, um dos maiores jogadores de futebol de todos os tempos, reconhecem a sua ma

estria como aquele que é um dos melhores jogadores de futebol da Pátria do futebol. Então, esta Comissão não teria melhor escolha para fazer do que a escolha de V. Ex^a para nos presidir.

Esta Comissão é tão grande, Senador Romário, que ela tem três temas que são fundamentais para o nosso País.

No tocante ao tema da educação, imagine que nós, apesar de estarmos entre as oito maiores economias do Planeta, apesar de termos superado muitos dramas, ainda temos, por exemplo, o drama do analfabetismo, ainda não resolvemos o problema do analfabetismo, enquanto pátrias vizinhas nossas, como Venezuela, Bolívia, Chile, Argentina, já declararam seu território livre do analfabetismo. A educação é fundamental, e V. Exª sabe muito bem disso.

A cultura e o esporte estão intimamente vinculados à identidade de nosso povo. De todos os povos do mundo – é Darcy Ribeiro quem nos ensina –, nenhum foi tão misturado, tão belissimamente misturado como o nosso. Então, a cultura é o retrato do nosso povo, e V. Exª vai dirigir uma Comissão que tem inclusive ex-Ministros da Cultura, como é o caso da Senadora Marta Suplicy.

E o esporte – não é preciso falar – é a alma do povo brasileiro. E V. Exª tornou-se uma referência para isso. A minha geração, Senador Romário, teve o prazer de vê-lo, de assistir a V. Exª jogar, de torcer por V. Exª. Eu já disse uma vez no plenário que eu torcia por V. Exª até quando V. Exª, no Vasco, fazia gols contra o meu Flamengo. *(Risos.)*

E comemorei, como nunca, quando V. Exª foi para o meu querido Flamengo, e aí deu alegria para a maior torcida deste Planeta. Então, V. Exª é um símbolo do futebol brasileiro. E eu acho que nós poderemos contar, nos dedos de uma mão, quantos dos craques do futebol brasileiro podem ser símbolo não só do futebol, mas símbolo do Brasil – no Brasil e no exterior. E V. Exª é isso para todos nós.

Será uma honra ser dirigido, ser presidido por V. Exª, e eu tenho plena certeza do sucesso desta Comissão sob a direção de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado pelas palavras, Senador Randolfe. Quero dizer que, mais do que nunca, vou precisar da determinação, da coragem, do combate de V. Exª. Acompanho V. Exª já nesses últimos quatro anos de que participei na Câmara, tivemos algumas pautas relacionadas ao futebol, e aqui não será diferente.

E eu tenho certeza de que V. Exª, participando desta Comissão... Eu posso dizer que aqui nós vamos criar grandes pautas, pautas essas que são interessantes para o nosso País, e V. Exª terá uma importância fundamental. Muito obrigado.

Agora, passo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (PP - RS) – Senador Romário, Senadora Fátima, que será sua Vice-Presidente, eu estou aqui desde 2010. Cheguei aqui com Randolfe Rodrigues e Angela, entre outros da nossa Legislatura. Houve aqui, na Comissão, o Presidente Roberto Requião, nos dois primeiros anos, de 2011 a 2012, e, em seguida, o Senador Cyro Miranda. Eu fui Vice-Presidente do Cyro Miranda. O trabalho desta Comissão é muito relevante, mais pela definição de prioridade nacional – a Pátria Educadora referida por V. Exª no seu pronunciamento e no seu comprometimento. Mas V. Exª tem uma retaguarda que é uma das melhores do Senado, comandada pelo Júlio Linhares e toda a equipe da Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Então, V. Exª está muito bem em relação a isso.

Mais ainda: o respaldo que todos os Senadores e Senadores estão lhe dando aqui, presentes, com suas manifestações, é a segurança de que o seu trabalho vai ser mais fácil, porque a colaboração e o esforço coletivo de todos vão ajudá-lo a vencer os desafios que o aguardam. Eles estão não só na educação, mas também no esporte, que é a sua especialidade – entre outras, mas essa será muito importante.

Quero lhe dizer que V. Exª mencionou uma questão da Meta 4. Nós nesta Comissão trabalhamos muito por uma palavra que foi chave. Eu sou do Rio Grande do Sul e lá há um movimento das APAEs que é extraordinário. Trata-se na Meta 4 do termo preferencialmente, que nós adaptamos à inclusão, junto com o direito dos pais que são dedicados a proteger os seus filhos com portadores de necessidades especiais ou crianças deficientes. Então, nessa Meta 4, manter aquilo que nós aqui fizemos, com uma mobilização nacional, preservando o trabalho dessas entidades... O desafio da educação e da educação especial é tão grande que não se pode pensar num movimento isolado, é um movimento coletivo de toda a sociedade participando. Por isso, eu, com muita honra, estou aqui também para dizer que as APAEs precisam do nosso apoio – e muito, cada vez mais.

Parabéns ao senhor. Muito sucesso, Senador Romário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia. Com certeza, essa também é minha luta. Vocês terão aqui, nesta Presidência, um guerreiro, em todo o sentido da palavra, principalmente quando se refere à Meta 4, que, como V. Exª já falou e eu também no meu discurso, é um momento importante para o nosso País, é um momento importante para as pessoas que têm deficiência e para os familiares dessas pessoas. Posso afirmar aqui para V. Exª que vamos ter muito trabalho e que vamos conseguir. Eu tenho muita fé em Deus e no trabalho de todos nós para resulta-

dos muito positivos para as crianças e para os jovens do nosso País, principalmente na área das pessoas com deficiência e com doenças raras.

Eu gostaria de ler um comunicado aqui da Liderança do PMDB, do Senador Eunício Oliveira, Líder do PMDB e do Bloco Maioria. Ele comunica que há acordo para que seja eleita a Vice-Presidente da Comissão de Educação, a Senadora Fátima Bezerra, do PT do Rio Grande do Norte.

Consulto o Plenário sobre a possibilidade de se realizar a eleição da Srª Senadora Fátima Bezerra como Vice-Presidente por aclamação. *(Palmas.)*

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam com a proposta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Declaro eleita a Ex^{ma} Srª Senadora Fátima Bezerra como Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Convido a eleita a ocupar o seu lugar à mesa e, em seguida, usar da palavra. Parabéns, Senadora. *(Pausa.)*

Senadora, eu vou ficar um pouco em pé, porque eu estou com um probleminha na lombar. *(Risos.)*

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Serei breve. Na verdade, eu já tive oportunidade, Senadora Ana Amélia, no início, de usar da palavra, de saudar o Deputado Romário, de dizer da alegria de tê-lo como Presidente desta Comissão, da alegria, inclusive, porque tivemos uma luta lá na Câmara, e o Deputado Romário se destacou, sim, como um dos Parlamentares que atuou muito em defesa da questão da educação, não só do esporte e da cultura.

E disse agora há pouco, também, claro, da minha emoção, porque, assim como ele, saio de um recente processo político-eleitoral no qual eu dizia que, uma vez eleita Senadora da República, Senador Paim, teria o desejo de, aqui, dar continuidade à luta em defesa da educação, que tem sido, na verdade, a nossa principal bandeira.

Como professora que sou da rede pública, como dirigente sindical que fui, Deputada Estadual, Deputada Federal, tenho convicção do quanto é essencial investir na educação, cuidar da educação das nossas crianças, dos nossos jovens e adultos para que nós tenhamos a Nação que todos sonhamos: generosa, solidária, com distribuição de renda, com emprego, com inclusão social; sobretudo agora também com esse desafio do “Brasil, Pátria Educadora”.

E, como disse o nosso Presidente, Senador Romário, para fazer deste Brasil Pátria educadora, a primeira lição que nós temos que realizar é fazer com que o novo Plano Nacional de Educação chegue ao chão das escolas deste País, através das metas que o novo Plano Nacional de Educação apresenta, que vão desde a questão da universalização e ampliação do atendimento escolar da creche até a pós-graduação, passando pela educação em tempo integral, ensino superior, educação profissional e a agenda de valorização do magistério.

Então, Senador, gostaria de agradecer aos colegas aqui por, a exemplo de V. Ex^a, ter sido aqui aclamada, e dizer que estamos juntos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Fátima Bezerra, na verdade, quero dizer que é um prazer poder tê-la ao meu lado como Vice-Presidente, nesta Comissão tão importante, e afirmar aqui que vou contar muito com a ajuda de V. Ex^a, principalmente no que se refere a essa área da educação.

Gostaria de agradecer a todos os presentes.

Declaro encerrada esta reunião.

Muito obrigado!

(Iniciada às 14 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 40 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE MARÇO DE 2015.

Às onze horas e doze minutos do dia dez de março de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Romário**, e com a presença dos Senhores Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Lasier Martins, Paulo Paim, Ivo Cassol, Benedito de Lira, Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Otto Alencar, Dário Berger, Maria do Carmo Alves, Wilder Moraes, Alvaro Dias, Lídice da Mata, Roberto Rocha, Eduardo Amorim, Douglas Cintra, Marta Suplicy, Regina Sousa, Zeze Perrella, Walter Pinheiro, Telmário Mota, Ciro Nogueira, Raimundo Lira, Ricardo Ferraço, Hélio José, José Agripino, Ataídes Oliveira, Antonio Carlos Valadares e Randolfe Rodrigues, reúne-

-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Cristovam Buarque, Rose de Freitas, Antonio Anastasia, Lúcia Vânia, Blairo Maggi e Walter Pinheiro, que justifica a ausência. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, o Senhor Presidente, Senador Romário, faz a leitura dos seguintes comunicados: **Comunicado 1:** “Comunico aos (as) Excelentíssimos (as) Senhores (as) Senadores (as) o recebimento do aviso, de autoria do Excelentíssimo Senhor João Augusto Ribeiro Nardes, Presidente do Tribunal de Contas da União até o final do exercício de 2014, sobre Acórdão proferido pelo Plenário daquela corte nos autos do processo nº TC 005.423/2009-3, na Sessão Extraordinária de 9/12/2014. Acompanha este Acórdão Relatório e Voto que o fundamentam, proferido pelo Tribunal, fruto de Tomada de Contas Especial instaurado pelo Ministério da Cultura em desfavor do Senhor José Carlos Nogueira Barbosa, na condição de dirigente da entidade privada Agência Nacional de Gestão de Recursos para Hiléia Amazônica. Os Senadores que desejarem cópia do Aviso, poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão”. O Aviso vai ao arquivo. **Comunicado 2:** “Comunico aos (as) Excelentíssimos (as) Senhores (as) Senadores (as) o recebimento do aviso, de autoria do Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Contas da União, Aroldo Cedraz de Oliveira, sobre Acórdão proferido pelo Plenário daquela corte nos autos do processo nº TC 015.481/2013-1, na Sessão Ordinária de 9/12/2014. Acompanha este Acórdão Relatório e Voto proferido pelo Tribunal, fruto de monitoramento com vistas a aprimorar o relacionamento entre as Instituições Federais de Ensino Superior – IFES e suas Fundações de Apoio. Os Senadores que desejarem cópia do Aviso, poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão”. O Aviso vai ao arquivo. **Comunicado 3:** “Convido os (as) Excelentíssimos (as) Senhores (as) Senadores (as) a participarem de seminário do Dia Internacional da Síndrome de Down com o tema ‘Educação, Cultura e Esporte: Caminhos para a Inclusão’, a ser realizado no dia 19 de março, às 14h, no Auditório Petrônio Portela. Os convites serão enviados no dia de hoje aos gabinetes de Vossas Excelências”. O Convite vai ao arquivo. Logo após, a presidência inicia a deliberação da pauta. Neste momento, o Senhor Presidente, Senador Romário, passa a presidência dos trabalhos à Senadora Maria do Carmo Alves, para a apreciação dos Requerimentos de sua autoria. **Item 1: Requerimento nº 1/2015-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Romário, que requer “Nos termos do art. 58, § 2º, III, da Constituição Federal, requeiro seja convidado o Senhor Ministro de Estado do Esporte, George Hilton dos Santos Cecílio, para que venha a esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, prestar informações sobre as políticas e diretrizes daquele Ministério para o biênio 2015-2016, assim como tratar dos preparativos para os Jogos Rio 2016 no que tange ao governo federal”. O Requerimento é aprovado. **Item 2: Requerimento nº 2/2015-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Romário, que requer “Nos termos do art. 58, § 2º, III, da Constituição Federal, requeiro seja convidado o Senhor Ministro da Educação, Cid Gomes, para que venha a esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, prestar informações sobre as políticas e diretrizes daquele Ministério para o biênio 2015-2016”. O Requerimento é aprovado. Prosseguindo, a Senhora Senadora Simone Tebet, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento em aditamento ao Requerimento nº 2-CE/2015, o que é aprovado (**ver Extra-Pauta: Item 6**). Logo após, a Senhora Senadora Maria do Carmo Alves passa a presidência à Senadora Fátima Bezerra, para continuação dos trabalhos. **Item 3: Requerimento nº 3/2015-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Romário, que requer “Nos termos do art. 58, § 2º, III, da Constituição Federal, requeiro seja convidado o Senhor Ministro da Educação, Cid Gomes, para que venha a esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, prestar informações sobre as políticas e diretrizes daquele Ministério para o biênio 2015-2016”. O Requerimento é aprovado. **Item 5: Requerimento nº 5/2015-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Romário, que requer “Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal c/c com o art. 58, inciso II da Constituição Federal, requeremos a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, no próximo dia 25 de março, para debater sobre o tema ‘O Autista e a sua relação com a Educação, a cultura e o esporte’”. O Requerimento é aprovado. Retorna à presidência dos trabalhos o Senhor Senador Romário. **Item 4: Requerimento nº 5/2015-CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Fátima Bezerra e Douglas Cintra, que requerem “nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de duas Audiências Públicas desta Comissão visando discutir a questão do artesão no Brasil, em especial, as políticas direcionadas a esse setor. A audiência terá ainda como pauta avaliar a efetividade do atual Programa do Artesanato Brasileiro e a partir disso propor políticas mais efetivas para esta categoria, tais quais, a criação da Secretaria Nacional do Artesanato e Economia Solidária e a regulamentação da profissão do artesão”. O Requerimento é aprovado. Prosseguindo, a Senhora Senadora Fátima Bezerra, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado (**ver Extra-Pauta: Item 7**). Logo após, o Senhor Senador Telmário Mota, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado (**ver Extra-Pauta: Item 8**). Neste momento, a presidência passa à deliberação dos itens incluídos extra-pauta. **Extra-Pauta, Item 6: Requerimento nº 6/2015-CE**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Simone Tebet, que requer

“... nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 2/2015-CE, que o senhor Ministro de Estado da Educação, Cid Gomes, convidado por essa Comissão a prestar informações sobre as políticas e diretrizes do Ministério para o biênio 2015-2016, apresente esclarecimentos adicionais sobre os cortes orçamentários de 2015, em relação aos Programas FIES e PRONATEC”. O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 7: Requerimento nº 7/2015-CE**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Fátima Bezerra, que requer “... nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de ciclo de audiências públicas destinadas a debater alternativas para o financiamento da educação básica no Brasil, considerando: a urgência de valorização dos profissionais da área, em termos de carreira, jornada, formação e remuneração; os desafios para a implementação do Custo Aluno Qualidade (CAQ) e do Custo Aluno Qualidade inicial; o requisito de construção de um Sistema Nacional de Educação articulado, em regime de colaboração federativa; o fim da vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) em 2020; e as metas do Plano Nacional de Educação”. O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 8: Requerimento nº 8/2015-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Telmário Mota, que requer “... nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), para discutir o Programa de Bolsa Permanência (PBP) do Governo Federal, que concede auxílio financeiro a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, indígenas e quilombolas matriculados em instituições federais de ensino superior”. O Requerimento é aprovado. Prosseguindo, a Senhora Vice-Presidente, Senadora Fátima Bezerra usa da palavra para convidar os membros da Comissão para o café da manhã, a ser realizado no dia 11 de março do corrente, às oito horas e trinta minutos, na Câmara dos Deputados, anexo IV, 10º andar, para a retomada da Frente Parlamentar em Apoio às Universidades Federais. Logo após, a presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente, Senador Romário**, encerra a reunião às onze horas e quarenta e sete minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Romário**, Presidente da Comissão De Educação, Cultura e Esporte.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião, ordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa de leitura da ata da reunião anterior e a aprovação da mesma.

Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Farei a leitura de comunicados da Presidência.

Comunico aos Ex^{mos} Srs e Srs. Senadores recebimento de aviso de autoria do Ex^{mo} Sr. João Augusto Ribeiro Nardes, Presidente do Tribunal de Contas da União até o final do exercício de 2014, sobre o acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do Processo nº TC 005.423/209-3, na sessão ordinária de 09/12/2014.

Acompanha esse acórdão relatório e voto que o fundamentam, proferido pelo Tribunal, fruto de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério da Cultura, em desfavor do Sr. José Carlos Nogueira Barbosa, na condição de dirigente da entidade privada Agência Nacional de Gestão de Recursos para a Hileia Amazônica.

Os Senadores que desejarem cópia do aviso poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão.

O aviso vai ao Arquivo.

Comunico aos Ex^{mos} Srs e Srs. Senadores o recebimento do aviso de autoria do Ex^{mo} Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União, Aroldo Cedraz de Oliveira, sobre o acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do Processo nº TC 015.481/2013-1, da sessão ordinária de 09/12/2014.

Acompanham esse acórdão relatório e voto proferido pelo Tribunal, frutos do monitoramento com vistas a aprimorar o relacionamento entre as Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) e suas Fundações de Apoio.

Os Senadores que desejarem cópia do aviso poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão.

O aviso vai ao Arquivo.

Convido os Ex^{mos} Srs e Srs. Senadores a participarem do seminário do Dia Internacional da Síndrome de Down, com o tema Educação, Cultura e Esporte – Caminhos para a Inclusão, a ser realizado no dia 19 de março, às 14 horas, no Auditório Petrônio Portella.

Os convites serão enviados no dia de hoje aos gabinetes de V. Ex^{as}.

Eu gostaria de convidar a Senadora Maria do Carmo para assumir a Presidência, por favor.

A SRª PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves. Bloco Oposição/DEM - SE) – Requerimento.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 1, DE 2015

– Não terminativo –

Nos termos do art. 58, § 2º, III, da Constituição Federal, requeiro seja CONVIDADO o Senhor Ministro de Estado do Esporte, George Hilton dos Santos Cecílio, para que venha a esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, prestar informações sobre as políticas e diretrizes daquele Ministério para o biênio 2015-2016, assim como tratar dos preparativos para os Jogos Rio 2016 no que tange ao governo federal.

Autoria: Senador Romário

Passo a palavra ao Senador Romário.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Senadora.

Nos termos do art. 58, §2º, III, da Constituição Federal, requeiro seja convidado o nosso Ministro de Estado do Esporte, George Hilton dos Santos Cecílio, para que venha a esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte prestar informações sobre as políticas e diretrizes daquele Ministério para o biênio 2015-2016, assim como tratar dos preparativos para os Jogos Rio 2016, no que tange ao Governo Federal.

A SRª PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves. Bloco Oposição/DEM - SE) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 2, DE 2015

– Não terminativo –

Nos termos do art. 58, § 2º, III, da Constituição Federal, requeiro seja CONVIDADO o Senhor Ministro da Educação, Cid Gomes, para que venha a esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, prestar informações sobre as políticas e diretrizes daquele Ministério para o biênio 2015-2016.

Autoria: Senador Romário

Passo a palavra ao Senador Romário.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Da mesma forma, Presidente, nos termos do art. 58, §2º, III, da Constituição Federal, requeiro seja convidado o Sr. Ministro da Educação, Cid Gomes, para que venha a esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte prestar informações sobre as políticas e diretrizes daquele Ministério para Biênio 2015-2016.

A SRª PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves. Bloco Oposição/DEM - SE) – Em discussão.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Para discutir, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves. Bloco Oposição/DEM - SE) – Com a palavra a Senadora Simone.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Se os nossos colegas Senadores e Senadoras concordarem, já aproveitando para louvar o Presidente Romário pela iniciativa em relação aos requerimentos, peço que ao Requerimento nº 2, nos moldes do Requerimento nº 1, no qual não apenas pede informações ao Ministro de Estado do Esporte para tratar da política e diretrizes para o Biênio 2015/2016 no que se refere à questão do esporte, nós possamos também, se for da vontade da maioria desta Comissão, fazer um adendo, para que o Ministro da Educação não só venha tratar dessas políticas e diretrizes do Ministério, mas também prestar esclarecimentos sobre essas informações que estão veiculando os jornais acerca de possíveis cortes orçamentários, em 2015, em relação à educação, em especial, em relação ao Fies e ao Pronatec. Só no Fies temos dois milhões de jovens beneficiados e, em relação ao Pronatec, são oito milhões de jovens. Então, se o nobre autor concordar e também os demais membros, que possamos fazer este adendo: que seja, portanto, não só para prestar informações gerais, mas também para prestar esclarecimentos sobre esses possíveis cortes orçamentários, no ano de 2015, para a educação.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Peço a palavra.

A SRª PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves. Bloco Oposição/DEM - SE) – Com a palavra a Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Srª Presidenta, é apenas para dizer que acho oportuna a observação que a Senadora está fazendo, até porque a vinda do Ministro aqui, ele próprio tem todo o interesse em falar sobre as diretrizes, as metas, em falar exatamente sobre todas as políticas voltadas para a área da educação. Ele próprio terá todo interesse em falar não só das potencialidades, mas das dificuldades também. De forma que é muito positivo, inclusive, que ele socialize com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado os desafios, as perspectivas e as próprias dificuldades que eventualmente estejam colocadas, em função, inclusive, da própria realidade orçamentária.

É bom não esquecermos que sequer o Orçamento Geral da União foi aprovado. Isso inclusive está causando transtornos, e muitos, para as várias áreas, até mesmo para a área de educação, na medida em que os gestores, por exemplo, são submetidos a um contingenciamento, de forma que só podem utilizar um dezoito avos dos recursos que estão disponíveis.

Enfim, esperamos também, Presidente Romário, que o Orçamento possa ser votado o quanto antes.

Era apenas para colocar isso.

Tenho um acordo com a Senadora sobre essa observação que ela faz, porque, quanto à vinda dele, há um interesse em que faça uma explanação geral.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Da minha parte, Presidente, sem problema nenhum. Incorporo o pedido da Senadora para que sejam feitos os esclarecimentos na oportunidade da vinda do Ministro, que tiremos essas dúvidas, façamos essas perguntas, porque é um momento em que o País está precisando. Em relação ao meu requerimento, vejo como bastante positiva essa colocação.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Romário, é para que seja bem especificado. Estava falando com a Senadora Simone que o cadastramento do Fies não está atendendo, foi desativado. Que especificamente nesse particular seja questionado.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Mais um motivo para ele estar aqui.

A SRª PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves. Bloco Oposição/DEM - SE) – Continua em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira mais discutir, em votação.

Os Srs e as Srªs Senadoras que concordam com o requerimento, com o aditamento, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Convido a Vice-Presidente da Comissão, Fátima Bezerra, para assumir o comando desta Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Item 3.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 3, DE 2015

– Não terminativo –

Nos termos do art. 58, § 2º, III, da Constituição Federal, requeiro seja CONVIDADO o Senhor Ministro da Cultura, Juca Ferreira, para que venha a esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, prestar informações sobre as políticas e diretrizes daquele Ministério para o biênio 2015-2016.

Autoria: Senador Romário

Relatoria:

Relatório:

Observações:

Com a palavra o Senador Romário.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Nos termos do art. 58, §2º, III, da Constituição Federal, requeiro seja convidado o Sr. Ministro da Cultura, Juca Ferreira, para que venha a esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, prestar informações sobre as políticas e diretrizes do Ministério para o biênio 2015-2016, da mesma forma como foram convidados os dois outros Ministros.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores e Srªs Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, Presidente.

O item 6 também é de autoria do Senador Romário. Aliás, item 6, não; item 5.

ITEM 5**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 5, DE 2015**

– Não terminativo –

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal c/c com o art. 58, inciso II da Constituição Federal, requeremos a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, no próximo dia 25 de março, para debater sobre o tema ‘O Autista e a sua relação com a Educação, a cultura e o esporte’.

Autoria: Senador Romário

O requerimento é de autoria do Senador Romário, a quem passo a palavra agora.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Com o fundamento no disposto no art. 93, II, do Regimento interno do Senado Federal, combinado com o art. 58, II, da Constituição Federal, requeremos a realização de audiência pública nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para debater sobre o tema: “O autista e a sua relação com a educação, a cultura e o esporte”.

Já que este é um tema que temos acompanhado diariamente, é uma das minhas bandeiras, hoje, dentro deste Senado, tenho certeza de que será um debate de muita importância e de grande relevância neste momento, já no começo desta Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores e Srªs Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Retorno a Presidência ao Senador Romário. (Pausa.)

(Pausa.)

Aprovado.

Retorno a Presidência ao Senador Romário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Item 4.

ITEM 4**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 4, DE 2015**

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública desta Comissão a realizar-se no dia 31 de março de 2015, visando discutir a questão do artesanato no Brasil, em especial, as políticas direcionadas a esse setor. A audiência terá ainda como pauta avaliar a efetividade do atual Programa do Artesanato Brasileiro e a partir disso propor políticas mais efetivas para esta categoria tais quais a criação da Secretaria Nacional do Artesanato e Economia e a regulamentação da profissão do artesanato. Os convidados para debater o tema serão: o Presidente do SEBRAE Nacional, Sr. Luiz Eduardo Pereira Barreto Filho; Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio; Sr. Armando Monteiro Neto, Ministro do Trabalho e Emprego; Sr. Manoel Dias; Ministro do Turismo, Sr. Vinicius Nobre Lages; Ministério da Cultura - Secretária de Economia Criativa, Sra. Joana Nunes; Presidente da Confederação Nacional dos Artesãos- CNARTS, Sra. Deonilda Machado; Secretário de Micro e Pequenas Empresas, Sr. Guilherme Afif Domingos.

Autoria: Senadora Fátima Bezerra e outros

Concedo a palavra à Srª Senadora Fátima Bezerra para a leitura do requerimento.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Sr. Presidente, peço aqui o apoio dos nossos pares para a realização, Senador Romário, de uma audiência pública que tem por objetivo exatamente discutir a questão do artesanato no Brasil, em especial, as políticas direcionadas a esse setor.

A audiência terá como foco central fazermos exatamente um diagnóstico, no que diz respeito à efetividade do Programa do Artesanato Brasileiro e, a partir desse debate, claro, propor políticas mais efetivas para essa categoria, como a criação da secretaria nacional do artesanato e economia solidária, a regulamentação da profissão etc.

Quero ainda acrescentar, Sr. Presidente, que essa audiência atende exatamente a uma reivindicação dos artesãos e artesãs de todo o País, que pediram a nós que propuséssemos esse debate aqui na nossa Comissão de Educação, Cultura e Esporte, considerando que, Senador Romário, o dia 19 de maio é exatamente o dia em

que é celebrado o Dia Nacional do Artesão. Daí a solicitação para que pudéssemos, ainda no mês de maio, realizar esse debate.

Quero ainda acrescentar que os artesãos são uma categoria milenar, que no nosso País carece ainda de políticas públicas de apoio e desenvolvimento. As estimativas apontam que a categoria dos artesãos e artesãs emprega aproximadamente 10 milhões de brasileiros, com preponderância de mulheres, que vivem direta ou indiretamente dos recursos oriundos desse trabalho. No entanto, embora numericamente expressiva, a categoria se ressentir de uma produção mais robusta de dados estatísticos, por meio dos quais seria possível elaborar políticas de fomento mais assertivas.

Valorizar o artesão é valorizar a cultura local e brasileira, a qual estimula, entre outras áreas, o turismo, a manutenção de uma cultura regional e a identidade cultural brasileira.

Nós propomos, Presidente Romário, como convidados para debater esse tema nessa audiência: o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), também o Ministro do Trabalho, representante da Secretaria de Economia Criativa e estamos também propondo, porque tem tudo a ver, o Presidente do Sebrae, o Ministro do Turismo – inclusive estive agora há pouco com o Ministro do Turismo e já adiantei que iríamos apresentar essa iniciativa –, bem como também o Ministro Guilherme Afif Domingos, que é o Secretário da Micro e Pequena Empresa. E representando, claro, os artesãos e artesãs, a Sr^a Deonilda Machado, que vem a ser exatamente a Presidente da Confederação Nacional dos Artesãos e Artesãs.

É só, Senador Romário.

Pedimos o apoio aqui dos colegas Senadores e Senadoras para a aprovação do presente requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Em discussão o requerimento.

Senador Telmário Mota com a palavra.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Senador Romário, primeiro eu quero parabenizá-lo. Ainda não tive a oportunidade, apesar de ser titular, de fazer parte desta Comissão, não tive a honra de votar em V. Ex^a. Fiquei triste por isso, porque V. Ex^a tem até uma afinidade com meu Estado. Soube até que vai, agora, em abril, lá de novo. Tem feito alguns atos interessantes no meu Estado. Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Obrigado.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Mas eu queria, Senador Romário, fazer um requerimento extrapauta.

No meu Estado, a maioria dos alunos, a grande maioria dos maiores colégios estaduais lá, são indígenas. Então eu queria...

Nós temos umas bolsas do Ministério para a comunidade indígena, estudantes indígenas, universitários. E essas bolsas estão em constante atraso. Não há um calendário fixo de pagamentos. A pessoa que vem da comunidade é muito carente. Se há um atraso no pagamento dessas bolsas, naturalmente isso coloca essas pessoas em uma situação muito difícil.

Então, é importante a gente discutir isso com o Ministério. Daí o nosso requerimento no sentido de o Ministério se posicionar; que a pessoa que cuida desse segmento venha até esta Comissão para explicar essa situação das bolsas e, assim, fixar um calendário, para que não haja esses atrasos todos.

Ao mesmo tempo, queria saber do Ministério quais são as suas políticas voltadas para as comunidades indígenas, como fazem isso, qual é a parceria, para que possamos levar uma resposta contundente a essa sociedade tão carente. Precisamos fazer essa integração! E essa integração, Presidente, é necessária através da educação.

Então, é esta a nossa proposição: que seja feito esse requerimento no sentido de o Ministério designar a pessoa competente para vir a esta Comissão dar essas explicações.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – O.k., Senador.

Nós vamos continuar a discussão em relação ao requerimento da Senadora Fátima Bezerra.

Gostaria de que o senhor formalizasse e trouxesse à Mesa o seu requerimento, por favor.

Em discussão o requerimento da Senadora Fátima Bezerra. *(Pausa.)*

Senador Douglas Cintra, com a palavra.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Presidente, quero me congratular com a Senadora Maria de Fátima quanto ao tema dos artesãos.

A minha cidade de Caruaru é um polo de artesanato, de criatividade. Causa-nos surpresa, como cidadãos brasileiros, quando percebemos que, até essa altura, não existe uma regulamentação do trabalho do artesão em nosso País. Só quem sabe desse dado são as pessoas que estão mais próximas dos artesãos. A grande maio-

ria da população acredita, pelo que é falado na imprensa, pelo que os artesãos representam para o nosso País, que são pessoas que têm um apoio institucional muito mais forte do Estado.

Com isso, nós podemos não só levantar, de forma mais profunda, esse tema da regulamentação, mas também valorizar o artesão e trabalhar para que ele possa ter efetivamente o seu papel bem esclarecido no nosso Estado, no nosso País.

Parabéns à nossa Senadora! Conte conosco para que possamos trabalhar juntos.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Senador.

Continua em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores e as Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Sr. Presidente. Presidente Romário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Devolvo a palavra à Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Obrigada, Sr. Presidente.

Queria apenas solicitar a V. Exª que incluísse um requerimento de nossa autoria que trata da realização de audiências públicas destinadas a debater alternativas para o financiamento da educação básica no Brasil. Se possível, pediria que o requerimento fosse incluído extrapauta, consultados os nossos pares.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Consulto o Plenário sobre a inclusão extrapauta do requerimento apresentado pela Senadora Fátima Bezerra.

Os Srs. Senadores e as Srs. Senadoras que concordam com a inclusão extrapauta do requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Concedo a palavra à Srª Senadora Fátima Bezerra para a leitura do requerimento.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Sr. Presidente, o Fundeb, que foi instituído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006, legislação da qual eu tive a honra de ser a Relatora lá na Câmara dos Deputados, tem vigência até 2020. Portanto, faltam apenas cinco anos para o término da vigência do Fundeb.

Todos nós aqui sabemos o que o Fundeb significou e significa do ponto de vista de política de financiamento voltada exatamente para a educação básica brasileira. Digo isso porque o Fundef era uma política de financiamento que tinha o seu mérito, mas, infelizmente, era uma política fragmentada, porque não olhava para a creche; não olhava, por exemplo, Senador Romário, para os portadores de deficiência; não olhava, por exemplo, para o ensino médio; não olhava para a educação de jovens e adultos; não olhava, por exemplo, para a educação indígena, etc., etc. O Fundeb veio exatamente para corrigir esse caráter fragmentado do Fundef quando a política de financiamento passa a tratar a educação básica como um todo, desde a creche, passando pela pré-escola, ensino fundamental e até o ensino médio.

Pois bem, Sr. Presidente, considerando, como eu coloquei, que a vigência do Fundeb termina exatamente agora em 2020, tema complexo, por isso mesmo, entendo e quero propor aqui à nossa Comissão um ciclo de audiências públicas para que nós possamos exatamente fazer o debate acerca do financiamento da educação, porque nós temos, inclusive, Senador Randolfe, o próprio Plano Nacional de Educação que estabelece a saída dos atuais 5% para 7% do PIB e, depois, Senadora Simone, para 10% do PIB.

Nós sabemos o quanto esses recursos do Fundeb são essenciais, fundamentais para que os Municípios e os Estados possam assegurar as políticas de valorização salarial e profissional do Magistério brasileiro, ao mesmo tempo em que sabemos que esses recursos do Fundeb hoje são insuficientes diante exatamente da realidade na qual se encontram os Municípios e os Estados. Imagine se o fundo terminar a sua vigência e não for substituído por uma outra política, inclusive mais robusta, mais ousada do ponto de vista de financiamento!

Então Senador Romário, sem maiores delongas, a ideia é exatamente esta: realizar um ciclo de audiências. E nós propomos que, por exemplo, os temas sejam: a urgência de valorização dos profissionais da área em termos de carreira, jornada, formação e remuneração; os desafios para a implementação do custo/aluno/qualidade e do custo/aluno/qualidade inicial; o requisito de construção de um sistema nacional de educação articulado em regime de colaboração federativa; e exatamente a questão do fim da vigência do Fundeb, bem como as metas do Plano Nacional de Educação.

Nós propomos, para que participem desses debates, sejam convidados: o Ministro da Educação; o Presidente do Conselho Nacional de Secretários da Educação, Eduardo Deschamps; a Presidente da Undime, Cleuza Rodrigues; o Presidente da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação, José Marcelino; o

Presidente da Câmara de Educação Básica, Luiz Roberto Alves; também Mozart Neves, que é Diretor do Instituto Ayrton Senna; Maria Margarida, que é Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação; representantes do Ministério da Educação; Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. Também que convidem: Alejandra Velasco, que é Coordenadora Geral do Movimento Todos pela Educação; Helena de Freitas, da Anfope; Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional de Municípios; representantes do Ministério da Educação, destacando aqui Binho Marques, que é o Secretário de Articulação com os Sistemas de Ensino; Heleno Araújo, que é o Coordenador do Fórum Nacional de Educação; Gilvânia Nascimento, da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação; Suely Menezes, Presidente do Fórum Nacional de Conselhos Estaduais de Educação; e Márcia Ângela da Silva Aguiar, Presidente da Associação Nacional de Política e Administração da Educação.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senadora.

Em discussão o requerimento da Senadora Fátima Bezerra.

Não havendo quem queira discutir em votação.

Os Srs. Senadores e as Sras Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Submeto ao Plenário a inclusão extrapauta do Requerimento apresentado pelo Senador Telmário Mota.

Os Srs. Senadores e as Sras Senadoras que concordam com a inclusão extrapauta do requerimento permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Concedo a palavra ao Sr. Senador Telmário Mota para a leitura do requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores e as Sras Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Submeto ao Plenário a inclusão extrapauta do requerimento apresentado pelo Senador Telmário Mota.

Os Srs. Senadores e as Sras Senadoras que concordam com a inclusão extrapauta do requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Concedo a palavra ao Sr. Senador Telmário Mota para a leitura do requerimento.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, eu já tinha me manifestado. Esse requerimento tem como objetivo ouvir o Ministério acerca dessas bolsas universitárias indígenas que estão sofrendo constante atraso, inclusive desmotivando muitos alunos, que têm abandonado a universidade, porque esse recurso é fundamental para a sua economia.

A outra questão é saber do Governo Federal qual a política pública voltada para as comunidades indígenas, se eles estão fazendo a uma, duas ou três mãos. Quando falo em uma, duas ou três mãos, Sr. Presidente, nós estamos querendo saber se estão fazendo através do Governo do Estado ou do Governo municipal.

São essas as informações que precisamos ter aqui, na Comissão. É a pauta do nosso requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Em discussão o requerimento do Senador Telmário Mota. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores e as Sras Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Não havendo mais nada a tratar...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Sr. Presidente, enfim, queria convidar V. Exª e os demais colegas para um café da manhã que será realizado, Senador Romário, na Câmara dos Deputados, no anexo IV, 10º andar, às 8h30.

Na verdade, esse café vai marcar a retomada da Frente Parlamentar em Apoio às Universidades Federais. Essa frente já existia e, agora, por iniciativa da Deputada Margarida Salomão, na Câmara, e do nosso mandato, está sendo retomada.

A frente é um espaço de perfil suprapartidário, cujo objetivo, evidentemente, Sr. Presidente, é exatamente a defesa das políticas voltadas para fortalecer as nossas instituições de ensino.

Gostaríamos muito de contar com a presença do Presidente amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado pelo convite.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – A Andifes, inclusive, que representa os reitores de todo o Brasil, pediu que reforçássemos o convite aqui a todos os Senadores e Senadoras. Acho, inclusive, que é muito importante a nossa presença lá, sobretudo neste momento, em função da não aprovação do Orçamento, em função de todo esse contingenciamento, Senador Romário, das dificuldades por que as universidades estão passando. Eu acho que será muito bom que, de repente, a nossa Comissão possa prestigiar o lançamento da retomada da Frente Parlamentar em Defesa das Universidades Federais amanhã.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senadora Fátima Bezerra. Muito obrigado pelo convite.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Passo a palavra, agora, ao Senador Douglas Cintra.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Presidente, quero subscrever o requerimento de audiência da Senadora Fátima.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Qual requerimento, Senador?

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – O da audiência pública do artesanato.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – O.k. Muito bem.

Agradeço a presença de todos.

Declaro encerrada esta presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 11 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 47 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2015.

Às onze horas e vinte e oito minutos do dia dezessete de março de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência da Senhora Senadora Fátima Bezerra, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, e com a presença dos Senhores Senadores Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins, Paulo Paim, Benedito de Lira, Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Dário Berger, Maria do Carmo Alves, Wilder Moraes, Alvaro Dias, Antonio Anastasia, Romário, Eduardo Amorim, Marta Suplicy, Regina Sousa, Walter Pinheiro, Telmário Mota, Lindbergh Farias, Raimundo Lira, Hélio José, Ronaldo Caiado e Randolfe Rodrigues, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Ângela Portela, Ivo Cassol, Rose de Freitas, Otto Alencar, Lúcia Vânia, Lídice da Mata, Roberto Rocha, Blairo Maggi e Douglas Cintra. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a Senhora Vice-Presidente, Senadora Fátima Bezerra, inicia a deliberação da pauta. **Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 168, de 2012**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que “Institui o exercício social da profissão para garantir emprego e exigir prestação de serviço dos graduados em medicina que obtiveram seus diplomas em cursos custeados com recursos públicos, em instituições públicas ou privadas”, **que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 79, de 2013**, de caráter não terminativo, de autoria do Senado Jayme Campos, que “Dispõe sobre o serviço civil obrigatório para os profissionais de saúde”. O relator designado é o Senador Paulo Paim e o relatório é favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 168, de 2012, na forma do substitutivo oferecido, e pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 79, de 2013, que tramita em conjunto. A matéria é retirada de pauta, atendendo à solicitação do relator. **Item 3: Projeto de Lei do Senado nº 217, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Eunício Oliveira, que “Assegura aos alunos egressos de escolas públicas, gratuidade das taxas de inscrição em processos seletivos para admissão nas instituições estatais de ensino

Superior”. O relator designado é o Senador Benedito de Lira e o relatório é pela prejudicialidade do projeto. A matéria é retirada de pauta, atendendo à solicitação do relator. **Item 4: Requerimento nº 9/2015-CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Telmário Mota e Hélio José, que

requerem “(...) nos termos regimentais, Audiência Pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte para discutir a situação salarial dos professores da educação básica pública, frente a Lei do Piso salarial dos professores (Lei nº 11.738, de 16/07/2008)”. O Requerimento é aprovado e será incluído no ciclo de Audiências Públicas destinado a debater alternativas para o financiamento da educação básica no Brasil, no painel intitulado “A valorização dos profissionais da educação: piso, carreira, jornada e elevação da remuneração média”, aprovado por meio do Requerimento nº 7/2015-CE, no dia 7 de março do corrente, por tratarem de assunto correlato. **Item 2: Projeto de Lei do Senado nº 535, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria dos Senadores Walter Pinheiro, Lídice da Mata e João Durval, que “Inscreve os nomes de Maria Quitéria, Joana Angélica, Maria Felipa e João das Botas no Livro dos Heróis da Pátria”. O relator designado é o Senador Randolfe Rodrigues e o relatório é favorável. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. Prosseguindo, o Senhor Senador Paulo Paim, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado (**ver Extra-Pauta: Item 7**). **Item 5: Requerimento nº 10/2015-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que requer “Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para debater os programas de incentivo a educação do Governo Federal (FIES, PRONATEC e Ciência sem Fronteira). O Requerimento é aprovado. **Item 6: Requerimento nº 11/2015-CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Romário, Cristovam Buarque, Randolfe Rodrigues, Fátima Bezerra e Paulo Paim que requerem “... nos termos regimentais, o apoio desta Comissão ao evento cultural ‘Educação, Cultura e Esporte: caminhos para a inclusão’, a realizar-se no próximo dia 19 de março, quinta-feira, às 14 horas, no auditório Petrônio Portela, em homenagem ao Dia Internacional da Síndrome de Down”. O Requerimento é aprovado. Neste momento, a presidência passa à deliberação do item incluído extra-pauta. **Extra-Pauta, Item 7: Requerimento nº 12/2015-CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Romário e Paulo Paim que requerem “... nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 5/2015-CE, que a audiência para debater o tema ‘O Autista e a sua relação com a Educação, a Cultura e o Esporte’ seja transformada para o formato de um Evento Cultural, a fim de celebrar o Dia Internacional do Autismo”. O Requerimento é aprovado. Logo após, a presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a **Senhora Vice-Presidente, Senadora Fátima Bezerra**, encerra a reunião às doze horas e quarenta e nove minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senadora **Fátima Bezerra**, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a aprovação da mesma.

Os Senadores e as Senadoras que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Passamos à deliberação da pauta.

ITEM 1

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 168, DE 2012

– Não terminativo –

Institui o exercício social da profissão para garantir emprego e exigir prestação de serviço dos graduados em medicina que obtiveram seus diplomas em cursos custeados com recursos públicos, em instituições públicas ou privadas.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

TRAMITA EM CONJUNTO**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 79, DE 2013**

– Não terminativo –

Dispõe sobre o serviço civil obrigatório para os profissionais de saúde.**Autoria:** Senador Jayme Campos**Relatoria:** Senador Paulo Paim**Relatório:** Favorável ao PLS nº 168, de 2012, na forma do substitutivo oferecido, e pela prejudicialidade do PLS nº 79/2013, que tramita em conjunto.**Observações:**

1 - Na reunião do dia 12/3/2013, foi aprovado requerimento, de autoria dos Senadores Paulo Paim e Ataídes Oliveira, propondo a realização de Audiência Pública realizada no dia 8/5/2013.

2 - Matéria terminativa na Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Presidente, pela ordem.**O SR. BENEDITO DE LIRA** (Bloco Apoio Governo/PP - AL) – Pela ordem, Presidente.**O SR. RONALDO CAIADO** (Bloco Oposição/DEM - GO) – Gostaria que V. Ex^a me concedesse a palavra.**A SR^a PRESIDENTE** (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Pois não, Senador Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, Senadores, a ponderação que faço junto ao nobre Relator, Senador Paulo Paim, e também ao autor do projeto, Senador Cristovam Buarque, é que pudéssemos ampliar o debate dessa matéria, para que nós tivéssemos uma realidade, um retrato fiel do que está ocorrendo hoje com os estudantes de Medicina, principalmente os recém-formados.

É fundamental que todos entendam um fato que tem nos preocupado sobremaneira: hoje, a grande dificuldade não é até o acesso à faculdade de Medicina. O vestibular hoje passou a ser o vestibular da residência médica. A maioria das faculdades no Brasil são faculdades de cursos teóricos, ou seja, as faculdades não têm aquela estrutura como nós tivemos a oportunidade de fazer nas faculdades de São Paulo, do Rio, do meu Estado de Goiás, de Minas Gerais e de outros Estados tantos, onde você tinha ali as condições da aula de anatomia, as condições de você ter os hospitais próprios para fazer ali o período de internato, onde você tinha acesso às Santas Casas, às enfermarias, aos ambulatórios, e, aí sim, você ia para uma residência médica. Hoje em dia, esses cursos passaram a ser mais teóricos, faltando esse acesso do médico a essa estrutura de contato direto com o paciente até para a sua especialização.

Ora, o Senador Cristovam Buarque, entendo que movido pela demanda da população brasileira, propôs esse projeto, e o Senador Jayme Campos ampliou para toda a área da saúde, e aí toda a área técnica também, de radiologistas, fonoaudiólogos, enfim, fisioterapeutas, psicólogos, toda essa área. Eu gostaria de levar ao conhecimento dos nobres pares do que está ocorrendo hoje. Veja bem: um jovem sai da faculdade, ele se candidata ao Provac, ou seja, o Governo abriu, então, uma oportunidade de o cidadão prestar esse ano de serviço junto às comunidades mais carentes, nas regiões mais distantes do Brasil.

O que ocorreu, Senador Cristovam Buarque? Ocorreu que 12 mil jovens médicos ficaram sem ter a vaga para poder fazer o Provac. Esses 12 mil médicos não têm aonde ir. Agora, qual é o prejuízo que isso vai causar? O prejuízo é quando ele for para a prova de residência médica, que é uma prova altamente disputada – hoje a residência médica é mais disputada que o vestibular; a diferença de ponto para classificar o primeiro, segundo, terceiro lugares é 0,01% da nota que foi dada; aquele teve 8,2, aquele lá teve 8,25 na nota; então, quer dizer, é uma luta enorme entre esses jovens que estão disputando também essa especialização –, o jovem que fez o Provac entra com um diferencial de 10% a mais, ou seja, veja bem, numa prova disputada, o colega médico recém-formado que fez o Provac já tem 10% a mais na nota só porque ele fez o Provac.

Então, eu imagino, Senador Cristovam, e pondero com o nobre Relator, Paulo Paim, que nós possamos fazer com que haja uma obrigatoriedade de o Governo abrir vagas do Provac para todos os médicos formados no Brasil. Aí sim. Eu concordo plenamente com esta tese: que ele garanta o atendimento a todos os formados. Ele não estaria discriminando quem quer que seja, e nós estaríamos atendendo a todas as cidades. Por que hoje nós temos 12 mil médicos que não têm onde trabalhar?

Então, com essas ponderações, eu peço ao Senador Cristovam Buarque e ao Relator Paulo Paim para que possamos trazer mais detalhes, mais dados, também consultar o Governo em relação a essa demanda, que hoje é de toda a área da saúde e acredito que será também de todos os outros técnicos que compõem a área de fisioterapia, fonoaudiologia, como também de psicólogos, nesse sentido.

É a ponderação que faço e pediria ao nobre Relator se ele pode retirar de pauta para que a gente possa se aprofundar nesse debate.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Srª Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senador, sem prejuízo da discussão – esta Presidência vai garantir a palavra aos que a solicitaram –, eu gostaria de seguir o ritual regimental e passar a palavra agora para o Senador Paulo Paim, uma vez que ele é o Relator do projeto de lei que dispõe sobre o Serviço Social Obrigatório, aqui em discussão conjunta com o projeto de lei de autoria do Senador Cristovam.

O Senador Paulo Paim, em seu relatório, foi favorável ao projeto de lei, na forma do substitutivo oferecido, e pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 79, que tramita em conjunto.

Quero ainda acrescentar que, na reunião do dia 12 de março de 2013, foi aprovado requerimento de autoria dos Senadores Paulo Paim e Ataídes, propondo a realização de audiência pública, realizada em maio de 2013, no dia 8, matéria terminativa na Comissão de Assuntos Sociais.

Então, vou passar a palavra agora ao Senador Paulo Paim e, em seguida, nós abriremos a discussão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Srª Presidenta, quero primeiro informar que, para mim, foi importante ouvir as ponderações do Senador Caiado, que é médico. Eu não sou médico, consequentemente ele entende da matéria que está em debate, muito mais do que este relator que trabalhou, claro, com a assessoria da Casa em cima do projeto Jayme Campos e Senador Cristovam.

Antes de tomar minha posição final, eu gostaria muito de ouvir tanto o Senador Benedito de Lira como também o Senador Lasier, que pediram a palavra, mas quero dizer que estou simpático à ideia de nós ampliarmos a discussão. Quero dizer também – e aí faço questão de ouvir os Senadores e naturalmente o Senador Cristovam, que já está aqui – que há um apelo também do Governo, que vai na mesma linha da fala dos Senadores que me procuraram, já aqui mostrado pelo Senador Caiado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Vamos seguir aqui a ordem de votação. Já tinha pedido o Senador Benedito de Lira, Senadora Simone, depois o Senador Lasier e depois o Senador Cristovam.

Com a palavra o Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP - AL) – Srª Presidenta, Srªs e Srs. Senadores, eu pedi a palavra pela ordem, não para discutir esse projeto, até porque ficamos aguardando a leitura do parecer e voto do Relator, mas para solicitar de V. Exª a retirada de pauta do item 3, considerando que, num apelo que me fizera o autor, a gente possa se reunir para reavaliarmos o meu parecer.

Este é o momento em que peço a retirada de pauta desse projeto de lei.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – O.k.. Então retirado de pauta o seguinte item:

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 217, DE 2011

– Terminativo –

Assegura aos alunos egressos de escolas públicas, gratuidade das taxas de inscrição em processos seletivos para admissão nas instituições estatais de ensino superior.

Autoria: Senador Eunício Oliveira

Relatoria: Senador Benedito de Lira

Relatório: Pela prejudicialidade

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP - AL) – Muito obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Srª Presidente Fátima, Srs. Senadores, eu gostaria apenas de fazer alguns questionamentos anteriores em relação a esse projeto.

Primeiro, dizer que me preocupou o fato de que ele já seja terminativo na Casa, ou seja, ele não vai passar por uma análise de constitucionalidade e juridicidade na CCJ, o que significa que nós teríamos e temos que fazer também essa análise não só de mérito, mas também em relação a legalidade.

E aí me chamou a atenção em alguns pontos esse projeto, primeiro lembrando que ele é um substitutivo, não é o projeto original de autoria do Senador Cristovam Buarque. Parece-me que a audiência pública ela foi feita em cima da questão apenas do profissional de medicina, o médico, não dos profissionais de saúde.

Não foi feita uma audiência pública, depois do substitutivo – me corrija, se eu estiver errada, Presidente –, em relação à inclusão também dos profissionais de enfermagem, psicologia, odontologia, fisioterapia, nutrição e farmácia. Esse é um ponto.

O segundo ponto é que me pareceu que o substitutivo trata, da mesma forma, de situações diversas, diferentes, e aí, também, algumas preocupações.

Quando ele coloca a obrigatoriedade do serviço social de dois anos nos Municípios de até 30 mil habitantes ou em áreas consideradas carentes das grandes metrópoles tanto para os alunos de instituições públicas quanto para alunos de instituições privados com financiamento público, me parece que se causa a primeira desigualdade em relação a isso, porque o aluno que vai para o financiamento, por exemplo, do Fies vai ter de restituir ao Poder Público, aos cofres públicos, esse valor. Então, obrigar esse aluno também a prestar esse serviço social? Talvez teríamos de incluir aí um desconto nessa parcela, alguma coisa que realmente possa obrigar juridicamente esse aluno que não está recebendo nenhum favor, que não está sendo bancado pelos cofres públicos e pelo contribuinte.

A terceira questão é que fui Prefeita do interior. Embora minha cidade tivesse quase 100 mil habitantes, era considerada uma região que abrigava os demais Municípios com até 30 mil habitantes. E aí vou ao encontro da colocação do Senador Caiado: me parece que o grande problema hoje, no País, em relação aos médicos, é quanto aos especialistas. Há – me desculpe, me corrija, Senador Caiado – generalistas, clínicos gerais – se é esse o termo que podemos colocar – no interior. O problema são as especialidades. Então, esse é outro foco também que teríamos de trabalhar em relação à questão.

Por fim, o art. 5º já coloca que, uma vez aprovado neste ano, esse projeto entraria em vigor já a partir de janeiro de 2017, ou seja, pegaríamos alunos que já estão cursando e fazendo a faculdade ou a universidade e mudaríamos as regras do jogo no meio do caminho. Então, um pai de aluno poderia dizer: “Se eu soubesse, não teria entrado com o pedido junto ao Fies, teria ido para um financiamento privado. Embora os juros sejam um pouco maiores, 2%, 2,2% ao mês, e não 3,5% ao ano, pelo menos eu teria a segurança e a certeza de que esse meu filho não teria de ir para o interior.”

Então, são questões que me causam muito mais dúvidas do que certeza. Acho a ideia muito interessante. Não sou contra a ideia do projeto inicial do Senador Cristovam, mas me preocupou – para finalizar – que, quando incluímos outros profissionais, sem fazer uma análise criteriosa, inclusive de estatísticas da necessidade dessa quantidade de profissionais da saúde no interior, desfalcando as cidades de porte médio, acho que comprometemos o projeto. E, se me permite, apenas uma sugestão, que fica aqui para podermos discutir: quem sabe, se o Senador Relator Paim realmente retirar o projeto, uma ideia talvez interessante seria começarmos essa experiência, dando a opção não para o aluno da universidade pública, mas para os alunos que hoje têm o Fies de terem a isenção do pagamento futuro dessas parcelas, se forem cumprir os dois anos nas cidades com até 30 mil habitantes.

Nós estaríamos suprimindo as necessidades do interior, sem prejuízo, sem a obrigatoriedade profissional. Tenho certeza de que muitos jovens, até por dificuldade de pagar o financiamento nos oito anos seguintes à faculdade, estariam dispostos, por livre e espontânea vontade, a ir para o interior, para cumprir essa nobre missão, que é o serviço social.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senadora Simone, no que diz respeito ao procedimento regimental, a assessoria me informa aqui que, no Senado, não obstante tratar-se do mérito, como é a discussão em tela aqui, agora, que estamos fazendo, ou seja, na Comissão de Educação, não obstante isso, aqui no Senado, o Regimento permite que se adentre também pela questão da constitucionalidade e da juridicidade, porque de fato V. Exª tem razão: o projeto, ao sair daqui, não passa mais pela CCJ, vai direto para a CAS, Comissão de Assuntos Sociais, em caráter terminativo.

Mas a assessoria está aqui adiantando que, na comissão de mérito, ele pode ser discutido também quanto à questão da constitucionalidade.

Quanto às outras questões que V. Exª levantou, inclusive sobre se o debate incorporou os demais profissionais da saúde, eu vou deixar para que o Senador Paulo Paim, que é o Relator da matéria, pronuncie-se a esse respeito.

Vamos passar agora a palavra ao Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senadora Fátima, esse projeto do Senador Cristovam é cheio de méritos e, além do que sustentaram o Senador Caiado e a Senadora Simone, entendo que esse projeto pode ter um aproveitamento muito mais amplo.

Primeiro, por que limitar-se essa obrigação do serviço social e civil apenas aos médicos, quando temos tantas outras áreas carentes de profissionais e que podem ser servidas exatamente por esses graduados em universidades públicas a um custo tão alto para todos os brasileiros? Então, o primeiro pensamento é que se amplie para outras áreas também essa obrigação, até porque me parece haver um questionamento constitucional: por que o tratamento desigual? Por que apenas os da área da Medicina terão essa obrigação de trabalhar depois da faculdade? Por que também não os advogados, os engenheiros, os arquitetos?

Então, o meu pensamento é que, uma vez que tudo leva a crer que será retirado de pauta o projeto, também se ampliasse a outros ramos de graduados, não apenas aos da Medicina. É verdade, na Medicina, temos uma das maiores carências. Está aí o Mais Médicos, projeto tão polêmico, que poderá ser substituído pelos graduados, prestando um serviço após a faculdade. Mas que possamos estudar essa hipótese também de ampliarmos. Afinal, custa muito caro para todos os brasileiros o sustento na escola pública, na universidade. Então, é uma cogitação que faço desde logo para avançarmos com esse projeto.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Obrigada, Senador Lasier.

Passo agora a palavra ao Senador Cristovam Buarque, autor do projeto.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senadora Fátima Bezerra, quero, em primeiro lugar, dizer a todos os Senadores que quanto mais debate melhor sobre esse projeto. Até porque o simples debate já é uma contribuição do projeto de lei, porque precisamos debater algumas coisas.

Primeiro, de fato, o que significa uma universidade pública? Ao longo dos anos, confundimos universidade estatal com universidade pública. Pública é a universidade que serve ao público, não é necessariamente aquela que é estatal, embora seja muito difícil uma particular servir ao público. Mas é perfeitamente possível, o que mais e vê hoje é estatal que não serve ao público.

Houve uma privatização das universidades estatais, como houve uma privatização dos hospitais estatais. Uma privatização no sentido de servir aos seus beneficiados como se fossem os funcionários, e não doentes nos hospitais; como se os beneficiados das universidades fossem os alunos e professores, e não o Brasil inteiro, que vai receber o trabalho qualificado desses profissionais. Então, um simples debate aqui permite a gente trazer, sim, essa dimensão da diferença entre o que é público e o que é estatal. Esse é o primeiro ponto.

O segundo: sentimos uma carência profunda neste País de médicos no interior, tanto que se eu fosse escolher um dos grandes méritos do Governo Dilma eu colocaria o Mais Médicos. Mas, ao mesmo tempo, eu me senti constrangido, como brasileiro, de termos de ir buscar médicos no exterior. Eu me senti assim. Um país do tamanho do Brasil ter de ir buscar médicos no exterior como se fosse um país em guerra; como se aqui precisássemos do Médico Sem Fronteiras, mesmo que dessa vez pago pelo Governo. Isso é constrangedor. Com um projeto como esse, se ele já estivesse em vigor nos últimos 20 anos, não haveria necessidade de Mais Médicos. Eles estariam ali, jovens médicos, e muitos deles continuariam nas cidades.

Terceiro ponto: não se trata apenas de pagar o que recebe, não é isso. Para mim, o profissional paga ao ser um bom profissional e ponto! Um bom profissional, recebeu educação grátis, mas se é bom profissional ele está pagando de volta ao País. Mas nós precisamos mexer não só na formação do médico, do engenheiro, do professor, tecnicamente, mas também no nível da consciência, no sentimento de brasilidade e de Nação.

Por isso, Senadora, que eu defendo algo que todo mundo é contra, sobretudo os próximos a mim. Eu sou favorável ao serviço militar obrigatório. Eu acho que ajudaria a juventude brasileira a ter uma consciência nova do Brasil, a obter um ofício e a arranjar amigos, porque uma das causas principais da droga, da violência, é a falta de solidariedade de amigos. Defendo. Se eu defendo até o serviço militar de volta a ser obrigatório – e eu fiz serviço militar e sei da importância disso –, por que não o serviço civil por parte dos médicos recém-formados? Isso vai melhorar a consciência deles. Isso vai fazer com que eles se sintam mais próximos do Brasil. Isso vai fazer com que eles descubram algumas doenças que nas faculdades eles não aprendem, porque são as doenças daqueles que são relegados e que não podem pagar. E por não poderem pagar as faculdades não estão se especializando nessas doenças. Ficam só nas doenças que geram bons retornos financeiros depois.

Tudo isso me faz achar que esse projeto tem grandes vantagens pedagógicas, humanistas e, também, de fazer com que haja médico onde não tem hoje. E os médicos serão melhores depois de fazer isso. Desde que estudem igualzinho – dois médicos que estudem igual, não que estudem um mais e outro menos – dois médicos que estudem igualzinho, um que passar por isso e um que não passar por isso, eu tenho certeza de que o que passou por isso será um médico melhor. Pelo sentimento que adquire. Por isso sou favorável.

Quanto à proposta de não cobrar dos que recebem Fies, sou totalmente de acordo. Embora a minha ideia não é que isso seja para pagar de volta o que receberam do Governo, não! Isso é para agregar formação humanista, patriótica – palavra que muita gente acha que caiu de moda – nos nossos profissionais. Na verdade, todos os profissionais, não só médicos, mas advogados, engenheiros, todo mundo deveria passar por algo desse tipo no Brasil. Mas debater é bom e, portanto, eu estou solidário com a ideia de retirar de pauta e continuar esse debate o máximo de tempo possível. O que a gente vai perder por ele não estar em vigor, a gente ganha pela consciência que se adquire em relação a ele.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Obrigada, Senador Cristovam, inclusive pela sua postura como autor do projeto, sensível, portanto, ao debate. Isso é muito bom.

Mas, prosseguindo a discussão, vamos passar a palavra agora ao Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR. Sem revisão do orador.) – Senadora Fátima, Presidenta, Senadores.

Senador Cristovam, primeiro, eu quero lhe parabenizar. V. Ex^a demonstrou o espírito de que é importante construir um projeto desse em mãos seguras. E nada melhor do que debater, Senador Paim, debater à exaustão para se buscar as ações que vão, naturalmente, fortalecer a proposição.

Agora, o Senador Caiado levantou alguns dados aqui que me chamaram a atenção. Se não me engano ele falou que nós temos 12 mil médicos desempregados, desalocados. Foi isso? Então, isso me causa até espécie, porque uma das razões da criação do programa Mais Médicos foi, exatamente, a ausência de profissionais no País para atender àqueles Estados mais distantes, mais carentes e com mais precariedade.

Agora eu quero falar aqui – eu conheço um pouco essa causa, minha esposa é médica, tenho irmãos e sobrinhos médicos – que é importante, sem nenhuma dúvida, a fala do Senador Cristovam, pois, a partir desses dois anos, o médico sai dali com uma riqueza maior, com um casamento do conhecimento científico com a prática.

Mas, normalmente, esses profissionais são encaminhados, Senador Paim, Relator, Presidenta, Srs. Senadores, para uma localidade que às vezes não dispõe do mínimo de conforto, digamos assim, para essas pessoas.

Às vezes, não há moradia, são cidades desprovidas de qualquer tipo de lazer. Esses Municípios em que esses profissionais servem, às vezes, não atendem com o básico: equipamento, médicos, instalações precárias. Esses, também, são pontos importantes a serem observados, porque acaba recaindo sobre o profissional uma responsabilidade que não é só dele e que, às vezes, não é nada dele. Então, esse debate é bom para vermos esses pormenores que são importantes e são balizadores da motivação de um profissional desses de saúde, às vezes, se deslocar para um Município, por exemplo, no Estado de Roraima, Amazonas, Amapá, estes Estados mais distantes, Acre, enfim, no Norte e no próprio Nordeste, para prestar um serviço que ofereça a qualidade devida.

Então, parabeno aqui essas proposições, no caso do Senador Cristovam, autor do projeto, e do Senador Paim, que já demonstrou uma rápida lucidez, no sentido de aprimorar as informações e buscar mais para dar mais riqueza à proposição do projeto, Sr^a Presidente.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Agora, vamos passar a palavra ao Senador Paulo Paim, que é o Relator da matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr^a Presidenta, de forma muito rápida, quero, primeiro, dizer que, na verdade, para quem está assistindo, neste momento, à TV Senado e, de forma bem simplificada, o que está em debate aqui é se os estudantes que têm o ensino livre, público e, como a gente fala, gratuito, e se formam na universidade federal, ou seja, o povo brasileiro paga todo o período, seja de cinco, de oito, ou de dez anos da sua formação, o que está em debate é se eles deveriam ou não prestar um ano ou dois, que seja, aqui, no caso, são dois, dessa assistência social, enfim, serviço à população brasileira. Claro que é um debate, e essa é uma iniciativa do Senador Cristovam, que mexe com todos nós, com certeza, com todos os professores, com os estudantes e com a própria concepção das universidades.

Por isso, vou acatar com a maior tranquilidade os argumentos aqui levantados que começou com o Senador Ronaldo Caiado, que é médico, é da área, conhece o tema, sou um metalúrgico. O Senador Cristovam pediu que eu relatasse, e fiz, claro, acompanhado pelos técnicos aqui, do Senado, e foi nessa linha o relatório. Mas percebo, pelos argumentos que aqui chegaram, que o projeto pode ser sim aprimorado, melhorado e até expandido para outros setores que terão e têm o mesmo direito, ou seja, o ensino gratuito. Eu falava aqui com os Senadores que podemos até fazer mais uma audiência pública, com certeza.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Parabeno-o, Senador Paim, por essa posição, sou psicóloga de formação, mas eu gostaria também de ouvir a posição dos psicólogos, vi que tem enfermagem...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – ...várias categorias.

Então, em vez de pôr de um só, por que não pomos todos que V. Ex^a colocou no projeto, um de cada categoria para se expressar, porque acho interessante do Senador Cristovam.

Ao mesmo tempo, tenho dúvidas, não estou absolutamente convencida porque se você tem um ensino gratuito, cinco anos ou seis, você terá que fazer dessa forma compulsória neste momento da vida. Não sei. Então, acho que é muito importante ter mais informação, inclusive, mergulhar um pouco, eu diria, na sutileza de tudo isso, das pessoas que vão fazer. Aliás, eu acho que podia chamar, além do presidente do sindicato etc. etc., eu gostaria muito de ouvir um estudante de cada área, porque aí é que está...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com certeza.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – ...eles é que vão pagar o pato disso, ou fazer de forma que vão sentir que essa é uma possibilidade de aprender na vida.

Então, seriam duas, uma para o pessoal do sindicato, e outra para os estudantes que vão ter que dar essa volta. Em princípio, é muito razoável você poder retornar à população brasileira o que você recebeu, mas eu gostaria de saber o que eles pensam pelo menos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Claro. Muito bem, Senadora.

Quero dizer que o meu projeto, para quem está assistindo, é salário remunerado, ninguém está propondo que trabalhem de graça. E aqui foi falado no Fies, sem problema nenhum de nós o incluirmos. Mas é salário remunerado, podemos até discutir o que seria essa remuneração.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Pois é, na minha categoria como psicóloga, eu fiquei pensando, para o psicólogo é tão difícil arrumar emprego, ao contrário dos médicos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Quem sabe.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – De repente, até pode ajudar, mas não sei se tem tanto lugar com curso, para pagar os psicólogos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O importante, é que se esse pessoal...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Se faz parte de uma lei, como é que vai?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas, Senadora, aí vou avançar um pouquinho, embora saiba que todos os Senadores, continuando o debate, terão argumentos muito sólidos para cada um defender o ponto de vista.

Se nós pegássemos um universo de 100, 200, 300 mil, 400 mil formandos, e colocássemos a trabalhar, claro, que o Governo ia economizar muito mais do que se fosse pagar profissionais diretamente.

Hoje, por exemplo, o médico Humberto Costa me dá um dado: deem-me quantos médicos quiserem, eu pago R\$15 mil por mês para cada um se estiver no Brasil. Eu emprego todos. Não tem.

Por isso tudo, eu quero dizer, Senador Cristovam Buarque, ...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Agora, psicólogo tem e não arruma emprego. (Risos.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vamos torcer para eles consigam emprego.

Senador Cristovam, meus cumprimentos pela iniciativa, Senador Ronaldo Caiado, Simone Tebet, Lasier Martins, Benedito de Lira, o próprio Governo Federal pediu também que eu retirasse de pauta, Cristovam Buarque, Senador Telmário, eu entendo que todos estão cobertos de razão. Se todos têm razão, só a discussão é que poderá aproveitar o projeto ou mesmo, se for o caso, recusar – faz do parte do processo democrático.

Mas espero que a ideia seja aproveitada desde que haja um grande entendimento, conversando com estudantes, professores, a universidade e o próprio Governo.

Então, eu retiro o projeto de pauta, num primeiro momento – Senador Caiado e Lasier Martins, que foram os primeiros a me questionarem, quando aqui cheguei –, a minha intenção era fazer no regime de urgência, retirava hoje e já voltaria na semana que vem. Mas, mediante os argumentos unânimes aqui, eu retiro sem data para volta à votação porque aí podemos discutir, aprofundar e até marcar as audiências públicas.

Está retirada de pauta, Srª Presidenta, a pedido do Relator e de todos os Senadores da Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Então o projeto foi retirado de pauta. Nós vamos agora para o Item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 535, DE 2011

– Terminativo –

Inscribe os nomes de Maria Quitéria, Joana Angélica, Maria Felipa e João das Botas no Livro dos Heróis da Pátria,

Autoria: Senador Walter Pinheiro

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Favorável.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Como o Relator, Senador Randolfe, e o autor, Senador Walter Pinheiro, não se encontram presentes, vamos passar para o próximo item, que seria o item 3, que já foi retirado de pauta a pedido do próprio Relator, o Senador Benedito de Lira.

Passamos agora para o item 4.

ITEM 4
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 9, DE 2015
– Não terminativo –

Requeiro, nos termos regimentais, Audiência Pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte para discutir a situação salarial dos professores da educação básica pública, frente a Lei do Piso salarial dos professores (Lei nº 11.738, de 16/07/2008).

Autoria: Senador Telmário Mota

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Com a palavra o Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Então, minha Senadora, eu fiz esse requerimento e queria justificá-lo, Presidenta Fátima, Senadores.

Hoje, tirando como base o meu Estado, o que a gente vê é o encanto de ser professor. Há muito tempo é uma profissão, sem nenhuma dúvida, extremamente nobre, uma profissão que educa, não só a parte intelectual mas a formação do homem, e por muitos anos, o professor carregou nos ombros a responsabilidade de dar continuidade à formação das crianças, principalmente, na hora que saem do seu lar para frequentar as aulas.

Hoje, esse encanto, Senador Paim, Senador Lasier, está perdido, as pessoas perderem. O professor faz o Magistério, Pedagogia, e, de repente, migra para outra profissão.

De ordem que, às vezes, o professor acumula, como todo bom profissional, ao longo do tempo, conhecimento importante, didático, técnico, enfim, mas acaba trocando isso por uma outra profissão; na primeira oportunidade que tem, ele pula fora.

São várias as motivações que hoje levam o professor a abandonar a sala de aula e a buscar outro caminho. Entre essas razões, está o piso salarial. É que, às vezes, o professor tem uma carga horária muito grande. Não se trata só da carga em sala de aula, mas daquela referente à elaboração da aula, quando está nos cursos de aperfeiçoamento, enfim.

Além disso, há também outra razão, outra situação que, às vezes, faz com que o professor perca o encanto de lecionar, perca o encanto de ensinar: a forma como ele é tratado, principalmente se o professor for de escolas públicas, Senador Paim. Os professores, muitas vezes, são agredidos, são incompreendidos.

Então, é preciso ouvirmos os sindicatos, ouvir os professores, para que eles possam, aqui nesta Comissão, trazer as suas reivindicações, apresentar as suas dores, as suas necessidades, afinal, é importante que o professor esteja em paz na hora de ministrar a sua aula. É importante que ele esteja feliz. É importante que ele esteja ao executar um serviço que, sem nenhuma dúvida, é a escada do desenvolvimento humano, que tenha toda a tranquilidade para o bom desempenho dessa tão nobre e belíssima função e tão pouco reconhecida, porque as pessoas não dão ouvidos também ao Senador Cristovam, não é?, que tenta a todo o custo a federalização.

Eu acho inclusive, Senador Cristovam, que talvez este seja o momento de darmos esse passo. Quem sabe a federalização, quem sabe a metodologia, alguns rigores... É importante observamos e ouvir a categoria dos professores, que hoje, como eu falei no início, precisa de uma motivação maior.

É com esse propósito que fazemos hoje este requerimento no sentido de ouvir essa categoria tão importante na sociedade, tão importante na formação da humanidade.

Portanto, Srª Presidente, Srs. Senadores,...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Telmário, permite um aparte? Aqui à sua esquerda?

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Pois não.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – É muito bom ouvir o senhor dizer da conveniência e da adequação do professor estar em sala de aula em paz e feliz. Mas não é o que nós vemos hoje. Os resultados que têm sido divulgados das pesquisas Ideb e Enem são resultados sofríveis. É sinal de que o ensino não está bom. Isso é conhecido. E, na medida em que o senhor fala em felicidade de professores, eu quero lhe dizer – e acho que isso é extensivo a vários Estados –, o que ocorre no meu Estado, no Rio Grande do Sul. Chega a ser triste quando diz respeito ao piso salarial dos professores, que não é pago. Não é pago naquele caso do Estado do Rio Grande do Sul porque não há recurso.

Então, desde logo eu queria sugerir, eu queria propor, Senador Telmário, que, já para início dessa discussão, que é relevantíssima para o Brasil, porque o que nós mais carecemos no País é de educação – é o ponto de partida para o desenvolvimento –, que se convidasse a Secretária de Educação Básica do Ministério, a Srª Maria Beatriz Luce, para nos prestar aqui um depoimento inclusive com relação a esses Estados que não conseguem

pagar o piso salarial e que vem sendo causa de desilusão, de êxodo mesmo, como no meu Estado, porque não há mais atração para o ensino. E o ensino básico é decisivo, é o alicerce da construção de que o Brasil precisa.

Então, eu queria propor a V. Ex^a, Senador Telmário, que encaminhasse desde logo um pedido de comparecimento a esta Comissão da Secretaria da Educação Básica, para nós ouvirmos, discutirmos e questionarmos com relação a soluções com relação à situação salarial dos professores da educação básica.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Pela ordem, Presidente.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Um aparte, Senador Telmário. Primeiro, quero felicitá-lo. Talvez, esta seja a audiência mais importante que a gente tenha feito aqui, em muito tempo, discutindo algo fundamental: quanto é que a gente deve pagar aos professores do Brasil para que as nossas crianças consigam ter os melhores quadros da sociedade buscando a carreira do magistério.

Hoje, quando a gente vai ao ensino médio e pergunta quem quer ser professor, a resposta é: ninguém. As pessoas querem ter a profissão que gera uma renda alta. É claro que eu acho que um pouco da culpa disso é termos acabado com as escolas normais, onde, já no ensino médio, a gente criava uma certa consciência vocacional para o magistério.

Foi um erro. Jogamos para as universidades, e as universidades não estão formando professores. As universidades estão formando teóricos em pedagogia, filósofos, mas não estão formando professores, até porque pela maneira como a universidade é julgada, é avaliada, ela não leva em conta se forma ou não professor; ela leva se publica ou não artigos.

Daí que eu proponho que voltemos a ter institutos de educação dentro das Secretarias de Educação dos Estados e até mesmo dos Municípios, em Municípios grandes. São Paulo está pensando nisso.

Então, a sua audiência é fundamental. O Brasil precisa despertar para o fato de que a maior prova de que não damos importância à educação é pagarmos pouco aos professores.

Ao mesmo tempo, é preciso, nesta audiência, ver que, na hora em que pagarmos bem, vamos ter de exigir muito deles. Vamos ter de exigir formação, avaliação permanente do desempenho deles; vamos exigir dedicação exclusiva não só ao magistério, mas àquela escola, sem poder ter mais de um emprego, e sem precisar também. Então, tem o meu apoio.

Quanto ao piso salarial, está na hora de discutirmos – e aqui está a Senadora Fátima, que é a coautora comigo do projeto de lei do piso salarial – como é que a gente implanta essa lei, que o Presidente Lula sancionou, em 2008, de uma vez.

Eu não vejo outra maneira a não ser o Governo Federal, que criou a lei, pagar o piso aos professores e deixar que os Municípios e os Estados complementem esses salários. Não vejo outra maneira.

Eu não vou dizer quanto por cento, mas, uma imensa quantidade de nossos Municípios não têm condições de pagar o piso, que é baixo, não chega nem a R\$2 mil por mês. Mesmo assim, não podem pagar. Não tem outra maneira, porque não vamos querer baixar o piso salarial ao ponto de que os Prefeitos possam pagar. Então, o dinheiro terá de vir de fora das Prefeituras.

Essa audiência que o senhor propõe pode permitir esse debate, Senador Telmário. Por isso, tem todo o meu apoio.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr^a Presidenta, grande Senadora Fátima Bezerra, eu também não posso deixar de falar sobre a questão dos professores.

Mesmo nos governos onde o nosso Partido coordenou – como, por exemplo, no Estado do Rio Grande do Sul, que até há pouco tempo o Governador Tarso Genro era o comandante-em-chefe do Estado, o Governador –, infelizmente, o piso salarial não era pago.

Eu nunca tive nenhum tipo, eu diria, de prurido a não me posicionar em relação ao piso. Sempre cobrei o cumprimento do piso, pela minha responsabilidade com os professores. E esse é um tema que nós aprovamos aqui, Senador Telmário. Nós aprovamos, o Presidente Lula sancionou, e eu estava lá, batendo palmas, no dia em que foi sancionado o piso dos professores.

Consequentemente, é uma obrigação nossa continuar exigindo, cobrando para o que o piso seja pago. Se tem de haver parceria com o Governo Federal, que se faça parceria. Mas o piso tem de ser pago.

Por isso que eu tenho certeza que, na sua audiência, nós vamos discutir também, de forma muito clara e transparente, a importância de que todos os Estados paguem o piso salarial.

Eu dava o exemplo, Senador Telmário e Senador Lasier, inclusive dos funcionários de nosso gabinete. O funcionário do nosso gabinete, o mais simples, ele não ganha menos do que R\$2.300,00; o mais simples, que está lá a nos ajudar, digamos, no dia a dia ali, como Secretário Geral, deslocando documentos e papéis de um lado para outro. E o professor não tem isso como piso.

Estou falando aqui porque já falei diversas vezes, durante anos e anos, na tribuna do Senado da República, e repito aqui: É preciso sim... Nós que falamos tanto que a revolução passa pela educação e a nossa querida Presidenta é especialista nessa área, mestre nessa área, nós temos que achar um caminho para que o piso seja efetivamente pago se queremos tanto, tanto, tanto, fazer a grande mudança pela educação.

Era isso. Meus cumprimentos ao Telmário pela iniciativa.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Srª Presidenta, Srs. Senadores, eu agradeço a participação do Senador Paim, do Senador Lasier, do Senador Cristovam...

Senador Lasier, o meu requerimento contempla a solicitação de V. Exª para a gente já chamarmos a Secretária. Inclusive enriquecendo mais a informação e caindo muito no que o Senador Cristovam defende – e o Brasil inteiro ouve essa voz às vezes isolada em defesa do trabalhador –, a gente estava vendo, por exemplo, o desempenho do aluno, Senador Paim, no Enem. O desempenho do aluno de escolas federais, a média, é 588,8, nas estaduais, 477,7, nas municipais, 494,8 e, na privada, 556. Ou seja, nas escolas federais e nas escolas privadas as médias são muito maiores do que nas municipais e estaduais. Então foi bem colocado aqui pelo Senador Paim, se hoje, ainda agora a gente acabou de ver que o médico tem 15 mil oferecidos para ele e ele não quer ir para atender ao Mais Médico, imagine o professor que nem ganha aí o piso, que é baixíssimo. É realmente desmotivador.

Então, a nossa solicitação é exatamente nesse sentido de a gente buscar essa padronização para realmente, na prática, valorizarmos o professor, que está tão desmotivado e com salário tão sem qualidade que não lhe dá nem a oportunidade de viver dignamente.

Portanto, eu queria conceder um aparte para o Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Bem rápido, é que a assessoria me dá uma contribuição que eu achei importante, senão eu não faria o aparte, já que estamos passando para o outro ponto da pauta.

Falavam-me aqui da Lei de Responsabilidade Fiscal, que muitas vezes não permite que o gestor público ultrapasse a lei e por isso ele fica num brete. Por isso, mais do que nunca, quero cumprimentar sua iniciativa para a gente aprofundar também esse debate, que possa ser cumprida a lei da Responsabilidade Fiscal, mas que se pague também o piso dos professores.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Olha aí, uma coisa puxa a outra.

Portanto, fica aí o meu apelo aos Senadores para a gente aprovar esse requerimento que eu acho fundamental.

Muito obrigado Srª Presidente. Muito obrigado Srs. Senadores.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senador Telmário, eu também quero me associar aqui aos demais Senadores e Senadoras, que já destacaram a importância da iniciativa de V. Exª de apresentar esse requerimento. Quero também subscrevê-lo e fazer uma sugestão ao senhor, que o requerimento uma vez aprovado, que será aprovado por todos nós, Senador Paulo Paim, possa ser incorporado ao requerimento que nós aprovamos na semana passada, Senadora Simone Tebet, que foi inclusive aqui também aprovado por todos, um requerimento em que a gente propõe realizar aqui, no âmbito da nossa Comissão, um ciclo de debates tratando exatamente do tema do financiamento da educação básica, sobretudo, Senador Paulo Paim, porque nós estamos às vésperas do fim da vigência do Fundeb. E é obrigação desta Comissão, mais do que de qualquer outra, começar a discutir, a refletir sobre a realidade das escolas, da educação básica neste País pós-Fundeb.

Todos nós temos clareza do que significou o advento do Fundeb para o financiamento da educação básica porque, como o próprio nome coloca... Qual foi a importância do Fundeb? Foi o seu caráter universalizante, foi com o Fundeb que você passou a fazer com que o Prefeito ou a Prefeita, lá no Município, recebessem também o financiamento para custear a questão da creche, que os Governadores passassem a receber também o financiamento para custear a oferta, por exemplo, do ensino médio, da educação de jovens e adultos e as diversas modalidades porque, até então, o Fundeb tinha o seu mérito, mas tinha a sua insuficiência que era o seu caráter fragmentado.

Como é que as Prefeituras iam dar conta daquilo que constitucionalmente é obrigação da Prefeitura, obrigação dos gestores municipais que é exatamente a questão da educação infantil? Então, o Fundeb, sem dúvida nenhuma, tem cumprido um papel muito importante, em que pese ainda os recursos que são repassados pela União através do Fundeb ainda estarem longe de atender à realidade dos Municípios e dos Estados, mas é inegável o papel que ele cumpriu do ponto de vista de expansão e de fortalecimento da educação brasileira.

Eu costumo dizer, Senadora Simone, que, com relação ao piso, nós só tivemos condições de dar o passo seguinte que a gente deu que foi aprovar a lei do piso – a primeira iniciativa foi do Senador Cristovam – bem como, por exemplo, programas como o Pró-Infância, como o Transporte Escolar, esses programas só foram

possíveis porque nós criamos o Fundeb. Sem o Fundeb, não tinha como prosperar, de maneira nenhuma, iniciativas como essas muito importantes.

Quero, portanto, parabenizar V. Exª que traz aqui para o debate um tema que está na boca e no coração dos professores por este País afora. Não é toa que uma das principais lutas da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação e dos sindicatos filiados a ela em todo o País é exatamente o cumprimento da Lei 11.738. Eu vi essa lei nascer.

Como disse o Senador Cristovam aqui, eu fui uma das idealizadoras dessa lei, eu vi essa lei nascer, mas eu vi também junto a outros colegas Parlamentares essa lei ser ameaçada. Foi com muita tristeza que a gente viu a lei ser sancionada em 2008 e, passados três meses, constatar que um grupo de cinco governadores batia, Senador Lasier, às portas do Supremo Tribunal Federal para questionar a constitucionalidade da lei e, de 2008 até 2013, foi uma verdadeira via-crúcis.

Foi preciso criar uma frente parlamentar aqui em defesa do cumprimento da lei. Essa frente inclusive foi de autoria minha e do Senador Cristovam para poder se somar à luta dos professores, dos trabalhadores em educação em todo o País e fazer o trabalho de sensibilização junto ao Supremo para defender aquilo que o Congresso Nacional havia aprovado por unanimidade diante exatamente das ameaças que estava sofrendo. Ainda bem que essa batalha foi árdua, mas foi vitoriosa, porque hoje não cabem mais questionamento. O Supremo, enfim, referendou, reafirmou que a lei é constitucional tanto no que diz respeito à questão do valor, do seu reajuste como no que diz respeito à questão também do tempo da jornada que deve ser dedicada aos chamados 33% para os trabalhos e atividades extraclasse.

Então, é com esse sentimento, Senador Telmário, que quero subscrever e apenas propor a V. Exª que a gente possa anexá-lo ao requerimento, Senadora Simone, que a gente já aprovou na semana passada, o requerimento para a realização de um ciclo de audiências públicas destinadas a debater alternativas para o financiamento da educação básica, que vai, desde a questão do fim do Fundeb, como eu coloquei aqui, a questão do custo/aluno/qualidade e o custo/aluno/qualidade inicial, a questão do Sistema Nacional da Educação Articulada em Regime de Colaboração.

Esse ciclo começa exatamente com a urgência do tema que V. Exª está propondo hoje: que é exatamente a valorização dos profissionais da área em termos de carreira, jornada, formação e remuneração. Então, é isto: a gente aprovar e adicionar ao requerimento que a gente já aprovou a semana passada, porque o tema é muito pertinente. Lembrando que hoje, infelizmente depois do último reajuste anunciado pelo Governo de 13.1, cujo valor do piso passou para R\$1.917,00, infelizmente, hoje, segundo dados da CNTE, nós só temos quatro estados que cumprem na íntegra a lei do piso salarial e do magistério. Mais um motivo para toda essa reflexão, todo esse debate que fazemos aqui, trazendo viu, Senador Lasier, a nossa ideia, acho que todos os senadores concordam, trazendo não só o MEC, vamos o Consed, os secretários estaduais. Vamos trazer a Undime que representa também os secretários municipais; a CNTE, que representa os professores e os profissionais da educação de todo o País. Vamos convidar os representantes dos Estados também. No nosso requerimento nós também queremos trazer o titular da Sase, o Secretário de Articulação com os Estados e Municípios, o professor Binho Marques, que, no MEC, já vem fazendo esse diálogo exatamente com os demais entes federados.

Então, quero parabenizar subscrever e apenas fazer esse destaque aqui de ele ser anexado ao requerimento que nós aprovamos na semana passada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Excelência. Depois pela ordem, aqui, Excelência.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Senadora, eu só tenho a lhe agradecer pela sua fala, sua palavra e também por subscrever o nosso requerimento. Apensar esses dois requerimentos só vai engrandecer, só vai melhorar muito mais o debate. V. Exª colocou muito bem, eu acho que tirar o Fundeb hoje das Prefeituras é tirar o teto. Pode acreditar nisso. Vai ser uma grande dificuldade, V. Exª colocou bem, eu acho que o momento é muito propício e ímpar para discutir um assunto fundamental, um recurso fundamental hoje na educação, principalmente nos Municípios.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Apenas para esclarecer. Na verdade, nós estamos propondo discutir o Fundeb, porque, de acordo com a sua legislação, ele inspira daqui a quatro cinco anos. Por isso que temos que nos antecipar.

Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Sr. Presidente, de acordo com a conveniência da Mesa eu sou o Relator do item 2 da pauta. Não estava na Comissão, mas de acordo com a conveniência, em melhor momento, estarei pronto para relatar e submeter a apreciação dos colegas da Comissão.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Excelência, por favor.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Pois não.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Quero parabenizar V. Exª pela condução maravilhosa dos trabalhos e pela posição relatada, há poucos instantes, de uma professora experiente e vivida nessa área e sabe do que se trata. Realmente, no Brasil dos grotões, a questão do Fundeb foi fundamental para que as coisas acontecessem de uma forma adequada nessa área tão importante para o nosso País, que é a questão da educação.

Queria também, Senador Telmário, parabenizá-lo e pedir permissão para subscrever também esse requerimento tão importante que V. Exª apresenta e falar que é de alta relevância.

Queria registrar aqui a minha alegria de ver – até parabenizei o Senador Paulo Paim, e eu estava na Comissão da CAE e ao mesmo tempo aqui, por isso é que eu não pude estar aqui – a retirada do PLS 79/2013, que é um PLS que realmente requer uma discussão mais aprofundada. Acho que esta Comissão acertou muito em retirar esse PLS para uma discussão mais ampla, como também do PLS de 217, de 2011.

Então eu só queria registrar isso e dizer que esse requerimento do Senador Telmário é de alta relevância. Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Muito obrigada, Senador Hélio José. Não havendo quem queira mais discutir a matéria coloco em votação.

As Senadoras e os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu tenho um requerimento aqui do Senador Romário, Presidente desta Comissão, por ele não se encontrar, eu assinei como segundo signatário. No momento que a senhora entenda adequado, eu gostaria que ele fosse apreciado também.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Nós vamos colocá-lo como extra-pauta, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Eu vou, enfim, com a anuência dos demais colegas, já que o Senador Randolfe chegou, colocar agora em discussão o projeto de lei de autoria do Senador Walter Pinheiro, que tem, como Relator, o Senador Randolfe, já lido anteriormente.

Senador Randolfe, V. Exª com a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Obrigado, Srª Presidente.

Coube-me a honra, Presidente, de relatar o PLS nº 535, de Senado, que é, na verdade, de autoria da bancada baiana, que é de autoria da Senadora Lídice da Mata, dos Senadores Walter Pinheiro e do então Senador, quando foi apresentado, João Durval.

O PLS propõe a inscrição, no Panteão dos Heróis da Pátria, dos nomes de Maria Quitéria, Joana Angélica, Maria Felipa e João das Botas, conforme disse, no Livro de Heróis da Pátria no Panteão dos Heróis da Pátria.

Passando diretamente à análise, Srª Presidente, o PLS nº 535, de 2011, busca reconhecer e consagrar pessoas que lutaram, com notável coragem, talento e sacrifício, pela independência do Brasil. Foi na Bahia, sem dúvida, onde a luta por nossa emancipação dos laços coloniais se mostrou mais incerta e mais árdua. O sentimento patriótico difundiu-se pela sociedade baiana, que se empenhou decididamente na luta contra as forças que pretendiam frear o processo de independência, mantendo ao menos a Bahia como parte do Reino Português. A Coroa Lusa não hesitou, inclusive, em contratar mercenários, de várias nacionalidades europeias, para reforçar seus exércitos.

Entretanto, foram em vão os esforços que intentavam deter a marcha da história. O empenho do povo baiano pela liberdade, evidenciado e simbolizado por heroínas como Maria Quitéria, Joana Angélica e Maria Felipa e por um herói, conhecido como João das Botas, prevaleceu sobre o poderio bélico lusitano. A independência da Bahia do jugo português foi, afinal, alcançada no dia 2 de julho de 1823, meses após a proclamação da independência nacional, data que, hoje, é de grande relevo para a Nação, comemorada efusivamente, a cada ano, pelo povo da Bahia.

A proposição, que reconhece, com acerto, a importância de lembrarmos nossos heróis populares, mostra-se conforme às disposições da Lei 11.597, de 29 de novembro de 2007, que regulamenta a inscrição de nomes no Livro de Heróis. Mostra-se adequada, igualmente, aos ditames constitucionais, à ordem jurídica nacional, à boa técnica legislativa e ao Regimento da Casa.

De igual forma, o meu voto é pela aprovação dessa matéria, Srª Presidente.

É esse o relatório.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Em discussão. *(Pausa.)*

Bom, como nós não temos quórum, Senador Randolfe, qualificado para a votação de projetos em caráter terminativo, a discussão e a sua posterior votação ficam sobrestadas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Obviamente, tendo como já lido o relatório, ficando somente para apreciação, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Exatamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) –

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 10, DE 2015

– Não terminativo –

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para debater os programas de incentivo a educação do Governo Federal (FIES, PRONATEC e Ciência sem Fronteira).

Autoria: Senador Paulo Paim

Senador Paulo Paim, com a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Srª Presidenta, V. Exª é a minha mestre nessa área, junto com o Senador Cristovam, com certeza.

A pergunta que eu faço, antes mesmo de votar o meu requerimento, que foi um apelo dos jovens: V. Exª entende que, naquele ciclo de debate, esse meu requerimento estaria contemplado, eu me sentiria acolhido; se V. Exª entender que devemos aprovar, com a assinatura de V. Exª, junto com certeza, e dos outros Senadores, eu também fico aí sob a sua orientação.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Pela ordem, Srª Presidente.

Só para colaborar com a colocação do Senador Paulo Paim, sempre muito gentil, benevolente e, principalmente, altruísta.

Salvo engano, o Presidente Omar apresentou um requerimento, solicitando, na primeira reunião, uma audiência pública em que pudesse comparecer o Ministro, o Secretário Executivo e os técnicos para tratar...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Só o Ministro... Para tratar de assuntos relacionados à pasta.

Eu havia feito uma solicitação de um adendo, que foi incorporado, para que, em função das notícias veiculadas nos jornais de grande circulação a respeito do atraso no repasse ou possíveis cortes no repasse desses dois programas, que entendo fundamentais, tanto o Fies quanto o Pronatec, também esses assuntos fossem colocados.

Sei que o convite é ao Ministro da Educação. Aí eu perguntaria à Presidenta e às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores se não seria de bom tom primeiro ouvirmos o Ministro, no que tem a dizer em relação a esse assunto também, em não estando satisfeitos ou paralelamente a isso ou posteriormente a isso, fazermos audiência pública com as demais autoridades, uma vez que, parece-me, não podem estar presentes demais autoridades, juntamente com o convite ao Ministro.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senador Paulo Paim, posso sugerir?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pois não.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Não, Senadora Simone, eu acho que nós deveríamos aprovar o requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Aprovar sem data.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Sem data. Aprovar o requerimento dele.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Contemplaria a preocupação da nossa Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Contempla, inclusive, suas preocupações, porque, de fato, o Ministro aqui virá. Não veio, ainda, todos nós estamos sabendo que o Ministro está com problemas de saúde, mas é desejo do Ministro Cid Gomes vir o mais breve possível a esta Comissão.

Eu acho que é importante deixar o requerimento do Senador Paim aprovado, porque o caráter da vinda do Ministro aqui será uma abordagem de caráter mais geral. O Ministro vai falar das diretrizes e metas para a educação. Já o requerimento oportunizará a nós, Senadores e Senadoras, poder, enfim...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ouvir a sociedade organizada.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – ...ouvir a sociedade organizada e os representantes do MEC detalharem melhor esses programas tão importantes, pelo caráter de inclusão social, que eles têm na área de educação, e a gente ouvir as dificuldades, as potencialidades...

Então, acho que todos nós podemos subscrever o requerimento dele.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso, eu ia pedir isso. Desde que seja subscrito por todos os Senadores, principalmente a Senadora, que é a primeira a tocar neste assunto, sem prejuízo da minha Senadora e do meu Senador aqui do lado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Eu sei, mas não há problema, porque, na audiência com o Ministro...

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Srª Presidenta, eu acho que não me fiz entender. Eu tenho convicção de que são coisas distintas. Eu apenas sugeriria – essa foi a razão da minha intervenção – que primeiro escutássemos o Ministro, para que ele pudesse também trazer o lado do Governo, para que depois pudéssemos fazer a audiência pública, que é de autoria exclusiva do Senador Paulo Paim, já com informações do próprio Governo. Aí seria totalmente diferente: ouvindo a sociedade civil organizada representativa.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Não, perfeito. Eu acho que não há nenhuma incongruência.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Então, em discussão. *(Pausa.)*

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com a assinatura de todos os Senadores presentes aqui na sala no momento.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Tá.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu faço questão disso.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Claro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É coletivo.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Coletivo, e com o lembrete que a Senadora Simone fez: a sua audiência será realizada depois da vinda do Ministro.

E, ainda respondendo também, Senador Paim, o senhor perguntava se esse tema estaria contemplado naquele ciclo de debates que eu propus. Não. Na verdade, é pertinente a sugestão de V. Exª, porque eu vou repetir: o ciclo de debates tem, como pano de fundo, a questão do Fundeb – a gente começar a discutir desde a questão do fim da vigência do Fundeb –, as metas do Plano Nacional de Educação, o Sistema Nacional de Educação, o regime de colaboração, o custo aluno/qualidade, o custo aluno/qualidade inicial e a urgência do tema da valorização dos profissionais da área, em termos de carreira/jornada/formação/remuneração. Então, o requerimento de V. Exª procede, porque está dando uma pontuação acerca desses programas muito importantes e que estão carecendo de questionamento neste exato momento.

Então, nada mais oportuno do que trazer aqui os beneficiários e o próprio MEC, para um diálogo propositivo, construtivo, com vistas, exatamente, a aperfeiçoar, cada vez mais, os programas.

Em discussão.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*
Aprovado.

Nós estamos terminando a pauta.

Agora, é o item 6:

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 11, DE 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos regimentais, o apoio desta Comissão ao evento cultural “Educação, Cultura e Esporte: caminhos para a inclusão”, a realizar-se no próximo dia 19 de março, quinta-feira, às 14 horas, no auditório Petrônio Portela, em homenagem ao Dia Internacional da Síndrome de Down.

Autoria: Senador Romário, Presidente da nossa Comissão.

Como ele não se encontra, o requerimento foi subscrito pelos Senadores Cristovam, Randolfe e Paulo Paim. Com a palavra, o Senador Paulo Paim.

Eu também vou subscrever, com a maior honra, o requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Srª Presidente, como a senhora já leu, o requerimento é de autoria do Senador Romário. Como ele não se encontra, neste momento, ele só pediu que nós juntamente o assinássemos, porque, para aprovar um requerimento, tem de ter um Senador presente.

Eu só vou ler a introdução para situar os telespectadores sobre esse requerimento:

O dia 21 de março, anualmente, é o Dia Internacional da Síndrome de Down. Esta data tem como objetivo mostrar a importância da luta dos portadores dessa síndrome, e de seus pais, amigos e parentes, bem como a necessidade de inclusão desses cidadãos na sociedade, respeitando, é claro, suas limitações.

Os portadores da síndrome são pessoas com personalidade única, sensíveis e interessantes, que estabelecem boa comunicação, sendo capazes de realizar tarefas rotineiras, trabalhar e levar uma vida autônoma.

Enfim, essa é a justificativa. Não preciso ler toda ela. Todo mundo sabe o compromisso que o Senador Romário tem com todas as pessoas com deficiência.

Por isso, já adianto aqui, ele provavelmente seja o Relator do Estatuto da Pessoa com Deficiência, por indicação de todos aqueles que trabalharam nesse instrumento, durante quase quinze anos.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Em discussão.

O Senador Romário, sem dúvida nenhuma, desde quando Deputado, tem se dedicado muito à causa da defesa dos direitos dos portadores de deficiência, da síndrome de Down. Enfim, o Deputado tem feito do seu mandato uma trincheira – volto a dizer – de muita dedicação, de muita militância em torno da causa dos portadores da síndrome de Down.

Em nome dele, eu quero aqui não só reforçar o convite aos demais Parlamentares, bem como às entidades e demais instituições, para o encontro que vai ocorrer agora, na quinta-feira, Senador Paulo Paim, às 14 horas, no auditório Petrônio Portela, em homenagem ao Dia Internacional da Síndrome de Down. Repito: é uma iniciativa do Senador Romário. O Tema é: “Educação, Cultura e Esporte: caminhos para a inclusão”.

Vamos agora, também, submeter, para inclusão extrapauta, o seguinte requerimento:

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 12, DE 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 5/2015-CE, que a audiência para debater o tema “O Autista e a sua relação com a Educação, a Cultura e o Esporte” seja transformada para o formato de um Evento Cultural, a fim de celebrar o Dia Internacional do Autismo.

Autoria: Senador Romário e outros

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Srª Presidente, de maneira muito rápida...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Quero...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pois não.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Só um momentinho, Senador Paulo Paim. Primeiro, eu quero submeter a inclusão extrapauta do requerimento.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Bom, em discussão.

Com a palavra, um dos autores, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – De iniciativa do Senador Romário, na justificativa, ele coloca:

O Dia Internacional do Autismo, celebrado no dia 2 de abril, oportuniza reflexões sobre o reconhecimento ao direito da pessoa com autismo, bem como forma de estimular, cada vez mais, a sua inclusão social. Tem como objetivo conscientizar a sociedade para que haja mais atenção, mais diagnóstico, mais tratamento, mais respeito e menos preconceito.

Srª Presidente, nós tivemos a alegria de iniciar esse processo lá na Comissão de Direitos Humanos, por iniciativa de uma moradora do Rio de Janeiro, Berenice Piana de Piana – como eu a chamo –, que acabou sendo o nome dado à Lei do Autismo.

O Senador Romário, fiel a essa luta, a essa causa, apresenta esse requerimento, e eu já adianto que, além de assiná-lo, vou propor que se faça essa audiência em parceria com a Comissão de Direitos Humanos. Vou propor na Comissão para aprovarmos lá e estarmos juntos.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Perfeito, Senador Paulo Paim.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir...

Os Senadores e as Senadoras que aprovam o requerimento de autoria do Senador Romário e do Senador Paulo Paim permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Bom, antes de encerrar a presente reunião, Senadora Simone e demais Senadores, eu queria dar conhecimento à Comissão de que, nesta quarta-feira, à noite, viajarei em missão oficial. Vou a Paris para participar do Salão do Livro e da leitura.

Como eu coordeno a Frente Parlamentar em defesa do livro, da leitura e da biblioteca no Congresso Nacional, frente parlamentar essa que está agora sendo reorganizada, quero convidar a Senadora Simone e os demais Parlamentares para se integrarem a esse trabalho. Na verdade, eu o coordenava na Câmara e, agora, nós o reorganizamos no âmbito não só do Senado, mas também da Câmara, porque é uma Frente Parlamentar Mista.

Como vimos nos dedicando a esse tema do livro, da leitura, da biblioteca, considerando inclusive a interface que esses temas têm com o tema da educação... Não é à toa que as narrativas, hoje, do ponto de vista da avaliação da educação, Senador Paim, mostram claramente que as escolas onde estão sendo desenvolvidas as práticas de incentivo à leitura são as que apresentam melhores índices do ponto de vista dos indicadores sociais do Ideb.

Então, considerando também uma série de iniciativas nossas no âmbito do Congresso voltadas para o tema do livro, da leitura e da biblioteca, como recentemente o projeto de lei que nós apresentamos para instituir a lei do preço fixo no Brasil, isso vai demandar um bom debate. Na França, inclusive, essa lei já existe, é realidade e tem funcionado com muita eficácia.

Enfim, estou fazendo esse preâmbulo apenas para dizer que estarei, em nome dos senhores e das senhoras, no Salão do Livro e da leitura, em Paris, a partir de quinta-feira. Ao retornar, vou prestar contas à Comissão e ao Senado da nossa participação no referido evento.

Agradecendo a presença de todos, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 49 minutos.)

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

ATA DA 1ª REUNIÃO, DE INSTALAÇÃO, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM TRÊS DE MARÇO DE 2015, TERÇA-FEIRA, ÀS ONZE HORAS.

Às onze horas e vinte e um minutos do dia três de março de dois mil e quinze, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Flexa Ribeiro, nos termos do artigo 88, §3º, do Regimento Interno do Senado Federal, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores Valdir Raupp, Otto Alencar, Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe, Paulo Rocha, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Eduardo Amorim, Douglas Cintra, Ivo Cassol, João Alberto Souza, Romero Jucá, Luiz Henrique, Humberto Costa, Regina Sousa, Lasier Martins, Davi Alcolumbre, Aloysio Nunes Ferreira e Hélio José. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Ronaldo Caiado, Lídice da Mata e João Capiberibe. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e encaminha a deliberação da PAUTA, que é destinada à instalação dos trabalhos e à eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão para o biênio 2015-2016. Pela ordem, utilizam da palavra os Senhores Senadores Jorge Viana, Ataídes Oliveira, Donizeti Nogueira, Reguffe, Valdir Raupp, Cássio Cunha Lima, Romero Jucá, Eduardo Amorim e Davi Alcolumbre. Por aclamação, são eleitos como Presidente da Comissão o Senhor Senador Otto Alencar e para Vice-Presidente da Comissão o Senhor Senador Ataídes Oliveira. O Senhor Presidente em exercício, Senador Flexa Ribeiro, passa a presidência aos eleitos, que fazem seu discurso de posse. É aprovada a inclusão EXTRAPAUTA do seguinte requerimento: “Requeiro, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para discutir a questão do Rio São Francisco. À oportunidade, apresento sugestão no sentido de que sejam convidados para participarem da presente audiência pública: Exmo. Sr. Fernando Pimentel, Governador de Minas Gerais; Exmo. Sr. Jackson Barreto, Governador da Sergipe; Exmo. Sr. Paulo Câmara, Governador de Pernambuco; Exmo. Sr. Renan Filho, Governador de Alagoas; Exmo. Sr. Rui Costa, Governador da Bahia; Exmo. Sr. Gilberto Magalhães Occhi, Ministro de Estado da Integração Nacional; Sr. Elmo Vaz Bastos de Matos, Presidente da CODEVASF”. **Autoria:** Senador Otto Alencar. Resultado: Aprovado. Usam da palavra os Senhores Senadores Flexa Ribeiro, Donizetti Nogueira, Davi Alcolumbre, Reguffe, Jorge Viana, Hélio José, José Agripino e Omar Aziz. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a

reunião às doze horas e trinta e três minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador Otto Alencar, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião, Extraordinária, declaro aberta a 1ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião tem como finalidade a eleição do Presidente e Vice-Presidente desta Comissão para o biênio 2015/2016.

Até o presente momento, temos...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pois não; pela ordem, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Primeiramente, cumprimento os colegas e V. Exª, que preside esta reunião e que nos dá oportunidade de iniciarmos os trabalhos aqui, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Tivemos, hoje pela manhã, por acordo e por aclamação, a eleição do Presidente da Comissão, o Senador Cristovam Buarque. Não houve nem votação, foi por aclamação.

Espero que aqui, também, já que estamos criando esse clima de botar o entendimento em primeiro lugar, possamos também fazer a eleição do Presidente da Comissão por aclamação. Eu, em nome da Bancada do PT e dos partidos que estão juntos, gostaria de sugerir, até porque é a primeira reunião que estamos fazendo, que tivéssemos hoje exclusivamente a eleição do Presidente, tal como foi feito, ainda agora, na Comissão de Ciência e Tecnologia. Estamos conhecendo hoje quem são os componentes da Comissão, os indicados dos partidos. Assim, poderemos, na próxima reunião da Comissão, já com o Presidente eleito, fazer a definição do Vice, que, obviamente, espero vir dentro de um acordo.

Não há nenhum senão, mas eu proporia que fizéssemos hoje, como foi feito na Comissão de Ciência e Tecnologia, apenas a eleição do Presidente e, na próxima reunião, por acordo também – sei que já estamos trabalhando um acordo, um entendimento entre partidos da base e partidos de oposição – pudéssemos eleger o Vice-Presidente.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Já lhe concedo a palavra, Senador Ataídes. Vou responder ao Senador Jorge Viana.

Fico feliz, Senador Jorge Viana, porque, em mais uma sessão legislativa, estaremos juntos na Comissão de Meio Ambiente. V. Exª é que deveria estar presidindo esta reunião por ser o mais experiente da Casa nesta questão. Quero apenas informar V. Exª que na Comissão em que elegemos Presidente, por aclamação, o Senador Cristovam Buarque, a Comissão de Ciência e Tecnologia – a minha proposta, como a sua, é que aqui também seja por aclamação, não precisando de escrutínio – foi eleito só o Presidente porque não havia indicação das lideranças para Vice. No caso da Comissão de Meio Ambiente, há uma indicação para Presidente, do Senador Otto Alencar, do PSD, pelo Bloco da Maioria, e uma indicação para Vice-Presidente, do PSDB, do Senador Ataídes. Então, a chapa está completa aqui. Temos que votá-la por inteiro. Repito: na Comissão de Ciência e Tecnologia, não havia indicação das lideranças para o Vice-Presidente.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu só faço um... Como V. Exª sabe – e eu agradeço as palavras, mas não sou merecedor delas. V. Exª sempre está aqui, que é o decano da turma toda do Senado, assim como o Senador Valdir Raupp; e nós, os calouros, não é, Senador Reguffe? –, não estou divergindo do entendimento de líderes. Eu, por exemplo, não estou conseguindo falar com o meu Líder, o Senador Humberto Costa. A reunião do PT, por exemplo, vai ser hoje à tarde. Nem estou divergindo da indicação do PSDB, Senador Ataídes Oliveira. Só estou fazendo um apelo, no sentido de que, hoje, não façamos esta eleição, até porque nos vamos reunir à tarde para discutir a respeito do Vice-Presidente. Deixemos para a próxima reunião. Se já há um acordo de líderes, não serei eu, muito menos, a fazer qualquer oposição. É porque, nós, da Bancada do PT, que temos um número expressivo de participantes, ainda não concluímos.

Não estamos aqui oferecendo candidaturas, muito pelo contrário. Só estávamos ponderando, para que não fizéssemos hoje, a fim de termos também um fechamento do entendimento com os líderes. Vamos respeitar, por exemplo, aqui, muito provavelmente, a indicação do Vice, que deveria vir, nesse entendimento, salvo engano, do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pelo que fui informado, coube ao PSDB a indicação do Vice.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Por isso, estou pedindo só que ponderemos. Tenho o maior respeito pelo Senador Ataídes, e ele, sendo candidato, contará com o meu voto, como já é colocado como candidato.

Só estou pedindo um tempo, para que, exatamente igual, na Comissão de Ciência e Tecnologia, que acabamos de eleger por aclamação, possa fazer-se a eleição do Vice na próxima reunião.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pela ordem, Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Senador Jorge Viana, por quem tenho uma admiração e um respeito enormes, o País precisa começar a trabalhar. Já estamos no mês de março, e, até então, nenhuma Comissão, nesta Casa, foi formada.

Já é sabido que esta Vice-Presidência é de escolha do PSDB, e o meu nome foi designado para a Vice-Presidência. Então, pediria ao amigo que fizéssemos hoje não só a eleição do Presidente, como também a do Vice-Presidente, para que, então, na semana seguinte, já com esta página virada, colocando esta Comissão, que é extraordinária em termos de valia para o nosso País, em funcionamento os trabalhos desta Casa e desta Comissão.

Portanto, Sr. Presidente, peço a V. Exª e aos nobres companheiros, Senadores e Senadoras, que façamos hoje a eleição e a designação também do Vice-Presidente desta Comissão.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pois não, Senador.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Senador Ataídes Oliveira, meu companheiro lá do Estado do Tocantins. Gostaria muito de votar em V. Exª para Vice-Presidente. Agora, antes da reunião da Bancada do PT, não tenho como tomar essa decisão.

Por isso, queria pedir a V. Exª que pudéssemos fazer a eleição na próxima reunião, a fim de chegarmos ao entendimento da aclamação, e eu poder votar em V. Exª pela primeira vez.

Obrigado.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Obrigado.

Pela ordem, Sr. Presidente.

Isso aqui já foi feito.

Primeiro, isso aqui já foi feito. É um direito do PSDB a designação da Vice-Presidência. Segundo, o PT, com todo o respeito aos nossos Colegas, já judiou horrores do Partido do PSDB.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

Vamos mudar o tom. Estou me inscrevendo para me contrapor ao Senador Ataídes.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – O Senador Ataídes está com a palavra.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – De forma, Sr. Presidente, que, mais uma vez, o PSDB vai ser subjugado pelo PT, já que está designado. Esta vaga, esta escolha é nossa.

Por que, Senador Jorge Viana, neste momento, impedir a formação completa da direção desta Comissão? Fico a me indagar qual é o interesse do PT.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Ataídes, vamos separar as coisas, o que é muito bom, para que a gente construa um ambiente, para o que eu sei que V. Exª vai colaborar, como nós todos da Bancada do PT. Porém, se V. Exª começa a achar que o PT está judiando de alguém aqui por um questionamento em que pede apenas que a eleição de V. Exª, que é o indicado, ou de outro, mas como é V. Exª que está sendo indicado, seja na próxima sessão, afirmo que nisso não há nada de judiar.

V. Exª e a Bancada do PSDB, todos os dias, agridem o PT, agridem a Presidência da República, cumprindo o papel que a democracia permite – e, na minha visão, é agressão. Lá no plenário e aqui também teremos embates. Contudo, neste momento, não há embate nenhum. Nós estamos discutindo a composição de uma das comissões mais importantes do Senado Federal.

Veja o tom que eu usei, veja o tom que o Senador Donizeti usou e veja o tom que V. Exª está usando. Já veio dizendo que o PT agride – “o que é que o PT está querendo com isso?” Não é o PT! Nós estamos aqui num entendimento. Nós vamos respeitar a decisão do PMDB, do Líder Eunício, que é também o nosso Líder, porque é Líder da Base do nosso governo. Eu sinto que o Senador Eunício é nosso Líder, como o Presidente Renan é nosso Presidente aqui.

Eu só estava fazendo uma ponderação, porque nós vamos ter uma reunião da Bancada do PT hoje à tarde... E não é só esta Comissão.

V. Exª usou um termo que não é bem assim: “É direito do PSDB!” Nunca foi!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Calma!

Eu só estou dando a minha opinião. Isso aqui não é direito; isso aqui é um entendimento que está havendo. Entendimento não é direito! Entendimento é fruto de um acordo entre Líderes da Casa. E eu, que não sou Líder, sou liderado, vou honrar, junto com os meus colegas, e respeitar a decisão que o Senador Eunício houver tomado.

Eu só estava fazendo uma ponderação com o meu Líder no sentido de que não votássemos hoje a Vice, como foi feito na Comissão de Ciência e Tecnologia. Nisso não há nada contra o PSDB. Eu vou votar – sabe em quem? – no grande Senador Aloysio Nunes Ferreira lá na Comissão de Relações Exteriores. Como é que o PT pode estar judiando de alguém? Eu vou estar lá e vou fazer um discurso de defesa, porque é um dos grandes Senadores da Casa. Como também farei o mesmo aqui em relação a V. Ex^a. E nós já tivemos aqui embates, como numa ocasião em que a Presidência ficou contra requerimento de V. Ex^a e eu estava ao seu lado.

Então, eu só queria que nós não buscássemos nada que pudesse estar por trás dessa nossa posição, porque não há outra coisa. Eu, inclusive, se conseguisse falar com o meu Líder agora, que está em audiência, se eu conseguisse falar com o Senador Eunício, imediatamente, nós faríamos. E vamos ter a nossa reunião daqui a pouco.

Este era o apelo que eu estava fazendo, sem nenhum subterfúgio por trás, como esperamos eleger o Senador Otto. E pode ficar certo V. Ex^a de que, do mesmo jeito que o nosso Senador do Tocantins lhe asseverou que votará em V. Ex^a, eu também vou votar e fazer aqui os devidos elogios. Só queria, contudo, fazer aqui essa ponderação e que mantivéssemos esse ambiente de confiança, porque, quando V. Ex^a se sentar ali como Vice, V. Ex^a será o Vice-Presidente desta Comissão e terá todos os poderes e todas as condições de conduzir os nossos trabalhos, com o nosso apoio. Mas não há aqui nenhuma divergência entre PT e PSDB, muito pelo contrário! As indicações que o Senador Eunício fizer e que o Senador Humberto e os outros Líderes da Base fizerem serão atendidas por nós.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Já lhe concedo a palavra. O Senador Raupp a havia solicitado anteriormente.

Com a palavra o Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Sr. Presidente, Senador Flexa Ribeiro, Sr^s e Srs. Senadores, gostaria de, aqui, fazer uma ponderação: eu confesso que, verdadeiramente, não recebi orientação da minha Liderança para esta votação de Vice-Presidente. Nós temos, sim, acertada a Presidência para o Senador Otto Alencar, como acertaram lá, na Comissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação, a indicação do Senador Cristovam Buarque, que já foi eleito – e não foi eleito o Vice – e como o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi indicado para a Comissão de Relações Exteriores.

Eu tentei falar com o meu Líder Eunício, que deve estar no Palácio do Planalto, mas ele não me respondeu. Havia falado com ele antes, mas, como não sabia desse impasse, não perguntei. Mas eu gostaria de perguntar a ele se, realmente, esse entendimento foi feito, porque me falaram também que essa vaga caberia ao PMDB, que teria aberto mão para o PSDB.

Então, Senador Ataídes, com todo respeito, eu penso que V. Ex^a tem todas as condições de ocupar esse cargo; porém, se nós tivéssemos um tempo para conversar... Pelo menos, votaríamos o Presidente e se, até lá, nós conseguirmos falar com os Líderes, no meu caso com o Líder Eunício, para perguntar se realmente houve esse entendimento, se está fechado isso... Porque, realmente, faltou, neste momento, uma orientação das Lideranças de Bancada. A gente não tem essa informação do acerto que foi feito para a Vice-Presidência desta Comissão. Peço desculpas aqui ao nobre Senador Ataídes, mas eu realmente não tenho, da minha Liderança, essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Senador Raupp, eu também tentei falar com o Senador Eunício, porque me foi informado que ele teria cedido a Vice-Presidência ao PSDB. E o PSDB indicou o Senador Ataídes. Mas, assim como V. Ex^a não conseguiu, eu também não consegui falar com o Senador Eunício.

Com a palavra o Senador Reguffe.

Senador Jorge, o Senador Reguffe está com a palavra.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Sr. Presidente, eu considero esta discussão aqui totalmente desnecessária. Esta Casa tem um Regimento Interno que precisa ser seguido, até porque esta Casa precisa fazer respeitar pelo País e precisa ter um regramento. E esse regramento está no Regimento Interno desta Casa.

Considero que, já na primeira reunião, nós termos aqui uma discussão como esta é totalmente desnecessária. Não é boa para nenhum dos pares, como não é boa para a sociedade brasileira.

Também considero que essa coisa de Governo e Oposição todos que estão aqui nesta Comissão, independentemente do Partido a que pertençam, acredito que estão aqui para fiscalizar as ações e, se houver algo errado, mesmo a pessoa fazendo parte do Partido dos Trabalhadores ou de um Partido de oposição, tenho certeza de que vai cumprir a sua missão, que é o que a população brasileira espera e fiscalizar determinada ação. Pelo menos é isso que eu espero aqui.

Então, o que eu peço a V. Ex^a, como Presidente eventual desta Comissão, é que siga o Regimento Interno, pois é uma discussão desnecessária já que existe um Regimento Interno para isso.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Senador Reguffe, nós não estamos deixando de atender ao Regimento Interno. O Regimento Interno prevê o acordo de líderes, que podem, entre eles, trocar posições, tanto nas Comissões, quanto na Mesa Diretora do Senado. Não há impedimento. Eu apenas... a minha grande dificuldade é com a fala do Senador Raupp, como Vice-Presidente do PMDB, de não ter sido informado que o Senador Eunício, que é o Líder, por acordo, cedeu ao PSDB – cedeu ao PSDB! – a Vice-Presidentência. Eu fico em uma situação desconfortável, Senador Reguffe. Eu gostaria muito de ter podido falar com o Senador Eunício para confirmar. Mas vamos dar sequência à reunião e eleger o Presidente, enquanto tentamos acessar o Senador Eunício.

Esse é o grande líder do PSDB...

Vamos eleger o Presidente, e tentar o contato com o Senador Eunício, para que possamos dirimir, de vez, a dúvida.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Pela ordem, Presidente. Aqui, Flexa, Cássio.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Senador Cássio, por favor.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Pela manhã, recebi um telefonema do Senador Eunício, que estava com o Presidente da Casa, Senador Renan Calheiros, comunicando que todo entendimento feito – estou falando devagar porque estou um pouco cansado porque vim correndo –, na semana passada, para as presidências das Comissões temáticas do Senador seriam replicadas para a escolha dos vice-presidentes. Qual foi o critério? Um critério muito simples: dar sequência de escolha com o gesto, inclusive do próprio PSDB, de não criar maiores faixas de confronto com o próprio PT e com a base do Governo, abdicando da Presidência desta Comissão, já que passamos a ter interesse na Comissão de Relações Exteriores, em que o Senador que aqui me ladeia, com muita honra, Aloysio Nunes, foi o nosso indicado.

Então, eu não vejo por que, depois de tantos esforços que nós fizemos para que pudéssemos ter a manutenção do entendimento; e o entendimento é simplérrimo: o PMDB faz a primeira escolha; o PT, na sequência, faz a sua escolha; e se o PT escolher esta Comissão está escolhido, está resolvido o problema. Nós faremos a nossa quarta escolha, porque a terceira é do PMDB novamente. O PT quer a Vice-Presidentência da Comissão de Fiscalização e Controle, que a faça na sua segunda escolha. Agora, que o PT não crie o problema de, ao elegermos todas as Comissões, querer, além da escolha que já fez, ficar com a Comissão de Fiscalização e Controle por que tem uma desconfiança da postura política que o PSDB poderia ter, o Senador Ataídes. Isso é inadmissível! Nós não vamos construir um ambiente mínimo de relacionamento, de respeito, de maturidade com esse tipo de postura. Por quê? Somos um Partido de segunda linha? Temos Senadores de terceira linha? Não. O PT quer a Comissão de Fiscalização e Controle? Então que exercite o seu direito de segunda escolha e ponto final. Está resolvido. Nós faremos a escolha da comissão subsequente.

O problema é que estamos diante de uma situação, Sr. Presidente, em que simplesmente as outras comissões estão elegendo os seus respectivos comandos e nós ficaremos sem alternativa para a solução do problema.

Para concluir – porque o Senador Jorge este pedindo a palavra, e é importante ouvi-lo mais uma vez –, hoje, pela manhã, recebi um telefonema do Líder Eunício, que estava ao lado do Presidente Renan Calheiros, comunicando que estava mantido o entendimento para que nós pudéssemos fazer a sequência de escolha como determina a proporcionalidade. Foi por isso que fizemos a escolha da Vice-Presidentência da Comissão por razões lógicas, de coerência, uma vez que esta era também uma opção nossa para a Presidência. Já que optamos pela de Relações Exteriores, nada mais natural que possamos fazer a opção da Vice-Presidentência. Não vejo por que criar esse cavalo de batalha de forma desnecessária pela Vice-Presidentência de uma comissão qualquer que seja ela.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Antes de conceder a palavra ao Senador Romero Jucá, quero dizer que depois da fala do Senador Cássio, entendo que ele, como Líder do PSDB, esclareceu a questão. Pelo que eu entendi, ele conversou com o Senador Eunício e fizeram o acordo para que a escolha seja concedida ao PSDB. Agora, se o PT, que tem direito à segunda escolha nas comissões, tiver uma indicação para a Vice-Presidentência, que a coloque, porque vai fazer uso do direito que lhe é garantido.

Tem a palavra o Senador Jucá, para esclarecer; depois, Senador Jorge Viana.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Sr. Presidente, eu também tentei falar com o Senador Eunício. Eu sou Vice-Líder do PMDB e acompanhei todo o entendimento que se construiu com todos os Partidos. Na verdade, houve entendimento inclusive sobre a Presidência desta Comissão exatamente com a oposição. Então, como o Senador Eunício está no Palácio e não está podendo atender ao telefone, eu, aqui, como Vice-Líder quero dizer o seguinte: eu acho que não há nenhum motivo para nós desconfiarmos da palavra da Liderança do PSDB já que foi construído o entendimento. Penso que estamos aqui fazendo algo na palavra, no entendimento...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Pela ordem, por gentileza, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Então, eu quero dizer o seguinte: como Vice-Líder do PMDB, eu quero dizer que eu banco o entendimento para que o PSDB indique a Vice-Presidência, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu, como não sou banco, não vou bancar nada. Mas queria dizer o seguinte – e respeito a posição do Vice-Líder: estava conversando, aqui, com o Líder Cássio Cunha Lima que, primeiro, já querem borrar nas costas do PT... Só falta isso: daqui a pouco, amanhã, vai sair na imprensa que o PT está querendo quebrar acordo. Nós queremos e vamos atender ao entendimento. Não há nenhum interesse do PT, os nossos pedidos estão acordados, de querer disputar isso. Nós fizemos uma ponderação só e não pode ser atendida?

Inclusive, para endossar o acordo, o único pedido que fizemos é que, hoje, votássemos só o Presidente – sugiro que seja por aclamação –, como fizemos há pouco, Senador Cássio, na Comissão de Ciência e Tecnologia, onde não foram eleitos Presidente e Vice-Presidente. Foi eleito o Senador Cristovam por aclamação e o Vice será eleito na próxima reunião da Comissão. Não tem indicação, ainda. O PT, por exemplo, está indicando e vai indicar o Vice da Comissão de Constituição e Justiça.

A única ponderação... Eu fiz isso com toda calma, falando que iríamos votar no Senador Ataídes, fruto desse acordo. Vamos atender o Líder Eunício Oliveira, porque ele também é Líder da nossa Base. Ele é meu Líder.

Não conseguimos contato com o Senador Eunício. Não consigo contato com o Líder Humberto Costa. E falei com o Presidente Renan agora, aqui. Fui ali, saí e falei com ele por telefone. Ele disse que não está sabendo desse entendimento da Vice-Presidência, apenas da Presidência. O Presidente Renan acabou de falar comigo.

Nós não estamos criando outro nome, outra indicação, apenas queremos... Estamos construindo as Comissões todas do Senado, inclusive no entendimento com a Oposição, porque é verdade. Tinha um pleito do PSDB de presidir esta Comissão e eu estou esperando a hora de votar no meu Senador Presidente da Comissão de Relações Exteriores, que será um dos maiores Presidentes daquela Comissão pela história de vida que tem – e é do PSDB. Não há nenhuma divergência.

Nós estamos avalizando o acordo do Senador Eunício. Eu apenas estou ponderando que façamos igualzinho aconteceu na Ciência e Tecnologia e votemos o Vice na próxima reunião. Sendo o Senador Ataídes, vamos contar, como falou o Donizeti, com o voto.

E façamos como o Presidente pediu. Vamos eleger por aclamação o Presidente. Temos já o Presidente. E na outra reunião elegeremos o Senador Ataídes. Zero problema! O PT não está indicando, nem agora, nem depois, nome para cá.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Senador Jorge Viana, primeiro, o PSDB não estava pleiteando a Comissão de Meio Ambiente. O PSDB tem o direito à quarta escolha, na proporção, e, na quarta escolha, foi escolhida a de Relações Exteriores. Se quisesse a Comissão de Meio Ambiente, seria escolhida pelo PSDB na proporção.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – O PSDB é bom porque tem muitos líderes. Tem um aqui, outro ali, outro aí. Assim que é bom.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu não sou Líder; eu sigo a Liderança do Senador Cássio. E quero dizer a V. Exª que não houve pleito do PSDB para esta Comissão, porque se o PSDB achasse que deveria presidir esta Comissão, ele teria feito a opção, como V. Exª já fez, pelo PT, a opção de Vice-Presidente da Comissão de Constituição e Justiça.

V. Exª já definiu qual é a escolha do PT. Então, se a escolha do PT é a Vice da CCJ, não cabe ao Partido dos Trabalhadores impedir a eleição do Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente, referendado pelo Vice Líder do PMDB no acordo que houve.

Então, V. Exª, ao iniciar suas palavras, na primeira ocasião, disse que já estava havendo divergência entre o PT e o PSDB. Não há divergência; há diferenças. E essas diferenças nós queremos manter. É perfeitamente claro para a sociedade brasileira.

Nós vamos efetuar a votação da chapa que foi encaminhada. Para Presidência o Senador Otto Alencar, do PSD, do Bloco da Maioria; e para Vice-Presidência...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Espero que tenha uma posição diferente, Sr. Presidente. Nós não podemos votar chapa. É um apelo que fazemos para seguir um entendimento.

V. Ex^a está falando que houve um entendimento para o PSDB ir para a Comissão de Relações Exteriores e para o Senador Otto vir para cá. V. Ex^a sabe que a indicação do partido do Senador Otto está longe de ser a terceira ou a quarta. Essa é uma Comissão que está entre a terceira ou a quarta.

O apelo que faço é para que sigamos, todos juntos, cumprindo a orientação dos Líderes. Não custa nada. V. Ex^a propôs, há pouco, a eleição só do Presidente e nós elegeríamos o Vice, que certamente será o Senador Ataídes, na próxima. O PT não está indicando ninguém, nem reivindicando. Senão vai ficar muito ruim começarmos o trabalho dessa maneira, aqui na Comissão!

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Senador Jorge, na Comissão de Ciência e Tecnologia não foi eleito o Vice porque não havia nenhuma indicação para Vice. Por isso não foi eleito. Por isso, não foi eleito! Se houvesse uma indicação para vice, teria sido eleito na mesma ocasião.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Como o Senador Raupp acabou de informar que não foi informado pela Liderança do Partido dele sobre o entendimento...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Mas a Liderança do Partido dele, agora, está informando que é para votar no PSDB.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu falo com o Presidente Renan...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Estão aqui o Líder do PSDB e o Vice-Líder do PMDB dizendo...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu sei. Estou aqui referendando as palavras do Senador Cássio. Agora, não dá para atender uma ponderação que estamos fazendo?

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Lamentavelmente... Gostaria muito de atender V. Ex^a...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Gostaria que V. Ex^a encaminhasse a eleição do Presidente e, depois, do Vice, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Vou encaminhar a chapa que está aqui colocada por indicação das Lideranças.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Sr. Presidente...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Sr. Presidente, só uma informação.

Hoje, pela manhã, o Senador Eunício, o Líder Eunício, ligou para o nosso futuro Presidente desta Comissão, Senador Otto, que me disse que o Senador Eunício lhe disse que a indicação era do PSDB e o meu nome estava sendo colocado.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Proponho que suspendamos a eleição.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Só um minuto.

O Senador Otto pode confirmar.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – O Senador Ataídes está com a palavra.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – O Líder Jucá acabou de colocar, tão bem colocado, que não vê o porquê desta discussão, bem como o Senador Reguffe.

Agora, o que me surpreende mais é que já tenho o voto do Senador Jorge Viana. Então, por que prorrogar esta eleição, já que tenho o voto inclusive dele?

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Obrigado, Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – A quem agradeço muito.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Com a palavra o Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) –

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Só queria retirar a minha posição, pedindo desculpas ao Senador...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Sr. Presidente, deixe-me terminar a minha fala, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pois não.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Já temos várias semanas. Já estamos no mês de março. Acho que está na hora de começarmos os trabalhos, Presidente. Vamos começar! Esta é uma comissão extremamente importante. Tive o privilégio de presidir esta Comissão durante o ano passado. Desejo ao novo Presidente e ao novo Vice felicidades na condução dos trabalhos. Esta é uma Comissão um pouco diferente.

Então, vamos votar, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Senador Davi Alcolumbre.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – Excelência, eu queria fazer um questionamento a V. Ex^a. Dentro do Regimento, estamos aptos agora para iniciar a votação? Temos quórum? Temos a chapa? Podemos iniciar a votação, porque estamos atrasando o serviço. Temos outras comissões. Cada Senador tem compromissos em outras comissões, audiências. Isso está atrasando um debate que...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Vamos votar, Senador Davi. Senador Donizeti, com a palavra.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Senador Ataídes, é como eu disse: se reunir a Liderança do PT, voto em você; se não reunir, não vou votar em você. Vou me abster ou votar contra.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – É um direito que assiste a V. Ex^a, Senador Donizeti.

Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Queria apenas retirar minha posição, pedindo escusas ao Senador Jorge Viana, porque chegou o Vice-Líder. Eu não havia conseguido falar com Líder Eunício Oliveira e estava mantendo a posição de votar o Vice posteriormente, mas, chegando o Vice-Líder Jucá e dando a palavra, não posso duvidar. A palavra do Líder Jucá e do Líder do PSDB, Cássio Cunha Lima, têm, para mim, fé pública. Então, acompanho a votação.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Senador Raupp, a preocupação que eu tinha deixou de existir. Estou tranquilo em fazer a votação da chapa completa, pela posição que já foi colocada pelo Líder do PSDB, pelo Vice-Líder do PMDB e pelo Presidente da Comissão, Senador Otto Alencar, que conversou com o Senador Eunício, pela manhã. Então, vamos votar.

A chapa que está colocada para dirigir, nesta Sessão Legislativa, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle é, para Presidência, Senador Otto Alencar, do PSD, e, para Vice-Presidência, Senador Ataídes, do PSDB.

Como não há acordo, pela declaração do Senador Donizeti, vamos fazer por votação.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Senador Flexa, pela ordem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Senador Cássio, pela ordem.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Só para mais uma informação. Percebo um – e é compreensível, compreendo essas coisas todas, não tenho o que estranhar – desconforto do Senador Jorge e do Senador Paulo Rocha.

Todavia, apenas para relembrar, e acredito que temos aqui a presença talvez... Creio que, naquele instante, só a minha presença mesmo, como Líder... Na semana passada, quando fechamos o entendimento macro das Presidências das Comissões, em uma reunião no gabinete do Presidente Renan, com a presença do Senador Humberto Costa e de vários outros Líderes – o Senador Amorim vai socorrer-me –, ficou acertado que não iríamos discutir, nome a nome, as Vice-Presidências, porque já tínhamos feito o acordo no fundamental, que eram as Presidências.

Portanto, o acordo firmado para a Presidência das Comissões seria replicado na escolha dos Vice-Presidentes na mesma ordem.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) –

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Isso ficou mais do que claro. O Senador Amorim está aqui para confirmar esse entendimento que contou com a presença do Senador Humberto Costa.

Portanto, se, para a Presidência das Comissões, o PSDB, pela proporcionalidade de sua Bancada, fez a quarta escolha; escolha esta, recaindo sobre a Comissão de Relações Exteriores, cujo Presidente será o Senador Aloysio Nunes Ferreira, dentro do mesmo critério acordado, cuja renovação desse compromisso, por parte da Bancada do PMDB, foi reafirmada hoje.

Então, Senadores Paulo Rocha e Jorge Viana, podem confiar naquilo que estou dizendo – não vou trazer uma informação que não corresponda à realidade – em relação à reprodução do entendimento para as Vice-Presidências, para que possamos votar de forma consensual, coesa e simbólica até na chapa fechada, porque esse foi o entendimento feito.

Não há quebra de acordo aqui; pelo contrário, a não ser o desejo de cumprir os entendimentos realizados.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – E eu reafirmo, porque estava na reunião.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Queria um esclarecimento do Líder, só para ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Senador Jorge Viana com a palavra.

Só lembrando, Senador Jorge Viana, que V. Ex^a tirou toda a minha dúvida, que já havia sido resolvida com a declaração do Vice-Líder do PMDB, do Presidente que vai ser eleito da Comissão, que falou com Senador Eunício, e pelo que V. Ex^a disse que o PT optou, na sua escolha, pela Vice-Presidência da CCJ.

Então, não temos o que ficar discutindo. Vou ouvir V. Ex^a e vou colocar em votação.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Quería que o Líder do PSDB na Casa, Cássio Cunha Lima, nosso Colega, fez uma fala, reproduzindo uma reunião que teve – e aí é bom que fique bem claro –, onde houve um entendimento, envolvendo as Lideranças partidárias da Casa, obviamente inclusive o Líder Humberto Costa.

Então, o que está ocorrendo hoje, de manhã, é fruto de um entendimento. Jamais a Bancada do PT vai descumprir qualquer entendimento feito pelo Líder Humberto Costa, junto com o Senador e Líder Eunício Oliveira.

Assim, o esclarecimento que fiz, quando o Senador Cássio fez um questionamento, achando que o PT podia estar indicando... A ponderação que nós fizemos não tem nada a ver com a intenção do PT de quebrar acordo ou indicar alguém. Só queria um esclarecimento do Líder, já que não consigo falar com o Senador Eunício Oliveira, que é também nosso Líder, e o Senador Humberto Costa...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – O Senador Jucá responde pelo Senador Eunício Oliveira. V. Ex^a está pondo em dúvida o que o Senador Romero Jucá acabou de dizer.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – V. Ex^a jamais vai conseguir me intrigar com o Senador Romero Jucá, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Presidente Flexa, só para trazer o conforto que o Senador Jorge Viana necessita, inclusive quero me penitenciar, porque, como cheguei esbaforido, ofegante, a informação que eu tinha era a de que o Partido dos Trabalhadores estava querendo indicar um outro nome, e isso não houve. Ficou claro!

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – É verdade. Não houve.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Então, houve um mal-entendido de minha parte. Aqui faço o *mea culpa* com toda humildade, sem dificuldade, porque, quando cheguei e pedi a palavra pela ordem, ainda ofegante, trouxe a impressão falsa de que o PT estava desejando disputar a indicação.

Como não há essa intenção do Partido dos Trabalhadores – pelo contrário, o Senador Jorge Viana reafirma o desejo de o partido cumprir o acordo, pois o acordo foi posto –, podem confiar na minha palavra. Não sou um leviano e irresponsável, para trazer uma informação de algo que não foi acordado, e tenho aqui o testemunho do Senador Amorim para confirmar o entendimento firmado na semana passada no Gabinete da Presidência.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Reafirmo.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Senador Cássio Cunha Lima, apenas...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Sr. Presidente, só para dizer que acabei de falar com o Senador Eunício Oliveira, que confirma todos os entendimentos e a posição que marquei aqui pelo PMDB. Portanto, o PMDB encaminha pelo entendimento da votação de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Senador Cássio, só para pedir desculpa a V. Ex^a pelo mal-entendido que fez V. Ex^a vir correndo e está sem preparo físico para isso. (*Risos.*)

Então, precisa fazer um treinamento, porque teremos de correr muito nessa Sessão Legislativa. Então, devemos treinar.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Para concluir...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Senador Jorge, eu espero que, dirimida a dúvida, V. Ex^a concorde com que se faça por aclamação.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Licença, Senador. Eu não consigo falar. V. Ex^a está aí...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu já estou pedindo o seu voto.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Mas que fique bem claro, porque houve, inclusive, do próprio candidato a Vice, Senador Ataídes, que eu acho que já recompôs no tom certo, uma ideia de passar que o PT estava pleiteando cargo. O Senador Cássio já fez o devido esclarecimento. Não havia e não há nenhuma intenção do PT de pleitear qualquer coisa que não tenha sido fruto do entendimento ou do acordo feito pelos Líderes.

O Senador Jucá traz uma notícia nova, da qual estávamos atrás. O Líder – não estou desconfiando da palavra dele – Eunício estava passando uma informação que o Senador Raupp não tinha de que a indicação desta Comissão para Vice seria do PSDB. Foi feito agora um esclarecimento que o Senador Raupp não tinha. Não é nada de desconfiança. Mas eu já tinha ouvido, porque tinha pedido a ele, ao Líder Cássio Cunha Lima, que ele esclarecesse se houve o entendimento, na semana passada, com o Líder Humberto Costa presente, de que as Comissões ficariam expedidas da maneira que o fizeram e as Vices também. Se ele afirma – e já colocou aqui – que estava o meu Líder Humberto Costa, estava nosso Líder Eunício Oliveira e que o entendimento foi esse, a ponderação nossa era única e exclusivamente adiarmos para que a gente pudesse confirmar. Mais nada!

O Senador Amorim, que é Líder e está aqui também, coloca que não há desentendimento. Então, diante desse esclarecimento – e tão somente esclarecimento –, que não fique... E em respeito ao Senador Otto, que está colocado e seria aclamado hoje, e mostrando o respeito que o Donizete colocou, como o nosso da

Bancada, com o Senador Ataídes, propomos que, feitos os esclarecimentos, se faça sem votação nominal, por aclamação, a escolha dos dois candidatos a Presidente e Vice.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu consulto o Senador Donizeti, que discordou ou que iria se abster da votação, se concorda com a proposta do Senador Jorge Viana?

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Eu sigo o Senador Jorge Viana, porque ele me orienta.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Então, podemos fazer por aclamação.

A chapa que chegou à Mesa indica o Senador Otto Alencar para Presidente e o Senador Ataídes para Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para o biênio 2015/2016.

Proponho a votação por aclamação. (*Pausa.*)

Aprovado. (*Palmas.*)

Então, devolvo as cédulas à Secretaria para que faça uso em outra Comissão.

Convido os eleitos a ocuparem os seus lugares à mesa e em seguida usarem da palavra. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Queria agradecer ao Senador Flexa, que conduziu os trabalhos com muito equilíbrio, e a todos os Senadores e a todas as Senadoras. Ao nosso Vice-Presidente, Ataídes Oliveira. E agradecer a todos que participaram dessa reunião.

Eu disputei seis eleições no meu Estado da Bahia e acabo de ser eleito pela eleição mais polêmica de toda minha vida. Mas espero aqui, com os Senadores, fazer um trabalho que corresponda às expectativas dos Senadores, do povo brasileiro, trabalhando intensamente com o Vice-Presidente, com todos os Senadores.

Agradeço e digo que já quero começar trabalhando. Portanto, leio o requerimento que trata de um assunto que é muito da razão de eu estar aqui, no Senado, de ter disputado a eleição para o Senado da República, um assunto que é fundamental para a minha região, para os Estados da Bahia, Minas, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, e que talvez seja a coisa que vai definir o futuro do povo nordestino, que é a revitalização do Rio São Francisco.

Temos em curso uma transposição. Eu conheço esse rio de ponta a ponta, dos seus 2700 km de extensão, dos seus 1300 km de via navegável, que hoje já não existem. Conheço seus afluentes, os que ainda estão vivos e aqueles que já morreram ao longo desses anos todos. Estou apresentando um requerimento para fazer uma sessão, uma audiência pública que depois será uma sessão temática, segundo o que foi combinado com o Presidente Renan, para discutir a questão. De saída, convidaremos os Governadores: do Estado de Minas Gerais, Fernando Pimentel; Sergipe, Jackson Barreto; do Estado de Alagoas, Renan Filho; Rui Costa, da Bahia; e de Pernambuco, Paulo Câmara. Claro que outras lideranças poderão ser convidadas. Faço isso, inclusive, por um clamor do meu povo da Bahia, de lideranças políticas, inclusive lideranças religiosas, como é o caso do Bispo da Barra do Rio São Francisco, D. Luiz Cappio, que talvez tenha sido o que mais levantou a voz pela revitalização do rio.

Se falarmos em transposição do rio, transposição de bacias sem falarmos de revitalização de nascentes e revitalização de rios, a água acaba, e não haverá transposição absolutamente. Vimos agora o que aconteceu em São Paulo, o que está acontecendo no Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Quero chamar a atenção do Senado da República, do Brasil e do Governo Federal: não termos nenhuma condição de sobrevivência humana se não preservarmos nossas nascentes, nossos rios tributários.

Encaminho, portanto, esse requerimento, o primeiro da nossa participação na Presidência desta Comissão de Fiscalização e Controle, Meio Ambiente e Defesa do Consumidor.

Comunico que recebi proposta de fiscalização de alguns setores, começando pela proposta de autoria do Senador Roberto Rocha, que propõe, com fulcro nos arts 102-A, 102-B do Inciso I do Regimento Interno ao Senado Federal a proposta de fiscalização e controle para que seja investigado o processo de autorização da construção da Refinaria Premium I, em Bacabeira, Estado do Maranhão, e sobretudo a legalidade e a legitimidade da determinação da Petrobras para suspender a sua execução.

A outra proposta é de autoria do Senador Tasso Jereissati, mais ou menos no mesmo sentido, que propõe, com fulcro nos arts 102-A, 102-B do Inciso I do Regimento Interno do Senado Federal a proposta de fiscalização e controle para investigação do projeto da Refinaria Premium I, que deveria ser instalada pela Petrobras no Estado do Ceará e as razões da desistência do projeto por aquela estatal.

As propostas serão distribuídas para emissão de relatório prévio.

Além disso, os Ofícios nºs 8 e 9, de 2015, do Ministério da Integração Nacional, que encaminham, em cumprimento à Lei nº 7.827/89, os relatórios de atividades desenvolvidas e de resultados obtidos referentes ao segundo semestre de 2013 e ao primeiro semestre de 2014.

Além do Ofício nº 7, de 2014, da Aneel, que encaminha, para conhecimento, cópia, em meio magnético, do Relatório de Gestão da Prestação de Contas Ordinária Anual de 2013.

Então, esses são os requerimentos que estão sobre a mesa...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Comunicados...

Então, eu fiz aqui a comunicação e, agora, vou colocar em votação o requerimento de minha proposição para deliberação dos Srs. Senadores.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado pela maioria dos Srs. Senadores que compõem aqui a nossa Comissão.

Queria perguntar...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – V. Exª permite?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Pois não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Primeiramente, eu quero parabenizar V. Exª e o Senadora Ataídes, respectivamente, pela Presidência e Vice-Presidência desta Comissão, que é, sem sombra de dúvida, uma das mais importantes do Senado Federal, que trata do meio ambiente, da defesa do consumidor, da fiscalização e controle.

Que Deus abençoe V. Exª e o Senador Ataídes para que possamos ter a direção desta Comissão de Meio Ambiente de uma forma a que todos nós trabalhemos em favor do Brasil!

Eu pediria só a V. Exª que, assim como fez com o seu requerimento, que também colocasse em votação os requerimentos dos demais Senadores encaminhados à Secretaria. São os requerimentos do Senador Roberto Rocha e do Senador Tasso Jereissati. *(Pausa.)*

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Senador Otto, não há necessidade de relator...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Não se trata de requerimento. Foram duas propostas de fiscalização e controle. Não se trata, pois, de requerimento.

Eu vou...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Devem ser propostas como requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Exatamente. Eu já li aqui e vamos indicar, depois, conforme o Regimento, o relator para cada proposta.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Então, eu proponho que se transforme a proposta em requerimento, e eu subscrevo os dois.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Pois não.

A proposição será atendida e nós vamos analisar e indicar depois os relatores.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Não; vamos votar, Senador Otto.

Eu...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – O senhor está propondo...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – ... a transformação de proposta em requerimento, e subscrevo os dois, porque os Senadores não estão presentes.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Senador Flexa, essa proposta tem um rito, Então, tem que ser obedecido o rito, de acordo com o Regimento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Não; ela deixou de ser proposta e foi transformada em requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Sim; posso colocar na forma de requerimento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pronto! Requerimento de minha autoria. Eu subscrevo os requerimentos.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Senador Otto, Senador Flexa, eram propostas, que precisam obedecer o rito. Ao transformá-las em requerimento, elas não deixam de ter o vigor e o poder delas como uma proposta a ser discutida?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Eu não vejo...

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – Presidente, Senador Otto, eu entendo que V. Exª já havia colocado...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Vou colocar o requerimento em votação.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – Mas V. Exª já havia feito isso!

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Não, não! Ele só fez o dele.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – Ah, só fez o dele.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Então, proponho aqui que essas propostas...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Pois não, Senador.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Uma outra questão. Eu fui convocado para uma reunião cuja pauta era só a eleição...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Com a palavra o Senador.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Senador, eu fui convocado para uma reunião cuja pauta era só a eleição. Embora eu seja gabiru nesse negócio aqui, seja novo, eu fico com a compreensão de que, se eu fui convocado só para a eleição – a pauta era essa –, a gente deveria caminhar aqui para os elogios aos eleitos e deixar toda essa discussão e apresentação dos requerimentos e propostas para a próxima reunião da Comissão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Senador Donizeti, eu coloquei o meu requerimento extrapauta... É uma prerrogativa que o Presidente tem e foi colocado por isso. Eu até lhe peço desculpas pela minha ansiedade de querer resolver o problema do Rio São Francisco. Eu sonho com isso, eu penso nisso todos os dias...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Sou parceiro do senhor para ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Inclusive, na sua região, no Estado do Tocantins, creio que será uma atitude dos governantes tomarem providências preventivas para não acontecer com o Rio São Francisco o que pode acontecer com os rios do seu Estado. Até lhe peço desculpa pela minha ansiedade. Passei por cargos executivos ultimamente, Secretário, Governador, Vice-Governador, e estou chegando aqui no Senado. Fui Deputados por três vezes, Presidente da Assembleia. Li o Regimento, mas ainda preciso do sopro com muita humildade para conduzir a sessão. Mas, logo, logo, vou estar em responder...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – V. Ex^a não tem que pedir desculpa. V. Ex^a tem que ser parabenizado, porque, como disse o Senador Donizeti, a sessão era para eleger o Presidente e o Vice e, depois de eleito e empossado, V. Ex^a extrapauta pode chamar qualquer processo, qualquer requerimento à discussão.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Sei disso. Foi o que eu falei aqui.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu pediria agora que V. Ex^a continuasse nos outros dois.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Então, eu coloco...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Presidente, o extrapauta não exige acordo? Pode ser...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Exige quórum de votação.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Não exige acordo?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Exige quórum de votação. Os Srs. Senadores que estão presentes...

Se o senhor pedir verificação de quórum, eu vou fazer a verificação de quórum.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Então, vamos votar o extrapauta nominalmente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – O senhor quer a verificação de quórum?

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Então, na verificação de quórum, estão presentes...

Não há quórum. Com a presença de nove, não há quórum para votação.

O quórum mínimo é de nove. Nós somos 17. Não temos quórum.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Sr. Presidente, tem que fazer a leitura nominal de todos os presentes, até para se verificar se há o quórum.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Tem sete Senadores.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Quando eu fiz a verificação, o Senador Jorge Viana não estava presente.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Mas o rito exige que se chame nominalmente os Senadores.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Presidente e Sr. Vice-presidente, eu ouvi ainda há pouco a intervenção do Senador Ataídes. Nós estamos hoje instalando as Comissões. Essa matéria que o Senador Flexa está pondo em apreciação é uma matéria complexa e o ideal, o certo é cumprirmos o rito da Casa. Eu peço, faço um apelo ao Presidente, Senador Otto, a quem cumprimento e sei que vai fazer um

bom trabalho, presidindo com o nosso Vice-Presidente, Senador Ataídes de Oliveira, que esta reunião fosse exclusivamente, como disse o Senador Donizeti, para eleição do Presidente e Vice-Presidente. Que pudéssemos aqui cumprimentar os colegas. Vamos ter outras eleições. Para que o Presidente possa assumir, ver a pauta que existe na Comissão, estabelecer uma pauta de apreciação de matérias, porque não há sentido ficarmos fazendo apreciação.

Eu vou pedir licença para me retirar da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Senador, eu vou só explicar ao Senador Jorge Viana...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Junto com a bancada vamos sair. E vai ficar muito ruim.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Senador Jorge Viana, o senhor não estava presente. Eu li o requerimento sobre o Rio São Francisco. Coloquei em votação e foi aprovado. Depois, eu li aqui as propostas, o que gerou uma provocação do Senador Flexa e foi feita uma...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Aí já é uma ação da oposição.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Por favor. Foi feita uma solicitação de quórum pelo Senador Donizeti e não havia quórum para votação, na segunda proposta. Mas, na primeira, foi aprovada. E eu não posso recuar.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Eu vou colocar na pauta da próxima reunião essa proposta. Vou fazer a pauta e colocar essas propostas na próxima reunião.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – V. Ex^a é o Presidente da Comissão. Não permita que um membro da mesma queira conduzir os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Eu não permiti.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pois é.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – O senhor viu que eu não permiti.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – V. Ex^a vai ter essa condição praticamente em todas as reuniões a partir de agora.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Senador, V. Ex^a pode ter a absoluta certeza de que...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Porque esta Comissão, como eu lhe disse, é uma das mais importantes do Senado Federal e a que mais preocupa o PT.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Certo.

Senador Flexa, o senhor pode ter absoluta certeza de que eu tenho firmeza em minhas decisões, nos meus atos. O senhor foi testemunha de que quando o Senador Jorge Viana me perguntou se o Eunício Oliveira ligou dizendo que era do PSDB, eu disse a V. Ex^a que era do PSDB. Então, o senhor não vai encontrar em nenhum momento da minha vida falta de firmeza.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Eu já havia votado o requerimento. Não havia quórum no momento para votar as propostas. Eu vou colocá-las na pauta da próxima reunião.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu não tenho dúvida da firmeza de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – O meu voto será favorável às propostas de fiscalização e controle, até porque penso que é uma atribuição do Poder Legislativo a fiscalização do gasto do dinheiro público. No entanto considero, Sr. Presidente, importante seguirmos o rito, até porque durante a leitura dos nomes dos Senadores pode ser que outros Senadores cheguem e tenhamos quórum também. Então, é importante que a gente siga o Regimento desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Mas no momento em que eu fiz a verificação havia somente sete Senadores.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Mas não haverá dificuldade Senador Reguffe, porque nós vamos seguir o rito e colocar em pauta essa proposta para ser analisada aqui. Vamos indicar os relatores. Não haverá nenhum problema.

Eu quero dizer que eu estarei aqui, tendo saúde para vir, todos as terças-feiras, às 10 horas, e serei o primeiro a chegar. Pode ter absoluta certeza disso.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Sr. Presidente, é com muito carinho que aqui estou presente. Quero cumprimentar V. Exª e o Senador Ataídes, pela direção desta Comissão.

Penso que nós Senadores da República não estamos aqui para guerrear uns contra os outros. Estamos aqui exatamente para trabalhar pelo bem do Brasil.

Não tenho dúvida da liderança e do trabalho de altíssima qualidade que será presidido por esta Mesa.

Estamos iniciando um trabalho com consciência. A gente sabe do gabarito da Mesa, que encaminhará todos os trabalhos com qualidade, com firmeza, tratando de assuntos fundamentais como o do meio ambiente, tratando de assuntos fundamentais como o do direito do consumidor, tratando de assuntos fundamentais como o de finanças e controle. Então, é com muita tranquilidade, nobres pares, nobres colegas – Flexa Ribeiro, Davi Alcolumbre, Reguffe – que, com certeza, o nosso Senador Otto Alencar, conjuntamente com o Senador Ataídes, encaminharão com toda a transparência, com toda a tranquilidade todos os requerimentos, todas as proposições que serão colocadas sobre a mesa.

O que aqui ocorreu é o mesmo que acontece na Comissão de Direitos Humanos, pois os horários são simultâneos, por isso eu não pude estar aqui todo o tempo – está certo? – em que também fora eleita a direção, foram feitos os elogios e os devidos reconhecimentos ao gabarito da Mesa e os requerimentos ficaram para a próxima reunião.

Então, o Senador Otto já justificou a nossa importância, a importância nacional muito grande com relação ao São Francisco, a crise da água... Então foi nesse afã de ajudar o Brasil, de reconhecer essa necessidade do povo nordestino, do povo brasileiro que ele antecipou, extrapauta, essa votação. Mas, com certeza, Senador Flexa, para a tranquilidade do senhor, estaremos conhecendo e nos preparando para que na próxima reunião, com certeza, possamos deliberar sobre o encaminhamento feito por V. Exª à Mesa, com a tranquilidade e o reconhecimento da nobreza da proposição.

Muito obrigado a V. Exª pela oportunidade.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Com a palavra o Senador Davi Alcolumbre.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – Presidente, primeiro para lhe parabenizar por esta missão e cumprimentá-lo, assim como ao Vice-Presidente, Senador Ataídes Oliveira. Eu não tenho dúvida que, pela capacidade e pela história dos nobres Senadores, irão conduzir muito bem os trabalhos desta Comissão.

E fico vendo aqui o nome desta Comissão: Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Com certeza, nós, todos os membros desta Comissão, teremos muito trabalho pela frente, para prestar conta com o País, com o povo brasileiro,...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Sem dúvida!

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – ... com a sociedade, que nos impõe a cada dia essa fiscalização mais rigorosa da atuação parlamentar e do papel fundamental que nos foi dado pelo povo brasileiro e, especialmente no meu caso, pelo povo do Amapá.

Mas quero resgatar que V. Exª falou, teve oportunidade, no seu primeiro minuto como Presidente eleito desta Comissão, que já participou de seis eleições no Estado de V. Exª, e que esta teria sido a eleição...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Mais polêmica. (Risos.)

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – Mas quero dizer a V. Exª que esta eleição não foi tão polêmica para V. Exª, porque já havia o entendimento de todos os Líderes de que o cargo de Presidente desta Comissão seria de V. Exª. Então, fique tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – A culpa é do Vice. (Risos.)

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – A culpa é do Vice-Presidente.

Então, quero parabenizar o Senador Ataídes, que conseguiu, em 30 anos de vida pública do Senador Otto Alencar, fazer com que ele tivesse a eleição mais polêmica da sua vida.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Por isso que vou passar a palavra aqui ao Vice, que precisa falar.

Com a palavra o Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Ainda bem que a culpa é do Vice, e não do mordomo, viu?

Mas só quero, Sr. Presidente, agradecer a todos os nossos pares que referendaram o nosso nome à vice Presidência desta douta Comissão, Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Tive a oportunidade, Senador Hélio, de atuar nesta Comissão como titular, no ano de 2013, ainda como Suplente. Sei da responsabilidade e da importância que esta Comissão tem. E aqui o nosso Presidente, logo após

a nossa eleição, falou sobre a causa hídrica existente hoje no nosso País, e ele aprovou, nós aprovamos, aqui o requerimento – e precisamos aqui de ações políticas efetivas para combater o problema hídrico neste País.

E quero agradecer, em especial, ao Senador Jorge Viana, porque houve um pequeno desentendimento entre mim e ele, porque já era sabido por mim e pela nossa Liderança que o nosso nome já estava acertado, já estava combinado e, de repente, o Senador Jorge Viana, de quem tenho o maior orgulho, pediu então, a prorrogação desta eleição. Mas ele mesmo disse que votaria em mim, como votou. Quero, então, aproveitar e, mesmo na ausência dele, pedir desculpa por esse pequeno mal-estar, e gostaria de agradecer à Presidência eventual da abertura dos trabalhos desta Comissão, o Senador Flexa, que goza de todo o meu carinho e respeito e tem uma história extraordinária.

Quero dizer, Sr. Presidente, Senador Otto, que serei um fiel escudeiro do Senador e Presidente desta Comissão. Estarei sempre ao seu lado em defesa dos interesses do nosso povo brasileiro e dos trabalhos desta doura Comissão, que – volto a repetir – é de extrema valia para o nosso querido País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Queria registrar aqui a alegria da presença de um grande amigo o Senador Agripino Maia e também do meu Líder, Senador Omar Aziz, que chegaram aqui.

Concedo a palavra ao Senador Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Presidente, Senador Otto Alencar, fiz questão de vir a esta Comissão – aqui estamos representados pelo Senador Davi Alcolumbre –, para manifestar a V. Ex^a, que foi eleito Presidente, em função da experiência que tenho nesta Casa, dos mandatos, que já são quatro mandatos, da experiência que tenho, e para dar o testemunho da importância desta Comissão, principalmente agora com o assunto que acaba de ser colocado pelo Vice-Presidente eleito, Senador Ataídes, que é a crise hídrica.

Essa questão do meio ambiente é uma questão muito séria e que tem que ser levada na medida conta. E V. Ex^a, com a experiência que tem de político, de mandatos já exercidos, em que encontrou conflitos e em que mostrou com habilidade o caminho de saída, está apetrechado, está habilitado para conduzir esta Comissão, que, além de ser de Meio Ambiente, é de Fiscalização e Controle, tem atribuições muito importantes, principalmente neste momento.

Vim aqui, fiz questão de vir aqui, para manifestar o meu testemunho da importância da Comissão e desejar a V. Ex^{as}, ao Presidente, Otto Alencar, e ao Vice, Ataídes Oliveira, muito bom êxito e dizer que o meu Partido estará permanentemente colaborando com o interesse do País, com a realização das reuniões que sejam convocadas, sempre objetivando aquilo que está na pauta do Brasil. Meio ambiente é um assunto que precisa estar na pauta do Brasil e fiscalização e controle, nem se fala, nem se fala.

Muito boa sorte a ambos!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Com a palavra, o Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) – Queria cumprimentar o Senador Otto e o Senador Ataídes, desejar sucesso. Essas questões que o Senador Agripino Maia colocou, são relevantes esses dois assuntos. Eu vivo numa região em que o desenvolvimento sustentável é a palavra de ordem, onde nós temos dificuldades, e uma das bandeiras que vamos levantar aqui no Senado, e quero muito a ajuda desta Comissão, é em relação ao asfaltamento da BR 319. Ela é sustentável, pode ser, sim, asfaltada. Não há hoje boa vontade por parte de setores do Governo Federal para que ela seja asfaltada, mas é um assunto que vamos tratar muito aqui nesta Comissão.

Quando o nosso Partido indicou o Senador Otto para presidir esta Comissão, e nesse bloco que estamos formando hoje, pela experiência que o Senador Otto tem, pela responsabilidade que tem em relação ao nosso País, não tenho dúvida nenhuma de que, junto ao Senador Ataídes, fará uma administração aqui dentro, trazendo temas importantes para o desenvolvimento sustentável do nosso País, principalmente na nossa região, que é uma região muito mais fiscalizada. Não é que não queiramos uma fiscalização, nós queremos é ser tratados como brasileiros que somos.

Uma outra questão, que não é uma questão só dos Senadores da República, mas da Nação brasileira, que é a fiscalização e o controle sobre as questões públicas do nosso País.

Por isso, Senador Otto, fico muito feliz que V. Ex^a assuma hoje a Presidência desta Comissão tão importante aqui no Senado, ao lado do Senador Ataídes.

Boa sorte aos dois e que nós possamos debater grandes temas nacionais aqui nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Quero registrar a presença do Senador Humberto Costa, Líder do Partido dos Trabalhadores.

Como não há nenhum outro Senador inscrito, encerro a reunião.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE**ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE MARÇO DE 2015, TERÇA-FEIRA, ÀS 10 HORAS.**

Às dez horas e vinte e um minutos do dia dez de março de dois mil e quinze, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe, Paulo Rocha, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Sandra Braga, Otto Alencar, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Eduardo Amorim, Douglas Cintra, Regina Sousa, Lasier Martins, João Alberto Souza, Luiz Henrique, Vanessa Grazziotin, Roberto Rocha. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Ronaldo Caiado, Lídice da Mata e João Capiberibe. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. A ata foi aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal. COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA. A Presidência comunica o recebimento da Secretaria Geral da Mesa em 5 de janeiro deste ano, do Ofício “S” nº 13, de 2008, do Procurador-Geral do Estado de Rondônia sobre exploração ilegal de madeira em terras indígenas. Informa que “o ofício nº 13 de 2008, já foi relatado nesta comissão pelo Senador Pedro Taques e aprovado em 21/09/2011, resultando na apresentação dos Requerimentos de Informação nºs 91 e 92 ao Ministro da Justiça e à Ministra do Meio Ambiente, respectivamente. Em análise ao processado foi verificado que as informações solicitadas nos citados requerimentos já foram encaminhadas aos Senadores Rodrigo Rollemberg, então presidente desta comissão, e Pedro Taques, autor dos requerimentos, em janeiro e março de 2012, conforme ofícios anexados às fls. 225, 240 e 241. Fica disponibilizado o material aos membros da comissão que manifestarem interesse e determino o arquivamento da matéria”. A Presidência informa que, por orientação da Secretaria Geral da Mesa, os requerimentos apresentados nas comissões na legislatura anterior serão arquivados, devendo aqueles que não foram atendidos ser reapresentados caso persista o interesse e a oportunidade. Não serão arquivados os requerimentos de informação e de instrução de matérias sobre o procedimento em relação aos requerimentos a serem apresentados na CMA. Aduz que “o procedimento adotado para a apreciação de requerimentos será o seguinte: só serão lidos e apreciados os requerimentos previamente incluídos em pauta. não serão incluídos em pauta os requerimentos entregues na secretaria da comissão após o fechamento e encaminhamento da pauta. Os requerimentos serão numerados e disponibilizados na página do senado federal assim que recebidos na comissão. constando da pauta, a leitura e a votação poderão ser feitas no mesmo dia, desde que esteja presente pelo menos um dos autores. Requerimentos entregues após o prazo serão pautados posteriormente, nos termos do art. 48, inciso VI, combinado com o art. 89, inciso I. Não serão incluídos requerimentos extrapauta”. Comunica o recebimento dos Requerimentos nº 6, 7 e 8, de autoria do Senador Ataídes Oliveira. Os requerimentos já foram disponibilizados na página do senado federal e serão pautados oportunamente. Comunica, ainda, que as Propostas de Fiscalização e Controle lidas na reunião anterior, de autoria dos Senadores Roberto Rocha e Tasso Jereissati, já foram distribuídas e encontram-se no gabinete dos relatores, Senador Paulo Rocha e Senadora Sandra Braga. A seguir, a Presidência submete aos membros o entendimento no sentido de começar as reuniões da comissão nas terças-feiras às 09h00, o qual foi aprovado. Usam da palavra os Senadores Reguffe, Ataídes Oliveira, Donizeti Nogueira e Jorge Viana. Passa-se à PAUTA. ITEM 1) **REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 2, de 2015.** Requer, nos termos do art. 102-A, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a solicitação ao Tribunal de Contas da União, que seja realizado uma auditoria para verificar a qualidade dos serviços de telefonia móvel, prestado no Brasil. Deverão ser auditadas todas as operadoras que atuam no país, notadamente, Vivo, Tim, Oi, Claro e outras, tomando, necessariamente, por amostra, o serviço prestado no Estado da Bahia. Autoria: Senador Otto Alencar. Resultado: Aprovado. ITEM 2) **REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 3, de 2015.** Requer, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, por esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para discutir a questão da Biodiversidade: Crise e Perspectivas. O evento será realizado no dia 19 de março, às 9h, na sala desta comissão. À oportunidade, apresento sugestões no sentido de que sejam convidados para participarem da presente audiência pública: - Sra. Izabella Teixeira, Ministra do Meio Ambiente, - Sr. Antônio César Bochenek, Presidente da AJUFE, - Sr. Marcus Vinícius Furtado Coêlho, Presidente OAB Conselho Federal, - Sr. José Antônio Marcondes de Carvalho, Chefe da Subsecretaria-geral de Meio Ambiente, energia, ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores, - Sr. Antônio Herman Benjamin, Ministro do STJ, - Secretário de Meio Ambiente do Amazonas (bioma da Amazônia), - Secretário de Meio Ambiente do São Paulo (bioma da Mata Atlântica), -

Secretário de Meio Ambiente do Distrito Federal (bioma do Cerrado), - Secretário de Meio Ambiente do Bahia (Bioma da Caatinga), - Secretário de Meio Ambiente do Mato Grosso (Bioma do Pantanal), - Secretário de Meio Ambiente do Rio de Janeiro (Bioma Litorâneo), - Sr. George Greene (Canadá), - Sr. Jonathan Hughes (Reino Unido), - Sr. Malik Amin Aslam Khan (Conselheiro Sênior sobre Política do Clima, PNUD, Paquistão), - Sr. Mohammad Shahbaz (Pesquisador-Chefe, Rede Inter-Islâmica de Desenvolvimento e Manejo da Água, Jordânia), - Sra. Marina von Weissenberg (Conselheira do Ministério do Ambiente, Finlândia) e - Sr. Spencer Thomas (Embaixador para Tratados e Convenções Ambientais, Granada). Autoria: Senador Otto Alencar. Usam da palavra os Senadores Humberto Costa e Jorge Viana. Resultado: Aprovado. ITEM 3) **REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR N° 4**, de 2015. Requer, com amparo nos artigos 90, inciso II, e 93, inciso I, a realização de Audiência Pública, conjunta entre as Comissões Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização Controle – CMA, e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT e se possível, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, de Assuntos Econômicos – CAE, caso tenham sido essas instaladas em tempo hábil, estando a matéria em regime de urgência constitucional, para a instrução do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2015, que “Regulamenta o inciso II do §1º e o §4º do art. 225 da Constituição Federal, o Artigo 1, a alínea j do Artigo 8, a alínea c do Artigo 10, o Artigo 15 e os §§ 3º e 4º do Artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto no 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória no 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; e dá outras providências”, e tramita em regime em regime de urgência constitucional com suporte no artigo 64, §1º da Constituição Federal, combinado com o artigo 375 do Regimento Interno do Senado Federal, em data oportuna a ser agendada em acordo com as demais Comissões Permanentes, e observada a relação de expositores adiante exposta, sem prejuízo da inclusão de outros convidados que porventura venham a ser aprovados posteriormente. - IZABELLA TEIXEIRA – Ministra de Estado do Meio Ambiente (MMA), - KÁTIA ABREU – Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, - ROBSON BRAGA DE ANDRADE – Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), - JOÃO MARTINS – Presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), - HELENA NADER – Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e - SÔNIA GUARAJARA – Representante da Entidade Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB). Autoria: Senador Luiz Henrique. Usam da palavra os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, Paulo Rocha, Flexa Ribeiro. A Senadora Vanessa Grazziotin subscreve o requerimento. Resultado: Aprovado com aditamento para inclusão da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA nas comissões relacionadas e, entre os convidados, o Diretor-Presidente do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) e Museu Paraense Emílio Goeldi e com as propostas apresentadas pelo Senador Jorge Viana. ITEM 4) **REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR N° 5**, de 2015. Requer nos termos do Art. 73 e 76 §1º, do Regimento Interno do Senado Federal, a reativação da Subcomissão Temporária destinada a acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no âmbito desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Sugerimos como membros da subcomissão cinco Senadores titulares e cinco suplentes. O prazo desta Subcomissão será o normatizado pelo Art. 76, inc. I, do Regimento Interno do Senado Federal. Autoria: Senador Flexa Ribeiro. Resultado: Aprovado. São retirados de pauta, a pedido da relatora, Senadora Vanessa Grazziotin, os itens 5, 7, 9. É retirado de pauta, a pedido do relator, Senador Eduardo Amorim, o item 8. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quatro minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador Otto Alencar, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Declaro aberta a 2ª Reunião, extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata da reunião anterior.

Vou aqui fazer os comunicados aos Srs. Senadores.

Comunico que recebemos da Secretaria-Geral da Mesa em 5 de janeiro deste ano o Ofício “s” nº 13, de 2008, do Procurador-Geral do Estado de Rondônia sobre exploração ilegal de madeira em terras indígenas.

O Ofício 13, de 2008, já foi relatado nesta Comissão pelo Senador Pedro Taques e aprovado em 21/09/2011, resultando na apresentação dos requerimentos de informação nºs 91 e 92 ao Ministro da Justiça e à Ministra

do Meio Ambiente, respectivamente. Em análise ao processado, foi verificado que as informações solicitadas nos citados requerimentos já foram encaminhadas aos Senadores Rodrigo Rollemberg, então Presidente desta Comissão, e Pedro Taques, autor dos requerimentos, em janeiro e março de 2012, conforme ofícios anexados às fls. 225, 240 e 241. Fica disponibilizado o material aos membros da Comissão que manifestarem interesse e determino o arquivamento da matéria.

Informo que, por orientação da Secretaria-Geral da Mesa, os requerimentos apresentados nas Comissões na Legislatura anterior serão arquivados. Nesse sentido, peço a compreensão dos Srs. Senadores para a implementação da medida. Solicito, portanto, aos Senadores que apresentaram requerimentos que não foram atendidos na Legislatura passada que os reapresentem caso persista o interesse e a oportunidade.

Não serão arquivados os requerimentos de informação e de instrução de matérias.

Sobre o procedimento em relação aos requerimentos a serem apresentados na CMA.

Por uma questão de precaução e para evitar desentendimentos em face de surpresa de apresentação de requerimentos na hora da reunião, o Sr. Presidente da CMA que me antecedeu, nobre Senador Blairo Maggi, adotava o critério de ler os requerimentos em uma reunião e votar na reunião seguinte, para que não cause surpresa aos Srs. Senadores. Inclusive, dando conhecimento amplo de todos os requerimentos apresentados.

O procedimento que iremos adotar para a apreciação de requerimentos será o seguinte: só serão lidos e apreciados requerimentos previamente incluídos em pauta. Ou seja, incluídos em pauta e distribuídos para os Srs. Senadores. Não serão incluídos em pauta os requerimentos entregues na Secretaria da Comissão após o fechamento e encaminhamento da pauta.

Os requerimentos serão numerados e disponibilizados na página do Senado Federal assim que recebidos na Comissão. Constando da pauta, a leitura e a votação poderão ser feitas no mesmo dia, desde que esteja presente pelo menos um dos autores.

Requerimentos entregues após o prazo serão pautados posteriormente, nos termos do art. 48, VI, combinado com o art. 89, I. Não serão incluídos requerimentos extrapauta.

Creio que desta forma atendemos ao objetivo de evitarmos requerimentos de conteúdo desconhecido dos Srs. Senadores membros e das lideranças partidárias. Por outro lado evitamos também que um requerimento tenha seu atendimento muito distante no tempo do fato que o motivou.

Aproveito para informar que, além dos requerimentos incluídos nesta pauta, foram recebidos os Requerimentos 6, 7 e 8, de autoria do nobre Senador Ataídes Oliveira. Os requerimentos já foram disponibilizados na página do Senado Federal e serão pautados oportunamente.

Comunico, ainda, que as propostas de fiscalização e controle lidas na reunião anterior, de autoria dos Senadores Roberto Rocha, aqui presente, e Tasso Jereissati, já foram distribuídas e encontram-se no gabinete dos Relatores, respectivamente, Senador Paulo Rocha e Senadora Sandra Braga.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Pela ordem.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Sr. Presidente, eu sou membro titular desta Comissão e também da Comissão de Assuntos Econômicos, que acabou de iniciar uma reunião que, inclusive, vai eleger o Presidente. Eu ainda não consigo estar em dois lugares ao mesmo tempo. Eu queria saber de V. Ex^a se teria como compatibilizar isso, para que nós tenhamos um horário de reunião diferente do da CAE, começando aqui às 11h30, como está no Regimento, ou mais cedo, para que quem está nas duas Comissões possa participar e cumprir sua responsabilidade em ambas.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Senador Reguffe, se os Senadores concordarem, nós podemos começar às 9 horas, sem nenhum problema, basta que... Eu não sei da disponibilidade dos Senadores para chegar aqui mais cedo. Eu estarei aqui sempre no horário que for estabelecido. Se concordarem, não vejo nenhuma dificuldade. Seria às 9 horas ou às 11h30.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Pela ordem, Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – A colocação que o Senador Reguffe fez eu vejo como de bom alvitre, porque nós tivemos diversos problemas na legislatura anterior pelo fato de a CAE e a CMA se reunirem no mesmo horário, porque nunca tínhamos quórum. Então, iniciar às 9 horas eu vejo como uma boa opção para a nossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Eu vou colocar...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Dando sequência – só mais um segundo, Sr. Presidente ...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Pois não.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – ... V. Exª disse que vai seguir um critério que o ex-Presidente, Senador Blairo...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Nós modificamos o critério dele.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Da leitura dos requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Exato. Nós modificamos e vamos pautar de acordo com o encaminhamento de cada requerimento. Ele recebia o requerimento e pautava para a próxima...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Lia...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Lia e pautava para a próxima...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – V. Exª não vai usar o mesmo expediente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Poderemos pautar ou não. Podemos ler e...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – E pautar na mesma reunião.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Desde que esteja pautado. Agora, a pauta será colocada pela Presidência de acordo com o encaminhamento dos requerimentos.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Peço a V. Exª, se possível, então, extrapauta, colocar esses nossos Requerimentos nºs 6, 7, 8...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Vamos analisar e comunicar a V. Exª.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Nesta reunião? *(Pausa.)*

Podemos colocar extrapauta?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Não. Extrapauta, não. Vai ser pautado para a próxima reunião ou não.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Mas eu gostaria de...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Eu comunico a V. Exª.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Mas dá para ser decidido neste momento se será colocado...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Não. Neste momento, não; mas informo V. Exª.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – O.k. Mas não será necessário mais fazer leitura para depois colocar em pauta?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Faz a leitura e, depois... Os requerimentos serão encaminhados. Vamos fazer a leitura e colocar... *(Pausa.)*

Pode ser lido e votado na mesma reunião? Não. Não ouviu quando eu li aqui? Quer que eu leia outra vez?

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Sim, mas houve uma dúvida...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Vou ler de novo...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Por favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – O procedimento que iremos adotar para apreciação de requerimentos será o seguinte: só serão lidos e apreciados requerimentos previamente incluídos na pauta. Não serão incluídos em pauta os requerimentos entregues na Secretaria da Comissão após o fechamento e o encaminhamento da pauta.

Os requerimentos serão numerados e disponibilizados na página do Senado Federal assim que recebidos na Comissão. Constando da pauta, a leitura e a votação poderão ser feitas no mesmo dia, desde que esteja presente pelo menos um dos autores do requerimento.

Então, não vai haver dificuldade nenhuma em colocar o requerimento...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – ...de V. Exª, de acordo com o que lemos aqui, e nem de nenhum dos Srs. Senadores.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Espero que, na próxima reunião, eles estejam, então, em pauta.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Não haverá nenhuma dificuldade, até porque é um direito regimental do Senador. Vamos colocar, sem nenhuma dúvida.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Senador, primeiro, quero para parabenizar por essa iniciativa de tomarmos conhecimento antes para que possamos agilizar e votar na mesma reunião.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Seria como um avulso de...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Acho que isso contribui para que possamos colaborar e agilizar os processos na Comissão. Segundo, dizer que sou partidário da ideia de que possamos fazer a reunião da Comissão neste dia, às 9 horas.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Vou colocar em votação. Temos a maioria dos Senadores presentes.

Os Srs. Senadores que concordam com abertura às 9 horas permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*
Aprovada.

Então, teremos as reuniões às 9 horas das terças-feiras regularmente.

Prometo que estarei aqui no horário regimental.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Pela ordem.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu também, como o Senador Donizeti, e com todo respeito ao Senador Ataídes, que é nosso Vice-Presidente, lembro que esta Comissão tem múltiplas tarefas...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Exatamente.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – ... meio ambiente, fiscalização e controle e defesa do consumidor.

Temos, independentemente de qualquer coisa, uma pauta acumulada de muitos projetos a serem apreciados. Imaginem, uma comissão de fiscalização e controle a quantidade de requerimentos que aprecia. Defesa do consumidor também não é diferente, além da questão ambiental, que é algo sempre prioritário.

Então, penso muito pertinente o encaminhamento da Presidência em relação à solicitação do Senador Ataídes. Não precisamos nos precipitar, atropelar nada, porque todos os requerimentos serão apreciados, mas o ideal mesmo é que se crie um regramento, como V. Ex^a está propondo, e possamos aperfeiçoá-lo, no sentido de dar conhecimento prévio, porque quem é da oposição vai poder fazer o seu trabalho e nós, que somos da Base, do projeto que governa o Brasil hoje, também vamos ter tempo prévio de fazer o contraponto, as propostas, e, certamente, o Plenário da Comissão apreciará.

Participei de algumas outras reuniões. Vi presidentes que inverteram, começaram a fazer sorteio de relatorias. Acho que não precisamos entrar neste caminho. Podemos confiar na Presidência, confiar na lucidez do Plenário, que vai saber tratar um contraditório, para que possamos realmente produzir na Comissão, sem queimar nenhuma das etapas.

Então, o Senador Ataídes certamente vai poder já hoje protocolar os seus requerimentos. Vamos tomar conhecimento deles. Vão entrar na pauta. Nossas assessorias vão poder apreciar; como V. Ex^a inclusive propôs, vão poder apreciar.

Em relação àqueles requerimentos em que estamos de acordo, vamos estar juntos, votando, seja com os Senadores da oposição ou não; e, em relação àqueles em que temos divergência, vamos ter o tempo necessário para estabelecer o contraditório.

Então, parabênizo V. Ex^a.

Penso que o ideal, nesta Comissão que tem tantas atribuições, mais do que outras, o certo mesmo seja essa cautela, essa precaução, já que V. Ex^a, que merece todos os nossos elogios, está propondo que a Comissão funcione dessa maneira.

Associo-me ao encaminhamento de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Pois não, Senador.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Pela ordem, Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Conforme conversamos aqui, V. Ex^a deixou muito claro e até repetiu o procedimento que vai adotar à frente da Presidência desta Comissão, no sentido de que, no momento adequado, vai pautar, então, nossos requerimentos.

Mas me causa surpresa o nobre Senador Jorge Viana já chamar a atenção da Presidência desta Comissão com relação aos nossos requerimentos. Surpreende-me muito! Ele está sob a responsabilidade e a batuta de V. Ex^a, que, no momento certo, colocará em votação.

Sabemos que, nesta Comissão – eu, inclusive, fui titular dela na legislatura passada –, há muito o que fazer, mas dá para atender a todos os requerimentos. Só me causou estranheza.

Tenho certeza de que V. Ex^a vai seguir a sua forma de administrar e de tocar esta reunião. Não me preocupo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Senador Ataídes Oliveira, o Senador Jorge Viana colocou como forma de informação, de cautela, de conhecimento dos requerimentos que estão tramitando. São vários os requerimentos que temos aqui. Inclusive, vou ler uma série deles.

Tive a preocupação de conhecer todos os que estão tramitando aqui, na Comissão, e fazer a distribuição de acordo com o peso de cada bloco parlamentar, para que todos pudessem ter o direito de relatá-los. Nós temos uma série de requerimentos que estão aqui, na Comissão, e que serão lidos para apreciação dos Srs. Senadores.

Não vejo a posição do Senador Jorge Viana como extrarregimental. Assim como V. Ex^a está com ansiedade de votar seus requerimentos, deve haver outros Senadores com a mesma vontade de votar os próprios requerimentos. Isso é natural no Parlamento.

Vou começar a ler a pauta. Começo com o Requerimento da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle nº 2, de 2015.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 2, DE 2015

– Não terminativo –

Requer, nos termos do art. 102-A, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a solicitação ao Tribunal de Contas da União, que seja realizada uma auditoria para verificar a qualidade dos serviços de telefonia móvel, prestados no Brasil. Deverão ser auditadas todas as operadoras que atuam no País, notadamente Vivo, Tim, Oi, Claro e outras, tomando, necessariamente, por amostra, o serviço prestado no Estado da Bahia.

Autoria: Senador Otto Alencar

Esse requerimento é de minha autoria.

Em função do que tem acontecido permanentemente no meu Estado e, acredito, no Brasil, permanentes falhas das telefônicas, que não dão absolutamente nenhuma satisfação aos usuários, até porque quem fiscaliza é a Anatel, aqui, em Brasília – os Estados não têm nenhuma condição de exercer fiscalização sobre isso –, então, estou encaminhando esse requerimento, para que o Tribunal de Contas da União, já que se trata de concessão, possa fazer uma auditoria nas telefônicas, em todas elas, que prestam serviços no Brasil.

Essa é uma proposição.

Os Srs. Senadores que aprovam esse requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 3, DE 2015

– Não terminativo –

Requer, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, por esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para discutir a questão da Biodiversidade: Crise e Perspectivas. O evento será realizado no dia 19 de março, às 9h, na sala desta comissão. À oportunidade, apresento sugestões no sentido de que sejam convidados para participarem da presente audiência pública: - Sra. Izabella Teixeira, Ministra do Meio Ambiente, - Sr. Antônio César Bochenek, Presidente da AJUFE, - Sr. Marcus Vinícius Furtado Coêlho, Presidente OAB Conselho Federal, - Sr. José Antônio Marcondes de Carvalho, Chefe da Subcretaria-geral de Meio Ambiente, energia, ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores, - Sr. Antônio Herman Benjamin, Ministro do STJ, - Secretário de Meio Ambiente do Amazonas (bioma da Amazônia), - Secretário de Meio Ambiente do São Paulo (bioma da Mata Atlântica), - Secretário de Meio Ambiente do Distrito Federal (bioma do Cerrado), - Secretário de Meio Ambiente do Bahia (Bioma da Caatinga), - Secretário de Meio Ambiente do Mato Grosso (Bioma do Pantanal), - Secretário de Meio Ambiente do Rio de Janeiro (Bioma Litorâneo), - Sr. George Greene (Canadá), - Sr. Jonathan Hughes (Reino Unido), - Sr. Malik Amin Aslam Khan (Conselheiro Sênior sobre Política do Clima, PNUD, Paquistão), - Sr. Mohammad Shahbaz (Pesquisador-Chefe, Rede Inter-Islâmica de Desenvolvimento e Manejo da Água, Jordânia), - Sra. Marina von Weissenberg (Conselheira do Ministério do Ambiente, Finlândia) e - Sr. Spencer Thomas (Embaixador para Tratados e Convenções Ambientais, Granada).

Autoria: Senador Otto Alencar

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente, dada a quantidade de convidados, acho que seria interessante nós dividirmos essa audiência pública em várias, até porque eu tenho aqui também algumas demandas de pessoas que poderiam ser convidadas a contribuir com esse debate: um representante da Via Campesina – Movimento dos Pequenos Agricultores, Marciano Toledo; um representante do Conselho Nacional das Populações Extrativistas, Joaquim Belo; da Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, Cláudia de Pinho; da Articulação Nacional de Agroecologia, André Dallagnol; o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias; o Secretário-Geral da Presidência, Miguel Rossetto; um representante do Consea, Maria Emília Pacheco; um representante da Funai, Flávio Azevedo; um representante do Instituto Socioambiental, Maurício Guetta; e um representante do Ministério Público Federal, Drª Deborah Duprat.

Eu vou mandar esse requerimento por escrito. Se nós pudéssemos aproveitar todos esses debatedores em mais de uma audiência pública, já que o tema é palpitante, é complexo, seria muito proveitoso.

Essa é a minha sugestão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Senador Humberto Costa, nós já temos aqui, no item nº 3, um requerimento dessa natureza. Poderemos acrescentar, aduzir a isso o que V. Exª pede.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Eu iria ler o item nº 3 depois deste.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Trata-se de uma solicitação do Ministro Antonio Herman Benjamin, que veio ao meio gabinete solicitar essa reunião, já que essas pessoas de outros países estão aqui em Brasília nessa data. Nós vamos fazer dessa maneira em função disto: da presença dessas pessoas aqui em Brasília.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Pois não.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – V. Exª agora estava esclarecendo algo. Nós estamos no item nº 2 da pauta, certo?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Certo.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Esse item nº 2...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Agora vem o item nº 3, que contempla mais ou menos o que o Senador Humberto sugeriu. Vamos acrescentar o que ele pede.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – No fundo, são as mesmas coisas. Eu, por exemplo, estou protocolando um requerimento de audiência pública. Estou protocolando hoje, pois certamente, no novo rito que V. Exª apresenta, deve ser apreciado.

O item 2 e o item 3 têm o mesmo propósito: fazer o debate sobre projeto de biodiversidade que está tramitando na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Exatamente. De que V. Exª é o Relator.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Bem, já fico honrado de estar sendo comunicado. Para mim, é uma honra e uma satisfação.

Esse projeto está tramitando em cinco Comissões da Casa: Comissão de Assuntos Econômicos, Comissão de Constituição e Justiça, Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Comissão de Ciência e Tecnologia, além da CMA.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Exatamente.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Então, são cinco Comissões. A informação da assessoria é de que acabaram de aprovar, na Comissão de Ciência e Tecnologia, requerimento de audiência pública conjunta, de autoria do Senador Luiz Henrique. Obviamente, eu me associo a esse propósito, mas o Líder, Senador Humberto Costa, tem toda razão. Faço uma sugestão a V. Exª e a todos nós que estamos com o mesmo propósito de colaborar para a realização dessas audiências públicas. Existe a proposta de um evento que, inclusive, o Ministro Herman Benjamin está ajudando a organizar e que penso que é complementar ao trabalho das audiências públicas. De alguma forma, deveríamos colaborar para que aconteça o evento que o Ministro e representantes de outras instituições procuram organizar, e acho que isso diz muito respeito à Comissão, que é o item 2. V. Exª se propôs inclusive a ajudar na realização desse evento.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Exatamente.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Isso é algo de que podemos tratar e que podemos encaminhar.

Com relação ao item 3, eu acho que cabe muito a V. Exª nos ouvir, ver que requerimentos existem, entrar em contato com os presidentes das outras Comissões e organizar essas audiências públicas, que, certamente, não podem ser feitas num único dia. Teremos que fazer, talvez, duas ou três audiências públicas conjuntas. Esta é a minha sugestão: duas ou três audiências públicas conjuntas para que os representantes da sociedade possam participar. Essa seria a minha contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Também com a presença dos relatores das outras Comissões.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Exatamente. Conjuntas, com representantes das cinco Comissões. Mas penso que vamos ter no mínimo duas, e acho que o ideal é que sejam três audiências públicas conjuntas para tratar exclusivamente do projeto que tramita aqui.

O outro evento é anterior, agora, ainda neste mês, organizado certamente pela Presidência de V. Exª e com a colaboração do Ministro Herman Benjamin, que será da maior importância, porque grandes especialistas internacionais estarão no Brasil nesse período.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Exatamente. Então, vou colocar em votação o requerimento, item nº 2.

Os Srs. Senadores têm alguma observação a fazer?

(Pausa.)

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Vamos, agora, ao item 3 da pauta.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 4, DE 2015

– Não terminativo –

Requer, com amparo nos artigos 90, inciso II, e 93, inciso I, a realização de Audiência Pública, conjunta entre as Comissões Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização Controle – CMA, e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT e se possível, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, de Assuntos Econômicos – CAE, caso tenham sido essas instaladas em tempo hábil, estando a matéria em regime de urgência constitucional, para a instrução do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2015, que “Regulamenta o inciso II do §1º e o §4º do art. 225 da Constituição Federal, o Artigo 1, a alínea j do Artigo 8, a alínea c do Artigo 10, o Artigo 15 e os §§ 3º e 4º do Artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto no 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; e dá outras providências”, e tramita em regime em regime de urgência constitucional com suporte no artigo 64, §1º da Constituição Federal, combinado com o artigo 375 do Regimento Interno do Senado Federal, em data oportuna a ser agendada em acordo com as demais Comissões Permanentes, e observada a relação de expositores adiante exposta, sem prejuízo da inclusão de outros convidados que porventura venham a ser aprovados posteriormente. - IZABELLA TEIXEIRA – Ministra de Estado do Meio Ambiente (MMA), - KÁTIA ABREU – Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, - ROBSON BRAGA DE ANDRADE – Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), - JOÃO MARTINS – Presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), - HELENA NADER – Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e - SÔNIA GUAJAJARA – Representante da Entidade Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB).

Autoria: Senador Luiz Henrique.

Concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, eu gostaria de – já conversei com os assessores do Senador Luiz Henrique – solicitar a oportunidade de subcrever este requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Pois não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... em decorrência da não presença do Senador Luiz Henrique.

Encaminhei à Mesa também um requerimento que trata do mesmo teor: realização de uma audiência pública – que não deverá ser uma, mas várias, em decorrência da quantidade de pessoas que estão sendo convidadas – para debater o projeto de lei que trata do acesso a...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Audiência pública nós vamos...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Exatamente. Do meu requerimento, Sr. Presidente, a única diferença para o requerimento do Senador Luiz Henrique é que eu peço para convidar também o diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Porque para debater biodiversidade, essa lei de acesso à biodiversidade, é muito importante que tenhamos um representante da região. Temos aqui o Senador Paulo Rocha. Talvez possamos colocar os dois institutos, INPA e Museu Goeldi, e

dividir. Seriam várias audiências, cada um ficaria numa audiência separada. Então, um representante, o diretor presidente do INPA e do Museu Goeldi.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Determino ao Secretário da Mesa, Raimundo, que acolha esses nomes para apresentar, para fazer a adição no requerimento.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Pois não, pela ordem.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu fico, primeiramente, muito lisonjeado e agrado pelo decido pela indicação de V. Ex^a. Espero poder colaborar com os colegas na relatoria dessa importantíssima matéria para o nosso País.

A matéria, como já foi exposto por V. Ex^a, eu trouxe informações, está tramitando em cinco Comissões e está em regime de urgência. A matéria tranca a pauta do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Eu sei disso.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Ou seja, o tempo regimental que temos é muito curto e, na condição de indicado de V. Ex^a para a relatoria, eu queria fazer uma proposta aqui, com a compreensão do Plenário – porque aí é uma situação diferente. Nós temos uma matéria em regime de urgência, o tempo é muito curto, é uma matéria do maior interesse, de interesse suprapartidário, de interesse do País e há um conjunto grande de sugestões e de requerimentos que estão chegando à Mesa. Então, na condição de indicado de V. Ex^a para Relator, a sugestão que eu faria é que a Presidência recolhesse todas as sugestões que temos de participação de pessoas nas audiências públicas ou instituições, todos os requerimentos e, em acordo com os relatores e os presidentes das outras Comissões, pudesse montar – levando o propósito de acolher as indicações dos colegas – um conjunto de audiências públicas. Teremos que escolher uma semana e fazer três audiências públicas numa única semana – obviamente, em dias diferentes, extrapauta – para podermos dar sentido a essas colaborações que estão vindo, como as do Senador Paulo Rocha e da própria Senadora Vanessa.

Só há uma maneira de resolver essa situação: confiarmos os requerimentos todos à Presidência, e a Presidência, em comum acordo com os outros presidentes e relatores, fazer o calendário e definir que instituições vão participar de cada audiência, para que o debate, dentro do plenário, que é fundamental, também possa ocorrer tão logo ocorram as audiências públicas.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Senador Paulo.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Presidente, parece que, com as sugestões que estão vindo, acaba-se dando a ideia de que é muita gente, mas são muito importantes essas sugestões, principalmente advindas – chamo a atenção dos outros pares aqui – dos biomas do Pantanal, do Cerrado e da Amazônia.

Esse é um debate muito importante, e, na minha visão, esta Comissão vai cumprir o papel de corrigir o projeto que veio da Câmara dos Deputados, que tem uma visão que eu diria elitista, que não leva em consideração essas questões mais populares, mais da organização do próprio povo, das organizações que têm muito a contribuir pelas experiências nos biomas das nossas regiões. Há uma que trata de tecnologia, mas que envolve também a nossa soberania, a nacionalidade do País. Só para dar um exemplo, na nossa região, a Região Amazônica, mais precisamente no sudeste do Pará, há uma planta chamada jaborandi, uma planta rasteira, que é fundamental e que já foi absorvida, inclusive, por um laboratório chamado Merck, que é da Alemanha. Eles exploram – inclusive, há a pirataria – esse jaborandi, que é um grande remédio para o glaucoma etc.

Os nossos institutos têm experiência para ajudar a enriquecer e para contribuir, a fim de que saia daqui, realmente, uma legislação fundamentada nessas experiências, assegurando a nossa soberania e os valores da nossa biodiversidade. A presença, por exemplo, do Instituto Emílio Goeldi e do INPA, do Amazonas, é fundamental, porque são instituições que vivem o dia a dia dessa riqueza das nossas regiões.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Eu vou determinar ao Secretário que inclua esses nomes todos já nesse requerimento – no original, todos os nomes no original.

Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, Senador Otto Alencar; Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, nós acabamos de aprovar, na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), um requerimento de audiência pública para discutir o PL nº 2, da Câmara Federal, que trata exatamente da questão que nós estamos discutindo aqui.

Não há dúvida de que a Amazônia tem de estar incluída nessa discussão, até porque existe uma pirataria muito grande dos princípios ativos da biodiversidade da nossa região, que é a maior do mundo.

Já que as duas Comissões estão discutindo o mesmo tema, sugeriria que nós pudéssemos fazer a audiência em conjunto. Nós ganharíamos...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Já foi proposto aqui pelo Senador Jorge Viana. Nós vamos fazer em conjunto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu estava na CCT, depois fui à CAE e voltei aqui.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Isso já foi proposto e será feito.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Ótimo, então.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Vou procurar os Presidentes das Comissões e os relatores para agilizar as audiências públicas, porque é uma coisa que tem de se apreciar com acuidade, mas que está tramitando em regime de urgência e tranca a pauta aqui do Senado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu mandei buscar a pauta da CCT, para verificar se já não foi lá proposta em conjunto a audiência.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Em votação o Requerimento nº 3.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, com as modificações propostas pela Senadora Vanessa e pelo Senador Jorge Viana.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 5, DE 2015

– Não terminativo –

Requer, nos termos dos arts. 73 e 76, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal, a reatificação da Subcomissão Temporária destinada a acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no âmbito desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Sugerimos como membros da subcomissão cinco Senadores titulares e cinco Senadores suplentes. O prazo desta Subcomissão será o normatizado pelo art. 76, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passamos ao item 5 da pauta. *(Pausa.)*

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, se V. Exª me permite, eu relato...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Pois não, Senadora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Estou relatando quatro itens da pauta, os itens 5, 7, 8 e 9. Acho que são esses, não é? *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) –

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu gostaria, Sr. Presidente, de contar com a compreensão de V. Exª e dos meus pares. É que, como as agendas do Senado, os horários de reuniões e tudo mais não estavam bem acertados, marcaram para hoje uma audiência no Tribunal de Contas, e não tenho como faltar. Eu gostaria enormemente de relatar essas matérias.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Pois não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Poderíamos deixar para a próxima reunião?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Será atendida a solicitação de V. Exª, Senadora. (São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 5

AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 7, DE 2014

– Não terminativo –

Encaminha cópia do Acórdão nº 1662/2014 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente ao relatório de acompanhamento realizado em cumprimento ao subitem 9.14 do Acórdão 2.596/2013 - TCU - Plenário, cujo objetivo foi auferir o nível de aderência da Matriz de Responsabilidades, publicada pela Autoridade Pública Olímpica, à

Lei 12.396/2011, e identificar riscos à realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 (TC 004.185/2014-5).

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Pelo arquivamento

Observações:

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 505, DE 2013

– Não terminativo –

Cria a Tarifa Social de Água e Esgoto e dá outras Providências.

Autoria: Senador Eduardo Braga

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

-Posteriormente, a matéria será apreciada pela CAE.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 525, DE 2013

– Não terminativo –

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para vedar que o prestador de serviço e o profissional de saúde contratado, credenciado ou cooperado de uma operadora de plano ou seguro privado de assistência à saúde utilize agenda diferenciada para a marcação de consultas, exames e procedimentos ou pratique qualquer discriminação ou diferenciação de prazo de marcação entre o paciente coberto por plano ou seguro e aquele custeado por recursos próprios.

Autoria: Senador Pedro Taques

Relatoria: Senador Eduardo Amorim

Relatório: Pela aprovação

Observações:

- Posteriormente, a matéria será apreciada pela CAS.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, DE 2014

– Não terminativo –

Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre a fabricação de automóveis elétricos ou híbridos a etanol e dá outras providências.

Autoria: Senador Eduardo Braga

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Pela aprovação

Observações:

-Posteriormente, a matéria será apreciada pela CAE.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 544, DE 2011

– Terminativo –

Dispõe sobre o dever de informar nos contratos de intercâmbio de estudo ou trabalho.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatoria: Senador Luiz Henrique

Relatório: Pela aprovação na forma da emenda nº 1-CCJ/CE (substitutivo)

Observações:

– Matéria apreciada pela CCJ, com parecer pela aprovação do projeto nos termos da emenda nº 1-CCJ (substitutivo), e pela CE, com parecer pela aprovação do projeto nos termos da emenda aprovada na CCJ.

– Aprovado o substitutivo, a matéria será submetida a turno suplementar, nos termos do art. 282 do RISF.

ITEM 12
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 191, DE 2013
– Terminativo –

Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de sistemas de aproveitamento de água da chuva na construção de prédios públicos bem como sobre a utilização de telhados ambientalmente corretos.

Autoria: Senador Wilder Moraes

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Pela aprovação com a emenda nº 1-CI e duas emendas que apresenta

Observações:

– *Matéria apreciada pela CI, com parecer pela aprovação do projeto com a emenda nº 1-CI.*

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Só ficou o item 10, cujo Relator é o Senador Aloysio Nunes, que trata da Lei Geral de Telecomunicações. Como S. Exª não está presente, nós vamos retirar também o item 10 da pauta.

Vamos encerrar a reunião, porque não há outra matéria a ser analisada.

Declaro encerrada a reunião.

ATA DA 1ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 03 DE MARÇO DE 2015, TERÇA-FEIRA, ÀS 11:15 HORAS, NA SALA Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e vinte e nove minutos do dia três de março de dois mil e quinze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senadora (Maria do Carmo Alves), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assinam o livro de presença os seguintes Senhores Senadores e Senadoras: Dário Berger, Hélio José, Paulo Paim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Fátima Bezerra, Donizeti Nogueira, Angela Portela, Lasier Martins, Humberto Costa, Maria do Carmo Alves, João Capiberibe, Rondolfe Rodrigues, Magno Malta, Vicentinho Alves e os não membros Senadores Telmário Mota e Romário. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte pauta: Item único – Eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para o biênio 2015/2016. A Senhora Presidenta faz encaminhamento para que a eleição ocorra por aclamação. A Senhora presidenta consulta aos Senadores presentes se concordam com o encaminhamento, que é acatado por unanimidade. A Senhora Presidenta anuncia que é eleito, por unanimidade, para Presidente o Senador Paulo Paim. Não se apresentou candidato para a Vice-Presidência. Às onze horas e trinta e dois minutos a Senhora Presidenta passa a presidência para o Senador Paulo Paim. O Senhor Presidente eleito Senador Paulo Paim faz suas considerações iniciais e franqueia a palavra para os Senhores Senadores e Senadoras. O Senhor Presidente franqueia a palavra para as seguintes pessoas presentes no plenário: Diego Monteiro Cherulli, Federação dos Aposentados, Pensionistas e idosos do DF; João Florêncio Pimenta, Federação dos Aposentados, Pensionistas e Idos do DF; Samuel Domiciano Pereira, Assessoria Parlamentar do Ministério Público do Trabalho; Raimundo Ferreira dos Santos, Sindipisca Iranduba-AM; Pedro Hamilton Prado Brasil, Presidente do Sindpesca de Manaus-AM e Diretor estadual da CUT-AM; Raimundo S Sudre, Presidente do Sindpesca Manacapuru-AM; Artur Antônio, Assessor Parlamentar da Sepir; Lucas Goés, Assessor Parlamentar da SDH/PR; Carlos Alberto Schmitt de Azevedo, Presidente da CNPL; Gilberto Gomes da S. Júnior, Assessoria Parlamentar do TCU. O Senhor Presidente recebe do Senhor Raimundo de S. Sudre, Presidente do Sindpesca Manacapuru, ofício Of. N-005/2015, do Sindicato dos Pescadores e Pescadoras artesanais da Cidade de Manaus-AM/Sindpaman-AM. O Senhor Presidente propõe uma segunda parte da reunião, com a inclusão extrapauta de alguns requerimentos, que é aprovado. 2ª Parte. Delibera Extrapauta. Às doze horas e trinta e quatro minutos o Senhor Presidente passa a Presidência para o Senador Randolfe Rodrigues. O Senhor Presidente eventual Randolfe Rodrigues coloca em votação os requerimentos. Item 01. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 1, de 2015. **Autoria:** Senador Paulo Paim e outros. Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater a Medida Provisória nº 664, que altera as Leis 8.213/91 (Regime Geral da Previdência Social) e 8.112/90 (Regime Próprio Servidores Públicos), no que diz respeito à aposentadoria, pensão, auxílio doença, vínculo conjugal, etc. e a Medida Provisória nº 665/2014, que altera a Lei 7.998/90 (que institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador) e a Lei 10.779/2003 (que dispõe sobre o seguro desemprego para o pescador artesanal), modificando os

direitos trabalhistas já conquistados, como seguro desemprego, abono salarial, seguro defeso para o pescador, etc., para tanto, sugiro que sejam convidados: 1. Ministro Miguel Rossetto, Secretaria Geral da Presidência da República; 2. Ministro Carlos Eduardo Gabas, Ministério da Previdência Social; 3. Ministro Manoel Dias, Ministério do Trabalho e Emprego; 4. Vagner Freitas, Presidente da CUT; 5. Miguel Torres, Presidente da Força Sindical; 6. Ricardo Patah, Presidente da UGT; 7. Adilson Araújo, Presidente da CTB; 8. José Calixto Ramos, Presidente da Nova Central Sindical – NCST; 9. Ubiraci Dantas de Oliveira, Presidente da CGTB; 10. Antonio Fernandes dos Santos Neto, Presidente da CSB; 11. Representante da Conlutas; 12. Ibaneis Rocha, Presidente da OAB/DF; 13. Representante do Ministério Público do Trabalho; 14. Representante da COBAP; 15. Representante do MO-SAP; 16. Representante da ANFIP; 17. Representante da ANAMATRA; 18. Daro Marcos Piffer, Presidente do SINAL; 19. Manoel Isidro dos Santos Neto, Presidente da FENAFISCO. Resultado: Aprovado. Item 2. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 2, de 2015. **Autoria:** Senador Paulo Paim. Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater a situação dos caminhoneiros no país. Resultado: Aprovado. Item 3. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 3, de 2015. **Autoria:** Senador Paulo Paim. Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater as alterações propostas pelas Medidas Provisórias nº 664 e 665 de 2014, para tanto sugiro que sejam convidados: 1. Zenaide Honório, Presidente do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE); 2. Carlos Alberto Schmitt de Azevedo, Presidente da Confederação Nacional das Profissões Liberais (CNPL); 3. Celso Napolitano, Presidente do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP); e 4. Marcus Vinicius Furtado Coêlho, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/Nacional). Resultado: Aprovado. Item 4. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 5, de 2015. **Autoria:** Senador Paulo Paim. Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater os encaminhamentos legais após a tragédia da Boate Kiss. Resultado: Aprovado. Item 5. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 6, de 2015. **Autoria:** Senador Paulo Paim e outros. Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater a situação de descaso nos sistemas públicos e privados de saúde. Resultado: Aprovado. Item 6. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 7, de 2015. **Autoria:** Senador Paulo Paim e outros. Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater o direito de greve. Resultado: Aprovado. Item 7. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 8, de 2015. **Autoria:** Senador Paulo Paim. Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater desemprego. Resultado: Aprovado. Item 8. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 9, de 2015. **Autoria:** Senador Paulo Paim. Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), no ambiente de trabalho. Resultado: Aprovado. Item 9. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 10, de 2015. **Autoria:** Senador Paulo Paim. Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater o Estatuto do Motorista. Resultado: Aprovado. Item 10. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 11, de 2015. **Autoria:** Senador Paulo Paim. Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater alternativa para os feriados nacionais. Resultado: Aprovado. Item 11. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 12, de 2015. **Autoria:** Senador Paulo Paim e outros. Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater a situação do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e suas novas regras. Resultado: Aprovado. Item 12. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 13, de 2015. **Autoria:** Senador Paulo Paim. Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater a instituição para reparação de danos dos caminhões. Resultado: Aprovado. Item 13. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 14, de 2015. **Autoria:** Senador Paulo Paim. Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater a liberdade e a autonomia sindical. Resultado: Aprovado. Item 14. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 15, de 2015. **Autoria:** Senador Paulo Paim. Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater a mobilidade urbana, acessibilidade e a importância do uso das bicicletas no transporte urbano. Resultado: Aprovado. Item 15. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 16, de 2015. **Autoria:** Senador Paulo Paim. Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater a rotatividade no emprego. Resultado: Aprovado. Item 16. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 17, de 2015. **Autoria:** Senador Paulo Paim. Requer a

realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater a terceirização. Resultado: Aprovado. Item 17. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 18, de 2015. **Autoria:** Senador João Capiberibe. Requeiro nos termos do art. 73, do Regimento Interno do Senado Federal, a substituição da Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça, pela Subcomissão Permanente de Justiça de Transição, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Resultado: Aprovado.

Item 18. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 19, de 2015. **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. Requeremos, nos termos do artigo 222, do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Censura ao Deputado Federal Roberto Góes, pela agressão que cometeu contra a Deputada Federal Janete Capiberibe, no dia 26 de fevereiro de 2015, no Plenário da Câmara dos Deputados. Resultado: Aprovado. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Maria do Carmo Alves, Paulo Paim, Telmário Mota, Angela Portela, Regina Souza, Hélio José, Lasier Martins, Randolfe Rodrigues, Paulo Rocha, Donizeti Nogueira, Fátima Bezerra e João Capiberibe. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às treze horas e oito minutos, lavrando eu, Christiano de Oliveira Emery, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador Paulo Paim, Presidente.

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves. Bloco Oposição/DEM - SE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade a instalação dos trabalhos e eleição do Presidente desta Comissão para o biênio 2015/2016.

Foi registrada, até o presente momento, a seguinte chapa: Senador Paulo Paim para Presidente, e para Vice... Havendo a concordância de V. Ex^{as}, gostaria de propor que a eleição fosse por aclamação.

Coloco em votação a proposta de eleição por aclamação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada. *(Palmas.)*

Foi eleito por aclamação o Presidente, Senador Paulo Paim. E, para Vice-Presidente, posteriormente elegeremos o...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Se me permite, Senadora, só para contribuir com essa informação, parece-me, respeitando a proporcionalidade, que não houve acordo ainda sobre quem seria o Vice. Mas a informação que tenho é de que até a próxima reunião, que creio será na quinta-feira, já estará firmado esse acordo e, por aclamação, indicaremos também o Vice ou a Vice, naquela oportunidade.

A SRª PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves. Bloco Oposição/DEM - SE) – Correto.

Convido o Senador Paim para ocupar o seu lugar à mesa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senadora...

Quero cumprimentar a todos.

É sempre uma alegria enorme, para nós que somos todos militantes na área dos direitos humanos, voltar à atividade plena desta Comissão. Especialmente para mim, é uma satisfação ímpar, porque é a segunda vez que, durante o meu mandato de Senador, assumo a Presidência da Comissão de Direitos Humanos.

Eu falava, há poucos minutos, minha querida Senadora Maria do Carmo, que presidiu a abertura dos trabalhos e a votação da indicação do meu nome, e V. Ex^a também já havia falado, que na próxima quinta-feira vamos, mediante acordo de todos os líderes, por aclamação, indicar o Vice ou a Vice. Creio que não teremos grandes problemas.

Eu dizia para a imprensa e repito agora, nesta rápida introdução, que, para mim, é fundamental ouvir os Senadores e Senadoras nesta manhã de terça-feira, na Comissão, que deve ter sido uma das primeiras a ser eleita aqui, na Casa, para os próximos dois anos.

Direitos humanos, para mim, são a essência da vida. Estou falando isso como conceito, como quem tem essa visão. Esta Comissão de Direitos Humanos trata de tudo: trata do combate aos preconceitos, trata do combate à violência, trata da acessibilidade, trata das pessoas com deficiência. Ela olha com carinho, e tem que ser um carinho especial, para os índios, para os negros, para os idosos, para as crianças, para a própria divergência que há, absurda, salarial entre a mulher e o homem. É inacreditável que neste País, ainda, a mulher ganha praticamente a metade do salário que o homem ganha na mesma função.

Eu diria que aqui teremos um palco, espero eu, iluminado pela energia do universo. Que Deus ilumine a nós todos para que possamos aqui dar o melhor de cada um de nós, continuando, minha querida Angela Por-

tela, o belíssimo trabalho feito pela nossa ex-Presidente desta Comissão, que não está mais no Parlamento, a nossa querida Senadora Ana Rita, para quem solicito uma salva de palmas. (*Palmas.*)

Tive a alegria de trabalhar aqui com ela. Lembro-me de que, quando eu saía da Comissão e ela assumia, eles diziam para ela: “vais pegar um pepino, Ana Rita, de substituir o tal de Paim, esse que trabalha aqui dia e noite, tu vais te incomodar e tu não vais corresponder”. Ela mais do que correspondeu. Quem estava aqui sabe. Ela fez um trabalho belíssimo aqui, belíssimo. Não voltou para o Parlamento, mas o Espírito Santo ganhou uma grande líder, que vai continuar na militância.

É aquela frase que a gente usa sempre: o mestre só é bom mesmo quando ele diz que o aluno o superou. Não que eu seja um mestre, mas a Ana Rita, aqui, na sua atuação, superou qualquer expectativa, além das expectativas que poderíamos imaginar de um grande trabalho. Ela fez um belíssimo trabalho. E eu tenho certeza de que, nesses dois anos em que vamos aqui trabalhar juntos – espero eu que sejam anos e anos –, aqui, nesta Comissão, no exercício da Presidência e com o auxílio do Vice ou da Vice que vamos eleger, poderemos dar continuidade a esse trabalho, inclusive das subcomissões.

A Senadora Angela Portela coordenou a Subcomissão da Mulher, se não me engano, e eu participei de diversas audiências. Temos o direito de instalar subcomissões, dando-lhes todo o apoio. Eu faço questão de estar nas reuniões das subcomissões – claro que não presidindo, porque nós teremos os Presidentes das Subcomissões, mas no plenário, participando ativamente.

Eu quero ser rápido, pois quero ouvir mais vocês, queridos Senadores e Senadoras presentes. Todavia, houve um dado que me assustou muito. Eu recebi, ontem ou anteontem, o dado de que, no Brasil, no ano de 2012, 50 mil pessoas foram assassinadas. Olhem só: 50 mil pessoas assassinadas em um ano! Mas esse é um dado que não é só brasileiro. Se vocês olharem para outros países, verão o mesmo. O número de suicídios na Argentina e na própria Suécia é algo impressionante! Estou falando de suicídios já.

Estou com um probleminha na coluna, e o médico, ontem, me disse – e ele sabia que eu ia assumir hoje... Olhem a minha colocação: “Ele sabia que eu ia assumir...” Eu teria que dizer: “ele sabia que eu seria reeleito ou não no dia de hoje...” Mas ele disse: “Como eu sei que você vai assumir, tome esse dado e reflita sobre ele”. E diz ele que há praticamente um suicídio a cada 12 segundos no mundo!

A gente, vendo essa violência em nível internacional, queiramos ou não, com a situação que vi nos países árabes – e não quero entrar muito no detalhe neste momento ainda – onde crianças assassinam pessoas, onde 20, 30 são assassinados, como também o que aconteceu na França, onde 11 jornalistas foram assassinados, enfim, o nível em que está a violência merece que todos nós paremos para olhar essa situação no mundo e, naturalmente, aqui no Brasil.

Mas eu queria, de pronto, aqui, rapidamente, dizer muito obrigado ao Senador Hélio José, que está aqui conosco; muito obrigado à Senadora Regina Sousa, que está aqui conosco nesta reunião, que é só de eleição; muito obrigado à Senadora Angela Portela por estar aqui conosco; muito obrigado ao companheiro Donizeti Nogueira, cujo pronunciamento de lançamento eu acompanhei; muito obrigado à Senadora Maria do Carmo Alves, nossa querida Senadora, a mais jovem Senadora aqui... Porque, aqui, é o seguinte: a mais jovem é que abre os trabalhos! E ela disse: “sobrou para mim”, e eu concordei. (*Risos.*)

Jovem no espírito, na essência, na peleia, no bom debate!

E, também, claro, quero cumprimentar todos os Senadores que assinaram a lista, como o Senador Telmário Mota, que não está na lista oficial ainda, mas fez uma permuta porque queria vir a esta Comissão com o meu amigo Lasier Martins. O Lasier não está aqui, foi para outra Comissão, e o Mota quebrou o pau, dizendo: “não; eu vou para a de Direitos Humanos”, e está aqui o Mota.

Mas, meus amigos, o momento é mais para, rapidamente, fazer essa introdução. Vamos ter muito, muito trabalho, mas é com muita alegria que estamos aqui neste momento, e já é a nossa intenção, devido à situação das MPs que estão preocupando a todos – a 664 e a 665 –, termos, já nesta quinta-feira, um debate que foi, originalmente, provocado pela OAB de Brasília, depois outras entidades vieram na sequência, todas com o mesmo espírito de construir aqui um debate no campo da razoabilidade para que a gente possa avançar, e não, claro, aceitar as MPs como vieram.

Não está aqui a relação de nomes, e eu acabo esquecendo. Ah, Deputado Telmário Mota esteve conosco...

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Oposição/DEM - SE) – Senador Telmário Mota.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Senador Telmário esteve conosco lá, com uma série de Ministros. E, naquela reunião, o Senador percebeu que a nossa posição é de não aceitar as duas medidas como estão e fez, inclusive, um belo pronunciamento.

Mas, enfim, estamos aqui com Senadores inscritos já, e eu vou passar a palavra ao Senador Telmário Mota, que foi o primeiro a pedir a palavra.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Pois é, usei o dedinho aqui...

Primeiramente, quero parabenizar, Senador Paulo Paim, porque eu estava vendo, dias desses, uma palestra de um pastor que dizia o quanto que Adão foi um homem inteligente. Ele fazia certa brincadeira, naturalmente, e dizia que Adão teve uma capacidade enorme até de colocar o nome. E o pastor dizia: “Imaginem se vaca fosse macaco!” Era impossível, então, colocou vaca porque vaca parece com vaca pelo biotipo.

Claro que isso é uma comparação totalmente distante, mas V. Ex^a, pela sua trajetória política e de vida, de ações, de causas, V. Ex^a, sem nenhuma dúvida, enriquece esta Comissão, dá uma identidade bem orgânica a esta Comissão. Eu não tenho nenhuma dúvida, não é nenhum demérito aos demais Senadores, mas V. Ex^a na presidência desta Casa cai como uma luva. Está bem encaixado, bem posicionado, há uma história e, com certeza, vamos desenvolver grandes serviços, grandes trabalhos, até pelos Senadores que aqui estão.

Quero, em nome da Senadora Angela, minha irmã, minha amiga, uma pessoa muito importante na minha vitória, a quem devo muito e por quem tenho muito carinho, pessoa digna que honra o meu Estado, Senadora pelo meu Estado – nesse final de semana, inaugurou uma escola federal num Município carente, levando educação, preparando o ser humano – homenagear todas as mulheres que compõem esta Comissão, em nome da Angela.

E em nome do Senador Hélio, todos os Senadores aqui. E me coloco à disposição.

E já aproveitando a deixa, vamos ter muito trabalho pela frente. Vocês sabem que sou descendente de indígena, e o meu Estado talvez seja o Estado que hoje – dizem que é o Amazonas – tem as maiores terras indígenas, a maior população, mais ativa. A Senadora Angela é minha parceira nesse sentido. Hoje, os indígenas... Estão tramitando aqui no Congresso algumas normas tornando crime.... Já foi aprovado. Quem fornecer bebida a um menor agora é crime. A mesma coisa existe hoje com relação aos indígenas. Ninguém pode vender bebida alcoólica aos indígenas. E aí o comerciante, por exemplo, como vai identificar se a pessoa é indígena? Como vai saber se ele é indígena? As nossas identidades, a identidade brasileira não tem um campo que identifique isso. Hoje, o indígena é identificado por um documento chamado RANI, fornecido pela Funai. É tipo um registro.

Imaginem, no mundo moderno em que a gente vive hoje, se andar com um papel para cima e para baixo!

Então, vamos aqui trazer uma proposição para criar, Senadora Angela e demais Senadores, uma identidade para o indígena que tenha validade em todo o Território Nacional e internacional, de forma que ele fique identificado como indígena. Acho que é importante para que ele possa usar essa diferença.

Eu vejo aqui uma proposta de um Senador ou Deputado para que a identidade, aquela carteirinha de Senado e Deputado Federal também tenha validade como identidade reconhecida.

Portanto, essa, *a priori*, é uma de nossas proposições.

Quero parabenizar todos que compõem esta Comissão, especialmente V. Ex^a, que irá enobrecê-la muito mais. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Telmário Mota, que faz a primeira saudação no momento em que assumimos a Presidência.

Concedo a palavra a Senadora Angela Portela que a havia pedido. Em seguida, falará a Senadora Regina Sousa.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Bom dia a todos e a todas.

É uma satisfação estar aqui na Comissão de Direitos Humanos, principalmente sob a liderança do Senador Paulo Paim, que tem todo o perfil de um Senador muito bem identificado com as causas dos direitos humanos em nosso País. Sua luta é constante, é diária, portanto, não podemos deixar de, aqui, valorizar e destacar o grande Senador que V. Ex^a é.

A gente observa, meu amigo, Senador Telmário Mota, uma coerência muito forte nas ações do Senador Paulo Paim. O discurso dele é igual tanto no Plenário quanto nas reuniões internas em que se discute projetos. Ele é muito coerente, Senador Telmário. Ele é muito verdadeiro. E é muito bom na política do nosso País que tenhamos alguém que defenda os direitos previdenciários e trabalhistas. Assim sendo, acredito que o Senador Paulo Paim terá nesses próximos dias e meses grande destaque ao discutirmos as Medidas Provisórias nºs 664 e 665, oportunidade em que será feita ampla discussão no Senado Federal, no Congresso Nacional com um todo, acerca das alterações nos direitos previdenciários e trabalhistas do povo brasileiro.

Então, quero aqui destacar e elogiar o seu momento de estar retornando à Presidência da Comissão de Direitos Humanos. Na primeira Legislatura em que V. Ex^a assumiu a Presidência da Comissão de Direitos Humanos, solicitei a criação da Subcomissão da Mulher, e V. Ex^a, imediatamente, reconheceu e criou a Subcomissão da Mulher, cujas atividades queremos retomar nesse momento tão importante em que se discute, no mês de março, os direitos das mulheres. Todo mês de março, o Congresso Nacional, a sociedade brasileira, as prefeituras, os governos de Estado sempre fazem eventos, movimentações políticas para dar maior visibilidade às questões relacionadas às mulheres brasileiras. A gente não pode deixar de valorizar e dar maior visibilidade,

dar maior dinamismo a esta Subcomissão da Mulher. Eu tenho a certeza de que teremos o apoio de V. Exª na Presidência da Comissão de Direitos Humanos.

Senador Paim, V. Exª é o Senador ideal para presidir esta Comissão.

Quero fazer um destaque também ao trabalho realizado pela Senadora Ana Rita, ex-Presidente da Comissão de Direitos Humanos, que, além de ter feito um trabalho dinâmico, eficiente que avançou na aprovação de projetos importantes nessa área, também foi Relatora da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investigou a omissão do Poder Público em relação à violência contra as mulheres brasileiras. Juntamente com a Comissão, S. Exª visitou todos os Estados brasileiros – todos não, mas, se não me engano, pelo menos 18 Estados foram visitados. Inclusive ela nos brindou com a sua presença, como Relatora da CPMI de Combate à Violência contra a Mulher em nosso Estado de Roraima, Senador Telmário.

A Comissão esteve lá, com a presença da Senadora Ana Rita e, na ocasião, a gente pôde constatar o descaso do Governo do Estado em relação ao combate à violência, como, por exemplo, delegacia de polícia que funciona de 8h às 13h30 sem telefone, sem internet, um descaso total. Tudo isso está nesse relatório que foi concluído e apresentado ao Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, foi apresentado também ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, oportunidade em que fomos lá entregá-lo, e também fora apresentado ao Poder Executivo. Nesse relatório, Senador Paim, temos todas as situações, todas as sugestões feitas pela CPMI ao Poder Executivo e ao Poder Judiciário para que se diminuam os índices de violência contra as mulheres brasileiras.

Essa é a homenagem que eu queria fazer à Senadora Ana Rita.

E queria anunciar que, logo mais, às 13h, teremos um almoço da bancada feminina da Câmara e do Senado, Senadora Regina Sousa, com o Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, para que possamos discutir a inclusão dos projetos importantes para ampliar a participação das mulheres na política, no momento em que se discute a reforma política em nosso País. E o Senador Renan Calheiros está dando como prioridade a discussão no Plenário do Senado de uma reforma política. Queremos aproveitar este momento e inserir os projetos – inclusive sou relatora de um deles – a fim de que a mulher brasileira possa ter mais condições de competir e ganhar as eleições.

Era isso, Senador Paulo Paim.

Muito obrigada.

Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senadora Angela Portela. Também agradeço muito às entidades aqui presentes. Isso é uma quebra de protocolo, mas já virou praxe para mim e vou conceder a cada entidade a possibilidade de usar a palavra por dois minutos neste momento em que vieram assistir à posse.

Há um delegação de pescadores que veio da região do Amazonas para me entregar um documento, e poderão fazer uma saudação. Da mesma forma, o Presidente da CNPL, aqui presente, um dos que propôs também, de imediato, o debate sobre a questão das duas MPs.

Vou passar a palavra, neste momento, para a minha querida amiga e Senadora Regina Sousa. Deixem-me contar um fato sobre a Regina. Estávamos tendo uma reunião com os Ministros e a Bancada do PT. Todo mundo se inscreveu, e eu me inscrevo sempre da metade para o fim. Dei o azar de falar depois da Regina. Quem é que me antecedeu na fala com os Ministros? A Regina! Sabem o que a Regina fez? Falou tudo o que eu ia falar! Disse: “Poxa, Regina, eu não te conhecia! Nunca mais falo depois de você!” Vocês precisam ver, ela falou com uma propriedade enorme. Não foi Senadora Angela?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Foi.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E ela está chegando agora. Ela expressou as suas preocupações sobre o nosso mundo, o povo, o trabalhador, o ribeirinho, o sem-teto, o sem-terra. Para mim, ali ficou a sua marca. Só digo uma coisa: nós quatro aqui somos do mesmo time; a Senadora Regina chegou já entrando de capitã do time, porque foi muito firme.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Senador Paulo Paim. Quero cumprimentá-lo pela reeleição. Esta Comissão tem a sua cara realmente. Quero começar cumprimentando todos os presentes, as assessorias, as entidades, as Senadoras e os Senadores presentes.

Como V. Exª falou, vim do chão, da rua, da militância política e sindical. Esta é a minha primeira experiência parlamentar. Então, sempre tenho medo de fazer alguma coisa errada. Fico observando muito este primeiro momento, mas quero dizer que não sou estudiosa dos direitos humanos, mas militantes das lutas de ruas, das lutas sociais. Nos primeiros momentos em que assumi aqui, ainda em janeiro – o Governador assume em 1º de janeiro – conversei muito com a Senadora Ana Rita, que me inspirou a optar por esta Comissão, pois per-

cebi o quanto ela vai possibilitar o debate, a ponto de chegar às ruas. Não adianta ser um debate entre quatro paredes, mas percorrer este País, porque há muita coisa acontecendo.

O Plano Nacional de Direitos Humanos é muito bom. Eu o conheço. Já o li todo, mas acontecem coisas que não deveriam acontecer nem no século passado. Trago aqui exatamente duas preocupações. Uma tristeza: no meu Estado, neste final de semana, foram assassinadas quatro mulheres; uma foi baleada, mas está fora de perigo. No mês da mulher, no fim de semana, foi essa tragédia. Então, a violência é o tema principal. Tenho certeza de que temos de combatê-lo. O que é mais grave é que geralmente o agressor é da relação afetiva da mulher, o mais difícil de trabalharmos.

Trago também uma preocupação, porque participei de uma reunião do Ministério da Justiça, lá no meu Estado, sobre o sistema penitenciário. Ouvi algo estarrecedor, que achei que já tinha acabado, com sinceridade, porque faz tempo que não visito os presídios. Foi dito lá, por uma pessoa de Minas Gerais que visita os Estados – não sei se em Minas acontece – que ainda as mulheres que visitam os seus presos passam pelo constrangimento de se despirem diante de mais de uma pessoa para serem revistadas. Acho isso uma violência.

A gente combate tanto a violência, e não há violência maior, porque acho que há mecanismos para cuidar disso, raios-X, detector de metais. Aquelas que forem suspeitas, pela relação com alguém muito perigoso, que façam a revista individual em um lugar mais... Mas fazer senhoras que vão visitar um filho que bateu uma carteira passar por esse constrangimento... Acho que precisamos varrer isso urgente. Esse tema tem que vir para cá urgentemente. Há a questão das mulheres presidiárias também, porque há muitas questões delas dentro dos presídios, mas falo das mulheres que visitam os seus entes nos presídios.

Então, muito obrigada! Estou aqui para colaborar e aprender muito também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Querida Senadora Regina Sousa, do Piauí, que representa o seu Estado e substitui aqui um grande Senador que hoje é Governador do Piauí, Wellington Dias. Tenho certeza de que ele está tranquilo porque V. Ex^a vai fazer um grande mandato.

Passo a palavra ao meu querido amigo Hélio José, amigo do plenário, do dia a dia. Ele chegou aqui há poucos dias, mas tem um time que está a toda hora no plenário e que substituiu o nosso querido amigo também, hoje Governador, Rodrigo Rollemberg. Pela sua atuação no plenário, já percebo que fará história na Casa.

Com alegria, ouço você neste momento, que foi o primeiro a chegar aqui, hoje, pela manhã.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Sr. Presidente Paulo Paim, quero aqui comunicar que, com muita honra, com muita alegria, componho como titular esta sua Comissão, a Comissão dos Direitos Humanos.

Como os nobres colegas, Senadores e Senadoras, aqui já expressaram, esta Comissão é sua cara, a cara da luta, a cara de quem não foge ao bom combate, à boa peleia em prol dos direitos humanos, em prol do reconhecimento dos direitos adquiridos, em prol do reconhecimento do direito dos trabalhadores brasileiros e das minorias. Então, quando cheguei aqui, eu, que sou servidor da infraestrutura, não poderia também deixar de trabalhar na Comissão de Direitos Humanos, exatamente porque sei da importância que significa todos os dados relatados e o seu entusiasmo. V. Ex^a, Constituinte da Constituição de 1988, chegou aqui sendo um dos primeiros Deputados do Partido dos Trabalhadores. Fez história nesta Casa. Hoje, já é Senador por dois mandatos. Tem uma grande ficha prestada em prol do Brasil, do Rio Grande do Sul, dos menos favorecidos da sociedade.

Nobre Senadora Angela Portela, ouvi aqui o seu pronunciamento, o seu entusiasmo pelos direitos das mulheres. Realmente, isso é muito importante. Acho que temos que ser solidários. A mulher tem a dupla jornada. O que seria de nós se não fosse a nossa companheira, a mulher que temos em nossa casa? Eu e minha esposa temos 30 anos de casados, com muita honra, com muito prazer. Sou pai de três filhas, 27 anos, 25 anos e 23 anos, e de um filho, 17 anos. Sei o quanto é importante o papel da mulher na sociedade. Acho que os espaços políticos a serem discutidos... Cada vez mais ampliar a participação da mulher é fundamental. Sou solidário à sua colocação.

O nobre Senador Telmário Mota é uma grande revelação. Não é, Paulo Paim? Uma pessoa que chegou, se integrou a todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com certeza absoluta.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – É uma pessoa carinhosa, sempre com sorriso, com alegria para conversar. Você, Telmário...

A minha esposa, por exemplo, é de um Município brasileiro chamado Tocantina, no Tocantins, onde 75% das terras são indígenas. A gente verifica ali a aculturação, esse desaforo de ficarem vendendo bebida alcoólica, de ficarem explorando o silvícola de forma muito complicada. Então, acredito que deve haver essa identificação, uma maneira que facilite para que o índio seja tratado considerando as suas limitações e os seus direitos. Esse é um papel muito importante para nós, aqui, nesta Comissão. Com certeza, nosso Senador, que tem também um grande grupo indígena no Rio Grande do Sul e em outras áreas brasileiras, é sensível a essa causa. Seremos sensíveis a esse debate tão importante para a nossa sociedade.

A nossa Senadora Regina Sousa é minha amiga de longas lutas

Fomos contemporâneos de partido, trabalhamos juntos, fomos, inclusive, secretários de organização, juntos, dos partidos regionais, já que ocupávamos o mesmo partido um bom período de tempo. É uma batalhadora igual a mim, na primeira legislatura. Sempre fomos atuantes de bastidores, sempre estivemos na composição partidária. Sou egresso do Partido dos Trabalhadores, no qual militei durante 32 anos. Hoje estou no PSB, Partido Social Democrático, presidido pelo nosso Ministro das Cidades, Gilberto Kassab. Sei a importância dessa estrada, a importância de trilhar os bastidores da política nacional para que possamos estar, organizadamente, fazendo o debate, organizando os enfrentamentos e dando oportunidade para que nossas entidades possam manifestar o dia a dia das inquietudes e das necessidades do cidadão para a promoção do seu bem-estar.

Senador Paulo Paim, no próximo dia 17 de abril, no auditório Petrônio Portella, estarei junto com a ONG Inasp (Instituto Nacional de Saúde Psíquica) do Distrito Federal, promovendo um grande debate a respeito do *crack*: “*Crack*, uma pedra no meu caminho”. Sabemos o tanto que o *crack* tem dizimado famílias, o tanto que o *crack* tem tirado meninos e meninas, desencaminhado essas pessoas para direções que não são tão humanas. Eu tenho no meu mandato quatro quadrantes de discussão. Como primeiro quadrante é exatamente – Senador Lasier, seja muito bem-vindo – defender o menos favorecido na sociedade, é com muito prazer que vou estar aqui, dedicando espaço a essa discussão tão importante para nós todos.

Para concluir, Senador Paulo Paim, quero dizer a V. Ex^a que é com muita honra, minhas colegas e meus colegas, S. Ex^{as} Senadoras e Senadores aqui presentes que compõem este colegiado, que farei o máximo de mim para que possamos discutir a problemática da sociedade em geral. Aqui louvo a iniciativa de discutir essas duas MPs que tratam de direitos tão importantes para a sociedade e que serão debatidos aqui. E nós, com toda presteza, com toda tranquilidade, devemos ver como dar vazão a essa discussão de uma forma que atenda à sociedade brasileira, que atenda ao Governo, que atenda ao povo trabalhador. Portanto, conte comigo, Senador, estou junto com V. Ex^a nessa batalha. A boa peleja é aquela que é difícil, mas que chega a um bom resultado, para que a sociedade seja mais feliz, mais alegre e mais fraterna.

Muito obrigado por eu estar fazendo parte contigo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Hélio José, jovem revelação do Parlamento.

Com satisfação, agora chegou o momento de dar a palavra ao meu amigo do PDT do Rio Grande do Sul, Lasier Martins. Ele me disse: “olha, fique tranquilo que vou passar lá, fique tranquilo que daqui a pouco passo lá.” Como se comprometeu, ele está aqui. Houve solenidade apenas para a escolha do meu nome...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Eu estava em outra Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso, mas V. Ex^a está com a palavra.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Paim, conheço bem a sua história, de muita dignidade. V. Ex^a vem do meio sindical, sempre foi um homem ponderado, inteligente, qualificado. Então, estamos em muito boas mãos. Terei muita honra em colaborar nesta Comissão, sob sua liderança, em tudo aquilo que puder contribuir. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito obrigado, Senador Lasier Martins, do Rio Grande do Sul. (*Pausa.*)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Excelência, peço vênica, vou ter que passa na CMA, porque está havendo uma plenária no mesmo tempo, está havendo uma votação importante. Como suplente da Comissão, tenho que estar lá. Muito obrigado. Desculpe-me pela ausência momentânea. Obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Quero passar a palavra neste momento – chegou aqui – a um parceiro de todas as horas, meu querido amigo e Líder do PSOL, Randolfe Rodrigues. Tive a alegria de fazer a leitura no plenário – de alegria –, prestigiado, da sua CPI sobre o escândalo de depósitos de brasileiros, se não me engando 80 brasileiros...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Mais de seis mil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mais de seis mil brasileiros! Bah, era muito além do que eu imaginava.

E, naquela sexta que eu fiz a leitura, disse que eu havia lido e assinado, com muito orgulho pela sua iniciativa. Mas é uma alegria ouvi-lo e tê-lo aqui presente neste momento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Obrigado, Senador Paim.

Eu venho aqui para registrar o meu apoio. Não poderia ter havido melhor escolha por parte da Bancada do Partido dos Trabalhadores e do Bloco de Apoio ao Governo para presidir esta Comissão do que o nome de V. Ex^a. V. Ex^a, que já presidiu, em outra ocasião, esta Comissão, sempre prima na Presidência deste colegiado em dar espaços a quem, de fato, merece ou, melhor dizendo, a quem precisa do que chamamos de direitos

humanos. Esses direitos, a consagração deles está na raiz do nosso pacto civilizatório. Esses direitos não são uma invenção minha, sua ou de um partido político ou de uma opção política; é uma invenção que vem do pacto que nos une desde as revoluções democrático-burguesas do final do século XVIII, início do século XIX, até a atualidade. A preservação desses direitos é uma função das instituições do Estado brasileiro, principalmente do Parlamento.

Pensar que, lamentavelmente, certa vez, já levantaram – levantaram! – a hipótese de extinguir esta Comissão chega a ser um crime, se é que cabe o termo, de lesa-parlamento. E V. Exª sabe a dimensão disso; sabe a dimensão que esta CDH tem na defesa, na sociedade, na comunidade, daquelas partes tidas como hipossuficientes. E hipossuficiente, Senador Paim, é sinônimo de mais frágil. Assim, a proteção do mais frágil é uma função do Estado. A existência do Estado tem, inclusive nessa, uma das suas atribuições.

A escolha do senhor é identificada com isso, com uma história de defesa dos mais fracos, uma história de defesa daqueles que precisam da garantia de preservação dos direitos humanos.

Para mim, será uma honra estar, neste período, nesta Sessão Legislativa, com V. Exª na Presidência e sob a liderança de V. Exª nesta CDH. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito obrigado, Senador Randolfe Rodrigues, parceiro de todas as horas, inclusive de viagens a outros Estados. Quando convocado por esta Comissão, sempre se dispôs a nos acompanhar, e tem feito um grande trabalho que orgulha a toda a gente brasileira, não só a do seu Estado.

Eu queria, antes de passar a palavra às entidades aqui presentes – e vou começar pela Central –, se vocês me permitirem, só para que todos tomem conhecimento, declinar quem são os membros da Comissão. E mesmo aqueles que não puderam estar aqui sabiam que seria por aclamação. Disseram: “a gente assina Paim por aclamação”. Então, não há nenhum questionamento.

Quero cumprimentar, como membros da Comissão, o Senador Dário Berger, Hélio José, José Maranhão, Simone Tebet – filha do nosso ex-presidente, já falecido, Ramez Tebet, companheiro nosso, que esteve no Sul a nosso convite, participando de debates –, Senador Sérgio Petecão, Senadora Regina Sousa, Marta Suplicy, Senador Lindbergh Faria, Senadora Angela Portela, Senador Lasier Martins, Senadora Fátima Bezerra, Senador Donizeti Nogueira, Senador Cristovam, Senador Reguffe – que vai ver se consegue ficar, mas o Senador Cristovam fez questão de dizer que está garantido o seu nome aqui –, Senador Humberto Costa, Senadora Maria do Carmo, Senador Telmário Mota, Senador Davi Alcolumbre, Senador João Capiberibe – que fez um belo trabalho aqui na Comissão da Verdade, acompanhado de V. Exª –, Senador Randolfe Rodrigues, Senador Romário – que, sabemos, vai assumir a Presidência da Comissão de Educação e deve estar trabalhando nesse sentido neste momento –, Senador José Medeiros – que ontem, ainda me procurou ajudando num debate que vamos fazer, já na próxima segunda-feira, sobre a questão dos caminhoneiros, a pedido deles –, Senador Magno Malta e Senador Vicentinho Alves.

Uma salva de palmas a todos os Senadores que se propuseram a colaborar com esta Comissão. *(Palmas.)*

Eu vou fazer o seguinte: como é claro que não há como eu conhecer cada entidade que está aqui só olhando para a pessoa, eu vou seguir daqui para lá.

Senador Paulo Rocha.

Uma salva de palmas para o meu Paulinho aqui. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Paulo Rocha é um daqueles... Há um princípio que eu aprendi na vida e já falei para algumas pessoas, alguém um dia me disse: “Paim, lembre sempre o seguinte: Deus nos deu dois ouvidos e uma boca, ouça bastante e fale o necessário.”

O Paulo Rocha é aquele articulador silencioso, ouve muito e fala sempre o necessário, como foi no debate com os Ministros. Eu falei, falei, falei e, no final, você entrou e ganhou a torcida. Ele disse aos Ministros: “Por que a gente não debate, por exemplo, já que é para mexer nessa questão de buscar mais regração para o País, sobre a tributação das grandes fortunas?” Foi o que faltou no meu discurso aquele dia, e você veio e foi muito feliz com aquela sua fala.

Eu vou passar a palavra ao Senador Paulo Rocha, para que ele faça aqui a sua saudação ao seu amigo Senador. Mesmo que você não queira, tem que falar agora.

Em seguida, eu passo às entidades.

Todos os Senadores falaram. É só uma saudação inicial aqui.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Saúdo a todos e a todas. E, Presidente Paim, somos companheiros desde a luta sindical, desde a CUT, desde a Executiva Nacional da CUT, quando presidimos a Comissão do Trabalho na Câmara – você era o Presidente e eu era o Vice. Ali eu acho que cumprimos aquela velha política de que deveríamos transformar estas Casas, tanto a Câmara como o Senado, em caixa de ressonância dos interesses do povo brasileiro, dos trabalhadores, enfim.

Eu acho que é essa a nossa atitude como representantes do povo e essa sua atitude tem norteado os seus mandatos, etc.

Na Presidência desta Comissão tão importante, Paim, eu sei que você vai direcionar os trabalhos exatamente ouvindo os interesses do nosso povo e da nossa gente. Se nós já mudamos muita coisa no País, se nós já avançamos em muita coisa no País, nessa questão de respeito às pessoas, respeito aos direitos humanos, falta avançar, e muito, no nosso País.

Então, é com essa consciência que eu o saúdo, representando o nosso Partido aqui na Comissão. Direcione assim sempre a nossa história, a nossa luta! E que esta Comissão seja realmente uma caixa de ressonância dos interesses dos direitos humanos em nosso País. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Paulo Rocha.

Vou começar aqui agora com a segunda fila, atrás dos Senadores. Cada um diz seu nome, a entidade em que atua e, se puder, em um minuto, fazer uma saudação, aí vamos fazer os encaminhamentos aqui, aproveitando o número de Senadores que assinaram o livro de presença.

O primeiro da direita diga o nome, para que todos saibam.

O SR. DIEGO MONTEIRO CHERULLI – Sou Diego Cherulli, advogado da Federação dos Aposentados de Brasília e membro da Comissão de Seguridade Social da OAB/DF, que realizou o pedido que foi prontamente atendido.

Muito obrigado, Senador. E aguardamos a audiência pública sobre as MPs.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vai ser na próxima quinta-feira. Só que eles têm que aprovar primeiro. Eu já estou falando aqui, mas faz de conta que eu não falei. Vai ser votado em seguida.

O SR. JOÃO FLORÊNCIO PIMENTA – Meu nome é João Florêncio Pimenta, sou Presidente da Federação dos Aposentados, Pensionistas e Idosos do Distrito Federal.

Acredito que a nossa categoria sente-se muito honrada em tê-lo como Presidente da CDH do Senado Federal mais uma vez.

Quero contar rapidamente um fato. Sou conselheiro de saúde do Distrito Federal e, lá na reunião do Conselho, a Presidente da Federação das Mulheres levantou e fez um depoimento: “Nós estamos muito honradas porque o Senador Paim apoia a nossa política de salários iguais para homens e mulheres.”

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu fui Relator do projeto aqui nesta Comissão.

O SR. JOÃO FLORÊNCIO PIMENTA – Então, é isso. Nós nos sentimos honrados e muito alegres em que a Presidência tenha retornado para V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Na sequência... Quem não quiser falar está livre...

O SR. SAMUEL DOMICIANO PEREIRA – Sou Assessor Parlamentar do Ministério Público do Trabalho.

Em nome do Procurador-Geral do Trabalho, Luís Antônio Camargo de Melo, parablenizo V. Ex^a pela Presidência mais uma vez desta Comissão. Estamos à disposição para tratarmos dos assuntos relacionados aos trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Próximo.

Vamos na sequência.

O SR. RAIMUNDO FERREIRA DOS SANTOS – Eu sou o Raimundo dos Santos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu não vou comentar as falas, já que é apenas uma apresentação.

O SR. RAIMUNDO FERREIRA DOS SANTOS – ... Presidente do Sindicato de Pescadores do Município de Iranduba, no Amazonas, e Secretário de Produção Rural.

É muita honra estar aqui nesta Comissão, principalmente agora com o nobre Senador Paim assumindo a Presidência da Comissão de Direitos Humanos (CDH), para que possamos conquistar o melhor tanto para o País quanto para o nosso querido Estado do Amazonas, pois precisamos muito do apoio de vocês, principalmente para as Medidas Provisórias nºs 664 e 665, que prejudica tanto os pescadores do nosso Estado como os trabalhadores do País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Quero dizer que Senadoras e Senadores falam a qualquer momento.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Senador Paim, ouvi a fala do companheiro do Amazonas. Roraima nasceu do Município do Amazonas, e eu conheço com muita propriedade a dificuldade

dos pescadores dali. Inclusive estamos tentando colocar uma proposta, em nível nacional, porque os críticos do Governo costumam dizer muito que o Governo do PT, o da Dilma é um governo paternalista, um governo que investe no social para fazer o cabresto eleitoral. Então, estamos fazendo uma proposição. Como o Minha Casa minha Vida é um programa de sucesso no Brasil inteiro, estamos tentando fazer o “meu peixe é a minha renda”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, ainda faz bem para a saúde.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Faz bem para a saúde e é um programa em que literalmente a pessoa não recebe o peixe, mas vai pegar o caníço e aprender pescar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador.

O SR. PEDRO HAMILTON PRADO BRASIL – Sou Presidente do Sindicato de Pescadores de Manaus, faço parte da direção estadual da CUT Amazonas e também tenho a honra de ser petista.

Quero parabenizar o nobre companheiro, Senador Paulo Paim.

Nós estamos, nesse momento, pedindo apoio dos Senadores, acreditando que V. Ex^a, como Presidente desta Comissão, irá nos ajudar muito na questão das Medidas Provisórias nºs 664 e 665, medidas fatais para nós, pescadores, pois elas tiram muitos de nossos direitos.

Quero aqui dizer, nesta Comissão, que somos contra as fraudes, mas nós pescadores não podemos ser penalizados. Nós estamos ali dentro de uma canoa, com um motor rabeta, buscando sempre o sustento de nossas famílias. Nós queremos participar dos debates. Com certeza absoluta, nós contamos com o apoio de todos os Senadores desta Comissão.

Quero aqui parabenizar o companheiro de Roraima pela seu mandato de Senador e também a Senadora Angela Portela.

Companheiro Paim, com certeza absoluta, a nossa esperança está aqui nesta Casa. Por isso, queremos entregar um documento representando os Municípios de Manaus, Manacapuru e Manicoré, para que esta Casa possa nos dar apoio.

Parabéns!

Que Deus abençoe a todos!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

A Mesa recebe, em seguida, o documento.

Vamos continuar.

O SR. RAIMUNDO S. SUDRE – Sou do Estado do Amazonas também. Sou Presidente do Sindicato dos Pescadores de Manacapuru. Quero agradecer a presença de todos. É uma honra sermos recebidos nesta Casa. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Vou receber o documento dos pescadores, que me parece ser uma visão nacional do setor – alguns irão me entregá-lo no Rio Grande do Sul –, demonstrando suas preocupações. Vamos debatê-las na próxima quarta-feira, principalmente aquelas relacionadas ao Bolsa Família e ao Seguro Defeso. Ele me explicava hoje pela manhã: “Senador, Seguro Defeso é Seguro Defeso! É quando eu não posso trabalhar”.

Os pescadores mais pobres recebem o Bolsa Família todo ano. Como fazer agora? Ou é um ou outro?

Mas esse é um bom debate... Você está convocado para, na próxima quinta-feira, estar aqui para participar. Vamos receber o seu documento neste momento aqui, em nome dos Senadores e Senadoras. *(Pausa.)*

Se entregou aqui, eu não entrego mais. *(Risos.)*

Continuando, Senador Donizeti, nosso querido Senador Donizeti Nogueira, do PT de Tocantins, que fez um pronunciamento histórico no dia em que eu estava presidindo. Eu estava cuidando de você lá. É bom de discurso, como todos que iniciaram, Lasier, Regina, Telmário, todos.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Senador Paulo Paim, é só para parabenizá-lo e dizer da alegria e da satisfação por participar desta reunião que o aclamou Presidente e, mais, por estar na companhia aqui, no Senado, de tão nobres pessoas, em especial do senhor e aqui da minha companheira Regina, de longas datas, nos debates do PT.

Nesta Comissão, a gente vai estar sempre a serviço dos interesses da sociedade, principalmente da defesa dos direitos daqueles que muitas vezes não têm quem os defenda. Orgulho-me muito de tê-lo como Presidente aqui na Comissão. Será uma honra para mim. É motivo de muita alegria.

Meus parabéns! Sucesso! Espero poder contribuir com o seu mandato. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito obrigado, Senador Donizeti.

Senadora Fátima e, depois, voltamos para as entidades.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Quero dar meu boa-tarde.

Quero aqui cumprimentar o nosso Presidente, cumprimentar os colegas, Senadores e Senadoras, e dizer da nossa alegria, Senador Paim, de vê-lo exatamente à frente da Comissão de Direitos Humanos, Comissão que reconhecemos como de caráter estratégico muito importante, hoje em dia mais do que nunca, dado exatamente o embate, o debate das ideias em curso, dado exatamente, Senador Paim – por que não dizer? –, o crescimento do ponto de vista do pensamento, Senador Randolfe, conservador no plano do Congresso Nacional, infelizmente.

É importante esta Comissão, sem dúvida nenhuma, tendo V. Ex^a como Presidente, com a sensibilidade, com a trajetória, com a história que o caracteriza como um político sempre voltado para a defesa da justiça, da defesa da igualdade, um político que tem feito dos seus mandatos, tem feito da sua militância exatamente um instrumento de combate permanente a qualquer tipo de preconceito, discriminação ou violência. Então, esta Comissão está em boas mãos, porque, sobretudo neste momento, vai cumprir um papel importante, que é o de assegurar que o debate seja feito, assegurar que as ideias aqui sejam colocadas, que todos tenham direito a colocar os seus pontos de vista.

Quero dizer a V. Ex^a que, não obstante a nossa área de atuação central ser a educação, pedi à liderança do meu Partido para fazer parte aqui também desta Comissão, porque quero estar aqui, junto com V. Ex^a e com os demais colegas, Senadores e Senadoras, para contribuir com o debate.

Boa sorte! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Boa sorte para todos nós, grande Senadora Fátima Bezerra.

Queria voltar às entidades. (*Pausa.*)

A SEPPIR pode se pronunciar, Secretaria que combate todo tipo de preconceito, igualdade racial, social, enfim. É uma satisfação ver a SEPPIR hoje, aqui.

O SR. ARTUR ANTÔNIO DOS SANTOS ARAÚJO – Sou Artur Antônio, assessor parlamentar da SEPPIR, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Trago aqui um abraço afetuoso da Ministra Nilma Gomes, que está muito feliz por esse espaço que o senhor está conquistando e desejosa por estreitar o relacionamento da SEPPIR com essa gestão, com o mandato do senhor, sobretudo nessa conjuntura em que se aumenta o número de homicídios contra a juventude negra, em que chega o patrimônio genético aqui, que vai tratar da questão da biodiversidade dos povos e comunidades tradicionais. Enfim, há uma pauta bastante positiva, e desejamos que tenha muito sucesso e seja produtiva esta gestão.

Parabéns pelo espaço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Valeu! Muito obrigado.

Na sequência...

O SR. LUCAS GÓES – Senador Paim, sou Lucas Góes, da assessoria da Ministra Ideli Salvatti, Secretária de Direitos Humanos da Presidência...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Direitos Humanos. Grande Ideli! Foi uma grande Senadora aqui e, inclusive, Líder de todos nós por dois ou três mandatos.

O SR. LUCAS GÓES – Em nome dela, eu trago os parabéns, o desejo de muita força e garra para essa gestão, em face dos desafios que se renovam dia a dia, e nos colocamos à disposição para atuarmos como parceiros sempre, tendo em vista a amplitude da nossa pauta, que vai de criança e adolescente, passa por pessoas com deficiência, idosos, combate ao trabalho escravo. O Ministério Público é um grande parceiro nosso também, e estamos à disposição para atuarmos juntos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Na sequência... Fale, Presidente.

O SR. CARLOS ALBERTO SCHMITT DE AZEVEDO – Senador, para nós é uma satisfação, é um orgulho nós, como gaúchos, vermos V. Ex^a novamente presidindo esta Comissão. Esta Comissão se confunde com a sua atuação política e social, e é nesta Comissão que vão ecoar todos os sentimentos e todas as reivindicações da sociedade mais oprimida brasileira.

Ontem, estivemos com o senhor, entregando uma solicitação de uma audiência pública, para que possamos discutir aqui na Casa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permita-me dizer que ali ajustamos – e conversei depois também com a entidade que representa os aposentados – que vai ser na próxima quinta-feira já, às 9h da manhã.

O SR. CARLOS ALBERTO SCHMITT DE AZEVEDO – Às 9h da manhã. Então, estaremos hoje passando também nomes para comporem essa audiência e de repetirmos a importância.

A CNPL é uma confederação nacional que representa 15 milhões de profissionais liberais em todo o Brasil – dados do próprio IBGE –, organizados em mais de 550 sindicatos com atuação nacional. Então, é essa a entidade de que está vindo aqui cumprimentar e dizer do orgulho que é para todos nós o senhor presidir esta Comissão.

Uma boa administração, uma boa gestão para o senhor!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Presidente.

Na sequência...

O SR. GILBERTO GOMES DA SILVA JÚNIOR – Senador, bom dia.

Sou Gilberto Gomes...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Companheiro que esteve me visitando hoje de manhã para me cumprimentar, o Sr. Gilberto Gomes.

O SR. GILBERTO GOMES DA SILVA JÚNIOR – Isso. Sou Gilberto Gomes, da assessoria parlamentar do TCU.

Em nome da Presidência do TCU, gostaríamos apenas de cumprimentá-lo pela aclamação na Presidência da Comissão, mais uma vez, e de colocarmos a força de trabalho do Tribunal de Contas à disposição do senhor, da Comissão, porque, como órgão auxiliar do Congresso Nacional, o TCU é um parceiro sempre desta Casa parlamentar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, seja bem-vindo. Enfim, é uma alegria enorme.

Se alguém mais quiser falar, alguém que represente aqui as entidades, estamos à disposição. Se não, vamos agora para um segundo momento da nossa reunião.

Conforme ajustei aqui com a assessoria, vamos para o segundo momento.

Qual é a nossa intenção? Como nós atrasamos muito a instalação das Comissões – estamos em março já –, eu me antecipei um pouco e já vou apresentar, no dia de hoje, uma série de requerimentos com audiências públicas, cujas datas nós vamos acertar e combinar com os Senadores e Senadoras, para debater temas de suma importância. Eu tomei a liberdade de reservar pelo menos dois dias já devido às questões que estão aí explodindo no dia a dia e que não podiam esperar.

Mas, enfim, cumprindo o que manda o Regimento, faço o seguinte encaminhamento: Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, havendo a concordância de todos, eu gostaria de propor que façamos o que eu chamaria de segunda parte da reunião, com a inclusão extrapauta de alguns requerimentos de nossa autoria, mas que todos os Senadores podem assinar, para votarmos no dia de hoje para que comecemos a trabalhar intensivamente já a partir da próxima quinta-feira.

Pelo menos, durante um longo período que eu presidi, nós tínhamos como praxe – e vou querer voltar a essa prática, esperando a concordância dos Senadores –, dentro do possível, fazer audiências públicas às terças e quintas. Quartas e terças, a combinar, que são os dias em que os Senadores estão mais na Casa, trabalhamos mais nas votações, porque votação nas segundas e quintas era impossível, nunca dava quórum. Então, vamos combinar o jogo – como a gente fala –, qual o dia da terça ou da quarta em que teríamos votações de projetos. Segunda, pela manhã – e eu não escondo posições, como alguém já disse – por que eu inventei a história de segunda pela manhã? Na segunda pela manhã, nós falamos com o Brasil inteiro, direto deste espaço, um espaço nobre. Eu me dou o direito, me vejo na obrigação, quando viajo para o Estado – eu viajo de 15 em 15 dias, numa eu vou, noutra eu não vou –, eu volto no domingo e segunda-feira, às 9h da manhã, nós fazemos debate aqui, na Comissão, ao vivo, para todo o País.

Este é um espaço de todos os Senadores. “Senador Paim, dá para pegar tal segunda?” – pergunta o Senador. É claro que dá. A prioridade aqui é para os Senadores. Eu, nesse dia, estarei também presente. O Telmário já levantou a questão dos indígenas. Pode ser segunda ou pode ser quinta de manhã. Alguns preferem quinta porque à tarde viajam, o que é natural, para os seus Estados.

Vou encaminhar uma série de requerimentos neste momento. Se não há ninguém contrário ao encaminhamento que eu fiz, coloco em votação a inclusão de extrapauta.

Consulto os Senadores e Senadoras se concordam com a inclusão dos requerimentos extrapauta. *(Pausa.)*

Não havendo ninguém contra, está garantido.

Coloco em votação a inclusão desta série de documentos que, neste momento, passarei a ler.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Neste momento, eu vou convidar o Senador mais velho aqui da Casa, porque tem que haver o princípio do mais velho, para que o mais velho assuma a Presidência, e o mais velho é V. Ex^a, Senador Randolfe. O mais velho é V. Ex^a – de casa, não de idade. Todo mundo ficou olhando quando eu disse Randolfe. Então, como o Senador Randolfe é o mais antigo dos Senadores aqui presentes e é o mais jovem, é com muito orgulho que

eu queria que ele assumisse a Presidência, para botar em votação os requerimentos. Com esses requerimentos aprovados, nós temos já fôlego para trabalhar intensivamente nos próximos meses, sem prejuízo de que a prioridade que eu darei sempre vai ser não para os meus requerimentos, mas, sim, para os dos Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Obrigado. Vou levar em consideração mais pela deferência e amizade do Senador Paim a condição de, neste momento, presidir.

Primeiro requerimento, item 1 da pauta:

ITEM 1

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Nº 1, DE 2015

– Não terminativo –

Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater a Medida Provisória nº 664, que altera as Leis 8.213/91 (Regime Geral da Previdência Social) e 8.112/90 (Regime Próprio Servidores Públicos), no que diz respeito à aposentadoria, pensão, auxílio doença, vínculo conjugal, etc. e a Medida Provisória nº 665/2014, que altera a Lei 7.998/90 (que institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador) e a Lei 10.779/2003 (que dispõe sobre o seguro-desemprego para o pescador artesanal), modificando os direitos trabalhistas já conquistados, como seguro desemprego, abono salarial, seguro-defeso para o pescador, etc., para tanto, sugiro que sejam convidados: 1. Ministro Miguel Rossetto – Secretaria Geral da Presidência da República. 2. Ministro Carlos Eduardo Gabas – Ministério da Previdência Social. 3. Ministro Manoel Dias – Ministério do Trabalho e Emprego. 4. Vagner Freitas - Presidente da CUT. 5. Miguel Torres - Presidente da Força Sindical. 6. Ricardo Patah – Presidente da UGT. 7. Adilson Araújo – Presidente da CTB. 8. José Calixto Ramos – Presidente da Nova Central Sindical - NCST. 9. Ubiraci Dantas de Oliveira - Presidente da CGTB. 10. Antonio Fernandes dos Santos Neto – Presidente da CSB. 11. Representante da Conlutas. 12. Ibaneis Rocha – Presidente da OAB/DF. 13. Representante do Ministério Público do Trabalho. 14. Representante da COBAP. 15. Representante do MOSAP. 16. Representante da ANFIP. 17. Representante da ANAMATRA. 18. Daro Marcos Piffer – Presidente do SINAL. 19. Manoel Isidro dos Santos Neto – Presidente da FENAFISCO.

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao autor.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Rapidamente.

Esse tema, pessoal, dezenas e dezenas de entidades pediram para que a gente, o mais rápido possível, fizesse esse debate. Vocês vão ver que aqui é um debate que vamos dividir, na verdade, em dois momentos: em um momento, vamos chamar os Ministros; em outro, as entidades. Vamos combinar, depois, como vamos fazer esse ajuste.

Mas vão ver que há outro requerimento que foi apontado numa linha mais técnica e jurídica, que nós vamos também votar, que é esse que ajustamos esta semana, que vai ser já para a próxima quinta-feira. Esse que você leu, neste momento, vai ter data ainda a combinar com os Ministros. Mas a leitura já disse: debater o que diz as duas MPs no que tange aos interesses dos aposentados, trabalhador, questão dos pescadores e a questão do décimo quarto, como eu digo, para aquelas pessoas que ganham até dois salários mínimos – enfim, não vou aqui fazer nenhum juízo de valor neste momento.

E o debate? Espero que, depois do debate técnico de quinta, a próxima seja um debate com os Ministros. Nós vamos chamar os Ministros, e eles vão dialogar com os Senadores, as Senadoras e demais convidados.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Obrigado, Senador Paulo Paim...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senador Randolfe...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Senadora Fátima Bezerra, por gentileza.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Apenas para solicitar ao Senador Paim, autor do requerimento, que gostaríamos de subscrevê-lo, evidentemente pela relevância do tema.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu faria o seguinte encaminhamento, já concordando: que todos os Senadores que se dispuserem a assinar que o faça. Seria valorizar o requerimento para a Comissão. Obrigado, Senadora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Com certeza. Acho que a iniciativa é não só válida como é oportuna. O tema é extremamente relevante, a questão das medidas provisórias, o que requer, sem dúvida nenhuma, um bom, profundo e sério debate.

Então, é isso que quero pedir a V. Exª, para subscrever todos os requerimentos que venham nessa direção de promover o debate, o diálogo com os Ministros, com os representantes dos trabalhadores que digam respeito às Medidas Provisórias nºs 664 e 665.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Obrigado, Senadora.

Senador Telmário, por gentileza.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Eu também quero subscrever o requerimento e acho que o Senador Hélio também. É importante para abirmos o debate dessa tão importante discussão.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSOL - AP) –

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Excelência, eu subscrevo esse requerimento e gostaria, Sr. Presidente, que a gente pegasse esse seminário que vou fazer “Uma Pequena Pedra no Meu Caminho: o *crack*”, no dia 17/04, e o projeto que essa ONG, a IASP, faz, discute, que é o projeto de prevenção da depressão e o suicídio, e que a gente tivesse uma ação conjunta com essa atividade que ocorrerá aqui, no Petrônio Portella, no dia 17/04, porque acho que é um problema grave social e que precisamos estar acompanhando.

Mas subscrevo, Excelência, o documento, o requerimento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Obrigado, Senador Hélio.

Então, segue Senador Paim, este requerimento, de iniciativa de V. Exª, subscrito também por todos os membros da Comissão de Direitos Humanos aqui presentes.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o item 1 da pauta, requerimento de autoria do Senador Paulo Paim.

Item 2.

ITEM 2

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 2, DE 2015

– Não terminativo –

Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater a situação dos caminhoneiros no País.

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao autor.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ninguém tem dúvida de que esse debate é um debate para ontem. O País praticamente parou. Queiramos ou não, a partir do golpe militar de 1964, este País optou pela via rodoviária, esqueceu as hidrovias e esqueceu o nosso sistema lembrado ferroviário, metrô. Enfim quando o mundo trabalha com o trem-bala como referência, nós optamos pelas rodovias. E a situação, de fato, está um caos.

Esqueceram o caminhoneiro. Eu uso muito no plenário e vou repetir aqui o que o caminhoneiro me disse: “Paim, o meu caminhão parado é prejuízo; o meu caminhão andando é mais prejuízo. Então eu só posso parar!” E não tem como você não dar razão para ele. Mas é claro que nós não podemos, nem por isso, permitir que o País pare e não tenha mais alimentos, não tenha mais remédios, enfim, com os frigoríficos, por exemplo, como é o caso de inúmeras regiões... O animal não chega para o abate e o abatido não tem como sair também, porque não há transporte.

Claro que esse debate está colocado em todo o País. Vai começar a faltar... Há cidades em que, para abastecer o carro, você fica 20 horas em uma fila, porque não há combustível também.

Então essa realidade está dada. O caminhoneiro tem toda razão em relação ao seu frete, que é a essência do debate. Aí vem o diesel, aí vem o pedágio, aí vem a prestação do caminhão, aí vem a manutenção. E eu combinei com eles que grande parte deles refluí, eu diria, entendendo a situação do País. Não que eles estejam contentes com a proposta que até o momento todos nós, de uma forma ou de outra, ajudamos.

Então, ficou da seguinte forma: eles terão, no próximo dia 10, uma reunião junto ao Governo. Falei muito com o Ministro Miguel Rossetto, que tem nos ajudado nesse diálogo, intensamente. Eu digo diálogo aqui com o Parlamento, não é? Porque ele tem dialogado com as entidades dos caminhoneiros. Então, já que eles

vêm para o dia 10, no dia 9 teriam uma audiência aqui, conosco, nesta Comissão, para eles expressarem a sua visão. E percebam que eles não estão naquela linha de golpismo ou antidemocracia, até porque esta Comissão, como aqui foi dito por muitos, é a Comissão do símbolo da democracia. E democracia e direitos humanos combinam. Não há direitos humanos sem democracia, como, para mim, não há democracia sem direitos humanos. Por isso nós entendemos e ajustamos com eles que teremos, então, na segunda-feira pela manhã, já ajustado, esse debate aqui com os caminhoneiros. E, no dia subsequente, espero eu que eles tenham já o encontro... O encontro está acertado, liderado... Liderado, não, coordenado pelo Ministro... Porque líderes são os caminhoneiros, não é? Pelo Ministro Miguel Rossetto para debater o tema.

É claro que todos nós estamos torcendo por um grande acordo, pelo qual os caminhoneiros tenham a valorização do frete e o País volte à normalidade. Esse é o objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Obrigado, Senador Paim.

Em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Aprovado o requerimento do Senador Paulo Paim para audiência pública para debater a situação dos caminhoneiros no País.

ITEM 3

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 3, DE 2015

– Não terminativo –

**Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater as alterações propostas pelas Medidas Provisórias nº 664 e 665 de 2014, para tanto sugiro que sejam convidados: 1. Zenaide Honório, Presidente do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE); 2. Carlos Alberto Schmitt de Azevedo, Presidente da Confederação Nacional das Profissões Liberais (CNPL); 3. Celso Napolitano, Presidente do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP); e 4. Marcus Vinicius Furtado Coêlho, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/Nacional).
Autoria: Senador Paulo Paim**

Com a palavra o autor, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Senador Romário também veio aqui prestar a sua solidariedade.

Eu dizia, Romário, que você foi indicado para ser Presidente da Comissão de Educação. Meus cumprimentos! Nós estaremos lá votar em você, pode ter certeza absoluta.

Você não usou a palavra, mas fez uma saudação como todos já fizeram. E a cada saudação que eu recebo eu dou uma salva de palmas. Fica a sua aqui, agora. (*Palmas.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Capiberibe, que está aqui também, como sempre. Embora não tenha usado a palavra, para ele também as nossas palmas, companheiro nosso aqui. (*Palmas.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Romário, acho que a Comissão de Educação é amanhã, não é? Eu sou membro e estarei lá para votar, com certeza absoluta.

Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – O item 3, requerimento...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse requerimento do item 3 é da audiência pública de quinta-feira.

Quinta-feira haverá essa audiência pública para um debate mais técnico das MPs. No segundo momento vamos ouvir os Ministros e, num terceiro momento, voltam as entidades para aprofundar e orientar inclusive a visão de todos nós, numa contribuição ao debate.

Estou dizendo que, como nós nos atrasamos muito, eu apresentei uma série de requerimentos. Todos os requerimentos, eu espero que sejam por todos os Senadores assinados.

E eu darei preferência, no debate, aos requerimentos que eu não encabeço – eu sou o Presidente –, em que os Senadores farão um pedido, quer seja na segunda, numa quinta ou, numa emergência, até na sexta, se depender de mim, na própria terça e quarta, já que terças e quartas são mais destinadas a votação. Só para situar o meu Líder.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senador Randolfe...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Pois não, Senadora Fátima.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Só para uma questão de esclarecimento junto ao Senador Paim, Presidente da nossa Comissão.

Esse é mais um requerimento em relação ao qual eu também, claro, quero manifestar a minha disposição de subscrever, tendo em vista que se trata exatamente de dar continuidade ao debate sobre as Medidas Provisórias nºs 664 e 665. Quero também adiantar a V. Exª a minha disposição de subscrever os outros. Inclusive, eu vi que há um requerimento aqui que propõe o debate acerca exatamente do Fies, à luz de algumas mudanças...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A pedido dos estudantes. Exatamente.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Exatamente. Pois bem, eu gostaria também de subscrevê-lo.

Estou dizendo isso, só adiantando – Senador Randolfe, me permita –, porque vou ter de me ausentar agora, uma vez que eu vou participar, junto com a bancada feminina, de um almoço que o Presidente da Casa está oferecendo, alusivo já à programação do 8 de março, onde nós vamos exatamente entregar ao Presidente do Senado as nossas principais propostas no que diz respeito à agenda político-parlamentar de 2015, relativa ao 8 de março.

Então, queria pedir a V. Exª autorização para assinar os requerimentos, uma vez que vou ter de me ausentar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A assessoria vai providenciar, me permita...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Pois não, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ... como provocador deste debate – V. Exª está na Presidência –, para que a assessoria da Comissão procure a todos para encaminhar depois.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Perfeito. Assim será encaminhado.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o item 3 da pauta.

Senador Paim, eu queria, antes de fazer a leitura do próximo requerimento, dizer que a presença do Senador Capiberibe traz à luz a lembrança desta Comissão de um lamentável fato que aconteceu no plenário da Câmara dos Deputados na última quinta-feira. A Deputada Janete Capiberibe, companheira nossa, companheira desta Comissão também e companheira de vida do Senador Capiberibe, foi lamentavelmente agredida no plenário da Câmara, quando estava fazendo um pronunciamento por um outro Deputado do Estado do Amapá. É um tipo de procedimento mais do que lamentável; é condenável e inaceitável que ocorra no âmbito do Congresso.

Portanto, eu queria pedir o apoio da assessoria técnica da Mesa...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permita-me um aparte, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Senador Paim, por favor.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ele está presidindo a reunião. V. Exª, no exercício da Presidência, poderia propor, nessa linha mesmo, como Presidente, um voto de solidariedade. Eu tenho certeza de que...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – É este o encaminhamento que quero fazer nesta condição que V. Exª me permite, de Presidente: que, ao final, após a leitura dos requerimentos, esta Comissão aprove um voto de solidariedade à Deputada Janete Capiberibe e que, ao mesmo tempo, esse voto seja encaminhado ao Presidente da Câmara para que seja assegurado à Parlamentar as condições para o exercício do mandato, porque esse tipo de procedimento é mais do que aviltante.

Senador Capiberibe, por gentileza. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Senador Capiberibe, por gentileza.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito obrigado, Senador Randolfe. Quero cumprimentar o Presidente da CDH, Senador Paulo Paim, e dizer que estou muito satisfeito de trabalharmos juntos mais uma vez.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – V. Exª me permite um aparte? Eu sei que não é o momento, V. Exª está com a palavra, mas eu fiquei muito feliz, porque V. Exª me cochichou aqui num ou-

vido: “Olha, eu sei que não escolheram o vice. Se depender de mim, quero dizer que eu aceito ser o vice.” Claro que para mim é um orgulho enorme ter uma liderança como o Senador Capiberibe como vice deste humilde Senador.

Por isso eu vou aplaudir, mais uma vez, a V. Ex^a agora. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Senador Paim, já adianto o apoio.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSB - AP) – A bancada do PSB acatou e já nos indicou para compor a Vice-Presidência da CDH.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – O Bloco.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSB - AP) – O Bloco.

Mas essa atitude, Senador Randolfe, é muito importante, porque a agressão que a Deputada Janete sofreu partiu de um agressor contumaz, com um histórico muito longo de agressões físicas. É uma pessoa difícil de ser contida. Então, é importante essa manifestação aqui da Comissão de Direitos Humanos e, evidentemente, algumas ações que estamos encaminhando, inclusive ações judiciais, para evitar, digamos, que essa agressão continue acontecendo.

Agradeço a lembrança e também a iniciativa do Senador Randolfe.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – É mais do que justo e adequado que esta Comissão de Direitos Humanos assim se manifeste.

Então, vamos apreciar, como último item da pauta, Senador Paulo Paim, este voto de solidariedade que aqui encaminhamos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Teria uma pergunta: se haveria problema de fazer a leitura e a votação em bloco.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Então, vamos fazer isso, acatando o encaminhamento do Senador Paulo Paim, vamos fazer a leitura de todos os requerimentos e, em seguida, a votação em bloco, por celeridade processual também.

ITEM 4

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 5, DE 2015

– Não terminativo –

Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater os encaminhamentos legais após a tragédia da Boate Kiss.

Autoria: Senador Paulo Paim

ITEM 5

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 6, DE 2015

– Não terminativo –

Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater a situação de descaso nos sistemas públicos e privados de saúde.

Autoria: Senador Paulo Paim

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Repito que será assinado por todos os Senadores da Comissão, independentemente da ordem.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Item 6:

ITEM 6

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 7, DE 2015

– Não terminativo –

Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater o direito de greve.

Autoria: Senadora Fátima Bezerra e outros

ITEM 7**REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA Nº 8, DE 2015**

– Não terminativo –

Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater desemprego.

Autoria: Senador Paulo Paim

ITEM 8**REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA Nº 9, DE 2015**

– Não terminativo –

Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), no ambiente de trabalho.

Autoria: Senador Paulo Paim

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permita-me, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Pois não, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Acho um absurdo o que estão querendo fazer. O trabalhador fica lá na fundição, na boca do forno, ou recebendo agrotóxico todo dia lá no campo, e se diz que, se ele usar uma mascarazinha ou uns óculos, ou um capacete, ele não tem mais direito aos adicionais de insalubridade, periculosidade ou atividade penosa. Isso é brincadeira!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu quero chamar aqui os juízes, para dialogar – os que defendem essa tese. Então, acho que temos que aprofundar esse debate.

E quero, mais uma vez..., porque estou meio incomodado com uma coisa, pessoal, tive a iniciativa. Estamos atrasados, porque as Comissões atrasaram, mas queria que qualquer Senador que entender que esse tema é importante da sua área apresente até o mesmo requerimento, e eu assino embaixo, e tocamos bala aqui, porque o importante para mim não é quem assina primeiro, é a causa que cada um de nós defendemos. Ficou claro?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Perfeitamente, ficou claro, Senador Presidente Paulo Paim.

ITEM 9**REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 10, DE 2015**

– Não terminativo –

Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater o Estatuto do Motorista.

Autoria: Senador Paulo Paim

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Que tem a ver com toda a questão dos caminhoneiros, a pedido deles.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Item 10:
ITEM 10

**REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA Nº 11, DE 2015**

– Não terminativo –

Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater alternativa para os feriados nacionais.

Autoria: Senador Paulo Paim

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É aquela história: uns dizem que os feriados deveriam ser segunda e sexta; outros dizem que não. Então, a sociedade pediu, a gente vai abrir o debate.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Item 11:

ITEM 11

**REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA Nº 12, DE 2015**

– Não terminativo –

Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater a situação do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e suas novas regras.

Autoria: Senador Paulo Paim

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Está um polêmica enorme. A própria Senadora pediu que ela fosse contemplada até como primeira signatária, e não há problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Item 12:

ITEM 12

**REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA Nº 13, DE 2015**

– Não terminativo –

Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater a instituição para reparação de danos dos caminhões.

Autoria: Senador Paulo Paim

ITEM 13

**REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA Nº 14, DE 2015**

– Não terminativo –

Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater a liberdade e a autonomia sindical.

Autoria: Senador Paulo Paim

ITEM 14

**REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA Nº 15, DE 2015**

– Não terminativo –

Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater a mobilidade urbana, acessibilidade e a importância do uso das bicicletas no transporte urbano.

Autoria: Senador Paulo Paim

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Quero lembrar, Presidente, que existe, aqui no Senado, o PLS nº 262, de 2013, de minha autoria, que altera a Lei nº 12.587 e institui novas diretrizes para a Política Nacional de Mobilidade Urbana, para fortalecer e institucionalizar o uso da bicicleta.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu proponho, permita-me, que V. Exª apresente outro entendimento e que a audiência pública seja em cima do seu projeto, porque esse é o objetivo, só que o seu projeto está mais concreto. É possível?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Perfeitamente, acatado. E, para não ser outro requerimento, faço adendo dessa justificativa ao requerimento de V. Exª, que já contempla.

Passamos ao item 15.

Senador Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Eu solicito a inclusão do Requerimento nº 18, de 2015, para leitura.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Perfeitamente. Então, após o requerimento do Senador Paulo Paim, faremos a leitura.

ITEM 15
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA Nº 16, DE 2015

– Não terminativo –

Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater a rotatividade no emprego.

Autoria: Senador Paulo Paim

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Essa é a grande questão do desemprego, a rotatividade. Nisto vamos ter que aprofundar: discutir o desemprego e discutir a rotatividade, mas um dia só para a rotatividade, pois é a forma de arrochar o salário do nosso povo.

Permitam-me ler uma questão dos caminhões, aqui houve dois momentos. Nós vamos discutir embaçados num projeto que diz que os caminhoneiros têm o direito de terem um fundo mútuo de cooperação, porque as grandes seguradoras – eu estive com elas – não fazem seguro para caminhão com mais de 15 anos e não querem que eles tenham fundo mútuo para dividir os prejuízos entre eles.

Então, é um debate específico sobre esse projeto que trata desse tema. Por isso que você falou antes, eu deixei passar e não dei os esclarecimentos devidos.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Perfeito, Senador Paim.

O último requerimento de autoria do Senador Paulo Paim.

ITEM 16
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA Nº 17, DE 2015

– Não terminativo –

Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater a terceirização.

Autoria: Senador Paulo Paim

Todos os requerimentos lidos até agora são de autoria do Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A terceirização – permita-me – todos sabemos muito bem o que é: aquela malandragem de tirar todos os direitos do trabalhador, terceirizar tudo e o trabalhador passa a não ter o direito ao que manda a própria CLT. Vem com muita força da Câmara, que venha de lá, mas vai parar aqui. Nós aqui vamos fazer um crivo do que é terceirização e do que não é – atividade-fim é uma coisa, atividade-meio é outra – e deve haver a responsabilidade solidária, por isso que nós queremos aprofundar o debate aqui.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Dessa forma, então, encaminho à votação em bloco de todos os requerimentos de autoria do Senador Paulo Paim.

Aqueles que os aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovados, Senador Paulo Paim, os requerimentos de sua autoria.

Devolvo agora a Presidência a V. Ex^a, porque a minha parte aqui já foi cumprida. Então, devolvo a Presidência a V. Ex^a para encaminhar a inclusão extrapauta do requerimento de autoria do Senador João Capiberibe e do voto de solidariedade à Deputada Janete Capiberibe que nós apresentamos aqui.

Devolvo a Presidência ao seu titular.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Consulto às Sr^{as} e aos Srs. Senadores se concordam com a inclusão do requerimento extrapauta, conforme aqui solicitado.

Coloco em votação a inclusão extrapauta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos direto ao requerimento do Senador João Capiberibe.

Eu acho que fica até de bom tamanho – eu diria, para não usar de bom alvitre, como alguns advogados gostam – de a gente encerrar aprovando o voto de solidariedade à nossa querida Deputada que foi agredida lá na Câmara.

Então, passo a palavra ao Senador João Capiberibe para explicar a importância – como manda o Regimento Interno – de que a substituição da Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça pela Subcomissão Permanente de Justiça de Transição no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Senador João Capiberibe.

ITEM 17 REQUERIMENTO Nº , DE 2015

Requeiro nos termos do art. 73, do Regimento Interno do Senado Federal, a substituição da Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça, pela Subcomissão Permanente de Justiça de Transição, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Autoria: Senador João Capiberibe

Eu acho que fica até de bom tamanho – eu diria, para não usar de bom alvitre, como alguns advogados gostam – de a gente encerrar aprovando o voto de solidariedade à nossa querida Deputada que foi agredida lá na Câmara.

Então, passo a palavra ao Senador João Capiberibe para explicar a importância – como manda o Regimento Interno – de que a substituição da Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça pela Subcomissão Permanente de Justiça de Transição no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Obrigado, Sr. Presidente.

Nos dois últimos anos, trabalhamos e fizemos acompanhamento da Comissão Nacional da Memória, Verdade e Justiça através da Subcomissão criada no âmbito desta Comissão. O trabalho terminou sendo auxiliar ao que vinha sendo feito pela Comissão Nacional e tivemos oportunidade de revelar alguns fatos e também de trazer visibilidade, inclusive chegamos a entrar em ambientes em que se praticou tortura no período da última ditadura civil militar, que foi de 1964 a 1985, que nos atingiu duramente. A contribuição dessa Comissão foi muito importante para os trabalhos da Comissão Nacional.

A Comissão Nacional da Verdade entregou seu relatório final ainda no ano passado e daí, então, nós decidimos por acompanhar o seu desdobramento.

Está contemplada no relatório uma série de constatações de violações de direitos humanos, de violências praticadas contra cidadãos e cidadãs brasileiras, execuções sumárias, desaparecimento de cadáver, enfim, toda uma série de práticas absurdas e que violam direitos fundamentais da pessoa humana foram praticadas ao longo desse período. Então, esse relatório foi apresentado à sociedade, foi apresentado à Presidente Dilma e foi apresentado aqui à nossa Comissão. Essa é uma fase.

Passamos da fase de investigação agora para a fase de encaminhamentos, sugestões e até de proposições para que a gente definitivamente dobre essa página triste da história brasileira. E me parece fundamental que a Comissão de Direitos Humanos, através de uma subcomissão específica, possa, já num outro momento, num momento em que a gente deseja justiça de transição, o que não significa que nós vamos alcançar, mas a subcomissão vai trabalhar no sentido de promover justiça de transição. Então, a gente substitui a Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça por essa Subcomissão de Justiça de Transição, no sentido de buscar reparação e justiça para aqueles que cometeram crimes contra os direitos humanos.

Portanto, peço, solicito que seja aprovado o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em discussão a matéria.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Sr. Presidente, quero cumprimentar o Senador Capiberibe pela autoria e reiterar o testemunho que ele dá. Foi fundamental, no ano passado, a instituição da Subcomissão de Acompanhamento dos Trabalhos da Comissão da Verdade sob o título aqui de Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça.

Agora estamos numa fase seguinte.

Lembro também que nós temos um PLS aqui no Senado de revisão da Lei de Anistia, que está na Comissão de Relações Exteriores. Portanto, essa iniciativa do Senador Capiberibe é indispensável para dialogar sobre esse passo seguinte do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

Eu já tinha dito anteriormente que a Comissão Nacional da Verdade concluiu o processo de transição política para a democracia no Brasil, mas muita coisa ainda precisa ser feita, entre elas acatar algumas das sugestões do relatório da Comissão da Verdade. E uma das sugestões é esta: o Brasil não ter mais no seu ordenamento jurídico uma lei que aceita a tortura, aceita o perdão da tortura, quando todas as convenções internacionais

de direitos humanos já entendem, compreendem, e a nossa própria Constituição também, que a tortura é um crime inafiançável e imprescritível.

Cumprimento o autor, Senador João Capiberibe, companheiro de bancada do meu Estado. Acredito, não tenho dúvida disto, que ele é a pessoa mais adequada, mais indicada para conduzir mais uma vez, para presidir essa subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em discussão a matéria.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Sr. Presidente, também gostaria de cumprimentar o Senador Capiberibe, dizer que também sou signatário do pedido que ele coloca. Eu acho muito interessante e importante para o nosso País passar a limpo todas essas questões que ficaram muito tempo debaixo do tapete. Não dá para permanecer como estão, até para evitar que fatos se sucedam ao longo do tempo.

Acho que a colocação de S. Ex^a o Senador Randolfe é de altíssima procedência, com relação à tortura, que é inaceitável. Então, Randolfe, também me solidarizo com suas palavras.

Gostaria, Sr. Presidente, também de requerer que, se possível, a gente analise... Não sei se há, no âmbito desta Casa, uma subcomissão para discutir a questão de projetos e trabalhos com relação à prevenção à depressão e ao suicídio. V. Ex^a abriu a reunião aqui falando do suicídio. A gente vê que hoje a depressão é o que mais aumenta neste País. Cada família tem um depressivo de toda idade. Nós precisamos muito trabalhar em relação a essa questão. Eu gostaria muito de que, se fosse possível, nós constituíssemos uma subcomissão específica para cuidar e discutir políticas públicas com relação à depressão e ao suicídio.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Hélio José. Solicito a V. Ex^a que encaminhe o requerimento à Mesa, nos moldes do que fez o Senador João Capiberibe, porque existe um número x de subcomissões nesta Comissão e nós vamos adequando para que aqueles que entrarem com requerimento...

Sei que vai entrar a Subcomissão da Mulher, também essa que já vou agora ler e, em seguida, já ficará aprovada e podemos ajustar a sua proposta também. O.k?

Vamos à votação do requerimento do nobre Senador João Capiberibe, tão bem advogado por todos os Senadores presentes.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos agora ao último documento da reunião de hoje: item 18.

ITEM 18 REQUERIMENTO Nº , DE 2015

Requeremos, nos termos do artigo 222, do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Censura ao Deputado Federal Roberto Góes, pela agressão que cometeu contra a Deputada Federal Janete Capiberibe, no dia 26 de fevereiro de 2015, no Plenário da Câmara dos Deputados.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

Aqui está um resumo. Depois nós vamos, naturalmente, trabalhar com todos os dados que vamos buscar junto a V. Ex^a.

Esta Comissão encaminha voto de censura, em seu nome, adequado, desta CDH, pelos atos praticados contra a Deputada Janete Capiberibe.

O voto será encaminhado ao Presidente da Câmara dos Deputados.

Enfim, é esse o resumo, mas já foi aqui advogado com a precisão dos dois Senadores.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Com isso nós encerramos a reunião de hoje, agradecendo a todos. Com certeza, nós vamos marcar um dia para ajustarmos um plano de trabalho, sem prejuízo dos requerimentos que foram aprovados, mas para que cada Senador possa potencializar toda a sua área, o entendimento no campo das relações humanas, ou seja, no campo dos direitos humanos.

Que Deus ilumine a todos nós!

Um abraço a todos vocês! *(Palmas.)*

(Iniciada às 11 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 08 minutos.)

ATA DA 2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 05 DE MARÇO DE 2015, QUINTA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 9 HORAS, NA SALA Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas do dia cinco de março de dois mil e quinze, no Plenário número seis, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores e Senhoras Senadoras Paulo Paim, Donizete Nogueira, Telmário Mota, Hélio José, e Vicentinho Alves. O Senhor Senador Cristovam Buarque justifica sua ausência. O Senhor Presidente declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: Audiência Pública, nos termos do **REQUERIMENTO DA COMISSÃO** de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 3 de 2015, aprovado em 03/03/2015, de autoria do Senador Paulo Paim, que requer a realização de Audiência Pública para debater: “As alterações propostas pelas Medidas Provisórias nºs 664 e 665 de 2014”. O Senhor Presidente apresenta os senhores convidados e solicita que tomem lugar à mesa e passa a palavra aos convidados, que fazem suas explanações: Carlos Alberto Schmitt de Azevedo, Presidente da Confederação Nacional das Profissões Liberais – CNPL; Diego Monteiro Cherulli, Representante da Federação de Aposentados e Pensionistas de Brasília; Antonio Augusto de Queiroz, Diretor do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – DIAP; Ronaldo Curado Fleury, Subprocurador Geral do Trabalho; Lilian Arruda Marques, Assessora da Direção Técnica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE; Zilmara Alencar, Advogada e Assessora Jurídica e Sindical da CNPL; Ana Paula Fernandes, Representante do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário – IBDP; Thais Maria Riedel de Rezende Zuba, Presidenta da Comissão de Seguridade Social da Ordem dos Advogados do Brasil do Distrito Federal; Lineu Neves Mazzano, Secretário Geral – Coordenação dos Servidores Públicos do Brasil; Moacir Meirelles de Oliveira, Vice-Presidente da COBAP; Pedro Hamilton Brasil – SINDPESCA – MANAUS-AM; e Sidnei Machado, Professor de Direito do Trabalho e Seguridade Social na UFPR. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Paulo Paim, Hélio José, Telmário Mota e Donizete Nogueira. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e dezessete minutos, lavrando eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – São 9 horas. Voltando ao sistema ao qual nós já nos acostumamos nesta Comissão, horário é para ser cumprido. Normalmente, os convidados participam da elaboração da mesa, inclusive, combinando o horário. Assim, estou aqui já lembrando, para as próximas audiências públicas, que sempre iniciamos no horário – 9 horas em ponto!

O Toninho já está aí.

Assim, às 9h em ponto, nós vamos iniciar a nossa audiência pública hoje, bem assim a outra, na próxima quinta, que vai debater... Na segunda-feira, são os caminhoneiros. Na outra quinta, será, provavelmente, com o movimento sindical. Mas reitero: sempre às 9 horas! Só para lembrar.

Bom, agora, oficialmente, vamos dar início aos trabalhos.

Declaro aberta a 2ª Reunião, extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião se destina à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 3, de 2015-CDH, de autoria dos Senadores Paulo Paim e outros, para debater as propostas apresentadas nas Medidas Provisórias nºs 664 e 665.

Serão três audiências públicas para discutir o tema. Nesta, os painelistas, conforme a sugestão que nos foi apresentada, farão uma análise mais técnica e jurídica das MPs. Teremos uma outra rodada, com a presença dos Ministros da área; e teremos, ainda outra, com as centrais, confederações, enfim, com o movimento sindical.

Acredito que, ao final desse ciclo de debates, já que foram apresentadas cerca de 500 emendas – só eu apresentei 47, juntamente com o Walter Pinheiro –, será possível mudar as MPs numa linha de que a redação não seja essa apresentada.

Eu lembrava, já um outro dia, que, mesmo a reforma da Previdência apresentada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, num momento, eu diria, do auge da sua popularidade, foi negociada aqui no Congresso, quando apresentamos a PEC Paralela. Todo mundo se lembra da dureza que foi, mas aprovamos. Aquela reforma não teria sido aprovada sem o acordo em cima da PEC Paralela.

Então, o objetivo desta nossa audiência pública... Claro que, aqui, cada convidado vai falar exatamente o que entende que tem que falar, mas tudo isso vai proporcionar subsídios para que a gente avance na discussão do tema. Se depender de mim, inclusive, já coloquei aos Ministros que tem que entrar nessa pauta a questão do fator previdenciário. Mas só estou antecipando o debate que vamos fazer.

Então, vamos convidar a compor a mesa o Sr. Diego Monteiro Cherulli. Está presente?

Por favor, Sr. Diego, dirija-se à mesa.

Seja bem-vindo! (*Palmas.*)

Convido o Sr. Subprocurador-Geral do Trabalho – e sempre presentes quando convidados, pelo que quero cumprimentar os Procuradores do Trabalho –, Dr. Ronaldo Curado Fleury, por favor. (*Palmas.*)

Eu vou chamar os outros convidados.

Lilian Arruda Marques, que representará, neste debate, o Dieese; Carlos Alberto Schimitt de Azevedo, Presidente da CNPL, um dos que nos procuraram e insistiram muito com o Diego para que fizéssemos esta reunião de imediato, devido à importância do tema; e o meu amigo de décadas - permita-me que assim eu diga, mas não vou falar a idade nem sua nem minha –, Antônio Augusto de Queiroz, Diretor do Diap, que tem feito um papel fundamental na construção das políticas sociais assessorando os movimentos. (*Palmas.*)

Chamo a Presidente da Comissão de Seguridade Social da Ordem dos Advogados do Brasil do DF, Thais Maria Riedel de Resende Zuba. Não sei se já se encontra.

Ana Paula Fernandes, representante do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário.

E o Dr. Ronaldo já se encontra aqui na mesa.

Eu vou, rapidamente, além dessa saudação que fiz aos nossos convidados, como introdução ao tema, já que a TV Senado está transmitindo a nossa audiência, deixar claro aos espectadores de que estamos tratando. Aqui, o debate é sobre as duas Medidas Provisórias nºs 664 e 665, de 2014, cujos temas tratam da questão da viúva ou do viúvo – a gente só fala de viúva, mas há viúvos também –, das pensões, do seguro-desemprego, do seguro-defeso. Quanto ao seguro-desemprego há essa mudança de seis para 18 meses. Há a questão do 14º dos que ganham menos, aqueles que ganham até dois salários mínimos, e por aí vai. São seis ou sete itens que estão nas duas MPs e na nossa avaliação – por isso três audiências públicas já estão marcadas – trazem prejuízo, sim.

Eu sempre digo que o que falo na tribuna, falo aqui. O que falo na reunião com os Ministros, eu falo aqui. Na nossa avaliação, trazem prejuízo para os trabalhadores e para os aposentados e pensionistas. Por isso, queremos debater exaustivamente, a fim de analisar as medidas encaminhadas à Casa.

Aqui está o representante dos pescadores. Lembro que eles vieram fazer uma visita de pressão em Brasília e fez questão de que estivessem aqui e depois terão direito à palavra, como eu já havia combinado.

Também está presente a Cobap, que vai participar ativamente do debate, e as outras entidades, devido à importância do tema. Nossos motoristas de ambulância – o Alex – estão aqui presentes também.

Então, de imediato, passamos a palavra começando pelo Diego, que é um dos provocadores desta nossa audiência pública, e sem prejuízo de na sequência falar o nosso Presidente da CNPL.

O SR. DIEGO MOREIRA CHERULLI – Bom dia a todos.

Muito obrigado, Senador Paulo Paim, por receber o pedido feito pela Federação dos Aposentados de Brasília e pela OAB/DF para realização desta audiência.

O pedido foi feito com certa urgência tendo em vista o caráter observado por muitos especialistas na área jurídica do Direito Previdenciário do caráter absolutório da medida provisória, uma vez que não foi debatida com o Congresso Nacional, não houve participação da sociedade na elaboração de seus termos e, ao mesmo tempo, veio retirar direitos amplamente conquistados, com lutas sociais mediante atuação incessante das categorias profissionais. Inclusive, algumas estão aqui representadas.

O primeiro aspecto das medidas provisórias que eu queria tratar é a questão da inconstitucionalidade, tendo em vista que a Presidência da República apresentou uma medida provisória, como já disse, sem debater com a sociedade civil sobre ela, envolvendo direito previdenciário, direito das pessoas de terem acesso aos seus benefícios previdenciários.

Uma das questões que mais chama atenção hoje em dia é a pensão por morte, de onde foram retirados 50% do valor de forma imediata, bem como se aplicou um índice de tempo de pagamento de acordo com a idade da pensionista. É claro, há alguns casos de pagamento vitalício, a depender de algumas condições pessoais, como a viúva ou o viúvo, Senador, porque, como o senhor disse, não é só mulher que recebe, tiver incapacitado definitivamente para o trabalho e outras questões. Essa situação traz uma enorme insegurança jurídica tendo em vista que a MP já entrou em vigor e pode a qualquer momento ser revogada, e os atos jurídicos já praticados nesse período podem causar um grande dano àqueles segurados da Previdência Social que vierem seus benefícios concedidos.

Uma das maiores perdas foi no Regime Geral de Previdência Social, que são os benefícios administrados pela autarquia federal Instituto Nacional do Seguro Social. O Regime Próprio de Previdência Social não teve tanta perda, tendo em vista que não houve perda no valor, mas tão somente diminuição do prazo de pagamento, o que consideramos uma inconstitucionalidade tremenda, ainda mais porque, como já disse, não colocou ao Congresso Nacional o direito de apreciação da matéria legislativa. Há muito a se discutir.

Em 1995, o próprio Ministro da Previdência Social à época ofertou um projeto de lei que se tornou a Lei nº 9.032, de 1995, em que restabeleceu o direito dos pensionistas à integralidade do valor da pensão. Na exposição de motivos, ele cita por várias oportunidades que, desde aquela época, a Previdência já apresentava um suposto déficit, desde aquela época já havia fraudes e essa preocupação acerca da concessão dos benefícios, porém o mesmo entendeu, e o Congresso também, que seria viável continuar mantendo a pensão em sua integralidade, em 100%, e não em 50%, como estava sendo aplicado. A pensão por morte, no decorrer dos últimos 30 anos, passou por várias modificações, inclusive gerou uma grande discussão política e jurídica dentro do Supremo, o que levou a várias ações pedindo a integralização da pensão por morte. O Supremo entendeu pela sua inconstitucionalidade, tendo em vista que a lei era posterior e não poderia reger os atos já praticados sob a égide da lei anterior, a Lei nº 9.032, de 1995. Ao citar a Lei nº 9.032/95 na sua exposição de motivos, deixa bem claro que é uma luta e uma conquista da luta social dos aposentados e pensionistas a integralização da pensão por morte e outros direitos ali adquiridos. E, agora, uma medida provisória, como dito, absolutória, sem contraditório, sem defesa, sem debate, vem e retira esse direito e volta a uma regra anteriormente já rechaçada pela sociedade. Nesse aspecto, entendemos pela inconstitucionalidade também material e formal da medida provisória.

Recentemente, há dois dias, mais precisamente, o Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, devolveu uma medida provisória enviada pelo Palácio do Planalto tratando da desoneração da folha. A devolução foi basicamente em cima do assunto que tratamos aqui: a inconstitucionalidade por falta de requisitos. A medida provisória atual não tem requisitos de urgência para vingar. Por quê? Vários estudos, hoje, embora ela fundamente o déficit de caixa, o risco de fraudes e a redução de benefícios concedidos indevidamente, já apontam casos contrários, como, por exemplo, a situação do déficit.

A Anfp, Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal, por diversas vezes, e costuma fazê-lo anualmente, emite pareceres e estudos demonstrando superávit da Previdência Social. O último estudo da Anfp declarou um superávit, Senador Paulo Paim, na Previdência Social de mais de R\$65 bilhões, em 2013, demonstrando, inclusive, os gastos com várias espécies de benefícios, até mesmo aqueles que não são custeados pelos segurados, como o Bolsa Família, os benefícios assistenciais e toda a estrutura para manutenção desses benefícios.

Portanto, a Anfp, nesta oportunidade, encontrou um saldo positivo nos caixas do INSS de quase R\$651 bilhões. Logo, é muito contraditória a questão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Diego, me permita convidar para a mesa a Sr^a Lilian Arruda Marques, que representa o Dieese. As duas pelo Dieese?

O SR. DIEGO MOREIRA CHERULLI – Não, essa aqui está pela OAB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É que, na OAB, já há uma pessoa na mesa, que provocou. Temos que tocar: fala um e fala outro. Ele fala, depois troca, até porque a OAB foi uma das entidades que provocaram esse momento. Portanto, eu queria que, neste momento, a Lilian, que representa o Dieese, viesse para a mesa, até porque, Lilian, esse documento do Dieese tenho usado muito em debates com Ministros e aqui. Sempre estou com o documento em mão, é a minha Bíblia para o bom debate. Tenho usado muito esse documento, com dados e números que têm me ajudado muito. Mas não há problema: todos que estão aqui falarão na ordem que foi combinada. Depois que falar, você dá oportunidade para nossa outra representante da OAB, que usará o mesmo tempo.

O SR. DIEGO MOREIRA CHERULLI – Bem, Senador, finalizando rapidamente, essa medida provisória foi objeto de estudo pela Comissão de Seguridade Social da OAB-DF. A Dr^a Thais Riedel logo me substituirá aqui e fará a exposição de motivos, inclusive levando, como base, o princípio da vedação do retrocesso social, que é um princípio reconhecido jurisprudencialmente e doutrinariamente no nosso campo jurídico, certo? A forma aliada do princípio do retrocesso social, da vedação, ao princípio da proteção da segurança jurídica e da confiança do cidadão.

Muito obrigado, Senador, pela oportunidade. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Diego, você ficou exatamente no tempo de dez minutos. De imediato, convido a Dr^a Thais Maria Riedel de Resende Zuba, que é Presidente da Comissão de Seguridade Social da Ordem dos Advogados do Brasil, do DF.

Conforme havíamos combinado, passo a palavra ao líder sindical que, na verdade, muito colaborou para que este evento acontecesse, o Presidente da Confederação Nacional dos Profissionais Liberais (CNPL), Carlos Alberto Schmitt de Azevedo.

O SR. CARLOS ALBERTO SCHMITT DE AZEVEDO – Bom dia, Senador; bom dia, demais componentes da Mesa, quero manifestar a importância desta audiência pública. Nós, na CNPL, Senador, discutimos muito os caminhos que deveríamos tomar e achamos que o melhor caminho era exatamente trazer essa discussão para dentro do Congresso a fim de melhorar a análise da parte técnica das medidas provisórias. Então, viemos, de pronto, ao gabinete do Senador, que estava ainda sendo indicado para a Presidência desta belíssima Comissão, que, na realidade, ecoa todas as angústias da população brasileira mais desprotegida. Conseguimos, junto com outras entidades e com apoio do Senador, viabilizar esta audiência pública. Como queríamos, Senador, fazer um debate mais técnico, trouxemos dois assessores nossos, especialistas nessas áreas, e eu gostaria de fazer essa troca de lugar com ele...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ...como foi feito com o Diego.

O SR. CARLOS ALBERTO SCHMITT DE AZEVEDO – ... como foi feito com o Diego, para que possamos começar esse aprofundamento.

Vou chamar a Dr^a Zilmara Alencar, uma advogada que trabalha bastante nessa área e conhece o tema. Depois, chamo o Dr. Sidney, que está chegando está no aeroporto junto com o nosso amigo Ricardo Nero.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. (*Palmas.*)

Então, fazemos a mudança de mesa e convidamos a Dr^a Zilmara Alencar, que vai falar pela CNPL, depois da rápida introdução feita pelo Presidente dessa entidade.

Informo a todos que o debate com o movimento sindical se dará em outra audiência pública.

Só para aqueles que não estavam aqui no início, informo que são três audiências: uma hoje, com um debate mais técnico, daí a composição desta mesa; uma outra com os Ministros da área; e uma outra, então, no encerramento, com as centrais sindicais, as confederações de trabalhadores e, naturalmente, a Cobap, que também estará presente nesse evento.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Para mim é indiferente. Vocês que mandam aqui na mesa. Eu só sou um colaborador aqui.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eles querem ouvir, primeiramente, o Toninho do Diap.

Toninho, você foi convocado a ser o primeiro a falar depois da rápida introdução feita pelo Diego e pelo Carlos da CNPL.

O Toninho é bom, porque a gente não chama nem de doutor, nem de nada; é Toninho mesmo. E pode me chamar de Paim – viu, Toninho? – que não há problema nenhum. Assim, direto Paim; nada de Senador.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ – Bom dia a todos!

Eu queria, inicialmente, cumprimentar o Senador Paulo Paim, que preside esta importante audiência pública. Cumprimento as entidades e a OAB, que tomaram esta iniciativa, extremamente oportuna, para se debater um tema com forte reflexo sobre o mundo do trabalho, sobre a Previdência Social, no momento de profunda crise por que passa o País.

Ficamos perplexos com as medidas provisórias do governo, porque não foi isso que foi sinalizado por ocasião da campanha eleitoral. O discurso era o contrário, ou seja, que não haveria mudança, em nenhuma hipótese, no que diz respeito às relações de trabalho. E isso se dá, Senador, em um momento preocupante, porque o Brasil passa por um forte ajuste fiscal, um momento em que se aumentam tarifas de energia, aumentam-se os juros, aumentam-se impostos; e isso, naturalmente, faz com que o setor empresarial, que já tinha um interesse em reduzir custos com a sua folha de salários, aproveite este momento, sob esse pretexto, para eventualmente demitir trabalhadores.

O Governo, neste momento, não tem margem fiscal, como teve em outras oportunidades, para fazer desonerações, concessões ou incentivos de natureza creditícia, monetária etc. Então, é provável – muito provável – que o setor empresarial, que cresceu tanto no Congresso quanto no Governo... É bom dizer que os postos-chave da atividade econômica, hoje, estão sendo administrados por ex-presidentes de confederações patronais, que historicamente tinham uma agenda muito dura em relação aos trabalhadores no sentido de redução de direitos.

Então, uma medida absolutamente inoportuna e absolutamente inconstitucional. Eu, inclusive, gostaria até de começar por este aspecto, chamando a atenção para três pontos dessa medida que nós consideramos inconstitucionais – e a Dr^a Thaís, aqui, com certeza, aprofundará essa análise.

Com relação à Medida nº 664, há três inconstitucionalidades, tanto assim que quatro entidades apresentaram ações diretas de inconstitucionalidade em relação a essa matéria.

A primeira inconstitucionalidade é de natureza formal. O art. 246 da Constituição dispõe, de forma absolutamente clara, que matéria que tenha sido objeto de emenda à Constituição no período de janeiro de 1995 a abril de 2001, quando foi promulgada a Emenda nº 32, não pode nunca mais ser regulamentada por medida provisória. O Governo baixou uma medida provisória tratando de temas da área da Previdência, como auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, abonos, pensão por morte etc. Então, essa iniciativa é claramente inconstitucional. Aliás, há precedente. O Presidente Lula, em 2001, baixou uma medida provisória tratando do auxílio-doença, e o Supremo prontamente a declarou inconstitucional, com fundamento nesse dispositivo.

Então, do ponto de vista forma, é absolutamente inconstitucional essa medida, porque ela não encontra amparo no Texto Constitucional.

Aliás, se o Presidente do Senado tivesse que devolver alguma MP essa seria a MP adequada, considerando que ela é claramente inconstitucional e inadequada sob esse ponto de vista. (*Palmas.*)

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ – O segundo aspecto diz respeito ao princípio da vedação do retrocesso social, que é uma tese da Dr^a Thaís, que, segundo a qual, uma vez obtido um determinado patamar de avanço nos direitos sociais, o seu núcleo central não poderia ser objeto de redução por meio de leis posteriores. Trata-se de um princípio que a Dr^a Thaís vai aprofundar aqui. E o terceiro, diz respeito à proteção da família, previsto no art. 226 da Constituição, e que essa medida torna vulnerável a proteção à família, na medida em que reduz direito à pensão do cônjuge e dependentes e, com isso, inviabiliza o gozo desse benefício de natureza vitalícia.

Então, a Medida Provisória que diz respeito às pensões por morte, auxílio-doença e aposentadoria por invalidez, de nº 664, não poderia ser baixada em hipótese nenhuma, e com vigência em período muito curto. Para que a gente possa ter ideia, a partir de 2 março de 2015, portanto já está em vigor, a carência da pensão passou de zero para 24 meses.

A partir de 31 de dezembro de 2004, o direito a pensão por morte pela prática de crime doloso, que tenha resultado na morte do segurado, não dá mais direito a nenhum benefício.

A exclusão, a partir de 15 de janeiro de 2005, do direito à pensão por morte ao cônjuge, companheiro ou companheira que não tiver união estável ou casamento há pelo menos 24 meses. Isso significa que, se um cidadão ou uma cidadã que viver com um companheiro e que não tiver união estável ou não for casada e antes de completar dois anos dessa relação vier a falecer, a sua cônjuge não terá direito a nenhum centavo de pensão, mesmo que tenha filho. O seu dependente terá, mas assim que completar a maioridade, se for menor de 18 anos, encerra-se esse direito.

Então é uma mudança extremamente drástica e violenta desse ponto de vista.

Quanto ao valor da pensão – também é uma paulada –, reduz de 100% para 50% o valor da pensão, mais 10% por cada dependente. Como o próprio pensionista é dependente, o limite, não tendo filho, dessa pensão passa a ser de 60%, e a partir dali se acrescentam mais 10% por cada dependente.

Os menores, quando chegam à maioridade, em lugar de acontecer o que acontecia no passado antes dessa Medida Provisória, em que o valor que eles recebiam revertiam para o titular da pensão, não há mais essa reversão, quer dizer, esse dinheiro desaparece. Então, supondo que uma família, uma mulher, viúva, que recebe 60% do valor da pensão e os filhos recebem os 40% restantes, na medida em que esses filhos foram completando a maioridade, esse valor desaparece, quer dizer, ele fica para o Estado, ele não se reverte mais para o pensionista principal,

Em relação aos prazos, só terá direito à pensão vitalícia aquele beneficiário que tiver expectativa de vida igual ou inferior a 35 anos; se tiver mais do que isso, se dará de forma gradual.

Outro aspecto extremamente relevante e prejudicial é o que diz respeito àquele que trata pela Medida Provisória nº 665, que trata do seguro-desemprego, do abono salarial e do seguro-desemprego para o pescador artesanal. Essa medida provisória tem uma inconstitucionalidade absolutamente clara no que diz respeito ao abono do PIS/Pasep. A Constituição diz claramente que o trabalhador que teve vínculo empregatício no ano anterior, independentemente do período, ele terá direito a um abono correspondente a um salário mínimo no ano seguinte.

O que faz o Governo? Isso não pede regulamentação, não requer nenhum esclarecimento adicional porque é uma regra claramente autoaplicável. O Governo quer fracionar esse abono, reduzindo o seu valor proporcional ao tempo que o cidadão esteve empregado no ano anterior. É uma medida completamente incons-

titucional, porque não cabe o fracionamento do abono e extremamente perversa e mal-intencionada, porque ela foi apresentada no penúltimo dia do ano em que o trabalhador teria direito àquele benefício.

Então, pela regra que foi feita, o trabalhador vai se prejudicar não apenas em relação a 2015, mas também em relação a 2014, porque, em tese, ele não teria completado aquele período. Então, é uma violência, é escolher como variável de ajuste os mais pobres, os mais necessitados, para compor claramente, como diz a exposição de motivos, o superávit primário. Quer se arrecadar, com isso, em cima do andar de baixo, dos mais pobres, algo como R\$18 bilhões, e o Congresso não pode aceitar isso passivamente.

Então, essa iniciativa do Senador Paim de tratar desse tema oportunamente, ou seja, antes de a comissão que vai tratar dessa matéria se reunir, é uma medida extremamente oportuna.

A comissão mista que vai tratar dessa matéria terá que se manifestar pela admissibilidade e, em sendo uma análise técnica, certamente, declarará inconstitucional, no que diz respeito às questões previdenciárias todas, por erro formal, e em relação, também, ao abono. Nos demais aspectos, embora o Governo possa dispor sobre isso, o modo como o fez foi extremamente exagerado, para não dizer perverso.

Então, uma ação do Congresso Nacional, na minha avaliação, deve ser na direção de, por inconstitucionalidade formal, rejeitar essas medidas provisórias, e o Governo que encaminhe um projeto de lei – por projeto de lei, ele pode fazer isso –, e, em sendo admitida pela comissão, pelo menos amenizar esses efeitos perversos, restabelecendo a justiça social, porque, do modo como foi feito, está sendo suprimida essa proteção social que o Governo tanto alardeou por ocasião da campanha eleitoral.

(Soa a campanha.)

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ – Então, apenas para concluir...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Toninho, tem mais cinco minutos ainda. Se você quiser comentar, principalmente a segunda MP... Eu darei a todos dez com mais cinco. Quando toca a campanha, são os primeiros dez.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ – Eu já vou, então, Senador, concluir. Não vou me alongar, até para dar oportunidade, aqui, para que explore mais esse aspecto da proteção social a Dr^a Thais.

Então, quero manifestar, aqui... Eu trouxe um documento do Diap com uma análise dessa medida provisória nos mais vários aspectos, fazendo um pequeno resumo e dando sugestões em relação ao que fazer.

Mais uma vez, quero apenas registrar o agradecimento pelo convite, falar da satisfação de participar aqui em nome do Diap e, mais uma vez, cumprimentar o Senador Paim por essa iniciativa.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Antônio Augusto de Queiroz, diretor do Diap, que, a exemplo, já, dos outros dois que usaram a palavra, vai na linha de que as MPs são inconstitucionais e trazem prejuízos para os trabalhadores aposentados, e trabalhadores tanto da área da pesca, como da área da indústria e todo o leque dos assalariados brasileiros.

Eu passo a palavra, agora... Primeiro, eu quero chamar para a mesa – vamos ajustar aqui – a Dr^a Ana Paula Fernandes, que é representante do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário.

Eu sei que algumas entidades já pediram a palavra, está aqui acordado, e ficarão na primeira fila. Terão direito a fazer comentário, para a gente não ter que mexer em toda a Mesa, naturalmente, e expressar o seu ponto de vista.

Está aqui já o Moacir da Cobap, que vai poder usar a palavra e questionar a Mesa, se assim entender, e também o representante da nossa Confederação Brasileira de Servidores Públicos (CSPB). Está certo, Dr. Lineu Neves? Muito bem.

Então, passamos a palavra, agora, à Dr^a Lilian Arruda Marques, que é... Não, nós tínhamos combinado a Thais, não é? Vamos deixar falar a Thais. Só um pouquinho, Lilian. Vai falar a Thais na sequência aqui.

Com a palavra, a Dr^a Thais Maria Riedel de Resende, que está, aqui, representando a OAB – DF e tenho certeza de que a OAB nacional também, porque é presidente da Comissão de Seguridade.

A SR^a THAÍS MARIA RIEDEL DE RESENDE ZUBA – Bom dia.

Primeiramente, eu gostaria de agradecer ao Senador Paulo Paim pela iniciativa. A OAB do Distrito Federal ficou muito preocupada com essas medidas provisórias e nós, da Comissão de Seguridade Social, de imediato, procuramos fazer um estudo técnico sobre o tema tamanha a relevância que representa para toda a nossa Nação.

Nós fizemos esse pedido e o Senador prontamente atendeu. E gostaria de agradecer. Isso é muito importante porque essas medidas provisórias foram feitas sem essa representatividade, sem essa consulta à população. E elas atingem diretamente o cidadão, principalmente de baixa renda, pessoas que dependem da Previdência, pessoas que estão ali em uma contingência social.

Sobre os aspectos técnicos e jurídicos, são inúmeras as inconstitucionalidades. Nós temos mais de dez artigos da Constituição que nós poderíamos citar, além do princípio da vedação do retrocesso, que foi até matéria do meu mestrado, coincidentemente. É um princípio muito em voga em Portugal, na Alemanha e já tem sido utilizado muito no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só para colaborar, inclusive, ela trouxe o livro aqui, a sua tese, Dr^a Thaís: *O Direito Previdenciário e o Princípio da Vedação do Retrocesso*. É essa a tese da doutora.

A SR^a THAÍS MARIA RIEDEL DE RESENDE ZUBA – Bem, esse princípio já foi, inclusive, citado vários vezes pelo Supremo Tribunal Federal. É algo que merece uma certa atenção, principalmente pelo viés econômico com que têm sido feitas essas mudanças na área previdenciária.

Quanto aos aspectos formais, o Toninho até já adiantou um pouco, não vou me alongar, além de essa medida provisória ser a via imprópria para análise, porque acaba fazendo uma minirreforma previdenciária por medida provisória – veja que absurdo! –, além de não haver a urgência e a relevância suficientes para uma medida provisória, ou seja a via é totalmente inadequada, ela parte de premissas equivocadas. É muito importante os Congressistas saberem e terem essa consciência, porque isso tem sido utilizado pelo Governo tanto aqui para pressionar o Legislativo, quanto no Judiciário para pressionar o Judiciário.

O argumento sempre é que a Previdência está quebrando, a Previdência vai quebrar. E obviamente, o juiz, o ministro, o Congressista, o Senador, ficam preocupados porque há um bem comum.

Então, é importante... E aí eu acho que a Anfiop, o pessoal do Dieese têm dados melhores até e relatórios sobre o tema. É importante identificar que essa é uma premissa falsa. Existem vários estudos que demonstram que a nossa Previdência é superavitária. É importante entender o seguinte: a Constituição, quando criou o sistema de seguridade social, que foi um grande avanço, ocorreu no mundo inteiro e o Brasil seguiu esse avanço, ela partiu da criação da assistência, previdência e saúde. Então, o art. 193 fala: “A ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais.”

É isto que propõe a nossa Constituição: atingir o bem-estar e a justiça social. E qual é o meio adequado para se alcançar esse bem-estar? O sistema de seguridade social.

Por isso ele tem um tripé: saúde, assistência e previdência. Saúde, porque sem saúde a gente não consegue trabalhar, não consegue produzir, sem produzir a gente não contribui. Previdência, porque aquele que está trabalhando normalmente não é previdente, sozinho ele não iria contribuir, não iria reservar... Porque a gente não pensa que amanhã pode estar incapaz para o trabalho, passando por uma necessidade social; então, o Estado vem e fala: “Como você não tem essa noção de que amanhã você pode precisar, eu venho e te obrigo a contribuir para a previdência.”

Essa previdência vem da técnica do seguro, do risco. Quando a gente tem um carro, a gente quer proteger com seguro, a gente paga o prêmio e, se acontecer algum infortúnio, o sinistro, há a proteção à indenização.

No Direito Previdenciário é a mesma lógica, só que adaptado a um cunho social. Então, existe lá o risco: o risco da morte, o risco da doença, o risco da incapacidade, riscos que nem sempre são coisas ruins, pode ser a maternidade. Também são coisas afortunadas, mas que poderiam impossibilitar a pessoa de trabalhar por um momento. Então, há os riscos. O legislador vem, seleciona alguns riscos e fala: “Olha, nessas situações, você vem e contribui para a Previdência, porque amanhã, caso você esteja em uma contingência, passe por um estado de necessidade, vem o Direito Previdenciário e faz o quê? Vai te atender minimamente em um situação de necessidade para você não passar por infortúnios.

Bem, então, nós temos saúde, previdência e assistência. A assistência destinada àqueles que não têm condições de contribuir. Ora, você está em um estado de miserabilidade, você não tem um emprego, você não tem uma família que lhe possa auxiliar, você, às vezes, tem uma deficiência que lhe incapacita trabalhar e não tem quem possa lhe auxiliar, aí nós temos a assistência. Aí entra o Bolsa Família, aí entram todos esses benefícios assistenciais. Então, é esse tripé. Olha que lindo é o nosso sistema!

O que o Governo faz? Ele pega a Previdência, que é exatamente onde as pessoas contribuem, em nome de déficit que não existe... O que existe? Existem desvios de receitas da União. Existem vários tributos que são destinados para a seguridade social, não é só para a Previdência – previdência, assistência e saúde. Esses tributos têm destinação específica. Deveriam ir todos para seguridade. Mas o que é feito? Desvia-se. Isso é legal. Pode, toda vez para fazer o Orçamento, desviar 20% para pagar outras dívidas. Não há restrição. Manipulam-se os dados do que vai só para Previdência e todos os meses está deficitária.

Então, primeiro, a gente tem que estudar bastante essas premissas. Esse argumento de que há um déficit não deve ser tido como a principal razão, mas, sim, se o sistema tiver algo a ser alterado, vamos estudar, vamos trabalhar. Mas sempre o risco. Direito Previdenciário é risco. O risco ele pode ser dimensionado atuarialmente. Eu não estou querendo dizer que o sistema previdenciário não possa ter alterações, ele não possa ser aperfei-

coado. Ele pode. Então, se amanhã a gente identificar que a idade para a aposentadoria não é 65 mas 67, então o Governo me prove atuarialmente que agora o risco é 67, mas não me venha com o argumento de que não tem dinheiro, porque você não soube administrar o dinheiro. São esses aspectos.

Em relação aos aspectos materiais, existem vários aspectos materiais, além de outros formais, como o do art. 246, que o Toninho já mencionou, e eu não vou entrar nisso, além de várias inconstitucionalidades pontuais: violação do princípio da isonomia, quando coloca distinção ali, como a quantidade de tempo de união, expectativa de sobrevida, isso tudo viola o princípio da isonomia, o princípio da proporcionalidade, entre outros.

Há um aspecto comum de todos esses direitos que é a questão do princípio da vedação do retrocesso. O que é isso? Direito Previdenciário, como o Direito do Trabalho são direitos sociais. Eles estão previstos em nossa Constituição no art. 6º, que traz os direitos sociais: saúde, assistência e previdência. Vejam que todos do tripé da seguridade estão no art. 6º. E este art. 6º está dentro do art. 5º, está dentro do título das Garantias Fundamentais – estão o 5º e o 6º. Então, tem aplicação imediata – cláusula pétrea –, não pode ser reduzido. O que fala esse princípio? Ele diz: “Olha, esse direito está sempre em evolução. Há a necessidade de sempre expandir o estado de bem-estar”. Então, como o Direito...

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Prossiga, doutora, não se assuste com a campanha.

A SRª THAÍS MARIA RIEDEL DE RESENDE ZUBA – Então, quando ele chega a um estado que, no nosso caso chegou, de uma proteção constitucional, e legal, por também temos leis regulamentando, não pode o Estado alterar esse direito já conquistado, no caso reduzir, sem nenhuma medida compensatória, sob pena do princípio da vedação do retrocesso. Ou seja, nós não podemos retroceder em matéria de direito social, nós temos que avançar, temos que ir para frente. Por quê? Porque senão estaremos voltando a um estado em que, nós sociedade, já conquistamos um avanço em relação a isso.

Esse princípio está atrelado à segurança jurídica, à dignidade da pessoa humana. Veja bem, aqui está atingindo trabalhadores que contribuíram sobre 100%. Eu paguei pelo meu risco. Aqui é previdência; não estou falando de assistência. Eu paguei 100% do que eu contribuí, um percentual sobre o meu salário ou o que fosse. Eu contribuí 100%! Por que agora vou ter um benefício de 50%?

Então, todos esses direitos vieram de uma forma muito violenta, até porque é medida provisória, mas reduzindo direitos sociais. Isso é muito grave. A Comissão de Direitos Humanos deve estar atenta a isso, porque aqui é um direito social e eles não podem ser reduzidos por argumentos econômicos.

Em Direito, a gente traz, às vezes, a ponderação de princípios. O Governo vem muito com o princípio da reserva do possível: “Ah, mas não tem dinheiro; vai quebrar!” Para que o Supremo tem apontado? Esperem aí! Entre o princípio da reserva do possível e o princípio da dignidade da pessoa humana, eu fico com o princípio da dignidade da pessoa humana. Eu não posso violá-lo. E quem paga? Exatamente aquele mais fraco que está devidamente contribuindo. Ele está contribuindo! Então, esses princípios devem ser observados.

O problema da gestão deve ser observado aqui pelo Congresso, para que a gente vá na causa da gestão desses recursos previdenciários, porque direito social é a última coisa que cortamos. Se a casa estivesse arrumadinha, o dinheiro entrando e indo para o fim destinado e ainda assim faltasse, vamos rever. Mas direito social é a última coisa que se altera.

Então, a partir da análise das alterações trazidas pelas medidas provisórias, não há como negar as tamanhas inconstitucionalidades. Aqui eu diria do art. 1º, 2º, 3º, 5º, 6º, 40, 60, 62, 195, 226... São vários artigos em que nós iremos apresentar um parecer técnico, que já está sendo elaborado, para contribuir.

Se eu estou falando que aqui protejo o risco, enquanto houver a probabilidade da ocorrência do dano... Qual é o dano aqui? Desemprego, morte... Que eu saiba, esses riscos não diminuiram. Houve a diminuição? Não. Eles só aumentam. Então, enquanto houver a probabilidade de ocorrência cujo risco social seja protegido pela ordem jurídica, ou seja, ele já tem a proteção através dos direitos sociais, não pode o legislador, nem sob pena do poder reformador da Constituição, retirar do ordenamento ou restringir sua proteção, sem alguma medida compensatória, enquanto esse risco ainda existir.

O Governo não veio me provar que o risco se alterou. O risco se mantém, se não aumentou. Então, se ele aumentou, atuarialmente o sistema dá conta, a gente tem é que organizar as finanças. Caso contrário, haveria violação do princípio da vedação do retrocesso. Esse princípio vai ao encontro do princípio da dignidade da pessoa humana e da segurança jurídica.

Eu digo, mais uma vez, que não quer dizer que o Direito Previdenciário tem que ser estático. Sempre, o mundo inteiro está revendo seus planos previdenciários porque a expectativa de sobrevida tem vindo, mas

deve ser algo técnico. O Direito Previdenciário tem essa parte técnica. Você tem como mencionar o risco. Então, vamos mencionar o risco porque aqui é direito social.

O Direito Previdenciário tem que acompanhar a realidade brasileira, na qual a população ainda recebe poucos benefícios, baixos, e essas medidas provisórias têm dificultado e trazido requisitos maiores, inconstitucionais, e reduzido esses valores que já são muito baixos.

Para finalizar a minha fala, enquanto houver o risco social, não se podem restringir direitos, sob pena de violação do princípio de vedação do retrocesso.

(Soa a campanha.)

A SRª THAÍS MARIA RIEDEL DE RESENDE ZUBA – O.k.? Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Drª Thaís Maria Riedel de Resende Zuba, que representa aqui a nossa OAB. Parabéns pela exposição, que vai na linha dos outros convidados.

O primeiro levantou a questão da inconstitucionalidade e o segundo levantou que essas MPs retiram direitos dos que mais precisam. Até porque é a história – eu sempre digo – do 14º salário de quem ganha até dois salários mínimos, que a senhora explorou muito bem.

O cidadão ganha até dois salários mínimos. Eu falo do 14º dele porque é uma forma de ter um salário-zinho a mais.

E nós estamos num País onde existem estatais que já pagam o 14º salário, só que não é um salário mínimo, é muito mais. Enfim, é claro que merece uma atenção muito clara aqui.

Ricardo, pode sentar em qualquer lugar. Fique à vontade!

Depois, vou pedir que passem a relação das entidades, para que eu cite todas entidades presentes, Pimenta, por exemplo, Antonio, Moacir, representando a Cobap e cada um dos que estão aqui nesta sala no momento.

Vou, agora, solicitar que use a palavra a Drª Lilian Arruda Marques, que é assessora técnica do Dieese, mas, antes, me permita, Lilian, só que eu registre a querida presença, para mim, do nosso Senador de Brasília, Senador Hélio José, do PSD, que chegou na Casa este ano, mas me parece já que é veterano, pela forma como se incorporou – isso é bom para mim e digo isso com alegria – naquele time que está aqui, para defender os que mais precisam, os mais pobres, os trabalhadores da área pública e da área privada, aposentados e pensionistas e combater todo tipo de preconceito, com uma subcomissão que V. Exª quer criar aqui.

Ao Senador, uma salva de palmas! *(Palmas.)*

Quero dizer, Senador, que V. Exª fala no momento que entender mais adequado.

Passo a palavra, agora, a nossa querida Lilian Arruda Marques, que representa aqui o nosso querido Dieese.

A SRª LILIAN ARRUDA MARQUES – Bom dia a todos e todos. Obrigada pelo convite, Senador Paim.

Desculpe, me atrasei um pouco porque estamos com tantas demandas e tantas reuniões que acabam batendo os horários.

Vou fazer uma apresentação porque, como trabalhamos muito com estatísticas, às vezes é melhor ver em um quadro do que ficar falando. Trouxe alguns gráficos que vou apresentar. Alguns eslaides vou passar muito rápido para não se tornarem repetitivos. Quando houver alguma informação estatística, paro um pouco mais.

As centrais estão, quase toda semana, se reunindo com o Governo. Não estão chegando muito a acordo porque as centrais o tempo todo solicitam a retirada das MPs, pela questão da inconstitucionalidade e de outras questões e por boa parte das medidas que estão ali não precisam de medida provisória e podem ser negociadas. Se há problemas, vamos conversar e aperfeiçoar. Inclusive ontem houve uma reunião muito boa.

A CNBB está promovendo um encontro nacional com dezenas de pastorais, algumas eu nunca tinha ouvido nem falar. Foi uma reunião muito boa entre essas pastorais, com muita gente do Brasil todo, com as centrais sindicais e alguns Parlamentares. Então, parece que já vai haver uma audiência com o Governo e com os bispos da CNBB, junto com uma série de outras entidades que fazem a plataforma social, o Grito dos Excluídos, inclusive com a presença de algumas dessas pastorais que representam pescadores e setores que estão sendo afetados. E são pessoas que têm um diálogo muito grande com a base, onde as pessoas estão indignadas. Acho que o Toninho falou muito bem, ninguém esperava uma medida dessa do Governo, dessa forma. A ideia é abrir um canal de negociação, não negar o diálogo, mas que seja de outra forma.

Então, vou passar rapidamente algumas questões e colocar alguns dados.

O mercado formalizou, caiu o desemprego, o salário mínimo teve um crescimento real muito significativo. Tudo isso impactou a Previdência, o seguro-desemprego e o Abono. Então, parte do impacto do crescimento...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Lilian, me permita, a sala está lotada. Faço um apelo grande mesmo, até para eu ouvir, porque para mim é uma aula também. Cada painelistas que ouço me traz argumentos para que, depois, eu enfrente o debate no momento adequado. Então, o silêncio é

fundamental. Se alguém quiser conversar, e é legítimo conversar, dá uma fugidinha ali fora, fala e volta. Posso contar com vocês? Entenderam? *(Pausa.)*

Então, uma salva de palmas para vocês não ficarem bravos comigo. *(Palmas.)*

A SRª LILIAN ARRUDA MARQUES – Então, parte do aumento das despesas com esses benefícios não é porque há problema no benefício, mas porque realmente, se você quer distribuir renda, colocar gente no mercado de trabalho, formalizar trabalhadores, isso vai ter impacto, e é um impacto positivo, porque vai para a renda do trabalho ou para os beneficiários dela, que é a maioria da população.

Próximo, por favor.

Esse incluiu os trabalhadores da pesca artesanal, ampliou – vou falar depois – e o emprego doméstico também, que foi uma conquista histórica. Estabelecer uma série de direitos às empregadas domésticas, que não os tinham, impactou também, e foi um impacto positivo para a sociedade.

Próximo, por favor.

De 2012 a 2013, mais de 20 milhões de vínculos formais novos, sendo que 87% desses vínculos são celetistas. Então, são trabalhadores que estão dentro desses programas, trabalhadores que podem ser impactados. Em 2013, quase 12 milhões de demissões sem justa causa, o que é muito alto, e 8 milhões cumpriram as regras para ter o benefício do seguro-desemprego. No cálculo da medida provisória, você retiraria 2,3 milhões desses acessos, mas eles consideram apenas aquelas pessoas que de fato acessaram o seguro-desemprego, e não o potencial de pessoas que poderiam acessá-lo.

Próximo, por favor.

Aqui temos que, na regra atual, temos 8 milhões de beneficiários, arredondando. Pela Medida Provisória nº 665, cairia para 5,8 milhões, passando de 6 para 18 meses. Haveria a queda que eles calculam. No valor pago, vocês podem ver que há uma queda significativa.

Próximo, por favor.

Então, excluídos 2,3 milhões, o que acontece? Acontece que, quando você vai na RAIS, as pessoas que poderiam acessar o sistema, em 2014, seriam 4,5 milhões. Não acessaram por quê? Porque houve gente que saiu, arrumou outro emprego, houve gente que não voltou para o mercado de trabalho, e há uma série de questões. Essa diferença é o potencial. Se você piora o mercado de trabalho, como está apontando agora – está tendo uma piora, vai voltar a crescer o desemprego –, provavelmente esse potencial vai procurar, ou poderia procurar o seguro-desemprego, porque são pessoas que saíram do trabalho e não conseguiram uma ocupação nova. Então, adota-se uma política em um momento em que se há um quadro ruim para o mercado de trabalho. Esse seria exatamente o momento em que se teria que usar essas políticas. Então, agora que vai aumentar o desemprego, tira-se o acesso de milhões de trabalhadores ao seguro-desemprego. No momento em que essas políticas são importantes, faz-se um retrocesso desses. Você até poderia fazer essa discussão em um momento de crescimento econômico, não é, e de pensar outras políticas junto com isso – vou falar disso rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Apenas para dar um exemplo: no Rio Grande, devido a esse conflito Petrobras, mais de 20 mil foram para a rua.

A SRª LILIAN ARRUDA MARQUES – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – No polo naval de Rio Grande. Há um desespero, um caos na cidade. E, nesse momento – só falei como exemplo, há outros setores...

A SRª LILIAN ARRUDA MARQUES – Muitos jovens..

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muitos jovens. E, em um momento como esse, mexer no seguro-desemprego, de fato, foi uma iniciativa lamentável.

A SRª LILIAN ARRUDA MARQUES – É. Há muitos jovens, e a taxa de desemprego entre os jovens é o dobro da taxa de desemprego da média. Então, você vai pegar muito a faixa do primeiro emprego e também pessoas que estão há pouco tempo no mercado de trabalho – principalmente, não que se excluam pessoas mais velhas. Essas empresas, por exemplo, o interior de São Paulo está assim também, e há pessoas com mais de 40 anos, com 50 anos e que vão ser penalizados. Muitos vão cumprir a regra, mas principalmente os trabalhadores mais jovens não.

Em toda mesa, as centrais estão colocando para o Governo a questão da rotatividade, e isso está diretamente ligado ao seguro-desemprego. Se você não mexer com a rotatividade, não adianta dizer que vai mudar prazo. Quer dizer, as medidas foram vistas sob o ponto de vista fiscal, e não tentaram resolver o problema. Para você resolver o problema, tem que mexer na rotatividade.

Próximo, por favor.

Rapidamente, fizemos um grande estudo para o Ministério do Trabalho. Há a rotatividade geral – vou apresentar dois ou três dados aqui – e há a rotatividade por setor. Setores mais complicados: construção civil, comércio, agricultura.

Aqui são duas taxas: a taxa geral é descontada. Desligamentos, pela RAIS: quem pediu para ser demitido, morte, aposentadoria e transferência de trabalhador. Então, vocês podem ver que a taxa de rotatividade, mesmo no período em que aumentou a formalização e aumentou o emprego a taxa de rotatividade aumentou – de pessoas, de fato, demitidas, não de pessoas que pediram demissão etc.

Aumento de 41% para 43%. Aí são todos os setores econômicos.

O próximo, por favor.

Então, há sazonalidade na agricultura e comércio; obras, na construção civil; contratos assalariados no setor público (educação e saúde), que são áreas em que, no final do ano, há muitas demissões, com contratações no início do ano.

A terceirização, que é um problema muito grande em relação à rotatividade.

Contrato de experiência, o que é muito problemático. Se pegarmos os dados da construção civil, verá que a quantidade de contratos de experiência é um absurdo. Então, o mesmo trabalhador, que trabalha há anos na construção civil, que tem experiência, é contratado várias vezes com contrato de experiência. Quer dizer, é um absurdo isso! Então, contratam, o tempo todo, aquele mesmo trabalhador com contrato de experiência. Isso, sim, por exemplo, tem que ser discutido. Na construção civil, é um absurdo a quantidade de trabalhadores contratados nessa modalidade.

O próximo, por favor.

Aí, vejam: até três meses. Ou seja, 31% dessa rotatividade está localizada em contratos de até três meses.

Eu vou deixar esse trabalho aqui, porque acho que é interessante até para usar na discussão, uma vez que as centrais estão querendo discutir a questão da rotatividade.

Só para dar um exemplo a vocês, 64% daquela rotatividade estão localizadas em 6% das empresas. Friso: 6% das empresas do Brasil são responsáveis por 64% da rotatividade! Então, não é difícil fazer essa discussão sem penalizar o setor industrial como um todo, mas perceber o que está acontecendo e tomar medidas. Porque, com a rotatividade, se tira uma série de direitos dos trabalhadores, não só em relação ao seguro-desemprego, como também em relação a outras políticas.

O próximo, por favor.

Distribuição – desligamento por motivação patronal: 68%. Para verem a diferença entre o tipo de desligamento. Caiu, mas, inclusive, o desligamento a pedido subiu muito. Se vemos agora com o aumento de desemprego num mercado de trabalho mais difícil, isso vai voltar a cair de novo – o desligamento a pedido – e vai subir o desligamento por motivação patronal.

A gente sabe que a rotatividade é usada também para rebaixar salários. Demite-se quem ganha mais e contrata-se pagando menos. E, às vezes, muitos empresários reclamam da qualificação do trabalhador, mas ele demite um trabalhador que tem mais experiência, contrata um pela metade do preço e quer exigir a mesma qualificação.

O próximo, por favor.

Então, há uma pauta que é a ratificação da 158, regulamentação da Constituição, a rotatividade, atividades...

(Soa a campainha.)

A SRª LILIAN ARRUDA MARQUES – Faltam só cinco minutos?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Cinco minutos mais a tolerância da mesa.

A SRª LILIAN ARRUDA MARQUES – Está bem. Eu espero... *(Risos.)*

O contrato de experiência por três meses tem que ser repensado. Está sendo usado para precarizar trabalho...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pode fazer toda a exposição, que é importante.

A SRª LILIAN ARRUDA MARQUES – Estou acelerando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não, não. Faça tranquilamente, porque sabemos que é importante.

A SRª LILIAN ARRUDA MARQUES – Há as homologações, que são importantes. Parece que o Ministério está criando o HomologNet agora. Então, é importante fazer essa discussão das homologações. Acontecem muitos problemas, principalmente no interior do Brasil, porque não há controle das homologações; não existem órgãos para acompanhar. E, nas licitações (compra e financiamento público), vincular o acesso ao dinheiro público à questão da rotatividade e a outras questões. Os empresários deveriam adotar boas práticas empresariais para terem acesso mais fácil ao dinheiro público, não só o federal, como, penso eu, o estadual e o municipal. Nessas esferas poderia haver políticas concretas sobre isso.

O próximo, por favor.

A questão do abono salarial, que eu acho que o Toninho já abordou.

O valor do salário mínimo. Agora, há a possibilidade de ser meio salário mínimo. Em 2014, foi de 32 bilhões a despesa com abono, com 24 milhões de beneficiários. Aumentou muito por quê? Porque se formalizou o mercado e o salário mínimo teve um aumento real significativo. Só essa medida provisória vai excluir 10 milhões de trabalhadores do abono. Então, é um impacto muito grande.

E a questão do pagamento proporcional aos meses trabalhados. Você tem que ter os meses ininterruptos, o que não é como era antes. Então, vai ser difícil cumprir os seis meses, ainda mais com essa informalidade, essa rotatividade, esse mercado de trabalho que a gente tem, que ainda tem uma série de problemas mesmo para quem está na formalidade. Então, esse é um impacto muito grande, muito significativo. Se eram 24 milhões, diminuir 10 é muito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E nós estamos tratando de quem ganha – você enfatizou, mas quero destacar – até dois salários mínimos!

A SRª LILIAN ARRUDA MARQUES – Exatamente. E estão excluindo os que estão em pior situação e deixando os que estão em melhor situação. Porque quem não vai cumprir são os trabalhadores mais precarizados e quem vai cumprir são os trabalhadores que estão em situação melhor no mercado de trabalho. Então, com essa política, a cada hora, excluem-se as pessoas com pior situação no mercado de trabalho.

Próxima.

Sobre a pensão por morte e auxílio-doença também foi falado bastante, mas, enfim... Em relação à questão da perícia, eu acho que é seriíssimo querer privatizar as perícias médicas, os exames médicos. Pode-se ter um reflexo na saúde do trabalhador, porque ele vai ter que trabalhar doente. Vai ser muito mais difícil para o trabalhador ir para o serviço de saúde e tal. E pode-se até aumentar a despesa, porque, priorando-se a qualidade desse tipo de trabalho, ele vai recorrer mais, às vezes, à Previdência ou a outros serviços públicos, ao próprio SUS. Então, tenta-se cortar de um lado, mas vai aumentar, vai haver um reflexo na questão de saúde.

E na questão do valor do benefício, mantém-se a metodologia anterior e coloca-se a questão da média dos últimos doze salários, o que for menor. Então, também piora-se sob esse aspecto o valor do benefício do segurado.

Próxima.

A questão de pensão por morte, a subnotificação aumentou de 15 para 30 dias. É claro que as empresas não vão querer pagar os 30 dias. Há um impacto muito grande nas micro e pequenas empresas. Tende-se a aumentar a ocorrência de afastamento por períodos mais curtos. E o aumento do controle dos trabalhadores adoecidos permite à empresa ocultar e descaracterizar ainda mais o acidente de trabalho. Então, também é uma coisa que merece uma discussão mais profunda, porque há muitos reflexos.

A gente sabe que, hoje, apesar de toda a tecnologia, o ritmo de trabalho aumentou, algumas doenças diminuíram muito, há muito mais acesso à medicina. Mas, em compensação, a depressão, LER e uma série de outras doenças profissionais estão aparecendo com uma dimensão muito forte. E isso pode piorar ainda mais.

Próxima.

A pensão por morte, auxílio-doença, em 2013, foram 7 milhões de beneficiários, R\$76 bilhões. Esse dado é do setor privado, aí não entra o setor público. A média, em 2013, é de R\$ 890,00 por mês do benefício da pensão. Se agora vão cortar pela metade, então, se, em 2013, 57% já ganhavam até um salário mínimo, reduzindo-se à metade a pensão de 60%, vai-se jogar mais de 90% dos pensionistas do Regime Geral para salário mínimo. Hoje, pouquíssimos conseguem chegar ao teto. E no setor público, limitou-se a entrada: são dois anos de carência, vale para os dois, e dois anos de união estável. Então, há o problema que já foi citado de que os filhos podem ficar desassistidos nesse caso. Também as centrais acham isto um absurdo, essa carência. Podem-se discutir outros mecanismos, mas essa carência... Vai-se excluir inclusive pessoas que muitas vezes estão construindo a vida, tiveram filhos e, na hora em que precisam, não vão ter benefício nenhum. Nenhum!

O problema que eu acho é que aumenta ainda mais a diferença entre os regimes, porque isso penaliza principalmente o Regime Geral. Então, diferenciou-se ainda mais. Pegaram os mais pobres do regime previdenciário de todos os modelos; no Brasil, atingiram principalmente os mais pobres.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse detalhe é importante.

A SRª LILIAN ARRUDA MARQUES – Só não pegam mais porque existe o salário mínimo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permita-me um destaque. Desde o início, nós que debatemos tanto previdência, qual era a nossa intenção? Aproximar os regimes. E você mostra, com argumentos concretos, que isso afasta ainda mais.

A SRª LILIAN ARRUDA MARQUES – Afastou ainda mais. Diferenciou ainda mais.

Próximo, por favor.

Seguro-defeso. As centrais não entraram nessa discussão ainda porque estão ...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Os representantes dos pescadores estão aí, loucos para falar. Eles vão falar depois.

A SRª LILIAN ARRUDA MARQUES – Peguei uns dados, mas não fizemos os estudos ainda. Inclusive, gente, é muito difícil conseguir os dados. A discussão da transparência tem que chegar ao seguro-defeso, já que é muito difícil conseguir dados; nós tentamos. Estou usando uma apresentação que vi no Ipea porque os técnicos do Ipea foram, parece-me, ao Ministério da Pesca e usaram outros eslaides. Peguei apenas um pouco, porque não daria para fazer a apresentação toda.

É um seguro muito importante, é uma categoria que tem renda muito baixa, e isso melhorou muito a qualidade de vida. E não tem apenas impacto social. Há a questão do ecossistema. Temos várias espécies preservadas hoje porque há o seguro-defeso, mas ninguém levou em conta a questão ambiental e a preservação dessas espécies.

Então, ao mesmo tempo, temos um Ministério que aumenta as espécies que devem entrar, que devem ser preservadas, há períodos em que não se pode pescar, mas também temos outra política. Claro, se o pescador se vê sem o direito, ele vai pescar. Claro, ele tem que sobreviver.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É uma questão de sobrevivência.

A SRª LILIAN ARRUDA MARQUES – E ainda tiram o benefício do Bolsa Família. Se ele tem o Bolsa Família, é porque a situação dele exige, a família necessita do Bolsa Família. Então, já falamos isso. Ontem, inclusive, na reunião da CNBB, foi dito isso explicitamente. Já está ficando mais difícil para os pescadores. Inclusive, eles têm problemas com documentação, são pessoas muito simples, com pouca escolaridade. Então, em vez de se tentar resolver, como houve uma política para, por exemplo, o agricultor familiar, e já se tem uma experiência, por que não juntar vários Ministérios para pensar? O Bolsa Família também já tem um cadastro, já há um controle, e melhorou muito. Por que não fazer uma coisa parecida?

Próximo, por favor.

Esse daqui foi o que o Ipea levantou. O número de beneficiários cresceu demais porque se aumentou o benefício, a quantidade de trabalhadores que poderiam acessá-lo, e porque, no começo, poucas pessoas conheciam esse benefício. Os pescadores foram se incluindo; foram conhecendo o benefício e se incluindo. Você tem problemas no cadastro? Tem? Então, vamos atrás desse cadastro, vamos vê-lo, vamos publicizar esse cadastro.

Próximo, por favor.

Esse eslaide traz a execução orçamentária segundo o Ipea. Vocês podem ver que subiu muito, mas não é um absurdo perto do tipo de política, da importância dessa política. Vejam que subiu, porque inclusive subiu o valor do salário mínimo, já que mais pessoas entraram. Essa é uma política muito importante.

Próximo, por favor.

As razões: maior salário mínimo; maior divulgação; aumentou-se o acesso – muitos pescadores não conheciam, muitas normas facilitaram o acesso –; implantação de novos defesos. Quanto mais se colocam novos defesos, mais se aumenta. Inclusive, pela regra nova, só se pode entrar em um defeso. Se uma região tem dois defesos – não sou especialista nessa área, estou aprendendo também com vários relatos –, ele não vai poder pedir para os dois, vai pedir por um só. Então, ninguém garante que o defeso será cumprido o tempo todo. São pobres com baixa escolaridade. Restringindo-se, você pode aumentar a pobreza para uma categoria que já tem muita dificuldade. E essas políticas dos últimos anos foram muito importantes para essa categoria.

Próximo, por favor.

Ouvi em algumas falas que as modificações que a medida provisória propõe, em sentido estrito, restringem muito o acesso. Três anos de atividade. Ontem foi dito pela pastoral que, como eles suspenderam muitas carteirinhas, até devido a problemas de documentação em algumas comunidades, tem gente que está entrando de novo agora. Vai demorar três anos para acessar. E não podem receber o Bolsa Família. São famílias muito pobres. Está restrito a só um tipo de defeso. São cinco parcelas; a média, segundo o Ipea, é de quatro parcelas. A gestão do Ministério do Trabalho passaria para o Ministério da Previdência. No entanto, o cadastro está no Ministério da Pesca, e o Ministério da pesca não está na negociação.

Então, criam-se muitos critérios, dificultam acesso, eles têm pouca escolaridade e renda, e isso pode, eu acho, criar problemas ambientais sérios. Ontem, inclusive, um sindicalista do Amazonas relatou que o Amazonas tem política ambiental de recuperação e que espécies foram recuperadas nos últimos anos de forma surpreendente, e essa política ajudou muito.

Estou bem no fim. Acho que tem só mais um eslaide.

Consultar a representação dos pescadores. Acho que tem que criar um grupo. Tem que tirar da medida provisória isso. Não cabe lá.

Melhorar o sistema de cadastramento. Ninguém está dizendo que não tem problema, mas várias medidas são de gestão interna. Não precisa nem de lei. São coisas que o Governo pode fazer em seu cadastro.

Fiscalização para combater a fraude. Se você cria muitos critérios, como fiscalizar tudo isso envolvendo um monte de Ministérios que não falam um com o outro, não estão nem na mesma mesa? Você cria um monte de coisas separadas, e não põe as pessoas juntas. Como fiscalizar cada coisa dessas?

Desculpe-me porque ultrapassei, mas eu estava muito preocupada com o seguro-defeso, porque acho que poucos estão falando sobre ele e o impacto é muito sério.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Essa foi a Dr^a Lilian Arruda Marques, que falou em nome do Dieese.

Queria registrar a presença do nosso querido Senador Donizeti Nogueira, do PT de Tocantins, que está sempre atento também a esses temas, principalmente aos que envolvem o mundo do trabalho, as relações sociais, o direito dos trabalhadores, enfim, o combate, como eu dizia, Senador Hélio, aos preconceitos.

Aviso que os Senadores falam no momento que entendem mais adequado.

Agora vamos passar a palavra para a Dr^a Zilmara Alencar, que aqui fala sobre o tema em nome da CNPL.

A SR^a ZILMARA ALENCAR – Bom dia, Senador Paim.

Inicialmente, gostaria de parabenizar pela oportunidade e dizer, parafraseando, que, aqui, sim, nesta audiência pública, encontramos o atendimento à relevância, à urgência que foi fundamentada para edição de medidas provisórias, o que, por uma escolha infeliz, retirou de toda sociedade a possibilidade de um diálogo prévio, de uma construção de uma legislação que pudesse ser feita levando em consideração todos os atores sociais que são necessários para a construção de um País democrático, que respeita acima de tudo, aqui, parafraseando também a Dr^a Thais, a impossibilidade de um retrocesso social.

Essas MPs não guardam tão somente a questão do não atendimento à constitucionalidade formal, mas, sem sombra de dúvida, poderiam ser taxadas como medidas provisórias de desproteção social, inoportunas e inadequadas, ao contrário do que está ocorrendo aqui, onde verificamos um debate que deveria ter sido prévio. Esta Casa Legislativa, sem sombra de dúvida, é o ambiente para onde se deve trazer toda essa discussão para a construção de medidas que é necessário que sejam adotadas para que tenhamos tanto um país, de fato, adequado fiscal e financeiramente como um país com atendimento a esses princípios que são de fundamental importância para o crescimento e a manutenção sequer social de benefícios.

Vou terminar fazendo um pequeno levantamento de tudo o que foi abordado aqui desde a explanação do Toninho, do Diap, do Dieese, para que possamos trazer aqui qual é a visão constitucional, social que verificamos dentro dessa adoção de medidas pelo Governo.

Primeiro, a gente verifica claramente o não combate à causa desses ajustes financeiros tão necessários. Por que não verificamos um ataque à causa? A partir do momento em que temos já no nosso texto constitucional, art. 239, §4º, a necessidade de implementação de um ônus maior ao empregador que foge à taxa de rotatividade e esse dispositivo constitucional não é regulamentado, ou seja, não se enfrenta a causa, enfrenta-se tão somente o ajuste financeiro sem atacar de fato o que causa essa procura excessiva por um benefício de proteção social.

Nós verificamos aí na Convenção nº 158, que tramita também nesta Casa, a necessidade de uma ratificação desta Convenção que inibe a dispensa arbitrária. Nós verificamos, nos dados do Dieese, um volume absurdo de dispensas que são imotivadas pelo empregador. E também verificamos que todos os dados que são aportados aqui pelo Diap se baseiam em dados de Rais e Caged que trazem essa formalidade do trabalho, mas deixam de fora muitos profissionais liberais – aqui falo em nome da Confederação Nacional dos Profissionais Liberais –, que estão na informalidade. Ou seja, os dados que foram trazidos para a discussão, já alarmantes, só refletem exclusivamente relações de empregos formais. Imaginem aquele universo desprotegido, que não está sendo demonstrado aqui, Senador Paim!

Então, é uma medida inoportuna que não traz um combate. E sob a tutela de trazer um ajuste fiscal, desprotege socialmente aqueles mais desprotegidos.

Em quaisquer levantamentos de dados que estão sendo trazidos a essas discussões posteriores à adoção do Governo, nós verificamos que essa transparência de dados também não é absoluta. Não são trazidos para a discussão dados que refletem aqueles que são mais desprotegidos e estão ausentes desses dados oficiais. Nós verificamos que na própria construção da Rais nós temos uma busca pela formalização do emprego. E aí eu faço também um adendo à fala que inclusive foi reforçada por V. Ex^a, Senador, quando diz o seguinte...

(*Soa a campanha.*)

A SR^a ZILMARA ALENCAR – ... que houve um aumento das diferenças dos regimes.

Qual é a busca da sociedade? Fazer com que aquele que hoje se encontra protegido se iguale, essa diferença seja reduzida para o menor, precário, ou no sentido de se buscar que cada vez mais para aquele que hoje tem uma proteção mais reduzida se amplie.

O que a gente verifica nessa sistemática, e aí eu faço aporte aqui também à presença do Lineu, que está representando os servidores públicos, que pouco está se falando dos servidores públicos nessa construção dessas medidas provisórias, que foram afetados, sem dúvida. Profissional liberal existe tanto no setor público como também no setor privado. E a gente verifica, junto aos servidores públicos, que eles não têm sequer a alternativa, que hoje existe no setor privado, de uma proteção sindical.

Aqui o Dieese nos traz vários itens que poderiam ter sido trabalhados anteriormente à edição desta medida provisória, por exemplo, a regulamentação do art. 239, §4º, para a redução da rotatividade; a ratificação da Convenção nº 151, que permitiria aos servidores públicos uma negociação no sentido de buscar uma proteção e uma melhor representação dos servidores públicos; os pescadores artesanais – no bojo do Texto Constitucional se traz a igualdade das colônias de pescadores –, para que essas colônias de pescadores pudessem exercer, auxiliando na construção de um processo democrático, provido de diálogo social, uma maior proteção ao trabalhador. Aí, você verifica, a todo o momento, um desrespeito constitucional também a esses pescadores.

Eu entendo que já foram muito bem aportados aqui todos os efeitos nocivos da Portaria nº 664. Mas a Portaria nº 665, a meu ver, é aquela que mais fere. Porque no momento em que você constata... Os dados trazidos aqui, Lilian, refletem os 10 últimos anos até 2013. Em 2014, o cenário do nosso mercado de trabalho foi modificado de forma brutal, e gente já verifica a questão da ampliação do desemprego, ampliação dessa necessidade de proteção estatal aos trabalhadores. E neste momento, verifica-se que há uma redução dessa proteção.

Vou fazer algumas menções ao que está sendo trazido por essa medida provisória, que trata não apenas do seguro-desemprego, do abono, da questão da proteção aos pescadores. Nós verificamos que, na própria mensagem presidencial que encaminha a medida provisória, faz-se menção de que precisam ser feitos ajustes no Fundo de Amparo ao Trabalhador. Fundo de amparo! Amparo! Olha a nomenclatura. Aquele trabalhador contribui para aquele fundo para que, no momento da sua necessidade, ele se sinta aparado.

Ora, com o índice de rotatividade, nós verificamos pelos dados que 66% dos trabalhadores não completam um ano de trabalho e de relação de emprego. Como pode se considerar em uma medida provisória a necessidade da construção de uma relação de trabalho de 18 meses nos últimos 24 meses? O universo excluído – aí eu repito, frisando a questão principalmente dos profissionais liberais –, esse universo que está sendo divulgado é um universo formal. Formal! Aqueles que estão desprotegidos e que contribuem também para esse fundo de amparo não estão sendo beneficiados de forma alguma.

Aí colocam que o seguro-desemprego só dá direito à acessibilidade do trabalhador quando ele é demitido imotivadamente. Olhem os índices de demissão imotivada! Isso depende do trabalhador, Senador? Isso independe do trabalhador, ou seja, não se pode alterar uma regra que independe da vontade do próprio trabalhador. O índice de pedido de demissão é reduzidíssimo quando comparado ao índice de demissões involuntárias. Então, não se pode tratar, dentro de uma construção legislativa, de parâmetros que são totalmente contraditórios pela sua própria natureza.

A gente verifica a questão da própria ausência de diálogo nessa construção quando a Lilian diz que as centrais sindicais vêm periodicamente sentando com o Governo, tentando discutir com o Governo alterações na medida provisória. Nós precisamos – e aí é uma necessidade – que essas discussões seja prévias a essa construção, porque já se parte de um texto que é nocivo ao trabalhador. Quando se parte de um texto que é nocivo ao trabalhador, que exclui boa parte desses beneficiários, essa discussão já vai no sentido da redução de direitos. E aí, nessa discussão de redução de direitos, a margem de negociação termina também sendo reduzida.

E leve-se em consideração que o Governo pode se aportar de atores sociais que estão aqui para defender também esses trabalhadores, a sociedade, que são as próprias entidades sindicais. Então, por que não fazer uso desses atores sociais que representam as entidades sindicais, trazendo medidas no sentido de... Senador Paim, quando um trabalhador precisa comparecer ao seu sindicato para saber de seus direitos e da sua proteção? No ato da rescisão do contrato de trabalho. Não há nenhuma legislação hoje vigente que determine a necessidade de que o trabalhador seja encaminhado para sua entidade sindical no ato da sua contratação para que ali seja explicado ao trabalhador quais são os direitos a que ele faz jus.

A nossa legislação já trabalha no final da relação. E qual é aquele trabalhador que é submetido a essa assistência sindical? Somente aqueles que têm mais de um ano de trabalho. Ali nós verificamos que 66% não completam um ano de trabalho, um ano de relação. Então, 66% já estão excluídos da proteção sindical no ato da demissão, no ato da rescisão.

Não seria oportuno trabalharmos para que esses atores sociais que poderiam ajudar nesse sistema protetivo fossem induzidos a uma procura do sindicato? Sim, no exame admissional. Estamos falando de saúde, não é Drª Thais? Pergunto: o exame admissional não teria que ser levado e convalidado?

Na Medida Provisória nº 664, quando se fala: “aquele trabalhador que já for portador de doença”, ele está excluído da sua proteção. Então, se há uma doença preexistente, o trabalhador desprotegido individualmente vai ser excluído de um benefício, com a privatização de uma atividade que é exclusivamente pública, que é a perícia médica? Agora, pode inclusive o empregador, a empresa...

(Soa a campanha.)

A SRª ZILMARA ALENCAR – ...promover perícia médica?

Então, olhe o universo, Senador, que estamos trazendo de prejuízos para a sociedade como um todo, em um momento em que se verifica que há, sim, de forma constitucional, legal, previsões nesta Casa, que o Congresso Nacional, quando construiu a nossa Constituição, trouxe e arrematou de forma a proteger.

Então, claramente verificamos que as medidas provisórias de que estamos falando aqui tratam de um retrocesso, de um retrocesso de benefícios, e não são pautadas em dados transparentes, Lilian. E temos de falar que a transparência inclui, inclusive a amplitude de como esses dados são levados. E verificamos que o universo, pelo menos o dos profissionais liberais...

(Soa a campanha.)

A SRª ZILMARA ALENCAR – ...não está sendo considerado nesses dados estatísticos que estão sendo trazidos para cá.

Verificamos que existe um desprestígio de regulamentação de dispositivos já postos constitucionalmente, construídos dentro de uma Constituição cidadã. Essa formalização tem que se pautar em premissas verdadeiras, Drª Thais. Realmente, as premissas para se adotar qualquer política pública têm que ser verdadeiras, e a política pública não pode ser de precarizar.

Quando falamos na diferenças dos regimes, não tenho que achar que o servidor público, aquele que sequer tem a Convenção 151 regulamentada, que tem o seu direito de greve, a sua negociação coletiva, sua representação sindical de maneira reconhecida se iguale ao privado, ou seja, a redução não é para reduzir para o regime da previdência privada. Muito pelo contrário, estou tratando de pessoas desiguais, estou tratando de trabalhadores desiguais. Então, aquele que não tem sequer a proteção sindical tem que ter um regime que seja mais robusto, que lhe dê mais proteção.

Assim, fico muito preocupada com essa fala, com as notícias que ouço a partir do momento em que dizemos assim: “Houve um aumento da diferença dos regimes”. Não! Para mim, cada vez mais se mexe com o servidor público para diminuir. Houve foi uma aproximação na diferença dos regimes, mas uma aproximação *in pejus*, ou seja, aquele que tinha mais ou menos uma proteção passa a ser mais desprotegido. E o regime da previdência, que já era precário, ainda desce uma escala. A diferença, poderíamos considerar que permanece a mesma porque ambos são no sentido de redução.

Então, essa fala do aumento da diferença dos regimes...

(Soa a campanha.)

A SRª ZILMARA ALENCAR – ...tem que ser encarada com premissas verdadeiras no sentido de atentar para o fato de que tanto o regime público como o regime privado sofreram prejuízos.

Esperamos que sejam encaradas as questões que são de causa, como alteração da legislação da licitação, uma alteração dessa decisão. Não é fazendo sistemas, tão somente sistemas, que vamos ter uma homologação e um controle dos termos de rescisão de contrato de trabalho, mas, sim, combatendo a própria possibilidade da resolução e da rescisão do contrato de trabalho por meio da...

Finalizando, a CNPL entende que é necessário que saiam daqui, deste debate que está sendo travado aqui, fundamentos necessários para que aquela comissão que é competente, que é a Comissão Mista, trave, de vez, qualquer andamento da medida provisória, para que esta seja, de fato, reconstruída, não num formato de aproveitamento dessa redação que está aí, mas para que seja trazido um novo texto para discussão aqui, no Congresso Nacional, que seja fruto desse diálogo tão necessário, que é o diálogo social, para a construção de políticas públicas.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Drª Zilmara Alencar, que representa aqui a CNPL.

Apenas dois comentários rápidos, Dr^a Zilmara. Quando a gente fala que aumentou ainda mais a diferença, ninguém aqui está propondo que se retirem direitos dos servidores públicos – em hipótese nenhuma! O que nós estamos dizendo é que mexer em quem ganha até dois salários mínimos, tirando o 14º dele, é claro que faz piorar, em matéria de renda, o meu salário, o salário do Senador Paim, e o dele lá embaixo. É essa a nossa contestação.

Então, a força da expressão que a gente usa é, mais ou menos, no seguinte sentido: para aqueles que têm um teto de R\$33 mil, como é o caso dos Parlamentares, não acontece nada e não tem nem o fator previdenciário; para aquele lá embaixo, que ganha dois salários mínimos, que está em situação desesperadora, como é o caso dos pescadores... Então, é uma situação de desespero total! É de aumentar a fome! E nós falamos tanto em combater a fome...

Queria dizer que todos nós fomos pegos de surpresa com essas MPs. Desculpem-me dizer, mas houve Ministro que me disse que também não sabia da MP e que está, agora, tratando de ajudar a encontrar uma solução. Todos foram pegos de surpresa!

Eu, particularmente, inclusive, sou contra MP. Essa história de você entrar com uma legislação no País à noite e, pela manhã, ter outra é um absurdo! De fato, teria sentido em casos de relevância e urgência efetivas, e que não se mexesse na Constituição, como foi colocado aqui.

Mas o debate está seguindo bem. Eu só fiz esse comentário, até pelo carinho que nós temos pelos servidores públicos, para que não fique a impressão de que nós outros, aqui, queremos...

Quando a gente fala de uma Previdência universal e única, é no sentido de melhorar e não de piorar; não de tirar de quem já não tem nada ou daquele que tem um pouco a mais dentro desse universo.

Então, quando eu falo que sou simpático ao sistema da fórmula 85/95, para o servidor público, é para que se estenda ao Regime Geral. É nessa linha, porque nós sabemos da situação precária e difícil – está aqui o Mosap, por exemplo – dos nossos servidores públicos. Está aqui o Lineu, que vai falar em seguida. Então, para nós, isso é tranquilo. Nós temos é que nos aproximar cada vez mais – nós, eu digo, entidades; nós, eu digo, homens e mulheres que têm compromisso com a qualidade do trabalho, na área pública e na área privada –, e não fazer com que, cada vez mais, vá piorando para o servidor e também para aquele que ganha um ou dois salários mínimos.

Era só essa explicação.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Senador Paulo Paim, eu gostaria de fazer uso da palavra, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Como eu disse, Senador aqui fala a qualquer hora.

Então, com a palavra o nosso querido Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Senhoras e senhores presentes, Senador Paim, que brilhantemente dirige esta audiência pública, eu gostaria de dizer o seguinte: eu, sinceramente, por mais que tente ver, não consigo enxergar a urgência e a relevância dessas medidas. Acho complicado estarmos aqui fazendo discussões sobre medidas que levarão a tanto retrocesso para a organização dos trabalhadores brasileiros.

Sou da Base aliada, Base de Apoio à Presidente Dilma, sem dúvida, mas não dá para apoiar medidas que vêm para tirar direitos adquiridos, que vêm para prejudicar a classe trabalhadora. *(Palmas.)*

Estou muito satisfeito com as exposições profissionais e competentes que aqui estão sendo feitas.

Estive aqui averiguando também o documento do Diap, o que me deixa cada vez mais convencido de que nós, Senadores da República, nós, representantes dos trabalhadores, temos de discutir algumas saídas, mas que essas sejam construídas de forma regulatória, sob uma forma que permita que esses benefícios sejam garantidos adequadamente para quem precisa deles, e não retirando aleatoriamente, prejudicando aqueles que não têm nada a ver com alguns que abusam do seguro-defeso, por exemplo, para fazer política, para incluir pessoas que não têm nada a ver com a pesca no seguro-defeso só porque é cargo eleitoral. Então, se existe isso, alguns alegam isso e eu o ouvi de algumas pessoas, é preciso haver regras claras para que a pessoa possa entrar no seguro-defeso, e não vir aqui colocar tudo no mesmo bojo.

Com relação às questões de pensão e outras relacionadas ao trabalhador, sem dúvida, há um certo abuso com relação a algumas pessoas idosas que se casam com pessoas muito novas só para poderem burlar o sistema. Então, vamos pensar em alguma forma que permita que o sistema não seja burlado, mas não pensar numa forma que acabe indiscriminadamente, porque as pessoas precisam existir e dependem uma das outras. A forma como está colocada é muito complicada.

Esta Comissão de Direitos Humanos, sob a liderança do nosso eminente Presidente, com certeza, não vai se furtar a fazer essa discussão exaustivamente. E com certeza, vamos estar com o olhar tanto para o servidor público quanto para o servidor privado, no intuito de propiciar que as relações trabalhistas não sejam tão

desgastantes como já são e ainda possam priorar. Aqui, pelo que estou compreendendo, toda nossa luta, a minha luta por cinco vezes na CUT como diretor, de organização de sindicato, e todos os trabalhos que a gente vem fazendo, eu como servidor público concursado, graças a Deus, já incluído – e outros vários não tiveram a oportunidade dessa inclusão – é porque precisamos pensar no todo do nosso País. Precisamos ter muito cuidado nesse debate.

Quero finalizar minhas palavras, dizendo que me solidarizo com o colocado. Acho que esta audiência pública é de altíssima relevância, Senador Paulo Paim. Acho que ela propicia um conhecimento mais amplo da matéria. Acho que os técnicos que estão analisando profissionalmente essa questão precisam municiar melhor os nossos pares, Senadores da República, para que possamos não ser envolvidos por alguns desvios no cumprimento dessas questões e tomar atitudes que não sejam as ideais.

Quero rogar que o Palácio do Planalto compreenda. Acho que estamos vivendo um momento conturbado no nosso País, um momento difícil e principalmente os mais pobres, as pessoas mais necessitadas, eu que estou aqui para defender os menos favorecidos, faz parte dos meus quadrantes prioritários do meu mandato, não posso, mesmo sendo da Base aliada, com a intenção de ajudar o Governo a fazer o melhor, trair tudo que fiz na minha vida e me posicionar contra direitos normais e regulatórios da vida do trabalhador brasileiro. Então, sou solidário.

Vou ter que me retirar, Senador Paim, e peço desculpas a V. Ex^a, porque tenho outros compromissos em seguida, mas as exposições aqui feitas são de alta relevância. Fico muito satisfeito e gostaria de receber depois todo o material, as transparências, os prospectos para me aprofundar mais e ficar mais preparado para, junto com o Senador Paulo Paim e outros Senadores nesta Casa, poder contribuir melhor com o debate.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Hélio José.

Quero registrar a presença conosco também do Senador Telmário Mota.

Toninho, deixa eu falar uma coisa, ao falar aqui do Senador Telmário Mota. Aquela análise que o Diap fez e que eu também entendi muito positiva mostra o reflexo do novo Congresso com enormes preocupações, principalmente na Câmara. Quero dizer que aqui no Senado está chegando um time que está me agradando muito. Três deles estão aqui. O Senador Telmário Mota é um desses. Neste momento, ele chegou à Comissão e tem ido à tribuna também, a exemplo de todos que falei, com a grandeza política, com aquele olhar de fazer o bem sem olhar a quem.

Senador Telmário, saiba que V. Ex^a, também com os outros a que já me referi, é uma grande surpresa e satisfação. Como nós fomos surpreendidos com essas duas MPs, nos surpreendemos positivamente com alguns Senadores que estão chegando à Casa, e V. Ex^a é um deles. (*Palmas.*)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Senador Paim, estou surpreso. Surpreso, não, porque acompanho o seu trabalho, como sempre venho acompanhando. Eu não podia estar surpreso, mas estou muito mais feliz por ver a forma como V. Ex^a se posiciona, a sua grandeza.

Já tive a oportunidade de não estar só numa audiência desta, que é uma audiência pública... É porque às vezes as pessoas fazem vários papéis na vida. Às vezes, numa audiência dessas se tem uma posição, e às vezes, numa discussão mais interna, se tem outra posição.

Com relação a essas duas medidas, V. Ex^a tem uma...

Eu tinha consulta médica. Inclusive quero pedir desculpas pelo meu atraso. Estava no médico. Mas, ouvindo no rádio o debate, vi como V. Ex^a está conduzindo esta audiência e sobretudo o seu posicionamento. Tive a oportunidade de presenciar também o seu posicionamento de uma forma interna e vi o quanto V. Ex^a ficou constrangido, e de uma forma muito sincera e objetiva.

Mesmo assistindo a distância, eu gostei muito da fala do Dr. Diego. Quero parabenizá-lo, porque ouvi a sua fala e gostei muito, pela franqueza, pela clareza, pelo posicionamento.

E a Dr^a Thais fala que só, não é, doutora? Parabéns. Também estava ouvindo a senhora no rádio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Problema de família. É pelo sobrenome dela.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – É, eu estou vendo. E eu estava muito ansioso para chegar aqui a tempo, porque já começa também a sessão.

Quero dizer que realmente é muito oportuna esta audiência. Ela dá mais clareza, de uma forma imparcial, digamos assim. As pessoas se posicionam de uma forma clara, imparcial, contundente. Isso baliza uma decisão da gente. Ninguém chega aqui com uma ideia formada. A gente chega com alguns pensamentos, ainda mais eu, que sou do Partido Trabalhista. Quando vim para cá, quando eu ganhei, eu falei: olhe, uma coisa que eu vou querer sempre é estar do lado do trabalhador, porque eu sei o quanto ele é sofrido.

Essas duas medidas colocam, de certa forma, a gente na parede, como falam, não é? Ao ouvir cada manifestação de cada entidade, cada posicionamento, cada conhecimento, a gente vai aqui formando um juízo, principalmente nós, Senadores, que amanhã teremos que tomar uma decisão nesse sentido.

Eu quero só parabenizar por esta audiência a todos que a compõem, pelas falas que estão aqui sendo colocadas, porque significa o amadurecimento de uma decisão importante na vida de milhares e milhares de trabalhadores.

Parabéns a todos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Telmário Mota.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Donizeti Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Eu gostaria de poder ouvir mais para depois falar. Já cheguei um pouco atrasado. Mas parece que a Ordem do Dia foi antecipada para as 11 horas. E não sei qual é o grau de importância para estar lá.

Quero dizer o seguinte: eu estava ouvindo e me lembrei de algumas coisas que a gente ouve no dia a dia. Uma delas é que nada é sorte ou azar, nada é fora de hora ou na hora.

Eu penso que a iniciativa das medidas provisórias é positiva no sentido de provocar esse debate. É aquela história do pai que coíbe o filho. Se você não bota um freio, de certa forma, nele, não na agressão, mas na obediência, em alguns aspectos, ele vai se alargando. Ele está desafiando, pedindo socorro, e você não dá o socorro de que ele precisa, tentando coibir.

Nós temos o sistema previdenciário do nosso País em constante debate, em constante discussão. E eu acho que é isso mesmo. A vida é assim, o processo é assim. O processo é dinâmico.

Aproveito para registrar uma lição aprendida com um grande homem deste País, que é o ex-Deputado José Genuíno, que ontem teve a sua pena extinta. Ele disse o seguinte: “O PT está mudando o País porque o País mudou o PT”. E é esse processo dialético, esse processo do diálogo constante que este Governo trouxe para a pauta com as suas conferências, para o debate, que vem revolucionando uma série de aspectos.

Não o mérito das medidas provisórias, mas algumas coisas precisavam ser coibidas. Por exemplo, eu milito mais na área empresarial, não sou sindicalista. Eu cheguei ao PT via movimento popular, porque era militante do movimento de teatro amador. Mas estive, no meu Estado, ainda no Norte de Goiás, participando da fundação dos principais sindicatos de trabalhadores rurais, da fundação da CUT, do sindicato dos professores, do sindicato da saúde, de uma série de sindicatos. Ontem, foi a primeira vez em que estive num congresso, num encontro nacional da CUT como Senador, já estive em encontros estaduais.

Alguma coisa tem que ser feita. Essas medidas provisórias jamais poderiam ter sido colocadas como ajuste fiscal. Elas teriam que ter um papel de corrigir algumas distorções. *(Palmas.)*

Acho que nesse aspecto a Presidente Dilma não está cometendo estelionato eleitoral, não está mentindo, porque ela disse que ia combater os malfeitos, corrigir distorções e desvios. Ela, na verdade, com as medidas provisórias, pode ter se excedido em alguns aspectos. Eu concordo, tanto é que eu propus algumas emendas à medida provisória.

Este debate é muito salutar. Não sei se vamos aprovar e se eu vou, na hora, depois do debate, votar a favor das medidas provisórias. Eu tento defender a atitude da Presidenta, uma atitude séria e honesta de debater os problemas. Os trabalhadores não podem embarcar no discurso da Oposição de dizer que isso é estelionato eleitoral, que é uma traição, etc., porque não é isso. Acho que nós, trabalhadores e trabalhadoras, precisamos endurecer nesse debate. Este não é um governo que criminaliza movimento, como foi no passado, não é um governo que agride, como foi no passado. Então, é um governo do diálogo do debate. E essa medida provisória pode ser rejeitada aqui por nós ou nós podemos aperfeiçoá-la a partir do debate que está sendo realizado aqui como em outras instâncias, para poder ajudar a Previdência, corrigir. É aquela história do filho.

O seguro-defeso, como disse a companheira do Dieese, é um negócio extraordinário, porque ele ajuda o trabalhador a preservar sua fonte de renda, mas há uma distorção grande – eu falo isso porque vivo no meu Estado – nessa situação do abuso do benefício. E aí eu digo: nós temos debatido muito a corrupção, quero falar diretamente com os trabalhadores, principalmente os pescadores. Nós estamos dispostos a ajudar a denunciar aqueles que estão cometendo o crime de tentar desviar o sentido da proteção social que o Governo... E só um governo como este poderia fazer isso. Nós estamos dispostos a ajudar a denunciar aquele colega de trabalho que faz acordo com o patrão para poder ser demitido, pegar o seguro-desemprego e negociar um período para trabalhar mais barato? Porque eu já recebi esse tipo de proposta.

É preciso que a sociedade ajude e é este o debate nesta mesa. Como sigo uma lição do Geraldo Vandré – se bem que do passado –, eu não canto para enganar, eu falo daquilo que vejo, daquilo que percebo. Então,

eu não tenho necessidade de passar a mão na cabeça das pessoas, dizer que está tudo bem, enganar. Tenho posições das quais não abro mão. Ou estou de um lado ou estou do outro. E quero dizer o seguinte: eu estou sempre do lado da classe trabalhadora desde que me entendo por gente. Sou filho de trabalhador rural me-eiro lá em Minas, fui ao cabo do guatambu – que é o cabo da enxada – aos seis anos de idade, trabalhei até os doze anos e meio, fiz curso de técnicas agrícolas e agora sou administrador de empresas e sou do PT. Quando entrei no PT, eu era funcionário de um grupo que ajudou a criar o PFL, pressionaram-me para ir ao PFL. Mesmo assim, eu fiquei na empresa até 1996, quando eu parei de prestar serviços para a empresa, permanecendo no PT, porque eu tenho um lado.

Então, peço às trabalhadoras, aos trabalhadores, aos nossos técnicos aqui que nos ajudem a fazer uma proposta para a Presidenta que coíba essas irregularidades, esses desvios, esses malfeitos.

Nesse aspecto, perguntaram-me, só fazendo um parêntese: “Agora aumentou muito o seu trabalho, não é, Donizeti, lá no Senado?”. Eu falei: não; melhorou para mim. Estou trabalhando, mas agora eu tenho um grupo de assessores que me socorre, eu tenho um salário para estar aqui. Então, estou à disposição vinte e quatro horas. Quer debater, quer me ajudar? Eu não tenho horário para trabalhar, porque eu estou a serviço da população.

E na questão das medidas provisórias, eu peço socorro para nos ajudar a encontrar uma saída para corrigir o que está errado, e não punir os trabalhadores em aspecto nenhum, porque sou contra isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com o equilíbrio de sempre, faz ponderações e aponta aí que esta audiência ajuda nessa reflexão a encontrar saídas. Eu dizia, Donizeti, antes de você chegar, que nós tivemos uma reunião com os Ministros e a Bancada do PT, e lá nós colocamos – digo nós porque eu falei, depois o Jorge Viana reafirmou e todos concordaram – que, além de nós querermos mudar as duas MPs e tudo aquilo, claro, que for possível, mediante grande entendimento, nós queremos também que seja incluído lá o debate do fim do fator previdenciário. E foi uma posição assumida por toda a Bancada do PT.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Senador, só mais uma questãozinha.

Eu penso o seguinte: a sociedade brasileira tem o Congresso que ela elegeu. Mas nós, o movimento social, o movimento sindical, o movimento popular, as organizações, podemos reagir no sentido de propor: por que a gente não tributa as grandes fortunas, a remissão de lucros e outros aspectos? Por que a gente não cobra mais Imposto de Renda dos bancos e das grandes empresas, que ganham muito? Por que a gente não tira essa cobrança cruel de impostos sobre o consumo e transfere para a renda, para as grandes fortunas?

O PT já propôs isso no Congresso, o Presidente Lula já propôs isso ao Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só eu apresentei proposta para derrubar, para aprovar o projeto de tributar grandes fortunas quatro vezes. Fui derrotado nas quatro vezes aqui na CCJ.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Aí a gente acha que precisa de pressão social. E, se este Governo que está aí nesse grupo que nasce, um partido que nasce de baixo para cima, não fizer, outros não farão. Então, acho que a gente precisa ocupar as ruas, fazer o debate e buscar fazer a política do Robin Hood: tirar de quem tem para ajudar quem tem menos ou não tem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Como disse o Nelson Mandela, e o Lula disse isso uma vez: “Querem me ajudar? Não venham me puxar o saco. Botem o povo na rua e pressionem”. Desculpem-me a expressão que usei aqui, mas é isso mesmo. Ninguém precisa só bater palma, para dizer que está tudo bem; tem que mostrar aquilo de que a gente discorda. E é isso o que as centrais estão fazendo, é isso o que os nossos convidados estão fazendo, é isso o que este plenário lotado está fazendo e é isso o que V. Exª fez. Só dizer que é a favor ou contra é fácil. O difícil é debater, aprofundar, ter argumentos que apontem os novos caminhos.

Por isso, minha alegria aqui com o encaminhamento da nossa reunião de hoje.

Faltam dois convidados para falar ainda.

Passo a palavra, agora, à representante do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), Drª Ana Paula Fernandes, e depois, ainda, claro, vamos nos remeter, aqui, aos nossos convidados que estão na primeira fila, sem prejuízo de eu fazer a leitura do nome de toda as entidades presentes.

Vamos ouvir, de imediato, a Drª Ana Paula Fernandes.

O SR. ANA PAULA FERNANDES – Bom dia.

Quero, primeiramente, agradecer o Senador Paim pela oportunidade de o Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário poder participar desta audiência, que chamo de festa da democracia. É importante termos audiências públicas, podermos também, não apenas o Poder Legislativo e o Executivo, discutir, e chamar a sociedade para que a sociedade também possa dar seu parecer e as instituições técnicas possam fazer uma abordagem formal a respeito dessas medidas.

Eu gostaria de dividir minha abordagem em abordagem técnica e abordagem de cunho social.

Primeiramente, quero fazer uma divisão, dizendo que essas medidas provisórias que vamos discutir aqui possuem dois vícios graves: primeiro, os vícios formais e, em outra ponta, os vícios legais.

Os vícios formais, que nós não podemos deixar de analisar, são os vícios constitucionais de procedimento, ou seja, o procedimento instituído pela nossa Constituição para que possam, então, medidas desse tamanho, dessa monta, vir a fazer diferença na nossa legislação.

O primeiro vício formal é o critério da urgência, como todos aqui já comentaram. Eu vou tentar não me tornar repetitiva, farei apenas algumas colocações complementares às que os colegas já fizeram. Primeiro, sobre a urgência e a relevância. Não há urgência, porque o tema precisa ser revisto há mais de vinte anos. Então, não há que se dizer que há uma urgência imediata. Nós temos um problema, uma revisão que precisa ser feita, mas não é uma revisão que precisa ser realizada de qualquer forma, uma revisão que deve ser feita sem debate, uma revisão que deve ser feita sem o respeito ao contraditório dessas normas. De outra ponta, é claro, o tema é relevante, porque é um tema social. Quanto à relevância, não há dúvidas.

Um segundo ponto formal que foi desrespeitado pelas medidas provisórias, mas não menos importante, é o art. 246 da Constituição Federal, que proíbe que seja proposto, por medida provisória, discussão de tema que já foi tratado por medida provisória do ano de 1995 ao ano de 2001. Então, temos aí mais um aspecto grave formal no tocante às medidas provisórias, uma vez que elas tratam exatamente de benefícios que já vieram tratados na Emenda nº 20/98. Então, só dessa ponta, já vemos aí dois aspectos graves formais que tornam essas medidas totalmente inconstitucionais.

Passando para um segundo ponto, que seriam os vícios legais e os vícios de direito material, vou apontar quatro pontos que seriam os mais relevantes, para não tomar muito do pouco tempo que eu tenho. O primeiro seria a qualificação do dependente; o segundo, a carência de 24 meses agora instituída; o terceiro, a regra de cálculo, ou seja, o período básico de cálculo para verificação do salário de benefício; e o aumento do custeio para o empregador, que agora vai ficar responsável pelos 30 dias.

Então, primeiro, qualificação de dependente. No tocante ao casamento ou no tocante à companhia, essa qualificação já estava na legislação anterior. Então, não havia necessidade de a medida provisória colocar esse período de 24 meses para considerar a existência de uma relação, seja de casamento, seja de união estável. A legislação anterior, no seu §2º, já cumpria esse critério de forma exemplar. Não havia essa necessidade.

É claro que existe, sim, como o Senador anteriormente disse, o problema dos casamentos entre pessoas doentes com cuidadores ou também o problema do casamento realizado com pessoas muito jovens, critério esse que poderia, sim, ser estabelecido, mas de outra forma, e não ferindo o conjunto todo de dependentes, como vem a medida provisória fazer. Por quê? Porque quando a medida provisória tratou da pensão por morte e trouxe também o critério da carência, ela não se preocupou somente com o cônjuge. Ela veio atingir o que de mais importante um pai de família protege quando ele vai todos os dias trabalhar, que são seus filhos. E agora eu digo: como um pai de família trabalha tranquilo sabendo que, se ele não tiver dois anos de carteira de trabalho ou de vínculo com a Previdência Social, o seu filho não tem direito a nada, caso ele venha a falecer?

Então, temos que nos preocupar, porque essa medida provisória não atinge só o cônjuge, como é essa justificativa da medida provisória. Ela atinge também o filho, ela atinge o Estatuto da Criança e do Adolescente, que diz que a criança e o adolescente são protegidos na nossa legislação. É com isso que temos de nos preocupar. Não é apenas com o cônjuge. O cônjuge é apenas uma situação dentre tantas outras que nós temos. O que nós não podemos fazer é pegar uma situação, que é a situação dos casamentos de pessoas mais velhas com jovens, tornar a exceção regra e dirigir os efeitos de uma medida provisória que causa danos irremediáveis por causa de uma única situação de exceção, que tem, sim, que ser coibida – claro que tem, concordo que é necessário –, mas não do modo como foi feito.

Há ainda a regra de cálculo. Preciso falar de cálculo porque a justificativa da regra de cálculo para o auxílio por incapacidade, para o benefício de incapacidade vem de uma forma muito gravosa tornar o período básico de cálculo daquele cidadão não mais a média aritmética de todas as suas contribuições de julho de 1994 até o momento do pedido do requerimento, mas, sim, apenas dos doze últimos salários.

E a justificativa que vem na emenda causa uma total estranheza, porque estamos falando de um sistema de solidariedade. Quando falamos do direito previdenciário, não falamos do momento, falamos daquele contexto no qual aquele segurado está inserido. E, quando falo do contexto, não posso me referir a um trabalhador, falando apenas dos 12 últimos meses de trabalho dele; não posso me referir à situação atual. Ele contribui uma vida inteira, ele é um contribuinte a vida inteira e, se ele é um contribuinte a vida inteira, tenho que analisá-lo dentro do contexto no qual ele está inserido. E o cálculo do benefício dele vai ser um cálculo que deve levar em conta a real situação para a qual ele contribuiu uma vida toda. Se ele tinha uma situação financeira melhor e depois essa situação mudou, não importa, porque para aquele caixa da Previdência que é responsável pelo benefício dele ele contribuiu daquela forma.

E quero lembrar aqui que a Emenda nº 20, de 1998, tornou o nosso sistema previdenciário contributivo. Falamos muito em direitos sociais. É claro, é muito bom falar de direito social, mas o nosso direito social à Previdência Social é um direito de prestações positivas pelo Estado, com contraprestação do segurado. Não falamos de esmola, não falamos de assistencialismo, não falamos de favores. Falamos de contraprestação, por quê? Porque a Constituição Federal veio e disse que a previdência era um direito fundamental, e, em 1998, veio a emenda e disse: “Não, ele é um direito fundamental, mas agora ele é um sistema contributivo.” A nossa aposentadoria não é mais por tempo de serviço, ela é aposentadoria por tempo de contribuição.

Então, hoje temos prestações positivas conferidas pelo Estado através de uma contraprestação contribuída, reconhecida pelo segurado que faz essa contribuição. Então, quando mexemos nesses direitos, não estamos falando de um fundo perdido, de um dinheiro que é utilizado para dar benefícios, para dar esmolas, estamos falando de direito adquirido, estamos falando de pessoas que estão contribuindo por toda a vida de trabalho. E esse dinheiro não pode deixar de ser reconhecido.

Ainda voltando ao meu terceiro ponto, que é a regra de cálculo do auxílio-doença, existe a hipótese que causa estranheza, além da que comentei, de que a preocupação do Governo é a de que o segurado venha a receber no auxílio-doença mais do que o valor do benefício do trabalho da ativa, em que ele está no momento. Disse para vocês: temos que nos preocupar com o contexto em que ele está inserido. Então, esse não seria um argumento válido. Mais que isso: existe a argumentação de que o número de auxílios-doença concedidos dobrou, quadruplicou exponencialmente.

Temos que levar em conta duas considerações: quando fazemos uma equação, as premissas precisam ser verdadeiras em todas as suas bases. O auxílio-doença realmente aumentou exponencialmente, mas o número de empregadores formais também aumentou exponencialmente.

Temos, e o Governo o demonstra em seu programa, inclusive no programa de eleição, em que dei um olhada, 15 milhões de novos trabalhadores formais.

(Soa a campanha.)

O SR. ANA PAULA FERNANDES – Então, se temos 15 milhões de novos trabalhadores formais, em regra, o número de benefícios vai aumentar também. Afinal, as premissas têm que ser equitativas: se tenho mais trabalhadores, concedo mais benefícios, essa é uma regra da qual não podemos fugir.

E, ainda quanto ao custeio, é preciso salientar que o custeio da Previdência Social é equitativo, igualitário, prevê uma situação na qual coloca todos os segurados como contribuintes e como recebedores do benefício. O custeio da Previdência não se atém somente aos seus segurados. Então, o custeio da Previdência é amplo, é universal.

Mais que isso, também temos que fazer duas considerações quando falamos da medida provisória: primeira, o direito previdenciário é um direito fundamental, em função da Constituição Federal; segunda, o direito previdenciário é um direito humano, por causa das cartas internacionais das quais o Brasil é signatário.

Quando desrespeitamos direitos humanos, ou, como a Dr^a Thais falou, quando chegamos ao retrocesso social, não enfraquecemos somente a nossa Constituição Federal, enfraquecemos também o Brasil perante as instituições internacionais, porque desrespeitamos, rasgamos, acabamos com as cartas internacionais das quais somos signatários.

O evento morte, que foi o exemplo que dei da carência dos 24 meses, é o principal risco social protegido nas cartas internacionais.

O evento morte, que foi o exemplo que dei da carência dos 24 meses, é o principal risco social protegido nas cartas internacionais, porque as famílias, ainda em um sistema um tanto quanto retrógrado, vivem do chefe de família. Por mais que vivamos uma realidade diferente, nós podemos observar, pelo IBGE, pelos cálculos, que ainda temos chefes de família instituídos e muitas famílias em que só o chefe de família trabalha. O risco morte é um dos eventos mais importantes protegidos pela Carta Internacional dos Direitos Humanos. Então, quando nós colocamos 24 meses de carência para que o segurado filho ou esposa possa ter direito a um benefício de pensão por morte, nós colocamos essas pessoas no risco social. Quando nós colocamos essas pessoas no risco social, nós fazemos uma coisa mais grave: nós as levamos à miserabilidade, porque nós desprotegemos uma parcela da nossa sociedade, e essa parcela desprotegida é levada à miserabilidade social. E a miserabilidade é o primeiro passo para o caos, porque os problemas advêm sempre da falta de condições, da falta de dinheiro, da falta de possibilidade de ter uma vida digna como aquela de que a nossa Constituição Federal tanto fala.

Já me alonguei um pouco, mas quero fazer um comentário ainda quanto ao custeio dos 30 dias, que não há como deixar de falar. Agora, a empresa vai ficar responsável pelos primeiros 30 dias do auxílio doença. É claro que é preocupante. É preocupante porque, se isso onera o grande empresário, isso destrói o pequeno e o microempreendedor. É muito complexo, porque nós temos sistemas em que o microempreendedor não

tem condições ou mal tem condições de arcar com os seus custos muitas vezes, o que dirá então transferir para ele parcela de responsabilidade social – parcela de responsabilidade social já contribuída pelo segurado e pela empresa durante a relação de trabalho.

Ainda tenho mais uma pergunta. Deixo apenas um tema para reflexão, que é o seguinte: se nós realmente temos tantos problemas assim com a Previdência, se o déficit, o aludido déficit – que eu pelo menos não acredito que exista, vendo os relatórios da Anfip, vendo um estudo mais aprofundado –, se esse déficit existe, se é preciso corrigir isso, por que essas políticas de desoneração? Por que as políticas de diminuição das alíquotas populistas? Desculpem aqui, com todo o respeito, mas digo populistas porque elas agradam, porque incluem muitas pessoas na contribuição formal, mas diminuem a nossa contribuição e geram direitos. Então, o que deixo de reflexão é isto: por que essas políticas de desoneração?

Por fim, peço aos senhores, como uma indicação do nosso instituto... Primeiro, digo que nós deixamos as nossas pastas com o parecer formal elaborado pela Comissão de Atuação Parlamentar do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário. Deixamos o nosso parecer para todos. E gostaria de fazer apenas uma última colocação para vocês que vão fazer a votação.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Senador Donizeti pediu, sobre a página...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO. *Fora do microfone.*) – É só o material...

A SRª ANA PAULA FERNANDES – Ah, o material; já vejo para o senhor.

Então, só deixo uma última colocação: essa medida precisa ser rejeitada na integralidade. Pela nossa análise técnica, o nosso pedido é que ela seja rejeitada na integralidade. Ela não pode ser consertada. Do modo que ela veio... *(Palmas.)*

Do modo que ela veio, ela não pode ser consertada, por quê? Porque ela fere de morte o direito dos cidadãos na regra de transição. As pessoas que ficarem entre o período da existência, da criação dela até a sua votação serão feridas de morte pelas regras de transição. Nós não podemos excluir parcela dos nossos segurados dos direitos que nós vamos discutir aqui, e melhorar a medida não é suficiente para resolver o problema dessas pessoas.

(Soa a campanha.)

A SRª ANA PAULA FERNANDES – Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Essa foi a Drª Ana Paula Fernandes, cuja análise não destoou de todas as que ouvi durante o dia aqui. Todos foram na mesma direção.

É claro que o Parlamento é a caixa de ressonância da sociedade, e cabe a nós todos refletir e encaminhar aquilo que é possível. E lembro, é claro, que, como já houve a devolução da última MP agora pelo Presidente da Casa, pode ser que a comissão especial resolva também considerar que não é constitucional, que não é urgente, que não é relevante, e rejeitar, impedir que venha em matéria de projeto de lei. Se isso não acontecer, mas os pedidos são legítimos, inclusive você enfatizou agora, nós vamos ter que, de fato, continuar o bom debate em cima das MPs como ocorreu no passado. Nunca esqueçam a Reforma da Previdência, que aqui chegou. Nós brigamos, brigamos, era nossa posição é de rejeição total, e tivemos que caminhar para a salvação via PEC Paralela, com a qual diminuimos os prejuízos.

Estou só fazendo a reflexão, mas entendo que aqui é unanimidade na Mesa – vou passar agora a palavra –, inclusive entre as centrais. Este mesmo pedido, nós temos claro isso, que todas as centrais têm a mesma posição pela rejeição. E é nessa linha que nós vamos trabalhar, mas sabemos que, entre o ideal, não é, Toninho, e o possível, às vezes – você foi chamado a ajudar a construir a PEC Paralela, lembra? – e ajudou.

Dr. Ronaldo Curado Fleury, Subprocurador-Geral do Trabalho.

O SR. RONALDO CURADO FLEURY – Muito obrigado, Senador Paulo Paim. Em primeiro lugar, agradeço, em nome do Ministério Público Brasileiro, o convite para participar do debate, bastante franco. Eu me sinto especialmente feliz por estar sentado aqui, junto com a Drª Thaís, sou amigo do pai da Drª Thaís, Dr. Marcos, e antes...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu achei que ela era filha do Ulisses.

O SR. RONALDO CURADO FLEURY – É neta. Eu já sentei para debater com o Dr. Marcos e agora para debater com a Drª Thaís, ou seja, eu continuo com a mesma idade e o Dr. Marcos envelheceu.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso é bom, só conta para nós o segredo.

O SR. RONALDO CURADO FLEURY – Eu vou tentar ser o mais técnico e isento possível. Obviamente tenho minhas posições políticas, especialmente sobre as PECs, mas eu gostaria de tentar, dentro desse trabalho de cooperação que o Ministério Público tem mantido, em especial o Ministério Público do Trabalho, com

o Congresso Nacional, o Senado Federal, ser o mais isento possível e trazer aqui alguns elementos que são próprios do Ministério Público do Trabalho, ou seja, o malfeito. Como a gente sempre combate o malfeito, a experiência que a gente tem com relação às fraudes é bastante expressiva.

Com relação a ser ou não possível a edição da Medida Provisória, nesse aspecto concordo plenamente com o que colocado pela Mesa, não vou vejo urgência e relevância. Dentro do princípio presidencialista adotado pela nossa Constituição da República, a Casa Legislativa por excelência é esta e não o Poder Executivo, e aqui estão as pessoas que nós, povo brasileiro, colocamos para debater a legislação brasileira, para debater as regras de convívio social.

Essa mesma colocação eu fiz há pouco tempo quando sentei também numa audiência pública para debater a Medida Provisória dos Portos, a nova reforma dos portos. A crítica era exatamente que eu não via urgência e relevância naquela medida provisória, como não vejo nessa. Havia uma questão até orçamentária, que é o que foi colocado como justificativa nessa medida provisória agora, havia essa urgência, ou seja, a Previdência ia parar se não fosse feito por medida provisória, se houvesse o debate? Eu acredito que não. Então, penso a Casa onde deveria ter sido feito o debate prévio seria esta, o Senado Federal, mas com muita felicidade eu vejo que este debate, naquela hipótese da Medida Provisória como agora, está sendo franqueado, não está tendo uma aprovação de medida provisória a toque de caixa porque permite este debate democrático.

Com relação ao seguro desemprego, uma colocação que eu acho importante. Temos problemas no seguro desemprego? Temos. Isso é inegável. Temos que corrigir? Temos. Entretanto, penso que o mais importante não está sendo combatido, que são as fraudes. Para mim, esse é o grande problema do seguro desemprego hoje. E levante a mão um mentiroso aqui que nunca viu ninguém que trabalha, mas pede para não assinar carteira porque está recebendo seguro-desemprego. A minha sobrinha falou isso na minha frente. Eu falei: você falou para a pessoa errada; você vai agora lá assinar a carteira. “Mas, tio...” Eu falei: agora!

Então, eu penso que o maior problema é, primeiro, questão de orientação. Há uma necessidade de orientar o trabalhador sobre o que ele está fazendo quando ele fraudar o seguro-desemprego, quando ele consegue outro emprego e pede para não assinarem a carteira para continuar recebendo o seguro. Esse trabalhador tem ciência de que está cometendo um crime?

Então, primeiro, orientar; e, depois, punir efetivamente. Há necessidade da punição. Aqueles trabalhadores que, compactuados com os seus empregadores, fazem acordos para fazer uma falsa demissão e receberem seguro-desemprego e levantarem o FGTS, tudo é fraude ao FGTS; é tudo crime.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Dos dois lados.

O SR. RONALDO CURADO FLEURY – É, dos dois lados. Os dois são criminosos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A história do corrupto e do corruptor.

O SR. RONALDO CURADO FLEURY – Exatamente.

Então, eu penso que temos que, primeiro, combater as fraudes.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Nesse caso, o trabalhador, inclusive, devolve a multa.

O SR. RONALDO CURADO FLEURY – Sim. É muito comum.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E o empregador não paga os encargos sociais nenhum.

O SR. RONALDO CURADO FLEURY – Entrei naquele debate: temos problema; o que fazemos? Nós fiscalizamos, orientamos e punimos ou restringimos o direito? A via mais fácil é da restrição do direito; não tenha dúvida. Mas nem sempre a via mais fácil é a mais adequada, e, neste caso, eu penso que é exatamente essa situação.

Com relação ao seguro defeso em particular, aqui eu queria tecer comentário de forma um pouco mais aprofundada.

Primeiro, uma coisa é importante esclarecer: a natureza do seguro defeso. O que é o seguro defeso? É um seguro-desemprego? Não. O seguro defeso tem um componente – que foi muito bem colocado aqui, salvo engano, pela Dr^a Lilian – que não é só a questão da sobrevivência do trabalhador, mas, também, a sobrevivência do próprio fruto do trabalho do trabalhador, que é preservação das diversas espécies.

Nós já tivemos várias espécies – como a própria lagosta brasileira –, que, se existem hoje, é por conta do seguro defeso. Então, o seguro defeso vai além da questão meramente trabalhista, da questão meramente previdenciária; entra a questão ambiental também neste problema.

O seguro defeso nada mais é do que: aquele trabalhador que é pescador... Eu não estou falando do policial que tem a carteira de pescador, do assessor da prefeitura que tem a carteira de pescador; não. Eu estou falando do pescador que vive da pesca, que da pesca tira o sustento da sua família. O Estado, o povo paga para que esse trabalhador, durante o período de defeso daquela espécie que ele tem autorização para pescar, fique

em casa e mantenha a sua família com aquele seguro desemprego, para que ele não seja obrigado a pescar aquela espécie que está no período de defeso ou até outras espécies.

Então, é um benefício para que o trabalhador fique em casa. Esse é um primeiro problema, que eu penso que é uma distorção que, confesso, eu não consegui ainda alcançar se foi ou não buscado atingir com a medida provisória. Se ele tem autorização para pescar duas espécies, ele pega dois seguros defeso. Se essas espécies têm o mesmo período de defeso, ele não tem por que receber dois seguros desemprego; ou se têm defesos diversos, durante um defeso, ele estará pescando outro e estará tirando o seu sustento.

(Soa a campanha.)

O SR. RONALDO CURADO FLEURY – Nós temos uma experiência de combate às fraudes no seguro defeso muito interessante, feita no Estado do Ceará. Foi a primeira vez em que nós conseguimos reunir o Ministério Público brasileiro, incluindo o Ministério Público do Estado do Ceará, o Ministério Público do Trabalho e o Ministério Público Federal.

Há alguns números, infelizmente saiu aqui da tela, mas só para que nós tenhamos uma ideia: em 2007, havia mais de 15 mil trabalhadores, cerca de 15,8 mil trabalhadores que receberam seguro defeso como pescadores de lagosta. Esse trabalho se iniciou em 2008. Dois anos depois, o número caiu para 6 mil trabalhadores. Houve uma diminuição da pesca da lagosta? Não! Efetivamente, aqueles pescadores – aqueles pescadores, não, perdão –, aquelas pessoas que se diziam pescadores de lagosta não receberam por esse trabalho conjunto do Estado – não é Governo, porque Ministério Público não é Governo, mas Estado – em que houve um trabalho preventivo e repressivo das fraudes do seguro de defeso. Infelizmente, não foi possível replicar esse trabalho, naquele momento, nos demais Estados, e o Estado do Maranhão dobrou o número de pescadores de lagosta, miraculosamente. Aqueles trabalhadores do Ceará, obviamente, foram para o Maranhão e, ali, conseguiram o seguro defeso.

Vou fazer uma primeira sugestão de alteração ou adequação na medida provisória ou, se for retirada, se for rejeitada, uma sugestão de projeto legislativo. A adição de um simples campo no requerimento do seguro defeso implicaria numa redução, segundo cálculos apresentados por uma técnica do Ministério do Trabalho no Estado do Ceará, a Dr^a Júlia, que tem um trabalho excepcional nessa parte de fraudes no seguro defeso, de, pelo menos, 20%. O trabalhador, quando fosse requerer o seguro defeso, deveria colocar o número da embarcação em que ele pesca. Por que isso? Porque o número da embarcação é como a placa de um carro. Não interessa para onde aquela embarcação for no Brasil e o que ela for pescar, a inscrição na Marinha do Brasil é a mesma.

Nós temos vários exemplos de embarcações em que a chamada carta de tripulação, que é a quantidade de tripulantes daquela embarcação, conta com, por exemplo, cinco trabalhadores, mas sessenta ganharam o seguro defeso naquela mesma embarcação. Trabalhadores ganharam seguro defeso naquela embarcação no Ceará, no Rio Grande do Norte, em Pernambuco e até em Santa Catarina. Com a simples adição desse dado, pegando os dados que há na própria Marinha de qual é a tripulação daquela embarcação, o Governo já saberia que, nessa embarcação, só cinco podem ganhar e que, se há mais, alguém está querendo ganhar dinheiro. Então, é uma sugestão que seria bem interessante para tentar evitar essas fraudes.

Nós estamos, hoje, o Ministério Público do Trabalho, especificamente, tentando replicar esse trabalho feito no Ceará. Foi criado um projeto estratégico no final do ano passado que se chama Projeto Pesca Legal, que é para combater as fraudes no seguro defeso. Como nós não temos estrutura – não só física, mas principalmente estrutura humana – de Procuradores para pegar todas as colônias de pescadores, precisamos de um trabalho conjunto do Ministério do Trabalho e Emprego e, principalmente, dos Ministérios Públicos Estaduais. E nós estamos buscando esse trabalho conjunto para poder multiplicar essas experiências.

E aqui eu volto – para encerrar, Senador – à questão da fiscalização. Na pesca, o problema é exatamente o mesmo: não há fiscalização, não há repressão. Sempre vemos matérias no jornal sobre fraudes ao seguro defeso, e os próprios Auditores Fiscais do Trabalho não têm como fazer essa repressão, até por falta de pessoal. Recentemente, inclusive, o Ministério Público do Trabalho entrou com uma ação civil pública contra a União para que fosse aberto edital de concurso público para a contratação de auditores fiscais do trabalho para que se possa fazer valer essas regras.

Eu não posso afiançar, mas, pela experiência que tenho nessa área – só nessa área portuária e aquaviária, já tenho 16 anos atuando... Com uma repressão efetiva, uma orientação, obviamente prévia repressão, nós teríamos já fechada essa torneira que é esse seguro defeso, torneira que já está aberta há muito tempo. Sabemos que, até por questões políticas, algumas vezes, em alguns setores e em alguns locais, é complicado mexer.

Então, a sugestão que o Ministério Público do Trabalho deixa... Obviamente, além desta audiência pública, coloca-se à disposição para mais debates, debates mais aprofundados, com mais dados... É essa a contribuição, colocando-nos à disposição para qualquer outra questão.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr. Ronaldo Curado Fleury, Subprocurador do Trabalho, que manteve a mesma posição das outras entidades. Já alertando: caso não for possível, teria o Ministério Público do Trabalho propostas para contribuir numa outra redação.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – (Donizeti Nogueira) Senador Paim, eu vou me retirar. Agradeço a oportunidade de estar aqui. Conte comigo, estamos à disposição lá no sexto andar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Agradeço a sua presença. Muito obrigado.

Quero registrar a presença de Edson Stefani, CNPL; Livia Rospantini, Cobap; Edson Haubert, do Mosap; Flauzino Antunes Neto, Sindecon; Valmir Ribeiro de Freitas Júnior, CSPB; Samuel Pereira, MPT; Victor Zaiden, Patri Políticas Públicas; Tamires Almeida, CNTC; Raimundo de Sousa, Sindipisca Manacapuru, Amazonas; Raimundo Ferreira, Sindipisca, também da mesma cidade; Pedro Hamilton Brasil, de Manaus, Sindipisca também; João Pimenta, da Federação dos Aposentados e Pensionistas do DF; Patrícia Coimbra, representando a Anfip, Sinait, Fenaprf, Fenafisco, como assessora; Geraldo Nascimento, Sindimóveis-DF, Fenaci; Maurício Oliveira, Cobap; e também Sinait, na figura de seu diretor, Eury Almeida França.

Temos também Camila Miguel, CNPL; Robério Sampaio, jornalista, CNPL; Nelson Miranda, Movimento dos Aposentados; Aprígio Guimarães, CNTI; Mônica Beraldo, Fenacon/Cofecon; Carla Souza, Assessoria Técnica do PSDB; Paulo Acrísio, TV Senado; Rosilene Brandt, Liderança do PSB na Câmara – uma era do Senado, outra da Câmara –; e Cleonildo Biscoli, assessor do Senador Hélio José.

Então, temos ainda mais dois convidados que usarão a palavra. O primeiro deles é o Lineu Neves Mazano – está certo? Mazano? –, que é Secretário-Geral da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil e que, seguidamente, está aqui colaborando conosco nesse debate. Ele também é advogado, especialista nessa área. Estou certo? Estou certo. Se não fosse, deixaria assim mesmo. Já perguntaram para mim: “Tu és advogado?” Eu disse: “Não sou, mas gosto de falar como advogado. Só que não sei falar como os advogados.”

Depois, teremos também o Sidnei Machado, advogado e professor de Direito do Trabalho e Seguridade Social, sem prejuízo ainda do Moacyr, que vai falar em nome da Cobap.

Daí mesmo, meu amigo.

O SR. LINEU NEVES MAZANO – Quero cumprimentar o nosso grande Senador Paulo Paim, Presidente desta audiência pública, e todos os demais membros da Mesa.

Primeiro, quero dizer que não sou advogado – não sou advogado, não. A gente advoga muitas causas, mas na luta sindical. Eu me considero um líder sindical, um militante na defesa do interesse geral dos trabalhadores e, em especial, dos servidores públicos.

Como Secretário-Geral da nossa Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, aqui representando o nosso Presidente João Domingos Gomes dos Santos, agradeço a oportunidade de poder falar neste momento, que é tão importante para a classe trabalhadora...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Lineu, só para depois não dizerem que não citei todos. A pessoa de repente está saindo... Quando esqueço um, a pessoa pergunta: “O que o Paim tem contra mim? Só não citou o meu nome.” Há mais três nomes aqui. Permita-me citá-los rapidamente.

O SR. LINEU NEVES MAZANO – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Nailton Francisco de Souza, Diretor de Comunicação da Nova Central Sindical de Trabalhadores; Ricardo Nerbas, Diretor da CNPL, gaúcho também, lá do meu Rio Grande; e Mônica Beraldo, que eu já citei, Conselheira Federal da Fenecon.

O SR. LINEU NEVES MAZANO – O.k.

Então, considerando sempre esse apoio que o Senador Paulo Paim tem dado aos trabalhadores e aos servidores públicos, continuando, agora, nesse mesmo compromisso, quero parabenizá-lo, Senador, e também lembrar que chegou o momento em que entendi a ordem da colocação da Mesa. O Senador está classificando para parabenizarmos as mulheres na semana que antecede o Dia Internacional da Mulher.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem lembrado. (*Palmas.*)

Obrigado, obrigado, obrigado.

Eu lhe agradeço.

O SR. LINEU NEVES MAZANO – E as mulheres estão mostrando o seu papel, a sua capacidade aqui na Mesa. Por isso, parabenizo todas as mulheres e todos os palestrantes pelo nível de conhecimento sobre o debate, o assunto do debate.

Eu não vou nem aprofundar muito. Quero apenas apontar algumas coisas, porque tudo já foi colocado.

Veja que nós iniciamos aqui ouvindo a análise do Toninho, além de outros que o seguiram, fundamentando diretamente a sua fala no princípio da inconstitucionalidade das propostas em razão da forma como foram encaminhadas.

O Governo realmente encaminha uma proposta que é de exclusão, de redução de benefícios para os trabalhadores. Pela forma do encaminhamento, essa é uma proposta baseada na insegurança jurídica, quer dizer, totalmente insegura pela forma como se coloca, falando juridicamente. Esse é um retrocesso social. Então, essa é a análise que nós fazemos disso.

A nossa Confederação tem a representação dos servidores federais, estaduais e municipais – nós temos a participação de todas essas áreas no debate – e também a representação e a participação de todas as centrais sindicais. Então, nós, da Confederação dos Servidores Públicos, somos filiados à Nova Central Sindical, que também represento na defesa desses interesses, mas as centrais sindicais e nós, no conjunto desse debate, fechamos questão.

Por isso, a fala da Dr^a Ana Paula, baseada em todas as falas, em seu final, é pela rejeição total dessas medidas. E o Dr. Ronaldo apontou a fragilidade na gestão pública. Quer dizer, o Governo é incompetente para administrar ou para fazer uma gestão responsável em tudo aquilo que ele tenta justificar para encaminhar uma medida que traz um retrocesso social. Foi bem colocado pela Dr^a Thais: se nós estivéssemos diminuindo o risco, estaríamos diminuindo as garantias, mas o risco só aumenta, Dr^a Thais.

Se fizermos avaliação aprofundada na questão da saúde e segurança do trabalho no Brasil, especialmente no serviço público, ele só aumenta cada vez mais. É a mesma coisa: foi sancionada agora, há poucos dias, uma lei com referência aos caminhoneiros sem se ouvir as entidades que representam os trabalhadores, sob pressão do empresariado da área de transportes. Ontem mesmo, numa reunião com a Nova Central, o Ministro da Previdência disse: “Eu não fui ouvido.” A lei foi sancionada sem se ouvir o Ministério da Previdência, a causa principal de uma questão de acidentes de trabalho e outras coisas.

Estou apontando aqui como algumas coisas estão acontecendo.

Tudo isso, as duas medidas, tratando da questão geral para atingir só o menos favorecido, o menor salário, o menos assalariado, sem considerar ainda, como colocou muito bem a Dr^a Zilmara, as informalidades que nós temos, o grande número, que é uma causa que deveria estar sendo levantada pelo Governo, que deveria chamar a sociedade organizada, através da sua representação, para ver como tratar da questão da informalidade. Daí, sim, para melhorar a receita e haver mais superávit ainda na Previdência, como já há.

Então, são medidas que afrontam a classe trabalhadora. Todas as análises colocadas aqui fundamentaram isso. As centrais sindicais estão fechadas, juntamente com todas as organizações de trabalhadores que eu conheço. Radicalmente, a nossa proposta é pela retirada dessas medidas. Que o Governo, então, possa chamar para ver como vamos contribuir, como vamos melhorar a qualidade do serviço público. Aí, sim, estamos à disposição.

Lembro que, a partir do dia 16 deste, essas medidas já começam a trancar a pauta, Senador. Aí, começa a pressão. Ela tem validade até dia 2/4. Depois, pode ser prorrogada por mais 60 dias, mas ela já começa a trancar a pauta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E os efeitos imediatos.

O SR. LINEU NEVES MAZANO – Os efeitos já estão valendo, a partir do dia 2 agora, desta semana. Já existem os efeitos.

Então, o Governo encurralou todo mundo. Ele atropelou, ele desrespeitou o diálogo social, inclusive garantido pelo próprio art. 8º da Constituição, que garante a participação desse diálogo na representação dos trabalhadores, através das entidades sindicais. Mandar uma medida provisória no dia 30 de dezembro, de início, já é um desrespeito total à sociedade brasileira, muito mais contrapondo tudo aquilo que foi a bandeira de luta, inclusive do debate eleitoral, que foi um dos mais acalorados que tivemos em 2014.

(Soa a campanha.)

O SR. LINEU NEVES MAZANO – E mais: encaminhado, como falou muito bem o Toninho e outros, por Ministros e pessoas que estão no Governo e que não têm compromisso com a classe trabalhadora. Não têm!

Vejam que, nas defesas que o próprio Ministro da Fazenda tem feito sobre isso, ele tem agregado inclusive a defesa da aprovação do projeto de terceirização, que é outro câncer, muito bem apontado pela Lilian, que produz a rotatividade e mantém um número grande de trabalhadores sempre na experiência, para poder punir ainda muito mais o trabalhador que produz a riqueza do País.

Quanto à questão dos servidores públicos em especial, que é o que representamos diretamente – mas a bandeira nossa é na defesa do interesse social –, ela foi muito bem colocada pela Dr^a Zilmara, nossa parceira. Veio, realmente, atingindo.

Nós vamos aprofundar no debate.

(Soa a campanha.)

O SR. LINEU NEVES MAZANO – Eu acho que precisamos avançar aqui no sentido de fechar questão com todas as organizações, representações dos trabalhadores, das centrais, das confederações: nós somos pela retirada dessas medidas provisórias.

Senador, eu até lhe faço, não digo uma proposta, mas uma pergunta, até para ajudar. O senhor é um Senador do PT que sempre foi muito transparente nas suas posições, nas suas ações. Não é uma preocupação com o senhor, mas com muitos outros do próprio Partido do Governo. Hoje, já estão se posicionando, inclusive, que devem votar contra essas medidas. Vejo que o Senador que aqui esteve não fechou questão no voto a favor, defendeu o Governo, e está correto, mas disse que merece uma atenção maior para decidir como vai votar. Seria o caso de, na Comissão Mista, na Comissão Especial, trabalharmos lá, a partir de um resultado destas audiências públicas encaminhado por V. Ex^a? Seria o caso de termos uma plenária geral, como já fizemos na terceirização, para trabalhar, organizar todos os atores, os representantes que viessem fazer uma fala, e deixar claro para esta Casa, o Senado e também para a Câmara, que realmente esta é uma medida que tem que ser rejeitada, no sentido, inclusive, de dar respaldo até mesmo pela Base do Governo?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Lineu Neves Mazano, que falou pela CSPB.

Lineu, primeiro, vocês todos estão convocados, já está aprovado aqui, para, na próxima quinta-feira, às 9h, um debate com o Movimento Sindical Social, as Centrais e as Confederações. Hoje, foi um debate técnico. Claro que será muito importante que, na próxima quinta, as Centrais se façam presentes, e o Plenário, que esperamos seja de sindicalistas, vá nesse sentido. Posterior a isso, chamaremos uma reunião com os Ministros, será a terceira reunião, para relatar o que ouvimos no dia de hoje e o que ouviremos na próxima quinta. Depois, naturalmente, na Comissão Mista, poderemos fazer um resumo de todo o trabalho que aconteceu aqui, nesta Comissão. Esse é o objetivo, porque aqui, como foi dito, e é a minha preocupação, não podemos deixar passar despercebido. Se for encerrado o tempo, vai para o plenário? Não! Já houve duas, três, quatro audiências públicas e, pelo que percebi desta primeira, a posição é unânime. Aqui, ninguém divergiu, muito menos os Senadores. Digo que, na Bancada do próprio PT, não é questão fechada, e eu diria que um bom percentual de Senadores do PT têm uma posição idêntica a minha, e todos sabem qual é a minha posição.

O Dr. Sidnei Machado, que é advogado, também, do Direito do Trabalho e Seguridade Social, da Universidade Federal do Paraná, quer também dar aqui a sua contribuição. Em seguida, vou passar a palavra para o Moacir, que vai falar pelos aposentados e pensionistas e pela Cobap.

O SR. SIDNEI MACHADO – Muito obrigado.

Cumprimento, em primeiro lugar, o Senador Paulo Paim, em nome do qual cumprimento toda a Mesa. Gostaria de saudar a todos que resistem aqui as longas horas deste interessante e rico debate. Eu não poderia deixar de cumprimentar aqui o Presidente da Confederação Nacional das Profissões Liberais, Carlos Alberto, a nossa colega Zilmara.

Realmente, é uma honra, uma satisfação, uma oportunidade ouvir aqui, Senador, esta prática de debate aberto e de intervenções, de fato, não só críticas, mas propositivas, de pessoas que estão preocupadas, todas, na direção de tornar o sistema previdenciário brasileiro mais equitativo, mais justo, ou seja, mais próximo daquilo que pensamos de um projeto de País. Isso é, particularmente, uma satisfação. No caso do Senador Paulo Paim, não é nenhuma surpresa porque todos conhecem o compromisso histórico do Senador com a seguridade social.

Bem, vou falar por último e não quero cansá-los muito, não quero ser repetitivo daquilo que já falaram aqueles que me antecederam, de um modo muito apropriado, mas gostaria de, dentro do meu ofício, um pouco de advogado, um pouco de professor, talvez trazer alguma contribuição, Senador, que, quiçá, seja importante para este debate, do ponto de vista do modelo previdenciário brasileiro – o que implicam essas reformas para um sistema previdenciário tal como o brasileiro e para a seguridade social – e de como, modestamente, vejo isso.

Adianto que, de início, compartilho evidentemente com as críticas que fazem do uso da medida provisória, e não o faço só pela questão formal, embora isso seja importante, parece-me que a Constituição realmente vedaria, mas, sobretudo, porque se trata de um tema de previdência social.

Nós sabemos, sempre se diz, que as mudanças previdenciárias estão preservando os direitos adquiridos, como é óbvio. Mas um sistema previdenciário, um modelo previdenciário tal como o nosso, com a nossa tradição previdenciária, é um modelo público, contributivo, que funciona através de um pacto de gerações. Ou seja, uma geração é que está sustentando a próxima geração.

Então, qualquer mudança é uma mudança que impacta numa geração sempre futura, Senador. Não basta garantir o direito adquirido, temos que pensar nas futuras gerações.

Esse debate hoje ocorre na Europa de modo muito intenso. É um debate com a essência da democracia. Como nossa geração vai fixar regras restritivas piores para as futuras gerações, os nossos filhos e nossos netos. Que qualidade de democracia nós estaríamos trabalhando.

Então, há uma cautela muito grande no sentido de mudar regras previdenciárias e impor uma penalização para as futuras gerações. Parece que o princípio democrático sofre muito com isso.

Com relação aos aspectos jurídicos, li atentamente as medidas e claro há um debate estendido na imprensa de opiniões, e aqui se reverberou isso muito, me preocupou muito a questão do caráter das medidas. Nós, juristas, dizemos qual o sentido e alcance dessas medidas.

De antemão, o Governo justificou que se trata de ajuste de combate à fraude, de algum ajuste no modelo, mas, a meu ver, não se pode dizer que se trata de reformas pontuais. A meu ver isso vai muito além.

Lendo as medidas você vê: as medidas enfrentam uma questão de acesso a benefícios previdenciários. Elas definem as regras de acesso, ou redefinem. Elas indicam critérios de elegibilidade para alguns benefícios e elas alteram o valor dos benefícios.

Então, dito isso, já é possível identificar, Senador Paulo Paim, que estamos mexendo não em um outro dispositivo, estamos mexendo num modelo. Num modelo que toca prestações de auxílio doença, pensão por morte, seguro desemprego e abono.

São três prestações que têm previsão constitucional. São temas essencialmente constitucionais, mas não se está alterando a Constituição. É verdade. Mas ao alterar a legislação básica nós damos maior ou menor eficácia à Constituição. Então, quando a Constituição fala de um direito ao risco doença, se a legislação restringe o acesso a esse benefício, de fato a Constituição perde eficácia, perde sentido.

Além disso, as medidas impactam num grupo substantivo de contribuintes da seguridade social. O setor público e o setor privado ficarão, desse modo, alijados. Não terão direito ao acesso. É o caso, por exemplo, da pensão por morte.

Portanto, eu não teria nenhuma dúvida ao afirmar que não se trata de ajustes, trata-se de uma reforma previdenciária bastante ampla do ponto de vista técnico. Esse debate, é verdade, não é novo. Em termos de direitos sociais, esse é um interesse bastante grande. Nós todos aqui que militaram, sofreram nos anos 90, sabem disso. Nós enfrentamos crises nos anos 90, mudanças nas legislações.

Por exemplo, para falar num tema muito próprio aqui da nossa CLT, nós mantivemos a nossa CLT, mas tivemos muitas reformas pontuais na legislação, de tal sorte que houve sim uma reforma trabalhista no Brasil.

O pesquisador que tem uma tese de doutorado conhecida, o Dari Klein, da Unicamp, diz isso: “no Brasil houve reformas pontuais, mas se identificar há uma coerência entre elas.” Então eu acho que nós poderíamos dizer o mesmo. Essas reformas são pontuais, mas de pontuais têm coerências, porque elas restringem o acesso aos benefícios. Então é uma reforma substantiva.

É o que ocorre hoje na Europa. O ataque se dá hoje em todos os modelos europeus que pareciam sólidos, se dá exatamente em reformas pontuais, que vão minando alguns direitos, vão fragmentando.

Isso para a seguridade social é bastante caro, sobretudo para a seguridade social brasileira. Sabemos o nosso longo, tardio atraso em termos de uma seguridade social ampla, nos moldes do Estado do bem-estar social.

Em um rápido olhar histórico sabemos que nós tivemos um problema grande de universalização do acesso à seguridade social no Brasil, em grande parte pelo nosso mercado de trabalho bastante instável, o acesso ao emprego foi precário nas décadas de 30 e 80, alta informalidade, baixos salários e assim por diante.

E a Previdência, esse é o detalhe, Senador Paulo Paim, era montada em torno de um modelo essencialmente contributivo, então, tinha-se benefícios desde que tivesse contribuições passadas. Esse modelo revelou-se inócuo para o nosso País porque a nossa base é de uma informalidade grande, contratos precários e de baixa duração.

Então, se você estrutura a seguridade social em torno de contribuições passadas você vai criar uma exclusão bastante grande.

Esse é o déficit nosso. Esperava-se que a Constituição de 1988 reformulasse esse modelo e permitisse alguns direitos de cidadania que não vinculassem essencialmente o contrato de trabalho ao emprego, porque nós não conseguimos universalizar o acesso ao emprego no Brasil e, logo, não se universalizaria nunca o acesso à seguridade social.

Bom, mas lentamente a Constituição vem ganhando esses espaços de cidadania pontualmente, com alguma resistência a gente conseguiu isso. Essas medidas, a meu ver, vão na contramão.

Eu não tenho todo o tempo aqui, não quero molestá-los muito...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Tem mais dois minutos para concluir.

O SR. SIDNEI MACHADO – Dois minutos.

Então, vou tomar um exemplo, na questão de pensão por morte, para, talvez, demonstrar essa minha hipótese.

A pensão por morte manteve-se na Constituição historicamente, foi um dos primeiros benefícios, a regra, na questão valor, a Lei nº 8.213, que é a legislação básica, nós sabemos, era de 50% mais 10% e nós, em 1995, Senador Paulo Paim sabe bem, conseguimos elevar o percentual para 100%. Nos difíceis, bicudos, anos 90, de reforma, para não dizer outra coisa, nós conseguimos fazer isso.

Eu tive a preocupação de buscar essa legislação na exposição de motivos e acho que vale a pena, nós agora aqui, fazermos uma rápida menção, Senador.

Diz um trechinho desta exposição de motivos da Lei de 95 que passou a 100%.

“Nesse sentido, o que se objetiva, no momento, é a reformulação da legislação básica, de modo a acabar com o tratamento diferenciado dado a determinados grupos de segurados.”

Ou seja, quando se voltou a Lei para fixar a pensão por morte em 100% para todos os segurados, foi dito: “Nós estamos uniformizando, dando isonomia. Não faz sentido mais criar 50, 60, 70%.”

É óbvio que agora nós estamos retrocedendo e poderíamos dizer – claro que o projeto não diz isso, não é? – que, agora, a legislação visa dar um tratamento diferenciado.

Então, é óbvio que não se ignora...

(Soa a campanha.)

O SR. SIDNEI MACHADO – Para finalizar, Senador.

Que há um debate sobre a pensão por morte, o futuro da pensão, porque a base da pensão era a família clássica, tradicional, mas isso é um debate que deve ser feito de um modo bastante amplo com a sociedade brasileira.

A jurisprudência brasileira tem avançado muito nisso, tem garantido benefícios a pessoas que não se encontravam naquele rol.

Para tentar cumprir o prazo vou encaminhar-me para uma nota final da minha intervenção.

A meu ver, a preocupação maior é de fato com aquele objetivo da seguridade social, de dar uma dimensão concreta à solidariedade.

Se nós voltarmos a rediscutir critérios vinculados à contributividade, que está no DNA dessas medidas – não contribuiu, não tem direito; não tem critério, não tem direito –, nós faríamos uma regressão na sociedade brasileira, de profundas desigualdades, e a cada dia estará mais distante, não só a seguridade social...

(Soa a campanha.)

O SR. SIDNEI MACHADO – ... mas um abandono progressivo da Constituição de 88, isso não tenho dúvida. Muito obrigado, Senador. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr. Sidnei Machado, que é advogado, especialista nesta área, trabalha em seguridade, da Universidade Federal do Paraná.

Quero registrar a presença aqui, embora o Dr. Ricardo tenha saído, eu citei o seu nome três vezes já, Ricardo.

Mas ao lado do nosso líder sindical Ricardo – permita-me que chame assim, meu amigo lá do Rio Grande – está também o Dr. José Pinto. O José Pinto foi o primeiro chefe de gabinete desse humilde Deputado, na época. Ele é Doutor, mas foi o meu primeiro chefe de gabinete, fez concurso e hoje está na Consultoria do Senado. É um prazer vê-lo aqui, Dr. José Pinto, que muitas vezes tem me ajudado em temas relacionados a essa área.

Nós queremos passar a palavra para o Moacir; depois, para o representante dos pescadores, Pedro Hamilton Brasil.

O nosso querido Subprocurador-Geral do Trabalho vai ter de se retirar neste momento para outro compromisso, e eu queria pedir uma salva de palmas para ele, pela contribuição que deixou para a nossa audiência. *(Palmas.)*

O Moacir aqui representa a Cobap, ele é Vice-Presidente da Cobap.

O SR. MOACIR MEIRELLES DE OLIVEIRA – Bom dia a todas e a todos. Eu saúdo o Senador Paim e todos os componentes da Mesa.

Em nome da Cobap, Senador, gostaria de parabenizar V. Exª pela recondução à Presidência desta Comissão muito importante, principalmente para nós aposentados e pensionistas e para todas as entidades mais desprotegidas. V. Exª sempre esteve ao nosso lado, sempre esteve conosco nas horas de mais necessidade.

Eu vou ser rápido, Senador, até porque V. Exª já disse que esta é uma reunião mais técnica e que, na quinta-feira, vai haver outra reunião, para a qual a Cobap será convidada e terá a oportunidade de se manifestar.

Fiquei muito feliz, a Cobap ficou muito feliz em ouvir todos os debatedores aqui, pois todos concordaram com a linha com que a Cobap sempre trabalhou. A Cobap sempre repudiou essas medidas provisórias, princi-

palmente pela sua inconstitucionalidade. A prova é que nós entramos no STF pedindo a inconstitucionalidade dessa medida provisória. Estamos aguardando a manifestação do Supremo.

Quando a Dr^a Ana Paula fez sua reflexão a respeito da desoneração da folha, eu fiquei muito feliz com a colocação dela. V. Ex^a é testemunha de que a Cobap sempre rebateu a desoneração da folha porque sempre que entrávamos com um pedido para que ao aposentado e ao pensionista, principalmente que ganhava acima do salário-mínimo, fosse estendido o mesmo índice do salário-mínimo, o Governo alegava que a Previdência era deficitária. Se era deficitária, por que a desoneração da folha? Esse sempre foi o argumento da Cobap. E agora, a devolução da 669 pelo Presidente do Congresso, Senador Renan Calheiros, à Presidente Dilma provou que nós tínhamos razão e que era inconstitucional. Nós só lamentamos que ele não tenha devolvido a 664 e a 665, embora ele alegue que foi na hora do recesso, nós entendemos que ainda havia oportunidade de devolvê-las. Mas espero que, como o nosso colega Lineu falou, em uma audiência, como ele sugeriu, a própria Comissão ainda possa devolver à Presidente Dilma.

Agradeço por esta oportunidade. Na quinta-feira que vem a Cobap estará aqui presente novamente.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Meus cumprimentos ao Moacir Meirelles de Oliveira, gaúcho de Rio Grande, Vice-Presidente da Cobap. Esse ataque final foi para ele entender. Estou falando como gaudério.

Mas vamos passar a palavra agora para o nosso querido amigo Pedro Hamilton Brasil, do Sindpesca de Manaus. O Pedro me encontrou aqui nos corredores e já me atacou: “Para aí! Para aí, Senador! Eu tenho que falar contigo”. Ele e mais dois companheiros. Depois de uma conversa rápida, eu o convidei para estar aqui hoje e dar um depoimento sobre a questão específica do defeso.

Com a palavra, o Pedro.

O SR. PEDRO HAMILTON BRASIL – Em primeiro lugar, meu bom dia a todas e a todos.

Para nós, pescadores do Amazonas, é uma honra fazer parte desta audiência pública, especialmente com o nosso companheiro Paim. Sou fã da TV Senado, e para nós o Paim tem feito uma defesa muito grande dos movimentos sociais e de nós, que muitas vezes somos discriminados por sermos pescadores. Em nome disso, quero aqui parabenizar a companheira Lilian, do Dieese, que defendeu uma causa em que nós estamos incluídos. Por meio desses depoimentos, o País pode conhecer melhor o papel dos pescadores.

Então, a nossa vinda aqui é para pedir o apoio desta Casa, que é nossa, Casa da democracia. Nós, como foi citado, podemos até não ter uma cultura de faculdade, mas nós temos uma cultura de preservar o meio ambiente. Se não preservarmos o meio ambiente, pode ser doutor, mas ele vai morrer sufocado com a camada de ozônio. (*Palmas.*)

Disse também o companheiro Lula: “Eu posso não ter um diploma, mas hoje estou recebendo o meu primeiro como Presidente da República”.

Nós pescadores somos um povo humilde, mas nós fomos reconhecidos como trabalhadores da pesca a partir de 2003, através da Lei nº 10.799. Nós hoje, como também já foi falado aqui, não recebemos um seguro-desemprego, mas a lei diz que nós somos trabalhadores da pesca. Nós não temos um patrão, não temos direito ao saque do PIS e não temos direito ao FGTS, mas, mesmo assim, dizem que nós somos trabalhadores da pesca. Hoje, nós sobrevivemos na nossa região da Amazônia com quatro salários mínimos, que vão de 15 de novembro a 15 de março, quando nós somos proibidos de buscar o nosso sustento nos rios para receber um salário mensal.

E, hoje, nós estamos sendo prejudicados, como aqui já foi falado, assim como todas as categorias de trabalhadores em geral, nesta PEC nº 664 e nesta PEC 665, mudando todo um contexto previdenciário. Hoje, nós contribuímos como segurado especial uma vez por ano. Querem tirar a habilitação do pescador do Ministério do Trabalho para o INSS, onde teremos de contribuir mensalmente. Na nossa região, já foi falado – o INSS falou para nós – que teríamos de pagar R\$40,00, mas, arbitrariamente, nós não podemos mais adoecer. Se o pescador adoecer, ele perde o direito do seguro-defeso, porque ele vai receber auxílio-doença e não pode acumular dois benefícios. Aí como é que fica? Vamos optar pelo auxílio-doença ou pelo seguro-defeso?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Você me falou também do Bolsa Família.

O SR. PEDRO HAMILTON BRASIL – Positivo. Bolsa Família: o pescador já perdeu esse direito. No Amazonas, foram cancelados milhares de cartões do Bolsa Família. Então, o pescador também perde esse direito. Como foi falado aqui, o seguro-desemprego é um seguro social. Então, nós estamos sendo enganados, imaginando que nós somos os trabalhadores da pesca e não recebemos... Aqui, falaram até que era esmola social. E nós não queremos viver de esmola social, nós queremos ser respeitados como trabalhador, igualmente, como todos.

Nós também estamos aqui na questão de pedir que possam, realmente, ajudar não só a nós pescadores, mas a todos os trabalhadores do Brasil. Esta Casa representa não só o Amazonas, que é o Norte, mas o País, até

o Rio Grande do Sul, que é a Região Sul. Então, temos a esperança de que, apesar da infelicidade do Governo... Nós fomos para a rua e apoiamos este Governo por acreditar que este Governo do Partido dos Trabalhadores iria nos defender. E nós não estamos aqui arrependidos de ter votado, não, porque temos aqui Senadores que são do Partido dos Trabalhadores e de outros partidos que estão interessados em defender a classe trabalhadora, independentemente de bandeira política. O que nós queremos aqui é que a democracia seja realmente feita. Então, ainda temos a esperança de que a Presidenta Dilma, com certeza, que já pegou várias pressões aí – acho que a pressão dela está maior que a minha –, reveja o que o Mercadante fez lá da Casa Civil. Posso dizer a vocês que ela deve estar passando por um banzeiro, como dizemos lá na Amazônia; devem estar banzeirando a cabeça dela. Esperamos que, assim que passe esse banzeiro, com o grande mestre Paim, com certeza, orientando-a, vai fazer um acerto.

O que eu quero dizer aqui, companheiros, é que nós somos pescadores totalmente contra as fraudes. Nós, que dependemos de uma canoa, que estamos no dia a dia com caniço, tarrafa e malhadeira, somos contra, porque os que estão lá recebendo o seguro, realmente, não são pescadores, são empreendedores: vão lá com alguns que se dizem representantes sindicais, sindicalistas, negociam, assim como estão negociando, com os patrões, e pagam as mensalidades para sacar no final do ano R\$2,7 mil de lucro. Então, eles não são pescadores realmente: eles são empreendedores!

Agora, eu, como família de pescador, estou aqui juntamente com o companheiro Raimundo Santos, presidente do Sindpesca de Iranduba, um guerreiro há mais de 70 anos; com o companheiro Raimundo Sodré, que é do Sindicato de Pescadores de Manacapuru. Nós estamos aqui, sim, unidos contra as fraudes, porque, se acabar o seguro-defeso, quem vai ser prejudicado realmente é o pescador. Os que não são pescadores são iguais aos parlamentares daqui que não representam o trabalhador: o que eles vão perder é apenas o salário; mas a responsabilidade daqueles que realmente representam a nossa classe é nos defender.

E eu me sinto, companheiro Paim, muito alegre de ter ouvido hoje, nesta Comissão, várias pessoas na questão técnica, mas que, antes de serem doutores, estão aqui, sim, vendo que, se não defenderem o trabalhador, volto a afirmar, não adianta serem doutores. Então, graças a Deus, nós temos pessoas unidas com a nossa classe para defender nossos direitos.

Eu quero encerrar a minha fala, companheiro, agradecendo, mais uma vez, ao Senador Paim pela oportunidade que estamos tendo nesta Casa do Povo, que é a audiência pública na Comissão de Direitos Humanos, findando com uma...

(Soa a campanha.)

O SR. PEDRO HAMILTON BRASIL – ... frase do meu avô; ele dizia: “A dignidade de um homem a gente não vende nem compra: a gente conquista”.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Pedro Hamilton Brasil, Sindpesca de Manaus, que falou aqui em nome de todos os pescadores do País.

Nós vamos para o encerramento, pessoal, porque, se nós ampliarmos mais... Nós estamos com problema de horário, e estão me cutucando no celular porque há votação em plenário. Até porque eu entendo que aqui não há polêmica, não há divergência. Não há nenhuma divergência. Entendo que é unanimidade. O recado que eu levo para a tribuna do Senado e o diálogo que terei com as instâncias de Governo e de partidos é que, nesta reunião, houve uma discussão técnica e, naturalmente, política, com seu viés principalmente social, e, por unanimidade, todos os que usaram a palavra pediram que haja a rejeição das duas MPs. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Essa é visão que eu levo do encerramento da nossa audiência.

Lembro a todos que estão presentes, a todos os que estão assistindo à TV Senado que, na próxima quinta-feira, às 9 horas da manhã, estão convidadas, para este debate, todas as centrais sindicais, todas as confederações e entidades de caráter nacional, da área pública e da área privada, porque, além de nós formatarmos – e vamos formatar tranquilamente –, haveremos de ter não digo sabedoria, mas bom senso na montagem da Mesa, e inúmeros sindicalistas falarão do plenário, onde falamos aqui, em pé de igualdade.

O Toninho queria dar uma contribuição antes que eu encerre. Mas quero lembrar: é quinta-feira, às 9 horas da manhã – permita-me ainda, Toninho –, e, segunda-feira, nós vamos ter aqui uma audiência pública para discutir a questão dos caminhoneiros em todo o País, a pedido desse setor tão importante. E ontem me disse um caminhoneiro de Minas Gerais, cuja cartinha li no plenário, muito bonita a cartinha: “Paim, caminhão parado é prejuízo; andando é mais prejuízo”.

Essa é a situação deles, e eles terão uma reunião, no dia 10, com o Governo Federal, e essa audiência pública na segunda-feira há de ajudar na busca de uma redação de entendimento, no pacto que estão fazendo ou no TAC (Termo de Ajuste de Conduta) que está sendo coordenado pelo Ministro Miguel Rosseto.

Toninho.

O SR. ANTONIO AUGUSTO DE QUEIROZ – Senador, é só para lembrar dois aspectos que eu esqueci de mencionar na minha fala.

O primeiro aspecto é que, se o Supremo for analisar, do ponto de vista estritamente técnico, essas medidas, vai declará-las inconstitucionais no que diz respeito à forma – as duas MPS. A MP 664, em razão do aspecto previdenciário, pois não pode ser regulamentada por medida provisória matéria que tenha sido objeto de emenda à Constituição num determinado período – que é de 1995 a 2001. Então, qualquer dispositivo da Constituição que, naquele período, foi objeto de emenda à Constituição nunca mais poderá ser regulamentado por medida provisória; pode por projeto de lei. Então, o Governo, se quiser, pode fazer por projeto de lei.

O outro é o art. 239, §3º, da Constituição, que estabelece de modo absolutamente claro que o abono anual do PIS é de um salário mínimo. A Constituição é autoaplicável, clara: não é parcela de um salário mínimo; o abono anual é de um salário mínimo. Significa dizer o seguinte, e é por isso que eu pedi a palavra novamente: se houver esse precedente de se pagar benefício social constitucionalizado com um valor inferior a um salário mínimo, abre-se um precedente para que o Governo possa encaminhar, alegando dificuldade de caixa, a proposta pedindo que o benefício previdenciário deixe de ter como piso o salário mínimo.

Então, esse é um precedente gravíssimo, e o texto é absolutamente claro no sentido de que não comporta interpretação diferente, é constitucional. O Presidente pode até querer alterar o valor desse abono, mas, para isso, terá que alterar a Constituição, porque não poderá fazê-lo, nem por lei nem por medida provisória. Esse é um princípio fundamental, porque, se nós nos descuidarmos dele, daqui a pouco, vão dizer: “Bom, como o do abono, que era do salário mínimo, pôde ser uma fração do salário mínimo...”

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Hoje, não é? Agora, pode.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ – ... o da Previdência também poderia, ou mesmo o da assistência.”

Então, é um precedente muito grave, que não podemos em hipótese alguma permitir. Isso tem que ter caráter de denúncia, no sentido de que está se criando um precedente muito grave a respeito de um princípio que para todos nós é irrenunciável.

Então, era só essa observação que eu queria fazer para não deixarmos de enfatizar isto: o risco que existe em relação à quebra desse princípio do salário mínimo como piso de benefícios sociais e previdenciários no Brasil. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Com essa complementação, nós vamos encerrar a nossa reunião de hoje. E não se esqueçam de que, quinta-feira, às 9 horas da manhã, todos estão convidados. Usarão da palavra as entidades de caráter nacional, as centrais, confederações, como a Anfp, por exemplo, que tem uma bela contribuição para dar, e outras entidades.

Eu lembro que a Anfp foi uma que sempre insistiu comigo, realizou diversas audiências, inclusive aqui, dizendo que essa história da desoneração da folha ia dar confusão, como deu confusão, descapitalizou a previdência. Agora, quiseram dar um percentual em dobro daquilo que estavam dando em matéria de percentual sobre o faturamento para os empregadores, e resultou nessa confusão nacional, com a devolução da própria MP.

Então, vamos aprofundar o debate na quinta e, na outra quinta, vamos ouvir aqui os ministros.

Está encerrada a nossa audiência pública. Parabéns a todos vocês. *(Palmas.)*

(Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 12 horas e 17 minutos.)

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 09 DE MARÇO DE 2015, SEGUNDA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 9 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e três minutos do dia nove de março de dois mil e quinze, no Plenário número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores e Senhoras Senadoras Paulo Paim, Hélio José e José Medeiros. O Senhor Presidente declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: Audiência Pública, nos termos do **REQUERIMENTO DA COMISSÃO** de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 2 de 2015, aprovado em 09/03/2015, de autoria do Senador Paulo Paim, que requer a realização de Audiência Pública para debater: “A situação dos caminhoneiros no país”. O Senhor Presidente apresenta os senhores convidados e solicita que tomem lugar à mesa e passa a palavra aos convidados, que

fazem suas explanações: Luis Antonio Festino, Diretor de Assuntos Trabalhistas, Segurança e Saúde no Trabalho da Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST); Valdemar Haln Raupp, Presidente da Associação dos Proprietários de Caminhões São José (APROCASJ); Carlos Alberto Litti Dahmer, Presidente do Sindicato de Transportador Autônomo de Carga de IJUÍ/RS (SINDITAC); Luiz Carlos Neves, Presidente da Federação Nacional das Associações de Caminhoneiros e Transportadores – FENACAT; Jaqueline Carrijo, Representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (SINAIT); Nelson Antonio Selau, Representante da Associação dos Proprietários de Caminhões de Três Cachoeiras (APROCTEC); Valdir de Souza de Pestana, Presidente da Federação dos Trabalhadores Rodoviários do Estado de São Paulo; Adélio Justino Lucas, Procurador do Trabalho da 10ª Região – MPT; Marcelo Vinaud Prado, Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário e Multimodal de Cargas – SUROC – da ANTT; Jorge Bastos, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT – representante do Ministério dos Transportes. O Senhor Presidente franqueia a palavra para alguns caminhoneiros presentes no plenário. O Senhor Presidente concede a palavra aos palestrantes para suas considerações finais. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Paulo Paim, Hélio José e José Medeiros. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas, lavrando eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 3ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 2, de autoria deste Senador e de outros, para debater a situação dos caminhoneiros no Brasil, conforme iniciativa dos mesmos.

Peço que desliguem os celulares, por favor. Quem tiver de atender, aqui ao lado há um corredor vazio.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular, por isso as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo pelo portal e-Cidadania, link: bit.ly/audienciainterativa, e do Alô Senado, pelo número 0800-612211.

Antes mesmo de montarmos as mesas, que serão duas, vou fazer a leitura, rapidamente, da composição. Quem não estiver contemplado nós adaptaremos, para que todos os convidados possam fazer uso da palavra. Mas neste momento não vou chamar ainda as mesas. Quero apenas situá-los.

Primeira mesa: Valdemar Haln Raupp, Presidente da Associação dos Proprietários de Caminhões São José (Aprocasj); Carlos Alberto Litti Dahmer, Presidente do Sindicato de Transportador Autônomo de Carga do Rio Grande do Sul (Sinditac); Luis Antônio Festino, Diretor de Assuntos Trabalhistas, Segurança e Saúde no Trabalho da Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST), da qual ele é Diretor, e também da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres – está certo? –; Valdir de Souza de Pestana, Presidente da Federação dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários do Estado de São Paulo; Luiz Carlos Neves, Presidente da Federação Nacional das Associações de Caminhoneiros e Transportadores (Fenacat); Jacqueline Carrijo, representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait).

Esta seria a primeira mesa. Não importa se alguém é da primeira ou da segunda. A importância é a mesma.

Segunda mesa: Nelson Antônio Selau, representante da Associação dos Proprietários de Caminhões de Três Cachoeiras (APROCTEC); Vinícius Matos Valim, representante dos caminhoneiros autônomos independentes; Flávio Raupp Lipert, representante do Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens, também do Rio Grande do Sul; Jorge Bastos, Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), representante do Ministério dos Transportes.

Eu queria dizer para o Diretor Jorge, já está aqui, que o pessoal do Miguel Rossetto afirmou que se sentiria representado na sua pessoa. Eles disseram a mim que com a sua fala eles se sentem representados, que gostariam muito de estar aqui, mas, como o Ministro está viajando, pediram que eu passasse a você esta incumbência: que fale, pediram, oficialmente, pela Secretaria-Geral da Presidência da República e também pelo Ministério dos Transportes.

Também fazem parte da mesa: Marcelo Vinaud Prado, Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário e Multimodal de Cargas da ANTT; e Adélio Justino Lucas, Procurador Regional do Trabalho da 10ª Região.

Alguém não foi citado?

Lá do Rio Grande do Sul vieram quatro ou três? *(Pausa.)*

Vieram dois do Rio Grande do Sul? Litti, Lipert...

Não vinha um outro senhor, o Valdemar? *(Pausa.)*

O Valdemar está aqui e também vai fazer uso da apalavra. Entrará em uma das mesas. Tudo no momento adequado, pessoal.

Pois bem. Nós organizamos aqui, pessoal, e é de praxe nesta nossa reunião sempre, uma introdução sobre os temas que serão debatidos até para que a população saiba o que está acontecendo, o que aconteceu e o porquê da reunião neste momento.

Eu pergunto se o sistema de vídeo está pronto. Podemos iniciar? *(Pausa.)*

Então, vamos iniciar o vídeo.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

Senhores e senhoras, eu faço aqui uma pequena homenagem ao caminhoneiro que morreu lutando por uma causa justa. Alguns dizem que a morte é inevitável e que a única da qual estamos realmente certos é isto: que a morte sempre vem. Mas quando? Algumas pessoas morrem de forma calma. Outras, em desastres. Algumas, por doenças, violência. Para todas o fim é o mesmo. A nós, porém, cabe a pergunta: por que morreram essas pessoas? Por quais motivos elas vieram a falecer? Por erro? Competição? Descuido? Ou pela luta por uma causa? Sim, foi pela luta de uma causa, de uma causa justa.

E é com pesar que, nesta manhã de segunda-feira, 9 de março de 2015, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, ao iniciar os nossos trabalhos, homenageia, em memória, duas vítimas dos protestos ocorridos em prol de melhores condições de vida e trabalho para milhares de brasileiros – e por que não dizer brasileiros e brasileiras – que saem de suas casas para garantir o alimento deles e também de todos os brasileiros. Não digo que estejamos reunidos aqui somente para lamentar, para chorar, mas para homenagear. Definitivamente, não é só para chorar, porque quem esteve nas ruas e rodovias de todo o País, de forma organizada e articulada, manifestando as causas e dificuldades no transporte rodoviário do País, não estava nas ruas por acaso ou de forma irresponsável. Estavam lá defendendo uma causa, a causa dos caminhoneiros de todo o País. Estavam nas ruas lutando para tornar este País um lugar melhor para se viver, mais justo, mais honesto, para que todos possam viver com dignidade.

Senhoras e senhores, em São Sepé, lá no meu Rio Grande do Sul, tombou Cléber Adriano Ouriques. Ele tinha 38 anos. Um jovem! Um jovem com sonhos, um trabalhador das estradas. Deixou um filho ainda menino. Desesperador é ver o relato do pai do Cléber, o Sr. Lauro Ouriques, desolado, ao afirmar, em reportagem, que tentara garantir que o filho estudasse, e Cléber dizia: “Não, pai, eu quero ser caminhoneiro, com muito orgulho”, ele dizia. “Sim, pai, eu quero ser caminhoneiro.” Determinado a seguir os passos do pai. O pai também era caminhoneiro. “Quero ser simplesmente um caminhoneiro”, dizia o filho. Como canta o poeta gaúcho, esse caminhoneiro que naquele momento faleceu saiu “igualzinho” ao pai. Afoito para garantir sucesso do movimento e unidade na luta dos caminhoneiros, Cléber tentou evitar que um colega fusesse o bloqueio em São Sepé. Foi atropelado. Tombou na luta, luta de um movimento que parou o País. Ficou o eco do grito do tio Jonas Ouriques. “Ele sempre reivindicou melhorias para a categoria”, diz o tio. “Toda a família agora seguirá defendendo a mesma causa.”

Também no Rio Grande, eu quero aqui reconhecer, numa trincheira diferente, num caminho diferente, mas também nesse movimento lá no meu Rio Grande, em 24 de fevereiro último, faleceu Renato Kranlow, ao sair de Pelotas. Num confronto no bloqueio, ele acabou falecendo. A reação dos próprios colegas de profissão levou ao triste desfecho, sendo ele, queiramos ou não, mais uma vítima do que não poderia acontecer se os caminhoneiros tivessem tido as suas reivindicações atendidas. Outro pai de família envolvido nesse conflito entre os próprios trabalhadores.

Na verdade, todos ali estavam na defesa do pão de cada dia. Nenhum deles será somente lamentado. Manteremos a eterna memória da honra dos caminhoneiros, dos que estão na luta permanente, dos que lutaram e morreram, que sucumbiram diante dessa crise anunciada, afogada nas dificuldades que o País enfrenta entre uma série de desajustes, que obrigam trabalhadoras e trabalhadores a parar cada dia mais.

O fantasma da inflação, recessão e questões macroeconômicas devem ser enfrentadas com firmeza, mas não podemos – não podemos – dar as costas aos trabalhadores, e aqui estamos falando dos caminhoneiros. O povo se reuniu na rodovia, sim, e gritou, o povo se manifestou. Se não se ouvem as vozes das organizações, federações, confederações, centrais, grupos independentes em mesas de negociação, nas rodovias, o povo grita, grita, grita e vai continuar gritando, exigindo seus direitos: lista de preço mínimo de frete, redução do valor dos combustíveis etc. Um caminhoneiro me disse: “Paim, para mim, o caminhão parado é prejuízo; andando, é prejuízo redobrado, se nada for feito, e por isso paramos.” Recebi diversas cartinhas emocionadas, que transcrevemos de uma forma ou de outra nessa apresentação. É isso tudo, Senador Paim, que nos leva a parar de

rodar. Mas a luta continua. A memória e honra daqueles que tombaram está sendo lavada pelos constantes avanços, expressos aqui, nesta audiência pública, e, tenho certeza, na reunião que vocês terão amanhã junto às instâncias do Governo, na chamada reunião do dia 10. Outras vitórias haverão de vir.

A organização desses trabalhadores demonstra o peso de suas reivindicações, eles, que têm o papel fundamental de fazer girar o Brasil. É preciso que as autoridades saibam – e eles provaram – que eles, querendo, param o País. E já pararam. Eles não querem parar de novo, mas também mandaram o recado e pediram que aqui, neste audiência pública, eu falasse: se não houver acordo, vão parar de novo. Repito: eles não querem parar; eles querem trabalhar, eles querem produzir, eles querem mostrar que vão continuar levando o Brasil nas costas.

Enfim, senhoras, quero aqui destacar a sanção do projeto da lei dos Caminhoneiros, Lei nº 13.113, sancionada pela Presidenta, que trouxe a primeira vitória. Trabalhamos aqui intensamente com os senhores na elaboração dessa lei. Diferentes exigências trabalhistas e jurídicas da classe para garantir melhorias nas condições de trabalho e reduzir o número de acidentes com transporte de cargas nas estradas devem ser tomadas, de carga e de passageiros. Não é o ideal, mas foi um avanço imediato nessa luta. Foi uma primeira conquista essa lei, mas um rol de reivindicações foi colocado, e espero que amanhã se construa o grande entendimento.

A cada momento vejo nos olhos de quem constrói esse debate que não é mais uma questão de direitos humanos do trabalho, mas da sobrevivência do País, tendo, com certeza, a garantia da dignidade à vida. Claro, tudo isso são direitos humanos. Defendo aqui, sim, nosso guerreiros, repito, que carregam o Brasil na boleia.

Esta Comissão não descansará enquanto não tivermos uma solução positiva. Agora, a memória de Cléber Adriano deve ser, mais do que nunca, honrada para jamais lamentarmos outras mortes aqui ou onde for. É bom lembrarmos as perdas numa luta para defender a vida de tantos que se perdem nas estradas todos os dias pelo cansaço da jornada exaustiva, do desgaste constante, dos assaltos. Muitos são assassinados, têm o caminhão roubado, e muitos são explorados nas mãos dos atravessadores.

O povo organizado e nós, do Parlamento e do Executivo, acreditamos no futuro. Acreditamos todos, sim, podem ter certeza (Executivo, Legislativo e sociedade organizada), em um futuro melhor para todos, sem distinção. Continuaremos, unidos, fazendo o bem sem olhar a quem. Que o futuro do País possa ser cada vez mais um presente ainda melhor.

Essa é a apresentação que queríamos fazer na abertura. *(Palmas.)*

Vamos, agora, enquanto o vídeo vai rodando, chamar a primeira Mesa:

Valdemar Haln Raupp, Presidente da Associação dos Proprietários de Caminhões São José. Ele já se encontra?

Venha para a mesa, aqui ao meu lado, Sr. Valdemar.

Eu vi todo o charme aqui do seu sobrenome e eu só o chamo de Valdemar. Por isso, eu não conseguia localizar onde estava o Valdemar. Eu lia aqui Haln Raupp...

Conseguir pronunciar mais ou menos?

O SR. VALDEMAR HALN RAUPP – Sim; é Valdemar Haln Raupp.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Olha aí! Viu?!

O Valdemar foi um dos lutadores que, lá em Cachoeira do Sul, nos ajudaram a construir o entendimento para que nós pudéssemos sair daquele impasse tão grande – não é, Valdemar? –, juntamente com outros que também vou chamar aqui.

O Carlos Alberto Litti, que também esteve conosco aqui, é Presidente do Sindicato dos Transportadores Autônomos de Cargas do Rio Grande do Sul (Sinditac). O Litti também esteve aqui antes, durante e depois da paralisação. O Litti, inclusive, esteve aqui avisando o que iria acontecer. No dia em que o Litti esteve aqui – e não só ele, mas outros 20 que o acompanhavam –, eu marquei, de imediato, uma audiência junto ao Poder Executivo. Eles foram lá e alertaram, mas é claro que, naquele momento, não dava para o Executivo – e eu quero ser muito parceiro na minha forma de colocar – atender todo um rol de reivindicações. Mas o Litti, com aquela equipe, esteve aqui para avisar do que aconteceria na próxima semana. Então, fiz questão e insisti para que o Litti viesse aqui neste momento.

O Luís Antônio Festino é Diretor de Assuntos Trabalhistas e Segurança do Trabalho da Nova Central Sindical e também da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Transporte. O Festino sempre esteve conosco aqui toda vez que se discutiu lei dos caminhoneiros, lei dos motoristas; enfim, sempre preocupado com que houvesse uma legislação clara e transparente, que garantisse os direitos de todos os assalariados, autônomos, enfim. Por isso, fiz questão que ele voltasse também aqui.

O Valdir de Souza de Pestana não chegou ainda, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

Ele, que é o Presidente da Federação dos Trabalhadores Rodoviários do Estado de São Paulo, também já esteve conosco algumas vezes.

O Luiz Carlos Neves, Presidente da Federação Nacional das Associações de Caminhoneiros e Transportadores (Fenacat). O Luiz Carlos esteve conosco e foi um dos que provocou a mim mesmo a apresentar um projeto, cuja Relatora é a Senadora Gleisi Hoffmann. E, no desenrolar da greve, a Senadora Gleisi assumiu o compromisso de agilizar o seu relatório sobre esse projeto, a respeito do qual, provavelmente, ele vai falar, que é uma das dificuldades do caminhoneiro.

Se vocês me permitem, eu vou simplificar o porquê do Luiz Carlos estar aqui. Qual é o problema deles? Eu vou simplificar, mas ele, depois, vai explicar.

Para um caminhão com mais de 15 anos, as grandes seguradoras não querem – e eles estiveram comigo – fazer o seguro e, ainda, não querem que os próprios caminhoneiros façam um fundo mútuo e, assim, todos recolham uma parcela do seu salário, do seu rendimento para, no caso de um desastre, dividirem o prejuízo entre eles. E, aí, vem o órgão fiscalizador, a Susep, cujo representante eu quero convidar também para a nossa próxima audiência... Eu quero que eles me expliquem por que razão há multas que chegam a R\$200 milhões. Vejam o que estou dizendo: multas de R\$200 milhões! Assim, eu acho que nós já devíamos ter convidado a Susep para esta audiência; porém que venha numa outra para explicar o que está acontecendo.

Convido também Jacqueline Carrijo, representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho.

Eu pergunto ao meu querido amigo, representante do Ministério dos Transportes, Sr. Jorge Bastos... O senhor, aqui, é a autoridade máxima. Eu até proporia, se assim V. S^a concordar, que o senhor participasse das duas mesas, podendo intervir a qualquer momento. A gente coloca mais uma cadeira aqui à mesa e, assim, V. S^a participa das duas rodadas de debates.

Então, eu convidar o Sr. Jorge Bastos para que participe das duas mesas e, a todo momento que ele assim entender, como ele está aqui representando dois Ministérios, que ele possa fazer alguma consideração que ajude nos esclarecimentos.

Então, passamos o Sr. Jorge Bastos para esta e para a segunda mesa. Assim, na segunda mesa, o Sr. Jorge também continua.

Eu vou seguir aqui exatamente a organização que me foi passada.

Está pronto, Valdemar?

Quem sabe eu começo de lá para cá, para te dar um fôlego.

O Valdemar é líder da peãozada, lá na base.

Então, vamos começar com o Festino, que já está mais acostumado aqui.

Vou passar a palavra ao meu amigo Luís Antônio Festino, que conhece toda essa história, participa ativamente, está preocupado, quer achar soluções também junto conosco. Eu digo soluções porque são tantos os problemas que não basta uma solução, em tantas áreas que envolvem este debate.

Luís Antônio Festino, Diretor de Assuntos Trabalhistas, Segurança e Saúde do Trabalho da Nova Central Sindical e também da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Transporte. Vou dar o tempo de dez minutos e mais cinco, mas aqui nada é rígido. Se precisar de mais cinco, a gente dá também.

Festino, para sua introdução e apresentação.

O SR. LUIS ANTONIO FESTINO – Bom dia, Senador. Agradeço, mais uma vez, o convite em nome do José Calixto Ramos, nosso Presidente, do Sr. Omar Gomes, Presidente da Confederação, pela oportunidade de estar falando sobre a questão da profissão de motorista, a profissão transporte.

Eu não queria ficar somente com a questão dos caminhoneiros, porque o caminhoneiro é um motorista que faz parte de uma grande profissão.

Senador, nós, diversas vezes, discutimos esse tema, foram mais de 40 audiências antes da aprovação da Lei nº 12.619. Mais uma vez estamos vindo logo após a sanção de uma nova lei. Logo após a sanção da 12.619, quando o grande questionamento que a gente fazia era sobre a não participação de todos os setores envolvidos. Naquele momento, mais uma vez, o Governo estava ouvindo somente uma parte e não todo o segmento.

Eu hoje estou falando aqui não apenas em nome da Nova Central e da Confederação, mas falo também em nome da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil), falo em nome da Força Sindical – apesar de o Vice-Presidente, Pestana, estar chegando para a segunda parte – e em nome da UGT (União Geral dos Trabalhadores). Todos vêm fazendo essa discussão em conjunto com os trabalhadores em transporte.

Uma grande polêmica se criou, Senador, e eu coloco a culpa na Câmara dos Deputados e no próprio Governo, que tentou jogar trabalhador contra trabalhador. Isso fez com que o pessoal com vínculo empregatício fosse contra os caminhoneiros, estão defendendo jornada onde não há frete. Mas a realidade é totalmente outra. Em momento algum, a nossa intenção era aprovar uma lei contra os caminhoneiros. E foi o que aconteceu: aprovou-se a regulamentação da profissão. E o que aconteceu agora? Aprovou-se o mercado de trabalho,

excluindo-se direitos que tinham sido aprovados na regulamentação. Justa reivindicação a dos caminhoneiros: a questão do frete, do financiamento, da hospedagem. São justas as reivindicações. Mas, na hora que colocaram as questões trabalhistas, as questões de saúde e segurança, desconfiguraram totalmente a Lei nº 12.619.

E, trazendo um detalhe aqui, vou tentar passar alguns números de referência sobre o que acontece com essas leis. Nós tivemos uma audiência na aprovação da Lei nº 12.619 com um Ministro de Estado. E o que ele colocou? Que tem lei que pega e tem lei que não pega. Eu falei que a morte não quer dizer que tem que ficar atrás de “tem lei que pega e tem lei que não pega”.

E estou dando aqui um exemplo de leis que envolvem a questão do trabalho e a questão do transporte e que simplesmente não saem do papel: a Lei nº 12.379, que dispõe sobre aviação e transporte. Foi aprovado aqui no Senado, na Câmara em 2011 e simplesmente não saiu do papel.

A 12.587, que regulamenta a Política Nacional de Mobilidade Urbana – o Senador também já fez uma audiência sobre essa questão –; a 12.009, que regulamenta o exercício dos mototaxistas e motofrete – e aqui inclusive está o Presidente do Sindicato e Diretor da Nova Central, o Rivaldo –, que também está inserido na Lei; e a 12.468, que regulamenta a profissão de taxista. Então, todas essas leis são sancionadas, são discutidas, mas não saem do papel. Como aconteceu com a 12.619, não é?

E o que acontece? Para quem foi regulamentada? Como foi regulamentada a profissão? Na Câmara dos Deputados, tentou-se jogar que não houve discussão entre os diversos segmentos da sociedade, coisa que não é verdade. É uma lei discutida há mais de 50 anos. A primeira regulamentação foi do Presidente João Goulart, no fim do seu mandato, por meio do Decreto nº 53.831, que estabelecia aposentadoria especial para todos os motoristas, inclusive ajudantes de carga e cobradores. Essa lei perdurou até 1995, quando o Presidente Fernando Henrique acabou criando critérios que dificultaram a aposentadoria especial dos trabalhadores em transporte em geral, não somente de um segmento.

Em seguida, o que foi aprovado? Disseram que não houve discussão na Câmara. A verdade é que houve discussão. A lei foi aprovada após mais de 40 audiências, somente via Senado, e muito mais, se for contar a Câmara dos Deputados. O Litti, que está aqui, é um dos que participaram de várias audiências, não é? Então, houve uma grande discussão. Mas interesses do agronegócio e de grandes embarcadores acabaram se utilizando de caminhoneiros autônomos, aproveitaram o momento de dificuldade dos caminhoneiros e acabaram embutindo em um novo projeto de lei que desconfigurou por completo a Lei nº 12.619.

Só para citar alguns dados, o que diz a Lei e inclusive o que foi aprovado agora? Art. 1º: “É livre o exercício da profissão de motorista profissional, atendidas as condições e qualificações profissionais estabelecidas nesta Lei”. Qualificação profissional todo mundo sabe que é a Carteira de Habilitação. O primeiro ponto essencial para ser motorista é a Carteira de Habilitação. E onde? No transporte rodoviário de passageiros e no transporte rodoviários de cargas. Tudo isso está no art. 140 ou no art. 160 do Código de Trânsito e, principalmente, no art. 147, que determina que a condição de motorista profissional – não estou falando aqui só de caminhoneiro, pois motorista profissional inclui moto, inclui taxista, inclui todos – tem que ser incluída em sua Carteira de Habilitação. E um dos grandes questionamentos que fazíamos na época era também sobre o serviço público. Quando um caminhão presta serviço para a Prefeitura A ou a Prefeitura B ou quando está no governo do Estado, a ANTT, que regulamenta boa parte do transporte, sabe que esse motorista tem que estar enquadrado no art. 147. Ele não pode dirigir profissionalmente sem ter a sua Carteira de Habilitação.

E aí nós entramos na grande polêmica, não é? Quantos são os motoristas no País? Não há dados concretos, o Governo não fornece, mas são mais de 5 milhões de trabalhadores, motoristas profissionais, em todo segmento: autônomo, em transportadora, empresas de ônibus, no comércio, na indústria. Só para se ter uma ideia, fiz um levantamento ontem: a ANTT registra 2,258 milhões de veículos cadastrados no Registro Nacional de Transportes.

Mas hoje nós temos 3,8 milhões de caminhões registrados no Denatran. Nós temos mais 46 milhões de automóveis em que uma boa parte também está trabalhando com serviço profissional. Mais 912 mil ônibus que equivalem a 1,4 milhões de trabalhadores. E todos esses enquadrados onde? Profissão: motorista. Não é somente dos caminhoneiros autônomos que a gente não dá conta. E a lei?

Por muito tempo a gente discutiu as causas. Finalmente, quando da aprovação da lei, nós discutimos as consequências e não as causas. E a lei foi aprovada em cima das causas, que é o principal fator: jornada de trabalho.

Aí algum dado. Foi justa a homenagem feita ao Cléber Adriano, mas eu queria ressaltar que, no Brasil, só de acidentes de trabalho registrados foram 2.731 mortes, em 2012. O transporte terrestre, o transporte rodoviário entrou com 1.077 mortes e incapacidades permanentes, que dá uma média de três...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Festino, essa questão do Cléber é só uma simbologia. Nós sabemos que trânsito é o que mais mata no Brasil

O SR. LUIS ANTONIO FESTINO – Eu acho que é justa a homenagem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Faz bem lembrar os dados. Que seja a questão do Cléber uma simbologia. Mas são gravíssimos os números que você nos traz.

O SR. LUIS ANTONIO FESTINO – E 362 mortes num universo de 2,7 milhões.

Veja bem, isso é somente os registrados. Grande parte dos caminhoneiros autônomos a Previdência não coloca nessa estatística. Muitos caminhoneiros morrem; muitos trabalhadores do comércio, da indústria morrem, mas como a legislação, o fator acidentário determina a categoria preponderante, eles acabam não aparecendo na estatística da Previdência. Então, é um fato preocupante.

Quanto ao que foi aprovado, nós encaminhamos para a Presidência da República, desde o ano passado, uma vez que havia a certeza de que seria aprovado na Câmara dos Deputados depois de ter passado aqui pelo Senado, diversos ofícios para a Presidência da República.

Logo em seguida à sanção da lei... Um pouquinho antes da sanção da lei – deixe-me ver aqui que data –, no dia 13 de fevereiro, encaminhamos ofício para todos os Ministérios envolvidos, inclusive para a Presidência da República. E de quem obtivemos resposta, retorno? Somente do Ministério do Trabalho e do Ministério da Previdência.

Tivemos reunião a semana passada com o Ministro da Previdência, que declarou que não foi consultado sobre a sanção da lei. Vejam bem o grave problema que a Presidência da República colocou. O Ministério da Previdência, que regula todas essas mortes e está fazendo todos os registros, nem sequer foi consultado. No dia seguinte, tivemos reunião com o Ministro do Trabalho, Manoel Dias, que também não foi ouvido.

Dos pareceres técnicos que nós solicitamos, já começamos a receber alguns pareceres. Recebemos do Contran, que não entra no mérito. O Contran entra somente na legislação de trânsito. O parecer técnico que nos foi enviado não entra no mérito da saúde e da segurança, que envolve todos esses trabalhadores e é uma questão muito mais preocupante agora.

O Governo, pressionado por uma questão justa – volto a repetir – mas que envolve a questão financeira, jogou todo mundo no mesmo balaio e agora quer tentar impor essa nova legislação.

Para encerrar, Senador, eu não vou entrar em detalhes do que foi aprovado e dos nossos questionamentos sobre os vetos, porque o Dr. Adélio estará fazendo isso, a Jacqueline também, provavelmente com muito mais qualidade e capacidade do que eu tenho.

Mas, por último, queria colocar aqui o último artigo, Senador. O último artigo, Senador, que se torna bem preocupante é que ficam convertidas à sanção (todas as multas) em advertência.

E eu queria apresentar aqui um dado, bem rapidamente, de um trabalho feito pelo Ministério do Trabalho somente na região metropolitana de Recife e somente nas empresas de ônibus urbano e metropolitano. De 2010 a 2014, foram executadas 12 milhões de infrações somente em questão de jornada de trabalho. A intrajornada, 6.907.000 infrações; a realização de horas extras, 1.830.000 infrações. Tudo isso, pelo último artigo, será cancelado, a não ser o que teve antes de 2012; mas, o que foi após 2012, inclusive o intervalo de refeição, está na Lei 12.619 e na 13.103. Então, a situação é preocupante: número de infrações cometidas – e isso falo apenas no transporte rodoviário, de passageiros. No setor de cargas, a situação é muito mais preocupante.

Então, Senador, não vou entrar no detalhe da lei, que é uma coisa muito longa, mas eu queria agradecer e coloco sempre que não é uma luta entre motorista e caminhoneiro, porque todos são motoristas profissionais. E todos esses cinco milhões de trabalhadores têm de ter uma melhor condição de trabalho e de vida. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem... Esse foi Luís Antônio Festino que falou em nome da Nova Central Sindical e da CNTTT.

Passamos a palavra agora, seguindo a lista, ao Sr. Waldemar Haln Raupp, que é Presidente da Associação dos Proprietários de Caminhões de São José (APROCASJ), que terá o mesmo tempo dado ao Festino.

O SR. VALDEMAR HALN RAUPP – Bom dia a todos. É uma satisfação o Paim ter me trazido aqui à Mesa para falar sobre o caminhoneiro.

Quero agradecer a palavra do Sr. Festino que disse coisas importantes aqui. Mas as multas que ele falou ali... Há muitas multas para caminhoneiros com caminhões vazios nas balanças, e ele vai dar redenção a essas multas, vai participar... Então, nós queremos agradecer a ele essa parte.

Então, eu vim falar e agradecer nossa manifestação que fizemos em Três Cachoeiras. Quero agradecer ao pessoal lá que foi muito importante. Lá não deu, pedi a eles... Quando eu comecei, quando começamos, quando me convidaram para começar a paralisação, eu disse a eles o seguinte: “Vocês querem fazer uma paralisação legal? Eu ajudo vocês: vamos tirar tudo para dentro da cidade e nada em cima da pista.” E o que aconteceu? Nós trabalhamos direitinho lá, sem apedrejamento, não deu nada. Foi muito bonita nossa paralisação. Então, agradeço o pessoal de lá.

Só tem um detalhe: depois que o negócio começou demais, os caminhoneiros... A polícia começou, foram para lá invadir a pista. Eu pedi para eles para nós liberarmos a pista. O que aconteceu? Nós liberamos a pista e conseguimos liberá-la, eu e mais meus colegas, trouxemos tudo para dentro da cidade, novamente. Mas, como tinha muito caminhão naquela rodovia, estavam paralisados uns 25km de paralisação em duplicação, o que aconteceu? A polícia, de madrugada, mandou tudo para Três Cachoeiras em cima da pista. E o que aconteceu lá? De manhã cedo, cheguei lá e falei para muitos lá, meus colegas: "Olha, acho que está na hora de liberarmos um pouco dessa caminhão aí que vai dar porcária aqui." O que aconteceu? Não sei se foi a Governadora ou quem mandou a Força lá... O que aconteceu? A Força chegou batendo em todo mundo, querendo bater, bateu em mulher, tirou mulher, tirou criança. Então, naquilo ali, senti uma falta de colaboração para nós... Eu acho que eles podiam chegar e perguntar... Porque ninguém era... Eram caminhoneiros. Ninguém era responsável pela paralisação. De quem era a paralisação? Dos caminhoneiros. Nós começamos pelos caminhoneiros.

Os caminhoneiros chegaram lá e disseram: "Valdemar, vamos começar?". Eu disse: olha, rapaz, nós precisamos de cinquenta motoristas. E o que aconteceu? Foram lá e fizeram uma reunião e eu disse: só vou fazer dessa parte aqui. Se vocês concordarem... Todo mundo concordou. E o que aconteceu? Eles vieram, chegaram tocando madeira, tocando gás, gás lacrimogênio nas crianças, nos caras. Os caras ficaram... Chegaram arrombando oficina. Foram arrombando oficina. Fizeram "rebardaria" lá, o que eu acho que não precisava.

Não precisava acontecer isso aí. Eu acho que nós tínhamos... Que chegassem para nós e dissessem: "Vamos liberar!" E nós iríamos liberar. Os motoristas iriam liberar com conversas boas. Mas não! Bancaram o valente. Eu acho que não tem ninguém ladrão lá dentro. Nós somos todos trabalhadores, nós somos todos motoristas. Então, eu disse para eles – eu falei para eles mesmo, a Virgínia está ali de prova de que eu falei; ela me escutou, ela me ligou na hora –, eu disse: esses aqui são todos baderneiros.

O que fizeram a nós lá é como se todos fossem baderneiros. Eu acho que, se chegassem, numa boa, a nós, não teria havido aquilo que aconteceu lá. O que aconteceu? Foram lá, pegaram um cara que estava soldando – ele veio com a máscara, acharam que o cara tinha vindo com máscara –, prenderam o rapaz dentro da oficina. Quiseram invadir a oficina e pegar gente lá dentro, porque não conseguiram pegar lá em cima do asfalto, ali, em cima da rodovia. Foram lá, pegaram os caras, mas terminaram soltando o rapaz.

Eu acho que é muita imprudência deles chegar desse jeito lá, porque lá nós temos motoristas, não somos bandidos. Então, eu acho muita falta do Governo fazer isso aí. Deveria tratar o motorista como um cidadão brasileiro mesmo.

Nós hoje estamos transportando as cargas e temos sentido uma dificuldade imensa, por quê? Porque o frete nosso não está compensando. Por que não está compensando? O óleo diesel está caro, está muito caro, e o frete está lá em baixo. Subiu tudo. A única coisa que não subiu, que nós estamos ainda considerando, é o pneu. O pneu ainda está mais ou menos. Mas o resto...

Eu tenho um cooperativa lá. Faz dois anos que eu comecei a cooperativa. Estava vendendo óleo a R\$145,00, o óleo lubrificante para motor. Hoje está R\$215,00. Então, não tem como a gente trabalhar.

O motorista hoje está tirando dinheiro do bolso, está tirando dinheiro dos fretes que ele já fez para sustentar o caminhão. Eu tiro por mim. Faz um ano que eu tinha um motorista, iniciei uma microempresa. Tinha que registrar empregado, tinha que falar, tinha que pagar todos os direitos dele. Todo o dinheiro que vinha do caminhão para o mês não dava para pagar as despesas. Tinha de tirar dinheiro do meu ordenado, eu estava na cooperativa, para pagar as despesas do caminhão. E o meu caminhão não era um caminhão velho que rodava muito. Mas é que não funciona. O frete não está dando para manter a despesa do caminhão hoje.

Então, eu acho que o Governo tem de enxergar isso aí, o Governo, os Senadores e mais: Deputados e Governador, porque eu acho que têm que dar uma força para o caminhoneiro, porque o caminhoneiro é que levanta o Brasil. O Brasil hoje é comandado pelo caminhão, pelo transporte. A Presidenta falou que não precisava de caminhão para transporte. Eu acho que ela está muito enganada, porque hoje quem é que transporta por avião, quem é que transporta por trem, quem é que transporta por navio, se não por caminhão?

Então, acho que hoje nós temos uma responsabilidade muito grande pelo caminhoneiro. Eu acho que eles têm que olhar pelo caminhoneiro, porque o caminhoneiro hoje está sustentando o Brasil inteiro, transportando alimentos, estão sustentando o Brasil inteiro, até mesmo a Presidenta. Quem é que sustenta a Presidenta? Quem é que trabalha para ela? Quem é que trabalha para o Governo? Quem é que trabalha para o Senador? Quem é que trabalha? Quem é que leva mercadoria se não o caminhoneiro?

Então, acho que o caminhoneiro tem que receber um pouco mais de compreensão. Ela tem que ter mais um pouco de compreensão com o caminhoneiro, porque é o caminhoneiro que transporta todo o País.

Outra coisa sobre a qual o Sr. Senador falou aqui é que nós hoje, na estrada, somos muito multados. Multados, por quê? Eu acho que tem que ter uma fiscalização severa para quem anda mal na estrada. Mas eu

acho que quem anda certo não têm de fiscalizar. Hoje eles estão fiscalizando quem anda certo. Os que andam certo eles estão fiscalizando. Quem anda errado não fiscalizam.

Hoje nós temos a maior dificuldade em São Paulo, no Rio de Janeiro, em toda cidade para a entrada de caminhão, por quê? No mês passado me roubaram um caminhão dentro de São Paulo. O cara estava descarregando e, quando foi engatar a outra carretinha, levaram o caminhão. E até agora não o encontrei. O caminhão tinha adesivo, era cheio daqueles adesivos que colocam no caminhão, tinha 85 adesivos. Era um caminhão Volvo 440. O que eles querem com esse caminhão? Acho que esse caminhão está até trabalhando nas caçambas por aí por Santos, São Paulo.

Então, é difícil da gente encontrar, e não encontra mais.

O problema é que nós temos que ter segurança. Nós temos que ter segurança no País, o que não temos hoje. Em todo o lugar a que nós vamos hoje não temos segurança. Não tem ninguém por nós. Nós chegamos, estacionamos o caminhão numa rua qualquer aí e tem gente que só quer tirar o caminhão. Por quê? É o caminhão que está trazendo mercadoria pra eles. Eles deviam dizer: “Não, fulano, encosta do lado ali que ali tem um lugarzinho, arruma um lugarzinho melhor.” Mas não. Tiram o caminhoneiro a tapas, a bem-dizer, da cidade, a tapas da cidade. Então, hoje nós temos que dar previsão a isso aí. Porque, senão, o caminhoneiro hoje não vai à cidade nenhuma.

Vocês querem mercadoria? Querem comer? Tem que ter o caminhão. Se não tiver o caminhão hoje, se não se der valor ao caminhão, eu acho que estamos atrasados. Eu sinto isso aí. Acho que o Governo tem que dar mais assistência ao caminhoneiro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Sr. Valdemar, Presidente da Associação dos Proprietários de Caminhão de São José. (*Palmas.*)

Pessoal, eu não sou especialista na área, mas eu conversava aqui com o Sr. Valdemar e também com o Litti, por que há quatro líderes de Três Cachoeiras, que vão falar aqui? Porque, trancando Três Cachoeiras, ninguém entra e ninguém sai, via Rio Grande do Sul, 101. Lá era o movimento mais forte que estava havendo no Estado sem prejuízo de outra zona que o Litti vai falar. E foi fazendo um apelo para eles... E um dos compromissos foi esta audiência de hoje, um dos compromissos foi a conversa que eu tive com a Gleisi, Gleisi Hoffmann, daquele projeto. Liguei para o Ministro Miguel Rossetto, que disse: “Pode assegurar”. E quero dizer que o Miguel, até agora, tem cumprido com a palavra dele. O Ministro Miguel Rossetto, meu diretor aqui, tem cumprido. “Pode falar para os líderes que eles suspendam o movimento para nós dialogarmos até o dia 10 e algumas coisas vocês me levantarem”. Inclusive você levantou aquela previsão da preocupação maior, eu passei para ele. Congela o diesel, mas daqui a cinco, seis meses, um ano, sei lá o que, o diesel dispara e como é que fica, daí, a situação de vocês se o frete está congelado e o diesel dispara? Tudo isso eu passei para ele. Liguei pra vocês, falei com todos vocês. “Olha, nós vamos fazer a nossa parte.” E vocês fizeram e por isso estão aqui. Eu me comprometi que faria uma audiência pública no dia de hoje, como está acontecendo agora. Então, de tudo o que você falou aqui eu sou testemunha porque, por telefone, nós conversávamos.

Antes de passar a palavra para o próximo convidado, quero registrar aqui a presença de dois Senadores que tiveram conosco também nessa caminhada, dialogando, conversando, buscando contribuir para aquilo que eu chamo a grande concertação, o grande diálogo entre todos os setores da sociedade, buscando o atendimento às reivindicações dos caminhoneiros e também, claro, à situação do País, que se encontrava praticamente parado pela força da mobilização de vocês.

Eu queria cumprimentar primeiro ele, porque hoje ele está de aniversário, Senador Hélio José, o aniversariante de hoje aqui. (*Palmas.*)

Aqui os Senadores usam a palavra no momento que acharem mais adequado. Escolhem o momento.

Também quero cumprimentar o Senador José Medeiros, que inclusive conversou comigo, pediu que eu interagisse também para uma reunião junto ao Ministro Miguel Rossetto. Assim eu o fiz. E ele, de imediato, me deu retorno. Aí você já estava junto com o Senador Blairo Maggi, que ajudou também, que já estava se deslocando para lá, porque o Senador Blairo Maggi também deve ter feito o mesmo pedido. Mas quero demonstrar que você estava interessadíssimo em ajudar a resolver a questão. Por isso, junto com alguns motoristas, líderes, estava disposto a ir lá conversar também.

Eu quero fazer esse registro. Parabéns aos Senadores que têm compromisso com a causa. (*Palmas.*)

Vou passar a palavra agora, seguindo pela sequência aqui – os dois Senadores usam a palavra a qualquer momento, no momento que entenderem –, ao Presidente do Sindicato dos Caminhoneiros Transportadores Autônomos lá do Rio Grande, o Sinditac, o líder Carlos Alberto Litti Dahmer.

Quero lembrar outra vez, pessoal, que o Litti, na quinta ou sexta que antecedeu à paralisação, esteve junto com o Bira e outros companheiro, em torno de vinte, aqui no cafezinho do Senado, e falava exatamente o que

ia acontecer. Disse: “Olha, se não tiver solução [aí o senhor levantou principalmente o frete, né?] para essa série de reivindicações, vai acontecer exatamente isso.” Daí, eles foram até o Ministro Miguel Rossetto, dialogaram, mas não houve tempo pra encaminhar uma negociação.

Dialogaram, mas não houve tempo para encaminharem uma negociação. mesmo com a boa vontade, quero aqui destacar, do trabalho do Miguel. Não houve tempo, e a paralisação aconteceu.

Com a palavra, Litti.

O SR. CARLOS ALBERTO LITTI DAHMER – Bom dia, Senador Paulo Paim. Cumprimentando V. Ex^a, cumprimento o Diretor da ANTT, Jorge Bastos; o Luiz Carlos, da Fenacat; o Valdemar, companheiro importantíssimo não dessa paralisação, mas já de longas outras atividades, como Três Cachoeiras e Ijuí. São companheiros de luta mesmo sem uma proximidade de diálogo, o que começa a acontecer hoje. No movimento, sempre são espelho para o Rio Grande, como que dizia do Senador Paulo Paim, na parte litorânea; e nós, como maior entroncamento do Rio Grande do Sul, ligando o Porto de Rio Grande, o trevo de acesso ao Porto de Rio Grande, lá em Ijuí, com o Mercosul, a rodovia que transporta o Mercosul. Esses são pontos estratégicos nos movimentos.

Um abraço ao Festino, companheiro também de longo diálogo nas negociações e também dentro da Comissão de Saúde, no Ministério da Saúde, saúde do trabalhador. Cumprimentando a Jacqueline, cumprimento todas as mulheres, saudando ontem o Dia Internacional da Mulher, suas conquistas e lutas.

É importante fazer um resgate em cima do que o Senador falava. Antes, cumprimento – eu estava me esquecendo – meus companheiros que estão no plenário: Vantuir José Rodrigues, do Sinditac de Goiás; Duraõ, também do Sinditac de Goiás; Esmeraldo, do Catalão; meu companheiro Chico Nehring, da Diretoria do Sindicato de Ijuí; Henrique Ferla, de Garibaldi; e também o Marcelo Prado, que é Superintendente da ANTT. Um abraço a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, são todos bem-vindos, companheiros da Nova Central também, que se encontram de amarelo.

São pessoas que conheço há anos, de peleias que travamos juntos.

O SR. CARLOS ALBERTO LITTI DAHMER – Aqui também me pronuncio pela Central Geral dos Trabalhadores do Brasil, pela CGTB, companheiro Ubiraci Dantas de Oliveira, que também esteve presente ao longo dessas negociações.

Quero buscar uma reflexão um pouco anterior ao movimento, na linha que o Senador Paulo Paim disse para nós aqui. Em 7 de maio de 2014, o então Ministro da Secretaria da Presidência, Gilberto Carvalho, recebeu uma comitiva de mais ou menos 30 sindicalistas com uma pauta de reivindicações. Muito desse cenário foi apresentado lá então. Ficamos de estudar, ficamos de estudar, passamos o ano e fomos reprovados porque não estudamos o suficiente.

Em novembro, no Encontro Nacional dos Transportadores Autônomos, em Sorocaba, tirou novamente uma pauta. E, em novembro, em 26 de novembro, houve uma audiência com José Feijó, e foi entregue uma pauta de reivindicações, entre elas, um canal permanente de negociação.

A renegociação das dívidas dos transportadores autônomos de carga era o segundo item, com renegociação dos financiamentos, garantindo uma carência de um ano para o início do pagamento de novas parcelas, prorrogação do prazo de refinanciamento por um período igual ao contratado originalmente, a não cobrança de juros sobre os novos valores financiados.

Terceiro: criação de um programa permanente de financiamento destinado exclusivamente à renovação da frota dos autônomos, nas seguintes condições: o aceite do atual veículo de propriedade do autônomos como parte do pagamento desde que com idade mínima de 15 anos e que deveria ser retirado de circulação; limite para a participação no programa Um Veículo por Caminhoneiro Autônomo; carência de um ano para o início do pagamento, com juros limitados a 1,5% ano ano e 120 meses de prazo para pagar. Isso para melhorar a manutenção, o seu custo, e retirar esse caminhão. Essa frota, segundo dados da ANTT, gira em torno de 21 anos, caminhões velhos que estão aí. Além disso, implantação de pontos de parada, com estrutura de saúde, conforto, pouso alimentação, segurança, administrado pelas associações, pelos sindicatos, pelas cooperativas como forma de alavancar isso e ter menor custo por caminhoneiro.

Outro: a melhoria das condições das rodovias, com a apresentação de todas as obras contratadas ou em execução nas rodovias federais e estaduais e os cronogramas dessas obras;

6º – criação da tabela mínima de frete para o transportador;

7º – proibição do repasse das obrigações tributárias próprias das transportadoras sobre os fretes repassados aos autônomos. Aqui, existe diferenciação entre um autônomo e o da contratação por empresa em 9,25, que é a oneração que a empresa tem ao contratar um transportador autônomo.

Por isso, dificulta a questão no frete, a diminuição de uma obrigação que é da transportadora para fazer. Ou o Governo fiscaliza as transportadoras para que cumpram com as obrigações que são delas, ou desonera a folha – eram as proposições que nós tínhamos.

A criação de uma secretaria especial para a área de transporte rodoviário – aqui, o dado, Sr. Valdemar: 64% de tudo que é produzido é transporte rodoviário. Então, a importância fundamental que tem o caminhão no sistema que foi criado ao longo de mais de 50, 60 anos, quando se optou por essa modalidade.

Esse modal é significativo e dizer que não é importante é, no mínimo, desconhecer a realidade.

9º – a indicação, pelo setor, de um membro representante, para participar do Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transportes, Conit, que é algo que discute.

Bom, isso chegou, novamente, à mão do Feijó. Nada aconteceu, nem uma reunião de avanço, para a frente.

Quando da troca do comando e que veio para o Miguel Rossetto, nós buscamos, novamente, esse contato e, aí, a sua participação foi fundamental, porque nós viemos para uma audiência pública a respeito da Resolução 3056, da ANTT, naquela data – e foi em 25 de fevereiro, se não me falha a memória –, e nós dissemos lá: “Senador, estamos preocupados e não estamos conseguindo o diálogo, aí, com alguém que nos escute.” De pronto, o senhor chamou, o Miguel Rossetto atendeu na mesma hora, e estávamos em mais de 20 representantes de 14 Estados, SINDITACs do Brasil, e, na reunião com o Ministro, fomos muito claros: “Ministro, é um barril de pólvora que está para explodir. Precisa medidas urgentes que tem que tocar, porque isso vai acontecer e não vai ter comando. Isso vai ser voluntário. Não vai ter ninguém que venha, não vai ser confederação, não vai ser federação, não vai ser sindicato. Vai ser um movimento voluntário e sem controle. E o que irá acontecer está por aí.”

Na oportunidade, inclusive, reforçando o que seriam os passos iniciais para que isso fosse, nós tocamos na questão do óleo diesel, e lá, já...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Você insistiu muito nessa questão do óleo diesel.

O SR. CARLOS ALBERTO LITTI DAHMER – Com toda a transparência e com toda a clareza que o Ministro nos mostrou, disse: “Olha, isso não é possível.” E eu falei para ele, ainda, no final: “Isso vai dar problema, porque o setor não aguenta mais, porque de 50% a 60% daquilo que você faz no frete representam o óleo diesel na sua planilha de custo.”

Então, eu dou um exemplo: é como se qualquer trabalhador assalariado, pelo menor salário, o salário mínimo, ou pelo maior salário que tiver, como se ele gastasse, para sair da sua casa até o seu local de trabalho, 60% do seu salário. Não tem condição de manutenção disso. Então, medidas precisavam ser tomadas.

Não deu, não aconteceu, parou o País, voluntariamente, e, aí, um problema para o Governo: com quem vai negociar, quem vai chamar para ter a representatividade se cada um é liderança? Se todos são lideranças e o País inteiro parou, quem chamar?

No meu entender, o Governo fez o procedimento correto: chamou aquelas lideranças que, segundo o Ministério do Trabalho, estão... As confederações, CNTA, CNT, federações, sindicatos. Esse grupo, no qual eu também estou, que negociou e avisou o Governo, foi chamado para essa primeira audiência numa quarta-feira, não lembro a data agora, para uma tentativa de negociação.

Isso entabulou algumas coisas, que vocês já conhecem, nos avanços que verdadeiramente tem, é inegável: sem veto; a questão dos pontos de parada; a questão do eixo suspenso no pedágio; os 5% do peso bruto total de tolerância; os 10% no entre-eixo; o aumento da diária, a partir da quinta hora, de R\$1,00 para R\$1,38 por tonelada/hora; uma flexibilização...

(Soa a campanha.)

O SR. CARLOS ALBERTO LITTI DAHMER – ...na jornada de trabalho. Nem a prisão dos onze e a negociação, ainda que ela toda produzida, como o Festino relatou antes... Os pontos de parada, a obrigatoriedade de ter uma linha de crédito, e, aí, a gente tem que trabalhar, novamente, na questão das cooperativas das associações, nisso tudo é inegável que tem um avanço. Mas ainda, e o Dr. Jorge Bastos estava nessa reunião, na quarta-feira, entrou a questão: “E o óleo diesel, Ministro?” “Não, esse é intocável.”

Naquele momento, eu disse: “Isso não vai dialogar com a base. Essas medidas que serão assinadas aqui não suspendem o movimento, porque a questão é, agora, de custo maior.”

Eu, inclusive, disse aos meus companheiros que isso era um tiro no pé, que não ia parar esse movimento, que ele iria se tornar maior ainda. E mais: que, assim, não assino o documento, retiro-me e volto para o Rio Grande para continuar a luta. E, realmente, foi o que aconteceu, Senador.

Antes do acordo, no Rio Grande do Sul, eram 48 pontos de parada. Assinado o acordo, quase que se duplicou, passando a 86 pontos. Então, isso significa que a base, realmente, não aceitou isso. Não por culpa... Não

está aqui nenhum tipo de mácula a quem dos companheiros lá estava presente na tentativa de abrir negociação, mas do entendimento de que isso não ia dialogar.

Seguiu o movimento e, na outra quarta-feira, depois de muita interferência do senhor, que esteve conosco lá, e do gabinete da Senadora Gleisi Hoffmann, que ajudou, mas nada se produziu. Até que, enfim, na quarta-feira, numa nova rodada, o Ministro Miguel Rossetto recebeu um novo comando, que se formou pelas pessoas que estavam em cada ponto fazendo a liderança – e aqui está o companheiro Henrique Ferla, que fez parte desse movimento – e, unificando as vozes dissidentes, montou-se um novo grupo que foi para uma conversa com o Miguel Rossetto, apresentando uma pauta mínima para solucionar o problema, a partir da reunião de amanhã, a fim de que dê possibilidade.

Gostaria de fazer a leitura daquilo que ficou da nossa produção com o Governo.

a. Redução do percentual do último aumento...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É importante que você faça a leitura, porque esta nossa audiência pública está sendo transmitida ao vivo para todo o Brasil, e, segundo informação que recebi, é uma das audiências com o maior número de telespectadores, que sabiam que esse tema seria aprofundado aqui.

O SR. CARLOS ALBERTO LITTI DAHMER – Então, nós colocamos para o Ministro, a fim de que houvesse uma trégua do movimento, enquanto se produziam os resultados, os seguintes itens:

a. redução do percentual do último aumento de PIS e Cofins sobre o óleo diesel;

b. que o governo defina a opção por uma tabela mínima de frete, nas discussões que serão realizadas no dia 10 de março, amanhã, sob a coordenação do Ministério dos Transportes, e que, no prazo de 45 dias, implemente essa tabela mínima.

E já temos, agora, a notícia de que essa reunião se dará amanhã, no auditório da ANTT, a partir das 9 horas, quando iniciaremos essa negociação para a produção de uma tabela mínima.

O item “c”, fundamental para o trabalhador autônomo – fundamental! –, trata da abertura de uma linha de crédito especial para o transportador autônomo de cargas, no limite de R\$50 mil, carência de três meses, 24 meses para pagar e juros de 2,5% ao ano.

E por que isso? Porque não chega a 10% o número de transportadores autônomos que conseguiu pegar a linha de crédito do Procaminhoneiro, e que seria o refinanciamento a fazer. E por conta de quê? Não conseguiam comprovar a renda, tinham dificuldades econômicas para o acesso a esse crédito. Isso aqui significa, mais ou menos, R\$4 bilhões que o Governo coloca na economia, para que o caminhoneiro vá lá saldar a oficina, saldar o posto, pagar o pneu, arejando a vida econômica da região, porque, inclusive, isso é dinheiro injetado indiretamente na economia; e vai aguardar enquanto se implementa essa tabela mínima de frete, conseguindo respirar para poder tocar. É importante que seja para todos os caminhoneiros autônomos, inclusive aqueles que estão negativados, que são muitos. Dos 800 mil caminhoneiros autônomos que temos aí, podemos dizer que 70% estão nessas condições difíceis. A exemplo do que o Governo já faz com a agricultura familiar, com os pequenos produtores, abrindo essa linha.

d. reserva de mercado...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Até para os grandes investimentos, que são sempre renegociados.

O SR. CARLOS ALBERTO LITTI DAHMER – Reserva de mercado de 40% dos produtos transportados no País, que sejam lotes de propriedade do governo, através dos seus estoques reguladores ou que tenham financiamento público, para que sejam transportados pelos autônomos através das suas cooperativas.

É uma iniciativa de reserva para que a cooperativa, evidentemente, proporcione ao seu cooperado um frete diferenciado, tirando a concorrência desleal das empresas de transporte.

A letra “e”, para a qual o Governo já acenou, trata da carência de 12 meses para o pagamento das parcelas de financiamento para cada conjunto – caminhões, carretas e semirreboques –, até o limite máximo de três conjuntos, dos contratos em vigor, independentemente da modalidade contratada – Procaminhoneiro, Finame e outros. Aqui, ele avança um pouquinho, pois é para os transportadores autônomos, para as empresas de pequeno porte e as grandes também. Então, são três contratos que igualam a todos, dando condições isonômicas para todos de se beneficiarem do programa.

Observados os prazos dos contratos originais, tudo aquilo que foi contratado joga-se para frente, e sem juros.

O item “f” acho que é muito importante para coisas futuras que nós precisamos regulamentar: um fórum permanente de debate para discutir as demandas apresentadas e oriundas da paralisação nacional, porque, depois que houve o movimento de paralisação, todos se somaram – alguns na carona, outros não – e apresentaram as suas demandas ao Governo e que, evidentemente, têm que ser discutidas e ampliadas.

Por último, o perdão das multas e notificações, conforme a Lei nº 13.603, de 2015, art. 22, e processos judiciais aplicadas durante as paralisações aos transportadores – que foi o que o Sr. Valdemar falou: a Força Nacional, fazendo com que multas de R\$10 mil para o cara que estivesse parado, inclusive nos 45m de distância, num direito legítimo de greve, direito que a Constituição permite. Foram obrigados a voltar a rodar porque a polícia usou a força para isso, senão iam usar o poder econômico dos R\$10 mil para dismantelar.

E as lideranças do movimento, que, ao longo do País, se manifestaram e que também estão com esse problema.

Isso está aqui colocado e, amanhã, parte disso será discutido.

Para finalizar, Senador Paim, quero dizer que a luta do Cléber, o tombamento do Cléber nos revigora, nos dá força, porque essa justa causa que ele defendia não será abandonada, teremos tantas outras lideranças, como foi o Cléber, e vamos nos pegar no seu exemplo de força, de garra, de determinação para seguir na luta. Meus pêsames à família do Cléber, mas saiba que o sonho dele é meu sonho, o sonho dele é o sonho da nossa categoria e a vida que se foi renascerá em forma de luta para a melhoria de muitas outras vidas.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o líder sindical Carlos Alberto Litti Dahmer, Presidente do Sindicato de Transportadores Autônomos do Rio Grande do Sul (Sinditac).

Parabéns ao Litti, que fez uma exposição com muita clareza e respeitosa, apontando que a sua liderança é de fortalecer o movimento, mas aberto ao diálogo, na mesma linha que fez aqui o Sr. Valdemar, com a sua experiência no dia a dia da peleia.

Vou passar a palavra ao Luiz Carlos Neves, Presidente da Federação Nacional das Associações de Caminhoneiros e Transportadores (Fenacat).

O SR. LUIZ CARLOS NEVES – Bom dia a todos. Agradeço ao Senador Paulo Paim por mais esta oportunidade de estarmos aqui defendendo os caminhoneiros.

Quero agradecer também a presença no auditório do Litti, do Jorge Bastos, do Valdemar, do Festina, da Jaqueline e de todos.

Como foi falado pelo Litti, eu tenho acompanhado, a Fenacat tem realmente acompanhado toda essa luta do caminhoneiro. Sou um caminhoneiro. Participamos de várias reuniões com o Litti e com todo o setor sindical. É um momento do transporte rodoviário fazer todas essas reivindicações, porque realmente chegamos a um gargalo. A gente não aguenta mais essa situação do transporte rodoviário. E esse é o momento. Estamos sendo recepcionados pelo Governo, atendendo às nossas reivindicações. Agora, basta nos unirmos para construir um objetivo, uma tabela de frete – a principal ordem – que venha atender aos anseios de toda a categoria.

Então, por tudo isso que está sendo feito, por que a Fenacat está envolvida? Porque há um projeto de lei tramitando no Senado, o 356, de 2012, de autoria do Senador – quando nós o procuramos, ele apresentou esse projeto –, que vem tratar da regulamentação das associações de transportadores rodoviários de cargas e autônomos. O que vêm a ser essas associações? Hoje, a maior dificuldade do caminhoneiro, como nós já falamos aqui, é que ele não consegue nem sobreviver do seu transporte, quanto mais pagar um seguro. Hoje, nenhum transportador.. A gente fala até das empresas grandes, que bancam seu próprio risco. Ninguém faz seguro, a não ser a responsabilidade civil que o embarcadores e transportadores grandes acabam fazendo.

Mas o pequeno, o transportador autônomo não tem essa condição, pelos preços praticados pelo mercado de seguros que são exorbitantes. Eles alegam que é em função das condições da rodovia, do ano dos caminhões. Há uma série de fatores e realmente o mercado de seguradoras acaba declinando esses riscos e nos deixando à margem de tudo isso.

É aquilo que o mercado faz. Se o mercado está expurgando uma coisa, então a gente cria soluções. Qual foi a solução? Criar essas associações de transportadoras e caminhoneiros. É lógico que dentro do que foi criado sempre aparecem os oportunistas querendo tirar proveito disso. Por isso estamos buscando essa regulamentação, para que venha definir quem vai poder constituir essas associações e de que forma podem ser constituídas, para que não venham a lesar nenhum caminhoneiro.

A gente tem esse projeto que está em tramitação; tem a relatoria agora, quando definir a Comissão que ainda não está definida. A hora em que definir a Comissão, já temos confirmado que a Senadora Gleisi Hoffmann vai pegar essa relatoria do nosso projeto. E é o apoio que peço aos senhores que são do transporte, como eu sou do transporte. Que todos venham realmente nos apoiar porque isso vai trazer um importante benefício para o caminhoneiro em relação aos custos. Hoje a gente realmente não consegue fazer. E vai ajudar também a toda a sociedade.

A partir do momento em que o setor de transporte com o autônomo consigam criar coberturas... Até o Seguro de Responsabilidade Civil – é bom deixar bem enfatizado aqui – algumas associações... nós como associações temos dificuldade de contratar. Por quê? Como nós fazemos a autogestão do nosso risco, o Seguro

de Responsabilidade Civil não quer aceitar, alegando que o seguro das associações é uma maneira de pressionar para que não façamos esse seguro e contratemos com a seguradora. Até com o risco de responsabilidade civil a gente tem essa dificuldade, porque você só consegue contratar individualmente. Mas individualmente, o custo geralmente é impraticável.

Então, há necessidade de construir apólices coletivas dentro das associações, com o risco pela seguradora, a fim de que possamos fazer esses seguros e até garantindo, quando houver um acidente, a reparação do dano daquele que causou o acidente. Hoje o Estado acaba tendo todo esse ônus. A gente vê todas essas coisas acontecendo.

Estamos fazendo parte disso. Essa lei que foi criada agora, dos caminhoneiros, é importantíssima. E dentro de tudo isso que está sendo colocado para nós e essa discussão junto ao Governo, eu peço o apoio de vocês para que nos fortaleçamos e passemos mais esse projeto, que é do interesse do caminhoneiro.

Lembro aqui de dar os meus sentimentos para a família do Cléber, que foi uma pessoa que lutou; e sua luta não foi em vão, vamos continuar aqui batalhando para que a vida do caminhoneiro e do autônomo seja melhor, para todos nós. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Esse foi o Luiz Carlos Neves, Presidente da Federação Nacional das Associações de Caminhoneiros e Transportadores (Fenacat).

Só lembrar que esse projeto já teve parecer favorável do atual Ministro do Tribunal de Contas e ex-Senador Vital do Rêgo. E lá tem um artigo, também, em que ele pede a anistia das multas.

Segundo me disseram num congresso em que eu estive, as multas já ultrapassam R\$200 milhões a R\$300 milhões. Nem se os caminhoneiros entregarem todos os seus caminhões vão conseguir pagar essa multa. Então, tem toda uma lógica.

Eu só apresentei o projeto porque vi que era justo. Não sou de apresentar projeto por apresentar. Quando me mostraram essa realidade, eu apresentei o projeto. Eu quero dizer que vamos marcar uma audiência pública aqui entre Fenacat, Susepe e também a relatora, juntos na mesa, para resolver essa questão de uma vez por todas. E é o Congresso, não é o Executivo. Nós que temos de resolver. O projeto está aqui, é só votá-lo. Depois, quanto à questão de veto ou não, é outra negociação. Mas essa responsabilidade é do Senado e da Câmara e não dá para passá-la para outro Poder.

Vou passar a palavra, agora, para a representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), Dr^a Jaqueline Carrijo.

Quero lembrar a todos que o Dr. Jorge fará sua fala em nome do Governo quando todos os expositores colocarem o seu ponto de vista.

Assim, Dr^a Jacqueline Carrijo.

A SR^a JACQUELINE CARRIJO – Bom dia a todos.

Para nós, é uma honra, Senador, estar presentes nesta mesa, nesta discussão. O senhor sabe disso. Temos participado desde a época da elaboração da Lei nº 12.619, a qual defendemos.

Eu começo aqui rendendo minhas homenagens às mulheres, às viúvas, às mães de todos os motoristas assassinados no transporte ao longo dos anos, por conta dessa selvageria que existe nos contratos individuais e coletivos de trabalho, que têm sido muito pouco discutidos.

Eu falo em nome da nossa categoria dos auditores fiscais do trabalho. Nós defendemos a classe trabalhadora de maneira integral. Para nós, não importa se você é autônomo, se você é eventual, se você é celetista, se você é estatutário, se você é doméstico. Hoje, a selvageria no trânsito alcança todo mundo.

Eu estava até comentando aqui com o Festino e os sindicalistas que estão aqui que eu rendo também as minhas homenagens ao pessoal que está fazendo esse movimento, porque o que faltou na época na defesa da Lei nº 12.619 foi isto: os trabalhadores defendendo uma jornada de trabalho digna sem redução de salário, sem redução daquilo que garante a sua sobrevivência digna. Quando os autônomos, legitimamente, falam a respeito do frete, isso é o quê? É comida da família. Quando ele falou a respeito da manutenção do veículo, como é que se faz manutenção do veículo com uma margem de lucro reduzidíssima como acontece hoje? Então, nós defendemos o movimento. Entendemos que o Governo tem de ser provocado, sim, de maneira direta e inequívoca, que todas as autoridades políticas e de Estado têm de ser provocadas. As autoridades de Estado não podem ficar numa postura de enterrar a democracia, porque é uma reivindicação legítima da classe trabalhadora.

A única coisa de que falo abertamente também que sou contra é essa dicotomia, essa separação entre celetistas e autônomos, como se houvesse reivindicações e causas separadas. Não são. São idênticas. E cadê os trabalhadores celetistas, cadê os estatutários nas ruas também, ajudando, fortalecendo esse movimento? Olhem só a gravidade da situação e o quanto impacta politicamente! Quando vocês foram às ruas, saiu da mesa da Presidência da República a assinatura da revogação da Lei nº 12.619.

Eu sei, porque eu converso muito com vocês, que vocês não são a favor de jornada de trabalho exaustiva. Não são. Vocês querem relações comerciais justas, e relações comerciais justas implicam boas condições de trabalho para todos os trabalhadores, para a classe como um todo.

Ficamos indignados de perceber que, para a riqueza nacional, para o equilíbrio econômico hoje, a classe trabalhadora tenha de continuar a ser sacrificada. Hoje, Senador, o Governo, o Estado depende da superexploração dessa mão de obra. Puxa vida! Acho que já superamos a fase da escravidão – não está superada, não? –, a fase de ter se submeter a toda e qualquer condição de trabalho para garantir sua sobrevivência no final do mês.

As oligarquias rurais têm de ser enterradas aqui, no Congresso Nacional, nos tribunais, onde for. Enquanto houver oligarquia rural mandando e desmandando neste País, nós não vamos passar dessa fase de escravidão, nós não vamos superar essa fase de ineficiência de Estado, pois é isso que acontece. Hoje, pegando todos os indicadores econômicos e políticos do Brasil, vê-se que está todo mundo se afastando daqui. Profissionais qualificados hoje não querem vir para cá, e os que estão aqui querem ir embora. O que é? Vamos nos tornar quintal para superexploração, para o trabalho escravo?

Hoje, caminhoneiro, celetista, estatutário, a pessoa que transporta é um escravo do caminhão, ele não pode sair, ele tem de ficar perto dele, ele é vigia, ele se torna polícia, ele tem de assumir a segurança pública. Há assalto e, então, para proteger a carga e o veículo... Ou seja, com a vida dele ninguém se importa. Seguradoras? Procaminhoneiro. Vamos pegar a estatística. Cadê o Ministério Público Federal para verificar no Procaminhoneiro se os trabalhadores que mais precisam do crédito estão tendo acesso a ele?

Gente, eu sou do transporte também. Eu faço pista e rodovia. Quando eu rendo homenagem às vítimas, é porque eu estou cansada de fazer investigação de acidente fatal. Essa é a realidade da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Rodoviária Estadual, dos auditores fiscais, de todos nós que fazemos essas investigações.

O meu sonho, Senador, é que aqui no Brasil nós tenhamos um controle efetivo sobre essas relações. É justo, é claro, mas a ponto de acontecer como acontece, por exemplo, nos Estados Unidos, onde, quando um veículo tomba ou causa uma tragédia, é investigado em todas as frentes: se o trabalhador falhou, se o erro foi dele, se ele usou droga, se ele bebeu, se ele foi irresponsável.

Aí eu vou voltar a um ponto: não defendemos jornada de trabalho exaustiva, mas também não defendemos que os trabalhadores usem isso como argumento para ficar usando droga, para usar álcool e drogas para ficar acordado para, no final do mês, conseguir um ganho razoável e tudo o mais.

O Brasil tinha de ter, falta isso no País, fiscalização. Quando o Festino disse que uma lei não pega... Se realmente não houver fiscalização, lei nenhuma pega, não é Festino? Fala sério!

Onde está o Ministério da Justiça, que capacitou, ou deveria ter capacitado, todos os policiais rodoviários para fiscalização de jornada de trabalho?

Se todo mundo estivesse tendo essa atenção com a jornada de trabalho, a Lei 12.619 teria pegado, e não estariam fazendo essas argumentações de sabotagem, porque para mim é pura sabotagem, dizendo que ela não pega porque é injusta. Não. Muito pelo contrário, afinal de contas, a quem interessa ficar mantendo jornada de trabalho exaustiva? A quem interessa não fazer troca de veículo? A quem interessa não fazer controle toxicológico, porque, afinal de contas, quando você começa a levantar, a revelar um problema, logo, logo vão apontar o quê? Jornada, jornada.

Meu costume na pista, em 20, 30, 40 horas rodadas, é de que rebite já passou da época. Agora é cocaína e crack. Por quê? Para ficar acordado. Por que ele é vagabundo? Não é, não. Vocês me desculpem o termo, mas não é, não. É para ficar acordado para não perder o frete. É para ficar acordado para não perder a entrega da carga ou para que os passageiros estejam no local como no contrato que foi firmado. E essa discussão da jornada está passando à margem.

Se vocês, os trabalhadores, todos eles, não se unirem numa marcha comum, incluindo aí a questão da jornada de trabalho segura, que tipo de construção nós estaremos fazendo para as novas gerações?

Para nós é lamentável, é triste que o tema jornada de trabalho não tenha sido pautado, Presidente, em nenhum momento. Para nós é triste vermos faixas: revogação da Lei 12.619. Pelo amor de Deus! Isso é tiro no pé! Vocês estão trabalhando contra vocês mesmos. É isso que o Governo quer; é isso que os embarcadores querem; é isso que os atravessadores, os agenciadores, entre o embarcador e a transportadora, querem. Como é que vocês vão discutir valor de frete com essa porcaria de atravessador no meio?

A iniciativa é ótima, a dele ali – desculpe-me, não sei o seu nome. É ótima, excelente. Realmente tem de haver entidades que façam essa vigilância. E para fazer vigilância você tem que conhecer o setor. Pouca gente sabe que existem esses atravessadores, esses agenciadores que hoje não têm responsabilidade nenhuma nessa cadeia produtiva e ganham milhões; milhões. Receita Federal não pega, ninguém está pegando. Eles são grandes responsáveis por essa redução dos valores finais que são pagos.

Eu não vou me delongar muito, não, porque eu já falei demais, não é Senador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Falou bem.

A SRª JACQUELINE CARRIJO – A respeito dessa proteção por que a gente tem clamado, penso, Senador – olha, respeito o senhor, o senhor sabe disso, demais; respeito os dignos que estão aqui –, penso que aqueles que pautam suas decisões, em nível político, as do Brasil, em interesses que afrontam padrões mínimos de decência... Porque colocar trabalhador para trabalhar 12 ou 14 horas por dia sem folga, direto, sem controle, é desumano!

As pessoas que tomam essas decisões, mesmo que sejam lideranças políticas, nos desobrigam de honrar qualquer obrigação que tenhamos com elas.

Espero que todos, nessas relações, tenham sabedoria, porque precisamos disso para agir com prudência e honra e também para não deixar que as paixões afetem a verdade. Então, não fiquem separados nessa luta, porque as causas são comuns. Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Drª Jacqueline Carrijo, representante do Sindicato Nacional dos Auditores do Ministério do Trabalho, que já esteve diversas vezes aqui conosco, sempre com a mesma firmeza e postura, alguém que tem auxiliado sempre esta Comissão de Direitos Humanos. Por isso, caminhamos no mesmo sentido. Se eu errar, a culpada é ela, porque, normalmente, ela é que me aconselha nesses sistemas, viu? Qualquer erro que eu cometer aqui podem xingá-la, e não a mim, não é doutora? Isso é porque ontem foi o dia das mulheres! Isso é uma brincadeira para descontrair. Na verdade, a doutora é, de fato, uma lutadora, por quem tenho muito respeito, e quem tem ajudado muito a melhorar a vida dos trabalhadores.

Neste momento, vamos trocar de Mesa. Essa Mesa vai para o plenário, fica conosco o Dr. Jorge. Vou chamar a segunda Mesa.

A segunda Mesa... Todos vão participar do debate final. Para ganhar tempo, chamo o Sr. Nelson Antônio Selau, representante da Associação dos Proprietários de Caminhões de Três Cachoeiras; Chamo Vinícius Matos Valim, representante dos caminhoneiros autônomos independentes – não veio; Flávio Raupp Lipert; representante do Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens; chamo Marcelo Vinaud Prado, Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário e Multimodais de Cargas, da ANTT; chamo Valdir de Souza Pestana, Presidente da Federação dos Trabalhadores Rodoviários do Estado de São Paulo; chamo o Dr. Adélio Justino Lucas, Procurador do Trabalho da 10ª Região.

Pessoal, vamos fazer, neste momento, uma pequeníssima apresentação entre uma Mesa e outra, em uma pequeníssima homenagem às mulheres. É só rodar o vídeo, depois vamos ao debate.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem (*Palmas.*)

Vamos agora à nossa segunda Mesa.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Senador Paulo Paim, quero um aparte, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – V. Exª não pede aparte; V. Exª já está com a palavra.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Eu gostaria de saudar aqui todos os representantes dos caminhoneiros do Brasil, parabenizando-os, em primeiro lugar, pela produção desse lindo vídeo sobre as mulheres. Eu acho que as mulheres são fundamentais para a nossa sobrevivência, para a nossa vida, e a elas a gente rende todas as homenagens.

Eu, hoje, tenho o privilégio de aniversariar. A minha data de nascimento é um dia após a data em que se comemora o Dia Internacional da Mulher, pelo que fico muito feliz.

Estive com a minha esposa e com todos os demais em meu gabinete e, por isso, cheguei um pouco atrasado. Obrigado, Senador, pela lembrança que colocou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O seu aniversário?

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Sim; do meu aniversário hoje.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então, bem rápido, pessoal, aqui sentados mesmo, vamos cantar os parabéns, porque ele merece.

(Procede-se à homenagem.)

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Valeu!

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Obrigado, Excelência. V. Exª, sempre tão condescendente.

Eu quero dizer aos caminhoneiros do Brasil, às entidades representativas que, realmente, a situação dos transportes, principalmente, pelo estado das rodovias, é muito séria. Preocupa-me bastante a situação de pa-

realisa em várias obras fundamentais. Lendo os jornais de hoje, vemos que várias das obras que foram licitadas estão com dificuldades de terem prosseguimento.

Eu sei o tanto que é difícil trafegar pelas rodovias brasileiras, porque eu mesmo já fiz questão de, em várias oportunidades, durante as férias, andar com o meu próprio carro e conhecer este nosso Brasil imenso, de fora a fora. Já tive oportunidade de ir do Chuí a até praticamente Oiapoque, de carro. Então, sei que vocês enfrentam uma barra muito grande e que, por isso, precisam de toda a atenção possível.

A infraestrutura nacional – e sou da carreira da infraestrutura, sou analista de infraestrutura... Os trabalhadores do Ministério dos Transportes, os trabalhadores do Dnit são trabalhadores da minha categoria. Eu sei do tanto que precisa haver investimentos nessa área e da dificuldade por que vocês passam.

Eu quero rogar para que haja o bom entendimento. Eu acho que as coisas já estão caminhando bem. E quero dizer que nós, aqui do Senado Federal, vamos estar juntos. O Senador Paulo Paim é um entusiasta da causa. Estamos batalhando para poder ajudá-los a ter melhores condições de trabalho, poder ajudá-los a ter uma condição de frete que propicie, realmente, que o caminhoneiro tenha uma vida adequada, uma condição adequada de recebimento de seus salários, de seus proventos, e que os transportadores também exerçam a sua atividade da melhor forma possível, transportando os seus produtos de Norte a Sul deste País.

Entendemos que o transporte brasileiro tem que fazer uma rediscussão adequada de como melhor transportar as suas cargas, independentemente da questão de aqui nós estarmos falando dos caminhoneiros. Os modais de transporte brasileiro têm que ser melhor discutidos, para que a gente torne esse transporte mais ágil, mais econômico e com menos perdas.

Compreendemos o que a Jaqueline coloca, como servidora pública. Eu também sou servidor público federal concursado e sei que é importante o servidor público contribuir para que as políticas públicas e para que os trabalhadores da iniciativa privada possam bem desempenhar as suas tarefas, bem atendendo o País, bem atendendo os consumidores, bem atendendo a todos que necessitam da tarefa de cada um. Então, sou solidário a isso.

O nosso Ministro Miguel Rossetto, em nome da Presidenta da República, a Presidenta Dilma, está negociando, discutindo com vocês uma saída adequada para essa crise. Estamos acompanhando aqui no Senado. E o nosso Presidente da Comissão de Direitos Humanos, S. Ex^a Senador Paulo Paim, está acompanhando mais de perto ainda, e nós estamos aqui junto dele sendo solidários. Do que vocês precisarem nós estaremos encaminhando, tudo dentro de uma compreensão de que é necessário que todos os setores sobrevivam; é necessário que os produtos não fiquem tão caros; é necessário que o caminhoneiro tenha uma condição de vida adequada; é necessário também que o Governo propicie estradas em condições; que o frete não seja tão alto; que as pessoas possam desempenhar as suas atividades; e que o pedágio seja acessível.

Então, nós sabemos que há várias políticas públicas que precisam ser concatenadas e analisadas da melhor forma possível.

Estamos juntos nessa batalha para colaborar. Só queria dizer a vocês que é com muito prazer que estou aqui hoje ouvindo de vocês os pontos de vista. E vamos estar juntos na discussão, acompanhando o próximo. Não sou da área, sou engenheiro mas a minha área é energia elétrica. Trabalho no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, fazendo serviços no Ministério de Minas e Energia. Atualmente sou Senador da República, pelos próximos quatro anos. E espero poder contribuir com essa política pública tão importante que é o transporte de cargas no Brasil, a sobrevivência dos trabalhadores. Já fui diretor da Central Única dos Trabalhadores por alguns mandatos, sou sensível à questão dos trabalhadores, mas temos que olhar todos os lados e trabalhar uma forma adequada a todas as partes envolvidas da melhor forma possível.

Obrigado pela atenção e estamos juntos para ouvi-los e encaminhar o que for possível.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Hélio José, aniversariante do dia.

Vamos de imediato à nossa mesa. Passamos a palavra ao Sr. Nelson Selau, representante da Associação dos Proprietários de Caminhões de Três Cachoeiras (Aprotec).

O SR. NELSON ANTÔNIO SELAU – Bom dia a todos presentes, Senador Paulo Paim e todos que compõem a mesa, o Sr. Valdemar, Dr^a Virgínia, Luís Carlos Neves, todos que estão aqui.

Pessoal, eu quero falar sobre o banco BNDES. O caminhoneiro autônomo, o pequeno e o médio caminhoneiro, que tem de um a dois, três, quatro caminhões, vai lá fazer um Procaminhoneiro; e chega lá, aprovam o financiamento e ele fica contente. Ao mesmo tempo, fica triste porque o banco exige que ele faça o seguro no banco. Daí, o valor que foi aprovado no Procaminhoneiro dele, R\$4,3 mil, R\$5 mil, quando ele vai fazer o seguro com o banco, fica triste porque não consegue mais pagar o caminhão. Vai fazer o orçamento do seguro e fica R\$ 29 mil, R\$30 mil, R\$32 mil, dependendo da localidade onde ele mora.

Aí, de que adiantou? Chama-se venda casada. Isso, na verdade, é ilegal. Mas, se não fizer o seguro com eles, não liberam o Procaminhoneiro. Não adiantou de nada o cara ser aprovado no Procaminhoneiro. Isso teria que ser cobrado no pedido ao Miguel Rossetto.

Ao mesmo tempo que ajudam em uma coisa, pioram na outra. Entendeu? Então, tem que fazer alguma coisa sobre isso.

Quero falar também da Susep, que vem atuando nas associações, tentando aplicar multas altíssimas, multas milionárias, alegando que nós não temos direito de associarmos associados, que nós estamos vendendo seguros ilegalmente. E não é. Na verdade, a própria Receita Federal dá a legitimidade para a gente fazer uma associação e depois vem e aplica multas em cima de nós. Multas milionárias, que ultrapassam o valor de R\$80 milhões. Coisas exorbitantes! E sem fundamento.

Quero agradecer a todos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Sr. Nelson Antônio Selau, representante da Associação dos Proprietários de Caminhões de Três Cachoeiras.

A Secretaria Geral me fala que muitos caminhoneiros estão assistindo, de dentro do caminhão, a essa nossa audiência. E aqui as colocações deles são só por telefone. Eles não têm como mandar por escrito. São inúmeros os questionamentos que fazem, cumprimentando, claro, a audiência pública pela importância que tem.

Por exemplo, Sebastião Batista, Belo Horizonte. Mas ele está no Rio de Janeiro. É autônomo. Ele diz: “Noventa por cento dos trabalhadores ficam no perímetro urbano (caminhoneiros). O dobro do peso da carga. Sofre aumento a manutenção do caminhão e das estradas pelo congelamento do frete”. Ou seja, ele tem que colocar o dobro da carga que deveria colocar; ele se obriga a colocar. As estradas não estão em condições e o frete congelado. Por isso dá esse tipo de problema, conforme ele está colocando aqui. Mas depois vocês podem responder, se entenderem que dá para assimilar o que ele quis dizer.

Eu quero também registrar mais duas outras colocações. Nelma Stela Arribamar Marinho: “O que o Governo pode fazer para os caminhoneiros autônomos, que só conseguiram financiar seu caminhão por bancos particulares, já que não conseguiram crédito pelo Finame ou pelo Procaminhoneiro? Estão inadimplentes pelo fato de o custo estar sendo superior ao lucro”.

Depois, o Marcos Amaral pergunta: “Por que o BNDES pode dar carência de um ano?” Aí ele diz: “Por que os bancos privados também não podem? Queremos pagar, só que a dívida ficou impagável”. Ele está se referindo aos bancos privados. Marcos Amaral. “A lei que foi aprovada favorece o motorista e não o caminhoneiro autônomo”, na visão dele.

Eu vou deixar aqui na mesa. Os que quiserem responder fiquem à vontade.

Quero registrar a presença de Henrique Galvão Costa, da Nova Central Sindical de Trabalhadores; Mario Cesar dos Santos, também da Nova Central Sindical; Edir Nunes dos Santos, também da Nova Central Sindical; Rubens de Almeida, também da Nova Central; Suelen Fottele, da CNA; Sandra Bezerra, CNA; Alfredo Peres da Silva, Associação das Administradoras de Meios de Pagamento Eletrônico de Frete; Esmeralda Alves Barbosa, Sinditac/GO; Vladimir Lenin Durão, Sinditac/GO. São alguns que mandaram o nome aqui para a mesa.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Senador Paim?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Aqui também está presente conosco o Pedro Paulo, da Assessoria Parlamentar da Polícia Rodoviária Federal, que também se precisar de algum esclarecimento está à disposição para dar.

Pois não, Senador.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Senador Paulo Paim e demais autoridades dos trabalhadores caminhoneiros, eu gostaria de fazer um apelo a vocês, aproveitando talvez essa audiência pública ou outro momento, para que conseguissem unificar mais ou menos uma pauta nacional para a gente, a fim de facilitar o entendimento. Estou falando isso porque para mim, que sou de uma categoria de servidor público que sempre acompanhou os trabalhadores, é muito complicado ter uma pauta tão dispersa e tão diferente uma da outra. São tantas entidades representativas importantes que ficamos numa complicação de entender qual é a pauta principal a ser atendida.

Estou falando como uma pessoa que não está fazendo parte do dia-a-dia da discussão que é importante para o Brasil. Por isso, eu sou aqui membro da Comissão de Direitos Humanos e fiz questão de vir na audiência pública coordenada por S. Ex^a Senador Paulo Paim, juntamente com vocês, porque é uma oportunidade de ouro para unificarmos os pleitos e vermos aquilo que é essencial para ser atendido e que possa contemplar a maioria, para fazermos uma ação conjunta.

Quando há vários aspectos diferenciados, vários tipos de freteiros diferenciados, vários tipos de transportes diferenciados e com pautas distintas e ainda diferentes das do caminhoneiro, a gente precisa juntar tudo em algo mínimo para sabermos a melhor defesa do direito do Brasil, dos trabalhadores e das entidades.

Então, eu deixo esse registro, Senador Paulo Paim, para aproveitarmos esse momento importante aqui da CDH, em que fazemos esta audiência pública para darmos início a um trabalho, a uma tentativa de unificação de esforços para termos uma pauta mais clara, mais enxuta, que nos permita trabalhar junto.

Quero registrar que vou ter de me retirar, mas o Senador Paulo Paim tem o meu apoio integral nesse encaminhamento. É um Senador valoroso desta Casa, acompanha, ao longo do tempo, essa luta, conhece muito mais do que eu o dia a dia dessa luta, porque a está acompanhando há longo tempo. Vamos estar juntos, nesse aspecto. Com vocês.

Se vocês tiverem condições de encaminhar para nós, outros Senadores, uma pauta mais enxuta depois, mais unificada, ficaremos agradecidos.

De qualquer forma...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador, antes que V. Ex^a saia, só para ajudar, quero dizer que, de fato, o tema é complexo. Calcule: motorista de táxi, de ônibus, de caminhão, de van, motorista autônomo, celetista, de moto, taxista, cegonheiro, todos os que estão aí... Tanto é que nós apresentamos aqui nesta Comissão o estatuto do profissional do volante. E qual é a nossa intenção? Esse estatuto temos de discutir com tranquilidade e sem pressa, pegando artigo por artigo. No capítulo 1, digamos, dos profissionais autônomos, faremos aquele capítulo ser dos profissionais autônomos, claro que vai ter muita coisa que vai coincidir e vai haver coisas que não vão coincidir. Celetista. Há celetista e celetista; o nome já diz. Quem é autônomo é autônomo. Quem é taxista celetista ou que só vai lá render o outro... É uma realidade muito complexa.

Quanto à questão do seguro, como é que um caminhão com mais de 15 anos não tem direito a fazer seguro, não pode fazer? Aí eu tenho de recorrer à Susep.

Então, o tema é complexo. Mas o Litti apresentou aqui uma pauta mínima e propôs a formação de uma comissão permanente lá no Ministério dos Transportes, para receber toda essa demanda, ver o que é possível e ir ajustando. Mas o tema é esse mesmo. Devemos ir ajustando.

O senhor sabe muito bem que o próprio movimento, quando se deu, acabou, como foi dito aqui, não tendo uma liderança unificada. Não é a central, não é a confederação, não é o sindicato. É porque o movimento veio de baixo para cima.

Estou entendendo, claro, as suas preocupações. As normas, mesmo, aqui defendidas muito bem pela Dr^a Jacqueline, nós temos de ver como se faz para que sejam cumpridas até pela defesa da vida. A vida das pessoas está em jogo. Então, é uma tema que merece debate.

Nós já fizemos nesta Comissão, no período em que eu presido, umas 30 audiências públicas, no mínimo, e o pau comeu – desculpem-me a expressão aqui, mas é isso mesmo. A polêmica foi enorme de um lado e de outro, mas é assim mesmo. É assim que nós vamos ter de ir construindo aqui um entendimento, o que passa pela reunião de amanhã. Eu havia assumido este compromisso de fazer a audiência pública antes da reunião do dia 10. E estamos fazendo com esse objetivo, mas fica aqui a sua...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pois não, Senador José Medeiros, que também foi parceiro aqui e conhece bem o tema.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Primeiramente, dou bom dia a todos.

Parabenizo-o pela iniciativa, porque o tema é realmente muito complexo.

Compreendo quando o Senador Hélio coloca assim, porque é de ficar perdido mesmo. Os interesses são variados, são muitos e, por vezes, conflitantes. Por isso, quando surgiu o primeiro foco de manifestação dos caminhoneiros, eu subi à tribuna do Senado e alertei o Governo, porque eu sabia, já vinha acompanhando as demandas há um bom tempo, e via que esse assunto ia ferver. Eu creio que o Governo até se assustou quando viu o tamanho. Em princípio, meio que ignorou. Eu subi a segunda vez, V. Ex^a estava coordenando, naquele momento, os trabalhos da Casa e avisei. Falei: olha, vai se espalhar pelo Brasil inteiro. Não tinha dúvida. As demandas, vamos dizer assim, o sapato estava apertando no calo de todo mundo.

Esse problema tem uma complexidade muito grande, por quê? Nós temos... Além dos variados prestadores de serviços – vamos colocar assim –, temos o graneleiro, que trabalha só com grãos, temos o câmara fria, temos o madeireiro, temos os atacadistas, os cegonheiros e por aí vai em uma infinidade, que, por vezes, têm demandas até diferentes. Mas uma coisa que, creio, temos que levar em conta é que estamos analisando, até mesmo os manifestantes, muito pela ótica do mercado, muito pela ótica do frete. O que fez toda essa coisa foi o frete. Mas o momento é propício para analisarmos o que aflige toda a classe, o que aflige todo esse setor.

Trabalhei na Polícia Rodoviária Federal durante 20 anos e acompanhei muito esses problemas do setor, principalmente as tragédias que aconteceram, principalmente a vida sofrida do caminhoneiro, porque, vamos lá: o que o caminhoneiro quer? Ele quer qualidade de vida, boas condições de trabalho, quer um bom salário, quer estar sempre vendo a família, quer ter saúde, quer ser respeitado pelas autoridades, pela fiscalização, quer segurança. Mas quando vemos essa lista básica, que quase todos os outros trabalhadores brasileiros já têm, notamos que o caminhoneiro não tem nada disso. O que foi colocado aqui acontece todos os dias: eles morrem, morrem por estradas ruins, morrem por assaltos, trabalham além da conta, sim, e os próprios patrões sabem que acontece. Ficam em filas por dias, Senador Paim, e isso já é outro problema.

Temos um problema sério de armazenamento, e o caminhão hoje, no Brasil, é uma extensão dos silos. Esses caminhões o são. Há poucos dias, havia uma demanda no Estado de Mato Grosso: faltava um fiscal agropecuário no terminal de carga, no maior terminal de carga da América Latina, da Ferronorte, e não tinha quem fiscalizasse essa carga. Essa carga ia para o porto, e lá o caminhoneiro teria que ficar esperando para que o fiscal liberasse a carga. Isso, às vezes, leva uma semana. Conversei com alguns profissionais que ficavam uma semana lá. Então, V. Ex^a veja bem.

Vou dar meu exemplo: se vou ao meu Estado e fico três ou quatro dias longe da minha família, quando eu chego, a casa cai. As esposas ficam chateadas com isso bem como os filhos. E o caminhoneiro, que não é diferente de nós, às vezes fica meses – meses! – longe da família. Isso desagrega o lar, a família, às vezes entra droga na família. Por vezes – por vezes, não – a droga já é uma realidade no meio dos caminhoneiros.

Há algum tempo, na delegacia onde eu trabalhava, em Rondonópolis, Mato Grosso, começamos um estudo junto com o Ministério Público do Trabalho, que deu origem a uma discussão da jornada do trabalho. Eu me lembro de que o Dr. Paulo Douglas foi demonizado até, mas foi importante o trabalho dele. Um dia, ele chegou com uma equipe multidisciplinar, no posto da Polícia Rodoviária Federal, e pediu que parássemos alguns profissionais com quem ele conversava, dizendo: “olha, não é obrigado”. E ele não pegava nomes, não pegava nada. E, de uma forma voluntária, Senador Paim, ele coletou amostras de sangue, urina etc. E o número foi estarrecedor!

E ali começamos a entender porque havia tantas tragédias e alguns acidentes inexplicáveis. Como foi colocado pela nossa companheira aqui, não temos no Brasil a cultura de fazer com os acidentes rodoviários o que se faz com o transporte aéreo, com os acidentes de avião. Falo por experiência própria: ali a gente chega, faz o levantamento, e esse levantamento do acidente é muito superficial. Preenchem-se os dados, manda e pronto. Acho – acho, não, estou certo – que deveria ser feita a apuração do que ocasionou aquilo. Muitas vezes a gente sabe empiricamente, mas foi feito um estudo? O problema foi de engenharia, foi de falha humana, falha técnica? Então, esses são os problemas seriíssimos que afligem e às vezes são o pano de fundo que faz explodir movimentos como esse.

Obviamente, eu penso que a discussão serviu para levantar esse problema. Contudo, temo que o ganho dos profissionais do volante sairá até menor desse movimento.

Vamos lá! O frete é mercado. Por mais que a gente tente estabelecer uma tabela referencial, uma tabela de preços mínimos, não temos como fugir da implacável lei da oferta e da procura. Boa parte do que está acontecendo hoje, começou quando foram liberadas as linhas de financiamento, quando o BNDES encharcou um pouco o mercado, que já vinha também de um outro fato, o próprio surgimento da lei dos caminhoneiros. Quando começou a discussão da lei dos caminhoneiros aqui, o frete foi lá para cima, já prevendo esses custos. E isso empolgou um pouco a categoria – isso é um fato! Eu tenho amigos que tinham três caminhões e que foram para sete, oito. E a conta chegou agora, num momento em que a safra atrasou um pouco. Era um momento de se ter dinheiro, mas faltou dinheiro, e o desespero bateu, porque as contas chegaram.

Então, se juntarmos isso tudo, esse caldo todo, nós teremos esse problema.

Mas o que fica é o seguinte: o que vamos fazer com esta oportunidade de ouro que temos? E, por isso, esse debate é importante, Senador Paim. Se não aproveitarmos este momento para vermos todas essas questões, inclusive as que dizem respeito ao profissional do volante, se ficarmos olhando apenas sob a ótica do frete, nós vamos ter, em breve, outro movimento como esse – e, talvez, pior! Então, este é o momento propício para arredondarmos essa coisa e começarmos a resolver, até porque isso não se resolve de uma hora para outra.

Agora, eu não vejo – e não quero agredir os patrões, não quero que se sintam ofendidos – essa greve como uma greve dos caminhoneiros. Eu vejo essa greve como... Na minha cidade, tenho um amigo que, todas as vezes que ele precisa subir a tarifa do ônibus, coloca os funcionários para fazer greve. Eu não estou falando... Não houve isso! Não estou acusando que houve isso, mas essa greve é mais uma greve pelo calo ter apertado na questão do frete – só!

Quando se fala da tabela... E eu penso que temos como fazer uma coisa próxima, pois o transporte coletivo é um pouco exemplo disso. Não que vamos enrijecer o mercado, mas isso também é uma realidade: as

peessoas estão trabalhando abaixo da tabela. Já não se paga... Então, podemos usar aquele índice de preços por quilômetro, por exemplo, que é usado no transporte coletivo. Acho que, nessa reunião, eu até sugeri ao Ministro Miguel Rossetto que se faça o seguinte: levantam-se esses custos e se coloca um percentual para se ter uma referência. Agora, não creio, também, que o governo vá conseguir fazer uma tabela de preços mínimos, porque isso aí quem vai obviamente definir é o mercado.

Mas fica aqui mais a minha preocupação com o fato de que o elemento principal, a engrenagem mestra que move o setor, que é o motorista, não está inserida nessa discussão. Ela está muito mais centrada na questão financeira mesmo. Corrijam-me, por favor, se eu estiver errado, mas nós estamos discutindo financiamento, nós estamos discutindo multas, nós estamos discutindo seguros, nós estamos discutido tudo que se refere à parte financeira do setor. E quanto a esse profissional, que vem há muito tempo sendo negligenciado pelo Governo e por toda a sociedade até, nós não estamos avançando. Vejo isso porque assisti, por 20 anos, Senador Paim, a esses profissionais irem se degradando, evoluindo do “rebite” para a cocaína, da cocaína para o *crack*, e, com isso, as tragédias aumentando.

Aqui já se falou sobre o número de vítimas do trânsito. Já estamos nos aproximando de 50 mil mortes anuais – isso é mais do que todas as guerras do Oriente. Então, fica esse alerta para a gente poder inserir também nessa discussão. Eu acho que até já perdemos muito porque, perdoem-me, considero um retrocesso a forma como foi aprovada a lei a toque de caixa. Para mim, houve perdas ali na questão da lei dos caminhoneiros. Mas isso é a minha ótica. Obviamente, há outros pontos de vista.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador José Medeiros, expressando o seu ponto de vista.

Na sequência, o próximo que vai fazer uso da palavra é o líder sindical Valdir de Souza Pestana, Presidente da Federação dos Trabalhadores Rodoviários do Estado de São Paulo. Mas permita-me, Pestana, antes de você usar da palavra, eu vou ler alguns questionamentos que estão vindo. Estão chegando muitos questionamentos, e por parte dos caminhoneiros. O pessoal está simplificando por causa da quantidade.

Por exemplo, o cidadão sugere que a Comissão de Direitos Humanos, que está tratando da situação dos caminhoneiros, fale também sobre um grande mal da classe, que é a forma como é feita a carta-frete. Se alguém quiser depois responder. Todos os painelistas poderão falar o que eles pensam da carta-frete. Os cidadãos estão fornecendo nome, endereço, data de nascimento, protocolo, tudo direitinho. Vamos pegar o nome apenas. Esse foi o Cléber Roberto César Ferreira Filgueiras Martins, do Gama.

Outro: o cidadão discorda do fato de os agenciadores de carga passarem as cargas aos motoristas por valores inferiores, pois, em sua opinião, os agenciadores estão se beneficiando com essas atribuições. Diante do exposto, solicita providências para que os motoristas não sejam mais prejudicados. Quem fala aqui é o Clayton Rodrigues Salles, de Uberlândia, Minas Gerais.

O cidadão pergunta que benefícios serão concedidos aos caminhoneiros autônomos no que tange à troca do veículo. Depois alguém pode também responder e pode pegar esses documentos aqui. Quem pergunta é Júlio Antonio Pires, de Caldas Novas, Goiás.

O cidadão pergunta o que será feito em prol dos caminhoneiros autônomos, que, segundo ele, é uma classe que trabalha muito e não é reconhecida. Robson Aparecido Silva de Jesus, de Jardim das Nações, São Paulo.

Vou ler na íntegra, como está aqui: o cidadão comenta que não estão debatendo os principais assuntos que afetam os caminhoneiros honestos. As sugestões dele, ele critica mas sugere: tem que debater a corrupção que está ocorrendo por parte da Polícia Rodoviária Federal. Opinião dele. O excesso do peso transportado nas estradas e a utilização do transporte de carga para lavagem de dinheiro às vezes criminoso. E também quer que debata corruptos políticos.

Estão aqui os documentos e vamos, então, agora, para... Ficam aqui na mesa e podem olhar e trocar quem quiser responder depois.

Agora vamos passar a palavra ao nosso líder Valdir de Souza Pestana, Presidente da Federação dos Trabalhadores em Transporte Rodoviário do Estado de São Paulo.

O SR. VALDIR DE SOUZA PESTANA – Bom dia a todos e a todas. Você eu já vi num vídeo do YouTube, ou eu estou equivocado? Eu vi e vi bem. Eu vi sua soja toda derramada... Milho, perdão. O outro caminhão seu na frente e o atrás. Eu vi. Vi e sei o que vi. Foi o motivo de eu divulgar aquilo milhares de vezes. Esperamos que você tenha condições de falar no final se não se emocionar muito.

Senador Paulo Paim, é um prazer mesmo escutá-lo em mais uma oportunidade e esse Senador que, se não estiver equivocado, foi da Polícia Rodoviária. E junto com o Paulo Douglas ainda.

Mas gostaria de deixar uma coisa bem clara nesta mesa: nós vamos entrar com uma ADIn, vocês queiram ou não. Se ela vai ter resultado ou não, Senador...

Nós representamos em São Paulo 84 sindicatos filiados. Já estivemos reunidos no Mato Grosso do Sul, em Campo Grande, Goiás, Belo Horizonte, Paraná, e vamos entrar com a ADIn, porque até o evento da Lei nº 12.619... Deixo bem claro que essa era uma lei não perfeita, mas era uma lei para motoristas. Do mesmo jeito que tem o aeroviário, o ferroviário, nós criamos uma lei para os motoristas.

O senhor acompanhou, trabalhou; ex-Procurador trabalhou; a Drª Jaqueline trabalhou; o Festino trabalhou. Nós todos trabalhamos. Agora, não foi justo o jabuti entrar na lei, Senador. É ter coragem de chegar nesta Comissão e falar que não foi legal nem foi bonito aquele jabuti ficar passeando dentro da lei dos motoristas e acontecer o que aconteceu até agora. Discutir frete? Discutir eixo levantado? Ah! Vai voltar o botãozinho para subir o eixo mesmo carregado. Alguém tem dúvida?

Eu vou ver despencar caminhão naquela Anchieta abaixo, indo para o porto com o triplo da carga, que nem era no passado. Quem é da Polícia Rodoviária sabe do que estou falando. Aquelas bombas vão voltar a descer, porque o eixo vai estar levantado. E eles vão descer porque não vão pagar excesso de peso. E vão embarcar mais barato, só que o embarcador não vai pagar um centavo a mais no frete.

Enganou aos autônomos, enganou aos próprios trabalhadores com carteira assinada, os celetistas, e tem gente aqui olhando para a minha cara e balançando a cabeça que sim ou que não. Na hora de dar o tal do Renovar ou seja lá o nome que quisesse dar, um seguro corporativo que pudesse ter sido dado para os trabalhadores, não houve. Por quê? Os interesses foram um pouco maiores dentro da lei. Eu vi distribuir retroescavadeira, patrôla, caminhão para um monte de prefeitura politicamente, mas abrir o financiamento para os trabalhadores autônomos, não.

Eu garanto que a maioria dos autônomos foi um dia um empregado celetista; e do jeito que está indo, ele vai voltar a ser celetista, se continuar assim. E pior ainda, se eu não estiver equivocado dentro da lei... Eu preciso dar uma analisada porque não quero falar abobrinha aqui, Senador, mas parece que o autônomo pode trabalhar no equipamento de empresário dentro de empresa – se eu não estiver equivocado na lei. Precisamos dar uma olhadinha. Eu vou dar uma olhadinha, não é certeza não. Posso estar errado, mas estava lá.

Eu me lembro de que, na época de analisar a lei, o autônomo podia trabalhar no equipamento de uma empresa de transporte. Se eu estiver equivocado, corrijam-me, mas estava lá quando da discussão. Se não é, até hoje eles tentam agregar o cavalo e o motorista dentro das empresas de transporte. Não falo abobrinha aqui não. Tanto é que estão tentando fundar mais um sindicato agora, Senador Paulo Paim, de trabalhadores em agregados. Chega lá, está bom? Já tem autônomo, tem confederação, e agora tem de agregados. Quando ele é agregado de uma empresa, já tem um outro de especificidade para ele: “Agora eu sou agregado, não sou mais autônomo; criei mais uma profissão que não existia”. Já tem o motorista de carga pesada, de pluma, de chumbo, de ouro; vai ter motorista de tudo quanto é jeito neste País.

Agora, era uma discussão sindical. Era uma discussão entre autônomos e trabalhadores celetistas para discutir só uma coisa: a profissão dele, o que ele podia. Era o diploma, como tem o médico, o dentista, o advogado, como todos têm. Era o nosso diploma. E virou o quê? Isso!

Gozado, desculpe-me, Senador, o senhor está correto: para mim, foi lock-out. Nem foi. Igual foi a briga em Sertãozinho, que colocou 12 mil pessoas na estrada, enquanto na Paulista, em São Paulo, conseguimos colocar só oito mil. Por quê? O setor sucroalcooleiro quebrando, e não tem incentivo. “A gasolina está baratinha, que se dane o álcool”. Agora, não: 60%.

O senhor foi educado. Isso já estava previsto. Essa inflação louca que vem vindo aí, por mandos e desmandos, por corrupção, como colocou o companheiro no papel, já era de se esperar. E a lei dos motoristas vai para o brejo. O motorista, nós, autônomos e também motoristas celetistas, vamos para o brejo, porque a gente vai continuar discutindo eixo levantado, seguro, vai discutir tudo. Não era a lei do motorista.

Não tiveram coragem! Não tiveram coragem! Os nobres Deputados Federais, os nobres Senadores. Paulo Paim sofreu comigo no Senado no dia. Imaginem que levei cinco horas e meia calado, fiquei quieto, que ainda era bom. Mas aí veio o resto. Não foi suficiente. Não ficaram satisfeitos. “Vamos acabar com o trabalhador mesmo. Vamos escravizá-lo mesmo.”

Colocar oito horas, mais duas horas extras, mais duas horas de acordo e convenção, a pelegada está doidinha para assinar isso e ganhar um dinheirinho! Estão lá, esperando com a boca na botija. Vai nascer mais um sindicato por Município, para assinar o maldito acordo coletivo. Dá dó falar isso de pares, mas eu vou falar.

Acabamos de assinar a lei, já tinha um cara com bola de cristal assinando, Senador. Então, estamos fazendo seminários jurídicos para acabar com isso.

Agora, nosso entendimento em relação à lei dos motoristas é de que vamos entrar com ADIn, vocês queiram ou não. Se ela vai ou não prosperar... Nós vamos fazer isso. Se vamos, como o senhor colocou, Senador, para as estradas, se vai ter guerra com autônomo, isso eu não sei, porque vamos mostrar nosso lado. Qual é o lado dos motoristas? Não queremos nos matar e ficar longe da família, não! Do jeito que eu vi você tombar

o seu caminhão... Eu mesmo passei em um monte de estradas indo de Mato Grosso do Sul para Goiás e fiquei na estrada com um pneuzinho pequenininho, não podia passar de 80, e as carretas me empurrando. Eu, com um carrão. Eu uso carrão, porque corro o Estado todinho e parte do Brasil, mas fiquei na estrada sem pneu.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. VALDIR DE SOUZA PESTANA – E o que acontece, então? Quem era o motorista que passava por mim, e eu parava no posto de gasolina e conversava?

Em Chapadão do Sul, fiquei lá, plantado! Dormi lá. Não tinha coragem de andar naquelas estradas, e cada fazenda emendando na outra, Senador. Impressionante de ver! Está lá toda aquela soja, todo aquele milho, toda aquela cana. Muito bonito de ver, mas, na hora de pagar os companheiros e ver as estradas asfaltadas...

Em Minas Gerais, já começaram as praças de pedágio. Para quem não tinha pedágio, agora, há um monte nascendo lá. Já começou. Dava gosto! A gente vinha de Goiás, Minas e ia se divertindo. Não tinha pedágio. Pouquíssimos radares. Agora, vai começar. Desculpe, Senador, mas vai ficar igual São Paulo. Pegadinha para cima e para baixo. As melhores estradas estão em São Paulo? Estão! Mas também os maiores custos estão em São Paulo. Tudo está em São Paulo.

Senador, não vim ser técnico. Vim discutir o que discuti com o senhor exaustivamente, com o outro Senador, com a Dr^a Jaqueline, com o Procurador, com o Festino.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. VALDIR DE SOUZA PESTANA – Faustino, não! Festino.

Carrijo. Chorei com essa senhora, com essa mulher, no Senado. Discuti muito com o Jonas, que está ali sentado, para tentar achar um mecanismo mediado, mas não tivemos sucesso, nem ele, nem nós.

Agora, essa lei não pode ficar do jeito que está. Do jeito que está colocada, vão chegar ainda mais *e-mails*. Não vou pactuar, nem compactuar, com essas mortes que vão continuar acontecendo. Deixando bem claro, é um paisinho que eu nunca vi igual, Senador. O capital, o agronegócio ditando regras, de novo, no Brasil. O senhor conhece algum porto indústria no Brasil? *(Pausa.)*

Não, não é? *(Pausa.)*

Nosso suco de laranja sai como para fora? Sai em batelão ou em porão de navio, mas, de lá, sai na caixinha longa vida, no navio, para lá e para cá e volta para o Brasil. Que tristeza, não é? E a família do grande agricultor vai bem aqui e o de lá se diverte.

Quando vamos mudar essa concepção no povo brasileiro, para procurar o que é melhor para nós, e não ficarmos sendo usados, por massas, nas rodovias? Temos que ir para as rodovias mesmo para bater panelas, assim como eu vi, quando o bicho pegou, a própria mulher do caminhoneiro levando bomba em São Paulo, no porto de Santos.

Sabem qual foi o único caminhão que queimou? Foi o de uma empresa com celetista dentro. De autônomo nenhum queimou. Sabiam disso ou não? E não vai me caber aqui falar o porquê disso! Porque eu conheço tanto o presidente do sindicato dos autônomos como o dos celetistas. Convivo com 84 sindicatos dentro daquela federação. Nessa hora, tenho que olhar no olho de cada caminhoneiro e falar “qual é a nossa realidade na estrada?”.

A Dilma ainda vai pensar nas licitações de quando vamos ter o nosso cantinho para parar, onde haverá o médico para nos atender, para medir a pressão... Quem vai nos fiscalizar quando estamos andando? Eu vejo a companheirada parada na estrada, Senador. Para, desce, estica a perna, acende um cigarrinho, toma um mate, faz qualquer coisa e cai na estrada, mas está cumprindo a Lei nº 12.619. Agora, o que não vejo é o embarcador ir lá e dizer que o frete merece isso, que o óleo diesel subiu e, por isso, tem que usar o B10, tem que usar não sei o quê. Ninguém está discutindo isso! Ainda tem o atravessador! Dentro da lei, vieram discutir o frete, se é poupança, se é seguro... Pô, deveriam ter levado isso para outro campo, não para o campo da profissão, do motorista, era só o que a gente queria! Era só regulamentar a profissão do motorista, dali para frente seria outro campo, mas não! Enfiaram o jabuti dentro da lei e acabaram com a gente.

Desculpe, mas eu tinha que falar. Vamos para ADIn!

Um abraço!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi o Presidente da Federação dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários do Estado de São Paulo, Valdir de Souza Pestana, que, toda vez que vem aqui, fala exatamente o que pensa, mas esse é o objetivo, senão não teriam razão essas audiências públicas.

Agora, passamos a palavra ao Dr. Adélio Justino Lucas, Procurador do Trabalho da 10ª Região.

Como havíamos combinado, o Governo fala no encerramento.

O SR. ADÉLIO JUSTINO LUCAS – Bom dia, Senador Paulo Paim.

O Ministério Público do Trabalho, mais uma vez, agradece a V. Exª por poder participar desta audiência pública por intermédio deste Procurador Regional do Trabalho.

Quero dizer a V. Exª e a todos aqui presentes, a quem cumprimento em nome de V. Exª, que o tema hoje sugerido para esta audiência refere-se mais a uma questão econômica e menos técnica que caberia ao Ministério Público do Trabalho. Entretanto, a edição desta lei, creio eu, veio ferir de morte um trabalho longo e discutido por muito tempo até a promulgação da lei dos motoristas.

Acho que houve um equívoco profundo no entendimento, na construção desse movimento e dessa lei, desconstruindo uma lei que veio para dar um diploma legal àqueles trabalhadores que viveram por muitos anos, mais de cinco décadas, sem um estatuto profissional. Trabalhamos, todos, muito forte no sentido de gerar e possibilitar a criação da lei dos motoristas. Diversas vezes já participei com V. Exª nesta Comissão e com os trabalhadores, com o patronal, com a categoria laboral, e conseguimos dar uma formatação jurídica, que era necessária, ao trabalhador motorista.

Houve uma confusão; houve uma confusão no sentido de introduzir, como o nosso Dr. Pestana acabou de falar, um jabuti em lei que não precisava ter sido mexida. Evidentemente que aquela construção foi originária, como o Senador José Medeiros se referiu aqui, da atuação de um colega nosso do Ministério Público do Trabalho, no Estado de Mato Grosso, em Rondonópolis – não é isso? –, e essa ação civil pública gerada, veio para Brasília e coube a mim a sua condução aqui no Distrito Federal. E nós optamos... Conversei com a Confederação dos Trabalhadores (CNT) e naquele momento, ao invés de um julgamento que apenas regularizasse ou regulamentasse ou dissesse judicialmente, naquele processo, que as horas trabalhadas seriam tais e tais, preferimos construir uma lei que viesse dar uma formatação jurídica à questão que já andava por muito tempo. E, só no Ministério Público, a nossa construção, participando de audiências, foram quase 10 meses para gerar essa lei.

Tivemos a felicidade, por intermédio do Senador Paulo Paim, de entregar um trabalho semipronto, elaborado, salvo engano, naquela ocasião para integrar um substitutivo do Senador Ferraço...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ferraço.

O SR. ADÉLIO JUSTINO LUCAS – ...– exatamente –, que gerou uma aprovação da lei por consenso nas duas Casas. O que foi uma maravilha.

Ela poderia ter algumas incorreções? Poderia. E poderia ter sido corrigida, mas em nada desconstruída.

Eu quero dizer aqui que a nossa preocupação como membro do Ministério Público vai muito na linha do que a Drª Jaqueline falou aqui. Chama-se jornada de trabalho. Jornada de trabalho é a moldura jurídica que nós precisamos trabalhar. Hoje, essa jornada de trabalho é para o trabalhador do volante. Agora, a formatação da remuneração do frete disso ou daquilo são outros aspectos econômicos que devem ser tratados nas esferas corretas e não desconstruir uma jornada.

Imaginem só: naquela ocasião lutamos para até tentar constitucionalizar a questão da jornada, porque na lei do motorista, que foi editada, que foi alterada, nós colocamos que seria jornada constitucional, para tentar evitar, em qualquer momento, fazer qualquer tipo de alteração, apesar de ser uma lei ordinária. Hoje, o que aconteceu? Colocaram, voltaram para a lei uma jornada de oito mais quatro. Para nós, naquela ocasião, nós tínhamos essa demanda do patronal, nós do Ministério Público que redigimos aquela....Ministério Público que redigimos aquela lei, a quatro, a seis, a dez mãos.

Não autorizamos e não concordamos com aquela redação, e colocamos oito, excepcionalmente mais duas, porque existiriam situações em que poderia haver essa necessidade. Inclusive, na questão da jornada de trabalho, na jornada de 12 por 36, que hoje veio de uma maneira aberta, nós fechamos, no sentido de, observando a sazonalidade, a necessidade, as situações de estados com a malha viária deficitária... Recebi muitas ligações de colegas meus de Rondônia que diziam “olha, para sair daqui, para chegar a Porto Velho, eu preciso... Não dá!” Então, eu falo assim: “leva isso a acordo, a convenção coletiva, porque você trata de uma questão regional específica para poder equacionar esse problema”. Então o Ministério Público do Trabalho é, nesse sentido, evidentemente, um escravo da lei.

Ocorre que há situações em que nós não podemos concordar com essa jornada excessiva. Por quê? Porque aquele caminho de regularização da jornada de trabalho, que é a nossa maior moldura, nasceu de uma constatação fática de que os trabalhadores do volante estavam, como foi dito aqui pelo Senador José Medeiros, tomando medicamentos, drogas ilícitas, para manterem-se “acesos” no volante, trabalhando diuturnamente para chegar ao ponto, para sair daquele ponto e chegar ao ponto de descarga. E foi constatado também – a Drª Jaqueline disse aqui –, nós temos a constatação fática dessa realidade de que o motorista, para cumprir aquela entrega, tem de se drogar.

Só que aí vem o perigo, Senador, porque aquele motorista está drogado ao volante, usando, por necessidade, por estado de necessidade remuneratória ou por cumprimento de ordem, colocando a sociedade inteira

em risco. Eles estão trafegando nas estradas, passando por dentro das cidades, com uma carga pesadíssima, com excesso de carga nos eixos, e estamos diante de uma situação que precisa ser revertida.

Nós procuramos, naquele primeiro momento, Senador Paulo Paim, traçar para o empresariado uma segurança jurídica de que aquela jornada era aquela jornada, e não criar um passivo trabalhista para as empresas, porque, do jeito que está, vai gerar a incerteza, a incerteza do que ele pagou, do que ele deverá pagar, de que ele poderá ser acionado. Por quê? Porque há situações, aqui... Por exemplo, no caso do caminhoneiro auxiliar. Ele é um trabalhador subordinado. Quer queira, quer não, amanhã ou depois, isso vai chegar à Justiça e vai gerar mais um passivo trabalhista para esse autônomo que está aqui hoje alegando dificuldade.

Então, nós temos que ser claros. Nós não podemos tapar o sol com a peneira. Precisamos saber que aquilo é uma relação de emprego, de trabalho, legal, e que assim vai ser declarada um dia, com as consequências para aquele que já está em dificuldade. Então, nós precisamos trazer isso bem às claras.

Ficamos bastante preocupados também com o tempo de direção. É uma preocupação profunda. Porque nós saímos daqui e dirigimos um carro confortável por duas ou três horas e já estamos mais ou menos amarrados, precisando levantar, nos movimentar, descansar... Não, agora aumentou a responsabilidade de um motorista que está transportando uma carga de responsabilidade para dirigir mais e mais tempo em estradas ruins... E como fica essa fiscalização até das cinco horas e 30 minutos? Antes era de quatro horas, com 30 minutos de parada, podendo fracionar se as quatro horas não fossem completadas.

Então, Senador, nós entendemos que essa lei veio para prejudicar aquelas conquistas que foram introduzidas na lei do motorista, inclusive com redução de valores remuneratórios, o que também não cabe a mim... Inclusive, com – o que é pior – a violação do direito do trabalhador à higiene, à saúde, nos pontos de embarcação, porque foram desonerados alguns pontos de embarque, ficando a responsabilidade com alguns setores. Precisamos de acertar isso, porque isso vai gerar, também, no futuro, um passivo trabalhista.

Quero dizer, Senador Paim, que, no caso, outro gravame é o tempo de espera. Ele foi mudado. Então, o tempo de espera começa dentro da própria jornada. Estou trabalhando, de repente, tenho de parar para uma fiscalização e, aí, entro em *stand by*. Isso não pode acontecer. Isso vai ser declarado também jornada de trabalho, hora extra e suas consequências. É por aí.

Então, todos devem ficar atentos para o fato de que o restauro de muitos aspectos da lei deve acontecer ou ser reparado na interpretação jurídica quando o juiz for interpretado, ou caso a caso. Essas inseguranças jurídicas é que devemos abolir.

Mais ainda, procuramos, sempre como foco naquele momento de elaboração da lei, foi exatamente o seguinte: a segurança jurídica, evitando, assim, as mortes no trânsito, com esses caminhoneiros trabalhando em jornada excessiva.

Não sei se meu tempo está encerrado, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não. O senhor tem cinco minutos ainda.

O SR. ADÉLIO JUSTINO LUCAS – Tenho cinco minutos.

Bem, o Ministério Público quer alertar o seguinte: no aspecto em que ocorreu a movimentação, não temos ingerência alguma. Temos preocupação e lutamos muito, da forma que pudemos, no sentido de preservar a questão da lei do motorista, para não causar interferência no movimento de vocês, que é justo. Vejo que é um movimento por preço de carga, preço de frete, melhores condições de trabalho, segurança etc. Não há interferência da referida lei, até porque os celetistas também se beneficiam disso e vice-versa.

Acho que Jaqueline foi infeliz. Trata-se de uma categoria única, dividida em atividades de trabalho. É uma categoria única, que deve unir-se, para ter um estatuto, como até disse o Senador, e, numa lei geral, ser especificado o que é isso, o que é aquilo, o que é para o autônomo, o que é para o transportador de minério, de chumbo, de nióbio, de urânio, o que é para o graneleiro, o que é para o canavieiro, que seja. Agora, vocês têm de se unir, não se separar, não desconstituir uma lei.

Agora, o fato de ter desconstituído muitos aspectos importantes da lei é um retrocesso, porque retira conquistas. Acho que cabe aos trabalhadores reconquistá-los. Naquilo que entendemos ser inconstitucional trabalharemos para assim o fazer, mas queremos sempre tranquilizá-los, no sentido de que o Ministério Público sempre há de trilhar os caminhos da legalidade, nada afoito. Queremos trabalhar no sentido de que as coisas possam ser equacionadas quando houver as dificuldades, as sazonalidades, e as questões específicas de cada segmento do transporte.

Senador Paulo Paim, agradeço a V. Ex^a mais uma vez em nome do Ministério Público e digo sempre que estamos sempre à disposição, no sentido de colaborar. Saio daqui com uma sensação de 7 a 1, numa lei que construímos e vimos V. Ex^a entregar, junto conosco, ao então Senador Clésio Andrade, que era Presidente do CNT, para levá-la...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Aqui, nesta mesa.

O SR. ADÉLIO JUSTINO LUCAS – Então, tenho essa sensação, mas quero revertê-la, porque nada é permanente. Podemos mudar.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Procurador do Trabalho da 10ª Região, Dr. Adélio Justino Lucas.

Vou fazer aqui uma leitura, para que aqueles que a nós estão assistindo e mandando mensagens para esta Comissão saibam que estamos lendo tudo que aqui chega de forma resumida.

Marcos Amaral: “Por que não se faz um cadastro nacional de associações, para que não haja oportunistas? E também fazer um cadastro nacional de agenciador de carga, pois estes são os que mais se aproveitam dos caminhoneiros, porque se ganharem um valor alto sobre a carga, acabam repassando uma pequena quantia.”

Quer dizer, o agenciador é aquele que fica com a maior quantia, segundo ele. Depois, vocês poderão comentar, responder, enfim. O meu papel, aqui, é ser transparente e ler tudo o que chega.

Sobre a audiência pública... Esse aqui foi o Marcos Amaral.

Ah, não! Vou ler essa aqui também, senão vão dizer que não a li.

Carlos Henrique Florenzano diz que, quanto à questão dos pedágios, a Presidente da República afirmou que os pedágios que possuem alta tarifa são os das concessões feitas no governo anterior. Entretanto, existe o instituto da encampação, que é a retomada dessas concessões pelo Poder Público, e pergunta por que a medida não foi tomada. Ele também lembra isso aqui.

Sobre a audiência pública desta segunda-feira a respeito da situação dos caminhoneiros no Brasil, o cidadão comenta que a maioria dos postos cobra taxa para que o caminhoneiro tenha o direito de fazer ali a sua higiene pessoal, o que, em sua opinião, é um absurdo. Diante do exposto, sugere que os caminhoneiros tenham o direito de realizar a sua higiene gratuitamente. Isso é mais do que justo. É um absurdo! Se eu encosto o meu carro em um posto, vou lá e uso tudo o que eu bem entender. O caminhoneiro é discriminado, então. Estou falando de qualquer veículo. (*Pausa.*)

Tudo bem, eu sei, mas, muitas vezes, quando paro em um posto de gasolina, e não só eu, os meus funcionários também, muitos deles são peões, paro somente para ir ao banheiro. Não vejo por que proibir que eles possam ir ao banheiro. Eu vou abrir o espaço para todos depois, só para não suscitar o debate agora. Não tem como não deixar ir ao banheiro – é isso que estou levantando aqui! – ou tomar um copo de água. É isso que eles estão pedindo aqui. É isso que ele está dizendo, e acho que ele está coberto de razão. Claro que os postos de parada com toda estrutura seriam essenciais.

O SR. NELSON ANTONIO SELAU – Tem posto de combustível que chega a cobrar R\$10 para o motorista tomar banho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ele não cita o número aqui, mas você está dando o dado: até R\$10 para tomar um banho. Quem fala isso é o Nelito Ferreira de Araújo, Minas Gerais.

Depois, os convidados poderão responder. Só estou lendo.

O cidadão pergunta por que o representante dos caminhoneiros Ivar Schmidt não está presente nesta audiência pública.

Ivar, é só você fazer contato com a Comissão. Saiba que essa não é a primeira, nem a última, para ser convidado. Não vejo problema nenhum. Eu, particularmente, não conheço o Ivar Schmidt. Vocês conhecem? (*Pausa.*)

De onde ele é?

O SR. CARLOS ALBERTO LITTI DAHMER – O Ivar foi uma das vozes do acordo. Ele é natural de Palmitos, em Santa Catarina, mas hoje está em Mossoró, no Rio Grande do Norte. É caminhoneiro e também tem um pequeno negócio de agência de transportes. Assinou conosco esse documento. Foi uma liderança que não existia antes e que surgiu nesse movimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Fica aqui o compromisso, Ivar, de você, na próxima audiência, ser convocado para estar aqui.

Quem mandou essa pergunta do porquê não está presente; foi o Everton Machioli, de Sarandi, Paraná.

O cidadão sugere a elaboração de um projeto de lei que vise a conceder descontos no valor do combustível para os caminhoneiros que transportarem produtos de gênero alimentício e remédios. Acredita que essa proposição pode diminuir o preço do produto final ao consumidor no que se refere à cesta básica e aos medicamentos. João Pedro da Silva, Campinas, São Paulo.

Esses são os últimos que chegaram aqui.

Passo a palavra ao Dr. Marcelo Prado, Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário e Multimodal de Cargas da ANTT.

O SR. MARCELO VINAUD PRADO – Obrigado.

Senador Paulo Paim, agradeço a oportunidade e cumprimento a todos.

Apesar de vários dos temas que estão sendo aqui discutidos não serem afetos diretamente à ANTT, é de competência da ANTT regular esse mercado, principalmente no que concerne à competência técnica dos regulados, bem como influenciar na oferta e demanda, sempre que isso apresente alguma ameaça para como esse mercado tem que funcionar.

Em relação a isso, gostaria de fazer alguns comentários eminentemente técnicos em relação à colocação do Sr. Festino, que é colega nosso na Comissão Tripartite do Ministério da Saúde, sobre a saúde do transportador rodoviário de carga, sobre a questão do número de caminhões hoje inscritos na ANTT. S. S^a registrou 2, 358 milhões, sendo que no Denatran, hoje, encontram-se registrados 3,5 milhões veículos, Festino. Isso se dá porque no RNTRC hoje estão os veículos inscritos das transportadoras que operam transportes remunerados de cargas. E, no caso, esse número maior, notadamente maior, é porque nessa soma do Denatran também estão os veículos de placa cinza, em que as empresas têm frota própria, cujos motoristas, empregados, operam os veículos.

Vale fazer consideração em cima do que a Dr^a Jaqueline colocou sobre os atravessadores, porque, hoje, a ANTT detecta essa situação. Nós enxergamos os atravessadores como oportunistas travestidos de transportadores de pequenas empresas. E, em relação à questão dos números e também da caracterização desses atravessadores, bem como no comentário do Dr. Adélio, que leva ao entendimento da informalidade desse setor, a ANTT está promovendo, este ano, o cadastramento dos transportadores. Esse cadastramento visa, vou usar um termo, vamos dizer, visa a adequar o cadastro do RNTRC, em que pretendemos coletar várias informações, inclusive no sentido de identificar essas empresas atravessadoras por mecanismos regulatórios que estamos utilizando, e nós vamos também identificar, junto aos transportadores autônomos, os seus prepostos.

O Dr. Festino colocou muito bem que os dados de que hoje dispomos sobre a categoria não são suficientes para que a gente faça análises adequadas, e a gente pretende, com esse cadastramento que deve ter início em junho, tentar sanar essa falta de informação.

Vale também dizer que a ANTT vai regulamentar, tão pronto quanto seja possível, os aspectos que concernem à Lei nº 11.442, de 2011, que regulamenta e disciplina o transporte rodoviário de carga em termos de categoria de transportadores. A lei foi aprovada pela Presidência da República. Então a gente espera, já dentro de uma revisão que estamos fazendo da Resolução nº 3.056, como exemplo agora do que foi aprovado na lei, a questão do valor de referência da diária, a gente espera, prontamente, regulamentar isso no sentido de já trazer o benefício direto aos transportadores e também aos motoristas.

A ANTT vai sediar, amanhã, a reunião que o Ministério dos Transportes, bem como a Secretaria-Geral da Presidência da República, vai mediar. É uma continuação da outra reunião, oportunidade em que daremos todo o suporte técnico necessário tanto para o Ministério dos Transportes quanto para outros órgãos do Governo, bem como para todos os regulados, ou seja, se os transportadores que estiverem lá necessitarem de qualquer apoio, qualquer informação, nós estaremos disponíveis para darmos esse apoio lá.

A princípio seria essa a minha colocação.

Fico à disposição. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Marcelo Vinaud Prado, Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário e Multimodal de Cargas (SUROC) da ANTT.

Por fim, concedo a palavra ao Dr. Jorge Bastos, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), representando aqui o Ministério dos Transportes e a Secretaria-Geral da Presidência da República.

O SR. JORGE BASTOS – Bom dia a todos.

Eu queria cumprimentar V. Ex^a, Senador, pela iniciativa desta audiência pública. Eu acho que é superinteressante esse debate, a fim de chegarmos a um entendimento com a classe para que se tenha melhor desempenho.

Quero dizer que o Ministro dos Transportes, Antônio Carlos, está envolvido, empenhado para que essa condução seja a melhor possível e que possamos chegar a um denominador comum que atenda à categoria, pois eu acho que o Governo está preocupado. Eu ouvi falar que o Governo não... Pelo contrário. O Governo que o coração do Brasil está no transporte rodoviário de cargas, o qual impulsiona o Brasil, que leva as nossas mercadorias para distribuição, entende que é realmente muito importante e tem um respeito muito grande pela classe. Eu quero frisar aqui que o Governo está empenhado para que essa solução seja encontrada.

Eu acho que o debate de amanhã vai ser muito proveitoso. Os senhores que estão aqui... Eu quero cumprimentar o Litti, na pessoa de quem quero cumprimentar todas as lideranças presentes. Amanhã, vamos ter, realmente, um debate que acho que vai mudar um pouco o rumo dessa história. E esse debate tem que ser permanente, não pode ser eventual.

Nós tivemos, na greve em 2013, Senador, infelizmente, também a morte de um caminhoneiro que levou uma pedrada e veio a falecer. Tivemos, infelizmente, agora o Cléber, então, para que isso não aconteça mais,

temos que debater e chegar à conclusão conversando, não precisando chegar ao extremo que chegou. Eu acho que é direito de todo mundo fazer suas reivindicações, mas nós precisamos debater. Nós estamos prontos para o debate. Precisamos colocar as dificuldades que o Governo tem para atender todas as demandas. Nós precisamos chegar à conclusão, Senador, o que realmente vai melhorar a categoria, porque são vários aspectos que têm que ser discutidos.

Hoje, por exemplo, são registrados na ANTT novos registros de RNTRC. Uma média de 8.500 novos caminhoneiros. Isso é uma coisa que nós precisamos pensar. Por mês, entram 8.500 novos caminhoneiros! Nós temos carga para tudo isso? Então, está aí uma coisa que nós precisamos debater para ver qual é o problema, se é só o valor do frete, o que é. Então, nós precisamos sentar, dialogar e chegar à conclusão.

O Governo está disposto a isso. Amanhã vão estar presentes todos os Ministros. Eu quero, aqui, em nome do Ministro Miguel Rossetto, do Ministro Antônio Carlos, dizer que amanhã estarão presentes lá, junto com a Ministra Kátia Abreu, inclusive se o senhor puder ir, será um prazer contar com a sua presença lá, para que possamos debater e chegar a uma conclusão. Temos que debater permanentemente.

É essa a posição que eu queria trazer aos senhores e dizer que estamos realmente preocupados em tentar melhorar a condição do caminhoneiro no Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem!

Este foi o Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres, ANTT, que falou aqui em nome do Governo enfatizando a todos a importância da reunião de amanhã. De fato, a reunião de amanhã, pelas informações que eu tenho, pode ser o grande momento da concertação nacional dessa questão, pela presença dos Ministros e das lideranças do País que estarão lá, e inúmeros deles estão aqui neste momento participando deste debate.

Eu também queria só pedir, além de cumprimentar pela iniciativa da Confederação das Mulheres do Brasil, porque eu estou cansado de, aqui no Senado, todo ano se faz uma homenagem às mulheres, mas não se aprova um PL simples, o de número 130, de 2011. O projeto não é meu, mas do Deputado Marçal Filho, que não é nem do meu Partido. Eu só fui Relator do projeto. Aprovei o projeto nas comissões, a matéria foi para o Plenário, e mandaram o projeto para a Comissão de Infraestrutura, que trata de salário igual, trabalho igual para homem e mulher. Então, elas fazem esse movimento pela aprovação do PLC nº 130. Vai ser um grande evento na quarta-feira, dia 11, às 10 horas, com concentração no Ministério do Trabalho. Depois, às 14 horas, seminário nacional do PLC nº 130, no Senado Federal, ali no Petrônio Portela. Eu também estarei lá, pela sua importância. Isso, inclusive, está na Constituição. Vocês, mais do que ninguém, podem reforçar: salário igual, trabalho igual. Se da mesma função, ali diz tudo, da mesma atividade... É como se um Senador tivesse salário diferente de uma Senadora aqui na Casa. Aqui só se pede isto: trabalho igual, salário igual. É só o que se está pedindo. Infelizmente, a Câmara aprovou, e nós não aprovamos ainda.

Então, cada vez que vejo uma sessão de homenagem à mulher no Plenário, vou lá e digo que sessão de homenagens elas já estão cansadas. Ouvi, em um movimento para o Dia da Mulher, alguém dizer que “não adianta nos mandar flores, nós queremos é respeito na amplitude de nossas vidas”.

Assim, é fundamental que o Senado aprove esse projeto de uma vez por todas, já que vai acontecer a Marcha das Mulheres. (*Palmas.*)

Muito bem. Pensei que as mulheres não fossem manifestar-se.

Pessoal, está chegando muito material aqui, penso que não dará tempo de continuar as leituras. Porém, como havia dito, vou continuar com as leituras.

Pergunta de Marcos Amaral:

Por que não se faz um cadastro nacional de Associações? Para que não haja oportunistas e também fazer um cadastro nacional de Agenciadores de carga? Pois esses são os que mais aproveitam dos caminhoneiros, ganhasse um valor alto sobre a carga e repassa uma quantia pequena.

Esse eu já havia lido, mas o li de novo. Ele vai na mesma linha, mas tudo bem. Está lido de novo.

A cidadã Daniela Rodrigues Jacondino, de Três Vendas, Pelotas, RS, pergunta:

Como o Governo responderá sobre a venda casada nos empréstimos aos caminhoneiros?

É aquilo que o Nelson já havia comentado.

O SR. JORGE BASTOS – Solicito a V. Exª que, depois, me manda essa reivindicação porque eu vou levá-la ao Fórum.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Está bem.

O.k..

Outro cidadão diz:

Os caminhoneiros autônomos, que utilizam caçamba basculante, circulam dentro da cidade e não há fiscalização para verificar o peso da carga transportada. Diante do exposto, pergunto: Quem é o responsável por fazer essa fiscalização que circula na zona urbana da cidade?

Acrescenta ainda:

Devido ao baixo valor do frete, os caminhoneiros autônomos tentam melhorar seu ganho com excesso de peso de carga [isso já foi comentado aqui]. Com isso, os custos de manutenção do caminhão e também a degradação das vias.

Um outro caminhoneiro também dizia isso, ou seja, que eles se obrigam a fazer isso.

O cidadão, que é caminhoneiro, conta que, “no final do ano de 2014, parou de realizar serviços por conta dos altos valores de frete. Diante disso, sugere a Vossa Excelência que um projeto de lei seja criado, estipulando o valor do quilômetro rodado do frete dos caminhoneiros, uma vez que, segundo ele, atualmente não existe uma tabela que especifique esses valores. [Aqui deve ser pelo baixo valor do frete. Ele escreveu errado. Foi um erro de redação] Aproveita a oportunidade para reclamar que os donos de postos exigem a compra de cem litros de óleo diesel por uma pernoite, o que, em sua opinião, é errado”.

O que, na opinião dele, é errado, porque se não comprar 100 litros de óleo diesel, não poderá pernoitar ali.

O SR. NELSON ANTONIO SELAU – Não pode pernoitar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Tudo isso tem de ser discutido hoje e amanhã.

Alguém quer comentar alguma coisa sobre essas questões? (*Pausa.*)

O SR. JORGE BASTOS – Senador, eu queria colocar algo mais. Dentro do âmbito da ANTT, no que se refere às concessões rodoviárias, esse ponto de parada, ainda este ano, vai começar com toda a infraestrutura que o caminhoneiro merece. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso é muito bom. É uma boa notícia para nós aqui.

O SR. JORGE BASTOS – Vamos discutir com as lideranças o que é necessário. É preciso ter um posto de saúde, enfim, vamos discutir com os sindicatos o que é necessário. Acho que isso é importante para a segurança do caminhoneiro.

DNIT também está estudando isso, Ministro, para as rodovias que são de responsabilidade do DNIT. Isso está sendo estudado para que seja implantado. Mas como as concessões têm muito mais agilidade para cumprir, eu acredito que as concessões vão fazer isso o mais rápido possível e a ANTT vai fiscalizar e implantar isso o mais rápido possível. Os senhores podem ter essa certeza.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Questão de ordem, Senador.

O SR. NELSON ANTONIO SELAU – Isso não vai ser cobrado não.

O SR. JORGE BASTOS – Não, senhor. Isso aí vai ser provavelmente... Nós estamos regulamentando ainda, mas quem vai tomar conta disso – pensamos – são os sindicatos da área em que estão instalados os pontos de parada. Então, isso nós vamos discutir com as federações, com os sindicatos, para que eles mesmos administrem o que é deles. É nesse sentido que nós estamos pensando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Muito positiva a informação.

Pessoal, são 11 horas e 54 minutos. A audiência em si cumpriu o objetivo: que fossem levantadas as questões, que servirão, inclusive, para o debate de amanhã com os ministros. Mas, como é praxe – por isso eu pedi que V. Ex^a aguardasse –, eu sempre dou a palavra, além dos que falaram, para no mínimo três, conforme o caso, aqui no plenário.

Então, nós vamos dar, para as considerações finais, de dois a três minutos para cada um dos que usaram a palavra como painelistas. Depois, daremos pelo menos três minutos para aqueles que já pediram a palavra.

O senhor que está lá atrás foi o primeiro a pedir; também aqui na frente a pediram.

Então, deem os seus nomes, e a senhora também, porque as mulheres têm que falar aqui. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então, falará o senhor, em primeiro lugar. Após cada um falar seu nome pode começar a falar; depois, será a vez da senhora, seguida pela pessoa que está aqui na frente. Ao término a palavra voltará para os painelistas.

O SR. VLADIMIR DURAN – Vladimir Duran, Sinditac Goiás.

Senador, a questão que nós queremos chama-se dignidade. Caminhoneiro, no Brasil, não tem dignidade. Ele é tratado como objeto de exploração financeira neste País. (*Palmas.*)

O SR. VLADIMIR DURAN – O que nós queremos, na realidade, é que, onde a gente estiver com o caminhão, que nós sejamos tratados como gente.

Para que o senhor tenha um exemplo: criaram no Brasil uma coisa chamada retorno. As empresas utilizam essa palavra para suprirem o custo de mandarem sua mercadoria lá para o Nordeste e trazerem o frete de lá de graça, simplesmente só para pagar o petróleo, o salário do funcionário e a manutenção do seu caminhão. *(Palmas.)*

O SR. VLADIMIR DURAN – Isso precisa acabar no Brasil!

Outra coisa: quando se fala no atravessador, precisamos entender o que a empresa tem feito com os caminhoneiros. Ela mesma cria a transportadora para poder explorar um pouco mais o caminhoneiro. Cria-se uma transportadora, transfere-se o frete para essa transportadora, e ela leva no mínimo 15%. Todo e qualquer tanqueiro no Brasil hoje que transporta álcool paga 15% do frete para essas transportadoras, que são das próprias usinas. Então, este é o Brasil que nós conhecemos.

Agora, estou muito preocupado, Senador, porque o próprio companheiro ali já disse como a corrupção tem raízes neste País. O que nós queremos cobrar neste País? Seriedade? Como, se nós mesmos não a praticamos? Se os empresários no Brasil não a pratica? São corruptos, como todos os outros! Aonde vamos parar? Que País é este? Aí fica a pergunta: que homens são esses que estão neste País? Que seres humanos são esses que estão neste País?

Desculpe o meu desabafo, Senador, mas eu preciso dizer isso de coração, porque nós não aguentamos mais ser explorados neste País. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Falou com a alma e todos entenderam a questão da dignidade e do combate à corrupção de ponta a ponta.

Meus cumprimentos pela fala.

Agora a senhora, por favor. É bom se identificar e, em seguida, falar.

A SRª ONELIA PEREIRA BARBOSA – Primeiro, bom dia a todos. Meus cumprimentos a todas as pessoas que estão aqui envolvidas em defender essa categoria. Bom dia a todos os visitantes, em especial à equipe de Tabuleiro do Norte, do sindicato do Ceará, que está aqui também para reivindicar.

Eu quero dizer que não importa a origem da pessoa que está aqui. O importante é que quem está aqui está com um objetivo comum. E eu agradeço muito a Deus por haver homens que estão aqui preocupados em defender uma categoria dessas, porque o País, realmente, anda sobre rodas.

Quero agradecer também a Deus esta oportunidade.

Eu moro em Anápolis, tenho uma revenda de veículos pesados e estou indignada, como todo mundo. O que o colega falou é, em parte, o que eu vou dizer também.

Mas quero dizer aqui que fiquei maravilhada com a fala da falou, eu ouvi por intermédio da televisão, mas fiquei maravilhada quando ela falou, aqui, pois ela foi a nossa boca aqui. Acredito que muita gente aqui está sendo a boca dos caminhoneiros que estão, numa hora destas, nas estradas, sofrendo, ralando e pagando um alto preço, literalmente um alto preço.

Com relação à cobrança do pátio dos postos, não acho que isso seja em tudo errado, mesmo porque o posto é uma instituição particular, o posto não tem obrigação nenhuma de dar água, energia e tudo o mais. Ele não tem obrigação nenhuma. Isso é obrigação do Governo, de quem fez a estrada, pois, somos cobrados para andar em cima delas. Nós pagamos IPVA, nós pagamos um monte de impostos, e não há sequer um ponto de apoio onde a pessoa possa dormir com segurança. Na porta da minha loja, nós temos vigilância monitorada, e lá direto dormem caminhoneiros por acharem que lá é um lugar seguro.

Em qualquer horário do dia ou da noite, quando todo mundo está dormindo, o caminhoneiro está trabalhando. Eu gosto muito de viajar à noite, porque tenho dificuldade para dormir. Eu gosto muito de viajar à noite, até mesmo porque o trânsito é mais tranquilo. Um dia, aconteceu um fato, em Rondonópolis: o meu carro estragou, eram 3 horas e 30 minutos da manhã, e quem me socorreu foi um caminhoneiro. Isso significa que, em qualquer horário do dia ou da noite em que você estiver na estrada, há alguém trabalhando por mim e por você.

Como há homens e mulheres no poder e ninguém para ouvir isso? Agora, a Presidente Dilma se sentiu um pouquinho ameaçada, ela saiu da zona de conforto.

Estou falando para o pessoal, para os caminhoneiros, o seguinte: “Vamos parar de brigar lá na clara e vamos brigar na gema! Vamos parar de ficar brigando, fazendo greve e piquete no Rio Grande do Sul, em Mato Grosso ou sei lá onde e vamos todos parar aqui, fazer um buzinaço aqui, em Brasília!”

(Soa a campanha.)

A SRª ONELIA PEREIRA BARBOSA – Por que ninguém faz isso? Vamos parar de ficar prejudicando quem não deve! Vamos tirar da zona de conforto esses homens e mulheres que foram eleitos por nós! Está na hora de essa categoria ser ouvida! A voz do povo precisa ser ouvida!

Os caminhoneiros, em sua maioria, nem sequer têm tempo para votar. A maioria dos caminhoneiros não vota. Eles não estão em casa e não sabem o que é participar do aniversário do filho, do aniversário de casamento, do aniversário da esposa. Não podem levar o filho para a escola. Quando o caminhoneiro vê, o filho já é um rapaz, a filha já é uma moça! O tempo passa, e eles continuam na mesma vida. Ninguém melhora de situação mais!

Quem compra um caminhão hoje... O Governo está louco para vender caminhão novo, porque ele arrecada muito com ICMS. Existe a indústria envolvida com isso. Só que, hoje, se a pessoa quiser trocar seu caminhão, ela não quer comprar um caminhão novo porque os juros referente ao caminhão novo é bom, mas o preço do caminhão está na faixa de R\$200 mil a R\$300 mil! Então, se ela quiser trocar um caminhão de R\$100 mil por um outro de R\$150 mil, ela não tem linha de crédito para isso. Se ela quiser financiar só R\$50 mil, será obrigada a pagar juros de 3%, se quiser, ou então ela continua com a sucata! Você entendeu?

Então, é preciso parar e olhar isso também. Hoje, qual o preço de um pneu? Um pneu custa em torno de R\$1,6 mil. O imposto pago sobre um pneu é de 23%. Por que vocês não param com isso e isentam o preço do pneu pelo menos de veículo pesado? Acho que essa é uma pauta importante. É importante colocar isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem!

A SRª ONELIA PEREIRA BARBOSA – O meu assunto era esse.

Agradeço muito a oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Está muito bem colocado. Não se preocupe, que está muito bem colocado, seguindo a mesma linha da indignação do companheiro que está lá atrás e que a antecedeu.

O SR. HENRIQUE FELLAS – Bom dia a todos!

Sou caminhoneiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Qual o seu nome?

O SR. HENRIQUE FELLAS – Henrique Fellas. Sou lá da Serra Gaúcha, no Rio Grande do Sul, onde se produzem os espumantes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso! E eu sou lá de Caxias.

O SR. HENRIQUE FELLAS – É ótimo! Eu sei.

Você fala bonito, meu amigo, como também o Senador.

Parabéns à nossa querida que estava sentada aqui! Ela colocou coisas muito importantes.

Estou pagando uma conta que não seria minha, porque um caminhão meu tombou. Ele tombou para salvar uma família, e eu aplaudi o motorista. Não era eu que estava dirigindo. Eu estava logo à frente e retornei. Estou pagando a conta, porque o Governo não me dá a infraestrutura adequada. Se houvesse um metro só de acostamento, o motorista salvava aquela família, e não tombaria o caminhão. Mas sobrou para mim a conta. Tudo bem!

Foi falado das estradas do Mato Grosso, por onde as drogas correm. É verdade. Eu presencio. Eu guio caminhão hoje por obrigação. Tenho cinco irmãos que guiam caminhões. O mais velho, com mais de 60 anos, obriga-se a dirigir um caminhão porque senão a empresa dele desce ladeira abaixo. Mas são pequenas empresas, com um, dois, três caminhões. Eu presencio empresas que têm 400, 500, 700, 1.500 caminhões, que obrigam seus motoristas a tocar durante a noite. É errado. Nunca ninguém na minha vida me disse: "Vai dormir ou levanta mais cedo." Só o meu pai. Ele dizia: "Amanhã vamos para a roça e vamos levantar mais cedo, porque a roça é longe." A gente ia.

É verdade que muitos caminhoneiros se drogam. Muitos se drogam. Eu posso falar que nunca tive um acidente, nunca provoquei um acidente na minha vida, nem os meus irmãos, porque temos responsabilidade ao volante.

Hoje, dirijo o caminhão mais pesado do Brasil, de transporte de grãos. Eu e os meus irmãos tocamos eles.

Quero lembrar as estradas do Mato Grosso. Eu convidei, tempos atrás, em um desabafo na Rádio Guaíba, de Porto Alegre – o Governo mandou tirar; não deixou colocar na internet –, o Ministro dos Transportes, o então, Ministro César Borges, para andar comigo nas estradas do Mato Grosso. Gente, há buracos maiores que um pneu, com meio metro de fundura! E os motoristas, despreparados. Despreparados!

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Senador Paim, só para acrescentar algo ao que ele está falando a respeito dos buracos: há poucos dias, o Governo do Estado mandou um caminhão para tampar alguns buracos. Mandou um caminhão de asfalto quente. Deu para tampar um buraco só! (*Risos.*)

O SR. HENRIQUE FELLAS – Então, fala-se da jornada de trabalho também. Nunca ninguém me controlou. Sei minha hora de levantar, minha hora de deitar.

Eu arrastei um comboio de caminhões durante anos. Eu e meus irmãos. Oito, nove, dez caminhões, sete, seis, com responsabilidade. Se há um motorista que tem sono, vamos dormir.

(Soa a campanha.)

O SR. HENRIQUE FELLAS – No anel viário, em Cuiabá, peguei fila no Trevo do Lagarto, para quem conhece, de 26 quilômetros, em média, e não foi por acidente, mas por buracos! Na ponte do Rio Cuiabá, ultrapassei a ponte e cheguei ao posto de um amigo em que os motoristas lá são bem recebidos. Não pagam pátio e nem banho, porque ele é nosso amigo. Posso falar o nome dele aqui?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Deve.

O SR. HENRIQUE FELLAS – Aldo Locatelli.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Uma salva de palmas para o Aldo, que recebe os caminhoneiros! *(Palmas.)*

O SR. HENRIQUE FELLAS – Ele é amigo dos caminhoneiros.

Eu rodei 26 quilômetros durante um dia, das 6 horas da manhã às 6 horas da tarde, porque não há estradas. Se você mora no Mato Grosso, você é prova.

Mas quero concluir rapidamente, porque todo mundo quer falar um pouco.

Então, aqui, falo pela paralisação que nós tivemos agora, há 15 dias. Não foi nosso desejo. Acabaram os pneus, acabou o dinheiro, acabou o crédito. Os caminhões pararam porque não tinham mais créditos para fazer a manutenção devida nos caminhões.

O custo operacional de um caminhão, hoje, rodando, de 50 toneladas/carga, ultrapassa 110%. O que significa isso? Em um ano, tiraram todas as reservas que eles tinham, guardadas na poupança, para tentar uma melhora. Quem nos ouve? Ninguém! Tiveram que fazer essa parada para mostrar para o Governo que precisam nos atender; morreu gente!

Quantos acidentes acontecem por causa dos buracos? Muitas vezes eu vi estourarem pneus de automóveis em buracos – a visibilidade é pouca –, eles rodopiam e acabam morrendo embaixo de um caminhão.

O SR. NELSON ANTONIO SELAU – Aí dizem que o culpado é o caminhoneiro.

O SR. HENRIQUE FELLAS – É isso aí, bem lembrado.

Então, gente, o Governo tem que fazer a parte dele! O Governo tem que fazer a parte dele!

Aqui eu quero dizer para vocês: a minha família vive do caminhão. Meu pai é vivo, tem quase 87 anos, a minha mãe tem 84, e eles têm orgulho dos filhos que têm, porque todos trabalham com honestidade. Foi roubado o caminhão de um irmão meu no ano passado. Quatro meses depois levaram outro. Ele tinha quatro caminhões em sociedade com meu irmão Nenê, o último da família entre dez irmãos. O equipamento de carga dele, que ele comprou com dinheiro do BNDES, cujo percentual de dívida não me recordo agora, ainda está sendo pago – ele está pagando esse equipamento sem tê-lo, sem usá-lo!

Há outra coisa que quero colocar aqui para todo mundo sobre os pioneiros que arrancaram as riquezas de dentro do Mato Grosso e de Rondônia para trazer para os portos. Eu não quero me estender muito nos portos, depois alguém vai falar disso. Esses pioneiros, hoje – está lá na pastinha que vamos mostrar hoje para o Ministro dos Transportes –, estão vendo serem levados seus caminhões por Oficiais de Justiça porque não conseguem pagar as prestações.

Um homem de 67 anos, que tem uma frocinha de caminhões, falou para mim: “O que eu fiz dos meus 50 anos de trabalho? Eu paguei, paguei, paguei. Hoje não tenho mais nada. Eu cheguei ao fundo do poço. Eu não sei o que faço. Eu tenho um filho de 14 anos e não vou conseguir pagar a faculdade dele.” É triste, gente, é muito triste!

Há outra coisa que eu quero colocar aqui. Lá no nosso querido Rio Grande, Paulo Paim, oito guaritas da Polícia Rodoviária e meia, por que meia? Porque a Polícia só vai lá na terça, na quinta, e no sábado um pouquinho, porque não tem viaturas, porque não tem homens. E as portas para os vagabundos se abriram! Eu não temo a Polícia, eu sou amigo dos policiais, e eles não precisam me fiscalizar, porque eu respeito, e muito, as leis – quem tem medo de polícia é bandido. E nós estamos com oito no Rio Grande – vão estar na pastinha também os lugares; e a meia também, eu já vou falar aqui: é Alegrete, lá no Rio Grande, eles vão duas ou três vezes por semana lá só.

Gente, nós não queríamos... O que aconteceu quinze dias atrás, eu não quero mais passar por isso, nem o meu filho, nem meus irmãos – acredito que ninguém. Atendam o que nós vamos botar lá no Ministério dos Transportes que nunca mais no País vai acontecer o que aconteceu 15 dias atrás.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, muito bem! Eu até dei um tempo maior porque senti que foi uma fala de coração, de alma, de sentimento, e realista, sem dourar a pílula.

Eu havia combinado que três iriam falar. Falaram três. Por mim, eu abria a palavra aqui para todos. Quem se inscreveu falou, quem não se inscreveu não falou. Mas como eu sou muito bonzinho, como dizem, os dois que levantaram a mão agora vão falar. Você e ele lá atrás. Pronto. Daí encerrou. (*Palmas.*)

O SR. DIEGO MENDES – Bom dia todos.

Meu nome é Diego e venho de Tabuleiro do Norte, Ceará. Hoje, há uma frota de quase 600 caminhões numa cidade de 30 mil habitantes.

Eu queria só enfatizar a questão da disparidade de frete que existe. Nós, do Nordeste, somos os mais prejudicados com isso. Hoje, há em torno de 100% a 120% de disparidade de frete. Para ser compreensível para todos, um número: saindo de Fortaleza para São Paulo, as transportadoras me repassam em torno de R\$4.500,00; saindo de São Paulo para Fortaleza, esse valor dobra, ficando em torno de R\$9.000,00. É a disparidade média, mas isso pode chegar a 120%. Entendam bem: é o mesmo percurso, é o mesmo profissional, são os mesmos pedágios, não há nenhuma isenção de óleo na ida ou na volta, é o mesmo óleo, o caminhão faz o mesmo percurso. Geralmente, de São Paulo, volta-se mais pesado, o que aumenta o consumo e aumenta o custo do quilômetro rodado. Então, é preciso ficar claro isso. A gente tira do frete de São Paulo para poder pagar, às vezes, parte da volta. É muito claro.

Outra questão que eu queria enfatizar também é a lei da ANTT. Eu sei que não é regra isto aí: primeiro se cria a lei, depois abre-se a infraestrutura. Como cumprir essa lei à risca? Se eu saio de Feira de Santana para chegar à divisa do meu Estado, eu levo oito horas, tendo de tirar isso na carreira, correndo da bala, porque não há um posto policial rodoviário. Como cumprir isso? Eu queria uma sugestão dos senhores. Não há um posto de Polícia Rodoviária Federal nesse percurso. É totalmente desassistido. Para a assistência entre Feira de Santana e Penaforte, só vai haver um posto lá no Pernambuco já, no Ibó.

O SR. FRANCISCO FRANCO CHAVES SOBRINHO – Chega a ter trecho de 150 quilômetros sem nenhum posto.

O SR. DIEGO MENDES – Sem nenhum posto.

Outra questão. A questão do pedágio é muito importante. Já existe a lei. Só que a lei tem uma brecha, e as transportadoras usam dessa brecha. Esse vale-pedágio só é repassado para a gente – pelo menos em Cum-bica, que é uma área pedagiada – na primeira vez que se carrega lá. Existe uma brecha nessa lei que precisa ser revista. E esse sistema tem de ser ligado ao CIOT, que é um sistema muito importante também, para que esse vale-pedágio não caia na carta-frete, porque isso não é nosso custo, isso é lei, desde 2001, a Lei nº 10.209.

O SR. CARLOS ALBERTO LITTI DAHMER – CIOT para todos.

O SR. DIEGO MENDES – CIOT para todos.

Todas as transportadoras devem obedecer ao sistema.

O SR. JORGE BASTOS – Perfeito.

O SR. DIEGO MENDES – Amanhã, estarei na reunião como Ministro também e vou enfatizar mais algumas coisas.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

O companheiro lá atrás, o último, daí volta para os painelistas, para cada um fazer suas considerações finais.

O SR. DAUTEIR J. RODRIGUES – Senador Paulo Paim, eu não vou ser demorado, não; vou ser breve.

O que o pessoal disse antes comprova para o senhor que, com essa categoria estando bem, ela tem condições de abaixar o custo do País. Essa categoria é extorquida desde a hora em que ela sai de casa.

O Dr. Jorge Bastos foi feliz em dizer que vai passar para as entidades sindicais de cada Estado os pontos de parada no País.

O Litti, no Rio Grande do Sul, já vende um mundo velho de óleo diesel diferente dos postos. A ANP foi lá e fechou o sindicato dele. Nós tínhamos conversado antes, e eu falei: “Litti, pode preparar que eles vão fechar a sua bomba”. Pois foram lá e fecharam. Ele já tinha cooperativa pronta, que na cooperativa eles não podem mexer. A diferença é monstruosa entre o que o Litti passa para o autônomo em relação aos postos.

Dr. Jorge Bastos, é por isso que eu cobre do senhor naquele dia no Ministério dos Transportes em relação às entidades sindicais com cooperativas administrarem esses pontos de parada no País. Com esses trabalhadores fazendo isso aí, automaticamente vai chegar à mesa do brasileiro, porque o autônomo vai ganhar mais dinheiro, e, com o autônomo ganhando mais dinheiro, há condição de o Governo baixar os custos. Então, é por isso que nós estamos brigando. Litti, no dia da reunião lá, companheiro que nunca apareceu na introdução da Lei nº 12.619, agora, está lá representando o autônomo, falando que é o legítimo representante do autônomo. Manda contribuição sindical para o País inteiro, nunca passou uma câmara de ar para o autônomo, e falou: “Isto aqui é em troca do que você fez pela entidade”.

Então, tem muito coisa, Senador Paulo Paim, que tem que ser revista urgentemente. Porque o caminhoneiro é extorquido em Mato Grosso, em Goiás, no Tocantins, no Rio Grande do Sul, por todo canto do País. Mas é porque a nossa categoria nunca fez o que está fazendo agora: se uniu e se deu as mãos para que realmente a coisa acontecesse. Tem lavagem de dinheiro, sim, no meio dos caminhoneiros, tem muita gente lavando dinheiro por conta da nossa desorganização, mas a partir de agora o senhor pode ter certeza de que vamos nos organizar, não só em Goiás, como no Brasil inteiro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Muito bem.

Olha, foi muito boa a participação do plenário, dos cinco que usaram a palavra mostraram que conhecem o que é trecho, o que é andar nas estradas e a realidade.

Eu quero deixar bem claro aqui que também tenho o maior respeito por aqueles companheiros que têm posto de gasolina. Tenho uma relação excelente com eles.

Entendo o ponto de vista colocado aqui por um caminhoneiro que me disse o seguinte, eu nunca me esqueço – já usei a frase –: “Paim, caminhão parado para mim é prejuízo; andando é mais prejuízo ainda”. Outro me perguntou: “Paim, como eu faço? Se eu paro na beira da estrada devido à carga horária” – e nós temos que ver como se faz isso –, “a polícia vem e diz que não posso. Se paro no posto, não posso. O que eu faço? Não tem parada, na beira da estrada não posso parar e no posto também não!”. É que não há paradas. Então, vai ter que rodar. E se roda é multado porque entrou na linha do excesso. O que temos que fazer? É preciso – por isso bati palmas aqui, Dr. Jorge Bastos, quando o senhor falou – tocar os postos de parada, com estrutura para os caminhoneiros.

Neste período, enquanto os postos de parada não existem, o apelo que faço aqui aos meus amigos donos de postos de gasolina é que sejam tolerantes. Por exemplo, pode ser o critério que o Sr. Aldo citou aqui, que façam um carinho, um agrado ao caminhoneiro que está na estrada. Que digam: “Olha, eu vou te permitir ficar aqui, mas venha abastecer aqui”. Podem trocar essas figurinhas enquanto não existem os postos de paradas que deveriam existir. Ou enquanto não existe uma cooperativa que possa montar os postos. Nós sabemos que o ideal é o posto de parada, mas sabemos que vai demorar um bocado ainda, não é, doutor? Não é do dia para a noite.

Então, nós temos que fazer um caminho de solidariedade entre os postos de gasolina, os caminhoneiros e as cooperativas, a fim de que possam tomar um banho, ir ao banheiro – o termo é esse mesmo –, tomar água. Esse é o apelo que fazemos.

Aqui foi levantado eu acho que pela senhora e pelo senhor também: “O Paim vem com essa história” – história no bom sentido –, “mas se aparecem 200 caminhoneiros no meu posto eles não entram”. Não entram nem clientes, não é? Aí temos que fazer – como se diz? – um TAC, um Termo de Ajustamento de Conduta, quem é da área jurídica pode dizer, de forma tal que eles possam, nessa emergência, até que surjam os postos de parada, ter algum tipo de entendimento.

Vou agora para os “finalmentes” dos nossos convidados. E faço um apelo, sei que passaríamos o dia todo discutindo este tema, mas voltaremos em outras audiências, claro, quando vocês provocarem. Sempre digo que eu não invento audiência pública. Faço audiências às segundas e quintas-feiras pela manhã, toda semana. Na segunda-feira pela manhã e na quinta, por iniciativa minha ou dos Senadores, mas estou aqui junto. As audiências são provocadas pela sociedade. Esta audiência foi provocada pelos caminhoneiros e pela Fenacat, que insistiu muito para a realização desta audiência com o objetivo de, antes da reunião, dialogar um pouco com a sociedade brasileira, via TV Senado, pois hoje vocês falaram aqui para milhões de pessoas.

Vamos agora para as considerações finais. Na mesma sequência que começamos, porém vamos para a segunda Mesa.

Vou começar com o Nelson, para as suas considerações finais.

Peço que cada um fale no máximo por três minutos e que a Secretaria me passe a primeira lista.

Nelson, por favor.

O SR. NELSON ANTONIO SELAU – Quero relatar aqui a indagação de um caminhoneiro que me passou um e-mail referente à carta de frete. Empresas administradoras de cartões de frete estão – como é que vou citar aqui? – se aproveitando de taxas.

O caminhoneiro vai lá e carrega a carga, digamos, de R\$8 mil de frete. Cada vez que ele passa o cartão para retirar dinheiro do banco – Bradesco, Banco do Brasil, qualquer que for o banco –, ele vai pagar R\$8,00 para o saque. Então, teria que pôr uma taxa única de retirada. Enfim, se ele for retirar no caixa eletrônico, não vão sair os R\$8 mil de uma só vez. Então, que seja uma taxa única! Isto aqui é um abuso da administradora do cartão. Isto aqui deve ser falado amanhã na reunião.

Outra coisa que deve ser relatada também é a aposentadoria do caminhoneiro com 35 anos de trabalho. Qual é o caminhoneiro que aguenta trabalhar 35 anos na boleia de um caminhão? Trinta e cinco anos de carteira assinada? Essa idade deve ser reduzida para 25 anos, no meu ponto de vista. Isso também deve ser comentado amanhã.

Isso daí, pessoal. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Sr. Nelson. Parabéns por suas considerações, lembrando a importância de caminharmos... Já tínhamos no passado, não é? Todo motorista tinha direito a aposentadoria especial. E vocês sabem que muita gente se aposenta e, se tiver condições, toca sua vida assim mesmo. Mas a aposentadoria especial é um direito. Eu mesmo, como metalúrgico, se estivesse na fábrica ainda, poderia me aposentar com 25 anos de atividade, porque eu trabalhava em fundição, na forjaria também; conseqüentemente, poderia depois ter outras atividades, se assim o resolvesse. Mas é um direito. Quem trabalha em área insalubre, perigosa e penosa tem aposentadoria especial.

Passo agora a palavra para o Valdir de Souza Pestana, Presidente da Federação dos Trabalhadores Rodoviários do Estado de São Paulo.

O SR. VALDIR DE SOUZA PESTANA – Mais uma vez, Senador, eu insisto: em relação à ADIN, naqueles assuntos que são pertinentes aos trabalhadores com vínculo empregatício, nós vamos entrar. Não vai ter jeito, para nós é importante, porque nós entendemos que não é a lei do descanso, era a lei que salvava vidas. Para nós, isso não tinha preço. Nós colocamos aquelas 5 mil cruzeiras na porta do Congresso não foi à toa. Esse custo, Ministro, ainda continua para o Governo; conseqüentemente, vai para quem paga imposto pagar essa conta. Então, da nossa parte... São absurdas as mortes.

Agora, com relação aos pátios de descanso, vai ser difícil achar muito terreno.

Porto. Falou-se muito em porto. Alguém aqui conhece o “vira”? Quem é do autônomo conhece o “vira”? Sabem o que é o “vira”? Não? Sabe qual é a idade média? Tem Alfa rodando lá, tem FNM ainda rodando. Eu quero ver dar o financiamento para eles.

Questão do combustível, negócio interessante. Onde o Governo vai discutir o ICMS? Mato Grosso do Sul. Quem é do Mato Grosso do Sul? Qual é o valor do ICMS lá? Dezessete por cento? Quanto é o de São Paulo?

O SR. VLADIMIR LENIN DURÃO – Em Goiás é 25%.

O SR. VALDIR DE SOUZA PESTANA – Estranho: como é que vai acabar essa guerra?

Concessão de pedágio, eixo levantado. E vou perguntar ao Secretário, ao Ministro: como é que vão ficar agora os contratos com as concessionárias?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. VALDIR DE SOUZA PESTANA – Ah, vão ter que ser revistos. Quem vai pagar o pedágio de algum jeito? Eu aprendi uma coisa, isto eu aprendi: o Governo não tem dinheiro. O Governo arrecada dinheiro da gente. Então, isso não sai de graça. Como é que é feita a reengenharia, que eu gostaria que se discutisse na lei? Mas não foi feito isso. Todos os que estão aqui só dizem o seguinte: “É o Governo”. Não é o Governo não, somos nós. Vai ter que ser por nós. Se o Governo não fizer o papel correto, do início ao final, não é só o meio, não é só o posto de gasolina. Quero ver você achar um terreno ali na boca do rodão de quem vem do Paraná, eu quero ver achar terreno ali já. Tem muito é condomínio particular. Como é que faz o convênio?

O SR. NELSON ANTONIO SELAU – Para fazer praça de pedágio acham.

O SR. VALDIR DE SOUZA PESTANA – A praça é na estrada, está bonitinho, está na estrada! Está na estrada, a concessão está ali. Mas eu quero ver desapropriar o terreno e fazer. É como eu falo sobre o Porto de Santos.

E, olhem: tem que haver algumas discussões até maiores do que essa. Nós estamos aqui, um olhando a cara do outro, olhando o bolso, mas precisamos saber quais são os projetos futuros.

Nós teríamos de fazer pequenas e médias viagens, não longas viagens, longe da família. O trem estaria lá para fazer esse papel. Eu digo até para vocês que o trabalhador do porto não gosta de ver caminhoneiro. Sabem por quê? Vocês sabem disso. Sabem ou não? Porque você arrega e cai na moega direto. Quando isso se dá no trem, a gente empurra o trem e ganha um dinheirinho lá no porto. Quem conhece o porto sabe o que eu estou falando.

Agora, quando eu falo para a parte do Governo, vou ali para o matinho, porque não tenho lugar para ir. Não vá, não, porque já está sujo o matinho, de tanto caminhão que é enfileirado ali, no canto da Alemoa. A estrutura ainda está muito precária. Agora, quando torno a dizer...

O meu companheiro ali colocou que ele perdeu o caminhão. Ele faz a jornada dele. Mas, se tiver de dar um jeitinho, o que é que você vai fazer? Você é responsável, mas o seu auxiliar, talvez, não seja responsável no futuro. Ele vai dar uma esticadinha, e essa esticadinha pode custar a vida dele e a de outras pessoas.

Então, quando nós discutimos a lei... Senador, o senhor sabe disto. Estou conversando com o Ministério Público aqui, ao meu lado. Não aguento mais a Dr^a Jaqueline e o Paulo Douglas me xingarem! Mas por quê? Nós não fomos para a rua para atrapalhar ninguém, mas a nossa ideia é ir para a rua. E, se nós tivermos de levar porrada de vocês, vai ser o mesmo caminho. Por quê? Aí vai doer no bolso de vocês também.

A gente não quer se matar nem quer que vocês se matem. Agora, como é que a gente vai construir isso a quatro mãos de novo, tudo de novo, Senador? Por quê? Eles precisam trabalhar, eles precisam de financiamento, eles precisam de seguro. Eles, como nós, precisam de local para descansar. E eles pagam a própria previdência deles.

A desoneração da folha não se discutiu na lei. É gozado! Discutiu-se o custo deles, mas a desoneração – desculpem-me por eu me alongar um pouquinho só – não há para se discutir! Senador, o senhor discutiu comigo, discutiu, discutiu. Nossos pares discutiram. Fizemos a lei perfeita! Ela foi perfeita! Agora, por que esse jabuti entrou? Por que não se discutiu isso em separado?

Fiquei com pena quando vi você dizendo que não ia matar uma família inteira quando o seu funcionário ou o seu irmão – acho que era o seu funcionário, na época, ou um auxiliar – tombou. Mas o Ministério Público já lhe avisou: cuidado! Imagina se seu funcionário morre! A sua conta seria impagável, porque ele ia ficar no seu pé lá, a Jaqueline ia fazer um laudo em que você, mesmo dependendo do Governo, ia ser culpado, porque alguém tem de pagar a conta.

Não conseguiram fazer um seguro comunitário, porque a Susep não deixa. Os grandes interesses, as grandes oligarquias, neste País, não estão permitindo vocês e nós fazermos isso!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu estive com eles. É exatamente isso! Não deixam e não fazem!

O SR. VALDIR DE SOUZA DE PESTANA – Então, onde nós vamos discutir isso?

Agora, é como você falou: há empresas que têm mil carretas, mas que são bons patrões. Mas há aquele com três carretas que é dirigente sindical e que não faz mais nada. Sabia disso ou não? E é patrão, hem? Estou falando de dirigente sindical patrão, porque senão ele não estaria naquele local, não. Alguns viram até Senador.

Então, nesta hora, eu gostaria de olhar no olho do Governo e perguntar só uma coisinha: “Onde estávamos no dia da lei, no dia da sanção? O senhor nos viu lá ou não? O senhor viu a federação que eu represento ou não? Não!” O senhor viu lá a confederação onde há um velho de 96 anos? Não! Sabe quem estava lá ou não? Federação fantasma, confederação fantasma e autônomos parando a rodovia. Alguém se preocupou com as mortes e com a conta dos cinco mil que vão voltar para a rodovia ou não? Ninguém se preocupou com isso.

Este desabafo é feito para o Governo. Os caminhoneiros já o conhecem de cor, porque eles choram as vítimas, todos os anos, nas rodovias.

Então, da minha parte, como cidadão brasileiro, daquilo que me pega em relação... Se a minha confederação e as nossas federações não fizerem seu papel, vocês podem estar certos de que vamos encontrar vocês na rodovia. Mas a gente vai querer o apoio de vocês. Da parte do motorista celetista, nós vamos querer brigar, porque vamos proteger vocês mesmo! Não dá para morrer mais gente, não, nessas rodovias!

Desculpem-me!

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem!

Esse foi o Valdir de Souza de Pestana, Presidente da Federação dos Trabalhadores Rodoviários do Estado de São Paulo.

Agora, falará o Procurador do Trabalho da 10^a Região, Dr. Adélio Justino Lucas.

O SR. ADÉLIO JUSTINO LUCAS – Senador, de fato, é até emocionante participar desta audiência pública, porque ela nos permite conhecer as realidades, não só aquelas que nos chegam, mas também aquelas que trazem aqui de forma viva, não aquelas só do papel.

Daí a nossa preocupação, concatenando as ideias no sentido de que a união da categoria dos motoristas, sejam eles autônomos ou celetistas, é fundamental para que se tenha um regime jurídico que venha a possibilitar segurança jurídica para que todos possam trabalhar e produzir neste País. Todos têm direito.

Volto aqui um pouquinho, se V. Ex^a me permitir, porque, no momento, eu não disse: a preocupação da mudança da lei é porque ela é tão maléfica, tão perniciosa que, naquilo que nós procuramos evitar que fosse incentivado, o pagamento do frete, seja por comissão, seja por tipo de carga, transporte ou distância, a lei nova veio e fez exatamente o contrário. Ela permitiu a remuneração do motorista em função da distância percorrida, do tempo de viagem e da natureza do produto transportado. Veja só, naquilo que a gente procurou trazer de segurança nas estradas – segurança para o motorista, segurança para o autônomo, segurança para a sociedade –, a lei vem e autoriza exatamente a desconstrução dessa segurança.

Então, se houve algum equívoco, é preciso voltar ao ponto de origem e consertar. Essa concertação a que V. Ex^a se refere, precisa voltar também para os termos da lei, para a segurança do trabalho, tanto a do celetista quanto a dos autônomos.

Quero dizer uma coisa. O senhor veja que uma palavra muda tudo. A gente procurou, naquela ocasião, estabelecer aquilo que o termo da lei pudesse expressar. Veja só: na lei antiga, era proibida a remuneração, etc., se a remuneração ou o comissionamento comprometesse a segurança rodoviária de forma geral, dos usuários e de toda a rodovia. A nova lei vem e preocupa com uma parte física. Passa a preocupar com a segurança da rodovia. Veja só que teratologia! Preocupou-se com o terreno, com a rodovia, e não se preocupou com a segurança rodoviária. Então, vejam a que situação nós chegamos de desconstrução de uma lei.

Quero dizer que o Ministério Público se encontra sempre à disposição no sentido de mediar, construir e refazer todo o caminho que venha a ser um caminho legal da segurança jurídica para a Nação brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Sr. Adélio Justino Lucas, Procurador do Trabalho da 10^a Região.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Senador Paim, eu vou precisar sair agora e queria só ressaltar a importância disso, sobre o qual todo mundo já falou, e o debate ficou, como disse o representante do Ministério Público, Dr. Adélio, até emocionante.

Aqui ficou bem claro aquilo que eu havia dito no início. A complexidade é tamanha porque os interesses são conflitantes, e aumenta o desafio disso.

Quanto ao que foi falado sobre o sucateamento da Polícia Rodoviária Federal, isso é uma realidade. Em Mato Grosso, por exemplo, há poucas rodovias. Só recentemente, nos últimos oito meses, já foram fechados três postos. Isso deixa os caminhoneiros muito desassistidos porque, por vezes, os pátios da Polícia Rodoviária Federal são pontos precários, mas de mínima segurança para eles. Ali, há banheiros, há uma mínima estrutura.

Essa é uma preocupação porque é uma realidade. A Polícia Rodoviária Federal está sucateada, mas um tipo de sucateamento muito grave, que é o sucateamento do efetivo. Viaturas até há. Às vezes, há um posto da Polícia Rodoviária Federal, quatro viaturas e um policial. Essa é uma realidade muito complicada.

Sobre as estradas, o companheiro falou muito bem. O Senador Paim é testemunha – e eu venho batendo nesta tecla, mas parece que a tecla está colada – de que, no Mato Grosso, nós temos praticamente uma rodovia. Em algum momento, ela se parte em duas. Há alguns galhos ali. De ferrovias, temos um pedaço. Há ferrovias de pé quebrado ali.

Estamos torcendo. Estou indo insistentemente à Valec, para ver se a gente consegue a Fico, ali, em cima, e torcendo para que a malha, principalmente, de Mato Grosso melhore.

Eu imagino, eu imagino não, eu vejo ali o tanto que os caminhoneiros sofrem. Senador Paim, onde as rodovias se sobrepõem, a BR-163 e a BR-364, há um trecho de 200 quilômetros que, às vezes, o caminhoneiro demora seis, sete horas para fazê-lo, o que é um absurdo.

Nós temos um item que quero colocar para refletirmos – a ANTT, os órgãos do Governo –: nossas rodovias foram projetadas numa época em que nosso maior veículo era o famoso jacaré. Agora, a cada dia, eu entrei na Polícia Rodoviária Federal em 1994, quando estavam surgindo os bitrens, mas a cada dia eles crescem, de forma que às vezes você tem, num trecho de 100 metros, três ou quatro caminhões apenas: são 25 metros, 30 metros e crescendo – não cabe, estão virando trens sobre rodas. Então, dá para ver que a malha rodoviária não suporta, porque ela foi projetada para um peso muito menor. Pode-se argumentar que está distribuído, mas essas coisas a gente sabe que a nossa fiscalização no Brasil é precária, por isso é que existe esse negócio de dizer que a lei não pega. É precária. A Polícia Rodoviária Federal não deu conta de fiscalizar essa Lei do Trabalho por falta de efetivo. É uma lei maravilhosa, mas não há fiscalização.

A fiscalização de peso praticamente inexistente no País. Pelo menos em Mato Grosso é uma realidade. Nós temos algumas rodovias que têm fiscalização do peso, mas, em geral, não há. Então, Senador Paim, esses bitrens, que deveriam andar com 74 mil, andam com 100, cento e poucos. Já tive oportunidade de pegar caminhões que não são bitrens, mas os chamados DLS, com 90 mil quilos! Isso, quando contei para alguns companheiros, acharam que eu estava mentindo, mas é uma realidade isso. E as estradas vão criando fissuras, vem a chuva e dá-lhe buraco!

Então, ficam todos esses pontos. Ainda que eu creia que sejam temas para outro momento, podemos começar a refletir: sucateamento da PRF, que impacta na segurança, na falta de pontos de apoio. Quem roda em Mato Grosso sabe: o posto da Petrovina era um lugar que servia de amparo para aquele grande trecho, mas acabou de fechar, e assim acontece em muitos outros locais.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Ficam aqui os meus parabéns a cada um que compareceu e a V. Ex^a, por ter tido essa maravilhosa ideia de discutirmos esses temas aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador, pela colaboração que deu desde o início desta audiência pública.

Passamos a palavra agora, devido ao nosso tempo, à Dr^a Jaqueline Carrijo.

A SR^a JAQUELINE CARRIJO – Bem, só para esclarecer: Goiás, por exemplo, tem uma balança. A turma de Goiás, que está aí, está confirmando: só tem uma balança.

Reitero a pergunta: a quem interessa o excesso de peso, o excesso de velocidade, o excesso de jornada? Todas são condições de trabalho que adoecem e matam os trabalhadores. Com certeza, o trabalhador brasileiro não concorda em piorar suas condições de trabalho. São situações que violam o direito à vida, à dignidade, à liberdade. Com certeza, os trabalhadores não aceitam vida degradante e morte precoce. Então, é absurdo pensar que exista algum trabalhador brasileiro que concorde com isso. Por isso eu defendo a unidade entre vocês, motoristas profissionais, porque as causas são as mesmas, são idênticas.

Informo que a Auditoria Fiscal do Trabalho, a nossa categoria, não fará valer uma lei que é imoral, inconstitucional e antissocial, como essa que revogou a 12.719. Nós temos missões institucionais muito bem definidas, em tratados internacionais e pela Constituição, e regras, inclusive, nacionais também. É nosso dever prevenir adoecimento e morte. É nosso dever combater toda e qualquer forma de discriminação, situações que estamos vendo nessas relações de trabalho e comerciais. Ou seja, não vamos aplicar essas normas que são manifestamente ilegais. Por posição, não vamos participar dessa chacina que acontece nas estradas brasileiras. Somos contra.

Aproveito o gancho do Senador, que era da Polícia Rodoviária, quero também falar do sucateamento. Em função da falta de fiscalização, Senador, nenhuma norma que promova dignidades, que faça valer direitos humanos em qualquer relação neste País, vai ser aplicada se não houver fiscalizações.

Então, estou falando do sucateamento da fiscalização do trabalho, de todas as fiscalizações, do Ministério da Justiça, do Ministério da Saúde, do Ministério dos Transportes, e por aí vai.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr^a Jaqueline Carrijo. (*Palmas.*)

Passamos a palavra agora, pedindo brevidade a todos, ao Presidente da Federação Nacional das Associações de Caminhoneiros e Transportadores (Fenacat), Sr. Luiz Carlos Neves.

O SR. LUIZ CARLOS NEVES – Quero, mais uma vez, Senador, agradecer pelo apoio que o senhor tem dado a toda a categoria efetivamente. E quero falar que eu acho que há sim condições de nós lutarmos, como estamos fazendo, e criar um entendimento com o Governo e criar uma tabela referencial, sim. Nós precisamos disso. Acho que o transportador precisa disso. Acho que nós somos capazes de sentar e dialogar com o Governo. Agora, eu acredito na categoria que está aqui, nos sindicatos que estão presentes, que eles possam fazer isso. Porque antes tínhamos um monte de pelego aí só lutando por outras coisas. Agora, não. A categoria efetivamente vai lutar. Acho que dá para construir uma solução sim. Nós não podemos desacreditar que isso não vai chegar a nada. Nós temos que acreditar que a solução existe e que nós podemos criar a solução.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. (*Palmas.*)

Luiz Carlos Neves, Presidente da Fenacat.

Concedo a palavra ao Luis Antonio Festivo, Diretor de Assunto Trabalhista da Nova Central, CNTT.

O SR. LUIS ANTONIO FESTIVO – Este ano comemoraremos cinco anos da década sem acidentes. Vai haver reunião de ministros do mundo inteiro. Só que nós não estamos comemorando nada.

No final de 2013, nós criamos o Fórum Nacional em Defesa da Lei nº 12.619, oportunidade em que colocamos que eles juntam dinheiro enquanto as famílias juntam pedaços. Por menos acidente e mais vida.

Agora, lamentavelmente, eu vejo o Governo nesta Mesa chamando pra uma reunião amanhã, onde os verdadeiros representantes – não estou falando de quem está aqui – dos trabalhadores não estão participando, apesar de terem mandado notas técnicas para todos os Ministérios.

A história se repete, como foi na 12.619, onde mais de cinco milhões de trabalhadores foram esquecidos, porque a luta dos caminhoneiros é igual a nossa, na questão da vida, na questão da segurança, porque, se não tem ponto de parada para um caminhoneiro, também não tem para o trabalhador celetista. Esse ponto de parada, do jeito que fizeram, é segurança do trabalho. Ponto de parada também nas cidades para motoristas de ônibus, cobradores, cobradoras, em grandes cidades não têm um banheiro sequer; O transporte urbano, com motoristas que fazem viagens de uma hora, uma hora e meia, sem poder fazer suas necessidades, sequer se alimentar. E, lamentavelmente, o Governo não vai discutir isso amanhã. Vai discutir somente a reivindicação justa de vocês, na questão do frete, na questão do financiamento, mas a vida novamente foi esquecida pelo Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Este foi o Luis Antonio Festivo, da Nova Central Sindical dos Trabalhadores. (*Palmas.*)

Concedo a palavra ao Sr. Carlos Alberto Litti, Presidente do Sindicato de Transportador Autônomo de Carga de Ijuí (RS), Sinditac.

O SR. CARLOS ALBERTO LITTI DAHMER – Senador Paim, agradecer a oportunidade, não a primeira, mas as inúmeras que o senhor proporciona para que a sociedade, toda ela, consiga fazer a discussão, como foi aqui neste debate envolvendo os interessados e a sociedade lá na outra ponta, trazendo para cá.

Eu me sinto muito esperançoso, mas muito esperançoso mesmo, confiante de que, amanhã, na reunião do dia 10, embora ressaltadas as questões que os companheiros colocam, que não estão na pauta, que é uma pauta de vida, mas, numa pauta que também é de vida, de uma pauta econômica, devemos, levando tudo isso que vocês têm em consideração, mas, para o momento que está colocado, para a situação que também é sobreviver, trata-se de sobrevivência, porque também se morre pelas estradas, sim, mas se morre também se não colocarmos o pão na mesa. E a situação é quase de não ter o que colocar para a alimentação, se a gente não for fazendo melhorias. E nesse sentido, nós vamos ter propostas para amanhã, que é uma tabela mínima de frete por quilômetro rodado e que leve em consideração todos os custos: óleo diesel, salário, pneus, recapagem, pedágio, manutenção, óleo lubrificante, IPVA, seguro, depreciação, monitoramento, ou tudo aquilo que compõe o frete, para que o transportador possa saber que esse é o mínimo. Se ele for por menos que isso é a morte. É a morte não por acidente, mas é a morte por aquilo que a gente fala, ou seja, pela falência exatamente.

E aí acrescentar outros itens. Há várias planilhas por aí. Mas o mais importante para depois dessa produção é a fiscalização disso, porque não adianta a gente produzir a melhor tabela do mundo e não ter quem ponha isso em prática. E a gente tem duas sugestões para isso: uma que envolve a ANTT, que ela consiga, quando fizer o Ciot para todos, ter uma pauta mínima que não deixe que o Ciot seja gerado; a outra é nas Secretarias de Fazenda dos Estados, onde ela também tem uma pauta mínima para o transporte. E que ela não gere o conhecimento de transporte, porque vai bloquear esse custo mínimo. E uma terceira ainda é que se crie uma comissão tripartite ou da sociedade para que depois, quando houver o desacordo entre os embarcadores ou entre as empresas, que se tenha também onde reclamar: “Escuta, eu estou sentindo isso.” E que essa comissão que vai estar com o Governo, com a ANTT, com os sindicatos e com os embarcadores resolva esse conflito momentâneo lá.

Então, eu acho que amanhã haverá uma grande atividade. Nós estamos nos reunindo, convocando também os companheiros para somarmos aqui e termos uma proposta clara, objetiva para resolver o problema.

E, mais uma vez, para o Senador de todos, dos caminhoneiros, dos negros, dos pobres, dos indigentes, da luta social, muito obrigado pelo convite. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Obrigado, Litti.

Carlos Alberto Litti, Sindicato dos Autônomos lá do Rio Grande, Sinditac.

Concedo a palavra ao Sr. Valdemar Raupp, Associação dos Proprietários de Caminhões de São José.

O SR. VALDEMAR HALN RAUPP – Senador Paulo Paim, quero agradecer mais uma vez pelo convite. Quero agradecer a todos os que vieram aqui e também dizer que a palavra do doutor é muito importante. É muito importante tudo o que a gente está exigindo. Tudo aquilo que ele falou eu não preciso nem falar, porque ele já falou. E outra coisa é a respeito da balança e pedágio. O que eu acho muito abuso com relação à balança é o seguinte: haver balança de trecho em trecho, como temos. Aqui ela falou que não há. Mas para nós lá a cada 50 quilômetros, 100 quilômetros há uma balança. Eu acho isso um abuso. O que eu acho a respeito da balança é que deveria ser pelo peso bruto do caminhão e não por eixo, porque onde ele carrega, ele já sai com o peso na nota. Então, fiscalizando pela nota, eu acho que não precisaria existir esse abuso de balança. Então, devia haver uma fiscalização sobre a balança.

Outra coisa é o pedágio. Eu acho um abuso esse negócio de pedágio de a cada 30 quilômetros. Ele tem uma carreta, embalou a carreta e tem que parar para pagar o pedágio novamente? Eu acho que pedágio devia ser a cada 100 quilômetros e a um preço relativo por eixo. Há lugares em que há abuso sobre o pedágio.

Sobre a tabela de frete já foi comentado, a gente vai ver se resolve isso amanhã. Muitos falaram e eu respeito todas as vozes, todos que falaram.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Sr. Valdemar Raupp, um dos líderes do movimento lá em Três Cachoeiras.

Agora passamos a palavra aos representantes do Governo.

Primeiro, com a palavra, o Dr. Marcelo Vinaud Prado, que fala aqui também pela ANTT.

O SR. MARCELO VINAUD PRADO – Obrigado, Senador.

Para concluir, a gente gostaria de colocar que a ANTT tem agenda positiva com todas as representações das categorias dos transportadores autônomos, da empresa. O Litti é frequentador assíduo lá, conosco. E temos orientação da diretoria para que isso sempre seja intensificado. Da mesma forma, também temos um trabalho

colaborativo com o Ministério Público do Trabalho e também com o Sr. Paulo Douglas na parte de fiscalização, e nós estamos buscando mecanismos para que a lei seja fiscalizada, e que possamos fazer isso em conjunto.

Houve alterações significativas, nós concordamos, e que não estão ao encontro do que se esperava.

Mas, independentemente da lei que for ficar, nós vamos fazer o esforço que conseguirmos para poder fiscalizar, porque entendemos que o pior de tudo, além do acordo malfeito, é que, se não conseguirmos fiscalizar, ainda pode ser pior.

Então, seria isso. (*Palmas.*)

O SR. JORGE BASTOS – Muito bem, Dr. Marcelo, que falou também pela ANTT.

Agora, fala o Diretor-Geral da ANTT, Dr. Jorge Bastos.

O SR. JORGE BASTOS – Senador, eu queria cumprimentar o senhor mais uma vez pela audiência que acho que foi de grande valia. Nós tivemos aqui a oportunidade de ouvir diversos setores do transporte de carga no Brasil.

Para mim, foram muito proveitosas. Estou levando as reivindicações que foram feitas, todas elas, para que nós amanhã possamos debater.

Eu queria convidar o Sr. Festino e o Sr. Pestana para que compareçam amanhã à reunião. Acho que é importante vocês colocarem isso amanhã lá para que possamos debater com todos. A reunião é aberta, não tem restrição à presença de ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Se você me permite, posso tomar um pouquinho da liberdade que você está me dando?

O SR. JORGE BASTOS – É lógico. Por favor, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Que os membros da Mesa que aqui falaram estejam automaticamente convidados.

O SR. JORGE BASTOS – Com certeza, estão todos convidados. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O.K.. E sem prejuízo de outros que estarão lá com convite já feito.

O SR. JORGE BASTOS – Eu acho que temos de debater. Acho que o debate é bom para aprofundar as questões e tentarmos resolvê-las.

Fica aqui o convite e o pensamento de todos de que amanhã, com certeza, vamos sair com uma solução. Não vamos com a expectativa de que amanhã vamos resolver todos os problemas. Amanhã, vamos começar a resolver os problemas. Isso que é importante. Esse debate que vai, ao longo do tempo, melhorar a vida dos caminhoneiros. É isso que nós esperamos. Não adianta chegarmos e também achar que amanhã vamos dar solução para tudo, não é, Senador? Amanhã, vai ser um debate. Vamos ter de conversar e debater para que possamos aprofundar e resolver os problemas.

Mais uma vez, muito obrigado a todos.

Espero que tenhamos, amanhã, um bom dia. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr. Jorge Bastos, Diretor da ANTT.

Se vocês permitirem, eu vou ler a cartinha de um caminhoneiro – e quem está aqui vai ver que vou colocar sempre no plural –, porque é uma cartinha simples, mas que mostra a importância deste movimento:

Exmº Sr. Senador Paulo Paim, nós, caminhoneiros, aqui do sudoeste de Minas Gerais, consideramos os senhores nossos irmãos caminhoneiros. Assim vemos, assim queremos que os Poderes constituídos cumpram esse papel. [Estou interpretando aqui, porque a cartinha é bem simples.]

Sempre acompanhamos, por incrível que pareça, pois alguns pensam que não, da boleia do caminhão ou pela TV os pronunciamentos que vocês fazem no Congresso.

Deus, quando dá a cruz, também nos ajuda a carregá-la, e os senhores têm esse compromisso para ajudar o caminhoneiro a carregar, cada um, a sua cruz.

Consideramos os senhores políticos de todos os tempos que reconhecem os reais problemas da nossa profissão, que são tantos. Aqui, no sudoeste de Minas Gerais, os caminhoneiros disseram que não vão parar, que estão acreditando muito no que os senhores estão dizendo [Olhe a confiança que eles estão depositando e a responsabilidade de todos nós], só que estamos preocupados [diz ele] com nossos irmãos, caminhoneiros do Sul e do Norte do País.

Tudo indica, como aqui foi denunciado, que está havendo abuso da polícia nas manifestações.

Aí ele diz:

Tenho um pedido que sempre tive vontade de fazer, mas só agora criei coragem: peço que o senhor crie uma equipe permanente, aí na Comissão de Direitos Humanos, para que essa acompanhe o trabalho dos caminhoneiros.

Não são poucos os relatos de caminhoneiros de abusos pesados das autoridades contra eles, em nosso País, colocando em risco até a vida dos caminhoneiros. [É aquela comissão que vocês estão montando já em parceria. A Comissão de Direitos Humanos pode estar junto.]

Sei [ele fala da reunião] que da reunião do dia 10 poucos caminhoneiros irão participar. [É verdade que nem todos podem se deslocar, diz ele], pois esses não têm condições financeiras para irem até Brasília. Assim depositamos toda a nossa confiança para que vocês que estão aí nos representem e tentem resolver uma pequena parte dos nossos problemas.

Senador, se essas palavras chegarem até o senhor, desde já agradeço. Que Deus e Nossa Senhora Aparecida iluminem os seus passos e de todos aqueles que têm compromisso com essa causa.

Espero um dia poder quem sabe ir aí e conhecê-los pessoalmente.

Obrigado.

Um grande abraço.

Essa cartinha diz um pouco de tudo que foi dito aqui. (*Palmas.*)

Ele me liberou inclusive para dizer o seu nome: Marcelo Daher Grilo, caminhoneiro de Minas Gerais. Deixou também o seu telefone.

Encerramos com uma salva de palmas a todos os motoristas: de caminhão, de táxi, de ônibus, celetistas, autônomos. (*Palmas.*)

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 3 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas.*)

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 09 DE MARÇO DE 2015, SEGUNDA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 9 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e três minutos do dia nove de março de dois mil e quinze, no Plenário número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor **Senador Paulo Paim**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores e Senhoras Senadoras Paulo Paim, Hélio José e José Medeiros. O Senhor Presidente declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 2 de 2015, aprovado em 09/03/2015, de autoria do Senador Paulo Paim, que requer a realização de Audiência Pública para debater: “*A situação dos caminhoneiros no país*”. O Senhor Presidente apresenta os senhores convidados e solicita que tomem lugar à mesa e passa a palavra aos convidados, que fazem suas explanações: Luis Antonio Festino, Diretor de Assuntos Trabalhistas, Segurança e Saúde no Trabalho da Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST); Valdemar Haln Raupp, Presidente da Associação dos Proprietários de Caminhões São José (APROCASJ); Carlos Alberto Litti Dahmer, Presidente do Sindicato de Transportador Autônomo de Carga de IJUÍ/RS (SINDITAC); Luiz Carlos Neves, Presidente da Federação Nacional das Associações de Caminhoneiros e Transportadores – FENACAT; Jaqueline Carrijo, Representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (SINAIT); Nelson Antonio Selau, Representante da Associação dos Proprietários de Caminhões de Três Cachoeiras (APROCTEC); Valdir de Souza de Pestana, Presidente da Federação dos Trabalhadores Rodoviários do Estado de São Paulo; Adélio Justino Lucas, Procurador do Trabalho da 10ª Região – MPT; Marcelo Vinaud Prado, Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário e Multimodal de Cargas – SUROC – da ANTT; Jorge Bastos, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT – representante do Ministério dos Transportes. O Senhor Presidente franqueia a palavra para alguns caminhoneiros presentes no plenário. O Senhor Presidente concede a palavra aos palestrantes para suas considerações finais. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Paulo Paim, Hélio José e José Medeiros. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas, lavrando eu, *Christiano de Oliveira Emery*, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 3ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 2, de autoria deste Senador e de outros, para debater a situação dos caminhoneiros no Brasil, conforme iniciativa dos mesmos.

Peço que desliguem os celulares, por favor. Quem tiver de atender, aqui ao lado há um corredor vazio.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular, por isso as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo pelo portal e-Cidadania, link: bit.ly/audienciainterativa, e do Alô Senado, pelo número 0800-612211.

Antes mesmo de montarmos as mesas, que serão duas, vou fazer a leitura, rapidamente, da composição. Quem não estiver contemplado nós adaptaremos, para que todos os convidados possam fazer uso da palavra. Mas neste momento não vou chamar ainda as mesas. Quero apenas situá-los.

Primeira mesa: Valdemar Haln Raupp, Presidente da Associação dos Proprietários de Caminhões São José (Aprocasj); Carlos Alberto Litti Dahmer, Presidente do Sindicato de Transportador Autônomo de Carga do Rio Grande do Sul (Sinditac); Luis Antônio Festino, Diretor de Assuntos Trabalhistas, Segurança e Saúde no Trabalho da Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST), da qual ele é Diretor, e também da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres – está certo? –; Valdir de Souza de Pestana, Presidente da Federação dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários do Estado de São Paulo; Luiz Carlos Neves, Presidente da Federação Nacional das Associações de Caminhoneiros e Transportadores (Fenacat); Jacqueline Carrijo, representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait).

Esta seria a primeira mesa. Não importa se alguém é da primeira ou da segunda. A importância é a mesma.

Segunda mesa: Nelson Antônio Selau, representante da Associação dos Proprietários de Caminhões de Três Cachoeiras (APROCTEC); Vinícius Matos Valim, representante dos caminhoneiros autônomos independentes; Flávio Raupp Lipert, representante do Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens, também do Rio Grande do Sul; Jorge Bastos, Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), representante do Ministério dos Transportes.

Eu queria dizer para o Diretor Jorge, já está aqui, que o pessoal do Miguel Rossetto afirmou que se sentiria representado na sua pessoa. Eles disseram a mim que com a sua fala eles se sentem representados, que gostariam muito de estar aqui, mas, como o Ministro está viajando, pediram que eu passasse a você esta incumbência: que fale, pediram, oficialmente, pela Secretaria-Geral da Presidência da República e também pelo Ministério dos Transportes.

Também fazem parte da mesa: Marcelo Vinaud Prado, Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário e Multimodal de Cargas da ANTT; e Adélio Justino Lucas, Procurador Regional do Trabalho da 10ª Região.

Alguém não foi citado?

Lá do Rio Grande do Sul vieram quatro ou três? *(Pausa.)*

Vieram dois do Rio Grande do Sul? Litti, Lipert...

Não vinha um outro senhor, o Valdemar? *(Pausa.)*

O Valdemar está aqui e também vai fazer uso da palavra. Entrará em uma das mesas. Tudo no momento adequado, pessoal.

Pois bem. Nós organizamos aqui, pessoal, e é de praxe nesta nossa reunião sempre, uma introdução sobre os temas que serão debatidos até para que a população saiba o que está acontecendo, o que aconteceu e o porquê da reunião neste momento.

Eu pergunto se o sistema de vídeo está pronto. Podemos iniciar? *(Pausa.)*

Então, vamos iniciar o vídeo.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

Senhores e senhoras, eu faço aqui uma pequena homenagem ao caminhoneiro que morreu lutando por uma causa justa. Alguns dizem que a morte é inevitável e que a única da qual estamos realmente certos é isto: que a morte sempre vem. Mas quando? Algumas pessoas morrem de forma calma. Outras, em desastres. Algumas, por doenças, violência. Para todas o fim é o mesmo. A nós, porém, cabe a pergunta: por que morreram essas pessoas? Por quais motivos elas vieram a falecer? Por erro? Competição? Descuido? Ou pela luta por uma causa? Sim, foi pela luta de uma causa, de uma causa justa.

E é com pesar que, nesta manhã de segunda-feira, 9 de março de 2015, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, ao iniciar os nossos trabalhos, homenageia, em memória, duas vítimas dos protestos ocorridos em prol de melhores condições de vida e trabalho para milhares de brasileiros – e por que não dizer brasileiros e brasileiras – que saem de suas casas para garantir o alimento deles e também de todos os brasileiros. Não digo que estejamos reunidos aqui somente para lamentar, para chorar, mas para homenagear. Definitivamente, não é só para chorar, porque quem esteve nas ruas e rodovias de todo

o País, de forma organizada e articulada, manifestando as causas e dificuldades no transporte rodoviário do País, não estava nas ruas por acaso ou de forma irresponsável. Estavam lá defendendo uma causa, a causa dos caminhoneiros de todo o País. Estavam nas ruas lutando para tornar este País um lugar melhor para se viver, mais justo, mais honesto, para que todos possam viver com dignidade.

Senhoras e senhores, em São Sepé, lá no meu Rio Grande do Sul, tombou Cléber Adriano Ouriques. Ele tinha 38 anos. Um jovem! Um jovem com sonhos, um trabalhador das estradas. Deixou um filho ainda menino. Desesperador é ver o relato do pai do Cléber, o Sr. Lauro Ouriques, desolado, ao afirmar, em reportagem, que tentara garantir que o filho estudasse, e Cléber dizia: “Não, pai, eu quero ser caminhoneiro, com muito orgulho”, ele dizia. “Sim, pai, eu quero ser caminhoneiro.” Determinado a seguir os passos do pai. O pai também era caminhoneiro. “Quero ser simplesmente um caminhoneiro”, dizia o filho. Como canta o poeta gaúcho, esse caminhoneiro que naquele momento faleceu saiu “igualzito” ao pai. Afoito para garantir sucesso do movimento e unidade na luta dos caminhoneiros, Cléber tentou evitar que um colega furasse o bloqueio em São Sepé. Foi atropelado. Tombou na luta, luta de um movimento que parou o País. Ficou o eco do grito do tio Jonas Ouriques. “Ele sempre reivindicou melhorias para a categoria”, diz o tio. “Toda a família agora seguirá defendendo a mesma causa.”

Também no Rio Grande, eu quero aqui reconhecer, numa trincheira diferente, num caminho diferente, mas também nesse movimento lá no meu Rio Grande, em 24 de fevereiro último, faleceu Renato Kranlow, ao sair de Pelotas. Num confronto no bloqueio, ele acabou falecendo. A reação dos próprios colegas de profissão levou ao triste desfecho, sendo ele, queiramos ou não, mais uma vítima do que não poderia acontecer se os caminhoneiros tivessem tido as suas reivindicações atendidas. Outro pai de família envolvido nesse conflito entre os próprios trabalhadores.

Na verdade, todos ali estavam na defesa do pão de cada dia. Nenhum deles será somente lamentado. Manteremos a eterna memória da honra dos caminhoneiros, dos que estão na luta permanente, dos que lutaram e morreram, que sucumbiram diante dessa crise anunciada, afogada nas dificuldades que o País enfrenta entre uma série de desajustes, que obrigam trabalhadoras e trabalhadores a parar cada dia mais.

O fantasma da inflação, recessão e questões macroeconômicas devem ser enfrentadas com firmeza, mas não podemos – não podemos – dar as costas aos trabalhadores, e aqui estamos falando dos caminhoneiros. O povo se reuniu na rodovia, sim, e gritou, o povo se manifestou. Se não se ouvem as vozes das organizações, federações, confederações, centrais, grupos independentes em mesas de negociação, nas rodovias, o povo grita, grita, grita e vai continuar gritando, exigindo seus direitos: lista de preço mínimo de frete, redução do valor dos combustíveis etc. Um caminhoneiro me disse: “Paim, para mim, o caminhão parado é prejuízo; andando, é prejuízo redobrado, se nada for feito, e por isso paramos.” Recebi diversas cartinhas emocionadas, que transcrevemos de uma forma ou de outra nessa apresentação. É isso tudo, Senador Paim, que nos leva a parar de rodar. Mas a luta continua. A memória e honra daqueles que tombaram está sendo lavada pelos constantes avanços, expressos aqui, nesta audiência pública, e, tenho certeza, na reunião que vocês terão amanhã junto às instâncias do Governo, na chamada reunião do dia 10. Outras vitórias haverão de vir.

A organização desses trabalhadores demonstra o peso de suas reivindicações, eles, que têm o papel fundamental de fazer girar o Brasil. É preciso que as autoridades saibam – e eles provaram – que eles, querendo, param o País. E já pararam. Eles não querem parar de novo, mas também mandaram o recado e pediram que aqui, neste audiência pública, eu falasse: se não houver acordo, vão parar de novo. Repito: eles não querem parar; eles querem trabalhar, eles querem produzir, eles querem mostrar que vão continuar levando o Brasil nas costas.

Enfim, senhoras, quero aqui destacar a sanção do projeto da lei dos Caminhoneiros, Lei nº 13.113, sancionada pela Presidenta, que trouxe a primeira vitória. Trabalhamos aqui intensamente com os senhores na elaboração dessa lei. Diferentes exigências trabalhistas e jurídicas da classe para garantir melhorias nas condições de trabalho e reduzir o número de acidentes com transporte de cargas nas estradas devem ser tomadas, de carga e de passageiros. Não é o ideal, mas foi um avanço imediato nessa luta. Foi uma primeira conquista essa lei, mas um rol de reivindicações foi colocado, e espero que amanhã se construa o grande entendimento.

A cada momento vejo nos olhos de quem constrói esse debate que não é mais uma questão de direitos humanos do trabalho, mas da sobrevivência do País, tendo, com certeza, a garantia da dignidade à vida. Claro, tudo isso são direitos humanos. Defendo aqui, sim, nosso guerreiros, repito, que carregam o Brasil na boleia.

Esta Comissão não descansará enquanto não tivermos uma solução positiva. Agora, a memória de Cléber Adriano deve ser, mais do que nunca, honrada para jamais lamentarmos outras mortes aqui ou onde for. É bom lembrarmos as perdas numa luta para defender a vida de tantos que se perdem nas estradas todos os dias pelo cansaço da jornada exaustiva, do desgaste constante, dos assaltos. Muitos são assassinados, têm o caminhão roubado, e muitos são explorados nas mãos dos atravessadores.

O povo organizado e nós, do Parlamento e do Executivo, acreditamos no futuro. Acreditamos todos, sim, podem ter certeza (Executivo, Legislativo e sociedade organizada), em um futuro melhor para todos, sem distinção. Continuaremos, unidos, fazendo o bem sem olhar a quem. Que o futuro do País possa ser cada vez mais um presente ainda melhor.

Essa é a apresentação que queríamos fazer na abertura. *(Palmas.)*

Vamos, agora, enquanto o vídeo vai rodando, chamar a primeira Mesa:

Valdemar Haln Raupp, Presidente da Associação dos Proprietários de Caminhões São José. Ele já se encontra?

Venha para a mesa, aqui ao meu lado, Sr. Valdemar.

Eu vi todo o charme aqui do seu sobrenome e eu só o chamo de Valdemar. Por isso, eu não conseguia localizar onde estava o Valdemar. Eu lia aqui Haln Raupp...

Conseguir pronunciar mais ou menos?

O SR. VALDEMAR HALN RAUPP – Sim; é Valdemar Haln Raupp.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Olha aí! Viu?!

O Valdemar foi um dos lutadores que, lá em Cachoeira do Sul, nos ajudaram a construir o entendimento para que nós pudéssemos sair daquele impasse tão grande – não é, Valdemar? –, juntamente com outros que também vou chamar aqui.

O Carlos Alberto Litti, que também esteve conosco aqui, é Presidente do Sindicato dos Transportadores Autônomos de Cargas do Rio Grande do Sul (Sinditac). O Litti também esteve aqui antes, durante e depois da paralisação. O Litti, inclusive, esteve aqui avisando o que iria acontecer. No dia em que o Litti esteve aqui – e não só ele, mas outros 20 que o acompanhavam –, eu marquei, de imediato, uma audiência junto ao Poder Executivo. Eles foram lá e alertaram, mas é claro que, naquele momento, não dava para o Executivo – e eu quero ser muito parceiro na minha forma de colocar – atender todo um rol de reivindicações. Mas o Litti, com aquela equipe, esteve aqui para avisar do que aconteceria na próxima semana. Então, fiz questão e insisti para que o Litti viesse aqui neste momento.

O Luís Antônio Festino é Diretor de Assuntos Trabalhistas e Segurança do Trabalho da Nova Central Sindical e também da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Transporte. O Festino sempre esteve conosco aqui toda vez que se discutiu lei dos caminhoneiros, lei dos motoristas; enfim, sempre preocupado com que houvesse uma legislação clara e transparente, que garantisse os direitos de todos os assalariados, autônomos, enfim. Por isso, fiz questão que ele voltasse também aqui.

O Valdir de Souza de Pestana não chegou ainda, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

Ele, que é o Presidente da Federação dos Trabalhadores Rodoviários do Estado de São Paulo, também já esteve conosco algumas vezes.

O Luiz Carlos Neves, Presidente da Federação Nacional das Associações de Caminhoneiros e Transportadores (Fenacat). O Luiz Carlos esteve conosco e foi um dos que provocou a mim mesmo a apresentar um projeto, cuja Relatora é a Senadora Gleisi Hoffmann. E, no desenrolar da greve, a Senadora Gleisi assumiu o compromisso de agilizar o seu relatório sobre esse projeto, a respeito do qual, provavelmente, ele vai falar, que é uma das dificuldades do caminhoneiro.

Se vocês me permitem, eu vou simplificar o porquê do Luiz Carlos estar aqui. Qual é o problema deles? Eu vou simplificar, mas ele, depois, vai explicar.

Para um caminhão com mais de 15 anos, as grandes seguradoras não querem – e eles estiveram comigo – fazer o seguro e, ainda, não querem que os próprios caminhoneiros façam um fundo mútuo e, assim, todos recolham uma parcela do seu salário, do seu rendimento para, no caso de um desastre, dividirem o prejuízo entre eles. E, aí, vem o órgão fiscalizador, a Susep, cujo representante eu quero convidar também para a nossa próxima audiência... Eu quero que eles me expliquem por que razão há multas que chegam a R\$200 milhões. Vejam o que estou dizendo: multas de R\$200 milhões! Assim, eu acho que nós já devíamos ter convidado a Susep para esta audiência; porém que venha numa outra para explicar o que está acontecendo.

Convido também Jacqueline Carrijo, representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho.

Eu pergunto ao meu querido amigo, representante do Ministério dos Transportes, Sr. Jorge Bastos... O senhor, aqui, é a autoridade máxima. Eu até proporia, se assim V. S^a concordar, que o senhor participasse das duas mesas, podendo intervir a qualquer momento. A gente coloca mais uma cadeira aqui à mesa e, assim, V. S^a participa das duas rodadas de debates.

Então, eu convidar o Sr. Jorge Bastos para que participe das duas mesas e, a todo momento que ele assim entender, como ele está aqui representando dois Ministérios, que ele possa fazer alguma consideração que ajude nos esclarecimentos.

Então, passamos o Sr. Jorge Bastos para esta e para a segunda mesa. Assim, na segunda mesa, o Sr. Jorge também continua.

Eu vou seguir aqui exatamente a organização que me foi passada.

Está pronto, Valdemar?

Quem sabe eu começo de lá para cá, para te dar um fôlego.

O Valdemar é líder da peãozada, lá na base.

Então, vamos começar com o Festino, que já está mais acostumado aqui.

Vou passar a palavra ao meu amigo Luís Antônio Festino, que conhece toda essa história, participa ativamente, está preocupado, quer achar soluções também junto conosco. Eu digo soluções porque são tantos os problemas que não basta uma solução, em tantas áreas que envolvem este debate.

Luís Antônio Festino, Diretor de Assuntos Trabalhistas, Segurança e Saúde do Trabalho da Nova Central Sindical e também da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Transporte. Vou dar o tempo de dez minutos e mais cinco, mas aqui nada é rígido. Se precisar de mais cinco, a gente dá também.

Festino, para sua introdução e apresentação.

O SR. LUIS ANTONIO FESTINO – Bom dia, Senador. Agradeço, mais uma vez, o convite em nome do José Calixto Ramos, nosso Presidente, do Sr. Omar Gomes, Presidente da Confederação, pela oportunidade de estar falando sobre a questão da profissão de motorista, a profissão transporte.

Eu não queria ficar somente com a questão dos caminhoneiros, porque o caminhoneiro é um motorista que faz parte de uma grande profissão.

Senador, nós, diversas vezes, discutimos esse tema, foram mais de 40 audiências antes da aprovação da Lei nº 12.619. Mais uma vez estamos vindo logo após a sanção de uma nova lei. Logo após a sanção da 12.619, quando o grande questionamento que a gente fazia era sobre a não participação de todos os setores envolvidos. Naquele momento, mais uma vez, o Governo estava ouvindo somente uma parte e não todo o segmento.

Eu hoje estou falando aqui não apenas em nome da Nova Central e da Confederação, mas falo também em nome da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil), falo em nome da Força Sindical – apesar de o Vice-Presidente, Pestana, estar chegando para a segunda parte – e em nome da UGT (União Geral dos Trabalhadores). Todos vêm fazendo essa discussão em conjunto com os trabalhadores em transporte.

Uma grande polêmica se criou, Senador, e eu coloco a culpa na Câmara dos Deputados e no próprio Governo, que tentou jogar trabalhador contra trabalhador. Isso fez com que o pessoal com vínculo empregatício fosse contra os caminhoneiros, estão defendendo jornada onde não há frete. Mas a realidade é totalmente outra. Em momento algum, a nossa intenção era aprovar uma lei contra os caminhoneiros. E foi o que aconteceu: aprovou-se a regulamentação da profissão. E o que aconteceu agora? Aprovou-se o mercado de trabalho, excluindo-se direitos que tinham sido aprovados na regulamentação. Justa reivindicação a dos caminhoneiros: a questão do frete, do financiamento, da hospedagem. São justas as reivindicações. Mas, na hora que colocaram as questões trabalhistas, as questões de saúde e segurança, desconfiguraram totalmente a Lei nº 12.619.

E, trazendo um detalhe aqui, vou tentar passar alguns números de referência sobre o que acontece com essas leis. Nós tivemos uma audiência na aprovação da Lei nº 12.619 com um Ministro de Estado. E o que ele colocou? Que tem lei que pega e tem lei que não pega. Eu falei que a morte não quer dizer que tem que ficar atrás de “tem lei que pega e tem lei que não pega”.

E estou dando aqui um exemplo de leis que envolvem a questão do trabalho e a questão do transporte e que simplesmente não saem do papel: a Lei nº 12.379, que dispõe sobre aviação e transporte. Foi aprovado aqui no Senado, na Câmara em 2011 e simplesmente não saiu do papel.

A 12.587, que regulamenta a Política Nacional de Mobilidade Urbana – o Senador também já fez uma audiência sobre essa questão –; a 12.009, que regulamenta o exercício dos mototaxistas e motofrete – e aqui inclusive está o Presidente do Sindicato e Diretor da Nova Central, o Rivaldo –, que também está inserido na Lei; e a 12.468, que regulamenta a profissão de taxista. Então, todas essas leis são sancionadas, são discutidas, mas não saem do papel. Como aconteceu com a 12.619, não é?

E o que acontece? Para quem foi regulamentada? Como foi regulamentada a profissão? Na Câmara dos Deputados, tentou-se jogar que não houve discussão entre os diversos segmentos da sociedade, coisa que não é verdade. É uma lei discutida há mais de 50 anos. A primeira regulamentação foi do Presidente João Goulart, no fim do seu mandato, por meio do Decreto nº 53.831, que estabelecia aposentadoria especial para todos os motoristas, inclusive ajudantes de carga e cobradores. Essa lei perdurou até 1995, quando o Presidente

Fernando Henrique acabou criando critérios que dificultaram a aposentadoria especial dos trabalhadores em transporte em geral, não somente de um segmento.

Em seguida, o que foi aprovado? Disseram que não houve discussão na Câmara. A verdade é que houve discussão. A lei foi aprovada após mais de 40 audiências, somente via Senado, e muito mais, se for contar a Câmara dos Deputados. O Litti, que está aqui, é um dos que participaram de várias audiências, não é? Então, houve uma grande discussão. Mas interesses do agronegócio e de grandes embarcadores acabaram se utilizando de caminhoneiros autônomos, aproveitaram o momento de dificuldade dos caminhoneiros e acabaram embutindo em um novo projeto de lei que desconfigurou por completo a Lei nº 12.619.

Só para citar alguns dados, o que diz a Lei e inclusive o que foi aprovado agora? Art. 1º: “É livre o exercício da profissão de motorista profissional, atendidas as condições e qualificações profissionais estabelecidas nesta Lei”. Qualificação profissional todo mundo sabe que é a Carteira de Habilitação. O primeiro ponto essencial para ser motorista é a Carteira de Habilitação. E onde? No transporte rodoviário de passageiros e no transporte rodoviários de cargas. Tudo isso está no art. 140 ou no art. 160 do Código de Trânsito e, principalmente, no art. 147, que determina que a condição de motorista profissional – não estou falando aqui só de caminhoneiro, pois motorista profissional inclui moto, inclui taxista, inclui todos – tem que ser incluída em sua Carteira de Habilitação. E um dos grandes questionamentos que fazíamos na época era também sobre o serviço público. Quando um caminhão presta serviço para a Prefeitura A ou a Prefeitura B ou quando está no governo do Estado, a ANTT, que regulamenta boa parte do transporte, sabe que esse motorista tem que estar enquadrado no art. 147. Ele não pode dirigir profissionalmente sem ter a sua Carteira de Habilitação.

E aí nós entramos na grande polêmica, não é? Quantos são os motoristas no País? Não há dados concretos, o Governo não fornece, mas são mais de 5 milhões de trabalhadores, motoristas profissionais, em todo segmento: autônomo, em transportadora, empresas de ônibus, no comércio, na indústria. Só para se ter uma ideia, fiz um levantamento ontem: a ANTT registra 2,258 milhões de veículos cadastrados no Registro Nacional de Transportes.

Mas hoje nós temos 3,8 milhões de caminhões registrados no Denatran. Nós temos mais 46 milhões de automóveis em que uma boa parte também está trabalhando com serviço profissional. Mais 912 mil ônibus que equivalem a 1,4 milhões de trabalhadores. E todos esses enquadrados onde? Profissão: motorista. Não é somente dos caminhoneiros autônomos que a gente não dá conta. E a lei?

Por muito tempo a gente discutiu as causas. Finalmente, quando da aprovação da lei, nós discutimos as consequências e não as causas. E a lei foi aprovada em cima das causas, que é o principal fator: jornada de trabalho.

Aí algum dado. Foi justa a homenagem feita ao Cléber Adriano, mas eu queria ressaltar que, no Brasil, só de acidentes de trabalho registrados foram 2.731 mortes, em 2012. O transporte terrestre, o transporte rodoviário entrou com 1.077 mortes e incapacidades permanentes, que dá uma média de três...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Festino, essa questão do Cléber é só uma simbologia. Nós sabemos que trânsito é o que mais mata no Brasil

O SR. LUIS ANTONIO FESTINO – Eu acho que é justa a homenagem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Faz bem lembrar os dados. Que seja a questão do Cléber uma simbologia. Mas são gravíssimos os números que você nos traz.

O SR. LUIS ANTONIO FESTINO – E 362 mortes num universo de 2,7 milhões.

Veja bem, isso é somente os registrados. Grande parte dos caminhoneiros autônomos a Previdência não coloca nessa estatística. Muitos caminhoneiros morrem; muitos trabalhadores do comércio, da indústria morrem, mas como a legislação, o fator acidental determina a categoria preponderante, eles acabam não aparecendo na estatística da Previdência. Então, é um fato preocupante.

Quanto ao que foi aprovado, nós encaminhamos para a Presidência da República, desde o ano passado, uma vez que havia a certeza de que seria aprovado na Câmara dos Deputados depois de ter passado aqui pelo Senado, diversos ofícios para a Presidência da República.

Logo em seguida à sanção da lei... Um pouquinho antes da sanção da lei – deixe-me ver aqui que data –, no dia 13 de fevereiro, encaminhamos ofício para todos os Ministérios envolvidos, inclusive para a Presidência da República. E de quem obtivemos resposta, retorno? Somente do Ministério do Trabalho e do Ministério da Previdência.

Tivemos reunião a semana passada com o Ministro da Previdência, que declarou que não foi consultado sobre a sanção da lei. Vejam bem o grave problema que a Presidência da República colocou. O Ministério da Previdência, que regula todas essas mortes e está fazendo todos os registros, nem sequer foi consultado. No dia seguinte, tivemos reunião com o Ministro do Trabalho, Manoel Dias, que também não foi ouvido.

Dos pareceres técnicos que nós solicitamos, já começamos a receber alguns pareceres. Recebemos do Contran, que não entra no mérito. O Contran entra somente na legislação de trânsito. O parecer técnico que nos foi enviado não entra no mérito da saúde e da segurança, que envolve todos esses trabalhadores e é uma questão muito mais preocupante agora.

O Governo, pressionado por uma questão justa – volto a repetir – mas que envolve a questão financeira, jogou todo mundo no mesmo balaio e agora quer tentar impor essa nova legislação.

Para encerrar, Senador, eu não vou entrar em detalhes do que foi aprovado e dos nossos questionamentos sobre os vetos, porque o Dr. Adélio estará fazendo isso, a Jacqueline também, provavelmente com muito mais qualidade e capacidade do que eu tenho.

Mas, por último, queria colocar aqui o último artigo, Senador. O último artigo, Senador, que se torna bem preocupante é que ficam convertidas à sanção (todas as multas) em advertência.

E eu queria apresentar aqui um dado, bem rapidamente, de um trabalho feito pelo Ministério do Trabalho somente na região metropolitana de Recife e somente nas empresas de ônibus urbano e metropolitano. De 2010 a 2014, foram executadas 12 milhões de infrações somente em questão de jornada de trabalho. A intrajornada, 6.907.000 infrações; a realização de horas extras, 1.830.000 infrações. Tudo isso, pelo último artigo, será cancelado, a não ser o que teve antes de 2012; mas, o que foi após 2012, inclusive o intervalo de refeição, está na Lei 12.619 e na 13.103. Então, a situação é preocupante: número de infrações cometidas – e isso falo apenas no transporte rodoviário, de passageiros. No setor de cargas, a situação é muito mais preocupante.

Então, Senador, não vou entrar no detalhe da lei, que é uma coisa muito longa, mas eu queria agradecer e coloco sempre que não é uma luta entre motorista e caminhoneiro, porque todos são motoristas profissionais. E todos esses cinco milhões de trabalhadores têm de ter uma melhor condição de trabalho e de vida. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem... Esse foi Luís Antônio Festino que falou em nome da Nova Central Sindical e da CNTTT.

Passamos a palavra agora, seguindo a lista, ao Sr. Waldemar Haln Raupp, que é Presidente da Associação dos Proprietários de Caminhões de São José (APROCASJ), que terá o mesmo tempo dado ao Festino.

O SR. VALDEMAR HALN RAUPP – Bom dia a todos. É uma satisfação o Paim ter me trazido aqui à Mesa para falar sobre o caminhoneiro.

Quero agradecer a palavra do Sr. Festino que disse coisas importantes aqui. Mas as multas que ele falou ali... Há muitas multas para caminhoneiros com caminhões vazios nas balanças, e ele vai dar redenção a essas multas, vai participar... Então, nós queremos agradecer a ele essa parte.

Então, eu vim falar e agradecer nossa manifestação que fizemos em Três Cachoeiras. Quero agradecer ao pessoal lá que foi muito importante. Lá não deu, pedi a eles... Quando eu comecei, quando começamos, quando me convidaram para começar a paralisação, eu disse a eles o seguinte: "Vocês querem fazer uma paralisação legal? Eu ajudo vocês: vamos tirar tudo para dentro da cidade e nada em cima da pista." E o que aconteceu? Nós trabalhamos direitinho lá, sem apedrejamento, não deu nada. Foi muito bonita nossa paralisação. Então, agradeço o pessoal de lá.

Só tem um detalhe: depois que o negócio começou demais, os caminhoneiros... A polícia começou, foram para lá invadir a pista. Eu pedi para eles para nós liberarmos a pista. O que aconteceu? Nós liberamos a pista e conseguimos liberá-la, eu e mais meus colegas, trouxemos tudo para dentro da cidade, novamente. Mas, como tinha muito caminhão naquela rodovia, estavam paralisados uns 25km de paralisação em duplicação, o que aconteceu? A polícia, de madrugada, mandou tudo para Três Cachoeiras em cima da pista. E o que aconteceu lá? De manhã cedo, cheguei lá e falei para muitos lá, meus colegas: "Olha, acho que está na hora de liberarmos um pouco dessa caminhão aí que vai dar porcária aqui." O que aconteceu? Não sei se foi a Governadora ou quem mandou a Força lá... O que aconteceu? A Força chegou batendo em todo mundo, querendo bater, bateu em mulher, tirou mulher, tirou criança. Então, naquilo ali, senti uma falta de colaboração para nós... Eu acho que eles podiam chegar e perguntar... Porque ninguém era... Eram caminhoneiros. Ninguém era responsável pela paralisação. De quem era a paralisação? Dos caminhoneiros. Nós começamos pelos caminhoneiros.

Os caminhoneiros chegaram lá e disseram: "Valdemar, vamos começar?". Eu disse: olha, rapaz, nós precisamos de cinquenta motoristas. E o que aconteceu? Foram lá e fizeram uma reunião e eu disse: só vou fazer dessa parte aqui. Se vocês concordarem... Todo mundo concordou. E o que aconteceu? Eles vieram, chegaram tocando madeira, tocando gás, gás lacrimogênio nas crianças, nos caras. Os caras ficaram... Chegaram arrombando oficina. Foram arrombando oficina. Fizeram "rebardaria" lá, o que eu acho que não precisava.

Não precisava acontecer isso aí. Eu acho que nós tínhamos... Que chegassem para nós e dissessem: "Vamos liberar!" E nós iríamos liberar. Os motoristas iriam liberar com conversas boas. Mas não! Bancaram o valente. Eu acho que não tem ninguém ladrão lá dentro. Nós somos todos trabalhadores, nós somos todos motoristas.

Então, eu disse para eles – eu falei para eles mesmo, a Virgínia está ali de prova de que eu falei; ela me escutou, ela me ligou na hora –, eu disse: esses aqui são todos baderneiros.

O que fizeram a nós lá é como se todos fossem baderneiros. Eu acho que, se chegassem, numa boa, a nós, não teria havido aquilo que aconteceu lá. O que aconteceu? Foram lá, pegaram um cara que estava soldando – ele veio com a máscara, acharam que o cara tinha vindo com máscara –, prenderam o rapaz dentro da oficina. Quiseram invadir a oficina e pegar gente lá dentro, porque não conseguiram pegar lá em cima do asfalto, ali, em cima da rodovia. Foram lá, pegaram os caras, mas terminaram soltando o rapaz.

Eu acho que é muita imprudência deles chegar desse jeito lá, porque lá nós temos motoristas, não somos bandidos. Então, eu acho muita falta do Governo fazer isso aí. Deveria tratar o motorista como um cidadão brasileiro mesmo.

Nós hoje estamos transportando as cargas e temos sentido uma dificuldade imensa, por quê? Porque o frete nosso não está compensando. Por que não está compensando? O óleo diesel está caro, está muito caro, e o frete está lá em baixo. Subiu tudo. A única coisa que não subiu, que nós estamos ainda considerando, é o pneu. O pneu ainda está mais ou menos. Mas o resto...

Eu tenho um cooperativa lá. Faz dois anos que eu comecei a cooperativa. Estava vendendo óleo a R\$145,00, o óleo lubrificante para motor. Hoje está R\$215,00. Então, não tem como a gente trabalhar.

O motorista hoje está tirando dinheiro do bolso, está tirando dinheiro dos fretes que ele já fez para sustentar o caminhão. Eu tiro por mim. Faz um ano que eu tinha um motorista, iniciei uma microempresa. Tinha que registrar empregado, tinha que falar, tinha que pagar todos os direitos dele. Todo o dinheiro que vinha do caminhão para o mês não dava para pagar as despesas. Tinha de tirar dinheiro do meu ordenado, eu estava na cooperativa, para pagar as despesas do caminhão. E o meu caminhão não era um caminhão velho que rodava muito. Mas é que não funciona. O frete não está dando para manter a despesa do caminhão hoje.

Então, eu acho que o Governo tem de enxergar isso aí, o Governo, os Senadores e mais: Deputados e Governador, porque eu acho que têm que dar uma força para o caminhoneiro, porque o caminhoneiro é que levanta o Brasil. O Brasil hoje é comandado pelo caminhão, pelo transporte. A Presidenta falou que não precisava de caminhão para transporte. Eu acho que ela está muito enganada, porque hoje quem é que transporta por avião, quem é que transporta por trem, quem é que transporta por navio, se não por caminhão?

Então, acho que hoje nós temos uma responsabilidade muito grande pelo caminhoneiro. Eu acho que eles têm que olhar pelo caminhoneiro, porque o caminhoneiro hoje está sustentando o Brasil inteiro, transportando alimentos, estão sustentando o Brasil inteiro, até mesmo a Presidenta. Quem é que sustenta a Presidenta? Quem é que trabalha para ela? Quem é que trabalha para o Governo? Quem é que trabalha para o Senador? Quem é que trabalha? Quem é que leva mercadoria se não o caminhoneiro?

Então, acho que o caminhoneiro tem que receber um pouco mais de compreensão. Ela tem que ter mais um pouco de compreensão com o caminhoneiro, porque é o caminhoneiro que transporta todo o País.

Outra coisa sobre a qual o Sr. Senador falou aqui é que nós hoje, na estrada, somos muito multados. Multados, por quê? Eu acho que tem que ter uma fiscalização severa para quem anda mal na estrada. Mas eu acho que quem anda certo não têm de fiscalizar. Hoje eles estão fiscalizando quem anda certo. Os que andam certo eles estão fiscalizando. Quem anda errado não fiscalizam.

Hoje nós temos a maior dificuldade em São Paulo, no Rio de Janeiro, em toda cidade para a entrada de caminhão, por quê? No mês passado me roubaram um caminhão dentro de São Paulo. O cara estava descarregando e, quando foi engatar a outra carretinha, levaram o caminhão. E até agora não o encontrei. O caminhão tinha adesivo, era cheio daqueles adesivos que colocam no caminhão, tinha 85 adesivos. Era um caminhão Volvo 440. O que eles querem com esse caminhão? Acho que esse caminhão está até trabalhando nas caçambas por aí por Santos, São Paulo.

Então, é difícil da gente encontrar, e não encontra mais.

O problema é que nós temos que ter segurança. Nós temos que ter segurança no País, o que não temos hoje. Em todo o lugar a que nós vamos hoje não temos segurança. Não tem ninguém por nós. Nós chegamos, estacionamos o caminhão numa rua qualquer aí e tem gente que só quer tirar o caminhão. Por quê? É o caminhão que está trazendo mercadoria pra eles. Eles deviam dizer: “Não, fulano, encosta do lado ali que ali tem um lugarzinho, arruma um lugarzinho melhor.” Mas não. Tiram o caminhoneiro a tapas, a bem-dizer, da cidade, a tapas da cidade. Então, hoje nós temos que dar previsão a isso aí. Porque, senão, o caminhoneiro hoje não vai à cidade nenhuma.

Vocês querem mercadoria? Querem comer? Tem que ter o caminhão. Se não tiver o caminhão hoje, se não se der valor ao caminhão, eu acho que estamos atrasados. Eu sinto isso aí. Acho que o Governo tem que dar mais assistência ao caminhoneiro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Sr. Valdemar, Presidente da Associação dos Proprietários de Caminhão de São José. (*Palmas.*)

Pessoal, eu não sou especialista na área, mas eu conversava aqui com o Sr. Valdemar e também com o Litti, por que há quatro líderes de Três Cachoeiras, que vão falar aqui? Porque, trancando Três Cachoeiras, ninguém entra e ninguém sai, via Rio Grande do Sul, 101. Lá era o movimento mais forte que estava havendo no Estado sem prejuízo de outra zona que o Litti vai falar. E foi fazendo um apelo para eles... E um dos compromissos foi esta audiência de hoje, um dos compromissos foi a conversa que eu tive com a Gleisi, Gleisi Hoffmann, daquele projeto. Liguei para o Ministro Miguel Rossetto, que disse: “Pode assegurar”. E quero dizer que o Miguel, até agora, tem cumprido com a palavra dele. O Ministro Miguel Rossetto, meu diretor aqui, tem cumprido. “Pode falar para os líderes que eles suspendam o movimento para nós dialogarmos até o dia 10 e algumas coisas vocês me levantarem”. Inclusive você levantou aquela previsão da preocupação maior, eu passei para ele. Congela o diesel, mas daqui a cinco, seis meses, um ano, sei lá o que, o diesel dispara e como é que fica, daí, a situação de vocês se o frete está congelado e o diesel dispara? Tudo isso eu passei para ele. Liguei pra vocês, falei com todos vocês. “Olha, nós vamos fazer a nossa parte.” E vocês fizeram e por isso estão aqui. Eu me comprometi que faria uma audiência pública no dia de hoje, como está acontecendo agora. Então, de tudo o que você falou aqui eu sou testemunha porque, por telefone, nós conversávamos.

Antes de passar a palavra para o próximo convidado, quero registrar aqui a presença de dois Senadores que tiveram conosco também nessa caminhada, dialogando, conversando, buscando contribuir para aquilo que eu chamo a grande concertação, o grande diálogo entre todos os setores da sociedade, buscando o atendimento às reivindicações dos caminhoneiros e também, claro, à situação do País, que se encontrava praticamente parado pela força da mobilização de vocês.

Eu queria cumprimentar primeiro ele, porque hoje ele está de aniversário, Senador Hélio José, o aniversariante de hoje aqui. (*Palmas.*)

Aqui os Senadores usam a palavra no momento que acharem mais adequado. Escolhem o momento.

Também quero cumprimentar o Senador José Medeiros, que inclusive conversou comigo, pediu que eu interagisse também para uma reunião junto ao Ministro Miguel Rossetto. Assim eu o fiz. E ele, de imediato, me deu retorno. Aí você já estava junto com o Senador Blairo Maggi, que ajudou também, que já estava se deslocando para lá, porque o Senador Blairo Maggi também deve ter feito o mesmo pedido. Mas quero demonstrar que você estava interessadíssimo em ajudar a resolver a questão. Por isso, junto com alguns motoristas, líderes, estava disposto a ir lá conversar também.

Eu quero fazer esse registro. Parabéns aos Senadores que têm compromisso com a causa. (*Palmas.*)

Vou passar a palavra agora, seguindo pela sequência aqui – os dois Senadores usam a palavra a qualquer momento, no momento que entenderem –, ao Presidente do Sindicato dos Caminhoneiros Transportadores Autônomos lá do Rio Grande, o Sinditac, o líder Carlos Alberto Litti Dahmer.

Quero lembrar outra vez, pessoal, que o Litti, na quinta ou sexta que antecedeu à paralisação, estive junto com o Bira e outros companheiro, em torno de vinte, aqui no cafezinho do Senado, e falava exatamente o que ia acontecer. Disse: “Olha, se não tiver solução [aí o senhor levantou principalmente o frete, né?] para essa série de reivindicações, vai acontecer exatamente isso.” Daí, eles foram até o Ministro Miguel Rossetto, dialogaram, mas não houve tempo pra encaminhar uma negociação.

Dialogaram, mas não houve tempo para encaminharem uma negociação. mesmo com a boa vontade, quero aqui destacar, do trabalho do Miguel. Não houve tempo, e a paralisação aconteceu.

Com a palavra, Litti.

O SR. CARLOS ALBERTO LITTI DAHMER – Bom dia, Senador Paulo Paim. Cumprimentando V. Ex^a, cumprimento o Diretor da ANTT, Jorge Bastos; o Luiz Carlos, da Fenacat; o Valdemar, companheiro importantíssimo não dessa paralisação, mas já de longas outras atividades, como Três Cachoeiras e Ijuí. São companheiros de luta mesmo sem uma proximidade de diálogo, o que começa a acontecer hoje. No movimento, sempre são espelho para o Rio Grande, como que dizia do Senador Paulo Paim, na parte litorânea; e nós, como maior entroncamento do Rio Grande do Sul, ligando o Porto de Rio Grande, o trevo de acesso ao Porto de Rio Grande, lá em Ijuí, com o Mercosul, a rodovia que transporta o Mercosul. Esses são pontos estratégicos nos movimentos.

Um abraço ao Festino, companheiro também de longo diálogo nas negociações e também dentro da Comissão de Saúde, no Ministério da Saúde, saúde do trabalhador. Cumprimentando a Jacqueline, cumprimento todas as mulheres, saudando ontem o Dia Internacional da Mulher, suas conquistas e lutas.

É importante fazer um resgate em cima do que o Senador falava. Antes, cumprimento – eu estava me esquecendo – meus companheiros que estão no plenário: Vantuir José Rodrigues, do Sinditac de Goiás; Durão, também do Sinditac de Goiás; Esmeraldo, do Catalão; meu companheiro Chico Nehring, da Diretoria do

Sindicato de Ijuí; Henrique Ferla, de Garibaldi; e também o Marcelo Prado, que é Superintendente da ANTT. Um abraço a todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, são todos bem-vindos, companheiros da Nova Central também, que se encontram de amarelo.

São pessoas que conheço há anos, de peleias que travamos juntos.

O SR. CARLOS ALBERTO LITTI DAHMER – Aqui também me pronuncio pela Central Geral dos Trabalhadores do Brasil, pela CGTB, companheiro Ubiraci Dantas de Oliveira, que também esteve presente ao longo dessas negociações.

Quero buscar uma reflexão um pouco anterior ao movimento, na linha que o Senador Paulo Paim disse para nós aqui. Em 7 de maio de 2014, o então Ministro da Secretaria da Presidência, Gilberto Carvalho, recebeu uma comitiva de mais ou menos 30 sindicalistas com uma pauta de reivindicações. Muito desse cenário foi apresentado lá então. Ficamos de estudar, ficamos de estudar, passamos o ano e fomos reprovados porque não estudamos o suficiente.

Em novembro, no Encontro Nacional dos Transportadores Autônomos, em Sorocaba, tirou novamente uma pauta. E, em novembro, em 26 de novembro, houve uma audiência com José Feijó, e foi entregue uma pauta de reivindicações, entre elas, um canal permanente de negociação.

A renegociação das dívidas dos transportadores autônomos de carga era o segundo item, com renegociação dos financiamentos, garantindo uma carência de um ano para o início do pagamento de novas parcelas, prorrogação do prazo de refinanciamento por um período igual ao contratado originalmente, a não cobrança de juros sobre os novos valores financiados.

Terceiro: criação de um programa permanente de financiamento destinado exclusivamente à renovação da frota dos autônomos, nas seguintes condições: o aceite do atual veículo de propriedade do autônomos como parte do pagamento desde que com idade mínima de 15 anos e que deveria ser retirado de circulação; limite para a participação no programa Um Veículo por Caminhoneiro Autônomo; carência de um ano para o início do pagamento, com juros limitados a 1,5% ano ano e 120 meses de prazo para pagar. Isso para melhorar a manutenção, o seu custo, e retirar esse caminhão. Essa frota, segundo dados da ANTT, gira em torno de 21 anos, caminhões velhos que estão aí. Além disso, implantação de pontos de parada, com estrutura de saúde, conforto, pouso alimentação, segurança, administrado pelas associações, pelos sindicatos, pelas cooperativas como forma de alavancar isso e ter menor custo por caminhoneiro.

Outro: a melhoria das condições das rodovias, com a apresentação de todas as obras contratadas ou em execução nas rodovias federais e estaduais e os cronogramas dessas obras;

6º – criação da tabela mínima de frete para o transportador;

7º – proibição do repasse das obrigações tributárias próprias das transportadoras sobre os fretes repassados aos autônomos. Aqui, existe diferenciação entre um autônomo e o da contratação por empresa em 9,25, que é a oneração que a empresa tem ao contratar um transportador autônomo.

Por isso, dificulta a questão no frete, a diminuição de uma obrigação que é da transportadora para fazer. Ou o Governo fiscaliza as transportadoras para que cumpram com as obrigações que são delas, ou desonera a folha – eram as proposições que nós tínhamos.

A criação de uma secretaria especial para a área de transporte rodoviário – aqui, o dado, Sr. Valdemar: 64% de tudo que é produzido é transporte rodoviário. Então, a importância fundamental que tem o caminhão no sistema que foi criado ao longo de mais de 50, 60 anos, quando se optou por essa modalidade.

Esse modal é significativo e dizer que não é importante é, no mínimo, desconhecer a realidade.

9º – a indicação, pelo setor, de um membro representante, para participar do Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transportes, Conit, que é algo que discute.

Bom, isso chegou, novamente, à mão do Feijó. Nada aconteceu, nem uma reunião de avanço, para a frente.

Quando da troca do comando e que veio para o Miguel Rossetto, nós buscamos, novamente, esse contato e, aí, a sua participação foi fundamental, porque nós viemos para uma audiência pública a respeito da Resolução 3056, da ANTT, naquela data – e foi em 25 de fevereiro, se não me falha a memória –, e nós dissemos lá: “Senador, estamos preocupados e não estamos conseguindo o diálogo, aí, com alguém que nos escute.” De pronto, o senhor chamou, o Miguel Rossetto atendeu na mesma hora, e estávamos em mais de 20 representantes de 14 Estados, SINDITACs do Brasil, e, na reunião com o Ministro, fomos muito claros: “Ministro, é um barril de pólvora que está para explodir. Precisa medidas urgentes que tem que tocar, porque isso vai acontecer e não vai ter comando. Isso vai ser voluntário. Não vai ter ninguém que venha, não vai ser confederação, não vai ser federação, não vai ser sindicato. Vai ser um movimento voluntário e sem controle. E o que irá acontecer está por aí.”

Na oportunidade, inclusive, reforçando o que seriam os passos iniciais para que isso fosse, nós tocamos na questão do óleo diesel, e lá, já...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Você insistiu muito nessa questão do óleo diesel.

O SR. CARLOS ALBERTO LITTI DAHMER – Com toda a transparência e com toda a clareza que o Ministro nos mostrou, disse: “Olha, isso não é possível.” E eu falei para ele, ainda, no final: “Isso vai dar problema, porque o setor não aguenta mais, porque de 50% a 60% daquilo que você faz no frete representam o óleo diesel na sua planilha de custo.”

Então, eu dou um exemplo: é como se qualquer trabalhador assalariado, pelo menor salário, o salário mínimo, ou pelo maior salário que tiver, como se ele gastasse, para sair da sua casa até o seu local de trabalho, 60% do seu salário. Não tem condição de manutenção disso. Então, medidas precisavam ser tomadas.

Não deu, não aconteceu, parou o País, voluntariamente, e, aí, um problema para o Governo: com quem vai negociar, quem vai chamar para ter a representatividade se cada um é liderança? Se todos são lideranças e o País inteiro parou, quem chamar?

No meu entender, o Governo fez o procedimento correto: chamou aquelas lideranças que, segundo o Ministério do Trabalho, estão... As confederações, CNTA, CNT, federações, sindicatos. Esse grupo, no qual eu também estou, que negociou e avisou o Governo, foi chamado para essa primeira audiência numa quarta-feira, não lembro a data agora, para uma tentativa de negociação.

Isso entabulou algumas coisas, que vocês já conhecem, nos avanços que verdadeiramente tem, é inegável: sem veto; a questão dos pontos de parada; a questão do eixo suspenso no pedágio; os 5% do peso bruto total de tolerância; os 10% no entre-eixo; o aumento da diária, a partir da quinta hora, de R\$1,00 para R\$1,38 por tonelada/hora; uma flexibilização...

(Soa a campanha.)

O SR. CARLOS ALBERTO LITTI DAHMER – ...na jornada de trabalho. Nem a prisão dos onze e a negociação, ainda que ela toda produzida, como o Festino relatou antes... Os pontos de parada, a obrigatoriedade de ter uma linha de crédito, e, aí, a gente tem que trabalhar, novamente, na questão das cooperativas das associações, nisso tudo é inegável que tem um avanço. Mas ainda, e o Dr. Jorge Bastos estava nessa reunião, na quarta-feira, entrou a questão: “E o óleo diesel, Ministro?” “Não, esse é intocável.”

Naquele momento, eu disse: “Isso não vai dialogar com a base. Essas medidas que serão assinadas aqui não suspendem o movimento, porque a questão é, agora, de custo maior.”

Eu, inclusive, disse aos meus companheiros que isso era um tiro no pé, que não ia parar esse movimento, que ele iria se tornar maior ainda. E mais: que, assim, não assino o documento, retiro-me e volto para o Rio Grande para continuar a luta. E, realmente, foi o que aconteceu, Senador.

Antes do acordo, no Rio Grande do Sul, eram 48 pontos de parada. Assinado o acordo, quase que se duplicou, passando a 86 pontos. Então, isso significa que a base, realmente, não aceitou isso. Não por culpa... Não está aqui nenhum tipo de mácula a quem dos companheiros lá estava presente na tentativa de abrir negociação, mas do entendimento de que isso não ia dialogar.

Seguiu o movimento e, na outra quarta-feira, depois de muita interferência do senhor, que esteve conosco lá, e do gabinete da Senadora Gleisi Hoffmann, que ajudou, mas nada se produziu. Até que, enfim, na quarta-feira, numa nova rodada, o Ministro Miguel Rossetto recebeu um novo comando, que se formou pelas pessoas que estavam em cada ponto fazendo a liderança – e aqui está o companheiro Henrique Ferla, que fez parte desse movimento – e, unificando as vozes dissidentes, montou-se um novo grupo que foi para uma conversa com o Miguel Rossetto, apresentando uma pauta mínima para solucionar o problema, a partir da reunião de amanhã, a fim de que dê possibilidade.

Gostaria de fazer a leitura daquilo que ficou da nossa produção com o Governo.

a. Redução do percentual do último aumento...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É importante que você faça a leitura, porque esta nossa audiência pública está sendo transmitida ao vivo para todo o Brasil, e, segundo informação que recebi, é uma das audiências com o maior número de telespectadores, que sabiam que esse tema seria aprofundado aqui.

O SR. CARLOS ALBERTO LITTI DAHMER – Então, nós colocamos para o Ministro, a fim de que houvesse uma trégua do movimento, enquanto se produziam os resultados, os seguintes itens:

a. redução do percentual do último aumento de PIS e Cofins sobre o óleo diesel;

b. que o governo defina a opção por uma tabela mínima de frete, nas discussões que serão realizadas no dia 10 de março, amanhã, sob a coordenação do Ministério dos Transportes, e que, no prazo de 45 dias, implemente essa tabela mínima.

E já temos, agora, a notícia de que essa reunião se dará amanhã, no auditório da ANTT, a partir das 9 horas, quando iniciaremos essa negociação para a produção de uma tabela mínima.

O item “c”, fundamental para o trabalhador autônomo – fundamental! –, trata da abertura de uma linha de crédito especial para o transportador autônomo de cargas, no limite de R\$50 mil, carência de três meses, 24 meses para pagar e juros de 2,5% ao ano.

E por que isso? Porque não chega a 10% o número de transportadores autônomos que conseguiu pegar a linha de crédito do Procaminhoneiro, e que seria o refinanciamento a fazer. E por conta de quê? Não conseguiam comprovar a renda, tinham dificuldades econômicas para o acesso a esse crédito. Isso aqui significa, mais ou menos, R\$4 bilhões que o Governo coloca na economia, para que o caminhoneiro vá lá saldar a oficina, saldar o posto, pagar o pneu, arejando a vida econômica da região, porque, inclusive, isso é dinheiro injetado indiretamente na economia; e vai aguardar enquanto se implementa essa tabela mínima de frete, conseguindo respirar para poder tocar. É importante que seja para todos os caminhoneiros autônomos, inclusive aqueles que estão negativados, que são muitos. Dos 800 mil caminhoneiros autônomos que temos aí, podemos dizer que 70% estão nessas condições difíceis. A exemplo do que o Governo já faz com a agricultura familiar, com os pequenos produtores, abrindo essa linha.

d. reserva de mercado...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Até para os grandes investimentos, que são sempre renegociados.

O SR. CARLOS ALBERTO LITTI DAHMER – Reserva de mercado de 40% dos produtos transportados no País, que sejam lotes de propriedade do governo, através dos seus estoques reguladores ou que tenham financiamento público, para que sejam transportados pelos autônomos através das suas cooperativas.

É uma iniciativa de reserva para que a cooperativa, evidentemente, proporcione ao seu cooperado um frete diferenciado, tirando a concorrência desleal das empresas de transporte.

A letra “e”, para a qual o Governo já acenou, trata da carência de 12 meses para o pagamento das parcelas de financiamento para cada conjunto – caminhões, carretas e semirreboques –, até o limite máximo de três conjuntos, dos contratos em vigor, independentemente da modalidade contratada – Procaminhoneiro, Finame e outros. Aqui, ele avança um pouquinho, pois é para os transportadores autônomos, para as empresas de pequeno porte e as grandes também. Então, são três contratos que igualam a todos, dando condições isonômicas para todos de se beneficiarem do programa.

Observados os prazos dos contratos originais, tudo aquilo que foi contratado joga-se para frente, e sem juros.

O item “f” acho que é muito importante para coisas futuras que nós precisamos regulamentar: um fórum permanente de debate para discutir as demandas apresentadas e oriundas da paralisação nacional, porque, depois que houve o movimento de paralisação, todos se somaram – alguns na carona, outros não – e apresentaram as suas demandas ao Governo e que, evidentemente, têm que ser discutidas e ampliadas.

Por último, o perdão das multas e notificações, conforme a Lei nº 13.603, de 2015, art. 22, e processos judiciais aplicadas durante as paralisações aos transportadores – que foi o que o Sr. Valdemar falou: a Força Nacional, fazendo com que multas de R\$10 mil para o cara que estivesse parado, inclusive nos 45m de distância, num direito legítimo de greve, direito que a Constituição permite. Foram obrigados a voltar a rodar porque a polícia usou a força para isso, senão iam usar o poder econômico dos R\$10 mil para dismantelar.

E as lideranças do movimento, que, ao longo do País, se manifestaram e que também estão com esse problema.

Isso está aqui colocado e, amanhã, parte disso será discutido.

Para finalizar, Senador Paim, quero dizer que a luta do Cléber, o tombamento do Cléber nos revigora, nos dá força, porque essa justa causa que ele defendia não será abandonada, teremos tantas outras lideranças, como foi o Cléber, e vamos nos pegar no seu exemplo de força, de garra, de determinação para seguir na luta. Meus pêsames à família do Cléber, mas saiba que o sonho dele é meu sonho, o sonho dele é o sonho da nossa categoria e a vida que se foi renascerá em forma de luta para a melhoria de muitas outras vidas.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o líder sindical Carlos Alberto Litti Dahmer, Presidente do Sindicato de Transportadores Autônomos do Rio Grande do Sul (Sinditac).

Parabéns ao Litti, que fez uma exposição com muita clareza e respeitosa, apontando que a sua liderança é de fortalecer o movimento, mas aberto ao diálogo, na mesma linha que fez aqui o Sr. Valdemar, com a sua experiência no dia a dia da peleia.

Vou passar a palavra ao Luiz Carlos Neves, Presidente da Federação Nacional das Associações de Caminhoneiros e Transportadores (Fenacat).

O SR. LUIZ CARLOS NEVES – Bom dia a todos. Agradeço ao Senador Paulo Paim por mais esta oportunidade de estarmos aqui defendendo os caminhoneiros.

Quero agradecer também a presença no auditório do Litti, do Jorge Bastos, do Valdemar, do Festina, da Jaqueline e de todos.

Como foi falado pelo Litti, eu tenho acompanhado, a Fenacat tem realmente acompanhado toda essa luta do caminhoneiro. Sou um caminhoneiro. Participamos de várias reuniões com o Litti e com todo o setor sindical. É um momento do transporte rodoviário fazer todas essas reivindicações, porque realmente chegamos a um gargalo. A gente não aguenta mais essa situação do transporte rodoviário. E esse é o momento. Estamos sendo recepcionados pelo Governo, atendendo às nossas reivindicações. Agora, basta nos unirmos para construir um objetivo, uma tabela de frete – a principal ordem – que venha atender aos anseios de toda a categoria.

Então, por tudo isso que está sendo feito, por que a Fenacat está envolvida? Porque há um projeto de lei tramitando no Senado, o 356, de 2012, de autoria do Senador – quando nós o procuramos, ele apresentou esse projeto –, que vem tratar da regulamentação das associações de transportadores rodoviários de cargas e autônomos. O que vêm a ser essas associações? Hoje, a maior dificuldade do caminhoneiro, como nós já falamos aqui, é que ele não consegue nem sobreviver do seu transporte, quanto mais pagar um seguro. Hoje, nenhum transportador.. A gente fala até das empresas grandes, que bancam seu próprio risco. Ninguém faz seguro, a não ser a responsabilidade civil que o embarcadores e transportadores grandes acabam fazendo.

Mas o pequeno, o transportador autônomo não tem essa condição, pelos preços praticados pelo mercado de seguros que são exorbitantes. Eles alegam que é em função das condições da rodovia, do ano dos caminhões. Há uma série de fatores e realmente o mercado de seguradoras acaba declinando esses riscos e nos deixando à margem de tudo isso.

É aquilo que o mercado faz. Se o mercado está expurgando uma coisa, então a gente cria soluções. Qual foi a solução? Criar essas associações de transportadoras e caminhoneiros. É lógico que dentro do que foi criado sempre aparecem os oportunistas querendo tirar proveito disso. Por isso estamos buscando essa regulamentação, para que venha definir quem vai poder constituir essas associações e de que forma podem ser constituídas, para que não venham a lesar nenhum caminhoneiro.

A gente tem esse projeto que está em tramitação; tem a relatoria agora, quando definir a Comissão que ainda não está definida. A hora em que definir a Comissão, já temos confirmado que a Senadora Gleisi Hoffmann vai pegar essa relatoria do nosso projeto. E é o apoio que peço aos senhores que são do transporte, como eu sou do transporte. Que todos venham realmente nos apoiar porque isso vai trazer um importante benefício para o caminhoneiro em relação aos custos. Hoje a gente realmente não consegue fazer. E vai ajudar também a toda a sociedade.

A partir do momento em que o setor de transporte com o autônomo consigam criar coberturas... Até o Seguro de Responsabilidade Civil – é bom deixar bem enfatizado aqui – algumas associações... nós como associações temos dificuldade de contratar. Por quê? Como nós fazemos a autogestão do nosso risco, o Seguro de Responsabilidade Civil não quer aceitar, alegando que o seguro das associações é uma maneira de pressionar para que não façamos esse seguro e contratemos com a seguradora. Até com o risco de responsabilidade civil a gente tem essa dificuldade, porque você só consegue contratar individualmente. Mas individualmente, o custo geralmente é impraticável.

Então, há necessidade de construir apólices coletivas dentro das associações, com o risco pela seguradora, a fim de que possamos fazer esses seguros e até garantindo, quando houver um acidente, a reparação do dano daquele que causou o acidente. Hoje o Estado acaba tendo todo esse ônus. A gente vê todas essas coisas acontecendo.

Estamos fazendo parte disso. Essa lei que foi criada agora, dos caminhoneiros, é importantíssima. E dentro de tudo isso que está sendo colocado para nós e essa discussão junto ao Governo, eu peço o apoio de vocês para que nos fortaleçamos e passemos mais esse projeto, que é do interesse do caminhoneiro.

Lembro aqui de dar os meus sentimentos para a família do Cléber, que foi uma pessoa que lutou; e sua luta não foi em vão, vamos continuar aqui batalhando para que a vida do caminhoneiro e do autônomo seja melhor, para todos nós. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Esse foi o Luiz Carlos Neves, Presidente da Federação Nacional das Associações de Caminhoneiros e Transportadores (Fenacat).

Só lembrar que esse projeto já teve parecer favorável do atual Ministro do Tribunal de Contas e ex-Senador Vital do Rêgo. E lá tem um artigo, também, em que ele pede a anistia das multas.

Segundo me disseram num congresso em que eu estive, as multas já ultrapassam R\$200 milhões a R\$300 milhões. Nem se os caminhoneiros entregarem todos os seus caminhões vão conseguir pagar essa multa. Então, tem toda uma lógica.

Eu só apresentei o projeto porque vi que era justo. Não sou de apresentar projeto por apresentar. Quando me mostraram essa realidade, eu apresentei o projeto. Eu quero dizer que vamos marcar uma audiência pública aqui entre Fenacat, Susepe e também a relatora, juntos na mesa, para resolver essa questão de uma vez por todas. E é o Congresso, não é o Executivo. Nós que temos de resolver. O projeto está aqui, é só votá-lo. Depois, quanto à questão de veto ou não, é outra negociação. Mas essa responsabilidade é do Senado e da Câmara e não dá para passá-la para outro Poder.

Vou passar a palavra, agora, para a representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), Dr^a Jaqueline Carrijo.

Quero lembrar a todos que o Dr. Jorge fará sua fala em nome do Governo quando todos os expositores colocarem o seu ponto de vista.

Assim, Dr^a Jacqueline Carrijo.

A SR^a JACQUELINE CARRIJO – Bom dia a todos.

Para nós, é uma honra, Senador, estar presentes nesta mesa, nesta discussão. O senhor sabe disso. Temos participado desde a época da elaboração da Lei nº 12.619, a qual defendemos.

Eu começo aqui rendendo minhas homenagens às mulheres, às viúvas, às mães de todos os motoristas assassinados no transporte ao longo dos anos, por conta dessa selvageria que existe nos contratos individuais e coletivos de trabalho, que têm sido muito pouco discutidos.

Eu falo em nome da nossa categoria dos auditores fiscais do trabalho. Nós defendemos a classe trabalhadora de maneira integral. Para nós, não importa se você é autônomo, se você é eventual, se você é celetista, se você é estatutário, se você é doméstico. Hoje, a selvageria no trânsito alcança todo mundo.

Eu estava até comentando aqui com o Festino e os sindicalistas que estão aqui que eu rendo também as minhas homenagens ao pessoal que está fazendo esse movimento, porque o que faltou na época na defesa da Lei nº 12.619 foi isto: os trabalhadores defendendo uma jornada de trabalho digna sem redução de salário, sem redução daquilo que garante a sua sobrevivência digna. Quando os autônomos, legitimamente, falam a respeito do frete, isso é o quê? É comida da família. Quando ele falou a respeito da manutenção do veículo, como é que se faz manutenção do veículo com uma margem de lucro reduzidíssima como acontece hoje? Então, nós defendemos o movimento. Entendemos que o Governo tem de ser provocado, sim, de maneira direta e inequívoca, que todas as autoridades políticas e de Estado têm de ser provocadas. As autoridades de Estado não podem ficar numa postura de enterrar a democracia, porque é uma reivindicação legítima da classe trabalhadora.

A única coisa de que falo abertamente também que sou contra é essa dicotomia, essa separação entre celetistas e autônomos, como se houvesse reivindicações e causas separadas. Não são. São idênticas. E cadê os trabalhadores celetistas, cadê os estatutários nas ruas também, ajudando, fortalecendo esse movimento? Olhem só a gravidade da situação e o quanto impacta politicamente! Quando vocês foram às ruas, saiu da mesa da Presidência da República a assinatura da revogação da Lei nº 12.619.

Eu sei, porque eu converso muito com vocês, que vocês não são a favor de jornada de trabalho exaustiva. Não são. Vocês querem relações comerciais justas, e relações comerciais justas implicam boas condições de trabalho para todos os trabalhadores, para a classe como um todo.

Ficamos indignados de perceber que, para a riqueza nacional, para o equilíbrio econômico hoje, a classe trabalhadora tenha de continuar a ser sacrificada. Hoje, Senador, o Governo, o Estado depende da superexploração dessa mão de obra. Puxa vida! Acho que já superamos a fase da escravidão – não está superada, não? –, a fase de ter se submeter a toda e qualquer condição de trabalho para garantir sua sobrevivência no final do mês.

As oligarquias rurais têm de ser enterradas aqui, no Congresso Nacional, nos tribunais, onde for. Enquanto houver oligarquia rural mandando e desmandando neste País, nós não vamos passar dessa fase de escravidão, nós não vamos superar essa fase de ineficiência de Estado, pois é isso que acontece. Hoje, pegando todos os indicadores econômicos e políticos do Brasil, vê-se que está todo mundo se afastando daqui. Profissionais qualificados hoje não querem vir para cá, e os que estão aqui querem ir embora. O que é? Vamos nos tornar quintal para superexploração, para o trabalho escravo?

Hoje, caminhoneiro, celetista, estatutário, a pessoa que transporta é um escravo do caminhão, ele não pode sair, ele tem de ficar perto dele, ele é vigia, ele se torna polícia, ele tem de assumir a segurança pública. Há assalto e, então, para proteger a carga e o veículo... Ou seja, com a vida dele ninguém se importa. Seguradoras? Procaminhoneiro. Vamos pegar a estatística. Cadê o Ministério Público Federal para verificar no Procaminhoneiro se os trabalhadores que mais precisam do crédito estão tendo acesso a ele?

Gente, eu sou do transporte também. Eu faço pista e rodovia. Quando eu rendo homenagem às vítimas, é porque eu estou cansada de fazer investigação de acidente fatal. Essa é a realidade da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Rodoviária Estadual, dos auditores fiscais, de todos nós que fazemos essas investigações.

O meu sonho, Senador, é que aqui no Brasil nós tenhamos um controle efetivo sobre essas relações. E justo, é claro, mas a ponto de acontecer como acontece, por exemplo, nos Estados Unidos, onde, quando um veículo tomba ou causa uma tragédia, é investigado em todas as frentes: se o trabalhador falhou, se o erro foi dele, se ele usou droga, se ele bebeu, se ele foi irresponsável.

Aí eu vou voltar a um ponto: não defendemos jornada de trabalho exaustiva, mas também não defendemos que os trabalhadores usem isso como argumento para ficar usando droga, para usar álcool e drogas para ficar acordado para, no final do mês, conseguir um ganho razoável e tudo o mais.

O Brasil tinha de ter, falta isso no País, fiscalização. Quando o Festino disse que uma lei não pega... Se realmente não houver fiscalização, lei nenhuma pega, não é Festino? Fala sério!

Onde está o Ministério da Justiça, que capacitou, ou deveria ter capacitado, todos os policiais rodoviários para fiscalização de jornada de trabalho?

Se todo mundo estivesse tendo essa atenção com a jornada de trabalho, a Lei 12.619 teria pegado, e não estariam fazendo essas argumentações de sabotagem, porque para mim é pura sabotagem, dizendo que ela não pega porque é injusta. Não. Muito pelo contrário, afinal de contas, a quem interessa ficar mantendo jornada de trabalho exaustiva? A quem interessa não fazer troca de veículo? A quem interessa não fazer controle toxicológico, porque, afinal de contas, quando você começa a levantar, a revelar um problema, logo, logo vão apontar o quê? Jornada, jornada.

Meu costume na pista, em 20, 30, 40 horas rodadas, é de que rebite já passou da época. Agora é cocaína e crack. Por quê? Para ficar acordado. Por que ele é vagabundo? Não é, não. Vocês me desculpem o termo, mas não é, não. É para ficar acordado para não perder o frete. É para ficar acordado para não perder a entrega da carga ou para que os passageiros estejam no local como no contrato que foi firmado. E essa discussão da jornada está passando à margem.

Se vocês, os trabalhadores, todos eles, não se unirem numa marcha comum, incluindo aí a questão da jornada de trabalho segura, que tipo de construção nós estaremos fazendo para as novas gerações?

Para nós é lamentável, é triste que o tema jornada de trabalho não tenha sido pautado, Presidente, em nenhum momento. Para nós é triste vermos faixas: revogação da Lei 12.619. Pelo amor de Deus! Isso é tiro no pé! Vocês estão trabalhando contra vocês mesmos. É isso que o Governo quer; é isso que os embarcadores querem; é isso que os atravessadores, os agenciadores, entre o embarcador e a transportadora, querem. Como é que vocês vão discutir valor de frete com essa porcaria de atravessador no meio?

A iniciativa é ótima, a dele ali – desculpe-me, não sei o seu nome. É ótima, excelente. Realmente tem de haver entidades que façam essa vigilância. E para fazer vigilância você tem que conhecer o setor. Pouca gente sabe que existem esses atravessadores, esses agenciadores que hoje não têm responsabilidade nenhuma nessa cadeia produtiva e ganham milhões; milhões. Receita Federal não pega, ninguém está pegando. Eles são grandes responsáveis por essa redução dos valores finais que são pagos.

Eu não vou me delongar muito, não, porque eu já falei demais, não é Senador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Falou bem.

A SRª JACQUELINE CARRIJO – A respeito dessa proteção por que a gente tem clamado, penso, Senador – olha, respeito o senhor, o senhor sabe disso, demais; respeito os dignos que estão aqui –, penso que aqueles que pautam suas decisões, em nível político, as do Brasil, em interesses que afrontam padrões mínimos de decência... Porque colocar trabalhador para trabalhar 12 ou 14 horas por dia sem folga, direto, sem controle, é desumano!

As pessoas que tomam essas decisões, mesmo que sejam lideranças políticas, nos desobrigam de honrar qualquer obrigação que tenhamos com elas.

Espero que todos, nessas relações, tenham sabedoria, porque precisamos disso para agir com prudência e honra e também para não deixar que as paixões afetem a verdade. Então, não fiquem separados nessa luta, porque as causas são comuns. Obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Drª Jaqueline Carrijo, representante do Sindicato Nacional dos Auditores do Ministério do Trabalho, que já esteve diversas vezes aqui conosco, sempre com a mesma firmeza e postura, alguém que tem auxiliado sempre esta Comissão de Direitos Humanos. Por isso, caminhamos no mesmo sentido. Se eu errar, a culpada é ela, porque, normalmente, ela é que me aconselha nesses sistemas, viu? Qualquer erro que eu cometer aqui podem xingá-la, e não a mim, não é doutora? Isso é porque ontem foi o dia das mulheres! Isso é uma brincadeira para descontrair. Na verdade, a doutora é, de fato, uma lutadora, por quem tenho muito respeito, e quem tem ajudado muito a melhorar a vida dos trabalhadores.

Neste momento, vamos trocar de Mesa. Essa Mesa vai para o plenário, fica conosco o Dr. Jorge. Vou chamar a segunda Mesa.

A segunda Mesa... Todos vão participar do debate final. Para ganhar tempo, chamo o Sr. Nelson Antônio Selau, representante da Associação dos Proprietários de Caminhões de Três Cachoeiras; Chamo Vinícius Matos Valim, representante dos caminhoneiros autônomos independentes – não veio; Flávio Raupp Lipert; representante do Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens; chamo Marcelo Vinaud Prado, Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário e Multimodais de Cargas, da ANTT; chamo Valdir de Souza Pestana, Presidente da Federação dos Trabalhadores Rodoviários do Estado de São Paulo; chamo o Dr. Adélio Justino Lucas, Procurador do Trabalho da 10ª Região.

Pessoal, vamos fazer, neste momento, uma pequeníssima apresentação entre uma Mesa e outra, em uma pequeníssima homenagem às mulheres. É só rodar o vídeo, depois vamos ao debate.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem (*Palmas.*)

Vamos agora à nossa segunda Mesa.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Senador Paulo Paim, quero um aparte, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – V. Exª não pede aparte; V. Exª já está com a palavra.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Eu gostaria de saudar aqui todos os representantes dos caminhoneiros do Brasil, parabenizando-os, em primeiro lugar, pela produção desse lindo vídeo sobre as mulheres. Eu acho que as mulheres são fundamentais para a nossa sobrevivência, para a nossa vida, e a elas a gente rende todas as homenagens.

Eu, hoje, tenho o privilégio de aniversariar. A minha data de nascimento é um dia após a data em que se comemora o Dia Internacional da Mulher, pelo que fico muito feliz.

Estive com a minha esposa e com todos os demais em meu gabinete e, por isso, cheguei um pouco atrasado. Obrigado, Senador, pela lembrança que colocou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O seu aniversário?

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Sim; do meu aniversário hoje.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então, bem rápido, pessoal, aqui sentados mesmo, vamos cantar os parabéns, porque ele merece.

(Procede-se à homenagem.)

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Valeu!

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Obrigado, Excelência. V. Exª, sempre tão condescendente.

Eu quero dizer aos caminhoneiros do Brasil, às entidades representativas que, realmente, a situação dos transportes, principalmente, pelo estado das rodovias, é muito séria. Preocupa-me bastante a situação de paralisia em várias obras fundamentais. Lendo os jornais de hoje, vemos que várias das obras que foram licitadas estão com dificuldades de terem prosseguimento.

Eu sei o tanto que é difícil trafegar pelas rodovias brasileiras, porque eu mesmo já fiz questão de, em várias oportunidades, durante as férias, andar com o meu próprio carro e conhecer este nosso Brasil imenso, de fora a fora. Já tive oportunidade de ir do Chuí a até praticamente Oiapoque, de carro. Então, sei que vocês enfrentam uma barra muito grande e que, por isso, precisam de toda a atenção possível.

A infraestrutura nacional – e sou da carreira da infraestrutura, sou analista de infraestrutura... Os trabalhadores do Ministério dos Transportes, os trabalhadores do Dnit são trabalhadores da minha categoria. Eu sei do tanto que precisa haver investimentos nessa área e da dificuldade por que vocês passam.

Eu quero rogar para que haja o bom entendimento. Eu acho que as coisas já estão caminhando bem. E quero dizer que nós, aqui do Senado Federal, vamos estar juntos. O Senador Paulo Paim é um entusiasta da causa. Estamos batalhando para poder ajudá-los a ter melhores condições de trabalho, poder ajudá-los a ter uma condição de frete que propicie, realmente, que o caminhoneiro tenha uma vida adequada, uma condição adequada de recebimento de seus salários, de seus proventos, e que os transportadores também exerçam a sua atividade da melhor forma possível, transportando os seus produtos de Norte a Sul deste País.

Entendemos que o transporte brasileiro tem que fazer uma rediscussão adequada de como melhor transportar as suas cargas, independentemente da questão de aqui nós estarmos falando dos caminhoneiros. Os modais de transporte brasileiro têm que ser melhor discutidos, para que a gente torne esse transporte mais ágil, mais econômico e com menos perdas.

Compreendemos o que a Jaqueline coloca, como servidora pública. Eu também sou servidor público federal concursado e sei que é importante o servidor público contribuir para que as políticas públicas e para que os trabalhadores da iniciativa privada possam bem desempenhar as suas tarefas, bem atendendo o País, bem atendendo os consumidores, bem atendendo a todos que necessitam da tarefa de cada um. Então, sou solidário a isso.

O nosso Ministro Miguel Rossetto, em nome da Presidenta da República, a Presidenta Dilma, está negociando, discutindo com vocês uma saída adequada para essa crise. Estamos acompanhando aqui no Senado. E o nosso Presidente da Comissão de Direitos Humanos, S. Ex^a Senador Paulo Paim, está acompanhando mais de perto ainda, e nós estamos aqui junto dele sendo solidários. Do que vocês precisarem nós estaremos encaminhando, tudo dentro de uma compreensão de que é necessário que todos os setores sobrevivam; é necessário que os produtos não fiquem tão caros; é necessário que o caminhoneiro tenha uma condição de vida adequada; é necessário também que o Governo propicie estradas em condições; que o frete não seja tão alto; que as pessoas possam desempenhar as suas atividades; e que o pedágio seja acessível.

Então, nós sabemos que há várias políticas públicas que precisam ser concatenadas e analisadas da melhor forma possível.

Estamos juntos nessa batalha para colaborar. Só queria dizer a vocês que é com muito prazer que estou aqui hoje ouvindo de vocês os pontos de vista. E vamos estar juntos na discussão, acompanhando o próximo. Não sou da área, sou engenheiro mas a minha área é energia elétrica. Trabalho no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, fazendo serviços no Ministério de Minas e Energia. Atualmente sou Senador da República, pelos próximos quatro anos. E espero poder contribuir com essa política pública tão importante que é o transporte de cargas no Brasil, a sobrevivência dos trabalhadores. Já fui diretor da Central Única dos Trabalhadores por alguns mandatos, sou sensível à questão dos trabalhadores, mas temos que olhar todos os lados e trabalhar uma forma adequada a todas as partes envolvidas da melhor forma possível.

Obrigado pela atenção e estamos juntos para ouvi-los e encaminhar o que for possível.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Hélio José, aniversariante do dia.

Vamos de imediato à nossa mesa. Passamos a palavra ao Sr. Nelson Selau, representante da Associação dos Proprietários de Caminhões de Três Cachoeiras (Aprotec).

O SR. NELSON ANTÔNIO SELAU – Bom dia a todos presentes, Senador Paulo Paim e todos que compõem a mesa, o Sr. Valdemar, Dr^a Virgínia, Luís Carlos Neves, todos que estão aqui.

Pessoal, eu quero falar sobre o banco BNDES. O caminhoneiro autônomo, o pequeno e o médio caminhoneiro, que tem de um a dois, três, quatro caminhões, vai lá fazer um Procaminhoneiro; e chega lá, aprovam o financiamento e ele fica contente. Ao mesmo tempo, fica triste porque o banco exige que ele faça o seguro no banco. Daí, o valor que foi aprovado no Procaminhoneiro dele, R\$4,3 mil, R\$5 mil, quando ele vai fazer o seguro com o banco, fica triste porque não consegue mais pagar o caminhão. Vai fazer o orçamento do seguro e fica R\$ 29 mil, R\$30 mil, R\$32 mil, dependendo da localidade onde ele mora.

Aí, de que adiantou? Chama-se venda casada. Isso, na verdade, é ilegal. Mas, se não fizer o seguro com eles, não liberam o Procaminhoneiro. Não adiantou de nada o cara ser aprovado no Procaminhoneiro. Isso teria que ser cobrado no pedido ao Miguel Rossetto.

Ao mesmo tempo que ajudam em uma coisa, pioram na outra. Entendeu? Então, tem que fazer alguma coisa sobre isso.

Quero falar também da Susep, que vem atuando nas associações, tentando aplicar multas altíssimas, multas milionárias, alegando que nós não temos direito de associarmos associados, que nós estamos vendendo seguros ilegalmente. E não é. Na verdade, a própria Receita Federal dá a legitimidade para a gente fazer uma associação e depois vem e aplica multas em cima de nós. Multas milionárias, que ultrapassam o valor de R\$80 milhões. Coisas exorbitantes! E sem fundamento.

Quero agradecer a todos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Sr. Nelson Antônio Selau, representante da Associação dos Proprietários de Caminhões de Três Cachoeiras.

A Secretaria Geral me fala que muitos caminhoneiros estão assistindo, de dentro do caminhão, a essa nossa audiência. E aqui as colocações deles são só por telefone. Eles não têm como mandar por escrito. São inúmeros os questionamentos que fazem, cumprimentando, claro, a audiência pública pela importância que tem.

Por exemplo, Sebastião Batista, Belo Horizonte. Mas ele está no Rio de Janeiro. É autônomo. Ele diz: “Noventa por cento dos trabalhadores ficam no perímetro urbano (caminhoneiros). O dobro do peso da carga.

Sofre aumento a manutenção do caminhão e das estradas pelo congelamento do frete”. Ou seja, ele tem que colocar o dobro da carga que deveria colocar; ele se obriga a colocar. As estradas não estão em condições e o frete congelado. Por isso dá esse tipo de problema, conforme ele está colocando aqui. Mas depois vocês podem responder, se entenderem que dá para assimilar o que ele quis dizer.

Eu quero também registrar mais duas outras colocações. Nelma Stela Arribamar Marinho: “O que o Governo pode fazer para os caminhoneiros autônomos, que só conseguiram financiar seu caminhão por bancos particulares, já que não conseguiram crédito pelo Finame ou pelo Procaminhoneiro? Estão inadimplentes pelo fato de o custo estar sendo superior ao lucro”.

Depois, o Marcos Amaral pergunta: “Por que o BNDES pode dar carência de um ano?” Aí ele diz: “Por que os bancos privados também não podem? Queremos pagar, só que a dívida ficou impagável”. Ele está se referindo aos bancos privados. Marcos Amaral. “A lei que foi aprovada favorece o motorista e não o caminhoneiro autônomo”, na visão dele.

Eu vou deixar aqui na mesa. Os que quiserem responder fiquem à vontade.

Quero registrar a presença de Henrique Galvão Costa, da Nova Central Sindical de Trabalhadores; Mario Cesar dos Santos, também da Nova Central Sindical; Edir Nunes dos Santos, também da Nova Central Sindical; Rubens de Almeida, também da Nova Central; Suelen Fottele, da CNA; Sandra Bezerra, CNA; Alfredo Peres da Silva, Associação das Administradoras de Meios de Pagamento Eletrônico de Frete; Esmeralda Alves Barbosa, Sinditac/GO; Vladimir Lenin Durão, Sinditac/GO. São alguns que mandaram o nome aqui para a mesa.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Senador Paim?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Aqui também está presente conosco o Pedro Paulo, da Assessoria Parlamentar da Polícia Rodoviária Federal, que também se precisar de algum esclarecimento está à disposição para dar.

Pois não, Senador.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Senador Paulo Paim e demais autoridades dos trabalhadores caminhoneiros, eu gostaria de fazer um apelo a vocês, aproveitando talvez essa audiência pública ou outro momento, para que conseguissem unificar mais ou menos uma pauta nacional para a gente, a fim de facilitar o entendimento. Estou falando isso porque para mim, que sou de uma categoria de servidor público que sempre acompanhou os trabalhadores, é muito complicado ter uma pauta tão dispersa e tão diferente uma da outra. São tantas entidades representativas importantes que ficamos numa complicação de entender qual é a pauta principal a ser atendida.

Estou falando como uma pessoa que não está fazendo parte do dia-a-dia da discussão que é importante para o Brasil. Por isso, eu sou aqui membro da Comissão de Direitos Humanos e fiz questão de vir na audiência pública coordenada por S. Ex^a Senador Paulo Paim, juntamente com vocês, porque é uma oportunidade de ouro para unificarmos os pleitos e vermos aquilo que é essencial para ser atendido e que possa contemplar a maioria, para fazermos uma ação conjunta.

Quando há vários aspectos diferenciados, vários tipos de fretes diferenciados, vários tipos de transportes diferenciados e com pautas distintas e ainda diferentes das do caminhoneiro, a gente precisa juntar tudo em algo mínimo para sabermos a melhor defesa do direito do Brasil, dos trabalhadores e das entidades.

Então, eu deixo esse registro, Senador Paulo Paim, para aproveitarmos esse momento importante aqui da CDH, em que fazemos esta audiência pública para darmos início a um trabalho, a uma tentativa de unificação de esforços para termos uma pauta mais clara, mais enxuta, que nos permita trabalhar junto.

Quero registrar que vou ter de me retirar, mas o Senador Paulo Paim tem o meu apoio integral nesse encaminhamento. É um Senador valoroso desta Casa, acompanha, ao longo do tempo, essa luta, conhece muito mais do que eu o dia a dia dessa luta, porque a está acompanhando há longo tempo. Vamos estar juntos, nesse aspecto. Com vocês.

Se vocês tiverem condições de encaminhar para nós, outros Senadores, uma pauta mais enxuta depois, mais unificada, ficaremos agradecidos.

De qualquer forma...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador, antes que V. Ex^a saia, só para ajudar, quero dizer que, de fato, o tema é complexo. Calcule: motorista de táxi, de ônibus, de caminhão, de van, motorista autônomo, celetista, de moto, taxista, cegonheiro, todos os que estão aí... Tanto é que nós apresentamos aqui nesta Comissão o estatuto do profissional do volante. E qual é a nossa intenção? Esse estatuto temos de discutir com tranquilidade e sem pressa, pegando artigo por artigo. No capítulo 1, digamos, dos profissionais autônomos, faremos aquele capítulo ser dos profissionais autônomos, claro que vai ter muita coisa que vai coincidir e vai haver coisas que não vão coincidir. Celetista. Há celetista e celetista; o nome já diz. Quem é autônomo é autônomo. Quem é taxista celetista ou que só vai lá render o outro... É uma realidade muito complexa.

Quanto à questão do seguro, como é que um caminhão com mais de 15 anos não tem direito a fazer seguro, não pode fazer? Aí eu tenho de recorrer à Susep.

Então, o tema é complexo. Mas o Litti apresentou aqui uma pauta mínima e propôs a formação de uma comissão permanente lá no Ministério dos Transportes, para receber toda essa demanda, ver o que é possível e ir ajustando. Mas o tema é esse mesmo. Devemos ir ajustando.

O senhor sabe muito bem que o próprio movimento, quando se deu, acabou, como foi dito aqui, não tendo uma liderança unificada. Não é a central, não é a confederação, não é o sindicato. É porque o movimento veio de baixo para cima.

Estou entendendo, claro, as suas preocupações. As normas, mesmo, aqui defendidas muito bem pela Dr^a Jacqueline, nós temos de ver como se faz para que sejam cumpridas até pela defesa da vida. A vida das pessoas está em jogo. Então, é uma tema que merece debate.

Nós já fizemos nesta Comissão, no período em que eu presido, umas 30 audiências públicas, no mínimo, e o pau comeu – desculpem-me a expressão aqui, mas é isso mesmo. A polêmica foi enorme de um lado e de outro, mas é assim mesmo. É assim que nós vamos ter de ir construindo aqui um entendimento, o que passa pela reunião de amanhã. Eu havia assumido este compromisso de fazer a audiência pública antes da reunião do dia 10. E estamos fazendo com esse objetivo, mas fica aqui a sua...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pois não, Senador José Medeiros, que também foi parceiro aqui e conhece bem o tema.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Primeiramente, dou bom dia a todos.

Parabenizo-o pela iniciativa, porque o tema é realmente muito complexo.

Compreendo quando o Senador Hélio coloca assim, porque é de ficar perdido mesmo. Os interesses são variados, são muitos e, por vezes, conflitantes. Por isso, quando surgiu o primeiro foco de manifestação dos caminhoneiros, eu subi à tribuna do Senado e alertei o Governo, porque eu sabia, já vinha acompanhando as demandas há um bom tempo, e via que esse assunto ia ferver. Eu creio que o Governo até se assustou quando viu o tamanho. Em princípio, meio que ignorou. Eu subi a segunda vez, V. Ex^a estava coordenando, naquele momento, os trabalhos da Casa e avisei. Falei: olha, vai se espalhar pelo Brasil inteiro. Não tinha dúvida. As demandas, vamos dizer assim, o sapato estava apertando no calo de todo mundo.

Esse problema tem uma complexidade muito grande, por quê? Nós temos... Além dos variados prestadores de serviços – vamos colocar assim –, temos o graneleiro, que trabalha só com grãos, temos o câmara fria, temos o madeireiro, temos os atacadistas, os cegonheiros e por aí vai em uma infinidade, que, por vezes, têm demandas até diferentes. Mas uma coisa que, creio, temos que levar em conta é que estamos analisando, até mesmo os manifestantes, muito pela ótica do mercado, muito pela ótica do frete. O que fez toda essa coisa foi o frete. Mas o momento é propício para analisarmos o que aflige toda a classe, o que aflige todo esse setor.

Trabalhei na Polícia Rodoviária Federal durante 20 anos e acompanhei muito esses problemas do setor, principalmente as tragédias que aconteceram, principalmente a vida sofrida do caminhoneiro, porque, vamos lá: o que o caminhoneiro quer? Ele quer qualidade de vida, boas condições de trabalho, quer um bom salário, quer estar sempre vendo a família, quer ter saúde, quer ser respeitado pelas autoridades, pela fiscalização, quer segurança. Mas quando vemos essa lista básica, que quase todos os outros trabalhadores brasileiros já têm, notamos que o caminhoneiro não tem nada disso. O que foi colocado aqui acontece todos os dias: eles morrem, morrem por estradas ruins, morrem por assaltos, trabalham além da conta, sim, e os próprios patrões sabem que acontece. Ficam em filas por dias, Senador Paim, e isso já é outro problema.

Temos um problema sério de armazenamento, e o caminhão hoje, no Brasil, é uma extensão dos silos. Esses caminhões o são. Há poucos dias, havia uma demanda no Estado de Mato Grosso: faltava um fiscal agropecuário no terminal de carga, no maior terminal de carga da América Latina, da Ferronorte, e não tinha quem fiscalizasse essa carga. Essa carga ia para o porto, e lá o caminhoneiro teria que ficar esperando para que o fiscal liberasse a carga. Isso, às vezes, leva uma semana. Conversei com alguns profissionais que ficavam uma semana lá. Então, V. Ex^a veja bem.

Vou dar meu exemplo: se vou ao meu Estado e fico três ou quatro dias longe da minha família, quando eu chego, a casa cai. As esposas ficam chateadas com isso bem como os filhos. E o caminhoneiro, que não é diferente de nós, às vezes fica meses – meses! – longe da família. Isso desagrega o lar, a família, às vezes entra droga na família. Por vezes – por vezes, não – a droga já é uma realidade no meio dos caminhoneiros.

Há algum tempo, na delegacia onde eu trabalhava, em Rondonópolis, Mato Grosso, começamos um estudo junto com o Ministério Público do Trabalho, que deu origem a uma discussão da jornada do trabalho. Eu me lembro de que o Dr. Paulo Douglas foi demonizado até, mas foi importante o trabalho dele. Um dia,

ele chegou com uma equipe multidisciplinar, no posto da Polícia Rodoviária Federal, e pediu que parássemos alguns profissionais com quem ele conversava, dizendo: “olha, não é obrigado”. E ele não pegava nomes, não pegava nada. E, de uma forma voluntária, Senador Paim, ele coletou amostras de sangue, urina etc. E o número foi estarrecedor!

E ali começamos a entender porque havia tantas tragédias e alguns acidentes inexplicáveis. Como foi colocado pela nossa companheira aqui, não temos no Brasil a cultura de fazer com os acidentes rodoviários o que se faz com o transporte aéreo, com os acidentes de avião. Falo por experiência própria: ali a gente chega, faz o levantamento, e esse levantamento do acidente é muito superficial. Preenchem-se os dados, manda e pronto. Acho – acho, não, estou certo – que deveria ser feita a apuração do que ocasionou aquilo. Muitas vezes a gente sabe empiricamente, mas foi feito um estudo? O problema foi de engenharia, foi de falha humana, falha técnica? Então, esses são os problemas seriíssimos que afligem e às vezes são o pano de fundo que faz explodir movimentos como esse.

Obviamente, eu penso que a discussão serviu para levantar esse problema. Contudo, temo que o ganho dos profissionais do volante sairá até menor desse movimento.

Vamos lá! O frete é mercado. Por mais que a gente tente estabelecer uma tabela referencial, uma tabela de preços mínimos, não temos como fugir da implacável lei da oferta e da procura. Boa parte do que está acontecendo hoje, começou quando foram liberadas as linhas de financiamento, quando o BNDES encharcou um pouco o mercado, que já vinha também de um outro fato, o próprio surgimento da lei dos caminhoneiros. Quando começou a discussão da lei dos caminhoneiros aqui, o frete foi lá para cima, já prevendo esses custos. E isso empolgou um pouco a categoria – isso é um fato! Eu tenho amigos que tinham três caminhões e que foram para sete, oito. E a conta chegou agora, num momento em que a safra atrasou um pouco. Era um momento de se ter dinheiro, mas faltou dinheiro, e o desespero bateu, porque as contas chegaram.

Então, se juntarmos isso tudo, esse caldo todo, nós teremos esse problema.

Mas o que fica é o seguinte: o que vamos fazer com esta oportunidade de ouro que temos? E, por isso, esse debate é importante, Senador Paim. Se não aproveitarmos este momento para vermos todas essas questões, inclusive as que dizem respeito ao profissional do volante, se ficarmos olhando apenas sob a ótica do frete, nós vamos ter, em breve, outro movimento como esse – e, talvez, pior! Então, este é o momento propício para arredondarmos essa coisa e começarmos a resolver, até porque isso não se resolve de uma hora para outra.

Agora, eu não vejo – e não quero agredir os patrões, não quero que se sintam ofendidos – essa greve como uma greve dos caminhoneiros. Eu vejo essa greve como... Na minha cidade, tenho um amigo que, todas as vezes que ele precisa subir a tarifa do ônibus, coloca os funcionários para fazer greve. Eu não estou falando... Não houve isso! Não estou acusando que houve isso, mas essa greve é mais uma greve pelo calo ter apertado na questão do frete – só!

Quando se fala da tabela... E eu penso que temos como fazer uma coisa próxima, pois o transporte coletivo é um pouco exemplo disso. Não que vamos enrijecer o mercado, mas isso também é uma realidade: as pessoas estão trabalhando abaixo da tabela. Já não se paga... Então, podemos usar aquele índice de preços por quilômetro, por exemplo, que é usado no transporte coletivo. Acho que, nessa reunião, eu até sugeri ao Ministro Miguel Rossetto que se faça o seguinte: levantam-se esses custos e se coloca um percentual para se ter uma referência. Agora, não creio, também, que o governo vá conseguir fazer uma tabela de preços mínimos, porque isso aí quem vai obviamente definir é o mercado.

Mas fica aqui mais a minha preocupação com o fato de que o elemento principal, a engrenagem mestra que move o setor, que é o motorista, não está inserida nessa discussão. Ela está muito mais centrada na questão financeira mesmo. Corrijam-me, por favor, se eu estiver errado, mas nós estamos discutindo financiamento, nós estamos discutindo multas, nós estamos discutindo seguros, nós estamos discutido tudo que se refere à parte financeira do setor. E quanto a esse profissional, que vem há muito tempo sendo negligenciado pelo Governo e por toda a sociedade até, nós não estamos avançando. Vejo isso porque assisti, por 20 anos, Senador Paim, a esses profissionais irem se degradando, evoluindo do “rebite” para a cocaína, da cocaína para o *crack*, e, com isso, as tragédias aumentando.

Aqui já se falou sobre o número de vítimas do trânsito. Já estamos nos aproximando de 50 mil mortes anuais – isso é mais do que todas as guerras do Oriente. Então, fica esse alerta para a gente poder inserir também nessa discussão. Eu acho que até já perdemos muito porque, perdoem-me, considero um retrocesso a forma como foi aprovada a lei a toque de caixa. Para mim, houve perdas ali na questão da lei dos caminhoneiros. Mas isso é a minha ótica. Obviamente, há outros pontos de vista.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador José Medeiros, expressando o seu ponto de vista.

Na sequência, o próximo que vai fazer uso da palavra é o líder sindical Valdir de Souza Pestana, Presidente da Federação dos Trabalhadores Rodoviários do Estado de São Paulo. Mas permita-me, Pestana, antes de você usar da palavra, eu vou ler alguns questionamentos que estão vindo. Estão chegando muitos questionamentos, e por parte dos caminhoneiros. O pessoal está simplificando por causa da quantidade.

Por exemplo, o cidadão sugere que a Comissão de Direitos Humanos, que está tratando da situação dos caminhoneiros, fale também sobre um grande mal da classe, que é a forma como é feita a carta-frete. Se alguém quiser depois responder. Todos os painelistas poderão falar o que eles pensam da carta-frete. Os cidadãos estão fornecendo nome, endereço, data de nascimento, protocolo, tudo direitinho. Vamos pegar o nome apenas. Esse foi o Cléber Roberto César Ferreira Filgueiras Martins, do Gama.

Outro: o cidadão discorda do fato de os agenciadores de carga passarem as cargas aos motoristas por valores inferiores, pois, em sua opinião, os agenciadores estão se beneficiando com essas atribuições. Diante do exposto, solicita providências para que os motoristas não sejam mais prejudicados. Quem fala aqui é o Clayton Rodrigues Salles, de Uberlândia, Minas Gerais.

O cidadão pergunta que benefícios serão concedidos aos caminhoneiros autônomos no que tange à troca do veículo. Depois alguém pode também responder e pode pegar esses documentos aqui. Quem pergunta é Júlio Antonio Pires, de Caldas Novas, Goiás.

O cidadão pergunta o que será feito em prol dos caminhoneiros autônomos, que, segundo ele, é uma classe que trabalha muito e não é reconhecida. Robson Aparecido Silva de Jesus, de Jardim das Nações, São Paulo.

Vou ler na íntegra, como está aqui: o cidadão comenta que não estão debatendo os principais assuntos que afetam os caminhoneiros honestos. As sugestões dele, ele critica mas sugere: tem que debater a corrupção que está ocorrendo por parte da Polícia Rodoviária Federal. Opinião dele. O excesso do peso transportado nas estradas e a utilização do transporte de carga para lavagem de dinheiro às vezes criminoso. E também quer que debata corruptos políticos.

Estão aqui os documentos e vamos, então, agora, para... Ficam aqui na mesa e podem olhar e trocar quem quiser responder depois.

Agora vamos passar a palavra ao nosso líder Valdir de Souza Pestana, Presidente da Federação dos Trabalhadores em Transporte Rodoviário do Estado de São Paulo.

O SR. VALDIR DE SOUZA PESTANA – Bom dia a todos e a todas. Você eu já vi num vídeo do YouTube, ou eu estou equivocado? Eu vi e vi bem. Eu vi sua soja toda derramada... Milho, perdão. O outro caminhão seu na frente e o atrás. Eu vi. Vi e sei o que vi. Foi o motivo de eu divulgar aquilo milhares de vezes. Esperamos que você tenha condições de falar no final se não se emocionar muito.

Senador Paulo Paim, é um prazer mesmo escutá-lo em mais uma oportunidade e esse Senador que, se não estiver equivocado, foi da Polícia Rodoviária. E junto com o Paulo Douglas ainda.

Mas gostaria de deixar uma coisa bem clara nesta mesa: nós vamos entrar com uma ADIn, vocês queiram ou não. Se ela vai ter resultado ou não, Senador...

Nós representamos em São Paulo 84 sindicatos filiados. Já estivemos reunidos no Mato Grosso do Sul, em Campo Grande, Goiás, Belo Horizonte, Paraná, e vamos entrar com a ADIn, porque até o evento da Lei nº 12.619... Deixo bem claro que essa era uma lei não perfeita, mas era uma lei para motoristas. Do mesmo jeito que tem o aeroviário, o ferroviário, nós criamos uma lei para os motoristas.

O senhor acompanhou, trabalhou; ex-Procurador trabalhou; a Drª Jaqueline trabalhou; o Festino trabalhou. Nós todos trabalhamos. Agora, não foi justo o jabuti entrar na lei, Senador. É ter coragem de chegar nesta Comissão e falar que não foi legal nem foi bonito aquele jabuti ficar passeando dentro da lei dos motoristas e acontecer o que aconteceu até agora. Discutir frete? Discutir eixo levantado? Ah! Vai voltar o botãozinho para subir o eixo mesmo carregado. Alguém tem dúvida?

Eu vou ver despencar caminhão naquela Anchieta abaixo, indo para o porto com o triplo da carga, que nem era no passado. Quem é da Polícia Rodoviária sabe do que estou falando. Aquelas bombas vão voltar a descer, porque o eixo vai estar levantado. E eles vão descer porque não vão pagar excesso de peso. E vão embarcar mais barato, só que o embarcador não vai pagar um centavo a mais no frete.

Enganou aos autônomos, enganou aos próprios trabalhadores com carteira assinada, os celetistas, e tem gente aqui olhando para a minha cara e balançando a cabeça que sim ou que não. Na hora de dar o tal do Renovar ou seja lá o nome que quisesse dar, um seguro corporativo que pudesse ter sido dado para os trabalhadores, não houve. Por quê? Os interesses foram um pouco maiores dentro da lei. Eu vi distribuir retroescavadeira, patrôla, caminhão para um monte de prefeitura politicamente, mas abrir o financiamento para os trabalhadores autônomos, não.

Eu garanto que a maioria dos autônomos foi um dia um empregado celetista; e do jeito que está indo, ele vai voltar a ser celetista, se continuar assim. E pior ainda, se eu não estiver equivocado dentro da lei... Eu

preciso dar uma analisada porque não quero falar abobrinha aqui, Senador, mas parece que o autônomo pode trabalhar no equipamento de empresário dentro de empresa – se eu não estiver equivocado na lei. Precisamos dar uma olhadinha. Eu vou dar uma olhadinha, não é certeza não. Posso estar errado, mas estava lá.

Eu me lembro de que, na época de analisar a lei, o autônomo podia trabalhar no equipamento de uma empresa de transporte. Se eu estiver equivocado, corrijam-me, mas estava lá quando da discussão. Se não é, até hoje eles tentam agregar o cavalo e o motorista dentro das empresas de transporte. Não falo abobrinha aqui não. Tanto é que estão tentando fundar mais um sindicato agora, Senador Paulo Paim, de trabalhadores em agregados. Chega lá, está bom? Já tem autônomo, tem confederação, e agora tem de agregados. Quando ele é agregado de uma empresa, já tem um outro de especificidade para ele: “Agora eu sou agregado, não sou mais autônomo; criei mais uma profissão que não existia”. Já tem o motorista de carga pesada, de pluma, de chumbo, de ouro; vai ter motorista de tudo quanto é jeito neste País.

Agora, era uma discussão sindical. Era uma discussão entre autônomos e trabalhadores celetistas para discutir só uma coisa: a profissão dele, o que ele podia. Era o diploma, como tem o médico, o dentista, o advogado, como todos têm. Era o nosso diploma. E virou o quê? Isso!

Gozado, desculpe-me, Senador, o senhor está correto: para mim, foi lock-out. Nem foi. Igual foi a briga em Sertãozinho, que colocou 12 mil pessoas na estrada, enquanto na Paulista, em São Paulo, conseguimos colocar só oito mil. Por quê? O setor sucroalcooleiro quebrando, e não tem incentivo. “A gasolina está baratinha, que se dane o álcool”. Agora, não: 60%.

O senhor foi educado. Isso já estava previsto. Essa inflação louca que vem vindo aí, por mandos e desmandos, por corrupção, como colocou o companheiro no papel, já era de se esperar. E a lei dos motoristas vai para o brejo. O motorista, nós, autônomos e também motoristas celetistas, vamos para o brejo, porque a gente vai continuar discutindo eixo levantado, seguro, vai discutir tudo. Não era a lei do motorista.

Não tiveram coragem! Não tiveram coragem! Os nobres Deputados Federais, os nobres Senadores. Paulo Paim sofreu comigo no Senado no dia. Imaginem que levei cinco horas e meia calado, fiquei quieto, que ainda era bom. Mas aí veio o resto. Não foi suficiente. Não ficaram satisfeitos. “Vamos acabar com o trabalhador mesmo. Vamos escravizá-lo mesmo.”

Colocar oito horas, mais duas horas extras, mais duas horas de acordo e convenção, a pelegada está doidinha para assinar isso e ganhar um dinheirinho! Estão lá, esperando com a boca na botija. Vai nascer mais um sindicato por Município, para assinar o maldito acordo coletivo. Dá dó falar isso de pares, mas eu vou falar.

Acabamos de assinar a lei, já tinha um cara com bola de cristal assinando, Senador. Então, estamos fazendo seminários jurídicos para acabar com isso.

Agora, nosso entendimento em relação à lei dos motoristas é de que vamos entrar com ADIn, vocês queiram ou não. Se ela vai ou não prosperar... Nós vamos fazer isso. Se vamos, como o senhor colocou, Senador, para as estradas, se vai ter guerra com autônomo, isso eu não sei, porque vamos mostrar nosso lado. Qual é o lado dos motoristas? Não queremos nos matar e ficar longe da família, não! Do jeito que eu vi você tombar o seu caminhão... Eu mesmo passei em um monte de estradas indo de Mato Grosso do Sul para Goiás e fiquei na estrada com um pneuzinho pequenininho, não podia passar de 80, e as carretas me empurrando. Eu, com um carrão. Eu uso carrão, porque corro o Estado todinho e parte do Brasil, mas fiquei na estrada sem pneu.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. VALDIR DE SOUZA PESTANA – E o que acontece, então? Quem era o motorista que passava por mim, e eu parava no posto de gasolina e conversava?

Em Chapadão do Sul, fiquei lá, plantado! Dormi lá. Não tinha coragem de andar naquelas estradas, e cada fazenda emendando na outra, Senador. Impressionante de ver! Está lá toda aquela soja, todo aquele milho, toda aquela cana. Muito bonito de ver, mas, na hora de pagar os companheiros e ver as estradas asfaltadas...

Em Minas Gerais, já começaram as praças de pedágio. Para quem não tinha pedágio, agora, há um monte nascendo lá. Já começou. Dava gosto! A gente vinha de Goiás, Minas e ia se divertindo. Não tinha pedágio. Pouquíssimos radares. Agora, vai começar. Desculpe, Senador, mas vai ficar igual São Paulo. Pegadinha para cima e para baixo. As melhores estradas estão em São Paulo? Estão! Mas também os maiores custos estão em São Paulo. Tudo está em São Paulo.

Senador, não vim ser técnico. Vim discutir o que discuti com o senhor exaustivamente, com o outro Senador, com a Dr^a Jaqueline, com o Procurador, com o Festino.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. VALDIR DE SOUZA PESTANA – Faustino, não! Festino.

Carrijo. Chorei com essa senhora, com essa mulher, no Senado. Discuti muito com o Jonas, que está ali sentado, para tentar achar um mecanismo mediado, mas não tivemos sucesso, nem ele, nem nós.

Agora, essa lei não pode ficar do jeito que está. Do jeito que está colocada, vão chegar ainda mais *e-mails*. Não vou pactuar, nem compactuar, com essas mortes que vão continuar acontecendo. Deixando bem claro, é um paisinho que eu nunca vi igual, Senador. O capital, o agronegócio ditando regras, de novo, no Brasil. O senhor conhece algum porto indústria no Brasil? (*Pausa.*)

Não, não é? (*Pausa.*)

Nosso suco de laranja sai como para fora? Sai em batelão ou em porão de navio, mas, de lá, sai na caixinha longa vida, no navio, para lá e para cá e volta para o Brasil. Que tristeza, não é? E a família do grande agricultor vai bem aqui e o de lá se diverte.

Quando vamos mudar essa concepção no povo brasileiro, para procurar o que é melhor para nós, e não ficarmos sendo usados, por massas, nas rodovias? Temos que ir para as rodovias mesmo para bater painéis, assim como eu vi, quando o bicho pegou, a própria mulher do caminhoneiro levando bomba em São Paulo, no porto de Santos.

Sabem qual foi o único caminhão que queimou? Foi o de uma empresa com celetista dentro. De autônomo nenhum queimou. Sabiam disso ou não? E não vai me caber aqui falar o porquê disso! Porque eu conheço tanto o presidente do sindicato dos autônomos como o dos celetistas. Convivo com 84 sindicatos dentro daquela federação. Nessa hora, tenho que olhar no olho de cada caminhoneiro e falar “qual é a nossa realidade na estrada?”

A Dilma ainda vai pensar nas licitações de quando vamos ter o nosso cantinho para parar, onde haverá o médico para nos atender, para medir a pressão... Quem vai nos fiscalizar quando estamos andando? Eu vejo a companheirada parada na estrada, Senador. Para, desce, estica a perna, acende um cigarrinho, toma um mate, faz qualquer coisa e cai na estrada, mas está cumprindo a Lei nº 12.619. Agora, o que não vejo é o embarcador ir lá e dizer que o frete merece isso, que o óleo diesel subiu e, por isso, tem que usar o B10, tem que usar não sei o quê. Ninguém está discutindo isso! Ainda tem o atravessador! Dentro da lei, vieram discutir o frete, se é poupança, se é seguro... Pô, deveriam ter levado isso para outro campo, não para o campo da profissão, do motorista, era só o que a gente queria! Era só regulamentar a profissão do motorista, dali para frente seria outro campo, mas não! Enfiaram o jabuti dentro da lei e acabaram com a gente.

Desculpe, mas eu tinha que falar. Vamos para ADIn!

Um abraço!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi o Presidente da Federação dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários do Estado de São Paulo, Valdir de Souza Pestana, que, toda vez que vem aqui, fala exatamente o que pensa, mas esse é o objetivo, senão não teriam razão essas audiências públicas.

Agora, passamos a palavra ao Dr. Adélio Justino Lucas, Procurador do Trabalho da 10ª Região.

Como havíamos combinado, o Governo fala no encerramento.

O SR. ADÉLIO JUSTINO LUCAS – Bom dia, Senador Paulo Paim.

O Ministério Público do Trabalho, mais uma vez, agradece a V. Exª por poder participar desta audiência pública por intermédio deste Procurador Regional do Trabalho.

Quero dizer a V. Exª e a todos aqui presentes, a quem cumprimento em nome de V. Exª, que o tema hoje sugerido para esta audiência refere-se mais a uma questão econômica e menos técnica que caberia ao Ministério Público do Trabalho. Entretanto, a edição desta lei, creio eu, veio ferir de morte um trabalho longo e discutido por muito tempo até a promulgação da lei dos motoristas.

Acho que houve um equívoco profundo no entendimento, na construção desse movimento e dessa lei, desconstruindo uma lei que veio para dar um diploma legal àqueles trabalhadores que viveram por muitos anos, mais de cinco décadas, sem um estatuto profissional. Trabalhamos, todos, muito forte no sentido de gerar e possibilitar a criação da lei dos motoristas. Diversas vezes já participei com V. Exª nesta Comissão e com os trabalhadores, com o patronal, com a categoria laboral, e conseguimos dar uma formatação jurídica, que era necessária, ao trabalhador motorista.

Houve uma confusão; houve uma confusão no sentido de introduzir, como o nosso Dr. Pestana acabou de falar, um jabuti em lei que não precisava ter sido mexida. Evidentemente que aquela construção foi originária, como o Senador José Medeiros se referiu aqui, da atuação de um colega nosso do Ministério Público do Trabalho, no Estado de Mato Grosso, em Rondonópolis – não é isso? –, e essa ação civil pública gerada, veio para Brasília e coube a mim a sua condução aqui no Distrito Federal. E nós optamos... Conversei com a Confederação dos Trabalhadores (CNT) e naquele momento, ao invés de um julgamento que apenas regularizasse ou regulamentasse ou dissesse judicialmente, naquele processo, que as horas trabalhadas seriam tais e tais, preferimos

construir uma lei que viesse dar uma formatação jurídica à questão que já andava por muito tempo. E, só no Ministério Público, a nossa construção, participando de audiências, foram quase 10 meses para gerar essa lei.

Tivemos a felicidade, por intermédio do Senador Paulo Paim, de entregar um trabalho semipronto, elaborado, salvo engano, naquela ocasião para integrar um substitutivo do Senador Ferraço...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ferraço.

O SR. ADÉLIO JUSTINO LUCAS – ...– exatamente –, que gerou uma aprovação da lei por consenso nas duas Casas. O que foi uma maravilha.

Ela poderia ter algumas incorreções? Poderia. E poderia ter sido corrigida, mas em nada desconstruída.

Eu quero dizer aqui que a nossa preocupação como membro do Ministério Público vai muito na linha do que a Dr^a Jaqueline falou aqui. Chama-se jornada de trabalho. Jornada de trabalho é a moldura jurídica que nós precisamos trabalhar. Hoje, essa jornada de trabalho é para o trabalhador do volante. Agora, a formatação da remuneração do frete disso ou daquilo são outros aspectos econômicos que devem ser tratados nas esferas corretas e não desconstruir uma jornada.

Imaginem só: naquela ocasião lutamos para até tentar constitucionalizar a questão da jornada, porque na lei do motorista, que foi editada, que foi alterada, nós colocamos que seria jornada constitucional, para tentar evitar, em qualquer momento, fazer qualquer tipo de alteração, apesar de ser uma lei ordinária. Hoje, o que aconteceu? Colocaram, voltaram para a lei uma jornada de oito mais quatro. Para nós, naquela ocasião, nós tínhamos essa demanda do patronal, nós do Ministério Público que redigimos aquela....Ministério Público que redigimos aquela lei, a quatro, a seis, a dez mãos.

Não autorizamos e não concordamos com aquela redação, e colocamos oito, excepcionalmente mais duas, porque existiriam situações em que poderia haver essa necessidade. Inclusive, na questão da jornada de trabalho, na jornada de 12 por 36, que hoje veio de uma maneira aberta, nós fechamos, no sentido de, observando a sazonalidade, a necessidade, as situações de estados com a malha viária deficitária... Recebi muitas ligações de colegas meus de Rondônia que diziam “olha, para sair daqui, para chegar a Porto Velho, eu preciso... Não dá!” Então, eu falo assim: “leva isso a acordo, a convenção coletiva, porque você trata de uma questão regional específica para poder equacionar esse problema”. Então o Ministério Público do Trabalho é, nesse sentido, evidentemente, um escravo da lei.

Ocorre que há situações em que nós não podemos concordar com essa jornada excessiva. Por quê? Porque aquele caminho de regularização da jornada de trabalho, que é a nossa maior moldura, nasceu de uma constatação fática de que os trabalhadores do volante estavam, como foi dito aqui pelo Senador José Medeiros, tomando medicamentos, drogas ilícitas, para manterem-se “acesos” no volante, trabalhando diuturnamente para chegar ao ponto, para sair daquele ponto e chegar ao ponto de descarga. E foi constatado também – a Dr^a Jaqueline disse aqui –, nós temos a constatação fática dessa realidade de que o motorista, para cumprir aquela entrega, tem de se drogar.

Só que aí vem o perigo, Senador, porque aquele motorista está drogado ao volante, usando, por necessidade, por estado de necessidade remuneratória ou por cumprimento de ordem, colocando a sociedade inteira em risco. Eles estão trafegando nas estradas, passando por dentro das cidades, com uma carga pesadíssima, com excesso de carga nos eixos, e estamos diante de uma situação que precisa ser revertida.

Nós procuramos, naquele primeiro momento, Senador Paulo Paim, traçar para o empresariado uma segurança jurídica de que aquela jornada era aquela jornada, e não criar um passivo trabalhista para as empresas, porque, do jeito que está, vai gerar a incerteza, a incerteza do que ele pagou, do que ele deverá pagar, de que ele poderá ser acionado. Por quê? Porque há situações, aqui... Por exemplo, no caso do caminhoneiro auxiliar. Ele é um trabalhador subordinado. Quer queira, quer não, amanhã ou depois, isso vai chegar à Justiça e vai gerar mais um passivo trabalhista para esse autônomo que está aqui hoje alegando dificuldade.

Então, nós temos que ser claros. Nós não podemos tapar o sol com a peneira. Precisamos saber que aquilo é uma relação de emprego, de trabalho, legal, e que assim vai ser declarada um dia, com as consequências para aquele que já está em dificuldade. Então, nós precisamos trazer isso bem às claras.

Ficamos bastante preocupados também com o tempo de direção. É uma preocupação profunda. Porque nós saímos daqui e dirigimos um carro confortável por duas ou três horas e já estamos mais ou menos amarrados, precisando levantar, nos movimentar, descansar... Não, agora aumentou a responsabilidade de um motorista que está transportando uma carga de responsabilidade para dirigir mais e mais tempo em estradas ruins... E como fica essa fiscalização até das cinco horas e 30 minutos? Antes era de quatro horas, com 30 minutos de parada, podendo fracionar se as quatro horas não fossem completadas.

Então, Senador, nós entendemos que essa lei veio para prejudicar aquelas conquistas que foram introduzidas na lei do motorista, inclusive com redução de valores remuneratórios, o que também não cabe a mim... Inclusive, com – o que é pior – a violação do direito do trabalhador à higiene, à saúde, nos pontos de embarca-

ção, porque foram desonerados alguns pontos de embarque, ficando a responsabilidade com alguns setores. Precisamos de acertar isso, porque isso vai gerar, também, no futuro, um passivo trabalhista.

Quero dizer, Senador Paim, que, no caso, outro gravame é o tempo de espera. Ele foi mudado. Então, o tempo de espera começa dentro da própria jornada. Estou trabalhando, de repente, tenho de parar para uma fiscalização e, aí, entro em *stand by*. Isso não pode acontecer. Isso vai ser declarado também jornada de trabalho, hora extra e suas consequências. É por aí.

Então, todos devem ficar atentos para o fato de que o restauro de muitos aspectos da lei deve acontecer ou ser reparado na interpretação jurídica quando o juiz for interpretado, ou caso a caso. Essas inseguranças jurídicas é que devemos abolir.

Mais ainda, procuramos, sempre como foco naquele momento de elaboração da lei, foi exatamente o seguinte: a segurança jurídica, evitando, assim, as mortes no trânsito, com esses caminhoneiros trabalhando em jornada excessiva.

Não sei se meu tempo está encerrado, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não. O senhor tem cinco minutos ainda.

O SR. ADÉLIO JUSTINO LUCAS – Tenho cinco minutos.

Bem, o Ministério Público quer alertar o seguinte: no aspecto em que ocorreu a movimentação, não temos ingerência alguma. Temos preocupação e lutamos muito, da forma que pudemos, no sentido de preservar a questão da lei do motorista, para não causar interferência no movimento de vocês, que é justo. Vejo que é um movimento por preço de carga, preço de frete, melhores condições de trabalho, segurança etc. Não há interferência da referida lei, até porque os celetistas também se beneficiam disso e vice-versa.

Acho que Jaqueline foi infeliz. Trata-se de uma categoria única, dividida em atividades de trabalho. É uma categoria única, que deve unir-se, para ter um estatuto, como até disse o Senador, e, numa lei geral, ser especificado o que é isso, o que é aquilo, o que é para o autônomo, o que é para o transportador de minério, de chumbo, de nióbio, de urânio, o que é para o graneleiro, o que é para o canavieiro, que seja. Agora, vocês têm de se unir, não se separar, não desconstituir uma lei.

Agora, o fato de ter desconstituído muitos aspectos importantes da lei é um retrocesso, porque retira conquistas. Acho que cabe aos trabalhadores reconquistá-los. Naquilo que entendemos ser inconstitucional trabalharemos para assim o fazer, mas queremos sempre tranquilizá-los, no sentido de que o Ministério Público sempre há de trilhar os caminhos da legalidade, nada afoito. Queremos trabalhar no sentido de que as coisas possam ser equacionadas quando houver as dificuldades, as sazonalidades, e as questões específicas de cada segmento do transporte.

Senador Paulo Paim, agradeço a V. Ex^a mais uma vez em nome do Ministério Público e digo sempre que estamos sempre à disposição, no sentido de colaborar. Saio daqui com uma sensação de 7 a 1, numa lei que construímos e vimos V. Ex^a entregar, junto conosco, ao então Senador Clésio Andrade, que era Presidente do CNT, para levá-la...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Aqui, nesta mesa.

O SR. ADÉLIO JUSTINO LUCAS – Então, tenho essa sensação, mas quero revertê-la, porque nada é permanente. Podemos mudar.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Procurador do Trabalho da 10^a Região, Dr. Adélio Justino Lucas.

Vou fazer aqui uma leitura, para que aqueles que a nós estão assistindo e mandando mensagens para esta Comissão saibam que estamos lendo tudo que aqui chega de forma resumida.

Marcos Amaral: “Por que não se faz um cadastro nacional de associações, para que não haja oportunistas? E também fazer um cadastro nacional de agenciador de carga, pois estes são os que mais se aproveitam dos caminhoneiros, porque se ganharem um valor alto sobre a carga, acabam repassando uma pequena quantia.”

Quer dizer, o agenciador é aquele que fica com a maior quantia, segundo ele. Depois, vocês poderão comentar, responder, enfim. O meu papel, aqui, é ser transparente e ler tudo o que chega.

Sobre a audiência pública... Esse aqui foi o Marcos Amaral.

Ah, não! Vou ler essa aqui também, senão vão dizer que não a li.

Carlos Henrique Florenzano diz que, quanto à questão dos pedágios, a Presidente da República afirmou que os pedágios que possuem alta tarifa são os das concessões feitas no governo anterior. Entretanto, existe o instituto da encampação, que é a retomada dessas concessões pelo Poder Público, e pergunta por que a medida não foi tomada. Ele também lembra isso aqui.

Sobre a audiência pública desta segunda-feira a respeito da situação dos caminhoneiros no Brasil, o cidadão comenta que a maioria dos postos cobra taxa para que o caminhoneiro tenha o direito de fazer ali a sua

higiene pessoal, o que, em sua opinião, é um absurdo. Diante do exposto, sugere que os caminhoneiros tenham o direito de realizar a sua higiene gratuitamente. Isso é mais do que justo. É um absurdo! Se eu encosto o meu carro em um posto, vou lá e uso tudo o que eu bem entender. O caminhoneiro é discriminado, então. Estou falando de qualquer veículo. *(Pausa.)*

Tudo bem, eu sei, mas, muitas vezes, quando paro em um posto de gasolina, e não só eu, os meus funcionários também, muitos deles são peões, paro somente para ir ao banheiro. Não vejo por que proibir que eles possam ir ao banheiro. Eu vou abrir o espaço para todos depois, só para não suscitar o debate agora. Não tem como não deixar ir ao banheiro – é isso que estou levantando aqui! – ou tomar um copo de água. É isso que eles estão pedindo aqui. É isso que ele está dizendo, e acho que ele está coberto de razão. Claro que os postos de parada com toda estrutura seriam essenciais.

O SR. NELSON ANTONIO SELAU – Tem posto de combustível que chega a cobrar R\$10 para o motorista tomar banho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ele não cita o número aqui, mas você está dando o dado: até R\$10 para tomar um banho. Quem fala isso é o Nelito Ferreira de Araújo, Minas Gerais. Depois, os convidados poderão responder. Só estou lendo.

O cidadão pergunta por que o representante dos caminhoneiros Ivar Schmidt não está presente nesta audiência pública.

Ivar, é só você fazer contato com a Comissão. Saiba que essa não é a primeira, nem a última, para ser convidado. Não vejo problema nenhum. Eu, particularmente, não conheço o Ivar Schmidt. Vocês conhecem? *(Pausa.)* De onde ele é?

O SR. CARLOS ALBERTO LITTI DAHMER – O Ivar foi uma das vozes do acordo. Ele é natural de Palmitos, em Santa Catarina, mas hoje está em Mossoró, no Rio Grande do Norte. É caminhoneiro e também tem um pequeno negócio de agência de transportes. Assinou conosco esse documento. Foi uma liderança que não existia antes e que surgiu nesse movimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Fica aqui o compromisso, Ivar, de você, na próxima audiência, ser convocado para estar aqui.

Quem mandou essa pergunta do porquê não está presente; foi o Everton Machioli, de Sarandi, Paraná.

O cidadão sugere a elaboração de um projeto de lei que vise a conceder descontos no valor do combustível para os caminhoneiros que transportarem produtos de gênero alimentício e remédios. Acredita que essa proposição pode diminuir o preço do produto final ao consumidor no que se refere à cesta básica e aos medicamentos. João Pedro da Silva, Campinas, São Paulo.

Esses são os últimos que chegaram aqui.

Passo a palavra ao Dr. Marcelo Prado, Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário e Multimodal de Cargas da ANTT.

O SR. MARCELO VINAUD PRADO – Obrigado.

Senador Paulo Paim, agradeço a oportunidade e cumprimento a todos.

Apesar de vários dos temas que estão sendo aqui discutidos não serem afetos diretamente à ANTT, é de competência da ANTT regular esse mercado, principalmente no que concerne à competência técnica dos regulados, bem como influenciar na oferta e demanda, sempre que isso apresente alguma ameaça para como esse mercado tem que funcionar.

Em relação a isso, gostaria de fazer alguns comentários eminentemente técnicos em relação à colocação do Sr. Festino, que é colega nosso na Comissão Tripartite do Ministério da Saúde, sobre a saúde do transportador rodoviário de carga, sobre a questão do número de caminhões hoje inscritos na ANTT. S. S^a registrou 2,358 milhões, sendo que no Denatran, hoje, encontram-se registrados 3,5 milhões veículos, Festino. Isso se dá porque no RNTRC hoje estão os veículos inscritos das transportadoras que operam transportes remunerados de cargas. E, no caso, esse número maior, notadamente maior, é porque nessa soma do Denatran também estão os veículos de placa cinza, em que as empresas têm frota própria, cujos motoristas, empregados, operam os veículos.

Vale fazer consideração em cima do que a Dr^a Jaqueline colocou sobre os atravessadores, porque, hoje, a ANTT detecta essa situação. Nós enxergamos os atravessadores como oportunistas vestidos de transportadores de pequenas empresas. E, em relação à questão dos números e também da caracterização desses atravessadores, bem como no comentário do Dr. Adélio, que leva ao entendimento da informalidade desse setor, a ANTT está promovendo, este ano, o cadastramento dos transportadores. Esse cadastramento visa, vou usar um termo, vamos dizer, visa a adequar o cadastro do RNTRC, em que pretendemos coletar várias informações, inclusive no sentido de identificar essas empresas atravessadoras por mecanismos regulatórios que estamos utilizando, e nós vamos também identificar, junto aos transportadores autônomos, os seus prepostos.

O Dr. Festino colocou muito bem que os dados de que hoje dispomos sobre a categoria não são suficientes para que a gente faça análises adequadas, e a gente pretende, com esse recadastramento que deve ter início em junho, tentar sanar essa falta de informação.

Vale também dizer que a ANTT vai regulamentar, tão pronto quanto seja possível, os aspectos que concernem à Lei nº 11.442, de 2011, que regulamenta e disciplina o transporte rodoviário de carga em termos de categoria de transportadores. A lei foi aprovada pela Presidência da República. Então a gente espera, já dentro de uma revisão que estamos fazendo da Resolução nº 3.056, como exemplo agora do que foi aprovado na lei, a questão do valor de referência da diária, a gente espera, prontamente, regulamentar isso no sentido de já trazer o benefício direto aos transportadores e também aos motoristas.

A ANTT vai sediar, amanhã, a reunião que o Ministério dos Transportes, bem como a Secretaria-Geral da Presidência da República, vai mediar. É uma continuação da outra reunião, oportunidade em que daremos todo o suporte técnico necessário tanto para o Ministério dos Transportes quanto para outros órgãos do Governo, bem como para todos os regulados, ou seja, se os transportadores que estiverem lá necessitarem de qualquer apoio, qualquer informação, nós estaremos disponíveis para darmos esse apoio lá.

A princípio seria essa a minha colocação.

Fico à disposição. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Marcelo Vinaud Prado, Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário e Multimodal de Cargas (SUROC) da ANTT.

Por fim, concedo a palavra ao Dr. Jorge Bastos, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), representando aqui o Ministério dos Transportes e a Secretaria-Geral da Presidência da República.

O SR. JORGE BASTOS – Bom dia a todos.

Eu queria cumprimentar V. Ex^a, Senador, pela iniciativa desta audiência pública. Eu acho que é superinteressante esse debate, a fim de chegarmos a um entendimento com a classe para que se tenha melhor desempenho.

Quero dizer que o Ministro dos Transportes, Antônio Carlos, está envolvido, empenhado para que essa condução seja a melhor possível e que possamos chegar a um denominador comum que atenda à categoria, pois eu acho que o Governo está preocupado. Eu ouvi falar que o Governo não... Pelo contrário. O Governo que o coração do Brasil está no transporte rodoviário de cargas, o qual impulsiona o Brasil, que leva as nossas mercadorias para distribuição, entende que é realmente muito importante e tem um respeito muito grande pela classe. Eu quero frisar aqui que o Governo está empenhado para que essa solução seja encontrada.

Eu acho que o debate de amanhã vai ser muito proveitoso. Os senhores que estão aqui... Eu quero cumprimentar o Litti, na pessoa de quem quero cumprimentar todas as lideranças presentes. Amanhã, vamos ter, realmente, um debate que acho que vai mudar um pouco o rumo dessa história. E esse debate tem que ser permanente, não pode ser eventual.

Nós tivemos, na greve em 2013, Senador, infelizmente, também a morte de um caminhoneiro que levou uma pedrada e veio a falecer. Tivemos, infelizmente, agora o Cléber, então, para que isso não aconteça mais, temos que debater e chegar à conclusão conversando, não precisando chegar ao extremo que chegou. Eu acho que é direito de todo mundo fazer suas reivindicações, mas nós precisamos debater. Nós estamos prontos para o debate. Precisamos colocar as dificuldades que o Governo tem para atender todas as demandas. Nós precisamos chegar à conclusão, Senador, o que realmente vai melhorar a categoria, porque são vários aspectos que têm que ser discutidos.

Hoje, por exemplo, são registrados na ANTT novos registros de RNTRC. Uma média de 8.500 novos caminhoneiros. Isso é uma coisa que nós precisamos pensar. Por mês, entram 8.500 novos caminhoneiros! Nós temos carga para tudo isso? Então, está aí uma coisa que nós precisamos debater para ver qual é o problema, se é só o valor do frete, o que é. Então, nós precisamos sentar, dialogar e chegar à conclusão.

O Governo está disposto a isso. Amanhã vão estar presentes todos os Ministros. Eu quero, aqui, em nome do Ministro Miguel Rossetto, do Ministro Antônio Carlos, dizer que amanhã estarão presentes lá, junto com a Ministra Kátia Abreu, inclusive se o senhor puder ir, será um prazer contar com a sua presença lá, para que possamos debater e chegar a uma conclusão. Temos que debater permanentemente.

É essa a posição que eu queria trazer aos senhores e dizer que estamos realmente preocupados em tentar melhorar a condição do caminhoneiro no Brasil.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem!

Este foi o Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres, ANTT, que falou aqui em nome do Governo enfatizando a todos a importância da reunião de amanhã. De fato, a reunião de amanhã, pelas informações que eu tenho, pode ser o grande momento da concertação nacional dessa questão, pela presença

dos Ministros e das lideranças do País que estarão lá, e inúmeros deles estão aqui neste momento participando deste debate.

Eu também queria só pedir, além de cumprimentar pela iniciativa da Confederação das Mulheres do Brasil, porque eu estou cansado de, aqui no Senado, todo ano se faz uma homenagem às mulheres, mas não se aprova um PL simples, o de número 130, de 2011. O projeto não é meu, mas do Deputado Marçal Filho, que não é nem do meu Partido. Eu só fui Relator do projeto. Aprovei o projeto nas comissões, a matéria foi para o Plenário, e mandaram o projeto para a Comissão de Infraestrutura, que trata de salário igual, trabalho igual para homem e mulher. Então, elas fazem esse movimento pela aprovação do PLC nº 130. Vai ser um grande evento na quarta-feira, dia 11, às 10 horas, com concentração no Ministério do Trabalho. Depois, às 14 horas, seminário nacional do PLC nº 130, no Senado Federal, ali no Petrônio Portela. Eu também estarei lá, pela sua importância. Isso, inclusive, está na Constituição. Vocês, mais do que ninguém, podem reforçar: salário igual, trabalho igual. Se da mesma função, ali diz tudo, da mesma atividade... É como se um Senador tivesse salário diferente de uma Senadora aqui na Casa. Aqui só se pede isto: trabalho igual, salário igual. É só o que se está pedindo. Infelizmente, a Câmara aprovou, e nós não aprovamos ainda.

Então, cada vez que vejo uma sessão de homenagem à mulher no Plenário, vou lá e digo que sessão de homenagens elas já estão cansadas. Ouvi, em um movimento para o Dia da Mulher, alguém dizer que “não adianta nos mandar flores, nós queremos é respeito na amplitude de nossas vidas”.

Assim, é fundamental que o Senado aprove esse projeto de uma vez por todas, já que vai acontecer a Marcha das Mulheres. (Palmas.)

Muito bem. Pensei que as mulheres não fossem manifestar-se.

Pessoal, está chegando muito material aqui, penso que não dará tempo de continuar as leituras. Porém, como havia dito, vou continuar com as leituras.

Pergunta de Marcos Amaral:

Por que não se faz um cadastro nacional de Associações? Para que não haja oportunistas e também fazer um cadastro nacional de Agenciadores de carga? Pois esses são os que mais aproveitam dos caminhoneiros, ganhasse um valor alto sobre a carga e repassa uma quantia pequena.

Esse eu já havia lido, mas o li de novo. Ele vai na mesma linha, mas tudo bem. Está lido de novo.

A cidadã Daniela Rodrigues Jacondino, de Três Vendas, Pelotas, RS, pergunta:

Como o Governo responderá sobre a venda casada nos empréstimos aos caminhoneiros?

É aquilo que o Nelson já havia comentado.

O SR. JORGE BASTOS – Solicito a V. Exª que, depois, me manda essa reivindicação porque eu vou levá-la ao Fórum.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Está bem.

O.k..

Outro cidadão diz:

Os caminhoneiros autônomos, que utilizam caçamba basculante, circulam dentro da cidade e não há fiscalização para verificar o peso da carga transportada. Diante do exposto, pergunto: Quem é o responsável por fazer essa fiscalização que circula na zona urbana da cidade?

Acrescenta ainda:

Devido ao baixo valor do frete, os caminhoneiros autônomos tentam melhorar seu ganho com excesso de peso de carga [isso já foi comentado aqui]. Com isso, os custos de manutenção do caminhão e também a degradação das vias.

Um outro caminhoneiro também dizia isso, ou seja, que eles se obrigam a fazer isso.

O cidadão, que é caminhoneiro, conta que, “no final do ano de 2014, parou de realizar serviços por conta dos altos valores de frete. Diante disso, sugere a Vossa Excelência que um projeto de lei seja criado, estipulando o valor do quilômetro rodado do frente dos caminhoneiros, uma vez que, segundo ele, atualmente não existe uma tabela que especifique esses valores. [Aqui deve ser pelo baixo valor do frete. Ele escreveu errado. Foi um erro de redação] Aproveita a oportunidade para reclamar que os donos de postos exigem a compra de cem litros de óleo diesel por uma pernoite, o que, em sua opinião, é errado”.

O que, na opinião dele, é errado, porque se não comprar 100 litros de óleo diesel, não poderá pernoitar ali.

O SR. NELSON ANTONIO SELAU – Não pode pernoitar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Tudo isso tem de ser discutido hoje e amanhã.

Alguém quer comentar alguma coisa sobre essas questões? (Pausa.)

O SR. JORGE BASTOS – Senador, eu queria colocar algo mais. Dentro do âmbito da ANTT, no que se refere às concessões rodoviárias, esse ponto de parada, ainda este ano, vai começar com toda a infraestrutura que o caminhoneiro merece. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso é muito bom. É uma boa notícia para nós aqui.

O SR. JORGE BASTOS – Vamos discutir com as lideranças o que é necessário. É preciso ter um posto de saúde, enfim, vamos discutir com os sindicatos o que é necessário. Acho que isso é importante para a segurança do caminhoneiro.

O DNIT também está estudando isso, Ministro, para as rodovias que são de responsabilidade do DNIT. Isso está sendo estudado para que seja implantado. Mas como as concessões têm muito mais agilidade para cumprir, eu acredito que as concessões vão fazer isso o mais rápido possível e a ANTT vai fiscalizar e implantar isso o mais rápido possível. Os senhores podem ter essa certeza.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Questão de ordem, Senador.

O SR. NELSON ANTONIO SELAU – Isso não vai ser cobrado não.

O SR. JORGE BASTOS – Não, senhor. Isso aí vai ser provavelmente... Nós estamos regulamentando ainda, mas quem vai tomar conta disso – pensamos – são os sindicatos da área em que estão instalados os pontos de parada. Então, isso nós vamos discutir com as federações, com os sindicatos, para que eles mesmos administrem o que é deles. É nesse sentido que nós estamos pensando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Muito positiva a informação.

Pessoal, são 11 horas e 54 minutos. A audiência em si cumpriu o objetivo: que fossem levantadas as questões, que servirão, inclusive, para o debate de amanhã com os ministros. Mas, como é praxe – por isso eu pedi que V. Ex^a aguardasse –, eu sempre dou a palavra, além dos que falaram, para no mínimo três, conforme o caso, aqui no plenário.

Então, nós vamos dar, para as considerações finais, de dois a três minutos para cada um dos que usaram a palavra como painelistas. Depois, daremos pelo menos três minutos para aqueles que já pediram a palavra.

O senhor que está lá atrás foi o primeiro a pedir; também aqui na frente a pediram.

Então, deem os seus nomes, e a senhora também, porque as mulheres têm que falar aqui. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então, falará o senhor, em primeiro lugar. Após cada um falar seu nome pode começar a falar; depois, será a vez da senhora, seguida pela pessoa que está aqui na frente. Ao término a palavra voltará para os painelistas.

O SR. VLADIMIR DURAN – Vladimir Duran, Sinditac Goiás.

Senador, a questão que nós queremos chama-se dignidade. Caminhoneiro, no Brasil, não tem dignidade. Ele é tratado como objeto de exploração financeira neste País. *(Palmas.)*

O SR. VLADIMIR DURAN – O que nós queremos, na realidade, é que, onde a gente estiver com o caminhão, que nós sejamos tratados como gente.

Para que o senhor tenha um exemplo: criaram no Brasil uma coisa chamada retorno. As empresas utilizam essa palavra para suprirem o custo de mandarem sua mercadoria lá para o Nordeste e trazerem o frete de lá de graça, simplesmente só para pagar o petróleo, o salário do funcionário e a manutenção do seu caminhão. *(Palmas.)*

O SR. VLADIMIR DURAN – Isso precisa acabar no Brasil!

Outra coisa: quando se fala no atravessador, precisamos entender o que a empresa tem feito com os caminhoneiros. Ela mesma cria a transportadora para poder explorar um pouco mais o caminhoneiro. Cria-se uma transportadora, transfere-se o frete para essa transportadora, e ela leva no mínimo 15%. Todo e qualquer tanqueiro no Brasil hoje que transporta álcool paga 15% do frete para essas transportadoras, que são das próprias usinas. Então, este é o Brasil que nós conhecemos.

Agora, estou muito preocupado, Senador, porque o próprio companheiro ali já disse como a corrupção tem raízes neste País. O que nós queremos cobrar neste País? Seriedade? Como, se nós mesmos não a praticamos? Se os empresários no Brasil não a praticam? São corruptos, como todos os outros! Aonde vamos parar? Que País é este? Aí fica a pergunta: que homens são esses que estão neste País? Que seres humanos são esses que estão neste País?

Desculpe o meu desabafo, Senador, mas eu preciso dizer isso de coração, porque nós não aguentamos mais ser explorados neste País. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Falou com a alma e todos entenderam a questão da dignidade e do combate à corrupção de ponta a ponta.

Meus cumprimentos pela fala.

Agora a senhora, por favor. É bom se identificar e, em seguida, falar.

A SRª ONELIA PEREIRA BARBOSA – Primeiro, bom dia a todos. Meus cumprimentos a todas as pessoas que estão aqui envolvidas em defender essa categoria. Bom dia a todos os visitantes, em especial à equipe de Tabuleiro do Norte, do sindicato do Ceará, que está aqui também para reivindicar.

Eu quero dizer que não importa a origem da pessoa que está aqui. O importante é que quem está aqui está com um objetivo comum. E eu agradeço muito a Deus por haver homens que estão aqui preocupados em defender uma categoria dessas, porque o País, realmente, anda sobre rodas.

Quero agradecer também a Deus esta oportunidade.

Eu moro em Anápolis, tenho uma revenda de veículos pesados e estou indignada, como todo mundo. O que o colega falou é, em parte, o que eu vou dizer também.

Mas quero dizer aqui que fiquei maravilhada com a fala da falou, eu ouvi por intermédio da televisão, mas fiquei maravilhada quando ela falou, aqui, pois ela foi a nossa boca aqui. Acredito que muita gente aqui está sendo a boca dos caminhoneiros que estão, numa hora destas, nas estradas, sofrendo, ralando e pagando um alto preço, literalmente um alto preço.

Com relação à cobrança do pátio dos postos, não acho que isso seja em tudo errado, mesmo porque o posto é uma instituição particular, o posto não tem obrigação nenhuma de dar água, energia e tudo o mais. Ele não tem obrigação nenhuma. Isso é obrigação do Governo, de quem fez a estrada, pois, somos cobrados para andar em cima delas. Nós pagamos IPVA, nós pagamos um monte de impostos, e não há sequer um ponto de apoio onde a pessoa possa dormir com segurança. Na porta da minha loja, nós temos vigilância monitorada, e lá direto dormem caminhoneiros por acharem que lá é um lugar seguro.

Em qualquer horário do dia ou da noite, quando todo mundo está dormindo, o caminhoneiro está trabalhando. Eu gosto muito de viajar à noite, porque tenho dificuldade para dormir. Eu gosto muito de viajar à noite, até mesmo porque o trânsito é mais tranquilo. Um dia, aconteceu um fato, em Rondonópolis: o meu carro estragou, eram 3 horas e 30 minutos da manhã, e quem me socorreu foi um caminhoneiro. Isso significa que, em qualquer horário do dia ou da noite em que você estiver na estrada, há alguém trabalhando por mim e por você.

Como há homens e mulheres no poder e ninguém para ouvir isso? Agora, a Presidente Dilma se sentiu um pouquinho ameaçada, ela saiu da zona de conforto.

Estou falando para o pessoal, para os caminhoneiros, o seguinte: “Vamos parar de brigar lá na clara e vamos brigar na gema! Vamos parar de ficar brigando, fazendo greve e piquete no Rio Grande do Sul, em Mato Grosso ou sei lá onde e vamos todos parar aqui, fazer um buzinaço aqui, em Brasília!”

(Soa a campanha.)

A SRª ONELIA PEREIRA BARBOSA – Por que ninguém faz isso? Vamos parar de ficar prejudicando quem não deve! Vamos tirar da zona de conforto esses homens e mulheres que foram eleitos por nós! Está na hora de essa categoria ser ouvida! A voz do povo precisa ser ouvida!

Os caminhoneiros, em sua maioria, nem sequer têm tempo para votar. A maioria dos caminhoneiros não vota. Eles não estão em casa e não sabem o que é participar do aniversário do filho, do aniversário de casamento, do aniversário da esposa. Não podem levar o filho para a escola. Quando o caminhoneiro vê, o filho já é um rapaz, a filha já é uma moça! O tempo passa, e eles continuam na mesma vida. Ninguém melhora de situação mais!

Quem compra um caminhão hoje... O Governo está louco para vender caminhão novo, porque ele arrecada muito com ICMS. Existe a indústria envolvida com isso. Só que, hoje, se a pessoa quiser trocar seu caminhão, ela não quer comprar um caminhão novo porque os juros referente ao caminhão novo é bom, mas o preço do caminhão está na faixa de R\$200 mil a R\$300 mil! Então, se ela quiser trocar um caminhão de R\$100 mil por um outro de R\$150 mil, ela não tem linha de crédito para isso. Se ela quiser financiar só R\$50 mil, será obrigada a pagar juros de 3%, se quiser, ou então ela continua com a sucata! Você entendeu?

Então, é preciso parar e olhar isso também. Hoje, qual o preço de um pneu? Um pneu custa em torno de R\$1,6 mil. O imposto pago sobre um pneu é de 23%. Por que vocês não param com isso e isentam o preço do pneu pelo menos de veículo pesado? Acho que essa é uma pauta importante. É importante colocar isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem!

A SRª ONELIA PEREIRA BARBOSA – O meu assunto era esse.

Agradeço muito a oportunidade. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Está muito bem colocado. Não se preocupe, que está muito bem colocado, seguindo a mesma linha da indignação do companheiro que está lá atrás e que a antecedeu.

O SR. HENRIQUE FELLAS – Bom dia a todos!

Sou caminhoneiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Qual o seu nome?

O SR. HENRIQUE FELLAS – Henrique Fellas. Sou lá da Serra Gaúcha, no Rio Grande do Sul, onde se produzem os espumantes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso! E eu sou lá de Caxias.

O SR. HENRIQUE FELLAS – É ótimo! Eu sei.

Você fala bonito, meu amigo, como também o Senador.

Parabéns à nossa querida que estava sentada aqui! Ela colocou coisas muito importantes.

Estou pagando uma conta que não seria minha, porque um caminhão meu tombou. Ele tombou para salvar uma família, e eu aplaudi o motorista. Não era eu que estava dirigindo. Eu estava logo à frente e retornei. Estou pagando a conta, porque o Governo não me dá a infraestrutura adequada. Se houvesse um metro só de acostamento, o motorista salvava aquela família, e não tombaria o caminhão. Mas sobrou para mim a conta. Tudo bem!

Foi falado das estradas do Mato Grosso, por onde as drogas correm. É verdade. Eu presencio. Eu guio caminhão hoje por obrigação. Tenho cinco irmãos que guiam caminhões. O mais velho, com mais de 60 anos, obriga-se a dirigir um caminhão porque senão a empresa dele desce ladeira abaixo. Mas são pequenas empresas, com um, dois, três caminhões. Eu presencio empresas que têm 400, 500, 700, 1.500 caminhões, que obrigam seus motoristas a tocar durante a noite. É errado. Nunca ninguém na minha vida me disse: “Vai dormir ou levanta mais cedo.” Só o meu pai. Ele dizia: “Amanhã vamos para a roça e vamos levantar mais cedo, porque a roça é longe.” A gente ia.

É verdade que muitos caminhoneiros se drogam. Muitos se drogam. Eu posso falar que nunca tive um acidente, nunca provoquei um acidente na minha vida, nem os meus irmãos, porque temos responsabilidade ao volante.

Hoje, dirijo o caminhão mais pesado do Brasil, de transporte de grãos. Eu e os meus irmãos tocamos eles.

Quero lembrar as estradas do Mato Grosso. Eu convidei, tempos atrás, em um desabafo na Rádio Guaíba, de Porto Alegre – o Governo mandou tirar; não deixou colocar na internet –, o Ministro dos Transportes, o então, Ministro César Borges, para andar comigo nas estradas do Mato Grosso. Gente, há buracos maiores que um pneu, com meio metro de fundura! E os motoristas, despreparados. Despreparados!

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Senador Paim, só para acrescentar algo ao que ele está falando a respeito dos buracos: há poucos dias, o Governo do Estado mandou um caminhão para tampar alguns buracos. Mandou um caminhão de asfalto quente. Deu para tampar um buraco só! (*Risos.*)

O SR. HENRIQUE FELLAS – Então, fala-se da jornada de trabalho também. Nunca ninguém me controlou. Sei minha hora de levantar, minha hora de deitar.

Eu arrastei um comboio de caminhões durante anos. Eu e meus irmãos. Oito, nove, dez caminhões, sete, seis, com responsabilidade. Se há um motorista que tem sono, vamos dormir.

(*Soa a campanha.*)

O SR. HENRIQUE FELLAS – No anel viário, em Cuiabá, peguei fila no Trevo do Lagarto, para quem conhece, de 26 quilômetros, em média, e não foi por acidente, mas por buracos! Na ponte do Rio Cuiabá, ultrapassei a ponte e cheguei ao posto de um amigo em que os motoristas lá são bem recebidos. Não pagam pátio e nem banho, porque ele é nosso amigo. Posso falar o nome dele aqui?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Deve.

O SR. HENRIQUE FELLAS – Aldo Locatelli.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Uma salva de palmas para o Aldo, que recebe os caminhoneiros! (*Palmas.*)

O SR. HENRIQUE FELLAS – Ele é amigo dos caminhoneiros.

Eu rodei 26 quilômetros durante um dia, das 6 horas da manhã às 6 horas da tarde, porque não há estradas. Se você mora no Mato Grosso, você é prova.

Mas quero concluir rapidamente, porque todo mundo quer falar um pouco.

Então, aqui, falo pela paralisação que nós tivemos agora, há 15 dias. Não foi nosso desejo. Acabaram os pneus, acabou o dinheiro, acabou o crédito. Os caminhões pararam porque não tinham mais créditos para fazer a manutenção devida nos caminhões.

O custo operacional de um caminhão, hoje, rodando, de 50 toneladas/carga, ultrapassa 110%. O que significa isso? Em um ano, tiraram todas as reservas que eles tinham, guardadas na poupança, para tentar uma

melhora. Quem nos ouve? Ninguém! Tiveram que fazer essa parada para mostrar para o Governo que precisamos nos atender; morreu gente!

Quantos acidentes acontecem por causa dos buracos? Muitas vezes eu vi estourarem pneus de automóveis em buracos – a visibilidade é pouca –, eles rodopiam e acabam morrendo embaixo de um caminhão.

O SR. NELSON ANTONIO SELAU – Aí dizem que o culpado é o caminhoneiro.

O SR. HENRIQUE FELLAS – É isso aí, bem lembrado.

Então, gente, o Governo tem que fazer a parte dele! O Governo tem que fazer a parte dele!

Aqui eu quero dizer para vocês: a minha família vive do caminhão. Meu pai é vivo, tem quase 87 anos, a minha mãe tem 84, e eles têm orgulho dos filhos que têm, porque todos trabalham com honestidade. Foi roubado o caminhão de um irmão meu no ano passado. Quatro meses depois levaram outro. Ele tinha quatro caminhões em sociedade com meu irmão Nenê, o último da família entre dez irmãos. O equipamento de carga dele, que ele comprou com dinheiro do BNDES, cujo percentual de dívida não me recordo agora, ainda está sendo pago – ele está pagando esse equipamento sem tê-lo, sem usá-lo!

Há outra coisa que quero colocar aqui para todo mundo sobre os pioneiros que arrancaram as riquezas de dentro do Mato Grosso e de Rondônia para trazer para os portos. Eu não quero me estender muito nos portos, depois alguém vai falar disso. Esses pioneiros, hoje – está lá na pastinha que vamos mostrar hoje para o Ministro dos Transportes –, estão vendo serem levados seus caminhões por Oficiais de Justiça porque não conseguem pagar as prestações.

Um homem de 67 anos, que tem uma frota de caminhões, falou para mim: “O que eu fiz dos meus 50 anos de trabalho? Eu paguei, paguei, paguei. Hoje não tenho mais nada. Eu cheguei ao fundo do poço. Eu não sei o que faço. Eu tenho um filho de 14 anos e não vou conseguir pagar a faculdade dele.” É triste, gente, é muito triste!

Há outra coisa que eu quero colocar aqui. Lá no nosso querido Rio Grande, Paulo Paim, oito guaritas da Polícia Rodoviária e meia, por que meia? Porque a Polícia só vai lá na terça, na quinta, e no sábado um pouquinho, porque não tem viaturas, porque não tem homens. E as portas para os vagabundos se abriram! Eu não temo a Polícia, eu sou amigo dos policiais, e eles não precisam me fiscalizar, porque eu respeito, e muito, as leis – quem tem medo de polícia é bandido. E nós estamos com oito no Rio Grande – vão estar na pastinha também os lugares; e a meia também, eu já vou falar aqui: é Alegrete, lá no Rio Grande, eles vão duas ou três vezes por semana lá só.

Gente, nós não queríamos... O que aconteceu quinze dias atrás, eu não quero mais passar por isso, nem o meu filho, nem meus irmãos – acredito que ninguém. Atendam o que nós vamos botar lá no Ministério dos Transportes que nunca mais no País vai acontecer o que aconteceu 15 dias atrás.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, muito bem! Eu até dei um tempo maior porque senti que foi uma fala de coração, de alma, de sentimento, e realista, sem dourar a pílula.

Eu havia combinado que três iriam falar. Falaram três. Por mim, eu abria a palavra aqui para todos. Quem se inscreveu falou, quem não se inscreveu não falou. Mas como eu sou muito bonzinho, como dizem, os dois que levantaram a mão agora vão falar. Você e ele lá atrás. Pronto. Daí encerrou. (*Palmas.*)

O SR. DIEGO MENDES – Bom dia todos.

Meu nome é Diego e venho de Tabuleiro do Norte, Ceará. Hoje, há uma frota de quase 600 caminhões numa cidade de 30 mil habitantes.

Eu queria só enfatizar a questão da disparidade de frete que existe. Nós, do Nordeste, somos os mais prejudicados com isso. Hoje, há em torno de 100% a 120% de disparidade de frete. Para ser compreensível para todos, um número: saindo de Fortaleza para São Paulo, as transportadoras me repassam em torno de R\$4.500,00; saindo de São Paulo para Fortaleza, esse valor dobra, ficando em torno de R\$9.000,00. É a disparidade média, mas isso pode chegar a 120%. Entendam bem: é o mesmo percurso, é o mesmo profissional, são os mesmos pedágios, não há nenhuma isenção de óleo na ida ou na volta, é o mesmo óleo, o caminhão faz o mesmo percurso. Geralmente, de São Paulo, volta-se mais pesado, o que aumenta o consumo e aumenta o custo do quilômetro rodado. Então, é preciso ficar claro isso. A gente tira do frete de São Paulo para poder pagar, às vezes, parte da volta. É muito claro.

Outra questão que eu queria enfatizar também é a lei da ANTT. Eu sei que não é regra isto aí: primeiro se cria a lei, depois abre-se a infraestrutura. Como cumprir essa lei à risca? Se eu saio de Feira de Santana para chegar à divisa do meu Estado, eu levo oito horas, tendo de tirar isso na carreira, correndo da bala, porque não há um posto policial rodoviário. Como cumprir isso? Eu queria uma sugestão dos senhores. Não há um posto de Polícia Rodoviária Federal nesse percurso. É totalmente desassistido. Para a assistência entre Feira de Santana e Penaforte, só vai haver um posto lá no Pernambuco já, no Ibó.

O SR. FRANCISCO FRANCO CHAVES SOBRINHO – Chega a ter trecho de 150 quilômetros sem nenhum posto.

O SR. DIEGO MENDES – Sem nenhum posto.

Outra questão. A questão do pedágio é muito importante. Já existe a lei. Só que a lei tem uma brecha, e as transportadoras usam dessa brecha. Esse vale-pedágio só é repassado para a gente – pelo menos em Cubica, que é uma área pedagiada – na primeira vez que se carrega lá. Existe uma brecha nessa lei que precisa ser revista. E esse sistema tem de ser ligado ao CIOT, que é um sistema muito importante também, para que esse vale-pedágio não caia na carta-frete, porque isso não é nosso custo, isso é lei, desde 2001, a Lei nº 10.209.

O SR. CARLOS ALBERTO LITTI DAHMER – CIOT para todos.

O SR. DIEGO MENDES – CIOT para todos.

Todas as transportadoras devem obedecer ao sistema.

O SR. JORGE BASTOS – Perfeito.

O SR. DIEGO MENDES – Amanhã, estarei na reunião como Ministro também e vou enfatizar mais algumas coisas.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

O companheiro lá atrás, o último, daí volta para os painelistas, para cada um fazer suas considerações finais.

O SR. DAUTEIR J. RODRIGUES – Senador Paulo Paim, eu não vou ser demorado, não; vou ser breve.

O que o pessoal disse antes comprova para o senhor que, com essa categoria estando bem, ela tem condições de abaixar o custo do País. Essa categoria é extorquida desde a hora em que ela sai de casa.

O Dr. Jorge Bastos foi feliz em dizer que vai passar para as entidades sindicais de cada Estado os pontos de parada no País.

O Litti, no Rio Grande do Sul, já vende um mundo velho de óleo diesel diferente dos postos. A ANP foi lá e fechou o sindicato dele. Nós tínhamos conversado antes, e eu falei: “Litti, pode preparar que eles vão fechar a sua bomba”. Pois foram lá e fecharam. Ele já tinha cooperativa pronta, que na cooperativa eles não podem mexer. A diferença é monstruosa entre o que o Litti passa para o autônomo em relação aos postos.

Dr. Jorge Bastos, é por isso que eu cobre do senhor naquele dia no Ministério dos Transportes em relação às entidades sindicais com cooperativas administrarem esses pontos de parada no País. Com esses trabalhadores fazendo isso aí, automaticamente vai chegar à mesa do brasileiro, porque o autônomo vai ganhar mais dinheiro, e, com o autônomo ganhando mais dinheiro, há condição de o Governo baixar os custos. Então, é por isso que nós estamos brigando. Litti, no dia da reunião lá, companheiro que nunca apareceu na introdução da Lei nº 12.619, agora, está lá representando o autônomo, falando que é o legítimo representante do autônomo. Manda contribuição sindical para o País inteiro, nunca passou uma câmara de ar para o autônomo, e falou: “Isto aqui é em troca do que você fez pela entidade”.

Então, tem muito coisa, Senador Paulo Paim, que tem que ser revista urgentemente. Porque o caminhoneiro é extorquido em Mato Grosso, em Goiás, no Tocantins, no Rio Grande do Sul, por todo canto do País. Mas é porque a nossa categoria nunca fez o que está fazendo agora: se uniu e se deu as mãos para que realmente a coisa acontecesse. Tem lavagem de dinheiro, sim, no meio dos caminhoneiros, tem muita gente lavando dinheiro por conta da nossa desorganização, mas a partir de agora o senhor pode ter certeza de que vamos nos organizar, não só em Goiás, como no Brasil inteiro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Muito bem.

Olha, foi muito boa a participação do plenário, dos cinco que usaram a palavra mostraram que conhecem o que é trecho, o que é andar nas estradas e a realidade.

Eu quero deixar bem claro aqui que também tenho o maior respeito por aqueles companheiros que têm posto de gasolina. Tenho uma relação excelente com eles.

Entendo o ponto de vista colocado aqui por um caminhoneiro que me disse o seguinte, eu nunca me esqueço – já usei a frase –: “Paim, caminhão parado para mim é prejuízo; andando é mais prejuízo ainda”. Outro me perguntou: “Paim, como eu faço? Se eu paro na beira da estrada devido à carga horária” – e nós temos que ver como se faz isso –, “a polícia vem e diz que não posso. Se paro no posto, não posso. O que eu faço? Não tem parada, na beira da estrada não posso parar e no posto também não!”. É que não há paradas. Então, vai ter que rodar. E se roda é multado porque entrou na linha do excesso. O que temos que fazer? É preciso – por isso bati palmas aqui, Dr. Jorge Bastos, quando o senhor falou – tocar os postos de parada, com estrutura para os caminhoneiros.

Neste período, enquanto os postos de parada não existem, o apelo que faço aqui aos meus amigos donos de postos de gasolina é que sejam tolerantes. Por exemplo, pode ser o critério que o Sr. Aldo citou aqui,

que façam um carinho, um agrado ao caminhoneiro que está na estrada. Que digam: “Olha, eu vou te permitir ficar aqui, mas venha abastecer aqui”. Podem trocar essas figurinhas enquanto não existem os postos de paradas que deveriam existir. Ou enquanto não existe uma cooperativa que possa montar os postos. Nós sabemos que o ideal é o posto de parada, mas sabemos que vai demorar um bocado ainda, não é, doutor? Não é do dia para a noite.

Então, nós temos que fazer um caminho de solidariedade entre os postos de gasolina, os caminhoneiros e as cooperativas, a fim de que possam tomar um banho, ir ao banheiro – o termo é esse mesmo –, tomar água. Esse é o apelo que fazemos.

Aqui foi levantado eu acho que pela senhora e pelo senhor também: “O Paim vem com essa história” – história no bom sentido –, “mas se aparecem 200 caminhoneiros no meu posto eles não entram”. Não entram nem clientes, não é? Aí temos que fazer – como se diz? – um TAC, um Termo de Ajustamento de Conduta, quem é da área jurídica pode dizer, de forma tal que eles possam, nessa emergência, até que surjam os postos de parada, ter algum tipo de entendimento.

Vou agora para os “finalmentes” dos nossos convidados. E faço um apelo, sei que passaríamos o dia todo discutindo este tema, mas voltaremos em outras audiências, claro, quando vocês provocarem. Sempre digo que eu não invento audiência pública. Faço audiências às segundas e quintas-feiras pela manhã, toda semana. Na segunda-feira pela manhã e na quinta, por iniciativa minha ou dos Senadores, mas estou aqui junto. As audiências são provocadas pela sociedade. Esta audiência foi provocada pelos caminhoneiros e pela Fenacat, que insistiu muito para a realização desta audiência com o objetivo de, antes da reunião, dialogar um pouco com a sociedade brasileira, via TV Senado, pois hoje vocês falaram aqui para milhões de pessoas.

Vamos agora para as considerações finais. Na mesma sequência que começamos, porém vamos para a segunda Mesa.

Vou começar com o Nelson, para as suas considerações finais.

Peço que cada um fale no máximo por três minutos e que a Secretaria me passe a primeira lista.

Nelson, por favor.

O SR. NELSON ANTONIO SELAU – Quero relatar aqui a indagação de um caminhoneiro que me passou um *e-mail* referente à carta de frete. Empresas administradoras de cartões de frete estão – como é que vou citar aqui? – se aproveitando de taxas.

O caminhoneiro vai lá e carrega a carga, digamos, de R\$8 mil de frete. Cada vez que ele passa o cartão para retirar dinheiro do banco – Bradesco, Banco do Brasil, qualquer que for o banco –, ele vai pagar R\$8,00 para o saque. Então, teria que pôr uma taxa única de retirada. Enfim, se ele for retirar no caixa eletrônico, não vão sair os R\$8 mil de uma só vez. Então, que seja uma taxa única! Isto aqui é um abuso da administradora do cartão. Isto aqui deve ser falado amanhã na reunião.

Outra coisa que deve ser relatada também é a aposentadoria do caminhoneiro com 35 anos de trabalho. Qual é o caminhoneiro que aguenta trabalhar 35 anos na boleia de um caminhão? Trinta e cinco anos de carteira assinada? Essa idade deve ser reduzida para 25 anos, no meu ponto de vista. Isso também deve ser comentado amanhã.

Isso daí, pessoal. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Sr. Nelson. Parabéns por suas considerações, lembrando a importância de caminharmos... Já tínhamos no passado, não é? Todo motorista tinha direito a aposentadoria especial. E vocês sabem que muita gente se aposenta e, se tiver condições, toca sua vida assim mesmo. Mas a aposentadoria especial é um direito. Eu mesmo, como metalúrgico, se estivesse na fábrica ainda, poderia me aposentar com 25 anos de atividade, porque eu trabalhava em fundição, na forjaria também; consequentemente, poderia depois ter outras atividades, se assim o resolvesse. Mas é um direito. Quem trabalha em área insalubre, perigosa e penosa tem aposentadoria especial.

Passo agora a palavra para o Valdir de Souza Pestana, Presidente da Federação dos Trabalhadores Rodoviários do Estado de São Paulo.

O SR. VALDIR DE SOUZA PESTANA – Mais uma vez, Senador, eu insisto: em relação à ADIN, naqueles assuntos que são pertinentes aos trabalhadores com vínculo empregatício, nós vamos entrar. Não vai ter jeito, para nós é importante, porque nós entendemos que não é a lei do descanso, era a lei que salvava vidas. Para nós, isso não tinha preço. Nós colocamos aquelas 5 mil cruzeiras na porta do Congresso não foi à toa. Esse custo, Ministro, ainda continua para o Governo; consequentemente, vai para quem paga imposto pagar essa conta. Então, da nossa parte... São absurdas as mortes.

Agora, com relação aos pátios de descanso, vai ser difícil achar muito terreno.

Porto. Falou-se muito em porto. Alguém aqui conhece o “vira”? Quem é do autônomo conhece o “vira”? Sabem o que é o “vira”? Não? Sabe qual é a idade média? Tem Alfa rodando lá, tem FNM ainda rodando. Eu quero ver dar o financiamento para eles.

Questão do combustível, negócio interessante. Onde o Governo vai discutir o ICMS? Mato Grosso do Sul. Quem é do Mato Grosso do Sul? Qual é o valor do ICMS lá? Dezessete por cento? Quanto é o de São Paulo?

O SR. VLADIMIR LENIN DURÃO – Em Goiás é 25%.

O SR. VALDIR DE SOUZA PESTANA – Estranho: como é que vai acabar essa guerra?

Concessão de pedágio, eixo levantado. E vou perguntar ao Secretário, ao Ministro: como é que vão ficar agora os contratos com as concessionárias?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. VALDIR DE SOUZA PESTANA – Ah, vão ter que ser revistos. Quem vai pagar o pedágio de algum jeito? Eu aprendi uma coisa, isto eu aprendi: o Governo não tem dinheiro. O Governo arrecada dinheiro da gente. Então, isso não sai de graça. Como é que é feita a reengenharia, que eu gostaria que se discutisse na lei? Mas não foi feito isso. Todos os que estão aqui só dizem o seguinte: “É o Governo”. Não é o Governo não, somos nós. Vai ter que ser por nós. Se o Governo não fizer o papel correto, do início ao final, não é só o meio, não é só o posto de gasolina. Quero ver você achar um terreno ali na boca do rodoanel de quem vem do Paraná, eu quero ver achar terreno ali já. Tem muito é condomínio particular. Como é que faz o convênio?

O SR. NELSON ANTONIO SELAU – Para fazer praça de pedágio acham.

O SR. VALDIR DE SOUZA PESTANA – A praça é na estrada, está bonitinho, está na estrada! Está na estrada, a concessão está ali. Mas eu quero ver desapropriar o terreno e fazer. É como eu falo sobre o Porto de Santos.

E, olhem: tem que haver algumas discussões até maiores do que essa. Nós estamos aqui, um olhando a cara do outro, olhando o bolso, mas precisamos saber quais são os projetos futuros.

Nós teríamos de fazer pequenas e médias viagens, não longas viagens, longe da família. O trem estaria lá para fazer esse papel. Eu digo até para vocês que o trabalhador do porto não gosta de ver caminhoneiro. Sabem por quê? Vocês sabem disso. Sabem ou não? Porque você arrega e cai na moega direto. Quando isso se dá no trem, a gente empurra o trem e ganha um dinheirinho lá no porto. Quem conhece o porto sabe o que eu estou falando.

Agora, quando eu falo para a parte do Governo, vou ali para o matinho, porque não tenho lugar para ir. Não vá, não, porque já está sujo o matinho, de tanto caminhão que é enfileirado ali, no canto da Alemoa. A estrutura ainda está muito precária. Agora, quando torno a dizer...

O meu companheiro ali colocou que ele perdeu o caminhão. Ele faz a jornada dele. Mas, se tiver de dar um jeitinho, o que é que você vai fazer? Você é responsável, mas o seu auxiliar, talvez, não seja responsável no futuro. Ele vai dar uma esticadinha, e essa esticadinha pode custar a vida dele e a de outras pessoas.

Então, quando nós discutimos a lei... Senador, o senhor sabe disto. Estou conversando com o Ministério Público aqui, ao meu lado. Não aguento mais a Dr^a Jaqueline e o Paulo Douglas me xingarem! Mas por quê? Nós não fomos para a rua para atrapalhar ninguém, mas a nossa ideia é ir para a rua. E, se nós tivermos de levar porrada de vocês, vai ser o mesmo caminho. Por quê? Aí vai doer no bolso de vocês também.

A gente não quer se matar nem quer que vocês se matem. Agora, como é que a gente vai construir isso a quatro mãos de novo, tudo de novo, Senador? Por quê? Eles precisam trabalhar, eles precisam de financiamento, eles precisam de seguro. Eles, como nós, precisam de local para descansar. E eles pagam a própria previdência deles.

A desoneração da folha não se discutiu na lei. É gozado! Discutiu-se o custo deles, mas a desoneração – desculpem-me por eu me alongar um pouquinho só – não há para se discutir! Senador, o senhor discutiu comigo, discutiu, discutiu. Nossos pares discutiram. Fizemos a lei perfeita! Ela foi perfeita! Agora, por que esse jabuti entrou? Por que não se discutiu isso em separado?

Fiquei com pena quando vi você dizendo que não ia matar uma família inteira quando o seu funcionário ou o seu irmão – acho que era o seu funcionário, na época, ou um auxiliar – tombou. Mas o Ministério Público já lhe avisou: cuidado! Imagina se seu funcionário morre! A sua conta seria impagável, porque ele ia ficar no seu pé lá, a Jaqueline ia fazer um laudo em que você, mesmo dependendo do Governo, ia ser culpado, porque alguém tem de pagar a conta.

Não conseguiram fazer um seguro comunitário, porque a Susep não deixa. Os grandes interesses, as grandes oligarquias, neste País, não estão permitindo vocês e nós fazermos isso!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu estive com eles. É exatamente isso! Não deixam e não fazem!

O SR. VALDIR DE SOUZA DE PESTANA – Então, onde nós vamos discutir isso?

Agora, é como você falou: há empresas que têm mil carretas, mas que são bons patrões. Mas há aquele com três carretas que é dirigente sindical e que não faz mais nada. Sabia disso ou não? E é patrão, hem? Estou falando de dirigente sindical patrão, porque senão ele não estaria naquele local, não. Alguns viram até Senador.

Então, nesta hora, eu gostaria de olhar no olho do Governo e perguntar só uma coisinha: “Onde estávamos no dia da lei, no dia da sanção? O senhor nos viu lá ou não? O senhor viu a federação que eu represento ou não? Não!” O senhor viu lá a confederação onde há um velho de 96 anos? Não! Sabe quem estava lá ou não? Federação fantasma, confederação fantasma e autônomos parando a rodovia. Alguém se preocupou com as mortes e com a conta dos cinco mil que vão voltar para a rodovia ou não? Ninguém se preocupou com isso.

Este desabafo é feito para o Governo. Os caminhoneiros já o conhecem de cor, porque eles choram as vítimas, todos os anos, nas rodovias.

Então, da minha parte, como cidadão brasileiro, daquilo que me pega em relação... Se a minha confederação e as nossas federações não fizerem seu papel, vocês podem estar certos de que vamos encontrar vocês na rodovia. Mas a gente vai querer o apoio de vocês. Da parte do motorista celetista, nós vamos querer brigar, porque vamos proteger vocês mesmo! Não dá para morrer mais gente, não, nessas rodovias!

Desculpem-me!

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem!

Esse foi o Valdir de Souza de Pestana, Presidente da Federação dos Trabalhadores Rodoviários do Estado de São Paulo.

Agora, falará o Procurador do Trabalho da 10ª Região, Dr. Adélio Justino Lucas.

O SR. ADÉLIO JUSTINO LUCAS – Senador, de fato, é até emocionante participar desta audiência pública, porque ela nos permite conhecer as realidades, não só aquelas que nos chegam, mas também aquelas que trazem aqui de forma viva, não aquelas só do papel.

Daí a nossa preocupação, concatenando as ideias no sentido de que a união da categoria dos motoristas, sejam eles autônomos ou celetistas, é fundamental para que se tenha um regime jurídico que venha a possibilitar segurança jurídica para que todos possam trabalhar e produzir neste País. Todos têm direito.

Volto aqui um pouquinho, se V. Exª me permitir, porque, no momento, eu não disse: a preocupação da mudança da lei é porque ela é tão maléfica, tão perniciosa que, naquilo que nós procuramos evitar que fosse incentivado, o pagamento do frete, seja por comissão, seja por tipo de carga, transporte ou distância, a lei nova veio e fez exatamente o contrário. Ela permitiu a remuneração do motorista em função da distância percorrida, do tempo de viagem e da natureza do produto transportado. Veja só, naquilo que a gente procurou trazer de segurança nas estradas – segurança para o motorista, segurança para o autônomo, segurança para a sociedade –, a lei vem e autoriza exatamente a desconstrução dessa segurança.

Então, se houve algum equívoco, é preciso voltar ao ponto de origem e consertar. Essa concertação a que V. Exª se refere, precisa voltar também para os termos da lei, para a segurança do trabalho, tanto a do celetista quanto a dos autônomos.

Quero dizer uma coisa. O senhor veja que uma palavra muda tudo. A gente procurou, naquela ocasião, estabelecer aquilo que o termo da lei pudesse expressar. Veja só: na lei antiga, era proibida a remuneração, etc., se a remuneração ou o comissionamento comprometesse a segurança rodoviária de forma geral, dos usuários e de toda a rodovia. A nova lei vem e preocupa com uma parte física. Passa a preocupar com a segurança da rodovia. Veja só que teratologia! Preocupou-se com o terreno, com a rodovia, e não se preocupou com a segurança rodoviária. Então, vejam a que situação nós chegamos de desconstrução de uma lei.

Quero dizer que o Ministério Público se encontra sempre à disposição no sentido de mediar, construir e refazer todo o caminho que venha a ser um caminho legal da segurança jurídica para a Nação brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Sr. Adélio Justino Lucas, Procurador do Trabalho da 10ª Região.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Senador Paim, eu vou precisar sair agora e queria só ressaltar a importância disso, sobre o qual todo mundo já falou, e o debate ficou, como disse o representante do Ministério Público, Dr. Adélio, até emocionante.

Aqui ficou bem claro aquilo que eu havia dito no início. A complexidade é tamanha porque os interesses são conflitantes, e aumenta o desafio disso.

Quanto ao que foi falado sobre o sucateamento da Polícia Rodoviária Federal, isso é uma realidade. Em Mato Grosso, por exemplo, há poucas rodovias. Só recentemente, nos últimos oito meses, já foram fechados três postos. Isso deixa os caminhoneiros muito desassistidos porque, por vezes, os pátios da Polícia Rodoviária Federal são pontos precários, mas de mínima segurança para eles. Ali, há banheiros, há uma mínima estrutura.

Essa é uma preocupação porque é uma realidade. A Polícia Rodoviária Federal está sucateada, mas um tipo de sucateamento muito grave, que é o sucateamento do efetivo. Viaturas até há. Às vezes, há um posto da Polícia Rodoviária Federal, quatro viaturas e um policial. Essa é uma realidade muito complicada.

Sobre as estradas, o companheiro falou muito bem. O Senador Paim é testemunha – e eu venho batendo nesta tecla, mas parece que a tecla está colada – de que, no Mato Grosso, nós temos praticamente uma rodovia. Em algum momento, ela se parte em duas. Há alguns galhos ali. De ferrovias, temos um pedaço. Há ferrovias de pé quebrado ali.

Estamos torcendo. Estou indo insistentemente à Valec, para ver se a gente consegue a Fico, ali, em cima, e torcendo para que a malha, principalmente, de Mato Grosso melhore.

Eu imagino, eu imagino não, eu vejo ali o tanto que os caminhoneiros sofrem. Senador Paim, onde as rodovias se sobrepõem, a BR-163 e a BR-364, há um trecho de 200 quilômetros que, às vezes, o caminhoneiro demora seis, sete horas para fazê-lo, o que é um absurdo.

Nós temos um item que quero colocar para refletirmos – a ANTT, os órgãos do Governo –: nossas rodovias foram projetadas numa época em que nosso maior veículo era o famoso jacaré. Agora, a cada dia, eu entrei na Polícia Rodoviária Federal em 1994, quando estavam surgindo os bitrens, mas a cada dia eles crescem, de forma que às vezes você tem, num trecho de 100 metros, três ou quatro caminhões apenas: são 25 metros, 30 metros e crescendo – não cabe, estão virando trens sobre rodas. Então, dá para ver que a malha rodoviária não suporta, porque ela foi projetada para um peso muito menor. Pode-se argumentar que está distribuído, mas essas coisas a gente sabe que a nossa fiscalização no Brasil é precária, por isso é que existe esse negócio de dizer que a lei não pega. É precária. A Polícia Rodoviária Federal não deu conta de fiscalizar essa Lei do Trabalho por falta de efetivo. É uma lei maravilhosa, mas não há fiscalização.

A fiscalização de peso praticamente inexistente no País. Pelo menos em Mato Grosso é uma realidade. Nós temos algumas rodovias que têm fiscalização do peso, mas, em geral, não há. Então, Senador Paim, esses bitrens, que deveriam andar com 74 mil, andam com 100, cento e poucos. Já tive oportunidade de pegar caminhões que não são bitrens, mas os chamados DLS, com 90 mil quilos! Isso, quando contei para alguns companheiros, acharam que eu estava mentindo, mas é uma realidade isso. E as estradas vão criando fissuras, vem a chuva e dá-lhe buraco!

Então, ficam todos esses pontos. Ainda que eu creia que sejam temas para outro momento, podemos começar a refletir: sucateamento da PRF, que impacta na segurança, na falta de pontos de apoio. Quem roda em Mato Grosso sabe: o posto da Petrovina era um lugar que servia de amparo para aquele grande trecho, mas acabou de fechar, e assim acontece em muitos outros locais.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Ficam aqui os meus parabéns a cada um que compareceu e a V. Ex^a, por ter tido essa maravilhosa ideia de discutirmos esses temas aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador, pela colaboração que deu desde o início desta audiência pública.

Passamos a palavra agora, devido ao nosso tempo, à Dr^a Jaqueline Carrijo.

A SR^a JAQUELINE CARRIJO – Bem, só para esclarecer: Goiás, por exemplo, tem uma balança. A turma de Goiás, que está aí, está confirmando: só tem uma balança.

Reitero a pergunta: a quem interessa o excesso de peso, o excesso de velocidade, o excesso de jornada? Todas são condições de trabalho que adoecem e matam os trabalhadores. Com certeza, o trabalhador brasileiro não concorda em piorar suas condições de trabalho. São situações que violam o direito à vida, à dignidade, à liberdade. Com certeza, os trabalhadores não aceitam vida degradante e morte precoce. Então, é absurdo pensar que exista algum trabalhador brasileiro que concorde com isso. Por isso eu defendo a unidade entre vocês, motoristas profissionais, porque as causas são as mesmas, são idênticas.

Informo que a Auditoria Fiscal do Trabalho, a nossa categoria, não fará valer uma lei que é imoral, inconstitucional e antissocial, como essa que revogou a 12.719. Nós temos missões institucionais muito bem definidas, em tratados internacionais e pela Constituição, e regras, inclusive, nacionais também. É nosso dever prevenir adoecimento e morte. É nosso dever combater toda e qualquer forma de discriminação, situações que estamos vendo nessas relações de trabalho e comerciais. Ou seja, não vamos aplicar essas normas que são manifestamente ilegais. Por posição, não vamos participar dessa chacina que acontece nas estradas brasileiras. Somos contra.

Aproveito o gancho do Senador, que era da Polícia Rodoviária, quero também falar do sucateamento. Em função da falta de fiscalização, Senador, nenhuma norma que promova dignidades, que faça valer direitos humanos em qualquer relação neste País, vai ser aplicada se não houver fiscalizações.

Então, estou falando do sucateamento da fiscalização do trabalho, de todas as fiscalizações, do Ministério da Justiça, do Ministério da Saúde, do Ministério dos Transportes, e por aí vai.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr^a Jaqueline Carrijo. (*Palmas.*)
Passamos a palavra agora, pedindo brevidade a todos, ao Presidente da Federação Nacional das Associações de Caminhoneiros e Transportadores (Fenacat), Sr. Luiz Carlos Neves.

O SR. LUIZ CARLOS NEVES – Quero, mais uma vez, Senador, agradecer pelo apoio que o senhor tem dado a toda a categoria efetivamente. E quero falar que eu acho que há sim condições de nós lutarmos, como estamos fazendo, e criar um entendimento com o Governo e criar uma tabela referencial, sim. Nós precisamos disso. Acho que o transportador precisa disso. Acho que nós somos capazes de sentar e dialogar com o Governo. Agora, eu acredito na categoria que está aqui, nos sindicatos que estão presentes, que eles possam fazer isso. Porque antes tínhamos um monte de pelego aí só lutando por outras coisas. Agora, não. A categoria efetivamente vai lutar. Acho que dá para construir uma solução sim. Nós não podemos desacreditar que isso não vai chegar a nada. Nós temos que acreditar que a solução existe e que nós podemos criar a solução.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. (*Palmas.*)

Luiz Carlos Neves, Presidente da Fenacat.

Concedo a palavra ao Luis Antonio Festivo, Diretor de Assunto Trabalhista da Nova Central, CNTT.

O SR. LUIS ANTONIO FESTIVO – Este ano comemoraremos cinco anos da década sem acidentes. Vai haver reunião de ministros do mundo inteiro. Só que nós não estamos comemorando nada.

No final de 2013, nós criamos o Fórum Nacional em Defesa da Lei nº 12.619, oportunidade em que colocamos que eles juntam dinheiro enquanto as famílias juntam pedaços. Por menos acidente e mais vida.

Agora, lamentavelmente, eu vejo o Governo nesta Mesa chamando pra uma reunião amanhã, onde os verdadeiros representantes – não estou falando de quem está aqui – dos trabalhadores não estão participando, apesar de terem mandado notas técnicas para todos os Ministérios.

A história se repete, como foi na 12.619, onde mais de cinco milhões de trabalhadores foram esquecidos, porque a luta dos caminhoneiros é igual a nossa, na questão da vida, na questão da segurança, porque, se não tem ponto de parada para um caminhoneiro, também não tem para o trabalhador celetista. Esse ponto de parada, do jeito que fizeram, é segurança do trabalho. Ponto de parada também nas cidades para motoristas de ônibus, cobradores, cobradoras, em grandes cidades não têm um banheiro sequer; O transporte urbano, com motoristas que fazem viagens de uma hora, uma hora e meia, sem poder fazer suas necessidades, sequer se alimentar. E, lamentavelmente, o Governo não vai discutir isso amanhã. Vai discutir somente a reivindicação justa de vocês, na questão do frete, na questão do financiamento, mas a vida novamente foi esquecida pelo Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Este foi o Luis Antonio Festivo, da Nova Central Sindical dos Trabalhadores. (*Palmas.*)

Concedo a palavra ao Sr. Carlos Alberto Litti, Presidente do Sindicato de Transportador Autônomo de Carga de Ijuí (RS), Sinditac.

O SR. CARLOS ALBERTO LITTI DAHMER – Senador Paim, agradecer a oportunidade, não a primeira, mas as inúmeras que o senhor proporciona para que a sociedade, toda ela, consiga fazer a discussão, como foi aqui neste debate envolvendo os interessados e a sociedade lá na outra ponta, trazendo para cá.

Eu me sinto muito esperançoso, mas muito esperançoso mesmo, confiante de que, amanhã, na reunião do dia 10, embora ressalvadas as questões que os companheiros colocam, que não estão na pauta, que é uma pauta de vida, mas, numa pauta que também é de vida, de uma pauta econômica, devemos, levando tudo isso que vocês têm em consideração, mas, para o momento que está colocado, para a situação que também é sobreviver, trata-se de sobrevivência, porque também se morre pelas estradas, sim, mas se morre também se não colocarmos o pão na mesa. E a situação é quase de não ter o que colocar para a alimentação, se a gente não for fazendo melhorias. E nesse sentido, nós vamos ter propostas para amanhã, que é uma tabela mínima de frete por quilômetro rodado e que leve em consideração todos os custos: óleo diesel, salário, pneus, recapagem, pedágio, manutenção, óleo lubrificante, IPVA, seguro, depreciação, monitoramento, ou tudo aquilo que compõe o frete, para que o transportador possa saber que esse é o mínimo. Se ele for por menos que isso é a morte. É a morte não por acidente, mas é a morte por aquilo que a gente fala, ou seja, pela falência exatamente.

E aí acrescentar outros itens. Há várias planilhas por aí. Mas o mais importante para depois dessa produção é a fiscalização disso, porque não adianta a gente produzir a melhor tabela do mundo e não ter quem ponha isso em prática. E a gente tem duas sugestões para isso: uma que envolve a ANTT, que ela consiga, quando fizer o Ciot para todos, ter uma pauta mínima que não deixe que o Ciot seja gerado; a outra é nas Secretarias de Fazenda dos Estados, onde ela também tem uma pauta mínima para o transporte. E que ela não gere o conhecimento de transporte, porque vai bloquear esse custo mínimo. E uma terceira ainda é que se crie uma comissão tripartite ou da sociedade para que depois, quando houver o desacordo entre os embarcadores ou entre as empresas, que se tenha também onde reclamar: “Escuta, eu estou sentindo isso.” E que essa

comissão que vai estar com o Governo, com a ANTT, com os sindicatos e com os embarcadores resolva esse conflito momentâneo lá.

Então, eu acho que amanhã haverá uma grande atividade. Nós estamos nos reunindo, convocando também os companheiros para somarmos aqui e termos uma proposta clara, objetiva para resolver o problema.

E, mais uma vez, para o Senador de todos, dos caminhoneiros, dos negros, dos pobres, dos indigentes, da luta social, muito obrigado pelo convite. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Obrigado, Litti.

Carlos Alberto Litti, Sindicato dos Autônomos lá do Rio Grande, Sinditac.

Concedo a palavra ao Sr. Valdemar Raupp, Associação dos Proprietários de Caminhões de São José.

O SR. VALDEMAR HALN RAUPP – Senador Paulo Paim, quero agradecer mais uma vez pelo convite. Quero agradecer a todos os que vieram aqui e também dizer que a palavra do doutor é muito importante. É muito importante tudo o que a gente está exigindo. Tudo aquilo que ele falou eu não preciso nem falar, porque ele já falou. E outra coisa é a respeito da balança e pedágio. O que eu acho muito abuso com relação à balança é o seguinte: haver balança de trecho em trecho, como temos. Aqui ela falou que não há. Mas para nós lá a cada 50 quilômetros, 100 quilômetros há uma balança. Eu acho isso um abuso. O que eu acho a respeito da balança é que deveria ser pelo peso bruto do caminhão e não por eixo, porque onde ele carrega, ele já sai com o peso na nota. Então, fiscalizando pela nota, eu acho que não precisaria existir esse abuso de balança. Então, devia haver uma fiscalização sobre a balança.

Outra coisa é o pedágio. Eu acho um abuso esse negócio de pedágio de a cada 30 quilômetros. Ele tem uma carreta, embalou a carreta e tem que parar para pagar o pedágio novamente? Eu acho que pedágio devia ser a cada 100 quilômetros e a um preço relativo por eixo. Há lugares em que há abuso sobre o pedágio.

Sobre a tabela de frete já foi comentado, a gente vai ver se resolve isso amanhã. Muitos falaram e eu respeito todas as vozes, todos que falaram.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Sr. Valdemar Raupp, um dos líderes do movimento lá em Três Cachoeiras.

Agora passamos a palavra aos representantes do Governo.

Primeiro, com a palavra, o Dr. Marcelo Vinaud Prado, que fala aqui também pela ANTT.

O SR. MARCELO VINAUD PRADO – Obrigado, Senador.

Para concluir, a gente gostaria de colocar que a ANTT tem agenda positiva com todas as representações das categorias dos transportadores autônomos, da empresa. O Litti é frequentador assíduo lá, conosco. E temos orientação da diretoria para que isso sempre seja intensificado. Da mesma forma, também temos um trabalho colaborativo com o Ministério Público do Trabalho e também com o Sr. Paulo Douglas na parte de fiscalização, e nós estamos buscando mecanismos para que a lei seja fiscalizada, e que possamos fazer isso em conjunto.

Houve alterações significativas, nós concordamos, e que não estão ao encontro do que se esperava.

Mas, independentemente da lei que for ficar, nós vamos fazer o esforço que conseguirmos para poder fiscalizar, porque entendemos que o pior de tudo, além do acordo malfeito, é que, se não conseguirmos fiscalizar, ainda pode ser pior.

Então, seria isso. (*Palmas.*)

O SR. JORGE BASTOS – Muito bem, Dr. Marcelo, que falou também pela ANTT.

Agora, fala o Diretor-Geral da ANTT, Dr. Jorge Bastos.

O SR. JORGE BASTOS – Senador, eu queria cumprimentar o senhor mais uma vez pela audiência que acho que foi de grande valia. Nós tivemos aqui a oportunidade de ouvir diversos setores do transporte de carga no Brasil.

Para mim, foram muito proveitosas. Estou levando as reivindicações que foram feitas, todas elas, para que nós amanhã possamos debater.

Eu queria convidar o Sr. Festino e o Sr. Pestana para que compareçam amanhã à reunião. Acho que é importante vocês colocarem isso amanhã lá para que possamos debater com todos. A reunião é aberta, não tem restrição à presença de ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Se você me permite, posso tomar um pouquinho da liberdade que você está me dando?

O SR. JORGE BASTOS – É lógico. Por favor, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Que os membros da Mesa que aqui falaram estejam automaticamente convidados.

O SR. JORGE BASTOS – Com certeza, estão todos convidados. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O.K.. E sem prejuízo de outros que estarão lá com convite já feito.

O SR. JORGE BASTOS – Eu acho que temos de debater. Acho que o debate é bom para aprofundar as questões e tentarmos resolvê-las.

Fica aqui o convite e o pensamento de todos de que amanhã, com certeza, vamos sair com uma solução. Não vamos com a expectativa de que amanhã vamos resolver todos os problemas. Amanhã, vamos começar a resolver os problemas. Isso que é importante. Esse debate que vai, ao longo do tempo, melhorar a vida dos caminhoneiros. É isso que nós esperamos. Não adianta chegarmos e também achar que amanhã vamos dar solução para tudo, não é, Senador? Amanhã, vai ser um debate. Vamos ter de conversar e debater para que possamos aprofundar e resolver os problemas.

Mais uma vez, muito obrigado a todos.

Espero que tenhamos, amanhã, um bom dia. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr. Jorge Bastos, Diretor da ANTT.

Se vocês permitirem, eu vou ler a cartinha de um caminhoneiro – e quem está aqui vai ver que vou colocar sempre no plural –, porque é uma cartinha simples, mas que mostra a importância deste movimento:

Exmº Sr. Senador Paulo Paim, nós, caminhoneiros, aqui do sudoeste de Minas Gerais, consideramos os senhores nossos irmãos caminhoneiros. Assim vemos, assim queremos que os Poderes constituídos cumpram esse papel. [Estou interpretando aqui, porque a cartinha é bem simples.]

Sempre acompanhamos, por incrível que pareça, pois alguns pensam que não, da boleia do caminhão ou pela TV os pronunciamentos que vocês fazem no Congresso.

Deus, quando dá a cruz, também nos ajuda a carregá-la, e os senhores têm esse compromisso para ajudar o caminhoneiro a carregar, cada um, a sua cruz.

Consideramos os senhores políticos de todos os tempos que reconhecem os reais problemas da nossa profissão, que são tantos. Aqui, no sudoeste de Minas Gerais, os caminhoneiros disseram que não vão parar, que estão acreditando muito no que os senhores estão dizendo [Olhe a confiança que eles estão depositando e a responsabilidade de todos nós], só que estamos preocupados [diz ele] com nossos irmãos, caminhoneiros do Sul e do Norte do País.

Tudo indica, como aqui foi denunciado, que está havendo abuso da polícia nas manifestações.

Aí ele diz:

Tenho um pedido que sempre tive vontade de fazer, mas só agora criei coragem: peço que o senhor crie uma equipe permanente, aí na Comissão de Direitos Humanos, para que essa acompanhe o trabalho dos caminhoneiros.

Não são poucos os relatos de caminhoneiros de abusos pesados das autoridades contra eles, em nosso País, colocando em risco até a colocando em risco até a vida dos caminhoneiros. [É aquela comissão que vocês estão montando já em parceria. A Comissão de Direitos Humanos pode estar junto.]

Sei [ele fala da reunião] que da reunião do dia 10 poucos caminhoneiros irão participar. [É verdade que nem todos podem se deslocar, diz ele], pois esses não têm condições financeiras para irem até Brasília. Assim depositamos toda a nossa confiança para que vocês que estão aí nos representem e tentem resolver uma pequena parte dos nossos problemas.

Senador, se essas palavras chegarem até o senhor, desde já agradeço. Que Deus e Nossa Senhora Aparecida iluminem os seus passos e de todos aqueles que têm compromisso com essa causa.

Espero um dia poder quem sabe ir aí e conhecê-los pessoalmente.

Obrigado.

Um grande abraço.

Essa cartinha diz um pouco de tudo que foi dito aqui. (*Palmas.*)

Ele me liberou inclusive para dizer o seu nome: Marcelo Daher Grilo, caminhoneiro de Minas Gerais. Deixou também o seu telefone.

Encerramos com uma salva de palmas a todos os motoristas: de caminhão, de táxi, de ônibus, celetistas, autônomos. (*Palmas.*)

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas e 3 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas.)

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 12 DE MARÇO DE 2015, QUINTA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 9 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas do dia doze de março de dois mil e quinze, no Plenário número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores e Senhoras Senadoras Paulo Paim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Telmário Mota, Humberto Costa, Dário Berger e Hélio José. O Senhor Presidente declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: Audiência Pública, nos termos do **REQUERIMENTO DA COMISSÃO** de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 1 de 2015, aprovado em 09/03/2015, de autoria do Senador Paulo Paim, que requer a realização de Audiência Pública para debater: “Debater a Medida Provisória nº 664, que altera as Leis 8.213/91 (Regime Geral da Previdência Social) e 8.112/90 (Regime Próprio Servidores Públicos), no que diz respeito à aposentadoria, pensão, auxílio doença, vínculo conjugal, etc. e a Medida Provisória nº 665/2014, que altera a Lei 7.998/90 (que institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador) e a Lei 10.779/2003 (que dispõe sobre o seguro desemprego para o pescador artesanal), modificando os direitos trabalhistas já conquistados, como seguro desemprego, abono salarial, seguro defeso para o pescador, etc”. O Senhor Presidente apresenta os senhores convidados e solicita que tomem lugar à mesa e passa a palavra aos convidados, que fazem suas explanações: Joílson Antonio Cardoso do Nascimento, Vice-Presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB); João Domingos Gomes dos Santos, Presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil; Moacyr Roberto Tesch Auersvald, Secretário Geral da Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST); Luis Carlos Prates, Representante da CSP-Conlutas; Luiz Sérgio da Rosa Lopes, Vice-Presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB); Warley Martins Gonçalves, Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas – COBAP; Guilherme Guimarães Feliciano, Juiz do trabalho – Diretor de Prerrogativa e Assuntos Jurídicos da ANAMATRA; Ruth Coelho Monteiro, Secretária Nacional de Cidadania e Direito Humano – representante da Força Sindical; Flauzino Antunes Neto, Membro da Executiva Nacional e Secretário de Educação Sindical da CGTB; Valeir Ertle, Secretário Nacional Adjunto de Organização e Política Sindical – representante da Central Única dos Trabalhadores – CUT; Edison Guilherme Haubert, Presidente do Movimento dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas – MOSAP; Rosa Maria Campos Jorge, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT; Daro Marcos Piffer, Presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central – SINAL; Margarida Lopes de Araújo, Presidente do Conselho Executivo da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – ANFIP; José Castelo Branco Bessa Filho, Diretor Adjunto de Assuntos Parlamentares do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil; Maxmilian Patriota Carneiro, Conselheiro e Vice-Presidente da Comissão de Seguridade Social – representante da OAB/DF. O Senhor Presidente concede a palavra aos palestrantes para suas considerações finais. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Hélio José, Marta Suplicy e Telmário Mota. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quatorze horas e quatorze minutos, lavrando eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – São 9h em ponto. Os convidados estão chegando. Já estão aqui o Moacyr, o João Domingos, o Luís Carlos e o Luiz Sérgio.

Como nós faremos três mesas, eu farei a abertura dos trabalhos; em seguida, faria uma introdução sobre a minha avaliação do quadro que se apresenta; e, depois, vamos montando as mesas conforme combinado com os nossos painelistas.

Declaro aberta a 4ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião se destina à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 1, de 2015-CDH, de autoria deste e de outros Srs. Senadores, com o objetivo de debater as Medidas Provisórias nºs 664 e 665.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar, com comentários ou perguntas, poderão fazê-lo

por meio do Portal e-Cidadania (link <http://bit.ly/audienciainterativa>) e também por meio do Alô Senado, pelo número 0800-612211.

Eu vou fazer uma pequena fala de abertura para situá-los em relação à minha posição, que é aquilo que eu tenho falado, confesso a vocês, amigos do plenário, tanto aos Ministros quanto da tribuna do Senado. Depois, os senhores, naturalmente, vão expressar os seus pontos de vista e debater o tema.

Enquanto eu faço essa pequena abertura, os outros painelistas vão chegando.

Já estão lá, na entrada, se identificando para chegar até esta Comissão.

Meus amigos e minhas amigas, o Brasil vive um momento histórico e atípico. Nunca na história do País se discutiu tanto a política social e econômica e os seus impactos reais sobre as nossas vidas.

A edição das Medidas Provisórias nºs 664 e 665 levou os trabalhadores, que há menos de dois meses re-elegeram a Presidenta Dilma, a se perguntarem que rumo o governo está tomando.

A crise é real; ela está aí. Ninguém pode negar! Não fomos nós que a criamos. O desemprego, não há como não reconhecer, está avançando no País. Enfim, essa crise não é só no Brasil. Iniciada em 2008 com a explosão da bomba imobiliária do mercado norte-americano, a chamada “bolha imobiliária”, devastou a economia de diversos países do mundo.

As últimas medidas, confesso, deixaram-nos perplexos, e eu diria, tal como disse em uma reunião, até mesmo constrangidos, o que nos levou a questionar: enfim, o que deveria ser tributado? Quem deveria pagar a conta para garantir a estabilidade do País?

Afinal, deveríamos tributar as grandes fortunas ou retirar direitos dos trabalhadores aposentados? O bom senso diz: sim, vamos discutir as grandes fortunas, como é feito na maioria dos países do mundo. O risco do sacrifício dos que ganham menos é grande, e isso não dá para aceitar.

A retirada de direitos proposta pelas duas medidas demonstra que há um erro estratégico, do meu ponto de vista; uma falta de compreensão a respeito do impacto humano que isso terá nas nossas vidas.

As MPs, ora em debate aqui no Congresso, tocam no seguro-desemprego numa época em que o desemprego avança; tocam no abono salarial, que eu chamo de 14º de quem ganha até dois salários mínimos; tocam na vida dos pescadores, que é o seguro-defeso; tocam na pensão por morte, auxílio-doença, auxílio-reclusão. O Governo justifica que são medidas de combate à fraude e distorções, que poderiam gerar uma economia de R\$18 bilhões. O combate à fraude é urgente! Sim, o combate à fraude é urgente, mesmo sabendo da defasagem nos quadros fiscais, de auditores, que o Brasil enfrenta diante do crescimento do País. Mas é preciso avaliar.

Precisamos, sim, de mais fiscalização. Ou fiscaliza, ou derruba direito dos trabalhadores. E aí fico com o sindicato dos fiscais. Claro que precisamos, sim, como reivindica o sindicato dos fiscais, contratar mais profissionais nessa área e não mexer no direito dos trabalhadores. Garanto que, contratando mais fiscais, arrecada-se muito mais do que cortar direitos dos trabalhadores.

Permitam-me, mas, eu, que sou do tempo da Ângela Maria e vou citá-la. Fiquei ontem e hoje escrevendo este discurso para esta reunião nossa, e como diz a Ângela Maria, a grande intérprete da canção Gente Humilde – não vou cantar:

Tem certos dias em que eu penso em minha gente

E sinto assim todo o meu peito se apertar

Porque parece que acontece de repente

Como um desejo de eu viver sem me notar

Igual a como quando eu passo no subúrbio

Eu muito bem, vindo de trem de algum lugar

E aí me dá como uma inveja dessa gente

Que vai em frente sem nem ter com quem contar

São casas simples com cadeiras na calçada

E na fachada escrito em cima que é um lar

Pela varanda, flores tristes e baldias

Como a alegria que não tem onde encostar

E aí me dá uma tristeza no meu peito

Feito um despeito de eu não ter como lutar

E eu que não creio, peço a Deus por minha gente

É gente humilde, que vontade de chorar.

Como seria bom que essa gente tivesse com quem contar! (*Palmas.*)

Eu gosto dessa letra. Eu a ouço toda semana, confesso a vocês. É Gente Humilde, cantada por Ângela Maria. Acho que ela retrata um pouco da angústia de todos nós.

Quero entrar agora em um debate técnico.

Meus amigos, é bom lembrar que a nota técnica do Dieese afirma: por mais que se alegue que não há retirada do direito dos trabalhadores, as novas regras limitam o acesso de milhões de brasileiros a esses benefícios, o que, na prática, significa – não sou eu que estou dizendo, é o Dieese – privar a parcela mais vulnerável da população de benefícios que lhe eram assegurados. Quer dizer, o Dieese diz aquilo que eu disse. Quer dizer, assino embaixo da nota do Dieese, mas o texto é uma nota técnica do Dieese.

Quero também dizer que não estou aqui para fazer a crítica pela crítica. Como eu disse lá ontem, no Nereu Ramos, num grande evento organizado em nome dos trabalhadores da área pública, privada, aposentados e pensionistas: “falo o que penso; não estou aqui para falar mal de ninguém, nem do Governo e nem da Oposição”. A Oposição faz a crítica que ela entende que tem que fazer, mas nós, que não fazemos crítica pela crítica, temos que lembrar que este Governo, que está aí há 12 anos, avançou – não dá para negar que avançou – junto aos movimentos populares, que são os que mais precisavam, e precisam, dele. Não negamos que as vidas da nossa gente, nesse período, melhorou, com mais empregos, com mais educação, com mais cursos técnicos, com mais universidades, com mais oportunidades e direitos. Esse projeto que chamamos de democrático e popular é também nosso. Nós ajudamos a construí-lo ao longo de nossas vidas, enfrentando a ditadura; é dos trabalhadores, é dos sindicalistas, é da democracia, é dos lutadores das grandes causas.

Ora, nessa hora de ajuste fiscal, acreditamos que os gestores que assim o propõem – o que nos preocupa e nos deixa com essa reflexão –, devem colocar os próprios anéis na balança também.

Afinal, onde está a impunidade? Nos baixos salários? Nos mais pobres? A corrupção onde está? Nos baixos salários? Nos mais pobres? Os desvios bilionários? As fraudes na previdência, que todos sabemos são de bilhões e bilhões, onde está? Nos baixos salários? Não é.

E para não deixar de citar o mundo político, quero só lembrar isso, um símbolo, que citei na reunião com os Ministros. Neste País, Governadores com quatro anos de trabalho e de mandato – e não é pobre que vira governador, vocês sabem que não, 99% dos casos não são – se aposentam com salário integral, de mais de R\$30 mil, vitalício, com paridade, integralidade e não tem fator.

Se é para refletir, vamos refletir tudo! Se o pescador não pode ter o seguro-defeso, vamos discutir tudo! Inclusive como se aposentam os Parlamentares.

Dizem que com a retirada de direitos das classes trabalhadoras, poderíamos economizar R\$18 bilhões para os cofres brasileiros.

Mas, segundo levantamento do economista Amir Khair, mediante a taxação das grandes riquezas – como falei no início – poderemos levantar até R\$100 bilhões por ano. E, assim, assegurar os direitos do nosso povo.

Seria irresponsabilidade de nossa parte, repito, fazermos a crítica pela crítica, o que não é a nossa intenção. Agora, simplesmente tirar uma fórmula da cartola na qual a corda arrebente no lado mais fraco, é inaceitável.

Além do mais, essas medidas vão de encontro a tudo aquilo que sempre pregamos e, até certo ponto, avançamos durante alguns anos: a melhoria da distribuição de renda e a redução das desigualdades sociais.

Penso que estamos diante de dois pesos e duas medidas, visto que, nos últimos anos, foram adotadas medidas de redução de IPI e desonerações da folha, o que representou uma renúncia fiscal de R\$200 bilhões, dinheiro que poderia ser investido em saúde, educação, habitação, segurança, estradas.

Outra medida retirou quase R\$79 bilhões do FAT (Fundo de Amparo do Trabalhador).

Quero aqui lembrar que esse movimento sindical, que está convocado para hoje nesta reunião, alertou inúmeras vezes e eu participei de dezenas de seminários e reuniões em que o movimento sindical dizia a todos os poderes constituídos que essa desoneração da folha de pagamento não ia dar certo e poderia, aí sim, a nossa Previdência ficar deficitária. Dito e feito. Os nossos cálculos mostravam que, se fosse 2,5% e 3,5%, chegando a 3% ou a 4%, seria sustentável. Saía da folha e ir para o faturamento. Mas colocar zero, 1% ou 1,5% e chegar a no máximo 2%, só podia dar no que deu. E os dados da Anfp são precisos. Não só da Anfp. Nós participamos de inúmeros seminários. Foi escrito livro demonstrando isso.

Mas não ouviram o movimento sindical.

Enfim, nós tínhamos razão e está aí o resultado.

Quero concluir, para passar a vocês, dizendo poucas palavras agora.

A minha consciência está, como sempre, sustentada em minhas convicções e na coerência. Por isso, apresentamos, a pedido do movimento social, popular, sindical, 47 emendas às MPs para assegurar os direitos dos trabalhadores, dos aposentados e de toda nossa gente, entre elas uma que propõe o fim do fator previdenciário e outra, que garante a correção integral das aposentadorias e pensões.

Enfim, quero também tocar num tema agora que vocês vão acabar tocando espontaneamente, já que aqui é um espaço democrático e cada um fala o que pensa.

Vêm sendo anunciados ao sabor dos ventos os movimentos dos próximos dias 13 e 15. Digo eu que toda a mobilização pela via democrática é legítima – quero aqui falar muito da via democrática –, como foram os

movimentos de junho foram os movimentos de junho e julho de 2013, mas creio também que todos concordam em que não aceitamos a violência, o quebra-quebra.

Isso não interessa a ninguém e muito menos à democracia. Vocês, que estão no plenário, e conheço muitos aqui, que junto comigo viveram momentos sofridos em plena ditadura, nos quais uma audiência como esta aqui seria reprimida – os sindicalistas saíam daqui presos, porque vão falar tudo, e sei que vão falar, porque já falei e vou continuar falando, e os Parlamentares perderiam mandatos –, sabem que não existem direitos humanos sem democracia, como não existe democracia sem liberdade!

À juventude de hoje que, às vezes, gostaria até de voltar a outros tempos, à nossa querida juventude, eu queria dizer. A juventude de hoje tem que saber que, naquela época dos anos de chumbo até o direito de sonhar era proibido. Você não podia sonhar com a democracia. Você não podia sonhar com justiça. Você não podia sonhar com um país sem tortura. Você não podia sonhar com um país com liberdade. Você não podia sonhar com um país sem cassação de mandato. Você não podia sonhar com um país em que os artistas podiam criar e cantar e com o direito de ser rebelde. A censura proibiu – e isso é para a nossa juventude – até mesmo a bela canção que todos embalamos e cantamos, muitas vezes escondidos, de Geraldo Vandré que dizia:

Vem, vamos embora
Que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora
Não espera acontecer
Até isso era proibido dizer.

Por isso, termino dizendo, e creio: pelearemos, sim, aqui, dentro deste espaço! Instalaremos aqui uma trincheira de defesa dos direitos dos trabalhadores. Somos peleadores por esses direitos sagrados, não vamos admitir retrocesso. Mas que todos saibam que jamais admitiremos que se macule o Estado democrático de direito.

Ditadura nunca mais!
Liberdade, liberdade, liberdade, liberdade
Abre as asas sobre nós!
Muito obrigado! (*Pausa.*)

Tinha que fazer esse pronunciamento porque eu tinha que falar e quis falar com vocês aqui, muito mais do que na tribuna. O importante para mim é que eu tenho uma posição clara de que o que está em xeque é esse debate do direito, mas também é a palavra liberdade e a própria democracia, e temos que ser guerreiros na luta de não admitir em hipótese alguma nenhum tipo de retrocesso.

Agora, vou formatar. Combinamos de fazer três Mesas de convidados. A primeira Mesa, mais ou menos pela ordem de chegada, e já convidado, será: João Domingos Gomes dos Santos, Presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil; Moacyr Roberto Tesch, Secretário-Geral da Nova Central Sindical de Trabalhadores; Luiz Sérgio da Rosa Lopes, Vice-Presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB); Luiz Carlos Prates, representante da CSP-Conlutas, diretor; e Joilson Antônio Cardoso, Vice-Presidente da Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB). (*Palmas.*)

Em seguida, teremos a segunda Mesa. A ordem da Mesa não interessa. O valor é o mesmo. Eu até sempre digo que a terceira Mesa, que é a última, é aquela que fica todo tempo na Mesa e depois, terminado o debate, fica também. Depois, teremos as Mesas que já estão aqui organizadas.

Na linha do pronunciamento que fiz, pediria ao nosso pessoal para colocar na introdução uma homenagem. (*Pausa.*)

Está tudo certo.

Vocês sabem que música é esta? O roteiro diz: Mercedes Sosa, Eu Só Peço a Deus.

(*Procede-se à execução de música.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu entendo que essa música fala da luta dos trabalhadores. Por isso que com essa introdução nos situaremos no texto para que a gente possa começar a defender a democracia, a liberdade e os nossos direitos sempre... Que a justiça é cega.

(*Procede-se à execução de música.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Considero essa música um hino à justiça, à liberdade e à própria democracia.

(*Procede-se à execução de música.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Essa é uma canção internacional, não tem fronteira. O vídeo nos mostra isso, no momento em que os direitos humanos são atacados em todo o mundo. É alarmante como são atacados os direitos humanos, não nesse ou naquele país, mas na maioria dos países do mundo. Vejam o que aconteceu recentemente na França; o que aconteceu recentemente no continente africano, que se relata um pouco aí.

(Procede-se à execução de música.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Nelson Mandela é o maior líder de todos os tempos, e a Winnie Mandela ao lado dele. Eu estive com eles lá.

Este é o Gandhi.

(Procede-se à execução de música.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem! *(Palmas.)*

Vamos de imediato, então...

Joílson tem compromisso, ele que esteve aqui sempre que foi convidado. Uma vez ele não esteve...

Começo com ele para que ele possa usar seu tempo de dez minutos e mais cinco. Para todos, serão dez com mais cinco minutos. Mas, se necessário for, a gente dá mais cinco minutos.

Joílson com a palavra.

Lembro que Joílson Antonio Cardoso do Nascimento é Vice-Presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB.

O SR. JOÍLSON ANTONIO CARDOSO DO NASCIMENTO – Companheiro, Senador Paim; companheiros da Mesa; companheiros do plenário, é com muita satisfação que nós, representando a CTB, viemos aqui para fazer o debate sobre o momento que o País vive, em especial, este momento que é cercado de grandes expectativas acerca da vida dos trabalhadores no Brasil.

Esta Comissão sempre nos proporcionou abertura para debater os grandes temas nacionais, esses grandes temas do mundo do trabalho que conceituamos como sendo temas que visam e buscam saídas para as questões das políticas estruturais do mundo do trabalho. O ambiente de trabalho no Brasil tem pontos que devemos comemorar como, por exemplo, a expansão do emprego, a expansão da formalidade, que ultrapassou os 50% nesta última década. Temos a política do salário mínimo que acaba de ser votada na Câmara Federal, no Congresso Nacional, para manter uma recuperação sistemática do salário mínimo, fruto inclusive da luta e do entendimento das Centrais Sindicais com o Governo.

Enfim, poderíamos aqui estar nominando uma série de políticas públicas que foram empreendidas nestes últimos tempos e que consagramos como sendo fruto da luta e da organização do movimento sindical em parceria com o Congresso Nacional e com o Governo, mas eu gostaria de me reportar a este momento que estamos vivendo no Brasil.

Nós temos uma manifestação marcada para o dia 13, amanhã, e temos uma manifestação, convocada pelas redes sociais, para o dia 15. Quero dizer que nós, da CTB, estamos engajados na manifestação do dia 13 e explico o porquê. Na verdade, estaremos ocupando as ruas no dia 13 para defender questões muito importantes para nosso País. Estaremos nas ruas, no dia 13, para defender a Petrobras... *(Palmas.)*

...uma empresa responsável por mais de 70% do investimento nacional, que promove e desenvolve mais de 300 mil empregos – e empregos de qualidade –, uma empresa que possui a *expertise* em tecnologia de prospecção de águas profundas, enfim, a Petrobras, que é fruto, inclusive, de uma luta histórica do movimento social brasileiro, do movimento sindical, da União Nacional dos Estudantes e daqueles brasileiros que, contrário ao que tentavam carimbar os Estados Unidos, afirmavam que tínhamos petróleo, sim, e constituímos, dessa forma, uma das maiores empresas do mundo nessa área.

Nós estaremos também nas ruas para defender o direito dos trabalhadores, em especial uma posição clara que nós, das centrais, temos. E aí há unidade ente as centrais sindicais em defender os direitos dos trabalhadores que nós achamos importantes. Há uma pauta que visa a reduzir a jornada de trabalho, o que é possível no Brasil, das atuais 44 horas para 40 horas. É possível nós acabarmos com o fator previdenciário, que tanto penaliza os aposentados e que ameaça quem está na ativa, porque, na verdade, é um fator que representa para nós, como temos afirmado em várias ocasiões nesta Comissão, a quebra do contrato social brasileiro. É o que o Senador Paim, com muito empenho, tem denunciado da tribuna do Senado Federal, em parceria com as centrais sindicais. Também estaremos nas ruas para defender o direito dos trabalhadores hoje ameaçado pelas MPs nº 664 e 665.

Sobre o dia 15, nós respeitamos e achamos que qualquer cidadão brasileiro pode tomar a iniciativa de ir às ruas deste País, como ocorreu no mês de junho de 2013, reclamando que este País precisa se estruturar

nas políticas sociais, na educação, na saúde, no transporte. Mas ficaremos como observadores desse evento do dia 15, porque, embutido nele, existe um pequeno setor que, acredito, não é representativo da sociedade brasileira, que respeita a democracia e que busca comemorar, celebrar o avanço do País, o momento mais longo que tivemos na história do nosso País democrático.

No nosso País, a história mostra quantas vezes as instituições sociais foram dissolvidas, foram impedidas de existir. Este Congresso mesmo foi fechado quantas e quantas vezes? Os sindicatos foram fechados muitas e muitas vezes, através da incompreensão de que, no ambiente democrático, o direito à manifestação tem de ser consagrado, porque é assim que deve ser numa sociedade democrática.

Senador Paim, companheiros e companheiras, eu, aqui, nesta Mesa, estou entre companheiros do movimento sindical que, há muito tempo, lutam pelos temas e pelos debates que estão postos. Eu gostaria, então, para tentar fechar minha participação, de me reportar aos três aspectos que, hoje, no nosso entender, ameaçam a vida dos trabalhadores.

Em primeiro lugar, o Governo, em dezembro, edita duas medidas provisórias, as de nºs 664 e 665. A de nº 664 fala sobre a questão das pensões, e a de nº 665 versa sobre seguro-desemprego, sobre abono salarial e sobre seguro defeso. Quero dizer que nós, em comunhão com as centrais sindicais, estamos contra essas medidas. Por que nós estamos contra? Primeiro, porque o sentido que as medidas revelam... E temos participado de mesas de debate. Ainda ontem, estávamos com os quatro Ministros a debater com as centrais sindicais os efeitos das medidas e também outros aspectos do mundo do trabalho que são tão ou mais importantes do que os temas que as medidas estão focalizando.

Quero dizer do sentido das medidas. A de nº 664 visa a impedir o direito do acesso ao seguro, do acesso à seguridade social, o que, para nós, é algo inaceitável. O sentido também embutido no pensamento do Governo de que essas medidas visam apenas a promover o ajuste fiscal, no nosso entender, é algo que não cabe neste momento.

Sobre a 665, e como Conselheiro do Codefat, nós, que estamos lá, já há alguns anos, estudando essa matéria sobre o seguro-desemprego, o Codefat e a Bancada dos Trabalhadores têm apontado várias saídas, como, por exemplo, investir no tripé: usar o seguro-desemprego, a intermediação de mão e obra e a qualificação profissional.

Vejam vocês que, no Brasil, 65% do acesso ao emprego se dão de forma espontânea. É o trabalhador que sai, na madrugada, em busca do seu emprego ou pelo conhecimento que ele tem.

(Soa a campanha.)

O SR. JOÍLSON ANTONIO CARDOSO DO NASCIMENTO – Para fechar, eu quero dizer, então, que essas medidas, que têm a ver com a intermediação de mão de obra...

Hoje, nós temos uma rede nacional, chamada Sine, que utiliza apenas 0,58% dos recursos do FAT. Rede essa que o Governo Federal banca 20%, enquanto os Estados e os Municípios ficam com a maior parte dos investimentos do custeio dessa rede, com 80%. Essa rede atende apenas a 5% da recolocação da mão e obra. Some-se a isso o imbróglio que existe ainda hoje, o nó que está posto na questão da qualificação profissional. A qualificação profissional no Brasil não pode ser apenas focalizada dentro do aspecto do primeiro emprego. Ela precisa também requalificar o trabalhador, recolocá-lo, prepará-lo para as oportunidades, já que estamos num País com desenvolvimento, um País que deve buscar o seu desenvolvimento, as suas vocações locais, regionais. Nós precisamos qualificar a mão de obra brasileira para essas oportunidades.

É inadmissível fazermos um porto, como o porto de Suape, e termos que importar mão de obra do Japão, porque, ali, no entorno de Suape, em Pernambuco, não tínhamos uma escola que qualificasse os brasileiros para ocupar esses bons empregos.

Mais ainda: o seguro-desemprego do Brasil, que é um dos menores do mundo, hoje consumindo mais de R\$35 bilhões, que passa para os trabalhadores de três a cinco parcelas, esse seguro-desemprego é uma necessidade, porque é através dele que o trabalhador se sustenta, nesse período em que ele vai buscar um novo emprego. E mais do que isso: o seguro-desemprego, para nós, significa um pacto social, uma garantia de que, no desenvolvimento do País, nós reconhecemos a importância do trabalho, a importância de os trabalhadores estarem oficializados nos seus trabalhos, promovendo o desenvolvimento do País, o crescimento do País, ao mesmo tempo em que distribuímos renda.

Então, é nesse sentido que as centrais sindicais e a CTB se colocam contra as medidas provisórias.

Sairei daqui para ir a um outro debate com a Bancada do Partido Socialista Brasileiro, para debater esses dois temas das MPs.

Mais ainda, Paim, para encerrar: nós temos aqui uma ameaça permanente, que é a famigerada 4330, o projeto da terceirização. O Presidente da Câmara anuncia que tirará do armário para colocar esse Frankenstein para andar!

Na verdade, o projeto da terceirização, da 4330, aplicado no Brasil, nós sabemos – e este é o debate que as centrais sindicais têm feito – que será uma dissolução do ordenamento jurídico trabalhista brasileiro. Nós não podemos admitir que esse projeto vá para frente, porque ele visa, nada mais, nada menos, a tirar os direitos dos trabalhadores, a precarizar as relações de trabalho, já tão precarizadas no Brasil.

Portanto, esse é o ambiente em que estamos vivendo, para além das vozes das ruas, que são bem-vindas, para além da democracia e do diálogo que a sociedade brasileira trava sobre a realidade brasileira. Nós, aqui, pontualmente, também estamos a debater e a dizer para o Governo e para o Parlamento que nós não aceitamos retrocesso no avanço que deve existir para os direitos dos trabalhadores e para uma vida digna para toda a sociedade brasileira.

Muito obrigado por mais uma vez estar participando de uma audiência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Certo.

Deixe-me apenas registrar a presença do Senador Humberto Costa, Líder do nosso Partido, que tem feito um bom debate junto ao Governo, com os ministros, por iniciativa dele, que vai na linha de não concordar com as medidas, na forma como estão. Estou certo, Humberto? (*Palmas.*)

Está aqui presente também a minha querida Senadora, jovem Senadora, lutadora resistente lá nas bases, a minha querida Regina Sousa. Eu contei outro dia e vou contar agora: eu fazia parte de uma bancada, com os ministros, e ela falou antes de mim. Fiquei chateado porque ela disse tudo o que eu ia dizer. Já vi que ela tem um lado muito claro nessa história. (*Palmas.*)

Permita-me, Joílson, primeiro, cumprimentá-lo pelo pronunciamento. Grande parte da moçada não estava no momento em que fiz o meu pronunciamento, que vai na linha do que o Joílson disse. Claro, as formas de registrar são diferentes, mas o discurso vai na mesma linha. E nós colocamos inclusive na pauta. Claro, a posição das centrais eu sei muito bem qual é, é a rejeição da medida. Eu acho que todo o movimento sindical está aqui nesse sentido. Agora, nós sabemos que se é feita a nossa vontade e, de repente, ela vai para a pauta, nós queremos incluir o fator previdenciário nesse debate. E foi uma posição de bancada. Querem discutir as MPs. Se vai haver a discussão, que se inclua, Parece-me que o PSB, pelo menos um Senador me disse, vai defender essa tese. Sei que você vai defender também. Então, nós temos que fazer um jogo, digamos, firme e combinado para chegarmos lá.

Meus cumprimentos por sua fala. E permita-me dizer também que já marcamos a audiência da terceirização. Entendemos que é grave e sabemos qual é a situação na Câmara. De repente, ela vem para cá. E aqui nós vamos ter que segurar, é ou não é, responsáveis pela fiscalização do trabalho que estão aqui, já que falei antes sobre vocês? Então, vamos fazer aqui, já está aprovado inclusive o requerimento. É só combinar a data, para discutir a terceirização. E esse projeto, quando chegar aqui, nós já vamos saber sobre as maldades todas que ele traz. Na verdade, é para precarizar todos os direitos dos trabalhadores.

Bom, como foi combinado, eu aviso a todos que faremos diversas Mesas. Esta é a primeira.

Com a palavra, agora, o líder João Domingos Gomes dos Santos, Presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil.

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – Muito obrigado. Bom dia a todas e a todos.

Inicialmente, gostaria de fazer um reconhecimento e um agradecimento ao Senador Paulo Paim. Este evento reflete, na verdade, uma constante na trajetória do Senador Paulo Paim, desde a Câmara dos Deputados, de ser o grande patrono de todas as causas de interesse dos trabalhadores. Eu sempre disse, e gosto de repetir, que o Senador, muito mais do que um Parlamentar, hoje representa uma instituição, a verdadeira instituição de defesa do interesse dos trabalhadores. Assim tem sido em todas as causas a que se dedicou, como o Estatuto do Idoso, da Igualdade Racial, da Juventude e, mais do que nunca do fator previdenciário. Até hoje, ele tem sido o grande esteio de esperança para a revogação dessa que é provavelmente uma das maiores mazelas na vida do trabalhador brasileiro.

Cumprimento e agradeço à Senadora Regina Sousa por sua presença e por seus posicionamentos, que são conhecidos por todos nós.

Agradeço a presença do Senador Humberto Costa, também por suas posições sabidamente em favor dos trabalhadores, pelo menos no que se refere ao tema de hoje, que são as Medidas Provisórias nºs 664 e 665.

Senador, eu gostaria de abordar o tema de hoje, das medidas provisórias, em três dimensões distintas, a meu ver, mas nenhuma de menos importância que a outra.

Em primeiro lugar, Senador, eu gostaria de abordar o tema da medida provisória em si, independentemente do seu conteúdo e da sua análise de mérito, para constatar que, desde o Governo Fernando Henrique,

nós estamos assistindo a uma escalada permanente do abuso de medidas provisórias. Se consultarmos os anais desta Casa, veremos que, desde aquele governo, cada vez mais, os governos aumentam o que é considerado um abuso de medidas legais, mas de forma inapropriada.

E esse fato, o que antes poderia ser interpretado como um mero instrumento para anular o direito desta Casa de debater internamente e de debater com a sociedade os seus interesses, as suas deliberações, antes que elas surtam efeito... Nós, na verdade, entendemos que essa prática crescente de governar por medida provisória traz para nós algo muito mais significativo. Nós entendemos que esse movimento crescente de governar por medida provisória está retirando da sociedade, quer seja de forma organizada, quer seja individualmente, o direito de debater seus interesses, tanto na época de sua formulação, lá no Poder Executivo, quanto na oportunidade de sua deliberação aqui nesta Casa antes que elas surtam efeito – para que nós tenhamos oportunidade de interferir nos destinos de nossos interesses antes que elas façam efeito.

Nós gostaríamos de lembrar, inclusive, que o Governo, ao emitir essas duas medidas provisórias, não leva em consideração, por exemplo, que, apesar dos enormes erros jurídicos que elas contêm, elas têm efeito imediato e podem causar prejuízos irreparáveis, como têm causado em muitas oportunidades. Por exemplo, na hipótese, cada vez mais provável, delas não prosperarem: mesmo que não prosperem, já estão trazendo efeitos danosos, principalmente para os trabalhadores, desde a sua edição com vigência imediata.

Portanto, Senador, esta é a primeira reflexão: é que esta Casa – nós clamamos – deve reagir nesta oportunidade de forma incisiva, de forma efetiva, de forma a demonstrar claramente que não se permitirá essa escalada de medidas que podem ferir, talvez de morte, o sistema democrático de direito e que o debate dessas e de toda e qualquer medida é um direito inalienável tanto da sociedade quanto desta Casa.

Abordando diretamente as duas medidas provisórias, 664 e 665, nós gostaríamos de dizer que o Governo se sente tão à vontade nessa prática de governar por medidas provisórias, independentemente dos malefícios que trazem, que agora, nesta oportunidade, a equipe que as concebeu não teve sequer o cuidado de analisar aspectos primários de sua legalidade – por exemplo, os aspectos constitucionais. Não teve sequer o cuidado de fazer uma análise primária de seus efeitos relativamente às leis infraconstitucionais.

Senador, estou seguindo um roteiro para conseguir abordar todos os temas dentro do meu tempo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Essa questão de ser constitucional ou não é um debate que a Casa vai ter que fazer.

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não se pode, por projeto de lei, alterar a Constituição, não tem jeito. Quer alterar, altere, mas envie uma PEC para cá e vamos discutir.

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – Nesses dias nós temos consultado, ouvido e lido opiniões, pareceres dos maiores especialistas da área jurídica e previdenciária, e quase a unanimidade desses especialistas indica que essas medidas provisórias chegam mesmo a ser, do ponto de vista jurídico, irresponsáveis, de terem uma incúria jurídica que, na normalidade democrática, seria até inconcebível. E esse é o primeiro aspecto que nos assusta.

E, portanto, Senador, a segunda análise dessas medidas é para deixar clara aqui uma decepção que nos deixa o Governo Dilma nesse seu segundo mandato, que é, primeiro, entregar o comando da economia brasileira a setores mais radicais do neoliberalismo, que é, por exemplo, o setor financeiro; e também – e principalmente –, por dar a esse comando liberdade, poderes plenos e potenciais de exercer as suas maldades por medidas provisórias. Porque eu não creio que essas medidas sejam da iniciativa, sejam do desejo da Presidenta. Isso é impossível!

Gostaria de lembrar que a Presidente Dilma, no seu segundo mandato, angariou o voto, no segundo turno, de boa parte, de grande parte do movimento sindical, principalmente pelo seu compromisso de governar ouvindo o universo dos trabalhadores, em sua forma organizada no movimento sindical, de promover a conciliação nacional, de não retirar direitos e conquistas dos trabalhadores: “nem que a vaca tussa”.

E, no entanto, nós assistimos, já nos primeiros 60 dias, a uma avalanche que nos deixa estupefatos, que nos deixa, às vezes, até sem argumentos, sem acreditar no que está acontecendo.

Isso, Senador, nos leva à conclusão de que esses pontos que trazem a derrocada de direitos e conquistas devem ser enxergados por nós como uma sinalização clara e objetiva...

(Soa a campanha.)

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – ... de que forma se darão as relações de trabalho e o diálogo social nesse governo, ou seja, a ausência deles. E aí vai – para apressar, já chegando ao fim do meu tempo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Você tem mais cinco minutos.

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – ... uma segunda reflexão, que é aquela de que, nesse momento de conflagração nacional, o País praticamente está se propondo – e não entendo por que a sociedade está se propondo uma divisão – que ao menos o movimento sindical não se contamine, que cada um exerça sua cidadania, suas opções de mobilização, mas que o movimento sindical não se contamine por questões partidárias, de qualquer matiz, de qualquer ideologia, para que possamos não destruir a unidade de ação entre as centrais, com a qual tem sido possível, nos últimos dez anos, construir uma pauta unitária dos trabalhadores a ser levada ao Executivo e principalmente a esta Casa.

Finalmente, Senador, dizer das soluções que nós estamos encaminhando, Nós, do Fórum Sindical dos Trabalhadores – e, para quem não conhece, é um Fórum criado em 2003, para o enfrentamento das reformas sindical e trabalhista, que foram propostas àquela época, em contraponto ao Fórum Nacional do Trabalho –, nos reunimos e decidimos, de forma imediata, para buscar efeitos imediatos, enfrentar do ponto de vista jurídico essas medidas. Assim, nós estamos construindo, primeiro, uma ação direta de inconstitucionalidade quanto aos aspectos gerais das duas medidas, e aquelas confederações que representam setores que foram diretamente atingidos entrarão como *amici curiae* para defender os seus aspectos específicos.

Nós, da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, estamos encarregados de tratar, por assim dizer, do Capítulo da Seguridade Social envolvido nessa medida, particularmente dos prejuízos previdenciários que estão contidos aí, como pensões, auxílios etc.

Nós já estamos com uma equipe muito grande elaborando essa defesa, mas gostaria aqui de conclamar todas as entidades, do setor público ou não – e invoco, particularmente, o Mosap que aqui está, a Anfp, que é uma especialista –, a contribuir conosco na elaboração dessa parte específica que afeta os servidores públicos. Nós estamos, a Confederação, aqui, querendo dividir a nossa responsabilidade e também dividir o protagonismo nesse enfrentamento.

Mas, ao final, gostaria de fazer a última reflexão. Essas soluções que encontramos agora – ir para o enfrentamento jurídico dessas medidas – nos trazem também uma reflexão, de certa forma, negativa: a cada vez, estamos aprofundando mais o processo de judicialização das relações de trabalho, particularmente, no setor público.

A nossa organização sindical é judicializada, a nossa forma de custeio é judicializada, o nosso direito de greve é judicializado, principalmente por não conseguirmos regulamentar até hoje, depois de 30 anos, depois de 4 anos que ela foi ratificada nesta Casa, a Convenção 151 que trata exatamente desse tripé das relações de trabalho no setor público: organização sindical, negociação coletiva e direito de greve.

Por último, Senador, deixamos o que esperamos desta Casa: unanimemente, o movimento sindical pede a rejeição dessa medida. Nós gostaríamos até que não fosse uma simples rejeição, pois, mesmo que as emendas reparem os prejuízos causados, essa forma está errada, a forma de judicializar, de delegar ao Poder Judiciário as nossas relações de trabalho, principalmente no setor público. Então, conclamamos pela rejeição dessas medidas e, de preferência, que seja consultado o Regimento desta Casa, devolvendo essas medidas ao Governo em respeito à ordem democrática, em respeito à nossa jovem democracia – apesar de sermos uma jovem democracia, este já é o maior período de normalidade democrática no País. Fica aqui o apelo do Fórum Sindical dos Trabalhadores e da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil pela rejeição dessas medidas e, se possível, pela devolução delas ao Poder Executivo.

Finalizando, que essa questão venha para o debate de forma apropriada. Nós não nos negamos a discutir nenhum desses temas – nós reconhecemos o momento de crise e a necessidade de ajuste por que o País passa – de forma democrática, de preferência, negociando com o movimento sindical a sua formulação e debatendo aqui na fase de suas deliberações.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o João Domingos Gomes dos Santos, Presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, que enfatizou que, na visão da entidade e do Fórum dos Trabalhadores, as duas MPs são inconstitucionais. É isso?

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – É.

Só para se ter uma ideia, já estão identificadas mais de seis inconstitucionalidades flagrantes. Para ficar só nas mais importantes, cito a impossibilidade constitucional de modificar essa matéria por medida provisória, a falta de relevância e de urgência e, principalmente, a retirada de benefícios. Tudo isso são direitos consagrados na nossa Constituição.

Desculpe-me a interrupção.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – As cláusulas pétreas.

Muito bem, João Domingos!

Quanto à medida provisória, eu falei ontem no ato promovido pelas entidades e repito aqui: acho que tem de haver um movimento nacional do movimento social e sindical – e eu apresentei já o projeto – para acabar com o instituto da medida provisória. Que qualquer proposta venha por projeto de lei com urgência constitucional. Se ela for, de fato, urgente, o Congresso a aprovará com a rapidez devida. A MP foi um equívoco dos Constituintes. Eu estava lá. Eu disse ontem e repito hoje: nós achávamos que ia passar o parlamentarismo e aprovamos a tal da medida provisória, que é um instrumento do parlamentarismo. Ela ficou no presidencialismo, e todos os Presidentes que assumiram gostaram, ou seja, nós vamos dormir com uma lei e acordamos com outra, que passa a ter efeito imediato. Por isso, eu sou favorável a mudar o instituto da medida provisória. Não pode ser essa barbada para o Executivo!

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – De imediato, passamos a palavra para a minha querida Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Eu vou precisar sair, porque tenho uma agenda marcada há 20 dias que é importante para o meu Estado e que foi difícil de marcar. Eu tenho de ir lá, mas eu queria antes deixar uma palavra aqui.

Eu queria cumprimentar todos os representantes do movimento sindical e dizer que vim desse chão. Fui sindicalista. Esta é a minha primeira experiência parlamentar. Então, quero dizer que a gente comunga das preocupações de vocês. A gente sabe que o País está passando por uma crise, que uma justez fiscal é necessário, mas, agora, a pergunta é: por que só os trabalhadores ou por que primeiro os trabalhadores? Por que não veio junto um pacote que se dividisse a conta e que tivesse sido discutido com vocês? Aí tenho certeza de que poderia ter saído uma proposta razoável para as partes.

A gente, na reunião com o Governo, até colocou a questão de: por que não veio junto o fator previdenciário? Seria uma espécie de compensação...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Tributação das grandes fortunas, por que não?

Tributação das grandes fortunas, não é?

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Tributação das grandes fortunas colocamos lá também. Quer dizer, que dividisse a conta e que, principalmente, tivesse dialogado com as partes, porque, com certeza, tudo o que é apontado de falha no seguro-desemprego, no seguro-defeso – e eu sou testemunha de muitas fraudes, porque eu acompanhei lá, algumas denúncias que chegavam e a gente acompanhava, principalmente no seguro-defeso... Mas, com certeza, vocês teriam, as próprias entidades teriam as formas de sanar essas falhas. Com certeza. Ninguém compactua com isso que acontece lá na ponta, não é?

Então, não sei se dá para melhorar, porque ela vai à votação porque, indiferentemente do que fez com a questão do andar de cima, da questão da desoneração, o Presidente não devolveu as medidas, devolveu o que ia atingir o que a gente chama de andar de cima. Então, certamente, elas vão para a pauta, mas eu acho que estes espaços de debate é exatamente para nos apontar os caminhos para que a gente possa seguir de forma a não detonar o Governo, mas também não detonar os trabalhadores, as organizações sindicais que são a nossa base, nossa força, nossa sustentação, ainda.. E, em momentos de crise, a gente precisa cada vez mais do suporte das centrais, dos sindicatos, das associações. Por isso mesmo, também, a gente estranhou que, em um momento difícil, a gente vai apresentar... Porque isso não era urgente.. Pelo que a gente lê, não vai trazer a solução para a economia brasileira.

Então, o momento foi muito inoportuno também.

Obrigada, gente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senadora Regina Sousa, que se manifestou aqui de forma muito firme em relação às duas MPs, como o fez em reuniões da Bancada e com os Ministros, nessa mesma linha. Meus cumprimentos.

Passo a palavra agora, como já acertado à Mesa, ao Secretário-Geral da Nova Central Sindical dos Trabalhadores, Líder Moacyr Roberto Tesch. O resto do seu sobrenome eu não consigo. É Moacyr Roberto Tesch... Diga aí!

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Auersvald.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Bah, não me peça para falar. Fala aí!

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Primeiramente, eu gostaria de agradecer a oportunidade, Senador Paim, e cumprimentá-lo. Cumprimentar nosso grande Senador que, sempre tenho dito que é o Senador das causas sociais, Senador do trabalhador, do negro, do aposentado, das pessoas especiais, do salário mínimo de US\$100,00 – e que, agora, a gente já até se esqueceu dessa briga, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Trezentos dólares.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Hoje, nós já estamos nos US\$300,00... Quando se falava em US\$100,00, diziam que iria quebrar este País.

Senador do Estatuto do Idoso, enfim, Senador do povo brasileiro.

Eu gostaria também de cumprimentar nosso companheiro Luís Carlos, companheiro João Domingos, do CSPB, Diretor Financeiro de nossa Central; Luiz Sérgio, do CSB. Quero dizer que trago um grande abraço do nosso Presidente Calixto que, lamentavelmente, está viajando e não pôde estar aqui presente.

Senador, eu vou um pouquinho mais direto, pois acho que já foram feitas algumas questões aqui. A Medida Provisória nº 664, que altera os benefícios da Previdência já tem 517 emendas. A MP nº 665, que altera a questão do seguro-desemprego, do FAT, já tem 233 emendas.

Senador, nós acreditamos, fielmente, no que nossa candidata à Presidente da República Dilma Rousseff falava no tempo de sua campanha. Ela falava que não haveria, de forma alguma, alteração nos direitos dos trabalhadores e do povo brasileiro. Ela falou que também não haveria, de forma alguma, aumento do preço da gasolina, alteração das taxas e impostos e coisas assim.

E usou um termo bem popular: nem que a vaca tossisse. E a vaca tossiu. E foi a primeira vez que eu vi uma vaca tossir. E isso não nos preocupou. Há até um programa humorístico em que a pessoa fala uma aberração, e daí o outro diz: “E você acreditou”. E o povo brasileiro acreditou realmente que as coisas não iam subir e que os direitos dos trabalhadores efetivamente não seriam mexidos. Para nós é uma grande decepção, porque a gente estava acostumado – e eu acho que essa foi a grande sensação de perda nossa – que com o Presidente Lula as coisas eram mais discutidas. Não vou dizer que ele fazia mais ou menos. Mas, pelo menos, ele discutia mais. E essa proposta de campanha, essa afirmação, lamentavelmente, veio quebrar as nossas pernas.

Senador, eu tenho, em algumas oportunidades, inclusive nesta mesa, dito que a Previdência é a casa da mãe Joana. Porque tudo que se pode fazer para tirar o dinheiro da Previdência, eles vão lá e tiram. (*Palmas.*)

Tudo que eles podem fazer de tentativas de quebrar a Previdência, eles fazem. Isso não é só neste Governo, não. Para construir Brasília, a Rio-Niterói, a Transamazônica, e coisa e tal. E V. Ex^a, numa das audiências públicas, aqui, em que a gente discutia a questão da desoneração, eu usei a mesma expressão: que a Previdência era a casa da mãe Joana. E que o Governo estava dando mais um passo para quebrar a Previdência Social, desonerando as folhas de pagamento, e, possivelmente, essa diferença, mais cedo ou mais tarde, ia trazer sérias consequências para o caixa da Previdência.

O Ministro Gabas, que está Ministro, no passado não muito recente, ele também esteve nesta Mesa, quando ele discutia a questão do fator previdenciário e dizia, com todas as letras, que a Previdência tem condição, sim, de acabar com o fator previdenciário e que a Previdência não é deficitária.

Fala-se muito na questão do desemprego, que o FAT nós precisamos alterar, e coisa e tal. Eu fiz algumas citações aqui da comparação do que as medidas trazem, e como é e como deverá ser.

O abono salarial, hoje, com um mês de trabalho e quem recebe até dois salários mínimos teriam direito. Como ficará? Haverá uma carência de seis meses, com abono proporcional ao tempo de trabalho.

Senador, nós temos um segmento nosso, que é o meu segmento na área de refeições rápidas, em que os trabalhadores, por exemplo, os funcionários do McDonald's, o exemplo de uma empresa só, durante o ano, ela consegue girar 104% do volume dos seus funcionários. E essa empresa tem, nada mais, nada menos do que 44 mil funcionários. Então, os funcionários da empresa desse segmento, que são 44 mil funcionários aqui no Brasil, não terão direito ao seguro-desemprego. Eles não vão ter essa possibilidade desse período.

O seguro-desemprego tem uma carência de seis meses, hoje. Passa para 18 meses, a primeira solicitação em 12 meses, e seis meses para usar a partir da terceira.

Senador, se o Governo, efetivamente, quer diminuir com a questão do desemprego no Brasil, por que que ele não melhora as condições do Ministério do Trabalho?

O Governo sucateou o Ministério do Trabalho. (*Palmas.*)

Se você quiser procurar um fiscal, você não consegue encontrar.

Concurso público para o pessoal do Ministério do Trabalho, faz muito tempo que não é feito, e o concurso público para o pessoal administrativo do Ministério do Trabalho, o salário desse pessoal é tão inconveniente que o pessoal, quando passa no concurso, desiste, porque o mercado lá fora está muito mais convidativo do que o concurso, para os trabalhadores que vêm trabalhar.

Então, sucateando o Ministério do Trabalho, da forma que está, não é com os efeitos desta medida provisória, diminuindo o seguro-desemprego e coisa e tal, que vai dar emprego.

O que é que nós temos que fazer? Nós temos que colocar fiscalização na rua, nós temos que colocar o trabalhador, através do Pronatec, que não funciona, porque pegaram o Pronatec, que deveria qualificar os trabalhadores e colocar o dinheiro no Ministério do Trabalho, e passaram para o Ministério da Educação, e, agora,

para fazer economia, o Governo sucateia, também, o Ministério da Educação, enquanto o chavão dentro do Governo Dilma é de que nós temos uma pátria educadora.

As universidades federais estão paradas, porque não têm verba para tocar.

Nós podemos lembrar, Senador Paim, que, também, nós não podemos fazer...

(Soa a campanha.)

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – ... da qualificação profissional pelo Sistema S. Se o Brasil, hoje, tem problemas sérios, seriíssimos, na qualificação profissional, é porque o Sistema S não cumpriu com a sua função, porque eles recebem há muito tempo.

Hoje, estudar no Sistema S, possivelmente, saia mais caro do que você estudar numa faculdade particular. E, agora, o Governo continua fazendo, repassando verbas do Pronatec para o Sistema S, em que há uma grade que não satisfaz o mercado.

Por que não utilizar as nossas escolas técnicas que foram revitalizadas? Eu sou uma das crias da escola técnica. Por que não fazer isso e passar para quem não tem compromisso com o Brasil?

Questão do seguro-defeso. Hoje, o benefício dos pescadores profissionais é de um salário. Da maneira que está sendo proposta, fica vetado o acúmulo dos benefícios de carência, e carência de três anos, e a comprovação da comercialização do produto por, no mínimo, 12 meses. Quer dizer, quem está iniciando, não terá a mínima possibilidade de fazer uso desse benefício.

Pensão por morte. Aos beneficiários do segurado em caso de morte, carência de 24 meses. Quer dizer, se houver uma desgraça e a pessoa morrer com 12 meses, um abraço. Quer dizer, não temos essa.

Auxílio-doença: 91% limitado ao teto do INSS, que é a forma que está agora. Qual é a pretensão do Governo? É o teto da média das últimas 12 contribuições e a empresa arca com os custos de 30 dias antes de o salário ir para o INSS.

Senador, eu acho que nós temos outras condições de combater o desemprego e outras condições de melhorar essa questão. Vamos combater o desemprego e diminuir as filas do desemprego. Por que que nós não ratificamos, efetivamente, a Convenção nº 158, que dá a garantia de emprego? Se nós não queremos a rotatividade, vamos dar a garantia de emprego aos trabalhadores.

Por que que nós não implementamos o Sine, para o trabalhador ir e ter condição de voltar para casa com a expectativa e com a garantia de que ele arrumou emprego através do Sine? Não, é preferível cortar, é mais fácil cortar através de uma canetada, do que se expor a essa questão.

Nós, usando meus últimos minutos, ficamos muito preocupados, Senador, e nós agradecemos, efetivamente, esse espaço. Na questão da inconstitucionalidade, que foi colocada aqui, nós temos algumas questões, também, levantadas quanto a inconstitucionalidade. Imaginamos que, nesta Casa, com certeza, nós teremos o olhar social e um olhar que tenha, como se diz, o olhar do trabalhador, e não um olhar das grandes empresas, em prejuízo dos trabalhadores.

Finalizando, Senador, para dizer que só estamos criticando o Governo, tivemos grandes avanços, como a questão do salário mínimo, que agora foi renovado, por matéria de 2019; a questão do Minha Casa, Minha Vida, um grande projeto que tirou milhares e milhares de brasileiros do aluguel; o reconhecimento das Centrais; enfim, grandes avanços nesse período de Governo. Mas, por causa desses avanços, nós também não podemos calar sobre os desmandos e também pela falta de honestidade, porque, dois dias antes de terminar o seu mandato, emitir duas medidas provisórias dessa envergadura machuca qualquer um.

Temos uma grande liderança, que nos ensinou, que fez com que a gente aprendesse muito bem a lição. Essa grande liderança que nós tivemos chegou a ser nosso Presidente da República, o Lula. Ele dizia que a sociedade não podia se conter com as vontades e com os desmandos do Governo, que tínhamos de gritar, de ir para as ruas, fazer com que as coisas acontecessem, porque, se a gente ficasse quieto, a máquina nos atropelaria. Foi ele quem nos ensinou. Isso é o que o movimento sindical tem de fazer, isso é o que a população tem de fazer: tem de gritar, tem de ir para a rua mesmo...

(Soa a campanha.)

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – V. Ex^a sempre diz: os tambores têm de rufar. Parabéns! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi o Tesch, Secretário-Geral da Nova Central, aqui representando o Presidente Calixto.

Antes de comentar rapidamente, Moacyr, quero registrar a presença, com muito carinho, muito respeito, da nossa querida Marta Suplicy. A Marta é uma guerreira, uma lutadora. Ninguém tem dúvida aqui nesta Casa do compromisso dela com o povo brasileiro, com toda a nossa gente, com as mulheres, com a liberdade

religiosa, a liberdade de orientação sexual, o direito dos trabalhadores, dos aposentados, dos pensionistas, combatendo todos os preconceitos.

Marta, permita-me dizer que você é uma militante dos direitos humanos! É uma alegria estar com você aqui! (*Palmas.*)

Na mesma linha, chegaram praticamente juntos, o Senador Hélio José, que tem vindo, acompanhado, e já mostrou que tem lado. Como falei na abertura, naquela canção da Ângela Maria, Gente Humilde, você está do lado do nosso povo, da nossa gente. Sei que V. Ex^a tem um compromisso agora e, por isso, V. Ex^a pode falar no momento em que achar melhor.

Em seguida falará a Marta.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Senadora Marta Suplicy, é uma honra estar aqui ao seu lado, você é um exemplo para o nosso País. V. Ex^a tem uma contribuição muito grande a dar. Faço das palavras do nosso Presidente, nosso lutador, nosso batalhador, Senador Paulo Paim, as minhas palavras também. É com muito prazer que compartilho o Senado Federal com V. Ex^a.

Fui coordenador geral do Sindicato dos Eletricitários, já fui membro de cinco direções da Central Única dos Trabalhadores, muito me honra estar aqui ao lado do Valeir. Quero dizer a todos, como ao meu amigo Paulo Paim, que é um lutador incansável em prol dos trabalhadores, com sua luta junto aos metalúrgicos de Canoas, que têm uma história neste País, muitos dos que estão aí eu já conheço, já participamos de congressos, inclusive da CUT, com o meu amigo Luís Carlos Prates, na época em que ele participava da CUT, e outros. Quero dizer para vocês que é com muito prazer que estou aqui para deixar claro que sou da base aliada, apoio o Governo Dilma, acho que o governo Lula e o Governo Dilma têm feito muita coisa para o nosso País, mas não podemos nos calar nessa questão de reduzir os direitos dos trabalhadores, conquistados com muita dificuldade.

Há algumas questões que precisam ser tratadas? Sim. Elas estão relatadas nessas duas MPs.

Acredito que poderíamos, neste momento de dificuldade por que passa o nosso País, estar conversando com o Palácio do Planalto, estar conversando aqui na nossa Comissão de Direitos Humanos, uma viabilização talvez de um projeto de lei que regulamentasse algumas questões com relação ao defeso, com relação à pensão, mas que não fosse simplesmente retirar direitos adquiridos pelas pessoas. Que possamos corrigir os problemas que existem e que todo mundo sabe quais são e que não adianta a gente ficar relatando aqui quais são! Todo mundo sabe quais são. Mas que a gente mantenha a essência, que é o direito dos trabalhadores. Eu acredito que o Governo da Presidenta Dilma, o nosso Governo do Brasil será sensível a esse debate que o nosso eminente Presidente tem feito aqui. Já fizemos um, estamos fazendo hoje esta outra audiência pública, faremos outras quantas forem necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Na quinta-feira serão com os Ministros. Os Ministros virão aqui para debater com os Senadores.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Quinta feira, não é Senador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Quinta-feira.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Pois é. O Senador é uma pessoa sensível a essa questão. Nós também da Comissão somos e, com certeza, a gente vai conseguir chegar a um denominador comum.

Eu faço coro aos que falam que precisamos defender o Brasil. Precisamos defender o Brasil de muitos especuladores, precisamos defender o Brasil dos aproveitadores, das pessoas que saqueiam os nossos cofres públicos e das pessoas que dificultam que o Brasil consiga ter sua inclinação de uma das maiores potências do mundo.

Então, eu acho que a gente, discutindo e mantendo o alto nível dessa discussão aqui, a gente vai conseguir demonstrar que estamos do lado certo, que queremos que o Brasil acerte. E tendo a sensibilidade de apresentar uma saída para corrigir esses desvios que existem naquelas questões que eu já relatei antes, eu acho que a gente atende ao que o Governo está mais preocupado e atende principalmente a nossa classe trabalhadora no intuito de não tirar oportunidades e direitos dos trabalhadores, conquistados com tanta dificuldade.

Eu acho que os colegas da NCST, da CSB, do CTB, do CSPB, do CSP Conlutas, da própria CUT, que está aqui do meu lado, têm feito um trabalho exemplar para o nosso País. Acho que o dia 13, por exemplo, é um dia de mostrar que, para quem é brasileiro, está do lado do Brasil, é um dia importante para a gente estar fazendo, estar trabalhando, demonstrando que nós queremos realmente discutir as coisas adequadas e não ser simplesmente ir por um movimento “tira isso ou tira aquilo”... Não é essa a questão. As pessoas foram eleitas democraticamente, por um processo democrático, em que o Brasil todo foi consultado para isso e nós não vamos aqui ser golpistas de querer tirar um Governo que foi eleito nas urnas, com toda a tranquilidade da votação.

Então, eu acho que o dia 13 é importante, como o dia 15 também. Eu não tenho nada contra o dia 15, que vai ser um dia em que as pessoas querem se manifestar, ter o direito democrático de falar. Rogo para que seja tudo ordeiro, que seja tudo bem. Eu lembro muito bem da greve geral de 1992 em que eu estava lá lide-

rando o piquete na Companhia Energética de Brasília e paramos o Brasil. Foi um dia pacífico. Então, eu espero que o dia 13, o dia 15 e outros dias que venham de luta possam também ser dias pacíficos e dias de diálogo, dias de construção.

Então, pessoal contem comigo. Eu falei para o nosso eminente Senador que tenho um compromisso no Buriti para discutir algumas questões, lá no Palácio do Buriti, que é o Governo do Distrito Federal, porque eu sou Senador por Brasília, para discutir alguns assuntos lá. E eu não vou poder ficar até o final, mas nesse debate com os ministros, com certeza, eu estarei aqui também na quinta-feira. Esse debate tem consonância, ele tem ressonância conosco. O nosso representante, nossa Excelência aqui, Senador Paulo Paim, Presidente desta Comissão, tem o nosso integral apoio para poder estar encaminhando essa questão com vocês. E vocês também têm o nosso apoio.

Muito obrigado, tá. Um abraço grande aos representantes das centrais. Contem conosco aqui.

Meu gabinete é o 22 da Teotônio Vilela. Sempre de portas abertas aos trabalhadores de Brasília e do Brasil. Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Hélio José, depoimento rápido, demonstrando que tem compromisso com esta causa.

Querida Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Obrigada, Presidente Senador Paulo Paim.

Primeiro, quero parabenizá-lo pela oportunidade e a hora de fazer esta reunião, que é extremamente importante, com sindicalistas.

E aqui nós temos uma comitiva de peso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vamos ter quatro mesas.

A SRª MARTA SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – É porque ela vai dar um resultado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu sei, eu sei...

Isso você me falou mesmo.

A SRª MARTA SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Não é só para aparecer aqui, mas é para a gente pensar junto como vamos poder caminhar.

O que nós temos sentido, e acho que aí o Senador de Brasília já se adiantou, é uma falta de planejamento de nação.

Isso já vem há algum tempo, porque é uma interferência aqui, desonera não sei o quê aqui, mexe na energia ali. E quando você faz interferências desse porte na economia, sem pensar o grande, sem pensar o global, sem ter uma visão maior, ocorre o que está ocorrendo agora. De repente, você desonera a energia, mas depois alguém tem que pagar a conta. Você desonera...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A folha de pagamento.

A SRª MARTA SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Você diminui a conta para toda a população e para as indústrias da energia, mas a energia tem preço. Como é que você vai fazer agora?

O que nós vemos é uma situação econômica que não foi trabalhada no momento em que tinha que ser trabalhada, que foi no final do primeiro mandato da Presidenta, e um segundo mandato que começa com um discurso que ninguém entendeu, porque foi um discurso fantasioso, como se estivesse em campanha. Acabou a campanha. Tem que ser um discurso de verdade para a Nação, tem que ser um discurso sincero, tem que ser um discurso para que as pessoas possam se unir como um todo. E, para isso, tem que dizer que algumas coisas não foram tão bem, que estão equivocadas, e que não é uma crise internacional que nos levou a este ponto, e muito menos a burguesia que está se manifestando. *(Palmas.)*

É uma situação muito mais complicada e complexa que nós temos hoje no Brasil. Mas querer que trabalhadores paguem a conta eu já chamo de perversidade, crueldade, e vai além da conta. *(Palmas.)*

Porque isso nunca foi o que os partidos de esquerda, e principalmente o PT, Partido que foi muito bem lembrado por Moacyr Roberto Tesch... Não sei pronunciar o Auersvald! Foi muito bem lembrado. Temos tradição. Lula foi uma pessoa que resgatou a dignidade do trabalhador, lutou por tudo o que hoje nós temos para o trabalhador, com todos vocês aqui. Então, não tem sentido um Governo do PT colocar essas emendas que estão sendo colocadas sem ter, principalmente, a sinceridade e a conversa com quem vai ser atingido, que não pode ser somente o trabalhador, mas tem que ser toda a população. Todos têm que colaborar se a situação é a que é. Mas se a situação continua a ser vista como cor de rosa, e ao trabalhador é impingida a conta final, a mais pesada, para quem tem menos. Fazer uma reforma no seguro-desemprego... É claro, o seguro-desemprego está defasado, tem brechas, aumenta a rotatividade. A gente tem um monte de críticas, como qualquer pessoa que pense e que se debruce. Mas o momento em que o desemprego vai aumentar, já está aumentando, é a hora de fazer isso? Como por exemplo, a pensão para a mocinha de 20 anos que casa com o cidadão de 70

anos. É claro que tem que mexer nisso! Ninguém quer pensão vitalícia para uma mocinha de 20 anos no século XXI, não é? Ela que vá trabalhar!

Então, há coisas que têm que ser mexidas, e para isso tem que sentar, e pode ser acordado. Mas há coisas que não podem ser mexidas. Isso vocês sabem melhor do que eu, a lista do que não pode ser mexido, que são os direitos conquistados com muito suor pela classe trabalhadora do Brasil. Nisso, nós estaremos juntos. O Senado está muito sensível a essas questões. A bancada do PT está muito unida nisso. Só o Senador Paim fez cinquenta e poucas emendas! O resultado que se espera aqui desses quatro meses... Esse diálogo, Paim, talvez não possa esperar quatro meses. Eu acho que tem que ser apressado algum tipo de documento. Eu sou um pouco também da... Não é conciliação. Bem, a situação está muito ruim, nós vamos ver o que podemos fazer, desde que não mexa nisso e nisso, desde que não fira isso e isso. E aí vamos tentar levar isso para o Ministro da Fazenda, ou até a própria Presidenta, com a força do Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Quinta-feira, nós temos condição de apresentar o resumo das audiências públicas e apontar caminhos. Na próxima quinta.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Exatamente. Então, parabeno-o e vamos torcer para que a gente consiga fazer um bom trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senadora Marta Suplicy.

Passamos a palavra agora, depois dos comentários do Moacyr, muito firmes, muito claros, sobre as MPs e as suas preocupações, ao Luís Carlos Prates, representante da CSP-Conlutas.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Senador Paim, eu vou assistir ao próximo e, depois, vou ter que sair porque se está discutindo, na Comissão de Relações Exteriores, a Venezuela e a Bolívia, e está meio complicado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É importantíssimo, também!

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Aqui é tudo....

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Tudo correndo.

O SR. LUÍS CARLOS PRATES – Senador!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Tem que ficar verde.

O SR. LUÍS CARLOS PRATES – Deixe, então, trocar para ver se está funcionando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Deu.

O SR. LUÍS CARLOS PRATES – Senador Paim, mais uma vez, agradeço o convite à CSP-Conlutas para participar deste debate. Aliás, foi a primeira oportunidade deste debate no Parlamento e sempre é um momento importante.

Queria saudá-lo, saudar a Senadora Marta Suplicy e os meus colegas das centrais sindicais que estão na Mesa, dizendo que este debate é um debate bastante oportuno, até porque, no último domingo, a Presidência da República foi à televisão e defendeu o ajuste fiscal, defendeu essas medidas. Nós não vemos, por parte do Governo, até o momento, nenhum movimento de recuo em relação a essas medidas. E, mais do que isso, pediu aos trabalhadores e à população paciência e disse que essas medidas seriam necessárias e que elas deveriam ser pagas por toda a sociedade.

Ora, quando começou a crise, se dizia que esta crise era uma “marolinha”, que ela ia passar, se chamou o povo a consumir. Foi dado para as grandes empresas e, principalmente, para as grandes empresas multinacionais, uma série de incentivos fiscais – e foram bilhões que foram dados a essas empresas – sem nenhum tipo de contrapartida como, por exemplo, garantia do emprego. E essas mesmas multinacionais, durante esse período, enviaram bilhões e bilhões de dólares, em forma de remessa de lucro, para suas matrizes para poderem, exatamente, sanar a crise que, também, acontecia naqueles países. E, agora, vem pedir para nós, os trabalhadores, pagarmos a conta?

Na verdade, Senador Paim, essas medidas provisórias, de conjunto, elas têm este objetivo: fazer com que os trabalhadores paguem uma conta de uma crise que nós não criamos. Ao contrário, nós, trabalhadores e a população pobre, somos vítimas desta situação. Porque a desoneração da folha de pagamentos, como foi dito aqui, prejudicou a Previdência, as empresas pegaram muito recurso e continuaram a demitir trabalhadores. As multinacionais pegaram dinheiro, tiveram a redução de IPI durante todo esse tempo e continuaram demitindo os trabalhadores. Só na indústria automobilística, cerca de 12.400 trabalhadores foram demitidos, só no ano passado. Este ano, vários trabalhadores foram ameaçados de demissão e houve greves, como na Volks; greves, como na General Motors; e como está havendo, agora, na Bosch, em Curitiba, que está resistindo a esta situação.

E quem, então, é responsável pela rotatividade do emprego? É o Seguro-Desemprego? Ou é o fato de que, neste País, não existia uma legislação que protegesse o emprego e os patrões podem demitir, a todo o momento, os trabalhadores?

Então, a primeira coisa que nós gostaríamos de dizer é isto: o Governo fala que tem que economizar R\$65 bilhões, e R\$18 bilhões tira, exatamente, dos mais pobres. Aliás, o mais pobre dos mais pobres, porque a Previdência, segundo os cálculos, tem uma média de pagamento de cerca de R\$934,00 – a média de pagamento! E ataca o Seguro-Desemprego, mexe no Seguro-Desemprego, numa situação totalmente contraditória, porque nós estamos num momento em que estão aumentando as demissões.

Qualquer medida, no mínimo progressiva, para proteger os trabalhadores, teria que aumentar o prazo do Seguro-Desemprego, porque os trabalhadores estão desprotegidos frente a essa onda de demissões que começa a ocorrer. E, ao contrário, o pacote do Governo, a medida provisória – inconstitucional, como já foi dito aqui – prega que.... Se essa medida estivesse valendo o ano passado, apenas 36% dos trabalhadores teriam tido o Seguro-Desemprego; apenas 36%, porque 76% dos trabalhadores tiveram o Seguro-Desemprego, no ano passado, numa situação em que as demissões eram ainda menores, tinham seis meses e não dezoito. Então, essa é a primeira questão.

A segunda, em relação ao Seguro-Desemprego, afeta principalmente a nossa juventude, que entra no mercado de trabalho e não tem expectativa de ficar mais de um ano. Apenas 20% da juventude consegue ficar mais de um ano no mercado de trabalho. Portanto, para a juventude, isso é praticamente a extinção do Seguro-Desemprego num momento em que cresce a onda de demissões.

Então, essas medidas atacam exatamente os trabalhadores e os mais pobres, porque quem depende, hoje, de abono salarial, como já foi dito aqui, de uma espécie de 14º salário? São exatamente aqueles que recebem muito pouco. São esses que estão sendo cada vez mais atacados.

Essas medidas não ficam só nesses fatos. Por exemplo, elas permitem que as empresas, através da terceirização, comecem a tomar conta das perícias médicas. Ou seja, as perícias médicas, que devem ser feitas pelo Estado, pelo INSS, vão poder ser feitas, a partir dessa medida provisória, pelas empresas. Os médicos das empresas vão poder fazer perícias médicas, assim como outras entidades conveniadas privadas vão poder fazê-las. Então, mais uma vez, o trabalhador é prejudicado.

O trabalhador é prejudicado quando aumentam o tempo de 15 para 30 dias para que recebam do INSS, porque o que ocorre? Quando o trabalhador vai para o INSS, se foi acidentado, ele começa a gozar, pela legislação, de estabilidade no emprego por um ano. Com a medida provisória, isso não vai mais ocorrer, porque ele não vai entrar no INSS. Ao entrar, ele perde o direito à estabilidade. São medidas que atacam profundamente o trabalhador.

Mesmo com relação às questões das pensões – diria que o problema do País hoje são as pensões –, querem reduzir a pensão das mulheres, que, na sua maioria, hoje, são aquelas que dependem de pensão, mas também os homens, para metade do salário, que já é pouco, como é o salário dos aposentados, que se baseia nas últimas contribuições. Já é pouco. E eles querem reduzir, com essa medida provisória, à metade.

Então, são formas de tirar de alguém, de tirar do povo pobre para dar a quem? Aos grandes bancos, porque estes não têm taxação dos lucros; as empresas não têm taxação dos seus lucros. A maioria do Orçamento da União está sendo voltada para o pagamento pontual da dívida pública para os grandes bancos, aumentando os juros cada vez mais, e agora estamos vendo novamente a escalada de aumento de juros. (*Palmas.*)

Então, é falso dizer que o sacrifício é igual para todo mundo, que estamos num momento de apertar os cintos. Ao contrário, quem está apertando o cinto são os trabalhadores, o povo pobre, porque, hoje, por exemplo, quem assistiu pela manhã às reportagens viu que a juventude está fazendo fila para conseguir o financiamento do Fies, que está totalmente paralisado. Vemos o aumento crescente de todos os preços: da energia elétrica, da água, que, aliás, está faltando em grande parte do País, do preço dos aluguéis e a diminuição dos salários.

Ontem, foi aprovada, por esta Casa, mais uma medida provisória – porque, ontem, não foi aprovado o veto da Presidência da República – que reduziu a alíquota do imposto de renda, ou melhor, a tabela de correção do imposto de renda. Foi feito um acordo. Com esse acordo, o Governo economizou R\$6 bilhões.

Ora, os trabalhadores já estão perdendo há muito tempo. Isso não começou no Governo Lula. Por isso, é muita cara de pau do PSDB querer contrapor-se, porque o Governo Fernando Henrique, desde 1996 até agora, tem uma defasagem de 64,28% na tabela de imposto de renda. Só nos governos do PT são 15,5% em relação à inflação. Então, cada aumento que têm os trabalhadores, cada vez que se consegue alguma coisa a mais, ela é tirada pelo imposto, pelo Imposto de Renda. E se quer comemorar como se fosse uma vitória dos trabalhadores.

Então, assistimos a essa situação. E é preciso que nos mobilizemos para enfrentá-la. Nós da CSP-Conlutas não acreditamos que um Congresso que está sendo presidido por suspeito da Laja Jato, que tem Parlamentares em sua maioria empresários vai solucionar esse problema de maneira satisfatória se o povo não se colocar nas ruas, se o povo não se mobilizar com uma força muito grande.

Nós da CSP-Conlutas não estamos entre aqueles que neste momento vão apoiar o Governo, que está aplicando essas medidas. E por isso não estaremos no ato do dia 13. Nós da CSP-Conlutas entendemos a indig-

nação que hoje move a maioria da população, inclusive uma grande parte dos trabalhadores e da juventude, que vão às ruas no dia 15, mas também não entendemos que o *impeachment* da Dilma neste momento, para subir Michel Temer ou Eduardo Cunha, seja uma solução. Nós entendemos que é preciso construir uma alternativa dos trabalhadores e queremos, inclusive, fazer um desafio às Centrais Sindicais.

Se nós temos acordo no sentido de que a 664 e a 665 devem ser arquivadas, não servem aos trabalhadores, não servem ao povo, são um grande ataque, são inconstitucionais, está na hora de os trabalhadores tomarem as ruas; está na hora de prepararmos e fazermos neste País uma greve geral, uma paralisação nacional, porque somos nós que trabalhamos, somos nós que construímos, somos nós que fazemos as pontes, somos nós que fazemos os aviões, somos nós que fazemos os carros, somos nós que fazemos com que este País prospere, e, ao mesmo tempo, somos vítimas desses ataques que estão sendo realizados.

Então, apesar das diferenças que temos, inclusive em relação ao Governo, é necessário que tenhamos uma plataforma comum, que parta dessas reivindicações, que parta do fim do fator previdenciário, mas também que não haja esse negócio de 85 e 95, porque é trocar seis por meia dúzia. E que possamos fazer um movimento unitário, um dia de paralisação nacional, que possa colocar o Governo na parede, o Congresso na parede, para que ouçam a voz da população, a voz do povo, porque aquilo a que estamos assistindo neste momento é que, mesmo, por exemplo, no escândalo da Petrobras, na corrupção que correu solta e que corre na Petrobras – e reivindicamos que sejam punidos todos os corruptos, os corruptores, as empreiteiras, todos eles devem ser punidos –, até este momento, os únicos que estão sendo punidos são os trabalhadores.

Vocês viram, também, nas reportagens que fizeram, o sufoco da “peãozada”, dos trabalhadores da Comperj, que tinham seus empregos, mas foram demitidos em grande parte das obras. Grande parte das obras está paralisada, e os trabalhadores perdendo seu emprego. E esses mesmos trabalhadores não vão poder usufruir do Seguro-Desemprego, exatamente porque essa medida provisória entrou em vigor neste momento.

Então, nós vemos que são os trabalhadores, que perderam seu porte de trabalho – através do desemprego –, que estão pagando o preço de uma crise que não foram eles, que não fomos nós que criamos. Então, é necessário que haja essa unidade, esse momento de a classe trabalhadora levantar uma alternativa sua, que achamos possível. A crise está aí, mas é possível reverter essa situação.

Agora não pode ser que a nossa economia, tudo que nós fazemos, tudo aquilo que ganhamos com trabalho seja para pagar a dívida pública para os bancos. Não é possível que as multinacionais continuem tomando conta do País, enviando recursos mensalmente, bilhões e bilhões de dólares, para poderem se safar da crise que viveram e vivem lá fora.

É necessário que haja, dentro do País, um programa alternativo dos trabalhadores, que comece pelo não pagamento dessas dívidas, para que esses recursos sejam investidos no nosso País, para que seja garantido emprego, para que seja garantido salário, para que sejam garantidas melhores condições de vida para o nosso povo. Porque só um povo que esteja nessas condições é capaz de lutar para ter um país justo, soberano, independente, controlado e governado pelos trabalhadores, e não um país como esse em que estamos vivendo, desgraçadamente, neste momento em que assola a corrupção...

(Soa a campanha.)

O SR. LUÍS CARLOS PRATES – ... assolam os grandes lucros das grandes empresas e, ao mesmo tempo, querem que nós paguemos essa crise. Os trabalhadores não podem pagar por essa crise.

Acho que esta audiência é uma audiência de grande importância, mas fica aqui o desafio. Nós temos que colocar o povo na rua, temos que unir as nossas forças, temos que fazer uma grande paralisação nacional para impor a vontade dos trabalhadores. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Esse foi o Luís Carlos Prates, que expressou seu ponto de vista, falando inclusive de uma parada, na visão dele, junto às outras centrais sindicais que, naturalmente, vão dialogar sobre todas as propostas que são colocadas.

Eu só quero dizer ao Luís Carlos e também ao Moacir, eu nem comentei antes, que estou muito preocupado com o desemprego. No Rio Grande do Sul, por exemplo, no polo naval, aquela região ali, são já cerca de 22 mil trabalhadores demitidos. Na região da Serra – recebi ontem aqui empresários e sindicalistas – a previsão é de grandes empresas demitirem 800, outra 600, outra 400, tudo a partir da semana que vem.

O desemprego está nos preocupando tanto que estamos fazendo esse ciclo de debates sobre essa MP. Depois vamos fazer também um ciclo de debates sobre a rotatividade, o desemprego e a terceirização, que é outra questão que também preocupa todos nós.

Encerrando esta Mesa, passo a palavra para o Vice-Presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), Luiz Sergio da Rosa Lopes.

O SR. LUIZ SERGIO DA ROSA LOPES – A CSB agradece o convite para participar desta Mesa, cumprimenta todos os companheiros da Mesa e todos os senhores presentes, e quer dizer o seguinte: para nós foi uma grande surpresa a edição dessas duas medidas provisórias. Foi uma surpresa porque, desde 2008, o Governo teve diante de si uma crise internacional e conseguiu, ao longo desse período, driblar essa crise no Brasil. Quer dizer, nós conseguimos, criando instrumentos inovadores de política, tendo um colchão muito confortável de US\$370 bilhões de reservas cambiais, ultrapassar esse período todo sem turbulências.

Evidentemente, toda crise ou chega cedo ou chega tarde, e ela acabou chegando um pouco mais tarde do que era previsto, até porque durante esse período alguns equívocos foram praticados na política econômica, em razão exatamente daquela crise de 2008. As desonerações, a suspensão do IPI tiveram uma duração além do limite possível. Tudo isso deveria ter sido feito de forma passageira, como manda o receituário, durante um curto período de tempo, para “reincantar” o consumo, mas depois deveria ter sido suspenso e voltado gradativamente ao patamar anterior para sustentar as arrecadações.

As desonerações, que foram praticamente impostas a pedido dos grandes grupos empresariais, principalmente, não redundaram em substanciais descontos nas mercadorias daquelas empresas e também não propiciaram aquilo que se pretendia obter, que seria um acréscimo substancial do consumo.

Evidentemente, o Governo tem suas obrigações de pagamento, de sustentar a máquina pública, etc., etc. E o que nos surpreendeu, em razão exatamente disso, é que essa medida provisória obedece àquele receituário da Escola de Chicago.

Nós não imaginávamos que um governo com essa origem, que conseguiu driblar a crise de 2008 durante esses anos todos, que conseguiu inovar, aplicar decisões corretas durante algum tempo, pudesse agora, ao final, se curvar a essa penalização exatamente das camadas menos “possuídas” do País, ou seja, dos trabalhadores, fazendo-os pagar a conta desse desequilíbrio provocado, decorrente da crise de 2008. Não tenho dúvida disto: de que ele é decorrente ainda da crise de 2008. A Presidente, quando enfatiza isso, não o faz apenas como propaganda ou para querer se livrar daquilo que não era do Governo. Não, ela enfatiza isso porque é decorrente, quer dizer, tudo que está acontecendo hoje é exatamente consequência de todas as providências tomadas ao longo desse período para que pudéssemos não sofrer o impacto que as outras economias mundiais sofreram.

Enquanto lá na Europa havia desemprego em massa, a Grécia quebrou, a Espanha quebrou, a Alemanha teve que adotar medidas rigorosíssimas, nós continuamos a viver aqui uma política de quase pleno emprego, não se esqueçam disso. Nós estávamos com 5% de desemprego um mês atrás. As demissões estão agora aparecendo, tudo em consequência disso.

Esse receituário da Escola de Chicago não poderia ser outro a não ser aquele que, no momento de crise, quem penaliza para pagar essa crise? Exatamente os trabalhadores. E foi isso o que aconteceu. Infelizmente, não tivemos mais nenhuma ideia inovadora para superar essa crise sem isso. Ou, pelo menos, não discutiram o assunto com profundidade. Toda crise tem solução, por um campo ou por outro, mas tem solução. E o Governo se quedou nessas duas medidas provisórias, que, tenho certeza – não estou aqui defendendo a Presidente –, se ela as assinou, as assinou a contragosto, porque ela não é dessa escola. Nós sabemos a origem dela, e ela não faz parte dessa Escola de Chicago. Ninguém acredita nisso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A minha fala primeira foi um pouco nessa linha, eu também lembrei a crise lá de trás, que começou na quebraadeira do mercado imobiliário.

Perguntaram para mim – não sou de responder também –, disseram para mim esses dias: “Isso não é do Lula e não é da Dilma”. Do Lula eu sei que não é, porque estive com ele. Ele disse: “Não estou nessa”. Nem podia contar isso, mas já contei agora, pior que ao vivo para todo o Brasil. De quem é, se não é da Dilma? Vê se consegue contribuir, porque eu não soube responder também.

O SR. LUIZ SERGIO DA ROSA LOPES – É do mesmo grupo – eu ia falar isso no final – que se reuniu na Fiesp e comemorou o fim da CPMF. Quem estava na Fiesp comemorando o fim da CPMF? Você estava? O senhor estava? Você estava? Você estava? Eu não estava? Quem estava lá? Os capitães das indústrias, os testas-de-ferro dos grupos econômicos internacionais que eram no Brasil. Para esses, a CPMF era um horror, porque existiam dois impostos importantes no Brasil, dois impostos de renda que atingiam as maiores rendas no Brasil, naquela época: a CPMF e o Imposto de Renda. Todos nós sabemos que quem ganha mais paga mais, quem ganha menos paga menos e tem isenção. O trabalhador, na CPMF, tinha isenção da conta salário, não pagava CPMF sobre a conta salário. Mas os grandes grupos, as grandes empresas, a cada pagamento que efetuassem ou a cada transferência, incidia CPMF. E não eram cinco reais, dois reais, eram centenas de milhares de reais. Essas centenas de milhares de reais que saíam para o pagamento da CPMF iam para o custo da mercadoria que eles produziam, e nós pagávamos isso ao comprar mercadoria. Quando a CPMF acabou, o custo da mercadoria, que nós continuamos a comprar, não foi reduzido porque a CPMF foi extinta. Continuou no bolso, foi para o bolso direto da rentabilidade desses grupos.

Então, é exatamente aí, e sob pressão desses grupos, que a Presidente assinou. O Ministro da Fazenda é da Escola de Chicago e tem um compromisso intelectual com o currículo dele, ele não pode ficar fora desse circuito, etc. Ele tem admiração profunda por todo aquele sistema, por toda aquela escola.

Cercada por essa tropa toda, pressionada, a Presidente assinou isso. Não tenho dúvida nenhuma de que, se ela assinou essa coisa, foi a contragosto, porque até os seus correligionários mais próximos devem tê-la convencido. Eu não vou citar alguns nomes para não constranger, mas alguns correligionários mais próximos devem ter dito: “Olha, assina isso, porque é a solução.” Não é a solução. A solução não era essa. Nós estamos vendo que não era. Retirar direitos, suprimir direitos constitucionais garantidos, quebrar contratos! O que essas medidas provisórias estão fazendo? Estão quebrando contratos!

Quem entrou na Previdência Social e pagou, ao longo desses anos todos, quer, agora, que a sua esposa receba a aposentadoria, no caso da morte dele; não quer redução desse valor da pensão alimentícia para 50%, ele não quer isso; quer que seja mantido o contrato da época em que ele entrou na Previdência.

Estão quebrando contratos e fazendo essa política de terra arrasada. E ela, também, não deve ter se tocado, exatamente, para isso. Devem ter dito para ela o seguinte:

(Soa a campanha.)

O SR. LUIZ SERGIO DA ROSA LOPES – “Nós vamos conseguir arrecadar, aqui, 16 bilhões. Nós precisamos de 60 bilhões, e, com 16 bilhões, a gente já tem um bom patamar para conseguir tirar o quê? Outros direitos.” Na realidade, esses direitos são o princípio de uma escalada de retirada de direitos, meus amigos. Não tenho dúvida disso.

Então, muito mais sábio – o que o Governo deveria fazer – seria reavivar e ter a coragem de colocar isto em pauta: quem tem que pagar é todo o povo brasileiro; e vai pagar, vai pagar por tudo isso. Mas é todo o povo brasileiro de forma proporcional, ou seja, vamos restabelecer a CPMF. Porque se você quiser comprar um fogão, você vai pagar CPMF no fogão; se você quiser comprar um carro, você vai pagar CPMF no carro; mas, se você comprar. E as camadas mais populares do nosso povo – é uma redundância, mas é –, essa que não tem renda suficiente ou grande renda para consumir em grande escala, essa não vai ter problema nenhum, e é a maioria dos nossos trabalhadores. Na conta salário não incide CPMF.

Então, restabelecer a CPMF, que pode arrecadar 50 bilhões, por ano, talvez fosse a solução mais inteligente. “Ah, é um repeteco!” Não. Vai atingir quem? Você que ganha salário mínimo? Você que ganha dois salários mínimos? Não. Vai atingir aquele, lá em cima, que está emitindo cheque de alguns milhões de reais para pagar insumos ou para transferir renda para o exterior. Essas remessas de lucro para o exterior eram todas tributadas pela CPMF. Ao sair do Brasil, pagava-se a CPMF quando se transferiam os *royalties* daqui para fora – não eram isentos de CPMF, não. Então, o Governo conseguia manter uma arrecadação substancial.

E quem estava lá, naquela época, pleiteando a derrubada da CPMF e comemorando a derrubada da CPMF, que foi aprovada neste Congresso Nacional, eram, exatamente, as camadas mais ricas da nossa população e os testas-de-ferro dos grandes grupos internacionais.

Essa medida provisória... Eu quis fazer essa introdução, primeiro, para colocar a coisa dentro de uma visão diferente, porque é evidente que o Governo sofre pressão. O Governo sofre pressão. O que nós precisamos fazer é exercer uma pressão maior do que esse grupo econômico que está aí, essa turma que dominou, pelo menos intelectualmente, de forma provisória, eu acredito, o Governo. Mas é preciso que nós tenhamos a certeza de que podemos apresentar alguns caminhos alternativos.

Vejam só a questão do Seguro Defeso. Vejam como é um contrassenso; é tão absurdo; é risível o que eles fizeram. Eles restringiram o Seguro Defeso, que foi implantado para quê? Para proporcionar ao pescador uma renda durante o período em que ele não pode pescar? Não. Ele foi implantado, primeiro, para garantir a nossa fauna marinha. O objetivo principal do Seguro Defeso foi este: garantir a nossa fauna marinha! Garantir que os nossos rebanhos, os nossos cardumes de peixes pudessem crescer, se multiplicar e continuar a fornecer alimento para a população. E fazer com que até as empresas, que são capitalistas – empresas de pesca – sobrevivessem do crescimento desses cardumes de peixes.

E fazer com que até as empresas, que são capitalistas – empresas de pesca –, sobrevivam do crescimento desses cardumes de peixe.

E o que este Governo fez? Restringiu isso. Imaginem os senhores o que ele está incentivando. Incentivando o seguinte: a verdade é que fome existe, e o trabalhador que é pescador não vai deixar de pescar, porque suprimiram dele aquele seguro defeso. Se ele não tem o dinheiro bancado pelo Governo para poder não pescar naquele período, vai montar no barco dele, vai no oceano pescar de forma predatória e vai burlar a fiscalização, porque nós não temos fiscalização na área marítima para fazer isso. A Marinha não tem, o Governo não tem. Não há fiscalização, como, neste caso específico aqui, alegar que é para suprimir as fraudes.

Se o Governo não tem fiscalização no Ministério do Trabalho – consigna às empresas fazer uma fiscalização –, se o Governo não tem – e em tudo isso, meus amigos, prestem a atenção –, isso não se trata de uma coisa eventual...

(Soa a campanha.)

O SR. LUIZ SERGIO DA ROSA LOPES – ... trata-se de um processo de Estado mínimo. Vejam só. Trata-se de um processo de Estado mínimo. Reduzir o Estado ao mínimo possível, não criar os instrumentos de fiscalização do Estado, não propiciar condições do Estado de reprimir as fraudes. Trata-se desse processo. Por que trata-se desse processo? Porque, lá atrás, existe um consenso, que vem do consenso de Washington, de que todas as atividades que não sejam exclusivamente inerentes aos Estados – como Previdência Social etc. – sejam privatizadas.

Então, não interessa a esses grupos econômicos que nós tenhamos um sistema de previdência privada bancada pelo Estado forte, digno e que corresponda às necessidades daqueles que se aposentaram. Não, não interessa a ele. Interessa é desmoralizar. Daí as fraudes, os incentivos a essas fraudes e a desmoralização do processo de fiscalização, ou seja, por que admitir fiscais? E essa gente está infiltrada em todo lugar – bom, eu não vou falar da profissão –, mas, em todo lugar, há gente que comunga desse processo. Eu conheci um trabalhador, trabalhador aquele de bater pino mesmo, que também pensa desta maneira: temos que acabar com o Estado, temos que acabar com isso, temos que privatizar tudo, e eu fiquei abismado com a posição dele, que é um homem do povo, um homem sofrido naquela linha de trabalho direto, que também pensa assim. E essas pessoas, ao pensarem assim, incentivam exatamente esse processo de destruição do Estado brasileiro, do Estado, do Estado que propicia aos seus cidadãos as melhores condições de sobrevivência, de estabilidade...

(Soa a campanha.)

O SR. LUIZ SERGIO DA ROSA LOPES – Isso faz parte dessa cartilha.

Eu vou terminar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Depois nós teremos o debate, ainda, com todos.

O SR. LUIZ SERGIO DA ROSA LOPES – Eu vou terminar.

Então, veja tanta questão – aliás, o Domingos muito bem colocou a questão da inconstitucionalidade. Essas duas medidas provisórias são eivadas de inconstitucionalidade, quer dizer: primeiro, elas não poderiam ser propostas através de PEC, isso aí é um negócio que não tem cabimento; segundo, é uma quebra de contrato, quer dizer, você quebra um contrato, passa a vigorar um negócio, que, além de não ter o respaldo legal anterior, para que possa ser discutida, e, mesmo que fosse através de uma medida constitucional, uma PEC, faria a quebra do contrato. Ela só poderia ser votada e aprovada para os futuros, não para os anteriores. Então, essas questões, que são muito importantes, têm que ser levadas em consideração pelo Congresso brasileiro.

Eu acredito – eu não li todas as emendas, eu li algumas, porque são setecentas e tantas emendas – que algumas dessas emendas tenham contemplado exatamente muitos dos aspectos que foram colocados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A OAB encaminhou uma série de emendas – todas eu apresentei –, que vai nessa linha.

O SR. LUIZ SERGIO DA ROSA LOPES – Então, era isso que eu queria, na minha fala.

Sei que eu esgotei aí, não é.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não, mas foi bom, muito bom.

O SR. LUIZ SERGIO DA ROSA LOPES – E muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Encerrou muito bem a Mesa *(Palmas.)*

O Vice-Presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), Luiz Sergio da Rosa Lopes.

Eu não vou fazer nenhum comentário, porque nós estamos acelerando. Nós temos três Mesas ainda.

Então, vou propor que os meus convidados retornem e os que estão no plenário no plenário, da segunda Mesa, já assumam aqui seus postos. Chamando, de imediato, a segunda Mesa.

Guilherme Guimarães Feliciano está aqui, Juiz do Trabalho, parceiro nosso. *(Palmas.)*

Dizer que a Ana Marta mandou emendas e apresentamos.

Warley Martins Gonçalves, Presidente da Cobap. *(Palmas.)*

Ruth Coelho Monteiro, Secretária Nacional de Cidadania e Direitos Humanos, Força Sindical.

Flausino Antunes Neto, membro da Executiva Nacional e Secretário Sindical da CGTB; e – aquela velha história do sobrenome, vou passar para V. Ex^a – o Valeir Ertler, que é Secretário Nacional e representa a Central Única dos Trabalhadores.

Quero, nesse momento, registrar a presença conosco aqui do nosso Deputado novo, que se elegeu agora, mas tem a sabedoria acumulada dos mestres, e estou muito feliz Telmário de ver você aqui e pelas suas posições. Falei outro dia e vou repetir: passou toda uma impressão para nós de que esse Congresso seria mais conservador, há algumas pessoas que me animaram, você é um desses aí, Telmário Mota, fez questão de vir aqui, depois ele tem encontro nacional do PDT, depois ele vai para lá.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Senador Paim, primeiro quero dar meu bom-dia a V. Ex^a, a todos que compõem a Mesa, os que estiverem e a todas as entidades que estão aqui presentes nesse debate tão importante, principalmente para as pessoas mais humildes, para o trabalhador.

Mas, olha, Senador Paim, me sinto honrado e vim para o Senado, que acho que é hoje uma parte de lapidação do político – onde temos ex-ministro, ex-presidente, governadores, enfim – e encontrar aqui pessoas como V. Ex^a. V. Ex^a conquista não só pela sua humildade, pela sua simpatia, mas pela sua franqueza, pela sua dignidade, pelo seu caráter, pelo seu posicionamento verdadeiro. V. Ex^a é uma pessoa que conheço, aqui numa sessão dessa, numa reunião dessa, e conheço também nos bastidores.

Tenho dito em todo canto que fiquei muito feliz em ter essa identidade e, com toda humildade, e verdadeiramente, V. Ex^a está aqui há muito tempo, vem prestando um trabalho de mais alta relevância, reconhecido por todos, principalmente pelo Rio Grande do Sul – Rio Grande do Sul sempre estará bem representado por V. Ex^a –, não tenho dúvida de que a gente sempre está bebendo na sabedoria de V. Ex^a para que a gente aprimore e preste um serviço de qualidade ao meu Estado e também ao Brasil.

É com esse sentido que vim hoje aqui, acabei de sair de umas reuniões, há muitas Comissões, também sou Relator da biodiversidade nessa questão da pirataria, e estou indo agora a uma convenção partidária, mas não deixaria nunca de passar aqui e prestigiar V. Ex^a.

Quero dizer que, quando vim para cá, vim sempre com um propósito...

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas também está todo o movimento sindical brasileiro aqui representado, V. Ex^a sabe o sentido e sei que está estendendo essa homenagem a eles.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Estão sabendo disso, por isso, a credibilidade de V. Ex^a faz com que, inclusive, a presença dessa maciça representante da categoria.

Ontem, embora seja da base, mas, como V. Ex^a, tenho me posicionado, desde quando cheguei aqui, que nada que venha a prejudicar o trabalhador vou compartilhar. Acho que são conquistas duras, todo mundo aqui representa sindicato, sabe que cada avanço, cada passinho custa muito. Às vezes, as pessoas que não entendem pensam que cada passo foi fácil. Não! Foi um passo que, às vezes, se deu vários para trás, para poder dar esse passo para frente.

Ontem, por exemplo, vi cair a proposta de 30 horas para os psicólogos. Fui contra isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Fui contra.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Fui a favor das 30 e não 40.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Agora é bom porque não há mais voto secreto, todo mundo sabe como...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Dizer que a pessoa vai aumentar custo, isso aí é falácia, não há como, até porque o trabalho de psicólogo não é um trabalho tão intensivo, um trabalho que está ali exigindo um procedimento permanente de rotina, um trabalho mais a menos. E eu fiquei a lamentar.

Outra também foi a questão das empregadas domésticas. Eu sou filho de uma empregada doméstica.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Acompanhei V. Ex^a também.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Aquilo realmente me deixou dolorido porque, hoje, a empregada doméstica paga de 8% até 11% de impostos, e o empregador paga 12%. Nós estávamos propondo 5% para cada um e gerávamos mais de um milhão de empregos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com certeza.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Principalmente para as mulheres. A maioria dos empregados domésticos são mulheres, pessoas que não têm um certo estudo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não têm carteira assinada.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Não têm carteira assinada. E eu vi aquilo cair laadeira abaixo.

Houve um outro veto e eu não entendi. Há horas em que você não entende este Congresso. De repente, eu vi todos os partidos que estão dizendo que são de oposição querendo proteger o grande empresário do Nordeste, prorrogando umas isenções até 2042, quer dizer, tudo ao grande e nada ao pequeno.

E é com esse propósito que eu estou aqui hoje, querendo dar minha colaboração. Eu trouxe alguns itens que vou deixar aqui. Claro que o debate já se estende, muita gente abordou isso, mas o que me chamou muito a atenção é, por exemplo, com relação ao abono salarial, porque, antes, trabalhava-se um mês, todos sabem, recebiam dois salários, e agora há carência de seis meses ininterruptos de pagamento, que é uma coisa que tem de ser bem debatida. O seguro, com carência de seis meses e que passa para 18, o que é um absurdo. Acho que nós temos que rever um prazo melhor. E o auxílio, que, antes, era 91% do seguro e, agora, há aquela média de parcelamento. Então, são coisas que vão mais diretamente. Claro que há outros bem colocados pelas entidades que muito representam, que têm estudado com mais profundidade, e que só vão enriquecer aqui o conhecimento e melhorar a participação desta Comissão nas suas proposições para que a gente traga a essa medida aquilo que é realmente de consenso e que não vá sacrificar mais ainda o trabalhador, que, nesta hora, está aí de pires na mão, sempre sofrendo.

Senador Paim, muito obrigado por esta oportunidade. Claro que, aqui, os protagonistas, as pessoas que têm de ser ouvidas são exatamente aqueles que têm a maior representatividade, são vocês, para formarmos uma boa posição.

Tenho de ir para a reunião, mas quero dizer-lhe que acompanho, dentro do carro fico ouvindo a Rádio Senado e também pela televisão.

Muito obrigado pela oportunidade. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Telmário Mota, do PDT, pelas suas posições aqui.

Vai haver um videozinho de dois minutos, que falará do seguro defeso.

Por favor, só para as pessoas em casa entenderem também.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu estou passando a pedido dos pescadores, pessoal. Ligaram-me com esse videozinho, e eu me comprometi a passar.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Um trabalho articulado dos pescadores. Eles se articularam bem, mandaram o vídeo para cá, porque eles não podiam mandar um representante, pela distância, e fizeram questão que eu passasse o vídeo.

Bom, deixar para a reflexão de todos.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Senador Paim, sem monopolizar o microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – V. Ex^a inclusive foi bem rápido na intervenção.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – E quero ser sempre rápido.

Eu queria apenas colocar, aqui, exatamente para ampliar o debate e fortalecer.

Viu-se rapidamente o novo sistema, ele dificulta até as pessoas provarem que são realmente pescadores. Quer dizer, porque o sistema permite uma possível fraude, etc., algumas coisas, e aí o novo método dificulta. Chegou até ao ponto de dizer: “Olha, Ministro, vai ter que o cara trazer a bacia de peixe para provar que ele é pescador”, porque as coisas complicaram, burocratizaram muito. Então, é preciso, também, quem entende desse sistema já fazer alguma ponderação nesse sentido.

E nós estamos fazendo uma proposta, estou terminando de fazer um estudo, que já falei a V. Ex^a aqui, que é o Meu Peixe é Minha Renda. Eu acho que tem que ser um programa de governo, um programa que vai dar, principalmente, não só ao pescador ribeirinho, mas aos colonos que podem, através de rede, de tanques, etc., tirar da pesca o seu sustento, a sua alimentação e uma renda permanente, porque normalmente a pesca amadora, como é essa pesca, ela só dá para a sobrevivência, para a subsistência.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Senador Telmário, mais uma vez.

Vamos à nossa Mesa.

Passo a palavra para o Presidente da Cobap, por solicitação, Warley Martins Gonçalves, Presidente da Cobap – Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas.

O SR. WARLEY MARTINS GONÇALLES – Bom dia, pessoal. Está todo mundo aí quieto. Bom dia.

Bom, olha, nós da Confederação Brasileira, a Cobap, a gente é contra totalmente, inclusive nós entramos já com uma ADIn contra a 664 e a 665. Na época que nós estávamos procurando um partido político para a

gente entrar com ADIn, a gente não encontrou, estava difícil, então procuramos o Conlutas, e a Conlutas entrou junto com a Cobap com a ADIn. Foi uma das primeiras entidades a entrar com ADIN contra as duas medidas.

A gente luta, mas nós, aposentados e pensionistas da Previdência, nós estamos muito preocupados com algumas centrais, porque as centrais, elas vem falando que defendem o trabalhador, mas o aposentado, não.

Terça-feira teve a Medida do salário mínimo na Câmara, onde nós estamos brigando há 30 anos para termos o mesmo percentual do salário mínimo e da inflação. E estava quase ganha essa daí agora, terça-feira, estava na Câmara, nós estávamos indo muito bem, todos os Deputados, menos o Partido dos Trabalhadores e o PCdoB, que estavam contra a gente. Então, logo que estava vencendo o prazo, nós íamos ganhar, íamos ser incluídos, as centrais sindicais, uma delas, a Força Sindical, pelo Deputado Paulinho da Força, entrou com uma emenda tirando os aposentados, tirando os aposentados e votando só o salário mínimo.

Mas, olha, parece que ia me dar um enfarto. Eu estava assistindo aquilo e falei “Não é possível uma central fazer isso com os aposentados”. A gente está brigando há 30 anos, a hora que nós conseguimos, Senador Paim, inclusive V. Ex^a é um lutador disso...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O meu projeto está lá e eles não votam. Já aprovamos aqui o reajuste integral para os aposentados.

O SR. WARLEY MARTINS GONÇALLES – Tiraram nosso aumento. Agora, ontem já não teve, mas disseram que ia ter uma emenda, que talvez fossem votar ontem, já empurraram para hoje e não sei para onde vai, mas, nós, aposentados e pensionistas, ficamos de novo. Então, pessoal, estou aqui e, tem muita central aqui que conheço e que também vai defender a gente, que não esqueçam das pensionistas porque só estou vendo falar no seguro-desemprego, estou vendo falar em abono, mas nas pensionistas, não. Inclusive as nossas companheiras que estão levando os grandes projetos para a Dilma não estão falando das pensões, estão falando em auxílio-maternidade, não sei lá mais o quê, mas estão esquecendo da pensão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Warley, até por orientação das entidades, eu apresentei as emendas também para as pensionistas, está na página 47.

O SR. WARLEY MARTINS GONÇALLES – Claro, Senador, em momento algum, eu falo do Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não, mas eu quis esclarecer.

O SR. WARLEY MARTINS GONÇALLES – Recentemente, se viu a Marta Suplicy falando dos brotinhos. A Marta Suplicy estava aí falando dos brotinhos e eu estava lá trás, mas os brotinhos têm que começar pelos políticos também.

O Vice-Presidente da República tem um brotinho só que ele não está na medida provisória, ele não entra, os Senadores não entram, os políticos não entram, é só o pobre, só o pobre, só o trabalhador. Isso é injusto! Deixa o velhinho viver o resto da vida com a menina nova e dar o dinheiro que é dele, ele pagou a vida inteira.

A gente tem que rever as coisas, Senador, a gente tem que rever. Não é por aí, a medida tem que ser para todo mundo não só para os pobres, não só para os pequenos. Se quer mudar, vamos lá, vamos mudar para todo mundo. Agora, começa por ele lá, ele que diminua, se ele não quer que os outros peguem as meninas novas, ele também não deve pegar.

Vamos lá: eu acho que a briga não é só de lá, entendeu? (*Palmas.*)

O SR. WARLEY MARTINS GONÇALLES – Eu acho que a gente tem que chegar lá.

Ora, nós, a Cobap sempre, Senador, o senhor sabe disso, foi contra a desoneração da folha. Sempre! A Margarida está aí, a Anfp também orientando a gente que a desoneração da folha ia quebrar o País e ia quebrar a Previdência.

Agora, o Governo está reconhecendo, mas tem alguma central achando ainda que a desoneração da folha vai dar emprego. Vai dar nada, não dá! Os empresários não vão diminuir seus lucros para por lá, eles vão aproveitar mais ainda.

Olha, hoje, a sonegação da Previdência passa de R\$40 bilhões, a sonegação. Por que o Governo não coloca uma fiscalização, por que não investe novamente na Anfp, que é o fiscal? Vão lá, colocar mais fiscal, porque não temos fiscal, e põe para fiscalizar essa roubalheira que está contra a gente. Acabou o problema da Previdência. São milhões e milhões começando por time de futebol, prefeitura, hospitais, o Governo que é o nosso pior devedor.

Nós temos que ver isso daí, nós temos que salvar a nossa Previdência não diminuindo do trabalhador, tirando os roubos que têm lá porque, se fizer uma auditoria na Previdência, vai ser pior que a da Petrobras, vai ter mais roubo lá do que na Petrobras e nós não conseguimos fazer uma auditoria. Eu não estou fugindo da coisa, não, porque a desoneração também, vocês viram, chegou no Senado e o Senado voltou para trás. Por que não votaram as nossas também? Por que não votou a dos trabalhadores, a 664 e a 665? Por que eles não recusaram? Só recusaram a dos empresários. E a nossa está aí para a gente procurar.

A nossa salvação, pessoal, eu falo para vocês, é que temos o Senador Paim, nós temos o Senador Paim, que luta pela gente. Olha, eu tive uma grande decepção com esse Deputado Paulinho. Na hora em que eu encontrar com ele vou perguntar: “O que você quer? Quer matar os aposentados?”. Estava na mão dele, na mão dele e nós íamos conseguir o aumento pelo qual a gente luta a vida inteira que é o mesmo percentual. A vida inteira a gente está lutando e, na hora em que a gente tem uma vantagem, um Deputado que é do trabalhador, que diz ser... Mas nós vamos falar. Nós somos 20 federações e, amanhã, quando passarem essas emendas, se não houver o nosso aumento, nós vamos denunciar. Todas as federações, todas as associações de aposentados vão sair na Imprensa e vão dizer quem é o Sr. Paulinho, o que ele fez com a gente. A Cobap está junto com as Centrais desde que defendam os direitos dos aposentados. Agora aquelas Centrais que não defendem a gente vai descer o cacete nelas também, porque nós não somos respeitados. O Governo chama a Cobap, e não chama representantes que sabem a realidade da Previdência. Está a Anfip aqui, a Presidente Margarida. Pergunte para ela se o Governo a chamou para dizer alguma coisa. Ela sabe. Eles sabem, são fiscais. Eles sabem da realidade da Previdência, como o Senador também sabe. Por que o Senador defende a gente? Porque ele sabe que é maracutaia lá e que estão mentindo contra a gente. Os que eles dizem é mentira. Agora eu vou perguntar para vocês: Como é que a Previdência tem déficit se eles tiram todo ano 20% da nossa Previdência, da DRU?! Como é que há déficit?! Como é que eu vou tirar do meu bolso 20% do meu bolso, se não tem nada aqui?! Eu vou tirar vento dele?! Então, é mentira. Nossa Previdência não é isso que eles dizem, não. Nós temos que salvar a nossa Previdência. A nossa Previdência ainda é uma das melhores do mundo. Nós temos que defendê-la, pessoal.

O trabalhador esquece que amanhã vai se aposentar. O trabalhador esquece que amanhã ele vai ser velhinho também. Isto é, se Deus ajudá-lo a chegar aonde nós estamos, porque depende de Deus também. O povo hoje está perdido. Eu fico admirado. Chamam o povo para ir para a rua. Não vai ninguém. Sai um bloquinho de Carnaval, leva 700 pessoas para farra. Para defender os direitos dele, não vai ninguém. Isso que é errado, pessoal. Nós somos 32 milhões de aposentados e pensionistas só da Previdência. 32 milhões! Fazemos um movimento, se nós levarmos cinco mil é o máximo que conseguimos. Cadê os aposentados para defender o que é deles, os direitos deles?!

Então, pessoal, nós não vamos a lugar nenhum se nós não nos unirmos e defendermos o que é de direito. Não adianta eu vir aqui e falar um monte da Dilma, um monte dos Deputados, sendo que nós não fazemos nada. A hora em que nós fizermos alguma coisa, nós vamos conseguir aquilo que queremos. Se nós não conseguirmos nossa união, nós não vamos conseguir nada.

Eu agradeço ao Senador Paim pelo convite da Cobap, Agradeço também à Margarida e ao Édson, que está aqui. Ontem nós fizemos um grande seminário, um ato lá no Nereu Ramos. Estamos aí tentando levar os aposentados. Fizemos o Unas. Nós estamos juntos com os servidores públicos federais. Nós estamos tentando mobilizar aposentados e pensionistas. Mas a coisa é difícil. A nossa entidade não tem dinheiro. A gente vive de mensalidade. Nós não temos arrecadação nenhum de governo, de ninguém. Nós vivemos da mensalidade que os próprios aposentados pagam. Se eles não pagarem, não entra. Então, não há movimento. Então, a gente depende muito dos próprios aposentados.

Eu agradeço, Senador. Que Deus abençoe todos nós e dê saúde para a gente continuar na luta, porque nós vamos precisar lutar muito nesse mandato da nossa Presidente e fazê-la acordar e ver que o Partido dos Trabalhadores disse que é dos Trabalhadores. Então vamos mostrar para ela que os trabalhadores querem que ela faça o que é de direito nosso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi o Warley Martins Gonçalves, Presidente da Cobap.

Eu quero só fazer dois esclarecimentos, porque ele pode dizer: “Ah, mas podia ter dito alguma coisa”. Cada um tem a sua maneira de falar. Ele fala muito firme e faz cobranças. Mas tem que ser franco para falar. Eu digo o que eu penso também. E, nessa questão da Câmara, ele mesmo me explicava ontem – que não fique dúvida – que lamentou por que tiraram do projeto que ia ser votado a questão dos aposentados. Mas há esperança – disse ainda comentando ontem, não é Varlei?. Ele está cobrando no sentido de que votem, porque há uma emenda lá que vai ser votada na semana que vem que inclui os aposentados. É importante que a gente acompanhe para que essa emenda seja inserida.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Semana que vem, o que me disseram – eu não estava lá, depois que me disseram – foi que, para conseguir passar naquele momento, fizesse a votação em separado da emenda dos aposentados. Foi o que me disseram, e quem me disse foi o Warley. Não vou mentir quem me disse. Foi ele quem me explicou o que aconteceu, lamentavelmente. Ele estava muito bravo

inclusive. Perguntei se não havia uma chance. Ele disse que ainda haveria uma chance, porque era para ter sido votado hoje. Amanhã ou na semana que vem, vai ser votado.

Quero dizer que, se não deu, não deu, mas não vamos jogar a toalha. Essa é a política do Warley. Vamos pra cima, para que votem essa emenda lá, que, na verdade, é uma réplica do meu projeto, que já está lá, mas não votam, mas eu não estou preocupado se não vai ou não ser votado o meu projeto. O quero é que seja garantida a política para os aposentados. Então, terá todo o meu apoio.

O SR. JOSÉ AURELIANO RIBEIRO DE VASCONCELOS – Senador, sabe o que deixa a gente chateado? Uma Senadora que batalhou contra os aposentados foi ontem fazer discurso. Estava com os aposentados. É isso que deixa a gente chateado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Entendi. Mas eu estava lá e agradeço o carinho com que todos me trataram do momento em que cheguei até o tive de sair. Foi muito bonito o ato, gostei muito. Depois, fui a um ato das mulheres lá no Auditório Petrônio Portella. Foi um ato bem simples, mas muito bonito, porque, permita-me que eu faça um gancho, já que se falou de mulher. O fato é que eu estou um pouco chateado, porque a Câmara e o Senador fazem ato em homenagem às mulheres, até mandamos flores para elas e dissemos que as amamos – e as amamos mesmo, pois, as mulheres, são seres especiais mesmo; isso é de coração, não estou fazendo média! –, mas não conseguimos aprovar aqui um simples projeto, dizendo somente que as mulheres têm o mesmo direito que os homens para trabalhos iguais.

O projeto veio da Câmara, do Deputado Marçal Filho – acho que ele nem se reeleger – , e eu fui o Relator aqui. Eu o aprovei, e ele ia ser votado em plenário. Apareceu um projeto lá para que ele fosse mandado para a Infraestrutura. O que isso tem a ver com um projeto que garante à mulher o mesmo salário do homem?

Então, eu tenho cobrado mesmo nas reuniões que realizam aqui. Querem homenagear as mulheres? Então, aprove o PL nº 130, que garante o mesmo salário para homens e mulheres. Homens e mulheres têm que ter o mesmo vencimento para trabalhos iguais. Essa é uma forma de homenagear as mulheres, e não todo mundo ficar somente na retórica.

Meus cumprimentos a todos.

Vamos passar a palavra ao nosso querido Juiz do Trabalho, Diretor da Anamatra, já foi presidente, inclusive...

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – Da Amatra XV.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Exatamente. Você me convidou para um grande evento lá no Rio Grande do Sul. Então, concedo a palavra o Dr. Guilherme Guimarães Feliciano para falar sobre o tema em debate.

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – Meu caríssimo Senador Paulo Paim, colegas de Mesa, meus amigos que aqui estão, quero dizer, primeiro, da minha imensa satisfação de estar aqui mais uma vez. A Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – inclusive eu e o Senador Paulo Paim temos uma parceria antiga, eu já rondo a Anamatra há um bom tempo, há uns oito anos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fora do microfone.*) – ... à Anamatra, não a mim. Se existe hoje o aviso prévio proporcional não ideal, porque a Anamatra me apresentou um projeto que seria o ideal, e íamos aprová-lo. Daí o Supremo disse para votarmos o projeto, que estava aqui, ou eles iriam aprová-lo lá, baseado na pressão da Anamatra, que me deu essa contribuição. Aí, rapidamente, eles agilizaram e colocaram um projeto, que não era o que queríamos, mas foi um pequeno avanço.

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O mérito para mim foi da Anamatra naquele momento.

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – Temos muitas esperanças nessa parceria, Senador Paulo Paim. Há outras coisas que caminham: competência criminal para a Justiça do Trabalho, fim do fator previdenciário, bandeiras que são comuns.

E dizia que, nesses oito anos de Anamatra, não me lembro de um projeto sequer, de uma ideia sequer em que o ponto de vista da Anamatra divergisse fundamentalmente do ponto de vista do de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não. Não divergiu em nada. Faço questão de dizer isso.

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – Então, isso nos deixa muito feliz.

Eu sou de São Paulo, por isso faço questão de dizer, sem nenhum proselitismo, Senador Paulo Paim, que lamento muito não poder votar em V. Ex^a. Eu votaria com grande satisfação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas está convidado pelo menos para o meu aniversário.

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – No próximo dia 15, no Parque da Harmonia. Estamos esperando lá umas 4 mil pessoas.

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – Muito bem! Estaremos lá.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Todos estão convidados. Peguem o avião e vão pra lá. Só não peçam para eu pagar, não tem como.

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – Gostaria de dizer também, Senador, que vou deixar em suas mãos, até para que os demais colegas tenham acesso às propostas de emenda que a Anamatra apresentou. V. Ex^a subscreveu algumas, obviamente com toda a sua contribuição, outros Senadores subscreveram algumas. Mas aqui estão as ideias fundamentais daquilo que nos parece essencial, em termos de intervenção no texto das Medidas Provisórias nºs 664 e 665.

Como já foi dito aqui por diversos participantes, há muitos problemas de diversas ordens na perspectiva econômica, sobretudo na perspectiva social e, muito especialmente – acho que esta é a principal contribuição que a Anamatra pode dar –, na perspectiva jurídica.

Mas exatamente porque sabemos, Senador Paim, aprendemos no Parlamento que raramente se consegue o ideal, estamos atacando o que nos parece, de fato, essencial. Aquilo que realmente trará um prejuízo enorme, um prejuízo irreversível aos direitos sociais no País.

Então, no pouco tempo que nós temos, eu gostaria de fazer essa exposição, pensando o problema exatamente nessas três dimensões que eu citei – a econômica, a social e, finalmente, a jurídica –, e demonstrar como em todas elas ou há um equívoco ou, permitam-me, até certa má-fé na argumentação que foi utilizada.

Começando com a questão econômica.

Toda ideia por detrás destas Medidas Provisórias... E tenho que lhes dizer o seguinte, e digo isto muito mais do meu sentimento pessoal, falo aqui como cidadão, não como representante da Anamatra: eu acredito nas boas intenções da Presidente Dilma Rousseff, acredito, mas eu tenho a lamentar que o que se vê faz com a própria biografia dela uma verdadeira agressão.

A candidata dizer em um momento para toda a Nação que os direitos sociais não serão tocados “nem que a vaca tussa” e, em menos de um mês depois, aprovar, assinar as Medidas Provisórias nºs 664 e 665, e continuar com o discurso de que os direitos sociais estão intocados é de uma miopia atroz, que demonstra que, provavelmente, Sua Excelência está muito mal-assessorada. Então, isso compromete a própria biografia da Presidenta. Mas, lamentavelmente, aconteceu, temos que ir à luta com relação a isso.

O grande argumento que foi apresentado no caso dessas Medidas, além do que foi dito aqui pela Senadora Marta etc., das hipóteses todas de desvio, de fraudes aos vários benefícios – e não discutimos isso –, mas temos a convicção de que problemas relacionados a fraudes e desvios resolvem-se com mais fiscalização, com investimento nos aparatos de fiscalização do Estado, nas auditorias, no serviço público, e não com alteração nas próprias condições dos direitos sociais. Então, reconhecemos o problema, mas nos parece que o remédio não é esse.

Porém, a par destas razões, o que o Governo tem dito é que o investimento público nestas chamadas políticas passivas, políticas sociais passivas: seguro-desemprego, abono do PIS, pensão por morte etc., tem prejudicado o investimento nas políticas ativas de geração de emprego etc., etc. Mas se nós examinamos, do ponto de vista econômico mesmo, o que se fez, percebemos que isso é uma falácia ou pelo menos transparece ser uma falácia.

Então, apenas para dizer isto: o Governo espera, com estas restrições todas, criar, gerar um superávit primário de 1,2% do PIB, algo em torno de R\$18 bilhões é o que espera o Governo, pelos dados que foram divulgados ao tempo das Medidas Provisórias.

Vejam: superávit primário destinado a pagar juros da dívida pública. Juros que – permitam-me dizer – não podem ser imputados ao trabalhador brasileiro. Esta dívida não foi feita pelo trabalhador brasileiro. No entanto, ele sofrerá o aperto do cinto para que isso seja pago.

Mas, vejamos, mesmo na perspectiva econômica, no primeiro mandato, apenas de renúncia fiscal – isso foi dito aqui –, com redução de IPI e com desoneração na contribuição patronal para a Previdência Social em vários segmentos da economia, vamos nos lembrar disso – não vou nem discutir o mérito dessa política, mas isso foi feito –, apenas com essas medidas, houve uma renúncia fiscal de R\$200 bilhões. Então, agora, há uma restrição aos direitos sociais para uma economia de R\$18 bilhões, quando, o que ocorreu antes, na perspectiva de uma desoneração da folha que teve um retorno de apenas 4% do que se perdeu – dados do Dieese –, foi de R\$200 bilhões. E agora essa conta vem para o trabalhador, vem para os principais destinatários das políticas sociais ditas passivas? Isso não parece correto. Bom, mas há que ter solução. Se se admitisse: “Houve um erro então.” Muito bem. Vamos corrigir rotas. Essa é a solução? Então, vejamos – apenas pensando com os dados

econômicos –: a melhor maneira de se vencer essa dificuldade seria com reforma tributária, mas com uma verdadeira reforma tributária. Não nos parece que o Governo tenha acenado seriamente para isso.

Ainda que não pensemos em uma profunda reforma tributária, há que se rediscutir o financiamento do gasto social.

(Soa a campanha.)

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – A Constituição prevê, desde 1988, o imposto sobre as grandes fortunas. Havia até um projeto do então Senador Fernando Henrique Cardoso, mas depois se esqueceu dele. Não se trata de repúblicas bolivarianas. A França tem; países capitalistas reconhecidamente liberais têm.

Bom, se a questão é arrecadar neste momento de crise, por que não se investir nisso? Por que uma medida provisória não se volta a esse tipo de arrecadação? E não o que se fez.

Mais: para não falar em algo que não existe ainda, que é exatamente essa taxação sobre as chamadas grandes fortunas, e aí há que se ver o que são grandes fortunas. Com todas as vênias, dizer que uma remuneração mensal acima de R\$10 mil configura grandes fortunas me parece também retórica, falácia, impactação sobre a classe média. A ideia não é essa.

Mas, para irmos adiante disto: Desvinculação das Receitas da União (DRU). Só no Fundo de Amparo ao Trabalhador, que financia basicamente o seguro-desemprego, perderam-se com isso, nesse último período, R\$78,7 bilhões – R\$78,7 bilhões. Com a restrição no seguro-desemprego, o que se espera de ganho são R\$14,8 bilhões. Ou seja, apenas o que se espera ganhar com essa restrição no seguro-desemprego se poderia resolver com o redimensionamento da questão da DRU. Então, havia outras alternativas. Eu acho que isso precisa ficar, para todos nós, muito claro, e o Governo precisaria dizer mais claramente. Foi uma opção política apertar o cinto exatamente onde nos parecem, essas políticas, ser mais necessárias.

Vamos pensar agora nos impactos sociais disso. Essas restrições atingirão milhões de trabalhadores. Uma das falas do Governo, recentemente em um pronunciamento público da Presidente, é que não houve eliminação de direitos sociais. É muito fácil trabalhar com linguagem. O problema é a dimensão de realidade que está por detrás da linguagem.

E, vejam, volto a dizer: não estou sequer questionando os efeitos econômicos positivos ou negativos, por exemplo, de redução de alíquota de IPI. Sem nenhuma hipocrisia, eu próprio adquiri um veículo me beneficiando dessa redução. É claro que a redução favorece o empresário, mas favorece o consumidor também. Agora, a questão é: quem vai pagar esta fatura toda é o trabalhador? André Gorz, que um filósofo francês, falecido recentemente, dizia que, durante o século 20, houve um deslocamento do eixo de centralidade da sociedade do trabalho para o consumo.

E, de fato, se nós observarmos com calma, é isso que se vê aos poucos. Toda a proteção, todo o discurso intuitivo, toda a legislação protetiva, toda a preocupação das políticas sociais voltam-se para o consumidor. Mas nós ainda temos a hipossuficiência do trabalhador, tanto na perspectiva trabalhista como na previdenciária. E não pode se descurar disso, e é isso que se fez.

Então, dados do Dieese: apenas essa restrição do seguro-desemprego alcançará 8 milhões de pessoas no primeiro momento. Considerando os dados da Rais de 2013, 64,4% dos desligados, dos desempregados que receberiam o seguro-desemprego pelas regras antigas, que exigiam apenas os seis meses de vínculo em carteira ininterrupto, agora, com essa regra dos dezoito, depois doze, depois seis, são excluídos desse benefício social 64,4% desses desligados, que são 8 milhões de pessoas, volto a dizer, pelos dados do Dieese. Oito milhões de pessoas, senhores, é basicamente a população do Ceará, pelos dados de 2013. Então, a população do Ceará, pelos dados de 2013, ficará sem esse benefício, comparativamente falando. Pode-se sustentar que não está havendo redução de direitos sociais?

(Soa a campanha.)

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – Essa população é, inclusive, maior do que a de alguns países. Principal impacto: construção civil e agricultura. Exatamente segmentos econômicos que têm maior capacidade do ponto de vista econômico, serão os maiores impactados.

Para falar um pouco do abono do PIS, estas mudanças, basicamente uma carência que passa a ser de 180 dias ininterruptos, que não existia, ela vai alcançar 43,4% dos trabalhadores formais, também dados do Dieese. Quase metade dos beneficiados hoje passam a ficar de fora do benefício social. Por quê? Por um problema muito próprio dos mercados de trabalho no Brasil: rotatividade. Esse é exatamente o percentual dos trabalhadores que geralmente não permanecem por seis meses ou mais no emprego. A nossa rotatividade é elevadíssima e as coisas que tramitam por aqui, ou algumas delas, contribuíram mais para isso.

Apenas para falar de algo que foi referido na primeira Mesa, PL nº 4.330, terceirização, em relação ao qual a Anamatra tem posição fechada contrária. A única coisa que fará, aliás, entre outras coisas que fará, mas uma das coisas que fará será exatamente incrementar terrivelmente o nível de rotatividade no emprego brasileiro. Ou seja, aumentará essa margem de desvalidos da proteção social.

E, finalmente, porque meu tempo já caminha para o fim, o aspecto jurídico. Poderíamos falar de urgência, poderíamos falar dos pressupostos formais de medida provisória, mas isso já foi falado. Eu quero falar, sobretudo, do que mais me preocupa, que é exatamente, permitam-me esse tecnicismo, o que configuraria a inconstitucionalidade material que está por trás destas medidas provisórias, embora as formais sejam mais evidentes.

(Soa a campanha.)

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – Embora isso não esteja explícito na Constituição brasileira, o Supremo Tribunal Federal, em vários acórdãos, em várias decisões, para citar algumas: Ação Direta de Inconstitucionalidade: 1.946; sobre salário-maternidade; regime geral da previdência social; Ação Direta de Inconstitucionalidade: 3.128; Ação Direta de Inconstitucionalidade: 3.105, sobre educação, etc. –, já reconheceu que há, na Constituição brasileira, um princípio implícito, que é o chamado princípio da proibição do retrocesso social.

Para não ficar em doutrina, em princípios implícitos, coisas que não se vê, que apenas se intui, nós somos signatários do Pacto de San José da Costa Rica, Corte Interamericana dos Direitos Humanos, que diz:

Os Estados-partes comprometem-se a adotar providências, tanto no âmbito interno como mediante cooperação internacional, especialmente econômica e técnica, a fim de conseguir progressivamente a plena efetividade dos direitos que decorrem das normas econômicas e sociais e sobre educação, ciência e cultura... [etc., etc.]

“Conseguir progressivamente a plena efetividade”. É o chamado princípio do desenvolvimento progressivo. O compromisso brasileiro com a Comunidade Internacional é que os direitos sociais consolidados, conquistados, progridam. É que a proteção social aumente, e não recue. É um compromisso do Brasil com a Comunidade Internacional.

Percebam que o art. 4º da nossa Constituição diz que entre os princípios que regem a nossa política exterior está, exatamente, a prevalência dos direitos humanos. Estas medidas provisórias contrariam esse compromisso público do Brasil com a sua comunidade.

(Soa a campanha.)

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – E, para terminar, talvez um dos maiores constitucionalistas do mundo, o Prof. José Joaquim Gomes Canotilho, falando sobre esse princípio, diz o seguinte - e vejam aqui eu até negrito:

O núcleo essencial dos direitos sociais já realizado e efetivado através de medidas legislativas deve considerar-se constitucionalmente garantido, sendo inconstitucionais quaisquer medidas estaduais que, sem a criação de outros esquemas alternativos ou compensatórios, se traduzam na prática numa ‘anulação’, ‘revogação’ ou ‘aniquilação’ pura e simples desse núcleo essencial.

Pois bem, o que nós já consolidamos – apenas com os dois exemplos que dei, em termos de seguro-desemprego e abono do PIS – está retroagindo para desprover, no caso do seguro-desemprego, 8 milhões de pessoas. Isso não é aniquilar o direito social para 8 milhões de pessoas? E, no caso dessas 8 milhões de pessoas, quais são as medidas alternativas? Onde é que estão os esquemas compensatórios? O Governo diz que as políticas passivas prejudicam as políticas ativas. Onde é que estão as políticas ativas? Onde está a contrapartida deste retrocesso? Não há!

As medidas, por isso, realmente parecem à Anamatra, neste particular, indiscutivelmente, inexoravelmente, inconstitucionais. E para dizer apenas da inconstitucionalidade formal, que já foi citada aqui, no caso específico do funcionalismo público a pensão por morte ingressa no §7º do art. 40 da Constituição por conta da Emenda nº 20, de 1998. E a Emenda nº 32, que estabeleceu alguns limites às medidas provisórias, disse textualmente, é o que está no 246 da Constituição, hoje, que é impossível regulamentar por medida provisória qualquer artigo da Constituição alterado por emenda promulgada entre 95 e a própria Emenda nº 32, ou seja, a Emenda nº 20. Portanto, essa medida provisória formalmente – aqui eu não estou nem discutindo o retrocesso social – jamais poderia regulamentar pensão por morte para servidores públicos.

Desculpe o prolongamento, Senador.

Muito Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Entendo eu que foi muito positivo até porque há diversas perguntas que vieram para a Mesa, e que eu vou ler depois, que vão nessa linha que V. Sª já esclareceu com a sua palestra.

Muito obrigado, meus cumprimentos.

Vamos, de imediato, então, ouvir a líder sindical, Sr^a Ruth Coelho Monteiro, que aqui representa a Força Sindical.

A SR^a RUTH COELHO MONTEIRO – Muito obrigada, Senador Paim, em primeiro lugar pelo convite. Eu, aqui, estou representando o presidente da Central, Miguel Torres, que não pôde comparecer por ter outro compromisso. Mas não é a primeira vez que eu venho a esta Casa, que é o nosso baluarte de defesa de direitos humanos. Considero o Senador Paulo Paim como um dos Senadores, ou se não for o maior, mais comprometido com os trabalhadores, com os direitos dos trabalhadores e também com direitos humanos, com direitos das minorias, com direitos raciais, das mulheres, dos deficientes, enfim, uma pessoa que dedicou a vida toda na defesa desses direitos e que abre a oportunidade, sempre, aqui nesta Casa, para que a gente possa, democraticamente, manifestar as nossas opiniões, da sociedade civil. Então, parabéns, Senador!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Obrigado.

A SR^a RUTH COELHO MONTEIRO – Que continue sempre assim.

Eu também não voto no Rio Grande do Sul, voto em São Paulo, mas pode ter certeza de que a gente ajuda sempre na sua campanha, através dos dirigentes que fazem parte da nossa central.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Se continuar assim, vou fazer um apelo para todo mundo transferir o título para o Rio Grande. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É brincadeira só para descontrair. Pode continuar.

A SR^a RUTH COELHO MONTEIRO – Certo.

Bom, eu gostaria também, antes de começar a minha fala, de mencionar a fala do Warley, da Cobap – infelizmente ele não está presente –, mas eu achei extremamente levianas as afirmações que ele fez do Deputado Paulo Pereira da Silva, que foi presidente desta Central, e que continua como presidente afastado, porque todos aqui conhecem a luta que o Paulo Pereira da Silva tem feito neste Congresso em favor dos trabalhadores, dos aposentados e as várias lutas que temos feito com Centrais unitariamente. Então, acho que ele colocou em dúvida algo que não deveria. Mas, enfim...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permita-me, só para ajudar sobre a forma do Warley falar. Eu acho que o esclarecimento que eu fiz: há uma emenda do próprio Paulinho. Já foi votado o corpo principal, mas será votada na próxima semana.

Temos de trabalhar lá para aprovar a emenda do Paulinho. Até comentei com V. S^a, ou melhor com a senhora – não precisa chamar de V. Ex^a, e a mim também não – e você mesma disse-me: “É melhor que tu esclareça”.

Eu acho que esclareci naquele momento. Nem o Paulinho nem o Warley estão aqui, mas o Paulinho tem que saber lá que nós esclarecemos que há a emenda dele – e está ao vivo para São Paulo. Será apreciada na semana próxima e vamos trabalhar para aprovar. Daí aprovada, fica o Warley e o Paulinho bem, bem na foto.

Mas deixe-me aproveitar o teu gancho, e eu tinha de ter feito isso quando o Warley estava aqui. Aquela questão do Michel, sei que é uma questão, ele citou o Vice-Presidente da República, e, na forma espontânea dele de falar, deu aquele exemplo. Mas acho que é um direito de cada um, nós que combatemos todo tipo de preconceito, não é por idade que vamos questionar o casamento de homens e mulheres ou o não casamento.

Então, fica aqui o abraço ao Michel Temer e a sua esposa. Enfim, são caminhos da vida, o amor não tem idade. Estou certo ou errado?

A SR^a RUTH COELHO MONTEIRO – Está certíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então, continue.

A SR^a RUTH COELHO MONTEIRO – Bom, eu gostaria de começar por onde terminou o representante da Anamatra, dizendo da ação que a Força Sindical impetrou no Supremo Tribunal Federal, alegando a inconstitucionalidade dessas duas medidas provisórias. Uma Ação Direta de Inconstitucionalidade em que é citada, inclusive, a questão da inconstitucionalidade material em razão do Pacto de São José.

Eu acho que, inclusive, o Supremo deve analisar – e, junto com esta ADIN, há também uma outra do Partido Solidariedade também –, mas, eu, sinceramente, não vejo o Supremo Tribunal Federal, na verdade, tomando medidas que sejam contra os posicionamentos do Governo.

Infelizmente, acho que o nosso Supremo Tribunal Federal tem agido não de forma técnica, mas muito de forma política. Isso é muito ruim para a divisão dos Poderes. Mas vamos esperar que, dessa vez, ele realmente se manifeste pela inconstitucionalidade dessas duas medidas, porque seria o caso até de um recurso à Corte Interamericana de Direitos Humanos, caso o STF não se posicione pela inconstitucionalidade dessas medidas.

Então, como as demais Centrais, viemos aqui apenas para reforçar uma posição – que já sabemos ser do Senador Paulo Paim e de outros Senadores que aqui se manifestaram também – que é a de rejeitar essas duas

medidas provisórias. Rejeitar integralmente, porque não há nada nessas duas medidas provisórias que possa ser aproveitado; não tem.

Ela mexe com direitos que foram duramente conquistados. Ela mexe com questões que a gente não... com a população mais pobre, na verdade com quem mais precisa, com quem mais necessita. E essa história de mais uma vez a conta vir para os trabalhadores é inaceitável vinda de um Governo que se diz progressista, Governo que é do Partido dos Trabalhadores. Então, realmente, a gente não sabe como a Presidente Dilma pôde assinar duas medidas como essas.

Se existem desvios, se existem problemas, se existem fraudes, se existe tudo isso, eu acho que tem que ser investigado, apurado, dentro do próprio órgão; existem fiscais. Agora, por causa de uma minoria não podemos prejudicar uma maioria. Então, penso que podemos aperfeiçoar os mecanismos, mas não retirar os direitos.

Já falaram aqui de várias coisas dessas medidas e a população, realmente, não tem ainda um esclarecimento sobre o que significa isso e quais serão os efeitos dessas medidas na população mais pobre, na população mais carente, porque realmente não tem uma divulgação nos meios de comunicação social, na televisão, nos horários nobres. Então, é uma oportunidade muito boa essa aqui, nesta Comissão, de estarmos conversando. Por exemplo: a redução para 50% do valor das pensionistas, da pensão por morte, é uma coisa absurda, porque foi uma luta para passar. Já foi 50%, depois passou para 70%, até chegar nos 100%, em 1995, foi uma luta tão grande para se chegar a esses 100%. E outra coisa, dessa forma discrimina as mulheres porque umas vão ganhar 50%, aquelas que preferiram não ter filhos ou que os filhos já são maiores de idade, que não são mais os seus dependentes, vão ganhar menos do que aquelas que têm filhos. Então, ela também é discriminatória, além disso.

A gente vê a questão também dos auxílios-doença. No auxílio-doença a pessoa pode sofrer um acidente no primeiro mês em que está trabalhando, ela pode, enfim, necessitar desse auxílio, que já é reduzido, porque a pessoa recebe 91% do valor que receberia se estivesse trabalhando, mas...

(Soa a campanha.)

A SRª RUTH COELHO MONTEIRO – ... a gente não admite que isso ainda possa ser reduzido quando exceder a média dos doze salários de contribuição.

E aqui é um outro princípio que se muda na Previdência Social, pois a Previdência Social tem que seguir pelo princípio de que o que for melhor para o segurado, ela tem que aplicar. Aqui não, aqui eles mudam. O que for melhor para a Previdência será aplicado, mesmo que seja o menor, o pior para o trabalhador.

Então, é outro princípio que será alterado dentro da Previdência Social e jamais poderia ser feito por meio de uma medida provisória.

Outra questão que já foi mencionada é a da ameaça ecológica. Não é só a questão do pescador, é da extinção de espécies de peixes, de você acabar com a fauna marítima e dos rios. É uma questão de alimentação, de segurança alimentar; é uma questão, também, que tem que ser...

Quanto ao abono do PIS, outra questão que está nesta medida e não foi mencionada aqui, mas atinge a grande maioria dos trabalhadores, não só os oito milhões, dispõe que aquelas empresas que não contribuem para o PIS/PASEP, que são todas aquelas que estão no regime do simples, a grande maioria das empresas brasileiras, o trabalhador não pode mais receber o abono anual. Então, quem trabalha na micro e pequena empresa normalmente é o trabalhador que ganha menos.

Esse seria o 14º salário do trabalhador que ganha pouco, que ganha até dois salários mínimos. Das outras empresas que são maiores do que o Simples, esses trabalhadores normalmente ganham um pouco mais. Então, está prejudicando, mais uma vez, o menos favorecido, o que ganha menos. É uma medida perversa. As duas medidas provisórias são medidas perversas, porque estão tirando de quem não tem, estão tirando, na verdade, de quem precisa mais, das pessoas que mais precisam.

Então, Senador, nós vamos fazer essa manifestação das centrais, no dia 13, vamos sair às ruas, porque nós queremos mostrar que, realmente, nós não estamos satisfeitos, nós não concordamos. Se o Governo está com dificuldade nas suas contas, existem, já foi falado aqui, milhares de coisas, como retorno da CPMF, taxa-ção das grandes fortunas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Aumentar a fiscalização.

A SRª RUTH COELHO MONTEIRO – Aumento da fiscalização. Enfim, existe uma série de medidas que podem ser feitas, para... Ah, o pagamento do INSS pelas prefeituras que devem, pelos governos que devem para a própria Previdência Social, a cobrança dessas dívidas, clubes de futebol, aumento até da receita da Previdência de outras formas, mas é inadmissível que aceitemos retirar direito dos trabalhadores e das trabalhadoras. Nós não aceitamos e nós vamos à rua, nós vamos à luta, nós vamos fazer tudo o que for possível para barrarmos essas duas medidas provisórias.

Eu agradeço pela participação. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Ruth Coelho Monteiro, que falou em nome da Força Sindical.

Vamos, de imediato, então, para o Flauzino Antunes Neto, que é da Executiva Nacional da CGTB.

O SR. FLAUZINO ANTUNES NETO – Bom dia, Senador Paim. Agradeço a oportunidade de estar aqui debatendo esse tema. Bom dia a todos que estão no plenário, àqueles que estão ouvindo, aos companheiros da atual Mesa da que me antecedeu.

Sou da CGTB, do Presidente Ubiraci Dantas de Oliveira. Ele é o famoso...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Estive com ele, ontem, no congresso das mulheres. Foi um belo congresso.

O SR. FLAUZINO ANTUNES NETO – Isso. Estivemos presentes também no apoio das mulheres, por salário igual para trabalho igual.

Nessa luta pelos trabalhadores, trazemos a mensagem sobre as medidas provisórias em questão. Tanto pela questão legal, jurídica, quanto pelas questões dos trabalhadores, dos aposentados, das mulheres, dos pescadores, nós somos veementemente contra. Queremos a revogação total, plena, sem emendas, sem nada, rejeição total.

Eu quero, na minha fala, explicar o porquê disso. Eu vou trazer uma fala do Senador Roberto Requião, do Paraná, em que ele falou hoje, nas redes sociais, no Twitter, que, num país com um Governo com um Orçamento de R\$1,2 trilhão, aproximadamente, não se faz necessário uma Presidente da Nação se contrapor à sociedade, aos trabalhadores por causa de 18 bilhões. Não há por que ela se desgastar com isso em cima dos trabalhadores, sendo que há dinheiro no Orçamento. Não é um problema de arrecadação, é um problema da destinação do Orçamento.

A destinação do Orçamento está onde? No cumprimento de superávit fiscal, no pagamento de juros, transformando o Governo Federal num governo rentista, que tira do trabalhador, tira da sociedade e joga para banco, sendo que, durante a campanha, a Presidenta Dilma falou que não iria aumentar os juros, acusou os adversários que plantavam inflação para colher juros e, desde que ela assumiu... Desde o momento em que ganhou a eleição, por sinal, ela já subiu os juros várias vezes. Isso já deu, no Orçamento, 50 bilhões a mais para os banqueiros, retirados da União. Então, nós estamos sendo sangrados. Os trabalhadores estão sendo sangrados diariamente para que os banqueiros tenham seus juros e os seus lucros garantidos, às nossas custas.

E ela vem, em rede nacional, para falar que é favorável ao ajuste fiscal. Eu não acho que ela foi obrigada. Ela bancou o jogo, ela que nomeou o Joaquim para Ministro da Fazenda; ninguém a obrigou, pelo menos da nossa parte não.

Ela poderia ter falado: “Olha, meu senhor, desculpe, mas como o senhor mesmo já falou algumas vezes, o senhor não entende de política, não entende de nação, não entende de nada; só entende da Escola de Chicago, que tem que ter confiança do setor financeiro, confiança dos empresários. Então, leia, no Diário Oficial da União, que o seu nome está lá como exonerado.” É simples, ela tem que reverter o jogo.

Um senhor que me antecedeu aqui da CSB falou que ele tem uma obrigação para cumprir com o seu currículo da Escola de Chicago e que a Dilma é de outra escola. Então, ela que tenha compromisso com a outra escola que ela defende de não bancar esse jogo, de olhar para os trabalhadores e falar assim: “Eu não tenho mais por onde fazer essa sangria”, porque um ponto percentual da Selic no orçamento da União é R\$28 bilhões, e ela já aumentou 1,75%, e estão previstos mais aumentos até o final do ano.

Por isso que o ajuste fiscal do Levy é de R\$11 bilhões, para garantir no orçamento da União o pagamento disso. Isso vai na contramão do desenvolvimento do País; vai na contramão daquilo que a mídia fala, do pibinho, porque, com juros altos, o PIB não cresce e, se o PIB não cresce, não há arrecadação de imposto, não há aumento de emprego, não há garantias de mais nada para a sociedade brasileira. E, se não houver mais imposto arrecadado, mais cortes virão em cima dos trabalhadores.

Então, ajuste para quê, meus senhores e senhoras que estão me ouvindo? Ajuste para combater inflação é mentira, é falácia, porque os juros podem estar a mil por cento ao mês que essa inflação vai subir. Porque a inflação hoje não é da ordem monetária, é da ordem de especulação, de falta de oferta, do setor produtivo querendo aumentar os seus lucros para as matrizes, as multinacionais principalmente.

Então, onde juro vai combater inflação? No Brasil, neste momento, não. Então, ajuste para quê, ajuste fiscal para quê? Só para ter um compromisso com aquele que ela colocou como Ministro da Fazenda, que é do Bradesco; para garantir o lucro deles.

É disso que temos que ir na contramão. O Banco Central tem que estar ali; o representante do sinal tem alternativas, não é só a política neoliberal, como o ajuste de inflação. Há alternativas: tem que aumentar a pro-

dução, tem que investir na capacitação dos trabalhadores, no compromisso com a Nação de que o crescimento da indústria, da agricultura e dos serviços vai ser estabelecido.

É uma política nacional. Como a Senadora Marta falou, não estamos vendo o global, não estamos vendo o macro. Fazemos coisas pontuais, em que só se beneficiam os ricos, os empresários e as multinacionais.

Se virmos a lógica dos ajustes que vêm acontecendo aqui, há uma cronologia que está jogando sempre do lado neoliberal. Não foi feita uma revolução neoliberal no País de imediato, está sendo aos poucos, cada dia mais avançando para o lado neoliberal da Escola de Chicago. A gente está vendo a contramão na Europa, porque foram dez anos de ajuste fiscal que criaram desemprego e recessão nos países periféricos da Europa, mantendo a hegemonia alemã. A Grécia deu um basta nisso; a Espanha pode estar no mesmo rumo; a Itália tem que fazer a mesma coisa; e nós, não – um partido dos trabalhadores de origem de esquerda que se diz progressista, fazendo o que o receituário neoliberal sempre pregou.

Não podemos mais fazer isso, dar suporte para isso. E quem sempre paga a conta são os trabalhadores, como todos os outros que me antecederam falaram. Além do mais, esses trabalhadores que são lá da base da pirâmide, que estão sendo cortados, também vão ficar sem as políticas sociais, porque nesse pacote de maldade, de 111 bilhões, as políticas sociais é que serão as mais afetadas.

Foi aprovada a medida provisória do orçamento impositivo que tirou 10 bilhões da saúde; estão previstos 14 bilhões da educação. No Ministério em que sou lotado, o MDA, não há reforma agrária, não há assistência técnica para a agricultura familiar. Para quê?

Como já disse, tudo foi destinado ao superávit para o pagamento de juros. Esses cidadãos brasileiros vão sofrer de novo. Recebem ataques nos seus direitos, não terão a compensação para as políticas sociais e terão aumento de impostos. Só com o aumento de impostos, da Cide, energia elétrica, combustível e tudo aquilo, o Governo estima ganhar mais R\$20 bilhões em cima da sociedade. Não têm que trazer CPMF, aumento de impostos, nada. Eles têm é que acabar com esse ajuste fiscal. Esse é o ponto central de todas as mazelas que a gente está sofrendo. Se a gente aqui, Senador Paim, se este Congresso não for responsável por esse ataque vindo do Executivo, estaremos sem defesa nenhuma, porque vocês são os representantes do povo e não podem deixar que isso aconteça. Vocês têm que ter essa clareza, e acho que é difícil, mas a luta está dada, a luta tem que ser enfrentada.

Concordo em que temos que ir para a rua, fazer uma greve geral – também sou dessa linha – para mostrar. Os caminhoneiros vieram para cá. Estivemos juntos na questão do diesel, aumento do imposto sobre o diesel. Se todos nós estivermos unidos em uma mesma frente, que é a dos trabalhadores, vamos enfrentar isso de igual para igual. Temos aqui previsto, como servidor federal, o mês de abril como um mês de paralisação. Por quê? Porque não vamos ter aumento durante o Governo Dilma. É em cima dos trabalhadores do serviço público federal que virão os arrochos que vão garantir, mais uma vez, o superávit primário.

Não adianta o Banco Central fazer o receituário bonitinho e dizer “olha fizemos o nosso serviço”, que eles vão dar a compensação. A Dilma vai dizer: “muito obrigada”, e os bancos também vão agradecer. Mas o aumento dos trabalhadores do Banco Central não vai ser garantido por causa disso, já que estamos disputando o mesmo orçamento. As políticas sociais, os trabalhadores do do serviço público federal e a sociedade estão disputando com os banqueiros pelo orçamento. Que a Dilma tenha clareza de para onde quer levar porque ela não está em um governo em disputa; ela já assumiu o lado dela, assumiu o lado dos banqueiros, está certo? Esse é um recado claro dela. Se ela quisesse fazer na contramão disso, já teria dispensado toda a parte patronal do seu governo: Kátia Abreu, Armando Monteiro, o Joaquim Levy, da Fazenda.

E não estamos vendo cenário nenhum. Quando se fala de uma nova reforma ministerial, fala-se na questão política de articulação, do Mercadante, do Pepe Vargas. Mas, do lado patronal, do lado do jogo que o Governo bancou, ninguém está falando. Se ela realmente é progressista, vem par ao outro lado, dará sinais para isso. Se o Joaquim Levy ainda estiver dando cartas nesse Governo, não temos mais saída, porque ele cumpre, como diz o representante da CSB, o papel de garantir o seu diploma, seus compromissos de currículo e tal.

Ver o Mercadante – como sou economista, lia muito os livros do Mercadante – no outro lado da moeda, vindo a público para defender ajuste fiscal, me dói no coração, Senador Paim. Ele defendeu totalmente um desenvolvimentismo, um projeto de nação, e, agora, fala em ajuste fiscal, receita neoliberal. Acho que ele não está sendo obrigado; ele escolheu. É livre para escolher. Ele sentiu. Acho que não tem disputa, e é nesse sentido que vamos ser penalizados. A indústria sente isso, a agricultura vai sentir, nós estamos sentindo. Se quisermos um país melhor, soberano, livre, temos que romper essas amarras do capital financeiro internacional, das multinacionais que vêm aqui nos sugar e realmente pôr na rua os trabalhadores para defender a própria soberania.

Não adianta ficarmos aqui discutindo medidas provisórias, porque neste Congresso a nossa luta é desigual. Poucos e raríssimos Senadores e Parlamentares vêm, como o Senador Paim, abrir esse espaço para nós.

Então, vamos ter esse enfrentamento aqui e nas ruas. Não há outro local. Esse é o nosso recado. Espero que tenha contribuído. Agradeço a paciência de todos. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com certeza, contribuiu.

Vou passar a palavra agora ao Valeir Ertle, que falará em nome da CUT. Falou agora o Frauzino Antunes Neto, pela CGTB.

Agora, fala a CUT.

O SR. VALEIR ERTLE – Obrigado. Primeiramente, bom dia a todos e todas, aos sindicatos presentes a esta audiência pública. Cumprimento todos os companheiros da Mesa, que me antecederam; cumprimento e parabenizo o Senador Paulo Paim pela iniciativa. É muito importante fazer esses debates para que realmente não haja retrocesso nos direitos dos trabalhadores.

Primeiramente, a CUT é totalmente contrária às Medidas Provisórias nºs 664 e 665. Essa foi a deliberação das centrais sindicais. Essa é a pauta dos derrotados, ou seja, essa pauta quem deveria encaminhar era o Aécio Neves, e não a Dilma. Infelizmente, a nossa Presidente, para a qual fizemos campanha – e não nos arrependemos porque se tivesse sido eleito Aécio Neves, teria sido muito pior –, acabou cedendo à vontade do mercado e colocou a equipe econômica para atendê-lo, e não atender à vontade da população, à vontade dos movimentos sociais e sindicais que a reelegeram. Infelizmente, a equipe econômica sabia em que daria, ou seja, que seria esse o resultado.

Segundo, a forma. Não concordamos, em hipótese alguma, com a forma com que foi colocado. Primeiramente, foi um desrespeito ao movimento sindical, ao movimento social que reelegeu a Dilma. Há pontos que têm que ser debatidos, como já foi colocado por vários dos que me antecederam. Teria que ser feita uma mesa com as centrais sindicais para discutir todos os pontos.

Há questões que realmente achamos que têm que mudar, têm que ser reformadas. Inclusive, uma questão que aqui foi bem colocada foi a pensão. Hoje, que recebe pensão tem mais benefícios do que quem trabalha há 35 anos, por conta do fator previdenciário. A pensão por morte não tem fator previdenciário, e nós, que trabalhamos há 35 anos, nós o temos. Então, há distorções, há questões de isonomia que devem ser corrigidas, têm que ser discutidas, mas não dessa forma, ou seja, através de medida provisória. Primeiro porque não há relevância e urgência e, segundo, não é dessa forma, tirando do trabalhador R\$18 bilhões. Foi dado, só diretamente da folha de pagamento em 2014, cerca de R\$24 bilhões de desoneração da folha de pagamentos, sem nenhuma contrapartida social.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só em 2014.

O SR. VALEIR ERTLE – Só em 2014, sem nenhuma contrapartida social, as empresas demitindo a torto e a direito. A desoneração foi só para lucro dos empresários. Alguém viu algum produto que tenha diminuído de preço? Não. Simplesmente aumentou o lucro dos empresários. Diga-se de passagem que o Brasil é um dos países que tem a maior concentração de lucro e renda no mundo. Então, é um absurdo que não dá para aceitar. Além disso, há todas as demais desonerações, compensações. Por exemplo, o agronegócio exportador não paga um centavo de previdência social. O cara que exporta uma laranja não paga um centavo de previdência social da parte patronal. É um absurdo, é um desrespeito aos trabalhadores que trabalham, ao microempreendedor rural que lá paga todo mês a sua previdência social. Não dá para aceitar.

Para mim, Paim, essa minirreforma da previdência social sem discutir o fator previdenciário, que foi o grande, o maior debate que houve na reeleição da Presidenta Dilma, foi um absurdo. Achamos que essa reforma tem que vir, tem que ser discutida, mas defendemos que tem que ser retirada a Medida Provisória, que haja uma negociação com as centrais sindicais. Houve uma reunião com o Governo ontem, vai ter outra na quinta-feira que vem para debater essas questões, e queremos discutir o fator previdenciário. É um absurdo não discutir o fator.

Acho que aprovar o fator da forma que você já conseguiu aprová-lo infelizmente sabemos que vai ser vetado novamente, mas precisamos discutir, retomar a discussão do art. 95, que é uma alternativa boa. Se tivesse sido aprovado naquela ocasião...Foi feito um acordo com as centrais sindicais, mas a maioria retirou o acordo e somente a CUT continuou a defender. Acabou não sendo aprovada aquela emenda, e, se tivesse sido aprovada, com certeza milhões e milhões de trabalhadores já teriam sido beneficiados por essa alternativa. No nosso ponto de vista, ela não é a melhor, mas é uma alternativa viável, que dá para ser retomada e discutida.

Há várias reformas que têm que ser feitas, como o Guilherme da Anamatra colocou – é um absurdo hoje no Brasil – como taxar as grandes fortunas, fazer uma reforma tributária de fato, que realmente corrija as distorções que há.

Hoje quem paga imposto neste Brasil é a classe média, são os trabalhadores, que são descontados direto na fonte. Um dos grandes problemas que foi debatido e que acabou com a CPMF, como a gente sabe, foi o caixa dois e o caixa três. Felizmente, a CPMF servia para coibir a grande sonegação fiscal que há. Por que os

grandes empresários fizeram uma grande campanha para acabar? Porque era uma forma de coibir a sonegação, caixa dois e caixa três. Hoje – é um absurdo – as aeronaves e os iates não pagam IPVA. Qualquer trabalhador que consegue comprar um carrinho mil paga IPVA, mas as aeronaves, os iates, as embarcações não pagam IPVA. Quem tem helicóptero não paga IPVA, mas o cara que tem um carrinho mil paga. Então, são distorções que têm que ser corrigidas, não dá para continuar dessa forma.

Uma das grandes reformas que devem ser feitas e que, com certeza, vai economizar bilhões e bilhões para este País é a reforma política. Hoje, por que há toda essa corrupção? Porque os grandes financiadores de campanha cobram a conta. Com certeza, se corrigirmos, fizermos uma grande reforma política, com financiamento público de campanha, em que todos possam disputar de igual para igual... Hoje, decide-se quem é eleito lá na Avenida Paulista. Os empresários decidem em quem vão apostar para ser reeleito. Adivinha por que diminuiu a bancada dos trabalhadores? A gente sabe o porquê de todo embate do PL 4330. Quem defendia? Quem era contra o 4330 teve dificuldade para conseguir dinheiro para financiamento da sua campanha. V. Ex^a, Paim, com certeza teve dificuldade para...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com certeza.

O SR. VALEIR ERTLE – ...porque todos os Deputados do PT e de outros partidos que eram contra o 4330 tiveram dificuldade para ir atrás de dinheiro para sua campanha. A gente sabe disso, como se dá essa situação.

Infelizmente, ontem houve uma reunião com o Eduardo, e se discutiu e acertou com a classe patronal o dia da votação do 4330. Saiu na imprensa ontem. O dia 7 de abril está indicado para a votação do 4330, que é a maior reforma trabalhista e sindical às avessas. Se isso passar, vai ser um terror para os trabalhadores, um absurdo. É um absurdo, é inadmissível. Todos os estudos... Felizmente a Anamatra, o próprio TST, o STF estiveram do nosso lado, das centrais sindicais, debatendo essas questões e, graças a eles, com a ajuda deles, não foi votado.

Houve aquela grande audiência pública que fizemos na Câmara dos Deputados, em que foi colocado às claras o que está por trás disso. Sabemos infelizmente o que vai ocorrer. É um absurdo. Se esse projeto passar, vai ser um descalabro, vai ser um absurdo o que vai acontecer com a classe trabalhadora neste País. Não dá para se admitir esse debate. Vamos discutir, esperamos e estamos pedindo que o Governo retire essa Medida Provisória, que vá para uma mesa de negociação, onde poderemos corrigir as distorções. Não somos contrários. Todas as distorções que existem devem ser corrigidas, não podemos tapar os olhos para essa situação, mas nem por isso temos que tirar e economizar R\$18 bilhões às custas dos trabalhadores. Queremos discutir a questão como foi colocada pelo Warley: por que não mandaram de volta essas duas Medidas Provisórias? Só mandaram... Isso ia corrigir um pouco da desoneração.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É o outro lado, o andar de cima.

O SR. VALEIR ERTLE – É um absurdo. Então, quando é para tirar dinheiro dos empresários... Tirar dinheiro, não; tirar lucro, porque quem paga somos nós. Empresário não paga imposto; empresário repassa imposto e, muitas vezes, sonega imposto. Essa é a grande realidade. Quem paga são os trabalhadores, que vão lá, compram o produto deles e paga imposto. O empresário só repassa e, muitas vezes, sonega um monte de imposto. Essa é a grande realidade. E os trabalhadores serão penalizados por R\$18 bilhões. Só em desoneração e incentivo fiscal, há em torno de R\$200 bilhões por ano, o que é um absurdo. Se diminuíssemos 1/3 desse valor, quanto dinheiro não se economizaria? Se esses R\$24 bilhões que são cobertos pelo Tesouro e infelizmente acabam saindo da seguridade social fossem investidos em educação, qualificação profissional, qual o benefício que teriam? Em vez disso, é dado aos empresários e não aos trabalhadores.

São questões que não se admite. A CUT é totalmente contra a retirada de direitos, e essas duas Medidas Provisórias infelizmente tiram direitos dos trabalhadores. Há distorções a serem corrigidas, mas não é dessa forma, com certeza, que serão corrigidas.

Já fizemos um grande debate quando foi feito o fórum da previdência em 2009. Foram tirados, inclusive, encaminhamentos que poderiam corrigir algumas distorções nesse sentido, mas não é dessa forma.

Sou de uma categoria em que há uma das maiores rotatividades do País, além da construção civil, que o Guilherme já colocou: o setor de comércio e serviços. Sou comerciário. Temos mais de 60% de rotatividade ao ano. O setor de comércio e de serviços é o grande prejudicado com essa situação. Em qualquer crise que há, onde começa a demissão? Na indústria e no comércio. Somos os primeiros a ser demitidos. Em qualquer crise, a empresa administra o seu quadro de trabalhadores. Infelizmente, a situação é muito ruim, e têm que ser corrigidas algumas distorções que há ali, mas não dessa forma; não passar para 18 meses algo que hoje leva 6 meses. Então, há questões que podem ser discutidas nesse sentido.

Então, não dá para nós aceitarmos essas duas medidas provisórias e não entrar na questão formal, como já foi colocado por outras pessoas aqui. É um absurdo essa questão de que teria de ser através de uma alteração na Constituição e se fazer, inclusive, por medida provisória. É um descalabro, é um contrassenso.

Vamos estar, com certeza, dia 13, a CUT e as demais centrais sindicais, fazendo um grande ato, no Brasil todo, discutindo pela garantia dos direitos, em defesa da Petrobras, do povo brasileiro. A Petrobras é um patrimônio do povo brasileiro, e nós sabemos o que está por trás da Petrobras.

(Soa a campanha.)

O SR. VALEIR ERTLE – Não aceitamos, em hipótese alguma, e combatemos todo tipo de corrupção. Quem fez qualquer tipo de corrupção, independente de quem seja, independente do partido que seja, tem que pagar, tem que ser punido. Não podemos punir uma nação.

Toda a ofensiva que há da mídia e da direita nós já sabemos, como a questão de se discutir a partilha. O Senador do PSDB já fez um projeto de lei discutindo a questão da partilha, e nós sabemos tudo o que está por trás, todo o capital social, todas as grandes multinacionais que estão por trás querendo realmente que se mude esse projeto de lei, que foi muito debatido aqui no Congresso. E espero que isso seja realmente investido em educação e em saúde e que se possa minimizar um pouco a situação aqui no Brasil, que é muito caótica.

Então, obrigado pelo espaço. Com certeza, vamos discutir, vamos batalhar para que, realmente, esse projeto não seja aprovado. E vamos batalhar muito. Com certeza, vamos ter que fazer muita mobilização, e pedimos o apoio de todo mundo. A Senadora Marta, com certeza, vai nos ajudar bastante nesse sentido para que realmente não seja aprovado o 4330, porque, realmente, se esse projeto for aprovado, é muito pior do que essas duas medidas provisórias que estão aí, que realmente são um descalabro para a classe trabalhadora.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

O SR. FLAUZINO ANTUNES NETO – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi Valeir Ertle, secretário nacional da CUT, que expressou seu ponto de vista, que vai na linha de todas as outras centrais sindicais, de ser contra as duas MPs.

O SR. FLAUZINO ANTUNES NETO – Quero só falar que não vou poder continuar assistindo a esta brilhante audiência, e talvez eu não tenha mais a oportunidade, mas vou aproveitar este momento e desejar-lhe um feliz aniversário – que será dia 15 – ao Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Valeu. Obrigadão.

O SR. FLAUZINO ANTUNES NETO – Que seja muito feliz na sua luta, nesse desempenho em prol da classe trabalhadora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Obrigado.

O SR. FLAUZINO ANTUNES NETO – Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vamos para a terceira Mesa, então.

Convido os senhores a retornarem, e vamos para a última mesa. O tema é tão importante que faremos três mesas pela primeira vez.

De imediato, chamo o Sr. José Castelo Branco Bessa Filho, Diretor de Assuntos Parlamentares do Sindicato Nacional de Auditores Fiscais da Receita Federal.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Chamo o Sr. Edison Guilherme Haubert, Presidente do Mosap (Movimento dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas).

Chamo Rosa Maria Campos Jorge, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho.

Nós falamos tanto aqui da importância de contratar mais fiscais do trabalho, porque, só com a fiscalização, eles pagam o seu salário, e o Governo ainda teria uma arrecadação a mais. É ou não é? E você vai, naturalmente, mostrar isso aqui, Rosa.

Daro Marcos Piffer, Presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central; Margarida Lopes de Araújo, Presidente do Conselho Executivo da Associação Nacional dos Auditores Fiscais (Anfip); e Maximilian Patriota Carneiro, Vice-Presidente da Comissão de Seguridade Social da OAB/DF.

Uma salva de palmas a todos os convidados. *(Palmas.)*

Vamos passar de imediato a palavra para o Sr. Edison Guilherme Haubert, Presidente do Mosap, porque ele tem uma consulta médica em seguida.

Com a palavra o Edison.

O SR. EDISON GUILHERME HAUBERT – Boa tarde a todos e a todas!

Meus cumprimentos ao Senador Paulo Paim e meus agradecimentos a ele por esta oportunidade...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Edison, desculpe-me, mas eu vou ter que interrompê-lo aqui, porque eu não li – e, depois, o pessoal reclama –, logo antes da última mesa, as participa-

ções dos cidadãos. Assim, eu vou encaminhar uma série de perguntas enviadas pelas pessoas que participam pelos canais de interatividade do Senado, até para que eles se sintam naturalmente contemplados.

Ana Lacerda pergunta:

Bom dia! Gostaria de saber como ficará agora a ex-mulher que tem a dependência financeira do ex-marido. Terá direito à pensão por morte? E se, no caso, depois de alguns anos da morte, ela comprovar a sua dependência, pois está doente ou desempregada, ela terá direito à pensão?

São dúvidas enormes. Assim, se alguém puder esclarecer, inclusive o Dr. Diego que está aqui.

Se o senhor puder responder essas questões mais jurídicas, ou qualquer um dos advogados presentes...

Adriana Von Linsingen, na mesma linha:

Gostaria que os senhores tivessem muita atenção ao valor da pensão por morte, pois não é coerente. A família, principalmente os filhos, continuam com as mesmas despesas: alimentação, escola, saúde, moradia... Conseguiriam sobreviver sem a remuneração total do de cujus?

Pergunta da cidadã, via Alô Senado, Liane Lopes Ferreira: "Solicito maiores esclarecimentos sobre a MPV 664/2014, uma vez que mudanças na concessão de pensão por morte, por conta do falecimento do cônjuge, geram muitas dúvidas.

Essas foram as perguntas acumuladas aqui e que foram resumidas.

Dr. Edison, por favor.

O SR. EDISON GUILHERME HAUBERT – Bem, eu vou até pedir desculpas e já dizer a vocês que vou transferir a minha responsabilidade, em parte, para a Dr^a Margarida, para a Dr^a Rosa Maria, para o Castelinho e para o Daro, do Banco Central, pois nós vamos falar, mais ou menos, sobre as mesmas coisas.

Eu, em nome do Mosap – e aí eu falaria por todas as outras entidades que aqui não puderam estar –, gostaria de dizer a todos e a todas e à Casa, ao Congresso e também à Presidente Dilma, ao Governo, enfim, que, na verdade, nós queremos é, pura e simplesmente, a retirada dessas duas medidas por não cumprirem, pelo menos, com a Constituição. São matérias que não podem ser discutidas através de medida provisória; portanto, são inconstitucionais.

E nós já entramos, juntamente com o Amílcar Cury, com uma ADI – ação direta de inconstitucionalidade – perante o Supremo Tribunal Federal; ADI esta encabeçada pela Anfip, E nós estamos lá, exatamente, argumentando com a própria Convenção Interamericana de Direitos Humanos, de São José da Costa Rica, da qual o Brasil também é signatário. E, ali, há elementos cabais de sobra para dizer que o Brasil, realmente, se votar essa matéria, tanto o Congresso quanto o Governo, e o Judiciário, se não acolher a ADI... Enfim, o Estado brasileiro estará ferindo uma convenção da qual é signatário e que, portanto, se comprometeu a não ferir.

E quero ainda dizer que é deplorável, realmente, para nós, brasileiros, para nós, servidores públicos, termos de debater e discutir uma questão como essa. Então, como Presidente do Mosap, apelo aos Congressistas, apelo a todos os Deputados e Senadores, para que tomem em conta essas realidades, além de tudo aquilo que já foi dito hoje – e nós assinamos embaixo de tudo aquilo que foi dito hoje. Foram, realmente, contribuições extraordinárias para todos os Parlamentares que vão debater essa matéria e para que o próprio Supremo Tribunal Federal entenda que, se cumprir agora, neste momento, com o seu dever, ele não terá outra saída a não ser acolher as ADIs e deferi-las, pois se trata de matérias absolutamente inconstitucionais.

Eu vou me ater tão somente a esses aspectos e transferir a palavra, agradecendo, mais uma vez, ao Senador Paulo Paim, desde já, felicitando-o pelo seu aniversário – e estamos já combinados para estar lá em Porto Alegre.

Quero dizer a todos que nós somos solidários à Cobap, somos solidários a todas as demais entidades, as centrais e as outras entidades do serviço público que, hoje, aqui, se manifestaram. Queremos ver cumprida a decisão do próprio Parlamento, que acolheu e ratificou a Convenção Interamericana de Direitos Humanos, pois, se fizermos somente isso, nessas duas matérias, vamos resolver a questão.

Quanto à necessidade de caixa do Governo etc., já foi dito aqui que há muitas outras maneiras de se resolver o problema de falta de caixa. Enfim, não vamos discutir as causas; eu não vou entrar nesse mérito agora, senão, realmente, vou falar o que todo mundo já falou.

Assim, mais uma vez, quero dizer que o Mosap assina embaixo de tudo o que foi dito aqui, que estamos solidários a todos, e queremos ver essa matéria resolvida da forma mais humana possível, respeitando os direitos adquiridos dos servidores públicos, respeitando também os direitos de todos os trabalhadores brasileiros, sobretudo nessas matérias que estão elencadas nas duas MPs, que nós entendemos absolutamente injustas, inconvenientes e extemporâneas para serem discutidas, agora, no Congresso Nacional. Há muitas outras matérias para serem resolvidas.

Portando, encerro por aqui, pedindo desculpas, porque eu tenho de me ausentar. Se eu não for a esse compromisso, não conseguirei mais enxergar, porque é uma consulta com o oftalmologista que tenho hoje.

Então, parabéns à Comissão; parabéns ao Congresso e ao Senado, que trouxe de volta o Senador Paulo Paim para esta tão importante Comissão, que trata de temas absolutamente relevantes e que dizem respeito, realmente, a toda a sociedade brasileira, sobretudo àqueles brasileiros e brasileiras mais desassistidos.

Parabéns a todos. Afirmo que concordo, desde já, com todos os que falarão a seguir.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi o Edison, Presidente do Mosap, que endossou a posição das centrais, das confederações e de todas as entidades que o antecederam.

De imediato, passo a palavra à Dr^a Rosa Maria Campos Jorge, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait).

A SR^a ROSA MARIA CAMPOS JORGE – Boa tarde a todos!

Em primeiro lugar, eu quero fazer um registro importante: todos nós reconhecemos no Senador Paulo Paim um grande líder, em quem muito confiamos, um defensor das causas sociais, especialmente dos aposentados e pensionistas do nosso País. Ao longo desses anos, todos os seus mandatos foram dirigidos à proteção social. E já aproveito para parabenizá-lo pelo seu aniversário, dizendo que lá estarei também.

Quero cumprimentar todos os meus colegas e amigos de mesa, cumprimentar as centrais que estiveram na mesa anterior e dizer a vocês que os auditores fiscais do trabalho enxergam nessas duas medidas provisórias um claro e perverso acinte aos trabalhadores brasileiros.

Nós viemos pedir ao Congresso Nacional a rejeição. Nós, como muitos outros, fizemos emendas, todas elas de natureza supressiva, mas nós não acreditamos que essas emendas terão o sucesso necessário para garantir sejam aprovadas de forma a favorecer os trabalhadores.

Nós estamos diante de uma realidade, dentro do Parlamento brasileiro, muito difícil. A bancada que defende os servidores públicos e os trabalhadores está muito reduzida nas duas Casas. Então, não acreditamos que teremos sucesso em uma votação aqui. Nós achamos que elas têm de ser rejeitadas. É claro que o nosso trabalho não para aqui. Nós também subscrevemos, no Judiciário, como o amigo Cury, a ação direta de inconstitucionalidade proposta pela Anfp. Vamos entrar também na ação proposta apenas contra a MP 664, bem como vamos entrar também nas ações das centrais contra a MP 665.

Em relação à MP 664, o Senador, inclusive, leu aqui uma pergunta. Olha, se você tem 42 anos e é pensionista, você vai receber a metade do vencimento (50%) durante 12 anos apenas. Quando vencer esse prazo, você estará com 54 anos. Então, é muito perverso, pois retira a possibilidade, inclusive, de uma velhice tranquila. É um brutal assalto aos direitos dos trabalhadores – brutal!

Recebi, agora há pouco, a notícia de que faleceu um auditor fiscal do Trabalho lá em Presidente Prudente, São Paulo. Ele estava doente, com câncer, sofrendo e sofrendo ainda mais por pensar, se ele morresse, em como ficaria a sua viúva, hoje com 40 anos. E foi a primeira coisa que ele perguntou ao nosso representante lá: “Escuta: eu não tenho como evitar a morte, mas e aí? Como é que vão ficar a minha esposa e os meus filhos?” E ele disse: “Não se preocupe com isso não; cuide da sua saúde...” Mas ele sabia que o colega estava em estado terminal. E a mulher, com os seus 40 anos, ficou com a pensão pela metade por 10 anos.

Eu ouvi a Senadora Marta Suplicy dizendo dos senhores idosos que se casam com as “menininhas”. Eu quero deixar bem claro que estão transformando algumas distorções, estão transformando a exceção na regra. Pelo amor de Deus! Não é todo mundo que é casado com “menininha”... E que seja...

A SR^a MARGARIDA LOPES DE ARAÚJO (*Fora do microfone.*) – São pouquíssimos, aliás.

A SR^a ROSA MARIA CAMPOS JORGE – É! Mas é um absurdo você transformar uma exceção em regra, retirando direitos dos outros. Sinceramente, é um absurdo isso!

E a gente tem que dar essas respostas tristes às nossas pensionistas. É uma resposta triste que todos nós teremos de dar, porque elas vão nos procurar dizendo: “Muito bem, e o que vocês vão fazer contra isso?”

Gente, não basta nós nos indignarmos – e eu, sinceramente, estou indignada desde a publicação dessas MPs. Eu acredito que a gente tem que ir muito mais à frente; nós temos que, realmente, ir à luta!

Na esfera do Judiciário, a gente sabe que é demorado, que a gente pode ter sucesso ou não, mas nós não podemos permitir que este assunto passe aqui ileso.

Eu quero agradecer, Senador, porque eu trouxe esses cartazes e as pastas que eu gostaria, inclusive, que os senhores exibissem. Nós trouxemos para mostrar para a sociedade que ela está sendo enganada e vilipendiada nos seus direitos. Entendemos que é um absurdo transferir para o trabalhador, transferir para o servidor público uma conta para a qual nós não colaboramos. Aliás, o que o trabalhador e o servidor público têm colaborado com o Governo ao longo desses anos não é brincadeira! Nós temos ajudado este País a crescer. São os trabalhadores que produzem a riqueza do País.

Eu ouvi aqui antes alguém muito preocupado porque os Parlamentares não estariam conseguindo financiamento das suas campanhas porque estavam contra o PL nº 4.330, da terceirização. Olha, tudo bem! Precisa-se

de financiamento de campanha; somos a favor da reforma para não haver mais financiamento de empresas, mas imaginar que vou ficar refém dos empresários, senão não vou ter financiamento de campanha... Eu quero dizer que o voto do empresário vale o mesmo tanto que vale o voto do trabalhador. *(Palmas.)*

E nós somos, no Brasil, muito mais trabalhadores do que empresários. Como diz o grande economista Marcio Pochmann, a riqueza no Brasil está concentrada em 5 mil famílias.

(Soa a campainha.)

A SRª ROSA MARIA CAMPOS JORGE – Essa grande maioria aí está completamente desprovida dos seus direitos com duas MPs. Com duas “penadinhas”, a Presidenta da República assinou esse absurdo! Nós queremos pedir à Presidente que volte atrás. Eu sei que não é muito cômodo você voltar atrás, mas eu acho de uma dignidade acima de tudo alguém reconhecer que errou e voltar atrás. E quero dizer aos Congressistas que eles estão aqui graças ao voto do povo, e esse povo indignado certamente não os trará de volta aqui se aprovarem essas duas aberrações. *(Palmas.)*

Quero dizer também acerca da MP 665 que estão retirando o abono salarial que está previsto na Constituição. Só por esse motivo, já é inconstitucional a MP 665. Estão aumentando o prazo para poder requerer seguro-desemprego.

Nós, auditores fiscais do trabalho, que vamos lá no chão da fábrica, lá dentro do comércio, que vamos lá nas fazendas, eu vou dizer para vocês: existe uma grande rotatividade neste País; estão sendo penalizados os nossos jovens, aqueles que procuram o primeiro emprego; boa parte das empresas hoje que empregam esses jovens são as terceirizadas, onde a rotatividade é garantida.

Imaginem quanta gente, quantos trabalhadores prejudicados!

Em relação ao seguro defeso – disse muito bem aqui uma pessoa que me antecedeu –, para que ele foi criado? Era para garantir, gente, a proteção ao meio ambiente de trabalho, ao meio ambiente social, para garantir que não houvesse abuso na pesca. Porque o pescador realmente não vai ficar lá passando fome com sua família.

Ele vai dar um jeito, ele vai pescar, mesmo contrariando a lei, porque ele não vai passar fome! E não vai deixar sua mulher e seus filhos passarem fome!

E uma coisa muito grave: ainda transferiram o controle do seguro defeso para o INSS. Ora, o seguro defeso, desde que surgiu, é pago pelo FAT, controlado pelo Ministério do Trabalho, que já tem, ao longo dos anos, a estrutura adequada e necessária para fazer esse controle. Aí passa, por uma medida provisória, para o INSS, que faz o seu trabalho brilhantemente, mas não tem a estrutura para fazer o controle do seguro defeso!

Alguém disse aqui: “Agora, vai ficar tão difícil a pessoa se credenciar como pescador!” E vai ficar mesmo. Imaginem um órgão que não tem estrutura para fazer esse controle! Por que tirou isso do Ministério do Trabalho? Qual a justificativa?

Eu quero dizer a vocês que nós, auditores fiscais do trabalho, somos contra toda e qualquer fraude, corrupção, qualquer tentativa de burlar o Estado e a lei. Entendemos que é preciso fiscalizar o cumprimento da lei.

Recentemente, o Ministro do Trabalho divulgou um plano para aumentar a arrecadação do FGTS. Eu tive que emitir uma nota pública para dizer que não há fiscalização sem fiscais. Muitos que me antecederam disseram que nosso quadro, aprovado por lei, é de 3.644 vagas. Hoje, nós temos 1.000 cargos vagos – isso para todo o País. Para fiscalizar tudo que diz respeito à relação de trabalho, à segurança e saúde no trabalho, arrecadação do FGTS, para combater trabalho escravo e trabalho infantil. Nós estamos com 2.600 auditores para fazer isso.

O Ministério do Trabalho não tem auditores, não tem servidores administrativos, e há mais de seis sedes do Ministério interditadas por absoluta falta de condições de segurança, tanto para seus próprios servidores, como para o público que procura os serviços do MTE.

Há um desmonte do Ministério do Trabalho. Um desmonte! E a sociedade é que está perdendo com isso, claramente. Os trabalhadores estão em risco por falta de auditores fiscais do trabalho.

Nós entendemos que é preciso reestruturar o Ministério do Trabalho e Emprego, e, se há falhas, se há problemas, se há distorções, vamos corrigir! Vamos corrigir! Mas por medida provisória?! Sem consultar a sociedade, sem consultar as centrais, sem consultar ninguém?! A não ser um grupinho econômico, que tomou conta deste País e que está ditando as ordens, o que se deve fazer ou não. E nós, todos nós, pagando uma conta altíssima por isso, sem nada que aponte para uma solução real.

Isso é o mais triste. O que será feito com tudo o que estão economizando? Vai só para pagar os juros da dívida? Essa dívida impagável e que nunca foi auditada! Nós somos pela auditoria da dívida.

Eu, sinceramente, gostaria de ter notícias interessantes, boas, para dar aos colegas e a todos vocês aqui. Mas nós não temos, por enquanto. A não ser a nossa esperança na força da luta da classe trabalhadora e dos servidores públicos, porque, com certeza, nós não vamos deixar que isso aconteça. Nós vamos até o fim para tentar e vamos conseguir impedir a aprovação dessas duas aberrações que recebem título de medida provisória.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Essa foi a Dr^a Rosa Maria Campos Jorge, Presidente do Sinait, que é o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho.

Sei da sua luta, Dr^a Rosa, de muitos e muitos anos, para aumentar o número de fiscais. Esse conselho vocês também deram e, inclusive, fizemos uma moção de apoio desta Comissão ainda quando eu era Presidente há quatro anos. E não mudou. O País cresceu, o número de trabalhadores nesse período cresceu, e o número de fiscais diminuiu! Uns se aposentaram...

A SR^a ROSA MARIA CAMPOS JORGE – É o número mais baixo dos últimos 20 anos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não tem como.

Muito bem. Agora, passamos a palavra ao Presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal), Dr. Daro Marcos Piffer.

Por favor.

O SR. DARO MARCOS PIFFER – Bom dia, já praticamente boa tarde a todos, aos componentes da mesa, aos que me antecederam nas mesas anteriores, a todos que ainda persistentemente continuam na audiência, e principalmente ao Senador Paulo Paim por essa iniciativa.

Quero parabenizá-lo, Senador, não apenas por estar fazendo aniversário, mas também porque se mantém fiel as suas origens, se mantém fiel ao seu próprio discurso, que o trouxe aqui a esta Casa, e, principalmente, por sua determinação em se manter firme naquelas diretrizes básicas que deram origem ao seu Partido e que, hoje, nós não conseguimos perceber nas atitudes que são tomadas pelo Governo, que é governado pelo seu Partido.

Ficou, na realidade, pouca coisa para falar. Ainda dei mais azar depois que fui designado para suceder a fala da Rosa, porque ela acabou citando várias coisas que eu pretendia falar e que permearam o que outros palestrantes aqui abordaram mas nas quais não foram mais incisivos. E a Rosa acabou sendo muito feliz na fala dela.

Mas vou tentar abordar aqui alguns aspectos, principalmente a questão da injustiça social e sobretudo da insensibilidade social que demonstra o Governo ao editar essas duas MPs. E não vou conseguir deixar de lembrar a palavra da Senadora Marta Suplicy, que falou da falta de planejamento de nação. O alerta que ela fez: a falta de visão de Estado do Governo, que só consegue pensar no curto prazo e não pensa no longo prazo; não pensa em políticas sociais perenes! Sempre remendando aqui e ali, e a gente tem sempre um emaranhado de leis que viram grandes *frankensteins* porque uma não condiz com a outra. Há princípios em algumas leis, e outras leis utilizam outros princípios, outros prazos. E, no fundo, falam sobre a mesma coisa, que são os direitos do trabalhador, direitos sociais, e assim por diante.

Eu não consigo entender por que, para se fazer seguro-desemprego, por exemplo, se devam esperar 18 meses, quando o período de experiência, por exemplo, é de apenas três meses. Então, são princípios que não se casam. Já que você passou pelo período de experiência, você está devidamente empregado; e, se você perde o seu emprego, que já foi aprovado pela empresa que o contratou, por que não se paga o seguro-desemprego?

Como a história de também ter que esperar dois anos depois do casamento. Isso é uma perversão à entidade do casamento.

O casamento é uma conquista social que existe há séculos. Ninguém casa da noite para o dia. Ninguém conhece a pessoa e, no dia seguinte, se casa com ela. Não! Normalmente é precedido de um namoro, de um conhecimento, etc. Portanto, quando as pessoas se casam, já estão decididas a ficarem juntas. Por que esperar dois anos para ter direito de ser esposa após a infelicidade de morrer o marido, ou vice-versa. É um absurdo, um senso de injustiça social que não consigo entender. E o pior de tudo é que é protagonizado pelo Governo, que é quem deveria primar pelo princípio de justiça. Aqui já se falou muito em inconstitucionalidade dessas duas MPs, cuja palavra final ficará a cargo pelo menos do Supremo Tribunal Federal. Mas, se há esse sentimento comum de inconstitucionalidade, não seria o Governo o primeiro a zelar pelo respeito às leis? As leis devem ser respeitadas por todos os cidadãos, principalmente pelo Governo. E se existe uma hierarquia das leis, tem que se respeitar aquela que é a nossa lei maior, a Constituição.

O Luiz Sérgio, da CSB, comentou bastante sobre Escola de Chicago e Consenso de Washington. O princípio básico da Escola de Chicago, que é uma escola de economistas, e, depois, do Consenso de Washington é o da economicidade, o economicismo ditando as nossas vidas. O economicismo simplesmente relega a vida a números, simplesmente números, que são uma coisa muito fria. Mas eles tratam os números como se fossem seres vivos e, em contrapartida, veem as pessoas simplesmente como números que precisam ser ajustados. Não pensam que pessoas têm necessidades básicas, têm famílias para cuidar, têm que se alimentar e, principalmente, têm que pensar no seu próprio desenvolvimento, cuidando de seus filhos, para que eles sejam cidadãos, e assim por diante.

Nós temos que lembrar que o Estado existe para cuidar das pessoas que vivem naquele Estado. Por que o Estado tem que pensar em crescimento? Simplesmente porque o crescimento é que vai proporcionar a me-

lhoria das pessoas. O crescimento de um país não é para dar lucro, muito menos lucro para algumas famílias ou para empresas. Não! A função básica é melhorar a vida das pessoas que vivem naquele Estado. Vislumbrar apenas aumento de lucro é se submeter à ganância, que é um dos grandes pecados capitais. Por ganância, muitos empresários e muitas pessoas tentam lucrar e crescer em cima, infelizmente, do cidadão menos favorecido.

A outra coisa que sempre foi comentada por aqui é o desvirtuamento das leis, algumas coisas que as leis acabam propiciando como, por exemplo, a história do seguro-desemprego, em que existe conluio, muitas vezes, entre empregado e patrão. O empregado é mandado embora, pede seguro-desemprego e, depois, continua trabalhando na mesma empresa. Isso é crime. Isso é fraude. Fraude, crime, esse tipo de coisa é combatido com fiscalização. O Governo necessita investir na fiscalização, e o que nós estamos vendo, nos últimos anos, é uma diminuição flagrante do número de fiscais e nas verbas destinadas à fiscalização. Aí tenta-se impor, por lei, essa incapacidade de o Governo fiscalizar hoje.

Que carreira que tem responsabilidade de fiscalizar hoje não está aqui, no Congresso ou nas portas do Executivo solicitando pessoal, gente, que se façam concursos, que os aprovados no concurso sejam nomeados? Qual dessas entidades não está reclamando de verbas para fiscalização?

A própria Rosa falou disso agora há pouco, sobre os fiscais do trabalho. Nós sofremos a mesma coisa no Banco Central, há plena consciência do Sindifisco. Todas as entidades do Governo que têm responsabilidade de fiscalizar estão sofrendo, estão na penúria.

E, com isso, como não se consegue fiscalizar esses crimes, “então vamos mudar a lei e vamos impedir que esses crimes sejam feitos na base da lei”. É uma incoerência muito grande.

Por fim, não querendo abusar do meu tempo, principalmente porque muitos aqui já devem estar com fome, eu queria falar um pouquinho sobre o ajuste fiscal.

O ajuste fiscal é necessário. Ninguém pode gastar mais do que ganha. Todo mundo sabe disso, todo mundo que controla as próprias finanças entende isso. Então, o ajuste fiscal é necessário. Mas o que é ajuste fiscal? Ajuste fiscal é você pegar as suas despesas e mantê-las ou corrigi-las de forma que elas sejam coerentes com a receita que você está recebendo.

Você faz ajuste fiscal quando percebe que não vai receber a receita que tinha imaginado. Então, você tem que fazer um ajuste fiscal para que as despesas que você tinha orçado,...

(Soa a campanha.)

O SR. DARO MARCOS PIFFER – ... que você tinha comprometido, diminuam para que se se adaptem à nova realidade das receitas.

Eu não consigo entender como é possível fazer um ajuste fiscal quando nem o Orçamento foi aprovado. Portanto, não foram aprovadas as receitas, obviamente não foram aprovadas as despesas, e estamos falando em ajuste fiscal. Ajuste fiscal acontece no meio do ano, quando você percebe que o que você tinha previsto de receita não está ocorrendo ou porque percebe que teve algumas despesas que foram imprevisíveis e têm que ocorrer. Aí você faz um ajuste. Mas ajuste fiscal no início do ano, quando nem o Orçamento foi aprovado ainda?

O Orçamento está aqui, nesta Casa, para ser aprovado. Portanto, você pode corrigir o valor das receitas, conforme a previsão, a qualquer momento, até ele ser aprovado e, logicamente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só para situar quem está ouvindo, está prevista para terça-feira que vem a votação do Orçamento.

O SR. DARO MARCOS PIFFER – Terça-feira.

Então, não consigo entender esse ajuste fiscal. Mas ajuste fiscal é necessário. Todos nós, muitas vezes, precisamos fazer ajustes fiscais nas nossas vidas.

É isto. Eu queria permanecer por aqui e só queria acrescentar o seguinte: o Brasil não é um País pobre, de forma alguma – muito pelo contrário –, e o Governo está tratando as suas contas públicas como pobre, que vende o almoço para garantir o jantar. Esta é a mentalidade do Governo que a gente vê hoje. O Governo precisa melhorar realmente o seu planejamento.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem!

Este foi o Daro Marcos Piffer, Presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central, que também foi na mesma linha de todos os outros convidados, dizendo que essas MPs não podem ser aprovadas. E é bom lembrar que esse já é o 14º painelista que falou hoje, comparando àqueles aos quais abri a palavra no plenário.

Agora, passo a palavra, com muito alegria, à doutora, minha amiga, permita-me que diga assim, há tantos anos... Todos aqui são meus amigos, mas fiz este destaque especial, porque sei que está mudando agora a Presidência, vai mudar...

A SRª MARGARIDA LOPES DE ARAÚJO – Sim, haverá eleição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso. E, como me parece que lá não pode haver reeleição...

A SRª MARGARIDA LOPES DE ARAÚJO – Sim, não pode haver reeleição. O Estatuto não permite. Então, em 30 de julho termina o meu mandato.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas, com certeza, você há de ficar na diretoria, calculo eu.

A SRª MARGARIDA LOPES DE ARAÚJO – Não sei. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Passo a palavra...

Pela sua história, por sua vida, tenho certeza absoluta de que isso vai acontecer, para continuarmos trabalhando juntos.

Passo a palavra à Presidente do Conselho Executivo da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, Anfip, Drª Margarida Lopes de Araújo.

A SRª MARGARIDA LOPES DE ARAÚJO – Boa tarde a todos.

É uma honra estar aqui, neste plenário. Agradeço muito ao Senador Paulo Paim, como ele disse, nosso amigo, nosso companheiro, defensor das grandes causas sociais neste Congresso, neste Senado, quem admiramos muito e a quem rendemos todas as nossas homenagens pelo seu trabalho, pela sua luta, pela sua coerência, embora seja do seu Partido. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permita-me dar uma pequena e rápida explicação, e sei que a senhora entende isso.

Na verdade, o Governo é uma composição de vários partidos, acho que dez.

Vou dar um depoimento para vocês aqui e podem me cobrar. Nas reuniões que tive na Bancada do PT, na reunião que a Bancada do PT teve com os Ministros sobre esse tema de hoje – só para dar um depoimento verdadeiro, porque, se não fosse, sabem que eu não daria –, estivemos com o Presidente Lula e a Bancada foi taxativa em relação a essas MPs. Faço este esclarecimento à luz da verdade dos fatos. O Humberto mesmo esteve aqui e eu dei o depoimento e ele concordou. Os Senadores viram a posição da Marta, da própria Regina... Eu diria que há um desconforto muito grande.

No meu pronunciamento de abertura – como nem todos haviam chegado, podem pegar o meu pronunciamento da abertura, que foi de quase 40 min. –, mostrei o desconforto, de minha parte até certa indignação, pela forma como essas MPs apareceram de repente, e o Governo sabe disto, tanto que, na última reunião, perguntamos, e foi consenso, por que não taxar as grandes fortunas. Foi unânime na Bancada. “E vão tirar direito daqueles, como eu disse lá, do subsolo? Não é nem do andar de baixo, mas daqueles que nem o 14º... Chamo de 14º o abono. Os Senadores também perguntaram porque não botaram o fator previdenciário. A gente não quer uma pauta positiva? Pauta positiva é isso!

Faço este esclarecimento à luz da verdade. A Bancada está muito solidária com esta posição que assumi aqui. Podem pegar cópia do meu discurso. O Agostin, que acompanhou, sabe. A redação que foi dada está aqui. Foi um discurso de 10, 12 páginas, que li na íntegra. Inclusive, falei do processo eleitoral, que foi uma surpresa, depois, com essas duas MPs. Mas não vou tirar seu tempo e vou descontinuar agora. *(Risos.)*

Isto porque sou amigo dela. Dei a palavra e tomei a palavra dela. *(Risos.)*

A SRª MARGARIDA LOPES DE ARAÚJO – Como o Senador disse, somos amigos e temos essa liberdade de discutir em várias oportunidades. Não é, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem! *(Palmas.)*

A SRª MARGARIDA LOPES DE ARAÚJO – Quero cumprimentar também os meus colegas de Mesa e dizer que a Rosa, que me antecedeu, disse, e já falei para ela, tudo que eu queria dizer, porque somos parceiros nessa luta, assim como o Daro, o Castelo, do Sindicato, e os demais colegas aqui. Tudo já foi dito dessas duas MPs.

A Anfip, pelos seus 65 anos de luta em defesa do social, em defesa dos trabalhadores não só do regime geral dos auditores da Receita Federal do Brasil, tem um histórico de lutas em defesa do social, porque oriunda da Previdência Social. Ela sempre batalhou para que os direitos dos trabalhadores do Regime Geral fossem garantidos na hora da sua aposentadoria, dos seus benefícios. Então, é com grande angústia que vemos esses benefícios sendo atacados da forma como foram.

Quando eu quis dizer que o Senador continua fiel aos seus princípios e às suas lutas, embora o PT não, é porque temos motivos para isso...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ela repetiu. *(Risos.)*

Como não posso discutir... *(Risos.)*

A SRª MARGARIDA LOPES DE ARAÚJO – ..., para ver as incoerências desse Partido, e não são incoerências de hoje. Já foi dito aqui que a Presidente, em discurso de campanha, disse que jamais atacaria os direitos dos trabalhadores. “Reduzir direitos? Nem que a vaca tussa!”

Isto aqui é um panfleto da Central dos Trabalhadores do Brasil que recebi esta semana no aeroporto de Congonhas, em São Paulo. Foi muito interessante, porque havia lá colegas vestidos de vaquinhos. Eles estavam fantasiados de vaquinhos para dizer exatamente isto: como a Presidente se elege com um discurso de que jamais vai tocar nos direitos dos trabalhadores e, no último dia do ano, solta essas duas medidas, na calada da noite, sem discutir com ninguém? É uma incoerência muito grande de abordagem desses problemas nacionais.

Como disse o Daro, o ajuste fiscal é necessário? Sim, todos sabemos disso, mas por que à custa dos trabalhadores, por que retirando direitos que já estão constitucionalizados...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Consagrados.

O SR. MARGARIDA LOPES DE ARAÚJO – ..., que estão na lei, sacramentados, há muito tempo? Então, não bate o discurso com o ato, e é por isto que hoje estamos nesta insatisfação geral, e muito grande, que permeia todo Brasil.

Ontem, estávamos em um evento de todas as entidades, Mosap, Cobap, Fonacate, que estou aqui também representando, Senador, porque o Roberto Kupsi me pediu que também a representasse, porque faço parte da diretoria, pois estávamos todos lá tentando aprovar outra incoerência muito grande cometida pelo PT.

O PT, quando era oposição, estava muito do lado dos trabalhadores e dos servidores públicos. Todos sabem disto, não sou eu que estou dizendo. Na época do Fernando Henrique, ele já lutava muito para criar uma contribuição dos aposentados e pensionistas, os servidores, e não conseguiu. Por que não conseguiu? Porque o PT era diametralmente contra. Ele não aceitava e batalhava para que não fosse criado. Ele era o nosso defensor, defensor dos funcionários públicos, dos servidores e dos trabalhadores do Regime Geral. Assim que o PT assume o comando do País, a primeira coisa que ele faz é criar a contribuição dos aposentados e pensionistas do serviço público. Vejam só: pessoas que já estavam aposentadas há muito tempo voltam a contribuir, pela PEC 555, que é a que tenta hoje corrigir esse defeito muito grande da legislação. Ele muda a Constituição, ele consegue mudar a Constituição para criar essa contribuição esdrúxula, que, para nós, é um confisco, porque não produz nada em troca. Não traz nenhum benefício. A pessoa já trabalhou 30, 40 anos e contribuiu com 11% sobre o teto máximo, diferentemente da contribuição do Regime Geral, que tem um teto, mas ela volta a contribuir para mais nada! Lutamos contra isso há 10 anos!

Está muito difícil porque o Congresso, infelizmente, tem sido subserviente ao Governo. Isso é uma realidade também. Nós, que trabalhamos no Congresso, com Deputados e Senadores, muito mais com Deputados, porque as matérias passam primeiro passam pela Câmara para chegar ao Senado depois, sabemos que os Deputados entendem e nos apoiam, mas essa matéria não foi votada até hoje. Embora o Presidente da Câmara na gestão anterior tenha prometido e tentado colocar em votação, o Governo não deixou porque ele era primo do Ministro da Previdência Social, o Ministro Garibaldi Alves.

A Anfp tem feito um trabalho para provar que a Previdência é superavitária, coisa com que hoje os Ministros já concordam. O próprio Ministro Garibaldi Alves, nos seus últimos instantes como Ministro, quando participamos de um evento de premiação, disse, taxativamente, que sabia que a Previdência era superavitária e que quem dizia o contrário era o Ministro Mantega. Por que eles sabem que é? Porque tudo que a Previdência arrecada não vai apenas para cobrir benefícios, aposentadorias e pensões. Não! De lá sai dinheiro para tudo quanto é coisa, inclusive inclusive para o Bolsa Família, que hoje é um projeto bastante interessante, mas que tira dinheiro da Previdência Social.

O Warley, aqui, falou, e com razão, que, além de sair para muitas coisas, sai para a DRU, a desvinculação da União. Eles retiram dinheiro do caixa da Previdência para muitas outras coisas.

Então, nos causou muita felicidade o Ministro dizer: “Não, eu sei que a Previdência é superavitária, se descontassem tudo o que é retirado para outros programas.” São programas sociais que entendemos necessários, mas que não poderiam onerar a Previdência, o dinheiro recolhido do trabalhador.

Entra, então, o Ministro Gabas, que, por um acaso, também é meu amigo, que é da minha cidade de Aracatuba, meu colega de trabalho de muitos anos, e também dá uma entrevista muito boa na *Folha de S. Paulo*, recentemente, dizendo esta mesma coisa, que a Previdência não é deficitária, que ela tem apenas um problema de ajuste de contas, de contabilidade, mas que ela não é deficitária. Que maravilha! Aí vem a incoerência: se a Previdência não é deficitária, por que tirar direito dos trabalhadores? Por que cortar benefícios e dificultar o acesso a esses benefícios, como essas medidas bem colocam, e todos já disseram isso?

A Anfp foi para o Supremo protocolar essa ADIn, ação direta de inconstitucionalidade, porque entendemos que as medidas são totalmente inconstitucionais. Já foi falado aqui que há defeitos. Há absoluta inconstitucionalidade formal e material. Isto já foi dito aqui. Ingressamos com essa ADIn e várias entidades já entraram

como *amicus curiae*. Essa ADIn está lá no Supremo, assim como a ADIn da Cobap e de tantas outras. Está lá. Por que ainda não resolveram? Por que ainda não deram uma solução? Porque, infelizmente, essa é outra incoerência deste País. O nosso Supremo legisla de que maneira? Como ele decide? Já foi dito aqui também. Ele decide politicamente. Ele não decide de acordo com a lei e com a norma, como deveria, porque, senão, já teria dito que são inconstitucionais e acabou. Mas o Supremo também tem um viés político muito forte. O que também nos preocupa, Senador, é que os Poderes constituídos deste País não são mais independentes, deixaram de sê-lo há muito tempo, porque, se fossem realmente independentes, já teriam votado matérias que interessam ao servidor, que interessam ao trabalhador do Regime Geral. Mas eles não votam.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Como, por exemplo, a desaposentadoria. Enrolam, enrolam e não decidem.

A SRª MARGARIDA LOPES DE ARAÚJO – Também.

Então, é uma preocupação muito grande. Em que país vivemos, se não temos a segurança de, em uma inconstitucionalidade, ir ao Supremo para que declare essa inconstitucionalidade, torne isso público e tome as decisões?

Agora, gente – está em todos os jornais –, o Ministro Toffoli pediu transferência de um setor para o outro para poder agir e trabalhar nas questões do petróleo, para poder julgar as pessoas que estão sendo investigadas. Isto é muito complicado. Todos os jornais dizem que ele não poderia ter feito isso. Por quê? Porque ele foi indicado pelo PT para estar no Supremo, e nós não queremos aqui...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Parece que foi pelo Governo.

A SRª MARGARIDA LOPES DE ARAÚJO – Pelo Governo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O PT não tem o poder de indicar.

A SRª MARGARIDA LOPES DE ARAÚJO – Ah, sim, e o Governo é do PT.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Estou tomando todo cuidado com ela, mas ela... (*Risos.*)

A SRª MARGARIDA LOPES DE ARAÚJO – Está bem, Senador.

Então, essa é a preocupação do povo brasileiro. O povo brasileiro está insatisfeito, está preocupado, vai para as ruas, sim, e não adianta dizer que são partidos políticos que estão fomentando isso, porque não são! As pessoas estão indignadas com as mentiras, com as incoerências, com a falta de sensibilidade, como já foi dito aqui, com o trabalhador, com as necessidades do povo. Então, hoje mesmo, uma senhorinha que trabalha na Anfip servindo café disse: “Ah, meu Deus, a minha energia era de R\$14,00 por mês e agora ela foi para R\$40,00”. Por quê? Porque já acabaram aqueles incentivos que eram dados. E deram incentivos para quê?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª MARGARIDA LOPES DE ARAÚJO – Bem, não fui eu quem disse, não é?

Então, senhores, é muito difícil para nós.

A nossa preocupação é esta: se o Congresso não nos atende, vamos para o Supremo Tribunal Federal para resolver o problema, mas este também não nos atende, dificulta, demora... Assim, uma justiça demorada não é justiça. Um Governo que mente perde a credibilidade do povo, o povo já não aceita mais.

Não são as elites que estão reclamando. Não! São aqueles pobres coitados que estão perdendo aqueles incentivos de energia, de água, que vão ao supermercado e já não compram mais o que comprava antes... É o desemprego que está crescendo... Tudo isso é fonte de preocupação para nós entidades.

Então, o que pedimos, Senador? Acho que é o que todo mundo pediu aqui: a rejeição total dessas medidas provisórias.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem!

Essa foi a Presidente da Anfip, a Margarida, com a franqueza de sempre. Ela fala exatamente o que pensa. Se gostou, gostou; se não gostou, azar. Mas ela diz o que pensa. É por isso que a respeito muito. (*Risos.*)

A senhora sabe do carinho e do respeito que tenho por você.

A SRª MARGARIDA LOPES DE ARAÚJO – Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vamos passar a palavra agora para o José...

A SRª MARGARIDA LOPES DE ARAÚJO – Antes, deixe-me cumprimentá-lo. Não vou estar lá no dia 15 – gostaria muito –, porque tenho uma mobilização lá na minha cidade. (*Risos.*)

No dia 15 de março.

Mas eu estou brincando. Acho que todos que nasceram em março são assim. Eu também sou de março.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A senhora é de março também?

A SRª MARGARIDA LOPES DE ARAÚJO – Sou.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então faz parte da rebeldia natural. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Passo a palavra agora para o Dr. José Castelo Branco Bessa Filho, Diretor-Adjunto de Assuntos Parlamentares do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.

A OAB, então, encerrará a nossa audiência pública de hoje, em matéria de outros painelistas. Depois, haverá ainda as considerações finais dos nossos convidados.

Por favor, Dr. José Castelo Branco.

O SR. JOSÉ CASTELO BRANCO BESSA FILHO – Quero, inicialmente, cumprimentar o Senador Paulo Paim pela feliz iniciativa desta audiência, que vem discutir duas medidas provisórias editadas, como disse a Margarida, no apagar das luzes do Governo anterior.

De fato, nós, que assistimos a disputa eleitoral e vimos como ela foi apertada, percebemos que houve, entre o término da eleição e a posse para o novo período, uma certa distensão.

O eleitor brasileiro, o povo brasileiro criou uma nova expectativa, embora aquela disputa de quase meio a meio tenha ocorrido. A afirmação dela de que não mexeria nos direitos dos trabalhadores, seja nos direitos trabalhistas, seja nos direitos previdenciários, na parte financeira, na redução dos juros, deu a todo o povo uma expectativa positiva. Mas qual não foi a decepção que tomou conta de todos a edição dessas duas medidas provisórias?

Por isso, se o ajuste fiscal é necessário, o importante é que se saiba onde buscar esse ajuste. O Sindifisco Nacional, que representa a categoria dos auditores da Receita Federal do Brasil, apresentou, em 2013, uma campanha denominada Imposto Justo, onde propunha à iniciativa popular várias matérias que visavam, ou que visam, o ajustamento da carga tributária tributando menos os que ganham menos, os que são economicamente mais fracos, e tributando mais e passando a tributar os que não eram tributados, para haver uma compensação da carga tributária.

Eis aí uma proposta que se materializou logo, com a edição da PEC nº 283, que se apensou à PEC nº 140, que trata da inclusão da constituição do IPVA sobre jatinhos e embarcações de luxo particulares. Com essa tributação, busca-se uma arrecadação inicial próxima de R\$3 bilhões, que teria, possivelmente por uma emenda, uma destinação total ou parcial à melhoria do transporte público.

Vejam que medida de justiça social tão importante, se é que o Congresso poderá vislumbrá-la como tal!

Também apresentou, em decorrência dessa campanha, através do Deputado Vicente Cândido, o PL nº 6.094, que trata da correção da Tabela do Imposto de Renda.

O Sindfisco fez um trabalho exaustivo, mostrando que, de 1996 pra cá, há uma defasagem de correção da Tabela do Imposto de Renda de 64%. Isso é demonstrado, numa razão de hoje, onde temos uma faixa de isenção de pouco mais de R\$1.700,00, quando, na realidade, ela deveria ser de quase R\$3 mil. A diferença é essa defasagem de 64%.

O que estaríamos fazendo? Nessa campanha do Imposto Justo, com esta Tabela do Imposto de Renda, com a tributação – era, inclusive, também, uma das propostas –, a iniciativa seria tributar os lucros e os dividendos. Nessa equação, nesse ajuste, ao final de contas, a arrecadação aumentaria e se teria praticado a justiça fiscal.

Mas essas coisas, que são claras, que demonstram que há possibilidade de se promover ajuste fiscal aumentando a arrecadação fiscal sem sacrificar os trabalhadores públicos e privados, não são alternativas que, por força das circunstâncias, possam animar o Governo.

Sabemos, Senador, que o nosso Parlamento, por força de ainda não haver uma reforma política que regule esse financiamento de campanhas, tem um percentual acentuado de empresários.

Nesse contexto, sentimos que muitas dessas medidas que poderiam ser buscadas, por parte do lado empresarial, para uma parceria maior, uma contribuição ou uma tributação àquela situação ou às áreas que não estejam tributadas, claro que, por sua maioria, elas não passam.

Então, não há qualquer segredo: sempre é o trabalhador! O trabalhador público e o privado sempre são chamados para pagar essa conta, e não nos vamos alongar, porque isso já foi bastante aqui nesta audiência pública.

A Margarida falou inclusive da PEC nº 555. Esta PEC, que objetiva a redução gradativa da contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas da União, dos Estados e dos Municípios... Inclusive, Senador, por um estudo pelo Sindifisco Nacional, temos que a arrecadação dessa contribuição, com base no último ano consolidado de 2013, é de apenas R\$1,5 bilhão e a dos Estados e dos Municípios é de cerca de R\$1,6 bilhão, totalizando, a arrecadação dessa contribuição de aposentados e pensionistas da União, dos Estados e dos Municípios, pouco mais de R\$3,1 bilhões.

Caso aprovada a MP 555, que hoje representa... Por exemplo, para se ter uma ideia, é muito pesada para os aposentados e pensionistas, mas se tem mostrado, desde o seu início até os dias atuais, uma receita míni-

ma, pequena, insignificante, palpável e possível, para que esta PEC nº 555 possa ser aprovada pelo Parlamento, porque, na sua comparação com a arrecadação previdenciária, ela representa tão somente, também com base no ano consolidado de 2013, 0,77% – não representa nem 1%. Em relação à receita total, ela representa menos de 0,23%. Em relação ao PIB, ela quase não tem representação numérica: 0,05%. Agora, pasmem os senhores! Em relação às desonerações tributárias totais de 2013, ela representa tão somente 0,9%.

Mas essa foi uma forma de chamar o aposentado a pagar. Como não se podia aumentar a tabela de imposto de renda só para aposentados, criou-se essa contribuição esdrúxula de tributar novamente o aposentado e pensionista da União, dos Estados e dos Municípios.

Então, não é novidade que a edição dessas duas medidas provisórias, que restringem e dificultam acessos a benefícios previdenciários e trabalhistas, também ampliam carências, reduzem o benefício e muitas suprimem o próprio benefício.

Isso quer dizer que, na parte do Regime Geral de Previdência, os benefícios focados nesta Medida Provisória, sobretudo, a de nº 664, representam em torno de 58% de todos os benefícios do Regime Geral de Previdência Social; ou seja, a medida atingiu em cheio benefícios trabalhistas e previdenciários.

E a Medida nº 665, que mexe com o seguro-desemprego, o seguro do defeso e também com o abono, é restritiva e também retira direitos dos trabalhadores.

Por via de consequência, queríamos dizer que não há por que o Parlamento, o poder político do Parlamento, com o Governo central... Não há como não entender que essas duas medidas foram absolutamente injustas e merecem uma revisão, porque elas, em si, contêm vícios de constitucionalidade formal e material.

Por fim, queria dizer a V. Exª, Senador, e aos presentes que buscamos sempre encontrar, pela responsabilidade que temos no cargo, alternativas, possibilidade, porque não podemos simplesmente chegar aqui e sentar o verbo, discutir e dizer. Temos de entender que esta audiência pública terá de ser consequente, terá de ter sido construtiva.

Ficamos sempre imaginando, sem demérito dos outros, se tivéssemos mais alguns paulos paim no Senado e na Câmara, porque alternativas existem.

Queria concluir, dizendo que, se quer se buscar alternativa para este Brasil, é preciso que busquemos uma política decenal para a industrialização no Brasil do nosso minério.

O nosso minério vai todo para fora do Brasil a preço de nada e volta manufaturado a preço de diamante. Se nós, através de uma política industrial – e aí é o momento, pois temos um Parlamento com boa base empresarial – com o Governo, temos uma alternativa de melhorar muito o *status* econômico e social do nosso povo. Um deles: vamos buscar a industrialização do nosso minério em solo pátrio, para vender nossos produtos manufaturados a preço de diamantes.

Finalmente, quero dizer que o Sindifisco Nacional, aqui representado pela minha pessoa, é contrário e vai trabalhar incessantemente pela rejeição dessas duas medidas provisórias.

Quero, por fim, já me antecipando, cumprimentar o Senador pelo seu aniversário no domingo – sei que a confraternização vai ser bastante concorrida e merecida! – e parabenizar os componentes das Mesas anteriores que nos passaram tantos conhecimentos, como esta Mesa da qual participamos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi José Castelo Branco Bessa Filho, que falou pelo Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais.

Estamos com um problema de horário. Iniciamos às 9 horas em ponto e temos de encerrar às 2 horas. Então, pediria agora – vamos dar o mesmo tempo, claro! – ao Dr. Maxmilian Patriota Carneiro, que vai falar pela OAB. Depois, vamos dar nem que seja um minuto para as considerações finais dos painelistas.

O SR. MAXMILIAN PATRIOTA CARNEIRO – Senador Paulo Paim, é uma honra estar presente, compondo a Mesa. Agradecemos muito o convite de V. Exª. A receptividade das nossas propostas de emenda também são contrárias à MP nº 664 e à 665. Venho aqui em nome da Comissão de Seguridade Social, órgão da OAB que fica estudando todas as medidas que envolvem Previdência e Seguridade Social.

Muito já foi dito. Vou ser bastante breve. O nosso posicionamento já foi apresentado em outra ocasião nesta Casa. Pretendemos continuar acompanhando e vindo aqui todas as vezes em que houver um assunto da ordem previdenciária e de seguridade.

Só para sintetizar, o nosso entendimento é muito parecido com o do representante da Anamatra. Nós nos concentramos mais no viés jurídico, respeitando e entendendo que a parte política e econômica também exercem um peso importante no entendimento contrário à medida provisória.

Na questão jurídica, também entendemos que há vício quanto à forma e ao conteúdo, sobretudo quanto a algumas questões principiológicas como a vedação ou o retrocesso aos benefícios previdenciários, pelo fato de o Brasil também ser signatário do Pacto São José da Costa Rica e por ofensa ao art. 246 da Constituição Federal.

Se for o caso, estamos acompanhando atentamente a evolução dos trabalhos das MPs nºs 664 e 665, tomaremos medidas judiciais junto ao Supremo.

Era o que tinha a dizer.

Obrigado pelo convite. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

O Dr. Maxmilian Patriota Carneiro falou pela OAB e foi muito feliz, porque ele sintetizou o assunto muito bem. Todos já falaram. Foram em torno de 15 convidados, e ele sintetizou a opinião de todos, que vai na linha do que foi dito: contra as MPS, pedindo que haja a rejeição. Se iniciarmos o debate da negociação, vamos ter de enfrentar isso.

Vou passar de imediato para o Dr. Guilherme Guimarães Feliciano, porque não posso deixar de responder aos questionamentos e, como vi que é exatamente no campo jurídico, V. S^a vai ter que usar o seu tempo para responder as perguntas da sua mesa.

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – Muito obrigado, Senador.

Antes de mais nada, quero deixar mais uma vez o agradecimento da Anamatra, o abraço do presidente Paulo Schmidt a V. Ex^a, do vice-presidente Germano Siqueira, que será o nosso próximo presidente, e dizer que estaremos sempre trilhando os mesmos caminhos. A Anamatra se orgulha de estar sempre com V. Ex^a, lado a lado, nessas lutas tão importantes para o povo brasileiro.

Quero, mais uma vez, cumprimentá-lo pelo seu aniversário que se aproxima. A Anamatra tentará estar lá no domingo, de alguma maneira.

Atendendo ao pedido da sua assessoria, tentarei ser muito breve.

Pergunta a espectadora Maria de Lourdes Felipe: “No momento que estamos vivendo, não seria melhor que tais medidas fossem analisadas mais profundamente?” Com toda a certeza. Acho que é o que todos aqui disseram. A Anamatra tem, precisamente, as mesmas posições das várias entidades que se manifestaram: pela rejeição das medidas provisórias ou, se o Governo Federal tivesse esse ato de grandeza pela própria retirada das medidas provisórias, que se possa discutir isso – utilizando a expressão da Maria de Lourdes – “mais profundamente” com as entidades sindicais, com as entidades associativas, com a OAB, e, aí sim, verificando-se as possibilidades, sopesando o que há em favor desses cortes e o há contra esses cortes sociais – e muito se disse aqui –, chegar-se à construção de algo comum pelo seu autor legítimo, que não é o Poder Executivo, é o Parlamento, é o Congresso Nacional. Isso teria de ser discutido aqui, e previamente, ouvindo a sociedade civil.

Natasha Leilão da Silva disse que não deveríamos mudar a regra, nem do defeso nem do seguro-desemprego, e que o empregado é que deve pagar a sua aposentadoria.

Perfeitamente, Natasha Leilão. Aliás, é assim. Os estudos demonstram...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O empregado já paga.

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – Exatamente. Os estudos demonstram – como foi dito aqui nesta Mesa – que, para 2013, os dados apontam que a Previdência Social, o Regime Geral de Previdência Social foi superavitário em 76 milhões. Então, nós não teríamos absolutamente necessidade de nenhum tipo de aporte se não houvesse – e isso é histórico entre nós – nenhum tipo de evasão para outras finalidades. E nós entendemos que a Previdência é solidária, que o Sistema de Seguridade é solidário e que esse dinheiro, eventualmente, vai financiar os benefícios de assistência social, por exemplo. Mas 76 bilhões é muita coisa! Então, 76 bilhões de superávit é um valor imenso. Agora, haverá esse dinheiro para o Bolsa Família, a DRU, que mencionei (Desvinculação das Receitas da União), e essas coisas todas impactam.

O que não se pode dizer – e é isso que há até de hipócrita nesse discurso – é que o problema é o imenso gasto social que o País faz em uma política protecionista. Isso não é verdade. A Previdência... O Sistema de Seguridade não é superavitário apenas por conta desses benefícios que são pagos sem contrapartida, mas a Previdência propriamente, vou dizer mais uma vez, é superavitária em R\$76 bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Doutor, vou ter que fazer um apelo a V. Ex^a.

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Se puder simplificar...

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – Pois não, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Trinta segundos para cada pergunta.

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – Pois não.

Adriana Von Linsingen...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Estou com o problema das duas horas.

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – Perfeitamente, Senador.

Adilson Ramos da Silva está me dizendo da sua indignação.

E para terminar, Senador, Ana Lacerda faz talvez a pergunta técnica. Os 24 meses de carência é o que se inova agora com a medida provisória, entre outras coisas. Ela pergunta se muda alguma coisa – “sou dependente”, etc. – na necessidade de comprovação.

Ana Lacerda, não muda nada quanto à comprovação. A questão da dependência presumida ou da dependência real que tem que ser comprovada, nessa o Governo não mexeu. Mas muda muita coisa em outros aspectos. Por exemplo: se o seu marido não tinha 24 meses de carência, agora haverá um problema, a pensão não poderá ser paga. A relação conjugal, seja união estável, seja casamento, terá de ter sido de pelo menos dois anos. Não era assim até dezembro. O valor, como já foi dito aqui pela representante do Sinait, será de 50% do valor do benefício se não houver outros dependentes.

Se a sua expectativa de vida for superior a 35 meses, essa pensão variará entre três e quinze anos e não será mais vitalícia. Então, há, de fato, algumas modificações que, a nosso ver, não se justifica.

Finalmente, Senador, nos desculpe, só lembrar uma frase de Rosa Luxemburgo – porque por mais que temos feito hoje não alcance o que desejamos –, que diz que só sente as algemas quem se movimenta. Nós estamos nos movimentando para quebrar essas algemas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr. Guilherme Guimarães Feliciano, que falou pela Anamatra. (*Palmas.*)

De imediato, Moacyr Roberto Tesch.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Senador, só para quebrar o protocolo, eu gostaria de parabenizá-lo, desejar muita felicidade, muita saúde. Que Deus lhe dê muita força, muita força mesmo, porque V. Ex^a é a nossa trincheira. É a trincheira do fraco, do oprimido, do social, dos trabalhadores, enfim, das pessoas que mais precisam. Então, peço a Deus que o seu Anjo da Guarda lhe ilumine e continue lhe dando muita força, porque nós precisamos de V. Ex^a.

Agora, sim, quebrando o protocolo, eu gostaria de convidar os presentes para cantar os parabéns para o Senador.

(*Procede-se homenagem ao Paulo Paim.*)

Viva o Senador! Viva! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Viva os trabalhadores do campo, da cidade, aposentados, pensionistas, homens e mulheres, que são os heróis dessa caminhada de todos nós, porque são eles que nos lideram. Nós, aqui, somos ferramentas do processo histórico e damos a nossa contribuição.

Obrigado, Moacyr!

Obrigado, como sempre!

Luís Carlos Prates, que aqui fala pelo Conlutas.

O SR. LUÍS CARLOS PRATES – Também agradecer, mais uma vez, esta oportunidade. Acho que esse debate foi bastante importante.

Eu queria me solidarizar tanto com a Margarida como a Rosa, enfim, com as mulheres e também com as telespectadoras que fizeram essa pergunta, porque inclusive fazer um contraponto, pois a Senadora Marta falou da questão das pensões, que poderia haver distorções, o próprio representante da CUT também falou que isso poderia ser um tema de debate. Eu achei muito boa, em primeiro lugar, a preocupação dos ouvintes, os telespectadores, que foram direto ao tema, é uma prova de que este tema das pensões é um tema caro, não só para as mulheres, porque também temos pensão para homens, porque ninguém quer a morte de ninguém. É como um seguro, ninguém que receber o seguro, mas não pode presenciar esse ataque grande em todos os aspectos.

Então, acho que foi uma colaboração bastante grande das mulheres, que são as mais atingidas. Nessa semana do dia 8 de março, acho que a homenagem que nós poderemos prestar-lhes é lutar com tudo para derrubar essa lei das pensões.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem! (*Palmas.*)

Antes de passar a palavra aos componentes da Mesa, nós havíamos combinado que ouviríamos Mercedes Sosa. Nós a ouvimos na abertura e vocês não estavam aqui

(*Procede-se à apresentação de vídeo.*)

(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Nasceu em 1935 e morreu em 2009, a chamada Pérola Negra, uma lutadora dos direitos humanos que nunca teve fronteira. Pela música, ela alcançou o mundo.

Vamos aqui, agora, para as considerações finais do Sr. José Castelo Branco Bessa Filho. Se puderem, usem um minuto cada um, porque devo ir para o plenário nesse momento.

O SR. JOSÉ CASTELO BRANCO BESSA FILHO – Bom, dizer finalmente o seguinte, na busca de alternativas somos pela rejeição das duas medidas provisórias. Como alternativa, que se reavalie o volume dessas desonerações feitas pelo Governo, que, em 2013, totalizaram R\$78,6 bilhões e, em 2014, R\$104 bilhões. Tem que fazer uma revisão disso.

Dentro dessas desonerações, há uma iniciativa do Governo que, na minha avaliação pessoal, é um crime de lesa-pátria: desonerar a folha de pagamento. Desonerar a folha de pagamento é tirar indiretamente o direito dos trabalhadores. Como outra alternativa, dentro daquela campanha do imposto justo, fazer uma progressividade da tributação do imposto direto e reduzir...

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ CASTELO BRANCO BESSA FILHO – ... a carga tributária dos contribuintes de uma maneira geral e tributar as classes mais favorecidas econômica e socialmente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

O SR. JOSÉ CASTELO BRANCO BESSA FILHO – ... nas propostas feitas.

Muito obrigado. Agradeço ao Senador a oportunidade que nos dá.

Obrigado a todos vocês por nos ouvirem.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

O José Castelo Branco falou pelos auditores fiscais da Receita Federal.

Vou fazer um apelo sempre aqui, por causa do nosso tempo agora.

Edison Guilherme, do Mosap, saiu, mas deixou um abraço para todos. A posição dele é a mesma dos senhores que estão aqui.

Rosa Maria, Sinait.

A SRª ROSA MARIA CAMPOS JORGE – Eu não disse, mas outros disseram aqui, que há um outro problema muito sério na MP 664, que é a terceirização da perícia médica. Isso é um problema seriíssimo e, sinceramente, um prejuízo muito grande para o Estado, porque terceirizar não implica redução, não! Muito ao contrário: abre porta para uma série de possíveis irregularidades. As empresas terceirizadas que os auditores fiscalizam, na sua grande maioria, funcionam em situação de irregularidade. Irregularidade mesmo! Nem todas as terceirizações – embora seja muito praticado – estão sendo feitas de forma lícita. É preciso deixar isso claro. E aí, nós abrimos a porta da terceirização do serviço público. Vão terceirizar também o serviço público? Quer dizer, é realmente um grande ataque ao serviço público e à sociedade.

Também dizer para vocês – a Margarida disse da nossa preocupação com o Judiciário – que os trabalhadores ganharam um presente de Natal do Presidente do Supremo no dia em que ele deu a liminar para acabar com a lista suja...

(Soa a campanha.)

A SRª ROSA MARIA CAMPOS JORGE – A lista suja do trabalho escravo é aquela dos infratores que são flagrados praticando trabalho escravo no Brasil. Quando o Presidente do Supremo concedeu essa liminar, ele também praticou um ataque aos trabalhadores brasileiros. Então, a gente, realmente, não pode confiar, infelizmente.

Muito obrigada a todos por nos ouvirem. Estamos juntos contra essas duas MPs e vamos até o fim.

Muito obrigada. Obrigada Senador. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Rosa Maria Campos Jorge, que falou pelo Sinait.

Margarida Lopes de Araújo, Presidente da Anfip.

O SR. MARGARIDA LOPES DE ARAÚJO – Da mesma forma que o Sinait está com carência de auditores, a nossa categoria também, os auditores da Receita Federal do Brasil. Nós temos um quadro, que seria o ideal, de 20 mil auditores e hoje estamos com menos de 50% para fiscalizar todas as empresas do Brasil. Nós estamos lutando pela reposição desses quadros, porque isso fortalece a Receita Federal, à medida que você coloca mais auditores.

Mas, infelizmente, eles estão precarizando muito, porque nós temos aí um quadro defasado e os concursos que saem, Senador, são para 200 cargos, 300 cargos.

Temos agora, do último concurso, um excedente de 278 auditores muito bem preparados. Estamos pedindo que eles sejam colocados, que eles sejam chamados e já estamos trabalhando nisso até quanto ao orçamento e tudo. Estamos com grande esperança de que isso aconteça para fortalecer o nosso trabalho, para

que todas as empresas sejam fiscalizadas e possamos, com essas contribuições e acabando com a corrupção deste País, trabalhar por um País mais justo, mais igualitário, mais humano para todos os cidadãos brasileiros.

Quero agradecer ao Senador, parabenizá-lo pelo seu aniversário. Infelizmente, não poderei estar lá, mas todos os nossos colegas do Rio Grande do Sul estarão. Eu sei que será uma festa muito bonita, como o senhor bem merece.

Conte sempre com a Anfp. Como disse a Rosa, estamos todos juntos na mesma luta, procurando fazer deste um País melhor para se viver.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

Muito bem, Margarida Lopes de Araújo, Presidente da Anfp.

Agora, nosso último painelistas é o Daro Marcos Piffer, Presidente do Sinal.

O SR. DARO MARCOS PIFFER – Vou tentar ser bem rápido, Senador.

O tanto que somos contrários a essas MPs já está mais do que dito.

Eu quero lembrar duas coisas: nesta audiência, alguém lembrou a CPMF. Lembrar a CPMF significa que nós necessitamos promover uma reforma tributária. Mas devemos ser claros que reforma tributária não é para se pagar menos imposto; é para que haja uma tributação mais justa, para que se pague melhor os nossos impostos. Só que só vamos conseguir fazer uma reforma tributária se, primariamente, esta Casa se debruçar sobre a reforma política. Nós precisamos, imperiosamente, fazer uma reforma política de forma que os políticos em geral sejam menos dependentes do capital.

E, por fim, eu queria denunciar aqui, Senador, o uso perverso que o Governo vem fazendo das MPs. Medida provisória é uma medida que tem valor de lei, caráter de lei, mas é uma medida que deve ser colocada em caráter de urgência e de relevância. Porém, infelizmente, o Governo utiliza algumas MPs como um instrumento muito utilizado nas ditaduras. E eu acho que esta Casa deveria fazer essa denúncia em relação às MPs.

É só isso.

Obrigado, Senador, pela oportunidade, afirmando que estamos sempre aí.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem!

Quero só dizer que é preciso fazer mais do que uma denúncia. Eu abri minha fala aqui, quando tratamos de MP, dizendo que nós teríamos que ter um movimento para acabar com o instituto da medida provisória. Eu disse aqui e repito que isso é instrumento do parlamentarismo. Eu fui Constituinte. Nós fizemos e erramos. Estou repetindo o que eu falei aqui. Nós entendíamos que, no plebiscito, iria passar o presidencialismo. Aí, claro, cada Presidente que chegou abraçou aquela barbada de mudar a lei do dia para a noite. Como eu dizia antes, vamos para a casa, a lei é uma; quando acordamos de manhã, a lei é outra. Então, mais do que denúncia... E eu apresentei o projeto. O projeto está aqui, na Casa. Nós teríamos que trabalhar contra a medida provisória. O que os governos têm que fazer? É grave? É urgente? Manda o projeto com urgência para cá, que a Casa analisa e vota, ou não vota. Então, eu só faria este complemento.

Eu não iria, mas vou fazer, embora tenha que sair correndo para o plenário...

Quando abri a reunião, eu ia ler este meu pronunciamento. Depois, quem puder... Alguns me pediram cópia. Peguem a cópia! Não vou fazer todo o pronunciamento de novo, não. Não se assustem. Mas vou ler novamente só um pedaço dele. Posso?

O SR. MARGARIDA LOPES DE ARAÚJO – Pode, claro.

A SRª ROSA MARIA CAMPOS JORGE – Pode, claro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Porque a maioria não estava aqui.

Para onde eu vou? Adivinha! Eu digo: "Como diz Ângela Maria, grande intérprete da canção Gente Humilde, tem certos dias em que eu penso em minha gente e sinto assim todo meu peito se apertar, porque parece que acontece de repente como o desejo de eu viver sem me notar. Igual a como, quando eu passo no subúrbio, eu, muito bem, como Senador, vindo de trem de algum lugar. Aí me dá uma inveja dessa gente, que vai em frente sem nem ter com quem contar. São casas simples, com cadeira na calçada e na fachada escrito em cima "Aqui é um lar". E na varanda cores tristes e baldias, com alegria de não ter onde encostar. Aí me dá uma tristeza no meu peito pelo despeito de eu não ter como mais lutar, porque eles merecem. Eu, que não tenho, peço a Deus por minha gente. É gente humilde. Que vontade de chorar."

Está encerrada a audiência pública.

Um abraço a todos.

(Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 14 horas e 14 minutos.)

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA**ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 2015, QUARTA-FEIRA, ÀS OITO HORAS E TRINTA MINUTOS.**

Às oito horas e cinquenta e um minutos do dia dezoito de março dois mil e quinze, no Plenário da Comissão, sob a Presidência do Senador Lasier Martins, nos termos do artigo 88, § 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presentes as Senhoras e os Senhores Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Acir Gurgacz, Telmário Mota, Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Ricardo Ferraço, Hélio José, Ronaldo Caiado, Wilder Moraes, Flexa Ribeiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Wellington Fagundes, Elmano Férrer, Jorge Viana, José Pimentel, Paulo Rocha, Waldemir Moka, Dário Berger, Rose de Freitas e Eduardo Amorim. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara aberta a reunião e encaminha a deliberação da pauta. PARTE I – Instalação e Eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão: o Presidente comunica que os Senadores Garibaldi Alves Filho e Ricardo Ferraço foram indicados pela Liderança do Bloco da Maioria para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Por solicitação do Senador Ronaldo Caiado, o Presidente consulta os Senadores sobre a possibilidade de realizar a eleição por aclamação, em razão da existência de uma única chapa inscrita. Aprovada a solicitação, são eleitos por aclamação os Senadores Garibaldi Alves Filho e Ricardo Ferraço como Presidente e Vice-Presidente da Comissão, respectivamente. Às oito horas e cinquenta e seis minutos, o Presidente, Senador Lasier Martins, transfere a direção dos trabalhos ao Presidente eleito, Senador Garibaldi Alves Filho, que faz uso da palavra. Tem início a PARTE II da Reunião, com a apreciação de itens extrapauta. Item 1 – **REQUERIMENTO DA COMISSÃO** de Serviços de Infraestrutura nº 2, de 2015, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, que “com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno desta Casa, requeiro que seja convidado o Ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga, para participar de AUDIÊNCIA PÚBLICA pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, a fim de tratar de assuntos ligados àquela Pasta.” Resultado: aprovado o requerimento. Item 2 – **REQUERIMENTO DA COMISSÃO** de Serviços de Infraestrutura nº 5, de 2015, de autoria do Senador Wellington Fagundes, que “nos termos do artigo 40, parágrafos 1º e 2º, alínea “c”, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro formalmente autorização para ausentar dos trabalhos dessa Casa Legislativa para representar o Senado Federal, e essa Comissão de Serviços de Infraestrutura, em Audiência Pública que será realizada no dia 19/03/2015, na Câmara de Vereadores do município de Alto Araguaia no Estado de Mato Grosso, para debater o processo de duplicação da BR-364, trecho de Jataí (GO) a Rondonópolis (MT), melhorias no trecho de Alto Araguaia (MT) a Rondonópolis (MT) e obras para melhoria da travessia urbana no município de Alto Araguaia, conforme convite anexado. Tal solicitação não acarreta ônus para o Senado Federal.” Resultado: Aprovado o requerimento. Fazem uso da palavra os Senadores Telmário Mota, Valdir Raupp, Lasier Martins, Flexa Ribeiro, Hélio José, José Pimentel, Dário Berger, Wellington Fagundes e Rose de Freitas. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às dez horas e seis minutos, lavrando eu, Thales Roberto Furtado Moraes, Secretário da Comissão de Serviços de Infraestrutura, a presente Ata, que, lida e aprovada, é assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador Lasier Martins, Presidente (art. 88, RISF).

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Bom dia, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, assessores, imprensa.

Declaro aberta a 1ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Quero começar dizendo que me encontro aqui nesta posição, muito honrado, pela primeira vez, nem tanto por méritos, mas por idade. Por ser o Senador mais velho da Comissão de Infraestrutura fui convocado para esta missão. De modo que esta condição aqui é mais honrosa que meritória.

Esta presente reunião tem por finalidade a instalação dos trabalhos e a eleição do Presidente e do Vice-Presidente desta Comissão de Infraestrutura para o biênio 2015/2016, nos termos do art. 88 do Regimento Interno do Senado Federal.

Foi registrada, até o momento, a seguinte chapa, indicada pelo Bloco Parlamentar da Maioria.

Para Presidente Senador Garibaldi Alves Filho, PMDB do Rio Grande do Norte.

Para Vice-Presidente Senador Ricardo Ferraço, PMDB do Espírito Santo.

Como é praxe, consulto...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente, faça por aclamação a eleição, já que será por unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – É o que eu ia propor desde logo.

Como tenho um roteiro, eu ia segui-lo, mas já vi que o Senador Caiado quer que sejamos práticos, sem muita cerimônia.

A proposta é se elegemos ou não por aclamação. Então essa é a primeira votação.

Quem concorda que seja por aclamação permaneça como se encontra. *(Pausa.)*

Está aprovado o sistema da eleição.

Agora, passamos à votação com relação à chapa apresentada.

Quem estiver favorável à chapa do Senador Garibaldi e do Senador Ricardo Ferraço permaneça como se encontra. *(Pausa.)*

Aprovada. *(Palmas.)*

Proclamo, então, por aclamação, para o biênio 2015/2016, o Senador Garibaldi Alves Filho para Presidente e o Senador Ricardo Ferraço para Vice-Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Antes de convidá-los para assumir, quero dizer que é uma honra muito grande, porque todos aqui conhecem a história do Senador Garibaldi.

O Senador Garibaldi foi prefeito de Natal, foi governador do Rio Grande do Norte, foi Presidente do Senado, de modo que estamos diante de um Presidente desta Comissão dos mais experimentados, dos mais competentes, e temos certeza, Senador Garibaldi, que o senhor fará essa gestão bienal de modo muito profícuo.

Dito isso, convido os Senadores eleitos a ocuparem seus lugares à mesa e passo a Presidência da reunião ao Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Muito obrigado.

Bem, agradeço a todas as Sras e a todos os Srs. Senadores, membros da Comissão e, em especial, ao Senador Lasier Martins, pelo fato de que presidiu os primeiros momentos desta reunião que me fez Presidente desta Comissão. Na verdade, quase presidi a minha própria eleição, mas o Senador Lasier Martins me deixou mais à vontade.

Estou aqui diante de um discurso de aproximadamente meia hora, mas compreendendo que as Sras e os Srs. Senadores têm outras ocupações e atribuições, vou apenas destacar a condução competente da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Blairo Maggi, Presidente e Vice-Presidente no biênio 2011/2012, e dos Senadores Fernando Collor e Sérgio Petecão, Presidente e Vice-Presidente da Comissão, no período de 2013/2014, para citar apenas esses últimos.

Espero estar à altura dos trabalhos desempenhados por estes Presidentes e Vices e tenho certeza de que contarei com a atual composição da Comissão, tendo como Vice-Presidente o Senador Ricardo Ferraço.

Teremos um desafio muito grande. Nosso potencial econômico só será plenamente atingido se formos capazes de sanar os gargalos de infraestrutura no País em setores como transporte, escoamento da produção, geração e distribuição de energia, abastecimento de água, serviço de telecomunicações, portos e aeroportos. Não esqueçamos que a nossa população clama, por vezes, de modo retumbante, por melhoria nas áreas de mobilidade urbana, transporte público, transporte aéreo, abastecimento d'água e saneamento básico.

Todos esses temas, como bem sabem V. Ex^{as}, repercutem em nossa Comissão. São, melhor dizendo, o foco do nosso trabalho legislativo. Temos os projetos de lei pendentes de decisão nesta Casa, tratando de administração pública, licitações e contratos, indústria e comércio, minas e energia, política urbana, tributação, viação e transportes, defesa do consumidor, ciência, tecnologia, informática, comunicações, meio ambiente, previdência social, trabalho e emprego.

Conto com a presteza de V. Ex^{as}, para que, uma vez distribuídos esses projetos, possam ser rapidamente pautados em nossas reuniões deliberativas, respondendo às demandas da sociedade brasileira em áreas tão relevantes.

Além disso, utilizaremos o mecanismo de audiências públicas, como instrumento essencial para a instrução de matérias legislativas.

Quero anunciar uma prioridade para a qual sei que contarei com o apoio de V. Ex^{as}, porque, na verdade, no que toca às agências reguladoras, temos uma extensa agenda de apreciação de várias indicações, mas eu sei que não podemos ficar só no aguardo da indicação desses nomes. Temos de cobrar isso. Temos de cobrar.

Há uma vaga aberta, e serão abertas mais duas em 2006 na Agência Nacional de Telecomunicações. Na Agência Nacional de Transportes Terrestres, há três diretorias ocupadas por interinos. Na Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), há uma sabatina prevista para 2016. Na Anac (Agência Nacional de Aviação Civil), há duas vagas abertas, uma a ser preenchida em 2015, neste ano, e duas em 2016. Na Agência Nacional de Petróleo, duas diretorias serão indicadas. É verdade que não estão vagas.

Portanto, temos de considerar, meus colegas, que as agências reguladoras são elementos de proteção do patrimônio do Estado e da promoção da segurança econômica das atividades do País. Constituem ainda

instâncias mediadoras entre o interesse público e o privado, estabelecendo condições de segurança jurídica para inúmeras atividades que dependem de autorização e concessões governamentais, seja para exploração de bens ou de serviços de interesse público.

As agências, no exercício de suas competências, devem, por sua vez, se pautar por posturas técnicas e éticas do mais alto grau e constituir em suas estruturas administrativas ouvidorias e serviços de atendimento aos cidadãos, oferecendo, com a transparência devida, todas as informações disponíveis em suas áreas de atribuição, contribuindo, assim, para que todos os entes da sociedade tenham condições de exercer seus direitos inalienáveis de acompanhamento e vigilância de como as questões públicas estão sendo conduzidas.

Eu creio que devemos fazer uma verdadeira cruzada, uma verdadeira campanha. Vamos ter de preencher essas vagas. Temos aqui, diante de todos nós, e não quero me demorar, mas temos aqui que zelar pela plenitude das atribuições que nos foram conferidas, e uma delas, a mais relevante, é a da fiscalização. E esta Comissão não se pode omitir não apenas do fato de deliberar, mas de cobrar que essas agências funcionem bem e que não sejam deixadas, assim como estão, sem ter diretores legitimamente ocupados e sabatinados por esta Comissão.

Portanto, creio que as audiências públicas são relevantes, mas a Comissão tem o dever de cobrar isso em cuja apreciação me detive agora.

Agradeço, mais uma vez, a presença dos Senadores e Senadoras e, para finalizar, informo às Sras e aos Srs. Senadores que apresentei à Comissão requerimento de realização de audiência pública com S. Ex^a Ministro de Estado de Minas e Energia, nosso colega Senador Eduardo Braga.

Já estou vendo ali, na fisionomia de Flexa Ribeiro, uma certa satisfação.

Os senhores e as senhoras, se quiserem, podem deliberar logo sobre esse requerimento, que passo a ler.

EXTRAPAUTA

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº , DE 2015

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno desta Casa, requeiro que seja convidado o Ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga, para participar de AUDIÊNCIA PÚBLICA pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, a fim de tratar de assuntos ligados àquela Pasta.

Autoria: Senador Garibaldi Alves Filho

Se quiserem nós deliberamos logo, porque temos número para tal.

Com a palavra o Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

Primeiro, quero, como titular desta Comissão, declarar meu voto a V. Ex^a e parabenizá-lo. O Senador Garibaldi é uma pessoa que já ocupou diversos cargos importantes neste País. É uma pessoa que tem preparo para conduzir esta Comissão, que é muito importante na atual situação do País para resgatarmos algumas credibilidades que estão aí comprometidas, para haver resgate no meio dessa crise, que acho que é muito mais política do que econômica ou financeira.

São as infraestruturas vão permitir às grandes empresas, ao grande capital, a segurança de que o País está andando, vai desenvolver, crescer e buscar o seu caminho normal. Então, temos esse compromisso enorme.

Bem colocou V. Ex^a quanto a esses membros das agências reguladoras. É importante preencheremos todos esses cargos para realmente o País começar a andar e todo mundo a deliberar os seus serviços. É muito importante que tomemos essa providência.

A convocação do Ministro é de uma oportunidade ímpar para discutirmos diversos assuntos. E eu queria, já no seu requerimento, pautar um assunto para ele trazer em mente, que é a questão do linhão de Tucuruí até o Estado de Roraima que está paralisado no Estado do Amazonas. Então, é importante que ele já traga uma posição sobre a questão energética do Estado de Roraima, que hoje está à beira de um colapso, se já não corroe as termoelétricas.

Então, V. Ex^a com certeza está preparado e pode contar com o nosso apoio, para fazermos esta Comissão funcionar a rigor e trazer uma resposta para o Brasil e para o Congresso, como uma Comissão efetivamente trabalhando em busca do bem-estar da Nação.

Essa era a minha colocação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Telmário e concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi; Sr^{as} e Srs. Senadores, queria, nesta oportunidade, parabenizá-lo, Senador Garibaldi, pela ascensão a esta Presidência. V. Ex^a já tem uma vasta experiência, pois foi governador, ministro já por duas oportunidades, Presidente desta Casa do Senado Federal, já ocupou também a Presidência de diversas Comissões aqui no Senado Federal, e certamente esta Comissão estará muito bem dirigida por V. Ex^a e pelo nobre Senador Ferraço na Vice-Presidência.

Esta Comissão sempre teve – e certamente terá daqui para frente – um papel importantíssimo no desenvolvimento do País. E já foi dito aqui que o Brasil precisa continuar crescendo.

Eu tenho falado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, com a equipe econômica do Governo, em reuniões e oportunidades que tivemos, que nós estamos administrando uma agenda negativa. Nós começamos o ano e estamos, até este presente momento, administrando agenda negativa. E cadê a agenda positiva?

Neste exato momento a CBIC (Câmara Brasileira da Indústria da Construção), entidade que congrega a construção civil, está no Centro de Eventos Brasil 21, num café da manhã.

Todos os Parlamentares também foram convidados para participar. Alguns não conseguiram ir devido a atividades aqui no Congresso, mas muitos estão lá neste momento. Eu estava lá até agora há pouco, mas vim votar. E praticamente não foi preciso, porque foi por aclamação. Mas é sempre uma satisfação poder, mesmo por aclamação, votar em V. Ex^a.

Então, esta Câmara está discutindo a questão da crise brasileira. Tem empresas quebrando porque não receberam o que fizeram, o que construíram até agora, sobretudo para o Minha Casa, Minha Vida e outras áreas de construção do Governo. E eu pergunto à equipe econômica, como já tive oportunidade de fazer pessoalmente: quando vai começar a agenda positiva? O Brasil se vangloria de que tem uma reserva de US\$370 bilhões. No passado, devia ao FMI e agora está tendo de fazer ajustes aqui no Congresso, medidas impopulares. E o Congresso também paga um preço muito alto para poder ajustar as contas do Governo. Quando vai começar a agenda positiva? Quando o Governo vai lançar o PAC 3? Quando vai dar um incentivo, uma injeção de investimento na economia brasileira para poder retomar o crescimento?

O Nelson Barbosa falou aqui ontem, não sei, acho que foi nesta sala mesmo, à Comissão de Assuntos Econômicos, dizendo que o Brasil já começou a subir a rampa, que o Brasil, que estava descendo a rampa, já começa levemente a subir a rampa. Então, espero que essa rampa, que essa subida seja contínua e que nós possamos chegar, daqui a um ano ou dois, a uma fase nova de crescimento no nosso País.

Esta Comissão, repito, é muito importante. V. Ex^a foi a pessoa escolhida, é a pessoa certa para presidir esta Comissão neste próximo biênio.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Agradeço, Senador Valdir Raupp.

Vamos procurar contribuir aqui para justamente criar e consolidar essa agenda positiva a que o Senador Valdir Raupp faz referência e vamos, inclusive, contar com esses membros desta comissão da construção civil. Eles, inclusive, fizeram um convite, mas coincidiu com a nossa eleição aqui. É evidente que eu queria me eleger primeiro, não é? (*Risos.*)

Eu inclusive quero dizer que foi a eleição mais fácil que eu já obtive na minha vida esta aqui. Eu acho que é em consideração à minha idade, já. (*Risos.*)

Concedo a palavra ao Senador Lasier Martins, nosso Presidente no início dos trabalhos.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O Presidente para valer agora é V. Ex^a.

Congratulando-me, mais uma vez, agora como titular desta Comissão, com V. Ex^a, Senador Garibaldi, e percebendo que já começamos bem, com o convite ao Ministro de Minas e Energia, eu queria sugerir que logo após também convidemos, e vou encaminhar requerimento nesse sentido, o Presidente do BNDES, para que tenhamos conhecimento sobre os critérios de concessão de financiamentos a grandes obras no Brasil. Há muito desconhecimento sobre como isso se processa. Então, imediatamente vou encaminhar o requerimento para que possamos contar aqui também com o Presidente do BNDES, personalidade importantíssima a nos trazer vários dados que interessam a toda a sociedade brasileira.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Lasier.

Registro a presença do Senador José Pimentel e quero, neste instante, conceder a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente Senador Garibaldi Alves Filho, Srs. Senadores, primeiro, quero cumprimentá-lo. Não seria nem necessário, pela história de vida de V. Ex^a. O povo do Rio Grande do Norte já o elegeu a todos os cargos possíveis no Executivo. Foi Prefeito, foi Governador, presidiu o Senado Federal e, por último, foi Ministro da Previdência. Em todos eles, V. Ex^a se houve com a competência que lhe é peculiar.

Inclusive, há pouco tempo, nós da Oposição festejamos o fato de o Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado, devolver ao Executivo uma medida provisória. Naquela altura, foi lembrado que a primeira devolução de medida provisória ao Executivo foi feita por V. Exª quando presidia o Senado Federal, e não foi por um momento de insatisfação. Foi, realmente, para cumprir os pré-requisitos necessários para que a medida provisória pudesse tramitar no Congresso Nacional.

V. Exª fez uma observação, quando leu o requerimento de sua autoria convidando o Ministro Eduardo Braga para vir a uma audiência aqui, na Comissão de Infraestrutura, de que eu estaria satisfeito, primeiro, porque amigo nosso, companheiro do Senado...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Fiz por isso. V. Exª está pensando...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Mas vou lhe dar a segunda grande razão da minha satisfação.

Estive com o Ministro, há duas semanas. O Senador Fernando Ribeiro, aqui, ao meu lado, do Pará, também sabe, Senador Garibaldi Alves, que o Pará, hoje, é um grande exportador de energia para o Brasil e será, no futuro, a curto prazo, o maior produtor de energia do nosso País, quando estiverem prontos os complexos de Belo Monte, Tapajós, Marabá, ou seja, quando todos os recursos hídricos tiverem sido aproveitados para geração de energia. Disse ao Ministro Eduardo Braga que é um absurdo – e é bom que os brasileiros todos saibam, porque os paraenses sabem disso, principalmente os nossos amigos do oeste do Estado do Pará – que os Municípios do oeste do Pará estejam sujeitos a blecaute de energia, Senador Presidente Garibaldi Alves, porque o linhão que leva energia de Tucuruí até Itaituba e Santarém, chamado Tramaoeste está com a sua capacidade esgotada. Lamentavelmente, por um lado, o Brasil não cresce há alguns anos, e, por isso, ainda não houve o blecaute na região, mas é preciso imediatamente que o Governo faça o segundo linhão.

Também o Estado do Pará é um grande produtor de minérios, de matérias-primas minerais, e tudo no Ministério do Senador Eduardo Braga. Precisamos discutir e votar o novo regulamento, o marco regulatório da mineração. Estamos discutindo isso há três anos. Está parado na Câmara Federal e não vem para o Senado. Tenho um projeto, outros Senadores têm projetos também sobre o marco mineral. Então, vamos fazer ir daqui do Senado para a Câmara. Já que da Câmara não vem para cá, vamos fazer o sentido inverso.

Então, tenho certeza absoluta, V. Exª fará, nesta Comissão, que é uma das mais importantes do Senado Federal, porque o Brasil hoje necessita de infraestrutura para escoar a sua produção com competitividade para o mercado mundial, e o meu Estado, o Estado do Pará, é, sem sombra de dúvida, pela bondade divina, o Estado que tem melhor posicionamento para escoamento da produção... É o Estado mais próximo dos mercados consumidores tanto da Europa quanto da Ásia, passando pelo Canal do Panamá, que está tendo terminada a sua duplicação.

Por último, desejando que Deus os abençoe, a V. Exª e ao Senador Ferraço, à frente desta Comissão, pediria... Tenho um requerimento, Senador Garibaldi Alves, há seis anos. Há seis anos, fiz um requerimento, e a cada nova Mesa dirigente da Comissão de Infraestrutura renovo o pedido, e estou renovando a V. Exª mais uma vez, para que se instale uma subcomissão na Comissão de Infraestrutura para acompanhar e fiscalizar as obras do PAC.

Não tenho bola de cristal, mas há seis anos já dizia ao então Presidente da Comissão, Senador Fernando Collor, que esta Comissão tinha, talvez como uma das suas maiores preocupações, o papel de fiscalizar, pelo Senado Federal, as obras do PAC. E deu no que deu. Todas elas estão cheias de malfeitos, as que já foram descobertas. Agora, faltam muitas a serem descobertas para que a sociedade brasileira saiba que o processo que acontece na Petrobras é endêmico neste Governo que aí está.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Senador Flexa, eu recorri a um dos meus secretários aqui (*Fora do microfone.*), meu Secretário Thales, e ele me disse que foi criada.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Não, não foi não.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Foi criada, mas não foi instalada. V. Exª tem razão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Vamos instalá-la sobre a sua presidência.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Está certo.

Requer, nos termos dos artigos 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação, no âmbito da Comissão de Infraestrutura, de uma Subcomissão permanente, composta de 7 membros titulares e igual número de suplentes, destinada a acompanhar a implementação do Plano de Aceleração de crescimento (PAC).o do Crescimento (PAC).

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, a essa altura, eu me referia ao PAC 1. Nós não acabamos o PAC 1, já foi lançado o PAC 2. Não acabamos o PAC 2 vai ser lançado o PAC 3. São só ações midiáticas.

O Senador Valdir Raupp fez referência à pauta positiva do Governo. Eu acho que a pauta positiva do Governo será quando ele concluir o PAC 1, que vem se arrastando, e quando concluir o PAC 2. O lançamento do PAC 3 será midiático, como foram os outros dois, se não houver a conclusão das obras que lá foram iniciadas.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Eu também gostaria de contar com a colaboração de V. Exª no sentido de diminuir o número de membros.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Desde que não seja só um, V. Exª pode diminuir para cinco.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Eu sei que V. Exª vale por dois. *(Risos.)*

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – V. Exª pode diminuir para cinco membros e terá a minha concordância.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Bom dia.

Eu queria cumprimentar aqui o Senador Garibaldi Alves e, com muita satisfação, declarar meu voto, com muito carinho, à presidência de V. Exª nesta importante Comissão. Parabenizo todos os que fazem parte desta Comissão. Ser um membro titular desta Comissão, Senador Garibaldi, para um trabalhador da área de infraestrutura, um analista de infraestrutura concursado do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, faço meu trabalho pelo MPOG no Ministério de Minas e Energia, acho de altíssima relevância estar aqui com meus pares como titular desta Comissão de importância capital para o nosso País.

Acho que o Presidente Lula e a Presidenta Dilma, com a criação do PAC, oportunizam para o nosso País uma série de agendas positivas. Realmente é a condição do nosso País avançar no desenvolvimento econômico, avançar na questão do bem-estar social da nossa população, avançar nas políticas públicas que garantem transporte, saúde, educação de qualidade ao nosso povo. Para nós, é de uma relevância muito grande participar desta Comissão.

Queria dizer para V. Exª que estamos num momento de séria crise energética no Brasil, portanto, seria muito oportuno – e vou apresentar um requerimento neste sentido – criarmos uma subcomissão de energia para discutir a nova matriz energética. Eu estarei apresentando hoje esse requerimento. O Brasil tem que se modernizar nessa área. Não podemos ser o Brasil dos apagões.

Não podemos continuar com o Brasil que faz leilões para construir ICGs, para construir linhas de transmissão, faz leilões para construir geradoras de energia eólica, que ficam prontas, ilhadas e não têm a linha para interligá-las à fonte consumidora. Então, esse tipo de situação não pode persistir.

Não podemos ter um Brasil que, enquanto países europeus, países nórdicos, o próprio Estados Unidos investem pesado em outras fontes de energia, fica ainda, em algumas situações, priorizando algumas fontes de energias poluentes, algumas fontes de energias caras, deficitárias, que faz com que tenhamos uma conta de energia elevada para o padrão do nosso povo. Então, acho muito oportuna a vinda do nosso Ministro, engenheiro eletricista, Eduardo Braga, aqui em nossa Comissão.

Estive conversando com o nosso Senador e Ministro Eduardo Braga, sobre o compromisso dele em propiciar o investimento em geração distribuída, em propiciar novas fontes energéticas para o nosso País, a captação de energia fotovoltaica, abrir o mercado para que a gente possa ter no Brasil empresários investindo nesse importante instrumento para a captação dessa energia, para que nós possamos propiciar geração doméstica em residências em que as pessoas têm dificuldade para ter energia, de forma que o cidadão tenha capacidade de poder investir nessa infra é muito importante, Sr. Presidente.

V. Exª como Presidente desta Comissão é a pessoa acertada.

Também recompor as agências reguladoras, recompor importantes órgãos, que estão carentes de dirigentes para esse setor de importância capital, será muito importante para colaborar, nesse momento que o Brasil aposta na retomada do crescimento.

Ontem, quando debatíamos com o Ministro do Planejamento, S. Exª demonstrou uma série de propostas, praticamente todas elas na área da infraestrutura, para que possamos voltar ao nosso crescimento tão desejado. Eu sou parceiro nessa linha. Havia uma discussão com a qual a gente precisa continuar, com relação a algumas obras do PAC que estão travadas e que precisam ser destravadas, ouviu Senador Flexa? Eu concordo com V. Exª, como um servidor que trabalha na área do PAC, como servidor do MPOG (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão), que trabalha exatamente na carreira, que, nos 11 ministérios da infraestrutura nacional faz a discussão, todos os projetos do PAC passam pela nossa carreira, em que há uma série de questões.

Ontem mesmo conversava com o Ministro do Planejamento, lá na CAE. Essa carreira, por um azar do destino, foi criada pela Presidente Dilma para pôr capacitados, engenheiros com larga experiência nos ministérios para poder fazer o PAC andar, ficou perdida três meses depois da MP nº 440, que recompôs a força da mão

de obra dos servidores públicos do Brasil. E hoje esses servidores ficam o tempo todo estudando para serem analistas de planejamento e orçamento, para serem analistas de finança e controle, para serem analistas de comércio exterior ou para serem gestores em vez de ser o analista de infraestrutura com a tranquilidade para fazerem essas obras andar, porque estão com os salários pela metade do valor desses outros analistas. Então, essa injustiça tem que ser corrigida. Falava ontem para o Ministro, está certo? Por causa de três meses de lapso com relação à MP nº 440. Então nós ainda não corrigimos isso.

Além do mais, essa carreira é composta de apenas 850 servidores. Por exemplo, 190 estão no Ministério das Cidades; 170, no Ministério da Integração Nacional; 200, no Ministério dos Transportes; 100, no Ministério de Minas e Energia, além de outros, que estão espalhados nos vários ministérios da infraestrutura nacional.

Esses servidores têm dificuldade, hoje, de assumir os postos-chaves e, assim, destravar a infraestrutura nacional, porque, na época em que não havia esses servidores para executar essa tarefa, alguns, de empresas estatais, de empresas de economia mista, que têm que estar hoje nas suas empresas, fazendo suas empresas funcionarem, foram convidados para ocupar os postos-chave nesses Ministérios. E hoje essa carreira, que serve para fazer isso, com independência, com política pública em prol do Brasil, não tem condições de fazer porque esses postos estão ocupados por aqueles que tinham que propiciar a livre concorrência. Não tem condições de o representante de uma empresa de economia mista, que vai concorrer com a economia privada, fazer as leis e regulamentar a regra dessa concorrência. Então, tem que haver independência.

É por isso, Senador Flexa, que eu colaboro com V. Exª com relação à subcomissão para acompanharmos o PAC. Tem muita coisa séria que nós estamos discutindo. E quero que V. Exª colabore comigo com relação à subcomissão para discutir a nova matriz energética. Se países menores que o nosso – concluindo, Senador Garibaldi –, como Portugal, como a Espanha, têm praticamente 50% da matriz energética hoje proveniente de fontes alternativas, de geração distribuída, por que nós não podemos mudar a nossa relação?

Eu louvo o Estado do Pará pela sua capacidade de geração, mas nós temos que enfrentar a discussão. Não dá para ter um Belo Monte que poderia gerar 12,5 mil megawatts gerando 4,5 mil porque não houve uma discussão de fazer uma contenção maior para fazer a barragem. Então, é uma série de questões que nós estamos discutindo aqui...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Permite-me um aparte, Senador?

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Permitto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – V. Exª tocou, Senador Garibaldi, num ponto da maior importância. As gerações futuras cobrarão da nossa, Senador, o erro que está sendo cometido de se instalar a geração de energia com turbinas a fio d'água. Ou seja, é exatamente o que ocorre com a questão das energias eólica e solar. Você não tem como armazenar, você tem que gerar e colocar na rede. A única energia que você pode armazenar para aumentar a carga gerada no momento em que houver necessidade é a hídrica. Mas você precisa ter reservatório para isso, para que, quando vier o tempo da seca, como agora está ocorrendo a crise hídrica no Brasil inteiro, você tenha reserva de água para continuar gerando.

Então, o Senador disse com a maior correção. Belo Monte poderia gerar 12 mil, 14 mil megawatts, mas vai gerar 4 mil de energia firme porque o modelo que o Governo brasileiro, sem consultar ninguém... Nós já fizemos várias audiências públicas aqui, e foram, todas elas, contestadas, tanto a favor como contra, mas contestadas por cientistas, especialistas que não concordam com a geração a fio d'água, que acham que deve haver reservatório para o tempo de necessidade.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Excelência, vou concluir, mas quero dizer que é com muita tranquilidade, porque a sua competência está acima do julgamento de alguém, pelos postos de relevância que V. Exª já ocupou e pela capacidade de nos levar a posições de sucesso, a posições de ganho para todo mundo, que digo que não tenho dúvida de que podemos colaborar muito aqui na discussão.

Como engenheiro eletricista há mais de 30 anos, com trabalho prestado na Eletronorte, na Companhia Energética de Brasília, no Ministério de Minas e Energia, quero poder colaborar aqui. A gente vai estar apresentando algumas audiências públicas, alguns seminários que a gente gostaria... Vou fazer um requerimento, Flexa, para a gente poder fazer uma audiência pública, um seminário de novas fontes de geração de energia, para a gente poder estar discutindo a questão, talvez, por exemplo, no caso do Sudeste, dessa crise que há agora, essa estiagem total, para a gente poder ver se faz algumas barragens só de contenção para regular melhor o aproveitamento energético dessas usinas hidroelétricas, para a gente rediscutir agora, de uma forma mais precisa, novos projetos de geração, porque isso é verdadeiro.

A única energia que se pode armazenar é a nossa: a hidráulica. Graças a Deus, o Brasil tem um potencial imenso. É essa energia que vamos estar discutindo.

Então, Sr. Presidente, quero agradecer a V. Ex^a e dizer que estamos aqui para colaborar. Lamentavelmente, não estava aqui no início da reunião para participar da aclamação, mas é com muito carinho que declaro o meu voto a V. Ex^a, Presidente desta Comissão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Hélio José. Vamos tomar providências para viabilizar o seminário proposto por V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador José Pimentel, Líder do Governo no Congresso Nacional.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Senador Garibaldi, quero também parabenizá-lo pela função que vai exercer nesta Comissão. Sou daqueles que acredita que vamos ter uma agenda, neste 2015/2016, muito importante, para assumir uma série de obras na área de infraestrutura, a fim de resolver uma série de gargalos que a nossa economia possui.

Quero registrar que precisamos de aprofundar esse debate sobre as fontes de energia no Brasil, porque a nossa matriz anterior, originária da água, a hidráulica, tem determinadas dificuldades. Por um lado, o Ministério Público tem embargado “n” vezes essas obras. O exemplo maior é Jirau, Santo Antônio, Belo Monte. Passamos boa parte do tempo, discutindo em juízo a derrubada dessas liminares, dessas decisões extemporâneas, que traz um atraso muito grande, um encarecimento, nessas obras.

Por conta dos tratados internacionais sobre meio ambiente, tem havido uma série de críticas muito forte pela construção de barragens. É por isso que o Estado Nacional tomou a decisão pelo fio d’água, para poder viabilizar entre as cobranças internacionais, as cobranças de amplos setores brasileiros e o Ministério Público. Evidentemente precisamos diversificar cada vez mais essa matriz energética.

Nós, do Nordeste, no Rio Grande do Norte de V. Ex^a, no nosso Ceará, na Bahia, temos um potencial eólico muito forte. Já o desenvolvemos bastante. Superamos essa questão dos linhões, porque, agora, de três para cá, todas as vezes que o BNDES financia a construção de uma indústria eólica, junto com isso aqui, já vem o linhão.

É por isso que saiu da mídia a questão da linha de transmissão, porque faz parte do projeto de financiamento, inclusive, a própria rede de transmissão, que, até três anos atrás, não fazia parte. Foi do PAC 2 para cá que incluímos para evitar isso. Antes, o empresário identificava o local onde se deveria ter essa indústria e, depois, é que se ia pensar nesta rede de transmissão.

Tivemos esse problema, mas, de dois anos para cá, a imprensa não o registrou mais nada, porque, na parte do financiamento, já se tem a questão dos linhões. Evidentemente, a memória daquilo que é ruim precisa sempre ser lembrado, para que não volte.

Precisamos discutir a questão da biomassa, da coleta do lixo seletivo. Temos, hoje, 82% da nossa população, morando nas cidades. Em 2030, deveremos ser 90% da população morando nas cidades. Precisamos aproveitar melhor a geração de energia ou o reaproveitamento desse setor.

Aqui, temos uma questão gravíssima. Convencemos a família a fazer a coleta seletiva no seu apartamento, na sua casa, mas o transporte desse produto é feito num único caminhão, ou seja, a pessoa separa, na sua residência, e aí, o caminhão do lixo, que transporta esse resultado mistura tudo. Aí, chegando ao aterro sanitário ou ao local de tratativa, deve-se começar tudo, para fazer a seleção. É algo inadmissível, inaceitável. Precisamos fazer um amplo debate sobre isso.

No quesito da energia solar, nosso Nordeste tem um potencial muito forte. A questão grave é o custo da desapropriação da terra, que nós precisamos enfrentar, e, aqui, nós sabemos que é possível desenvolver uma tecnologia para aproveitar a parte acima do espelho d’água das nossas barragens, de maneira que proteja a oxigenação da água e a criação dos nossos peixes de cativeiro, e, ao mesmo tempo, possa gerar energia nesses espaços. Portanto, tem um item muito grande e iniciar os nossos trabalhos com o nosso Ministro de Minas e Energia é um bom começo.

Quero registrar, também, que vou apresentar um requerimento para nós termos, aqui, uma prestação do PAC 1 e do PAC 2 por parte do Ministério do Planejamento, onde a gestão desse item está presente. Tem muita coisa concluída e temos outras que vamos ter que cancelar, porque não se conseguiu a viabilização ambiental ou porque, por outros motivos, estão superadas.

Ao mesmo tempo, abriremos o debate do PAC 3, porque ele deverá vir até o final do primeiro semestre de 2015. O PAC 3 está bem adiantado e deverá envolver a quantia de R\$1,7 trilhão. Aqui, tem todo um item voltado para a infraestrutura, seja o transporte rodoviário, ferroviário, marítimo e, também, a questão dos aeroportos regionais, que, para nós, do Nordeste, no nosso Ceará e no Rio Grande do Norte, é muito importante, por conta da indústria do turismo.

Portanto, nós, Presidente, vamos ter uma agenda muito cheia e ninguém melhor que V. Ex^a, com a sua paciência e a sua experiência, para presidir esta Comissão. Portanto, vamos estar juntos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Agradeço ao Senador José Pimentel pelas informações e pelas propostas, e vamos aprofundar o debate proposto por ele.

Antes de dar a palavra ao Senador Dário Berger, eu quero aproveitar o quórum para submeter à votação o requerimento de minha autoria para que seja convidado o Ministro de Minas Energia, Eduardo Braga, para participar de audiência pública nesta Comissão.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Com a palavra, o Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Senador Ministro Garibaldi Alves, com satisfação, quero dizer para V. Ex^a, também, que participei da eleição mais fácil que o senhor obteve em toda a sua vida política.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Jamais esquecerei.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Fica marcado isso para todos nós, evidentemente, de forma muito justa, porque V. Ex^a – pelo que percebo, mesmo debutando no Senado como estou fazendo neste momento – tem uma trajetória muito consagrada na vida pública do seu Estado e do Brasil, tanto é que o senhor já foi, inclusive, Presidente desta Casa, o que deve lhe honrar muito.

Não poderia estar em melhores mãos, vamos dizer assim, a Presidência desta Comissão, porque, na minha opinião, esta Comissão, Presidente, é muito importante para o Brasil.

Um dos maiores problemas que o Brasil enfrenta hoje, na minha opinião, está relacionado à logística propriamente dita. São obras que começam e não terminam, e vem governo, muda governo, e o discurso permanece o mesmo.

Então, nós temos que, mesmo na condição de suplente aqui, Presidente... O senhor já abriu os trabalhos de forma bastante firme e vigilante, para que nós possamos ter uma atuação digna de enfrentar os problemas de frente e buscar, sobretudo, as soluções, porque o investimento em logística, no Brasil, é que traz crescimento e desenvolvimento econômico, e é disso que nós estamos precisando.

O meu Estado, Santa Catarina, há 20 anos ou mais, está esperando pela conclusão da duplicação da BR-101, que, diga-se de passagem, está em via de conclusão. Mas já se foram 20 anos.

Temos a 470, rodovia importante, considerada a “rodovia da morte”, em Santa Catarina, cujas obras começaram, estão em ritmo de tartaruga e não têm continuidade. A 280, a mesma coisa.

Há outra obra importante em Santa Catarina, especialmente na grande Florianópolis, que é o eixo de contorno norte da nossa grande Florianópolis. Na concessão, ficou estabelecido que a concessionária teria a responsabilidade de construir esse contorno, e a obra já deveria ter sido concluída, segundo o contrato, e passem os Srs. Senadores, pois ela não foi sequer iniciada. Estamos enfrentando, enfim, problemas de toda ordem.

Portanto, nos nossos próximos encontros, nas próximas reuniões, quero apresentar também um requerimento para que eu possa inteirar-me mais objetivamente do andamento dessas obras e quero pedir a V. Ex^a o seu apoio, para que possamos buscar sobretudo a solução para esses graves problemas que Santa Catarina enfrenta.

Então, veja bem que o senhor tem um grande desafio pela frente: tratar de logística, de portos, de aeroportos.

O Aeroporto Internacional Hercílio Luz também, em Florianópolis, agoniza há dezenas de anos. Agoniza há um longo tempo, e as obras não saem do papel. Enfim, se é a burocracia, se são os entraves, temos de simplificar, talvez. Temos de buscar uma forma de enfrentar esses problemas, de tal maneira que as obras possam ser concluídas. Não é possível que, no Brasil do século XXI, a gente inicie uma obra e não se consiga terminá-la. É um problema muito sério.

Portanto, não quero alongar-me neste primeiro momento. Tenho muito mais o objetivo de felicitá-lo e parabenizá-lo pela assunção dessa grande responsabilidade que V. Ex^a tem, na expectativa que tem de aqui receber o apoio necessário para, dentro dessa questão da logística, enfrentar os problemas e buscar a solução sobretudo para o meu Estado de Santa Catarina.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Dário Berger inclusive os elogios de V. Ex^a, que me deixam, claro – não vou ser hipócrita – muito feliz, mas que, ao mesmo tempo, aumentam o desafio com relação a essa missão. Acho que devemos não apenas realizar audiências públicas, mas constituir comissões para missão externa, visando a buscar nos ministérios respostas para algumas demandas, porque audiência pública é muito eficiente, mas, às vezes, não tem um caráter prático de uma visita da Comissão a uma obra, ao próprio ministério, ao próprio ministro. Para dar um sentido de maior praticidade, vamos ter esses dois instrumentos.

Agradeço a V. Ex^a, concedo a palavra ao Senador Wellington Fagundes e, em seguida, à Senadora Rose de Freitas.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente Garibaldi Alves, quero aqui, primeiro, parabenizá-lo pela eleição, pela importância desta Comissão, principalmente para nós que estaremos aqui, seguindo sua orientação, com a certeza de ter um Presidente experiente, um Presidente que tem, não só na sua experiência de vida política, mas também administrativa, condições de ajudar o Brasil, juntamente com todos nós, a melhorar essa questão da infraestrutura.

Estou como Presidente da Frente Parlamentar de Logística, Transporte e Armazenamento há três anos, e agora, como Senador, inclusive quero aproveitar os companheiros desta Comissão – temos vários que já aderiram – para que também participem efetivamente.

Sabemos que o funcionamento das frentes é algo complexo, porque cada um tem aqui seus compromissos, mas temos algum exemplo, principalmente a Comissão de Agricultura que funciona muito bem. Aliás, a nossa Comissão funciona também no mesmo prédio, numa casa no Lago Sul, com uma estrutura já montada há algum tempo.

Então, quero... Além de convidá-los, Sr. Presidente, eu já havia apresentado um requerimento. Como o senhor já colocou até em votação, não sei se será sua decisão, mas é um requerimento onde eu sugiro a criação de uma subcomissão permanente de acompanhamento de obras em rodovias concessionadas. E se aqui entendermos, não só em rodovias, mas em concessões públicas, se for o caso.

Semana passada estive no Rio de Janeiro, onde inauguramos o Porto do Futuro, com a Presidente Dilma. Um grande investimento numa PPP, onde foram investidos R\$ 1,8 bilhão com duas empresas. É algo extraordinário. Já é o maior terminal de contêineres da América Latina. E é fundamental para todo Brasil que possamos buscar os bons exemplos aqui também, para melhorarmos a infraestrutura logística de um modo geral, em todas as áreas: estradas, ferrovias, rodovias.

Para as ferrovias, por exemplo, o Governo aprovou... nós aprovamos um novo modelo de concessão, mas que até agora não avançou na prática, e é fundamental, importante, principalmente para o Centro-Oeste brasileiro, porque produzimos muito *commodities* agrícolas com distâncias grandes a percorrer. Estamos no centro do Brasil, no centro da América do Sul e precisamos importar os insumos, bem como exportar nossa produção. Então, é fundamental a questão da ferrovia.

As hidrovias praticamente não se utilizam mais no Brasil. Eu sempre tenho repetido que não mais os rios têm de ser adaptados às embarcações, pois com a tecnologia suficiente, hoje é perfeitamente possível fazer com que as embarcações se adaptem aos nossos rios e possam utilizar aquilo que Deus já aprontou, deu pronto para nós, porque temos um potencial muito grande nessa área.

Então, além dessa subcomissão permanente de acompanhamento das obras concessionadas no Brasil, também fiz um requerimento, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado, para que seja realizada, no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, uma audiência pública convidando o Ex^{mo} Sr. Ministro dos Transportes, Antônio Carlos Rodrigues, para apresentar as ações de sua pasta para os próximos anos.

Ontem, inclusive, estive com o Ministro e ele se colocou à disposição de estar aqui. Ele quer vir. Então, com o convite seria automática a vinda dele aqui.

Ainda, Sr. Presidente, depois de amanhã teremos, na cidade de Alto Araguaia, na divisa de Mato Grosso com Goiás, uma audiência pública. E eu queria pedir autorização desta Presidência para representar esta Comissão. Ali o assunto a ser discutido é tudo que tem a ver com a nossa Comissão: a concessão da BR-364, no trecho de Rondonópolis à divisa de Goiás e de Goiás a Jataí, bem como o contorno viário da cidade, e ainda a questão da Hidrelétrica Couto Magalhães, que foi licitada faz 12 anos e o Ibama entendeu que é dogma qualquer utilização do Araguaia.

Para nós do Mato Grosso e de Goiás, esse rio é muito importante, tem um potencial hidráulico bem grande e inclusive a navegação Araguaia – Tocantins. Já foi feita a eclusa e é perfeitamente possível melhorarmos a utilização desses potenciais.

Então, mais uma vez, Presidente, falo do meu entusiasmo de tê-lo na Presidência. Já disse isso pessoalmente. V. Ex^a foi a Mato Grosso através do vídeo participar da minha campanha, e foi fundamental o seu depoimento, com certeza, pela sua experiência de vida, de trajetória, no convencimento também aos eleitores de Mato Grosso, que aqui haveria parceiros para trabalharmos juntos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Eu sabia que V. Ex^a era um homem bom, mas não tanto. (*Risos*.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Eu quero dizer a V. Ex^a que o Secretário Thales e o Coordenador das Comissões, Gonzaga, estão informando que V. Ex^a, para representar a Comissão, tem que fazer um requerimento.

Se V. Ex^a se propõe a isso, por mim,...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Como, na verdade, essa é uma audiência que acontecerá, eu gostaria de ir apenas como representante. Só de ter autorização do Presidente para falar como membro desta Comissão, já estou satisfeito. Mas, se for possível fazer esse requerimento agora verbalmente e já...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Verbalmente pode? (*Pausa.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Então, está feito o requerimento, de forma verbal, essa era a minha intenção...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Pode verbalmente!

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente. Só para fazer uma leitura, porque vou ter que me ausentar rapidinho.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – É porque a Senadora Rose pediu a palavra já há algum tempo.

Senador Hélio, mas, se for uma comunicação inadiável...

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Só, rapidamente.

Sr. Presidente, eu só quero registrar a leitura de um requerimento. Vou ter que me ausentar rapidinho da reunião, porque tenho um compromisso inadiável ali agora.

Requerimento

Requeiro, nos termos do art. 49, inciso X, da Constituição Federal, c/c art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação, no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), de Subcomissão Permanente para tratar de Energias Renováveis e Eficiência Energética (CIREEE), em substituição à Subcomissão Permanente para o acompanhamento das Atividades da Eletrobras Distribuição (CISPEL). Sala de Comissões, Senador Hélio José.

Eu já falei com V. Ex^a – só para ficar registrado –, Sr. Presidente, que vamos discutir este requerimento na próxima reunião. Conversei ali também com a Senadora Rose, que vai propor um requerimento semelhante. Eu não tenho dificuldade alguma de estarmos discutindo e fazendo esse acordo.

Eu tenho que me ausentar, Sr. Presidente. Então, peço vênica e agradeço à Senadora Rose. Eu estou com V. Ex^a naquela discussão. Está bom?

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Concedo a palavra à Senadora Rose de Freitas.

A SR^a ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de mais nada, mesmo sabendo do gesto de aclamação pela escolha de V. Ex^a como Presidente à frente desta Comissão tão importante, eu lamentei profundamente não estar presente para dizer que a nossa união em torno da escolha de V. Ex^a é pela eficiência, é pelo comprometimento, pela capacidade, sem dúvida, e pela forma democrática com que sempre conduziu os cargos dentro desta Casa como Presidente do Senado e, posteriormente, no Executivo, como Ministro da Previdência.

Eu quero parabenizá-lo, colocar-me à disposição, mas quero reiterar aqui uma preocupação, Sr. Presidente.

Venho da Câmara, onde a Comissão de Minas e Energia tinha um papel fundamental – era uma das comissões mais importantes – e se enquadrava dentro desse contexto da estrutura de uma discussão sobre a questão energética do País, sobre a questão hídrica do País, sobre a questão de infraestrutura do País, que envolve todas essas construções que estão paralisadas aqui no Brasil.

Eu fico, assim, constrangida em dizer que é muito assunto que nós teremos que tratar e que são muito graves as ações que não foram concluídas pelo Governo.

Eu ouvi aqui falar do aeroporto do Paraná; falar também que, no meu Estado, existe um há doze anos anunciado e já licitado, já publicado, já homologado, cuja ordem de serviço não sai nunca. A cada dia, neste País se lança um programa novo. O diagnóstico da nossa realidade é cheio de falhas. Quando lançaram o PIL (Plano de Infraestrutura e Logística), eu estive no Palácio, coisa que raramente faço, mas, devido ao tempo, eu estive no Palácio, acompanhando a intenção do Governo colocada naquele projeto, na verdade, quando ainda as demandas anteriores não tinham sido sequer objetivadas e cumpridas pelo Governo Federal.

Então, V. Ex^a sabe que que, nesse momento de crise hídrica, essa questão de logística, de funcionamento, o meu Estado pena por isso. Mas gostaria de abordar aqui uma das coisas que mais me incomoda, que é a questão da Usina de Belo Monte, dos valores até a oferta produtiva dessa usina, que são fatos inexplicáveis para o País.

Eu pertenci por 20 anos à Comissão de Minas e Energia. Conseguimos ali aprovar requerimentos que muitas vezes eram consumidos pela burocracia interna das nossas Casas. E eu queria deixar aqui a minha observação – é lógico que V. Ex^a vai analisá-la à luz do requerimento que vou apresentar – sobre a necessidade de termos especificamente uma subcomissão para tratarmos do assunto de minas e energia, que envolve

todo o setor elétrico, a questão de abastecimento, também a questão de transporte voltado à infraestrutura e locomoção, e da disponibilidade de meios para se produzir a infraestrutura e a logística necessárias ao Brasil.

Não vou incluir aqui a questão de aeroportos, porque estarei com a alma em chagas de tanto falar sobre o aeroporto do Espírito Santo, que agora depende única e exclusivamente de uma ordem de serviço que não sai.

Mas quero me colocar à disposição de V. Ex^a. Vou apresentar os ofícios pertinentes a tudo de que estou tratando, mas gostaria de pronto de dizer que acho de bom alvitre que esta Comissão visite, conheça detalhadamente as obras de Belo Monte. E também que ouçamos da aviação civil como anda a intenção... Nós estamos cheios de intenção, não é? Algumas intenções acompanhadas por atos solenes de anúncios, mas de conclusão de obras estamos no meio do caminho. Então, ouvir da aviação civil sobre um dos temas mais debatidos nesta Casa, que é a questão dos aeroportos regionais: qual é o tipo de seleção que se faz? Como se faz isso? Qual o critério? Qual o plano? Como se vai alavancar esse processo no momento em que estamos vivendo um problema de crise administrativa sobre as prioridades nacionais?

Também quero comunicar a V. Ex^a, com muito prazer, que quebrando um tabu dessa cultura secular da discriminação contra as mulheres, que é a primeira vez que uma mulher assume a Presidência da Comissão de Orçamento, e eu estarei lá à disposição para, numa linha auxiliar, ajudar nos debates desta Comissão e de outras entrelaçadas com o que considero o maior projeto hoje, que é reajustar o orçamento da União com a realidade do Brasil. Desde que possamos construir ali uma maior transparência e uma peça absolutamente verdadeira, longe de qualquer ficção e de maquiagem, estaremos trabalhando e presidindo o orçamento da União. E coloco-me inteiramente à disposição de V. Ex^a, dos meus pares e desta Casa como um todo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Eu agradeço, Senadora Rose de Freitas, e se a senhora quiser trocar de Comissão... *(Risos.)*

... de Presidência, eu aceito.

A SR^a ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Eu vou onde o senhor for. O senhor sabe disso.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Eu quero dizer que faremos a leitura dos requerimentos apresentados na próxima reunião.

Eu cometi aqui uma omissão, um equívoco. É com relação ao horário da Comissão. Parece até que manobrei para isso, mas não foi manobra minha. O horário da Comissão tem que passar pela apreciação do Plenário. O horário do funcionamento da Comissão. A minha proposta era de que tivéssemos realmente essa reunião nas quartas-feiras, às 8h30. Esta Comissão já está acostumada com o Presidente Collor, que se reunia às 7h30, na quarta-feira. Mas eu submeto à deliberação de V. Ex^{as}. Tem que ser hoje, ou não?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Não necessariamente.

A SR^a ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB - ES) – É melhor deliberar com os outros componentes.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Então, podemos ter um quórum maior para deliberar sobre isso, a despeito de que quando tem um número maior, às vezes o consenso é mais difícil.

Mas vamos esperar pela próxima reunião, que será às 8h30, na próxima quarta-feira, dia 25 de março.

Agradeço ao Senador Fernando Ribeiro a sua presença e o seu voto.

Nada mais havendo a tratar, encerro esta reunião.

(Iniciada às 8 horas e 52 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 6 minutos.)

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM QUATRO DE MARÇO DE 2015, QUARTA-FEIRA, ÀS 11:30 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 07 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às onze horas e cinquenta e um minutos do dia quatro de março de dois mil e quinze, na sala de reuniões número sete da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Elmano Férrer, Presidente Eventual em conformidade com o art. 88, § 1º do RISF, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Simone Tebet, José Pimentel, Paulo Rocha, Davi Alcolumbre, José Medeiros, Randolfe Rodrigues, Wellington Fagundes, Dário Berger, Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra, Lasier Martins e Lídice da Mata e, ainda, os Senadores não membros da Comissão: Antônio Carlos Valadares, Ronaldo Caiado, Eduardo Amorim e João Capiberibe. Deixam de comparecer os

Senadores, José Maranhão, Ricardo Ferraço, Humberto Costa e Gladson Cameli. Justificou ausência o Senador Walter Pinheiro. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente Reunião tem como objetivo a instalação dos trabalhos e a eleição do Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo para o biênio 2015/2016. O Presidente Eventual, Senador Elmano Férrer, comunica que o Senador Davi Alcolumbre foi indicado pelas Lideranças Partidárias para Presidente da CDR. Por solicitação dos membros da Comissão e entendimento com a Mesa, é dispensada a Eleição por votação nominal para que seja feita por aclamação. A Presidência proclama o resultado, empossa o eleito e o convida para sentar à mesa. Após as considerações iniciais do Presidente Senador Davi Alcolumbre, usam da palavra os Senadores Antonio Carlos Valadares, Donizeti Nogueira, Simone Tebet, Randolfe Rodrigues, Elmano Férrer, Ronaldo Caiado, José Medeiros, Wellington Fagundes, João Capiberibe e Dário Berger. Após o uso da palavra pelos Senadores o Presidente informa que foi dado encaminhamento à publicação relativa ao Relatório de Avaliação de Políticas Públicas definida no artigo 96-B do RISF, na forma aprovada em votação deste Colegiado na 19ª Reunião de 2014 da CDR. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quatorze minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Davi Alcolumbre**, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Bom dia, Sr^{as} e Srs. Senadores e demais presentes!

Havendo número legal, declaramos aberta esta 1ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa da 55ª Legislatura.

Proponho aos Senadores e Senadoras presentes que dispensem a leitura e aprovemos a ata da 19ª Reunião desta Comissão.

Se V. Ex^{as} concordam, consideramos já aprovada a ata da última reunião. *(Pausa.)*

Temos aqui o registro de um candidato a Presidente desta Comissão: é o nosso companheiro Senador Davi Alcolumbre.

Consultaria aos membros desta Comissão se podemos aprovar esta candidatura por aclamação. *(Pausa.)*

Vi que todos concordam. *(Palmas.)*

Convidaria o nosso companheiro Senador a assumir a presente reunião. E, desta forma, declaro eleito e empossado o nosso Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Bom dia à imprensa e aos servidores do Senado Federal! Bom dia a todos os Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras que vieram a esta eleição da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo!

Gostaria, nesta minha primeira participação, de agradecer a presença de todos os Senadores; do Senador Elmano Férrer, que presidiu esta Comissão na sua eleição; da Senadora Regina – obrigado pela participação de V. Ex^a nesta Comissão e nesta eleição! –; do Senador Donizeti.

E gostaria de agradecer também à Senadora Simone Tebet. Ainda há pouco tive a oportunidade de conversar um pouco a respeito da felicidade que tive de conhecer, nesta Casa, como Deputado Federal, ainda em 2003, o Senador Ramez Tebet, pai de V. Ex^a, um grande Líder. E fico orgulhoso de ter aqui V. Ex^a – eu, nesta Casa, o Senado Federal, ao lado de V. Ex^a, filha de um grande amigo que o Brasil perdeu.

Queria convidar o ex-Presidente, Senador Valadares, para que pudesse ficar aqui, ao nosso lado, na Mesa – num sinal de deferência a um ex-Presidente desta Comissão –, e agradecer a presença. *(Palmas.)*

Gostaria também de agradecer a participação nesta Comissão e a presença do Senador pelo meu Estado, Amapá, Senador Randolfe Rodrigues, que também nos orgulha a todos, no Amapá, pela participação no Senado Federal, pelas posições que V. Ex^a tem. E queria agradecer pela confiança de, em nome do Bloco de que V. Ex^a faz parte, pedir a indicação, como membro titular desta Comissão, para nos ajudar neste novo desafio da nossa vida pessoal e pública.

Gostaria de agradecer, especialmente, ao povo do Amapá, que me deu esta oportunidade de poder estar aqui no Senado Federal, levando o nome do Amapá hoje como Senador da República, e também de agradecer a todo o Plenário do Senado, ao Partido que me indicou, ao acordo dos Líderes partidários, porque só com o diálogo, com o entendimento, foi possível que tivesse aqui hoje a oportunidade de ter sido eleito Presidente desta importante Comissão por aclamação. Portanto, acho que essa é uma conquista na relação de diálogo do Senado Federal.

Eu tenho participado de outras eleições de outras Comissões de que faço parte ou como suplente ou como titular e tenho visto nesta Legislatura o entendimento, o diálogo sempre prevalecer nas eleições das Comissões, capitaneado, é lógico, por todos os Líderes partidários.

Quero dizer do desafio que é para mim, pessoalmente, que sou de um Estado muito pobre – agradeço a presença da Senadora Fátima, que acaba de chegar à nossa Comissão –, venho de um Estado muito pobre do Norte do Brasil, da Amazônia, o Estado do Amapá, chegar ao Senado Federal com mais esta missão que me foi delegada pelas Sr^{as} e pelos Srs. Senadores desta Comissão: poder trabalhar para desenvolver não só a Região Norte, a Amazônia, mas também e especialmente o Norte, Nordeste e Centro-Oeste do nosso País, Regiões que precisam muito do trabalho e do empenho especialmente desta Comissão, no sentido de viabilizar o diálogo junto ao Governo Federal, às agências reguladoras, aos bancos de desenvolvimento regional, ao Ministério da Integração, ao Ministério das Cidades, ao Ministério do Turismo, porque esta Comissão também vai fazer esse papel de interlocução da Casa, dos Senadores que representam os Estados federados com o Governo Federal na relação do turismo.

Então, eu me sinto muito feliz, muito honrado por esta atribuição e espero poder desempenhar o meu papel, acima de tudo, com o auxílio de todos os senhores e senhoras aqui presentes. Será de fundamental importância a participação de todos os senhores e senhoras na construção, para que a gente possa executar o trabalho à frente desta Presidência e, com certeza, dividir os méritos das conquistas que nós iremos ter certamente, porque aqui estão todos entusiasmados, dedicados e com desejo de realmente diminuir as desigualdades em nosso País.

Então, numa Comissão em que se tem esse desafio de diminuir as diferenças sociais, diminuir as diferenças políticas, diminuir as desigualdades sociais em um País de extensão continental como é o Brasil, a gente pode fazer o nosso papel.

Quero agradecer ao meu Líder, e já o fiz há pouco em sua ausência, Senador Ronaldo Caiado. Ia chamando V. Ex^a de Deputado por causa da convivência que tivemos na Câmara dos Deputados por 12 longos anos, anos felizes de atuação naquela Casa, na Casa do Povo. E agora viemos para o Senado juntos com essa missão. Então, quero agradecer – agradei na sua ausência, ainda há pouco, a V. Ex^a e ao Partido e também o faço agora – em nome do nosso Líder, do meu Líder nesta Casa, que fez essa articulação junto com todos os Líderes de outros partidos para que a gente pudesse ocupar esta Presidência.

Eu ia falando da nossa missão, Senador Caiado, de diminuir as diferenças regionais, de valorizar o turismo em nosso País, que é uma grande mola propulsora da geração de riqueza e emprego neste País. Com certeza, nós poderemos, e vamos fazer isso aqui nesta Comissão, trabalhar para que possamos realmente diminuir essas diferenças e fazer que esta Comissão esteja aberta aos senhores e senhoras, ao povo brasileiro, para poder realmente diminuir essas diferenças sociais.

Muito obrigado.

Eram esses os meus agradecimentos.

Gostaria de passar a palavra, como inscrito, ao Senador Valadares. Logo em seguida, ao Senador Donizeti.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Eu gostaria de que V. Ex^a me inscrevesse na sequência.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Positivo.

Depois, Senadora Simone. Queria pedir para a assessoria da Comissão... Senadora Simone, Senador Caiaido, Senador Randolfe, Senador Elmano.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Senador Davi Alcolumbre, Presidente da CDR; Senadora Simone Tebet, Senador Randolfe Rodrigues, Senador Elmano Férrer, Senador Dário Berger, Senador Donizeti Nogueira, Senadora Regina Sousa, Senadora Fátima Bezerra, Senador Lasier Martins, Senador Caiado, funcionários desta Comissão, convidados, exerci por dois anos seguidos a Presidência desta Comissão e vivi momentos de muita emoção e também de muita aprendizagem durante esse período no qual discutimos e debatemos sobre os mais variados problemas regionais, inclusive sobre o desenvolvimento turístico do nosso País, numa fase em que os eventos desportivos estavam chamando a atenção do nosso País, a começar pela Copa do Mundo, que colocou o Brasil como vitrine internacional.

Também fizemos aqui vários estudos, nas várias audiências públicas, sobre a realização futura das Olimpíadas, das Paralimpíadas, a construção de aeroportos, a remodelação dos aeroportos, os estádios de futebol em todo o Brasil.

Esta Comissão, por meu intermédio e com a participação de outros companheiros, visitou o Brasil inteiro fazendo auditorias, promovendo encontros com autoridades, fiscalizando as obras do Governo Federal e fazendo relatórios para o Tribunal de Contas da União, para a CGU e para os próprios Senadores do Brasil, que tomaram conhecimento de todo o nosso trabalho durante esse período tão edificante para o nosso País.

Realizamos audiências públicas no Estado do Amapá, no Estado de Sergipe, no Estado de Pernambuco e em tantos outros que receberam a nossa Comissão com bastante efusão, carinho e interesse, quando foram debatidos, também no Ceará, os mais importantes problemas regionais. Todas as Regiões receberam a nossa visita.

Produzimos alguns trabalhos com a ajuda do Senado Federal, por exemplo, a publicação: *Desafios para o Desenvolvimento Regional*, fruto dos amplos debates que aqui fizemos no âmbito das atribuições desta Comissão, assim também a avaliação de políticas públicas da estruturação dos destinos turísticos, quando tive-mos como Relatora a Senadora Lídice da Mata, que faz um diagnóstico do desenvolvimento desse setor tão importante para o emprego em nosso País.

De forma, Sr. Presidente, que esta Comissão tem uma importância fundamental para o desenvolvimento do nosso País, porque ela trabalha no combate às desigualdades, trabalha pelo fortalecimento do turismo.

O comparecimento dos Senadores é da maior importância, porque dá validade aos nossos trabalhos.

Realizamos o debate constante sobre as dificuldades por que passamos, não só durante as secas, mas também durante as enxurradas, e sobre o desenvolvimento econômico, que deve se espalhar igualmente por todas as Regiões. As Regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste merecem a atenção, sem dúvida alguma, desta Comissão. A importância dela é a mais ampla possível. Quanto mais estivermos presentes nos Estados discutindo os problemas regionais, mais teremos uma ação positiva do Senado Federal nas comunidades brasileiras.

Aqui mesmo, resolvemos problemas sérios. Por exemplo, no Estado de Sergipe, havia uma querela para exploração do potássio, que é uma riqueza mineral que hoje é explorada unicamente no Estado de Sergipe. O potássio é um insumo importante para fertilizar as nossas terras, para desenvolver a produção agrícola em nosso País. Havia um impasse criado entre dois Municípios que disputavam a hegemonia da cobrança dos impostos, e nós fizemos uma reunião aqui com a presença do Governador do Estado, com os Parlamentares estaduais e federais da Câmara e do Senado, e chegamos a um denominador comum, a uma conciliação entre os Municípios que foi da maior relevância para que o Estado de Sergipe possa, ainda, através da Vale do Rio Doce, possivelmente este ano, fazer a exploração de mineral tão importante para o desenvolvimento da agricultura em nosso País.

Também levamos a nossa palavra de apoio ao Banco do Nordeste, à Sudene, à Sudeco e a todas as agências regionais de desenvolvimento, procurando seu fortalecimento em uma ação mais consentânea com as exigências das nossas Regiões.

Por isso, Sr. Presidente, V. Ex^a está assumindo a Presidência de uma comissão que tem um objetivo que se coaduna com o pensamento da Nação: tornar o Brasil mais igual, tornar o Brasil justo, que não haja diferenciação entre Regiões e pessoas. E que todos nós sejamos brasileiros iguais, trabalhando por uma Nação forte, desenvolvida e unificada.

Meus parabéns e que Deus o ajude!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Muito obrigado, Senador Valadares, pelas palavras de incentivo. Quero também pedir a V. Ex^a, com a experiência que tem nesta Casa, que possa nos ajudar a conduzir esta Comissão.

Com a palavra o Senador Donizeti Nogueira, do Tocantins.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Bom dia, Senadoras! Bom dia, Senadores!

Presidente Davi Alcolumbre, meus parabéns pela eleição e posse em uma comissão tão importante, do Senador Antonio Carlos Valadares, do Sergipe, do grande líder já falecido, o Déda, que certamente faz muita falta, neste momento, para o País.

Eu queria dizer, Presidente, que minha presença aqui não é decorrente só da ausência obrigatória de titulares da Comissão, eu sou suplente – o Líder do Governo, o Senador Pimentel, ainda não se faz presente –, mas estou aqui porque o desenvolvimento regional me desafia pela complexidade e diversidade que tem o nosso País. O turismo também é um desafio para mim, porque o meu Estado, o Estado do Tocantins, espero que, no próximo período, com a gestão do Governador Marcelo Miranda, constitua-se também em um dos principais polos de atração turística pelas riquezas naturais que tem e que apresenta para o Brasil. Então, na medida do possível, mesmo como suplente, quero me comprometer a estar presente nesta Comissão pela importância que tem, pelos desafios. Quero participar dos debates sobre o desenvolvimento regional pelo dever de defesa dos interesses do meu Estado de coração, já que sou mineiro de nascença e tocantinense de coração.

Muito obrigado.

Vou me ausentar, porque tenho que atender a outras necessidades ali, mas fiquem na companhia do Paulo Rocha. Tudo o que ele fizer eu assino embaixo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Que é nosso vizinho, do Estado do Pará, de quem também tive a felicidade de ser colega, quando Deputado, na Câmara dos Deputados.

Com a palavra a Senadora Simone Tebet.

A SR^a SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Nosso Presidente, Senador Davi Alcolumbre, permita-me, antes de mais nada, cumprimentar o Senador Valadares pelos anos que passou à frente desta Comissão.

Tive oportunidade, ainda como telespectadora, à época, da TV Senado, de acompanhar algumas das reuniões feitas por esta Comissão. E tenho certeza que sua experiência é salutar para que nós possamos continuar a levar o desenvolvimento para o interior desse Estado.

Cumprimento os demais Senadores. Se me permitir, em nome do Senador Elmano Ferrer, cumprimento os demais Senadores: Senadora Regina, Senadora Fátima e os demais que aqui se encontram presentes.

Para mim é uma honra fazer parte desta Comissão. Tenho certeza de que a sua gestão vai ser exitosa. Traz também a juventude, tão importante quanto a experiência, para que possamos também oxigenar esta Comissão.

Trago a minha modesta contribuição de Mato Grosso do Sul e deixo aqui um depoimento, Presidente. Quando solicitei ao meu Líder que fizesse parte desta Comissão entre outras duas, a Comissão de Educação e a CCJ, algumas pessoas me abordaram, mais de uma, dizendo: “Mas por que pleitear a titularidade da Comissão de Desenvolvimento Regional?”. Um dos argumentos que me foram apresentados foi o de que era uma comissão que praticamente resolvia mais questões do Norte e do Nordeste. E nós entendemos as razões. A segunda questão que me foi colocada, e sobre essa eu tive que me pronunciar de forma contrária, foi a de que seria uma comissão de menor importância.

Eu quero dizer que fiz questão de participar desta Comissão porque entendo como V. Ex^a, gostei da sua fala. V. Ex^a tocou num ponto que para mim é muito caro: a questão da desigualdade. Nós não teremos igualdade social neste País se nós não trabalharmos fortemente na questão da desigualdade regional. A igualdade social passa pela igualdade das regiões deste País. É por isso que eu fiz questão de participar.

Aproveito, Sr. Presidente, para dizer que fico feliz de, na Comissão, ter mais dois colegas do Centro-Oeste, de Mato Grosso. Tenho aqui o Senador José Medeiros e o Senador Wellington Fagundes como titulares e a Senadora Lúcia Vânia, que fala por todos nós, do Centro-Oeste, de Goiás, como suplente. Lamento apenas que ela esteja na suplência. Tenho certeza de que vai ser muito combativa e atuante nesta Comissão.

Deixo aqui apenas, rapidamente, uma parcela de contribuição. Entendo que o Mato Grosso do Sul e o Centro-Oeste precisam ser olhados da mesma forma que o Norte e o Nordeste, porque temos situações muito similares, como no turismo, e aqui aponto o Pantanal. Dois terços do Pantanal, que é um patrimônio da humanidade, estão no Mato Grosso do Sul, portanto, no Centro-Oeste; ele ocupa 25% do nosso território. E temos também questões muito similares em termos de bolsões de miséria que ainda assolam este País.

Em Mato Grosso do Sul, por exemplo, nós temos 1.500 quilômetros de fronteira seca por onde passa grande parte do narcotráfico, deixando a miséria ali nos Municípios fronteiriços deste País. Nós temos o norte de Mato Grosso também com demandas da Amazônia e demandas que se assemelham ao Norte.

Enfim, entendo que é importante, sempre que for discutida a questão da Sudene e da Sudam, que se tragam também representantes da Sudeco.

Finalizo dizendo que no discurso que fiz na tribuna do Senado coloquei as quatro bandeiras que vão nortear o meu mandato. Uma delas gostaria de deixar aqui, apenas como uma sementinha, para que possamos, quem sabe, levar adiante.

Vejo a importância de se criar, Presidente, um plano nacional de desenvolvimento regional, como temos inúmeros planos, Senador Elmano. Nós temos o Plano Nacional de Educação, que prevê o prazo de dez anos para podermos avançar em questões que são importantes para a educação. Por que não termos um plano nacional de desenvolvimento regional? Nós não podemos ficar todo ano à mercê de votações orçamentárias para sabermos quanto será destinado para o fundo ou para os fundos constitucionais como o Fundo do Centro-Oeste e, a partir daí, saber quais ações serão executadas em cada Estado do interior. Talvez um plano nacional possa sair da equipe de trabalho desta Comissão, capitaneada por V. Ex^a, para que possamos, quem sabe no prazo de quinze anos, saber todo ano, em percentual, quanto será destinado para os Estados menos desenvolvidos deste País, com planejamento e execução orçamentária e administrativa.

Fica aqui, portanto, apenas uma sugestão.

Mais uma vez desejo êxito ao seu trabalho, porque o seu sucesso é o nosso sucesso, é o sucesso do interior deste País.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Obrigado, Senadora Simone.

Gostaria de já pedir para a assessoria que pudesse levantar todo o trabalho técnico necessário para atender o pleito, a reivindicação e a indicação de V. Ex^a.

Acho que V. Ex^a traz em momento oportuno essa discussão. A gente precisa realmente ter definido com clareza o que este País, que o recurso deste País, que montante de recurso está sendo destinado ao desenvolvimento regional?

Eu acho que é fundamental a proposição de V. Ex^a, quando sugere a implantação e a criação desse fundo nacional de desenvolvimento regional, que atenderá especialmente às regiões deste País que mais precisam de amparo e de suporte do Governo Federal.

Passo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Sr. Presidente, quero fazer aqui dois destaques ao cumprimentar V. Ex^a, Senador Davi Alcolumbre, companheiros de Bancada do meu Estado, ao cumprimentar também o Senador Elmano Férrer e o ex-Presidente desta Comissão, Senador Antonio Carlos Valadares.

Estava aqui, Senador Valadares, vendo a publicação da Comissão: *Desafios para o Desenvolvimento Regional*, a prestação de contas do período em que V. Ex^a presidiu esta Comissão. Não tenho dúvida de que foi uma gestão que trouxe resultados e este legado, com certeza, será aproveitado neste período em que o Senador Davi Alcolumbre – com o nosso apoio e com o apoio de todos nós da Comissão – dirigirá esta Comissão.

Srs. Senadores, Sr^{as} Senadores, há duas questões aqui a destacar. A primeira, a satisfação nossa de ter um membro da nossa Bancada do Amapá, um companheiro de nossa Bancada, um jovem Senador que orgulha todos os amapaenses presidindo esta Comissão. É em decorrência disso que conversei com a Líder do meu Bloco, Senadora Lídice, que aqui está, e com os demais colegas do meu Bloco para estar nesta Comissão.

Senador Davi, tenha certeza de que a sua condução nesta Comissão – pela primeira vez temos alguém do nosso Estado conduzindo a Comissão Temática – é para nós motivo de orgulho. Temos mais do que orgulho. Pela necessidade, pelo desafio que está colocado, por essa tarefa que pesa no dia de hoje sob sua responsabilidade, para tudo isso, V. Ex^a sabe que poderá contar com todos nós. Em segundo lugar, pela importância desta Comissão para o Brasil, em especial, por um dos temas que temos que enfrentar no País – já conversava com a Senadora Simone há pouco – que é o tema do Pacto Federativo, a desigualdade desse Pacto Federativo.

Tivemos no Brasil um modelo de desenvolvimento ao longo do tempo que resultou na concentração das populações – isso desde o Brasil Colônia até a atualidade – no litoral e no centro-sul. Isso deixou, em especial, o Nordeste, a Amazônia e o Centro-Oeste relegados a uma condição de quase última fronteira ou – no caso nosso, Senador Davi, da Amazônia – de um bioma que precisa somente ser protegido.

Na Amazônia, em especial, – aqui esta Comissão tem uma comissão indispensável, que é a Subcomissão da Amazônia – mais de 10 milhões de pessoas lá habitam. Há um processo crescente de metropolização que já é patente nos dois principais centros urbanos da região – Belém e Manaus – e é ascendente, na nossa capital Macapá, em Porto Velho, em Rondônia e em Rio Branco. Esse processo de metropolização das cidades amazônicas tem sido um processo desigual e tem sido um processo que não tem contado com a atenção e com o acompanhamento devido do Estado brasileiro, do Governo da União ao longo dos anos.

Aqui está o desafio iniciado pelo Senador Valadares, ao qual, com certeza, V. Ex^a, Senador Davi, dará encaminhamento: chamar a atenção do Brasil para esse modelo desigual de desenvolvimento que tem principalmente esquecido as regiões que juntas correspondem a mais de dois terços do Território nacional. Será um grande desafio, mas desafio maior foi V. Ex^a, com a idade que tem, ter enfrentado uma difícil eleição no Amapá contra velhas oligarquias da política e ter-se sagrado vencedor. Tenho certeza de que V. Ex^a dará cabo a essa tarefa que nós todos teremos na Comissão de Desenvolvimento Regional.

Felicidades e Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Muito obrigado, Senador Randolfe, que também fez parte dessa vitória. Quero publicamente colocar para a nossa Comissão o apoio incondicional que tivemos nessa disputa, ao lado do povo do Amapá, ao lado da nossa militância; o apoio do Senador Randolfe Rodrigues foi fundamental para que pudéssemos lograr êxito, assim como a confiança depositada pelo povo do Amapá para que pudéssemos estar no Senado Federal representando aquele Estado nesta Casa.

Gostaria de passar a palavra ao Senador Elmano Férrer.

Como próximo inscrito, Senador Ronaldo Caiado.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – Bom dia, mais uma vez, aos companheiros e companheiras.

Eu queria, inicialmente, tecer uma consideração que eu acho pertinente. Sai um nordestino da Presidência desta Comissão e entra uma pessoa, um Senador da Região Norte coincidentemente. Considero isso importante.

Mas eu queria recordar, exatamente em função do pronunciamento da nossa Senadora Simone, que nós vivemos em um país de dimensão continental caracterizado por Regiões bem definidas, bem caracterizadas. Temos a Região Norte, que abriga hoje o Basa (Banco da Amazônia), a Sudam (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) e, do lado da pesquisa voltada para o agronegócio, para o desenvolvimento da agricultura, da pecuária, o CPATU (Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Úmido). De outra parte, temos o Nordeste, que abriga a Sudene – outra superintendência –; um outro banco regional, o Banco do Nordeste;

e o CPATSA (Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semiárido). Falei no Trópico Úmido e no Semiárido. E nós estamos na região do Cerrado, ao lado do Pantanal. O Cerrado, que foi incorporado, a partir da década de 70, com o advento da Embrapa, e que se incorporou ao processo de desenvolvimento, uma nova fronteira agrícola que hoje responde por parte das receitas geradas em decorrência das nossas exportações; e o Pantanal. E esta é realmente uma Comissão que, no meu entendimento, deve resgatar o regionalismo, as políticas de desenvolvimento regional. Por que o esvaziamento da Sudene, da Sudam, da Sudeco, da Sudesul?

Então, meu nobre Senador Davi Alcolumbre, a exemplo do que disse o nosso Antonio Carlos Valadares, eu creio que nós aqui temos a representatividade de todas essas Regiões, com características bem definidas, e devemos retomar o discurso do regionalismo. Daí porque o Senador Randolfe fez a colocação do desenvolvimento regional *versus* o Pacto Federativo. Eu sempre digo que nós temos um arremedo ou um pacto tupiniquim, dada a concentração brutal de recursos no Poder central, no Poder da União, e a repartição das receitas não é justa. Muito pelo contrário; as desigualdades regionais e pessoais – entre as pessoas e entre o Nordeste e o centro-sul – são brutais e talvez decorram exatamente desse Pacto Federativo que nós temos hoje, neste momento em que começa a sociedade a reclamar pelas reformas políticas. Acho que aí se insere a questão da redistribuição justa das receitas públicas, que é uma distribuição desigual.

Daí a importância que eu queria ressaltar, neste momento, desta Comissão; que aproveitemos e retomemos a discussão do regionalismo. Aqui nós falamos no Pantanal, repito, no Trópico Úmido, no Semiárido, na região do Cerrado e no Sul do País.

Então, eu queria dizer ao nosso Presidente, ao Presidente desta Comissão, que vamos trabalhar. Reputo esta Comissão como uma comissão importante para a luta contra as desigualdades sociais e as desigualdades entre as pessoas.

Eram essas considerações que eu queria fazer, desejando muito sucesso ao nosso jovem Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Muito obrigado pelas palavras, Senador Elmano.

Gostaria de fazer uma ponderação para a reflexão de V. Ex^{as}. Temos, na Região Norte, uma empresa, um instituto do Governo Federal ligado à Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa). Essa Suframa é bancada com recursos da Zona Franca de Manaus, na sua grande maioria, mas também das áreas de livre comércio existentes no País. Temos área de livre comércio em Roraima, no Acre, em Rondônia, em Macapá e Santana. E hoje, na Suframa, temos contingenciados mais de R\$1 bilhão de recursos provenientes da comercialização nessa região, na Zona Franca de Manaus e nas áreas de livre comércio, que estão dentro do orçamento do Governo Federal para assegurar o contingenciamento que o Governo faz em todas as áreas. Isso é uma injustiça, isso é uma desigualdade! Quer dizer que, para atender o superávit primário, o Governo pega recurso dessas áreas importantes para o desenvolvimento dessas cidades do Norte do Brasil, da Amazônia, e o contingência para atender o setor econômico, atender a balança comercial brasileira?

Então, nesta Comissão, quero propor também que possamos debater esse recurso e que esse recurso, que é proveniente dessa arrecadação e dessa receita, possa efetivamente voltar para os Estados que o construíram – essa é uma informação.

A partir da próxima semana, da semana que vem, vamos tratar desse debate e socializar essa informação com todos os colegas Senadores e Senadoras, para que realmente as cidades que fazem parte, que construíram esse bolo de recursos, não possam ser penalizadas por uma decisão do Governo de represar esses recursos para atender o superávit do Governo.

Queria passar a palavra para o Senador Ronaldo Caiado, meu Líder.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Boa tarde aos colegas!

Mesmo diante do avançado da hora, quero fazer um cumprimento especial a esse jovem Senador. Acompanhei sua trajetória na Câmara dos Deputados, é um Parlamentar extremamente preparado. Tenho uma honra enorme em tê-lo no Partido. Engrandeceu o Democratas na Câmara, em todos os debates, em todas as relatorias que assumiu, como também nas Comissões em que esteve. E, na primeira oportunidade que o Democratas teve de escolha, por unanimidade, foi conduzido à Presidência desta Comissão de tanta importância.

Quero, neste momento, Senador Davi Alcolumbre, desejar a V. Ex^a a mesma energia, determinação, garra, inteligência que teve ao representar os seus três mandatos naquela Casa. Gostaria, ao mesmo tempo, de expressar a certeza de que, como Senador de uma Região que sofre todas essas penalizações que não só V. Ex^a, mas outros colegas aqui também colocaram, V. Ex^a saberá lutar, para que cada Região, como colocou o Senador Elmano, tenha aqui uma política regionalista, sim.

É uma verdade, concordo plenamente: as realidades são totalmente diferentes, a vida é outra vida, as opções são totalmente diferentes, as limitações são enormes. Aquilo que é dado como apoio básico, basilar,

a todos aqueles que estão na Região Sul e na Região Sudeste, muitas vezes, está longe de ser a realidade do cidadão da Região Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Nós temos que entender as condições climáticas e as condições de infraestrutura; o fato de que esses Estados e estas Regiões estão duramente penalizados.

Tenho a convicção de que precisamos fazer um debate corajoso. Não venha ninguém aqui querer defender apenas a Região que está hoje numa fase de melhor desenvolvimento em detrimento de outra. Acho que devemos ter uma visão, Senador Antonio Carlos Valadares, V. Ex^a presidiu esta Casa, realmente de estadistas que têm compromisso com os 200 milhões de brasileiros. Eu enxergo, talvez, assim, fazendo uma rápida retrospectiva, Juscelino Kubitschek tendo sido o único e último Presidente com visão interiorana e no sentido de tentar distribuir a riqueza e as oportunidades neste Brasil. Precisamos buscar isso.

Quais são os potenciais da região? É justo que, por uma política internacional, eu transforme o Norte do País em horto florestal de europeu? É justo que, por questões climáticas, eu exclua o Nordeste brasileiro e dê apenas a alternativa de migrar para os Estados do Sul? É justo que nós tenhamos também que repor sobre o sul do Estado toda a capacidade produtiva do País? Não.

Então, eu acho que é hora de nós discutirmos, até nos fundos constitucionais, como V. Ex^a colocou muito bem, esse assunto do Distrito Federal, Senador Elmano. Nós não temos nada contra Brasília. Tenho um carinho enorme por esta cidade, está no território do meu Estado, no coração do País, no meu Estado de Goiás. Agora, é injusto Brasília ter uma parcela do Fundo Constitucional do Centro-Oeste, pois tem o maior IDH e a maior renda *per capita* do País. O Fundo Constitucional do Centro-Oeste foi criado, os fundos foram criados para combater as desigualdades regionais. E no momento em que se tem atingido um patamar, é hora de atender outros Estados que estão na dependência, com necessidade maior. Não há por que concentrar tudo em uma região. Amanhã, se o meu Estado de Goiás atingir também uma condição de renda *per capita* num nível que seja aceitável, como Brasília vive hoje, por que não ser repassado a outras regiões mais carentes?

Então, eu acho que nós temos que ter uma visão de Brasil num todo, e não a obrigatoriedade da defesa um pouco, digamos, ofuscada da realidade de todo o Território nacional. Nós temos que ter uma noção mesmo do que é regionalismo e da qualidade de cidadania. Hoje nós sabemos que a maior incidência de lepra, de tuberculose, de doenças infectocontagiosas é no Norte do País. Ora, aqueles cidadãos não têm direito a ter o atendimento da saúde? Não têm direito a ter uma perspectiva de formação universitária? Isso é regionalismo? Sim, isso é responsabilidade desta Comissão. E o turismo? V. Ex^a sabe o desafio que nós passamos neste momento? Queremos poder dar o mínimo de segurança, de qualificação a essas regiões do Brasil que são identificadas como polos, referências mundiais, e que muitas vezes estão comprometidas por essa falta de infraestrutura e de segurança que é dada a todas as pessoas.

Quero, ao finalizar, dizer que o Democratas, como Líder que sou do Partido, se sente imensamente honrado, representado pela Liderança do Parlamentar e Senador do Estado do Amapá, Davi Alcolumbre, essa pessoa que goza de toda credibilidade não só do Partido, mas de seus pares. Tenho certeza de que saberá, na esteira do experiente Senador Antonio Carlos Valadares, que desenvolveu um trabalho maravilhoso, fazendo uma síntese aqui de suas ações durante dois anos, e que muito produziu pelo País, ou seja, de que V. Ex^a, como jovem e bom aluno que é, competente e inteligente, na esteira desse Parlamentar experiente, terá uma gestão brilhante e à altura daquilo que é sua trajetória política.

Muito obrigado e meus parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Agradeço as palavras de carinho do Senador Ronaldo Caiado e novamente volto a agradecer ao Partido a confiança, a agradecer às lideranças partidárias a confiança, porque foi na construção de um acordo desta Casa, dos Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, do Líder, que envolveu a Presidência desta Casa também, que ao nosso Partido coube a indicação da Presidência desta Comissão. Na primeira hora, o Líder Caiado, o Senador Agripino, a Senadora Maria do Carmo e o Senador Wilder foram solidários a nossa indicação para representar o Partido nesta importante Comissão, como foi dito.

Quero aproveitar as ponderações de V. Ex^a, quando fala que a Amazônia deve ser preservada para defender os interesses dos europeus, e quero dar mais um exemplo do meu Estado do Amapá, Senador Ronaldo Caiado. Vamos debater este tema, vou trazê-lo para esta Comissão. O Governo do nosso País, o Governo brasileiro, criou o maior parque de floresta tropical do Planeta, Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, com um terço do Estado do Amapá de área de preservação, de área de proteção. Naquela ocasião, foram prometidas para o Amapá algumas compensações, e até hoje não temos estradas para atender os Municípios, não temos atendimento de saúde adequado para os Municípios do entorno e para os Municípios que fazem parte do parque. A criação do parque, lógico, na questão ambiental, proporcionou a visibilidade do Estado do Amapá como o Estado do Brasil com maior área de proteção permanente do Planeta, mas, no sentido inverso, o Governo central criou essa unidade proteção e virou as costas para o Estado do Amapá.

Eu vou trazer este debate para esta Comissão. Tenho certeza de que terei o apoio das Sr^{as} Senadoras e dos Srs. Senadores. E aqui falo em nome do Senador Capiberibe, do Amapá, que está presente, e do Senador Randolfe, que sabem o quanto aquelas regiões do entorno do parque do Tumucumaque sofrem com a ausência do Estado. O Estado brasileiro deu para o mundo a maior área de preservação do Planeta e, ao mesmo tempo, esqueceu-se de trabalhar e de fazer as compensações, que era o que havia sido prometido na ocasião. Vou trazer este debate para cá, porque precisamos preservar, sim, mas precisamos desenvolver.

Com a criação do parque, a nossa área de desenvolvimento do Estado do Amapá ficou afetada, porque não podemos mais fazer o plantio, produzir agricultura, construir os assentamentos. Dessa forma, o Amapá, hoje, sofre com essa criação.

Não queremos dizer que a criação do maior parque do Planeta no meu Estado foi errada, mas queremos que o Governo faça as compensações prometidas para as pessoas. O parque é lindo para o mundo, mas há cidadãos – homens, mulheres e crianças – que vivem lá e precisam que o Estado dê auxílio e proteção.

Como próximo orador inscrito, passo a palavra ao Senador José Medeiros.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu gostaria de me inscrever.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Sr. Presidente, Senador Davi Alcolumbre, quero desejar sucesso e parabenizá-lo pela coragem de enfrentar esse desafio, que não é pequeno. O desafio se torna maior porque V. Ex^a está substituindo um Senador da maior estatura possível.

Senador Antonio Carlos Valadares, eu estive olhando aqui – o Senador Wellington está com o livro aqui ao lado –, observando, e fiquei pensando, Senador: se, em dois anos, foi tudo isso aqui, eu imagino se, sobre essa vida toda, fosse para escrever um livro.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Foi um ano e pouco. Ainda tem muita coisa para ser escrita sobre esse período que nós passamos aqui, graças aos Senadores que participaram desta Comissão.

Obrigado.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Meus parabéns.

Quero parabenizar o Senador Elmano, que acabou de fazer uma fala muito esclarecedora e muito contundente. Explorou bem a realidade aqui, a situação do País.

Mas, Senador Davi, quando se pensa em desenvolvimento regional, eu creio que a essência da existência desta Comissão é justamente podermos tornar a situação do País a mais isonômica possível. E o alicerce principal, ou seja, o alicerce da igualdade, vamos dizer assim, é o princípio da igualdade: tratar os iguais de forma igual; os desiguais de acordo com as suas desigualdades.

Lá em Mato Grosso... Eu represento o Estado de Mato Grosso aqui, juntamente com o Senador Blairo Maggi e com o meu colega e conterrâneo de cidade também, o Senador Wellington Fagundes, que há muito tempo está no Legislativo, por muito tempo militou ali na Câmara dos Deputados e sempre se preocupou com o problema do desenvolvimento do Estado de Mato Grosso. Porque há momentos, Presidente, em que a gente lá se sente um pouco mais desigual; a gente vê alguns membros da Federação mais iguais do que os outros, e a gente se sente menos igual. E cito um exemplo: Mato Grosso contribui de forma muito importante para a balança comercial brasileira. É um Estado que vive praticamente da exportação de *commodities* e que, às vezes, é punido por isso.

Acabamos, neste momento, de sair dali, a Bancada toda, da sala do Senador Romero Jucá – eu, o Senador Wellington e toda a Bancada do Estado – preocupados justamente com a questão do FEX, que temos discutido aqui, temos cobrado, que era para ser um fundo de compensação também – e foi falado aqui sobre os fundos de compensação. Um Estado que contribui tanto para o País não pode cobrar ICMS sobre o que exporta e, na hora de ser compensado, não tem isso. O ano de 2014 já foi, e com certeza o Estado não receberá mais. Tivemos ainda uma vitória. Estivemos ali cobrando que, para os próximos anos, isso possa ser inserido no Orçamento – e tomara que seja!

Nós temos sentido que precisamos avançar muito nesse setor, temos muito trabalho a fazer ali, e vamos querer muito o respaldo desta Presidência, porque nós temos um déficit de infraestrutura. Volto a citar o Senador Wellington Fagundes, porque a sua vida, ali em Mato Grosso, tem sido cobrar infraestrutura para o Estado, porque é disso que o Estado precisa, é a única forma que temos de escoar nossos produtos, mas pagamos muito caro. A nossa competitividade lá, Senador, fica muito pequena, porque concorremos com países, na verdade, que têm infraestrutura muito melhor do que a nossa. Nossos produtos chegam na China e onde exportamos o dobro mais caro.

Temos gargalos, por exemplo, com as questões indígenas. Às vezes, são tratadas as questões indígenas com muita ideologia e com muito pouca preocupação com o desenvolvimento do Estado e com o bem-estar

do índio. Quero até aproveitar aqui para parabenizar o Senador Wellington, que colocou recentemente uma PEC justamente no sentido de fazer com que possamos ter outro olhar para o índio. Temos lá índios com muita terra e, às vezes, até suicidando, porque estão morrendo de fome; e, ao mesmo tempo, o Estado de Mato Grosso não pode construir uma estrada, Presidente, próximo a uma reserva, para não mexer com a qualidade de vida dos indígenas. E eles estão lá passando fome. Temos esses desafios.

Temos o Pantanal, que é praticamente um Estado dentro do Estado de Mato Grosso, que tem um potencial imenso turístico e que é pouco explorado também.

E padecemos, ainda – isso é a prova de que somos menos iguais do que alguns outros Estados –, pelo seguinte: tem sido uma luta da Bancada do Estado conseguir mais uma universidade federal para Mato Grosso; lá só tem uma. Proporcionalmente com outros Estados da Federação, nós estamos bem abaixo até do nosso Estado irmão, Mato Grosso do Sul, que foi criado posteriormente, que foi, vamos dizer, a nossa costela. Mato Grosso do Sul já tem duas universidades federais. Nós temos uma região, no sul e sudeste de Mato Grosso, com mais de 500 mil habitantes, e não temos universidade; só temos puxadinhos de universidades, puxadinhos de faculdades, e precisamos avançar nisso.

O Senador colocou muito bem aqui que, às vezes, concentra-se o desenvolvimento na região litoral e centro-sul, e nós contribuimos muito mais. O País acaba contribuindo com isso, por quê? Os nossos filhos, que estão lá no Mato Grosso, no interior de Mato Grosso, eles vão buscar... Obviamente cada pai quer para os seus filhos uma melhor educação, assim os manda estudar em Brasília, em São Paulo. E por aí vai. Esses meninos vêm, e não voltam mais. E cada vez mais o Estado fica carente de mão de obra qualificada e isso impacta diretamente no desenvolvimento.

Então, distribuir também boas faculdades, melhorar a educação tem tudo a ver com o desenvolvimento regional. E essa vai ser, com certeza, a luta da Bancada de Mato Grosso aqui. Eu já falo até pelo Senador Wellington, porque o acompanhei, e a luta dele sempre foi essa.

Eu quero me juntar a esta Comissão para que a gente possa tornar esses gargalos que emperram o desenvolvimento regional menos importantes para a situação dos nossos Estados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Obrigado, Senador José Medeiros.

Passo, em seguida, a palavra ao Senador Wellington Fagundes, com quem tive a honra também de conviver na Câmara dos Deputados como Deputado Federal.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Meu caro companheiro, amigo, Senador Davi Alcolumbre, que representa um Estado tão importante, dadas exatamente as diferenças de cada Região brasileira, com as suas especificidades...

Eu quero parabenizar aqui o Senador Antonio Carlos Valadares, até porque estou olhando esse livro. A atuação desta Comissão foi bastante diversificada dentro das suas áreas.

Eu fui o primeiro Presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados. É claro que montar uma comissão, fazê-la funcionar, enfim, tem todas as suas dificuldades, mas, sem dúvida, esta é uma das comissões mais importantes, porque tem a ver com a vida das pessoas.

Todo Município faz divisa com outro e assim também uma Região faz divisa com a outra. Os problemas são comuns. Mesmo que às vezes a solução seja um pouco diferenciada, um impacta no outro.

Como disse aqui o Senador Ronaldo Caiado, acho que nós temos que trabalhar para fazer com que o Brasil possa ter um desenvolvimento harmônico. É claro que nesses últimos anos melhorou muito. O Nordeste tinha só a migração para São Paulo, e a gente já viu muita gente voltando. E isso foi graças à distribuição de renda que foi feita.

Mas eu quero também me somar ao Senador Medeiros, que é do meu Estado. Coincidentemente somos os três Senadores da mesma cidade, Rondonópolis, o que é um orgulho para mim, porque lá sou nascido, mas sou filho de um nordestino que foi, como muitos outros, para Mato Grosso a pé, para construir uma história, como os sulistas para lá foram para desbravar o Cerrado, enfim.

O nosso Estado é o que mais se desenvolve no Brasil, mas somos um Estado de 900 mil quilômetros quadrados com menos de 3,5 milhões de habitantes. Então tudo que se faz é muito pouco. Há novas fronteiras agrícolas. Só na região do Araguaia, são quase 2 milhões de hectares sem nenhum problema de impacto ambiental, com condições de ampliar uma fronteira agrícola muito grande. Agora, é claro que isso precisa de investimentos. De toda estrada que se constrói, um quilômetro de estrada, o retorno para o País é muito grande.

Estamos no centro do Brasil e Cuiabá, nossa capital, é o centro geodésico da América do Sul. Praticamente estamos de costas, virados para o Mercosul. Para os países próximos dali, como Bolívia, Paraguai, enfim, estamos muito próximos do Chile também, poderíamos estar aproveitando os portos do Chile, mas não, viramos as costas. E aí nós temos o problema do impacto da questão do narcotráfico, das faixas de fronteira. Só no

Estado de Mato Grosso são 720 quilômetros de divisa seca. Então temos problemas, como cada Estado, cada Região tem os seus. E essa questão dos fundos é fundamental a gente discutir.

Na Constituição, foi criado o Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste, que até hoje não implantado. Eu fui até relator.

A Sudeco teve um papel fundamental na nossa região. Ela foi extinta, recriou-se, está lá hoje, mas não tem praticamente previsão orçamentária.

O Senador Medeiros falou da questão do FEX. Estivemos agora com o Relator discutindo, porque o nosso Estado é exportador de *commodities*, e a Lei Kandir já prejudica demais o nosso Estado.

São muitos os desafios. Cada um terá tempo, nestes dois anos, sob a sua Presidência, de estar aqui procurando minimizar essas desigualdades regionais.

Também quero me colocar aqui como seu liderado para que estejamos trabalhando juntos, harmonizando não só a nossa convivência aqui cada dia mais. É exatamente através disso que depois nós poderemos entender as necessidades de uma Região e de outra.

Agora, aproveito, já que esta Comissão também tem a ver com o turismo, para falar em nome da Confederação Nacional do Comércio. Tivemos aqui, na semana passada, uma sessão solene. Tanto eu como o Senador Medeiros estamos autorizados a convidar esta Comissão – vocês que estiveram na Copa, como subsede, Senador Valadares – para conhecer o Sesc Pantanal, que é um investimento da Confederação Nacional do Comércio, uma área de cento e tantos mil hectares, uma área onde hoje se faz pesquisa, onde muitas universidades estão implantadas, há a questão da hotelaria, para que conheça realmente esse patrimônio da humanidade que é o Pantanal mato-grossense. Todos estão convidados também para aproveitarmos a confraternização, o lazer. No momento em que o Presidente entender que será o ideal, nós gostaremos de receber esta Comissão, todos vocês lá com as acomodações do Sesc Pantanal. Além de ver aquela beleza, temos que ver o impacto do desenvolvimento regional para uma área muito frágil, que é o Pantanal mato-grossense.

Ainda aproveito para convidar os companheiros desta Comissão. Fui designado também como Presidente da Comissão do Senado do Futuro. Essa foi uma experiência exitosa que tivemos no Chile. É uma comissão nova que está funcionando há um mandato apenas. Gostaria de convidar os companheiros para também participarem dessa Comissão, tendo a indicação dos Líderes, para que possamos fazer esse trabalho em conjunto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Bom trabalho! Com certeza, com a sua juventude e com a experiência do Senador Valadares, teremos muito que fazer nesta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Agradeço o Senador Wellington pelas palavras. Vamos, num momento oportuno, reunir a Comissão para fazer essa visita sugerida por V. Ex^a para prestigiar um empreendimento na região de V. Ex^a. É uma região que precisa ser mais atendida, o Pantanal.

Com certeza esta Comissão vai, sim, estar ao lado de V. Ex^a, do Estado de V. Ex^a e do Brasil no desenvolvimento regional.

Passo a palavra ao Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Sr. Presidente, Senador Davi Alcolumbre; Sr. Senador decano desta Casa, um dos homens queridos e respeitados por todos nós, Senador Valadares, eu confesso que estou duplamente satisfeito com a sucessão da CDR. Deixa a Presidência o Senador Valadares, que é do meu Partido, por quem tenho uma enorme admiração, e assume o Senador Davi Alcolumbre, que não é do meu Partido, é do DEM. Aliás, do ponto de vista ideológico, nós temos enormes divergências, mas faz parte da convivência democrática o respeito a essas divergências e, principalmente, a convivência. É do meu Estado, em quem eu votei – veja, o voto é secreto –, por várias razões, entre outras, porque eu sabia que o Amapá estaria muito bem representado por V. Ex^a aqui no Senado; V. Ex^a daria uma contribuição não só ao Amapá, mas ao Brasil e à Amazônia.

O Senador Valadares, na sua Presidência, deslocou a CDR até o nosso Estado. Nós fizemos um grande seminário, promovido por esta Comissão, com a presença inclusive do Ministro da Integração Nacional, que hoje é nosso companheiro de Bancada, Fernando Bezerra, e que resultou em um projeto interessantíssimo, que é o APL do Igarapé da Fortaleza, um Arranjo Produtivo Local que busca conciliar o desenvolvimento econômico com equidade social e a preservação ambiental.

O Igarapé da Fortaleza é uma ocupação desordenada, mas também é um porto fluvial de pequena cabotagem. É um espaço que separa as nossas maiores cidades, Macapá e Santana, ainda um espaço bastante preservado, e há uma intenção nossa de transformá-lo em uma reserva da biosfera, que permitiria a atividade econômica combinando com a preservação e, sobretudo, distribuindo um resultado da atividade econômica de uma forma justa com as comunidades que ali vivem. É um projeto que surge dessa iniciativa do Senador

Valadares de transferir a nossa Comissão – na época, eu era suplente da Comissão; agora, eu acho que nem suplente eu sou – para Macapá. Mas, com V. Exª na Presidência, tenho convicção de que vamos poder continuar desenvolvendo esses projetos.

Eu queria dar uma palavrinha rápida aqui sobre desenvolvimento. A minha concepção é de que nós construímos... O desenvolvimento brasileiro se deu em função de alguns fatores que não são muito, digamos, agradáveis; deu-se com base na exclusão social. Nós fomos o último país a libertar os escravos. Lembro que os americanos fizeram uma guerra, em 1863, para libertar, tirar o povo da escravidão; e nós chegamos até 1888. E nós só libertamos os escravos porque os ingleses fecharam os portos, porque a escravidão estava impedindo o desenvolvimento capitalista. O capitalismo não precisava, naquele momento, de escravos, precisava de consumidores, e a guerra se deu exatamente em função disso.

Outro fator que impactou o nosso desenvolvimento foi a destruição do patrimônio ambiental brasileiro. Nós terminamos eliminando a Mata Atlântica inteira – hoje, restam menos de 3% –, o que está provocando impactos ambientais com danos tremendos para a população: vemos desmoronamentos, deslisamentos de áreas ocupadas indevidamente.

Enfim, essas são características do desenvolvimento brasileiro, também fundamentado na produção de *commodities*: primeiro, era a cana-de-açúcar; depois, o café; e até hoje nós continuamos com esse mesmo modelo.

Acho que está na hora de nós darmos um basta a esse modelo, que não agrega valor àquilo que é a nossa riqueza. Imaginem que nós exportamos soja para o Japão sem imposto, mas, na hora em que queremos importar um litro de óleo de soja, o imposto vai além de 100%. Ou seja, não nos permitem, e a mesma coisa acontece com o aço, enfim, com os produtos brasileiros.

No entanto, temos uma vizinhança grande. O mercado brasileiro é um mercado de 200 milhões de pessoas, e temos nossos vizinhos, só que não conseguimos nos entender. Realmente o Mato Grosso tem razão: poderia se integrar muito mais, como nós tratamos de nos integrar com a França através do departamento francês da Guiana.

Então, as nossas possibilidades de desenvolvimento são mais amplas do que aquilo que nós conseguimos conduzir até agora. Mas tenho certeza de que o Brasil, que tem esse histórico de exclusão social e de destruição ambiental, aprendeu lições, e essas lições vão nos servir para dar uma condução diferente.

V. Exª, na condução, na Presidência da CDR, certamente vai detectar um grave problema: nós não temos política para a Amazônia. As políticas para a Amazônia são uma repetição das políticas nacionais. E uma região como a nossa precisa de políticas diferenciadas, sobretudo para não agudizar mais o drama que estamos vivendo com a falta de energia e água.

O problema da crise energética é grave. Nós temos algumas hidroelétricas hoje paradas porque não há água. Então, essa é uma questão. A matriz energética brasileira enveredou corretamente pelo uso da água, mas tem outras potencialidades enormes que nós não estamos aproveitando – acho que a nossa região pode auxiliar o Nordeste todo –, que é a eólica, a energia solar. Enfim, agora estamos voltando, pela crise da falta de água, da falta de chuva... E isso ninguém pode esperar que a natureza vá resolver. Nós temos que ter o mínimo de planejamento para poder dar uma solução para essa questão.

Então, o desenvolvimento brasileiro precisa ser repensado e a nossa região precisa de uma política específica, mas não pode continuar apenas na expectativa do avanço da fronteira agrícola. Não. Nós temos várias alternativas, várias possibilidades de desenvolvimento, inclusive do turismo. Temos estudos feitos lá, temos voos domésticos ali do lado da gente, de Caiena para Paris, diariamente; podemos fazer um seminário, voltar a discutir as nossas possibilidades de implementação e desenvolvimento do turismo na região.

Então, V. Exª aqui está no lugar certo.

Quero agradecer ao Senador Valadares pela deferência com o nosso Estado.

Evidentemente vamos ter um grande Presidente. O que estou dizendo ao Senador Valadares hoje quero repetir, daqui a dois anos, ao me dirigir a V. Exª, com admiração e respeito pelo seu trabalho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Obrigado, Senador Capiberibe, pelas palavras de incentivo também. Digo a V. Exª que nós iremos construir juntos aqui. Cada Senador, cada Senadora desta Comissão é fundamental para que possamos, nos próximos dois anos, construir talvez um livro ou pelo menos algo parecido com o trabalho que o Senador Valadares fez. Que a gente possa, no mandato do próximo presidente desta Comissão, com a colaboração de todos os Senadores, especialmente do Senador Valadares, entregar para o Brasil, se Deus quiser, os volumes 2 e 3 deste livro *Desafios para o Desenvolvimento Regional*.

Gostaria de passar a palavra ao Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Presidente, considerando o adiantado da hora, quero ser sucinto e objetivo, mas não poderia deixar de cumprimentá-lo pela ascensão a esta importante Comissão.

E quero aproveitar a oportunidade também para parabenizar e cumprimentar esta referência entre nós, Senadores, que é o Senador Valadares, que proporcionou um excelente serviço aqui. V. Exª vai ter uma missão difícil à frente desta Comissão, porque vai substituir nada mais nada menos do que o Senador Valadares.

A par disso, quero dizer a V. Exª que esta Comissão tem tudo a ver com o meu Estado, Santa Catarina. Veja bem que o Estado de Santa Catarina é o segundo melhor destino turístico do Brasil. As cidades mais visitadas são Florianópolis, Balneário Camboriú e Bombinhas. E, ao longo do tempo, as administrações, inclusive do Senador Luiz Henrique, quando foi governador, proporcionaram a Santa Catarina um processo de descentralização importantíssimo, que veio trazer um desenvolvimento regional substancial para o nosso Estado, razão pela qual a questão do turismo tem tudo a ver com o nosso Estado e o desenvolvimento regional também não foge à regra.

O Senador Luiz Henrique, de quem sou discípulo, implantou, quando foi governador, uma forma ousada, criativa, dinâmica, eu diria até visionária, um sistema de descentralização, uma forma nova de governar.

Um dos maiores problemas que enfrentamos hoje no Brasil, na minha opinião, é a concentração do poder e dos recursos na mão da União. Hoje, cerca de 65%, talvez um pouquinho mais, talvez um pouquinho menos, circulam exclusivamente na mão da União. Isso é muito ruim para o desenvolvimento regional, porque o que estamos observando hoje é o empobrecimento dos nossos prefeitos e, conseqüentemente, das nossas regiões; algumas prefeituras até em regime quase falimentar, não tendo condições de fazer nenhum investimento propriamente dito, lutando basicamente só para atender o custeio e manter as atividades normais de um Município. Essa realidade nós devemos discutir aqui.

Não vai existir desenvolvimento regional se nós não dinamizarmos, com recursos, com infraestrutura, com logística, para que, efetivamente, isso possa acontecer – embora Santa Catarina tenha um equilíbrio bastante razoável já em termos de desenvolvimento. Cada uma das regiões tem um polo de desenvolvimento importante e específico.

É uma alegria, mesmo como suplente, ser liderado por V. Exª. Estarei aqui nos próximos dois anos lutando pelos interesses do meu Estado e, evidentemente, lutando pelo desenvolvimento regional, que é uma bandeira nossa, uma bandeira de Santa Catarina, sobretudo da área do turismo, também, que tem tudo a ver com Santa Catarina.

Então, desejo a V. Exª um grande trabalho porque o resultado do trabalho que fará não será só de V. Exª, será de todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Senador Dário, eu agradeço as ponderações de V. Exª. Concordo plenamente que nós precisamos, a partir desta Comissão, também como papel fundamental, fortalecer a participação nos Municípios.

V. Exª colocou, ainda há pouco, que quase 70% da riqueza deste País fica concentrada na União e as atribuições ficam sendo, todos os dias, descarregadas sobre os ombros de mais de 5.500 prefeitos sofridos deste País. Posso falar que são quase todos são sofridos porque poucas cidades deste País têm condições de pagar a folha de pagamento, fazer o investimento mínimo necessário na educação, na saúde e na infraestrutura. E aí, quando se vê, não sobra quase nada de recursos para avançar no Município. Então, com certeza, este também será um debate desta Comissão. V. Exª aborda um tema importante.

Pelo que sentimos hoje aqui, Presidente Valadares, esta Comissão, com certeza, é de muita importância para o País e para o Senado Federal, uma Comissão que trata das diferenças regionais. Todos nós sabemos que temos essas diferenças e temos que buscar as soluções a partir desta Comissão, a partir de proposições de Senadores e de Senadoras, junto ao Governo Federal, para auxiliar os governos estaduais, para socorrer as Prefeituras deste País com decisões tomadas a partir daqui, do trabalho dos técnicos, dos assessores.

Eu queria também dizer que é fundamental a participação da assessoria do Senado Federal, das Comissões, a assessoria dos nossos técnicos das Comissões, para auxiliar, para que cada um de nós, Senadoras e Senadores eleitos pela legítima vontade popular, possamos desempenhar o nosso papel, que cada dia mais a sociedade nos impõe através de cobranças, através de críticas, através de elogios.

Que seja profícuo o exercício meu nesta Presidência e o do vice-presidente, que será eleito na próxima reunião. Estamos dependendo do acordo de Lideranças para ver a qual partido vai caber a indicação da Vice-Presidência.

Com certeza, pela lista, pela participação de todos os Senadores presentes nesta reunião de abertura e de eleição da Presidência, pelo quadro, pelo que foi dito pelos presentes, com certeza, a gente vai poder realizar um belo trabalho coletivo. Ninguém, na vida pessoal e na vida pública, constrói nada sozinho. A gente precisa da assessoria, a gente precisa dos veículos de comunicação para divulgar o trabalho, a gente precisa da participação dos Senadores e a gente precisa da decisão de todos de estarem presentes nas reuniões, que participem do debate e possam estar abertos às sugestões de V. Exªs e à condução desta Presidência.

Volto a reafirmar a atuação do ex-Presidente Valadares. Eu recebo, com muita satisfação, a publicação *Desafios para o Desenvolvimento Regional*, que já me foi autografado pelo Senador Valadares, ou seja, vou ter que ler todo o livro com que V. Ex^a me presenteou para poder pegar o caminho de V. Ex^a. O rastro que V. Ex^a deixará nesta Comissão será o início da nossa trajetória à frente desta Presidência.

Obrigado a Deus.

Obrigado aos Senadores.

Obrigado aos servidores.

Antes de encerrarmos esta reunião, eu gostaria apenas de fazer um comunicado para os membros desta Comissão. Informo que foi encaminhada a publicação desta Comissão contendo o relatório da avaliação da política pública de estruturação dos destinos turísticos brasileiros à Mesa do Senado Federal, à Presidência da República, à Casa Civil da Presidência da República, ao Ministério do Turismo, ao Conselho Nacional do Turismo, ao Ministério do Planejamento, ao Tribunal de Contas da União. Além disso, a Secretaria de apoio à Comissão de Desenvolvimento Regional o encaminhou diretamente a diversas instituições que participaram das audiências públicas sobre o tema, às Secretarias de Estado responsáveis pela área de turismo e às entidades integrantes da Confederação Nacional de Turismo.

A referida avaliação foi realizada ao longo do último ano com base no art. 98-B do Regimento Interno do Senado Federal e essa publicação.

Nada mais havendo a tratar, novamente agradecendo a Deus pela felicidade, agradecendo pela oportunidade, agradecendo ao povo do Amapá que me deu a oportunidade de estar nesta Casa, declaro encerrada a presente reunião de eleição da Presidência da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal.

(Iniciada às 11 horas e 51 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 14 minutos.)

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM ONZE DE MARÇO DE 2015, QUARTA-FEIRA, ÀS 09 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 07 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e cinquenta e oito minutos do dia onze de março de dois mil e quinze, na sala de reuniões número sete da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Davi Alcolumbre, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores José Pimentel, Gladson Cameli, Simone Tebet, José Medeiros, Wellington Fagundes, Elmano Ferrer, Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Joao Alberto Souza. Deixam de comparecer os Senadores Paulo Rocha, Humberto Costa, José Maranhão, Ricardo Ferraço, Tasso Jereissati, Antonio Anastasia e Randolfe Rodrigues. Justificou ausência o Senador Walter Pinheiro. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente Reunião tem como objetivo a deliberação de proposições: ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 01/2015-CDR – “Requeiro, nos termos regimentais, seja realizada audiência pública no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, com a presença do Superintendente SUDECO - Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, para explanação sobre os investimentos a serem realizados na Região Centro-Oeste nos próximos quatro anos, bem como para prestação de informações sobre os resultados alcançados no período de 2011 a 2014”. **Autoria:** Senadora Simone Tebet. Resultado: Aprovado com a inclusão, como convidados, por sugestão do Senador José Medeiros, da Valec e do Dnit. Subscrive o Requerimento o Senador Wellington Fagundes. ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 02/2015-CDR – “Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Turismo para apresentar, em audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, as ações da pasta de turismo para os próximos anos”. **Autoria:** Senador Davi Alcolumbre. Resultado: Aprovado. ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 03/2015-CDR – “Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Integração Nacional para apresentar, em audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, as ações da pasta para os próximos anos”. **Autoria:** Senador Davi Alcolumbre. Resultado: Aprovado. ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 04/2015-CDR – “Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Cidades para apresentar, em audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, as ações da pasta para os próximos anos”. **Autoria:** Senador Davi Alcolumbre. Resultado: Aprovado. ITEM 5 - REQUERIMENTO Nº 05/2015-CDR – “Requeiro, nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública nesta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença do Superintendente

da SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) com a finalidade de debater os resultados da atuação da entidade enquanto promotora do desenvolvimento regional e as perspectivas de investimentos e ações para os próximos quatro anos”. **Autoria:** Senador Davi Alcolumbre. Resultado: Aprovado com a inclusão, como convidados, por sugestão do Senador Wellington Fagundes, do liquidante da SUDAM. O Senador ainda subscreve o Requerimento. ITEM 6 - REQUERIMENTO Nº 06/2015-CDR – “Requeiro, nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública nesta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença do Superintendente da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) com a finalidade de debater os resultados da atuação da entidade enquanto promotora do desenvolvimento regional e as perspectivas de investimentos e ações para os próximos quatro anos”. **Autoria:** Senador Davi Alcolumbre. Resultado: Aprovado. ITEM 7 - REQUERIMENTO Nº 07/2015-CDR – “Requeiro, com fundamento no art. 58, § 2º, inciso III, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja CONVIDADO, o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Integração Nacional, Gilberto Magalhães Occhi, para que compareça à Comissão de Desenvolvimento Regional do Senado Federal, em Audiência Pública, para prestar informações sobre o andamento das obras de interligação das águas do Rio São Francisco nos estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte”. **Autoria:** Senador Jose Pimentel. Resultado: Aprovado, sendo subscrito pela Senadora Fátima Bezerra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e três minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário da Secretaria de Apoio da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador Davi Alcolumbre, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Bom dia a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Gostaríamos de aproveitar esta oportunidade para passarmos alguns informes da Comissão e alguns comunicados, para tornar públicos à sociedade.

Foi realizado, em 23 de dezembro de 2014, na cidade de Fortaleza, o debate “O Fortalecimento das Instituições no Desenvolvimento da Região Nordeste”, de iniciativa dos Senadores Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda.

O evento ocorreu na sede do BNB e contou com as contribuições dos Srs. Nelson Antônio de Freitas, presidente do BNB; Henrique Tinoco, diretor da Sudene; Flávio Viriato de Saboya Neto, presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará e do Conselho Deliberativo do Sebrae; Luiz Carlos Everton de Farias, diretor do BNB; e Valdeci Monteiro dos Santos, professor da Universidade Católica de Pernambuco.

O debate foi aberto pelo Senador Antonio Carlos Valadares, na condição de Presidente da Comissão, e, na sua fala, o Senador citou as áreas de atuação da Comissão, ressaltando o fomento ao desenvolvimento e, consequentemente, o combate às desigualdades regionais.

Junto a isso, lembrou a importância do fortalecimento das instituições voltadas para o desenvolvimento regional. Além disso, prestou homenagem ao Senador Inácio Arruda, destacando a sua atuação constante na defesa da Região Nordeste.

Ao tratar do desenvolvimento do Nordeste, o Senador falou da evolução e da importância da economia da Região, relatando um histórico e mencionando as tendências atuais.

Em conclusão, questionou o abandono das políticas de desenvolvimento regional. Citou como exemplo o enfraquecimento da Sudene e afirmou que o desenvolvimento do Nordeste deve ser prioridade para o desenvolvimento do País.

O Senador Inácio Arruda destacou a importância do papel da Frente Parlamentar do Nordeste, ressaltando que existe a necessidade de integração entre os Estados do Nordeste sob os pontos de vista político, econômico e social, com o intuito de promover a inclusão tanto social, quanto regional.

Sobre a realização do debate, informou que o evento era uma oportunidade de questionar se ainda há espaço para a existência das instituições de desenvolvimento regional no cenário atual, ou seja, se ainda existe missão ou papel para elas. Ressaltou, também, a responsabilidade do Senado Federal e dos Parlamentares na defesa e na promoção dessas instituições, conforme a atual tendência de enfraquecimento.

Por fim, informou que o resultado do debate seria para subsidiar a discussão política.

O Prof. Valdeci Monteiro dos Santos, como representante do meio acadêmico, iniciou afirmando que mesmo com o cenário de aumento da força, com o crescimento acima da média, ainda existem muitos entraves para o desenvolvimento da Região Nordeste. Nesse contexto, apresentou o estudo realizado em 2014 com

a participação de mais de 20 pesquisadores do Nordeste e de outras regiões. Destacou que o estudo era prospectivo, tratando-se de um olhar para o futuro, apontando aspectos quantitativos e qualitativos de possíveis cenários para o Nordeste até 2022. Explicou que o estudo foi baseado em modelos econométricos e realizado por meio do seccionamento em inserção externa; dinâmica econômica; federalismo; infraestrutura; ciência, tecnologia e inovação; sustentabilidade ambiental; dinâmica urbana e rural; dinâmica social e financiamento. Para todos esses cortes, apontou o cenário atual e as dificuldades e as perspectivas para 2022.

Recebemos na Secretaria da Comissão também os seguintes documentos:

- três publicações da Secretaria de Estado de Turismo e Projetos Especiais do Distrito Federal. A primeira consiste num relatório da gestão de 2011 a 2014 da Setur do DF e as outras duas tratam dos temas: turismo arquitetônico e turismo cívico, cujos títulos são, respectivamente: *Brasília, Patrimônio e Modelo – Traços, Texturas, Formas e Curvas e Brasília, Capital da Pátria Amada*;

- os Avisos de nºs 1386, do Tribunal de Contas da União, e 1434, do Tribunal de Contas da União, que encaminharam cópias dos Acórdãos proferidos pelo Plenário do Tribunal de Contas da União (TCU) na sessão extraordinária de 09/12/2014, nos autos do Processo nº 014.605.2014-7, que conclui pela recomendação ao Ministério do Turismo que desenvolva novos indicadores de desempenho para o programa turismo do Plano Plurianual (PPA 2012/2015) e promova estudos para viabilizar a resolução e problemas ligados à infraestrutura turística; e

- o Acórdão nº 033.934 de 2011, que conclui pela recomendação à Câmara de Política de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional que adote medidas com vistas à revisão da Política Nacional de Desenvolvimento Regional e diversas determinações ao Ministério cujas áreas temáticas se ligam ao desenvolvimento regional.

Também como item 2.3, o relatório final da CPI do Trabalho Infantil, da Câmara dos Deputados, de autoria da Deputada Luciana Santos, aprovado em reunião ordinária da Comissão em 10 de dezembro de 2014, que conclui pela apresentação de três projetos de lei e uma indicação, além da recomendação geral e específica aos três Poderes, encaminhado em meio digital.

Comunico a todos que, conforme ofício recebido pela Secretaria de Apoio, tivemos a inclusão dos ilustres Senadores: Eduardo Amorim, do PSC; Tasso Jereissati, do PSDB; e Antonio Anastasia, do PSDB, na composição da nossa Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Quero registrar ainda que o Senador Tasso Jereissati nos honrou nesta Presidência que hoje ocupo nos anos de 2005 e 2006, bem como o Senador Eduardo Amorim ocupou a Vice-Presidência em 2011 e 2012.

Feito esse registro, é bom lembrarmos que a Senadora Lúcia Vânia, membro desta Comissão, num primeiro momento, também nos honrou ocupando a Presidência deste colegiado nos anos de 2007 e 2008.

Por fim, comunico a todos que a Secretaria da Comissão encaminhou aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras membros desta Comissão, através de ofício circular, a relação de todas as proposições que aguardam designação de relatorias.

Portanto, gostaria de solicitar a V. Ex^{as}, conforme o interesse, já está nos gabinetes de V. Ex^{as}, o ofício indicando os projetos que estão para a nomeação de relatores. E, caso V. Ex^{as} tenham interesse em determinados projetos, que encaminhem também o retorno para a Secretaria da Comissão.

Os documentos que ora mencionei e as publicações recebidas encontram-se disponíveis para consulta das Sras e dos Srs. Senadores interessados na Secretaria de Apoio da nossa Comissão.

Como ainda estamos impedidos pelo Regimento da Casa, por conta do quórum, de votar os requerimentos constantes da pauta (itens 1 a 7), eu gostaria de aproveitar ainda este momento, aguardando a composição do quórum, para que pudéssemos já deliberar e encaminhar os requerimentos pautados.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 1, DE 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos regimentais, seja realizada audiência pública no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), com a presença do Superintendente Sudeco – Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, para explanação sobre os investimentos a serem realizados na Região Centro-Oeste nos próximos quatro anos, bem como para prestação de informações sobre os resultados alcançados no período de 2011 a 2014.
Autoria: Senadora Simone Tebet.

Concedo a palavra a S. Ex^a a Senadora Simone Tebet para encaminhar o requerimento.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Obrigada. Sr. Presidente.

Srªs e Srs. Senadores, este requerimento que trago aqui em mão é para que nós possamos fazer uma audiência pública com o Superintendente da Sudeco.

A recriação da Sudeco deu um novo alento a toda a Região Centro-Oeste no sentido de, agora, poderemos contar novamente com uma superintendência de desenvolvimento regional. E o que nós queremos, acima de tudo, além da explanação sobre os investimentos que foram feitos nos últimos quatro anos, são algumas questões que nós trouxemos aqui, tais como: os principais investimentos a serem realizados pelo Fundo Constitucional do Centro-Oeste; como se dará a distribuição do fundo em relação aos Estados e aos setores produtivos e econômicos da região; qual é o plano estratégico de desenvolvimento para a região de 2007 a 2020; e, principalmente, na visão da Sudeco – nós também temos as nossas, os governadores de Estado, as autoridades e a sociedade civil –, quais são os principais desafios para o desenvolvimento econômico e social da região; e, ainda, finalizando, quais as perspectivas de investimentos no setor, especialmente de logística, visto que nós sabemos ser este o grande gargalo, não só do Centro-Oeste, mas de todo o interior deste País.

Não há que se falar em desenvolvimento regional sem investirmos maciçamente no setor de infraestrutura, transporte, energia, recursos hídricos. E, na parte de transporte, qual é o foco? Se continuaremos no setor rodoviário, se há projetos maiores no setor hidroviário e, principalmente, no setor ferroviário.

Portanto, essas são as razões do nosso requerimento, para cuja aprovação esperamos contar com o apoio das Srªs e dos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Em discussão o requerimento da Senadora Simone Tebet.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Eu queria sugerir, Senadora Simone, que fossem convidados também representantes da Valec e do DNIT para participarem desse importante debate.

O meu Estado, por exemplo, é também um retrato do que V. Exª colocou aí relativamente às questões de deficiência na infraestrutura. Penso, portanto, que alguém da Valec ou do DNIT poderia contribuir para esse debate.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Continua em discussão.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Já que estamos tratando de desenvolvimento regional e que está aqui a Sudeco, talvez fosse o caso de incluirmos a Sudam e a Sudene, porque faríamos uma discussão...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Ah, então há outros requerimentos. Obrigada.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Pois não.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Apenas quero deixar claro que até entendo, diante da visão maior que temos desta Comissão, que podemos começar, se aprovarmos todos os demais requerimentos, com as audiências públicas relacionadas à Sudam e Sudene, e finalizaríamos, na terceira, com a Sudeco.

Aproveito a oportunidade para agradecer a sugestão do nobre Senador mato-grossense – não sul-mato-grossense, porque sul-mato-grossense somos nós – e deixar público que assumiu o Ministério dos Transportes um sul-mato-grossense que vai ser, praticamente, o segundo ou terceiro homem do Ministério dos Transportes, Edson Giroto. Ele foi Secretário de Obras da capital, Campo Grande, por oito anos, foi Secretário Estadual de Obras de Infraestrutura do governo do Estado, do ex-Governador André Puccinelli, conhece toda a Região Centro-Oeste e, portanto, é um dos responsáveis pelo DNIT. Talvez a vinda dele seja salutar, porque ele conhece muito bem toda a Região e poderia acompanhar inclusive um representante do DNIT. Faço pessoalmente o convite a ele, se necessário.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Vamos ainda discutir os outros requerimentos.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Sr. Presidente.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – Pois não.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Senadora, não consigo perceber a necessidade de fazer as audiências separadas. Não poderíamos fazê-las juntas?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Na verdade, temos requerimentos que vamos discutir. Ainda não podemos deliberar sobre a votação dos requerimentos porque ainda está faltando a assinatura de um Senador para essa votação. Então, qual é a metodologia que adotamos com a Secretaria

conforme o Regimento? Vamos discutir os requerimentos todos que estão na pauta no dia de hoje. Se a Senadora Simone acatar a sugestão do Senador José Medeiros, vamos incluir a Valec e o DNIT – foi uma sugestão feita por ele – na hora da votação. Portanto, Senador, vamos discutir todos os requerimentos e, depois, vamos organizar a metodologia...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – O encaminhamento...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – ...de como se dará essa audiência pública: se virão os três (Sudam, Sudene e Sudeco) na mesma reunião, com um determinado tempo para cada um, ou se vamos intercalar em reuniões sucessivas.

Continua em discussão o requerimento da Senadora Simone. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir o Requerimento nº 1, vamos passar à discussão do Requerimento nº 2 da pauta e aguardar, logo em seguida, o quórum da Comissão para votarmos. Se pudermos votá-los em bloco...Eu até pergunto à Comissão: discutindo todos os requerimentos da pauta e tendo o encaminhamento positivo de todos os Senadores e Senadoras aqui presentes, poderíamos votar todos os requerimentos em bloco?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Então, vamos discutindo os requerimentos e, conforme foi orientado pela assessoria da Comissão, se não houver objeção de nenhum Senador, colocaremos a votação em bloco dos requerimentos, haja vista que haverá o debate sobre todos os requerimentos da nossa pauta.

ITEM 2 REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 2, DE 2015 – Não terminativo –

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Turismo para apresentar, em audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, as ações da pasta de turismo para os próximos anos.

Autoria: Senador Davi Alcolumbre

Eu gostaria de manifestar a forma pela qual o Ministro nos recebeu ontem no Ministério do Turismo para tratarmos justamente desse requerimento que o convida para vir à nossa Comissão falar do planejamento do Ministério do Turismo, especialmente para o ano de 2015, e também para mostrar o que ele, a Pasta, já conseguiu nesse setor, no nosso País, no último ano, 2014.

Portanto, o Sr. Ministro já tem conhecimento desse convite para participar dessa audiência pública e, com certeza, se colocou à disposição para que a gente pudesse marcar a data. Poderia ser já na semana que vem ou na outra semana, conforme entendimento dos Srs. e Sr^{as} Senadores. Portanto, ele está aguardando e vamos encaminhar o convite, mas ele já se colocou à disposição para vir o quanto antes prestar esses esclarecimentos.

Eram essas as considerações que gostaria de fazer.

E continua em discussão o requerimento.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Presidente, em se tratando do turismo e considerando que a Embratur é a promotora do turismo, principalmente em nível internacional e que isso pode interessar aos Estados, não seria possível incluirmos aqui o Presidente da Embratur também?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Senador, a gente poderia incluir como requerimento extrapauta, se V. Ex^a assim o desejar fazer ainda hoje, com o acordo dos Srs. e Sr^{as} Senadores. Pelo Regimento, a gente não pode, em audiências públicas de convites ou convocação de Ministros, convidar outras autoridades.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Compreendido.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Então, se V. Ex^a entender que seja feito ainda hoje, V. Ex^a pode dirigir à mesa um requerimento extrapauta para que gente também convidar em outra reunião o Presidente da Embratur.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Combinado. Para um outro momento eu faço.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Em discussão.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que nós observamos nos requerimentos em discussão, quase todos, envolvem dois Ministérios diretamente, o Ministério do Turismo e o Ministério da Integração, aos quais estão ligados esses órgãos de desenvolvimento regional.

Considerando a importância da vinda do Ministro do Turismo para discutir os programas e projetos dessa Pasta, também seria interessante, em uma outra oportunidade, que nós também convidássemos o Ministro da Integração.

Agora, eu queria levantar um aspecto que considero interessante: o problema desses organismos regionais, principalmente Sudene, Sudam, Sudeco, Sudesul, é que são organismos que estão hoje esvaziados, em decorrência de uma própria diretriz nacional de enfraquecer o regionalismo – essa é uma realidade que todos nós vivemos há algum tempo.

Creio que a primeira grande luta nossa de natureza política é se vamos, se há ambiente, se há condições de fortalecermos o regionalismo através de uma revitalização desses órgãos, dessas instituições.

Creio que é um tema muito mais profundo de natureza política que envolve, no meu entendimento, governadores dessas regiões. De outra parte, os incentivos fiscais – uma conquista –, hoje, estão, digamos assim, como uma política não muito consentânea com o momento em que vivemos. Então, merece uma discussão mais profunda com vistas ao fortalecimento desses organismos regionais.

Veja que, a partir de abril, nós vamos começar a discutir o orçamento para o próximo ano. Que estratégias se poderiam adotar com vistas a fortalecer esses organismos através do Orçamento Geral da União.

São assuntos que reputo de uma profundidade maior, mas que dizem respeito a nós outros que estamos aqui nesta Comissão permanente específica, que tem uma tarefa, no meu entendimento, muito profunda nesse aspecto do fortalecimento desses organismos regionais.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Senador Elmano, V. Ex^a tem toda a razão quando fala do enfraquecimento desses organismos que foram criados, extintos e recriados para fortalecer as regiões, falando da Sudam, da Sudene e da Sudeco.

Eu acho que o momento oportuno para debatermos o fortalecimento dessas instituições será também na audiência, onde ouviremos, dos presidentes desses organismos, sobre a atual conjuntura econômica e orçamentária dessas Pastas. E, a partir daí, a gente vai, também, junto ao orçamento e ao Governo Federal, exercer o papel fundamental desta Comissão de fortalecimento dessas instituições.

Eu não tenho dúvida, como todos os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras, de que a partir do fortalecimento dessas instituições, inclusive financeiramente, faremos com que elas cumpram o seu papel de diminuir as desigualdades regionais, promovendo o desenvolvimento regional que ora debatemos nesta Comissão.

Ainda em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir o Requerimento nº 2, vamos passar para o Requerimento nº 3 e continuar o debate, porque fomos informados de que temos três Senadores a caminho da Comissão. Portanto, conseguiremos votar logo mais, dentro do entendimento, os requerimentos que serão debatidos agora, especialmente no sentido de pedir o apoio da Comissão para que votemos em conjunto todos os requerimentos.

Atendendo à solicitação do Senador Elmano, colocamos o item 3 da pauta.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 3, DE 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Integração Nacional para apresentar, em audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, as ações da pasta para os próximos anos.

Autoria: Senador Davi Alcolumbre

No mesmo sentido, precisamos ter a presença, nesta Comissão, desses ministros, dessas autoridades que representam o desenvolvimento regional e o turismo, que é o papel fundamental da nossa Comissão, para a partir daí iniciarmos o debate em torno das soluções e dos problemas enfrentados por eles.

Eu aproveito para já discutirmos a participação de uma audiência pública de outro ministro...

O item 7, de autoria do Senador José Pimentel, eu queria aproveitar para debatermos em conjunto, já que é bem semelhante ao item 3 que convida o Ministro da Integração Nacional. Portanto, faço também a leitura do item 7 da pauta, para discutirmos os dois requerimentos simultaneamente.

ITEM 7
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E TURISMO Nº 7, DE 2015

– Não terminativo –

Requeiro, com fundamento no art. 58, § 2º, inciso III, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja CONVIDADO, o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Integração Nacional, Gilberto Magalhães Occhi, para que compareça à Comissão de Desenvolvimento Regional do Senado Federal, em Audiência Pública, para prestar informações sobre o andamento das obras de interligação das águas do Rio São Francisco nos estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

Autoria: Senador José Pimentel

Então, colocamos em discussão o Requerimento nº 3 e o Requerimento nº 7.

(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Como o Senador José Pimentel não está presente e não houve a manifestação de nenhum Senador ou Senadora, vamos passar para o item 4.

ITEM 4
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E TURISMO Nº 4, DE 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Cidades para apresentar, em audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, as ações da pasta para os próximos anos.

Autoria: Senador Davi Alcolumbre

Entendo, hoje, que o papel do Ministério das Cidades no desenvolvimento das cidades, especialmente do Norte e do Nordeste do nosso País, é de fundamental importância e relevância.

Portanto, o meu desejo de incluir e convidar o Ministro Gilberto Kassab para vir a esta Comissão é no sentido de sabermos – e eu tenho convicção disso – que os problemas dos Estados começam nas cidades, especialmente nas cidades pequenas do nosso País. O problema está na rua, o problema está no bairro, o problema está na avenida, está no distrito, está no Município. Então, o Estado, o Governo central está muito longe desses problemas e eu entendo que é muito importante o papel do Ministério das Cidades no fortalecimento desses Municípios.

Portanto, é um orçamento que tem esse papel também, que tem, dentro do programa do Ministério, um dos programas muito importantes no setor habitacional, que é o Programa Minha Casa, Minha Vida, e a gente tem acompanhado, por veículos de comunicação, alguns problemas que têm ocorrido no Programa Minha Casa, Minha Vida, quando da liberação dos recursos para a construção dessas unidades habitacionais.

Esse é um problema que a gente vai poder, com a participação do Ministro, debater, e nós também sabemos que até o dia de hoje ainda não foi votado o Orçamento. Portanto, existe, sim, um contingenciamento de recursos no sentido de que, a partir da aprovação do Orçamento, se comece a trabalhar, naturalmente, na liberação dos recursos para as Pastas, para os Ministérios.

A gente convida o Ministro e coloca em discussão o nosso requerimento de convite do Ministro das Cidades, Gilberto Kassab, para vir a esta Comissão.

Em discussão. (Pausa.)

Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Primeiro, há a compreensão de que são muito importantes essa discussão, aqui entre nós, e as informações do Ministro. Observo que tem uma interface com a Funasa, com o Ministério da Integração também, nessa discussão das cidades, em relação a saneamento, aterros sanitários, essa coisa da drenagem. Então, é muito importante esse debate aqui entre nós e, talvez, isso possa ser extensivo, num outro momento, a uma Pasta como a Funasa, que tem um papel relevante junto aos Municípios.

Era só para registro, mesmo, de que estou totalmente de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Continuamos em discussão.

Comunico aos Senadores, às Senadoras e à Comissão que, com a participação e a chegada do Senador Wellington, nós atingimos o quórum para votar os requerimentos.

Portanto, eu queria que nós continuássemos o debate dos requerimento para, no final, votarmos em globo todos os requerimentos.

Vamos passar para o Item nº 5.

ITEM 5
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E TURISMO Nº 5, DE 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública nesta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença do Superintendente da SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) com a finalidade de debater os resultados da atuação da entidade enquanto promotora do desenvolvimento regional e as perspectivas de investimentos e ações para os próximos quatro anos.

Autoria: Senador Davi Alcolumbre

No mesmo sentido que debatemos, ainda há pouco, os Requerimentos nºs 2 e 7, que convidavam o Ministro das Cidades, eu queria, também, acompanhar o raciocínio da Senadora Simone e do Senador Elmano, e aproveitar, também, para que a gente pudesse ler e discutir em conjunto o Requerimento nº 6. Aí, fechariam Sudam, Sudene e Sudeco.

ITEM 6
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E TURISMO Nº 6, DE 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública nesta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença do Superintendente da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) com a finalidade de debater os resultados da atuação da entidade enquanto promotora do desenvolvimento regional e as perspectivas de investimentos e ações para os próximos quatro anos.

Autoria: Senador Davi Alcolumbre

Portanto, estão em discussão os Requerimentos nºs 5 e 6, que, respectivamente, convidam o Superintendente da Sudam e o Superintendente da Sudene para virem a esta Comissão.

Em discussão.

(Pausa.)

Senador Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Eu acho de suma importância, principalmente, essa vinda do Superintendente da Sudam aqui, porque nós, no Brasil, às vezes, temos algumas soluções imediatistas, de acordo com o caso da hora.

Eu me lembro de que, quando tivemos aquele escândalo da Sudam, havia diversos projetos pelo País inteiro e ficaram verdadeiros esqueletos de obras espalhados por vários Estados. Acho que é uma oportunidade para vermos, discutirmos com a Sudam se vão retomar esses projetos, se vai ser ressarcido o Erário, como vai ser feito. Na minha cidade mesmo, há dois projetos em que, há anos, vemos verdadeiras fortunas, milhões de reais investidos, dinheiro público, e as obras deteriorando. Acho que é uma oportunidade para a gente levantar esse tema também.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Senadora Simone.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – É apenas para manifestar minha posição, minha opinião em relação à sugestão do Senador Donizeti, que eu acho louvável e seria a ideal. Porém, diante da complexidade e das dificuldades regionais muitas vezes similares, mas, na maioria das vezes, distintas de cada região e pelo pouco tempo que temos dentro desta Comissão, acho quase humanamente impossível nós con-

seguirmos abarcar todas as questões prioritárias e urgentes de cada região, trazendo, no mesmo dia, os três Superintendentes.

Acredito que nós vamos ter, durante o ano, esse tempo para podermos discutir todas as questões. Mas acho que nós precisamos trabalhar com profundidade nesta Comissão e essa profundidade não será possível, num primeiro momento, se nós tivermos os três Superintendentes aqui.

Então, é apenas uma sugestão.

Entendo o posicionamento do Senador Donizeti. Gostaria também de que fosse isso possível. Mas eu acho que nós temos de lembrar aqui que cada Superintendente terá, primeiro, de fazer os esclarecimentos e prestação de contas dos últimos quatro anos, ainda que de forma breve. Depois, trabalharemos em cima do plano estratégico para, pelo menos, os próximos quatro anos, embora o plano estratégico seja previsto para até 2020. Além disso, dentro desse plano estratégico, nós temos de fazer algumas divisões. Temos de trabalhar a questão do turismo, temos de trabalhar a questão de logística, temos de trabalhar a questão dos diversos setores econômicos de cada região, sem esquecer aí o que é principal: trabalhar a questão do fundo. Conforme o Senador Elmano comentou: não se faz desenvolvimento regional sem recurso financeiro. Então, são muitas as questões a serem abrigadas.

É só essa a sugestão. Se os demais Senadores e Senadoras concordarem...

Ainda, a título de sugestão, já que temos que partir do geral para o específico, que talvez invertêssemos a ordem dos requerimentos para ouvirmos primeiro os Ministros de cada Pasta e, depois, dentro desse panorama geral que vamos ter, essa visão geral de como cada Ministério vai se portar, principalmente nos anos de 2015 e 2016, ouvirmos os Superintendentes.

É a sugestão que faço, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Senador Davi, eu quero, primeiro, apoiar aqui. Estamos falando dos itens 5 e 6, mas gostaria de abordar aqui também o item 1, apenas para concordar e apoiar a iniciativa da Senadora Simone Tebet e, se possível, ser um subscritor desse requerimento.

Fico a questionar, Presidente, se a gente deveria ter aqui, primeiro, a presença do Superintendente ou do Ministro, porque eu acredito que os problemas estão mais na ponta. Se a gente tivesse a presença do Superintendente inicialmente, acho que teria até, depois, mais consistência para tratar com o Ministro. Então, da minha parte eu proporia o inverso. Mas isso é decisão... Ou até, se fosse o caso, o Ministro da Integração com o seu Superintendente. Mas não é possível, porque aí teria de juntar todos. Isso fica difícil.

Eu gostaria aqui ainda de fazer uma sugestão no item 5, requerimento de sua autoria, Senador Davi. Como foi colocado pelo Senador José Medeiros, que além da Sudam nós tenhamos o liquidante da Sudam, porque o Superintendente, acredito, não responde mais por essa área da liquidação da ex-Sudam. Então, acho que para nós é muito importante, principalmente no caso de Mato Grosso, que o liquidante venha aqui.

Aí, sim, eu acho que poderia ser acrescido, no mesmo requerimento, o Superintendente da Sudam e o liquidante. E, se for o caso até, nesse requerimento, já pediríamos um relatório de como estão as empresas em liquidação.

Há muitas empresas que já cumpriram, mas ainda não têm o certificado de instalação. Muitas empresas abandonaram no meio do caminho, porque não tiveram mais a liberação; e muitas empresas desviaram completamente os recursos, o que, acredito, é o caso mais grave, porque se tem a responsabilidade... Todos esses viraram processos com inquéritos abertos na Polícia Federal.

Eu me lembro de uma audiência que tivemos onde, inclusive, houve um acordo entre o Ministério e a Polícia Federal no sentido de que, naqueles projetos cujo objeto foi cumprido, foi atendido, mesmo tendo havido problemas na prestação de contas, o Ministério Público entendera que se deveria buscar uma solução. O que adiantava penalizar aqueles projetos que já estão prontos e não viessem a atender os interesses da sociedade?

Então, eu acho que poderíamos ter um panorama mais claro... No caso, por ser de Mato Grosso, tenho um foco maior na Sudam e no liquidante. Quanto à Sudene, também há um outro requerimento; porém, aqui, eu estou focando mais a questão da Sudam.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Senador Elmano.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – Eu queria só me manifestar favoravelmente às colocações feitas pela Senadora Simone no sentido de que convoquemos os Superintendentes dos organismos de forma isolada; e, em segundo lugar, com a observação levantada pelo Senador Wellington no sentido de que convidemos, primeiramente, o Superintendente após os Ministros das respectivas áreas.

Era esta a minha...

(Interrupção do som.)

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Bem, eu fico pensando o seguinte: se nós não ouvirmos os Ministros primeiro, não vamos conhecer as diretrizes gerais. Então, quer me parecer que é melhor mesmo ouvirmos os Ministros em primeiro lugar, porque, assim, conheceremos as diretrizes gerais, o que nos possibilitará fazer uma cobrança melhor lá da ponta, dos Superintendentes sobre o que está estabelecido pelo conjunto geral do governo, que deve ser cumprido e desenvolvido.

Então, nessa questão, eu fico com a ideia de que é melhor nos ouvirmos, primeiramente, os Ministros, porque, assim, conheceremos o macro para, depois, termos maior facilidade para debater o específico.

Com relação à questão colocada sobre os ativos e passivos parados da Sudam, como pode haver da Sudeco, da Sudene, eu fico com a impressão de que pode ser possível ter o liquidante aqui no dia em que tivermos cada um dos Superintendentes, e, aí, a gente poderia discutir essa questão em conjunto. Assim, traríamos os dois. No caso da Sudam, nós traríamos o Superintendente e o liquidante no mesmo dia.

E reafirmo: quero crer que ouvir os Ministros primeiro vai nos embasar melhor para discutir as questões específicas de cada área em cada região.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Sr. Presidente, eu quero apoiar a vinda do liquidante, o que vai justamente naquela linha da preocupação com esses passivos que ficaram – e, creio, essa é uma preocupação de todos os Estados. Quero também me filiar ao pensamento, Senador Donizeti, da Senadora Simone em relação a nós trazermos de forma compartimentada, porque, realmente, eu vejo que serão muitas as demandas mesmo. Eu creio que não conseguiremos...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Eu também estou de acordo. Eu havia colocado inicialmente, Senador, a possibilidade de fazer a audiência conjunta, mas já me rendi à questão do tempo e da profundidade dos assuntos aqui.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Correto. E, aí, vou me colocar a favor de, primeiro, os Superintendentes e, depois, o Ministro. Creio que, se ouvirmos primeiro a ponta, vamos ter mais subsídio para falar com o Ministro, embora sejam estratégias diferentes, não é? Mas concordo com o Senador Wellington de ouvirmos como está lá na ponta para, depois, falarmos com o Ministro. Assim já teremos subsídios. Não que o Ministro vá nos enganar aqui, mas, às vezes, se estivermos mais subsidiados, possamos fazer um debate melhor.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Como já temos número regimental, queríamos informar ao Senado, primeiro, que a decisão da maioria dos Senadores foi colocar separadamente Sudam, Sudene e Sudeco, não na mesma audiência. Portanto será mais produtivo, e entendemos, como a Senadora Simone colocou e demais Senadores, que vamos poder discutir com profundidade a situação dessas empresas.

Quanto à relação de quem virá primeiro e quem virá depois, vamos decidir. Vamos aprovar os requerimentos e depois vamos fazer a ordem. A nossa sugestão vai na linha da do Senador Wellington, que disse que precisávamos ouvir – é uma sugestão minha também – primeiro os representantes e, depois, os Ministros, porque, com certeza, o sentimento dos representantes dessas empresas, na ponta, vai passar para a gente até a orientação que recebem do Ministério. Depois, com a vinda do Ministro, vamos ter esse diagnóstico mais profundo e mais detalhado da ponta para, com o Ministro, fazermos as inserções necessárias.

Senadora Fátima.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senador Davi, Presidente da nossa Comissão, primeiro, faço aqui um registro apesar de não ser titular desta Comissão. Sou suplente, mas tenho feito, e vou continuar fazendo, um esforço para participar exatamente por considerar a importância e dimensão da Comissão.

Hoje, pela manhã, junto com alguns Senadores – a Senadora Regina estava lá também bem como o Senador Wellington – tivemos o lançamento da Frente Parlamentar em Defesa das Universidades Federais. Portanto, é claro que se trata de uma iniciativa muito importante por tudo que simbolizam, que significam as universidades federais em matéria de ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento da Nação. Lá, nessa Frente, Sr. Presidente, colocávamos como tarefa essencial e inadiável a aprovação do Orçamento geral para o País. Isso é urgente, urgente, urgentíssimo.

Passei agora, há pouco, na Frente Parlamentar Mista em Defesa do Turismo. A reunião está acontecendo aqui, num salão nobre, uma reunião muito representativa, com a participação de muitos Parlamentares bem como de representantes do *trade* turístico em nível nacional. Mas quero, enfim, solicitar a V. Exª que eu possa subscrever esse requerimento que trata do debate do São Francisco. Eu gostaria também de subscrevê-lo, claro, por tudo o que significa a obra do São Francisco para nós, nordestinos, inclusive para o nosso Estado.

Era só isso. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Senadora, sua solicitação será atendida. V. Exª já fará parte, ao lado do Senador José Pimentel, da aprovação do Requerimento nº 7.

Vamos colocar o Requerimento nº 1 primeiramente porque foi sugerida uma alteração, e precisamos que ele seja destacado separadamente da decisão de votarmos em globo todos os outros requerimentos.

O Requerimento nº 1 é o que convida o Superintendente da Sudeco, de autoria da Senadora Simone, com a sugestão da participação também da Valec e do DNIT.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aí sugiro a votação em globo dos Requerimentos nºs 2, 3, 4, 6 e 7.

As Sras e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

E o Requerimento nº 5, conforme sugestão do Senador Wellington, que seja incluído também o liquidante da Sudam.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Gostaria também de propor a dispensa da leitura e aprovação da ata da 1ª Reunião da Comissão.

As Sras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Bem, agradeço a participação das Sras e dos Srs. Senadores nesta Comissão e reitero que todos nós temos papel fundamental no desenvolvimento desta Presidência, porque esta Presidência só poderá ser útil ao País, ao Senado Federal, ao desenvolvimento regional e ao turismo com a participação de V. Exªs. Portanto, gostaria de construir com as Sras e os Srs. Senadores a pauta.

Senadora Fátima, V. Exª não estava no início da reunião e quero novamente reiterar o comunicado de que encaminhamos aos gabinetes de V. Exªs a lista de todos os projetos que estão sob análise desta Comissão, para que V. Exªs manifestem o interesse em relatar determinado projeto.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Senadora Simone.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Apenas a título de esclarecimento, já que estou chegando agora à Casa: é de praxe que as audiências públicas com os Superintendentes – porque, é claro, os Ministros é que estabelecem os seus horários – sejam feitas no horário normal dos trabalhos das Comissões?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Primeiro, nós ouviremos os Superintendentes, por um determinado período que vamos estabelecer de acordo com o Regimento. A partir daí, depois da explanação dos Superintendentes, dos questionamentos dos Senadores e Senadoras e todas as indagações serem esclarecidas, a gente entra na pauta normalmente.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – No horário normal dos nossos trabalhos?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – No horário normal da nossa reunião.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – E a gente também tem que definir... eu falava ainda há pouco ao Secretário da Comissão e vou socializar: como até hoje existem algumas Comissões da Casa que ainda não tiveram escolhidos os presidentes, eu vou solicitar que, assim que todos os presidentes de Comissões estiverem definidos, uma reunião com o Presidente Renan Calheiros para que a gente possa, todos os Presidentes de acordo, como é praxe no Senado, definir os horários e dias das nossas reuniões, a fim de tentar que haja o mínimo possível de conflitos de horários de funcionamento entre as Comissões. Como ainda não temos todos os Presidentes definidos, estamos mantemos a quarta-feira às 9h, como vinha acontecendo na Sessão Legislativa passada.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Cumprimento todas as Sras e os Srs. Senadores e agradeço a toda a equipe técnica, a imprensa aqui presente, os servidores do Senado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal.

(Iniciada às 9 horas e 58 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 53 minutos.)

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM DEZOITO DE MARÇO DE 2015, QUARTA-FEIRA, ÀS 09:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 07 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte e oito minutos do dia dezoito de março de dois mil e quinze, na sala de reuniões número sete da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Davi Alcolumbre, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Walter Pinheiro, Simone Tebet, João Alberto Souza, Antonio Anastasia, Wellington Fagundes, Elmano Ferrer, Donizeti Nogueira, Fátima Bezerra, Garibaldi Alves Filho, Dário Berger e Eduardo Amorim e, ainda, os Senadores não membros da Comissão: Benedito de Lira e Waldemir Moka. Deixam de comparecer os Senadores, Humberto Costa, Gladson Cameli, José Maranhão, Ricardo Ferraço, Tasso Jereissati, José Medeiros e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, atendendo ao RDR 2/2015 – CDR, de autoria do Senador Davi Alcolumbre que requer: “nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Turismo para apresentar, em audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, as ações da pasta de turismo para os próximos anos”. A Audiência Pública é realizada com a presença do seguinte convidado: Vinicius Lages, Ministro de Estado do Turismo. Encerrada a exposição do convidado, usam da palavra os Senadores: Antonio Anastasia, José Pimentel, Donizeti Nogueira, Elmano Ferrer, Fátima Bezerra, Waldemir Moka, Wellington Fagundes, Simone Tebet, e Dário Berger. Após o uso da palavra pelos Senhores Senadores o convidado faz suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e cinco minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário da Secretaria de Apoio da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Davi Alcolumbre**, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da ata da 2ª Reunião da Comissão. (*Pausa.*)

Não havendo discordância, submeto à votação.

As Sras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Também, antes de iniciarmos a reunião, gostaríamos de passar alguns comunicados paras as Sras e os Srs. Senadores.

Antes de nos atermos à pauta divulgada, quero comunicar a todos os membros deste Colegiado que, em conformidade com o art. 96, “b”, do Regimento Interno do Senado Federal, devemos selecionar para a nossa Comissão, à área de competência da Comissão de Desenvolvimento Regional, uma política pública que, no decorrer do ano de 2015, será avaliada pela Comissão. Essa política pública, portanto, deverá estar inserida no âmbito dos Ministérios: das Cidades, da Integração Nacional e do Turismo. A indicação dessa política deverá ocorrer, conforme previsão regimental, até o último dia do mês corrente, para dar fiel cumprimento, votar e definir, na reunião da CDR prevista para o dia 25 de março de 2015, qual política avaliaremos na Comissão de Desenvolvimento Regional.

Quero lembrar que, no ano de 2014, avaliamos, no âmbito do Ministério do Turismo, a estruturação dos destinos turísticos brasileiros, trabalho desenvolvido sob a relatoria da Senadora Lídice da Mata, que muito irá contribuir com a construção e o aprimoramento de políticas públicas executadas pela pasta do Turismo. Esse foi um trabalho realizado pela Senadora Lídice, pela nossa Comissão, e temos, agora, regimentalmente, o dever de debater e decidir qual será a política.

Já foi encaminhado para os gabinetes de V. Ex^{as} o memorial solicitando a indicação e a Comissão vai tomar as providências.

Como produto desse trabalho, a Comissão editou o relatório aprovado, com apoio da gráfica do Senado, publicando e encaminhando aos órgãos públicos e privados envolvidos com o tema.

É nossa intenção seguir pelo mesmo caminho neste ano de 2015.

Quero também aproveitar e comunicar aos Senadores e às Senadoras da Comissão que recebemos o convite da Marinha do Brasil, do Gabinete do Comandante da Marinha, através da assessoria de relações institucionais, no dia 11 de março, encaminhado para a Presidência desta Comissão, o convite para uma visita institucional da nossa Comissão ao Programa Nuclear da Marinha.

Sr. Presidente, tenho a satisfação de, em nome da Assessoria de Relações Institucionais da Marinha, formalizar a V. Ex^a o convite, para que participe da visita oficial ao Programa Nuclear da MB nas cidades de Iperó/SP e Itaguaí/RJ, nos dias 9 e 10 de abril de 2015, em aeronave da FAB, estendida aos nobres membros da CDR. A viagem terá início em Brasília e a Marinha do Brasil proverá o transporte e a hospedagem dos convidados.

Desde já, coloco esta Assessoria Parlamentar à vossa disposição [...].

A fim de permitir que sejam providenciados os devidos apoios de recepção, transporte e estadia a V. Ex^a, solicito informar, até 27/03, a confirmação da participação na visita.

Portanto, solicito aos Srs. Senadores e às Senadoras que fazem parte desta Comissão e à assessoria dos Senadores aqui presentes que possam encaminhar a esta Presidência a formalização do desejo de participar desta visita institucional ao Programa Nuclear da Marinha, feito pelo Comandante da Marinha do Brasil.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada a ouvirmos em audiência pública o Ex^{mo} Sr. Ministro de Estado do Turismo, Vinicius Lages, que está conosco, nos termos do art. 397, I, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c art. 50, I, e art. 58, II, da Constituição Federal, que nos apresentará as ações da pasta que comanda para os próximos anos.

Solicito ao Senador Donizeti que possa acompanhar o Sr. Ministro para compor a Mesa. Ele aguarda na sala de reunião da Comissão. *(Pausa.)*

Gostaria de agradecer a presença do Sr. Ministro de Estado do Turismo, Vinicius Lages, pela participação importante em reunião da nossa Comissão. Com certeza, muito nos engrandece a participação de V. Ex^a, Ministro, que colocará o desejo e o planejamento estratégico do Ministério, da pasta que V. Ex^a conduz para esta Comissão, no sentido de que possa socializar as informações. Com certeza, será de grande valia a participação de V. Ex^a nesta audiência pública para inteirar os membros desta Comissão do planejamento estratégico da sua pasta para os próximos anos.

Em conformidade com o art. 398, X e XI, do Regimento Interno do Senado Federal, serão adotados os seguintes procedimentos: o Ministro de Estado do Turismo, Vinicius Lages, terá 30 minutos para fazer a sua exposição. Em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos, claro, dentro dos assuntos tratados, dispondo cada um de 5 minutos, assegurado igual prazo para resposta, após o que poderá ser contraditado pelo prazo máximo de 2 minutos, concedendo-se o mesmo tempo para tréplica. A palavra aos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada Partido.

Antes de conceder a palavra ao Ministro, informo que as participações dos cidadãos em nossa audiência serão recebidas nos seguintes canais: Portal e-Cidadania, que pode ser acessado pelo site da Comissão, e Alô Senado, pelo 0800-612211.

Concedo a palavra ao Sr. Ministro de Estado, Vinicius Lages, para fazer a sua exposição.

O SR. VINICIUS LAGES – Bom dia a todos.

Caro Senador Davi Alcolumbre, Presidente desta importante Comissão, caros Senadores Donizeti, Antonio Anastasia, obrigado pela presença.

Quero dizer que é uma honra estar aqui de volta a esta Comissão e ao Senado Federal para tratar de um tema tão importante, sobretudo nesta Comissão, que, além do tema específico do turismo, trata do desenvolvimento regional no nosso País.

Aqui estive há cerca de quatro meses e tive o privilégio de, debatendo sobre os desafios e avaliações de políticas públicas para estruturação de destino, interagir com esta Comissão, como recém mencionou o Senador, que publicou esse relatório apontando encaminhamentos importantes para o fortalecimento da política pública de desenvolvimento do turismo em nosso País.

Agradeço, portanto, este convite.

Trago aqui parte de minha equipe: Secretário-Executivo Alberto Alves; Secretário de Programas de Turismo Neusvaldo Lima e Secretário de Políticas Vinicius Lummertz, além da minha equipe. Todos nós sabemos da importância, no Ministério do Turismo, dessa participação, em função do que representa esta Casa, do que representa esta Comissão do ponto de vista de ressonância e da sintonia com os interesses da sociedade brasileira, dos turistas, dos empresários, enfim, de todos aqueles envolvidos no desenvolvimento do turismo em nosso País.

Iniciarei a apresentação demonstrando, em grandes números, o que o setor representa para a nossa economia, sobretudo os avanços nesta última década. Na sequência, vou apresentar um pouco da visão prospectiva do que nós consideramos que o turismo pode alcançar nas próximas décadas e, por fim, apresentar uma

agenda de políticas públicas, sinalizando o que nós estamos programando para este ano e para os próximos anos em nosso PPA recém-aprovado por este Congresso Nacional.

Nós queremos também, do ponto de vista introdutório, mencionar que, talvez, no momento desafiador que nós vivemos, Senadores, o turismo possa representar a melhor fronteira de crescimento para o País, considerando o que já há de acúmulo de maturidade do setor empresarial ao longo destas últimas décadas. Na última década, sobretudo, o setor empresarial do turismo amadureceu bastante na sua capacidade de se profissionalizar, de transformar essa atividade em uma atividade econômica, em uma atividade que tem impacto sobre a geração de renda, de empregos e de divisas. Isso nos dá a confiança de que, nesse futuro, a partir dessa base empresarial ainda mais profissionalizada e preparada para enfrentar os desafios, nós podemos crescer ainda mais.

O turismo representa em nosso País – somos a sétima economia de turismo no mundo, ainda que tenhamos um PIB relativamente menor do que o de outros países em termos do turismo – 3,7% do nosso PIB, gerando aí cerca de R\$200 bilhões. Individualmente, esse é um PIB maior do que o de 120 países, Senador, o que mostra que, comparando com países como o Uruguai e tantos outros, nós temos PIB turístico maior do que o desses países.

Tivemos uma variação muito positiva no número de viagens. Batemos o recorde, ano passado, com 206 milhões de viagens domésticas. Temos um crescimento grande do número de desembarques. Saímos de 30 milhões, quando o Ministério foi criado, em 2003, para 90 milhões de desembarques domésticos em 2013. Estamos nos consolidando como o terceiro mercado de aviação civil doméstica do mundo, atrás da China e dos Estados Unidos. Portanto, é uma economia que vem apresentando bons números.

Do ponto de vista dos turistas internacionais, ainda que tenhamos um número muito aquém daquilo que podemos alcançar, saímos de 4,1 milhões, em 2003, para cerca de 6 milhões no final do ano passado. A receita turística também cresce de pouco mais de US\$2.4 bilhões, em 2003, para o recorde de US\$6.9 bilhões no ano passado, se constituindo no sexto item da pauta de exportações. O turismo é considerado, os serviços turísticos – na verdade, são consumidos em nosso País e geram divisas –, como o sexto ponto da nossa pauta de exportações.

Temos uma expansão também da oferta de crédito tanto público quanto privado nesses últimos anos, chegando ao final do ano passado com cerca de 13 bilhões de crédito disponibilizado mais o que o setor privado disponibiliza, gerando aí, portanto, uma oferta de crédito para investimentos bastante importante.

O Ministério também vem investindo em infraestrutura, na melhoria logística. Isso é importante porque nós estamos aqui numa comissão de desenvolvimento regional e todos sabemos que, num país de dimensões continentais, esse desafio de se tornar um país mais integrado é absolutamente fundamental. Portanto, desde 2003, o Ministério investiu cerca de R\$9 bilhões em 16.000 projetos em 4.200 Municípios. Nós temos dados de que temos disponibilizados na Caixa Econômica Federal cerca de R\$646 milhões, que já estão prontos, disponibilizados para as prefeituras poderem implementar projetos de infraestrutura e logística nos Municípios.

Portanto, é uma força econômica bastante expressiva que vem crescendo acima do PIB e vai continuar crescendo acima do PIB. Isso é muito importante. No momento que nós vivemos, de certa retração econômica nas áreas de outros setores da nossa economia, o turismo cresceu, de 2004 até 2013, uma média de 8,4%, sendo que alguns setores cresceram acima de dois dígitos. Isto é, sem dúvida, uma taxa de crescimento chinesa. O setor, por exemplo, de eventos, de feiras cresceu dois dígitos, o que nos deixa bastante motivados. É por isso que eu mencionava que nós temos hoje uma capacidade empresarial para continuar crescendo a taxas superiores à do PIB brasileiro.

Nós temos, portanto, antecedentes que nos permitem apostar numa prospecção para os próximos anos – é para isto que o Ministério está trabalhando – para que nós tenhamos um Brasil ainda mais conectado e com maior mobilidade. O Brasil vem expandindo a sua infraestrutura aeroviária, rodoviária, portuária e tornando, portanto, essa mobilidade facilitadora do deslocamento, o que é fundamental na atividade turística. Turismo implica deslocamentos. E, num país continental, todos nós sabemos, Senador Davi Alcolumbre, que vem de uma região que tem restrições de conexões aéreas, o quanto é importante nós podermos chegar a esses destinos e a esse patrimônio turístico que o Brasil tem nas suas distintas regiões.

É um país que pode também avançar, portanto, na linha da acessibilidade, tornar-se um país mais acessível, não apenas para aqueles que têm mobilidade limitada, deficiência visual, mas, sobretudo, um país mais acessível e inclusivo para aqueles que têm limitação de renda. Nós vimos, ao longo desta última década, expandir o consumo turístico pela base da pirâmide das classes C, D e E. E isso é uma verdadeira transformação também dentro da estrutura do mercado interno. Nós passamos a contar com milhões de brasileiros que fazem a sua primeira viagem. Somente em 2013, pela Abear, associação que congrega as principais companhias aéreas do Brasil, tivemos 9 milhões de brasileiros viajando de avião pela primeira vez.

Então, é um país que avança na ampliação da acessibilidade, que avança na inclusão de novos consumidores, mas é um país, também, que tem uma dinâmica demográfica que já aponta para a necessidade de nós projetarmos esse futuro pensando nesse Brasil mais grisalho, num Brasil em que a terceira idade vai participar mais ativamente dessa oferta turística. Nossos dados apontam para um crescimento importante do consumo de turismo pela terceira idade. Foram 18 milhões de viagens no ano passado, contra 16 milhões no ano anterior. Então, o brasileiro vive mais, com maior qualidade e, felizmente, com autonomia financeira, o que permite que nós possamos oferecer programas específicos para ele, a exemplo de outros países. Todos nós que já viajamos pelo mundo vemos pessoas com mais de 60 anos participando ativamente da atividade turística. O nosso País pode, além do que já conseguiu avançar, ir muito além na incorporação.

A partir de 2050, nós vamos ter mais de um terço dos brasileiros com mais de 60 anos. Isso representa desafios importantes tanto para a oferta, para o aproveitamento dessa força de trabalho e dos talentos que podem continuar contribuindo com o País, como, sobretudo, para um mercado consumidor diferenciado, que nós podemos e devemos incorporar. O Ministério do Turismo tem um programa específico voltado para o atendimento dessa clientela, junto com o setor privado, o Viaja Mais Melhor Idade. Mas, certamente, nós podemos fazer muito mais ainda, e é nessa direção que estamos trabalhando.

Temos certeza de que podemos projetar também, Senadores, um Brasil muito mais digital e inteligente. Nós temos visto que, cada vez mais, temos um País que tem ampliado a sua oferta de banda larga, o acesso à internet. Cada vez mais brasileiros estão se transformando em usuários de internet pelo próprio celular, pulando mesmo o computador, o *desktop*, e o turismo tem se beneficiado e muito. Por isso voltarei a falar sobre isso.

Expandir a infraestrutura digital é fundamental para a economia do País, para os serviços públicos, para a educação. O turismo pode ganhar, e muito, se nós tivermos, em todo o ciclo da viagem, um país mais conectado digitalmente. Hoje, infelizmente, menos da metade dos Municípios brasileiros contam com banda larga, de forma a tornar esse serviço uma infraestrutura cada vez mais comum, como foi, durante muitas décadas, a estrada, a rodovia, a ponte. A infraestrutura digital vai ajudar, por um lado, que o brasileiro e o mundo, quando estiverem sonhando viajar, possam buscar nas nossas bases informações e vídeos que permitam que eles caminhem na direção de concretizar esse desejo.

Os melhores destinos do mundo, os países que mais avançaram na promoção turística, avançaram com estratégias de *marketing* digital, e hoje nós vemos ainda um conjunto muito grande de Municípios brasileiros, de destinos brasileiros que não têm existência digital. Eu tenho dito que, para o turismo, existir digitalmente ou ter uma presença *web*, ter um portal, poder prestar uma informação, ter um bom filme contando a história desse lugar é fundamental para existir turisticamente também, eminentes Senadores. Então, temos absoluta certeza de que podemos continuar avançando.

Tivemos, recentemente, um seminário com a Google. Pesquisas mostram que cresce sobremaneira a busca por informação turística através de vídeos. Nós temos, o Ministério, impulsionado os Estados a produzirem vídeos, imagens, para montarmos um banco de imagens que possa mostrar o Brasil para o mundo e o Brasil para o brasileiro. Portanto, um Brasil mais digital, mais inteligente, mais interativo... (*Pausa.*)

Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Peço licença ao Ministro, ao interrompê-lo até de forma descortês, para solicitar o silêncio da galeria da Comissão, por favor, para procedermos à audiência, porque a conversa está atrapalhando a explanação do Sr. Ministro.

Ministro, perdão, mas é para termos uma audiência mais proveitosa.

O SR. VINICIUS LAGES – Dados da Associação Brasileira de Telecomunicações apontam que, só no ano passado, foram 58.3 milhões de acessos ativados de internet, quase duas novas conexões por segundo. Temos que avançar porque mais da metade deste País ainda não conta com tecnologia de banda larga, e para o turismo, para o serviço público, para uma sociedade cada vez mais integrada e conectada aos serviços, isso é fundamental e o turismo pode se beneficiar muito. Como nós dissemos, quem não contar também com infraestrutura de banda larga vai perder a chance de o turista compartilhar, em tempo real, vídeos e fotos sobre a sua experiência turística. Então, temos uma direção de investimentos nessa área, que é fundamental.

Achamos que teremos também um Brasil mais fácil, podemos ter um Brasil mais fácil, apostamos nisto como política pública de turismo: um país onde seja mais fácil não apenas abrir negócios, licenciar empresas, mas também, sobretudo, facilitar a viagem, desburocratizando mesmo, do ponto de vista de vistos. E eu volto a essa agenda de políticas públicas, Senadores, porque é absolutamente fundamental que o Brasil reconheça que tem, hoje, uma barreira comercial negativa ao exigir vistos para países que são grandes emissores de turistas para o mundo.

Nós acreditamos que poderemos ter mais adiante, cada vez mais, um Brasil mais fácil para empreender, um Brasil mais simples para se licenciar, abrir, contratar e, sobretudo, uma experiência de viagem facilitada,

durante todo o seu ciclo de viagem, por essa infraestrutura, pelo acolhimento, pelos serviços e também pelas tecnologias. Acreditamos que a facilitação de vistos, por exemplo...

E temos um desafio, porque temos os Jogos Olímpicos pela frente, e o ato olímpico não trata especificamente do turista que vem para o Brasil, trata dos que virão para os jogos. O próprio Ministério do Turismo não está inserido no ato olímpico. E desejamos muito poder fazer parte desse esforço. Relatava para a Presidenta Dilma Rousseff, em recente despacho, esse desejo do Ministério de fazer parte, ativamente, formalmente, da frente que trabalha para oferecermos outra experiência de celebração de jogos e também experiência turística no Brasil. Eu mesmo tenho defendido com a minha equipe que possamos aproveitar este momento, esta janela de oportunidade dos Jogos Olímpicos, e antecipar a criação do ano olímpico do turismo brasileiro, a partir já do meio do ano, facilitando vistos, fazendo um trabalho de promoção intensivo e beneficiando outros Estados, não apenas o Rio. Sabemos da centralidade que tem o Rio na promoção dos Jogos Olímpicos, mas temos certeza de que podemos avançar, e muito.

Um estudo recente sobre essa questão do visto, para mostrar a importância disso, Senadores, apresentado nos Estados Unidos, mostra que, se os Estados Unidos ampliarem... Os Estados Unidos, hoje, têm o Waiver Program, que envolve 38 países, em que há dispensa de visto. Se eles incorporarem mais seis países, aí incluir-se-ia o Brasil, nos próximos cinco anos, os Estados Unidos terão um acréscimo de mais US\$6 bilhões na sua receita de divisas, a partir dos serviços turísticos, demonstrando, portanto, que isso tem um impacto, sim, no fluxo turístico.

Acompanhamos outros estudos da Organização Mundial do Turismo que demonstram que a suspensão de visto ou a facilitação de vistos eletrônicos, sem cobrança de taxas, pode incrementar de uma a três vezes os fluxos turísticos dentro de uma década. Em algumas situações, claro, isso é muito óbvio, como é o caso dos Estados Unidos com Cuba, em que havia uma demanda reprimida gigantesca, e já se demonstra, portanto, que a autorização para viagem entre os dois países vai, de imediato, dar um salto muito grande. Isso porque havia, realmente, um número muito grande de turistas interessados nos dois destinos. Isso evidencia um caso extremo, mas, na média, no mundo, os países que suspenderam visto ou que eliminaram essas barreiras tornaram-se países muito mais atrativos – e a gente aposta nisso também.

O País vai também poder ter mais investimentos. Os números que o *trading* aponta, mesmo para um ano desafiador como este... Conto com representantes do setor privado nesta audiência, e muito me honra contar com parceiros, porque, tanto no turismo náutico, como no CNC, que apoia toda a cadeia de turismo, temos números muito bons de investimentos, hotéis. Quanto ao turismo náutico, por exemplo, se dermos os sinais favoráveis, poderemos crescer muito nos investimentos. Temos um conjunto enorme de parques temáticos que podem vir para o Brasil. Portanto, o Brasil tem condições, e apostamos, a nossa política, na continuidade desse crescimento.

O Brasil, por meio dessa qualificação, aprimora-se na sua oferta, tornando-se um Brasil mais atrativo, um Brasil que tem melhorado a sua oferta turística e que pode, portanto, consolidar-se como um país, um destino turístico de experiências, no meio natural e urbano, cada vez mais interessantes.

O Brasil turístico urbano tem sido descoberto de forma muito curiosa a partir da Copa – a Vila Madalena é um exemplo. Podemos citar dezenas de outras vilas madalenas Brasil afora, em que esse tecido urbano se tornou um atrativo em si. Assim como ocorre em outras cidades no mundo. É muito bom visitar também bairros e ruas que são seguras, iluminadas e em que se pode caminhar. A gente brinca que há um indicador importante do desenvolvimento do turismo que é o número de quilômetros de calçadas e trechos caminháveis à noite e durante o dia pelos cidadãos e pelos turistas. Quanto mais uma cidade for segura, quanto mais o cidadão se apropriar desse espaço também, e o turista puder caminhar...

Ontem nós jantávamos com o Governador Rodrigo Rollemberg e com os secretários aqui do DF também, mostrando a dificuldade que quem se hospeda nesse Eixo Monumental, nos hotéis, tem de caminhar à noite, porque não há ainda essa incorporação do tecido urbano no seu espaço de segurança ou no espaço turístico, nem mesmo para ver a fonte ou ir à Torre.

Portanto, nós acreditamos que o Brasil torna-se cada vez mais atrativo, com equipamentos que estão inclusive se interiorizando. Senador Anastasia, eu encontrava o nosso parceiro Márcio Favilla, que nos relatava que, em recente encontro na Espanha com um turista, ele perguntava se Belo Horizonte ficava perto de Inhotim, mostrando a inversão que há. Hoje, vê-se como um equipamento transforma Brumadinho, hoje, dentro dessa grande área metropolitana de Belo Horizonte, em um dos principais atrativos culturais e turísticos do nosso País.

Um Brasil que também avançará na direção de ser um país mais inovador na sua oferta turística é uma aposta que fazemos. Estive com o Ministro da Ciência e Tecnologia, ainda com o Campolina, mas agora, já com o Ministro Aldo. E um dos nossos desejos, Senadores, é em definitivo colocar o turismo na agenda econômica. E uma das formas de fazer isso, para nós, é colocá-lo na agenda de inovação.

O turismo não faz parte, historicamente, da agenda de inovação deste País. Foi a indústria e foi o agro-negócio que mais tiraram proveito. E o turismo pode não só ser um indutor de inovações, porque lida com o cuidado das pessoas, com o encantamento com as pessoas, com a hospitalidade – portanto, todos os setores precisarão, cada vez mais, cuidar bem de pessoas, e o turismo tem essa tecnologia e essa abordagem como o centro da sua prestação de serviços –, mas, sobretudo, há as demandas por serviços *on-line*, por tecnologia da informação, interatividade, inteligência embarcada. E cada vez mais nós vemos aviões, vemos museus, vemos hotéis incorporando essas tecnologias, e nós temos certeza de que, se nós soubermos impulsionar... Estamos fechando um acordo com o Ministério de Ciência e Tecnologia – fechamos – que vai estimular as academias, os centros de pesquisa, as incubadoras que mais e mais talentos brasileiros venham a empreender no turismo. Portanto, quero mais engenheiros, engenheiros de mecatrônica, eletrônica.

Querido Senador Benedito de Lira, meu conterrâneo. Que honra!

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP - AL. *Fora do microfone.*) – Tudo bem?

O SR. VINICIUS LAGES – Então, mais e mais tecnologias incorporadas. Se nós tivermos, portanto, essa direção construída através de ações consequentes de nossos programas, vamos atingir esses objetivos.

Um Brasil mais internacionalizado, Senador Dário. Um Brasil mais internacionalizado, um Brasil que tem, na sua cadeia de valor turística, a maior presença de relacionamento com o mundo. Fico muito feliz de ver que, na hotelaria, por exemplo, já temos alguns grupos que avançam no sentido de investir em empreendimentos fora do Brasil. Isso dá ao setor hoteleiro nacional o reconhecimento de uma competência empresarial desenvolvida aqui dentro do nosso País.

Nós temos também operadoras de turismo, que hoje ganham musculatura e inteligência para ganhar esse mundo. Mas nós também temos que conectar mais com operadoras, companhias aéreas e hotéis internacionais. É muito bom ver o desejo de grupos hoteleiros de investir no Brasil nos próximos anos, expandindo, portanto, a presença desse capital internacional em nosso País. Nós temos ainda uma fronteira enorme de investimentos, de que volto a falar daqui a pouco.

Portanto, um país mais inovador, mais acessível, mais fácil, mais integrado, mais atraente, mais internacionalizado poderá ser um país mais competitivo.

Aqui, coloquei essa imagem de turistas chineses, porque, infelizmente, apesar dos quase 113 milhões de chineses que visitaram o mundo no ano passado, gastando US\$165 bilhões – o maior déficit na balança comercial de serviços de todo o mundo, quase US\$134 bilhões, 50% maior do que em 2012 –, somente recebemos menos de 70 mil chineses no Brasil. Portanto, é um país que está crescendo na emissão de turistas, e aqui esse número de turistas chineses é insignificante. São um símbolo, portanto, esses chineses, do que eu acredito que podemos alcançar nos próximos anos.

Ser um país mais competitivo significa termos condições, e nós só poderemos ser... Quando nós olhamos o número do turismo no Brasil, pergunta-se por que não conseguimos isso – e é sobre isto que eu queria mais adiante, agora, em conclusão, falar: sobre essa agenda com os senhores. Porque é muito difícil, no Brasil, investir em equipamentos como esse, é muito difícil ainda, no Brasil, você ter investimentos na área de entretenimento, de parques temáticos, de cassinos. Outros países investiram na economia do entretenimento e geram bilhões hoje, e o Brasil, se continuar com as dificuldades que tem, com as restrições que tem, não vai conseguir obter investimentos e ampliar a oferta turística em áreas protegidas.

Nós temos, Senadores – e tenho repetido isso –, talvez um Cerrado potencial, no setor do turismo, equivalente ao que a agricultura tinha há três décadas. Se a gente olhar as pesquisas, elas apontam que o patrimônio natural e o patrimônio cultural são os dois principais atrativos do nosso País. Só que o patrimônio natural do nosso País é cheio de regras. Os parques nacionais, as áreas protegidas, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação são cheios de regras que dificultam o investimento, diferentemente de outros países.

Nas áreas protegidas, no Brasil, nos parques nacionais – e aí há o forte peso da Floresta Nacional da Tijuca, que é quase um parque urbano –, nós só recebemos cerca de 6 milhões de turistas por ano. Nos Estados Unidos, no ano passado, foram 282 milhões de turistas ou de pessoas visitando os parques nacionais.

Nós estamos trabalhando com a Ministra Izabella Teixeira e coloquei isto na agenda com a Presidenta Dilma Rousseff: é fundamental que o Brasil destrave as possibilidades de nós investirmos nas áreas protegidas, permitindo que nós façamos investimentos em equipamentos que permitam um maior fluxo turístico. Porque, se nós não o fizermos, vamos continuar com os números que nós temos. É impossível atrair turista internacional.

Acabei de chegar da Alemanha, que é o maior emissor de turistas para o Brasil. Eles mandaram 308 mil alemães, um recorde. Continua sendo o país que mais envia; 236 mil é o último dado que temos, mas continua sendo. Há interesse em visitar a Amazônia, em visitar o Pantanal, mas é preciso ter equipamentos, é preciso ter trilhas, é preciso ter centro de acolhimento ao turista, é preciso ter meios de hospedagem e atrativos: parques temáticos e condições de oferecer.

O Brasil também é diferente de outros países que recebem milhões de turistas, onde o patrimônio histórico, o patrimônio cultural convive com a modernidade. Eu exemplifiquei aqui – porque morei – e, para mim, esse é o mais emblemático da intervenção da modernidade no patrimônio histórico: no Brasil, hoje, com a riqueza que nós temos nas cidades históricas – o Senador Antonio Anastasia sabe muito bem e tantos outros que também têm suas cidades, como Laguna, no querido Estado de Santa Catarina, terra do Senador Dário Berger, na nossa Alagoas, a cidade Marechal Deodoro –, as regras que se tem para investir em cidades e patrimônios históricos são muito mais rigorosas, muito mais difíceis, é muito mais demorado do que em qualquer país do mundo. Em outros países é possível fazer intervenções como essa. Eu tenho dezenas de fotos mostrando isso. São Luís do Maranhão, que talvez seja o sítio urbano contíguo mais valioso que nós temos na Região Norte, assim como já mencionei aqui, e outros continuarão abandonados, decaídos e tendo usos que não rentabilizam, não geram emprego e renda e não geram fluxo turístico para o País.

Uma das outras principais frentes, que é o outro Cerrado do turismo brasileiro, é o nosso litoral. No nosso País, diferentemente de em outros, em que é possível em poucos anos, em poucos meses, licenciar marina, terminal portuário, fazer *resort*, as áreas mais valiosas do ponto de vista turístico estão nas mãos ou da Marinha ou do Ministério do Meio Ambiente, e nós temos a Secretaria de Patrimônio da União também colocando regras, fora o Ministério Público, fora os demais que estabelecem um regramento para o licenciamento que leva anos, mais de décadas, Senadores. Em alguns casos, nós não podemos jamais fazer o que outros países fazem, ilhas, ou países mediterrâneos que podem investir em infraestrutura como essa e mostrar números surpreendentemente superiores ao nosso, porque conseguem, portanto, ter uma oferta qualificada.

Então, com esse exercício prospectivo, aponto aqui para quatro frentes da nossa agenda que norteiam, digamos, o nosso plano, o nosso PPA para os próximos anos. Uma delas está efetivamente relacionada àquilo em que este Congresso e esta Comissão podem nos ajudar de forma muito competente, como têm feito ao longo dos anos, que é o trabalho de melhoria do ambiente de negócio, da regulação, da facilitação, da simplificação e, sobretudo, do fomento à atividade turística. O Senador Pimentel sabe muito bem, porque foi um dos nossos líderes no processo de simplificação da criação de pequenos negócios, do Simples, do desenvolvimento do pequeno negócio no País, o quanto, também para o turismo, isso é fundamental. Recentemente estivemos e estamos trabalhando com o Ministro Guilherme Afif Domingos para estabelecer também um sistema de licenciamento e de facilitação da criação de empreendimentos turísticos no País, de maneira que o turismo também se alinhe a essa disposição de termos um país cada vez mais simples e menos burocrático. Mas é preciso trabalhar instâncias, como mencionei, que facilitem os investimentos e o licenciamento mais ágil, para que nós possamos usar esse potencial que o Brasil tem no seu patrimônio natural e cultural.

Aqui nós temos PLs importantes. É um debate acompanhado do *trading* o que apresento aqui em permanência e que tem um diálogo, Senador Davi Alcolumbre, com esta Comissão, histórico, para apresentar as razões do setor, os argumentos do setor em favor ou mesmo de ponderação em relação a algumas iniciativas legais, como direitos autorais por exemplo. Nós temos uma legislação que precisa ser revista e atualizada para que os meios de hospedagem não tenham que ser onerados pela reprodução de músicas e tal em cada um dos quartos que tenham rádio relógio etc. São mais de R\$700 milhões por ano arrecadados de hotéis e de meios de hospedagem no Brasil através de iniciativas que em outros países não acarretam custos para o empreendedor.

É legislação trabalhista, por exemplo, para trabalho intermitente. É um desafio. Os países que avançam para a economia de serviços têm de entender que a economia do turismo depende de um relacionamento de trabalho que é diferente daquele chamado de horário comercial, que, na verdade, é o horário industrial, porque tem uma flexibilização enorme. Há dados fornecidos pela Abrasel e por outras representações do setor de que pelo menos um milhão de jovens que abandonam ou que fazem parte das taxas de evasão escolar deste País, pelo menos um quarto, ou não têm tempo ou não têm renda para continuar pagando os seus estudos. E com o trabalho intermitente, com a flexibilidade de horário e a possibilidade de ajuste dessa escala de trabalho, como outros países fazem, economias de serviços mais avançadas, com isso, nós temos condições de avançar, portanto, no campo também da legislação trabalhista, da facilitação do crédito e assim por diante. Portanto, com uma agenda de políticas públicas.

Infelizmente o Ministério do Turismo, desde quando assumi, e temos trabalhado nisso, não conta com uma inteligência de políticas públicas à altura do desafio do setor. Diferentemente do agronegócio e da indústria, que trouxe tributaristas, economistas e advogados para ajudar na construção e no encaminhamento de medidas legais, nós temos uma dificuldade muito grande. Estamos trabalhando para fortalecer essa capacidade do Ministério, de maneira que possamos trabalhar em conjunto com esta Comissão e com o Congresso Nacional no avanço dessas medidas.

Aqui eu estou com os meus assessores legislativos que acompanham a agenda congressual, a agenda legislativa. Há uma lista grande de PLs que são de interesse relevante para o setor. Espero poder oportuna-

mente voltar a tratar de cada um deles, mas de uma agenda também que passe pela ampliação e inovação da oferta turística.

Todos sabemos que, como em outros setores, não dá para parar. O turismo também não pode parar. Nós temos um país belo, interessante, rico em diversidade, mas a melhoria da oferta turística deve continuar.

Portanto, um dos eixos importantes do nosso PPA está na produção turística, está na continuidade do desenvolvimento de atrativos, de equipamentos, de serviços, de parques temáticos, de experiências que possam fazer efetivamente o Brasil ainda mais inovador na sua oferta.

Nós temos, hoje, ainda, uma imagem no mundo de que nós somos o País do Carnaval, do sol e praia e do patrimônio natural, mas já temos condições de nos apresentar como um país muito mais inovador nesse campo. Estamos numa boa direção e nosso PPA aposta nessa linha.

Uma agenda fundamental é a agenda da infraestrutura e da logística. Um país continental não pode prescindir... Felizmente contamos com a compreensão do Parlamento brasileiro, que nos aporta emendas. É certo, como bem aqui reconhece esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, que o Ministério do Turismo não pode depender excessivamente das emendas, não é Senador? Nós temos que ter orçamento suficiente para poder dar conta dos desafios. E quanto maior peso relativo tiverem as emendas, menos condições de podermos fazer as inflexões estratégicas de que o País precisa no campo do turismo. De todo modo, nós contamos com um aporte de recursos que nos permitiu investir esse volume que nós mencionamos. Mas achamos que o turismo precisa contar com um programa específico voltado para o desenvolvimento de infraestrutura e logística, para que continuemos estruturando os destinos.

São estas as duas dimensões importantes, portanto, da ampliação da oferta turística: uma é o equipamento turístico, o hotel, o bar, o restaurante, o parque temático; e a outra é a questão da estruturação de destinos, essa dimensão territorial do desenvolvimento regional do qual o turismo tanto depende. Essa combinação é importante.

Por último, dentro dessa agenda estratégica, a agenda de promoção e venda do nosso País para o Brasil e para o mundo. Tivemos, nestes últimos anos, uma chance histórica – e estamos de novo diante de uma janela de oportunidades, que são os Jogos Olímpicos – de, em definitivo, colocar o Brasil na prateleira do imaginário, do desejo do turista internacional e do turista brasileiro, com a Copa das Confederações, a Copa da FIFA, a Jornada Mundial da Juventude; este ano, com os Jogos Indígenas na terra do Senador Donizeti; e, no ano que vem, os Jogos Olímpicos, que já têm também uma dimensão nacional nas sedes que vão abrigar as seleções e a modalidade de futebol. Uma chance histórica e definitiva de promovermos o Brasil.

Agora, nós temos um desafio que passa pela discussão do modelo de gestão da Embratur e sua capacidade de financiar essa promoção. Nós estamos trabalhando firmemente nessa direção. O fortalecimento institucional da Embratur é absolutamente fundamental para que o Brasil seja colocado nessa prateleira do mercado turístico. Nós estamos trabalhando nessa direção. Esperamos que o nosso orçamento seja preservado, para que, diante dessa janela de oportunidades que nós temos, que é a promoção do Brasil, considerando a realização dos Jogos Olímpicos, possamos ter assegurados todos os projetos de posicionamento de mercado.

Como mencionei – estive nos Estados Unidos logo depois da Copa e estive recentemente na Alemanha –, o mundo pede mais Brasil. Não quer apenas a presença institucional do Brasil no debate sobre o desenvolvimento do turismo, mas também pelo tamanho do Brasil e pelo mercado que nós representamos, o mundo quer visitar o Brasil, tem desejo de visitar o Brasil.

Quanto a esses 70 mil chineses, estive três vezes na China e todas as vezes perguntei se eles têm o interesse, e todos têm, a curiosidade de conhecer o Brasil. Mas é um país que precisa se reapresentar para o mundo e para si mesmo. É um país que tem necessidade de fazer uma boa promoção, um apelo, para se contrapor a imagens que são apresentadas, colocando o Brasil como um país ainda com alguns desafios no campo da segurança, no campo da logística, no campo do custo. Portanto, é uma agenda importante.

Eu acho que promover o Brasil daqui para frente vai significar, Senadores, tirar também o turismo do isolamento setorial em que ele está. Eu não acredito que consigamos avançar na promoção do Brasil para fora se não aproveitarmos o fato de que nós somos um dos maiores produtores de alimentos do mundo e podemos ser também, além de uma potência alimentar, uma potência gastronômica. O Peru fez, recentemente, o México fez, a Tailândia já fez, a Austrália fez, nos últimos dois anos, campanhas que vinculam a gastronomia à imagem turística. Portanto, um país que é uma potência – para dar apenas um exemplo – alimentar no mundo não pode deixar de ousar ser também uma potência gastronômica. E nós estamos trabalhando junto com o Ministério da Agricultura e o MDA para que possamos consolidar isso através de um grande evento.

Também, com o relacionamento com vários eventos gastronômicos no País, a gastronomia cresce em qualidade. Nós temos grandes chefes, uma produção de ingredientes que também permite que a gente se posi-

cione, inclusive com cozinhas regionais, como a amazônica, com o grande carro-chefe que vem sendo a cozinha do Pará, na sua Macapá, que é também hoje referência na gastronomia para que possamos reposicionar o Brasil.

Não acredito que a gente consiga promover o Brasil para além do que a gente conseguiu ficando isolado: a Embratur isolada da Apex, isolada de uma ação do Itamaraty. Nós achamos que o posicionamento internacional do Brasil passa por uma revisão e nós estamos um momento muito oportuno para fazer essa reapresentação do Brasil do ponto de vista turístico. Acredito que, quando se vende café, quando se vende avião, quando se vende carne, moda e cinema, pode-se vender turismo; é assim que o mundo faz. Não é à toa que a França, amanhã, realiza um evento em mil restaurantes no mundo, com mil chefes, reapresentando a gastronomia e consolidando a imagem de um país que tem na cultura e na gastronomia um forte apelo.

Eu acredito que, se nós dermos conta dessa agenda – e aqui citei os quatro eixos estratégicos da nossa atuação: no campo da política pública; no campo da produção turística de experiências e da formação de novos negócios; no campo da estruturação de destinos, que tem muito a ver com o desenvolvimento regional, infraestrutura, logística, essa dimensão digital; e no campo da promoção, com uma requalificação da nossa promoção –, poderemos apresentar para os senhores, nos próximos anos, números muito mais significativos do que os desta última década.

Fico por aqui, à disposição.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Agradecemos a explanação do Sr. Ministro Vinicius e já abrimos a lista de inscrição.

Eu gostaria de registrar a presença do Sr. Alexandre Sampaio, Diretor da CNC, e também de cumprimentar os assessores do Ministro Vinicius: Sr. Neusvaldo Lima, Sr. Alberto Alves, Sr^a Helena Costa e Sr. Vinicius Lumertz, que também participam desta audiência pública.

Vamos passar a palavra, agora, ao primeiro orador inscrito, Senador Antonio Anastasia e, em seguida, já estão inscritos: o Senador Pimentel, o Senador Elmano, o Senador Donizeti, a Senadora Fátima...

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senadora Fátima Bezerra, lá do Rio Grande do Norte.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Vamos fazer as inscrições.

Antes de iniciarmos, de darmos a palavra aos Senadores que estão inscritos, eu gostaria de dar o informe aos Srs. Senadores e às Sr^{as} Senadoras de que, ainda há pouco, o Ministro Vinicius me avisou que tem uma audiência com a Senhora Presidente da República, por isso, a partir das 11h, 11h10, terá de se ausentar. A gente tem, aí, praticamente uma hora, cinquenta minutos para fazer as considerações. Como regimentalmente serão cinco minutos para cada Senador e já temos aqui oito inscritos, eu gostaria que a gente pudesse ser o mais breve possível nas indagações, nos questionamentos ou nas colocações para o Sr. Ministro.

Com a palavra o Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Bom dia, eminente Presidente, Senador Davi Alcolumbre. Quero cumprimentar o eminente Ministro Vinicius Lages, as Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores.

Primeiro, Sr. Ministro, quero cumprimentá-lo pela sua exposição, verdadeira, corajosa, que demonstra as potencialidades do turismo, em que, pessoalmente, aposto muito, mas, ao mesmo tempo, demonstra as fragilidades que temos no Brasil em relação a essa política pública tão importante. Ainda mais agora que, com a situação econômica, especialmente em razão da política de câmbio, vai nos dar, ao turismo, duas imensas oportunidades: pessoas que hoje visitam o exterior certamente vão mudar suas viagens para o Território nacional; e, também, a mudança do câmbio vai tornar a vinda de estrangeiros para o Brasil mais atrativa.

O número que V. Ex^a coloca – que, de fato, é um número que ainda nos envergonha –, de seis milhões de turistas internacionais no Brasil, é um número que, nós sabemos, tem uma imensa potencialidade para crescer.

O eminente Ministro, na sua exposição, aponta, como eu disse, com muita proficiência aqueles temas mais relevantes na área do turismo, da necessidade do fortalecimento, de uma visão holística dessa política pública integrada com as áreas de infraestrutura, de segurança pública, de fomento econômico. Não há dúvida de que todo esse sistema, certamente, será objeto da Pasta que V. Ex^a comanda.

Eu gostaria, tão-somente, sendo bem célere, como solicita o nosso Presidente, de acrescentar que, em meu Estado, o turismo tem uma participação muito importante, como, aliás, V. Ex^a já comentou. Minas Gerais não só tem metade do Patrimônio Histórico do Brasil, mas também nos orgulha muito – e V. Ex^a mencionava – a gastronomia. Fomos, inclusive, há dois anos, objeto do Madrid Fusión, que é o oscar da gastronomia em Madri e é considerado, de fato, a grande vitrine da questão gastronômica.

Agora, nós sabemos que a necessidade de investimento em infraestrutura é essencial, quando V. Ex^a aponta, de fato, a necessidade de nós termos investimentos públicos para estradas, aeroportos, portos e a infraestrutura necessária para que o turista se sinta em boas condições. Ao mesmo tempo também, precisamos

da participação do setor público e o apoio ao setor privado – aqui cumprimento os representantes do setor privado ora presentes – em relação aos hotéis, centros de convenção, toda essa rede que acolhe o turismo, especialmente o turismo de negócios.

E temos outros nichos. Minas Gerais, até a década de 50 do século passado, era o grande destino turístico do Brasil, em razão do termalismo das nossas estâncias e do jogo. O jogo foi proibido, e o termalismo caiu de moda, mas agora ressurgiu, felizmente, sob o manto do turismo de saúde, que é algo fundamental, especialmente para aquele que V. Exª aponta, que é o Brasil mais grisalho, mas também para os jovens. Todos nós necessitamos desse aspecto.

Além disso, há o turismo ecológico, há o turismo religioso, que é extremamente importante. Nós vemos o famoso Caminho de Santiago, na Espanha, como uma iniciativa brilhante que estamos fazendo também entre Minas e São Paulo. Ou seja, é um mundo a fazer.

Agora me parece, eminente Ministro, que o senhor aborda – e aborda bem também – um ponto que é fundamental: não bastará a infraestrutura, não bastará o apoio ao setor privado se nós não tivermos essa política global e, especialmente, o que me parece a responsabilidade mais solene do Ministério do Turismo, uma política ousada de divulgação e promoção dos destinos brasileiros. Os brasileiros não conhecem o Brasil; os estrangeiros, nem se diga. Viajei muitas vezes em missões oficiais para fora, e as pessoas desconhecem completamente a realidade brasileira, não só do meu Estado, que é um Estado mediterrâneo, mas do Brasil como um todo.

Então, eu acho que aqui a palavra tem de ser, de fato, ousadia. Ousadia, coragem, empreendedorismo, inovação, como V. Exª aponta, para que o Brasil seja divulgado externamente – aproveitando a oportunidade que tivemos da Copa e, agora, das Olimpíadas –, mas também internamente, para os brasileiros, que não conhecem a realidade brasileira e não sabem a potencialidade.

V. Exª aponta muito bem a questão de acesso digital, de informações digitais. Hoje o turista vai sozinho ao computador. O que antigamente era feito por agentes de viagem, hoje a pessoa, muitas vezes, faz por si própria, de moto próprio. Então, ele ali terá acesso à informação. Mas para isso nós temos de ter os filmes, as informações, o acesso aos dados, tudo isso colocado.

Coloco, para concluir, Sr. Presidente, só duas observações finais. Primeiro, o eminente Ministro aponta algo que é um pouco estarecedor: digamos que hoje o principal – entre aspas – “inimigo” do turismo no Brasil é o Poder Público. Ele aponta, mostra as dificuldades, os óbices, empecilhos burocráticos, entraves, peias e amarras colocadas, e ele tem razão.

V. Exª citou e mostrou aqui a questão do Louvre com a sua famosa pirâmide. Nós fizemos um centro cultural em Belo Horizonte, o Circuito Cultural Praça da Liberdade, hoje um grande sucesso, mas lutamos com o Ministério Público em juízo para poder recuperar os prédios históricos da nossa Praça da Liberdade e adaptá-los ao destino turístico. Então, é algo, de fato, importantíssimo e me parece que esta Comissão e o Poder Legislativo têm condições de ser aliados do turismo para simplificar e permitir que o turismo tenha um tratamento especial para, é claro, acolher bem o turista, mas, ao mesmo tempo, dar mais agilidade.

Concluo a minha intervenção cumprimentando o eminente Ministro, desejando boa sorte nessa política tão relevante, e fazendo uma única indagação: qual é a posição do Ministério do Turismo sobre a legalização do jogo no Brasil?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Com a palavra o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Quero saudar o nosso Presidente, Senador Davi Alcolumbre, dar um forte abraço pela sua iniciativa, pelo seu trabalho e pela Presidência. Gostaria de saudar o nosso Ministro Vinicius Lages, de parabenizá-lo pela exposição. Já tinha assistido, no final do ano passado, também a uma audiência pública, e vejo que dar continuidade àquela agenda ali apresentada é muito importante para a nossa indústria do turismo.

Queria, Sr. Ministro, dentro das suas preocupações com a agenda regulatória, discutir dois itens: o primeiro deles é a economia criativa. Ela tem um peso muito grande nos países que têm um turismo bastante avançado. No Brasil, fala-se que ela já representa em torno de 5% do Produto Interno Bruto, mas precisamos, cada vez mais, estar com essa agenda para que possamos construí-la. E vamos ter agora, no primeiro semestre de 2015, o encaminhamento de mais um projeto de lei regularizando o Simples Nacional, a micro e a pequena empresa. Tivemos um avanço ali com aquela Lei Complementar nº 133, de 2009, que apontou para isso. E, a partir dali, o Sebrae Nacional implantou um projeto-piloto da economia criativa no Estado do Rio de Janeiro que dialoga com todas essas preocupações que V. Sª aqui levanta.

Deixaria, nosso Presidente, como sugestão, que pudéssemos fazer uma audiência pública neste primeiro semestre, quando vem esse projeto de lei complementar para o Congresso Nacional, envolvendo o Sebrae

– porque ele é o grande estimulador da formação da mão de obra e da estruturação da economia criativa – e também a Secretaria da Micro e Pequena Empresa, sem prejuízo de participantes do nosso turismo, que aqui já se adiantou bastante.

O segundo item que queria deixar também para a reflexão da nossa Comissão é o marco regulatório da aviação brasileira e, nesse item, a aviação regional. Aprovamos uma medida provisória, no final de 2014, já está em vigor, e deveríamos fazer um amplo debate, aqui na Comissão, sobre os aeroportos regionais, a aviação regional – o nosso Ministro tem toda uma agenda sobre isso –, que envolvesse o nosso Ministro, o Ministério do Turismo e a Secretaria da Aviação Civil (SAC), sem prejuízo de outros atores que pudessem estar conosco, com um olhar sobre o calendário de recuperação, de construção e de ampliação dos aeroportos regionais e, ao mesmo tempo, a política de incentivo às passagens destinadas à aviação regional. Evidentemente, o grande atrativo aqui será a indústria do turismo.

Portanto, queria parabenizá-lo e deixar para reflexão a possibilidade de fazer esses dois eventos neste primeiro semestre, de acordo com a orientação do nosso Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Senador Pimentel, solicito a V. Ex^a que apresente a esta Comissão os requerimentos que V. Ex^a explana aqui com muita maestria.

O próximo Senador inscrito, Senador Elmano Férrer.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – Bom dia a todos!

Queria inicialmente cumprimentar o nosso Presidente desta Comissão, Senador Senador Davi Alcolumbre; principalmente o nosso Ministro, que acolheu o convite para comparecer a esta audiência; e as Srs. Senadores.

Gostaria de, inicialmente, Sr. Presidente, ressaltar a importância da sua liderança, sobretudo no atendimento aos pleitos dos membros que integram esta Comissão – esta audiência foi um desejo de todos e de todas.

Em segundo lugar, gostaria de agradecer ao nosso Ministro, que, na sua agenda muito espremida, encontra tempo para vir até aqui.

Em terceiro lugar, queria mencionar que ficamos – eu, por exemplo, que estou chegando a esta Casa – nos desdobrando de uma Comissão para a outra sem tempo de dar a devida atenção a nenhuma delas.

E os temas tratados são da mais alta importância. Instalaram-se duas Comissões das quais sou titular, além desta também, e é um assunto que me diz respeito. E, em sendo uma audiência pública, no meu entender, deveriam estar muitas pessoas, não só os Senadores e Senadoras, envolvidas diretamente no setor turístico, pela importância que esse setor tem na geração de emprego, de renda, na atração turística de várias regiões do Estado.

Nós poderíamos estar aqui... Eu, que represento o Estado do Piauí, poderia estar aqui, ao meu lado, o Secretário de Turismo do nosso Estado, o Secretário de Turismo na nossa capital, que tem atração, e de outros pontos turísticos, do Delta, no extremo norte, ao extremo sul, da Serra da Capivara. Então nós daríamos um desdobramento maior a isso aqui.

Não é fácil trazer um Ministro, e nós, Senadores, ficamos de uma para outra comissão sem a atuação devida e necessária e o respeito ao Ministro que aqui vem prestar os seus esclarecimentos. Ele veio aqui convocado para mostrar a sua programação anual deste ano, mas não teve a atenção que deveria ter dos Senadores membros, porque aqui nós temos uma parte dos titulares e dos suplentes.

Então, permita-me o Sr. Ministro, porque isso não faz parte desta audiência, mas é bom que se diga, principalmente quem está chegando. Acho importante fazer essa observação que eu considero pertinente.

Esse era o primeiro ponto que eu queria ressaltar aqui.

E o segundo, um aspecto que o nobre Ministro trouxe aqui, que me diz respeito e a muitos Senadores e a um contingente muito grande de brasileiros, que é a incorporação daqueles que fazem, que constituem a terceira idade deste País, esse grande mercado que está aí. Eu vejo isso como um mercado que está ali, hibernado, querendo conhecer as grandezas, as atrações turísticas do Brasil. E nós temos que buscar uma alternativa para isso.

Amanhã nós vamos estar lá. Aliás, eu, nosso João Alberto e outros que eu vou mostrar em oportunidades futuras.

Esse é um aspecto que eu considero importante. Não é fácil trazer um Ministro a uma comissão. Agora, quem poderia estar aqui além do setor produtivo empresarial, dos agentes de viagens, o *trade* turístico, como nós chamamos?

Era essa observação que nós queríamos fazer, além de ressaltar a importância de o Ministro vir aqui. Nós poderíamos ter tirado muito e melhor proveito dessa explanação dele sobre as metas e o que pretende fazer nos próximos quatro anos.

Essa era a observação que eu queria trazer a esta Comissão. E ainda vou ter oportunidade de levar, meus queridos Senadores e Senadoras, às demais comissões que nós integramos e de que participamos.

Era essa a observação que eu queria trazer a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Senador Elmano, o Sr. Ministro se coloca à inteira disposição para vir a esta Comissão quantas vezes for convidado para prestar os esclarecimentos necessários e para estar próximo desses desejos que V. Ex^a coloca, que não são só do Piauí, mas de todos os Estados brasileiros, de podermos ter esse contato direto e esse esclarecimento permanente das questões relacionadas ao turismo nacional. E também, regimentalmente, colocar a V. Ex^a que, por conta do Regimento desta Comissão e da Casa do Senado, nas audiências públicas com a participação de Ministro de Estado a gente não pode ter a participação e a interferência de secretários de Estado ou de capitais.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – Nem como ouvinte?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Como participante, sim. Não vai faltar oportunidade de a gente – como ouvinte, não é? – fazer esse debate, que é salutar para o desenvolvimento regional e para o turismo brasileiro.

Próximo, Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Prezado Ministro, é uma satisfação tê-lo aqui. Desde já, parabeno o Presidente pela iniciativa e agradeço a você pela disposição de estar aqui, nesta manhã, com a gente.

Embora não seja titular desta Comissão, eu disse, no dia da eleição e posse do Presidente, que o meu Estado me força a estar aqui. Nós somos um roteiro turístico ainda pouco conhecido, do meu ponto de vista, e que precisa ser comunicado para a sociedade e para o mundo o potencial que tem. O Tocantins tem belezas naturais extraordinárias, pontos turísticos fenomenais, como um poço que não deixa o cara afundar, que é o Fervedouro.

A sua exposição aqui, hoje, só demonstra que a Presidenta Dilma acertou na sua permanência lá, no Ministério, porque você fez um desenho aqui, sem esconder os problemas, sem deixar de apresentar os horizontes e, também, soluções que precisam ser construídas, para superar os problemas que enfrentamos. Um dos problemas que penso que enfrentamos é que, historicamente, os brasileiros tinham a mania – e acho que vimos superando isso – de pensar que as coisas do Brasil não eram boas, que o estrangeiro fazia as coisas melhores. Na verdade, o potencial turístico do nosso País é extraordinário nas suas diversas categorias, e nós precisamos vender isso, especialmente para os brasileiros. Vem crescendo, mas penso que há muito a ser feito.

O Senador Pimentel falou da questão dos aeroportos regionais. Nós carecemos de um aeroporto na cidade de Mateiros, que é extremamente importante para chegarmos a um dos principais endereços do turismo do Tocantins, que é a região do Jalapão, uma das mais conhecidas. É preciso também que digamos que o Jalapão não é o único endereço turístico que nosso Estado tem. Dois grandes rios banham nosso Estado – o Rio Araguaia e o Rio Tocantins –, grandes lagos, uma série de pontos turísticos e diversos Municípios do nosso Estado, distribuídos de norte a sul, que ainda não são conhecidos e não estão agendados ou bem mapeados para serem divulgados.

Penso que o Governo do Estado do Tocantins, do Governador Marcelo Miranda, deve apresentar uma agenda de demandas para o nosso Governo federal, especialmente para o Ministério do Turismo, que é muito importante para o nosso Estado e para o Brasil.

O Tocantins é o único Estado brasileiro que tem seis vizinhos. Somos vizinhos do Maranhão, do Piauí, da Bahia, do Goiás, do Mato Grosso, do Pará, e ainda, no Goiás, há o Distrito Federal. Estão no centro do Brasil importantes belezas naturais para serem conhecidas e aproveitadas, e nós, certamente, vamos precisar muito do Ministério do Turismo, dentro desse programa da regionalização do turismo.

O senhor tem demonstrado apoio, indo ao Estado já mais de uma vez. Tivemos oportunidade de navegar o lago da hidrelétrica do Lajeado, com 65 mil hectares de lagos contínuos. Não há ilhotas atrapalhando. Basicamente, são 65 mil hectares de espelho d'água que se apresentam. Além disso, há o Lago do Estreito, o Lago do Peixe e o Lago de São Salvador.

No mais, só parabenizar o Presidente pelo convite, e o senhor, pela exposição, e nos colocar à disposição do Ministério e do Governo naquilo que estiver dentro das nossas possibilidades.

Já falado aqui pelo Senador Elmano, nós ficamos dançando de uma Comissão para outra. Eu fiz questão de estar aqui. Vou precisar me retirar, mas estou muito satisfeito com o que ouvi aqui na sua apresentação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Próximo Senador, Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Meu caro Senador Presidente, fomos Deputados juntos, Davi, e é uma alegria vê-lo aqui, no início do seu mandato, presidindo, na minha avaliação, uma das Comissões que têm uma importância muito grande, que é exatamente a de desenvolvimento regional.

Ao falar em desenvolvimento regional, nós temos de falar em turismo. Está aqui o nosso Ministro Vinicius Lages. Eu vim especialmente, também não faço parte da Comissão, Ministro Vinicius, primeiro, para lhe dar um abraço e agradecer pela gentileza com que o senhor nos recebe e nos trata no seu Ministério. Isso é fundamental.

Em segundo lugar, eu acho que esta Comissão, que nós temos é de colocar recurso no Ministério do Turismo, porque a dificuldade do turismo, de fazer turismo é exatamente porque, na maioria das vezes, não vira prioridade, o que é um equívoco, porque o turismo pode gerar. Eu vi o Senador Anastasia, aliás, com brilhante argumentação, dizer que esse dólar alavancado pode atrair o turista para cá e pode fazer com que o nosso turismo interno aumente. Quer dizer, veja como isso é circunstancial. Este momento de crise pode fazer exatamente alavancar o nosso turismo.

Eu só diria que, na hora do Orçamento, destinar recurso para o Ministério do Turismo é a forma como nós vamos realmente ajudar.

E uma sugestão, embora não seja da Comissão, faço com muita humildade. Primeiro eu quero agradecer o Senador Elmano por ter lembrado da minha geração, a terceira idade, o que é uma coisa importante. E quero dizer o seguinte, fazer só uma sugestão, meu caro Presidente: por que esta Comissão não decide aqui... E o Ministro se reuniria ou o representante do Ministério... Eu fico imaginando uma audiência pública na cidade de Bonito, por exemplo, no meu Estado, com a presença da Comissão de Turismo e a presença do Ministro para ouvir todos os secretários municipais ou todos aqueles segmentos que mexem com o turismo. Acho que essa é uma forma de divulgar o nosso País para o mundo, mas principalmente internamente – eu estou falando para o público interno. Segundo, fazer com que os Parlamentares, nós aqui, possamos conhecer o que há de mais importante em Minas Gerais; no nosso querido Piauí – o Ceará é superconhecido, não é Pimentel? –; em Florianópolis, do Dário Berger; em Mato Grosso, que ficou só com um terço do Pantanal, mas nós falamos que o Pantanal é deles também; nós não temos ciúmes. É por aí.

Então, Ministro, encerrando a minha participação, dou-lhe parabéns por ter vindo. Eu fiz questão de vir dar-lhe um abraço. E a minha contribuição é no sentido de reforçar o turismo também e, é claro, ainda tem um monte de coisas, mas, para não ser repetitivo, reforçar a questão orçamentária desse importante Ministério.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Com certeza, a sugestão de V. Ex^a, Senador Moka, de fazermos uma espécie de seminário – não tenho informação de se regimentalmente a Comissão pode se deslocar para outro Estado para fazer uma audiência... *(Pausa.)*

É isso. Vamos fazer um seminário aqui, por conta de, pelo Regimento, não podermos sair daqui, mas, com certeza, vai ter o mesmo significado, que é sair deste Senado Federal, sair deste plenário, levar as autoridades que podem realmente proporcionar essa divulgação mais próxima do turismo nacional.

Também, como V. Ex^a colocou, não tenho dúvida de que, para se fazer realmente o que a gente quer no desenvolvimento regional e no turismo, é preciso recurso financeiro. E o Ministério do Turismo, com certeza, estará aberto à colocação e à apresentação de emenda, já que o Ministro falou agora há pouco que grande parte, quase a maior parte do recurso do Ministério hoje provém das emendas parlamentares, emendas de comissão, emendas de relatoria, enfim, emendas dos Senadores e dos Deputados junto ao Orçamento da União.

Senadora Fátima Bezerra.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Ministro, quero dar meu bom dia e cumprimentar os colegas Parlamentares, os demais presentes, nosso Presidente.

Quero saudar aqui, Ministro, a sua equipe e me associar aos que já mencionaram sua dedicação, seu profissionalismo. Sem dúvida nenhuma, o senhor tem se esforçado e tem feito um bom trabalho à frente da pasta do Turismo, um setor cada vez mais considerado, por todos nós, de caráter estratégico, exatamente pelo que ele tem de potencial de fomentar o desenvolvimento, de fomentar a geração de emprego.

Recentemente, estive com o senhor, acompanhada da Presidente da Emprotur e da Secretária Adjunta de Turismo do meu Estado, o Rio Grande do Norte. Na ocasião, conversávamos com o senhor sobre a importância não só de manter as parcerias em curso – o Governo do Estado com o Governo Federal na área de turismo –, mas ampliar essas parcerias.

Falávamos com o senhor naquela ocasião, por exemplo, da necessidade de agilizarmos a conclusão da estrada de acesso a Pipa, praia conhecida não só nacionalmente, mas internacionalmente como um dos mais belos cartões postais do Rio Grande do Norte, do Brasil e do mundo. Portanto, a logística, a questão da infraestrutura rodoviária é fundamental.

Falávamos sobre a importância do Museu da Rampa, até por tudo que Natal expressa, seu simbolismo, a participação na época da Segunda Guerra Mundial; o Museu da Rampa se insere exatamente naquela di-

menção do turismo muito importante, que é a dimensão histórica, que é a dimensão da memória. Então, um museu muito importante para nós, bem como o plano de acesso às praias.

Portanto, renovo aqui, Ministro... Sei do seu esforço, mas renovo aqui nosso apelo para que os recursos sejam liberados para que possamos avançar no que diz respeito a esses investimentos em curso.

Quero me somar também, rapidamente, ao Senador Pimentel, quando propõe um debate para que possamos tratar da questão da infraestrutura turística, desde os aspectos da infraestrutura rodoviária, da infraestrutura aeroportuária. Nós temos, por exemplo, no Rio Grande do Norte, o Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante, um aeroporto cujos acessos, infelizmente, até o presente momento – o Ministro sabe disso –, não foram concluídos. É um equipamento grandioso, mas, da forma como está em funcionamento hoje, tem acarretado uma série de transtornos para quem mora em Natal e para quem nos visita. Sei da sua preocupação e renovo o apelo para que o Ministério do Turismo se associe também aos demais Ministérios para que esses acessos possam ser concluídos o quanto antes.

O debate sobre a questão do turismo regional, sobre o plano de aviação é fundamental, Ministro, e nós esperamos que o problema de Mossoró, de uma vez por todas, seja resolvido. Mossoró é a segunda maior cidade do meu Estado e é inaceitável que não tenhamos, Presidente Davi, numa cidade do porte de Mossoró, pelo que ela representa ali na fronteira com o Ceará, um aeroporto minimamente em condições para receber o fluxo de passageiros. Isso tem que ser resolvido.

O Rio Grande do Norte, a exemplo dos demais Estados, tem um potencial muito grande para além das suas belas praias, do ponto de vista do turismo regional, do ponto de vista do turismo religioso e do ponto de vista do seu interior, que tem muito a ser descoberto e incentivado.

E por fim, Ministro, amanhã, comemora-se o Dia Nacional do Artesão. Quero, mais uma vez, renovar o convite ao senhor, porque brevemente estaremos – e quero convidar, Presidente, toda essa Comissão, porque é importante que essa Comissão participe – realizando uma audiência pública alusiva ao Dia Nacional do Artesão, e, nessa audiência pública, nós queremos debater o programa do artesanato brasileiro, queremos debater a regulamentação da profissão do artesão.

Ao falar do artesão, nós estamos falando de uma categoria que, hoje, são em torno de mais de 10 milhões de pessoas por esse País afora e que têm um papel fundamental do ponto de vista de valorizar a cultura local, valorizar a cultura brasileira, enfim, exatamente pelo papel que o artesão e a artesã desempenham no nosso País, e ele carece e precisa ser mais bem tratado, e ele precisa, exatamente, de maior incentivo.

E, finalmente, também, fazer, aqui, o registro de que, amanhã, no meu Estado, o Rio Grande do Norte, começa a Feira dos Municípios e o Fórum de Turismo. O senhor foi convidado. O senhor parece que está com dificuldade de agenda, mas já soube que o Ministério se fará presente e será muito importante.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, Sr. Ministro Vinicius, nobres companheiros, Senadores e colegas, eu gostaria de ir na mesma linha do Senador Moka, até por ele ser do Mato Grosso do Sul e, por sermos de Estados vizinhos, termos problemas e soluções conjuntas.

Mas, especificamente, Ministro, no caso do Mato Grosso, nós fomos Subsede da Copa do Mundo e ainda hoje se discute, muito, a questão do legado da Copa do Mundo. A população fica a questionar se alguns investimentos foram feitos, qual o resultado disso para a população, a construção dos estádios.

Por exemplo, no caso de Mato Grosso, Cuiabá, nós temos o aeroporto, uma obra de, aproximadamente, 15 anos, que não se conclui. Tinha um convênio com o Governo do Estado, mas, agora, a Infraero resolveu assumir, e isso é fundamental para a questão do turismo. Nós estamos no Mato Grosso, no centro do Brasil. Cuiabá é o centro geodésico da América do Sul, mas temos uma aviação regional praticamente incipiente. Não tem nenhum voo que integre qualquer país do Mercosul, mesmo estando tão próximo. Então, por isso, essa viação regional planejada para fazer o turismo e até o desenvolvimento econômico e cultural é fundamental. A população não entende como é que podemos estar tão próximos, mas não podemos chegar à Bolívia, ao Paraguai, ao Chile, enfim, em outros países.

Gostaria de sugerir, vou apresentar um requerimento, Presidente, que possamos analisar isso na próxima reunião, mas a presença do Ministro é fundamental, porque eu acredito que seja importante o trabalho dessa Comissão junto com o Ministério do Turismo, porque, às vezes, nas audiências, conversamos, lançamos as ideias, mas, depois, àquilo não é dado prosseguimento, porque todos nós temos as atividades e o nosso papel não é a atividade fim, mas do Ministério sim. Então, a minha sugestão, e vou apresentar um requerimento, é no sentido de um levantamento, junto com o Ministério, do pós Copa do Mundo: o legado, o que podemos fazer, ainda, para aproveitar aquilo que foi feito na Copa do Mundo. Por exemplo, no caso de Mato Grosso, todos duvidavam que fosse impossível realizar a Copa, mas tivemos um dos estádios com a melhor avaliação

tanto do ponto de vista da arquitetura, como do ponto de vista de segurança, de atendimento, alimentação. No Mato Grosso, tivemos uma Copa sem nenhum incidente, mesmo com todas as críticas dos adversários de que não seria possível.

Acho importante o Ministério fazer esse levantamento e ver de que forma nós podemos fazer esse trabalho em conjunto.

Gostaria, inclusive, de aproveitar, aqui, Presidente, e já falei isso em outro momento, a presença do Ministro do Turismo. Temos, como todos os Estados têm os seus potenciais, em Mato Grosso, o Pantanal, junto com o Mato Grosso do Sul. Cuiabá está, praticamente, dentro do Pantanal. Temos um investimento do Sesc Pantanal, que é uma área de cento e tantos mil hectares, um grande projeto de pesquisa, de ensino, de turismo, e eu gostaria de convidar a Comissão e o Ministro, aproveitando essa ida aos Estados em função do legado da Copa, do aproveitamento do legado da Copa, para uma visita técnica ao meu Estado, com possibilidade de estarmos no Sesc Pantanal.

Outro aspecto que eu gostaria de pedir também ao Ministro é uma intervenção junto à Infraero em relação ao aeroporto, especificamente, de Cuiabá, porque, durante a Copa, estavam trabalhando em conjunto, mas parece que, terminada a Copa, cada um está para o seu lado, mas o Governo é um governo só.

E outro aspecto também são os recursos das emendas parlamentares do Ministério.

Já percebemos que, no passado, de acordo com o Ministro e a credibilidade, nos incentivam a fazer as emendas, e isso aconteceu muito. Fizemos muitas emendas. Houve ano em que o Ministério do Turismo foi recorde em recebimento de emendas. E funcionou muito bem, mas, de repente, virou aquela história do boi e do carrapato: qual é o que mata, o carrapato ou o boi? E, praticamente, a meu ver, a intervenção no Ministério acabou prejudicando muito o Ministério.

Então, é um novo momento, um momento em que temos que ter fé, acreditar, e queremos, aqui, com esta Comissão, trabalhar em parceria, até para fazer a fluência das atividades do Ministério junto aos Estados, junto cada unidade.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Senador João Alberto, V. Ex^a requereu junto à Secretaria a sua inscrição?

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB - MA. *Fora do microfone.*) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Não.

Senadora Simone Tebet.

A SR^a SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – (*Fora do microfone.*)

... Lages, seja bem-vindo, é um prazer. Obrigada pela presença.

Senhoras, colegas Senadoras, Srs. Senadores:

Eu vou ser muito breve. Quero dizer apenas, dar aqui o meu depoimento e um testemunho. Quero dizer que acredito, como todos os Srs. Senadores que estão nesta audiência, que nós temos uma dívida secular com o interior deste País no setor turístico. Acredito que os grandes polos turísticos do Brasil, hoje, já têm condições, dentro de alguns critérios, de caminhar com as próprias pernas, diferentemente de certos roteiros turísticos ainda incipientes, que precisam do apoio do Poder Público para se desenvolver.

Dentro dessa colocação e sabendo das dificuldades do Ministério do Turismo, porque sabemos, principalmente, que ele depende da gestão efetiva e sistemática de mais ministérios, como os Ministérios das Cidades, de Infraestrutura, dos Transportes, por conta da questão logística, a própria Secretaria de Aviação e outros ministérios, porque temos que trabalhar a qualificação da mão de obra e tudo mais, eu quero apenas fazer uma colocação: pedir ao Ministro que encaminhe a esta Comissão os planos estratégicos do Ministério, no que se refere ao turismo do interior deste País, principalmente, volto a repetir, desse roteiro turístico que ainda precisa de uma mão mais forte do Poder Público.

E digo isso porque venho de Mato Grosso do Sul, da Região Centro-Oeste, e nós temos, como todas as regiões do País, as belezas as mais diversas. Este é um país continental, não só na sua dimensão, mas na sua história. Nós temos o turismo histórico, cultural, ambiental, nós temos um patrimônio muito rico que precisa ser mostrado para o Brasil. Em Mato Grosso do Sul, nós temos uma cidade chamada Bonito, que é conhecida pelo menos no imaginário da maioria da população brasileira, mas que é muito mais visitada pelos – entre aspas – “gringos”, pelos nossos turistas estrangeiros, muito bem-vindos por sinal, porque deixam divisas, acabam trazendo desenvolvimento para o País. Infelizmente, não é vista pela maioria da população brasileira, porque é um turismo muito caro. É mais fácil hoje, mesmo com o câmbio como está, visitar alguns países da América do Sul do que chegar a Bonito, em Mato Grosso do Sul, lembrando que, por dez ou doze anos seguidos, Bonito foi considerado o maior, o melhor roteiro ecoturístico do mundo e que, ano passado, ganhou o prêmio em Londres, na Inglaterra.

Então, de tudo isso, a colocação que eu deixo é: Ministro, nos apresente esses planos estratégicos. Nós temos condições de colaborar, nós temos os fundos constitucionais e os fundos de desenvolvimento, estes são recursos para obras de infraestrutura e aqueles servem para qualificação de mão de obra, setores industrial e comercial, no caso específico, aqui, setor terciário, comercial. Mas mais importante: os recursos são poucos, então mais do que fazer aquilo que queremos, nós precisamos fazer aquilo que é possível. Então, têm de vir do Ministério aqueles projetos estratégicos que estão em etapas mais avançadas e que também têm recursos próprios do Ministério, para que possamos colaborar.

E, por fim, não poderia deixar de citar, me preocupa muito a questão do turismo sexual no País. Nós fazemos parte, como Presidente, da Comissão Permanente Mista do Combate à Violência contra a Mulher e, quando falamos do turismo sexual, em sua grande maioria, falamos de meninas moças. Nós gostaríamos que o Ministério nos auxiliasse com informações. Nós apresentaremos, depois, um requerimento nesta Comissão para que possa ser encaminhado e, a partir daí, também somaremos forças para coibir essa que é uma mancha e uma vergonha para todo o Brasil.

Enfim, Ministro, nos ajude a ajudar o interior deste País. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Passo a palavra ao Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Bem... Agradeço sua gentileza. Só reclamo um pouco do tempo que se reduziu – em torno de dois minutos, Ministro –, mas quero cumprimentá-lo, Presidente, pelo convite, e cumprimentar também nosso Ministro Lages, do Turismo.

Eu quero, evidentemente, me associar aos demais Senadores para expressar aqui minha satisfação por ver uma apresentação simples, objetiva, sucinta e reveladora de objetivos claros com relação ao futuro do turismo em nosso País, sobretudo com relação aos entraves, que, efetivamente, são peculiares em todas as regiões do Brasil. Isso é importante para que, efetivamente, possamos construir uma logística capaz de atender às necessidades de nossa população em relação ao turismo.

Uma questão que eu queria abordar nestes meus dois minutos é a seguinte, e acho que o debate que nós devemos fazer aqui, Presidente, não é mais sobre o que nós já temos, porque isso já foi uma conquista por meio de muita luta, de superação de muitos obstáculos e de muitas barreiras, mas do que nós precisamos ter para construir um cenário que possa ser atrativo, evidentemente, para a população do próprio Brasil, nossos irmãos, mas também para segmentos de outros países. Para isso acontecer, na verdade, eu entendo que a logística propriamente dita é a questão mais fundamental. A infraestrutura é uma questão importante: a locomoção, os acessos, e aí vão aeroportos, energia. Também a questão da água, que hoje é importante e precisamos travar uma discussão sobre isso, a questão do desenvolvimento regional, que também é muito importante. Enfim, eu venho de um Estado em que o turismo é uma das molas propulsoras de sua economia, de sua oportunidade de renda, de emprego. O turismo é, efetivamente, um vetor extremamente importante, e precisamos estar atentos nesse sentido. Eu percebo que V. Ex^a, Ministro, em sua atuação, demonstra essa capacidade de nos juntar para, efetivamente, enfrentar os desafios que temos pela frente.

Como não tenho mais muito tempo, meu Estado, como um dos principais destinos turísticos do Brasil, o Estado de Santa Catarina, a exemplo de Minas Gerais, também se ressentem dessa logística, dessa infraestrutura, desse apoio, desses entraves. Efetivamente, se se tem uma ideia, se se pensa em um projeto, quando se começa a implantar o projeto, a obra começa e não termina. Quem sabe, nós deveríamos discutir aqui um processo mais simplificado que pudesse, de acordo com o interesse público, fazer com que os administradores públicos tivessem melhor desempenho em relação a esses efetivos resultados.

Mas, para finalizar, agradeço a oportunidade que me foi concedida e parabeno o Ministro, agradecendo, inclusive, pela forma como o senhor nos atende em seu Ministério.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Agradeço a palavra do Senador Dário Berger, dizendo a V. Ex^a que esses foram os dois minutos mais longos da nossa história. V. Ex^a teve mais de 5 minutos.

Com a palavra o Sr. Ministro Vinicius.

O SR. VINICIUS LAGES – Eu lamento muito, e até estamos reavaliando a possibilidade de estender um pouco mais exatamente pela oportunidade única que se tem nesse momento, no início dos trabalhos desta Comissão. Mas eu queria, sem dúvida, tentar, de forma sintética, percorrer aqui os argumentos que foram levantados e tentar responder, com a objetivamente máxima, para podermos ganhar tempo.

Primeiro, quero agradecer as palavras do Senador Anastasia. Eu acompanhei, como conselheiro do Sebrae, o desenvolvimento deste Estado e o desenvolvimento do turismo. Conheço Minas, a sua diversidade turística. E queria, portanto, dizer que é uma satisfação muito grande quando vemos um Parlamentar que assume um mandato novo como o senhor e que traz essa bandeira também como os demais aqui. É um privilégio para

nós, o Ministério do Turismo contar com gestores públicos experientes que trazem para o mandato senatorial essa bandeira também.

Sem dúvida, o senhor apontou para uma questão que, para nós – e eu até falei isso para a Presidenta Dilma Rousseff, em nosso último despacho. Talvez o que nós tenhamos para destravar, para resolver, para que o turismo possa gerar os números que nós precisamos, com um baixíssimo impacto fiscal... O processo está mesmo dentro do próprio aparelho de Governo, tanto do ponto de vista do que trava, do que dificulta, do que tem burocracia, do que ainda está por regulamentar, desde a abertura, como bem colocou o Senador Pimentel, ao processo de licenciamento de obras, ao tempo de execução de obras.

Eu mencionava no início que nós temos cerca de 650 milhões na Caixa, hoje, disponíveis para os municípios, e esse dinheiro não vai para a ponta. No meu Estado também temos obras que estão paradas, com recursos já liberados e há toda uma dificuldade de nós criarmos uma maior velocidade de execução.

É um desafio, portanto, sim, que estamos vivendo de melhorar a gestão pública, a eficiência desses processos. Acredito que tanto temos desafios que estão dentro do próprio Governo que nós podemos resolver. Está dentro da relação nossa com a SAC, com a Infraero, por exemplo, com o Ministério do Meio Ambiente. Mas também no potencial, o que é incrível. Nós temos não apenas os desafios que estão nesses entraves, mas o potencial.

Por exemplo, eu conversava com o Ministro Helder Barbalho, da Pesca: nós nunca fizemos um trabalho estratégico de valorização do potencial do pescado brasileiro. Temos uma das maiores diversidades de peixes do mundo – e essa é também uma dimensão da gastronomia brasileira. Outros países trabalham esse aspecto com o salmão, o bacalhau, com a pesca esportiva, com os terminais de pesca artesanal, que são um atrativo no mundo inteiro, com mercados de peixe.

Só nisso podemos ver que em um passeio pela Esplanada já encontramos em um outro Ministério uma sinergia capaz de potencializar o desenvolvimento do turismo. Então, com toda razão, há uma agenda interna de gestão e de política pública que pode, sem impactos relevantes do ponto de vista fiscal, acelerar essa agenda.

Sobre a legalização do jogo, a nossa posição, olhando as experiências internacionais e a trajetória de Macau, por exemplo, que já dobra o faturamento em relação a Las Vegas, sobretudo, em um país que já tem outras formas de jogo legalizadas, pode, sim, ser uma fonte de diferenciamento para o turismo. Assim como a loteria esportiva e os diferentes jogos financiam o esporte e atividades educacionais, nós acreditamos que a arrecadação advinda de centros de entretenimento e de jogos possam ser uma fonte de financiamento para a atividade turística, dinamizando regionalmente...

Eu vou além, Senador: acho que deveríamos ousar ao ponto de considerar a hipótese de nós termos algumas zonas de relevante interesse turístico no País, onde pudéssemos ter espaços, inclusive, para o comércio de bens e serviços de forma que possamos, sim, enfrentar essa sangria permanente na nossa balança comercial, a partir de viagens que parecem ser mais baratas. Porque o indivíduo vem cheio de carro de bebê, enxoval de casamento, eletrônicos. Então, ele se desloca para comprar um novo celular e não pode fazer no Brasil. Nós temos em Foz do Iguaçu, nós temos na Amazônia a possibilidade de fazê-lo, em tantas outras instâncias no Brasil, a possibilidade de criar esses espaços.

Portanto, sem ainda o amadurecimento de uma reflexão, porque tem algumas iniciativas aqui no Parlamento. Mas eu gostaria muito – conversei outro dia com o Senador Benedito de Lira, que esteve relatando ou está para relatar uma iniciativa nessa direção –, eu gostaria muito de mostrar os números, de vir aqui para os Srs. mostrar o que outros Países já fizeram. E, com responsabilidade, fazer com que esse investimento se reverta em favor do turismo. Eu acho que é um desafio para podermos ir mais longe. E é o que nós estamos defendendo também.

Quanto às questões apresentadas pelo Senador Pimentel, sem dúvida a economia criativa é um dos grandes pilares da economia de serviços e da economia de turismo. Pela atividade, cultura, pelo *design*, pelas manifestações clássicas de música, de teatro, mas também do desenvolvimento de *softwares* e da tematização. O Brasil ainda tem potencial na área de parques temáticos que é equivalente ao que a gente tem nas cidades de patrimônio histórico. Por exemplo, o Brasil tem na arquitetura moderna e no modernismo uma de suas referências culturais. Nós não temos um centro de visita que possa encapsular essa experiência da modernidade no nosso País. Nós somos um dos maiores parques automobilísticos e fábricas do mundo, e nós não temos. E aí, Senadora, não também na área de alimentos. Somos um dos maiores produtores de alimentos do mundo, nós não temos um centro de experiência que seja educativo, mais ou menos em termo de experiência sobre o alimento. O Brasil avançou na tecnologia da soja, do café. Porque não fazer como a Suíça que tem o *Alimentarium*. Eu estive, recentemente, com representantes de um grupo suíço na área de alimentos. A Suíça tem um prédio em que é uma experiência, é uma viagem ao mundo da nutrição, do alimento. Aproveitando que nós

somos uma potência alimentar, porque não também tematizar e estar dentro dessa linha da criatividade, da inovação, da inventividade que o brasileiro tem?

São tantos outros. Nós não temos um parque bio-amazônico, em que você tenha essa possibilidade de uma experiência desse mundo amazônico, da forma que outros Países souberam fazer essas experiências tematizadas para o turismo.

E o Sr. tem razão sobre a necessidade de uma aproximação nossa, do Ministério, com a SAC. O Plano de Desenvolvimento Regional colocou, sem dúvida, esse desafio na ordem do dia, do Brasil expandir a sua conectividade. Eu vejo aqui o Senador Wellington Fagundes, Senadora Simone Tebet, também mencionando esse desafio que são dessas áreas mais remotas, isoladas, e que não podem estar desconectadas. Mas é preciso, para isso, que o turismo possa fazer parte desse pensamento estratégico da expansão da conectividade aérea no Brasil.

Mas não apenas para os destinos turísticos. E aí onde é que a gente, olhando o mapa do dinamismo da economia brasileira, você vai encontrar no Mato Grosso do Sul, no Mato Grosso, no Tocantins, como aqui foi mencionado, cidades que estão crescendo a taxas chinesas, que dobraram, triplicaram a população, que geram negócios e que estão desconectadas também. A produtividade da economia brasileira vai depender desse País transformar a aviação em um serviço de utilidade pública, porque assim nós vamos ter economias mais integradas e cidades que têm potencial turístico e econômico fazendo parte do *mainstream* da economia, do centro da economia brasileira.

O Senador Elmano Férrer toca no ponto que eu tinha mencionado. Esse olhar para esse segmento e para uma demografia do Brasil que aponta para uma terceira idade mais ativa, que faz academia, que sai, que viaja, que quer viajar. E as nossas pesquisas todas apontam um crescimento grande através da participação em cruzeiros, da participação em pacote específico. Portanto, esse é um olhar que o Ministério tem. Nós temos um programa, nós precisamos turbinar esse programa, ampliando ainda mais a oferta para esse segmento demográfico.

Senador Donizeti, sem dúvida, agradecer aqui as palavras e reconhecer esse potencial não apenas turístico, do Tocantins, mas esse País quase que o Brasil tem. O Matopiba é um outro continente, de uma dinâmica de crescimento que envolve o seu querido, o nosso querido, Piauí, Senador, a Bahia, o Maranhão e o Tocantins, e essa região cresce não apenas no potencial turístico, e, sobretudo, temos que olhar a integração logística. Não podemos mais cometer os erros do passado, quando construímos hidrovias que não permitiram, por exemplo, a geração de energia, não permitindo o transporte hidroviário. Não podemos pensar no transporte hidroviário de cargas e *commodities* sem pensar também que o Brasil tem um interior aquático, que pode ser conectado do ponto de vista turístico.

As ilhas fluviais que este País tem, a beleza que está o interior deste Brasil é gigantesca. Aqui me reporto ao que nós já temos de turismo de pesca e náutica no seu querido Estado, Senadora Simone, que envolve também uma área de fronteira, mas é uma das áreas mais interessantes do ponto de vista do turismo náutico de águas interiores do nosso País.

Senador Moka, permanente parceiro e que me traz sempre, assim como a Senhora e demais Parlamentares, o Mato Grosso do Sul como uma das joias, o Mato Grosso também, da nossa oferta turística, sem dúvida, sem rodovia, sem conectividade, sem qualificar. E aqui me comprometo...

O Secretário Nurvaldo está aqui presente. Quando chegamos ao Ministério, eu perguntava se o Secretário já estava, o Secretário Alberto também... Começamos a nos interpelar: onde estão essas obras? Onde estão essas 16 mil obras? Fomos ver que uma coisa tão simples como a geolocalização das obras não está em nenhum projeto, hoje, do Governo Federal. Eu disse à Presidenta Dilma: Presidenta, se a senhora perguntar onde está tal centro de convenção, tal estrada, tal terminal rodoviário, não consigo localizar no mapa, sendo assim não poderíamos nem fazer um levantamento exatamente para ver a necessidade de trechos de rodovias que precisam ser complementados. Há décadas, em Santa Catarina, existem trechos que estão por serem concluídos, e em outros Estados também.

Então, essa solicitação que a senhora faz de apresentarmos esses eixos estratégicos de investimentos vai nos ajudar, e aos senhores, a poder fazer a locação adequada.

Eu acho que tem razão o Senador Dário Berger quando aponta a necessidade de uma maior velocidade nesse ciclo, mas, fundamentalmente, de uma priorização e de um ajuste adequado de recursos para que possamos continuar crescendo.

Senadora Fátima Bezerra, também parceira do turismo, nos trouxe recentemente essa reivindicações que aponta.

Imaginem que Pipa, em Timbau do Sul, que é também um dos trechos mais bonitos do litoral nordestino, há mais de década, está à espera da conclusão de um trecho de rodovia. O privado já investiu, o setor produtivo já investiu, no entanto, não tivemos condições de complementar essa infraestrutura.

Creio que com isso todos os temas foram abordados.

Quero dizer, querido Senador e Senadores desta Comissão, que me honra muito, e estou à disposição, como coloquei ao Senador Davi Alcolumbre, primeiro, porque é dever de um gestor público atender ao convite de comissões temáticas, relacionadas à nossa Pasta e, segundo, porque esse relacionamento com os senhores vai me ajudar e ao turismo brasileiro a ter essa definição de prioridade na agenda econômica. Que possamos ter questões que não sejam tabus para serem discutidas. Por isso, como Ministro de Estado, eu não hesito em apontar os desafios e oportunidades, mas também os entraves, porque é assim que vamos avançar. Se escondermos debaixo do tapete, não chegaremos nunca aonde precisamos chegar. Por isso, essa agenda intragoverno, Senador Anastasia, é absolutamente vital que seja resolvida.

Enfim, há pertinência de o turismo ser tratado, no campo do desenvolvimento regional, como eixo estruturador de destinos que geram externalidades para as economias locais. Sem dúvida, temos uma janela de oportunidades relacionada ao câmbio, ainda que tenhamos que analisar com relatividade isso, porque, para alguns setores, o câmbio elevado vai significar encarecimento dos custos. O setor aéreo, por exemplo, tem uma dívida de *leasing* de aviões dolarizada, o querosene está dolarizado. Portanto, não é tão óbvio, para alguns setores, que tenhamos uma redução de custos, no entanto, o senhor tem toda a razão: com o câmbio acima de três, facilita podermos fazer um trabalho, reforça essa intenção de mostrar que o Brasil pode ser um destino internacional com maior volume de turistas.

Temos o mercado interno, que está se mostrando crescente. Temos a oportunidade dos Jogos Olímpicos. Desafios enormes, portanto, na qualificação, na melhoria da infraestrutura, mas, sobretudo, é necessário destravar o que chamo de cerrado turístico, ou seja, esse grande potencial que a agricultura soube converter, há três décadas, em vantagens comparativas, em vantagens competitivas.

Dá para fazer, no turismo, com um esforço de articulação de políticas integrando-se às demais e tomando a decisão de alocar recursos nas áreas prioritárias e mais certas, sem se esquecer, evidentemente, deste Brasil, que é continental e que tem destinos emergentes, regiões econômicas emergentes. Portanto, mais do que nunca, é um trabalho de desenvolvimento regional associado ao desenvolvimento do turismo, que se torna evidente e necessário.

Agradeço pela oportunidade e me coloco à disposição não apenas para um trabalho em outros momentos desta Comissão, mas, sobretudo, para circular pelo País, como foi brilhantemente sugerido aqui. Essa é uma grande ideia, aproxima este mundo real do mundo aqui da reflexão, do debate político e da gestão pública. De maneira que fico muito feliz de poder me juntar a esta iniciativa.

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Nós, em nome da Comissão, é que agradecemos a V. Ex^a. E gostaria de tornar público que, desde o primeiro momento em que procuramos o Ministro Vinicius, para vir a esta Comissão, ele se colocou totalmente à disposição para este debate. E queria parabenizá-lo, Ministro, pelo debate franco, pela explanação honesta, sincera e realista da atual situação por que passa a pasta que V. Ex^a controla.

Então, em nome de nossa Comissão, ficamos muito agradecidos e, com certeza, à disposição ao que V. Ex^a coloca publicamente a esta Comissão. E há disposição dos Senadores e Senadoras desta Comissão em debater esse tema importante em uma das Comissões desta Casa que é a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal. Esta Comissão é de suma importância para o fortalecimento das regiões brasileiras, para o fortalecimento da economia, porque, pelos números apresentados, vemos que o turismo gera muita riqueza para o País, gera muito emprego para o Estado brasileiro, para as pessoas.

Com certeza, este é um papel fundamental que V. Ex^a representa hoje aqui, ao colocar o Ministério à disposição dos Senadores que fazem parte desta Comissão e do Congresso Nacional. E, ser realista, da forma como V. Ex^a foi, faz com que tenhamos ainda mais compromisso com este País, com o desenvolvimento regional e com o turismo brasileiro. Então, em nome da nossa Comissão, em nome de todos os membros da Comissão, dos Senadores que participaram, das Senadoras que participaram, dos questionamentos que foram feitos e da paciência de V. Ex^a, que está indo para uma solenidade com a Presidente da República, agradeço a sua disposição de vir a esta Comissão.

E declaro encerrada a presente reunião de audiência pública, antes convocando reunião, para que possamos fazer a eleição do Vice-Presidente desta Comissão. Está encerrada a audiência pública.

(Iniciada às 9 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 25 minutos.)

ATA DA QUARTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM DEZOITO DE MARÇO DE 2015, QUARTA-FEIRA, APÓS A TERCEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, ÀS ONZE HORAS E VINTE E NOVE MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 07 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às onze horas e vinte e nove minutos do dia dezoito de março de dois mil e quinze, na sala de reuniões número sete da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Davi Alcolumbre, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Walter Pinheiro, Simone Tebet, João Alberto Souza, Antonio Anastasia Wellington Fagundes, Elmano Ferrer, Donizeti Nogueira, Fátima Bezerra, Garibaldi Alves Filho, Dário Berger e Eduardo Amorim. Deixam de comparecer os Senadores, Humberto Costa, Gladson Cameli, José Maranhão, Ricardo Ferraço, Tasso Jereissati, José Medeiros e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente Reunião tem como objetivo a eleição do Vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo para o biênio 2015/2016. O Presidente, Senador Davi Alcolumbre, comunica que o Senador João Alberto Souza foi indicado pelas Lideranças Partidárias para Vice-Presidente da CDR. Por solicitação do Presidente da Comissão e entendimento com o Colegiado é dispensada a Eleição por votação nominal para que seja feita por aclamação. A Presidência proclama o resultado, empossa o eleito e o convida para sentar-se à mesa. Após as considerações iniciais do Presidente Senador Davi Alcolumbre, usa da palavra o Senador João Alberto Souza, já como Vice-Presidente. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e três minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário da Secretaria de Apoio da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Davi Alcolumbre**, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 3ª Reunião da Comissão.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata já está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à eleição de S. Ex^a o Sr. Senador Vice-Presidente da Comissão, para o biênio 2015-2016, nos termos do disposto no art. 86, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Gostaria de comunicar aos Senadores e às Senadoras que foi registrado, até o presente momento, o seguinte candidato a Vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal: o eminente Senador João Alberto Souza, do PMDB do Maranhão.

Consulto os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras se podemos proceder à eleição por aclamação, haja vista que há um consenso, um entendimento entre os Líderes partidários na indicação do ilustre Senador, que muito nos honra com sua participação nesta Comissão.

Não havendo objeção dos Srs. Senadores e das Sr^{as} Senadoras, declaro eleito e empossado o Senador João Alberto Souza, como Vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado.

Convido o Senador eleito para ocupar seu lugar à mesa e, em seguida, usar da palavra.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB - MA) – Vice não fala.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Quero agradecer a participação e a presença dos Senadores, agradecer o entendimento que prevaleceu nesta Comissão e dizer ao Senador João Alberto que, com a experiência que V. Ex^a tem nesta Casa, com o conhecimento que V. Ex^a tem do Senado Federal, muito vai nos honrar a participação efetiva e permanente de V. Ex^a na condução dos trabalhos da nossa Comissão. Tenho certeza de que V. Ex^a vai colaborar de forma decisiva para que possamos, à frente desta Comissão e ao lado de V. Ex^a, conduzir esta Comissão, que tem uma importância muito grande para o desenvolvimento regional e para o turismo no nosso País.

Nos termos do art. 60 do Regimento Interno da Casa... Já passamos esta parte.

Utilizando o argumento do nosso Vice-Presidente, que foi bem rápido nas suas manifestações, também esta Presidência, nada mais havendo a tratar, declara encerrada a presente reunião, aproveitando para convidar a todos para reunião de audiência pública, a ser realizada na próxima quarta-feira, dia 25 de março, com a presença do Ex^{mo} Sr. Gilberto Kassab, Ministro de Estado das Cidades, que virá a esta Comissão participar da audiência pública, conforme acordo feito entre a Comissão e o Sr. Ministro.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 11 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 33 minutos.)

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 1ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 4 DE MARÇO DE 2015.

Às nove horas e dezessete minutos do dia quatro de março de dois mil e quinze, na Sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência Eventual da Senadora ROSE DE FREITAS e sob a Presidência da Senadora ANA AMÉLIA, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes Senadores: WALDEMIR MOKA, DÁRIO BERGER, SÉRGIO PETECÃO, ACIR GURGACZ, DONIZETI NOGUEIRA, DELCÍDIO DO AMARAL, RONALDO CAIADO, JOSÉ MEDEIROS, WELLINGTON FAGUNDES, BLAIRO MAGGI, LUIZ HENRIQUE, PAULO ROCHA, LASIER MARTINS, FLEXA RIBEIRO, DOUGLAS CINTRA, BENEDITO DE LIRA, JOSÉ PIMENTEL e VANESSA GRAZZIOTIN. Deixa de comparecer o Senhor Senador Zeze Perrella. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião destinada à instalação e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA para o biênio 2015/2016, nos termos do artigo 88 do Regimento Interno do Senado Federal - RISF. A Senhora Presidente Eventual, Senadora Rose de Freitas, comunica o recebimento do Memorando nº 045/2015/GLDPP, de 02 de março do corrente, subscrito pelo Senador Benedito de Lira, Líder do Partido Progressista (PP), que indica a Senadora Ana Amélia para a Presidência, e o recebimento do Ofício nº 007/2015/GLDPDT, de 25 de fevereiro do corrente, da Liderança do PDT, que indica o Senador Acir Gurgacz para a Vice-Presidência desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal. A Senadora Rose de Freitas consulta a Comissão se concorda em proceder à eleição dos indicados por aclamação, haja vista não haver outras indicações. Desta forma, são eleitos, por aclamação, a Senadora Ana Amélia para Presidente e o Senador Acir Gurgacz para Vice-Presidente da CRA. A Senadora Rose de Freitas passa a presidência da Comissão à Senadora Ana Amélia, que em seu pronunciamento agradece a honra com que foi distinguido pelos seus pares para presidir tão importante Colegiado e tece considerações acerca da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Fazem uso da palavra, os seguintes Senadores: Waldemir Moka, Luiz Henrique, Blairo Maggi, Flexa Ribeiro, Lasier Martins, Wellington Fagundes, Rose de Freitas, Donizeti Nogueira, Douglas Cintra, Dário Berger, José Medeiros e Ronaldo Caiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e dois minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora Ana Amélia, Presidente da CRA.

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Bom dia a todos.

Queria declarar aberta a 1ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à instalação e à eleição do Presidente e do Vice-Presidente desta Comissão para o biênio 2015-2016, nos termos do art. 88 do Regimento Interno do Senado Federal.

Comunico também o recebimento do Memorando nº 045, de 2015, da GLDPP, datado de 02 de março do corrente, subscrito pelo Senador Benedito de Lira, Líder do Partido Progressista (PP), o qual indica a Senadora Ana Amélia para a Presidência desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal.

Comunico o recebimento do Ofício nº 007, de 2015, também da GLDPDT, datado de 25 de fevereiro do corrente, da Liderança do PDT, que indica o Senador Acir Gurgacz para a Vice-Presidência desta Comissão.

Passamos, então, à eleição do Presidente e do Vice-Presidente desta Comissão.

Consulto inicialmente as Sras e os Srs. Senadores se podemos proceder à eleição dos indicados por aclamação, tendo em conta que não existe nenhum pleito ou manifestação contrária. Não existe também qualquer outra forma de indicação.

Desta forma, podemos proclamar a eleição?

Todos estão de acordo? *(Pausa.)*

Proclamo eleitos, por aclamação, a Senadora Ana Amélia para Presidente e o Senador Acir Gurgacz para Vice-Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal para o biênio de 2015-2016.

Então, convido, com muito prazer, a Sr^a Senadora Ana Amélia e o Sr. Senador Acir Gurgacz para tomarem assento à mesa. (*Palmas.*)

Quero dizer da minha satisfação, como também Senadora desta Casa, de que uma mulher presida a mais uma comissão tão importante como esta, a Senadora, com a sua competência. (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. PP - RS) – Meus caros colegas e amigos, porque esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária fez uma relação de amizade com os seus membros:

Queria agradecer muito à Senadora Rose de Freitas pela gentileza de aqui ter feito a reunião de eleição sucessória, ao PDT pela indicação do Senador Acir Gurgacz e, sobretudo, ao meu Partido – e esta aqui o nosso Presidente, nosso Líder, Benedito de Lira – pela indicação do meu nome para Presidente desta Comissão que tem tanta relevância no nosso País.

Queria também agradecer a todos os Senadores e Senadoras que, com seu aplauso e por aclamação, dispensando a votação pela urna, identificam propósitos com muita afinidade no debate dos problemas da agricultura familiar, da reforma agrária, dos assentamentos, cujos problemas são grandes e já estão sendo debatidos nesta Comissão, e vão continuar, e também dos problemas vividos pelas cooperativas, pelo sistema cooperativista, pelo médio produtor e por toda agricultura brasileira, pelos grandes produtores. Não podemos estigmatizar, porque o Brasil precisa de todos da mesma forma, precisa de todas as regiões. Temos os minifúndios catarinenses. Temos as extensões maiores no Brasil central. Temos o semiárido e a região árida nordestina. Temos a Amazônia com seus problemas também de preservação e sustentabilidade ambientais – e o Senador Acir, nosso Vice-Presidente, é de Rondônia. Penso que teremos enormes desafios a enfrentar, mas a coragem que nós, Acir e eu, teremos aqui é sustentada pelo apoio dos colegas que nunca faltaram, e estou daqui desde 2011.

Por iniciativa do Senador Acir, quando presidiu a CRA, foram criados momentos muito relevantes. Foi uma iniciativa louvável que vamos intensificá-la. Foram as audiências, os debates temáticos às sextas à tarde. Isso permitiu que a Comissão percorresse o Brasil em algumas regiões, o que será intensificado neste ano e no ano que vem para termos uma presença no Pará, do Senador Flexa, no Mato Grosso, do Senador Blairo, no Mato Grosso do Sul, no Tocantins, da Senadora que está chegando à Casa, no Espírito Santo, do Delcídio, da Rose, em Santa Catarina, do nosso querido Luiz Henrique e do Dário Berger, que é membro titular. Vamos compor, então, esse trabalho.

Hoje, neste momento, o Brasil está vivendo um problema grave com o movimento dos caminhoneiros em que o setor agrícola foi, digamos, o mais diretamente afetado, seja o abastecimento da ração para os aviários, para os criatórios de suínos, seja para a entrega do leite tirado nas pequenas, médias ou grandes propriedades que não chegou e estragou, foi jogado fora. São problemas sérios também na produção da agroindústria brasileira. Evidentemente, vamos apoiar a iniciativa da Comissão de Direitos Humanos, do Senador Paulo Paim, que logo fará um debate lá, e convido a Comissão, os membros que poderão estar presentes, porque o tema interessa a esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Antes de passar a palavra ao Senador Waldemir Moka, queria renovar o sincero agradecimento a todos os Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras e dizer, meu caro Benedito, que vou honrar essa indicação feita pelo Partido com todo o meu esforço possível e com o apoio dos caros colegas.

Muito obrigada.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senadora Presidente Ana Amélia; Senador Vice-Presidente, meu caro amigo Acir Gurgacz; Senadora, eu percebi que V. Ex^a veio de verde, quer dizer, V. Ex^a é uma daquelas pessoas articuladas. Ressalto hoje, primeiro, a elegância da nossa Presidente.

Em segundo lugar, quero desejar a V. Ex^a e ao Acir que, nos próximos dois anos, a exemplo do que aconteceu... Eu aproveito para saudar o ex-Presidente aqui presente, Benedito de Lira. Esta Comissão, embora pequena, é uma Comissão muito atuante, muito combativa.

Em relação a essa questão da greve dos caminhoneiros, o Senador Blairo, o Presidente, criou uma comissão para a gente monitorar. Fazemos parte: eu; o Blairo; o Elmano, do Piauí; e a Senadora Lúcia Vânia, de Goiás. O Senador Blairo tem participado praticamente diretamente dessa comissão.

Eu queria discutir, queria até propor aqui, o requerimento está chegando, que se faça uma audiência pública, primeiro, em solidariedade ao movimento dos caminhoneiros para discutir com o caminhoneiro mesmo, com aquele que está no chão, com representantes do dia a dia. É claro que nós também vamos ter aqui a representação dos grandes transportadores, mas é fundamental que o chamado autônomo, aquele que tem um caminhão, Senador Acir Gurgacz, ou dois, ou três, possa discutir o impacto que um movimento como esse acaba trazendo para o segmento, para todos os segmentos, mas, de uma forma muito especial, ao segmento da agropecuária, porque é uma coisa que...

Nós estamos num País em que a logística se baseia no transporte rodoviário e um movimento como esse realmente traz prejuízos muito grandes. Mas eu insisto em dizer que nós temos de ter solidariedade. E nessa audiência pública, acho que nós tínhamos de discutir políticas públicas para médio e longo prazo, porque esse assunto é mais complexo do que a gente imagina. Essa questão do frete, de tabelar frete é uma coisa complicada. Não estou dizendo que é impossível, mas é difícil.

A oferta de crédito que o Governo fez certamente com a intenção de ajudar acabou causando uma distorção. Alguns segmentos que só produziam, com a oferta de crédito, perceberam que podiam também comprar o caminhão e transportar o próprio produto. E, de repente, nós temos uma oferta muito grande de caminhões e isso deprimiu o preço da carga. Quando se aumentou o valor do óleo diesel, o custo do óleo diesel passou a representar mais de 60% do valor do preço do frete. E aí a equação não fecha.

Quero elogiar, pela iniciativa, o Governo também. Acho que o Governo conversou, tem conversado, é preciso reconhecer isso, a Presidente sancionou a lei sem vetos, algumas coisas avançaram. Mas estou dizendo que, para não sofrer logo ali um outro movimento como esse, precisamos nos antecipar e discutir numa audiência pública os principais problemas.

Então, eu queria propor aqui, Senadora – até o final da reunião entrego o requerimento –, a realização de uma audiência pública com representantes dos setores produtivos, mas principalmente com representante dos caminhoneiros, para que a gente possa discutir aqui, numa audiência pública, os vários problemas desse segmento.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. PP - RS) – Eu queria agradecer a manifestação do Senador Moka e dizer que o requerimento, Senador, será apreciado na segunda reunião desta Comissão, porque a primeira é apenas para posse. Em seguida, faremos uma reunião deliberativa. E chega em muito boa hora.

Queria também fazer uma sugestão. V. Exª fez referência a uma comissão indicada pelo Presidente que está tratando dessa questão da greve dos caminhoneiros. Eu proporia que também a Comissão de Agricultura, na medida em que ela tem impacto sobre isso, participasse e que pelo menos os membros da comissão especial que aqui estão, Senador Blairo e Senador Moka, tenham, nesta Comissão, o apoio para o trabalho que estão realizando.

Estão inscritos o Senador Luiz Henrique, que tem falado muito sobre esse tema, o Senador Blairo Maggi e o Senador Flexa Ribeiro.

Saúdo o Senador Dário Berger que está chegando à nossa Comissão.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Nobre Senadora Ana Amélia, nobre Senador Acir Gurgacz e Srs. Senadores, em primeiro lugar, Senadora Ana Amélia, vê-la ocupar esta Presidência me traz muita satisfação. Acompanho há anos para não dizer há décadas, pelo menos há duas décadas, a sua luta como comunicadora, exaltando o setor rural. O programa que V. Exª dirigia, de alta qualidade, foi um veículo importante para a melhoria das condições do campo, para o aumento da produtividade, para todos os ganhos que nós tivemos e que nos faz hoje exaltar a agricultura como aquela que representa 25% do PIB e 40% das exportações nacionais.

Queria me solidarizar com o Senador Waldemir Moka e fazer uma sugestão, já que essa questão dos caminhoneiros envolve frete, envolve combustível, envolve IPVA, envolve seguro, envolve uma série de fatores complexos da econômica: que essa audiência pública fosse conjunta com a de Assuntos Econômicos para que nós pudéssemos, efetivamente, fazer uma radiografia mais profunda dessa questão tão relevante para o País. O transporte rodoviário, lamentavelmente, em um País que secundarizou, terceirizou o transporte hidroviário de longa distância, o transporte marítimo de cabotagem e o transporte ferroviário, hoje é essencial para o abastecimento do povo brasileiro.

Eu conversava, no último sábado, com a Embaixadora da Áustria, Drª Marianne Feldmann, e ela me dizia que, na Europa, o abastecimento é feito em um raio de 150 quilômetros. No Brasil, o frango e o suíno são alimentados, no oeste catarinense, com grãos que vêm do Brasil central, vêm de Mato Grosso, e depois o frango vai para o Acre. Há um passeio de mercadorias que, por si só, torna relevante o transporte rodoviário.

Eu vi que, na medida sancionada pela Presidente, a nova lei autoriza até 12 horas de jornada mais quatro de horas extras. O caminhoneiro é um herói, dirigindo, pacientemente, resistentemente, durante 12 horas e agora até 16 horas, legalmente permitido. Então, esse é um assunto da maior relevância.

Quero também assinalar a relevância desta Comissão e da agricultura, aliás, essa relevância é histórica. Eu fiz uma pesquisa agora para um artigo que publico nos jornais de Santa Catarina a respeito da origem do domingo. O domingo foi instituído como o dia de repouso obrigatório em 7 de março de 321 pelo primeiro imperador católico romano Constantino I. E o que dizia no decreto? É proibido o trabalho aos domingos, salvo para os agricultores, que necessitam ter atividade em todos os dias da semana. Então, há 1.694 anos o impera-

dor romano já evidenciava uma exceção aos agricultores, tendo em vista a dureza do seu trabalho e a necessidade de ele estar no campo todos os dias da semana.

Parabéns a V. Exª e embora Suplente, quero estar aqui assiduamente para prestigiá-la na condução desses trabalhos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. PP - RS) – Eu agradeço muito, Senador Luiz Henrique, pelo estímulo das declarações e pelo ensinamento sobre o significado do domingo. E é muito bom a gente saber mais coisas da história.

Eu queria saudar também a presença do Senador Douglas Cintra, que é do PTB de Pernambuco; o Senador Lasier Martins, do PDT do Rio Grande do Sul; o Senador Wellington Fagundes; o Senador Donizeti Nogueira, do Tocantins; o Senador Paulo Rocha, que esteve aqui no começo e pediu para sair. E os demais Senadores que eu já havia saudado: o Senador José Pimentel e o Senador Delcídio do Amaral.

Passo a palavra, agora, para o Senador Blairo, e em seguida para o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Bom dia, Presidente. Quero cumprimentar V. Exª pela eleição, assim como o Senador Acir pela Vice-Presidência, e dizer, Senadora Ana Amélia, que a Comissão que V. Exª vai comandar – já está comandando – e da qual somos membros é de extrema importância para o dia-a-dia das pessoas, para a economia nacional e para o cidadão.

Tem um ditado que diz que pelo menos uma vez na vida você precisa de um médico, de um advogado ou de um arquiteto, mas três vezes ao dia você precisa de um agricultor. Então, veja bem a Comissão de que V. Exª está à frente. É uma Comissão importante e nós daremos a V. Exª todo o apoio.

Eu, o Senador Moka, o Senador Luiz Henrique e o Senador Flexa fizemos parte desta Comissão. Estamos aqui todas as quintas-feiras. Como dizia o nosso querido ex-Senador Jayme Campos – para quem está chegando hoje –, aqui tem a turma que tira o leite e os que tomam o leite, mas tem uns que buscam a vaca, que chegam mais cedo ainda. Então, aqui nesta Comissão é assim que funciona.

Eu gostaria de, além de cumprimentar e desejar um bom andamento para esta Comissão, o que tenho certeza absoluta de que vai acontecer, falar um pouquinho dessa questão que o Senador Moka e o Senador Luiz Henrique já colocaram, da greve. Não é nem mais greve, mas um movimento, uma insatisfação que hoje ocorre com os transportadores, os motoristas.

Tive a oportunidade, na sexta-feira, de ir a alguns piquetes no Estado do Mato Grosso e me surpreendi com o grande número de demandas dentro desse movimento. Não é um movimento só pelo óleo diesel, só pela baixa de frete, mas é um movimento, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, de reivindicação, de uma maneira geral, até da condição de trabalho de cada um desses trabalhadores do volante que rodam nas estradas brasileiras.

Então, nós não vamos conseguir acalmar esse movimento, levá-lo de volta ao trabalho puro e simplesmente olhando o trabalho, sem nos preocuparmos com uma série de coisas que vão passar por esta Comissão de Agricultura, vão passar pela Comissão de Direitos Humanos, pela Comissão de Assuntos Econômicos, pela de Infraestrutura. É muito complexo tudo que está acontecendo.

A lei aprovada pela Presidenta, que era desejada pelos motoristas, é importante. Não há mais uma reclamação sobre ela, mas me assusta um pouco é a reação daqueles que são contrários a essas atividades, como, por exemplo, nesta semana, no Jornal Nacional, que assisti uma matéria, e, aliás, vi, hoje, pela manhã, já, também, num grande jornal, uma chamada de uma associação dos concessionários e rodovias, reclamando. E essa reclamação, Senadora Ana Amélia, já começa para pedir aumento do pedágio, certo? Porque eles dizem o seguinte: pediram um aumento de 10% no peso que trafega nas rodovias. Não! Não é isso! Não foi isso que foi autorizado; o que foi autorizado é a diferença entre eixos para 10%, que era de 5%. Toda a legislação do Mercosul é de 10%; só a nossa era de 5%. Então, isso cria problemas com nossos vizinhos.

Outra situação. Os caminhões saem carregados das fábricas, quer seja de fábricas industriais, quer seja de fazendas e de armazéns que beneficiam grãos. Todas as balanças nossas são balanças inteiras. São balanças de 25 metros, de 28 metros. O caminhão é pesado inteiro, por peso bruto. O caminhão carrega 70 toneladas. Ele não pode carregar mais do que isso; ele não carrega mais do que isso.

Agora, quando o caminhão chega às rodovias, Senador Luiz Henrique, os pesos são verificados por eixo. Então, se colocarmos 40 toneladas num caminhão e não colocarmos na posição correta, ou se essa carga andar um pouco, como, por exemplo, no caso do caminhão carregado de boi, o carro não vai ficar parado no lugar certo. Um caminhão carregado de suínos se movimenta. Há as divisões dentro dos caminhões, mas eles se movimentam, são seres vivos.

Quando se carrega soja ou milho, acomoda-se o conteúdo e faz-se um laço embaixo da carroceria. O que sempre se procurou nesta lei foi isto: tirar da mão da fiscalização uma interpretação errada, onde a lei não estava correta. Isso já me preocupa, porque, daí, os concessionários estão dizendo, na imprensa, que foi auto-

rizado o aumento de 10% no peso, como se um caminhão pudesse levar 50 toneladas, ao invés disso, pudesse levar 55. Não. Não é nada disso. Ele continua levando as 50 toneladas de sempre.

Pessoalmente, tenho compromisso com caminhoneiros da base, do chão, do asfalto, do volante, daqueles que trafegam todos os dias, de trazê-los aqui, para que, pelo menos, eles possam dizer aos Senadores e a esta Casa o grau de dificuldade que têm não só no grau de remuneração, mas efetivamente de condição de trabalho.

Então, Senadora, parabéns pela posse. Conte comigo cem por cento para que esta Comissão ande bem. Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. PP - RS) – Obrigada, Senador Blairo Maggi.

V. Exª traz elementos para que haja, por parte da população, uma compreensão melhor de todos os aspectos relacionados a essa paralisação.

Veja só essa questão dos eixos e do peso do caminhão. Só quem entende disso pode falar disso, porque eu ouvi o representante da entidade das concessionárias dizer exatamente isto: vai aumentar. Então, tem de aumentar para todo mundo. Eis a famosa frase: “Não tem almoço de graça”.

Então, agradeço a V. Exª e passo imediatamente a palavra ao Senador Flexa Ribeiro e, depois, ao Senador Lasier Martins.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Senadora Ana Amélia, quero parabenizá-la pela sua eleição a Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Espero que V. Exª não solicite o tratamento de Presidenta, como o fez o Senador Blairo Maggi, até para ficar bem diferente da Presidenta, porque V. Exª é uma das fiéis escudeiras dos interesses do nosso País no Congresso Nacional.

A sua eleição por aclamação já demonstra a escolha que seu Partido fez ao indicá-la para Presidente da Comissão, pela sua competência e pela determinação. Ao saudá-la, quero dizer que o Pará, hoje, é um Estado, em que o agronegócio está-se tornando importante. Somos conhecidos sempre ou pela floresta ou pelos minérios. Agora, o agronegócio está avançando. O Pará tem o quarto ou quinto rebanho bovino do País e a produção de grãos avança do norte de Mato Grosso pelo sul do Pará.

Há pouco, V. Exª saudou o Senador Blairo Maggi como de Mato Grosso, mas o Senador Blairo Maggi é do Pará também, porque ele tem inúmeros negócios e nos ajuda a desenvolver o nosso Estado.

Quero me solidarizar, como todos que já o fizeram, com o movimento, e não chamo de greve, porque não é uma greve, que os caminhoneiros estão fazendo reivindicando melhores condições de trabalho, em especial para os autônomos. Eles foram induzidos pelo Governo de plantão, quando escancarou o crédito, para que tomassem financiamentos para que pudessem comprar o seu caminhão, mas, agora, estão com dificuldade de pagar a prestação. Não são só eles, não! São centenas de milhares de brasileiros nesta mesma condição. Ainda agora foi suspenso o Minha Casa Melhor, um programa que dava R\$5 mil ao usuário do Minha Casa Minha Vida para mobiliar o apartamento, um programa eleitoral, puramente eleitoral. Ele foi suspenso. Todas aquelas “bondades”, entre aspas, feitas pelo Governo durante o processo eleitoral vão ser extintas ou alteradas, pelo que os jornais estão chamando de pacote das maldades.

V. Exª, além de estar aqui como Presidente da Comissão defendendo os interesses do Brasil, está, com sua competência, no plenário do Senado Federal, atenta para que possamos lá também colocar os interesses do Brasil acima de qualquer sigla partidária, seja ela qual for.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. PP - RS) – Senador Flexa Ribeiro, um líder representante do Pará, pelas manifestações aqui dos últimos anos, combatemos o bom combate. V. Exª tem muitos projetos importantes. Preocupado com a sustentabilidade no Pará, onde a região amazônica é relevante, com reservas de água hídras, com o debate das hidrelétricas no seu Estado, o seu cuidado e sua preocupação com as populações ribeirinhas, tudo isso está na minha memória, na agenda. Vamos continuar trabalhando juntos.

Fico feliz também em saber que o Senador Blairo está ajudando o seu Estado a crescer. Acho que é isso que ajuda o Brasil a ser cada vez maior.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. PP - RS) – É? Então, está bom. Ele saiu do Rio Grande, por isso, para fazer essas coisas.

Com alegria, passo a palavra ao Senador Lasier Martins e, em seguida, aos Senadores Wellington Fagundes e Donizete Nogueira. Passo a palavra ao Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senadora Ana Amélia, antes de mais nada, o meu entusiasmo como gaúcho em saudá-la pela investidura nessa importante Comissão. Tenho certeza de que, no Rio Grande do Sul, há uma vibração muito grande entre os produtores rurais com a sua indicação para a Presidência desta Comissão, porque todos conhecemos muito bem a sua dedicação, o seu gosto pela agri-

cultura. Ainda pela campanha eleitoral, percorrendo o Rio Grande do Sul, percebi o quanto é grande o seu prestígio entre os produtores rurais. Me acostumei a vê-la em todos os eventos, exposições, feiras de produção agrícola. Agora, teremos, no próximo fim de semana, a abertura daquela que talvez seja hoje a maior feira de agricultura do País, a Expodireto, e já soube que a senhora estará lá presente, como também estarei lá presente.

Então, é uma vitória não apenas do Rio Grande do Sul, mas do Brasil ter uma pessoa do ramo, experiente, nesta área que, para nós, particularmente, do Rio Grande do Sul, é de uma dependência muito grande. Aos colegas Senadores, se não sabem, digo aqui que o Rio Grande do Sul, na sua economia, depende 37% da produção primária. Produção primária é uma expressão que o Presidente da Farsul combate. Ele entende que não se deve dizer “produção primária”, mas “produção primeira”, porque dependemos dessa produção vitalmente.

Então, Senadora, estamos alegres. Eu fico satisfeito em estar na suplência desta Comissão. Pretendo, sempre que possível, estar aqui presente, acompanhar o seu trabalho.

Há inúmeras missões urgentes, entre elas essa dos caminhoneiros. Acho que a criação de uma comissão para tratar desse assunto é muito importante. Os caminhoneiros têm suas razões. Eles têm sido muito prejudicados. Há uma redução considerável na produção industrial no Brasil. Se há redução da produção industrial, há menos cargas. Se há menos cargas, há menos renda para os caminhoneiros. Não bastasse o aumento do diesel e o pedido deles de aumento do preço do frete, que seria uma maneira de compensar as perdas que estão tendo, nada disso acontece. Então, é importante, se esta Comissão puder, intervir nesse ramo.

Nós vivemos num país que é tido hoje como o celeiro de alimentos do mundo. Nenhum país tem espaço para produção agrícola, terras agricultáveis como o Brasil. Nenhum país tem tanta água doce como o Brasil. Então, nós podemos realmente alimentar o mundo, mas desde que se transformem as políticas ora existentes.

Nesse sentido, esta Comissão tem um papel transcendental. É a partir de um trabalho eficiente, e terá o seu comando, que nós poderemos dar a nossa contribuição.

Então, cumprimentos. Nós gaúchos estamos muito satisfeitos com a sua investidura na Presidência desta Comissão e temos certeza de que o seu trabalho será extensivo a todos os brasileiros. Cumprimentos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. PP - RS) – Muito obrigada, meu colega, amigo, conterrâneo Lasier Martins pelas estimulantes referências.

Quero dizer também que aqui nesta Casa e nesta Comissão nós temos dado um enorme espaço e apoio à Embrapa. Quando V. Exª fala da nossa potencialidade agrícola em relação à terra, à extensão das terras agricultáveis e também da nossa capacidade hídrica, nossos rios, embora essa crise que o Sudeste esteja vivendo, com a escassez de água, que impacta de novo sobre a agricultura seja outro tema sobre o qual nós temos de nos ater, quero lhe dizer que a Embrapa, nos últimos 30 anos, tornou isto possível graças à pesquisa, à ciência e à tecnologia: que a área plantada no Brasil tivesse aumentado um pouco mais, 48% e, no mesmo período, a produção de grãos, ou de comida, aumentado 248%, ou seja, um salto inacreditável; com menor área, maior produção. E vamos fazer isso com o aproveitamento das áreas que são degradadas. Essas áreas também poderão ser recuperadas para a agricultura.

Isso ficou muito claro no debate aqui nesta Comissão quando examinamos o Código Florestal. Aqui estava o Senador Moka, que foi uma das pessoas mais envolvidas com o tema. O Senador Luiz Henrique e o Senador Jorge Viana foram os relatores dessa matéria que começou com o trabalho, na Câmara, de Aldo Rebelo, por quem todos os produtores rurais têm um enorme respeito.

Passo a palavra agora, então, ao Senador Wellington Fagundes. Em seguida, ao Senador Donizeti Nogueira e ao Senador Douglas Cintra.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Da mesma forma, Senadora Ana Amélia, gostaria de parabenizá-la. Que bom ver uma mulher presidindo esta Comissão! Normalmente, o Brasil é visto, principalmente pelo meio rural, como um país machista.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. PP - RS) – Agora temos a Ministra da Agricultura.

Aproveito sua deixa para agradecer novamente a minha querida Senadora Rose de Freitas, que foi Vice-Presidente da Câmara, e também a Vanessa Grazziotin, que esteve aqui, nossa Procuradora da Mulher no Senado Federal, que nos prestigiou; ela não é membro.

Aproveito a deixa de V. Exª para sublinhar também o fato de termos uma Senadora, que é do Estado do Tocantins, titular – o Senador Donizeti chega à Casa pela posse da Senadora Kátia Abreu no Ministério da Agricultura –, que também representa bem as mulheres.

Obrigada também ao senhor.

Eu o interrompi nessa sua manifestação.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Com certeza a presença da Senadora Rose é para dar mais força a isso que estava falando.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. PP - RS) – É verdade!

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Sou também do Estado de Mato Grosso.

O Senador Blairo aqui já falou que esta semana tivemos várias reuniões aqui em Brasília e lá no Mato Grosso também com os caminhoneiros. Hoje tem muita gente discutindo essa questão dos caminhoneiros aqui na Casa e também na Câmara dos Deputados. Eu pude perceber que há uma certa vontade de todos em ajudar, mas ainda não se chegou ao caminho de como conduzir essas negociações. É claro que esse movimento começou, a meu ver, principalmente estimulado pelas empresas do ramo, além de os caminhoneiros autônomos, que vivem as dificuldades, que foram se agregando, se juntando. Não percebemos a presença de uma liderança, de um trabalho conjunto entre todos eles, inclusive para se buscar uma negociação eficiente que os atenda. Por exemplo, uma das maiores reclamações que lá tivemos foi quanto aos recursos do Moderfrota. A maioria dos caminhoneiros alega a dificuldade para conseguirem, individualmente – isso aí eu estou falando dos autônomos – um financiamento para a compra de uma carreta. Primeiro, vai ao banco e o banco dá preferência, normalmente, para a venda de grandes frotas. Então, o trabalho para aprovar a compra de 100, 200, 300 carretas, e muitos compraram quantias como essa, é a mesma para comprar um ou dois caminhões. E aí o pequeno fica lá se sujeitando, às vezes, ou a ter apenas o crédito do próprio banco e não da linha do Moderfrota, com juros mais altos, ou, segundo a afirmação deles, é que a grande maioria para pegar o financiamento teve que pagar por fora nas agências bancárias até R\$10 mil, para poder ter o seu crédito aprovado. Isso, Presidente, acho que é algo grave, inclusive precisamos levantar isso, aproveitado o momento, porque, afinal de conta, representa maior endividamento deles. Hoje, pelo que temos estimado, nós temos 1,1 milhão de caminhões nas mãos de autônomos, e nas mãos de empresas 1,2 milhão. Então, em números de caminhões, é praticamente a mesma coisa. Só que, claro, os autônomos são pequenos empresários que estão ali trabalhando diretamente para sustentar inclusive aquela situação. Eu acredito que esta Comissão não pode se furtar a isso. Portanto, quero me colocar aqui como o seu liderado para que possamos trabalhar também esse assunto da forma que a Presidência entender melhor encaminhar. Assim sendo, não vou fazer nenhum requerimento porque acredito que os Senadores Moka e Blairo já avançaram nisso, e eu quero estar junto naquilo que a Presidência entender.

Eu gostaria de apresentar dois requerimentos, Sr^a Presidente. Eu não sei como a Presidência pensa em conduzir os trabalhos da Comissão, mas indago se nós teremos a criação de subcomissões. Então, desde já, eu quero propor dois requerimentos, essa é minha iniciativa, e ficarei aguardando o encaminhamento da Presidência. Como a senhora mesma falou, a Embrapa, hoje, é uma empresa respeitada no Brasil e no mundo, uma empresa que cumpriu e cumpre um papel relevante para o Brasil na área da pesquisa. Há dois anos foi implantada, no Estado de Mato Grosso – eu sempre digo que há males que vêm para o bem, porque demorou muito a ser implantada a Embrapa no Mato Grosso –, a Embrapa, na cidade de Sinop, que conta com um *campus* moderno, equipado, já com pesquisas em diversas áreas. Por isso eu quero propor a criação de subcomissão, porque eu acho que é um grande problema da agricultura. Às vezes, o grande tem até condição própria, como, no meu Estado, temos a Fundação Mato Grosso, enfim, já está bastante autônoma em áreas de pesquisa, mas é imprescindível para o Brasil a questão da Embrapa e dos outros sistemas de pesquisas na Emateres, Empaeres, enfim. Assim sendo, eu gostaria de propor, aqui, a criação de uma subcomissão na área de pesquisa e extensão rural, já que esse tem sido o maior problema do pequeno, ou seja, o que produzir e como comercializar a sua produção. Estas têm sido duas das maiores dificuldades para o pequeno e médio produtor.

Além disso, também, Presidente, sou presidente da Frente Parlamentar de Logística, Transporte e Armazenamento. Esta Comissão começou a funcionar como Comissão Mista na Câmara dos Deputados com a presença de Senadores. O primeiro Presidente foi o Deputado Homero, que era do meu Estado, mas acabou sendo acometido por um câncer e faleceu. E coube a mim substituí-lo.

Dada a importância com que vejo essa questão, logística tem alguma coisa a ver? Com certeza tem, porque hoje a maioria do armazenamento é feita nos próprios caminhões, pois não tem armazém no Brasil. Não só para a agricultura; para toda área, mas principalmente para a agricultura.

No meu Estado, que é o maior produtor de grãos, a gente está todo ano vendendo milho armazenado a céu aberto por falta da estrutura.

Então, queria propor também aqui – e vou apresentar o requerimento – a criação de uma subcomissão de logística, transporte e armazenamento. Inclusive com o Ministro Neri Geller nós tivemos várias ações junto ao Ministério do Transporte, porque hoje todo gargalo da nossa produção, principalmente das *commodities*, não deixa de ser o frete, que é o grande impacto no custo e na retirada do lucro do produtor.

Queria propor inicialmente essas duas subcomissões, mas pronto para discutir de acordo com o que a Presidência entender da condução dos trabalhos na Comissão.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. PP - RS) – Eu agradeço muito, Senador Wellington Fagundes. E o senhor, com outro olhar sobre a crise provocada pelo movimento dos caminhoneiros, abordou vários aspectos, um deles o financeiro, da relação dos programas do BNDES. O Moderfrota foi um deles, que criou problemas inclu-

sive quanto à relação dele com a instituição financeira. O Senador Luiz Henrique sugeriu que fosse debatido, não só por conta do financeiro, mas também de seguro feito para os veículos e outros aspectos econômicos. Que se fizesse o conjunto desta Comissão com a CAE, que é a Comissão de Assuntos Econômicos, para a qual está sendo escolhido seu Presidente.

Eu agradeço muito e informo ao senhor que já existe uma subcomissão permanente, junto à Comissão de Agricultura, para tratar de biocombustíveis, específica para isso. Talvez seja o caso, pela experiência da Comissão e por serem pontuais os temas que V. Exª sugere, de que ela seja temporária porque terá começo, meio e fim do trabalho. E talvez o resultado tenha mais eficácia e efetividade.

Então, sugiro a V. Exª, e elogiando as duas iniciativas, no caso logística e transporte até... Espero que logo em seguida entremos numa deliberativa, e em uma audiência em Não-Me-Toque a gente entre também com esse aspecto de logística e com a questão da extensão rural, pesquisa e tecnologia.

Muito obrigada.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente, eu gostaria de aproveitar também para convidar os companheiros Senadores para participarem da frente. Todos podem participar e já estou mandando até para os gabinetes.

Aproveito também para convidar os nobres companheiros. Eu fui indicado pelo Bloco para ser Presidente de uma Comissão que é nova aqui no Senado, começou a funcionar há dois anos, a Comissão Senado do Futuro, um exemplo que tivemos principalmente no Chile e deu muito certo. Eu gostaria de convidar os companheiros, porque como é uma Comissão nova teremos de trabalhar para a sua consolidação.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. PP - RS) – Agradeço também aos convites, Senador Wellington Fagundes.

Passo a palavra ao Senador... Desculpe-me, Senador Donizeti. A nossa querida Rose está com a palavra, com a aquiescência e a gentileza do Senador Donizeti.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Eu agradeço a V. Exª a gentileza, porque devo estar em outra Comissão para empossar ali. Aqui são os mais velhos que fazem isso. Só para saber.

Agradecemos, Presidente, parabenizando esta Comissão por quem tem à frente, com seu dinamismo, nesse momento tão importante em que as mulheres procuram atuar em todos os momentos, em todas as frentes, sobretudo para consolidar as ideias mais importantes. No mais, quem está numa área tão estratégica como a agricultura, conhece meu Estado e sabe do que eu estou falando.

Eu agradeço e peço licença, parabenizando a Senadora e me colocando à disposição.

Muito obrigado.

A SRª ANA AMÉLIA (PP - RS) – Obrigada, Rose, pelo prestígio.

De imediato passo a palavra ao Senador Donizeti Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Senadora Ana Amélia, bom dia. E bom dia aos Srs. Senadores e Senadoras presentes.

Quero parabenizá-la pela sua eleição e posse e dizer que uma diretriz que norteia minha vida é aquela de que eu confio nas pessoas. E a senhora tem toda a minha confiança. Acredito que V. Exª fará um grande trabalho, nesta Comissão, pela agricultura brasileira, pela reforma agrária e pelos temas que dizem respeito a esta Comissão.

Eu vivi os dois lados ou os dois lugares da agricultura. Sou filho de agricultor meeiro em Minas Gerais. Aos seis anos de idade, estava com meu pai, queimando a testa, no sol, trabalhando na lavoura, na roça, porque, lá em Minas, na minha região, à época, não existia lavoura. Aliás, esse termo, na minha região, era usado quando o cara estava mal, por causa do insucesso e das intempéries climáticas.

Então, sou filho de agricultor, técnico em agropecuária e administrador de empresas. Formei-me como técnico em agropecuária no Estado de São Paulo e fui para o norte de Goiás, para ajudar a agregar tecnologia. Fui trabalhar com empresa de melhoramento de sementes, de arroz, milho e soja.

Acompanhei o plantio dos primeiros pés ou da primeira lavoura de soja do Estado do Tocantins, ainda norte do Estado de Goiás. Sou do Partido dos Trabalhadores e quero dizer que estou orgulhoso de estar nesta Comissão de Agricultura, que já teve a presença de uma Senadora do quilate e da competência da Senadora Kátia Abreu, titular do mandato que agora represento, nossa atual Ministra.

Quero dizer a V. Exª que, se não exigir ser tratada de Presidenta, pelo menos me autorize a tratá-la dessa forma, porque não tenho qualquer problema com o fato de as mulheres se apoderarem, cada dia mais, em nosso País. Acredito nessa distinção e convido os nossos Colegas Senadores a adotá-la, porque ela ajuda no empoderamento e no fortalecimento das mulheres.

Por fim, também quero parabenizar o Governo da Presidenta Dilma Rousseff em especial, que, ao invés de mandar o Exército ocupar as estradas, ou, como ocorria no passado, na greve dos petroleiros, ela tem uma mesa de diálogo com os caminhoneiros, com os empresários do setor, para poder encontrar a solução.

É através do diálogo, que este País encontra os seus caminhos; é através do diálogo, que vamos encontrar saídas, com a percepção da maioria, senão de todos, sobre o melhor a ser feito. Acredito e aposto no diálogo como o caminho para a solução dos problemas que o nosso País enfrenta e que virá a enfrentar sempre, porque as demandas vão qualificando-se e, à medida que algumas vão sendo solucionadas, outras vão aparecendo na pauta, porque, a cada dia, queremos buscar a perfeição, melhorar a qualidade de vida do povo. Isso é muito importante, porque acredito ser este o nosso papel.

Então, sinto orgulho de estar aqui e dizer que já, em seguida, na sessão deliberativa, vou propor emenda no seu requerimento que diz respeito às audiências públicas às sextas-feiras.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. PP - RS) – Agradeço muito, Senador Donizeti Nogueira, pela sua contribuição, porque a sua formação vai-nos ajudar muito com o seu conhecimento.

Eu era muito vinculada ao setor da agropecuária, porque, como jornalista, não podia ignorar a força que este setor tem para o meu Estado do Rio Grande do Sul, convivendo com o latifúndio, o minifúndio, a agricultura, a pecuária e todos os tipos de áreas, muito diversificadas.

Então, nós vamos valer-nos muito dos seus conhecimentos técnicos nesse debate. Agradeço também as referências da confiança e sei que vou contar com a sua parceria.

Penso que a semântica não tem relevância no empoderamento das mulheres, mas tem sim nas atitudes que as mulheres tomam, nos desafios a que lhes são atribuídos.

Então, nesse caso, tenha a confiança e a certeza de que não me faltará esforço e coragem para perseguir um ideal de fazer desta Comissão, com o seu apoio, o apoio coletivo dos Senadores, um resultado que seja aquele que o Brasil, a cidadania e a população esperam de nós.

Então, muito obrigada ao senhor pelas palavras e pelo estímulo também. Senador, conte conosco nesse trabalho para organizar as atividades da Comissão.

Passo a palavra, com muita atenção, ao Senador Douglas Cintra e, em seguida, ao Senador Dário Berger.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Senadora Ana Amélia, fazer nosso registro que, ao chegar a esta Casa, recebi um conselho, uma recomendação do nosso Ministro Armando para estar próximo de alguns Senadores que podem ensinar e agregar muito ao Senado e ao nosso País, e uma das pessoas primeiras que ele indicou foi V. Exª. Então, fico feliz de poder registrar esse momento e de dizer que lanço os parabéns não para V. Exª, especificamente, mas para o País e para o setor da agricultura, porque tenho certeza de que a visão que V. Exª tem do Brasil vai contribuir muito não apenas com o setor agropecuário, mas para uma visão muito mais integrada de todos os setores, o que fará que o Brasil, como um todo, possa crescer.

Nossa Região Nordeste é diferenciada, aliás, nosso Brasil é um Brasil multicultural, de diversas variações climáticas, diversas variações até humanas com relação à forma como que é tratado não só o homem do campo, mas o homem da cidade, mas sempre buscando evidentemente o melhor para eles. Pela diversidade do Nordeste, temos a característica de ter um grande potencial de fruticultura, por exemplo, além da cana-de-açúcar e de outras produções.

Então, ficamos felizes.

Quero estar ao lado de V. Exª para que possamos fazer do Brasil e da nossa Região Nordeste um novo polo de crescimento, de desenvolvimento neste setor da agricultura.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. PP - RS) – Senador Douglas Cintra, fico, em primeiro lugar, fico agradecida. Transmita pessoalmente ao Senador Armando Monteiro, meu vizinho de corredor, agora com o senhor ali na Ala Afonso Arinos, meus agradecimentos pela referência.

Pernambuco me impressiona, porque quando vi, vendendo, nas ruas de Recife, cachos de uva maiores do que os produzidos nas videiras do meu Rio Grande, fiquei impressionada. Eram cachos de uva produzidos em Petrolina, no seu Estado. É uma coisa realmente grandiosa para ser mostrada: a tecnologia, a capacidade, a coragem dos produtores. Petrolina é um exemplo da grandeza e da coragem dos nossos produtores. Pernambuco está de parabéns! Não são só os parreirais de uva de mesa, mas também toda diversificação de frutas que são exportadas, como mangas, melões, entre outras. Há uma grande variedade.

Fico muito feliz com as suas palavras. Agradeço muito e renovo ao Ministro querido, amigo Armando Monteiro, os meus agradecimentos por essas referências.

Passo a palavra ao Senador Dário Berger e, em seguida, ao meu amigo José Medeiros.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Senadora Ana Amélia, quero, preliminarmente, expressar o meu profundo respeito e admiração por V. Ex^a. Em segundo lugar, quero me associar aos demais Senadores e cumprimentá-la por essa ascensão à frente desta importante Comissão.

A impressão que tenho é que a V. Ex^a está assumindo esta Comissão em um dos momentos mais difíceis que a agricultura e o agronegócio vivem hoje no Brasil. Entretanto, são nos momentos difíceis que somos chamados a enfrentar esse problema.

Quero me associar também aos demais Senadores com relação à questão do movimento dos caminhoneiros, que percebo ser legítimo, entretanto extremamente preocupante, porque se prolonga e provoca um clima de desesperança, e é inclusive desestruturante de regiões consagradas de produção agrícola, como é o Estado de Santa Catarina. O oeste catarinense, como um celeiro de produção agrícola de Santa Catarina, tem sofrido as suas consequências de maneira muito peculiar, o que me preocupa muito. O Governo tem que ter uma resposta mais rápida, tem que negociar de maneira mais efetiva, para que esse movimento possa se arrefecer e que possamos voltar à normalidade, porque os prejuízos econômicos são incalculáveis. E o que é mais preocupante: a falta de insumos necessários para alimentar, então, os nossos rebanhos, provocando, provavelmente, uma crise sem precedentes na história de Santa Catarina.

Eu quero aqui, a exemplo do Senador Donizeti, dizer que também sou filho de agricultor. Eu nasci no interior de Santa Catarina, em Bom Retiro, e, por incrível que pareça, neste momento, a minha história é muito parecida com a dele. Até os dez anos de idade, eu também ajudava meu pai na roça. E, naquela época, a gente fazia roça roçando capoeira. A minha família era muito pobre e o meu pai também trabalhava na terra de terceiros, dividia a sua produção e vivia, sistematicamente, sofrendo com as intempéries e com a produção que efetivamente conseguia. Então, este é o momento em que, de toda sorte, retorno ao meu passado e me provoca uma certa emoção em hoje poder estar aqui na mais alta Câmara da República para discutir o futuro desse setor que é tão importante para o Brasil.

Quero ainda me associar também ao Senador Luiz Henrique, de Santa Catarina, que tem expressado a sua profunda preocupação com relação a esse assunto. Além do mais, dizer que serei aqui um guerreiro, sempre pronto para o combate e para defender sobretudo os interesses de Santa Catarina.

De forma que parabenizo V. Ex^a, desejo um grande trabalho, um profícuo trabalho à frente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para que a gente possa honrar não só os catarinenses, mas todos os brasileiros.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. PP - RS) – Muito obrigada, Senador Dário Berger, certamente um guerreiro da paz, um guerreiro do diálogo em que as armas são a palavra e o entendimento. Eu agradeço muito as suas referências. Vamos trabalhar juntos.

Agora convido para fazer uso da palavra o Senador José Medeiros, do Mato Grosso. O Mato Grosso hoje esteve presente com os três Senadores.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Bom dia, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^a Presidente e telespectadores que nos ouvem.

Senadora Ana Amélia, eu notei aqui uma coisa interessante. Parece que as nossas histórias são parecidas.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. PP - RS) – São parecidas.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PPS - MT) – O Senador colocou aqui que trabalhava na roça. Eu conheço bem a figura do meeiro, viu, Senador? As pessoas destocavam, faziam derubada, plantavam roça e depois entregavam, com o tempo, a chamada palhada, para que fosse então aquela área aproveitada para a pecuária.

O Mato Grosso tem uma similaridade, Senadora Ana Amélia, muito grande com o Rio Grande do Sul, Estado que V. Ex^a representa. Creio que as dificuldades nossas lá também são um parecidas. Quando se fala em escoamento, por exemplo, nós estamos com muita dificuldade também, Senadora. Eu até alertei em plenário, há poucos dias, que nós precisamos começar a refletir um pouco para que não fiquemos reféns de um só modal de transporte. Nós precisamos avançar.

Eu me preocupei muito ontem, Senador Moka, V. Ex^a aqui representa um Estado vizinho ao meu e a gente depende muito do setor rodoviário de transportes para escoamento da produção, eu me preocupei porque fiquei sabendo que o ajuste fiscal do Governo já impactou na questão das ferrovias. Fiquei sabendo que a Ferrovia Norte-Sul já está parando as obras. Isso é preocupante, porque é um importante corredor ferroviário, um dos primeiros que iria ligar norte e sul do País. Poderíamos, através de outras ferrovias, começar a ter um embrião de uma integração ferroviária que iria começar a nos tirar dessa dependência total do caminhão, mas já fiquei sabendo que esse ajuste fiscal está impactando nisso. E me preocupa muito, porque ajuste fiscal é uma coisa, mas começar a negligenciar a parte de infraestrutura, que já é pouca, é muito preocupante. Nós negligenciamos essa parte por muitas décadas no nosso País e agora vem esse ajuste fiscal e nos traz essas dificuldades.

Senadora Ana Amélia, falando ainda de Mato Grosso, com essa greve dos caminhoneiros, eu fiquei sabendo ontem também que algumas cooperativas chegaram a descartar 100 mil litros de leite por dia. Um prejuízo muito grande para Mato Grosso e para o País. Eu creio que V. Exª está, neste momento, com um abacaxi nas mãos, já que estamos falando em agricultura, porque nós temos uma crise aí já instalada, temos esses problemas todos. De repente V. Exª pode falar: “Mas, Medeiros, V. Exª está falando, aqui, de transporte”, mas está tudo ligado. Não há como falar em agricultura e não falar da infraestrutura.

No Estado de Mato Grosso que aqui represento, algumas pessoas me disseram o seguinte, Senador Moka: “Medeiros, você não planta um pé de feijão, o que você quer na Comissão de Agricultura?” Olha, primeiro que eu me sinto um agricultor, sou filho de pequeno agricultor e, na agricultura, não existe essa divisão de pequeno e grande. Fizeram essa divisão mais ideológica, porque agricultura é agricultura. A produção vai para a mesa das pessoas do mesmo jeito, seja do grande ou do pequeno. Ao chegar à mesa não tem como identificar se o produto veio do grande ou do pequeno. Não. Chega à mesa igual. Então, eu não tenho como representar o Estado de Mato Grosso se eu não representar a principal base econômica do Estado, pois o Estado vive basicamente da agricultura. Quando o calo aperta na agricultura todo o Estado sofre.

Então eu queria me colocar como um soldado desta Comissão, porque trabalhando bem nesta Comissão eu vou estar trabalhando bem para o Estado de Mato Grosso.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. PP - RS) – Eu agradeço muito a V. Exª, Senador José Medeiros.

V. Exª que vem da Polícia Rodoviária Federal, e já lidou pessoalmente com a questão das nossas estradas, da segurança de todos os veículos, especialmente no Estado de Mato Grosso, tendo em vista o escoamento de safra, que, a cada ano, é um dilema, eu quero dizer que o caminhão é o silo, pois nós não temos armazenagem, então o caminhão é o silo para a safra chegar ao porto. Tudo isso demanda vários setores, desde a segurança dos caminhões roubados e cargas roubadas. Então, o processo da logística é muito complexo e amplo. Essa informação que V. Exª nós dá sobre a Ferrovia Norte-Sul, para que a gente não fique com essa dependência de praticamente 100% da rodovia, o que agrava com uma movimentação e uma paralisação dessa natureza, também nos indica o caminho de fazer um grande e amplo debate sobre isso.

Eu queria agradecer V. Exª pela contribuição valiosa que dá ao debate e agradecer também a sua disposição, como aos demais Senadores, de aqui fazermos um bom trabalho.

Passo a palavra ao Senador Ronaldo Caiado, do Estado de Goiás.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Presidente, quero, em primeiro lugar, cumprimentar V. Exª. Dizer que como “chegante” a esta Casa, e já como membro titular da Comissão de Agricultura, eu me sinto imensamente honrado ao ser representado pela Senadora Ana Amélia na Presidência da Comissão de Agricultura.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. PP - RS) – Obrigada.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sou conhecedor, Senadora Ana Amélia, como mulher que é, da sua trajetória, do seu conhecimento profundo acerca da agropecuária brasileira, não só em sua origem, no querido Estado do Rio Grande, mas também pelas suas vinculações de todo esse tempo estando à frente em todos os momentos em que a agricultura passou por dificuldades, por situações delicadas, o setor sempre pôde contar com a sua voz, com a sua análise imparcial e, ao mesmo tempo, uma análise de conteúdo. A Comissão de Agricultura do Senado Federal cresce nesse momento por ter na Presidência uma Senadora do porte de V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. PP - RS) – Obrigada.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – V. Exª é uma pessoa ouvida nacionalmente. A sua voz repercute, indiscutivelmente, em todos os segmentos da sociedade. V. Exª consegue, sem dúvida alguma, ser uma verdadeira interlocutora não só do povo do Rio Grande do Sul, mas de todos aqueles que querem um Senado atuante, com Parlamentares independentes e ao mesmo tempo com capacidade intelectual de defender esse setor que é, para nós, o orgulho e é motivo de nossa luta, é motivo de vários anos em que eu estive na Câmara dos Deputados, e hoje, chegando ao Senado Federal, continuarei essa luta na defesa desse segmento.

Nós sabemos que hoje a agropecuária é um setor respeitado internacionalmente. Nós superamos todas as nossas adversidades. Hoje somos exemplo de produtividade, de qualidade, de código ambiental, de respeito a todas as técnicas mais evoluídas, sendo o setor rural o que mais absorve tecnologia neste País, portanto um setor de ponta.

Com isso, Presidente, vejo, na figura de V. Exª, aquilo que dará a esta Comissão a credibilidade para que possamos, desde agora, discutir assuntos relevantes, sejam os momentosos, como no caso dos caminhoneiros, quando precisamos refletir com muita justeza, porque os caminhoneiros necessitam do apoio do setor rural. É fundamental. Aquilo a que assistimos ontem na cidade de Camaquã, no Rio Grande do Sul, é um exemplo. As

primeiras pessoas que estão sofrendo hoje são exatamente os caminhoneiros. Essas pessoas estão sentindo de imediato o reflexo do preço do diesel na sua sobrevivência.

Esta Casa, mais do que nunca, deveria pedir ao Governo Federal que tenha bom senso, equilíbrio, que não vá para o enfrentamento com o setor – pois são pessoas trabalhadoras, honestas – e que reveja essa posição da incidência do PIS e Cofins, principalmente no óleo diesel. O que eles pedem é exatamente isso. “Ah, mas existem outras situações que foram contempladas”. Mas não existe nada que dê a eles a perspectiva de ter o mínimo de rentabilidade por mês para quitar seus compromissos. É inadmissível, inaceitável exigir que o cidadão, depois de uma política de incentivo para compra de caminhões, depois de uma política de manutenção do preço do óleo diesel e do não aumento de gasolina nem de energia elétrica, portanto, é inadmissível que essas pessoas que acreditaram na política de Governo, que estão trabalhando, de repente sejam levadas a uma situação de inviabilização completa.

Então, sabemos das dificuldades do nosso setor, mas acho que devemos ser bem justos. Em vários momentos da agropecuária já tivemos, como nossos aliados, os caminhoneiros. Agora é hora. Ninguém aqui estar defendendo a baderna, o descumprimento das regras democráticas nem o Estado democrático de direito, mas temos que garantir a eles a condição de reagir em uma situação de inadimplência que está instalada. E, ao mesmo tempo, nós, como Senadores, temos a obrigação nesta Casa de fazer com que o plenário tenha uma pauta direcionada para isso. Não é possível admitirmos que a Câmara dos Deputados já tenha um movimento articulado dentro da Frente Parlamentar, pautando totalmente a Ordem do Dia baseada no problema em decorrência dos caminhoneiros, e que o Senado Federal não tenha também essa mesma posição, priorizando, junto ao Presidente da Casa, uma pauta para que as reivindicações sejam atendidas.

Então, Presidente, eu quero, neste momento, ao encerrar, peço desculpas por me alongar nesse tema, mas outros virão, como os que o colega do Mato Grosso citou do problema nas ferrovias, nas hidrovias, enfim, problemas internacionais que teremos de enfrentar, mas vejo que nessa hora, como cirurgião que sou, não há nada melhor do que atender quem está num caso de urgência urgentíssima. E as cirurgias de rotina podemos deixar para outro dia.

Então, minha Presidente, meus cumprimentos. Muitas felicidades. Competência, capacidade V. Exª tem de sobra para presidir esta Comissão. E nós que vamos ganhar com a presidência de V. Exª.

Muito obrigado e muitas felicidades.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. PP - RS) – Agradeço muito ao Senador Caiado e sobretudo a forma como com tanta responsabilidade aborda essa questão, sublinhando a relevância de respeitar a ordem, mesmo nos momentos mais tensos desse procedimento.

V. Exª lembrou o caso em Camaquã. Lembro o Senador Donizeti, que fez referência ao Exército num determinado período, para trabalhadores, que, em Camaquã, a Força Nacional, integrada por forças de segurança, estiveram lá, havendo um enfrentamento com bombas de gás e tal.

Não queremos isso. Esse não é o caminho. Estamos vivendo difícil? Estamos. Mas também temos a noção de que não é por esse lado da violência que vamos chegar a um termo comum.

O Senador José Medeiros falou do abacaxi. Nós vamos descascá-lo juntos, Senador Medeiros.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. PP - RS) – Exatamente isso. Vamos fazer de forma coletiva para superar esses desafios.

Está na nossa pauta, e eu pediria a permanência dos colegas Senadores na Comissão, porque, em seguida, vamos passar para a reunião deliberativa, que será rápida, para apreciarmos requerimentos, oportunidade em que eu gostaria de aproveitar para passar a palavra ao Senador.

Antes, porém, eu queria renovar aos integrantes do Bloco da Maioria, formado pelo PMDB e PSD, que estão vagos um titular e um suplente. No Bloco de Apoio ao Governo: PDT e PT, há vaga para dois suplentes. No Bloco da Oposição – aqui está o Senador Caiado –: PSDB e Democratas, estão vagos dois titulares e também um suplente.

Em conversa com o Senador Cássio Cunha Lima, que nos deu a honra de vir aqui para nos cumprimentar, S. Exª falou que logo fará as indicações. Então, no caso do Bloco de Oposição, teremos uma solução mais rápida.

No Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia: PCdoB, PPS, PSB e PSOL, está vago um titular e dois suplentes. Nos demais, Bloco Parlamentar União e Força: PTB, PSC, PR e PRB, já está completo, e o PP também já está completo.

Então, conto os senhores no alerta.

Esta reunião para a composição da Mesa da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária está encerrada. Iniciaremos, imediatamente, a próxima reunião deliberativa.

(Iniciada às 9 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 32 minutos.)

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA**ATA DA 2ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 4 DE MARÇO DE 2015.**

Às dez horas e trinta e dois minutos do dia quatro de março de dois mil e quinze, no Plenário 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora ANA AMÉLIA, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes Senadores: WALDEMIR MOKA, ROSE DE FREITAS, DÁRIO BERGER, SÉRGIO PETECÃO, ACIR GURGACZ, DONIZETI NOGUEIRA, DELCÍDIO DO AMARAL, RONALDO CAIADO, JOSÉ MEDEIROS, WELLINGTON FAGUNDES, BLAIRO MAGGI, LUIZ HENRIQUE, PAULO ROCHA, LASIER MARTINS, FLEXA RIBEIRO, DOUGLAS CINTRA, BENEDITO DE LIRA, JOSÉ PIMENTEL e VANESSA GRAZZIOTIN. Deixa de comparecer o Senhor Senador Zeze Perrella. A Senhora Presidente comunica o recebimento e o encaminhamento à Secretaria-Geral da Mesa, para a leitura e autuação, do Aviso nº 26, de 2015, do corrente ano, subscrito pelo Ministro Haroldo Sedras de Oliveira, Presidente do Tribunal de Contas da União, o qual encaminha cópia do Acórdão nº 3.493, de 2014, que trata da auditoria realizada na Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), com o objetivo de fiscalizar a ampliação do sistema de transmissão de energia elétrica na Região Nordeste, mediante a execução das obras decorrentes do Leilão de Transmissão nº 03/12, da Aneel. Após a leitura do expediente, a Senhora Presidente dá início à Pauta de Deliberação dos seguintes itens: ITEM 1: **REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 1, DE 2015** – EMENTA: Requer que sejam realizados, por esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Ciclo de Palestras e Debates, Seminários e Painéis ao longo do biênio 2015/2016. Estes eventos terão como objetivo subsidiar os trabalhos da Comissão com depoimentos, análises e informações acerca do panorama da agropecuária brasileira, especialmente no que tange à sustentabilidade do meio rural, logística de transporte, sistema de armazenamento, comercialização, proteção do meio ambiente, segurança alimentar, sistema tributário e reforma agrária. Autoria: Senadora Ana Amélia. No encaminhamento, o Senador Donizeti Nogueira solicita a inclusão do sistema fundiário como tema para discussão. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento com o adendo do Senador Donizeti Nogueira. ITEM 2: **REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 2, DE 2015** – EMENTA: Requer a realização de Ciclo de Palestras e Debates, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, na Expo-direto Cotrijal 2015 - Feira Internacional, que se realizará na cidade de Não-Me-Toque, no Rio Grande do Sul, dia 13 de março de 2015, com o seguinte tema: Emplacamento de tratores: segurança no trânsito ou aumento de imposto? Para tanto sugere a participação dos seguintes convidados: Sr. Morvam Cotrim Duarte - Presidente do Conselho Nacional de Trânsito (Contran); Sr. Leonardo Machado - Assessor da Comissão Nacional de Cereais, Fibras e Oleaginosas da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Sr. Nei César Mânica - Presidente da Expodireto/Cotrijal; Sr. Carlos Joel da Silva - Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (FETAG); Sr. Luiz Moan - Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA); Sr. Carlos Buch Pastoriza - Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ); Representante da Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais (CNSEG); Sr. Ernani Polo - Secretário da Agricultura e Pecuária do Rio Grande do Sul; Sr. Alceu Moreira - Deputado Federal (autor do PLC 57/2013). Autoria: Senadora Ana Amélia e Senador Lasier Martins. No encaminhamento, o Senador Donizeti Nogueira solicita a inclusão de representante do Ministério dos Transportes e o Senador José Medeiros solicita a inclusão de representante do Departamento de Polícia Rodoviária Federal. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento com os adendos dos Senadores Donizeti Nogueira e José Medeiros. EXTRAPAUTA: ITEM 3: **REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 3, DE 2015** – EMENTA: Requerem, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no Plenário desta Comissão, com o objetivo de debater sobre o Movimento Nacional dos Caminhoneiros e seu impacto no setor produtivo, em especial sobre o agronegócio brasileiro, convidando o Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência, Sr. Miguel Soldatelli Rossetto, o Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA, Sr. João Martins da Silva Júnior e o Presidente da Organização das Cooperativas do Brasil - OCB, Sr. Márcio Lopes de Freitas e representantes do Movimento dos Caminhoneiros. Autoria: Senadores Waldemir Moka, Blairo Maggi e Ronaldo Caiado. No encaminhamento, os Senadores Ronaldo Caiado, Waldemir Moka e Donizeti Nogueira usam da palavra. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e oito minutos, lavrando eu, Marcello Varela, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora Ana Amélia, Presidente da CRA.

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. PP - RS) – Declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado e a 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Comunico o recebimento do Aviso nº 26, de 2015, do corrente ano, subscrito pelo Ministro Haroldo Se-dras de Oliveira, Presidente do Tribunal de Contas da União, o qual encaminha cópia do Acórdão nº 3.493, de 2014, que trata da auditoria realizada na Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), com o objetivo de fiscalizar a ampliação do sistema de transmissão de energia elétrica na Região Nordeste, mediante a execução das obras decorrentes do Leilão de Transmissão nº 03/12, da Aneel.

O expediente lido será encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa para a leitura e autuação.

A presente reunião destina-se à apresentação das seguintes matérias:

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 1, DE 2015

– Não terminativo –

Requer que sejam realizados, por esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Ciclo de Palestras e Debates, Seminários e Painéis ao longo do biênio 2015/2016. Estes eventos terão como objetivo subsidiar os trabalhos da Comissão com depoimentos, análises e informações acerca do panorama da agropecuária brasileira, especialmente no que tange à sustentabilidade do meio rural, logística de transporte, sistema de armazenamento, comercialização, proteção do meio ambiente, segurança alimentar, sistema tributário e reforma agrária. Os eventos serão realizados às sextas-feiras, às 14 horas, com pautas e locais, posteriormente definidos.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Submeto, coletivamente, esse primeiro requerimento sem definição, porque, com isso, nós asseguramos, Senador Donizeti Nogueira, a realização dessas audiências. Não são aquelas audiências públicas convencionais, mas chama-se ciclo de debates. Ele é realizado às sextas-feiras, com transmissão, sempre que possível, ao vivo, pela TV Senado.

Então, numa região, como a do Estado de Tocantins, em Palmas ou numa cidade que tenha capacidade de fazer isso, nós iremos lá para fazer, a requerimentos dos Senadores de Tocantins eventualmente, Santa Catarina, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, para fazermos esse trabalho.

Então, esse é o requerimento geral, sem definição de datas. Há um segundo, que será, agora, no dia 13, em Não-Me-Toque, esse, sim, com requerimento assinado pelo Senador Lasier Martins.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Presidente, só gostaria de acrescentar uma temática que considero importante, que são os conflitos fundiários, que não estão observados na redação, e dizer da minha concordância e que determinássemos, desde já, que fosse em uma sexta-feira, no mínimo, por mês. O local e hora, pois ele deverá ser itinerante, mas que fosse uma sexta-feira por mês, mesmo que a gente não vá para o Estado, não vá para determinada região, a gente pode fazer uma sexta-feira por mês.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. PP - RS) – Senador Donizeti, agradeço imensamente sua colaboração. Já coloquei como adendo ao requerimento o sistema fundiário, que é relevante. Quando colocamos a questão da reforma agrária, poderíamos imaginar que estaria incluído, sendo genérico, mas é muito importante que haja definição da questão fundiária.

Quanto a ser todo mês, o nosso desejo é fazer mais do que uma, Senador. Sabe por quê? Para, ao longo do tempo, termos a condição de ter dado uma cobertura, nesse e no próximo ano, em todo o País, para exatamente levar a Comissão aos locais para conhecer *in loco*, para ter a oportunidade de debater no seu Estado, debater em outros Estados das Regiões Centro-Oeste, Norte, Nordeste, Sul e Sudeste as questões relevantes.

Agradeço a V. Exª.

Em votação.

Os Senadores que concordam com esse requerimento e com o adendo do Senador Donizeti sobre o sistema fundiário permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos ao item 2.

ITEM 2
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA
E REFORMA AGRÁRIA Nº 2, DE 2015

– Não terminativo –

Requer a realização de Ciclo de Palestras e Debates, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, na Expodireto Cotrijal 2015 - Feira Internacional, que se realizará na cidade de Não-Me-Toque, no Rio Grande do Sul, dia 13 de março de 2015, com o seguinte tema: Emplacamento de tratores: segurança no trânsito ou aumento de imposto?

Autoria: Senadora Ana Amélia e outros

Relatoria:

Relatório:

Observações:

A edição da Resolução nº 429, de 2012, que prevê o emplacamento de máquinas agrícolas, sem dúvida, representa um entrave burocrático que vai ao encontro do desenvolvimento da atividade agrícola do País. Embora sua vigência tenha sido adiada mais uma vez no final de 2014, é necessário encontrar uma solução adequada e definitiva para esse impasse, que penaliza, injustamente, os produtores rurais.

O debate ocorrerá durante a Expodireto 2015, que reúne, anualmente, produtores rurais de todo o País para conhecer novas tecnologias, maquinários e novos processos produtivos.

Para tanto, sugiro a participação dos seguintes convidados: Sr. Morvam Cotrim Duarte, Presidente do Conselho Nacional de Trânsito (Contran); Sr. Leonardo Machado, Assessor da Comissão Nacional de Cereais, Fibras e Oleaginosas da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Sr. Nei César Mânica, Presidente da Expodireto/Cotrijal; Sr. Carlos Joel da Silva, Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (Fetag); Sr. Luiz Moan - Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea); Sr. Carlos Buch Pastoriza, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq); Representante da Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais (CNSEG); Sr. Ernani Polo, Secretário da Agricultura e Pecuária do Rio Grande do Sul; Sr. Alceu Moreira, Deputado Federal (autor do PLC 57/2013).

Antes de submeter à votação, eu queria informar aos senhores que, dada a questão que surgiu, o emplacamento de máquinas e implementos agrícolas trata também de logística. A greve, a paralisação, o movimento dos caminhoneiros, e todos os Senadores fizeram referência a isso, tem relação direta com logística. Então, estamos propondo que, junto com o tema do emplacamento, entre logística do plano geral, com foco, claro, na questão do movimento dos caminhoneiros e qual é o impacto que isso causa.

Queria fazer esse adendo verbalmente. Evidentemente, se o Plenário da Comissão acolher, ampliaremos o debate da próxima sexta-feira, dia 13 de março, que será o primeiro ciclo de debates por esse sistema, Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Senadora, eu penso que nós temos aqui representantes diversos, inclusive do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, e eu sinto a ausência, não sei se eu não estou percebendo, do Governo Federal.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. PP - RS) – O Contran é órgão do Governo Federal, Senador Donizeti. O Contran é o conselho nacional submetido ao Ministério das Cidades, ao qual ele está ligado. Então, é um órgão federal. Mas se V. Exª tiver alguém do Governo Federal, com muito prazer, acrescentaremos. Quem o senhor sugere?

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Eu penso que, além do Conselho, que é do Governo Federal, já que vamos tratar também de logística e essas coisas, poderíamos ter alguém do Ministério dos Transportes, pois está ligado isso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. PP - RS) – Ótimo. Perfeito.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Eu não tenho o nome da pessoa, mas eu considero que seria relevante e importante isso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. PP - RS) – O senhor quer o Ministério dos Transportes ou o DNIT, que é uma agência reguladora do setor? Um ou outro?

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Um ou outro. Tanto faz.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. PP - RS) – Eu queria colocar, então, em votação.

Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Senadora, eu queria sugerir também, porque, se não me engano, quanto a essa questão do emplacamento, parece-me que surgiu,

não tenho certeza, mas ouvi alguma coisa a respeito, que teria surgido por sugestão de alguém do DPRF, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal. Então, de repente, seria bom convidar alguém do Departamento também para esse debate.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. PP - RS) – Departamento de Polícia Rodoviária Federal é a sugestão do Senador José Medeiros.

Então, está em votação o requerimento de audiência com dois adendos: do Senador Donizeti Nogueira, para a representação do DNIT ou do Ministério dos Transportes – seria conveniente V. Exª indicar –, e do Senador José Medeiros, para representação da Polícia Rodoviária Federal.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Eu me encarrego para, o mais rápido possível, indicar o nome.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. PP - RS) – De trazer o nome, por favor.

No caso, para informação, Senador, quem também trata disso é a ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres). Esta Agência também é diretamente ligada a isso. Talvez, numa consulta, o senhor possa, junto ao Governo, ver qual deles seria o mais conveniente para tratar da matéria. Sugiro isso então.

Em votação o requerimento, porque a discussão já foi feita e encerrada.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o requerimento para realização, com os adendos.

Quanto ao adendo de representante da Polícia Rodoviária, não há problema, porque nós mandaremos ao Diretor-Geral ou ao representante dele. Também esperamos, Senador Donizeti, que ainda hoje, se possível, a sua indicação, para que a Secretaria providencie a apresentação do convite e para que passemos também aos organizadores do evento a nominata.

Aprovado o requerimento.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. PP - RS) – Pela ordem, o Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Muito obrigado.

Presidente, eu quero mais uma vez cumprimentá-la. Tão logo encerrada a eleição, V. Exª já partiu para uma pauta de deliberação, um fato realmente raro na Casa. Com isso eu cometi uma falha em não apresentar um requerimento. Eu gostaria de saber dos nobres pares se posso apresentar um requerimento extrapauta para que os demais colegas amanhã também possam apresentar nomes, porque vejo que nessa questão do debate em relação à situação dos caminhoneiros há a necessidade de vir a esta Comissão. Afinal de contas, nós estamos vendo a Câmara debater esse assunto e acho que o Senado Federal deveria também debatê-lo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. PP - RS) – Senador, informo a V. Exª que esse é o próximo item da pauta. Aí V. Exª poderá nos dar uma contribuição, porque não encerramos ainda.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Já está em forma de requerimento?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. PP - RS) – Já. Mas V. Exª pode dar uma bela contribuição.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. PP - RS) – Superado o primeiro, vamos fazer a audiência, o Senador Donizeti vai nos encaminhar a representação e vamos mandar para a Polícia Rodoviária, já para uma participação coletiva. Então, essa audiência é coletiva.

Passamos ao item 3.

ITEM 3 REQUERIMENTO Nº , DE 2015

Requeremos, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no Plenário desta Comissão, com o objetivo de debater sobre o Movimento Nacional dos Caminhoneiros e seu impacto no setor produtivo, em especial sobre o agronegócio brasileiro, convidando o Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência, Sr. Miguel Soldatelli Rossetto, o Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA, Sr. João Martins da Silva Júnior e o Presidente da Organização das Cooperativas do Brasil - OCB, Sr. Márcio Lopes de Freitas e representantes do Movimento dos Caminhoneiros.

Autoria: Senador Waldemir Moka e outros

A justificativa apresentada pelos Senadores dispensa comentários, porque praticamente todos os Senadores a fizeram aqui em suas manifestações.

Coloco em discussão o requerimento, ao tempo em que agradeço a presença do Senador Sérgio Petecão, do Acre, Estado que está vivendo uma enchente com muitas consequências negativas. *(Pausa.)*

Com a palavra o Senador Caiado para defender o requerimento e as razões que levaram os Senadores a fazer essa proposição.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Quero cumprimentar o Senador Moka, meu colega de Câmara dos Deputados que, rapidamente, chegou à Presidência da Comissão de Agricultura na Câmara, e tem sido uma referência aqui no Senado Federal, para dizer que, se ele me autorizar, eu gostaria de também subscrever esse requerimento de autoria de V. Ex^a e do Senador Blairo Maggi, porque vejo, talvez na iniciativa de V. Ex^a e talvez com a sensibilidade dos senhores ministros, que possamos ter o mais rápido possível o andamento dessa audiência pública, que hoje é motivo de grande preocupação para todos nós.

Então, meus cumprimentos.

Voto favoravelmente e peço que os ministros se sensibilizem para que essa audiência seja marcada o mais rápido possível.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. PP - RS) – Nós pretendemos, Senador Moka, fazê-la na próxima quinta-feira. A primeira reunião desta Comissão depois desta será na próxima quinta-feira, às 8 horas – vamos marcá-la mais cedo –, para que tenhamos uma grande debate sobre isso.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Na próxima semana, Senadora.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. PP - RS) – Na próxima semana. E na sexta será a audiência lá em Não-me-Toque. Portanto, a Comissão estará bem ativa já nos primeiros dias de trabalho.

Agradeço ao Senador Ronaldo Caiado, e passo a palavra ao Senador Moka, para fazer a justificativa também e ver o andamento desta audiência, que será na próxima quinta-feira.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu penso que essa questão já foi aqui muito debatida, Senador Ronaldo Caiado. Mas eu gostaria que V. Ex^a nos honrasse subscrevendo esse requerimento, assim como os demais Senadores. Eu gostaria até que, se possível, este requerimento se tornasse não um requerimento dos Senadores Blairo e Moka, mas um Requerimento da Comissão de Agricultura do Senado Federal. Eu penso que, dessa forma, nós vamos dar exatamente amplitude e a importância que esse movimento tem.

Senador, eu quero dizer – nós não conversamos –, mas a minha justificativa é exatamente na forma e na argumentação dada por V. Ex^a. O setor rural, mesmo passando por dificuldade, tem que ser solidário com o movimento dos caminhoneiros. Não dá para simplesmente ignorarmos o que está acontecendo. Há uma circunstância, e essa discussão é bem mais complexa, passando pela oferta de crédito. Eu conheço, não vou dizer o nome, mas pessoas de Mato Grosso que tinham a produção de determinado produto e que com a oferta de crédito apenas um empresário comprou 300 caminhões. Então, vocês imaginem a quantidade de caminhões. Então, com a oferta de crédito, isso foi algo positivo. Fizeram isso maldosamente? De jeito nenhum! Mas acontece que essas coisas criam distorções. Aí você tem uma oferta de caminhões. Aí, por algum motivo, diminui, a indústria baixa a produção, atrasa o plantio ou algo que o valha e você tem uma diminuição da demanda de carga. O frete vai lá embaixo. Isso é oferta e procura. É comércio. E aí, nesse momento com a baixa no frete vem o aumento de diesel. Aí o custo do combustível que representava 40% do frete passa a custar mais de 60% do frete. Aí a equação não fecha.

Então, precisamos discutir isso realmente numa mesa, com representantes do setor, representantes dos caminhoneiros e principalmente do caminhoneiro autônomo, Senador Ronaldo Caiado, daquele que tem um, dois ou três caminhões. E, claro, também dos grandes transportadores, para fazer uma ampla discussão.

Eu penso que temos de... Acho que o Governo agiu, não tenho dúvida disso, eu e o Senador Blairo Maggi participamos, ele mais do que eu, foi sancionada a lei. O Governo se prontificou a várias coisas. Aquela questão do eixo, ou seja, de não pagar pedágio quando o eixo estiver levantado, a carreta estiver vazia. Mas é preciso discutir um pouco mais, com mais profundidade esse tema.

Daí, para ser justo, eu, ontem, conversando com a nossa Presidente, Senador Ronaldo Caiado – a gente diz que a franqueza conserva a amizade –, a Senadora Ana Amélia me sugeriu que fizesse esse requerimento. Então, na verdade, o requerimento não é do Senador Moka, é da Senadora Presidente, que me sugeriu que o fizesse. E eu estava ao lado do Senador Blairo. Tomamos a iniciativa. Mas, na minha cabeça, eu gostaria que esse requerimento fosse da Comissão como um todo e que a gente fizesse uma discussão aqui muito equilibrada, para resolvermos; para criar uma política pública permanente que sinalize para o setor e principalmente para os transportadores, os caminhoneiros, que daqui para frente tenhamos uma política em que eles podem apostar. E essa questão da oferta de crédito deve continuar, evidentemente, mas temos que perceber que isso

deu de alguma forma uma distorção, a qual apareceu quando houve um aumento do óleo diesel e as coisas começaram a acontecer quase que espontaneamente.

V. Ex^{as} sabem que a coisa mais difícil é identificar uma liderança nesse movimento, porque é espontâneo. Cada segmento, cada lugar tem lideranças. Daí porque é complexo esse debate. Muitos deles dizem que se “resolveu lá, mas não tocaram no fundamental”. Então, eu tenho ouvido isso.

No final de semana conversei com Cláudio Cavol, que é um grande transportador do Mato Grosso do Sul, o Gelson também é outro grande, mas tive o cuidado de ouvir também as cooperativas dos caminhoneiros lá de Dourado. Se não me falha a memória, eles também vieram para cá ou pretendem vir. E só para dar uma notícia: terça-feira que vem o Governo já sinalizou – aí quem nos traz a informação já esteve aqui e saiu, o Senador Blairo – uma grande reunião – e que seja grande mesmo, que seja ampla – para começar a discutir essa questão do frete. Essa é uma questão que precisa ser equacionada, mas necessita da presença de transportadores, sobretudo daqueles que produzem grãos, que produzem os produtos no nosso País.

Essa é a contribuição e o requerimento que eu espero que V. Ex^{as} nos honrem com suas assinaturas. Aí, Presidente, queremos transformar esse requerimento num Requerimento da Comissão de Agricultura, tão bem presidida por V. Ex^a.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. PP - RS) – Obrigada, Senador Moka.

Com a palavra o Senador Donizeti para discussão do requerimento.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Eu concordo com o encaminhamento do Senador Moka e digo que é assim mesmo. O caminhão sai da fábrica, passa por seus ajustes e depois tem que estar sempre cuidado. O processo de desenvolvimento do País não é um negócio estático que está metricamente calculado e que vai ser para sempre. Aí, em decorrência do apoio à questão do crédito você vai gerando outras coisas que precisam ser corrigidas no percurso.

Eu concordo e assino o requerimento. E concordo com o seu encaminhamento.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. PP - RS) – Muito obrigada, Senador, pela contribuição. Como defendeu o Senador Moka, coletivamente, vamos deixar a autoria com a... E ao Senador eu queria dizer que assim como fez o Senador Donizeti no requerimento anterior, de incluir mais... E o Senador José Medeiros, dois debatedores que ficaram para dar... O Senador Ronaldo Caiado, como também já tinha um requerimento para isso, vai indicar também um representante para esta audiência da próxima quinta-feira, que nós realizaremos.

Então, será no dia 12 de março a primeira audiência pública desta Comissão, em que trataremos dessa questão do movimento dos caminhoneiros. E torcemos porque, mesmo que já tenha havido, digamos, um desfecho favorável, isso não impede que continuemos debatendo, porque o tema não se esgota nesse processo.

Muito obrigada aos Srs. Senadores.

Em votação.

Os Srs. Senadores que concordam com o adendo do Senador Caiado permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Está aprovado o requerimento dos Senadores Waldemir Moka, Blairo Maggi e Ronaldo Caiado, com o apoio coletivo dos caros colegas Senadores.

Esse requerimento está aprovado, então, está marcada a audiência, e os convites começarão a ser expedidos já na tarde de hoje, assim como os do ciclo de debates que vai acontecer na cidade de Não-Me-Toque por ocasião da Expodireto.

Não havendo mais temas e assuntos nesta reunião deliberativa, vou encerrar esta reunião. Antes, porém, passo a palavra, pela ordem, ao Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD - AC) – Sr^a Presidente, como foi dito por V. Ex^a no começo desta reunião, eu queria apenas fazer um registro a respeito da situação vivida pelo nosso Estado, o Acre, e pedir o apoio desta Comissão – sabemos que aqui temos vários Parlamentares, vários Senadores de outros Estados – para que possam mobilizar ajuda para esse momento difícil que o nosso Estado está passando. O Governo Federal tem feito um esforço no sentido de ajudar, mas a situação é de calamidade.

Lembro-me do ocorrido no Estado de Santa Catarina, para ser mais preciso, na cidade de Blumenau, situação parecida com o que vivemos hoje no Estado do Acre, e que o Brasil todo o se mobilizou. Refiro-me a um Estado que tem vários Municípios atingidos pela cheia: Município de Assis Brasil, Município de Brasileia, Município de Xapuri, Município de Epitaciolândia, e a nossa capital, onde moram 50% da população do nosso Estado.

Então, fica aqui o meu apelo, o meu pedido aos empresários, aos Parlamentares que tenham amigos empresários – esta é uma Comissão muito forte, a Comissão de Agricultura –, àqueles que possam ajudar, e ajudar diretamente mesmo, com alimentos, porque está faltando tudo.

Tenho certeza de que o povo acriano será muito grato a todos os Parlamentares e principalmente a esta Comissão, que, sob a Presidência da nossa Senadora Ana Amélia, vai, se Deus quiser, fazer um belo trabalho.

Parabenizo-a pela sua posse.

Parabéns, Presidente!

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. PP - RS) – Muito obrigada ao Senador Sérgio Petecão.

A ação dos Senadores do Acre, da Bancada do Acre, que terá, sem dúvida, o apoio desta Comissão neste momento em que o Estado do Acre está passando por tantas dificuldades por causa das enchentes, que é a maior de toda a história do Estado. Nós gaúchos, que temos um vínculo com o seu Estado por conta de Plácido de Castro, sabemos bem dessa relevância. E, além da solidariedade, vamos ajudar no que for possível e estiver ao alcance desta Comissão.

Queria aproveitar também para agradecer todas as manifestações: novamente, ao Senador Moka, à sua liderança, ao seu trabalho e seu empenho; agradecer, na pessoa do Marcelo, que é o Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, toda a equipe da Comissão. Vamos precisar muito da ajuda e do empenho de vocês, mas sabemos que podemos contar com ela. E também menciono a minha equipe, do meu gabinete do Senado, que também vai nos ajudar a fazer um trabalho que corresponda às expectativas dos caros colegas Senadores.

Muito obrigada.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 58 minutos.)

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 3ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 12 DE MARÇO DE 2015.

Às oito horas e oito minutos do dia doze de março de dois mil e quinze, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora **ANA AMÉLIA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores **ACIR GURGACZ, DONIZETI NOGUEIRA, WALDEMIR MOKA, DÁRIO BERGER, RONALDO CAIADO, JOSÉ MEDEIROS, BLAIRO MAGGI, LASIER MARTINS, LUIZ HENRIQUE e FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer os Senadores Zeze Perrella, Delcídio do Amaral, Rose de Freitas, Sérgio Petecão, Lúvia Vânia e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Senhora Presidente, Senadora Ana Amélia, comunica a Comissão que, no dia cinco de março próximo passado, realizou aqui no Senado, um trabalho que contou com a presença das entidades e dos assessores parlamentares do setor da produção agropecuária: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), Tribunal de Contas da União (TCU), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), Associação Brasileira de Criadores de Suínos (ABCS), Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (ABIEC), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Associação dos Produtores de Soja do Brasil (APROSOJA), Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Sindicato Rural de Alexânia-GO e Consultoria Legislativa do Senado Federal, com a finalidade de traçar estratégias, um plano estratégico desta Comissão referente à pauta, sugestões de temas e assuntos importantes e mais urgentes para a agricultura brasileira, ocasião em que sugeriram a apreciação do Projeto de Lei do Senado 208, de 2012, e do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2015, e temas como o Plano Plurianual sobre a agricultura, defesa animal e vegetal nas fronteiras, infraestrutura de transportes, questão indígena, questão fundiária, política externa brasileira do setor agrícola, demanda hídrica, cadastro ambiental rural, e a importância do Projeto de Lei do Senado 330, de 2011 (PL nº 6459/2013) que tramita na Câmara dos Deputados. Comunica ainda que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária deve selecionar as políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo para serem avaliadas na área de sua respectiva competência até o último dia do mês de março de cada ano, nos termos do artigo 96, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal. Após a breve comunicação, a Senhora Presidente dá início à Audiência Pública, aprovada pelo Requerimento (RRA) nº 3, de 2015, de autoria dos Senadores Waldemir Moka, Blairo Maggi e Ronaldo Caiado, com a finalidade de debater sobre o Movimento Nacional dos Caminhoneiros e seu impacto no setor produtivo, em especial sobre o agronegócio brasileiro, com a participação dos seguintes convidados: Sr. **Laudemir André Müller** - Secretário Executivo da Secretaria-Geral da Presidência da República (representante de: Miguel Rossetto); Sr. **Anaximandro Doudement Almeida** - Coordenador de Assuntos Estratégicos da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA (representante de: João Martins da Silva Júnior); Sr. **Márcio Lopes de Freitas** - Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB; Sr. **Cláudio Cavol** - Presidente do Sindicato das Empresas de Transporte de

Cargas e Logística de MS - SETLOG MS; Sra. **Jacqueline Carrijo** - Auditora-Fiscal do Trabalho do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - SINAIT; Sr. **Gilson Pedro Pelicioni** - Representante dos Caminhoneiros do Estado de Mato Grosso - MT; Sr. **Jorge A. Pagliotto de Souza** - Representante da Cooperativa de Apoio aos Transportadores Rodoviários de Mato Grosso do Sul - COOPERSUL. Os Senhores Senadores Waldemir Moka, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Lasier Martins, Luiz Henrique, Ronaldo Caiado, Donizeti Nogueira, José Medeiros e Dário Berger fazem uso da palavra. A Senhora Presidente submete à Comissão a proposta, que é aprovada, de os Senadores Blairo Maggi e Waldemir Moka representarem a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária no andamento das negociações entre o movimento dos caminhoneiros e o Governo, e não havendo o atendimento satisfatório da demanda e da agenda até o dia vinte e seis de março do corrente ano, aí, tratar-se-á de uma outra estratégia de enfrentamento, se for o caso, de necessidades dentro do Legislativo e também outras formas regimentais e normas políticas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Ana Amélia**, Presidente da CRA.

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Bom dia, caros colegas Parlamentares.

Declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Eu informo aos caros colegas Senadores que realizamos, aqui, um trabalho com todas as entidades e os assessores parlamentares do setor da produção agropecuária, com a finalidade de traçar estratégias, um plano estratégico desta Comissão referente a pauta, sugestões de temas e assuntos importantes e mais urgentes para a agricultura brasileira, o qual teve a presença de assessores e Parlamentares, do Ministério da Agricultura, do Ministério de Desenvolvimento Agrário, do Tribunal de Contas da União, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Embrapa, da Frente Parlamentar do Agronegócio, da Associação Brasileira de Criadores de Suínos, da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne, Abiec, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, Contag, da Associação dos Produtores de Soja do Brasil, Aprosoja, e da Consultoria Legislativa do Senado Federal.

Informo que as sugestões formuladas foram, de um modo geral, as seguintes:

1 – apreciação do Projeto de Lei do Senado 208, de 2012, cuja autoria é do Senador Blairo Maggi, que institui as normas reguladoras do trabalho rural. O Relator é o Senador Acir Gurgacz, que é o nosso Vice-Presidente.

2 – apreciação do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2015, de autoria da Presidente da República, que regulamenta o inciso II do §1º e o §4º do art. 225 da Constituição Federal, o art. 1 da alínea “j” do artigo referente à questão da diversidade biológica, promulgada pelo Decreto 2.519, de 19 de março de 1998, que dispõe sobre uma matéria relevante, que é o acesso ao patrimônio genético, também sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição dos benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade, revogando a Medida Provisória 2.186, de 23 de agosto de 2001, e dá outras providências. O Relator é o Senador Acir Gurgacz. Informo, também, que sobre essa matéria haverá uma audiência pública e o próprio Relator já tomou a iniciativa de solicitar que esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária seja participante das outras Comissões, para uma única audiência pública entre Comissão de Assuntos Econômicos, Comissão de Ciência e Tecnologia, Comissão de Infraestrutura, que tenha toda ela uma participação nesse debate. Então, está em ótimas mãos a relatoria aqui na Comissão de Agricultura.

Também tratamos do Plano Plurianual sobre a agricultura, defesa animal e vegetal nas fronteiras, infraestrutura de transportes, questão indígena, questão fundiária, política externa brasileira do setor agrícola, demanda hídrica, cadastro ambiental rural, Projeto de Lei do Senado 330, da Câmara dos Deputados, sobre parceria da produção integrada agropecuária, estabelecendo condições, obrigações e responsabilidades nas relações contratuais entre produtores integrados e agroindústrias integradoras.

Comunico que, em cumprimento ao art. 96 do Regimento Interno do Senado Federal, esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária deve selecionar as políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo para serem avaliadas na área de sua respectiva competência.

Informo que a política pública deve ser selecionada até o último dia do mês de março de cada ano, nos termos do art. 96, §1º, do Regimento Interno.

A reunião de hoje, meus caros colegas Senadores, Senadoras e convidados, será uma audiência pública, em cumprimento ao Requerimento nº 3, de 2015, de autoria dos Senadores Waldemir Moka e Blairo Maggi,

aqui presentes, e do Senador Ronaldo Caiado, aprovado no dia 04 de março, com a finalidade de debater sobre o Movimento Nacional dos Caminhoneiros e seu impacto no setor produtivo, em especial sobre o agromercado brasileiro.

Contaremos com as presenças dos seguintes convidados: Sr. Laudemir André Müller, Secretário Executivo da Secretaria-Geral da Presidência da República; Sr. Anaximandro Almeida, Coordenador de Assuntos Estratégicos da Confederação Nacional da Agricultura, Pecuária do Brasil (CNA); Sr. Márcio Lopes de Freitas, Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) ou o seu representante; Sr. Cláudio Cavol, Presidente do Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas e Logística de MS (Setlog-MS); Sr. Gelson Pavoni, Diretor do Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas e Logística de MS (Setlog-MS) – eu gostaria que todos os que foram citados e que estejam presentes, que, por favor, dirijam-se aos seus respectivos lugares aqui já indicados na mesa dos trabalhos –; Sr. Éder Dal’Lago, Presidente da Federação dos Caminhoneiros Autônomos dos Estados do RS e SC; Sr^a Jacqueline Carrijo, Auditora Fiscal do Trabalho do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait); Sr. Gilson Pedro Pelicioni, representante dos caminhoneiros do Estado de Mato Grosso.

Antes de conceder a palavra ao Senador Waldemir Moka, saúdo também as presenças do Senador Luiz Henrique, Acir Gurgacz e a dos dois autores do requerimento. Após a fala do Senador Waldemir Moka, autor do requerimento, falará em seguida o Senador Blairo Maggi e também o Senador Ronaldo Caiado, subscritor deste Requerimento.

Com a palavra o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr^a Presidente, eles vão falar dali?

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Senador Moka, é em função do número de pessoas, por isso distribuimos dessa forma para começarmos. Mas faremos o reverso à medida que forem chegando.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Talvez fosse o caso, Senadora, de nós já colocarmos as pessoas que aqui estão.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Por favor. Rapidamente, por gentileza. Ao tempo que se faz a substituição da placas, faço o convite para que as pessoas tomem assento à mesa.

Com a palavra o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr^a Presidente, Senadora Ana Amélia, Senadores aqui presentes: Acir Gurgacz, Blairo Maggi, que é autor do requerimento, juntamente com o Senador Ronaldo Caiado, que tenho certeza chegará aqui, nosso Líder, Senador Luiz Henrique.

Quero cumprimentar o Anaximandro, que representa aqui a CNA; cumprimentar a Jacqueline e, de forma especial, ao cumprimentar o Cláudio Cavol, eu cumprimento também vários caminhoneiros que estão aqui, como o Lúcio, o Xavier.

Senadora Ana Amélia, fiz questão de, além do Cláudio, que é um transportador, chamar também o pessoal das cooperativas dos caminhoneiros e os representantes dos autônomos. Então estão todos aqui muito bem representados.

Vou ser bastante objetivo.

Este requerimento nasceu, aliás, de uma inspiração de V. Ex^a que, ao assumir a Presidência, já tinha esse tema como preocupação.

Nós estamos vendo no País inteiro um grande movimento dos caminhoneiros, aliás, um movimento que era anunciado que iria acontecer. Mas isso em vista do que está acontecendo. Você tem, pelo menos tinha, um frete deprimido, uma oferta de crédito que acabou ocasionando uma distorção no mercado, jogando milhares e milhares de caminhões no mercado, de pessoas que até então nunca haviam pensado em ter caminhão, porque... Aliás, tem até uma frase desses caminhoneiros dizendo que cara feliz foi Adão, que não teve caminhão. Não vou falar a outra parte, porque da alma de sogra não é permitido. Os caras colocam que feliz foi Adão, que não teve nem sogra nem caminhão.

Mas a verdade é que essa oferta de crédito colocou no mercado pessoas... Aí, eu ouvi, na reunião de que participei lá na ANTT, que essa oferta de crédito acabou sendo também mal direcionada, porque o caminhoneiro, aquele que tinha um caminhão antigo, em função de garantias e dificuldade de acessar esse crédito, ficou de fora e dono de farmácia, dentista, médico, profissionais liberais, todo mundo começou a financiar caminhão, e grandes produtores, pessoas, eu diria, que detêm volumes de carga muito grandes começaram a perceber que, com aquela oferta de crédito, poderiam ter a própria transportadora. E o que nós vemos agora é um frete deprimido, o aumento do combustível, que representava 35% ou 40% do custo do frete. E o que aconteceu com essa conjuntura de aumento de óleo diesel e diminuição do frete, em função de uma oferta grande de caminhões e uma recessão de carga? O custo do combustível superou em 60% o valor do preço do frete. Essa

equação não fecha, e aí começou... Porque o pessoal não consegue pagar as prestações, o custo não cobre a despesa mínima da diária, da comida, e o caminhão precisa de manutenção... Enfim, tudo isso levou a uma crise.

Tudo isso, eu aprendi, Senadora Ana Amélia, e tenho humildade de dizer, embora seja filho de caminhoneiro, com meu pai, faz uns anos. Eu tenho 63 anos e viajava com meu pai quando tinha 9 ou 10 anos. Eu saía de Aquidauana e transportava alfafa e milho para abastecer os quartéis do sul do Mato Grosso. Então, eu conheço isso. Mas eu aprendi com o Cláudio, que não está presente – hoje é o Gelson –, e, recentemente, com esses moços que estão aqui, numa conversa. E aprendi muito conversando com meu amigo Blairo Maggi, que, este sim, conhece, até porque vivencia isso na prática, e com o Acir Gurgacz, que também conhece o transporte porque vivencia.

Então, finalizando, eu acho que esta reunião, Senadora, é importante. Eu acho que as pessoas que estão aqui têm que se sentir absolutamente tranquilas. Aqui, no Senado, com esses Senadores, há uma solidariedade com o movimento e uma preocupação com o País, porque nós temos que resolver, de alguma forma, o problema do caminhoneiro, mas temos que dar soluções também para o País, que não pode, em função do movimento, muito justo, ao qual eu sou solidário, mas que acaba causando problemas para as pessoas, para as famílias, seja porque traz o desabastecimento, seja porque dá problema mesmo, nas estradas, nas rodovias. Ninguém quer isto, e, se ninguém quer isto...

Nós já temos três grupos de trabalho encaminhados pelo Ministro Miguel Rossetto, na última reunião, e eu penso que, se a gente se debruçar com determinação, com firmeza, nós haveremos de chegar a um entendimento que possibilite... Agora, esse entendimento, na minha avaliação, passa... Isso não dá, mas o frete vai ter que ter um preço mínimo, eu estou convencido, pelo menos a curto prazo.

Não tem outro jeito. E quanto a esse óleo diesel, que é a grande reivindicação, isentá-lo pelo menos de PIS e Cofins para sinalizar um barateamento do combustível.

Parece-me que, de tudo o que o Governo já propôs, essas seriam, em última instância, vamos ouvi-los, as reivindicações que poderiam fazer avançar para chegarmos a um denominador comum.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Agradeço, Senador Moka.

Concedo a palavra ao Senador Blairo Maggi, que foi também proponente desta audiência pública, para sua manifestação.

Quero informar que os nossos convidados estão todos aqui. Faremos uma audiência produtiva e bastante prática do ponto de vista das demandas que já estão, como disse o Senador Moka, sendo encaminhadas na interlocução com o Ministro Miguel Rossetto. Aqui está o Secretário-Executivo do Ministério, Laudemir Müller, representando o Ministro, para situar bem os padrões e as referências desse entendimento entre o Governo e a categoria e, claro, com a intermediação dos Srs. Senadores.

Com a palavra o Senador Blairo Maggi.

Queria saudar já, também, pela presença, o Presidente da OCB, Márcio de Freitas, e o representante da Polícia Rodoviária Federal. Sejam bem-vindos! São todos os segmentos diretamente ligados ao tema que estamos discutindo agora.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Bom dia, Senadora Ana Amélia, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, na qual nos encontramos agora.

Quero cumprimentar todos os presentes que foram convidados para estar aqui hoje, para discutir esta questão importante, que é a questão dos fretes.

A minha primeira fala é só no sentido de cumprimentá-los, dar as boas-vindas aos colegas que estão na bancada e dizer que vai ser uma discussão interessante. Já participei de muitas reuniões, conheço as pautas, e são muitas, e certamente vamos ouvir aqui também coisas novas e diferentes daquelas que foram colocadas por outros que já se manifestaram. Então, eu vou me ater a esse cumprimento e, depois, na sequência, farei minha fala, dando o meu posicionamento a respeito desse assunto também.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu agradeço o Senador Blairo Maggi, o Senador Moka, o Senador Ronaldo Caiado, que foram os responsáveis pelo requerimento desta audiência, e também o nosso Vice-Presidente, Senador Acir Gurgacz, os Senadores catarinenses Luiz Henrique da Silveira e Dário Berger, onde o movimento da categoria dos caminhoneiros, como, de resto, em todo o País, foi expressivo.

Como o nosso objetivo aqui é ter um diagnóstico do impacto que a paralisação provocou no setor produtivo do campo, especialmente, nós vamos, primeiro – eu já conversei com o Dr. Laudemir Müller –, ouvir o setor que foi impactado pela paralisação; em seguida, os representantes da categoria dos caminhoneiros; e, por fim, o Dr. Laudemir Müller, porque aí saberemos o que até agora foi feito e o que os representantes da categoria podem oferecer, junto com a participação e a contribuição valiosa dos Srs. Parlamentares.

Então, convido, com muito prazer, a fazer uso da palavra o Sr. Anaximandro Almeida, Coordenador de Assuntos Estratégicos da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil.

Eu sugeriria que todos tentassem fazer sua fala em cinco minutos, porque, como temos um grande número de convidados, daríamos celeridade à apresentação, e, no debate, a enriqueceríamos ainda mais.

Então, com a palavra o Dr. Anaximandro Almeida.

O SR. ANAXIMANDRO DOUEMENT ALMEIDA – Bom dia a todos.

Inicialmente gostaria de agradecer o convite feito à CNA e cumprimentar a Senadora Ana Amélia, os demais Senadores presentes e especialmente os autores do requerimento desta audiência pública, que nos permitem debater tão importante assunto para o agronegócio.

Eu pediria que fosse feita a projeção – eu trouxe uma rápida apresentação. Acho que, dentro de cinco minutos, é factível colocar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Agradeço muito.

O SR. ANAXIMANDRO DOUEMENT ALMEIDA – Enquanto projetam, no primeiro momento, quero dizer o seguinte: nós temos de situar a questão da relação caminhoneiros e agronegócio. Então, no primeiro grande momento, quero dizer da importância do agronegócio para o País e, em seguida, definir os impactos desse movimento, desses cinco dias, dessa semana em que aconteceu o movimento.

No primeiro momento, então, só adiantando, a participação do agronegócio chega, em 2013, a 22% e, em 2014, sobe para quase 23,5%, praticamente um terço.

Aqui, o objetivo da audiência – pode passar: especialmente, debater o impacto no agronegócio. O que eu falava aí está. O PIB do Brasil é de quase R\$5 trilhões e o agronegócio participou em, 2013, com 23%.

Seguinte, por favor.

Pode passar também. É quase o número fechado de 2014.

O impacto do setor com relação à balança comercial do Brasil, a importância. Aquele tracejo basco é o desempenho do Brasil como um todo, mas o que está em laranja é o desempenho do agronegócio, que carrega o País. Estamos com uma perspectiva de, em 2015, ter um crescimento, diferentemente de 2014, que, depois de 10 anos, teve esse fraco desempenho. Então, se não é o agronegócio, o Brasil realmente tem a sua sustentabilidade altamente prejudicada.

Seguinte.

Só uma rápida exposição do que foi dito. Já é 43% o PIB do agronegócio das exportações.

Seguinte. Por favor.

Geração de empregos. O setor é responsável por uma fatia expressiva de 37%.

Seguinte.

Durante o movimento, a Confederação da Agricultura se posicionou a respeito considerando legítima a manifestação, todavia alertou em relação aos prejuízos ao agronegócio e aos produtores, bem como a toda cadeia produtiva, chegando ao consumidor final.

Seguinte.

Dos impactos. Tivemos um movimento muito pulverizado, difícil de mensurar. Não temos uma fonte ainda primária. Se tivermos um número, será esse número estimado, aproximado de R\$1 bilhão, sendo empresas e secretarias estaduais de agricultura dos Estados federados; R\$200 milhões, agora exemplificando com relação ao abate de animais do Rio Grande do Sul; e R\$120 milhões, medidos pela Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Ocepar) com relação à produção de leite. A Associação Brasileira de Proteína Animal mensurou que houve uma redução de abates na ordem de 70% e a Abrafrutas sinalizou que 40 mil toneladas de maçãs ficaram no pomar. Não puderam ser colhidas nem armazenadas em função da questão da paralisação dos caminhoneiros.

Seguinte.

Ainda em relação aos impactos, um panorama geral pela Aprosoja. Tivemos perdas ou pela falta de diesel ou pelo deslocamento dessa produção que não foi possível ser colocada e uma redução geral com enfoque na infraestrutura na questão da armazenagem. Houve uma redução de mais da metade na chegada da safra de grãos nos portos de Santos e Paranaguá, bem como no Rio Grande do Sul. Retardou-se a recomposição dos estoques de grãos nos portos por essa semana da greve.

Seguinte.

Temos que lembrar que essa carga, como toda carga agrícola e pecuária, é perecível, é um produto biológico, ou requer refrigeração ou um determinado espaço de deslocamento. É diferente de outros produtos da produção nacional pela questão de ser perecível, de ser um produto biológico, e isso afeta a relação em um eventual atraso das cargas.

Seguinte.

Tivemos perdas, principalmente, na avicultura, suinocultura, com prejuízos diretos aos produtores. Seguinte.

Outra imagem retrata isso. São os frangos em diversos Estados do sul, onde tivemos essa situação. Seguinte.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Que são majoritariamente pequenos produtores. Pelo menos em Santa Catarina, são 90%.

O SR. ANAXIMANDRO DOUEMENT ALMEIDA – São provenientes de produtores que apresentam Produção Integrada.

Em Santa Catarina, vimos várias imagens de produtores que tiveram os leites estragados e que não tiveram alternativa a não ser jogar fora.

O seguinte, por favor.

Aí, no Mato Grosso, da mesma forma com a soja: ou ela apodreceu no campo, por não poder ser retirada; ou, não podendo deslocar, ela também sofre um processo de deterioração, e o resultado é este.

O seguinte, por favor.

A mesma coisa: a falta de ração para os animais, sejam frangos ou suínos. Isso causou mortes, impactos, prejuízos.

O seguinte, por favor.

Então, o resumo do impacto da manifestação dos caminhoneiros pode ser colocado aqui, por alguns setores, com as causas estão elencadas. Em função do tempo, não vou reenumerar, mas aí estão.

E fica a pergunta: quem vai pagar esse prejuízo?

Por ora, eu fico por aqui.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Muito obrigada, Dr. Anaximandro.

Os dados que ele trouxe mostram exatamente que o problema e a questão da paralisação têm que ser vistos no seu conjunto, e todos os setores têm que estar protegidos nesse momento.

Eu convido, para fazer uso da palavra, o Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras, Dr. Márcio Lopes de Freitas, a quem, desde já, agradeço pela presença.

O SR. MÁRCIO LOPES DE FREITAS – Muito bom dia!

Eu quero, inicialmente, cumprimentar a Presidente Ana Amélia, agradecendo pelo convite e a oportunidade de estar aqui nesta Comissão tão importante. Quero cumprimentar os Srs. Senadores na pessoa do Senador Luiz Henrique, lá de Santa Catarina, Quero cumprimentar o Senador Moka, ex-Presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo.

Eu gostaria de reforçar, Senadora Ana Amélia, a posição aqui já levantada pela CNA e queria colocar uma posição: o movimento cooperativista teve dois ângulos muito claros de visão sobre essa manifestação. Sem dúvida, por um lado, a visão dos nossos agropecuaristas ligados às nossas cooperativas agropecuárias, no Brasil todo, que foram afetados pelo processo de paralisação. Por outro lado, eu também tenho a visão de 450 cooperativas de caminhoneiros autônomos, caminhoneiros que se organizam em cooperativa para prestar o seu serviço. Uma boa referência está lá em Santa Catarina, a Coopercarga – não é, Senador?

Então, nós temos duas visões e acompanhamos esse movimento sob essas duas óticas. Assim, em primeiro lugar, a OCB se colocou apoiando, entendo como correta a manifestação e justa a reivindicação dos caminhoneiros. Podem ter exagerado nas doses e nos causado alguns prejuízos, mas nós sabemos que a posição e o que está acontecendo no setor, realmente, é muito grave.

Do ponto de vista dos prejuízos, Senadora, como já comentado aqui pela CNA – e eu concordo com tudo o que foi colocado –, eu só reforçaria que os atrasos nos embarques, esse cálculo do prejuízo é muito difícil de se mensurar. Os atrasos nos embarques, cada dia que se perde com o navio esperando no porto, cada processo de atraso tem um cálculo, que é absorvido – e tem que ser absorvido, porque a roda não pode parar, com a coisa rodando, você tem que dar sequência. Mas se acumulou um prejuízo aí e sangrou uma renda que nós não sabemos se a teremos no final da safra. Então, começa-se a drenar renda de um setor que já está correndo num limiar de risco de renda excedente.

Então, a questão do fluxo da safra é uma questão pesada. Eu acho que maior referência do prejuízo causado nesse fluxo da logística foi a alta na Bolsa de Chicago para soja e milho, que são os produtos que estão sendo escoados. Se a Bolsa de Chicago é o termômetro global dos preços dos grãos, as altas que nós tivemos nesse período foram reflexos dessa posição. Então, o termômetro está aí, A mensuração de quanto isso afetará financeiramente é um pouco difícil de se calcular.

Podemos avançar que também a questão do combustível – mais em umas regiões, menos em outras – também afetou. O fluxo de combustível afetou algum processo de colheita eu não diria com a gravidade do

fluxo da safra, mas chegou a afetar. Tivemos, principalmente na Região Sul, um problema seriíssimo com os produtores...

(Soa a campainha.)

O SR. MÁRCIO LOPES DE FREITAS – ...de frangos e suínos, como disse o Senador, basicamente de pequenos produtores, que deixaram de conseguir sua ração para abastecer os frangos, os aviários, os suínos. Vou citar uma indústria conhecida, cooperativa, a Central Oeste Catarinense Aurora, conhecida no mercado, uma cooperativa central, que abate em torno de 930 mil frangos por dia. Ela ficou com suas 15 plantas paradas por três dias, sem abater porque não conseguia trazer frangos para o abate. A cada dia que esses frangos ficavam nas granjas sem abater, vão-se tendo prejuízos e mortes. Havia uma dificuldade de abastecer esses aviários com ração. Então, as cooperativas sofreram isso, interromperam esse processo. Só na Aurora, o Senador Luiz Henrique sabe disso, são 22 mil funcionários nessas 15 plantas espalhadas pelos Municípios, que ficaram paradas.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MÁRCIO LOPES DE FREITAS – Exatamente, eu ia entrar exatamente nesse assunto, Senador.

O maior risco e o maior prejuízo ainda está obscuro porque o processo se normalizou em cinco dias, ou voltou à rotina, mas temos alguns prejuízos sanitários que não podemos calcular. Sabemos que os países importadores e o mercado global são extremamente exigentes. Santa Catarina levou décadas para alcançar o *status* de exportador de carnes, de proteína animal com certificação e põe em risco um processo desses, por um problema de sanidade, de toda essa cadeia do frango e do suíno principalmente.

Então, acho que é muito grave. Tivemos na cadeia do leite... É bom dizer que a cadeia do leite está vivendo uma crise, nós já vivemos uma crise, hoje, de preço de leite, de oferta excessiva. O Brasil aumentou a produção, e não tivemos uma condição de exportação à altura, não conseguimos exportar o volume excedente que produzimos, Então, já vivíamos uma crise e deixamos de recolher, durante esses três principais dias da crise, só as cooperativas, dez milhões de litros de leite por dia. Esses não conseguiram ser recolhidos.

Há um prejuízo financeiro? Há. Há um prejuízo financeiro sério, distribuído na cadeia. O produtor deixa de entregar o leite, deixa de receber; a cooperativa que consegue mandar o caminhão lá buscar...Tenho casos, tenho fotografias de um caminhão-tanque de uma cooperativa no Paraná, da Confepar, que ficou parado no bloqueio. O caminhão não tem capacidade de refrigeração superior a 12 horas, o leite fermentou e explodiu, abriu a tampa da carreta, o tanque – o leite fermentado dentro do caminhão na estrada, no bloqueio. Há uma série de prejuízos, perda de mercado, perda de qualidade, e se afete toda a cadeia.

Acho que, acerca da crise, a CNA já colocou aqui o impacto financeiro, Senadora, que é muito claro.

Por outro lado, até a pedido do Ministro Rosseto, participei de algumas reuniões na Casa Civil, no Palácio, cheguei a me reunir com lideranças do movimento dos caminhoneiros. A pedido do Ministro, repito, ouvi a pauta deles, como ouvi as minhas cooperativas e as lideranças das cooperativas de caminhoneiros. Estamos diante de um impasse que ainda não está resolvido. Quem tem a ilusão de que esse processo, com a sanção da lei, com essas medidas tomadas, já está pacificado está se autoenganando. Esse processo ainda está em ebulição, e há uma insatisfação. Essa insatisfação é muito clara, é um processo de mercado que levou hoje a um preço dos fretes que não estão atendendo.

Os custos estão maiores do que o que está se arrecadando com o frete. Os caminhoneiros não estão conseguindo. E é porque tem muita oferta de frete. Há excesso de oferta. Nós aumentamos a frota de caminhões no Brasil pelos programas de governo. Não recolhemos os caminhões com mais de 30 anos, que era a proposta dos próprios caminhoneiros autônomos e das cooperativas: a cada caminhão novo que entrasse financiado no programa saíssem do mercado os caminhões com mais de 30 anos, para melhorar a segurança.

Esse programa não foi feito. Acumularam-se esses caminhões. A logística está melhorando. Temos, hoje, já uma frente de saída dos grãos para o Norte no modal norte, indo para o Norte; há diminuição de fretes para o Sul, para Paranaguá, para Santos, para Rio Grande. Isso diminui trecho de estrada, diminui-se quilômetro rodado com cargas de grãos. Isso tem melhorado a capacidade. Isso tudo vai levando a um processo que tem uma oferta muito maior.

E sobre esses números, Senador, eu sugiro que se faça um levantamento nos preços que foram apresentados pela contratação de frete da Conab. O Laudemir, nosso Secretário, conhece esses fretes. E, é lógico, que a Conab tem que fazer isso, a Conab contrata o frete médio, ela tem o preço do frete médio nos últimos três anos. Eu não tenho de memória esses números aqui, mas eu me lembro que o número aproximadamente era: em 2012, o preço médio da tonelada de frete que a Conab pagou foi alguma coisa parecida com R\$286,00. Em 2013, foi R\$216,00. Em 2014, pouco mais de R\$180,00. Ou seja, a Conab, que tem que fazer licitação para contratar seus fretes, nos últimos três anos, conseguiu contratar frete cada vez mais barato, na contramão dos

custos. Com o incremento de todos os custos, as coisas se inverteram. Então, a política do Governo – e não estou aqui para criticar a política de aumento da frota, da melhoria – criou um desequilíbrio na posição e há mais oferta do que procura. Isso está levando os caminhoneiros a uma dificuldade.

Os caminhoneiros que não estão organizados, que não têm a capacidade de se organizar, de dialogar, acabam sendo vulneráveis. E aí eu vou dizer que são vulneráveis aos intermediários do processo, porque as empresas, os embarcadores estão lá para cumprir a missão de contratar o frete pela melhor condição possível. Mas há muitos atravessadores nesse processo, muita gente ganhando em cima desse processo e tirando do caminhoneiro. Aí eu mostro, inclusive, o surgimento e o crescimento das cooperativas de caminhoneiros.

Há quatro anos, eram 170 cooperativas de transportadores autônomos; hoje, são 450 e é o tipo de cooperativa que mais chegam para registro na OCB. É a tentativa desses homens de se organizarem em cooperativas, para negociar um pouco melhor e eliminar intermediários neste momento de crise. E talvez seja uma das alternativas: a organização social dessas pessoas.

Por outro lado, Senador, eu já coloquei isso ao Ministro Miguel Rossetto, para o Ministro José Eduardo, para a Ministra Kátia Abreu, eu acho que o Governo precisa dar um sinal muito claro de um compromisso com esse setor tão importante. O Brasil circula nos pneus dos caminhões. E nós temos que reconhecer isso e o Governo tem que reconhecer isso.

Eu acho que, se há dificuldades em mexer no preço do diesel, nessa conjuntura toda da Petrobras, tudo bem; mas dá para mexer na carga tributária. E a minha sugestão, desde o início, foi o que eu já ouvi aqui do Senador Moka e com o que concordo: o Governo partisse para uma redução pelo menos do PIS/Cofins, que hoje representam 9,25% em cima do preço do óleo diesel, que é direto do Governo Federal. Daria para fazer uma redução.

E a segunda posição é chamar os Estados para participar de um processo de padronização do ICMS do diesel.

O ICMS médio está acima de 17%, mas tem Estado cobrando até 28% de ICMS no diesel. Se tivéssemos um padrão de ICMS a 12% – o Estado que cobra menos cobra 12% –, já teríamos um impacto redutor nesse preço do diesel, e é um sinal de boa vontade do Governo, na minha visão.

Então, Senadora, o que a OCB está aqui colocando é essa posição preocupante mas também muito engajada no processo e no problema dessa política do transporte no Brasil, porque os caminhoneiros têm toda a razão de estarem fazendo essas reclamações.

(Interrupção do som.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – ...está representando as duas pontas, a ponta da produção e a ponta do caminhoneiro, do transporte, pelo papel das cooperativas.

Então, passo a palavra a Jacqueline Carrijo, que é convidada aqui por iniciativa – se não me engano – do Senador Donizeti. Ela é Auditora-Fiscal do Trabalho, do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho.

Embora essa questão tenha sido debatida também na audiência com o Senador da CDH (Comissão de Direitos Humanos), a gente votou por ter acolhimento.

Agradeço também a presença do Deputado Federal Elizeu Dionísio, do Solidariedade do Mato Grosso do Sul; e o Senador Wellington Fagundes faz questão de informar que só não está participando – ele esteve na nossa audiência – porque está com a Presidente da República na inauguração do Porto do Futuro, no Rio de Janeiro.

Também saúdo a presença do Senador Lasier Martins, do PDT do Rio Grande do Sul.

Com a palavra Jacqueline Carrijo.

Eu convido o Dr. Anaximandro a sentar na bancada dos Senadores – já estou antevendo o seu futuro na bancada dos Senadores –, porque vamos ter mais um convidado para chegar à mesa. Então, agradeço. Dali mesmo o senhor vai participar.

Obrigado, Dr. Anaximandro.

Eu quero, então, passar a palavra a Jacqueline Carrijo, que é Auditora-Fiscal do Trabalho.

A SRª JACQUELINE CARRIJO – Obrigada, Senadora.

Bom dia a todos. O Sindicato Nacional agradece o convite. E, só para situar a minha fala, entendo muito bem das relações de trabalho rural. Trabalhei durante quase oito anos nas fiscalizações de grupos regionais e nacionais e hoje sou, desde 2010, coordenadora do setor de transporte de carga e passageiros, da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, em Goiás. Basicamente, faço pista, embarcadores, grandes embarcadores; e conheço bem a situação dos trabalhadores do setor de transportes, os motoristas profissionais.

O que está acontecendo hoje – eu concordo com o Dr. Márcio – é que realmente explodiu! Ninguém aguenta mais. Os trabalhadores não suportam mais tantas más condições de trabalho. Podem mudar o nome, podem chamar de frete, remuneração, salário. Na realidade, as más condições de trabalho fizeram surgir essa

revolta por parte desse grupo, que do meu ponto de vista já deveria ter acontecido há muito mais tempo por parte desses profissionais.

O Brasil, infelizmente, é o segundo no mundo em acidentes de trânsito. Boa parte desses acidentes são do trabalho, envolvendo motoristas profissionais. Esse é o setor que mais mata trabalhador, no Brasil, e que mais adocece. Não tem outro setor que mais adocece trabalhador, no Brasil, que o de transporte, carga e passageiros.

O senhor falou de sanidade de animal, e vou falar aqui: cadê a preocupação com a sanidade do homem? Ninguém fala, ninguém toca nesse assunto. As discussões aqui são econômicas e passam à margem das questões humanitárias.

Os trabalhadores do setor de transportes, autônomos, estatutários, celetistas, eventuais, seja que tipo de relação de trabalho que aconteça, a minha fala alcança todos, porque todos são atingidos. E, também diretamente, todos os usuários do sistema.

Quando veio a revogação da Lei nº 12.619, houve um retrocesso muito grande para esses trabalhadores. Havia a expectativa de que os agentes de Estado iriam cooperar com esses profissionais para que houvesse inclusive a redução da jornada de trabalho, que faz com que essas pessoas trabalhem...

Hoje, o Estado brasileiro depende da superexploração dessa mão de obra. Se falar-se em jornada de trabalho de oito horas, vai ter gente aqui que vai pular desta altura, porque sabe-se muito bem que eles fazem 20, 30, 40 horas. Rebite passou da época; agora é cocaína e *crack*. Isso é o que eu flagro com a Polícia Rodoviária Federal, com a Polícia Rodoviária estadual. Se eu pegasse os meus dados, os meus números e as minhas investigações de acidente e os colocasse nessa tela, eu acho que seria uma afronta numa manhã tão bonita quanto esta de chuva mostrar tanta tragédia, que é aquilo que a gente encontra nessas relações de trabalho no Brasil.

As discussões, até agora... O movimento dos caminhoneiros é legítimo, e eu o apoio, tem infiltrados, mas é legítimo. Eles deveriam ter feito essas reivindicações dessa maneira há muito mais tempo, já que ninguém ouviu os trabalhadores... Ninguém ouviu! Esses trabalhadores têm a impressão de que eles não têm que ter controle de jornada de trabalho. Que desafio para a auditoria fiscal do trabalho falar que o art. 62 da CLT não vale mais nada. Hoje, controla-se jornada de trabalho com tacógrafos, com rastreadores, e é preciso, sim, controlar a jornada de trabalho, para a segurança nacional na malha rodoviária. Gente, isso é básico! É o mínimo a que esses trabalhadores têm direito.

Agora eu vou tocar em outro assunto. Os próprio trabalhadores não querem, muitas vezes, redução de jornada. Sabem por quê? Porque ninguém toca no assunto de não redução de salário, de não redução do valor do frete. Ninguém quer ganhar menos, não, meus senhores! Ninguém que está nesta sala concorda com rebaixamento social, com contrato social, com contrato de trabalho que diminua as suas condições de sobrevivência digna! E eu estou falando até em sobrevivência; não estou nem indo além do art. 7º da Constituição. Então, é o básico o que esses trabalhadores estão reclamando.

Discussões importantes têm sido pautadas, mas eu tenho falado que são pautas unificadas, dos trabalhadores celetistas junto com a dos autônomos. E o que veio com essa nova legislação? Houve uma dicotomia, uma separação, que são os contrários, já que essas boas condições de trabalho que provocaram essa revolta neste momento são as mesmas, pois eles sofrem as mesmas precariedades: falta de fiscalização, buraco, chuva, sol, poeira... Quando você fala, por exemplo, em controle de poeira no setor sucroalcooleiro...

Eu vou citar um exemplo. Quando eu exijo controle de poeira lá, não é capricho! Motorista não enxerga nada. Imagina ele cansado! Imagina ele drogado! E dá-lhe carregar caminhão... Não estou falando em excesso de peso de 10%, não, porque fica essa discussão, no DNIT, de 10%, de 5%, no eixo, e não sei o quê... Gente, a gente flagra é 60%, é 80%, transbordando... As estradas estão arrebitadas, aumentando o risco para esses trabalhadores. Aí eles trabalham para morrer, 20 horas, 30 horas, sem folga, direto, passando dias e dias fora de casa, comendo na estrada, porque não é aventura, não... Fala-se que caminhoneiro adora ficar fazendo comida no meio da estrada. Pelo amor de Deus! Quem concorda com isso? Com poeira, em local insalubre, ficar fazendo comida debaixo do caminhão, na beira da estrada, com risco de assalto, fora a falta de higiene que isso gera, dormir dentro de boleia de caminhão...? Vai falar que gosta? Pela falta de segurança pública, ele acaba assumindo o papel da polícia. Ele fica vigiando caminhão, vigiando carga, e vai falar que o cara gosta de dormir dentro de boleia de caminhão?!

Realmente, o Brasil não tem infraestrutura, não tem ponto de apoio. E ponto de apoio quem tem que pagar não é a população, não é dinheiro de imposto que tem que pagar ponto de apoio para servir de alojamento para empregador. Frigorífico não tem! Na construção civil, o alojamento é das empresas... Por que os embarcadores não podem construir alojamentos também? Ponto de apoio é direito do cidadão. O Governo brasileiro tem que construir ponto de apoio para todos os usuários, para todos nós, não só para os motoristas profissionais. Agora, utilizar esse argumento para não garantir dignidades mínimas para esses trabalhadores é o fim! Não há nenhum movimento... Você não ouve falar, por exemplo, numa cooperativa, Márcio, para cons-

truir os pontos de apoio, que trariam segurança nacional. Eu estou falando de segurança nacional, porque hoje o que esses trabalhadores percorrem no Brasil, num país transcontinental, cansados, esgotados, tem gerado todas as notícias de tragédias no trânsito de que temos conhecimento.

Eu faço mapeamento, faço fiscalizações rotineiras e só nesse trabalho de mapear, de fazer o trabalho de investigação em rotas em que hajam riscos e tudo o mais é muito frequente, Senadora, porque quem trafega na malha também sabe disso, ver o caminhão tombar sem nada, sem nada. Não houve colisão, não tinha um poste, não caiu uma árvore, nada. Ele dormiu. Ele apagou. Goiás tem um número trágico. Doze crianças morreram nos últimos quatro anos vítimas de acidentes que baterem, carretas conduzidas por motoristas fadigados que não enxergaram o que tinha na via, na rota. Isso sem contar outros acidentes que acontecem e que rotineiramente nós fazemos fiscalização.

Então, jornadas de trabalho extensas, exaustivas; más condições de trabalho; má alimentação; falta de higiene; ao voltarem para casa, o que ganham não é suficiente para manter o filho na escola, para pagar açougue, para pagar isso, pagar aquilo, contas, contas e contas; falta de infraestrutura; a questão portuária, realmente, tudo isso envolve más condições de trabalho e essa discussão não tem sido pautada, infelizmente, até agora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Obrigada, Drª Jacqueline.

Eu queria lhe dizer, Drª Jacqueline, que a Casa, que é o Congresso Nacional, tem, sim, uma Frente Parlamentar em Defesa dos Caminhoneiros. Esta Comissão permanente foi instalada na semana passada. E nós já estamos em uma primeira audiência pública para debater essa questão.

Por sermos uma Casa muito cobrada, precisamos dar satisfação não apenas à senhora, que tem a responsabilidade da fiscalização, mas à sociedade que nos acompanha. Então, nós temos, sim, que ver essa questão não apenas sob a ótica dos interesses da produção, dos prejuízos, da defesa sanitária animal, mas da defesa da sanidade humana evidente. Por isso a senhora está presente aqui para falar sobre isso.

Aliás, eu quero fazer justiça, eu falei do Senador Donizeti, mas a senhora está aqui a convite e sugestão do Senador Paulo Rocha, do PT do Pará. Daí a razão de sua presença também, que nos trouxe uma abordagem sob o ponto de vista do trabalhador. E a senhora não falou ainda, Drª Jacqueline, das mortes, dos sequestros e dos roubos de cargas em que o motorista é a principal vítima. Então, existe essa questão, porque a família não sabe se ele vai voltar para casa. Aí também tem um problema de segurança, e aqui está a representação da Polícia Rodoviária Federal, que carece e padece de uma estrutura de mais gente para trabalhar, uma estrutura adequada para estar presente e vigilante e fazer um belo trabalho.

Agora, não adianta queremos proteger sem dar as condições, e a senhora mesma reconheceu, sem darmos a infraestrutura do setor público em relação a proteger essa categoria tão importante, já que, como foi dito aqui pelo Dr. Anaximandro e pelo nosso presidente da OCB, o Brasil anda sobre rodas. Quer dizer, toda a produção, toda a comida que temos, toda a roupa que vestimos, todo o sapato que usamos anda sobre rodas. Então, pagamos também um preço por isso.

Agradeço muito a sua participação.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Pela ordem, Senador Acir Gurgacz.

Agradeço a presença do Senador Donizeti.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Infelizmente, vou ter que me ausentar em função de uma reunião do nosso Partido, o PDT, com a nossa Bancada e os governadores também. Mas, antes de sair, eu faço questão de saudar todos os convidados e saudar os proponentes do requerimento, Senador Blairo Maggi e Senador Moka, por trazer esse tema para a discussão na Comissão de Agricultura, que, de fato, é o foro ideal para que a gente possa discutir e debater esse tema.

Quero dar a minha contribuição com relação a um tema que entendo ser da maior importância e que está na pauta dos caminhoneiros. Primeiro concordar com a Drª Jacqueline de que a vida do caminhoneiro realmente é muito difícil. Vemos isso no dia a dia. O caminhoneiro autônomo tem grande dificuldade no seu cotidiano. As empresas já se organizaram, colocaram pontos de apoio ao longo do trajeto, mas o caminhoneiro autônomo não tem essa tranquilidade de poder descansar.

Ele tem horário para cumprir, tem a prestação para pagar no final do mês.

Quero colocar aqui a questão do preço do óleo diesel. A questão do óleo diesel vem aumentando, ao longo dos últimos dez anos, mais do que aumentou a gasolina. No passado, nós tínhamos um preço, Blairo, de diesel menor do que o da gasolina. E ano a ano nós tivemos, nos últimos dez anos, um aumento no diesel de praticamente o dobro do que aumentou a gasolina. Então, ao longo dos anos foi-se deteriorando o poder aquisitivo dos caminhoneiros e a sua capacidade de receita com relação a suas despesas. E hoje nós chegamos a essa situação.

Eu entendo ser difícil para qualquer um que esteja no Governo dizer: “A partir de amanhã nós vamos diminuir o preço do diesel.” Porém, eu gostaria de sugerir que houvesse um compromisso do Governo em inverter essa política. Que, ao longo dos próximos anos, haja uma redução no preço do diesel em relação à gasolina. Que se inverta, faça exatamente o inverso do que aconteceu dos últimos dez anos até aqui. Entendo que essa é uma política possível de se conseguir do Governo, embora o Governo entenda que tem de diminuir sempre, tem de baixar sempre a gasolina, porque dá sempre uma importância maior aos consumidores de gasolina, porque são em quantidade maior, mas esquece que o custo Brasil está exatamente baseado nos caminhões e óleo diesel. São os grandes responsáveis pelo aumento do custo Brasil.

Então, entendo que esta questão é importante, a do óleo diesel, Presidente e nossos convidados, mas não vejo como nós termos uma redução imediata do preço do óleo diesel. Nós podemos – o Laudemir representa aqui a nossa Presidente da República – fazer uma política de médio prazo para reduzir esse preço, como aumentou nos últimos anos. Acho que essa talvez seja uma maneira real e verdadeira de conseguir atingir, Gilson, o nosso objetivo, que é diminuir o preço do combustível, mas a médio prazo.

Eu entendo que a tabela de preços de frete é uma situação difícil de se colocar em prática. Nós temos de ter uma planilha de custo. Aí, sim, é factível. Daí essa planilha de custo se tornar uma referência de preço eu não vejo como seja possível de se colocar em prática, mas sim uma planilha de custo.

Eu queria me ater a essa questão do combustível. Se fizermos as contas, de 2005 a 2015, o diesel subiu aproximadamente 65% e a gasolina subiu em torno de 34%. É esse o aumento real que aconteceu nos últimos dez anos.

Nós precisamos inverter...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Essa lógica.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – ... essa lógica, esse cálculo.

Para os próximos anos, eu gostaria de deixar isso como uma proposta para que possamos avançar, porque entendemos que é difícil para qualquer Governo chegar ao ponto de dizer: “Amanhã nós vamos diminuir em 10% o preço do óleo diesel e vamos aumentar o da gasolina.” Quer dizer, de uma vez só é difícil, mas, se fizer uma política, eu entendo que é possível que aconteça. Deixo essa proposta.

Peço licença para me ausentar, Presidente e demais convidados. Nós já tínhamos marcado com antecedência uma reunião do PDT com uma pauta importante. O Senador Lasier, que está aqui com a gente, participará também. O Governo do Mato Grosso estará conosco, o Governador do Amapá também. Então, peço desculpas. Assim que terminar a nossa reunião eu voltarei, se tiver condições ainda, para dar a minha parcela de contribuição.

Muito obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Obrigada, Senador Acir Gurgacz, que é nosso Vice-Presidente desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Essa contribuição de V. Exª reforça aqui o que praticamente todos falaram a respeito dessa questão incidente sobre dois aspectos: os impostos federais, PIS e Cofins, e o imposto estadual, que é o ICMS, e também essa lógica de dizer que a gasolina e o diesel... O diesel transporta para máquina agrícola, para trabalho, para o transporte de carga, que é trabalho, que é geração de riquezas.

Então, está diretamente ligado à produção e à economia Agradeço a V. Exª. Boa reunião.

Passo a palavra o Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado, Senadora.

A exemplo do Senador Acir, eu também devo me ausentar, mas quero assistir à reprise desta audiência pública muito bem proposta. Como já se previa, V. Exª inicia muito bem na Presidência desta Comissão, pela dinâmica que começa a imprimir. Sei, inclusive, que V. Exª estará amanhã na grande feira da agricultura de Não-me-Toque, com transmissão direta de televisão para todo o Brasil através da TV Senado em combinação com o Canal Rural. Sei que esse tema dos caminhoneiros está na pauta de amanhã.

Fiquei muito impressionado com o depoimento da Drª Jacqueline, que, na qualidade de auditora fiscal do trabalho, tem toda a autoridade, responsabilidade e credibilidade do que disse aqui, mostrando um quadro não dramático, mas trágico sobre a situação dos caminhoneiros. Quero dizer, desde já, que quero oportunamente, nos próximos dias, como integrante da Comissão de Infraestrutura, encaminhar o pedido para que a Drª Jacqueline também compareça na Comissão de Infraestrutura. Acho que até na Comissão de Direitos Humanos ela deveria comparecer. Sempre suspeitamos das condições que que trabalham os caminhoneiros, mas não com a gravidade que foi demonstrada aqui. Através da ampliação desse debate, da divulgação a todo o Brasil, alguma providência haverá de ser tomada.

Então, peço licença para também me retirar, porque teremos uma reunião prévia agora. Hoje é dia de convenção do Partido, uma dia de grande importância, de eleição dentro do Partido. E, tal como o Senador

Acir, devo comparecer lá. Quero, no entanto, assistir à reprise, porque já estou percebendo o grande proveito que teremos com esta audiência pública de hoje.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Agradeço-lhe muito, Senador Lasier Martins. Ela está acontecendo, graças à iniciativa dos Senadores Waldemir Moka, Blairo Maggi e Ronaldo Caiado. Agradeço muito também aos Senadores. Estamos em uma audiência pública com sete Senadores presentes. Ontem, ficamos 12 horas reunidos em uma sessão do Congresso Nacional; os Senadores saíram daqui à meia-noite e estavam aqui presentes às 8h nesta audiência pública. Ou seja: é um esforço, e quero reconhecer publicamente a presença de todos aqui, sete Senadores em uma audiência pública, em uma quinta-feira com tantas agendas para todos. Agradeço muito a presença, pela relevância desse tema.

Imediatamente passo a palavra ao Presidente do Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas e Logística do Mato Grosso do Sul, Cláudio Cavol.

O SR. CLÁUDIO CAVOL – Muito bom dia a todos.

Eu gostaria, primeiramente, de agradecer, pela iniciativa, os Senadores Moka, Ronaldo Caiado e Blairo Maggi e por terem convidado o Setlog a participar desta audiência pública.

Eu até tinha, Drª Jacqueline, um discurso já pronto, mas vou mudar um pouco devido à sua fala.

Temos hoje, no Brasil, mais de três milhões de caminhões rodando em nossas estradas. De 2008 para cá, ingressaram nesse mercado um milhão de caminhões. Evidentemente, graças ao agronegócio e, felizmente a esse setor, o Brasil tem crescido. O agronegócio ajudou a segurar um pouco o nível de frete desses caminhões que entraram, um nível muito significativo. E por que entraram, nesse número, no mercado brasileiro? Por uma equação que o Governo Federal colocou sobre nós, que foi o Finame, financiamento com juros subsidiados, como já foi amplamente divulgado e que vale a pena repetir. Esse foi o fator decisivo que levou a essa crise no setor. Dois e meio de juros ao ano, ou seja, juros negativos, quase cem meses para pagar um caminhão e um ano de carência para pagar a primeira prestação.

Nos, lá no Mato Grosso do Sul, em Mato Grosso e em Goiás, no Centro-Oeste, temos um outro financiamento que, infelizmente, foi direcionado erroneamente para a compra de caminhões – é o FCO – em que o prazo é maior do que esse e a carência é de dois anos. Entendemos, o setor de transporte e os caminhoneiros – os autônomos também chegaram a essa conclusão; e olhem que esse sindicato está avisando nossa federação e nossa confederação há mais de três anos – que essa bolha um dia iria explodir, esse financiamento farto e com juros baratos. Avisamos a quase todas as entidades envolvidas nisso que um dia isso iria explodir.

Nós temos um exemplo que eu costumo citar. No Mato Grosso do Sul, Campo Grande, o dono de uma pequena loja que instala som em carro conseguiu, no Banco do Brasil, financiar um caminhão de mais de R\$300 mil com dois anos de carência para pagar. Quando perguntamos a ele como faria para pagar a prestação quando terminar essa carência, ele respondeu: “Vou devolver ao banco quando começar a pagar a primeira prestação.”

Lembro a bolha que aconteceu nos Estados Unidos, a bolha imobiliária que explodiu nos Estados Unidos alguns anos atrás. Com certeza absoluta, nós teremos esse mesmo tipo de bolha daqui a sessenta dias, ou noventa dias, ou seis meses no Brasil.

É imperativo que o Governo, que criou essa situação para esse segmento, agora ajude a consertar. Num primeiro momento, nós temos de tomar medidas paliativas até como um calmante para a febre. Num segundo momento, nós temos de pensar em medidas a longo prazo, como eu tenho defendido, a Setlog, várias entidades e algumas cooperativas do Mato Grosso Sul e de Mato Grosso também defendem, que é a regulamentação final para esse setor, para que isso não aconteça novamente, para que daqui a um ano ou daqui a dois anos nós não estejamos aqui novamente.

Drª Jacqueline, num determinado momento, você citou o número de acidentes que nós temos nas estradas brasileiras e disse que a maioria deles ocorre devido ao cansaço e à droga. Eu discordo um pouco, Drª Jacqueline, só um pouco; tenho o direito de fazê-lo. Vou citar um exemplo que também costumo dar várias vezes. No Mato Grosso do Sul e no Mato Grosso, nós temos aquilo que chamam de principal artéria de desenvolvimento desses dois Estados: a BR-163. Foi ela que levou, praticamente, o progresso a toda essa região, inclusive, Rondônia. Essa BR foi construída há mais de 40 anos e, de 40 anos para cá, teve pouquíssimas melhorias. O Governo Federal foi lá e talvez tenha asfaltado, feito uma terceira pista em uma subida um pouco mais íngreme. De restante, está exatamente igual foi feita há 40 anos.

Acontece que há 40 anos, o Senador Blairo poderá me ajudar agora nesse número, porque eu não tenho muita certeza: há mais de 40 anos, o Mato Grosso produzia 1 milhão de toneladas de grãos?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Produzia 30 mil toneladas.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Trinta mil toneladas. Eu estava sendo otimista. Hoje está produzindo mais de 20. É isso, Senador?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Não, não. Seriam 45 milhões de toneladas.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Eu estava só falando de soja. Mas de grãos?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – De grãos.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – De grãos, desculpe. E a principal artéria de desenvolvimento, que é a BR-163, continua igual.

Como a gente faz para dar segurança para o usuário dessa estrada? Ora, o Governo Federal mais uma vez falhou. Todos os Governos que nós tivemos até hoje falharam em não melhorar essa estrutura.

Então, é evidente que caminhões cada vez mais pesados, maiores... Como você mesma disse, muitas vezes esse motorista está a mais de oito horas trabalhando, dez horas trabalhando na estrada. Aí vem a fadiga e vem a irritação também por um movimento excessivo numa estrada que deveria ter sido melhorada há muito tempo.

Para encerrar, entendemos que o Governo tem de investir mais, sim, na infraestrutura do transporte brasileiro, não só em rodovias, como em ferrovias e também no transporte fluvial. E não temos medo.

Estivemos conversando hoje de manhã com o Senador Moka e o Senador nos alertou para o fato de que, de repente, o modal de transporte no Brasil devesse migrar mais para ferroviário e fluvial. Não temos medo disso, não. Citei um dado, Senador Moka, e cito novamente. Nos Estados Unidos, a paridade caminhão/PIB é muito parecida com a do Brasil, e nos Estados Unidos nós temos todas as logísticas muito mais modernas do que a nossa.

Então, o setor de transporte – caminhoneiros, cooperativas e transportadores – não tem medo. Nós achamos que o Governo tem que investir nisso. Quanto mais ele investe, eu acho que mais o País se desenvolverá e mais nós teremos condições de crescer também.

Para terminar, então, como medidas, como sugestão, já foi amplamente divulgado, mas vale a pena citar novamente – estamos dizendo que não aguentamos mais a carga tributária, o aumento de carga tributária –, pedimos encarecidamente ao Governo Federal que não aprove a derrubada da lei da desoneração da folha. Esse é mais um custo para transportadores, para o pequeno transportador e, por que não dizer?, para o caminhoneiro autônomo também, que está minimamente organizado e na formalidade – aquele que está na informalidade não está muito preocupado com isso. E a implantação de um programa de retirada, como já foi dito aqui, de caminhão com mais de 20 anos é imperativa. O Governo precisa tirar esses caminhões antigos das estradas. Aí sim, poderiam usar um financiamento com juro subsidiado para substituir essa frota antiga.

A tabela que foi solicitada por todos nós entendemos que, a longo prazo, não terá muita eficácia, mas é a salvação do setor a curto prazo, e nós precisamos que o Governo ajude a implantá-la.

E o congelamento das taxas de juros é um pedido principalmente de todo transportador de Mato Grosso, de Mato Grosso do Sul. Independentemente de serem pequenos, médios ou grandes, eles têm pedido uma carência de 12 meses nas parcelas do Finame, que já estão, a grande maioria, atrasadas. Então, nós teremos, possivelmente, mais de 300 mil caminhões devolvidos para os bancos ainda este ano. Isto, sim, será um problema sério para o Governo e o setor bancário administrarem.

De minha parte, é isso.

Quero agradecer, mais uma vez, o convite. Muito obrigado a todos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Obrigada.

Veja que cada expositor, Senador Moka, tem mostrado uma face desse complexo problema que nós estamos enfrentando no País. Então, realmente, temos uma ideia muito clara da extensão dele sob todos os aspectos.

Com a palavra o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – É bem rápido.

Eu só quero registrar a presença do Valdecir Malacarne, de São Gabriel do Oeste, do Carlos Lima, de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, que é da cooperativa Cootrapan, cooperativa de trabalhadores de Mato Grosso do Sul, do Lúcio Lagemann, de São Gabriel do Oeste, também de cooperativas de caminhoneiros, do José Xavier de Andrade Filho e do Jorge Pagliotto, ambos da Coopersul, de Dourados, Mato Grosso do Sul.

Por que estou fazendo isto? Para mostrar que, como estava combinada que viria de Mato Grosso um representante de caminhoneiros autônomos, eu fiz questão de que à mesa também estivesse um representante dos transportadores, para que nós ouçamos as duas falas, que não são diferentes.

Mas eu gostaria, Senadora Ana Amélia, que alguém das cooperativas também pudesse, em algum momento, depois de ouvirmos, fazer alguma complementação daquilo que eles julgarem que ainda ficou fora dessas falas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Faremos isto ao final.

Agradeço muito a V. Exª.

Nós havíamos convidado também o Diretor do Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas de Mato Grosso do Sul, também representante de lá, Gelson Pavoni, por solicitação do Senador Moka, mas o Cláudio Cavol tem informação dos motivos da ausência dele aqui, nesta audiência.

O SR. CLÁUDIO CAVOL – O Gelson pede desculpas por faltar a este importante encontro, mas ontem, à noite, ele teve roubados, na região de Paulínia, reforçando o que a Dr^a Jacqueline falou, dois caminhões carregados de combustível e não teve condições, não teve cabeça para estar presente aqui hoje. Isto demonstra exatamente o que a Dr^a Jacqueline falou: a total falta de segurança que nós temos em nossas estradas. Está aí uma prova concreta.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Agradeço a informação.

Vejam que nós estamos falando e as coisas estão acontecendo. Lamentavelmente, é um caso bastante grave. É um prejuízo que...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Aí é roubo do caminhão e da carga. Combustível, não é?

O SR. CLÁUDIO CAVOL – Combustível.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – O Senador Acir Gurgacz falou do valor do diesel como mercadoria muito valiosa.

Eu queria também dizer que nós também convidamos o Presidente da Federação dos Caminhoneiros Autônomos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, Éder Dal'Lago, mas ele não compareceu. Eu quero dizer também que nós fizemos o convite para esse comparecimento.

E agora, encerrando a parte dos agentes da área – falamos da fiscalização – dos agentes que trabalham no setor, convido o Gilson Pedro Pelicione, representante dos caminhoneiros do Estado de Mato Grosso, para fazer uso da palavra, antes concedendo, pela ordem, ao Senador...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Não, Presidente, é só para fazer uma brincadeira.

A senhora falou o nome dele, mas ninguém vai conhecê-lo lá em Mato Grosso assim. Ele é o Baitaca.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Ele tem um apelido. Como é?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Baitaca.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Então é gaúcho.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Conversa muito.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Esse sobrenome é bem gaúcho. Ele deve ser gaúcho.

Com a palavra o Gilson.

O SR. GILSON PEDRO PELICIONE – Cumprimento a minha conterrânea, Presidente desta Comissão...

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Obrigada, Gilson.

O SR. GILSON PEDRO PELICIONE – ..., Senadora Ana Amélia Lemos, cumprimento os demais componentes da Mesa, cumprimento o Senador Blairo Maggi, que me fez o convite para estar aqui, e, na sua pessoa, cumprimento os demais Senadores e todos os presentes.

Primeiro, Baitaca é do Rio Grande do Sul. É isso mesmo. Eu sou gaúcho, estou em Mato Grosso há alguns anos e neste momento estou aqui representando os caminhoneiros de Mato Grosso.

Todos, no Mato Grosso, não tivemos nenhuma motivação, nem por cooperativa, nem por confederação, nem por sindicato. A nossa motivação foi a própria crise que nós atravessamos. E Lucas do Rio Verde foi a cidade precursora dessa paralisação que aconteceu em nível nacional. Ali, no mesmo local onde, em 2006, os agricultores fizeram aquele bloqueio, aquela paralisação que ficou nacionalmente conhecida e até hoje rende frutos, chamada "Grito do Ipiranga", no mesmo quilômetro da BR-163. Ali foi o início; ali foi o estopim de toda essa paralisação.

Eu, como pequeno empresário do ramo de transporte e também como Vereador na cidade de Lucas do Rio Verde, fui chamado para ajudar na organizar, para manter a ordem e para fazer a interlocução entre os transportadores, sejam eles autônomos ou empresários, e as instituições governamentais, como estamos fazendo aqui.

Então, agradeço ao Senador Maggi por ter feito esse convite. Sinto-me honrado em estar aqui representando os caminhoneiros de Mato Grosso, bem como no grupo de trabalho criado na ANTT para discutir a tabela de frete, onde eu fiquei representando a Região Centro-Oeste, como representante dos caminhoneiros autônomos, ao lado do nosso companheiro Miguel Mendes, Diretor Executivo da ATC, representando os empresários transportadores. Então, Mato Grosso está bem representado. E acredito que é justo também, pois ambos temos essa responsabilidade de representar Mato Grosso do Sul e Goiás, pelo que agradecemos a eles a confiança por nós termos iniciado esse movimento lá no Mato Grosso.

Antes de falar sobre a nossa pauta de reivindicações, eu precisaria fazer algumas pontuações nas falas dos colegas que me antecederam.

O Dr. Márcio, Presidente da OCB, fala sobre a questão dos menos organizados estarem em crise. Eu acho que o setor todo está em crise; não são só os desorganizados, até porque representantes da Coopercarga, de Concórdia (SC), estiveram presentes e estão também compondo o grupo de trabalho para a formação dessa tabela de fretes mínimos. Então, eu acredito que a crise se abate sobre todo o setor, não apenas sobre os desorganizados. Eu tenho certeza de que o próprio caminhoneiro, autônomo que seja, por mais simples que seja a contabilidade que ele faça, ao fechar a carta-frete, ele já sabe se teve lucro ou prejuízo. Isso é fato!

A Drª Jaqueline fala sobre a questão de os motoristas trabalharem drogados, alcoolizados, enfim, de alguma forma. Isso não se dá apenas pelas más condições de trabalho; é também pelo baixo valor do frete. Muitos desses motoristas...

(Soa a campanha.)

O SR. GILSON PEDRO PELICIONE – ... recebem remuneração mensal e também recebem, como parte do pagamento, uma comissão sobre o frete contratado, e isso faz com que eles queiram trabalhar por mais tempo. Nós, como proprietários, temos dificuldades, sim, de segurar os nossos motoristas, porque, durante a noite, enquanto nós dormimos, às vezes, eles fazem algum horário fora da lei, fora daquilo que se permite e acabam sendo pegos pela polícia. Isso traz transtornos para eles, com a pontuação na CNH, e para nós, com o custo das multas. Esse é um problema sério de fato, mas, além de todos esses fatos que a senhora colocou, também há o baixo valor do frete contratado. E isso acontece de verdade!

O Senador Acir Gurgacz colocou a questão do óleo diesel. Nós entendemos que é possível; que fazer uma política governamental exatamente no momento em que o País atravessa uma crise econômica e, visivelmente, uma crise política, é difícil, mas eu queria que alguém do governo desse uma resposta sobre qual é o estudo que eles estão fazendo a respeito do impacto sobre a produção nacional, onde o óleo diesel é o insumo principal, não só para o transporte, mas também para a agricultura; para fazerem um aumento sabendo que esse custo todo vai sempre cair em cima do produtor ou do transportador. São questões que eu gostaria de deixar claras aqui.

Sobre a questão das condições de trabalho, dos locais para fazer alojamentos e tal, eu queria citar aqui a empresa que é a maior exportadora do País, empresa nacional, que é a Maggi. Os investimentos que ela tem feito durante o tempo e continua fazendo permanentemente, para melhorar as condições e dar dignidade aos motoristas que permanecem nos pátios de carregamento ou de descarregamento, aguardando o seu momento de espera, com asfalto de pátio, com infraestrutura de banheiros, de refeitórios, enfim, está de parabéns a empresa Maggi, a qual nós temos a honra de prestar serviço e contar desse investimento.

Infelizmente, não são todos. Algumas *tradings* multinacionais tratam os motoristas praticamente como um objeto, ou até pior, porque o objeto não tem sentimento, e o motorista tem. Isso abala muito e isso revolta os motoristas ao ponto de que, quando surgem essas discussões para se tomar alguma atitude, tudo isso aflora, não apenas a questão econômica, mas também as condições de trabalho dele.

Eu queria falar sobre a questão da nossa pauta de reivindicações. No dia 2, nós apresentamos ao Ministro Miguel Rossetto, acompanhados do Senador Blairo Maggi e do Senador José Medeiros, uma pauta de reivindicações. Ali nós estávamos apresentando uma pauta das reivindicações de Mato Grosso e, naquele momento, também estava designado pelos companheiros caminhoneiros de Mato Grosso para representá-los. Apresentamos essa pauta ao Ministro Miguel Rossetto. Permanecemos por mais um dia e aí tivemos a oportunidade de participar das reuniões também dos caminhoneiros do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná.

Então, foram momentos bastante contraditórios até, porque, como não houve um comando geral de greve, vamos dizer assim houve uma paralisação e não houve motivação de entidades associativas, cada região tem uma realidade. Nós de Mato Grosso temos uma realidade. A alavanca do transporte em Mato Grosso são as *commodities*, os grãos e seus derivados – Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás. Na Região Sul, é a agroindústria, o frango, o suíno, o leite e parte da agricultura.

Lá eles têm um ICMS estadual menor, eles têm um combustível mais barato. Nós temos um combustível mais caro. Em contrapartida, eles têm mais estradas pedagiadas. Nós temos menos estradas pedagiadas. São vários fatores e variáveis que, às vezes, modificam a realidade de uma região para outra. E isso é também, agora, um empecilho, vamos dizer assim, na formação da tabela de frete em nível nacional, porque as realidades não são as mesmas. De repente, uma tabela de frete que contemple o Estado de São Paulo talvez não contemple da mesma forma o Estado de Mato Grosso. São realidades diferentes. São Paulo trabalha muito com produtos industrializados, com cargas fracionadas e frutas; e Mato Grosso, grãos.

Uma outra questão é que algumas regiões do País trabalham com o frete de ida e volta. Em Mato Grosso, a maior parte do transporte é ida carregado e a volta vazio. Então, uma tabela, por exemplo, por valor por eixo, vamos dizer assim, é uma questão complicada. Se se vai carregado e se volta carregado, é uma coisa, pode-se

trabalhar com frete mais barato. Agora, se se vai carregado e se volta vazio, tem que se ter ganho na ida e na volta, porque também há custos na volta. E tempo. Então, são várias questões.

Nesse dia 3, depois de um dia inteiro de discussões ainda, nós juntamos as nossas reivindicações com as reivindicações com os Estados do Sul e foi incrementado em alguma coisa, praticamente não se mudou quase nada. E no dia 3, foi protocolada essa outra pauta de reivindicações ao Ministro Miguel Rossetto. Isso me preocupa muito, porque, dentro dessa pauta colocada no dia 3 – já que a Presidenta sancionou a lei que regula a profissão de motorista no dia 2 – já não constava mais, porque ela já havia sido atendida no dia 2.

Ela foi parcialmente... a nossa do dia 2 já estava sendo... No momento que protocolamos junto ao Ministro, ela havia feito, sancionado, nossa Presidenta havia sancionado essa lei. Então, nessa do dia 3, ela não consta. Constam, então, as outras que estavam no dia 2 e aquelas do Rio Grande do Sul. Vou ter aqui oportunidade e quero ler essa pauta. Gostaria de entregar posteriormente à senhora uma cópia dela. O Ministro, o Secretário Laudemir já tem essa pauta.

Antes de ler a pauta, me preocupo porque, ontem à noite, assistimos, nas galerias da Câmara Federal, a votação do Congresso sobre os vetos e um Deputado do Rio Grande do Sul, da Base governista, saiu em defesa do Governo dizendo que o Governo já havia atendido 90% das reivindicações da pauta. Preocupa isso, porque, naquele mesmo momento, o Estado do Rio Grande do Sul, os caminhoneiros do Rio Grande do Sul, movidos por conta própria, já estão articulando fechar novamente a estrada.

São essas falas, vamos dizer assim, que não são verdadeiras, que podem piorar, e muito, a situação, porque parar o transporte no Brasil não é apenas parar os caminhões. Os caminhões parando, param os trens; os caminhões parando, param os navios; os caminhões parando, param outros tipos de transportes terceirizados, menores que fazem as distribuições locais; os caminhões parando, gera o desabastecimento em todos os setores, não só nos insumos agrícolas que estão chegando, como adubo, ureia, semente, não só na escoação do produto colhido, mas, sim, nos produtos alimentícios, industrializados, no gás de cozinha, no combustível, e isso gera... Isso aconteceu na nossa região do Mato Grosso e tivemos que tomar algumas medidas. Acabamos fazendo um acordo, um pacto com o Governo, nos comprometemos também com o Senador Blairo Maggi, e fizemos o desbloqueio. Demos uma trégua ao Governo. O movimento não acabou. O movimento está em trégua, até que avancem essas negociações e algumas conquistas concretas sejam colocadas em prática.

O motorista não está pedindo nada para o ano de 2016. O motorista está pedindo para agora. Está pedindo para ontem. O motorista é trabalhador. O motorista não é baderneiro. O motorista não sai para a estrada para fazer passeio. Ele sai para trabalhar, para trazer de volta o sustento da família dele, a educação dos seus filhos, a saúde dos seus filhos. Portanto, ele para no momento em que também deixa de ter renda, seja ele empregado, autônomo ou empresário.

Então, o apelo que fizemos é para que o Governo reveja essa questão e aponte onde está. Não acredito que esse Deputado esteja com conhecimento. Acho que o Governo não tem essa mesma postura de achar que 90% dessa pauta de reivindicações está atendida.

Fizemos, solicitamos a redução do percentual do último aumento do PIS e Cofins sobre o óleo diesel. Não estamos pedindo baixa do óleo diesel. Estamos pedindo uma reconsideração do que foi feito sem planejamento do impacto que isso iria dar não só no transporte, mas também no setor agrícola. No momento em que ele também encarece a produção, automaticamente freia um possível aumento do frete. Isso é uma cadeia. Se um desses elos dessa cadeia se romper, não se sustenta. Então, o diesel não é apenas para caminhão. É também para a produção.

Solicitamos que o Governo defina a opção de uma tabela mínima de frete nas discussões que serão realizadas no dia 10 de março, sob a coordenação do Ministério dos Transportes, no prazo de 45 dias a partir do início das negociações para implementá-la, ou seja, 45 dias a partir do dia 10 de março. Já foi formado o grupo de trabalho. Fizemos a primeira reunião. Teremos uma reunião no dia 16, em São Paulo; outra reunião no dia 19, aqui, em Brasília; e no dia 26. A ideia é que, no dia 26, esteja avançada a compilação desses números que virão de todo o País, com a realidade de cada Estado, para se ter agilidade na formatação dela, porque os trabalhadores que estão na ponta, na base esperam respostas imediatas. A gente sabe.

Como Parlamentar, no Município, sei que as coisas não acontecem da noite para o dia, dependem de um estudo. Temos que trabalhar dentro de uma realidade do que é possível, mas aqueles trabalhadores têm uma parcela para pagar no dia 15, do Finame. Se for no dia 16, já estará pagando juros de mercado e, se não pagar a primeira e a segunda, na terceira, é busca e apreensão.

Hoje, caminhões ano 2013 estão trabalhando em fundos de fazenda, fazendo o transbordo da fazenda para um armazém, para o Oficial de Justiça não localizar, porque já estão com busca e apreensão. Então, essa é a realidade do que está acontecendo hoje.

Também foi solicitada abertura de linha de crédito especial para o transportador autônomo de cargas, no limite de R\$50 mil, com carência de três meses e 24 meses para pagar, com juros de 2,5% ao ano. Nós sabemos que o Governo atravessa uma crise, mas a maioria dos trabalhadores autônomos hoje está inadimplente. Eles estão com o nome, o CPF – vamos dizer assim - negativado na praça.

O Governo distribui tanto dinheiro para a agricultura familiar, o que a gente sabe, através de linhas do Pronaf; e também para aquisição de veículos de carga, no Programa Mais Alimentos. Então, que o Governo conceda a esses trabalhadores não dinheiro para adquirir caminhão, mas dinheiro para que restabeleçam o seu caixa e voltem a ficar em dia com seu CPF, podendo novamente comprar um pneu a prazo, fazer um serviço numa oficina mecânica, comprar peças a prazo, porque hoje eles não tem condições. Seria para refazer o caixa deles.

Também solicitamos do Governo reserva de mercado de 40% em produtos transportados no País que sejam lotes de prioridade do Governo, através de seus estoques reguladores, ou que tenham financiamento público para serem transportados por autônomos através de suas cooperativas, que são esses produtos da Conab.

Do Mato Grosso, por exemplo, são milhares de toneladas que saem anualmente, principalmente do milho que abastece o Nordeste e o Sul e é produto da Conab. E a gente sabe que o Governo paga um valor altíssimo por esse frete para agenciadores que participam de licitações e o caminhoneiro recebe em torno de 50% a 60% do valor que custa para o Governo. Então, gostaríamos de ter essa reserva de 40%

E essa daqui é hoje uma das maiores discussões, porque o Governo deu uma sinalização, mas a sinalização não atende a carência de 12 meses para pagamento de parcelas de financiamento para cada conjunto, que são caminhões, carretas e semirreboques, até o limite máximo de três conjuntos de contratos em vigor, no caso de contratos já firmados com os bancos, independentemente da modalidade contratada – Procaminhoneiro, Finame ou outros –, dos transportadores autônomos de cargas e empresas de transporte de cargas, observados os prazos dos contratos originais e sem juros.

O Governo já sinalizou que está fazendo a regulamentação junto ao BNDES para conceder essa prorrogação. Isso aqui ninguém está pedindo que seja perdão de dívida. Os trabalhadores, os caminhoneiros querem pagar suas contas, mas precisam ter condições. Então, eles estão pedindo que seja prorrogado por 12 meses; que seja capitalizado esse juro no saldo devedor para pagamento integral, mas que permaneça o juro contratado, juro de Finame ou do Procaminhoneiro, e que sejam concedidos 12 meses, mas para todas as empresas.

O problema não está apenas no caminhoneiro autônomo, no pequeno transportador ou somente no grande frotista. Todos os transportadores têm essa necessidade. Achamos até que os grandes, nesse caso aqui, seriam prejudicados, porque há empresas com 200, 300 caminhões financiados; e com apenas três praticamente não muda nada! Mas vai pelo menos atender aquelas empresas que têm por exemplo um CNPJ vinculado a outras atividades que tenham faturamento maior do que R\$3,6 milhões por ano, porque nesse caso que o Governo sinalizou não vai atender; ele quer atender apenas a autônomos e microempresas, das quais o limite é R\$3,6 milhões de faturamento bruto anual.

Então, nós queremos que atenda mais, todas as empresas, para darmos oportunidade. Mesmo pequenas empresas, mas que tenham o vínculo do CNPJ com outra atividade, portanto, às vezes tem um faturamento maior, consigam também ser beneficiadas com essa carência dos doze meses.

Isso é uma urgência que existe, porque estão lá todos esperando dia o 15, agora, quando vence mais uma parcela. Todo dia 15 vence parcela. Então, há pessoas com três, quatro, cinco e já estão escondendo os caminhões. Portanto, não conseguem ter renda porque o Oficial de Justiça está batendo por lá, fica rondando para pegar.

Aí, solicitamos também o Fórum Permanente de Debates para discutir as demandas apresentadas e oriundas da paralisação nacional. Nesse fórum o Governo também sinalizou positivamente. Ele não é exatamente aquele grupo que está discutindo a questão da regulamentação da lei do motorista e nem da tabela de fretes mínimos. Ele seria outro fórum permanente onde acho que teria espaço para todas as entidades associativas, sindicais e caminhoneiros de todo o País participar. Já que é fórum, ele pode ser ampliado. Então, o Governo sinalizou positivamente, até porque isso não acarreta nenhum custo para o Governo, e eu acho que isso é salutar.

Solicitamos também o perdão das multas e notificações, conforme o art. 22 da Lei nº 13.603, de 2015, em processos judiciais aplicados durante as paralisações dos transportadores e lideranças do movimento. Muitas pessoas, inclusive, que não tinham nenhuma ligação com o movimento foram penalizadas com multas por seus caminhões estarem bloqueando pistas das rodovias cujo desbloqueio o Governo determinou. Em virtude de esses caminhões estarem parados, algumas pessoas que não tinham envolvimento acabaram penalizadas. Então, a gente pediria também... É claro que aqueles atos que geraram crime, vamos dizer assim, que foram detectados como crime pela polícia, que geraram inquérito policial, para esses é impossível, porque estão à disposição da Justiça.

(Soa a campanha.)

O SR. GILSON PEDRO PELICIONE – Então, a gente pede isso, que é uma coisa urgente urgentíssima, porque o risco de voltarem essas paralisações é muito grande. Eu diria que hoje é muito grande, porque o Rio Grande do Sul já está sinalizando para a paralisação novamente. Então, nós temos esse medo e não queremos parar. Vamos deixar bem claro isto: nós queremos trabalhar. Estamos trabalhando. As condições melhoraram um pouco desde o final das paralisações, mas não foi por parte do Governo, e sim por parte das *tradings*, que melhoraram o preço do frete. Hoje, nós estamos trabalhando, talvez, com uma margem razoável de ganho.

Então, eu gostaria de agradecer a todos.

(Soa a campanha.)

O SR. GILSON PEDRO PELICIONE – Então, eu gostaria de agradecer a todos.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Até porque, com a paralisação, a primeira vítima é o próprio caminhoneiro, que deixa de trabalhar e produzir e levar o salário para a família.

O SR. GILSON PEDRO PELICIONE – Eu gostaria de agradecer a todos.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu agradeço muito.

Agora falou, digamos, o protagonista do processo, que é o caminhoneiro. Nós falamos aqui com a CNA, mostrando o impacto sobre a produção agropecuária do Brasil, o maior exportador e produtor de muitas cadeias produtivas, não só de grãos, mas também de proteína animal, e ouvimos aqui a OCB, o Dr. Márcio Freitas, que foi ao Ministério da Agricultura, mas retorna, mostrando que a OCB também vê os dois lados, o do cooperativado que não teve o leite entregue na cooperativa e o do transportador cooperativado, do caminhoneiro cooperativado.

Ouvimos aqui a Drª Jacqueline, que mostrou o lado do trabalho em sim, da questão humana do operador, do profissional que dirige, do motorista de caminhão, do caminhoneiro, e o Cláudio Cavol, do setor empresarial, e agora ouvimos essa exposição de alguém que está envolvido não só no movimento, líder do movimento, mas também nas negociações com o Governo, tendo uma visão, digamos, muito adequada das questões hoje de emergência e urgência para a categoria.

Agradeço também a presença do Senador Flexa Ribeiro, do PSDB do Pará, do Senador José Medeiros, do PPS de Mato Grosso, e renovo aqui, digamos, a satisfação por tantos Senadores, nesta manhã, depois de uma longa noite que tivemos, estarem aqui debatendo esta matéria.

E agora, com muito prazer, vamos encerrar...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Pela ordem, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Pela ordem, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Eu pedi a palavra pela ordem porque daqui a pouco terei que presidir a Comissão de Relações Exteriores, pois o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que gostaria de estar aqui, está tendo que viajar para São Paulo em função da morte de uma pessoa do seu ciclo de amizade mais próximo.

Quero só assinalar que essa questão que envolve o transporte rodoviário no Brasil merece soluções de curto prazo, de médio prazo e de longo prazo. E eu vou atentar para as soluções de longo prazo. O Brasil precisa estabelecer os modais de transporte que são necessários em função do seu gigantismo continental. Nós temos que ter transporte de cabotagem marítimo, nós temos que ter transporte ferroviário a longa distância, onde haja massa de transporte que justifique e temos que aproveitar a nossa malha hidroviária para ter o transporte aquaviário.

Então, a longo prazo, o País tem que estabelecer um programa de investimento chamando parceiros internacionais. Eu lembro que a China está fazendo grandes acenos para a Argentina. A China tem capitais, tem empresas interessadas em investir nesses modais e nós temos empresas nacionais competentes para fazê-lo.

Então, é preciso que o Brasil estabeleça, a longo prazo, mas não muito longo, uma política de intermodalidade de transporte e, de outro lado, uma política de recuperação da malha rodoviária. Nós temos rodovias absolutamente...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Sucateadas.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB - SC) – ... desgastadas, sucateadas. Rodovias que precisam ser triplicadas, quadruplicadas, octuplicadas continuam com duas vias.

Eu vou me ater mais a essa questão do longo prazo. E quero assinalar com isso que, normalmente, uma política de intermodalidade de transporte consagra o transporte rodoviário para distâncias de, no máximo, 300km. No Brasil, cito o exemplo de Joinville, minha cidade, onde nós temos a maior fábrica de geladeiras do

mundo, que produz as marcas Cônsul e Brastemp. Aquela fábrica recebe peças, componentes de todo lugar do País. Vêm de Minas, vêm do Nordeste, a maioria vem de São Paulo. Então, aquelas peças vêm via rodoviária para Joinville, onde as geladeiras são feitas e de onde saem, por via rodoviária, para abastecer o comércio lá de Cruzeiro do Sul, no Acre. Isso é impossível continuar.

Nós revogamos o transporte marítimo de cabotagem. Nós temos 7,2 mil quilômetros de costa marítima, exatamente a mesma extensão da muralha da China, e revogamos o transporte de cabotagem marítimo, que, para essas cargas, é essencial no sentido de estabelecer as rotas de comércio sul/norte/nordeste.

Então, eu queria dar essa contribuição à Comissão...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Obrigada, Senador.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB - SC) – ... e pedir licença aos ilustres visitantes e aos nobres Pares, pois tenho de ir agora à Comissão de Relações Exteriores.

Vou ficar apenas mais cinco minutos, porque é muito importante ouvir o Dr. Laudemir.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Quero pedir a V. Exª, Senador Luiz Henrique, como Presidente, que coloque as relatorias que eu tenho na Comissão de Relações Exteriores ao final, porque ficarei mais tempo aqui.

Quero passar a palavra ao Senador José Medeiros, mas precisamos ouvir o representante do Ministério. Se for possível V. Exª falar depois, Senador. (*Pausa.*)

Obrigada, Senador José Medeiros, pela compreensão, porque agora ouviremos a palavra do Governo em relação a tudo o que nós apresentamos e falamos aqui.

Então, com a palavra o Dr. Laudemir Müller, Secretário-Executivo da Secretaria-Geral da Presidência da República.

O SR. LAUDEMIR ANDRÉ MÜLLER – Obrigado, Senadora.

Bom dia a todos e todas.

Eu queria cumprimentá-la, cara Senadora Ana Amélia, pela liderança nesta atividade aqui, nesta Comissão. Entendo que a participação bastante expressiva aqui dos Senadores é reveladora da importância que tem esse tema. Aproveito para cumprimentar os Senadores aqui presentes: o Senador José Medeiros, de Mato Grosso, se não me engano, o Senador Berger, de Santa Catarina, o Senador Luiz Henrique, também de Santa Catarina, o Senador Moka, de Mato Grosso do Sul, o Senador Blairo, do Mato Grosso, o Senador Flexa Ribeiro, do Pará, se não me engano, e o meu caro Donizeti, do Tocantins.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Está chegando o Senador Ronaldo Caiado.

O SR. LAUDEMIR ANDRÉ MÜLLER – Cumprimento o Senador Ronaldo Caiado, que acaba de chegar, do Estado de Goiás.

Então, mais uma vez, bom dia a todos!

Cumprimento também os vários componentes da Mesa, cumprimento o Márcio, da OCB, que, após falar, teve que se retirar, cumprimento a Jacqueline, que falou sobre o ambiente de trabalho dos nossos motoristas, dos caminhoneiros, o Cláudio, em relação aos transportadores, saúdo o Gilson, conhecido por Baitaca, meu conterrâneo, que também está no Mato Grosso, e cumprimento o Anaximandro Almeida, que representa a CNA.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Secretário, apenas uma curiosidade, porque o Senador Blairo Maggi falou que ninguém reconhece o Baitaca se ele for chamado de Gilson: baitaca é um pássaro como o periquito ou o papagaio que tem a fama de falar. (*Risos.*)

Aqui, ele provou que faz jus ao apelido que ganhou. Apenas para compartilhar com todos e agradecer a ele pela contribuição que nos trouxe.

Peço também ao Secretário Laudemir, que agora fará o *gran finale* desta audiência, de quem a gente espera não os 90% de que o Baitaca falou, mas que o percentual seja, de fato, de 90% no atendimento das demandas.

Com a palavra o Secretário.

O SR. LAUDEMIR ANDRÉ MÜLLER – Mais uma vez, obrigado, Senadora e demais aqui presentes.

Primeiro, eu gostaria de dizer para o Governo, para a Presidenta e para o Ministro Rossetto que esse é um tema absolutamente importante que afeta não só a vida de milhões de trabalhadores, de motoristas que transportam a riqueza deste País, mas também o conjunto de nossa economia.

E aí eu queria aproveitar para registrar e já agradecer a forma como os segmentos e todos os envolvidos, especialmente as representações dos caminhoneiros, dos embarcadores, dos transportadores, têm tido essa capacidade de aceitar a forma como a gente tem lidado com esse tema, especialmente a capacidade de diálogo. Se é verdade – acho que foi o Baitaca que colocou aqui – que não é um movimento que tenha uma pessoa que lidera nacionalmente, é verdade que nós temos inúmeros líderes dos caminhoneiros Brasil afora, e nós, no Governo, temos feito um esforço bastante grande para buscar congregar essas lideranças novas e as lideranças mais antigas das diferentes regiões, dos diferentes segmentos, das diferentes realidades, dos tanqueiros, dos

transportadores de cargas, dos transportadores dos refrigerados, que têm realidades, e conseguir fazer um diálogo sobre esse tema de forma franca, direta, permanente e bastante prática e objetiva.

Eu queria registrar, direcionando ao nome de V. Ex^a, Senadora, a importância do envolvimento do próprio Parlamento. Nós tivemos, e continuamos a ter... Espero que a atividade de hoje desta Comissão se estenda para em outros dias, pois revela a importância que ela tem, e nos valorizamos isto positivamente, o envolvimento de vários Senadores, inclusive presentes aqui hoje, diretamente nessa temática dos caminhoneiros. Nós achamos que isso é importante e deve permanecer. Então, a relação entre Governo, Parlamento, Senadores e Deputados com os dirigentes, com os caminhoneiros, enfim, com o conjunto da sociedade, com aqueles setores afetados, as cooperativas, o agronegócio, nós achamos que esse é o caminho que temos que trilhar, ou seja, o caminho do diálogo, que acho que é o caminho que estamos trilhando. Eu acho que é assim que estamos trabalhando. Vemos que essa é a única forma de tratar de um assunto tão importante para o País como o tema do transporte de cargas na nossa economia e dos caminhoneiros que trabalham diretamente.

Eu queria frisar aqui alguns pontos que já foram colocados e, depois, ir diretamente, objetivamente, àquilo que a gente tem feito, aos encaminhamentos e a como o Governo está vendo essa situação.

O primeiro deles, que acho o mais importante, é o reconhecimento da sociedade e do Governo, especialmente, de que há, sim, um tema muito importante de rentabilidade do setor de transporte de cargas neste País, especialmente e de forma, eu diria, mais direta das microempresas e dos transportadores autônomos. Por uma série de fatores, a gente tem essa sensibilidade. A gente tem visto que há necessidade de um realinhamento, de um ajuste no conjunto de um setor que tem um problema, sim, de rentabilidade. Eu acho que esse é o primeiro tema. Acho que o setor, os transportadores, os caminhoneiros têm colocado isso de forma muito clara, e nós estamos absolutamente convencidos disso e temos uma alta sensibilidade para isso.

O segundo tema, também importante, diz respeito às questões estruturais sobre esse setor, tanto no que se refere às características de uma caminhada que tenha a ver com uma superoferta de frete neste momento, por questões conjunturais e por questões estruturais... Por exemplo, a alta *performance* do Procaminhoneiro, do Finame, do BNDES aumentou exponencialmente a nossa frota de caminhões. Nós colocamos mais de um milhão de caminhões, se não me engano, nos últimos dez anos, agregando-os à nossa frota. Mas há também algumas questões estruturais, inclusive a discussão dos nossos diferentes modais, como é, por exemplo, o transporte ferroviário, que começa, pelos impactos resultantes de uma recuperação da nossa infraestrutura e da construção dessa infraestrutura, onde não havia, da nossa logística de transporte, como é o caso, por exemplo, dos avanços que a gente já começa a observar no escoamento de safras de grãos para a Região Norte, para o modal Norte.

Então, há questões estruturais, de fato, sobre o setor, e algumas acabam incidindo de forma conjuntural. Todavia, também temos questões muito importantes de infraestrutura do setor, questões radicais do setor, da raiz do setor, que eu acho que nós temos de continuar a discutir, avançando para entender, por exemplo, o Programa de Infraestrutura Logística, o PIL, e o PAC. Então, eu acho que é importante que a gente discuta isso e organize essa discussão sobre as questões infraestruturais do setor que nós temos diante de nós.

Outro tema que eu acho que também cabe destacar – e isto aparece muito fortemente no agronegócio; aparece em outros setores, mas especialmente no agronegócio, o que, a meu ver, também revela a importância do setor – é que nós temos um desenvolvimento cada vez mais ajustado do setor. Então, um dia sem um caminhão rodando impacta brutalmente no setor de frigoríficos, por exemplo, no setor de frangos, de suínos, no setor de leite, onde nós temos um ajuste muito fino. Além de ser perecível, nós não temos estoque. Todo dia nasce pintinho, e ele tem que ser transportado, tem que ter uma logística que funcione, e essa logística foi desenvolvida de forma bastante ajustada, o que faz com que qualquer problema, qualquer intercorrência de minutos ou de horas na nossa infraestrutura afete profundamente o setor, como a gente viu em várias regiões.

Então, essa é uma dinâmica. Isso, de fato, afeta profundamente o agronegócio, o setor rural. Por isso, também a importância de um diálogo, de um olhar e de um reconhecimento ainda maior, cada vez maior, da nossa infraestrutura logística, do papel que têm o caminhão e os caminhoneiros na nossa economia e, ainda, do reconhecimento de que todo o alinhamento de preços, o alinhamento do setor, de que a negociação do setor tem que andar sempre muito bem para que nada pare, para que ninguém tenha prejuízo.

Ao longo desses dias, o Governo, juntamente com as organizações dos caminhoneiros, os seus representantes e o Parlamento, nós tivemos uma grande intensificação do diálogo, com várias reuniões de interpretação, de entendimento do setor, para tentar buscar na raiz quais os temas que temos que atacar. E percebemos claramente, Senadoras, Senadores e demais presentes, que há uma necessidade emergencial de atacar um tema que é central, que é a baixa rentabilidade dos caminhoneiros de alguns setores em especial.

Os caminhoneiros do setor têm colocado o seguinte: é importante para nós que seja dado vigência, que seja sancionada, que entre em vigor imediatamente a Lei do Caminhoneiro, que foi discutida e aprovada no

Parlamento, no Congresso, no Senado, na Câmara, que tem pontos importantes para os caminhoneiros, que ela ganhe vida rapidamente, que haja sanção integral dela. Esse é um ponto fundamental, que está em andamento, e nós já estamos no ponto da regulamentação, após a sanção.

Ali há vários pontos que os Srs. Senadores e as Srs. Senadoras conhecem – não vou me deter neles – e que interferem em pontos como os caminhões vazios, os eixos suspensos do caminhão vazio em relação, por exemplo, ao pagamento de pedágio, com jornada de trabalho, com a infraestrutura dos pontos de parada, com multas. Enfim, há uma série de fatores importantes levantados aqui pelos caminhoneiros e, obviamente, aprovados, sinalizados e organizados pelo Congresso Nacional.

O segundo ponto colocado é a necessidade de um reescalonamento das dívidas dos caminhoneiros neste momento, especialmente dos que têm caminhões de baixa capacidade ou que estão com problemas de rentabilidade e, por consequência, não têm fluxo financeiro, não têm caixa para honrar o pagamento das parcelas do seu caminhão, novo ou usado, ou da sua frota financiada. A ação esperada para isso é o reescalonamento imediato dessas dívidas, com uma carência de 12 meses. Temos milhares de contratos feitos ao amparo do BNDES, dos recursos equalizados pela União e operados pelo BNDES e pelo conjunto dos bancos, públicos ou privados, inclusive pelos bancos das próprias montadoras. É preciso que os caminhoneiros possam ter uma capacidade de geração de renda, de postergação desse pagamento, para que nenhum caminhoneiro, nenhum autônomo, nenhum microempresário precise, nos próximos 12 meses, desembolsar, pagar essa parcela vincenda nesse período. É preciso que o caminhoneiro possa reescalonar sua dívida, ganhar um fôlego emergencial, ter a capacidade de se reorganizar, de se reestruturar e ter caixa para, depois, pagar a sua dívida.

Essa é uma ação que já está em andamento. Nós estamos trabalhando com os caminhoneiros autônomos e os microempresários tanto no que se refere aos recursos do Procaminhoneiro como também de recursos do PSI, do BNDES, e do Finame, que estão fora do programa formalmente chamado de Procaminhoneiro. Também queremos incluir aí aqueles caminhoneiros autônomos, aqueles microempresários que sejam arrendatários, o que envolve *leasing*, incluir aquelas empresas que têm arrendamento de caminhões que estejam, eventualmente, sendo arrendados por esses caminhoneiros autônomos e por esses arrendatários. Então, este é uma tema emergencial.

Outro tema importante, que eu diria que é uma dos pontos absolutamente centrais da pauta, que tem muito a ver com a questão emergencial e também com a questão estrutural, é uma sistemática, uma forma para que haja um reequilíbrio e um realinhamento de preços dentro do setor. Há, sim, uma questão conjuntural, há, sim, uma questão estrutural, há, sim, uma sobreoferta de frete, mas há também outras questões, que o Baitaca – já posso chamá-lo assim – colocou, tais como o fato de que... Às vezes, o embarcador diz que pagou X pelo frete, mas, quando se vai ver com o caminhoneiro, ele está recebendo muito menos que esse X que, às vezes, o empresário ou o embarcador está pagando. Então, há também o tema de reequilíbrio entre quem está no meio, quem contrata e quem transporta efetivamente, que é o caminhoneiro, que tem que ser vista.

Então, a forma que se encontrou, que se expressa para que haja esse reequilíbrio, um padrão mínimo, uma referência de frete, é o estabelecimento de uma tabela referencial de frete que possa orientar, nivelar, sinalizar ao setor para que possa ter um mínimo, para que possa haver um equilíbrio, um realinhamento de frete no setor.

Obviamente, esta é uma questão entre privados. O frete, no Brasil, é um tema de negociação do setor privado, entre quem contrata e quem transporta. Não é um tema que está regulamentado, mas, pela importância que tem, nós estamos trabalhando de forma tripartite, entre o Governo, os embarcadores, os transportadores e quem contrata e quem transporta – os caminhoneiros, as empresas, as indústrias –, para chegar, com o estímulo do Governo, com a intermediação do Governo, com o acompanhamento do Governo, a uma tabela referencial de frete.

Qual é a forma que estamos trabalhando? Já foi referido aqui que o nosso trabalho se iniciou, com, além das medidas da sanção da lei, o encaminhamento objetivo do reescalonamento das dívidas junto ao BNDES e o Ministério da Fazenda. Nós já começamos a trabalhar, nesta semana, com um conjunto importante... Vejo aqui alguns... Eu não estava na reunião, mas sei, por exemplo, que o Senador... Não sei se o Moka participou, mas sei que o Senador Maggi participou da reunião. O Maggi e o Moka, que estão aqui, além de outros Parlamentares, acompanharam essa reunião.

Estamos trabalhando de forma tripartite em três elementos: nessa tabela referencial de frete, na regulamentação da lei e, por parte dos caminhoneiros, numa série de questões apontadas, que são temas infralegais, mas de regulamentação no que se refere à Agência Nacional de Transportes Terrestres, que são o CIOT, a carta-frete e uma série de outros temas relacionados que são importantes para os caminhoneiros. Alguns ainda não tinham sido implementados e outros já foram implementados no passado recente e devem ser reajustados.

Qual é a percepção do Governo? Que temos uma situação apontada pelos caminhoneiros, que, do nosso ponto de vista, é justa, porque, de fato, há um problema de rentabilidade desse setor, dos caminhoneiros. Há

questões emergenciais que estão sendo tratadas junto com os caminhoneiros, os transportadores e os embarcadores, em especial naquilo que se refere diretamente ao tema da rentabilidade neste momento, à renegociação de dívidas, à tabela referencial e a outras medidas da ANTT que são importantes, à própria entrada em vigor e à regulamentação da lei que incide sobre isso. E também temos e instalamos – e o Governo está comprometido com isso – um fórum, um espaço permanente de discussão sobre temas conjunturais e estruturais desse setor tão importante para nossa economia. Vemos, cada vez mais, a necessidade de termos um alinhamento muito importante e de que o setor tenha fluência e rentabilidade para que o nosso País possa continuar crescendo com estabilidade, tendo os nossos setores ajustados.

Eu queria terminar, Senadora, Senadores, representantes dos caminhoneiros e das demais entidades, telespectadores que nos acompanham, que acompanham esta atividade tão importante aqui do Senado Federal através da TV Senado, dizendo que nós achamos que é muito importante que haja, de fato, um envolvimento de vários segmentos, em especial, obviamente, do setor de transporte e do setor dos caminhoneiros, que a gente tenha uma ação emergencial muito decisiva, franca e compartilhada, negociada diretamente com o setor, mas que também haja um acompanhamento pelo Congresso. Acho que é muito importante, Senadora, esse espaço de discussão e acompanhamento. Precisamos continuar com esse envolvimento dos Senadores na busca de soluções e encaminhamentos e, obviamente, com as discussões estruturais desse ramo, dessa atividade tão importante para a nossa economia.

Mais uma vez, quero dizer da nossa disposição, do Governo Federal, da Presidenta, do Ministro Rossetto, que tem recebido essa tarefa junto com o Ministro Rodrigues, dos Transportes. Estamos absolutamente à disposição. Agradecemos muito o envolvimento do Senado e queremos continuar com essa parceria, com o envolvimento de todos para conduzir esse tema tão importante para a economia do nosso País, que envolve milhões de trabalhadores e caminhoneiros.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Obrigada, Secretário Laudemir Müller. Seu tempo foi maior por óbvias razões.

Quero também agradecer ao Ministro Miguel Rossetto.

Antes de concluir, quero passar a palavra ao Senador José Medeiros, que pediu a palavra pela ordem e que foi muito gentil ao deixar que ouvíssemos primeiro o Secretário Laudemir, Senador José Medeiros, e também ao Senador Ronaldo Caiado. Aliás, concedo, antes, a palavra ao Senador Dário Berger, que tinha solicitado a palavra pela ordem.

Desculpe-me, Senador José Medeiros.

Com a palavra o Senador Dario Berger e, depois, os Senadores José Medeiros e Ronaldo Caiado.

Eu só pediria a todos brevidade nas colocações, porque chegamos ao ponto de saber qual será o próximo passo. Com o Senador Moka eu aprendi, na Comissão que ele presidiu na Casa, que uma audiência pública como esta não pode se encerrar sem uma conclusão e sem um dever de casa. Aprendi isto, que é o que vamos fazer agora, nestes próximos minutos.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Serei breve, Srª Presidente.

Eu acho muito importante que um dos resultados que saia daqui – e este recado eu deixo mais diretamente ao Governo – é que a gente tenha a dimensão e a importância dele. Até parabeno o Governo por agora estar se empenhando nisso, mas insisto que isto está sendo subdimensionado, vamos dizer assim.

O Senador Blairo Maggi, no início, falou, no plenário, uma frase curta, mas muito interessante: greves de caminhoneiros já derrubaram governo. É verdade! Na década de 70, houve uma greve de caminhoneiros no Chile que culminou com a queda do Governo. Muitos diziam que foi a CIA, que foram os Estados Unidos que patrocinaram aquela greve, que culminou com o travamento de todas as instituições do Chile e com a queda do governo. Culminou com o golpe do Pinochet.

Essa greve brasileira também está sendo financiada, não tenho dúvida disso, mas não por um ente exterior, não está sendo financiada por nenhum governo, por nenhuma instituição, pela CIA ou por qualquer órgão. Ela está sendo financiada por uma situação que chegou a ficar insustentável. E é por isso a grande dificuldade. O Parlamento, nesse ponto, foi, creio, muito parceiro do Governo. Oposição, Situação, todos aqui se comportaram de forma... Percebeu-se muito cedo a gravidade dela. A Senadora Ana Amélia, o Senador Luiz Henrique, o Senador Blairo Maggi, o Senador Moka, todo o Parlamento se debruçou sobre o tema, porque percebeu que a coisa estava feia. O que aconteceu? Não havia uma liderança. Dessa vez, não havia uma liderança com quem se pudesse conversar. Creio que o Governo está aqui e pode até falar, depois, se encontrou com quem conversar quando se decidiu tratar com os caminhoneiros. Não havia! A situação tinha chegado a um ponto em que o calo apertou em todos os segmentos. Quando a gente se refere a caminhoneiro, a que caminhoneiro nos referimos? Esta é a verdade! Porque há vários interesses, inclusive vários deles conflitantes. Ressalto aqui que

o caminhoneiro, quando se entende pela palavra o motorista mesmo, está saindo prejudicado dessa. Esta é a verdade! E temos os autônomos, que também estão reclamando.

Para fechar, Sr^a Presidente, eu recebo informes a todo momento e quero dizer que o que o Baitaca colocou aqui é verdade: a greve vai voltar. Digo, Dr. Laudemir, por que ela vai voltar: a classe está se sentindo, com o perdão da palavra, embarrigada. Eu sei que o Governo, até pela característica do PT, tem uma habilidade imensa para tratar com movimentos, porque ele surgiu daí, nasceu daí. Sou servidor público e sei como o Governo se comporta para tratar de crise: marca uma reunião hoje, fica mais uma coisa para jogar para outro dia, para daqui a 10 ou 20 dias... Desta vez não dá! Isto já está claro.

Então, é muito importante que a gente saia daqui – a Senadora Ana Amélia disse bem – quase que com um rol de tarefas. O que fazer? O Governo, não tenho dúvida, sabe o que fazer. Agora, é muito importante não minimizar isso, passar clareza, porque o que essas pessoas querem é trabalhar. Sobre caminhão parado já se falou aqui.

Esse é o recado, essa é minha preocupação. Nós não temos e não criamos alternativa neste País, Senadora Ana Amélia. Nós dependemos disso, nós dependemos do caminhão. Nós não temos oleoduto, não temos gasoduto, não temos ferrovias, não temos hidrovias, nem há projeto disso andando. Hoje, inclusive quanto às rodovias, dependemos ainda de questões indígenas, porque não podemos passar com rodovias por dentro, por causa da ideologia.

Fica aqui este recado, este alerta de que o Governo, às vezes, está preocupado com os discursos da tribuna, fica preocupado, às vezes, com o discurso do Senador Caiado, mas o problema não está lá, o problema está aí fora. Não é golpe de ninguém, não há ninguém por trás disso. Há a necessidade de se bater à porta. Fica o recado: não embarriguem, porque esse negócio é sério.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Obrigada, Senador José Medeiros, do PPS do Mato Grosso.

Agora, com a palavra, o Senador Dário Berger, do PMDB de Santa Catarina.

Em seguida, falará o Senador Ronaldo Caiado, do DEM de Goiás.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Senadora Ana Amélia, quero parabenizar V. Ex^a pela iniciativa desta audiência pública.

Também quero cumprimentar os debatedores, assim como saudar meus colegas Senadores que fazem parte desta Comissão.

Quero mencionar que o tamanho da representação dos nossos convidados representa bem o tamanho do problema que nós temos de enfrentar. De fato, preocupa-me muito o fechamento das rodovias federais no Brasil, especialmente em Santa Catarina. Isso provoca, sobretudo, muitos problemas, mais especialmente um desabastecimento, o que virou uma cena real. Nós estamos diante de uma questão que afeta e impacta toda a sociedade brasileira.

Talvez o Governo tenha realizado um esforço para resolver isso, mas talvez não tenha conseguido dimensionar na prática o tamanho desse problema que temos de enfrentar. A impressão que tenho é de que, se voltarmos a ter uma nova paralisação, a situação vai ser bem mais complicada do que a da primeira paralisação. E aí as consequências serão maiores ainda, e nós não saberemos aonde vamos chegar.

De antemão, quero propor, imediatamente, que se mantenha um comitê ou um fórum permanente de negociação com todos os agentes, envolvendo, evidentemente, o Senado da República, onde a preocupação dos Senadores, como podemos perceber, é muito grande. E a minha preocupação não é diferente, porque Santa Catarina é um dos Estados mais afetados com a questão do desabastecimento.

Esses prejuízos, Sr^a Presidenta, não são apenas financeiro. Os prejuízos são muito mais amplos do que isso. Os prejuízos, na minha opinião, geram a revolta e a indignação da população, criam um clima de desesperança jamais visto na história do Brasil e geram um desestímulo à autoestima de produzir, de trabalhar e de incentivar quem produz e quem trabalha, sem mencionar, evidentemente, o orgulho próprio da população em geral e, principalmente, das pessoas diretamente envolvidas nessa situação, que fica ferido. Os debatedores aqui explicitaram bem as consequências desse movimento.

Por essa razão, acho que propostas não faltam de nossa parte para resolver esse problema. O problema é que não é só com propostas que a gente vai resolver esse problema, mas com atitude real, para que, efetivamente, a gente possa sair desse impasse.

(Soa a campanha.)

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Eu mesmo, no início do movimento, havia sugerido a eliminação da Cide, que vai incidir agora, nos próximos meses, sobre o óleo diesel. Isso daria uma redução no valor do diesel de algo em torno de R\$0,20, aproximadamente isso. Talvez não seja um fator suficiente, mas é

um item que poderia, naquele momento, distender um pouco o movimento e proporcionar, vamos dizer assim, um entendimento mais rápido para a solução desses problemas.

A redução da carga tributária, a redução do PIS, do Cofins, enfim, essas questões estão afetas ao Governo Federal, ao Ministério da Fazenda e é preciso estar atento a elas.

Portanto, Sr^a Presidente, a minha participação é no sentido de demonstrar a minha preocupação verdadeira e a minha expectativa de que possamos encontrar uma solução definitiva para esse problema, uma vez que, a partir desta audiência pública, nós estamos com mais subsídios, inclusive, para sugerir medidas que possam vir ao encontro dos interesses da sociedade brasileira e, sobretudo, da sociedade catarinense.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu agradeço muito ao Senador Dário Berger pela valiosa contribuição.

Quero dizer também, antes de passar a palavra ao Senador Ronaldo Caiado, que, nesta primeira reunião, que é a primeira audiência pública, nós estamos com um quórum maior do que o necessário para votar matérias terminativas, que é de nove Senadores. Temos onze Senadores na Comissão. Esse é um fator que quero salientar, pelo comprometimento dos Parlamentares desta Comissão com esse problema, que é, como foi salientado e sublinhado aqui, muito, muito grave.

Passo a palavra ao Senador Ronaldo Caiado e, em seguida, ao Senador Donizeti.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Bom dia.

Eu quero, ao cumprimentar os palestrantes, pedir desculpas pelo meu atraso.

Quero salientar a atuação da nossa Presidente, que, tão logo tomou posse, já pautou os requerimentos e já instalou a Comissão, no dia de hoje, com uma pauta extremamente importante.

Quero ser bem cirúrgico em relação à solicitação de V. Ex^a para que possamos atingir diretamente aquilo que está inquietando toda a classe de caminhoneiros no Brasil.

Presidente, tive oportunidade de ouvir a fala do representante do Governo. Em nenhum momento ele falou da incidência do PIS e do Cofins. Ele só atuou em pontos outros que seriam reuniões futuras ou regulamentações futuras.

Nós estamos diante de um quadro emergencial. A situação está aí, a olhos vistos pela população brasileira, e há dois pesos e duas medidas. Com o caminhoneiro na rua, entra em ação, imediatamente, a Força Nacional; Com o “exército” do Lula na rua, total convivência, nada acontece. Ontem morreram duas pessoas e uma criança por causa da irresponsabilidade de trancarem uma rodovia.

Os caminhoneiros tiveram uma reação ordeira, no acostamento, sem acidentes. Se houve algum excesso, os culpados serão punidos, mas existiu uma reação espontânea da sociedade brasileira.

No Estado de V. Ex^a, em várias cidades, as pessoas saíram em defesa dos caminhoneiros. Algo inédito. Havia uma mobilização da população, dos cidadãos que não tinham nenhuma ligação com os caminhoneiros. Eles estão sentindo que o caminhoneiro hoje é o foco principal, é o primeiro de uma cadeia que vai sofrer as penalizações da atual situação econômica do País, levada pelo desgoverno instalado. Eles são os primeiros. Virão os próximos.

Neste momento, por várias análises aqui feitas, seja pelo Presidente da OCB, seja pelo representante da CNA, seja pelo setor rural, nós temos que entender que a nossa posição tem que ser de solidariedade, independentemente do que amanhã possamos sofrer na carne. É fundamental que estejamos ao lado dessas pessoas que foram induzidas a comprar caminhões, que foram anestesiadas com a tese do juro baixo, pois se criou um clima de que haveria a perspectiva do seu ganho de vida. E, hoje, segundo os dados mais simples que me repassaram, cada caminhoneiro gasta, em média, Presidente, 10 mil litros de óleo diesel por mês. Com os R\$0,22 acrescidos do PIS e do Cofins, ele teria R\$2,2 mil para sobreviver e continuar a sua atividade. E como é que ele faz de agora em diante?

Eu aprendi muito cedo, até como cirurgião que sou, que entre o doente com uma doença de rotina e um doente com urgência de atendimento, vamos dar prioridade a este. Para ser bem objetivo: a Câmara dos Deputados já optou por uma pauta mais ousada. Eu me atrevo a pedir a V. Ex^a, que é Presidente da Comissão, que informe ao Presidente Renan que nós teremos uma posição, se for este o consenso da Comissão, já que V. Ex^a pede que haja propostas objetivas, que tranquemos o Orçamento ou a pauta do Congresso Nacional, e só depois da queda do PIS e do Cofins voltaremos a negociar e a abrir a discussão no Congresso Nacional. Vamos ser objetivos, vamos ser cirúrgicos.

O Senador que me antecedeu deixou claro que resultado algum vai surtir das sucessivas reuniões. Então, se o quadro é emergencial, precisamos de atitudes emergenciais. Como tal, o que escuto de todos os caminhoneiros é a retirada da incidência do PIS e do Cofins acrescido de R\$0,22 por litro, o que levou à inviabilização completa.

Proposta: ou obstruimos o Orçamento definitivamente ou a pauta do Senado e da Câmara. Não sei qual dessas propostas já foi vocalizada pelo Presidente da Câmara dos Deputados ao Ministro da Fazenda. E eu gostaria que o Senado Federal, que, infelizmente, tem dado um péssimo exemplo, agisse da mesma forma. Ontem, por exemplo, na derrubada do veto, esta Casa não confirmou, o que é constrangedor para nós. Eu acredito que esta Casa não está ouvindo bem o eco das ruas. Esta Casa está achando que a realidade hoje é apenas contra um sistema da Presidente da República. Não é, pois também é contra uma Casa que está contaminada por várias denúncias de corrupção. Então, o momento é de alerta maior. Eles vão voltar às ruas, eles vão ter o apoio da população brasileira, e o Governo, mais uma vez, vai ficar encurralado e sem alternativa. Vamos buscar uma solução. A proposta objetiva: bloqueio e obstrução do Orçamento ou obstrução da pauta, com o apoio do Presidente Renan Calheiros. Não havendo o apoio, vamos usar o Regimento para fazer valer aquilo que é solitação de todos os caminhoneiros presentes.

Muito obrigado, Presidente.

Eram estas as minhas palavras.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Agradeço, Senador Ronaldo Caiado. Passo a palavra, então, encerrando as manifestações, ao Senador Donizeti Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Bom dia, Srª Presidente, bom dia, pales-trantes e representantes do Governo, das categorias, do Ministério do Trabalho, Senadores.

Eu fico observando com olhos de um menino que, durante três anos, fez seu curso de técnico em agropecuária morando a 200km da cidade e viajando sempre de carona e que veio a assumir o primeiro emprego no Estado de Goiás viajando de carona. E aí eu penso que nós nos concentramos no Governo Federal e não observamos outras coisas.

Essa greve, essa paralisação é *sui generis*, porque ela poderia ser simplesmente uma paralisação de empregados contra patrões, mas não é isso que está em curso. O que está em curso é uma crise, num setor, decorrente, provavelmente, de um excesso de oferta de caminhões para transportar e um crescimento que não aconteceu no ritmo que se esperava.

Eu estava vendo as contas, pela imprensa, que o PIS/Cofins vai incidir sobre o diesel, em algumas regiões, R\$0,15 e em outras, R\$0,20 ou R\$0,22, porque varia de acordo com o preço em cada região. Eu não vejo ninguém atacar o ICMS. O ICMS representa, no meu Estado, mais de R\$0,75 por litro. Então, vamos pegar no todo, não vamos dirigir... Quando eu dirijo só para o Governo Federal, há, de certa forma, uma má-fé ou o desconhecimento de não considerar isso. E as palavras do colega Senador Ronaldo Caiado são cirúrgicas mesmo, pois vêm de quem tem um interesse, de quem faz um debate ao qual interessa bater nesse ponto. Não interessa discutir o que está cobrando o Governo do Estado de Goiás, o Governo do Estado do Tocantins, da Bahia, todos os governadores, e isso tem uma incidência muito maior no custo do combustível.

A Força Nacional agiu, mas não me consta que tenha morrido nenhum cidadão, não me consta que tenha morrido nenhum motorista. E quando o governo do PSDB agia, ocorria o que ocorreu no Pará, onde se matou 19 trabalhadores para se desobstruir uma estrada. Então, este é o Governo que se pauta pelo diálogo, que exercita a sua obrigação de manter a liberdade de ir e vir, mas sem a violência costumeira dos governos passados. Naqueles momentos, sim, era tiro, ela bala para poder desobstruir as estradas. Eu estou fora do tempo ou eu estou vendo um tempo diferente.

Por fim, quero ficar com o que diz o Senador Luiz Henrique: nós temos que pensar a curto, médio e longo prazo.

No curto prazo, quando o Presidente Lula assumiu, as estradas eram intransitáveis. No Estado do Tocantins, a principal via de norte a sul deste País, que um dia Jânio Quadros disse que seria a estrada que levaria o nada a lugar nenhum, que seria o caminho das onças, é a BR-153, que era intransitável. A solução imediata foi fazer um acordo com o governo do Estado para que ele tapasse os buracos para depois haver um programa de recuperação. Agora a estrada caminha para ser duplicada. Ou seja, o Governo está fazendo um planejamento, está melhorando a infraestrutura do País dentro daquilo que é possível fazer. E a estrada a que o Cláudio se refere é como a Belém-Brasília, a BR-153 nesse trecho que liga Goiás com o Pará: é uma estrada que precisa ser duplicada. E há urgência para fazer isto, porque cresceu muito o trânsito de caminhões nessa estrada, tal como na Belém-Brasília, e vai continuar crescendo, pois o agronegócio no Tocantins está retomando seu crescimento.

Eu ajudei a plantar os primeiros pés de soja naquele Estado. Nós não tínhamos logística, não tínhamos competitividade, porque os nossos portos eram em Santos ou em Paranaguá. Então, nós estávamos fora. E o Mato Grosso passou por isto também: estava muito distante dos portos de escoamento. Mas acho que está avançando, o Governo vem avançando. Agora, não é possível fazer tudo de uma vez só. Este Governo vem fazendo.

Agora, o mais fundamental – e aí alguém disse que o PT tem habilidade na negociação porque veio daí – eu acho que é isto que este Governo tem mostrado: negociar, construir uma média que seja possível fazer, por-

que na negociação eu cedo um pouco, você cede um pouco, e nós construímos uma média do que é possível fazer a cada momento. E, nesse sentido, encerrando, Sr^a Presidenta, acho que esse governo está de parabéns.

O exercício que a Polícia Rodoviária Federal tem feito nesse processo também é um exercício que tem revelado um profissionalismo muito grande e eu queria aproveitar para parabenizar a Polícia Rodoviária Federal.

Obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Agradeço a contribuição do Senador Donizeti Nogueira.

Penso que, aqui, diante do que foi proposto concretamente, foram propostas, Senador Blairo Maggi, de caráter, eu diria, constante de um Plano Plurianual, que são estratégias de longo prazo, como a questão da diversificação do modal. Foi dito aqui, pela representação, que não há medo, que ninguém teme, e é necessário esse modal ser distribuído, ser diversificado, palavra mais adequada, porque hoje estamos dependendo apenas do caminhão. Não temos embarcações, não temos cabotagem, nem transporte nas nossas vias fluviais.

O Senador Ronaldo Caiado faz uma proposta que, pelo alcance, preciso colocar em votação. A Presidente não pode deliberar sobre a proposta dele, que é fazer, concretamente, a interrupção de votar o Orçamento, marcado em princípio para terça-feira próxima, como anunciou ontem o Presidente Renan Calheiros. Eu queria, então, a manifestação dos Srs. Senadores a respeito dessa proposta de condicionar a aprovação do Orçamento mediante a votação da matéria.

Antes disso, Senador, antes de colocar em votação...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Mas, há duas propostas: o Orçamento e também a pauta do Senado.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – E a inversão da pauta do Senado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Até que o Governo tenha uma decisão. Então, temos duas situações: ou o Orçamento, na terça-feira, ou, senão, a pauta do Senado. E acredito que a Câmara também vá caminhar neste mesmo sentido. Então, teríamos as duas Casas aguardando uma solução por parte do Governo, não só do Orçamento, mas também da pauta do Senado.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Vou preferir, Senador Ronaldo Caiado, antes de submetermos à votação, passar a palavra aos Senadores Blairo Maggi, Waldemir Moka e Donizeti Nogueira.

Mas vamos ouvir, antes dessa votação, o Secretário Laudemir, porque aqui foi em relação a ausência de PIS/Cofins... E quero dizer também ao Senador Donizeti que foi mencionada aqui, sim, a questão do ICMS como uma das questões a serem tratadas. Um dos expositores tratou da questão do ICMS. Só para dizer que essa matéria foi abordada aqui pelos expositores.

Com a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Só para esclarecer, acho que V. Ex^a se confundiu na condução dos trabalhos. Eu e o Senador Moka somos os signatários, que requeremos esta audiência pública. Pela praxe, na sequência, logo depois que os convidados se manifestaram, o Senador Moka, como primeiro signatário desse convite, e, depois, eu teríamos a preferência de nos manifestar e fazer nossos questionamentos. Porém, nós ficamos por último nesta reunião.

Então, eu gostaria que o Senador Moka pudesse fazer sua manifestação e que eu, logo em seguida, também pudesse fazer a minha.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu peço desculpas a V. Ex^{as}, Senador Moka e Senador Blairo, mas, mesmo nessa condição automática de preferência, há manifestação do parlamentar de querer falar. Como ele não se manifesta, mesmo tendo, claro que seria minha obrigação ter indagado se o senhor queria falar, porque poderia ter preferência. A preferência não significa a disposição do direito que lhe é assegurado regimentalmente por ter manifestação. Como não houve manifestação, digamos, expressa, também peço que a Secretaria tenha um cuidado para me auxiliar nesse procedimento. Essa é uma audiência muito importante, muito relevante. O Senador José Medeiros, do Mato Grosso, tinha se inscrito para falar e aguardou, mas a preferência é dos Senadores Moka e Blairo Maggi.

Com a palavra, pelo tempo que necessitar.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senadora, eu vou ser objetivo. Quero pedir a atenção do Baitaca e do Cláudio e também dos representantes do Mato Grosso do Sul, pois quero depois poder dar a oportunidade, ainda que seja no meu tempo, para que pelo menos um dos representantes das cooperativas do Mato Grosso do Sul possa falar também. Eu combinei isso com o Cláudio.

Eu quero ser objetivo e devo uma explicação ao Ronaldo Caiado: da fruta de que ele gosta eu como até o caroço, não há dificuldade nenhuma com isso. O problema é que nós – eu e o Senador Blairo – fomos a uma reunião. Havia lá pelo menos uns dez ou quinze Deputados Federais. O Baitaca estava lá, o Xavier estava lá,

o Lúcio estava lá. E nós nos comprometemos com uma pauta lá. Foi criado um grupo de trabalho com prazo específico. Esse pessoal vai voltar a se reunir no dia 26, Senador Ronaldo Caiado. No dia 26, eles vão chegar lá com um relatório. E o Governo, de posse desse relatório, vai ter de definir quais as medidas que vão ser colocadas. Eu topo quanto ao seguinte: se, nesse prazo com que os caminhoneiros se comprometeram, sendo que eu acho que ninguém é obrigado a tratar, mas é obrigado a cumprir, se nesse prazo, até dia 26, Senador Ronaldo Caiado, não houver uma prática em que os caminhoneiros se sintam contemplados realmente, de forma emergencial, aí eu colocaria essa questão ou o enfrentamento da pauta do Congresso Nacional. Mas, em relação ao Orçamento, eu acho que não, porque isso prejudicaria toda a sociedade, porque há várias Prefeituras, vários Governos de Estado para quem, até para a área da saúde, se não liberam o Orçamento, nós bloqueamos recursos essenciais.

Eu não sou cirurgião, eu sou clínico, talvez mais paciencioso que V. Ex^a. Ou melhor, sou, não; eu fui há muito tempo, não tenho nem direito de falar aqui como médico.

Eu gostaria que o Senador Ronaldo Caiado pudesse admitir essa possibilidade. Tenho certeza de que, se V. Ex^a tivesse participado dessa reunião... Eu quero que V. Ex^a entenda que é uma questão de coerência. Eu participei da decisão, eu topei o que foi encaminhado. Então, antes do dia 26, eu tenho dificuldade para propor qualquer outra medida que não seja o retorno dos caminhoneiros. Eu vou ver o que de concreto estabeleceram esses grupos. Aí, se não houver nenhum encaminhamento mais objetivo, eu toparia, nesta Comissão ou no plenário, acompanhar V. Ex^a em qualquer medida que pudéssemos fazer através do Senado, ou obstruir uma pauta ou, enfim, obrigar o Governo Federal a atender a essa pauta, que não é dos caminhoneiros, mas da sociedade do Brasil como um todo.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Obrigada, Senador Moka, primeiro requerente desta audiência pública.

Senador Blairo Maggi.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr^a Presidente, se V. Ex^a pudesse me conceder um aparte, porque a colocação foi feita pelo Senador...

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu prefiro ouvir o Senador agora por causa da questão regimental.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Tudo bem. Não há problema algum. Eu aguardo.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu preciso respeitar os dois Senadores requerentes.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Mais uma vez, cumprimento todos os presentes, os meus colegas Senadores também.

O Senador Moka, nesta questão, tem total e absoluta razão. Nós estamos participando dessas conversas e negociações há 15, 20 dias. E saiu uma pauta do movimento ou de parte dele, porque é um movimento muito fragmentado. Eu mesmo tenho aqui várias pautas comigo, de vários setores desse movimento. Até em bloqueios específicos, se você passar por lá, há uma pauta daquele bloqueio; se você for ao seguinte, há outra pauta. Então, é uma coisa bastante complexa. Enfim, está se trabalhando neste momento, e houve uma grande reunião na terça-feira no auditório da ANTT, onde se foram criados esses grupos, com prazos e reuniões marcadas para se chegar ao dia 26, conforme o Senador Moka colocou. Se, ao chegarmos ao dia 26, não houver realmente as definições das pautas ou pelo menos da pauta colocada oficialmente numa das primeiras reuniões, aí eu acho que o Senador Caiado e todos os que querem apertar um pouco mais a situação têm toda razão e vão contar comigo também.

Agora, na questão toda, eu vejo que há dois pontos que pegam definitivamente nessa história. Eu não vou aqui me referir às questões que foram colocadas, como a dos financiamentos, com total razão, pois houve uma esculhambação do setor pelo excesso de fretes ou, melhor dizendo, de crédito para compra de caminhões.

Mas duas coisas se detêm nesta discussão: a primeira diz respeito à redução do PIS e Cofins sobre o óleo diesel. Confesso que tinha uma certa resistência em defender esse posicionamento, em função do momento que o País vive, no sentido de que se está buscando qualquer centavo, de um lado e de outro, para o fechamento das contas. Também não quero, não é nosso fórum, discutir as besteiras feitas no passado e o motivo pelo qual chegamos aqui. O fato é que estamos num momento em que precisamos recalibrar as nossas contas, mas passo, a partir de hoje, também a me integrar nessa questão de que tem de vir por aí uma parte de sacrifício do Governo, por tudo o que já se passou para trás.

Por que tem de vir por aí? Porque não vejo, neste momento, condições para o fechamento dessa pauta, a liberação total ou a desmobilização total desses movimentos sem que discutamos, de fato, esse assunto, porque ele vai ajudar todos os segmentos da economia, não só o dos caminhoneiros, mas também o da agricultura, o dos que consomem esse combustível. Isso abarca também os transportadores grandes, médios e pequenos,

enfim, todo mundo, com uma condição: se o Governo retirar os impostos, ele efetivamente tem de vir para a bomba, porque se corre esse risco de o Governo retirar os impostos e o pessoal do óleo diesel, dos postos, dos TRRs e assim por diante não repassarem. Já vimos isso.

Tive experiência como Governador. Em muitas situações, criamos um programa de redução de imposto no Estado de Mato Grosso, e nem sempre, ou quase nunca, ele chegou aonde deveria chegar. Então, também é uma questão delicada, mas um assunto que precisa ser trabalhado.

Outro ponto, já conversei com o Ministro Rossetto, é que há uma resistência bastante grande por parte da Fazenda. Na terça-feira ou na segunda-feira, na reunião com a Presidente Dilma Rousseff e os Líderes, aqui no Senado, fui mais uma vez enfático com ela, no sentido de que cuide bem dessa questão do movimento, porque ele é muito grave. Disse que ela deveria pensar muito seriamente ou encaminhar o assunto para dar a todos os transportadores a possibilidade de prorrogação dos seus contratos de Finames e afins. Quer dizer, para todos. Não há esse negócio de pequeno, médio e grande. O calo é para todos. Já dizia meu avô: “Pé grande, sapato grande; pé pequeno, sapato pequeno.” Mas, quando dá calo, o pé dos dois dói. Não interessa o tamanho do pé. Então, esse é um assunto que pacificaria de A a Z o processo. Esses são os dois pontos.

O terceiro ponto, e aí acho que os caminhoneiros e todos os envolvidos têm muito interesse na questão de uma tabela de preço mínimo de frete, é que não vejo, e não é um posicionamento novo – desde o início, tenho externado isso –, como fazer isso. A operacionalização é muito difícil. Legalmente, também, não é possível fazer isso.

Tenho acesso ainda a um ensaio pequeno sobre a questão legal disso e há já enunciados do Supremo Tribunal Federal, de Ministros que ainda estão na ativa, em que eles reconhecem claramente que não é possível tabelamento de preços de fretes no País. Trata-se de um assunto da iniciativa privada e da livre concorrência. Os únicos dois momentos em que o Governo pode interferir estão no serviço público: no caso dos ônibus, em que se faz esta comparação: “Se há no ônibus, por que não há no caminhão?”, mas é um serviço público, é uma concessão; e quando ele tem os programas de preços mínimos de interferência na economia para corrigir essas questões.

A questão do frete não é possível seguir esse caminho, embora, como disse, saiba que esse é um dos principais itens da pauta de reivindicações, mais do que óleo diesel inclusive. Então, temos aí uma questão política e jurídica a ser discutida.

Resolvido isso, não consigo entender como é que se vai fazer rodar uma tabela de preço mínimo, como já foi dito aqui, com cargas diferentes, modelos de caminhões diferentes, rodovias diferentes. É tudo muito diferente. De fato, o mercado precisa regular-se nesse assunto e as empresas e os embarcadores todos devem ter responsabilidade porque, nesse elo dessa corrente, desse agronegócio, que envolve os caminhões, todos precisam sobreviver.

Como disse aqui o Senador Ronaldo Caiado, neste momento, o setor agrícola deve olhar e respeitar o movimento. Mas nós sabemos quem vai pagar a conta. Definitivamente, quem vai pagar a conta é o setor rural, porque do couro sai a correia. Quer dizer, ele, que tem a carga, não faz preço, paga preço. Então, à medida que os preços dos fretes forem sendo alterados, quem vai pagar a conta é o setor rural.

E também não duvido – também não duvido –, já que não sou Nostradamus... Mas acho que, daqui a menos de um ano, nesse belo processo agrícola que temos, tão decantado, provavelmente serão eles ou nós que estaremos com os caminhoneiros, na beira da rodovia, pedindo para renegociar também as contas que foram feitas. Isso porque houve um excesso. E aí diria que não é por culpa do Governo, mas por culpa do próprio produtor, que comprou muitas máquinas, fez muitos investimentos. E os preços não são preços hoje tão remuneradores como foram no passado – o preço dessas *commodities* com que trabalhamos.

Então, quero dizer, Presidente e todos aqueles que nos acompanham, que a situação não é fácil. Sei que existe o risco de voltar, por isso o Governo precisa... Eu diria que são duas as pautas de Governo que ele pode atender: a questão da redução dos impostos, a questão da prorrogação dos Finames.

E quanto ao terceiro ponto, que é a tabela de frete, terá de haver a compreensão de todos, porque não podemos agir contra a lei de nosso País. Para todos e para tudo há um limite. E o limite me parece que é a legislação vigente no Brasil.

Então, mais uma vez, quero me colocar à disposição para que possamos continuar a dialogar, a receber as propostas. As pautas que tenho aqui vou depois encaminhar à Mesa. São pautas de alguns movimentos lá de Rondonópolis também. São pontos que as pessoas pedem, e não há a mínima possibilidade de viabilização disso, mas é o momento que se tem de extravasar, de mostrar todo o descontentamento que há nesse setor dos caminhoneiros.

A Jacqueline, que falou aqui com veemência, tem razão numa série de coisas. Muitos embarcadores não dão a menor importância. Quando paramos para falar com esses motoristas... Tenho vários amigos motoristas

desde que era criança. Tenho amigos que estão na rodovia, trabalhando. Eu os conheço bem. Tenho parado sempre onde há aglomeração de caminhoneiros para conversar, nas empresas ou em algum lugar, e, de fato, é uma classe muito sofrida, muito sofrida. Nós não podemos negar isso.

A remuneração neste momento é ruim, mas, há um ou dois anos, a remuneração do caminhoneiro foi muito interessante, a ponto de profissionais liberais que não estavam ganhando bem nas suas atividades até virarem motoristas de caminhão. Estavam pagando muito bem, o que colocou na parede os donos dos caminhões. Era tanta demanda por motorista que o preço foi lá em cima. Acho que um motorista chegava a ganhar de R\$3 mil a R\$4 mil ou até R\$5 mil por mês.

Então, como se fala na gíria, o pessoal “bombou” nessa área há alguns anos, e agora está chegando a conta do processo.

Quero só deixar registrados esses pontos. Acho que nós devemos, Senadora Ana Amélia, vou propor isto, nesta nossa Comissão ou numa outra comissão, com o apoio dos Srs. Senadores, fazer uma reunião pública para falar com os motoristas. Eles, que ficam ali entre o volante e o pedal do acelerador, vão sentar aqui, para que possam falar as coisas, o que há. Há muito mais coisa entre o céu e a terra, há muito mais coisa, não são só os pontos que estamos discutindo aqui.

Há multas, por exemplo, que a PRF aplica, olhando a legislação, porque o motorista fica na beira de uma estrada para fazer seu carregamento. Mas não há um pátio para ele ficar. Ele fica na beira da rodovia, e passa a Polícia Rodoviária estadual ou federal e o multa, porque ele não pode ficar ali. Quer dizer, é uma tragédia o que se passa nessas rodovias.

Há um grupo que vai trabalhar questões de regulação da ANTT, o que vai ser muito importante, porque há coisas tão simples! Por exemplo, no ano passado, vários me procuraram – e acabamos acertando isso –, só porque a legislação dizia que tinha de haver uma placa afixada atrás dos caminhões que tinham comprimento acima de 25,8 metros, acho que é isso.

Muito bem! Para o entendimento da Polícia Rodoviária Federal, placa “afixada” é aquela que necessita de parafusos para ser segurada. Só que veio a norma, e logo depois os fabricantes das carrocerias começaram a mandar já uma espécie de adesivo colocado atrás da carroceria com os mesmos dizeres, com as mesmas citações. A PRF entendeu que, porque não estava “afixada”, quer dizer, não estava aparafusada, e sim colada, isso ia contra a norma, e ela começou, então, a multar os transportadores, os motoristas, o que gerou toda uma confusão.

Então, há uma incompreensão também dos setores em relação a essa categoria. E eu quero, oportunamente, numa dessas comissões – vamos ver qual será a mais apropriada para isso –, trazer esses profissionais que estão, como disse, entre o volante e o acelerador, porque eles é que sabem das agruras do dia a dia, não é Baitaca? Você está aqui como representante deles, certamente já pilotou caminhão, como quase todos nós aqui já o fizemos, e não é uma atividade simples, não é uma atividade fácil.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Agradeço ao Senador Blairo Maggi.

Passo a palavra ao Senador Ronaldo Caiado, que também subscreveu a convocação com o Senador.

Caminhando para a finalização, eu queria conceder a última palavra ao Secretário Laudemir, até porque, aqui, eu acho que ficou claro que há uma missão a se fazer, e, dessa forma, o Governo já levaria, desta audiência, tudo o que foi recomendado e sugerido.

Com a palavra, o Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Muito obrigado, Presidente.

Eu quero agradecer o direito de poder, com a exposição feita pelo Senador Moka – nós, que já tivemos uma atuação na Câmara dos Deputados, durante anos, à frente da Comissão da Agricultura –, dizer que a característica nossa sempre foi realmente a de cumprir acordos. Nós jamais quebramos palavras e nem acordos.

Realmente não participei da reunião. Tomei conhecimento do acordo que V. Ex^a nos relata neste exato momento, quando a Presidente havia nos solicitado que, aqui, fôssemos objetivos e propuséssemos aquilo que realmente a classe poderia ver desta Comissão e do Senado Federal, ou seja, um respaldo a esse sentimento que é grave e que muito bem colocou aqui o Senador Blairo Maggi.

Por mais variados que fossem os pedidos das pautas que o Senador Blairo Maggi recebeu, neles existe um ponto de convergência: é exatamente a isenção do PIS e da Cofins.

Então, ele colocou muito bem isso aí. Sabemos que as pautas são diversas, são enormes. Mas, baseado nisso e naquilo que ouço exatamente das lideranças do setor, seria, pelo menos, um quadro emergencial que demonstraria que o Governo está aberto a um diálogo e que, neste momento, não seria justo repassar apenas ao caminhoneiro essa penalização.

Então, eu, Senador Moka, se esse é o acordo, darei respaldo aos colegas meus que lá estiveram. Não vou quebrar acordo no momento em que V. Ex^a, como o Senador Blairo, nos representou junto com as lideranças dos caminhoneiros.

Agora, eu peço que V. Ex^{as} estejam também, de uma certa maneira, antenados naquilo que está sendo feito hoje na Câmara dos Deputados, porque nós não podemos deixar de ter uma sintonia fina entre estas duas Casas. Afinal de contas, a informação que me foi dada na tarde – noite – de ontem, no plenário, durante a votação que nós tivemos dos vetos, é a de que, a partir do dia 15, caso não houvesse um resultado – não sei se a nossa Presidente teve a oportunidade de ouvir isso, está certo? –, eu não sabia da data do dia 26, mas, devido à manifestação do dia 15, no domingo agora, caso não houvesse resultado algum, os caminhoneiros também iriam já entrar num processo de parada nacional.

Então, por esse fato,...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – *(Fora do microfone.)* Só me permita uma observação.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Pois não, Senador.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Estávamos só, eu e o Senador Blairo, de Senadores, e havia mais Deputados – só havia nós dois de Senadores; o resto era tudo Deputado Federal, quer dizer, os Deputados Federais que lá estiveram também participaram do acordo. Mas, aí, não seria eu ou o Blairo. Por exemplo, o Baitaca participou, faz parte de uma comissão e vai, no dia 26, levar um relatório lá.

Daí por que eu estou pedindo a V. Ex^a esse prazo, porque, senão, nós vamos atropelar uma negociação que está em curso.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu queria apenas...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Só para concluir, Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Sim, Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Só para concluir, eu gostaria de dizer o seguinte: como membro da Comissão, cumprirei exatamente os acordos. Não sou homem de quebrar acordos.

E quero dizer, Sr^a Presidente, que uma característica minha é sempre discutir temas de uma maneira bem clara e atuando dentro de uma análise que não seja fulanizada. A minha característica sempre é o debate no campo das ideias, com conteúdo, com argumento. E V. Ex^a já vai ver isso, para que haja direcionamento de ordem pessoal. Até porque acho que o Parlamento não é a pessoa física. Eu acho que o Parlamento é o momento de nós fazermos os grandes debates com os grandes entes do Governo e também da sociedade brasileira.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Para respeitar os votos que recebemos para chegar aqui.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Então, eu quero dizer ao nobre Deputado Donizeti que estou à disposição para o debate no momento que S. Ex^a desejar, sem dúvida alguma. Porque se tem uma coisa que eu gosto no momento, que eu aprecio muito e até me motiva a continuar no Parlamento é exatamente o debate. O Executivo eu acho um pouco sonolento na parte do debate. O que me estimula a vida política é exatamente o debate, é o lado alto que eu acho do Parlamento.

Quero dizer a V. Ex^a que eu espero, Senador Donizeti, no decorrer destes meses, poder realmente entender a tese de V. Ex^a, que hoje representa, sem dúvida alguma, a maior liderança do setor rural brasileiro, junto com a Senadora Kátia Abreu, não é verdade? Como representante dela, eleito com os votos dos produtores, dos caminhoneiros, está aqui hoje representando do Estado do Tocantins. Pode ter certeza de que farei sempre um debate em alto nível, entendendo a posição de V. Ex^a e estando preparado para poder argumentar em prol do Brasil e dos caminhoneiros.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Muito obrigado, Senador Caiado.

Para encerrar, o Senador Donizeti Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Quero fazer uma pergunta meio boba. Os trabalhadores e patrões fazem convenção. Se nós não temos, Senador Blairo Maggi, como fazer uma tabela, poderíamos ter, de repente, esse expediente de, entre os representantes dos donos de cargas, os caminhoneiros, os donos de transportadoras, fazer uma espécie de convenção em que se estabelecesse o preço mínimo de frete. Porque eu também fico com essa tese de que não é possível fazer uma tabela, pois a legislação não permite se a relação é meramente privada. Mas pode ser que, nesse modelo em que os trabalhadores da iniciativa privada e os patrões fazem as suas convenções anuais para definir os aumentos e as melhorias das condições de trabalho, de repente, possamos estudar essa questão de fazer um modelo nessa espécie que são as convenções.

A outra coisa é que, então, deveríamos chamar para a Mesa os governadores, para discutirmos também uma redução. Eu acho que tem de desonerar. Eu não estou defendendo que mantenha o PIS e a Cofins pura e

simplesmente. Acho que tem de ser feito um esforço entre Governo Federal e todo mundo que cobra imposto sobre o diesel.

E no caso do ICMS, que no meu Estado – eu não sei se nos demais Estados é assim – é de 25%, que a gente pudesse trazer para a Mesa também os governadores, fazer um exercício no Confaz para que pudéssemos reduzir também o ICMS; não isentar totalmente, mas reduzir esse ICMS do diesel ao nível de uns 12%, 10%. Isso significaria um rebate importante também no custo do combustível para os transportadores.

Senador Ronaldo Caiado, se tem uma coisa que eu gosto é de debater. E respeito os adversários que têm posição diferente. Assim foi e continua sendo entre mim e a Senadora Katia Abreu. Temos posições diferentes. Nós nos unimos para podermos ganhar a eleição. Ganhamos a eleição em uma situação difícilíssima, mas ganhamos. E ela está desempenhando um papel que eu acredito, desde sempre, que fará bem.

Com relação ao que disse, por exemplo, há um ponto em que estive alinhado com você na Câmara Federal, que é quando defendia o voto em lista e o financiamento público de campanha, que é uma coisa em que eu acredito. Pode considerar: eu tenho um grande respeito pela sua liderança, pela sua capacidade, embora tenha divergências, em alguns aspectos, com o senhor. Mas isso não vai impedir de sermos, inclusive, amigos nesse processo, porque o meu médico, o principal da minha vida, era um dos coordenadores da UDR quando eu estava ajudando a mobilizar a Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Tocantins.

Um abraço.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Obrigada, Senador Donizeti.

Agora eu queria...

O Baitaca pediu para fazer uma manifestação. Vou dar dois minutos para o Baitaca.

Como o Senador Moka, mesmo que o senhor tenha falado, as cooperativas tenham se manifestado, o Baitaca falará dois minutos... Foi feita uma referência aqui pelo Senador sobre a questão de convenção de trabalho. E eu queria que a CNA se manifestasse sobre isso, como entidade da questão nessa convenção. Dois minutos para cada um. Dois minutos para o Baitaca e dois minutos para o...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – V. Exª também me garantiria...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Dois minutos para ele, uma pessoa só, e o Secretário Laudemir encerrará. Eu penso que eu tenho...

Aqui já está, de antemão, definido pelas manifestações do Plenário – e é essa a proposta que eu faço agora para aproveitar o quórum da Comissão – que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Senador Ronaldo Caiado, deve conferir poder e representatividade aos Senadores Blairo Maggi e Waldemir Moka para que representem a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária no andamento dessas negociações com o Governo. Penso que a colocação feita pelo Senador Moka foi estritamente dentro de uma responsabilidade nossa, institucional, republicana e política, de que, encerrado o prazo dia 26, não havendo o atendimento satisfatório da demanda e da agenda, aí, trataremos de uma outra estratégia de enfrentamento, se for o caso, de necessidades dentro do Legislativo, que são as nossas armas – digamos, no bom sentido –, as que temos e também outras formas regimentais e normas políticas.

Então, é essa a proposta que submeto.

As Sras e os Srs. Senadores que concordam com esta proposição de ficarem os Senadores Blairo Maggi e Waldemir Moka com a responsabilidade de representar esta Comissão nas negociações com o Governo Federal... *(Pausa.)*

Aprovada.

Eu agradeço o apoio de todos.

Com a palavra o Anaximandro Almeida, da CNA, por dois minutos; em seguida, o Baitaca, por dois minutos; o representante do Mato Grosso do Sul, por dois minutos; e encerra o Secretário Laudemir Müller.

O SR. ANAXIMANDRO DOUEMENT ALMEIDA – Nós acreditamos que continuam como legítimas as reivindicações do movimento dos caminhoneiros. Todavia, queríamos fazer pequenos reparos em relação, especialmente, ao ponto da tabela. Claro, existe a preocupação de atender a reivindicação. É um binômio das manifestações a necessidade do movimento e, por outro lado, a possibilidade do Governo em atender ou não.

Já tenho aqui vários encaminhamentos, mas só gostaria de fazer uma ressalva, que é a da preocupação em relação à questão da tabela, que não é caracterizada como uma relação trabalhista – trabalhador/empregado. Quem está contratando são diversos agentes. Então, se você está em um ambiente, como já foi comentado aqui, da livre iniciativa, é uma relação entre privados; você está contratando o serviço numa relação trabalhador/empregado e aí está a diferença.

Então, nós acreditamos que um eventual tabelamento crie mais distorções do que soluções...

(Soa a campanha.)

O SR. ANAXIMANDRO DOUEMENT ALMEIDA – Isso amparado no que está na nossa Constituição, que é o princípio da livre iniciativa e, no caso, da livre concorrência.

Existe uma lei também, embora não escrita, da oferta e demanda, que vai equacionar. Não tem como revogar.

Então, era essa a observação que eu gostaria de colocar.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Obrigada, representante Anaximandro, da CNA.

Agora falará o Baitaca por dois minutos também, e, em seguida, o Jorge Pagliotto, que é da Coopersul de Dourados, Mato Grosso do Sul.

O SR. GILSON PEDRO PELICIONE – Bom, eu queria apenas, ainda, cumprimentar meus companheiros de Lucas do Rio Verde, o Presidente da Câmara de Vereadores, Dirceu Cosma, Júnior Bosco, e os companheiros, colegas do Mato Grosso do Sul.

Sobre essa questão, Senador Donizeti, dos ICMS estaduais, nós já temos uma agenda aberta, já em andamento, com o Governador Pedro Taques e a Secretaria de Fazenda do Estado do Mato Grosso. É uma coisa que também não vai acontecer da noite para o dia, porque ele precisa achar outra fonte de receita para fazer essa compensação, devido à situação financeira em que se encontra o caixa do Governo do Estado.

Mas acredito que vamos avançar nesse ponto também. Porém, seria importante que se reunissem todos para que falassem a mesma linguagem, para que todos os Estados fossem igualitários, até para que não tirem caminhões de um Estado onde se abastece mais barato e busquem o frete no nosso Estado, não abastecendo com um litro de combustível no nosso Estado. Com isso nós perdemos muito, a economia do Estado perde muito.

A outra questão. Numa próxima audiência pública, eu ainda sugeriria que essa audiência pública contasse com representantes da ANTT, do Denatran e do DNIT, porque nessa reunião do dia 10 surgiram mais cem reivindicações...

(Soa a campainha.)

O SR. GILSON PEDRO PELICIONE – ... que são de competência desses órgãos, como cronotacógrafos, autorização especial de trânsito e tantas outras, que são de responsabilidade desses órgãos. Então, isso é uma coisa interessante.

A questão também de uma convenção entre prestador de serviço e tomador de serviço eu acho que é muitíssimo importante, mas nós tivemos uma experiência no Estado – precisamos ampliar esse diálogo –: o tomador de serviço, à margem, nos recebeu, fomos muito bem recebidos, mas me parece que outras *tradings* não têm esse interesse de sentar e fazer essa negociação, até porque não é o prestador de serviço que põe o preço do frete, é apenas o tomador de serviço. Então, eles não têm muito interesse porque eles não sentam em uma mesa de negociação. É a livre concorrência. Então, nós poderíamos fazer isso, mas que houvesse um esforço de um terceiro, que poderia ser o Governo, para fazer essa convenção e fazer um acerto de frete mínimo que fosse respeitado. Isso também é bom para nós.

E quero avisar apenas, sobre a questão da paralisação até o dia 26, Senador Moka, que até o dia 26 essa tabela não vai estar 100% pronta. O prazo que pedimos, que está aqui, e nós respeitamos, é de 45 dias a partir do dia 10 para tabela, mas as outras demandas, sim, não podem esperar 45 dias. Então, eu aviso, Laudemir, agradeço a sua atenção, peço que leve ao Ministro e, se for o caso, à Presidente da República que, sem essas reivindicações, serão retomados, sim, os bloqueios das rodovias.

E nós não estamos aceitando infiltrados dentro do nosso movimento com interesses políticos. Nós não abrimos espaço para palanque político dentro das nossas manifestações. Nós não queremos desviar o foco, porque quem paga essas contas somos nós. Quanto ao movimento político que está acontecendo, que se fala em todo o País que ocorrerá dia 15, todos os caminhoneiros estão liberados como pessoas, como pessoa física, para participar, é um direito que eles têm. Agora, não há nenhuma orientação do movimento dos caminhoneiros em nenhum ponto do País.

Obrigado a todos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Muito obrigada, Baitaca.

Agora, encerrada a parte dos depoentes sobre essa matéria, Jorge Pagliotto, que é da Coopersul.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senadora Ana Amélia, Sr. Baitaca, você concorda que houve um compromisso com o dia 26...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Sim, ele deixou claro...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – É porque eu afirmei ao Senador Caiado e eu queria...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Ele deixou claro isso. Se até lá não for cumprido, aí entram os não autorizados ou outros. Eu quero fazer uma referência aqui a uma informação.

Com a palavra o Jorge Pagliotto.

O SR. JORGE A. PAGLIOTTO DE SOUZA – Bom dia a todos. Queria cumprimentar a Senadora Ana Amélia e todos os Senadores aqui presentes.

Não vou me estender. Como o Baitaca já falou, nós estamos no meio do movimento. Ele não acabou. Os Senadores estão todos preocupados com isso. O que ocorre, e nós estamos aqui fazendo um pedido, é que não é divulgado claramente. Até o Senador falou, alguém falou: “Ah, já foram atendidos 90%, e agora falaram que dia 15 iria fechar”. O que os caminhoneiros querem, nós do movimento queremos, é que haja data para os cumprimentos, ou seja, vai ter 12 meses de carência do BNDES? Sim. Mas a partir de qual mês?

Nós sabemos que tem, sim, o prazo, como o Senador Moka falou, do dia 26. Isso nós entendemos que foi formado para ver como é que se vai fazer, mas nós não temos o prazo de quando vão acontecer as coisas. Por isso está havendo essa dúvida. Como o Senador falou, parece que o Governo está querendo embarrigar, e isso está causando uma dúvida muito grande até mesmo na população. Nós, do movimento, pedimos isto ao Governo: que dê data concreta para que as coisas aconteçam, porque senão os movimentos vão voltar e vão voltar, senhores, às vezes, nem trancando estrada, mas com caminhões parados mesmo na beira das rodovias.

É só isso, Senadora.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Obrigada, Pagliotto.

Agora passo a palavra ao Secretário Laudemir, lembrando apenas à Comissão que, tão logo seja encerrada esta reunião, abriremos uma reunião deliberativa para apreciar alguns requerimentos relevantes. Então, eu peço o apoio dos Srs. Senadores.

Eu queria também lembrar, sobre essa questão do ICMS, que foi tão bem abordada aqui, caro Cavol, caro Jorge, o seguinte: o Senado, desde 2013, vem discutindo a unificação das alíquotas do ICMS dentro da discussão ampla de acabar com a guerra fiscal. Não há ainda votação marcada. O Senador Luiz Henrique está dentro desse processo que envolve questões mais complexas nessa matéria. Então, nós temos que aguardar também isso, porque seria, digamos, uma decisão isolada em relação a um conjunto de matérias que, junto com o Confaz, Ministério da Fazenda, vêm sendo discutidas. O Senador Luiz Henrique aqui é o relator e ele está fazendo um trabalho muito intenso. Em maio haverá uma nova reunião, Senador Donizeti, para discutir essa possibilidade da unificação das alíquotas do ICMS no bojo de outras providências para acabar com a guerra fiscal.

Com a palavra o Secretário Laudemir Müller.

O SR. LAUDEMIR ANDRÉ MÜLLER – Obrigado, Senadora.

Primeiro, eu queria agradecer, parabenizar, dizer da nossa satisfação de estar participando mais uma vez deste diálogo aqui. Se não me engano, é o segundo debate aqui no Senado esta semana sobre este tema. Acho que os encaminhamentos, a despeito da autonomia do Senado Federal, são encaminhamentos muito bons, que ajudam na solução conjuntural e estrutural. É muito importante, Senadora – e eu queria frisar isso –, para o Governo e para os caminhoneiros, o envolvimento direto, como vem acontecendo, do Senado Federal, enfim, dos Senadores que conhecem o tema, que têm uma relação com os caminhoneiros e estão acompanhando isso. Então, queria dizer que o Governo valoriza muito isso, e eu acho que são importantes esses encaminhamentos, o envolvimento do Senado Federal e o acompanhamento que faz da questão. Primeiro, eu queria registrar isso.

O segundo ponto é que temos temas muito concretos aqui colocados. Um deles – fez-se referência aqui a isso – é que, pelo mesmo motivo que o Baitaca colocou aqui, neste momento o Governo Federal não tem condição de mexer de forma profunda na questão tributária sobre os combustíveis. Não há como fazer isso neste momento. Isso é muito claro para nós. Agora, o que é fundamental é que nós entendamos que há, sim, um problema de rentabilidade no setor, e a rentabilidade do setor tem que ser reequilibrada, o que passa por vários pontos, pontos que estão todos colocados, e nós estamos trabalhando sobre esses pontos. Tem que ficar bastante claro, não pode haver nenhuma dúvida, que o Governo Federal está absolutamente comprometido, da Presidenta até todos os seus servidores da Polícia Rodoviária Federal, que têm feito um trabalho importante, exemplar, na condução desse processo, a ANTT, enfim, todos os que estão participando desses três grupos de trabalho, com o encaminhamento das questões importantes, conjunturais e estruturais.

Então, têm de ficar muito claros os seguintes pontos:

1 - a lei já foi sancionada e nós estamos trabalhando conjuntamente na regulamentação – e há grupo e há data para isso;

2 - o tema do refinanciamento já está decidido e vai entrar em operação nos próximos dias;

3 - a tabela.

Aí tem que ficar muito claro o seguinte: nós não estamos trabalhando com tabelamento de preço na economia, nós não vamos nos meter, nos inserir numa relação entre privados, fazendo regulamentação, a não ser que haja um entendimento do Senado, do Congresso, que legisla sobre isso – mas a legislação que nós temos hoje é essa. Agora, nós achamos importante – e esse é o convite que os caminhoneiros fizeram, acordados com o setor – que o Governo possa acompanhar e estimular esse reequilíbrio, esse alinhamento de preços no setor. É isso o que está sendo feito, e espero que haja uma proposta já nessa data sinalizada.

Então, queria dizer que nós estamos comprometidos, não só o Governo, mas o Senado, os trabalhadores, os órgãos de Governo, em especial os embarcadores e os caminhoneiros, estão todos envolvidos num trabalho coletivo de buscar uma solução imediata, de médio e de longo prazo, e há data para tudo, e há compromisso para tudo, e está tudo claro. Nós estamos alinhados e todos os nossos compromissos também, assim como o Senador colocou aqui, nós, do Governo Federal, também temos palavra, a Presidente também tem palavra, e nós estamos cumprindo todas as nossas palavras nesse acordo. E tudo tem prazo, e tudo tem data, e eu acho que é importante que a gente siga, porque as soluções dependem, em grande medida, do Governo Federal, mas também dependem, em grande medida, do conjunto da sociedade e dos atores envolvidos.

Então, eu queria agradecer e, mais uma vez aqui, falar da nossa disposição para o diálogo, para esses e para outros que o Senado Federal queira fazer, e também da importância de o Senado Federal acompanhar as negociações, enfim, conjunturais e estruturais que nós estamos conduzindo no Governo junto com os caminhoneiros e os embarcadores.

Muito obrigado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Obrigada, Secretário. Eu gostaria até de manifestar a V. Exª, e V. Exª transmita ao Ministro Miguel Rossetto, que esta Comissão ficaria honrada com a presença dele também aqui, no momento oportuno, especialmente quando esta agenda estiver encerrada.

Com a palavra, o Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Para encerrar mesmo, Presidente. Dentro da pauta apresentada, repito, não vi realmente nenhuma referência ao PIS e à Cofins.

E quero dizer que sou apoiador do restante, com exceção de tabelamento, de triste memória, triste memória.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – O Senador Blairo justificou todos os aspectos.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Olha, Presidente, se realmente nós votarmos nessa tese, está certo?, venezuelana vai ser difícil nós levarmos o Brasil a bom termo. Tabelamento? Criar tabela de novo, tablita de novo? Não, pelo amor de Deus, acho que nós já superamos essa fase.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Senador...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Quanto a esse prazo específico, aí, eu, sinceramente, tenho minhas preocupações, e enormes. Acho que aqui é uma Casa que é a maior instância do Legislativo brasileiro e nós temos que refletir sobre tablita neste momento, porque isso aí pode nos levar a uma situação em que, amanhã, o Governo ache que pode tabelar preço de arroz, de feijão, de milho, enfim. Aí, a partir daí, vai ser algo, vai ser aquilo que nós já experimentamos a tão curto prazo. Talvez os jovens de 30 anos de idade não se lembrem disso, mas, nós, que já estamos na outra geração, já vivemos isso.

Então, eu acho que não é por aí o caminho da economia brasileira.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Senador Ronaldo Caiado, o Senador Blairo Maggi deu aqui uma argumentação, uma fundamentação jurídica, manifestação do Supremo Tribunal Federal, manifestação também de toda ordem em relação a essa matéria e à polêmica estabelecida, dizendo que não há mesmo, digamos, uma solução feita.

Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Deixe-me só... Eu ouvi os caminhoneiros. Então, é que às vezes...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – A palavra.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – O que eu ouvi e para mim ficou claro é o seguinte, o que eles reivindicam é o seguinte: o sujeito faz um frete de São Paulo a Fortaleza – isso eu vi – com o custo desse frete de R\$9.000,00. Aí, na volta, ele tem que aceitar um frete, para a mesma distância, de R\$4.500,00, que não paga o custo do combustível. Aí está se falando...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – O frete de retorno?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – O frete de retorno ou um frete... O que eles dizem é o seguinte: que o Governo, para autorizar esse frete, tem como se fosse um certificado, um conhecimento e

talvez uma demonstração de custo por quilometragem, por tudo. Talvez pudesse dar a condição de se dizer que, por menos do que isso, não se pode emitir nota de frete. É o que eu ouvi.

Eu entendo, concordo em número, que, como disse, já enfrentei essa discussão com o pessoal do Mato Grosso do Sul, tabelamento não existe. Agora, ter um referencial de custo básico,...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Uma planilha.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – ... pois, abaixo disso, o caminhoneiro está trabalhando com prejuízo. Aí eu acho que seria não para vigorar como tablita, como disse o Senador Ronaldo Caiado, mas como ajuda, para que se possa, pelo menos, nortear essa questão. Foi o que eu deparei.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu queria...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Agora, eu estou longe, Srª Presidente, de ser um especialista. Tudo o que eu estou falando eu aprendi ou com o Cláudio, ou com o Xavier, ou com o Russo, que está aqui. Foram eles que me colocaram isso, e eu rapidamente tive que estudar e ver tudo.

Agora, a minha boa vontade e a minha determinação são de fazer com que esse movimento termine de forma real, que nós possamos, realmente, liberar as estradas e o caminhoneiro tenha uma justa remuneração.

Como médico, eu fico devendo à Jacqueline em relação a umas colocações que ela fez. Só que, Jacqueline, nós vamos discutir, sim, a questão da saúde do caminhoneiro. Eu tenho muita preocupação com isso. Você tem muito razão em muitas colocações que faz. Chega, às vezes, a ser desumano: um caminhoneiro, para pagar a prestação dele, tem de realmente varar a noite. Eles falam em engolir a lua. É real isso, sem falar em outras coisas mais sérias.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu agradeço ao Senador Moka. Eu agradeço a todos os Senadores presentes: o Senador Acir Gurgacz, que é o nosso Vice-Presidente e esteve aqui; o Senador Dário Berger; o Senador Lasier Martins; o Senador Donizeti Nogueira; o Senador Luiz Henrique; o Senador Flexa Ribeiro; o Senador Moka; o Senador Blairo; o Senador Ronaldo Caiado – esses três últimos foram os autores do requerimento para esta audiência –; e o Senador José Medeiros.

Eu queria agradecer também, de modo muito especial, ao Secretário-Executivo da Secretaria-Geral da Presidência da República, Laudemir Müller, representante aqui do Ministro Miguel Rossetto; ao Coordenador de Assuntos Estratégicos da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil, Anaximandro Almeida; ao Presidente da OCB, Márcio Freitas; ao Presidente do Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas e Logística do Mato Grosso do Sul, Cláudio Cavol; à Jacqueline Carrijo, auditora fiscal do trabalho do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho; ao Gilson Pedro Pelicione, nosso Baitaca, representante dos caminhoneiros do Estado de Mato Grosso; e também ao Jorge Pagliotto, que é da Coopersul, Cooperativa de Apoio dos Transportadores Rodoviários de Mato Grosso do Sul. Foram convidados também Gelson Pavoni, Diretor do Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas e Logística de Mato Grosso do Sul; e Éder Dal'Lago, Presidente da Federação dos Caminhoneiros Autônomos dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. O Gelson, como explicou aqui o Cláudio Cavol, estava envolvido, em Paulínia, com o roubo de dois caminhões de transportadores de combustíveis. Então, essa foi a justificativa que foi dada dele. Não recebemos a do Éder.

Renovo o que foi definido na Comissão com apoio dos Srs. Senadores: ficam os Senadores Blairo Maggi e Waldemir Moka como representantes legais, políticos e legítimos desta Comissão junto ao Ministro Miguel Rossetto ou ao representante de todas as comissões ou comitês de negociações até o dia 26, que é o prazo que temos para definição e aceitação. Mas quero lembrar algo aos senhores para que nós, nas vésperas do que for acontecer, não tenhamos nenhuma surpresa sobre isso. O *Jornal do Comércio*, do Rio Grande do Sul, na data de hoje, escreve o seguinte:

Caminhoneiros que estavam em greve até a semana passada podem voltar com os bloqueios nas estradas nesta sexta-feira (13) a partir da meia noite. Os trabalhadores estariam conversando por WhatsApp e tentando mobilizar grupos na região Sul do País, sobretudo no interior de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. A categoria parece ter se dividido: uma parte acredita que o obtido até o momento é satisfatório; a outra quer insistir no pedido de redução do preço do óleo diesel e quer ainda crédito subsidiado para custeio.

Essa pauta está colocada.

Eu queria agradecer mais uma vez.

Está encerrada esta audiência pública, com os nossos agradecimentos a todos. Muito obrigada.

Eu queria pedir aos Srs. Senadores que continuemos para a reunião deliberativa, que será bem rápida, pois será só para a análise de requerimentos.

(Iniciada às 8 horas e 8 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 30 minutos.)

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA**ATA DA 4ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 12 DE MARÇO DE 2015.**

Às onze horas e trinta e dois minutos do dia doze de março de dois mil e quinze, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora ANA AMÉLIA, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores ACIR GURGACZ, DONIZETI NOGUEIRA, WALDEMIR MOKA, DÁRIO BERGER, RONALDO CAIADO, JOSÉ MEDEIROS, BLAIRO MAGGI, LASIER MARTINS, LUIZ HENRIQUE e FLEXA RIBEIRO. Deixam de comparecer os Senadores Zeze Perrella, Delcídio do Amaral, Rose de Freitas, Sérgio Petecão, Lúvia Vânia e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Senhora Presidente dá início à Pauta de Deliberação dos seguintes itens: ITEM 1: **REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 4, DE 2015** – EMENTA: Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, para conhecer e divulgar as atividades realizadas pela Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária e os seus impactos na agricultura e pecuária brasileira. Para tanto, convida o Presidente da Embrapa, Maurício Antônio Lopes, Diretores e responsáveis pelas unidades descentralizadas da Empresa. Autoria: Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento. ITEM 2: **REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 5, DE 2015** – EMENTA: Requer, nos termos do disposto no art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com o art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, seja convidada a comparecer a esta Comissão, a Excelentíssima Senhora Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Kátia Abreu, para apresentar as diretrizes e os programas prioritários da sua pasta. Autoria: Senadora Ana Amélia. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento. ITEM 3: **REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 6, DE 2015** – EMENTA: Requer, nos termos do disposto no art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com o art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, seja convidado a comparecer a esta Comissão, o Excelentíssimo Senhor Helder Barbalho – Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, para apresentar as diretrizes e os programas prioritários da sua pasta. Autoria: Senadora Ana Amélia. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento. ITEM 4: **REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 7, DE 2015** – EMENTA: Requer, nos termos do disposto no art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com o art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, seja convidado a comparecer a esta Comissão, o Excelentíssimo Senhor Patrus Ananias – Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, para apresentar as diretrizes e os programas prioritários da sua pasta. Autoria: Senadora Ana Amélia. EXTRAPAUTA: ITEM 5: **REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 8, DE 2015** – EMENTA: Requerem, com base nos artigos 90, inciso II, e 93, inciso I, a inclusão da CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, na audiência pública que será realizada entre as Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização Controle – CMA, e se possível, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, de Assuntos Econômicos – CAE, estando a matéria em regime de urgência constitucional, para a instrução do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2015, que “Regulamenta o inciso II do §1º e o §4º do art. 225 da Constituição Federal, o Artigo 1, a alínea j do Artigo 8, a alínea c do Artigo 10, o Artigo 15 e os §§ 3º e 4º do Artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto no 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; e dá outras providências”, e tramita em regime de urgência constitucional com suporte no artigo 64, §1º da Constituição Federal, combinado com o artigo 375 do Regimento Interno do Senado Federal, em data oportuna a ser agendada em acordo com as demais Comissões Permanentes e observada a relação de expositores adiante exposta, sem prejuízo da inclusão de outros convidados que porventura venham a ser aprovados posteriormente. IZABELLA TEIXEIRA – Ministra de Estado do Meio Ambiente (MMA); KÁTIA ABREU – Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; ROBSON BRAGA DE ANDRADE – Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI); JOÃO MARTINS – Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); HELENA NADER – Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); SÔNIA GUAJAJARA – Representante da Entidade Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB); ALDO REBELO - Ministro da Ciência e Tecnologia; ADRIANA DIAFÉRIA - Diretora Executiva Adjunta do Grupo FarmaBrasil. Autoria: Senadores

Acir Gurgacz e Ana Amélia. ITEM 6: **REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 9, DE 2015** – EMENTA: Requerem, nos termos do RRA nº 1, de 2015, aprovado em 4 de março de 2015, a realização de Ciclo de Palestras e Debates, no âmbito desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, na cidade de Itabuna, na Bahia, com o seguinte tema: análises e informações acerca do panorama da cacauicultura, especialmente no que tange à sustentabilidade do meio rural, logística de transporte, sistema de armazenamento, comercialização, proteção do meio ambiente e sistema tributário, com a presença dos seguintes convidados: Representante da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – Ceplac; Representante da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC; Representante da Central de Cooperativas da Região Cacaueira do Sul da Bahia – CENTRAFESOL; Representante da Câmara Setorial do Cacau; e Representante da Associação dos Produtores de Cacau da Bahia – APC. Autoria: Senadoras Ana Amélia e Lídice da Mata. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento. ITEM 7: **REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 10, DE 2015** – EMENTA: Requerem a realização de Ciclo de Palestras e Debates, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, a realizar-se no dia 20 de março de 2015, para avaliar a implantação do Cadastro Ambiental Rural, os entraves na sua execução, metas a serem atingidas e reflexos na regularização fundiária no meio rural, com a presença das seguintes entidades: SFB - Serviço Florestal Brasileiro; CNA – Representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil; OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras; INCRA – Instituto Nacional de Reforma Agrária; MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário; MAPA – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento; MMA – Ministério do Meio Ambiente. Autoria: Senadores Acir Gurgacz e Ana Amélia. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento. ITEM 8: **REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 11, DE 2015** – EMENTA: Requerem que seja realizada por esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, um Ciclo de Debates na cidade de Petrolina/PE, com o objetivo de debater os efeitos da crise hídrica na fruticultura irrigada, na região do Vale do São Francisco. Autoria: Senadora Ana Amélia e Senador Fernando Bezerra Coelho. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento. ITEM 9: **REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 12, DE 2015** – EMENTA: Requerem, com amparo nos artigos 90, inciso II, e 93, inciso I, a realização de Audiência Pública, conjunta entre as Comissões de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, de Assuntos Econômicos – CAE, de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização Controle – CMA, estando a matéria em regime de urgência constitucional, para a instrução do Projeto de Lei da Câmara no 2, de 2015, que “Regulamenta o inciso II do §1º e o §4º do art. 225 da Constituição Federal, o Artigo 1, a alínea j do Artigo 8, a alínea c do Artigo 10, o Artigo 15 e os §§ 3º e 4º do Artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto no 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória no 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; e dá outras providências”, e tramita em regime de urgência constitucional com suporte no artigo 64, §1º da Constituição Federal, combinado com o artigo 375 do Regimento Interno do Senado Federal, em data oportuna a ser agendada em acordo com as demais Comissões Permanentes, e observada a relação de expositores adiante exposta, sem prejuízo da inclusão de outros convidados que porventura venham a ser aprovados posteriormente. IZABELLA TEIXEIRA – Ministra de Estado do Meio Ambiente (MMA); KÁTIA ABREU – Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; ROBSON BRAGA DE ANDRADE – Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI); JOÃO MARTINS – Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); HELENA NADER – Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); SÔNIA GUAJAJARA – Representante da Entidade Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB). Autoria: Senadores Luiz Henrique e Waldemir Moka. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e nove minutos, lavrando eu, Marcello Varela, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora Ana Amélia, Presidente da CRA.

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Caros colegas Senadores, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação dos seguintes requerimentos.

ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA
E REFORMA AGRÁRIA Nº 4, DE 2015

– Não terminativo –

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, para conhecer e divulgar as atividades realizadas pela Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária e os seus impactos na agricultura e pecuária brasileira. Para tanto, convida o Presidente da Embrapa, Maurício Antônio Lopes, Diretores e responsáveis pelas unidades descentralizadas da Empresa.

Autoria: Senador Wellington Fagundes

O Senador Wellington Fagundes é o proponente e tem o apoio do Senador Blairo Maggi.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Requerimento de minha autoria.

ITEM 2
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA
E REFORMA AGRÁRIA Nº 5, DE 2015

– Não terminativo –

Requer, nos termos do disposto no art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com o art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, seja convidada a comparecer a esta Comissão, a Excelentíssima Senhora Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Kátia Abreu, para apresentar as diretrizes e os programas prioritários da sua pasta.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Eu queria até agradecer ao Ministro Helder Barbalho, que me ligou, no dia de ontem, para se colocar à disposição da Comissão, além de para cumprimentar todos os membros da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e para falar sobre a sua pasta, a área da pesca.

Eu fiz um requerimento já convidando o Ministro Helder Barbalho, Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, para apresentar as diretrizes e os programas prioritários da sua pasta.

ITEM 3
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA
E REFORMA AGRÁRIA Nº 6, DE 2015

– Não terminativo –

Requer, nos termos do disposto no art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com o art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, seja convidado a comparecer a esta Comissão, o Excelentíssimo Senhor Helder Barbalho – Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, para apresentar as diretrizes e os programas prioritários da sua pasta.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

ITEM 4
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA
E REFORMA AGRÁRIA Nº 7, DE 2015

}– Não terminativo –

Requer, nos termos do disposto no art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com o art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, seja convidado a comparecer a esta Comissão, o Excelentíssimo Senhor Patrus Ananias – Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, para apresentar as diretrizes e os programas prioritários da sua pasta.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Em votação o requerimento.

As Sras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Aqui há um requerimento para tratar da questão de um debate conjunto que será feito para discutir o PLC 2, que trata, exatamente, da biodiversidade. É uma matéria aprovada na Câmara e esta Casa, agora, começa a debater. Foi o Senador Luiz Henrique que requereu uma audiência pública conjunta entre as Comissões CCJ, CAE, CMA, CCT e esta Comissão.

Esse requerimento está sendo proposto pelo Senador Acir Gurgacz, com o meu apoio, para que também a CRA esteja nessa audiência pública, porque tem tudo a ver e ele é o Relator aqui na CRA.

ITEM 5
REQUERIMENTO Nº , DE 2015

Requerem, com base nos artigos 90, inciso II, e 93, inciso I, a inclusão da CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, na audiência pública que será realizada entre as Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização Controle – CMA, e se possível, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, de Assuntos Econômicos – CAE, estando a matéria em regime de urgência constitucional, para a instrução do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2015, que “Regulamenta o inciso II do §1º e o §4º do art. 225 da Constituição Federal, o Artigo 1, a alínea j do Artigo 8, a alínea c do Artigo 10, o Artigo 15 e os §§ 3º e 4º do Artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto no 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; e dá outras providências”, e tramita em regime de urgência constitucional com suporte no artigo 64, §1º da Constituição Federal, combinado com o artigo 375 do Regimento Interno do Senado Federal, em data oportuna a ser agendada em acordo com as demais Comissões Permanentes e observada a relação de expositores adiante exposta, sem prejuízo da inclusão de outros convidados que porventura venham a ser aprovados posteriormente. IZABELLA TEIXEIRA – Ministra de Estado do Meio Ambiente (MMA); KÁTIA ABREU – Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; ROBSON BRAGA DE ANDRADE – Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI); JOÃO MARTINS – Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); HELENA NADER – Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); SÔNIA GUAJAJARA – Representante da Entidade Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB); ALDO REBELO – Ministro da Ciência e Tecnologia; ADRIANA DIAFÉRIA – Diretora Executiva Adjunta do Grupo FarmaBrasil.

Autoria: Senador Acir Gurgacz e outros

Está em votação o requerimento do Senador Acir, com o meu apoio e a minha subscrição, para que haja a audiência conjunta.

As Sras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o requerimento.

Requerimento, falta só mais um, da Senadora Lídice da Mata, que eu subscrevo, acerca de um programa da cacauicultura, especialmente no que tange à sustentabilidade do meio rural, logística de transporte, siste-

ma de armazenamento, comercialização, proteção do meio ambiente e sistema tributário, com a presença dos seguintes convidados, cujos nomes estão na Secretaria.

ITEM 6 **REQUERIMENTO Nº , DE 2015**

Requerem, nos termos do RRA nº 1, de 2015, aprovado em 4 de março de 2015, a realização de Ciclo de Palestras e Debates, no âmbito desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, na cidade de Itabuna, na Bahia, com o seguinte tema: análises e informações acerca do panorama da cacauicultura, especialmente no que tange à sustentabilidade do meio rural, logística de transporte, sistema de armazenamento, comercialização, proteção do meio ambiente e sistema tributário, com a presença dos seguintes convidados: Representante da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – Ceplac; Representante da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC; Representante da Central de Cooperativas da Região Cacaueira do Sul da Bahia – CENTRAFESOL; Representante da Câmara Setorial do Cacau; e Representante da Associação dos Produtores de Cacau da Bahia – APC.

Autoria: Senadora Ana Amélia e outros

Em votação o requerimento da Senadora Lídice da Mata, que é subscrito por mim, e trata da discussão do problema da cacauicultura, que interessa ao Estado de S. Ex^a, a Bahia, e a outras regiões do País também.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Último requerimento.

O Senador Acir Gurgacz requer uma avaliação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) – é muito importante isso – a realizar-se dia 20 de março, próxima sexta-feira, no ciclo de palestras da sexta-feira à tarde. Eu queria cumprimentar o Senador pela iniciativa. Esse foi um dos temas apontados na nossa reunião de planejamento estratégico, além dos entraves na sua execução, metas a serem atingidas e reflexos na regularização fundiária no meio rural. Contará com a presença das entidades nominadas. A Secretaria vai fazer os respectivos convites.

ITEM 7 **REQUERIMENTO Nº , DE 2015**

Requerem a realização de Ciclo de Palestras e Debates, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, a realizar-se no dia 20 de março de 2015, para avaliar a implantação do Cadastro Ambiental Rural, os entraves na sua execução, metas a serem atingidas e reflexos na regularização fundiária no meio rural, com a presença das seguintes entidades: SFB - Serviço Florestal Brasileiro; CNA – Representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil; OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras; INCRA – Instituto Nacional de Reforma Agrária; MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário; MAPA – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento; MMA – Ministério do Meio Ambiente.

Autoria: Senador Acir Gurgacz e outros

Em votação.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento para fazer esse debate sobre o Cadastro Ambiental Rural no ciclo de debates, na sexta-feira, dia 20 de março.

Por último, subscrevo um requerimento de autoria do Senador Fernando Bezerra, de Pernambuco. S Ex^a deseja debater, à luz da crise hídrica brasileira, as questões do Semiárido nordestino. Vamos debater essa questão em uma audiência do ciclo de debates, possivelmente, em Petrolina, Pernambuco. O Vale do São Francisco está em evidência. Hoje vive uma situação crítica pela escassez da água.

ITEM 8 **REQUERIMENTO Nº , DE 2015**

Requerem que seja realizada por esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, um Ciclo de Debates na cidade de Petrolina/PE, com o objetivo de debater os efeitos da crise hídrica na fruticultura irrigada, na região do Vale do São Francisco.

Autoria: Senadora Ana Amélia e outros

Eu queria submeter a votação.

As Sras e Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Está aprovado o requerimento do Senador Fernando Bezerra.

Por fim, o Requerimento dos Senadores Waldemir Moka e Blairo Maggi, com apoio do Senador Luiz Henrique, para tratar da questão relacionada ao PLC 2, que tramita em regime de urgência constitucional, que trata da diversidade. De acordo com as demais comissões permanentes, observada a relação de expositores e com a inclusão de outros convidados que venham a ser aprovados posteriormente, convida as autoridades seguintes. Esse é um debate que trata da questão relacionada ao PLC 2, a biodiversidade.

ITEM 9

REQUERIMENTO Nº , DE 2015

Requerem, com amparo nos artigos 90, inciso II, e 93, inciso I, a realização de Audiência Pública, conjunta entre as Comissões de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, de Assuntos Econômicos – CAE, de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, estando a matéria em regime de urgência constitucional, para a instrução do Projeto de Lei da Câmara no 2, de 2015, que “Regulamenta o inciso II do §1º e o §4º do art. 225 da Constituição Federal, o Artigo 1, a alínea j do Artigo 8, a alínea c do Artigo 10, o Artigo 15 e os §§ 3º e 4º do Artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto no 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória no 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; e dá outras providências”, e tramita em regime de urgência constitucional com suporte no artigo 64, §1º da Constituição Federal, combinado com o artigo 375 do Regimento Interno do Senado Federal, em data oportuna a ser agendada em acordo com as demais Comissões Permanentes, e observada a relação de expositores adiante exposta, sem prejuízo da inclusão de outros convidados que porventura venham a ser aprovados posteriormente. IZABELLA TEIXEIRA – Ministra de Estado do Meio Ambiente (MMA); KÁTIA ABREU – Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; ROBSON BRAGA DE ANDRADE – Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI); JOÃO MARTINS – Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); HELENA NADER – Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); SÔNIA GUAJAJARA – Representante da Entidade Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB).

Autoria: Senador Luiz Henrique e outros

Em votação o requerimento do Senador Waldemir Moka e Luiz Henrique da Silveira, dos dois Senadores, subscritos pelo Senador.

Em votação.

As Sras e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Encerramos a pauta.

Agradeço muito a todos pela presença.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 11 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 39 minutos.)

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE MARÇO DE 2015.

INSTALAÇÃO

Às nove horas e trinta e três minutos do dia três de março de dois mil e quinze, na sala sete, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência Eventual do Senhor Senador João Alberto Souza e com a presença dos Senhores Senadores Valdir Raupp, Cristovam Buarque, [Lasier Martins](#), Angela Portela, [Davi Alcolumbre](#), [Aloysio Nunes Ferreira](#), Flexa Ribeiro, José Medeiros, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Edison Lobão, Luiz

Henrique e Fernando Bezerra Coelho, reúne-se à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Sérgio Petecão e Ivo Cassol. Justifica ausência o Senador Walter Pinheiro. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. A presente reunião destina-se à eleição do Presidente para o biênio 2015/2016. Prosseguindo, o Senhor Presidente Eventual, Senador João Alberto Souza, propõe ao Plenário que a eleição da candidatura única seja realizada por aclamação. A proposta é aprovada por unanimidade. Após a aclamação, o Senhor Presidente Eventual, Senador João Alberto Souza, proclama eleito e empossado o Senhor Senador Cristovam Buarque Presidente da Comissão. Fica adiada a eleição do Vice-Presidente da Comissão. Assume a Presidência o Senador Cristovam Buarque. Usa da palavra o Senhor Senador João Alberto Souza. Após o discurso, o Presidente eleito, Senador Cristovam Buarque, encerra a reunião às nove horas e quarenta e três minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no *Diário do Senado Federal*, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, que se realiza nesta data, 03 de março de 2015.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a presente reunião tem por finalidade a instalação dos trabalhos da Comissão e a eleição do seu Presidente para o biênio 2015-2016, uma vez que ainda não há uma indicação para o cargo de Vice-Presidente da Comissão.

Foi registrada, até o presente momento, somente a indicação, para o cargo de Presidente, do Senador Cristovam Buarque.

Srs. Senadores, a indicação do Senador Cristovam Buarque é uma unanimidade não somente nesta Comissão, mas na Casa. (*Palmas.*)

Consulto a Comissão, tendo em vista haver apenas uma indicação, sobre se podemos eleger o candidato por aclamação.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Todos estão de acordo.

Então, havendo o acordo de todos, declaro eleito, por aclamação, para a Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, o Senador Cristovam Buarque. (*Palmas.*)

Comunico que após realização da devida indicação, haverá uma nova reunião para a eleição do Vice-Presidente da Comissão.

Assim sendo, antes de passar a Presidência, iria dar a palavra para quem quisesse fazer uso dela. Porém, quero passar a Presidência o quanto antes para o nosso grande amigo, Senador Cristovam Buarque. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Bom dia a cada um e a cada uma.

Quero, antes de mais nada, agradecer ao Senador Valdir Raupp, primeiro a chegar, e ao Estado do Maranhão, que mandou ao mesmo tempo tanto o titular como o suplente da Comissão, os Senadores Lobão e João Alberto.

Quero agradecer ao Senador Lasier Martins, essa grande figura, que chegou há pouco e já se mostrou tão importante, a ponto de dizermos que ninguém esperava que o Senador Simon fosse ter um substituto, mas agora tem.

Quero agradecer ao Davi Alcolumbre, pois tentei falar com ele e não consegui fazê-lo; ao Senador Aloysio Nunes, meu velhíssimo amigo; ao Senador Flexa Ribeiro, que não é um amigo antigo, mas temos um professor em comum, de quando andávamos de calça curta. Já o visitamos aqui em Brasília. Ao Senador José Medeiros, esse jovem Senador que chegou e se mostra tão ativo; ao Senador Crivella, que não assinou, mas está ali. E ao Senador Vicentinho, que assinou mas teve de sair.

Quero dizer a cada um de vocês que me sinto muito contente por meu Partido ter me indicado; também o Bloco do qual fazemos parte me indicou eu mereci o apoio de cada um de vocês.

Quando eu estava ligando, pedindo voto, alguns de vocês disseram que candidatura única não precisa de pedir voto. Eu disse que candidatura única era a que precisava de pedir voto, porque, quando há outro candidato, e perdemos, não é tão feio. Porém, quando é única e você perde, aí é feio mesmo.

Agradeço que a candidatura tenha sido por aclamação e creio que isso aumenta a minha responsabilidade. Esta Comissão é a mais nova da Casa, não é isso?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – A Comissão do Futuro foi criada pelo Senador Renan, mas não é, ainda, uma Comissão permanente. É a mais nova. Considero que seja, talvez, uma das mais importantes do ponto de vista do futuro do País, porque aí está a criação da economia do futuro na inovação.

Esta Comissão é de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. E creio até que ela deveria ser feita também da competitividade. Daí termos que trabalhar junto com as outras Comissões, com a Comissão de Relações Exteriores, do Senador Aloysio, espero. Eu vou dar meu voto para ele, manifesto aqui, na hora...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Está bom. Vou defender que seja por aclamação também.

É preciso ter uma relação muito forte com a Comissão de Educação, muito forte, obviamente. Também com a Comissão de Economia. Esta é quase uma subdivisão da Comissão de Economia. Deve ter, portanto, uma relação muito forte e uma ação muito grande.

É uma Comissão que tem menos trabalho do ponto de vista burocrático do que as outras, salvo os processos relacionados às rádios, e, portanto, vai nos dar espaço para fazer bons debates.

Creio que mesmo o setor do ensino superior, que faz parte de outra Comissão, deve ser debatido aqui nas inter-relações do ensino superior com inovação. Sabemos que nossas universidades têm certa aversão à inovação – essa é a verdade –, têm certa aversão à boa convivência com o setor empresarial. Hoje em dia é impossível imaginar ciência e tecnologia divorciadas do setor privado e das atividades econômicas.

Quero aqui preencher o papel de coordenador de atividade de um grupo tão importante de Senadores e Senadoras que querem colocar-se à disposição do Brasil para discutir o assunto da ciência e da tecnologia.

É uma das Comissões menos buscadas pelos Senadores, inclusive do ponto de vista de Presidência, na hora da distribuição. Entretanto, acho que pode ser uma das mais importantes. Para isso, eu, como Presidente, conto com cada um dos senhores e tenho certeza de que o Brasil conta também com cada um dos senhores por meio do Senado Federal.

Dito isso, quanto à eleição do Vice-Presidente, que eu saiba não tem nenhum pretendente, nenhuma pretendente.

Coloco em discussão se querem deixar para a próxima reunião ou se querem fazer indicação. *(Pausa.)*

Vamos aguardar, então, a indicação das Lideranças.

Sugiro, mas consulto também se devemos fazer uma próxima reunião, na terça-feira, nesta mesma hora, ainda que seja para discutir qual o melhor dia para as reuniões regulares, com base nas diversas Comissões das quais fazemos parte. Está bem assim? *(Pausa.)*

Então, muito obrigado pela confiança! Um grande abraço para cada um! Vou fazer o possível para merecer a confiança de vocês. Muito obrigado! *(Palmas.)*

(Iniciada às 9 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 43 minutos.)

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE MARÇO DE 2015.

Às nove horas e trinta e cinco minutos do dia dez de março de dois mil e quinze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Cristovam Buarque, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Lasier Martins, Walter Pinheiro, Angela Portela, Ivo Cassol, Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, José Medeiros, Randolfe Rodrigues, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Delcídio do Amaral, Telmário Mota, Edison Lobão, Luiz Henrique, José Agripino e Eduardo Amorim, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Comparecem à reunião os Senadores José Pimentel, Omar Aziz, e Álvaro Dias, não membros da Comissão. Deixa de comparecer o Senhor Senador Davi Alcolumbre. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. Item 1: Projeto de Lei da Câmara n.º 106, de 2012, de caráter não terminativo, de autoria da Comissão de Legislação Participativa, que “Altera os arts. 2º e 17 da Lei

nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, para acrescentar a acessibilidade aos portais públicos da internet.” O relator designado é o Senador Cristovam Buarque, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. Item 2: Projeto de Lei do Senado nº 18, de 2012, de caráter terminativo, de autoria do Senador Ciro Nogueira, que “Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para disciplinar a oferta de descontos nas tarifas e preços dos serviços de telecomunicações.” O Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque designa o Senador Flexa Ribeiro Relator “ad hoc”, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pela aprovação, na forma do Substitutivo aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos, com a subemenda que apresenta. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova a Emenda nº 02-CAE (Substitutivo), com a Subemenda nº 1-CCT, renumerada como Emenda nº 3-CCT (Substitutivo) por 12 (doze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. A matéria será incluída em pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal. Item 3: Requerimento nº 1, de 2015-CCT, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Luiz Henrique e Telmário Mota, que requer “... com amparo nos artigos 90, inciso II, e 93, inciso I, a realização de Audiência Pública, conjunta entre as Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização Controle – CMA, e se possível, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, de Assuntos Econômicos – CAE, caso tenham sido essas instaladas em tempo hábil, estando a matéria em regime de urgência constitucional, para a instrução do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2015, que “Regulamenta o inciso II do §1º e o §4º do art. 225 da Constituição Federal, o Artigo 1, a alínea j do Artigo 8, a alínea c do Artigo 10, o Artigo 15 e os §§ 3º e 4º do Artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; e dá outras providências”, e tramita em regime de urgência constitucional com suporte no artigo 64, §1º da Constituição Federal, combinado com o artigo 375 do Regimento Interno do Senado Federal, em data oportuna a ser agendada em acordo com as demais Comissões Permanentes, e observada a relação de expositores adiante exposta, sem prejuízo da inclusão de outros convidados que porventura venham a ser aprovados posteriormente. IZABELLA TEIXEIRA – Ministra de Estado do Meio Ambiente (MMA), KÁTIA ABREU – Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ROBSON BRAGA DE ANDRADE – Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), JOÃO MARTINS – Presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), HELENA NADER – Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), SÔNIA GUAJAJARA – Representante da Entidade Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB).” Após a leitura do Requerimento, usam da palavra os Senadores Walter Pinheiro, Luiz Henrique, Telmário Mota, Lasier Martins e Omar Aziz, Senador não membro da Comissão. Durante a discussão foram incluídos os nomes de 2 convidados: Jacques Wagner, Ministro de Defesa e Aldo Rebêlo, Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação. O Requerimento é aprovado. Item 4: Requerimento nº 2, de 2015-CCT, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que requer “...nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, com convite ao Excelentíssimo Senhor Aldo Rebêlo, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, para a realização de debates em torno do tema: “AGENDA E PRIORIDADES DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA O BIÊNIO 2015-2016”, em data oportuna a ser posteriormente agendada.” O Requerimento é aprovado e a Audiência Pública será REALIZADA EM conjunto com a Comissão de Relações Exteriores. Item 5: Requerimento nº 3, de 2015-CCT, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que requer “... nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, com convite ao Excelentíssimo Senhor Ricardo Berzoini, Ministro de Estado das Comunicações, para a realização de debates em torno do tema: “AGENDA E PRIORIDADES DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES PARA O BIÊNIO 2015-2016”, em data oportuna a ser posteriormente agendada.” O Requerimento é aprovado. Item 6: Requerimento nº 4, de 2015-CCT, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que requer “... nos termos do artigo 96-B, do Regimento Interno do Senado Federal, que estabelece o procedimento de avaliação de políticas públicas no âmbito do Senado Federal, que a política pública a ser avaliada por esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), no exercício de 2015, seja a de “Formação de Recursos Humanos para Ciência, Tecnologia e Inovação, com especial enfoque para o Programa Ciência Sem Fronteiras”. O Requerimento é aprovado. Item 7: Projeto de Decreto Legislativo nº 13, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO EDUCADORA SETE QUEDAS para exe-

cutar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sete Quedas, Estado de Mato Grosso do Sul.” O Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, designa a Senadora Angela Portela Relatora “ad hoc”, em substituição ao Senador Delcídio Amaral, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 8: Projeto de Decreto Legislativo n.º 89, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Nagib Haickel para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Luís, Estado do Maranhão.” O relator designado é o Senador João Alberto Souza que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 9: Projeto de Decreto Legislativo n.º 15, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE BARAÚNA - RN para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Baraúna, Estado do Rio Grande do Norte.” O Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, designa o Senador Flexa Ribeiro Relator “ad hoc”, em substituição ao Senador José Agripino, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 10: Projeto de Decreto Legislativo n.º 90, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE APOIO COMUNITÁRIO E DESENVOLVIMENTO DE RÁDIO-DIFUSÃO DO BAIRRO VISTA ALEGRE - ACODERVA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra Mansa, Estado do Rio de Janeiro.” O relator designado é o Senador Marcelo Crivella que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 11: Projeto de Decreto Legislativo n.º 97, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FUNDAÇÃO LOGOS - EDIÇÕES, JORNALISMO E RÁDIO-DIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itatiba, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Sérgio Petecão que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 12: Projeto de Decreto Legislativo n.º 103, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE MIRAGUAÍ - ACODESMI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Miraguaí, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Sérgio Petecão que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 13: Projeto de Decreto Legislativo n.º 101, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à CACIMBA COMUNICAÇÕES LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina.” O relator designado é o Senador Valdir Raupp que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 14: Projeto de Decreto Legislativo n.º 115, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CULTURAL E ARTÍSTICA DE PARANAVAÍ - ACAP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paranavaí, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Valdir Raupp que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 15: Projeto de Decreto Legislativo n.º 20, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA NOVA ESPERANÇA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeira de Pajeú, Estado de Minas Gerais.” O Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, designa o Senador Telmário Mota Relator “ad hoc”, em substituição ao Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 16: Projeto de Decreto Legislativo n.º 35, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunica-

ção e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à ANTENA UM RADIODIFUSÃO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.” O Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, designa o Senador Telmário Mota Relator “ad hoc”, em substituição ao Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 17: Projeto de Decreto Legislativo n.º 63, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE APOIO À CULTURA E AOS SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO DA COMUNIDADE DE PEDRA DOURADA - RÁDIO DOURADENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedra Dourada, Estado de Minas Gerais.” O Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, designa o Senador Telmário Mota Relator “ad hoc”, em substituição ao Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 18: Projeto de Decreto Legislativo n.º 65, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à ALÔ FM - SOCIEDADE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Francisco Sá, Estado de Minas Gerais.” O Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, designa o Senador Telmário Mota Relator “ad hoc”, em substituição ao Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Nesse momento, os Senhores Senadores Randolfe Rodrigues, Cristovam Buarque, Valdir Raupp e Telmário Mota requerem, oralmente, a inclusão extrapauta de Requerimentos, com o que todos concordam. Extrapauta, Item 19: Requerimento n.º 5, de 2015-CCT, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que “Nos termos do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada Audiência Pública para discutir as inovações trazidas e os aprimoramentos necessários ao Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2015, que regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, o Artigo 1, a alínea j do Artigo 8, a alínea c do Artigo 10, o Artigo 15 e os §§ 3º e 4º do Artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; e dá outras providências, com a presença dos seguintes convidados: 1. Sr. Marciano Toledo - Via/Campesina/MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores; 2. Sr. Joaquim Belo - Conselho Nacional de Extrativistas-CNS; 3. Sra. Claudia Pinho - Comissão Nacional de Povos e comunidades tradicionais – CNPCT; 4. Sr. André d’Allagnol - Articulação Nacional de Agroecologia - ANA; 5. Sra. Carolina Rizzi Starr - Ministério de Desenvolvimento Agrário-MDA; 6. Sr. Diego Donizete Golçalves Machado - Secretaria Geral da Presidência da República; 7. Sra. Maria Emilia Pacheco - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-CONSEA; 8. Sr. Flavio Azevedo - Fundação Nacional do Índio-FUNAI; 9. Sr. Mauricio Guetta Instituto Socioambiental – ISA; 10. Sra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira- Ministério Público Federal-MPF; 11. Nilson Gabas Jr. – Diretor do Museu Paraense Emílio Goeldi.” Após a leitura do Requerimento, usam da palavra os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, Telmário Mota, Randolfe Rodrigues, Luiz Henrique, Angela Portela, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, José Medeiros e Lasier Martins. Encerrada a discussão, colocado em votação, o Requerimento é aprovado. Extrapauta, Item 20: Requerimento n.º 6, de 2015-CCT, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Valdir Raupp e Telmário Mota, que “Com fundamento no inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência a realização de audiência pública para debater a situação da Biotecnologia do Brasil, em especial do Centro de Biotecnologia da Amazônia, com a participação dos Ministérios da Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente.” O Requerimento é aprovado. Extrapauta, Item 21: Requerimento n.º 7, de 2015-CCT, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que requer “... nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, aprovação de Voto de Repúdio ao ato de invasão e destruição ocorrido no último dia 5 de março do corrente – por membros do Movimento Via Campesina – que destruíram instalações da empresa Futuro Gene na cidade de Itapetininga (SP) e registros de pesquisas relacionadas à pesquisa de eucalipto transgênico.” O Requerimento é aprovado. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião às onze horas e nove minutos, determinando que eu, Églio Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática lavrasse a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no

Diário do Senado Federal. – Senador Cristovam Buarque, Presidente Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Bom dia a cada uma e a cada um dos presentes.

Declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, que se realiza nesta data, hoje, 10 de março de 2015.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa e a aprovação da leitura da ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado*, juntamente com as notas taquigráficas.

Leio aqui alguns comunicados da Presidência.

Chegou a esta Comissão Ofício nº 0868/14, do Tribunal de Contas da União, que encaminha para conhecimento cópia do Acórdão nº 3.051/2014, do Tribunal de Contas da União, Plenário, acompanhado do Voto do Relator, proferido no Plenário do TCU nos autos do Processo nº TC 023.050/2013-6.

Esse processo trata da consolidação de auditorias realizadas pelos diversos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com vistas a avaliar a implementação dos controles de Tecnologia da Informação informados em resposta ao levantamento do perfil de governança de TI de 2012, bem como verificar a adoção de planos e estratégias para a implementação e melhoria da governança de TI.

Chegou também a esta Comissão o Aviso nº 125-GP/TCU, no qual o Exmo Sr. Vice-Presidente, no exercício da Presidência do Tribunal de Contas da União, Ministro Raimundo Carreiro, encaminha, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 228/2015, proferido pelo Plenário do TCU nos autos do Processo nº TC 019.861/2014-1.

O processo tem por objetivo levantar informações acerca da Tecnologia da Informação na Administração Federal e da análise agregada de atividades recentes.

Esses dois documentos encontram-se à disposição das Sr^{as} e dos Srs. Senadores caso tenham interesse em ver.

Senador Flexa, se tiver qualquer interesse...

Vamos entrar na pauta.

Ainda não temos quórum para os itens terminativos.

Vamos aos itens não terminativos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Pela ordem, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Ao concluirmos os itens não terminativos, não havendo quórum, pediria a V. Ex^a que, ouvido o Plenário, nós pudéssemos relatar os terminativos e, quando o quórum se completasse, nós faríamos, em globo, a votação desses projetos. Não havendo quórum hoje, já deixamos relatados para votação na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Sua sugestão é perfeitamente procedente. A Mesa colocaria em votação e seria aceita, mas acaba de chegar um Senador e creio que completamos o quórum neste momento. Sua sugestão é válida e fica registrada.

Podemos começar com os itens terminativos, deixando os não terminativos para depois.

O primeiro é o item 7, PDS 13/2014, cujo Relator é o Senador Delcídio do Amaral e o assunto relacionado ao Mato Grosso do Sul.

Como S. Ex^a não está, eu...

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB - MA) – Presidente, pela ordem.

Como ele não está, poderíamos começar pelos dos Senadores que estão presentes?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Muito boa ideia, Senador.

O segundo é o do senhor. Vamos começar por este. É o PDS 89, de 2014, cujo Relator é o Senador João Alberto Souza.

ITEM 8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 89, DE 2014

– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Nagib Haickel para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Luís, Estado do Maranhão.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador João Alberto Souza

Relatório: Pela aprovação

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB - MA) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 89, de 2014, oriundo da Câmara dos Deputados, que aprova o ato que renova permissão outorgada à Fundação Nagib Haickel para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Luís, Estado do Maranhão.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca das proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

Voto, Sr. Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 89, de 2014, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova permissão outorgada à Fundação Nagib Haickel para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de São Luís do Maranhão, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O parecer é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Obrigado, Senador.

Vou passar a palavra para outro Senador Relator presente, que é o Senador Marcelo Crivella, para que ele faça o seu relatório, e votaremos, depois, todos em bloco.

Senador Crivella, é o PDS 90/2014.

ITEM 10
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 90, De 2014
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE APOIO COMUNITÁRIO E DESENVOLVIMENTO DE RADIODIFUSÃO DO BAIRRO VISTA ALEGRE - ACODERVA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra Mansa, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Marcelo Crivella

Relatório: Pela aprovação

Observações:

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Muito obrigado, Senador Presidente.

Presidente, trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 90, de 2014, que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Apoio Comunitário e Desenvolvimento de Radiodifusão do Bairro Vista Alegre, na linda cidade de Barra Mansa, no Vale do Paraíba do Sul, Vale do Aço, Presidente.

Eu vou direto para a análise, Presidente.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 104-C, VII, cumpre à nossa Comissão opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Então, Sr. Presidente, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha esse Projeto Legislativo nº 90, de 2014, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Apoio Comunitário e Desenvolvimento de Radiodifusão do Bairro Vista Alegre – Acoderva –, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra Mansa, Estado do Rio de Janeiro, na forma desse Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Obrigado, Senador Crivella. Eu passo para o Senador Valdir Raupp, presente, para o PDS 101, de 2014.

ITEM 13**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 101, DE 2014**

– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à CACIMBA COMUNICAÇÕES Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela aprovação

Observações:

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o nosso voto é pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Cacimba Comunicações Ltda para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Obrigado, Senador.

Eu gostaria solicitar se a Senadora Angela Portela poderia fazer a gentileza de relatar *ad hoc* ...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador Flexa.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Presidente, eu tenho o item 14 também.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – O Senador Valdir Raupp tem dois projetos a relatar.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Eu tenho o item 14.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Os itens 13 e 14.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Ah, desculpe, Senador Raupp!

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Ele relatou o 13.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Desculpe.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Posso dar seguimento, não é?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Tem razão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Quatorze.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Muito obrigado. Tem mais um.

ITEM 14**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 115, DE 2014**

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CULTURAL E ARTÍSTICA DE PARANAÍ - ACAP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paranavaí, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela aprovação

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – O nosso voto é pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária, Cultural e Artística de Paranavaí – Acap – para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paranavaí, Estado do Paraná, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Obrigado, Senador Raupp.

Eu, agora, volto a solicitar à Senadora Angela Portela. É o PDS 13/2014.

ITEM 7**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 13, DE 2014**

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO EDUCADORA SETE QUEDAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sete Quedas, Estado de Mato Grosso do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Delcídio do Amaral

Relatório: Pela aprovação

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Pois não, Sr. Presidente. Vamos à leitura do voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 13, de 2014, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Educadora Sete Quedas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sete Quedas, Estado de Mato Grosso do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Este é o voto pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Obrigada, Senadora.

Temos, agora, o PDS nº 15, de 2014, a ser relatado pelo Senador José Agripino, que não está. Assim eu gostaria de solicitar ao Senador Flexa, a gentileza de relatá-lo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pois não, Presidente. Farei a leitura do parecer do Senador José Agripino.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Item 9:

ITEM 9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 15, DE 2014

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE BARAÚNA - RN para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Baraúna, Estado do Rio Grande do Norte.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador José Agripino

Relatório: Pela aprovação

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Trata da análise, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 15, de 2014 (nº 1.013, de 2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação e Cultura de Baraúna para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Baraúna, Estado do Rio Grande do Norte, Estado que o Senador José Agripino tão bem representa aqui no Senado Federal.

Vamos ao voto, Sr. Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 15, de 2014, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Comunicação e Cultura de Baraúna para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Baraúna, Estado do Rio Grande do Norte, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Obrigado, Senador Flexa.

O Senador Sérgio Petecão tem dois relatórios. Eu vou pedir ao Senador Medeiros que faça a gentileza... Acaba de chegar o Senador Petecão, desculpa Senador Petecão. Ainda bem que temos uma Secretária atenta. Senador Petecão, quer relatá-lo agora ou gostaria que o fazer depois? (*Pausa.*)

Então, passemos ao PDS nº 97, de 2014, e ao PDS nº 103, de 2014, respectivamente itens 11 e 12.

ITEM 11

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 97, DE 2014

– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FUNDAÇÃO LOGOS - EDIÇÕES, JORNALISMO E RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itatiba, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Pela aprovação

ITEM 12

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 103, DE 2014

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE MIRAGUAÍ - ACODESMI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Miraguaí, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Pela aprovação

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD - AC) – Vou começar pelo PDS nº 97, Sr. Presidente. Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 97, de 2014, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova permissão outorgada à Fundação Logos – Edições, Jornalismo e Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Itatiba, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Lido, Presidente.

Vamos ao PDS nº 103.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 103, de 2014, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Cultural e Desenvolvimento Social de Miraguaí – Acodesmi –, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Miraguaí, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Lido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Obrigado, Senador.

Para concluir, temos quatro de Minas Gerais, sempre é o Estado que tem maior número de projetos desse tipo. Não estando presente o Senador Zeze Perrella, eu gostaria de solicitar ao Senador Telmário se S. Ex^a poderia ser o Relator *ad hoc*.

ITEM 15

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 20, DE 2014

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA NOVA ESPERANÇA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeira de Pajeú, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Zeze Perrella

Relatório: Pela aprovação

ITEM 16

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 35, DE 2014

– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à ANTENA UM RADIODIFUSÃO Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Zeze Perrella

Relatório: Pela aprovação

ITEM 17**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 63, DE 2014**

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE APOIO À CULTURA E AOS SERVIÇOS DE RÁDIO DIFUSÃO DA COMUNIDADE DE PEDRA DOURADA - RÁDIO DOURADENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedra Dourada, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Zeze Perrella

Relatório: Pela aprovação

ITEM 18**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 65, DE 2014**

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à ALÔ FM - SOCIEDADE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Francisco Sá, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Zeze Perrella

Relatório: Pela aprovação

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, para agilizarmos, como são quatro, vou ler o voto de apenas um, porque eles se assemelham, que valerá para os quatro. Pode ser assim?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Pode.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Então, vamos lá.

Parecer referente ao item 15.

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 20, de 2014 (nº 1.204, de 2013, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Nova Esperança para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeira de Pajeú, Estado de Minas Gerais.

O Senador Zezé Perrella se utiliza desse meio de comunicação para se comunicar com todo o Estado de Minas Gerais.

Agora eu vou para o item 16. Depois eu vou aos votos diretamente.

Também com o mesmo sentido, o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.341, de 2013, na Câmara dos Deputados – agora nº 35, de 2014 –, que renova a permissão outorgada à ANTENA UM RÁDIO DIFUSÃO Ltda, para executar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Vou ao outro parecer, para, depois, ler os votos.

Item nº 17.

Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 63, de 2014 (nº 895, de 2013, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à Associação de Apoio à Cultura e aos Serviços de Radiodifusão da Comunidade de Pedra Dourada – Rádio Douradense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedra Dourada, Estado de Minas Gerais.

É o parecer.

Agora, passemos ao último, de nº 18.

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 65, de 2014 (nº 924, de 2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Alô FM – Sociedade Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Francisco Sá, Estado de Minas Gerais.

Sr. Presidente, estes são os pareceres.

Vamos aos votos.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 65, de 2014, bem como os PDSs nºs 20, 35 e 63, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação dos atos que outorgam permissão a todas as rádios aqui citadas, para explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada nas cidade que também foram aqui referidas nos respectivos pareceres.

Na forma do projeto, fica a sugestão de aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Obrigado, Senador Telmário. Nós temos 12 projetos. Vamos votar em bloco...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Com a palavra o Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Sr. Presidente, na pauta de hoje, nós temos mais um terminativo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – É o item 2.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – É do Senador Aloysio.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – É um PLS. Sugiro que aproveitemos o quórum.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu gostaria.

Indago se há algum problema não estar presente o Senador Aloysio.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – O parecer é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Podemos.

O Senador aceitaria ser o Relator *ad hoc*?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Com muita honra.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Mas vamos votar tudo isso e, então, nós o faremos.

Nenhum Senador, creio, sairá, mas foi boa lembrança, porque íamos passar pela não presença dele.

Bem vou pôr em votação os 12, e, se alguém tiver alguma coisa contra qualquer um deles, que se manifeste. Ponho em votação os 12 PLS já relatados.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado todos eles.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Ah, sim, desculpe. O voto é terminativo, nominal. Portanto, vou chamar um por um.

Senadora Angela Portela, como vota pelos 12 PDLs?

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador Telmário Mota, como vota?

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Voto pela aprovação, voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) –

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador João Alberto Souza.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB - MA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador Sérgio Petecão. Vota como em todos os 12?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD - AC) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador Luiz Henrique. *(Pausa.)*

Vota “sim”.

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Com os Relatores, Sr. Presidente,

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador José Medeiros. *(Pausa.)*

Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Com os Relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Creio que chamei todos os membros da mesa.

Estão aprovados.

Passamos agora ao item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 18, de 2012

– Terminativo –

Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para disciplinar a oferta de descontos nas tarifas e preços dos serviços de telecomunicações.

Autoria: Senador Ciro Nogueira

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Pela aprovação, na forma do substitutivo aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos, com a subemenda que apresenta

Observações:

- 1) A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 01- CMA (Substitutivo);
- 2) A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, com Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 02-CAE (Substitutivo);
- 3) Serão realizadas duas votações nominais, uma para a Emenda nº 2-CAE (Substitutivo) e outra para a Subemenda;
- 4) Sendo aprovado o Substitutivo, a matéria será incluída na Pauta da próxima Reunião para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

Peço ao Senador Flexa que apresente o relatório *ad hoc*.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – `Pois não, Presidente, Senador Cristovam.

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 18, de 2012, do Senador Ciro Nogueira, que altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para disciplinar a oferta de descontos nas tarifas e preços dos serviços de telecomunicações.

O Relator é o Senador Aloysio Nunes Ferreira, de cujo parecer faço a leitura.

Em cumprimento ao rito legislativo, encontra-se sob exame da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 18, de 2012, de autoria do Senador Ciro Nogueira, que pretende alterar a Lei Geral de Telecomunicações (LGT), introduzindo novos dispositivos para disciplinar a oferta de descontos pelas prestadoras dos serviços de telecomunicações.

A iniciativa propõe modificações nos arts. 107 e 129 da referida lei, incorporando três novos mandamentos:

- a) a vedação, na prática de descontos em tarifas e preços, do estabelecimento de critérios subjetivos que possam discriminar os usuários dos serviços ou prejudicar as regras concorrenciais em vigor;
- b) a imposição do prazo mínimo de doze meses para a duração dos descontos oferecidos pelas prestadoras dos serviços;
- c) a imposição, às prestadoras dos serviços, do dever de comunicar aos usuários beneficiados, com antecedência mínima de trinta dias, o término do desconto praticado.

O Senador Aloysio acaba de chegar. Vou passar o parecer...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Combinei com o Senador Aloysio que seria mais correto que V. Ex^a continuasse. Com dois relatores, o projeto fica mais prestigiado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – A proposição foi aprovada pelas Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Assuntos Econômicos (CAE), com alterações.

Vamos à análise, Sr. Presidente.

Conforme os incisos II e IX do art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CCT opinar sobre assuntos atinentes à política nacional de ciência, tecnologia, inovação, comunicação e informática, bem como a assuntos correlatos. A iniciativa em comento inscreve-se, portanto, no rol das matérias sujeitas ao exame deste Colegiado.

Por se tratar de decisão terminativa, incumbe a esta CCT examinar também os aspectos relativos a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. No tocante a esses aspectos, não constatamos nenhum óbice.

Vamos ao voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 18 de 2012, na forma da Emenda nº 2 – CAE (Substitutivo), com a subemenda indicada:

SUBEMENDA Nº - CCT

(À Emenda nº 2 – CAE)

Dê-se a seguinte redação ao parágrafo único do art. 129 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, nos termos do que dispõe o art. 2º da Emenda nº 2 da CAE (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 18, de 2012:

Art. 2º O art. 129 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

‘Art. 129.
Parágrafo único. Os usuários beneficiados com descontos de preço deverão ser informados sobre seu término com antecedência mínima de trinta dias, na forma do regulamento.’

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Obrigado, Senador. Consulto se o Senador Aloysio Nunes Ferreira quer fazer algum comentário ao parecer.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Nenhum comentário, Sr. Presidente. Fico muito honrado em ter sido substituído pelo nobre Senador Flexa.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Lembro que o Projeto é terminativo e exige quorum qualificado, mas lembro também que, antes mesmo de por em discussão, temos a Emenda nº 2, que vem da CAE, Substitutivo, e uma subemenda apresentada pelo Relator.

Vou consultar depois, se houver discussão, se podemos pôr tudo em votação, de uma só vez, mas, antes, a matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Consulto, portanto, se podemos pôr em votação em conjunto o Projeto de Lei e suas emendas.

Quem estiver de acordo permaneça como está. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Estando todos de acordo, vamos, agora, fazer a votação nominal do Substitutivo, que vem da CAE, da Subemenda, e do próprio Projeto.

Senador Lasier Martins, como vota?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Favorável.

Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) –

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senadora Angela Portela.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador Valdir Raupp. *(Pausa.)*

Senador João Alberto Souza.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB - MA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD - AC) – Voto “sim”, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB - SC) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) –

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Creio ter consultado o voto de todos.

A Comissão aprova por 12 votos favoráveis, nenhuma abstenção e nenhum voto contrário tanto o Substitutivo quanto o Projeto de Lei.

Dessa forma, a Comissão aprova a Emenda nº 3, da CCT, Substitutivo, oferecido ao PLS nº 18, de 2012, ficando prejudicado o Projeto, nos termos do art. 300.

De acordo com o art. 282, do Regimento Interno do Senado Federal, a matéria será submetida a turno suplementar de discussão por ter sido aprovada um substitutivo integral ao Projeto.

Temos agora alguns requerimentos. O primeiro requerimento é do Senador Luiz Henrique. Gostaria de perguntar se ele quer ler o requerimento ou quer que a Mesa leia.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB - SC) – A Mesa pode fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Esse está subscrito também pelo Senador Telmário.

ITEM 3
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV.,
COM. E INFORMÁTICA Nº 1, DE 2015

– Não terminativo –

Requeiro, com amparo nos artigos 90, inciso II, e 93, inciso I, a realização de Audiência Pública, conjunta entre as Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, e se possível, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, de Assuntos Econômicos – CAE, caso tenham sido essas instaladas em tempo hábil, estando a matéria em regime de urgência constitucional, para a instrução do Projeto de Lei da Câmara no 2, de 2015, que “Regulamenta o inciso II do §1º e o §4º do art. 225 da Constituição Federal, o Artigo 1, a alínea j do Artigo 8, a alínea c do Artigo 10, o Artigo 15 e os §§ 3º e 4º do Artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto no 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória no 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; e dá outras providências”, e tramita em regime de urgência constitucional com suporte no artigo 64, §1º da Constituição Federal, combinado com o artigo 375 do Regimento Interno do Senado Federal, em data oportuna a ser agendada em acordo com as demais Comissões Permanentes, e observada a relação de expositores adiante exposta, sem prejuízo da inclusão de outros convidados que porventura venham a ser aprovados posteriormente.

- *IZABELLA TEIXEIRA – Ministra de Estado do Meio Ambiente (MMA)*
- *KÁTIA ABREU – Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento*
- *ROBSON BRAGA DE ANDRADE – Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI)*
- *JOÃO MARTINS – Presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA)*
- *HELENA NADER – Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)*
- *SÔNIA GUAJAJARA – Representante da Entidade Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)*

Autoria: Senador Luiz Henrique

Pergunto se querem que seja lida toda a justificativa ou se uma simples palavra do Senador Luiz Henrique bastaria.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente, antes de o nosso nobre Relator falar da iniciativa dele, o autor da matéria, eu queria só indagar do nosso proponente, o Senador Luiz Henrique, até porque ninguém mais, eu diria, gabaritado do que ele para fazer a discussão, para provocar a discussão desse tema, eu queria só, Senador Luiz Henrique, inserir... Eu ouvi o chamamento dos Ministérios, mas seria importante que a gente pudesse incluir o representante do MCTI, o importante Ministério da Ciência e Tecnologia. *(Risos.)*

Eu estava brincando aqui com o Senador Aloysio e ele perguntou, Senador Cristovam, porque, quando V. Exª leu o número da lei, eu gritei “patrimônio genético” daqui, porque seria importante que a gente pudesse abreviar. Quem está nos ouvindo, às vezes, não só a gente cita o número de leis como também um bocado de siglas, uma “sopa de letras”.

Portanto, seria importante esse debate, que é um debate que, inclusive, Senador Luiz Henrique, de certa maneira, ganha corpo, cada vez mais, no mundo inteiro. Agora, exatamente neste período, a Comunidade Europeia faz um bom debate sobre esse tema do patrimônio genético e o Parlamento Europeu, particularmente, através da sua Comissão de Ciência e Tecnologia... Eu estou me referindo a isso, Senador Cristovam, porque, na semana passada, tive oportunidade de conversar com dois membros dessa Comissão do Parlamento Europeu e um dos temas, eu diria até, entre os provocantes, Senador Luiz Henrique, esse é um tema que tem pautada a centralidade dos debates tanto no Parlamento Europeu quanto na própria Comunidade Europeia.

Portanto, obviamente, isso é algo que interessa do ponto de vista da economia, mas interessa muito mais do ponto de vista da sociedade, para o cidadão. Por isso que o Parlamento Europeu, através desta Comissão, chamou para si o debate... E aí eu queria só acrescentar, se V. Exª permitir, o Ministério de Ciência e Tecnologia, para que ele possa aqui ter assento nessa mesa de debate sobre esse importante tema.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, como assinalou o ilustre Senador Walter Pinheiro, este é um dos assuntos mais relevantes para o futuro deste País. O Brasil já foi, tem sido vítima de pirataria biológica.

O caso mais notório foi o contrabando, para a Inglaterra, de 70 mil mudas de seringueira amazônica, que determinou o fim ou, digo melhor, a redução drástica de uma hora para a outra da produção de borracha brasileira, do protagonismo da borracha brasileira na economia internacional.

O pedido feito pelo ilustre Senador Walter Pinheiro é totalmente procedente, incorporo ao meu requerimento. E como a matéria foi, por deliberação do Plenário, distribuída também à Comissão de Agricultura, eu quero incorporar neste requerimento o pedido para que a audiência conjunta configurasse também aquela Comissão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Presidente, a palavra, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Antes, eu fiquei em dúvida: acrescentamos a sugestão do Senador Walter, então?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Sim. O Ministério da Ciência e Tecnologia, realmente, tem que ser ouvido e foi uma falha no nosso requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Está bom.

O Senador Randolfe pediu a palavra, ele trouxe um requerimento sobre esse assunto.

Eu quero lembrar que, a pedido do Senador Telmário, eu o indiquei como Relator desse projeto.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Inclusive o Senador Telmário me honrou, subscrevendo o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Ele subscreveu o requerimento também.

Creio que é uma boa prática, sempre que alguém tiver interesse em relatar um projeto, manifestar à Secretaria e a Presidência indicar, porque mostra o interesse no assunto.

Então, agradeço, Senador Telmário, pela manifestação de interesse.

Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Presidente, nos mesmos termos do Senador Walter Pinheiro e do Senador Luiz Henrique, eu considero indispensável o debate aprofundado desse Projeto de Lei nº 2 da Câmara, que, na verdade, tratará da regulamentação do art. 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica e virá a ser o nosso Estatuto da Biodiversidade.

Presidente, existe um requerimento à Mesa de minha autoria que solicita a mesma audiência. Talvez a única diferença – e aí não é diferença, nós podemos equacionar – é que o nosso propõe um debate com representantes da sociedade civil organizada, a nominar: o Sr. Marciano Toledo, da Via Campesina; o Sr. Joaquim Belo, do Conselho Nacional de Extrativistas; a Srª Cláudia Pinho, da Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais; o Sr. André Dalagon, da Articulação Nacional de Agroecologia; a Srª Carolina, do MDA, entidade governamental; e o Sr. Diego Donizete, da Secretaria-Geral da Presidência.

A minha sugestão é que, se o senhor assim me permite, de acordo com a conveniência da Presidência e do Plenário, sejam acatados ambos os requerimentos e nós possamos fazer o debate com o conjunto dos representantes, governamentais e da sociedade civil, como proposto no requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Há diversos pedidos. O Senador Aziz pediu a palavra; depois, o Senador Telmário.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) – Sr. Presidente, eu não faço parte desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Mas é bem-vindo e agrega muito participar do debate.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) – Obrigado.

Eu faria um apelo a esta Comissão, pois é um assunto que me interessa muito no Estado do Amazonas. Nós temos o Centro de Biotecnologia da Amazônia, que há mais de 12 anos foi inaugurado e, até hoje, não tem um regime jurídico para funcionar. Eu, como Governador, fiz essa tratativa várias vezes com a Presidenta Dilma, com os Ministros das áreas – ali tem ser o Ministro da Ciência e Tecnologia, Ministro do Meio Ambiente e Casa Civil –, para que a gente tenha lá um regime jurídico e ele possa funcionar plenamente. Funciona hoje com convênios esporádicos, o P&D arrecadado na Zona Franca de Manaus, hoje, é altíssimo e, quando vocês estão discutindo aqui a questão da biopirataria, se nós estivessemos fazendo as pesquisas na Amazônia, hoje, nós estaríamos à frente para poder discutir essas questões. E não fazemos essas pesquisas porque nós não temos um regime jurídico para o Centro de Biotecnologia da Amazônia.

Eu pediria ao Presidente Raupp que convocasse os Ministros da área, para que pudéssemos dar um regime jurídico àquele Centro de Biotecnologia, e nós estamos desperdiçando tempo.

Fala-se muito em preservação do meio ambiente. Fala-se muito na conservação da Amazônia, mas é possível sustentavelmente, com conhecimento, avançarmos mais se o Centro de Biotecnologia funcionar.

É um belíssimo projeto. Convido os Senadores desta importante Comissão a conhecerem algo que está no País, onde temos pesquisadores que podem aprofundar-se nas riquezas da Amazônia, para que, com isso, o caboclo, o índio, possa tirar o seu sustento, sem precisar estar vendendo ou levando riquezas nossas para outros países fazerem esse desenvolvimento.

Para que os senhores tenham uma ideia, até uma fruta nossa, da nossa região, o cupuaçu, foi patenteado pelo Japão, e o açaí também, produtos da nossa região. Eles são do Brasil, não da Amazônia.

Então, pediria ao Presidente Cristovam Buarque e aos Senadores que convocassem os Ministros das áreas para sabermos por que não temos um regime jurídico para que possamos termos verba. A Suframa teria como repassar dinheiro para o Centro de Biotecnologia da Amazônia? As empresas que têm P&D poderiam repassar, hoje, não fazem isso.

A única instituição que repassa recursos é o Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam). Eu, como Governador, fiz vários convênios com o Centro de Biotecnologia para que este pudesse funcionar.

Esse é o apelo. Sei que a discussão tem a ver com a pesquisa em relação às nossas riquezas. Não adianta falarmos sobre biopirataria, se não conhecermos a nossa região, se não conhecermos o que temos de riqueza aqui. Isso é possível através do Centro de Biotecnologia.

Esse é o apelo que faço, Presidente Cristovam Buarque.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Muito obrigado, Senador.

O Senador Telmário Mota, como Relator, tem a palavra e, depois, o Senador Aloysio Nunes.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Senador Cristovam, o Senador Omar trouxe uma questão importante para o Brasil e para a nossa Região. Queria até aproveitar e sugerir que esse requerimento fosse até verbal – não sei se isso é possível dentro do Regimento –, do Senador Omar Aziz, ou seja, uma audiência com o representante lá do Centro de Biotecnologia da Amazônia e os Ministros, para que aqui conheçamos qual a função desse centro e por que ele não está sendo atendido.

Acho que o Senador Omar colocou com muita propriedade. Eles, *in loco*, conhecendo com muito mais propriedade, por exemplo, neste momento em que estamos fazendo esse debate, iriam fornecer-nos muito mais conhecimento.

Queria aqui aproveitar e sugerir que se torne um requerimento a proposição do Senador Omar, no sentido de fazer uma audiência pública, ouvindo representantes do Centro e também os Ministros envolvidos.

Ao mesmo tempo, acho de boa aceitação as colocações do Senador Randolfe Rodrigues, no sentido de incluir a sociedade civil organizada, que tem um conhecimento vasto, enriquecendo-nos nas informações que precisamos.

Essa é a minha posição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Muito obrigado.

Sobre a sua sugestão, Senador Telmário, o Senador Omar não sendo membro, é preciso que alguém apresente. Eu me comprometo a apresentar todos os requerimentos de Senadores que não são membros da Comissão, que aqui vierem.

Neste caso, poderia ser o senhor próprio que apresentaria. Aí, juntamente com a Secretaria, isso seria formalizado em pouco tempo em um parágrafo.

Poderia ser assim?

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Senador Omar, vou representá-lo, solicitando esse requerimento, para que venham as referidas autoridades a esta Comissão.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) – Aceito.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Com a palavra o Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Acho que este tema precisa ser objeto de um tratamento ao mesmo tempo bastante profundo e rápido por parte do Senado Federal. Apoio as iniciativas dos meus Colegas, no sentido de que possamos ter uma discussão ampla e objetiva a esse respeito.

Queria deter-me um minuto no requerimento do Senador Randolfe. Suponho que S. Ex^a queira levantar algumas questões relativas ao acesso aos conhecimentos tradicionais. Suponho também que eu teria uma posição muito semelhante à dele.

Porém, quero dizer que discordo frontalmente da inclusão desse movimento chamado Via Campesina, numa audiência pública, na Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado Federal. Esse movimento se colocou fora da lei.

Esse movimento, ao lado do chamado MST, que também é um movimento que se colocou fora da lei, protagonizou, na semana passada, uma agressão inominável contra a sede do CNTBio. Invadiram uma seção do CNTBio, que é um órgão do Estado brasileiro integrado por pesquisadores que prestam, muitos deles, um

serviço voluntário, agrediram as pessoas, depredaram o auditório e depois saíram, foram “farroneando”, porque com eles é assim. Ambos os movimentos, Via Campesina e MST, nessa mesma semana passada, destruíram um campo de pesquisa e também saíram barganteando a sua onipotência.

De modo que eu não posso aceitar a presença desse movimento aqui na Comissão de Ciência e Tecnologia. É um movimento obscurantista, um movimento violento e que não pode ter acesso, não pode se sentar a esta mesa ao lado de pessoas respeitáveis.

Eu, aliás, vou pedir providências ao Sr. Ministro da Justiça, porque houve crime contra patrimônio federal, contra um serviço federal.

Ainda hoje os jornais noticiam que essa mesma Via Campesina invadiu uma empresa em Goiás porque ali, alegavam, plantavam-se, eram cultivados produtos transgênicos que eram patrocinados pelas multinacionais ou coisa do gênero.

Esse mesmo movimento tem hoje audiência com a Presidente da República.

Não dá para continuar assim, Sr. Presidente. Não dá. Eu acho que é preciso que as leis sejam respeitadas no nosso País. No momento em que quaisquer movimentos, quaisquer que sejam as suas motivações, queiram fazer justiça com as suas próprias mãos, aí, nós vamos entrar realmente definitivamente numa barbárie.

Por isso, Sr. Presidente, acolhendo, apoiando o requerimento do nosso Senador Randolfe, sugiro que seja incluído o Presidente do CNPq nessa audiência, mas me oponho formalmente à inclusão da tal Via Campesina nessa audiência pública da Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado.

Obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Só um pequeno comentário antes de passar para o Senador Flexa. Eu creio que aquele fato realmente merece o repúdio, inclusive, talvez, da Comissão inteira, porque foi um ato contra a ciência e tecnologia. Eu nem quero me manifestar se aquelas pesquisas deveriam ou não ter outras formas de controle. Tenho minhas preocupações.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Não é esse o problema. O problema é o método, o método da violência.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – O método. Eu tenho minhas preocupações com a energia nuclear, mas não podemos proibir que se pesquise. Não podemos proibir pesquisas em nenhuma hipótese. Então, eu acho que isso merece até um repúdio nosso.

Agora, Senador Aloysio, daí a generalizar todo o MST pode ser um salto longo demais, porque eu não sei se houve uma manifestação formal do MST.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Houve. Houve.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Houve isso? Formal do MST ou daqueles manifestantes que estavam ali?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Não. Formal. Aliás, é difícil saber o que é formal no MST, porque ninguém sabe quem fala em nome do MST. É uma organização que não tem registro, uma organização que recebe dinheiro do Governo via extorsão de assentados da reforma agrária. De qualquer forma, ninguém sabe. Mas houve, a imprensa registrou, reivindicação fanfarronada dos dirigentes do MST. Agora, isso não é possível continuar, Sr. Presidente.

Faz muito bem V. Ex^a sugerir um repúdio formal desta Comissão. Mas eu não aceito realmente... Se a Comissão resolver convidar o representante da Via Campesina, eu lamento, mas não participarei da audiência.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Bem, o assunto está em debate, os dois assuntos: um, a manifestação, pela Comissão, de repúdio àquele fato; e o outro, a fala do Senador Aloysio.

Eu quero lembrar que na lista do Senador Randolfe há 11 ou 14 sugestões de grupos. Até, quando ele propôs a sociedade organizada, eu disse: não, é a sociedade inteira que está sendo convidada.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – A lista é ótima. Tirem...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Fica aqui em discussão. Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, Senador Cristovam Buarque, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, eu quero me colocar ao lado do Senador Aloysio Nunes Ferreira. Faço minhas as palavras que ele aqui proferiu em relação a esses movimentos, lembrando que há alguns anos, uns dois anos atrás, esses mesmos movimentos, os dois, invadiram um centro de pesquisas, como fizeram agora, já então não é a primeira vez.

Estão repetindo o que fizeram, destruindo pesquisas de décadas, que estavam sendo feitas.

Então, não há como nós aceitarmos esses movimentos que agem à margem da lei, para virem participar de uma audiência do Senado Federal.

Quanto ao voto de repúdio, V. Exª tem, também, o meu apoio.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – O Senador Telmário pediu a palavra.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, eu acho que nem muito ao mar, nem muito à terra.

Eu repudio todo ato truculento, violento, agora, daí você discriminar qualquer organização civil organizada como um todo, eu acho que não seria muito bom para esta própria Comissão, para o próprio Senado.

Eu acho que em todo local há as laranjas boas e as estragadas. Basta ver o que se passa, hoje, no Brasil inteiro.

Então, há momentos que agem de uma forma errada. É claro que essa não é a forma de você buscar o seu debate, mas aqui é um fórum de debates. Quem sabe não é aqui que eles vão dizer por que estão tomando ou têm o pensamento... Se não tiver o contraponto, como nós vamos fazer um juízo? Se todas as ideias forem iguais, não vai haver um contraditório.

Então, eu acho que nem todo mundo, ali, participou desse vandalismo ou dessa destruição. Eu acho que, ali, tem pessoas que representam na sua integridade e é preciso a gente ouvir. O que é bom para a gente pode não ser bom para eles; o que é bom para A pode não ser bom para B.

Então, acho que radicalizar, excluir é fazer um juízo muito forte.

É o meu sentimento.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Obrigado, Senador Telmário.

O senhor, realmente, mostrou uma coisa importante aqui: uma coisa é ter opinião contrária a determinada pesquisa, como de células-tronco e tudo isso; a outra é impedir que isso seja feito. Então, são duas posições... E destruir o acervo de conhecimento adquirido ao longo de anos, mas são duas coisas.

Eu passo a palavra ao Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Presidente, eu acho que não há divergência sobre o teor das entidades convidadas, aqui, para o debate, a não ser em relação à Via Campesina, como apresentou, agora, o Senador Aloysio Nunes.

Quanto à quantidade de presentes a essa audiência, eu, inclusive, reitero que os termos do meu requerimento se somam aos do requerimento que já estava na pauta, se não me engano, de autoria do Senador Luiz Henrique. A minha sugestão é que, se for possível até no mesmo dia, nós façamos dois debates, para dar a celeridade necessária ao procedimento, e que nós possamos ouvir o maior número possível de atores sobre esse tema.

Agora, me permita, Sr. Presidente, aqui, nesse aspecto, contraditar o meu ilustre colega, Senador Aloysio, sobre a presença da Via Campesina.

Creio que até para que eles sejam questionados sobre os procedimentos e sobre o comportamento, é necessário eles estarem presentes, até para o questionamento formal aqui no Senado. Em que pesem as acusações que estão sobre eles, ninguém descarta e ninguém não reconhece o papel dessa entidade como representante de um segmento da sociedade brasileira, que são os trabalhadores rurais sem terra, e que é boa parte... Aliás, é um drama existente no Brasil, há 500 anos, não ter a propriedade da terra, não ter posse da terra, enquanto nós continuamos a ser um país do latifúndio. Em que pese alguns acharem que não, nós ainda somos um país do latifúndio.

Por isso e até para ser questionada, eu consideraria indispensável a presença dessa entidade, até para ter o questionamento sobre as suas práticas, sobre o seu comportamento, com o Parlamento. É o espaço do debate, é o espaço do questionamento, e creio que é este o momento, inclusive, de ter esse tipo de questionamento.

Em vários momentos, Sr. Presidente,...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – V. Exª me permite?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Pois não!

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – V. Exª tem alguma dúvida sobre a legalidade da intervenção ou da depredação e do ataque que fizeram ao CTNbio? V. Exª tem dúvidas sobre isso? Os fatos e a enormidade dessa agressão?

Eu não tenho. Não preciso questionar nada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Mas, Senador Aloysio, se me permite, até para que haja esse questionamento, até para que se faça aqui a acusação. Há comissões parlamentares de inquérito, aqui, em que nós recebemos réus, em que nós recebemos também quem comete crime. Ou seja, entrar no Senado alguém que cometeu algum crime não é novidade, não é exceção.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Permita-me um aparte, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Claro, Senador Flexa. Com o maior prazer!

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – V. Exª tem razão quando se refere a audiências das comissões parlamentares de inquérito, mas não é o caso. Ali nós estamos investigando. Se V. Exª quiser propor uma comissão parlamentar de inquérito para investigar as ações dos movimentos, aí eu concordo totalmente com V. Exª. Até porque, eu não sei – e eu perguntaria a V. Exª – se essas chamadas entidades têm legalidade, ou seja, se existe registro da formação tanto do MST quanto da Via Campesina.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Senador Flexa, não saberia lhe responder.

Eu só sei que ninguém questiona a legitimidade deles como representantes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu indago, eu questiono.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Então. Nisso temos divergências, Aloysio. Nisso temos divergência.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu vou me somar a V. Exª na sua proposta, mas eu não vou legitimar esse pessoal.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Em relação à legitimidade, à representação deles, à atuação deles e em que pesem as nossas divergências, no aspecto da sociedade brasileira, no ambiente da sociedade brasileira, há o reconhecimento de que eles são legítimos representantes de um segmento fundamental...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – E que tem causas!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – ... e que tem uma causa – muito bem lembrada aqui pelo Senador Telmário –, tem uma causa a defender. Então, eles são fundamentais para a defesa desses interesses.

Não há como negar que o Parlamento se faz, meus queridos Senadores, Senador Cristovam, com o debate das forças políticas contrárias, dos grupos políticos contrários que fazem pressão aqui. Há grupo político do qual eu tenho minhas divergências; há grupo político que, inclusive, é cúmplice de trabalho escravo. Mas eu não vedó a entrada deles aqui. Recebo às vezes até a pressão deles aqui – recebo a pressão deles aqui –, porque são grupos políticos legítimos. São grupos políticos legítimos, e o Parlamento é o local da pressão dos grupos políticos.

Por isso, é nesse sentido, Senador Cristovam, que eu queria justificar, insistindo na necessidade da presença desta entidade da Via Campesina no requerimento, com o devido respeito aos argumentos do Senador Aloysio e do Senador Flexa.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Tem a palavra V. Exª.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Eu gostaria de apoiar a iniciativa do Senador Randolfe para que sejam incluídos os representantes da sociedade civil organizada, dos movimentos sociais nessa discussão.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Muito bem! Muito bem, Senadora!

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Eu concordo que nós não podemos criminalizar os movimentos da sociedade civil organizada.

Por isso, concordo com que eles venham aqui e que a gente possa questionar e fazer o debate.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Mas, Senadora Angela, eles cometeram crimes!

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador Aloysio, um momento.

A Senadora Angela está com a palavra, defendendo a mesma posição. Está correta. V. Exª tem todo o direito de defender isso.

Agora, nós estamos debatendo a proposta do Senador Randolfe, que o Senador Aloysio levantou.

A minha eu vou apresentar formalmente, a do repúdio. Estou preparando.

Mas o Senador Walter, o Senador Luiz Henrique e V. Exª estão inscritos.

Senador Walter.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – O Luiz Henrique fala primeiro! Eu sou um pouco mais velho do que ele. Só se eu fosse louco! (*Risos.*)

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Agradeço a deferência do ilustre Senador baiano que honra esta Casa.

Sr. Presidente, V. Ex^a merece os cumprimentos de todos nós, porque, ao receber o registro feito pelo ilustre Senador Aloysio Nunes Ferreira, imediatamente incorporou a relevância do ato que esta Comissão deve praticar no sentido de repudiar esses atos violentos, repudiar essas agressões contra a pesquisa, contra o conhecimento.

Eu lembrava do que vi na Universidade Humboldt, em Berlim, um monumento impressionante, um monumento que relembra a queima de livros produzida em toda a Alemanha a partir do ano de 1933, quando o nazismo assumiu o poder. Não podemos deixar de repudiar todo e qualquer ato de intolerância, e nisso me perfilo com o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Eu gostaria de lembrar, Sr. Presidente, como chegamos, o Senador Jorge Viana e eu, à aprovação do Código Florestal, a matéria talvez mais difícil, mais desafiante, mais complexa que tivemos na legislatura passada. Como é que nós chegamos ao fim? Ouvindo todos. Ouvimos todos os segmentos que tinham interesse, que demonstraram interesse em debater essa matéria em 25 audiências públicas.

De modo que eu faria até um apelo a este grande e extraordinário Senador Aloysio Nunes Ferreira, para que não obste a presença aqui da Via Campesina ou de qualquer outra entidade, porque sobre esse assunto, que é tão relevante, temos que ouvir a sociedade como um todo, aqueles que defendem as mais diversas posições. Eu faria um apelo ao meu amigo, meu irmão Aloysio Nunes Ferreira: vamos ouvir todos e, depois, tiraremos a média, como fizemos na votação do Código Florestal.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Antes de passar a palavra ao Aloysio....

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu recebi um apelo e quero dizer o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Não seria melhor ouvir o Senador Walter primeiro? Vai ver ele vai falar na mesma direção.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Deixe-me falar. Acho que há uma contradição insanável entre as duas proposições que estão sendo submetidas aqui: uma é a proposição, que será formalizada logo mais, de repúdio a uma agressão criminosa contra a CNTBio; outra é convidar um desses criminosos para participar desta Comissão. Como estou vendo que as coisas vão nesse caminho, eu apenas quero dizer aos senhores que eu não participarei da audiência – que não terá nenhum prejuízo – porque não quero coonestar, com a minha presença, um ato de legitimação de um movimento que se colocou fora da lei, numa agressão à ciência.

Então, lamento não poder atender aos apelos, mas simplesmente vou me abster de comparecer a essa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Ou seja, um legítimo direito de protesto que o senhor quer fazer.

Senador Walter.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Senador, acho que nós até, eu diria, acertamos a mão quando chamamos esse debate. Na realidade, como muito bem disse o Senador Luiz Henrique, vamos tratar de uma das coisas mais importantes, que é a biotecnologia. Temos a experiência aqui apontada agora há pouco pelo ex-Governador, hoje Senador pelo Amazonas, de que o que estamos fazendo no Brasil nessa área...Creio que essa área de biotecnologia, Senador Luiz Henrique, ainda é muito carente.

Temos experiências exitosas. Hoje, no mundo, Senador Crivella, vários brasileiros estão listados nas cabeças mais ilustres nessa área de biotecnologia. Inclusive, para nossa alegria, um baiano, Cláudio Juazeiro, um jovem, muito jovem – Cláudio é um jovem que deixou a Bahia aos 18 anos, e, portanto, já tem mais de 20 anos fora, se dedicando exclusivamente à pesquisa – está entre os 50 maiores pesquisadores de uma das áreas específicas, que chamam de células degenerativas ou a cadeia do Alzheimer.

Portanto, essa é uma área que tem um apelo fundamental e um nascedouro importante, exatamente a partir da terra, do que ela produz, a partir da nossa biodiversidade, a partir do que existe neste País.

Em 2013, Senador Cristovam, fizemos uma parceria com a British Gas e trouxemos para o Brasil o supercomputador, o maior da América Latina e um dos cem do mundo, mas fiz uma exigência, à época, a essa parceria. Eu apoiava a iniciativa de trazer isso para o Brasil, mas queria expandir o uso dessa ferramenta importante para além da questão de energia, até da própria questão exclusiva nessa área de petróleo e gás e incluímos exatamente a Biotec. Então, acho que é importante isso. Esse supercomputador inclusive está na Bahia, no Cimatec. Na América Latina, como disse aqui, é o maior.

Portanto, seria importante que pudéssemos fazer desse debate, Senador Luiz Henrique, o grande debate para produzirmos os caminhos e diretrizes para essa área de Biotec no Brasil, para entrar com recursos. Talvez o Ministro da Ciência e Tecnologia, Aldo, que já tem convite para vir a esta Casa, possa falar inclusive das carências, dos problemas orçamentários que temos, de como vamos ligar as pontas nessa área e de que manei-

ra podemos ter aqui um plano nacional que dialogue com cada Estado, e foi esse o clamor do Senador Omar, para poder lincar com cada coisa que está existindo nos Estados brasileiros. Acho importante essa ausculta, portanto, trazer para cá quem reclama.

Acho que a ponderação do Senador Aloysio é importante, e tanto é importante que dela resultou, inclusive, como iniciativa de V. Ex^a desta Comissão, o chamamento de algumas pessoas para dizerem que a melhor forma de debater o tema não é destruindo os locais onde temos oportunidade inclusive de pesquisar quais as melhores saídas para enfrentar esse momento que estamos travando e até a construção de alternativas...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB - SC) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Claro!

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Inclusive a presença da Via Campesina aqui vai nos permitir interrogá-los a respeito dessas agressões. Vai nos permitir aqui levá-los à explicação do porquê praticam esses atos de vandalismo.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Acho que é importante isso, Senador Luiz, para dizer ao pessoal que não dá, que não podemos concordar com isso, que queremos ouvi-los, acho que é importante, e a quaisquer setores que inclusive enxerguem nessa questão da biodiversidade alternativa inclusive econômica.

Agora isso não pode ser traduzido como uma negação à pesquisa. Não dá para esta Comissão ou quem quer que seja, qualquer movimento, qualquer instituição, qualquer sujeito, não dá para alguém tramar de forma inclusive absurda contra o estudo de qualquer caso.

V. Ex^a foi parceiro comigo aqui no debate da questão nuclear. Fizemos aqui homéricos debates. Travamos o tema de forma inclusive, eu diria, até dura com o Ministro da Ciência e Tecnologia e, depois, com os representantes das áreas, o que não significa dizer que não vamos discutir o tema, Senador Cristovam. Tínhamos uma posição muito firme em relação a essa questão, mas isso não significa dizer que vamos quebrar os centros de pesquisa que avaliam a questão da utilização da energia nuclear. Isso é um absurdo, até porque precisamos dos resultados dessas pesquisas para consubstanciar nossas posições, para chegarmos à conclusão do que pode ser feito.

Então, acho que é importante que essa manifestação inclusive seja feita à Via Campesina dizendo que vão participar da audiência, mas vão participar chegando e dizendo que a Comissão não respalda, não concorda e pede inclusive apuração extrema dos atos praticados contra o patrimônio – e maior do que o patrimônio físico, é exatamente o conteúdo do que tinha ali dentro – e contra essas pessoas que usaram, expressaram e materializaram o seu conhecimento em pesquisas.

Essas pessoas não poderiam ser agredidas, muito menos esse conhecimento, agora acumulado em material pelo menos palpável, isso não poderia ser destruído. É algo que se destrói, mas que, para reconstruir, é muito difícil. Portanto, é como a história que o meu pai citava sempre acerca de travesseiro de pena. O meu pai dizia assim: “Você joga para cima e pode até catar as penas, mas o travesseiro, nunca mais.” Portanto, esse é jogo é um jogo que a gente tem que chamar...

Queremos ouvi-los, saber quais são as críticas que têm ou quais são as sugestões que têm sobre esse material. Agora, de antemão, avisar que efetivamente o que foi feito por eles não contará com o nosso apoio. Pelo contrário. Nós queremos, inclusive, ao extremo, apuração desses fatos e punição rigorosa para que isso não se repita contra a pesquisa, e contra as pessoas, e contra o patrimônio.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Obrigado, Senador.

Eu quero, Senador Aloysio e Senador Randolfe, fazer uma sugestão, porque eu acho que está faltando: para incluir na lista, se a Comissão achar correto, os representantes da empresa cujo patrimônio foi destruído, os cientistas que estavam fazendo aquela produção. Se não me engano, a FutureGene.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA. *Fora do microfone.*) – Transformar também em...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – E outros, outros. O setor privado está faltando nessa lista. Hoje é um setor importante para o desenvolvimento científico e tecnológico. Aliás, uma coisa que está deixando o Brasil atrasado é não ter um setor privado investindo mais no desenvolvimento científico e tecnológico.

Para terminar, eu só queria dizer, Senador Walter, que eu tenho um projeto que proíbe novas instalações de energia nuclear por trinta anos, mas que incentiva a pesquisa, para que a gente, daqui a alguns anos, possa fazer uma central nuclear com a tranquilidade de que não vai...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Até para ver como eu vou tratar, através da pesquisa, com a atual central nuclear.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Exatamente. Inclusive isso. Então, a pesquisa tem que ser incentivada, com a construção de algumas coisas e talvez não...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu tenho inscrito ainda o Senador Crivella, o Senador Medeiros, o Senador Lasier.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Eu só vou fazer uma proposta de ordenamento.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Rapidinho. V. Exª fez o pedido de convite para dois Ministros.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Então, deixe eu acrescentar.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – O Ministro da Defesa, isso é importante, deveria ser chamado também, porque o Ministério da Defesa tem muitos investimentos na área de pesquisa através das nossas Forças, que, por sinal, fazem coisas excelentes neste País.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Antes que aqui se esvazie, eu gostaria de dizer que temos três requerimentos que eu gostaria que fossem da Comissão. Eu apenas estou tomando a iniciativa.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Eu só queria, sobre os requerimentos, fazer uma proposta de ordenamento. Que se fizessem duas ou três audiências, mas que a primeira fosse com os Ministros, com as autoridades maiores do setor.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Então, são dois requerimentos: um para convidar o Ministro da Ciência e Tecnologia e outro para convidar o Ministro das Comunicações, acrescentando também o da Defesa.

E há um requerimento para que nós possamos trabalhar uma política que a gente precisa avaliar, e a nossa seria relacionada ao programa Ciência sem Fronteiras, para analisar relações.

Esses requerimentos eu trouxe aqui, mas gostaria que fossem da Comissão.

Como nós temos urgência, vamos colocá-los depois.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Antes, vamos terminar este assunto.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Peço apenas um esclarecimento. Essa audiência com o Ministro da Defesa é sobre o quê? Qual é o tema?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Seria para eles virem aqui falar sobre o programa que eles têm para os próximos dois anos do mandato desta Comissão.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma sugestão a V. Exª, até já chegamos a falar sobre isto: que façamos uma reunião conjunta das Comissões de Ciência e Tecnologia e de Relações Exteriores e Defesa Nacional, porque esse tema da indústria brasileira de defesa tem uma enorme repercussão sobre a Defesa e sobre a indústria, sobre a inovação, sobre o desenvolvimento tecnológico do País. Talvez fosse o caso de fazermos uma reunião conjunta das duas Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Perfeito. Com o Ministro das Comunicações, seríamos só nós. Com o da Ciência e Tecnologia, seria junto com o Ministro da Defesa.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Perfeito.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – E o Aldo é um patriota, além de tudo.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Vou colocar em votação depois. Vamos ver, primeiro, o manifesto contra o que houve, que alguém está preparando para mim, eu pedi; segundo, o requerimento do Senador Randolfe. Vou pôr em votação.

Mas antes tem o Senador Medeiros, o Senador Lasier e o Senador Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Rapidamente, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Sr. Presidente, se me permite, pela ordem, se assim me permite também o querido Senador Crivella, eu acho que não há divergência sobre o requerimento dos convidados. A única divergência, pelo que eu entendi, é em relação à Via Campesina.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu vou votar a favor com restrição – pronto! É porque eu sou contra esse negócio da Via Campesina – e já disse o porquê.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – O requerimento está aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador Aloysio, eu não gostaria de convidar quem queimou Galileu, mas eu gostaria de ouvir as razões que eles tinham. (*Risos.*)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu já sei. V. Exª também sabe.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Sr. Presidente, sem sombra de dúvida, nós estamos em um debate apaixonante aqui sobre a Amazônia. Eu lembro que o Senado Federal, por iniciativa minha, já aprovou a criação da Biobras, que era exatamente para a gente explorar essa riqueza desconhecida, intuída por todos nós, brasileiros, que é imensa na Amazônia.

Eu lembro até – e alguém falou aqui sobre borracha – que a borracha era um material que não tinha nenhum valor, porque, no frio, quebrava, no calor, derretia. E custaram anos de pesquisa para que um americano, chamado Goodyear, que dá nome aos pneus hoje, misturasse borracha com sulfato e, então, nós tivéssemos esse produto extraordinário, que só nos automóveis entra em mais de 200 peças,

Então, a pesquisa é fundamental ali. E nossos centros de pesquisa são atacados, sim, de maneira errática, pelo movimento camponês.

Sr. Presidente, eu vivi na África por dez anos, em países pobres, pobres. Depois, fui morar no Sertão para fazer o projeto da Fazenda Canaã. Rodando ali pelos povoados ao redor de Irecê, eu vi tanta pobreza como eu nunca havia visto na África. Então, comecei a entender a violência desses movimentos que reclamam a posse da terra. É claro que a causa do povo não exige radicalismos! A causa do povo exige paciência, humildade, inteligência e argumentos. Porém, de certa forma, Sr. Presidente, eu diria que, diante da fome, da miséria e da pobreza do nosso povo do campo, às vezes, as palavras não dizem tudo.

De tal maneira, concordo com o Senador Randolfe no sentido de que nós temos de recebê-los, até, quem sabe, para incutir neles o amor pela democracia, pelo debate, pelo diálogo. Às vezes, isso parece ineficaz, mas é, no fundo, o que conduz à solução. V. Ex^a sabe disso; é um homem mais vivido do que todos nós aqui e sabe o quanto é importante.

Então, eu faço um apelo para que esta Comissão os receba, com urbanidade, e cobre deles. Assim, quem sabe, a gente possa encontrar um caminho melhor que o de fechar a porta, de rejeitar, e, sim, o de construir isso que o governo já nos deve, porque já aprovamos aqui no Senado, que é a criação da Biobras. O governo não se movimentou para aplicar ali os recursos necessários e, com isso, nós temos um novo ciclo econômico com base nas riquezas da Amazônia.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Obrigado, Senador Crivella. Lembro apenas que aquele ato não foi pela posse da terra, mas pela destruição de um patrimônio científico. Senador Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Senador Cristovam, é de suma importância esse debate, e eu creio que o Senador Omar Aziz colocou, talvez, a solução do problema. A biopirataria vai existir sempre e não temos como evitar. Ela vai acontecer, como acontece em todos os países. Vou dar só o exemplo do nosso eucalipto. Nós, hoje, somos referência mundial em produção de celulose, e o eucalipto não é uma planta brasileira – ela veio da Austrália. Assim como o nosso cupuaçu está para lá, o açaí está para lá, isso vai sempre acontecer entre os países, e não haverá lei que a gente faça aqui que consiga debelar isso.

Agora, valorizarmos o que temos e produzirmos conhecimento, investindo em pesquisa, investindo naquele assunto a que o senhor sempre se refere aqui nesta Casa e sobre o qual o senhor tem sido a voz que clama no deserto, a educação; preocuparmo-nos em investir em pesquisa, em investir nesse instituto a que o Senador Crivella se referiu aqui, que tem no Amazonas, esses são os caminhos que levam a uma saída para que possamos avançar.

Com relação aos movimentos que combatem o desenvolvimento, que combatem a ciência, que combatem a pesquisa, o que dizer deles? Eu até gostaria muito que o Senador Aloysio nem tivesse falado o nome aqui para não ter dado ibope.

Teria que tivesse passado direto aqui e que nem tivesse falado, porque é inominável, é de uma burrice relinchante você... É trabalhar contra o País. Os movimentos são legítimos. A luta pela terra é legítima. Agora, esse tipo de espetáculo, de ação espetacular... Esses dias fui criticado porque falei que não concordava com algumas ações espetaculosas do Greenpeace. Jogo na mesma vala.

Temos alguns movimentos no Brasil, algumas instituições no Brasil que, até para se resguardarem da lei, não se legalizam, não têm personalidade jurídica definida, não têm registro. Por exemplo, na Colômbia, temos as Farc, que até bem pouco tempo era cantada em verso e prosa e andava pelos corredores do Legislativo. Agora, temos a Via Campesina. Eles têm uma causa legítima. As Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia têm sua causa legítima, que dá pano de fundo, mas, depois, descambaram para o crime, para as drogas, para... E começaram a se legitimar na violência. Me preocupa que comecemos a dar asa para esse tipo de coisa, porque uma coisa é conflito pela terra; outra coisa é descambar já para esse tipo de coisa.

Duvido que tenha uma pessoa humilde ali, um homem simples da terra acabando com plantações de laranja ou invadindo instituto de biotecnologia. São pessoas que saíram dos bancos das faculdades, não tenham dúvida disso, pegaram uma ideologia e querem projeção política, querem vir para esta Casa. O sonho é vir para cá. Então, que venham pelo caminho que todos vêm. Venham pelo debate. Venham discutir. Lógico que, se proibirmos de vir aqui, mais palco vamos dar. Então, Senador Aloysio, creio que devemos ouvir, e é até bom, porque, no momento em que estiverem aqui, vão ter cara, vão ter alguém representando e respondendo pelos atos que esse movimento está praticando. Então, é bom termos um rosto, termos uma cara, vermos quem representa, quem vai falar por esse movimento daqui para a frente.

É revoltante que tenhamos que conviver com esse tipo de coisa. Não considero nem que seja ideológico. É baderna mesmo invadir centro de pesquisa, destruir laranjais, destruir plantações, em nome de qualquer que seja o argumento.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Com a palavra o Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Cristovam, esse requerimento do Senador Luiz Henrique é muito amplo e emperramos em um episódio bem pontual: a destruição desse centro biotecnológico. Isso me faz lembrar inclusive coisa parecida que aconteceu no Rio Grande do Sul, por duas vezes, em centros de pesquisas que nunca mais se recuperaram.

Como V. Exª deverá pôr em votação, daqui a pouco, o repúdio ou não, entendo que poderíamos receber a Via Campesina, e até pedir desde logo a reconsideração da posição adotada pelo Senador Aloysio para que ele esteja presente, porque de fato o que aconteceu foi um ato criminoso, inteiramente na contramão, Senador Cristovam, daquilo que fazemos aqui em uma das Comissões mais importantes do Senado a respeito de uma das maiores carência do Brasil, que é promover e incentivar a pesquisa a investigação tecnológica, em que o Brasil está muito atrasado. Somos um país imenso, muito populoso, mas ainda quase que preponderantemente uma sociedade agrária. Precisamos evoluir muito nas tecnologias e nas pesquisas. Essa entidade, a Via Campesina, é contra o que fazemos aqui. Então, é uma contradição: trazer alguém aqui que é contra o que fazemos! Mas, democraticamente, quem sabe lá poderemos trazê-los aqui para convencê-los que estão errados.

Então, nesse particular, eu gostaria que o Senador Aloysio revisasse, porque nós vamos precisar dele aqui, nesta audiência, para ele argumentar contra, para mostrar a esses destruidores, que são criminosos, inegavelmente são criminosos, que eles estão errados. Nós estamos aqui numa atividade construtiva, e eles estão contra nós.

Era essa a sugestão que queria fazer e insistir que V. Exª ponha em votação o repúdio. Depois, em segundo lugar, se aceitamos ou não a vinda da Via Campesina a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Vou colocar em votação.

Nós vamos colocar em votação a nota de repúdio, que está aqui pronta, a proposta da lista do Senador Luiz Henrique, incluindo o Ministro da Ciência e Tecnologia, o Ministro da Defesa e – eu sugiro – um representante do setor privado de pesquisas tecnológicas, não provavelmente a empresa que foi atacada, para evitar aqui a polêmica. Temos que incentivar aqui essas empresas. O Brasil está muito atrasado. Nos países pequenos, já há pessoas investindo na busca de soluções na área de saúde, que geram retorno, inclusive, grandes lucros. O Brasil não faz isso.

Então, proponho isso.

Depois, votamos a lista do Senador Randolfe Rodrigues.

Quanto ao repúdio, coloquei nos seguintes termos.

A Comissão de Ciência e Tecnologia, por votação de seus membros presentes na reunião regulamentar – no final, digo se serão todos ou não –, aprova o voto de repúdio ao fato ocorrido no dia 05 de março de 2015, quando membros do movimento Via Campesina destruíram instalações e registros de pesquisas relacionados ao regime de eucaliptos transgênicos, da empresa FuturaGene Brasil, na cidade de Itapetininga, São Paulo.

Ponho em votação e discussão a matéria.

Estão de acordo? Querem acrescentar alguma coisa?

Quem estiver de acordo permaneça como se encontra. *(Pausa.)*

Está de acordo, então, a aprovação do voto – e aí vou acrescentar – por unanimidade dos presentes.

O requerimento do Senador Luiz Henrique já foi lido, que tem aquelas pessoas que coloquei, mas vamos acrescentar dois Ministros, e peço que a Mesa escolha um representante do setor privado.

Há tão poucas empresas nesse sentido, Senador Alvaro Dias, que nem conseguimos saber uma para convidar. Há o representante da CNI. Esse o Senador Luiz Henrique já colocou, mas quero algum representante direto. Talvez, através do Presidente da CNI, possamos identificá-lo. O CNPq se prontificou a ajudar nesse sentido.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Eu queria sugerir também a Abiquim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Está bem.

Em votação.

Os que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Agora, vamos votar a proposta de agregar outros nomes, feita em outra audiência, pelo Senador Raulo Rodrigues, uma lista de 11 pessoas, que abre com o Sr. Marciano Toledo, do Movimento dos Pequenos Agricultores da Via Campesina.

Em discussão.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, vou votar favoravelmente, com restrição já enunciada, porque é difícil para mim conciliar, ou seja, votar, na mesma reunião, o repúdio e, depois, convidar o repudiado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Fica registrada a minha dúvida se o Sr. Toledo estava naquele movimento exatamente ou não.

Bem, em votação.

Os que estiverem de acordo, levando em conta a ressalva feita pelo Senador Aloysio, permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. EDISON LOBÃO (Bloco Maioria/PMDB - MA) – Sr. Presidente, acompanho as observações do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – O Senador Edison Lobão também subscreve a ressalva do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Bem, agora, há um requerimento, que gostaria fosse considerado da Comissão.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 2, DE 2015

– Não terminativo –

Requeiro nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, com convite ao Excelentíssimo Senhor Aldo Rebêlo, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, para a realização de debates em torno do tema: “AGENDA E PRIORIDADES DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA O BIÊNIO 2015-2016”, em data oportuna a ser posteriormente agendada.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Não vou ler a justificativa.

Está aberta a discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – O item nº 5 é o mesmo que acabamos de votar, só que para o Ministro das Comunicações.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 3, DE 2015

– Não terminativo –

Requeiro nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, com convite ao Excelentíssimo Senhor Ricardo Berzoini, Ministro de Estado das Comunicações, para a realização de debates em torno do tema: “AGENDA E PRIORIDADES DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES PARA O BIÊNIO 2015-2016”, em data oportuna a ser posteriormente agendada.

Autoria: Senador Cristovam Buarque.

Em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam, como estão.

(Pausa.)

Uma pergunta, Senador Aloysio, a inclusão da Comissão de Relações Exteriores seria também na vinda do Ministro da Ciência e Tecnologia?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – O tema é da política de defesa, da política industrial da defesa, a política econômica da defesa.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Mas seria junto?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu penso que sim. Ciência e tecnologia...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Porque têm muito a ver.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Têm tudo a ver, penso.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Na verdade, aí, teria o Ministro da Educação também...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sim, sim; mas vamos pegar aquilo com as pessoas mais diretamente implicadas.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – perfeito. Então, acrescentamos e faremos conjuntamente as duas Comissões.

Aprovado.

E, finalmente, o item nº 6.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 4, DE 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do artigo 96-B, do Regimento Interno do Senado Federal, que estabelece o procedimento de avaliação de políticas públicas no âmbito do Senado Federal, que a política pública a ser avaliada por esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), no exercício de 2015, seja a de “Formação de Recursos Humanos para Ciência, Tecnologia e Inovação, com especial enfoque para o Programa Ciência Sem Fronteiras”.

Autoria: Senador Cristovam Buarque.

Eu vou chamar a atenção para o seguinte: a cada ano, a Comissão escolhe um tema para avaliação de uma política pública em andamento. Então, é importante o que vamos votar aqui, porque, se não for esse, podemos perder a oportunidade de escolher um tema melhor. Então, o tema que eu e a assessoria aqui pensamos foi esse: “Formação de Recursos Humanos para Ciência, Tecnologia e Inovação, com especial enfoque para o Programa Ciência Sem Fronteiras”.

Alguém quer se pronunciar sobre isso? Esse é um bom tema para nós avaliarmos? Haveria outra política que mereça ser avaliada?

Eu cheguei a pensar nas pesquisas espaciais, que estão tão atrasadas. Contudo, preferimos esse.

Em discussão.

(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. (Pausa.)

Então, está aprovada essa avaliação a ser feita.

Depois diremos como é que faremos isso – o plano de trabalho respectivo.

Há um item extrapauta do Senador Telmário, que diz:

ITEM Nº 20

REQUERIMENTO Nº 6, DE 2015-CCT

Com fundamento no inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência a realização de audiência pública para debater a situação da Biotecnologia do Brasil, em especial do Centro de Biotecnologia da Amazônia, com a participação dos Ministérios da Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente.

Autoria: Senador Omar Aziz.

É uma boa sugestão.

O requerimento foi subscrito pelos Senadores Valdir Raupp e Telmário.

O Senador Omar Aziz não é da Comissão, mas foi quem apresentou o requerimento.

Em discussão.

(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

A Fiocruz quer participar. Para nós é muito positivo que a Fiocruz esteja presente, porque é uma entidade que preenche aquilo que eu acho que o setor privado não está ainda preenchendo.

Não havendo mais outro assunto a tratar, declaro encerrada esta 1ª Reunião deste biênio.

Muito obrigado a todos que aqui estiveram. Tivemos um quórum muito bom, com uma boa discussão, especialmente graças ao Senado Aloysio Nunes, senão teria passado sem a discussão.

Mais uma vez, muito obrigado pela presença de cada uma e cada um.

(Iniciada às 9 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 9 minutos.)



SENADO FEDERAL
Secretaria de Editoração e Publicações
Coordenação de Edições Técnicas

Resgate da reforma política: Diversidade e pluralismo no Legislativo



Uma das questões mais comentadas e talvez menos compreendidas no Brasil é a reforma política. Ela diz respeito à revisão das instituições vinculadas à nossa democracia representativa. Trata-se de um conjunto de temas fortemente entrelaçados, que repercutem em várias dimensões das relações sociais. Esta obra enfrenta o desafio de lidar com esse universo.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria

Edição de hoje: 416 páginas
(O.S. 11215/2015)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL

